

711-8
M962C
4 ed.
1998

A CIDADE NA HISTÓRIA

suas origens, transformações e perspectivas

Lewis Mumford

Tradução
NEIL R. DA SILVA

Martins Fontes
São Paulo 2004

Título original:
THE CITY IN HISTORY - ITS ORIGINS, ITS TRANSFORMATIONS
AND ITS PROSPECTS.

Copyright © by Lewis Mumford, 1961.
Copyright © 1982, Livraria Martins Fontes Editora Ltda.,
São Paulo, para a presente edição.

1ª edição
junho de 1982
4ª edição
abril de 1998
2ª tiragem
abril de 2004

Tradução
NEIL R. DA SILVA

Produção gráfica
Geraldo Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mumford, Lewis, 1895-

A cidade na história : suas origens, transformações e perspectivas / Lewis Mumford ; [tradução Neil R. da Silva]. - 4ª ed. - São Paulo : Martins Fontes, 1998. - (Ensino Superior)

Título original: The city in history.
Bibliografia.
ISBN 85-336-0847-0

I. Cidades - História I. Título. II. Série.

98-1028

CDD-301.36

Índices para catálogo sistemático:
I. Cidades : História : Sociologia 301.36

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
Rua Conselheiro Ramalho, 330/340 01325-000 São Paulo SP Brasil
Tel. (11) 3241-3677 Fax (11) 3105-6867
e-mail: info@martinsfontes.com.br http://www.martinsfontes.com.br

Prefácio

Inicia-se este livro com uma cidade que era, simbolicamente, um mundo: encerra-se com um mundo que se tornou, em muitos aspectos práticos, uma cidade. Na tarefa de acompanhar esse desenvolvimento, procurei tratar das formas e funções da cidade e das finalidades que dela emergiram; e creio ter demonstrado que a cidade terá, no futuro, um papel ainda mais significativo a desempenhar do que o papel que lhe coube no passado, desde que façamos desaparecer as desvantagens originais que a vêm acompanhando através da História.

Como em todos os meus outros estudos de urbanismo, confinei-me, na medida do possível, a cidades e regiões que conheço diretamente e a dados que de há muito absorvi. Isso me limitou à civilização ocidental, e mesmo neste caso fui obrigado a deixar de parte grandes e significativas regiões, como é o caso da Espanha e da América Latina, da Palestina, da Europa Oriental e da União Soviética. Lamento essas omissões; mas, uma vez que meu método exige experiência e observação pessoal, algo que não se pode substituir por livros, seria preciso outra existência para realizá-las.

A Cidade na História, a propósito, substitui as limitadas seções históricas de A Cultura das Cidades: partes daqueles quatro capítulos iniciais acham-se agora incorporados nos dezoito capítulos do presente trabalho, que tem mais de duas vezes o seu tamanho. Se o leitor por acaso tropeçar numa parte arruinada do edifício antigo, conservada sob uma edificação inteiramente diferente, como um fragmento da muralha sérvia existente em Roma, não me censure indevidamente. O que se conservou dessa maneira deve dar ao livro uma continuidade orgânica e uma solidez que talvez não existissem, caso eu não tivesse levado em conta a estrutura antiga e, como um construtor dado a especulações, saísse com uma motoniveladora a aplainar toda uma zona. Nisto reflète-se, com acuidade simbólica, o crescimento da própria cidade.

Amenia, Nova Iorque

L. M.

Índice

I	Santuário, aldeia e fortaleza.....	9
	<i>1. A Cidade na História, 9. 2. Instigações e Antevisões Animais, 10. 3. Cemitérios e Templos, 12. 4. A Domesticação e a Aldeia, 17. 5. Cerâmica, Hidráulica e Geotécnica, 22. 6. A Contribuição da Aldeia, 24. 7. O Novo Papel do Caçador, 28. 8. A União Neolítico-Paleolítica, 33.</i>	
II	A cristalização da cidade	37
	<i>1. A Primeira Transformação Urbana, 37. 2. A Primeira Implosão Urbana, 44. 3. Ansiedade, Sacrifício e Agressividade, 48. 4. Lei e Ordem Urbana, 56. 5. Da Proteção à Destruição, 60.</i>	
III	Formas e modelos ancestrais	67
	<i>1. Cidades da Planície, 67. 2. O Enigma das Ruínas Urbanas, 73. 3. Urbanismo e Monumentalidade, 77. 4. Rio, Estrada e Mercado, 84. 5. Inovações e Deficiências Técnicas, 86. 6. Visões Contemporâneas da Cidade, 89. 7. O Egito e a Cidade Aberta, 93. 8. De Centro Cerimonial a Centro de Controle, 98. 9. Arquétipos ou Genes?, 104.</i>	
IV	A natureza da cidade antiga.....	109
	<i>1. Desenvolvimento das Funções Urbanas, 109. 2. Monopólio da Criatividade, 114. 3. Exsudações Culturais, 116. 4. Divisão Urbana do Trabalho, 118. 5. Propriedade e Personalidade, 123. 6. Ritmo de Desenvolvimento, 127. O Drama Urbano, 130.</i>	
V	Emergência da pólis.....	135
	<i>1. Fortalezas de Mínois, 135. 2. A Voz da Aldeia, 142. 3. Olímpia, Delfos e Cós, 150. 4. O Antigo Templo e o Novo Deus, 162. 5. Paço Municipal e Praça de Mercado, 166.</i>	
VI	O cidadão contra a cidade ideal.....	177
	<i>1. Cidade e Cidadão, 177. 2. A Forma da Cidade Helênica, 179. 3. A Pólis Encarnada, 184. 4. Regressão à Utopia, 190. 5. O Desafio da Dialética Grega, 196.</i>	

VII	Absolutismo e urbanidade helenística	203
	<i>1. A Transição Aristotélica, 203. 2. Da Flexível "Desordem" à Arregimentada Elegância, 210. 3. Por Baixo da Superfície Urbana, 222.</i>	
VIII	De Megalópolis a Necrópolis	227
	<i>1. A Herança Estrangeira de Roma, 227. 2. Cloaca e Aqueduto, 236. 3. Fórum, Vomitorium e Banho, 244. 4. Morte na Tarde, 250. 5. Inventário Urbano do Século V, 259. 6. Limites do Crescimento Urbano, 263.</i>	
IX	Claustro e comunidade.....	267
	<i>1. A Cidade Celestial, 267. 2. Necessidade de Proteção, 272. 3. O Aumento da População e da Riqueza, 277. 4. Cidades Licenciadas, Fortalezas Coloniais, 286. 5. O Domínio da Igreja, 290. 6. Os Serviços da Guílda, 294. 7. Peregrinação, Cortejo e Procissão, 302.</i>	
X	Vida doméstica urbana medieval.....	307
	<i>1. O Cenário Doméstico, 307. 2. Ar, Espaço, Sanitação, 314. 3. Purificação e os Cinco Sentidos, 320. 4. Princípios de Urbanismo Medieval, 326. 5. Núcleo Cívico e Vizinhança, 332. 6. Controle de Crescimento e Expansão, 339.</i>	
XI	Desmoronamentos medievais, antecipações modernas	343
	<i>1. Cristianópolis - Sombra e Substância, 343. 2. Veneza versus Utopia, 349. 3. Sobre-vivências e Mutações Medievais, 356. 4. Desmoronamento e Fossilização, 364.</i>	
XII	A estrutura do poder barroco.....	375
	<i>1. Dissolução Medieval, 375. 2. O Novo Complexo Urbano, 376. 3. Amplidão e Clarificação, 378. 4. Território e Cidade, 382. 5. Instrumentos de Coerção, 388. 6. A Guerra, Construtora de Cidades, 392. 7. A Ideologia do Poder, 395. 8. O Movimento e a Avenida, 399. 9. A Nova Divindade, 403.</i>	
XIII	A corte, a parada, a capital	407
	<i>1. Posição do Palácio, 407. 2. Influência do Palácio sobre a Cidade, 409. 3. O Quarto de Dormir e o Salão, 414. 4. O Desaparecimento do Banho, 417. 5. Domínio e Exibição Barroca, 419. 6. As Funções Urbanas como Sobras, 424. 7. O Fórum dos Elegantes, 428. 8. Remanescentes da Ordem Barroca, 432. 9. As Lições de Washington, 436.</i>	
XIV	Expansão comercial e dissolução urbana	445
	<i>1. Da Praça de Mercado à Economia de Mercado, 445. 2. A Nova Liberdade, 449. 3. Organização do Transporte e da Troca, 454. 4. A Planta Baixa Especulativa, 456. 5. O Preço da Expansão Urbana, 462. 6. O Tráfego no Tráfego, 464. 7. Arregimentação do Congestionamento, 467. 8. As Formas de Obter e Gastar, 470. 9. O Contraste Exemplar de Amsterdam, 475.</i>	
XV	Paraíso paleotécnico: Coketown	483
	<i>1. Como Nasceu Coketown, 483. 2. Mecanização e Abbau, 487. 3. Os Postulados do Utilitarismo, 489. 4. As Técnicas de Aglomeração, 492. 5. A Fábrica e o Cortiço, 496. 6. Casas de Má Fama, 503. 7. Coketown Vista de Perto, 507. 8. O Contra-Ataque, 513. 9. A Cidade Subterrânea, 517.</i>	

XVI	O subúrbio - E depois	521
	<i>1. O Subúrbio Histórico, 521. 2. Fases do Crescimento Suburbano, 526. 3. O Modo de Vida Suburbano, 533. 4. Nada se Ganhou com o Congestionamento, 536. 5. O Subúrbio Como Unidade de Vizinhança, 539. 6. Ferrovia, Cinturão Verde, Propagação Motorizada, 544. 7. O Subúrbio de Massa como Anticidade, 550. 8. Famílias no Espaço, 552. 9. Planejamento para o Crescimento Urbano, 555.</i>	
XVII	O mito de Megalópolis	567
	<i>1. Aumentos de Poder, 567. 2. "A Escravidão das Multidões", 570. 3. A Burocracia Tentacular, 575. 4. A Remoção dos Limites, 582. 5. Gigantismo em Expansão, 586. 6. As Sombras do Êxito, 589. 7. Congestionamento e Descongestionamento, 591. 8. O Recipiente Superlotado, 594. 9. O Destino de Megalópolis, 599. 10. Função Cultural da Cidade Mundial, 604. 11. A Cidade Invisível, 606.</i>	
XVIII	Retrospecto e perspectiva	613
	Bibliografia	623
	Agradecimentos	693
	Índice remissivo	695

Ilustrações

Seção ilustrada I
Entre as páginas 134 e 135

Seção ilustrada II
Entre as páginas 266 e 267

Seção ilustrada III
Entre as páginas 374 e 375

Seção ilustrada IV
Entre as páginas 520 e 521

Santuário, aldeia e fortaleza

1. A Cidade na História

Que é a cidade? Como foi que começou a existir? Que processos promove? Que funções desempenha? Que finalidades preenche? Não há definição que se aplique sozinha a todas as suas manifestações nem descrição isolada que cubra todas as suas transformações, desde o núcleo social embrionário até as complexas formas da sua maturidade e a desintegração corporal da sua velhice. As origens da cidade são obscuras, enterrada ou irrecuperavelmente apagada uma grande parte de seu passado, e são difíceis de pesar suas perspectivas futuras.

Desaparecerá a cidade ou — o que seria outro modo de desaparecimento —, transformar-se-á todo o planeta numa enorme colmeia urbana? Podem as necessidades e desejos que impeliram os homens a morar em cidades recuperar, num nível ainda mais elevado, tudo aquilo que Jerusalém, Atenas ou Florença pareciam outrora prometer? Existe ainda uma alternativa real a meio caminho entre Necrópolis e Utopia — a possibilidade de se construir um novo tipo de cidade que, livre das contradições interiores, enriquecerá e incentivará de maneira positiva o desenvolvimento humano?

Se quisermos lançar novos alicerces para a vida urbana, cumpre-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir, entre as suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que podem ser ainda invocadas. Sem uma longa carreira de saída pela História, não teremos a velocidade necessária, em nosso próprio consciente, para empreender um salto suficientemente ousado em direção ao futuro, pois grande parte dos nossos atuais planos, sem exceção de muitos daqueles que se orgulham de ser “avançados” ou “progressistas”, constituem pouco engraçadas caricaturas mecânicas das formas urbanas e regionais que ora se acham potencialmente ao nosso alcance.

Como já se passaram mais de cinco mil anos para chegar mesmo a uma compreensão parcial da natureza e do drama da cidade, talvez seja necessário um período ainda mais longo para exaurir as suas potencialidades ainda não realizadas. No alvorecer da História, a cidade já é uma forma amadurecida. Em nossa tentativa de obter melhor visão do seu atual estado, devemos esprei-

tar por sobre a linha do horizonte histórico, a fim de vislumbrar os obscuros traços de estruturas ainda mais antigas e de funções ainda mais primitivas. É essa a nossa primeira tarefa. Contudo, não abandonaremos tal senda enquanto não a tenhamos seguido em todos os seus meandros e retrocessos, passando pelos cinco mil anos de História escrita, até chegar ao futuro emergente.

Quando, afinal, atingirmos nossa época, verificaremos que a sociedade urbana chegou a um ponto em que são dois os caminhos. Então, com uma consciência maior do nosso passado e uma visão mais clara das decisões tomadas há muito tempo, decisões que muitas vezes ainda nos controlam, estaremos em condições de enfrentar a decisão imediata que ora se apresenta ao homem e que, de um ou de outro modo, acabará por transformá-lo, a saber: se irá dedicar-se ao desenvolvimento de sua mais profunda condição humana ou se irá entregar-se às forças hoje quase automáticas, que ele próprio desencadeou, e ceder o lugar a seu desumanizado *alter ego*, o "Homem Pós-Histórico". Esta segunda alternativa trará consigo uma progressiva perda do sentimento, da emoção, da audácia criadora e, afinal, da consciência.

Muitas cidades, muitas instituições educacionais e organizações políticas existentes, já firmaram seu compromisso com o Homem Pós-Histórico. Essa criatura obediente não irá precisar da cidade: o que foi outrora uma cidade reduzir-se-á às dimensões de um centro subterrâneo de controle, pois, nos interesses do controle e do automatismo, todos os demais atributos da vida serão penhorados. Antes que a maior parte da espécie humana se deixe levar a aceitar essa perspectiva, seduzida por pequenas promessas de "ventura pneumática", que obscurecem a ameaça total, será conveniente olhar de novo o desenvolvimento histórico do homem, naquilo em que foi configurado e moldado pela cidade. Para alcançar uma perspectiva suficiente das tarefas imediatas do momento, proponho-me retroceder até os começos da cidade. Precisamos de uma nova imagem da ordem, que abrangerá o orgânico e o pessoal, e acabará por abraçar todos os cargos e funções do homem. Somente se pudermos projetar essa imagem, seremos capazes de encontrar uma nova forma para a cidade.

2. Instigações e Antevistas Animais

Quando se buscam as origens da cidade, nota-se com demasiada facilidade ser tentado a procurar apenas os seus remanescentes físicos. Mas, como ocorre com o retrato do homem primitivo, quando nos concentramos em seus ossos e cacos, seus instrumentos e armas, fazemos menos do que justiça a invenções tais como a linguagem e o ritual, que deixaram poucos vestígios materiais, se é que os deixaram. É possível que algumas das funções da cidade tenham sido desempenhadas e preenchidas algumas das suas finalidades; é possível que

alguns dos sítios utilizados mais tarde já tenham sido temporariamente ocupados, antes que começasse a existir qualquer coisa que hoje reconhecemos como uma cidade.

Situaremos em bases falsas todo o problema da natureza da cidade, se procurarmos apenas estruturas permanentes, amontoadas por trás de uma muralha. Para chegar mais perto das origens da cidade, cumpre-nos, assim penso, suplementar o trabalho do arqueólogo que procura a mais funda camada na qual possa reconhecer uma obscura planta baixa, a indicar a existência de uma ordem urbana. Se quisermos identificar a cidade, devemos seguir a trilha para trás, partindo das mais completas estruturas e funções urbanas conhecidas, para os seus componentes originários, por mais remotos que se apresentem no tempo, no espaço e na cultura, em relação aos primeiros *tells* que já foram abertos. Antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais.

A vida humana agita-se entre dois pólos: movimento e repouso. O contraste entre essas duas situações pode ser explicado pelo rompimento original entre os protozoários, quase todos de movimentos livres, que constituíram o reino animal, e os organismos relativamente sésseis, que pertencem ao reino vegetal. Os primeiros, como ocorre à ostra, tornam-se às vezes superadaptados a uma posição fixa e perdem a faculdade do movimento, ao passo que muitas plantas se libertam, em certo grau, por meio de raízes subterrâneas e, acima de tudo, pelo desligamento e migração da semente. Em todos os níveis da vida, troca-se a mobilidade pela segurança ou, ao contrário, a imobilidade pela aventura. Sem dúvida, certa tendência para fixar-se e repousar, para retornar a um ponto favorável que oferece abrigo e boa alimentação, existe em muitas espécies animais; e, como sugeriu Carl O. Sauer, a propensão para armazenar e fixar-se pode ela mesma ter sido originariamente uma característica humana.

Contudo, contribuições ainda mais significativas para a estabilidade e continuidade decorrem do nosso passado animal. Muitas criaturas, inclusive os peixes, reúnem-se em rebanhos e cardumes para a reprodução e o cuidado de seus filhos. Entre os pássaros, às vezes verifica-se uma ligação ao mesmo ninho, estação após estação, e entre as espécies nômades existe o hábito da fixação comunal em áreas protegidas como ilhas e pântanos, por ocasião da reprodução. Os grupos de reprodução de dimensões maiores, ajuntando correntes diversas, introduzem possibilidades de variação genética que não existem nos pequenos grupos humanos, onde o casamento é restrito. Esses viveiros de reprodução e nutrição constituem, evidentemente, protótipos do tipo mais primitivo de aglomeração humana permanente, a pequena povoação ou aldeia. Um dos aspectos da cidade primitiva, o seu senso de isolamento

defensivo — conjugado com sua superficial pretensão de “territorialidade” — tem esse remoto antecedente na evolução animal.

Nem mesmo à complexidade tecnológica da cidade humana falta o precedente animal. Entre certas espécies, notadamente os castores, a colonização acarreta uma deliberada remodelação do ambiente: a derrubada de árvores, a edificação de represas, a construção de moradas. Essas operações de engenharia transformam uma íntima congregação de família numa associação algo mais desconexa de numerosas famílias que cooperam em tarefas comuns e melhoram o habitat comum. Embora a colônia de castores não possua muitos dos atributos de uma cidade, já se acha próxima daquelas aldeias primitivas que também realizaram obras de engenharia hidráulica.

Por tudo isso, a porta de entrada mais próxima de um lugar de morada coletiva, entre outros animais, ficou muito distanciada da comunidade urbana mais rudimentar. Ao contrário, é seguindo uma linha evolutiva inteiramente diferente, representada pelos insetos sociais, que se encontra a porta de entrada mais próxima para a “vida civilizada” e, ao mesmo tempo, para a cidade. As funções sociais da colmeia, do termitário e do formigueiro — estruturas não raro de dimensões imponentes e construídas com habilidade — têm, na verdade, tantas semelhanças com as da cidade que deixarei de parte outras observações, até que a cidade mesma se apresente à vista. A própria divisão do trabalho, a própria diferenciação de castas, a prática da guerra, a instituição da realeza, a domesticação de outras espécies e o emprego da escravidão, existiam em certos “impérios das formigas”, milhões de anos antes de se reunirem na cidade antiga. Note-se, porém, que não se trata aqui de continuidade biológica. Ao contrário, é este um exemplo de paralelismo e de convergência.

3. Cemitérios e Templos

No desenvolvimento dos aglomerados humanos permanentes, encontramos a expressão de necessidades animais semelhantes às que se verificam em outras espécies sociais; contudo, até os indícios urbanos mais primitivos revelam mais do que isso. Pouco depois de se ter descoberto a trilha do homem no mais antigo dos acampamentos ou dos instrumentos de pedra lascada, encontra-se a prova de interesses e inquietações que não têm correspondente animal; em particular, uma cerimoniosa preocupação pelos mortos, manifestada em seu sepultamento deliberado — com evidências cada vez maiores de piedosa apreensão e temor.

O respeito daquele homem antigo pelos mortos, em si mesmo uma expressão de fascínio pelas suas poderosas imagens de fantasia em vigília e de sonho noturno, teve talvez um papel maior ainda que as necessidades de

ordem mais prática, ao fazer com que procurasse um local fixo de encontro e afinal um ponto contínuo de fixação. Em meio às andanças inquietas do homem paleolítico, os mortos foram os primeiros a ter uma morada permanente: uma caverna, uma cova assinalada por um monte de pedras, um túmulo coletivo. Constituíam marcos aos quais provavelmente retornavam os vivos, a intervalos, a fim de comungar com os espíritos ancestrais ou de aplacá-los. Embora o ajuntamento de alimentos e a caça não encorajem a ocupação permanente de um sítio único, pelo menos os mortos reclamam esse privilégio. Há muito tempo, os judeus reclamavam, como patrimônio seu, a terra onde estavam localizadas as sepulturas de seus antepassados, e essa bem fundamentada pretensão parece ser primordial. A cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos. Num sentido, aliás, a cidade dos mortos é a precursora, quase o núcleo, de todas as cidades vivas. A vida urbana cobre o espaço histórico entre o mais remoto campo sepulcral da aurora do homem e o cemitério final, a Necrópolis em que uma após outra civilização tem encontrado o seu fim.

Em tudo isso, há fortes matizes de ironia. A primeira coisa que saudava o viajante que se aproximava de uma cidade grega ou romana era a fila de sepulturas e lápides que ladeavam as suas estradas. Quanto ao Egito, a maior parte do que restou daquela grande civilização, com sua alegre saturação em todas as manifestações da vida orgânica, são seus templos e seus túmulos. Até mesmo na apinhada cidade moderna, o primeiro êxodo geral para um lugar de morada mais desejável no campo foi a migração dos mortos para o romântico Eliseu de um cemitério suburbano.

Há, porém, ainda outra parte do ambiente que o homem paleolítico não somente utilizava, mas aonde periodicamente regressava: a caverna. Por todo o mundo, há copiosas provas de ocupação ou visitação aborígene às cavernas. Nas camadas das grutas calcárias de Dordogne, na França, por exemplo, é possível retrair sucessivas ocupações pelo homem pré-histórico, à medida que a erosão da rocha fazia descer o leito do rio, levantando novos abrigos e expondo novas plataformas mais abaixo. Contudo, mais importante que a sua utilização para finalidades domésticas foi o papel que a caverna desempenhou na arte e no ritual. Embora não fossem habitadas certas grutas, como as de Lascaux e de Altamira, parecem ter sido centros cerimoniais de alguma espécie, tanto quanto Nipur ou Abidos. Ainda no século IV a.C., encontra-se entalhada a representação de uma gruta dedicada às Ninfas, mostrando Hermes e Pan — tendo sido o próprio entalhe descoberto na Gruta das Ninfas, no Monte Pentélicon.

Nos recessos interiores desses especiais centros de ritual, aos quais geralmente se chegava através de passagens baixas que exigiam um rastejamento tortuoso e freqüentemente perigoso, encontram-se grandes câmaras naturais, cobertas com pinturas de uma espantosa vivacidade de forma e facilidade de desenho, principalmente de animais estranhamente realísticos, vez por outra

de homens e mulheres altamente formalizados e estilizados. Em certos lugares, essa arte revelava uma mestria estética que só volta a ser reencontrada quando chegamos aos templos e palácios de um período mais de quinze mil anos posterior. Se o desenho estético foi, como afirmam alguns, apenas um subproduto acidental da magia, não é verdade que também exercia a sua magia própria e especial, que atraía os homens de volta à cena dessa primeira manifestação triunfante?

Mesmo nas suas formas mais primitivas, essas práticas sobreviveram ao seu período e abriram caminho para a cidade posterior. Um desenho paleolítico, na *Caverne des Trois Frères*, em Ariège, representa um homem vestido com pele de gamo, usando galhos na cabeça, presumivelmente um feiticeiro, enquanto que um entalhe em osso do mesmo período, numa gruta inglesa, representa um homem cujo rosto é mascarado por uma cabeça de cavalo. Ora, ainda no século VII d.C., na Inglaterra, segundo Christina Hole, as calendas de janeiro eram observadas por homens que vestiam peles e cabeças de animais, os quais corriam aos saltos e pulos pelas ruas; essa prática foi realmente proibida pelo arcebispo de Canterbury, por ser, disse ele, "demoníaca". Se há razão para suspeitar de alguma obscura continuidade ancestral desse costume, há melhores razões ainda para encontrar nos ritos da caverna os impulsos sociais e religiosos que conspiraram para finalmente atrair os homens às cidades, onde todos os sentimentos originais de medo, reverência, orgulho e alegria seriam ainda mais ampliados pela arte e multiplicados pelo número de participantes capazes de responder.

Nesses antigos santuários paleolíticos, como nos primeiros túmulos e montes sepulcrais, encontramos, se existem, os primeiros indícios de vida cívica, provavelmente muito antes de poder sequer suspeitar-se de qualquer agrupamento permanente em aldeias. Não se tratava de um mero ajuntamento por ocasião do acasalamento, ou de um regresso provocado pela fome a uma fonte segura de água ou alimento, ou de um ocasional escambo, em determinado ponto convenientemente protegido por um tabu, de âmbar, sal, jade ou mesmo, talvez, de instrumentos prontos. Ali no centro cerimonial verificava-se uma associação dedicada a uma vida mais abundante; não simplesmente um aumento de alimentos, mas um aumento do prazer social, graças a uma utilização mais completa da fantasia simbolizada e da arte, com uma visão comum de uma vida melhor e mais significativa ao mesmo tempo que esteticamente atraente, uma boa vida em embrião, como a que Aristóteles um dia iria descrever na *Política*: o primeiro vislumbre da Eutopia. Com efeito, quem pode duvidar de que no próprio esforço de assegurar um suprimento abundante de alimento animal — se era essa realmente a finalidade mágica da pintura e do rito —, a própria representação da arte acrescentou algo tão essencial à vida humana quanto as recompensas carnis da caça. Tudo isso tem algo a ver com a natureza da cidade histórica.

A caverna paleolítica traz ao espírito muitos outros veneráveis santuários que, de igual maneira, personificavam propriedades e poderes sagrados e atraíam aos seus recintos homens de muito longe: grandes pedras, bosques sagrados, árvores monumentais, fontes santificadas tais como a Fonte do Cálice, em Glastonbury, onde José de Arimatéia teria lançado o Santo Graal. Tais marcos fixos e pontos sagrados de encontro, periódica ou permanentemente, ajuntavam aqueles que compartilhavam as mesmas práticas mágicas ou crenças religiosas. Meca, Roma, Jerusalém, Benares, Pequim, Quioto, Lourdes ainda recordam e dão continuidade àquelas finalidades originais.

Ainda que tais propriedades elementares, intimamente relacionadas com as características naturais, não bastem em si mesmas para servir de base ou suporte de uma cidade, constituem a maior parte dos núcleos centrais que a princípio dominaram as cidades históricas. Não menos, talvez, a caverna deu ao homem antigo sua primeira concepção de espaço arquitetônico, seu primeiro vislumbre da faculdade que tem um espaço emparedado de intensificar a receptividade espiritual e a exaltação emocional. A câmara pintada dentro de uma montanha prefigura o túmulo da pirâmide egípcia, também esta uma montanha feita pelo homem e propositadamente imitativa. As variações desse tema são incontáveis; todavia, a despeito das suas diferenças, a pirâmide, o zigurate, a gruta mitraica, a cripta cristã, todos têm seu protótipo na caverna da montanha. Tanto a forma quanto a finalidade desempenharam papel no desenvolvimento final da cidade.

Ao retroceder a era tão distante, em busca das origens da cidade, não se devem, evidentemente, esquecer as necessidades práticas que, em determinadas épocas, faziam com que se juntassem os grupos de família e as tribos em habitats comuns, numa série de acampamentos, mesmo numa economia de coleta ou de caça. Também essas necessidades tinham um papel a desempenhar; e muito antes que as aldeias rurais e as pequenas cidades se tornassem uma característica da cultura neolítica, já provavelmente se haviam sondado seus sítios favoráveis: a fonte cristalina com seu suprimento de água para o ano inteiro, o sólido monte de terra, acessível embora protegido por um rio ou represa, o estuário próximo muito farto em peixes e crustáceos — tudo isso já servia, em muitas regiões, para a economia mesolítica intermediária, em sítios cuja ocupação permanente é atestada por montes enormes de conchas abertas.

É possível, contudo, que a colonização tenha precedido até mesmo essas aldeias: os restos de construções paleolíticas encontrados no sul da Rússia, com a aparência de fazerem parte de uma aldeia, servem de advertência contra a tentação de fixar uma data por demais recente para o aparecimento da aldeia permanente. Com o tempo, iremos encontrar o acampamento do caçador transformando-se num local permanente de abrigo: uma faixa territorial paleolítica separada por muros das aldeias neolíticas em sua base.

Note-se, porém, que dois dos três aspectos originais da colonização temporária se ligam a coisas sagradas e não simplesmente à sobrevivência física: relacionam-se com uma espécie de vida mais valiosa e significativa, com uma consciência que entretém o passado e o futuro, apreendendo o mistério original da geração sexual e o mistério final da morte e do que pode haver depois da morte. Enquanto a cidade vai tomando forma, muitas outras coisas serão acrescentadas; não obstante, essas preocupações fundamentais ganham realce, como a própria razão da existência da cidade, inseparável da substância econômica que a torna possível. Na reunião mais remota no tempo, ao redor de uma sepultura ou de um símbolo pintado, de uma grande pedra ou de um bosque sagrado, encontram-se os primórdios de uma sucessão de instituições cívicas que vão do templo ao observatório astronômico, do teatro à universidade.

Assim, antes mesmo que a cidade seja um lugar de residência fixa, começa como um ponto de encontro aonde periodicamente as pessoas voltam: o imã precede o recipiente, e essa faculdade de atrair os não-residentes para o intercuro e o estímulo espiritual, não menos do que para o comércio, continua sendo um dos critérios essenciais da cidade, testemunho do seu dinamismo inerente, em oposição à forma da aldeia mais fixa e contida em si mesma, hostil ao forasteiro.

O primeiro germe da cidade é, pois, o ponto de encontro cerimonial, que serve de meta para a peregrinação: sítio ao qual a família ou os grupos de clã são atraídos, a intervalos determinados e regulares, por concentrar, além de quaisquer vantagens naturais que possa ter, certas faculdades "espirituais" ou sobrenaturais, faculdades de potência mais elevada e maior duração, de significado cósmico mais amplo do que os processos ordinários da vida. E, embora possam ser ocasionais e temporários os desempenhos humanos, a estrutura que os suporta, quer seja uma gruta paleolítica, quer seja um centro cerimonial maia, com sua altiva pirâmide, será dotada de uma imagem cómica mais duradoura.

Tão logo se desprende das suas necessidades animais imediatas, o espírito começa a atuar livremente sobre o quadro total da existência e a deixar sua marca tanto nas estruturas naturais, como cavernas, árvores e fontes, quanto nos artefatos produzidos pelo homem e elaborados segundo a sua imagem. Por isso mesmo, algumas das funções e finalidades da cidade existiam naquelas estruturas tão simples muito antes de começar a complexa associação da cidade a existir e dar nova forma à totalidade do ambiente, a fim de lhes proporcionar apoio e sustentação. Isso, porém, constitui apenas parte da história; portanto passemos adiante.

4. A Domesticação e a Aldeia

Embora algumas das sementes da vida urbana que surgiria mais tarde já se achassem presentes na cultura paleolítica, faltava o solo para nutri-las. A caça e a coleta de alimentos sustentam menos de quatro pessoas por quilômetro quadrado: para assegurar a própria existência, o homem paleolítico precisava ter um amplo raio de ação e grande liberdade de movimento. O acaso e a sorte competem com a esperteza e a perícia na economia do homem de então: ora se banqueteia, ora passa fome; e, enquanto não aprende a defumar e salgar sua carne, é obrigado a viver dia a dia, mantendo-se em pequenos grupos móveis, sem pesados objetos que o embaracem, sem se prender a uma habitação fixa.

A primeira condição para a existência de um suprimento alimentar amplo e seguro surgiu no período mesolítico, talvez há quinze mil anos. Nesse ponto, começam os arqueólogos a encontrar traços definidos de colonização permanente, da Índia até a área do mar Báltico: uma cultura baseada no emprego de crustáceos e peixes, possivelmente de sargaços e de tuberosas plantadas, tudo isso suplementado, sem dúvida, por outros suprimentos alimentares menos certos. Com aquelas aldeias mesolíticas, surgem os primeiros vislumbres de finalidades agrícolas e, da mesma forma, os primeiros animais domésticos, os animais de estimação e guardiães da casa: porcos, galinhas, patos, gansos, e, acima de tudo, o cão, o mais antigo companheiro animal do homem. A prática de se reproduzirem os vegetais comestíveis por meio de mudas — como ocorre com a tamareira, a oliveira, a figueira, a macieira e a videira —, provavelmente vem dessa cultura mesolítica. O próprio tempo exigido para o crescimento de árvores frutíferas denota uma contínua ocupação e persistente cuidado.

A riqueza daquele suprimento alimentar já tão aumentado, logo depois de terminar o último Período Glacial, pode ter tido um efeito estimulante tanto sobre a mente como sobre os órgãos sexuais. A facilidade de colher, a segurança adicional, permitiam o ócio, ao passo que a libertação do jejum forçado, que já desde muito se provou ser redutor do apetite sexual, pode ter dado à sexualidade em todas as formas uma maturação prematura, certa persistência e até mesmo certa potência, que talvez lhe faltassem na vida intranquila, muitas vezes semifaminta, dos povos caçadores e colhedores. A alimentação e os costumes eróticos dos polinésios, tais como existiam quando o homem ocidental os descobriu, sugerem esse quadro mesolítico.

Esse processo de colonização, domesticação, regularidade alimentar, veio introduzir uma segunda fase, possivelmente há dez ou doze mil anos. Com ele, iniciou-se a reunião sistemática e o plantio de sementes de certas gramíneas, a domesticação de outras plantas dotadas de sementes, como as abóboras e os feijões, e a utilização de animais em rebanhos, o boi, o carneiro, e, afinal, o jumento e o cavalo. Graças a uma ou outra dessas criaturas, os

alimentos, a capacidade de tração e a mobilidade coletiva foram aumentados. Com toda probabilidade, nenhuma fase dessa grande revolução agrícola poderia ter ocorrido entre nômades crônicos: ela exigia algo como a ocupação permanente de uma área, prolongada por um período suficiente para se seguir todo o ciclo de desenvolvimento, induzindo os povos primitivos a ter a primeira visão dos processos naturais e a reproduzi-los mais sistematicamente. Em todos esses acontecimentos, o mais importante talvez tenha sido a domesticação do próprio homem, que constitui em si mesma uma prova de crescente interesse pela sexualidade e reprodução.

Aqui, não se pode deixar de lado a sugestão de A. M. Hocart, de que tanto a domesticação quanto o emprego de esterco podem ter tido a sua origem nos ritos de fertilidade e sacrifícios mágicos, assim como o uso cerimonial da decoração do corpo e o traje puramente simbólico precederam a fabricação de roupas como forma de proteção contra o tempo. Seja como for, a domesticação geral foi o produto final de um crescente interesse pela sexualidade e pela reprodução; e foi acompanhada de um papel mais importante atribuído à mulher em todos os departamentos. A vida predatória cedeu lugar à simbiose. Para felicidade do desenvolvimento humano, a sexualidade da mulher jamais veio a ser segregada e exagerada na forma gigantesca, por exemplo, da rainha das térmitas, que assumiu a função poedeira de todo o termitário.

Aquilo a que chamamos revolução agrícola foi, muito possivelmente, antecedida por uma revolução sexual, mudança que deu predomínio não ao macho caçador, ágil, de pés velozes, pronto a matar, impiedoso por necessidade vocacional, porém, à fêmea, mais passiva, presa aos filhos, reduzida nos seus movimentos ao ritmo de uma criança, guardando e alimentando toda sorte de rebentos, inclusive, ocasionalmente, pequenos mamíferos lactentes, se a mãe destes morria, plantando sementes e vigiando as mudas, talvez primeiro num rito de fertilidade, antes que o crescimento e multiplicação das sementes sugerisse uma nova possibilidade de se aumentar a safra de alimentos.

Permito-me ressaltar a concentração do homem neolítico na vida e no crescimento orgânico: não apenas uma coleta de amostras e um teste do que a natureza proporcionara, mas uma seleção e propagação discriminadora, com finalidades tão perfeitas que o homem histórico não acrescentou sequer uma planta ou animal de maior importância aos que eram cultivados ou domesticados nas comunidades neolíticas. A domesticação, em todos os seus aspectos, implica duas largas mudanças: a permanência e continuidade de residência e o exercício do controle e previsão dos processos outrora sujeitos aos caprichos da natureza. Ao lado disso, encontram-se os hábitos de amansamento, nutrição e criação. Neste passo, as necessidades, as solicitações, a intimidade da mulher com os processos de crescimento e sua capacidade de ternura e amor devem ter desempenhado um papel predominante. Com a grande ampliação

dos suprimentos alimentares, que resultou da domesticação cumulativa de plantas e animais, ficou determinado o lugar central da mulher na nova economia.

As palavras "lar" e "mãe" estão, certamente, escritas em todas as fases da agricultura neolítica e não menos nos novos centros de aldeamento, afinal identificáveis nos fundamentos das casas e nas sepulturas. Era a mulher que manejava o bastão de cavar ou a enxada: era ela que cuidava dos jardins e foi ela quem conseguiu essas obras-primas de seleção e cruzamento que transformaram espécies selvagens e rudes em variedades domésticas prolíficas e ricamente nutritivas; foi a mulher que fabricou os primeiros recipientes, tecendo cestas e dando forma aos primeiros vasos de barro. Na forma, também, a aldeia é criação sua: não importa que outras funções pudesse ter, era a aldeia o ninho coletivo para o cuidado e nutrição dos filhos. Na aldeia, a mulher prolongou o período de cuidados às crianças e o de alegre irresponsabilidade, de que dependem tantos dos maiores feitos do homem. A vida estável da aldeia tinha uma vantagem sobre as formas itinerantes e mais frouxas de associação, dos grupos menores, pelo fato de proporcionar um máximo de facilidades para a fecundidade, nutrição e proteção. Graças à divisão do cuidado com os filhos pela comunidade, pôde prosperar um número maior deles. Sem esse longo período de desenvolvimento agrícola e doméstico, os excessos de alimento e capacidade de trabalho que tornaram possível a vida urbana não teriam existido. E sem a previsão e a consciente disciplina moral que a cultura neolítica introduziu em todas as fases da vida, é de se duvidar que pudesse ter emergido a cooperação social mais complexa que surgiu com a cidade.

A presença da mulher se fez sentir em todas as partes da aldeia: não menos em suas estruturas físicas, com seus lugares fechados para proteção, cujos sentidos simbólicos posteriores a psicanálise trouxe, agora tardiamente, à luz. Segurança, receptividade, proteção e nutrição — tais funções pertencem à mulher; e tomam expressão estrutural em todas as partes da aldeia, na casa e no forno, no estábulo e no celeiro, no poço, no paiol, no silo, e dali passam à cidade, refletindo-se na muralha e no fosso e em todos os espaços internos, desde o átrio até o claustro. A casa e a aldeia, e com o tempo a própria cidade, são obras da mulher. Se tal parece ser uma conjectura psicanalítica extremada, estão os antigos egípcios prontos a atestá-la. Nos hieróglifos egípcios, "casa" ou "cidade" podem surgir como símbolos de "mãe", como que a confirmar a semelhança da função formadora individual e coletiva. Ao lado disso, as estruturas mais primitivas — casas, aposentos, túmulos —, geralmente são redondas, lembrando o vaso original descrito no mito grego, que fora modelado no seio de Afrodite.

A aldeia, no meio de seus canteiros e campos, formava uma nova espécie de colônia; uma associação permanente de famílias e vizinhos, de aves e animais, de casas, silos e celeiros, tudo isso bem preso ao solo ancestral no

qual cada geração formava o humo para a próxima. As atividades do dia tinham por centro a alimentação e o sexo: o sustento e a reprodução da vida. Já nos tempos históricos, o falo e a vulva avultam no ritual de aldeia. De forma monumental, vão penetrar mais tarde na cidade, não simplesmente disfarçados como obeliscos, colunas, torres, recintos fechados com domos, mas em formas nuas tais como o enorme pênis, quebrado mas ereto, que se vê ainda em Delos.

Em forma primitiva, muitas estruturas e símbolos urbanos estavam presentes na aldeia agrícola: a própria parede pode ter existido na forma de estacadas ou elevações artificiais, se é possível julgar com base em provas muito mais recentes, como proteção contra os animais invasores. Dentro daquele recinto fechado, podiam os filhos brincar em segurança, sem que mais nada os guardasse; e durante a noite, o gado podia repousar sem que lobos e tigres viessem molestá-lo. Ainda assim, as aldeias mais antigas, segundo V. Gordon Childe, eram abertas: desse modo, a própria existência de tais salvaguardas talvez indique um período posterior de pressão ou perigo, no qual o circuito estático do muro fazia as vezes de armas vigilantes para manter à distância os invasores.

Naquela vida, com sua exuberância erótica, entrara uma nova ordem, uma nova regularidade, uma nova segurança: os suprimentos alimentares eram mais abundantes do que jamais tinham sido antes; quase que certamente nasciam mais crianças e mais sobreviviam, naquelas comunidades neolíticas, do que qualquer cultura anterior poderia sustentar, exceto sob condições inusitadamente felizes. Os instrumentos trabalhados e polidos que outrora eram tidos como os principais critérios de avaliação da cultura neolítica dão testemunho de paciência e esforço sistemático, muito diferente do que era necessário para o rachar de pederneiras ou para a caça. Todos esses novos hábitos e funções emprestaram sua contribuição à cidade, quando ela veio a surgir; e, sem esse componente de aldeia, até a maior comunidade urbana teria carecido de uma base essencial de permanência física e continuidade social.

Mesmo sem qualquer impulso consciente naquela direção, a nova associação simbiótica do homem com os animais e plantas foi favorável ao posterior desenvolvimento da cidade. A princípio, o cão foi menos um animal de caça que um vigia e um carniceiro; sem o cão e o porco, é de se duvidar que pudesse ter sobrevivido às suas infrações sanitárias a comunidade muito densa; na verdade, o porco serviu como um departamento auxiliar de limpeza pública até dentro do século XIX, em cidades supostamente progressistas, como Nova Iorque e Manchester. Também então, quando os cereais se tornaram abundantes, o gato — e no Egito a cobra domesticada — serviu para espantar os roedores que transmitiam doenças e desbaratavam os suprimentos alimentares. Contudo, é necessário acrescentar, por uma questão de justiça, uma palavra a respeito do lado negativo: os camundongos, os ratos e as baratas, por sua vez,

tiraram partido das novas colônias e formaram anexos mais do que permanentes a elas.

Essa nova associação com animais precedeu o uso da sua carne como alimento: como no caso do traje e da decoração do corpo, foram eles decorativos antes de serem úteis. Todavia, o alojamento muito próximo de homens e animais deve ter tido outro efeito estabilizador sobre a agricultura: transformou as imediações da aldeia, quase sem exceção, num monte de esterco. O termo fertilização tem hoje um duplo sentido no vernáculo; e essa ligação talvez seja bastante velha, pois aqueles antigos cultivadores certamente eram também observadores. Se compreenderam o obscuro processo de cruzamento ocorrido na tamareira, provavelmente observaram também que as duas formas de "fertilização" aceleravam o crescimento dos vegetais. O homem primitivo, assim como a criancinha, olha com interesse, com respeito até, todas as excreções do corpo: somente a descarga periódica e descontrolada do mênstruo desperta seu medo e o leva a tomar medidas acauteladoras. Tem ele esses produtos espontâneos na conta de provas de uma espécie de criatividade espontânea, comum tanto ao homem como a seus parceiros animais. Na aldeia, o simples número tornava abundante o excremento, pois chegavam a misturá-lo com a lama para rebocar as paredes feitas de junco trançado das tendas da Mesopotâmia.

Assim, o próprio ato de fixação em aldeias ajudava fazer com que a agricultura se sustentasse sozinha, exceto nos trópicos do Novo Mundo onde, mais tarde, com métodos mais primitivos de cultivo, empregando o fogo para abrir a selva, a aldeia carecia de estabilidade e os centros cerimoniais muitas vezes não tinham população permanente. Mas, onde as fezes humanas tanto quanto as animais eram amplamente empregadas, como na China, até mesmo a cidade que crescia compensava o fato de ocupar valiosas terras de lavoura pelo enriquecimento dos campos circunvizinhos. Se soubéssemos onde e quando começou essa prática, teríamos uma visão mais profunda da história natural das cidades mais antigas. As privadas, os esgotos e a poluição dos rios assinalam a data de encerramento do processo: do ponto de vista ecológico, um passo atrás, e até agora um avanço técnico mais ou menos superficial.

A vida de aldeia acha-se engastada na associação primária entre nascimento e lugar, sangue e solo. Cada um dos seus membros é um ser inteiramente humano a desempenhar todas as funções apropriadas a cada fase da vida, do nascimento à morte, em aliança com forças naturais que venera e às quais se submete, muito embora possa ser tentado a invocar poderes mágicos para as controlar no interesse de seu grupo. Antes que começasse a existir a cidade, a aldeia já criara o vizinho: aquele que mora perto, dentro de uma distância onde é fácil chamá-lo, compartilhando as crises da vida, velando os que agonizam, chorando solidariamente pelos mortos, rejubilando-se num banquete nupcial ou num nascimento. Como nos recorda Hesíodo, os vizi-

nhos correm em nosso socorro, enquanto que mesmo os parentes "ronceiam em seus arreios".

A ordem e estabilidade da aldeia, juntamente com seu muro maternal, sua intimidade e sua continuidade com as forças da natureza, foram transmitidas à cidade: ainda que perdidas na cidade, em geral, por causa da sua super-expansão, não obstante permanecem no bairro e no distrito de vizinhança. Sem essa identificação e esse cuidado maternal de toda a comunidade, os filhos se tornam desprovidos de moral; aliás, a sua própria faculdade de se tornarem inteiramente humanos desaparece, juntamente com a primeira obrigação do homem neolítico — o acalantar e alimentar a vida. O que chamamos de moralidade começa nos costumes, nos hábitos conservadores da vida que se encontram na aldeia. Quando se dissolvem esses laços primários, quando a comunidade íntima visível deixa de ser um grupo vigilante, identificável, profundamente interessado, o "Nós" passa a ser um ruidoso enxame de "Eus" e os laços e fidelidades secundárias se tornam por demais frouxos para deter a desintegração de comunidade urbana. Somente agora, quando os modos da aldeia vão rapidamente desaparecendo do mundo, podemos avaliar tudo o que a cidade lhes deve, pela energia vital e amorosa proteção que tornaram possível o maior desenvolvimento do homem.

5. Cerâmica, Hidráulica e Geotécnica

Com a aldeia, nasceu uma nova tecnologia: as armas e instrumentos masculinos do caçador e do mineiro — a lança, o arco, o martelo, o machado, a faca — foram suplementados por formas tipicamente neolíticas, de origem feminina: a própria lisura dos instrumentos polidos, em contraste com as formas lascadas, pode ser considerada como um traço feminino. A respeito da técnica neolítica, a grande realidade é a de que suas principais inovações não se fizeram no terreno das armas e instrumentos, mas no dos recipientes.

As armas e utensílios paleolíticos eram destinados principalmente aos movimentos e esforços musculares: instrumentos destinados a lascar, entalhar, cavar, furar, cravar, dissecar, transmitir rapidamente a força à distância; em suma, todas as formas de atividade agressiva. Os ossos e músculos do macho dominam suas contribuições técnicas: até mesmo seu débil pênis é inútil, do ponto de vista sexual, enquanto não se torne duro como um osso — como reconhece a linguagem vulgar. Na mulher, todavia, os tenros órgãos internos constituem o centro da vida: seus braços e pernas servem menos significativamente para o movimento do que para segurar e conter, seja um amante, seja uma criança; e é nos orifícios e reentrâncias, a boca, a vulva, a vagina, os seios, o útero, que ocorrem as suas atividades sexualmente individualizadas.

Sob o domínio da mulher, o período neolítico é proeminentemente de recipientes: é uma era de utensílios de pedra e de cerâmica, de vasos, jarros, tinas, potes, depósitos, celeiros, casas, e não menos de grandes recipientes coletivos, tais como fossos de irrigação e aldeias. A singularidade e significação dessa contribuição têm sido muito freqüentemente esquecidas pelos estudiosos modernos, que julgam todos os progressos técnicos em função da máquina.

A mais primitiva moradia que já se descobriu na Mesopotâmia, segundo Robert Braidwood, é um buraco cavado no solo e ressecado pelo sol até ganhar a consistência de tijolos; e, o que é mais notável, essa primeira casa parece antecipar qualquer forma de cerâmica de argila. Em toda parte onde seja necessário conservar e armazenar os excedentes, os recipientes têm grande importância. Muito embora dispusesse de conchas e peles, o caçador paleolítico poucas maneiras tinha de utilizar recipientes: como o bosquímano, ainda existente na África, fazia com que seu ventre muito inchado servisse a esse fim. Contudo, logo que a agricultura trouxe o excesso de alimentos e a colonização permanente, tornaram-se essenciais os utensílios de armazenamento de toda sorte.

Sem recipientes vedados, o aldeão neolítico não poderia guardar cerveja, vinho e azeite; sem jarros de pedra ou argila que se pudessem fechar, não poderia evitar os roedores ou insetos; sem depósitos, potes, celeiros, não poderia fazer com que seu alimento se conservasse de estação a estação. Sem a casa permanente de morada, os filhos, os doentes e os velhos não poderiam ser mantidos juntos e em segurança, nem entregues a ternos cuidados. Foi nos recipientes permanentes que a invenção neolítica ultrapassou em brilho todas as culturas anteriores: tanto que continuamos até hoje usando muitos dos seus métodos, materiais e formas. A própria cidade moderna, com todo o seu aço e o seu vidro, é ainda, essencialmente, uma estrutura presa à terra, como na Idade da Pedra. O antigo uso de barro cozido para a escrita deu ao pensamento humano uma permanência com a qual não pode rivalizar nenhum outro meio, como ainda o atestam as inscrições cuneiformes da Babilônia. Embora as cidades antigas muitas vezes fossem destruídas, seus arquivos permanentes eram à prova d'água e de fogo. Com o armazenamento, vieram a continuidade e os excedentes, sobre os quais seria possível descansar em temporadas de falta. A guarda, à parte e em segurança, de sementes para o plantio do ano seguinte, foi o primeiro passo para a acumulação de cabedal.

Note-se o quanto a cidade deve, tecnicamente, à aldeia: dela surgiram, diretamente ou pela elaboração, o celeiro, o banco, o arsenal, a biblioteca, o armazém. Lembremo-nos também de que a vala de irrigação, o canal, o reservatório, o fosso, o aqueduto, o dreno, o esgoto, também constituem recipientes destinados ao transporte automático ou à armazenagem. O primeiro deles foi inventado muito antes da cidade; e sem essa ordem de invenções, a cidade

antiga não poderia ter tomado forma, como afinal ocorreu; pois não era ela nada menos que um recipiente de recipientes.

Antes que fossem inventados a roda do oleiro, o carro de guerra ou o arado, isto é, muito antes do ano 3500 a.C., todas as principais formas de recipientes tiveram uma longa carreira. Karl A. Wittfogel tem razão em acentuar o controle coletivo da água como uma das características diferenciadoras dos Estados totalitários que floresceram na Idade da Pedra e do Cobre. Há provas, entretanto, de que os antigos aldeões espalhados ao longo do Nilo e do Eufrates já tinham começado a dominar essa arte. A lama e a água, como bem sabem as crianças, são plásticas e maleáveis. A lição aprendida na modelagem da casa e do pote, do vale de irrigação e do canal, foi transmitida a todas as outras partes da paisagem. Com efeito, a domesticação de plantas e animais, a domesticação do homem e a domesticação da paisagem natural — tudo isso ocorreu ao mesmo tempo.

Em suma, a configuração da terra foi uma parte integrante da configuração da cidade — e a precedeu. É essa íntima relação biotécnica que o homem moderno, com seus planos de substituição de complexas formas de terra e associações ecológicas por sucedâneos artificiais vendáveis, desfaz, com perigo para si próprio.

Centenas, talvez milhares de aldeolas, em partes favoráveis do globo, do Egito à Índia, tinham aplicado essas artes, de uma forma modesta mas decisiva, a todas as características de sua vida. Assim é que os bosques e pastos cederam lugar ao cultivo manual e, perto dos desertos ou semidesertos, como no vale do Jordão, pequenos oásis, baseados em suprimentos garantidos de água, acumulada em grandes depósitos, tornaram-se visíveis. Sem aquela base, sem aquela facilidade de guardar em recipientes, sem aquele isolamento e ordem, jamais poderia ter sido concebida a cidade. Essas funções neolíticas tiveram importância fundamental para as finalidades emergentes da cidade, que as encaminham a objetivos extravagantemente diferentes.

6. A Contribuição da Aldeia

Olhemos mais detidamente para a aldeia primitiva, tal como a devemos imaginar na Mesopotâmia e no vale do Nilo, entre, por exemplo, 9000 e 4000 anos a.C. Um aglomerado de cabanas de barro cozido ou de construções de caniço e lama, de tamanho atarracado, a princípio pouco melhores que a morada de um castor. Ao redor dessas aldeias, estendem-se canteiros e plantações, modestos em todas as dimensões; não ainda os campos largos mas delimitados, de forma retangular, que surgiram com o arado. Perto, no alagadiço e no rio, há aves a atrair e apanhar, peixes a pegar na rede, alimentos a mais para compensar uma má colheita ou enriquecer a dieta de cada dia. Mas até na aldeola

mais primitiva, tal como na aldeia em delta de Merimdeh Beni-Salameh, havia "um pote afundado no piso para recolher a água de chuva que entrava pelo teto", como observou John A. Wilson. Ademais, "a aldeia tinha um celeiro comum, constituído de cestos tecidos enfiados na terra".

A maior parte do que se sabe da estrutura e do modo de vida das povoações e aldeias neolíticas vem dos restos rudes conservados em pântanos polonês, no fundo de lagos suíços, na lama do delta egípcio, ou de fragmentos de canções e histórias registradas muito tempo depois na cultura letrada e urbanizada dos sumérios, dos egípcios e dos gregos. Nenhuma referência à vida de aldeia entre as tribos sobreviventes, tidas na conta de primitivas, pode ter a esperança de dar uma idéia verdadeira daquela remota cultura incoativa, ainda em processo de formação. Com efeito, aquilo a que hoje chamamos primitivo, mesmo quando revela alguns traços de contato recente com culturas desenvolvidas, tem atrás de si ligações contínuas e mudanças, ocorridas num período tão grande da História como qualquer grupo ou unidade urbana mais complexa. Talvez as melhores fontes da primitiva cultura de aldeia permaneçam nos costumes e superstições que sobreviveram, ainda conservados vivos em áreas rurais quase até os nossos próprios dias. A cultura arcaica, como lhe chamou André Varagnac, parece ser a camada não deteriorada que se acha por baixo de todas as culturas do Velho Mundo, por mais civilizadas e urbanizadas que sejam.

Por toda parte, a aldeia é um pequeno agrupamento de famílias, variando talvez entre meia dúzia e três vintenas, cada qual com seu próprio lar, seu próprio deus doméstico, seu próprio oratório, seu próprio cemitério, dentro da casa ou em algum campo comum de sepultamento. Falando a mesma língua, encontrando-se sob a mesma árvore ou à sombra da mesma pedra empinada, andando ao longo do mesmo caminho batido pelo seu gado, cada família segue o mesmo modo de vida e participa dos mesmos trabalhos. Se alguma divisão de trabalho existe, é da espécie rudimentar, determinada mais pela idade e pela força do que pela aptidão vocacional: quem olha o rosto de seu vizinho enxerga a própria imagem. Na maior parte, o tempo dissolveu a estrutura material da aldeia na paisagem: somente seus cacos e conchas podem reclamar permanência; mas a estrutura social permaneceu rija e durável, pois é baseada em preceitos ditados, histórias de famílias, exemplos heróicos, injunções morais, conservados como tesouros e passados sem deformação dos velhos para os jovens.

Enquanto a rotina da agricultura neolítica se tornava mais bem-sucedida, provavelmente tendia a se tornar mais fixa e conservadora. Pelo fim desse período, todas as ousadas experiências que tinham estabelecido a distinção entre os vegetais comestíveis e os indigeríveis ou venenosos, que haviam descoberto os segredos do lançamento de raízes, da sementeira, do cruzamento e da seleção, que haviam escolhido os animais dóceis e tratáveis que

vieram a ser auxiliares do homem, tinham-se esgotado, senão chegado ao fim. O conformismo, a repetição, a paciência foram as chaves dessa cultura, tão logo ela se havia solidificado. Sem dúvida, foram precisos milhares de anos para que a economia neolítica estabelecesse seus limites: mas, assim que os alcançou, poucos impulsos interiores teve para um desenvolvimento maior. "Seguremos o que é bom e não procuremos mais" era a fórmula que traduzia seu contentamento.

Antes que se desenvolvesse bem o transporte pela água, cada aldeia era, com efeito, em si mesma, um mundo: isolada tanto por certo narcisismo e por uma sonolenta absorção em si mesma, talvez, quanto pelas meras barreiras físicas. Mesmo em condições primitivas, aquele conformismo jamais foi absoluto, aquela suficiência jamais foi completa, aquelas limitações jamais foram intransponíveis. Talvez fosse necessário ir a outras partes buscar um instrumento ou "capturar" uma noiva. Todavia, o ideal dos aldeões continuou sendo aquele retratado muito mais tarde por Lao-tsé: "Deleitar-se na sua comida, orgulhar-se de suas roupas, contentar-se com seu lar, rejubilar-se com seus costumes". Então, "podiam eles estar ao alcance da vista de uma aldeia vizinha, ao alcance do ouvido dos galos e cães, e ainda assim envelhecer e morrer antes de se visitarem uns aos outros". Tais aldeias eram capazes de se reproduzir e multiplicar sem qualquer impulso no sentido de mudar seu padrão de vida: enquanto a nutrição e reprodução, prazeres do ventre e do aparelho genital, constituíram as principais finalidades da vida, a cultura de aldeia neolítica atendeu a todas as exigências.

Sem dúvida este quadro geral está sujeito a certas reservas. Agora, talvez sejamos tentados a exagerar as qualidades estáticas da aldeia neolítica e interpretar, nas suas características mais fluidas, as estabilidades, repetições e fixações que se acumularam no decorrer de milhares de anos. No curso dos milênios, deve ter ocorrido alguma nova acumulação e certo crescimento do espírito aventureiro. Na forma exterior, a aldeia neolítica tinha já muitas das características das pequenas cidades, como é o caso de Lagash, na Mesopotâmia; na verdade, como artefatos puramente físicos, os restos da grande aldeia e os da pequena cidade não se distinguem uns dos outros. Se existissem mais traços físicos visíveis poderíamos até encontrar tantas variedades de traçados quantas foram encontradas por Meitzen, relativos a um período muito mais recente, na Europa central.

Por tudo isso, a estrutura embrionária da cidade já existia na aldeia. Casa, oratório, poço, via pública, água — o qual não era ainda um mercado especializado —, tudo isso tomou forma primeiro na aldeia: invenções e diferenciações orgânicas, que aguardavam o momento de serem levadas avante na estrutura mais complexa da cidade. O que vale para a estrutura geral da aldeia vale também para as suas instituições. Os começos da moralidade organizada,

do governo, do direito e da justiça existiam nos Conselhos de Anciões da aldeia. Thorkild Jacobsen demonstrou que esse grupo representativo, repositório da tradição, censor da moral, juiz do certo e do errado, já podia ser distinguido 4000 a.C., na Mesopotâmia, embora suas origens devam ser anteriores a qualquer documento. Esse órgão rudimentar de governo parece caracterizar as comunidades de aldeia em todos os períodos. Tão importante era essa instituição, que deixou sua marca tanto no mito religioso como no funcionamento real da cidade-Estado mesopotâmica; com efeito, milhares de anos mais tarde, um Conselho de Deuses da Babilônia seguia ainda o padrão arcaico de aldeia.

Tais conselhos espontâneos, unificados pelo uso e pela necessidade, expressavam o consenso humano, não tanto por estabelecer regras e tomar novas decisões quanto por dar alguma aplicação imediata a regras aceitas e a decisões tomadas num passado imemorial. Numa cultura oral, apenas os velhos tiveram tempo suficiente para assimilar tudo aquilo que se deve conhecer: sua influência pode ser ainda sentida nas comunidades de aldeia da África, Ásia, América do Sul; na verdade, sem formas cerimoniais, muitas vezes encontram-se vestígios de sua atividade numa ou noutra aldeia norte-americana, até hoje. Os mais velhos personificavam a sabedoria acumulada da comunidade: todos participavam, todos se conformavam, todos se uniam, restabelecendo a ordem comunal, toda vez que essa ordem fosse momentaneamente perturbada pela incompreensão ou pela desídia. Os antigos gregos achavam que o respeito que tinham pelo costume e pelo direito consuetudinário, contra, por exemplo, o capricho tirânico, era um produto único da sua cultura. Contudo, na verdade, era testemunho da continuidade dada por ela a uma democracia de aldeia mais antiga, que encontramos antes na Mesopotâmia: uma instituição que parece preceder todo o exercício mais requintado do controle, por parte de uma minoria dominante, que impõe suas tradições estranhas ou suas inovações de classe superior, igualmente estranhas, a uma população subjugada, ainda que disposta a aquiescer.

Assim, quanto à própria religião: a religião permaneceu no nível familiar, humano. Embora cada aldeia pudesse ter seu santuário e seu culto local, comuns a todos os vizinhos, havia uma difusão maior do sentimento religioso por meio do totem e do culto dos antepassados: cada casa possuía seus próprios deuses, como sua propriedade verdadeira e inalienável, e o chefe da casa desempenhava funções sacerdotais de sacrifícios e oração, como ainda faz nas famílias judias ortodoxas, por ocasião da Páscoa. Em geral, a aldeia produzia uma difusão do poder e da responsabilidade: as potencialidades de diferenciação e especialização em grande parte continuaram em suspenso, ao passo que o afastamento, o não-conformismo, a inovação e a invenção eram reduzidos ao mais restrito mínimo tolerável, senão inexoravelmente extirpados.

Vivendo numa proximidade e intimidade dessa ordem, com o encontro face a face de todos os dias, cada membro permanecia ao nível dos olhos. Somente a idade estabelecia a precedência hierárquica e a autoridade.

Uma vez implantadas as principais invenções e instituições neolíticas, a própria vida de aldeia pôde continuar naquele nível por milhares de anos, dando-se por feliz simplesmente em se manter. O último grande afastamento ocorreu com a cultura do arado e a substituição da pedra por instrumentos de metal. Deve ter havido um período razoavelmente longo, em que não chegou a existir nada que pudesse ser chamado uma cidade completa, plenamente diferenciada. Todavia as gradações entre as aldeias e as cidades neolíticas são tão imperceptíveis e tão numerosos os pontos de semelhança, que se é tentado a tomá-los simplesmente como as formas jovens e adultas das mesmas espécies. Isto aplica-se, em larga medida, a sua forma física, mas não a suas instituições sociais. Muita coisa da cidade estava latente ou mesmo visivelmente presente na aldeia: contudo, esta existia como o óvulo não fertilizado e não como o embrião em desenvolvimento; na verdade foi preciso que todo um conjunto de cromossomos complementares de um pai viesse desencadear os novos processos de diferenciação e complexo desenvolvimento cultural.

7. O Novo Papel do Caçador

Quando se procura interpretar a sucessão de culturas, corre-se o risco de levar por demais a sério a sua estratificação. Embora seja necessário, na arqueologia, o devido respeito pelas camadas, como um modo de definir filiações culturais e sucessões temporais, somente uma cultura material que esteja morta e enterrada para sempre permanece estratificada, sem sofrer deslocamentos e transformações; ao passo que a cultura não material é de natureza grandemente fibrosa; embora seus longos fios possam muitas vezes ser rompidos, perpassam todas as camadas e, mesmo quando não são visíveis, podem desempenhar um papel importante.

Assim, embora com base nas provas atuais, datemos apropriadamente a cidade física a partir das últimas fases da cultura neolítica, o aparecimento real da cidade ocorreu como resultado final de uma união mais remota entre os componentes paleolíticos e neolíticos. Essa união, se minha suposição é correta, foi sustentada, quando não provocada, pelo último grande progresso da revolução agrícola, a domesticação dos cereais e a introdução da cultura do arado e da irrigação. O resultado final foi a coalescência do grupo total de instituições e controles que caracterizam a "civilização".

Naquele momento, a contribuição masculina, dominada e enfraquecida, senão rejeitada, pelos atos anteriores de domesticação, retornou subitamente, com redobrado vigor, trazendo consigo um novo dinamismo, a se expressar

como um desejo de amansar e controlar a natureza, de dominar e vencer os animais fortes ou ardorosos — o burro, o cavalo, o camelo, o elefante —, a exercer, acima de tudo, em parte pelo domínio das armas, um poder predatório sobre os outros grupos humanos. Nem a cultura paleolítica nem a neolítica era capaz de fazer por si mesma o que as duas afinal conseguiram realizar por uma união dos seus talentos e funções complementares.

Evidentemente, a idéia de que a cultura paleolítica foi inteiramente substituída pela cultura neolítica é uma ilusão. Ainda hoje, ao redor de toda grande cidade, num domingo de primavera, milhares de pescadores enfileiram-se às margens dos rios e dos lagos, praticando a antiga ocupação paleolítica da pesca, ao passo que, mais para o fim do ano, e mais para o interior, outros obedecerão a uma prática ainda mais antiga, colher cogumelos, bagas ou castanhas, apanhar conchas ou madeiras flutuantes, ou cavar à procura de mariscos à beira-mar: fazendo ainda, pelo prazer, o que o homem de antigamente fazia pela necessidade de sobrevivência.

Que — devemos perguntar — aconteceu ao caçador paleolítico, quando o cultivo pela enxada e a cultura da árvore tornaram possível a fixação numa aldeia? Sem dúvida, foi ele impelido para fora das áreas agrícolas, pois a caça miúda que ali fosse possível encontrar seria capturada ou caçada pelos aldeões, enquanto os grandes animais eram impelidos para os pântanos e terras altas; ou, senão, seriam considerados como um perigo para as colheitas, e não como uma grata fonte de alimentos. Com a agricultura, reduziram-se as oportunidades do caçador. Se recordarmos a atitude de Leatherstocking(*) para com as derrubadas pioneiras destinadas à agricultura, estaremos perto de reconhecer essa reação primitiva. Mas, com o tempo, talvez os confortos e sociabilidades da pequena povoação tenham produzido certa insatisfação e inveja, por mais desdenhosamente que pudesse o caçador rejeitar a rotina repetitiva, a segurança sem riscos, que a agricultura bem-sucedida trouxera consigo.

Ora, à parte algumas poucas e dúbias pinturas em cavernas, de homens com arcos retesados defrontando-se, não há provas tão remotas a sugerir que os caçadores fizessem presa de outros caçadores. Por muito tempo, as vítimas da caça foram apenas animais e aves, e não outros homens. Contudo, há bastantes provas, dadas pelo mundo dos animais e dos insetos, da crença de que os predadores, quando podem escolher, muitas vezes preferem um modo de existência suave a um modo mais árduo, e se se tornam tão adeptos da vida mais fácil que se comprometem com o parasitarismo, vivendo à custa de um hospedeiro passivo, ainda que não inteiramente compassivo. Todavia, até certo ponto, essa relação pode ser de natureza convenientemente simbiótica: em troca de sua parcela de abundância, o predador pode guardar o ninho contra outros inimigos.

(*) Personagem de ficção criada por James Fenimore Cooper. (N. do T.)

Faltam-nos provas reais desse intercâmbio de acomodação, pois é anterior ao registro histórico: até mesmo os sugestivos restos materiais que indicariam uma nova relação entre os grupos paleolíticos e neolíticos são escassos, prestando-se a interpretações divergentes. Contudo, antes que a cidade brote no mundo, há indicações definidas, na Palestina, de que o acampamento temporário do caçador passou a ser uma fortificação ocupada continuamente. Essa fortificação é dirigida por alguém a quem o arqueólogo, de modo algo demasiado vago, descreve como "chefe local", obviamente não sozinho mas com um grupo de seguidores que o apóiam. A princípio, tais caçadores poderiam ser não meramente tolerados, mas ativamente bem acolhidos. Com efeito, o caçador desempenhou um papel útil na economia neolítica. Com o seu domínio das armas, com as suas habilidades na caça, protegeria a aldeia contra seus inimigos mais sérios, provavelmente os únicos: o leão, o tigre, o lobo, o aligátor. O caçador sabia ainda como tocar e matar esses animais, ao passo que o aldeão, provavelmente, não possuía armas nem, menos ainda, a audácia necessária para fazê-lo. No decorrer dos séculos, a segurança pode ter feito do aldeão um homem passivo e tímido.

Neste ponto as crônicas vêm em nosso auxílio, embora a primeira combinação recíproca entre a aldeia e a fortificação as possam ter precedido de muito tempo. O arquétipo do chefe, na lenda sumeriana, é Gilgamesh: o caçador heróico, o vigoroso protetor, e, não menos significativamente, o construtor da muralha ao redor de Uruk. E, na antiga narrativa babilônica das façanhas de outro caçador, Enkidu, lemos: "Tomou sua arma para caçar os leões: os pastores podiam repousar à noite, ele apanhava os lobos: ele capturava os leões: os guardadores do gado podiam descansar. Enkidu é seu vigia, o homem ousado, o herói sem igual".

Não se tratava de servil elogio a um conquistador, mas de gratidão civilizada a um protetor amigo, cujos serviços por muito tempo continuaram sendo necessários. Ainda no século VII a.C., uma estela erigida por Assurbanipal recorda a ferocidade dos leões e tigres, depois que chuvas torrenciais haviam transformado a terra numa selva de caniços: gaba ele sua própria eficiência, no perseguir essas feras em seus covis. Mas, por esse tempo, infelizmente, o benéfico papel do caçador tornara-se enxovalhado pelo desejo sadístico de poder: não sendo capaz de contar com uma reação voluntária por parte da comunidade, o rei caçador rompeu o silêncio fazendo o elogio de si mesmo.

Como se pode conceber, as aldeias protegidas pelo caçador floresceram melhor que aquelas cujas colheitas podiam ser esmagadas por rebanhos selvagens ou cujos filhos podiam ser mutilados e devorados por bestas atacantes. Entretanto, a própria prosperidade e tranquilidade da aldeia neolítica pode ter feito com que seus protetores trocassem o papel de cão de guarda pelo de lobo, exigindo, por assim dizer, "pagamento de proteção", numa transação cada vez mais unilateral. Nossos antepassados vitorianos talvez não o tivessem

compreendido tão bem; contudo, nos Estados Unidos de hoje, onde um ou outro chefe de bando controla prósperas empresas de negócios e poderosos sindicatos de trabalhadores, estipulando enormes ainda que disfarçadas taxas sobre diversões, transportes e construções, subornando abertamente juizes e conseguindo associar-se a policiais, achamo-nos em posição de compreender o êxito daqueles antigos chefes. Os aldeões acuados submetiam-se porque o protetor mostrava dentes mais feios que os animais contra os quais oferecia proteção. Essa evolução natural do caçador, tornando-se chefe político, provavelmente abriu caminho para sua ulterior subida ao poder. Já nos monumentos protoletrados, como assinalou Henri Frankfort, "o caçador aparece com as roupagens e a cabeleira diferenciadora que caracterizam os líderes, talvez os reis".

Contudo, não se deve exagerar o elemento de coerção, especialmente no princípio: este provavelmente só apareceu com a maior concentração do poder técnico, político e religioso, que transformou o primitivo chefe, inculto, no rei capaz de inspirar temor. Desde o princípio, houve nessa relação um aspecto benigno, talvez uma real mudança de interesses, do animal selvagem que deveria ser perseguido e morto, para o animal manso, a ser arrebanhado e protegido: da apanha imediata de alimento, em resposta à fome e à necessidade, para o processo de engordar a provável vítima e aguardar o momento azado para matá-la.

Há um verso, num poema mesopotâmico, que mostra que o pastor não era mal acolhido quando apascentava seus rebanhos nos prados do agricultor, talvez porque o cultivador já tivesse aprendido o valor do esterco. As andanças desguiadas do guardador de gado e seus rebanhos o trazem mais para perto do espírito do caçador do que dos camponeses, atados à gleba. Ambos aparecem na fábula como admiráveis figuras heróicas, ao passo que o camponês produtivo desempenha um papel humilde, senão o papel vil que Caim representa no Gênesis. Em seu encontro com o pastor Dumuzi, o agricultor é conciliador e se resigna a tomar o segundo lugar. O pastor pode, na verdade, ser encontrado como um irmão espiritual do caçador, sua outra e melhor identidade, acentuando mais a função protetora que a predatória. Étana, um dos primeiros reis, era pastor; assim também os deuses Lugubanda e Dumuzi, do mito mesopotâmico, e assim também Davi, em Israel, num período muito mais recente; ao passo que Hamurabi, grande organizador e conquistador, ainda se apresenta como pastor de seu povo.

Ambas as vocações exigem liderança e responsabilidade no alto, e requerem dócil mansidão embaixo. Contudo, a do caçador exaltava a vontade de poder e acabava por transferir sua perícia em matar animais de caça para a vocação mais altamente organizada de arregimentar ou matar outros homens; enquanto que a do pastor se movia no sentido de vencer a força e a violência e instituir certa medida de justiça, por meio da qual até mesmo o membro

mais fraco do rebanho podia ser protegido e alimentado. Certamente a coerção e a persuasão, a agressividade e a proteção, a guerra e a lei, o poder e o amor, achavam-se igualmente solidificados nas pedras das mais antigas comunidades urbanas, quando estas finalmente tomaram forma. Quando surgiu a realeza, o senhor da guerra e o senhor da lei tornaram-se também o senhor da terra.

Se é verdade que tudo isso constitui, necessariamente, uma extrapolação mítica com base em fatos conhecidos, ainda assim pode dar uma idéia de como as oferendas voluntárias vieram a se transformar em tributos, e de como os próprios tributos, mais tarde, se tornaram regulares, sob a forma de impostos, taxas, trabalho forçado, oferendas propiciadoras e até mesmo sacrifícios humanos. Nesse ponto, admito, a guerra ainda não se acha em evidência. As aldeias neolíticas que até agora foram exumadas mostram uma ausência marcante de qualquer coisa a que se poderia chamar arma; e, embora isso constitua prova negativa, adapta-se bem no quadro de comunidades contidas em si mesmas, demasiado pequenas, demasiado carentes de sobra de mão-de-obra, demasiado distantes, para ter qualquer necessidade de se amontoarem umas com as outras ou de invadirem os mútuos domínios. A guerra primeva de "cada um contra todos" é uma história de fadas: o belicoso homem primitivo de Hobbes tem realidade histórica ainda menor que o bom selvagem de Rousseau. Como no caso dos pássaros, a "territorialidade" pode ter amistosamente estabelecido pretensões de fronteira que somente mais tarde, ante uma preocupação mais "civilizada" pela propriedade e pelo privilégio, conduziram a violentos conflitos.

O que os antigos castelos e fortificações mostram não é a guerra e o conflito entre comunidades em oposição, mas o domínio unilateral de um grupo relativamente grande por uma pequena minoria. A compulsão e o controle que as armas podem ter imposto davam-se dentro da comunidade, e não, a princípio, em lutas contra outras comunidades: foi pelo manejo de armas que os "nobres" a princípio conquistaram o seu antiqüíssimo poder sobre *seus próprios camponeses*. A competição, o conflito, a violência, o assassinio puro e simples, tudo isso pode ter existido em vários graus em todos os grupos, embora tenham provavelmente sido exagerados pelos modernos estudiosos, que gratuitamente interpretaram, nos tempos primitivos, as aberrações e ofensas peculiares, numa dimensão ampliada, a civilizações "superiores". Contudo, a opinião de Bronislaw Malinowski sobre o assunto parece-me válida: "Se insistimos em que guerra é uma luta entre dois grupos independentes e politicamente organizados, a guerra não ocorre no nível primitivo".

A agressão militar coletiva, admito, é tanto uma invenção especial da civilização quanto uma expressão coletiva da curiosidade manifestada por meio da investigação científica sistemática. O fato de que os seres humanos

são naturalmente curiosos não conduziu inevitavelmente à ciência organizada; e o fato de que são dados à ira e à pugnacidade não foi suficiente, em si mesmo, para criar a instituição da guerra. Esta, como a ciência, é um feito histórico, gerado pela cultura — testemunha de uma ligação muito mais falsa entre complexidade, crise, frustração e agressão. Aqui, as formigas têm mais a nos ensinar do que os macacos — ou o supostamente combativo "homem das cavernas", cujos traços puramente imaginários se assemelham estranhamente aos de um empreendedor capitalista do século XIX.

8. A União Neolítico-Paleolítica

O que realmente aconteceu antes que a cidade começasse a existir só pode ser objeto de conjecturas. Talvez grupos caçadores paleolíticos residuais e os novos colonizadores neolíticos, cada qual demasiado disperso para ter o domínio, comessem a ocupar o mesmo território e permanecessem juntos o tempo suficiente para absorver alguns dos modos uns dos outros e para trocar alguns dos seus tipos de instrumentos. Se nos é permitido chamar a isso um casamento de duas culturas, provavelmente foram eles a princípio parceiros iguais, mas as relações se tornaram cada vez mais unilaterais, à medida que as armas e os hábitos coercitivos da minoria agressiva foram reforçados pela paciente capacidade de trabalho que demonstraram os povos neolíticos que trabalhavam a pedra. Como freqüentemente acontece, o componente rejeitado da cultura anterior (de caça) tornou-se o novo dominante na comunidade agrícola, mas era agora obrigado a desempenhar a tarefa de governar uma espécie superior de colônia. Agora, as armas já não serviam apenas para matar animais, mas para ameaçar e dominar homens.

O intercâmbio entre as duas culturas se deu no decorrer de um longo período; contudo, no fim, os processos masculinos venceram, pela simples força do dinamismo, as atividades mais passivas de alimentar a vida, que levavam a marca da mulher. Até mesmo os elementos de procriação foram tirados da esfera da mulher, pelo menos na imaginação: um dos antigos textos egípcios mostra Atum criando o universo do seu próprio corpo, por meio da masturbação. O orgulhoso macho dificilmente poderia ter empregado termos mais claros para indicar que, no novo esquema de vida, a mulher já não contava. Na antiga sociedade neolítica, antes da domesticação dos cereais, a mulher fora suprema: o próprio sexo era uma força. Não constituía mera expressão de fantasia, engrandecida pela luxúria, pois o interesse da mulher pela educação das crianças e pelo cuidado das plantas havia transformado a existência intranquilha, temerosa, apreensiva, do homem primitivo, numa vida de competente previsão, com razoável certeza de continuidade — não mais inteiramente à mercê de forças alheias ao controle humano. Mesmo sob a

forma de energia física, a revolução agrícola, por meio da domesticação, foi o mais fundamental passo dado à frente do domínio da energia do Sol: passo não igualado de novo, até a série de invenções que teve início com o moinho de água e alcançou seu ponto culminante na energia nuclear. Foi como aquela "explosão de flores", como em belas palavras o descreveu Loren Eiseley, que transformou o mundo vegetal milhões de anos antes. A mulher neolítica tinha tantas razões para se orgulhar da sua contribuição como a mulher da Idade Nuclear tem razões para estar apreensiva ante o destino de seus filhos e de seu mundo.

Se tivéssemos alguma dúvida a respeito do original papel dominante da mulher, poderíamos buscar confirmação nos antigos mitos religiosos; pois, neles, sua dominante feminilidade também manifesta atributos extremamente selvagens, a sugerir que ela adotou em demasia o papel masculino. Esses atributos perduram hoje na terrível figura da deusa hindu Kali. Sem dúvida, a mais antiga divindade mesopotâmica foi Tiamat, mãe primeva das águas, tão hostil para com seus filhos rebeldes como o clássico patriarca freudiano: enquanto que o culto de Cibele, a Grande Mãe, como amante e feroz amorosa, comandando leões, perdurou até bem dentro dos tempos históricos, na Ásia Menor, embora fosse suplementada por imagens maternas mais suaves, como Deméter, Mãe das Colheitas.

Possivelmente, foi entregando este elemento de poder a deuses mais masculinos que a mulher se tornou capaz de se concentrar em aspectos menos primitivos da sua sexualidade, ternura, beleza, satisfação erótica: Istar, Astarte, Afrodite. Ao mesmo tempo, o macho mostrou exagerada reação contra o aspecto feminino de sua própria natureza: o novo herói caçador glorifica-se em sua hígidez masculina, suas demonstrações de força, suas exhibições de coragem animal, matando feras mortalmente selvagens, vencendo rivais — porém, muitas vezes, voltando as costas para a mulher, a fim de se conservar mais atento em sua tarefa e prova, temendo perder suas forças, como Sansão ou um moderno lutador, nos braços da mulher. Assim, Gilgamesh rejeitou as insinuações de Inana.

Pela mesma razão, Enkidu foi dominado por ter sido apanhado numa armadilha, quando copulava com uma meretriz de Uruk: depois dessa exibição de fraqueza, as gazelas e os animais selvagens da estepe fugiam dele. Tradicionalmente, a virtude especial do herói caçador se mostrava em façanhas de ousadia e força muscular: deslocar grandes blocos, desviar o curso dos rios, mostrar desdém ante o perigo e a morte. Em sua pessoa grande e forçada, ocorre o primeiro alargamento geral das dimensões que se verifica na cidade. De igual forma, a primeira concentração de hígidez e poder mecânico, como fins em si mesmos.

A cidade, pois, se interpreto suas origens corretamente, foi o principal fruto da união entre a cultura neolítica e uma cultura paleolítica mais arcaica.

No novo meio proto-urbano, o macho tornou-se a figura dominante; a mulher passou ao segundo lugar. Seu bastão de cavar e sua enxada foram substituídos pelo mais eficiente arado, capaz, com a força de bois, de fender os solos mais pesados das terras baixas. Até mesmo as deusas femininas cederam lugar, em certo grau, a Osiris e a Baco, precisamente nos domínios da agricultura e da invenção, onde a mulher havia sido mais ativa. A força da mulher tinha estado em seus encantamentos e sortilégios peculiares, nos mistérios da menstruação, da cópula e do parto, artes da vida. O poder do homem revelava-se agora em façanhas de agressão e força física, no mostrar sua capacidade de matar e em seu próprio desdém pela morte: em vencer obstáculos e impor sua vontade a outros homens, pela força, destruindo-os, caso resistissem. Não será, talvez, significativo que houvesse, segundo os arqueólogos egípcios, uma melhoria na qualidade das armas aguçadas e uma decadência na qualidade dos recipientes de pedra e argila, durante o período pré-dinástico no Egito, quando as primeiras provas positivas da guerra aparecem tanto nos montes sepulcrais quanto nas obras de arte?

Como resultado dessa união das duas culturas, provavelmente terá ocorrido, justamente ao mesmo tempo, a mais ampla espécie de cruzamento e entremistura. Isso deu à cidade potencialidades e capacidades que nem o caçador, nem o mineiro, nem o criador de gado, nem o camponês, jamais teria sido capaz de explorar, caso fosse deixado a si mesmo em seu habitat regional. Onde a cultura da enxada admitia a presença de aldeolas, a cultura do arado podia sustentar cidades e regiões inteiras. Onde o esforço local podia construir apenas valas e represas menores, as cooperações em larga escala podiam transformar todo o vale de um rio numa organização unificada de canais e obras de irrigação para a produção de alimentos e transporte — deslocando homens, suprimentos e matérias-primas por toda parte, conforme ditasse a necessidade.

Essa mudança, em breve, deixou sua marca em toda a paisagem. Mais ainda, deixou sua marca nas relações humanas dentro da comunidade. Agora, os simbolismos e abstrações masculinas tornam-se manifestos: mostram-se na insistente linha reta, no retângulo, no plano geométrico firmemente traçado, na torre fálica e no obelisco, finalmente, nos começos da matemática e da astronomia, cujas abstrações efetivas foram progressivamente destacadas da variegada matriz do mito. Talvez seja significativo que, ao passo que as antigas cidades parecem grandemente circulares na sua forma, a cidadela do governante e o sagrado recinto sejam mais habitualmente demarcados por um retângulo.

Na cidade, novos modos, rigorosos, eficientes, muitas vezes ásperos, até mesmo sadísticos, tomaram o lugar dos antigos costumes e da rotina confortável e de ritmo fácil. O próprio trabalho foi destacado das outras atividades e canalizado para a "jornada" de incessante labuta, sob as ordens de um capataz: o primeiro passo daquela "revolução na administração" que alcançou seu

ponto culminante em nossos dias. Luta, domínio, comando, conquistas eram os novos temas: não a proteção e a prudência, a firmeza ou a resistência passiva das aldeias. Com esse alargamento por demais abundante do poder, a aldeia isolada — e ainda que fossem mil aldeias isoladas — não podia medir-se: ela existia como um recipiente de funções mais limitadas e mais rigorosamente maternas e de preocupações orgânicas. Contudo, aquela parte da cultura de aldeia que era capaz de desempenhar um papel nesse desenvolvimento foi levada para a cidade e sistematicamente dominada, a fim de se adaptar ao seu novo modo de vida.

Apesar de tudo isso, os componentes originais da cidade jamais desapareceram inteiramente; aliás, cada um deles continuou a florescer por si mesmo, ainda que certa parte da sua existência pudesse ficar absorvida pela cidade. Assim, a aldeia se multiplicou e propagou sobre a Terra inteira, de maneira mais rápida e mais eficiente que a cidade; e, embora se ache agora prestes a se deixar vencer pela urbanização, conservou os antigos costumes populares durante milhares de anos e sobreviveu à continuada ascensão e destruição de suas rivais maiores, mais ricas, mais atraentes. Conforme mostrou Patrick Geddes, havia uma justificação histórica válida na afirmação orgulhosa da aldeia de Musselburgo:

*"Musselburgo era burgo
quando Edimburgo era nada,
e Musselburgo será burgo
com Edimburgo acabada".*

Também a cidadela persiste. Embora as formas e funções do governo tenham mudado durante os últimos 4000 anos, a cidadela tem tido existência contínua e ainda é visível. Do Castel San Ângelo à casamata perto do Arco do Almirantado, em Londres, do Kremlin ao Pentágono, e daí aos novos centros subterrâneos de controle, a cidadela resiste ainda, simbolizando os absolutismos e as irracionalidades de seus exemplares mais antigos. Também o santuário conservou uma existência independente. Alguns dos santuários mais famosos jamais vieram a se tornar grandes cidades de direito próprio, embora centros maiores tenham posição secundária em relação a eles. Religiosamente falando, Londres e Bagdá são secundárias em relação a Canterbury e Meca; ao passo que cidades que constituíram objetos especiais de peregrinação, como Santiago de Compostela e Lourdes, usualmente não promoveram outras funções urbanas, exceto aquelas que dizem respeito ao santuário. Cada novo componente da cidade, por essa mesma razão, apareceu inicialmente fora de seus limites, antes que a cidade o adotasse.

CAPÍTULO II

A cristalização da cidade

1. A Primeira Transformação Urbana

Em vista de seus rituais satisfatórios a que se opunham suas capacidades limitadas, nenhum mero aumento numérico haveria, com toda probabilidade, de bastar para transformar uma aldeia numa cidade. Essa modificação requeria um desafio exterior que violentamente arrancasse a comunidade das preocupações centrais com a reprodução e nutrição: uma finalidade que fosse além da mera sobrevivência. A parte maior da população do mundo, na verdade, jamais respondeu a esse desafio: até o atual período de urbanização, as cidades ainda continham apenas uma pequena fração da espécie humana.

A cidade surgiu como um emergente definido na comunidade paleo-neolítica: um emergente no sentido definido em que Lloyd Morgan e William Morton Wheeler usaram aquele conceito. Na evolução emergente, a introdução de um novo fator não faz apenas aumentar a massa existente, mas produz uma transformação geral, uma nova configuração, que altera suas propriedades. Potencialidades que não podiam ser reconhecidas na fase pré-emergente, como a possibilidade de vida orgânica que se desenvolve a partir da matéria "morta" relativamente estável e não-organizada, tornam-se então visíveis pela primeira vez. Assim também ocorre com o salto a partir da cultura de aldeia. Os antigos componentes da aldeia foram transportados ao novo plano e incorporados na nova unidade urbana; contudo, graças à ação de novos fatores, foram eles recompostos num padrão mais complexo e instável que o da aldeia — e, apesar disso, de uma forma que promoveu posteriores transformações e desenvolvimentos. A composição humana da nova unidade tornou-se igualmente mais complexa; além do caçador, do camponês e do pastor, outros tipos primitivos introduziram-se na cidade e emprestaram sua contribuição à sua existência: o mineiro, o lenhador, o pescador, cada qual levando consigo os instrumentos, habilidades e hábitos de vida formados sob outras pressões. O engenheiro, o barqueiro, o marinheiro surgem a partir desse fundo primitivo mais generalizado, em um ou outro ponto da seção do vale: de todos esses tipos originais, desenvolvem-se ainda outros grupos ocupacio-

ponto culminante em nossos dias. Luta, domínio, comando, conquistas eram os novos temas: não a proteção e a prudência, a firmeza ou a resistência passiva das aldeias. Com esse alargamento por demais abundante do poder, a aldeia isolada — e ainda que fossem mil aldeias isoladas — não podia medir-se: ela existia como um recipiente de funções mais limitadas e mais rigorosamente maternas e de preocupações orgânicas. Contudo, aquela parte da cultura de aldeia que era capaz de desempenhar um papel nesse desenvolvimento foi levada para a cidade e sistematicamente dominada, a fim de se adaptar ao seu novo modo de vida.

Apesar de tudo isso, os componentes originais da cidade jamais desapareceram inteiramente; aliás, cada um deles continuou a florescer por si mesmo, ainda que certa parte da sua existência pudesse ficar absorvida pela cidade. Assim, a aldeia se multiplicou e propagou sobre a Terra inteira, de maneira mais rápida e mais eficiente que a cidade; e, embora se ache agora prestes a se deixar vencer pela urbanização, conservou os antigos costumes populares durante milhares de anos e sobreviveu à continuada ascensão e destruição de suas rivais maiores, mais ricas, mais atraentes. Conforme mostrou Patrick Geddes, havia uma justificação histórica válida na afirmação orgulhosa da aldeia de Musselburgo:

*"Musselburgo era burgo
quando Edimburgo era nada,
e Musselburgo será burgo
com Edimburgo acabada".*

Também a cidadela persiste. Embora as formas e funções do governo tenham mudado durante os últimos 4000 anos, a cidadela tem tido existência contínua e ainda é visível. Do Castel San Ângelo à casamata perto do Arco do Almirantado, em Londres, do Kremlin ao Pentágono, e daí aos novos centros subterrâneos de controle, a cidadela resiste ainda, simbolizando os absolutismos e as irracionalidades de seus exemplares mais antigos. Também o santuário conservou uma existência independente. Alguns dos santuários mais famosos jamais vieram a se tornar grandes cidades de direito próprio, embora centros maiores tenham posição secundária em relação a eles. Religiosamente falando, Londres e Bagdá são secundárias em relação a Canterbury e Meca; ao passo que cidades que constituíram objetos especiais de peregrinação, como Santiago de Compostela e Lourdes, usualmente não promoveram outras funções urbanas, exceto aquelas que dizem respeito ao santuário. Cada novo componente da cidade, por essa mesma razão, apareceu inicialmente fora de seus limites, antes que a cidade o adotasse.

CAPÍTULO II

A cristalização da cidade

1. A Primeira Transformação Urbana

Em vista de seus rituais satisfatórios a que se opunham suas capacidades limitadas, nenhum mero aumento numérico haveria, com toda probabilidade, de bastar para transformar uma aldeia numa cidade. Essa modificação requeria um desafio exterior que violentamente arrancasse a comunidade das preocupações centrais com a reprodução e nutrição: uma finalidade que fosse além da mera sobrevivência. A parte maior da população do mundo, na verdade, jamais respondeu a esse desafio: até o atual período de urbanização, as cidades ainda continham apenas uma pequena fração da espécie humana.

A cidade surgiu como um emergente definido na comunidade paleo-neolítica: um emergente no sentido definido em que Lloyd Morgan e William Morton Wheeler usaram aquele conceito. Na evolução emergente, a introdução de um novo fator não faz apenas aumentar a massa existente, mas produz uma transformação geral, uma nova configuração, que altera suas propriedades. Potencialidades que não podiam ser reconhecidas na fase pré-emergente, como a possibilidade de vida orgânica que se desenvolve a partir da matéria "morta" relativamente estável e não-organizada, tornam-se então visíveis pela primeira vez. Assim também ocorre com o salto a partir da cultura de aldeia. Os antigos componentes da aldeia foram transportados ao novo plano e incorporados na nova unidade urbana; contudo, graças à ação de novos fatores, foram eles recompostos num padrão mais complexo e instável que o da aldeia — e, apesar disso, de uma forma que promoveu ulteriores transformações e desenvolvimentos. A composição humana da nova unidade tornou-se igualmente mais complexa; além do caçador, do camponês e do pastor, outros tipos primitivos introduziram-se na cidade e emprestaram sua contribuição à sua existência: o mineiro, o lenhador, o pescador, cada qual levando consigo os instrumentos, habilidades e hábitos de vida formados sob outras pressões. O engenheiro, o barqueiro, o marinheiro surgem a partir desse fundo primitivo mais generalizado, em um ou outro ponto da seção do vale: de todos esses tipos originais, desenvolvem-se ainda outros grupos ocupacio-

nais, o soldado, o banqueiro, o mercador, o sacerdote. Partindo dessa complexidade, criou a cidade uma unidade superior.

Essa nova mistura urbana resultou numa enorme expansão das capacidades humanas em todas as direções. A cidade efetuou uma mobilização de potencial humano, um domínio sobre os transportes entre lugares distantes, uma intensificação da comunicação por longas distâncias no espaço e no tempo, uma explosão de inventividade, a par de um desenvolvimento em grande escala da engenharia civil, e, o que não é menos importante, promoveu uma nova e tremenda elevação da produtividade agrícola.

Aquela transformação urbana foi acompanhada, talvez precedida, por transbordamentos semelhantes do inconsciente coletivo. Em dado momento, ao que parece, os deuses familiares locais, que eram encontrados perto da lareira, foram vencidos, parcialmente substituídos e sem dúvida superados em importância pelos distantes deuses celestiais ou terrenos, identificados com o Sol, a Lua, as águas da vida, o trovão, o deserto. O chefe local passou a ser o rei dominante, tornando-se ao mesmo tempo o principal guardião sacerdotal do santuário, agora dotado de atributos divinos ou quase divinos. Os vizinhos de aldeia passavam agora a se manter à distância: não sendo mais familiares e iguais, viram-se reduzidos a súditos, cujas vidas eram supervisionadas e dirigidas por funcionários militares e civis, governadores, vizires, coletores de impostos, soldados, diretamente responsáveis perante o rei.

Até mesmo os antigos hábitos e costumes de aldeia podiam ser alterados em obediência ao comando divino. Já não era suficiente que o agricultor de aldeia produzisse alimento bastante para sua família ou sua aldeia: devia agora trabalhar mais arduamente e praticar a negação de si mesmo, a fim de sustentar, com amplos excedentes, uma oficialidade real e sacerdotal. Com efeito, os novos governantes eram avaros alimentadores e não se furtavam de medir seu poder não apenas em armas, mas em côdeas de pão e jarros de cerveja. Na nova sociedade urbana, a sabedoria dos mais velhos não mais representava a autoridade: foram os jovens de Uruk que, contrariando a opinião dos Anciões, apoiaram Gilgamesh, quando este propôs atacar Kish, em vez de se entregar às exigências do governante daquela cidade. Embora as ligações de família ainda contassem na sociedade urbana, a capacidade vocacional e a audácia da juventude contavam mais ainda, se obtinham o apoio do rei.

Quando aconteceu tudo isso, a arcaica cultura de aldeia cedeu lugar à "civilização" urbana, essa peculiar combinação de criatividade e controle, de expressão e repressão, de tensão e libertação, cuja manifestação exterior foi a cidade histórica. Em verdade, a partir das suas origens, a cidade pode ser descrita como uma estrutura especialmente equipada para armazenar e transmitir os bens da civilização e suficientemente condensada para admitir a quantidade máxima de facilidades num mínimo de espaço, mas também capaz de um alargamento estrutural que lhe permite encontrar um lugar que sirva

de abrigo às necessidades mutáveis e às formas mais complexas de uma sociedade crescente e de sua herança social acumulada. A invenção de formas tais como o registro escrito, a biblioteca, o arquivo, a escola e as universidades, constitui um dos feitos mais antigos e mais característicos da cidade.

A transformação que agora procuro descrever foi pela primeira vez chamada Revolução Urbana por Childe. Essa expressão faz justiça ao papel ativo e criticamente importante da cidade, mas não indica de forma precisa os processos, pois uma revolução implica uma reviravolta e um movimento progressivo de fuga às instituições gastas que foram deixadas para trás. Do ponto de vista de nossa própria época, isso parece indicar algo semelhante à movimentação geral que ocorreu com a nossa própria revolução industrial, com a mesma espécie de ênfase nas atividades econômicas. O termo antes obscurece do que esclarece o que realmente ocorreu. A ascensão da cidade, muito longe de apagar antigos elementos de cultura, realmente os ajuntou e aumentou sua eficácia e alcance. O próprio incentivo de ocupações não-agrícolas acentuou a necessidade de alimentos e provavelmente causou a multiplicação de aldeias e a entrega de mais terras ao cultivo. Dentro da cidade, muito pouco da antiga ordem foi eliminado no princípio: a própria agricultura, na Suméria, por exemplo, continuou sendo praticada em grande escala por aqueles que viviam permanentemente dentro das novas cidades muradas.

O que principalmente aconteceu com a ascensão das cidades foi que muitas funções, que haviam até ali sido dispersas e desorganizadas, ajuntaram-se dentro de uma área limitada, e os componentes da comunidade foram mantidos num estado de tensão e interação dinâmica. Nessa união, que a reclusão rigorosa dentro das muralhas da cidade tornou quase compulsória, as partes já bem estabelecidas da protociudadade — santuário, fonte, aldeia, mercado, fortificação — participaram no alargamento e concentração geral dos números e sofreram uma diferenciação estrutural que lhes deu formas reconhecíveis em todas as fases subseqüentes da cultura urbana. A cidade se revelou não simplesmente um meio de expressar em termos concretos a ampliação do poder sagrado e secular, mas, de um modo que passou muito além de qualquer invenção consciente, ampliou também todas as dimensões da vida. Começando por ser uma representação do cosmo, um meio de trazer o céu à terra, a cidade passou a ser um símbolo do possível. Utopia foi uma parte integrante da sua constituição original e, precisamente porque tomou forma, no início, como uma projeção ideal, a cidade trouxe à existência realidades que poderiam ter permanecido latentes durante um tempo indefinido, em pequenas comunidades mais sobriamente governadas, presas a expectativas mais mesquinhas e não dispostas a fazer esforços que transcendessem tanto os seus hábitos de trabalho cotidiano quanto as suas esperanças mundanas.

Nesse emergir da cidade, o elemento dinâmico veio, como vimos, de

fora da aldeia. Aqui, deve-se dar aos novos governantes o crédito que merecem, pois suas práticas de caça os haviam acostumado a um horizonte mais amplo do que o habitualmente divisado pela cultura de aldeia. Já mostraram os arqueólogos que é possível mesmo que os antigos colhedores de grãos, nas terras altas do Oriente Próximo, possam ter sido caçadores que juntavam as sementes em seus alforjes, para a alimentação cotidiana, muito antes de saberem como plantá-las. A mobilidade exploratória do caçador, sua disposição para jogar e assumir riscos, sua necessidade de tomar decisões prontas, sua presteza em sofrer amargas privações e intensa fadiga na perseguição de sua caça, sua disposição para enfrentar a morte ao se defrontar com animais ferozes — matar ou ser morto —, tudo isso lhe dava aptidões especiais para a liderança. Esses traços constituíam os fundamentos do domínio aristocrático. Posta diante das complexidades da vida comunitária em grandes dimensões, a audácia individualista era mais viável do que as lentas reações comunais que a aldeia agrícola provocava.

Numa sociedade que se defronta com mudanças sociais numerosas provocadas pelos seus próprios aperfeiçoamentos mecânicos e agrícolas, que provocaram sérias crises as quais exigiam ação imediata, sob comando unificado, a sabedoria popular acumulada, nascida exclusivamente da experiência passada em situações desde muito familiares, era impotente. Apenas os que confiavam em si mesmos e os aventureiros podiam, em certo grau, controlar essas novas forças e ter imaginação suficiente para usá-las, tendo em vista finalidades até então inimagináveis. O "ajuntamento" neolítico não bastava. Muitas aldeias, atordoadas e transtornadas pela inundação dos campos ou pela ruína das colheitas, devem ter-se afastado de seus Conselhos de Anciãos, cujos movimentos eram lentos e ultracautelosos, voltando-se para uma figura única, que falava com autoridade e prontamente dava ordens, como se esperasse ser instantaneamente obedecida.

Sem dúvida, a imaginação do caçador, não menos do que sua bravura, existia desde o princípio, muito antes que qualquer das duas coisas fosse canalizada num sentido político: na verdade, há, sem dúvida, um senso estético mais dominante na gruta do caçador paleolítico do que numa antiga cerâmica ou escultura neolítica. Nada semelhante ao soberbo gosto estético que encontramos nas grutas de Aurignac voltou a aparecer, até a Idade do Cobre e da Pedra. Mas, a essa altura, as façanhas heróicas outrora confinadas principalmente à caça, já se aplicavam à totalidade do ambiente físico. Nada do que a mente projetava parecia impossível. O que um homem singularmente convencido de si mesmo ousava sonhar, por favor dos deuses, uma cidade inteira, obediente à sua vontade, podia fazer. Não mais seriam dominados apenas os animais selvagens: rios, montanhas, pântanos, massas de homens seriam atacados coletivamente por ordem do rei, e reduzidos à ordem. Esforços extremamente árduos, que nenhuma pequena comunidade imporia a si

mesma, enquanto a natureza atendesse às suas necessidades costumeiras, eram agora intentados: o herói caçador, de Gilgamesh a Hércules, deu o exemplo em seus atos sobre-humanos de força. Ao concluir difíceis tarefas físicas, todo homem tornava-se um pouco herói, ultrapassando seus próprios limites naturais — ainda que apenas para escapar ao açoite do capataz.

A expansão das energias humanas, as ampliações do ego humano, quicá pela primeira vez destacado de seu envoltório comunal imediato, a diferenciação de atividades humanas comuns em vocações especializadas, e a expressão dessa expansão e diferenciação em muitos pontos da estrutura da cidade, todas essas coisas foram aspectos de uma única transformação: o aparecimento da civilização. Não podemos acompanhar essa modificação no momento em que ela ocorreu, pois, como assinala Teilhard de Chardin a respeito de outras modificações evolucionárias, são as formas instáveis e fluidas que não deixam marcas atrás de si. Mas as cristalizações posteriores mostram claramente a natureza da antiga evolução.

Para interpretar o que aconteceu na cidade, é preciso tratar igualmente da técnica, da política e da religião, sobretudo do aspecto religioso da transformação. Se, no princípio, todos esses aspectos da vida eram inseparavelmente misturados, foi a religião que assumiu a precedência e reclamou o primado, provavelmente porque uma imaginária inconsciente e projeções subjetivas dominavam todos os aspectos da realidade, só permitindo que a natureza se tornasse visível na medida em que pudesse ser introduzida no tecido do desejo e do sonho. Monumentos e documentos sobreviventes mostram que essa ampliação geral do poder foi acompanhada por imagens igualmente exorbitantes, que brotavam do inconsciente e eram transpostas nas formas "eternas" da arte.

Como vimos, as fases formadoras desse processo possivelmente tiveram lugar no decorrer de muitos milhares de anos: até mesmo os últimos passos da transição entre a cidade rural neolítica, pouco mais que uma aldeia exageradamente crescida, e a cidade plenamente desabrochada, lar das novas formas institucionais, podem ter levado séculos, talvez milênios, de tal sorte que muitas instituições das quais temos registros históricos definidos noutras partes do mundo — tais como o sacrifício humano cerimonial —, podem ter tido tempo para florescer e para serem em grande parte eliminadas no Egito e na Mesopotâmia.

A enorme lacuna temporal entre as primeiras fundações no vale do Jordão, se suas datas mais recentes estão corretas, e as das cidades sumerianas, dá margem a muitas modificações profundas, mesmo que não registradas. Mas a explosão final de invenções que acompanhou o nascimento da cidade provavelmente ocorreu dentro de uns poucos séculos, ou mesmo, como sugeriu Frankfort a respeito da realeza, dentro de algumas gerações. Sem dúvida nenhuma, teve lugar dentro de um período de anos não maior do que os sete

séculos entre a invenção do relógio mecânico e o desencadeamento da energia atômica.

A julgar pelo que revela a documentação atual, o cultivo de cereais, a charrua, a roda do oleiro, o navio a vela, o tear, a metalurgia do cobre, a matemática abstrata, a observação astronômica exata, o calendário, a escrita e outros modos de discurso inteligível em forma permanente, tudo isso começou a existir mais ou menos ao mesmo tempo, por volta de 3000 a.C., com erro a mais ou a menos de uns poucos séculos. Os mais antigos restos urbanos até agora conhecidos, com exceção de Jericó, datam desse período. Isso constituiu uma singular expansão tecnológica do poder humano, cujo único paralelo é a mudança que se tem verificado em nosso tempo. Em ambos os casos, os homens, subitamente exaltados, comportaram-se como deuses: mas com pouco sentido das suas latentes limitações e vacilações humanas, ou da natureza neurótica e criminal muitas vezes livremente projetada sobre suas divindades.

Não obstante, existe uma diferença notável entre a primeira época urbana e a nossa. Vivemos numa era em que se verifica uma multidão de avanços técnicos sem sentido social, divorciados de quaisquer outras finalidades que não o progresso da ciência e da tecnologia. Na realidade, vivemos num explosivo universo de invenções mecânicas e eletrônicas, cujas partes se movem num ritmo rápido, distanciando-se cada vez mais do seu centro humano e de quaisquer finalidades humanas racionais e autônomas. Essa explosão tecnológica produziu uma explosão semelhante na própria cidade: a cidade arreventou-se e se espalhou, em órgãos e organizações complexas, por toda a paisagem. O recipiente urbano murado, na verdade, não apenas se rompeu: em grande parte, foi também desmagnetizado, dando, em resultado, o fato de estarmos assistindo a uma espécie de degeneração do poder urbano num estado de ocasionalidade e imprevisibilidade. Em suma, nossa civilização está perdendo o controle, vencida por seus próprios recursos e oportunidades, bem como por sua superabundante fecundidade. Os Estados totalitários que procuram impiedosamente impor o controle são vítimas de seus desajeitados freios tanto quanto as economias aparentemente mais livres que descem colina abaixo se acham à mercê de seus veículos desgarrados.

Justamente o oposto aconteceu, quando se deu a primeira grande expansão da civilização: em vez de uma explosão de poder, houve, pelo contrário, uma *implosão*. Os muitos elementos diversos da comunidade, até então dispersos num grande sistema de vales e, vez por outra, em regiões muito além, foram mobilizados e ajuntados sob pressão, por trás das maciças muralhas da cidade. Até mesmo as gigantescas forças da natureza foram postas sob consciente direção humana: dezenas de milhares de homens a se mover para a ação como uma máquina sob comando centralizado, construindo valas de irrigação, canais, montes urbanos, zigurates, templos, palácios, pirâmides, numa escala

até então inconcebível. Como resultado imediato da nova mitologia do poder, a própria máquina tinha sido inventada: por muito tempo invisível para os arqueólogos, porque a substância de que era composta — corpos humanos — fora desmantelada e decomposta. A cidade foi o recipiente que provocou essa implosão e, embora sua própria forma retivesse unidas as novas forças, intensificava suas reações internas e elevava o nível total de seus feitos.

Essa implosão aconteceu justamente no momento em que a área de intercurso estava sendo grandemente ampliada, por meio de ataques e negociações comerciais, por meio de tomadas e dominações, por meio de migrações e escravizamentos, por meio de coletas de impostos e da conscrição total da mão-de-obra. Sob pressão de uma instituição dominante, a da realeza, uma multidão de diversas partículas sociais, por muito tempo separadas e centralizadas em si mesmas, senão mutuamente antagônicas, foi ajuntada numa área urbana concentrada. Como ocorre com os gases, a própria pressão das moléculas dentro daquele espaço limitado produziu mais colisões e interações sociais, dentro de uma geração, do que teriam ocorrido em muitos séculos, se ainda isoladas em seus habitats nativos, sem fronteiras. Ou, para dizê-lo em termos mais orgânicos, as pequenas células comunais de aldeia, não diferenciadas e não complicadas, em que cada parte desempenhava igualmente todas as funções, transformaram-se em complexas estruturas organizadas, num princípio axial, dotado de tecidos diferenciados e órgãos especializados e de uma parte do sistema nervoso central, pensando em nome do todo e o dirigindo.

Que tornou possível essa concentração e mobilização do poder? Que lhe deu a forma especial que tomou na cidade, com um núcleo central religioso e político, a cidadela, dominando toda a estrutura social e imprimindo direção centralizada a atividades que tinham sido outrora dispersas e não dirigidas, ou pelo menos localmente autogovernadas? O que vou sugerir como principal desenvolvimento, neste passo, já havia sido pressagiado, numa época muito anterior, pela aparente evolução do caçador, que tinha funções protetoras, à condição de chefe coletor de tributos: figura que repetidamente se confirmou em desenvolvimentos semelhantes, em muitos ciclos posteriores da civilização. Subitamente, essa figura assumiu proporções sobre-humanas: todos os seus poderes e prerrogativas tornaram-se imensamente ampliados, ao passo que os de seus súditos, que já não tinham vontade própria nem podiam reclamar qualquer vida separada da vida do governante, foram correspondentemente diminuídos.

Ora, eu dificilmente teria coragem bastante para sugerir essa explicação, se um dos mais brilhantes arqueólogos modernos, o falecido Henri Frankfort, não tivesse fornecido a maior parte dos dados necessários, e inconscientemente vislumbrado, não previsto essa conclusão. O que eu sugeriria é que o mais importante agente na efetivação da mudança de uma descentralizada

economia de aldeia para uma economia urbana altamente organizada foi o rei, ou melhor, a instituição da Realeza. A industrialização e comercialização, que agora associamos ao crescimento urbano, foram, durante séculos, fenômenos subordinados, provavelmente mesmo surgindo ainda mais tarde; a própria palavra mercador não aparece nos documentos escritos da Mesopotâmia, até o segundo milênio, “quando designa o agente de um templo com o privilégio de comerciar no exterior”. Passando além de Frankfort, sugiro eu que um dos atributos do antigo deus egípcio Ptah, revelado num documento proveniente do terceiro milênio a.C. — *que ele fundava cidades* —, é a função especial e, sem dúvida, universal dos reis. Na implosão urbana, o rei se coloca no centro: é ele o ímã polarizador que atrai para o coração da cidade e coloca sob controle do palácio e do templo todas as novas forças de civilização. Algumas vezes, o rei fundava novas cidades; algumas vezes, transformava antigas cidades do campo que tinham estado em construção por muito tempo, colocando-as sob a autoridade de seus governadores: em ambos os casos, seu domínio representava uma mudança decisiva em sua forma e conteúdo.

2. A Primeira Implosão Urbana

Essa grande transformação urbana teve lugar no limiar da história escrita. Na criação final da cidade, a “pequena cidade”, ou cidadela, alteou-se acima da aldeia e dominou seus humildes hábitos. Não bastariam ampliações apenas das suas partes para transformar a aldeia, dando-lhe a nova imagem urbana; na verdade, a cidade era um novo mundo simbólico, representando não apenas um povo, mas todo um cosmo e seus deuses.

O que ocorreu nesse passo ainda uma vez antecede a história escrita; contudo, se é válida a interpretação anterior das relações do chefe-caçador com as comunidades próximas, a cidadela não foi, na sua origem, principalmente, um lugar defensivo de refúgio para o aldeão ameaçado por “nômades invasores”. Tão logo a guerra se tornou uma instituição estabelecida, não há dúvida que a fortaleza, cada vez mais, prestou essa modalidade de serviços. Entretanto, o fato de serem as cidadelas rodeadas por muralhas, mesmo quando não o são as cidades, não dá primado no tempo às suas funções militares, pois a primeira utilização da muralha pode ter sido de natureza religiosa: defender os sagrados limites do *têmenos* e manter à distância antes os maus espíritos do que os inimigos humanos.

Na medida em que teve utilização quase militar, a cidadela primitiva foi antes um ponto de armazenagem, onde o produto das pilhagens do chefe, principalmente cereais e possivelmente mulheres, estaria em segurança contra depredações puramente locais — em segurança, vale dizer, contra ataques por parte dos aldeões ressentidos. Aquele que controlasse os excedentes agrícolas

anuais exerceria poderes de vida e morte sobre seus vizinhos. Essa criação artificial de escassez em meio à crescente abundância natural foi um dos primeiros triunfos característicos da nova economia da exploração civilizada: uma economia profundamente contrária aos costumes da aldeia.

Contudo, um sistema de controle tão cruel tinha suas limitações inerentes. O mero poder físico, mesmo que sustentado por um terrorismo sistemático, não produz um fluxo contínuo de produtos em direção a um ponto de armazenagem e, menos ainda, um máximo de devoção comum à empresa produtiva. Mais cedo ou mais tarde, todo Estado totalitário, desde a Roma Imperial até a Rússia soviética, acaba descobrindo isso. Para alcançar uma aceitação cordata, sem exagerado desperdício, sob a forma de constante supervisão policial, o corpo governamental deve criar uma aparência de benevolência e utilidade, suficiente para despertar certo grau de afeição, confiança e lealdade.

Na efetivação desta mudança, a religião deve ter desempenhado um papel essencial. Sem auxílio da crescente casta sacerdotal, o chefe-caçador jamais poderia ter alcançado o poder engrandecido e a autoridade cósmica que cercaram sua elevação à posição de rei e ampliaram sua esfera de controle. Aqui, o curso natural de desenvolvimento, segundo linhas abertas à simples interpretação econômica, foi aumentado por um desenvolvimento natural, que alterou o conteúdo e o próprio significado de todo o processo. Tanto o poder sagrado quanto o poder temporal vieram a crescer, ao absorver as novas invenções da civilização; e a própria necessidade de um controle inteligente de todas as partes do ambiente deu mais autoridade àqueles que se dedicaram à inteligência ou ao controle, às funções de sacerdote ou de monarca, muitas vezes unidas num único cargo.

Assim, o que a coerção brutal não podia realizar sozinha, o que a magia e o ritual não poderiam conseguir sozinhos, as duas coisas foram capazes de se efetivar dentro da crescente cidade, por meio de recíproco entendimento e ação conjunta, numa escala até então jamais concebida. Os modestos fundamentos da aldeia tinham sido lançados na terra: mas a cidade inverteu os valores da aldeia e virou de pernas para o ar o universo do camponês, colocando seus fundamentos no céu. Agora, todos os olhares se voltavam para o alto. A crença no eterno e no infinito, no onisciente e no onipotente, conseguiu, no decorrer de milênios, exaltar justamente as possibilidades de existência humana. Aqueles que mais proveito tiraram da cidade não se deixaram atormentar pelas limitações animais da existência humana: procuraram, deliberadamente, por um ato concentrado de vontade, transcender a essas limitações.

Em que ponto aconteceu tudo isso ninguém poderá dizer: sem dúvida, houve muitas uniões parciais ou efêmeras entre a fortaleza e o santuário, antes que se tornassem uma só coisa. Mas é significativo que, segundo Childe, “os santuários ocupavam o lugar central nas aldeias protoletradas da Mesopotâ-

mia". Em dado ponto, o santuário deve ter-se deslocado para dentro da cidadela ou, antes, os sagrados limites do santuário devem ter sido lançados ao redor da fortaleza, tornando-a igualmente um recinto sagrado e inviolável.

Certamente, quando a pá do arqueólogo desenterra uma cidade, encontra ele um recinto murado, uma cidadela, feita de materiais duráveis, ainda que o resto da cidade não tenha muralha nem estruturas permanentes. Isto é verdade desde Uruk até Harapa. Dentro daquele recinto, geralmente encontra ele três grandes edificações de pedra ou de tijolos cozidos, edificações cuja própria magnitude as coloca apartadas das demais estruturas da cidade: o palácio, o celeiro e o templo. A própria cidadela apresenta muitos traços de um recinto sagrado: a altura e espessura exagerada dessas muralhas, nas cidades mais antigas, que chegam a rivalizar com a Khorsabad do século XVIII, mostra-se significativamente fora de toda proporção aos meios militares que então existiam para assaltá-las. É apenas a bem de seus deuses que os homens se entregam tão extravagantemente a tais esforços. Todavia, o que a princípio se destinava a assegurar o favor do deus, mais tarde pode ter trazido recompensa, na prática, como uma proteção militar mais eficiente. O propósito simbólico provavelmente antecipou a função militar. Nesta questão, estou de acordo com Mircea Eliade.

Na época em que esta aliança entre os órgãos políticos, econômicos e religiosos estava sendo feita, não se haviam tornado claras, ainda, muitas distinções posteriores. Podemos supor um considerável período, antes que a função do rei alcançasse as suas proporções finais tão ampliadas. No princípio, o chefe, o curandeiro, o mágico, o profeta, o astrônomo, o ancião, o sacerdote não eram funcionários separados nem constituíam casta: seus deveres confundiam-se e a mesma pessoa sentia-se à vontade em diferentes papéis. Mesmo em tempos relativamente históricos, reis prontamente assumiram a liderança das igrejas nacionais, ao passo que bispos e papas cristãos governaram cidades e chefiam exércitos. Mas, em dado ponto, teve lugar uma grande exaltação do governante e do sacerdote: aparentemente, depois de 3000 a.C., quando houve uma expansão semelhante de poderes humanos em muitos outros departamentos. Com isso, surgiu a diferenciação vocacional e a especialização em todos os campos. A antiga cidadela, no que diferia da comunidade de aldeia, é uma sociedade governada por castas, organizadas para a satisfação de uma minoria dominante: não é mais uma comunidade de famílias humildes que vivem por meio de auxílio mútuo.

Naquele ponto, o poder real reclamou e recebeu sanção sobrenatural: o rei tornou-se mediador entre o céu e a terra, encarnando em sua própria pessoa toda a vida e existência do país e seu povo. Algumas vezes, um rei era indicado para o sacerdócio; mas, mesmo que fosse um usurpador, necessitava de algum sinal de favor do céu, a fim de governar com êxito por direito divino. A antiga Lista dos Reis da Suméria registra que a realeza "foi baixada do céu".

Os cinco reis indicados pela divindade receberam cinco cidades "em... lugares puros": Erion, Badtbira, Larak, Sippar, Shuhuppak, todas designadas como centros de culto.

Não indica tudo isso uma fusão do poder secular e sagrado, e não foi esse processo de fusão que, como numa reação nuclear, produziu a explosão, inexplicável de outra forma, da energia humana? As provas parecem demonstrar que foi isso o que aconteceu. Quando Kish foi derrotada na batalha, conta-nos a mesma Lista dos Reis, a realeza foi removida para o sagrado recinto de Uruk, onde o novo monarca, filho do deus-sol Utu, tornou-se sumo-sacerdote ao mesmo tempo que rei. Dessa união, sugiro eu, vieram as forças que ajuntaram todas as partes incoativas da cidade e lhes deram uma nova forma, visivelmente maior e mais temerosa do que qualquer outra obra do homem. Tão logo essa grande ampliação se havia verificado, passaram os senhores da cidadela não simplesmente a comandar os destinos da cidade; na verdade, fixaram o novo molde da civilização, que combinava a máxima diferenciação social e vocacional possível, coerente com os processos cada vez mais amplos de unificação e integração. A realeza aumentou as funções do clero e deu à classe sacerdotal uma posição dominante na comunidade, visível nos grandes templos que apenas os reis tinham recursos suficientes para construir. Esse clero media o tempo, limitava o espaço, previa os acontecimentos temporários. Aqueles que tinham dominado o tempo e o espaço podiam controlar grandes massas de homens.

Não apenas o clero, mas uma nova classe intelectual, passou a existir dessa forma, os escribas, os doutores, os mágicos, os adivinhos, bem como "os funcionários palacianos que residem na cidade e fizeram um juramento aos deuses", como diz uma carta citada por Georges Contenau. Em troca de seu apoio, os antigos reis davam a esses representantes do "poder espiritual" segurança, ócio, posição e moradias coletivas de grande magnificência. Ajudando a transformar um mero santuário num vasto templo, também dotaram o templo de amplas bases econômicas, constituídas pelo trabalho compulsório de toda uma comunidade. Não será talvez por acaso que verificamos que as mais antigas tabuinhas de Erech eram memorandos para ajudar na organização do templo como oficina e armazém.

Foi a construção do templo, com todos os vastos recursos físicos que a comunidade agora tinha à sua disposição, o acontecimento crítico que veio ajuntar os líderes sagrados e seculares? Sem a menor dúvida, a aprovação dos sacerdotes e dos deuses era tão necessária para o exercício do poder do rei quanto seu domínio das armas e seu impiedoso comando de grandes forças humanas eram necessárias para aumentar o deles.

A edificação de um grande templo, que em si mesma era algo arquitetônica e simbolicamente imponente, selou essa união. Aquela conexão foi tão vital para a realeza que, como mostrou E. A. Speiser, os últimos governantes

mesopotâmicos gabavam-se de reconstruir um templo em Assur, depois de terem-se passado muitos séculos. Assurbanipal chegou a ponto de recapturar a imagem da deusa Nan, que tinha sido transportada de Uruk para Susa, nada menos de 1635 anos antes. Não sugere isso que a reconstrução e restauração do antigo templo não foi simples ato de piedade formal, mas uma fixação necessária da continuidade legal, aliás uma revalidação da antiga "aliança" entre o oratório e o palácio? Esse pacto hipotético, como vimos, na verdade transformou o chefe local num colossal emblema tanto do poder secular quanto do sagrado, num processo que libertou energias sociais latentes em toda a comunidade. A própria magnitude do novo templo, com suas extravagantes decorações e adornos, atestava os poderes tanto do deus quanto do rei.

3. Ansiedade, Sacrifício e Agressividade

O desenvolvimento histórico da realeza parece ter sido acompanhado por uma mudança coletiva dos ritos de fertilidade para o culto mais selvagem da força física. Esse deslocamento jamais foi completo, pois Osíris, Baco e Cíbele continuaram vivendo e chegaram a reclamar sua antiga posição. Mas, no início da civilização, provocou uma mudança de perspectiva, acompanhada por uma perda progressiva da compreensão das necessidades da vida e por uma grande superestimação do papel da força física e do controle organizado como determinantes da vida comunal, não apenas numa crise, mas na rotina diária. Sustentada pela força militar, a palavra do rei era a lei. O poder de comandar, de se apoderar da propriedade, de matar, de destruir — todas essas coisas eram e continuaram sendo "poderes soberanos". Assim, uma estrutura psíquica paranóica foi preservada e transmitida pela cidade murada: a expressão coletiva de uma personalidade revestida de armaduras por demais pesadas.

À medida que aumentavam os meios físicos, essa mitologia unilateral do poder, estéril e realmente hostil à vida, avançou à força para todos os cantos do cenário urbano e encontrou, na nova instituição da guerra organizada, a sua expressão mais completa.

Para compreender a natureza dessa regressão, que deixou suas marcas indeléveis na estrutura da cidade, é preciso penetrar mais a fundo na origem da própria realeza. Nessa questão, tanto Hocart quanto Frankfort juntaram grandes quantidades de provas dispersas que, creio eu, têm algo a ver com a natureza da cidade. Hocart, acompanhando *Sir James Frazer*, mostra que, em todo o mundo, encontram-se ainda evidências de ritos totêmicos, com fórmulas quase idênticas, destinadas a assegurar certa abundância de alimentos. Esses ritos indicam um culto de fertilidade que pode ser ainda mais velho que a prática da agricultura. Por toda parte, tanto no Velho quanto no Novo Mundo, o nascimento e a morte da vegetação eram associados ao nascimento

e à morte do deus do trigo, senhor das artes humanas da sementeira e do cultivo. Com a realeza, as duas figuras, deus e rei, tornaram-se virtualmente intersubstituíveis, pois, supondo-se investido de poderes divinos, o próprio governante personificava as forças penetrantes da natureza, ao mesmo tempo em que personificava sua própria comunidade particular e aceitava a responsabilidade da sua existência biológica e cultural.

Ora, com o crescimento da população, na agricultura neolítica, a comunidade proto-urbana tornou-se cada vez mais dependente das forças naturais que escapavam ao seu controle: uma inundação ou uma praga de gafanhotos podia causar grande sofrimento ou morte naqueles incoativos centros urbanos, demasiado grandes para serem facilmente evacuados ou supridos de alimentos vindos de longe. Quanto mais complexo e interdependente o processo de associação urbana, tanto maior o seu bem-estar material mas, por outro lado, quanto maior a expectativa de bem-estar material, tanto menos dar-se-á o povo por satisfeito com a sua interrupção e tanto mais difundida será a ansiedade por sua possível retirada.

Para mobilizar essas novas forças e colocá-las sob controle, o rei juntou em si mesmo extraordinários poderes sagrados; não apenas encarnava a comunidade mas, por suas próprias suposições, detinha nas mãos seu destino. Isso preparou o terreno para um estado de ansiedade coletiva. Milhares de anos após a primeira implosão urbana, o nome do faraó egípcio não podia ser pronunciado sem provocar a oração: "Vida! Prosperidade! Saúde!". Ao lado de todo esse desenvolvimento, existia, ao que parece, uma consciência intensificada da desejabilidade da vida ou pelo menos da desejabilidade de prolongá-la e evitar a morte. O homem urbano procurava controlar os acontecimentos naturais que seus precursores mais primitivos outrora aceitavam com muda dignidade.

Pagou a realeza por esse aumento exorbitante do poder mágico? Há provas dispersas, demasiado antigas e demasiado afastadas para serem inteiramente postas de lado, de que os ritos de fertilidade destinados a assegurar o crescimento das plantações, eram consumados por meio de sacrifícios humanos. Em tempos de crise causada pela penúria e pela fome, a necessidade de conquistar os deuses haveria de ser peremptória. A princípio, muito possivelmente, a vítima do sacrifício era o membro mais precioso da comunidade, o próprio rei-deus. Infligindo voluntariamente a morte, a magia primitiva procurava evitar a ira divina e recuperar o controle das forças de vida.

Infelizmente, as culturas urbanas já se achavam por demais adiantadas no seu desenvolvimento, pela época em que a escrita foi inventada, para registrar qualquer das primeiras fases dos sacrifícios humanos reais, embora o extermínio religioso de crianças, cativos e animais, significativamente continuasse, no decorrer da maior parte da história antiga. Apenas o Berosse babilônico (século III a.C.) deixou um relato dos Festivais do Ano Novo, a indicar

que o costume de escolher um substituto para o rei, que poderia, de outra forma, ter sido sacrificado com o ano agonizante, a fim de assegurar o nascimento da nova vegetação no ano nascente, foi por muito tempo mantido.

Frazer sardonicamente mostra que a prática de sacrificar o rei para assegurar a prosperidade da comunidade reduziu, de certo modo, a atração do nobre cargo. Logo que a perícia organizacional e a inteligência dos chefes se tornaram tão importantes quanto suas supostas funções mágicas, deve ter-se sugerido um método mais racional: a escolha de um "segundo", que seria inicialmente identificado com o rei, sendo temporariamente tratado com todas as honras e privilégios da realeza, a fim de ser finalmente morto em seu lugar em uma cerimônia sobre altar.

Ainda que tais costumes tenham outrora predominado no Egito ou na Mesopotâmia é certo que surgiram numa data por demais remota para deixar quaisquer traços diretos. Isto é, necessário se faz admitir, um grave hiato: pois é apenas em alguns pontos que se pode estabelecer a conexão direta entre a guerra e o sacrifício humano cerimonial. Ainda assim, esses próprios pontos são significativos, pois, na evidência indiscutível que nos ficou dos astecas, temos também o testemunho de uma comunidade mais ou menos do mesmo nível geral de desenvolvimento que encontramos nos antigos centros urbanos. Entre os astecas, a necessidade de vítimas para os sacrifícios — chegando até vinte mil num só ano — foi a principal razão das ferozes guerras que esses povos travaram.

Como no caso de muitas outras instituições, tanto a guerra quanto o sacrifício humano podem ter tido mais que um ponto de origem; talvez apenas num limitado número de lugares, foi a ligação entre elas de natureza causal. As invasões muito numerosas para arrebanhar cativos destinados à escravidão, antes que ao sacrifício, podem bem ter sido uma fonte independente da guerra. Os invasores sumerianos que iam buscar madeira e minérios nas montanhas do Norte provavelmente também levaram de volta cativos úteis: sugestivamente, o símbolo sumeriano de escravo é "mulher montanha". Essas incursões e expedições assaltantes eram, a princípio, por demais unilaterais para serem chamadas quer de guerra quer de comércio, pois são necessários dois para que haja luta, e enquanto o povo das montanhas não aumentara em número nem melhorara suas armas, não representava adversário quer para os egípcios, quer para os "exércitos" mesopotâmicos. Mas, no fim, as represálias e hostilidades bilaterais, violentas e impiedosas, vieram a ser nada menos que inevitáveis, e a província da guerra prontamente se ampliou. Durante o século XIX, os assaltantes árabes, comerciantes de escravos que penetravam no coração da África, deram início a um ciclo semelhante de violências.

Se a cidade não tivesse servido como ponto de foco da agressão organizada, a procura de vítimas para os sacrifícios não teria tido de passar além dos

limites relativamente inocentes que ainda eram visíveis em muitas comunidades tribais primitivas, até o século XIX — um esforço pervertido mas seletivo para obter alguns cativos simbólicos de outra comunidade. Essa prática foi mal interpretada pelos missionários e até pelos antropólogos; historiadores urbanos como Henri Pirenne, que tinha como certo que "a guerra é tão antiga quanto a humanidade", nunca se preocuparam em procurar cuidadosamente as verdadeiras provas, ou em examinar as bases das suas gratuitas convicções. Contudo, a primitiva troca de golpes entre homens armados tinha por objetivo não a morte de uma massa de pessoas em combate, e o assalto e arrasamento de sua aldeia, mas, pelo contrário, o isolamento de alguns cativos vivos, destinados à morte cerimonial e a servir eventualmente num banquete canibal, que era em si mesmo, um rito mágico-religioso.

Tão logo a cidade começara a existir, com seu aumento coletivo de poder em todos os setores, toda essa situação passou por uma mudança. Em vez de ataques e assaltos à procura de vítimas isoladas, passaram a predominar o extermínio em massa e a destruição em massa. O que outrora tinha sido um sacrifício mágico para assegurar a fertilidade e as colheitas abundantes, um ato irracional para promover uma finalidade racional, foi transformado na exibição do poder que tinha uma comunidade, sob seu deus irado e seu rei-sacerdote, de controlar, dominar ou apagar totalmente outra comunidade. Grande parte dessa agressividade não era provocada nem moralmente justificada da parte do agressor, embora, pela época em que os registros históricos se tornam claros, algum colorido econômico pudesse ser dado à guerra, em razão de tensões políticas surgidas sobre disputas de fronteiras ou direitos de água. Mas as perdas humanas e econômicas resultantes, nos tempos antigos não menos do que hoje, estavam fora de toda proporção com as finalidades tangíveis pelas quais as guerras eram declaradas. A instituição urbana da guerra teve, pois, suas raízes na magia de uma sociedade mais primitiva: um sonho pueril que, ao tornar-se maior o poder mecânico, se transformou num pesadelo adulto. Esse trauma infantil continuou existindo, servindo de base ao desenvolvimento de todas as sociedades subseqüentes: não menos a nossa própria.

Se fosse necessária qualquer coisa para tornar plausíveis as origens mágicas da guerra, teríamos o fato de que esta, mesmo quando se distingue por exigências econômicas aparentemente inarredáveis, uniformemente se transforma numa função religiosa; nada menos que um sacrifício ritual em grosso. Como agente central desse sacrifício, o rei tinha, desde os mais remotos princípios, uma função a desempenhar. Acumular o poder, conservar o poder, manifestar o poder por deliberados atos de destruição assassina — essa passou a ser a constante obsessão da realeza. Ao exibir tal poder, o rei não podia errar. Pelo próprio ato da guerra, o rei vitorioso demonstrava as possibi-

lidades máximas de controle real e invocava novo apoio divino, pela imposição da morte em grande escala. Isso, como nos recorda Isaías, foi a desgraça do Egito, da Babilônia e de Tiro.

Assim, por um curioso ato de transposição de vestuário, uma cerimônia que começou pela invocação de uma vida mais abundante veio a se transformar justamente no seu oposto: abriu caminho para o controle militar centralizado, o assalto sistemático e o parasitarismo econômico — instituições que, todas elas, operavam contra os aspectos promotores da vida, da civilização urbana, e finalmente vieram trazer a ruína de uma após outra cidade. Tal coisa era uma ambivalência final e uma contradição, pois os numerosos ganhos alcançados graças às mais amplas associações e laboriosas cooperações da cidade vieram a ser devidamente apagados pela atividade econômica negativa da guerra. Aquela desordem cíclica ficou encaixada na própria constituição da cidade antiga.

Mas pelo menos isto há que se conceder: tão logo a guerra se tornara uma das razões da sua existência, a própria riqueza e poder da cidade a transformaram num alvo natural. A presença de cidades prósperas dava à agressividade coletiva um objeto visível, que jamais tinha sido imaginado antes: a própria cidade, com sua crescente acumulação de instrumentos e equipamentos mecânicos, seus depósitos de ouro, prata e jóias, amontoados no palácio e no templo, seus celeiros bem abastecidos e seus armazéns; não menos, talvez, seu excedente de mulheres. Se a guerra tivera origem em simples grupos assaltantes enviados pela cidade, a existência de uma nova casta profissional, a dos guerreiros armados, pode ter transformado cada vez mais aqueles assaltos, afastando-os das fontes de matérias-primas para os lugares que possuíam as maiores reservas de produtos acabados. Cidades que a princípio tinham cobrado tributos de povos primitivos aprendiam agora a fazer presa umas contra as outras.

Entretanto, tão logo a guerra se tornara plenamente estabelecida e institucionalizada era natural que se propagasse além dos seus centros urbanos originais. Povos primitivos, outrora de disposição pacífica ou, quando muito, satisfeitos em expressar sua ansiedade e agressividade por meio do simbolismo dos sacrifícios humanos, passavam a evitar as novas técnicas e a dar uma utilização mais ousada às novas armas, ainda mais prontamente se a invasão, o assalto e o escravizamento, por meio de expedições urbanas, impeliam o grupo mais primitivo à vingança. Como no caso da realeza e da própria cidade, a guerra ganhou difusão mundial, passando a ser praticada por povos que “nada sabiam da realeza”, como os invasores da Acádia, um século depois de Sargão. Sob a égide da cidade, a violência tornou-se assim normalizada e se propagou muito além dos centros onde as grandes caçadas humanas coletivas e orgias sacrificiais foram inicialmente instituídas. Durante a maior parte da História,

a escravização, o trabalho forçado e a destruição têm acompanhado — e imposto castigos — o desenvolvimento da civilização urbana.

Embora nunca tenhamos a dispor de qualquer coisa semelhante a uma prova satisfatória da primitiva ligação entre a realeza, o sacrifício, a guerra e o desenvolvimento urbano, ajuntei fragmentos sobreviventes em número suficiente para lançar sérias dúvidas sobre as suposições quer de uma beligerância biologicamente herdada, quer de um “pecado original”, como causa motora suficiente, na produção da complexa instituição histórica da guerra. Mas aqui, se tal ocorre em algum lugar, a doutrina da seleção natural funcionou com exatidão clássica, pois, no decorrer de cinco ou seis mil anos, muitos dos troncos mais fracos, mais brandos e mais cooperativos foram exterminados ou desencorajados de se multiplicarem, a passo que os tipos mais agressivos e mais belicosos sobreviveram e floresceram nos centros da civilização. Os triunfos periféricos da cultura urbana compensaram seu fracasso central — seu compromisso com a guerra como elixir do poder soberano e o mais eficiente purgativo para o descontentamento popular com aquele poder.

Com demasiada facilidade, têm os historiadores atribuído a guerra principalmente ao passado selvagem do homem, e a têm considerado como uma incursão dos chamados nômades primitivos, os “desprovidos”, contra centros de indústria e comércio normalmente “pacíficos”. Nada poderia estar mais longe da verdade histórica. A guerra e o domínio, mais que a paz e a cooperação, achavam-se arraigados na estrutura original da cidade antiga. Sem dúvida, os excedentes urbanos tentavam os povos mais fracos, pois cada cidade deve ter parecido uma boa presa para os velozes assaltantes vindos das terras altas ou das estepes; contudo, as próprias facilidades que lhes permitiam deslocar-se rapidamente, com cavalos e barcos, só surgiram depois que a cidade mesma já havia sido fundada. As antigas colônias da Suméria acham-se tão perto umas das outras que também podem facilmente ter antecipado a guerra organizada. Em tempos posteriores, em verdade os nômades podiam, como os reis pastores hicsos, tomar posse de todo um país. Mas tão logo se implantou a guerra, o principal inimigo da cidade era outra cidade que, sob outro deus, reclamava iguais poderes.

Não devemos esquecer que, na expansão geral do poder, a capacidade de matar também aumentou; e a exibição de poderio armado passou a ser um dos atributos mais importantes da realeza. A cidade, com suas muralhas fortificadas, seus baluartes e fossos, impunha-se como admirável exibição de uma agressividade sempre ameaçadora, que adquiria concentrações letais de suspeita e ódio vingativo, assim como de não-cooperação, nas proclamações dos reis. Os monarcas egípcios, não menos que seus correspondentes mesopotâmicos, gabavam-se, em seus monumentos e tabuinhas, de seus feitos pessoais, mutilando, torturando e matando com suas próprias mãos seus

principais cativos. De fato, faziam pessoalmente o que os paranóicos mais doentios, como Hitler, realizavam por meio de seus agentes. Sob essa liderança, a divindade urbana local opunha suas potências mágicas a cada divindade estrangeira ameaçadora: o templo tornou-se, ao mesmo tempo, o ponto de partida e o objeto da ação agressiva. Assim, incitados por exorbitantes fantasias religiosas, números cada vez maiores, com armas cada vez mais eficientes para o sítio e o assalto, foram arrastados aos insensatos rituais de guerra.

Nesse processo, a cidade veio a exercer uma nova função: tendo o rei a dominar toda a sua capacidade manual, tornou-se, por assim dizer, um exército regular permanentemente mobilizado e mantido em reserva. O simples poderio desse acúmulo de homens deu à cidade uma superioridade sobre as aldeias dispersas, escassamente povoadas, e serviu de incentivo ao maior crescimento, tanto na área interna quanto na população. Para enfrentar esse desafio, as próprias aldeias aborígenes podem ter-se muitas vezes combinado em unidades urbanas maiores, assim como mais tarde os fócios reuniram suas populações numa única cidade, Megalópolis, a fim de resistir à ameaça de conquista por parte dos lacedemônios.

Com a concentração na guerra, como supremo "esporte dos reis", uma porção cada vez maior dos recursos da cidade, na produção industrial, destinou-se à manufatura de novas armas, como o carro de guerra da Idade do Bronze e o aríete. A própria existência de uma reserva de força militar, não mais necessária na agricultura, fomentava fantasias de violência sem reservas entre as classes dominantes, tais como temos visto irromper mais de uma vez em nossa própria era, mesmo entre espíritos supostamente racionais, adestrados nas ciências exatas. Cada cidade passou a ser um foco de insolente poder, indiferente àqueles meios humanos de conciliação e intercurso que a cidade, com outro espírito, havia promovido.

Assim, tanto a forma física quanto a vida institucional da cidade, já desde o princípio da implosão urbana, foram configurados, em medida não pequena, pelas finalidades irracionais e mágicas da guerra. Dessa fonte brotou o complicado sistema de fortificações com muralhas, torreões, baluartes, canais e valas, que continuou caracterizando as principais cidades históricas, com exceção de alguns casos especiais — como durante a Pax Romana —, até o século XVIII. A estrutura física da cidade, por sua vez, perpetuou o ânimo, o isolamento e a afirmação de si mesma que favorecia a nova instituição.

Contudo, mais ainda, a guerra incentivou as práticas de arregimentação, militarização e conformismo compulsório. A guerra colocou a concentração da liderança social e do poder político nas mãos de uma minoria portadora das armas, incentivada por uma classe sacerdotal que possuía poderes sagrados e tinha conhecimentos científicos e mágicos, secretos porém valiosos. Se a sociedade civilizada ainda não superou a guerra, assim como superou manifes-

tações menos respeitáveis de magia primitiva, como o sacrifício de crianças e o canibalismo, isso ocorre em parte porque a própria cidade, na sua estrutura e nas suas instituições, continuou dando à guerra, ao mesmo tempo, forma durável e concreta e um pretexto mágico de existência. No fundo de todos os melhoramentos técnicos da guerra, achava-se uma crença irracional, ainda profundamente enraizada no inconsciente coletivo: apenas pelo sacrifício em grande escala pode ser salva a comunidade.

Se a guerra não tem base suficiente em qualquer pugnacidade ancestral violenta, devemos procurar suas origens em outra direção bem diferente. Para encontrar um paralelo da guerra, devemos ver o que se passa no mundo animal — particularmente nas perversões e fixações de uma espécie de sociedade muito mais antiga, o termitário ou o formigueiro. Evidentemente, existem, ao mesmo tempo, combatividade e agressividade com finalidades mortais, no mundo animal: entretanto, a primeira é quase exclusivamente sexual, entre os machos velhos e jovens, e a última resume-se inteiramente em o fato de uma espécie fazer presa ou matar os membros de outra para ter alimento. Afora as comunidades humanas, a guerra só existe entre os insetos sociais, que, muito antes do homem urbano, chegaram à fase de uma complexa comunidade, de partes altamente especializadas.

Até onde podem mostrar as observações externas, certamente não se encontra religião ou sacrifício ritual nessas comunidades de insetos. Mas as outras instituições que acompanharam a ascensão da cidade acham-se todas presentes: a rigorosa divisão do trabalho, a criação de uma casta militar especializada, a técnica da destruição coletiva acompanhada pela mutilação e pela morte, a instituição da escravidão e até, em certas espécies, a domesticação de plantas e animais. Mais significativo do que tudo, as comunidades de insetos que apresentam essas características exibem a instituição que considerei como central de todo esse desenvolvimento: a instituição da realeza. A realeza, ou seu equivalente feminino, com a rainha no centro, foi incorporada como um supremo fato biológico nessas sociedades de insetos; de sorte que aquilo que é apenas uma crença mágica, nas antigas cidades — a crença de que a vida de toda a comunidade depende da vida do monarca —, é uma condição real em Insetópolis. Da saúde da rainha dependem a segurança, a capacidade reprodutiva e a continuação da existência da colmeia. Aqui, e apenas aqui, realmente se verifica a existência daquela agressividade coletiva organizada por uma força militar especializada, que se encontra pela primeira vez nas cidades antigas.

Ao seguir estas indicações do aparecimento da cidade, creio termos deixado a nu os mais tristes acontecimentos da história urbana, dos quais ainda nos envergonhamos. Não importa quantas ações valiosas a cidade tenha efetivado, também tem ela servido, através de quase toda a sua história, de recipiente de violência organizada e transmissora da guerra. As poucas cultu-

ras que, durante algum tempo, evitaram isso foram aquelas que mantiveram sua base de aldeia e se entregaram sem esforço a um comando central aparentemente benigno.

Pode-se mesmo levar mais adiante o argumento. A cidade murada não deu simplesmente uma estrutura coletiva permanente às pretensões e alucinações paranóicas da realeza, aumentando a suspeita, a hostilidade, a não-cooperação, mas a divisão do trabalho e das castas, levada ao extremo, veio tornar normal a esquizofrenia; ao passo que o trabalho repetitivo e compulsório imposto a uma grande parte da população urbana, sob a escravidão, reproduziu a estrutura de uma neurose compulsiva. Assim, a cidade antiga, em sua própria constituição, tendia a transmitir uma estrutura coletiva de personalidade cujas manifestações mais extremas são agora reconhecidas como patológicas nos indivíduos. Essa estrutura é ainda visível em nossos próprios dias, embora as muralhas exteriores tenham cedido lugar a cortinas de ferro.

4. Lei e Ordem Urbana

Desde o princípio, pois, a cidade apresentava um caráter ambivalente que jamais perdeu por completo: combinava a quantidade máxima de proteção com os maiores incentivos à agressividade; oferecia a mais ampla liberdade e diversidade possível, e entretanto impunha um drástico sistema de compulsão e arregimentação que, ao lado da sua agressividade militar e da sua destruição, tornou-se uma "segunda natureza" do homem civilizado e é muitas vezes erroneamente identificado com suas propensões biológicas originais. Assim, a cidade teve, ao mesmo tempo, um aspecto despótico e um aspecto divino. Em parte, era ela um *Zwingburg*, um centro real de controle: em parte, uma réplica do céu, um transformador do remoto poder cósmico em instituições operativas imediatas. Seu centro de gravidade deslocou-se do castelo para o templo, da cidadela para o mercado e para o distrito de vizinhança, de onde voltou. Muito antes do Noé bíblico, "estava a terra cheia de violências". O fato de ter, ainda assim, emergido certa medida de lei e ordem é um testemunho do poder socializante da cidade.

Para compreender os processos e funções da cidade, acima de todas as suas finalidades, em termos mais concretos, é necessário penetrar o nebuloso território do período protoletrado, quando a nova instituição de realeza estava tomando forma. Talvez a melhor maneira de dar substância ao papel do rei como construtor de cidades seria remontar à remota evidência histórica, chegando a um período em que apenas um punhado de artefatos e ossos, em túmulos reais, fornece material para dedução e especulação.

O relato feito por Heródoto sobre a ascensão de Dejoces ao poder absoluto sobre os medos refere-se a um período muito recente, em grande parte

livre da inundação de idéias mágicas e religiosas que abundavam no fim da Idade da Pedra e princípio da Idade do Bronze; assim, dá-nos uma narrativa altamente racionalizada da passagem da cultura de aldeia para a cultura urbana. Os medos, conta-nos o antigo historiador grego, achavam-se então distribuídos em aldeias. E nesse caso, tão predominante eram a desordem e a violência, que Dejoces obteve elevada reputação entre eles, como conselheiro, exercendo a justiça com mão firme. Essa reputação fez com que pessoas de outras aldeias se apresentassem diante dele para serem julgadas, quando em conflito; e tão constante era a necessidade de suas funções, que decidiram transformá-lo em seu supremo governante.

O primeiro ato de Dejoces foi construir um palácio em condições de abrigar um rei e pedir "guardas para a segurança de sua pessoa". Pode-se, justificadamente, presumir que, nos velhos tempos, os próprios guardas precederam ou acompanharam a edificação da cidadela e do palácio, e que o próprio palácio existia, como sede visível do poder e repositório de tributos, antes que a função de justiça fosse exercida pelo rei. "Estando assim investido do poder", Dejoces "compeliu os medos a construir uma cidade, e tendo-a cuidadosamente adornado, a darem menos atenção às outras." Eu gostaria de chamar atenção para a última frase: o deliberado estabelecimento de um monopólio econômico e político foi um dos requisitos iniciais do rápido crescimento da cidade. E, como os medos obedeceram a Dejoces naquele caso, ele mandou também construir "muralhas altas e fortes, uma colocada em círculo dentro da outra. (...) Dejoces então construiu para si fortificações, ao redor de seu próprio palácio; e mandou que o resto do povo fixasse suas habitações ao redor da fortificação". Talvez a melhor definição dos habitantes de uma cidade antiga é a de que constituem uma população tributária permanentemente cativa.

Note-se que ao reduzir a distância física, concentrando a população na cidade, Dejoces tomou o cuidado de aumentar a distância psicológica, isolando-se e tornando formidável o acesso a sua pessoa. Esta combinação de concentração e mistura, com isolamento e diferenciação, é uma das marcas características da nova cultura urbana. Do lado positivo, havia a coabitação amistosa, a comunhão espiritual, a ampla comunicação e um complexo sistema de cooperação vocacional. Mas, do lado negativo, a cidade introduziu a segregação de classes, a falta de sentimentos afetivos e a insensibilidade, a dissimulação, o controle autofitário e a violência extrema.

O relato de Heródoto condensa numa única existência modificações que, provavelmente, se verificaram em muitos diferentes lugares, sob várias condições, no decorrer de milhares de anos, pois até mesmo a ascensão do chefe à liderança puramente local, baseada no domínio das armas, pode ter sido um processo lento. Frankfort notou que não há sepulturas pré-dinásticas no Egito a indicar, como indicam túmulos posteriores, a eminência de qual-

quer figura ou família isolada. Mas a mudança crítica trouxe a existência tanto da realeza quanto da cidade, a primeira como encarnação, a segunda como corporificação da "civilização", provavelmente se deu dentro de um curto período; como parte da geral libertação da energia e implosão de poder que se seguiu, algum tempo depois da metade do quarto milênio.

Não menos importante para a cidade do que sua segregação foi sua centralização: mas segregação e centralização eram atributos do santuário, antes que fossem estendidos à comunidade urbana maior. Uma vez efetuada a transformação urbana, a cidade como um todo tornou-se um sagrado recinto, sob a proteção de seu deus: o próprio eixo do universo passava, como deixou claro Mircea Eliade, através do templo; enquanto que a muralha, sob pressão da nova instituição da guerra, era, ao mesmo tempo, um baluarte cívico de defesa e uma fronteira espiritual de significado ainda maior, pois preservava os que se achavam dentro contra o caos e o mal sem forma que os rodeavam. A "intimidade" necessária para o maior desenvolvimento humano encontrou na cidade — acima de tudo, no recinto sagrado —, a fórmula coletiva que ajudaria a invocá-lo.

Por trás das muralhas da cidade descansava um fundamento comum, colocado em posição tão profunda quanto o próprio universo: a cidade era nada menos que um lar de um deus poderoso. Os símbolos arquitetônicos e esculturais que tornavam visível esse fato elevavam a cidade muito acima da aldeia ou do pequeno povoado rural. Sem os sagrados poderes que se achavam contidos dentro do palácio e do recinto do templo, a cidade antiga teria sido sem finalidade nem significado. Uma vez estabelecidos esses poderes pelo rei, ampliando a área de comunicação e unificando o comportamento através da lei, a vida ali prosperou como não podia jamais prosperar em qualquer outra parte. O que teve início como controle terminou como comunhão e entendimento racional.

Muito significativamente, o texto egípcio que nos leva perto do antigo período da fundação da cidade, ao descrever os poderes da divindade dominante Ptah, afirma não apenas que ele "fundava nomes" — mas que "*punha os deuses em seus escrínios*". Os escribas que ainda se achavam relativamente perto desses atos viram corretamente ambas as funções, creio eu, como essenciais ao exercício daqueles poderes ampliados que surgiram com a civilização.

Sem as potências religiosas da cidade, a muralha não poderia ter tido êxito em moldar o caráter nem em controlar as atividades dos seus habitantes. A não ser pela religião, assim como por todos os ritos sociais e vantagens econômicas que a acompanharam, a muralha haveria de ter transformado a cidade numa prisão cujos internos teriam tido apenas uma ambição: destruir seus carcereiros e fugir. Isso traz à luz outra ambivalência urbana: numa cultura onde não havia cidades, como a dos espartanos, que viviam em aldeias abertas e declinavam de se refugiar por trás das muralhas, as classes dominan-

tes tinham de permanecer selvagemmente alertas e ameaçadoras, em armas durante todos os tempos, não fossem seus servidores escravizados derrubá-las. Uma vez que tais governantes tinham de apoiar seu poder desguarnecido no terrorismo aberto, nas cidades muradas, a própria muralha valia por um exército para controlar os rebeldes, manter os rivais sob vigilância e bloquear a fuga dos desesperados. Assim, as cidades antigas criaram algo que muito se assemelha à concentração de comando que se encontra num navio: seus habitantes se achavam "todos no mesmo barco", e aprendiam a confiar no capitão e a executar prontamente as suas ordens.

Desde o princípio, entretanto, a lei e a ordem suplementaram a força bruta. A cidade que tomou forma ao redor da cidadela real constituía uma réplica do universo fabricada pelo homem. Isso abria uma perspectiva atraente: na verdade, um vislumbre do próprio céu. Ser morador da cidade era ter um lugar na verdadeira morada do homem, no próprio grande cosmo, e esta própria escolha constituiu, em si mesma, um testemunho do geral aumento dos poderes e potencialidades que teve lugar em todas as direções. Ao mesmo tempo, morando na cidade, podendo ser visto pelos deuses e pelo seu rei, podiam-se realizar as maiores potencialidades da vida. A identificação espiritual e a participação vicária tornava fácil obedecer aos imperativos divinos que governavam a comunidade, por mais insondáveis, difíceis de compreender ou de intimamente aceitar que pudessem ser.

Embora o poder, em todas suas manifestações, cósmicas e humanas, fosse a viga mestra da nova cidade, tornou-se cada vez mais configurado e dirigido pelas novas instituições da lei, da ordem e da cortesia social. Isto se verifica claramente, mais uma vez, na história de Dejoces, que passa por alto as primitivas origens religiosas do rei e da cidade. Em dado ponto, o poder e o controle se tornaram brilhantes sob a forma de justiça. Com o ajuntamento de pessoas de muitas línguas e costumes diferentes no novo centro, o lento processo de reconciliação e acomodação foi apressado pela intervenção real: a obediência a um sério comando exterior era, sem dúvida, preferível ao não conformismo rebelde e à interminável dissensão. Mesmo os costumes benéficos tendem a levar em sua esteira resíduos acidentais e irracionais que se tornam tão sagrados quanto os propósitos humanos mais centrais que o costume corporifica. Era essa a fraqueza da aldeia. A lei escrita, assim como a linguagem escrita, tendia a deixar que se filtrassem para fora esses resíduos e produzia um cânone de equidade e justiça que apelava para um princípio superior: a vontade do rei, que era outro modo de denominar o imperativo divino. A essência de direito, como mostrou o cientista Wilhelm Ostwald há meio século, é o "comportamento previsível", que a sociedade torna possível por meio de regras uniformes, critérios uniformes de julgamento, penalidades uniformes para a desobediência. Essas uniformidades mais amplas surgiram com a cidade, transcendendo mil diferenças locais insignificantes.

O crescimento da consciência própria, na cidade, graças ao embate dos costumes de aldeia e das diferenças regionais, produziu o começo da moralidade reflexiva; isto porque o próprio governante egípcio era obrigado, numa data muito anterior, a explicar sua própria conduta perante os deuses e provar que evitava o mal e promovia o bem. Quando a própria sociedade se tornou mais secularizada, graças à crescente pressão do comércio e da indústria, o papel desempenhado pela cidade como sede do direito e da justiça, da razão e da equidade, suplementou aquele papel que ela desempenhava como representação religiosa do cosmo. Para apelar contra o costume irracional ou a violência sem lei, devemos procurar proteção do tribunal de direito na cidade.

Ao colocar o poder, em certa medida, a serviço da justiça, a cidade, fugindo do tedioso reino arcaico da aldeia, mais prontamente introduziu a ordem nos seus assuntos internos: todavia, deixou um deserto desguardado e sem lei na área entre as cidades, onde nenhum deus local podia exercer o poder ou impor sua jurisdição moral sem colidir com outro deus. E, à medida que aumentavam as frustrações interiores, as agressões exteriores tendiam a se multiplicar: o ânimo contra o opressor local passava a ser proveitosamente voltado contra o inimigo externo.

5. Da Proteção à Destruição

Constituindo, em parte, uma manifestação de ansiedade e agressividade intensificada, a cidade murada substituiu uma imagem mais antiga de tranquilidade rural e de paz. Os antigos bardos sumerianos remontavam a uma idade de ouro pré-urbana, em que "não havia cobras, nem escorpiões, nem hienas, nem leões, nem cães selvagens, nem lobos": em que "não havia medo nem temor; o homem não tinha rival". Evidentemente, nunca existiu aquela época mitológica e, sem dúvida, os próprios sumerianos tinham certa consciência desse fato. Contudo, os animais venenosos e perigosos, cuja presença despertava seu medo, haviam, com o desenvolvimento do sacrifício humano e da guerra sem restrições, assumido uma nova forma: simbolizavam as realidades do antagonismo e da inimizade humana. No ato de expandir todos os seus poderes, o homem civilizado dera a essas criaturas selvagens um lugar gigantesco em sua própria constituição.

Desarmado, exposto, nu, o homem primitivo tinha sido suficientemente esperto para dominar todos os seus rivais naturais. Entretanto, agora, criara afinal um ser cuja presença repetidamente levaria o terror a sua alma: o Inimigo Humano, seu outro eu e correspondente, possuído por outro deus, congregado em outra cidade, capaz de atacá-lo, assim como Ur foi atacada sem provocação.

Aquela mesma implosão que aumentara os poderes do deus, do rei e da

cidade, e que mantivera as complexas forças da comunidade num estado de tensão, aprofundou também as ansiedades coletivas e expandiu os poderes de destruição. Não constituíam os próprios poderes coletivos do homem civilizado, já aumentados, algo como uma afronta aos deuses, que só se deixariam pacificar destruindo completamente as pretensões e presunções dos deuses rivais? Quem era o inimigo? Alguém que adorava outro deus: que procurava igualar os poderes do rei ou resistir à sua vontade. Assim, a simbiose cada vez mais complexa dentro da cidade e de seu domínio agrícola vizinho era contrabalançada por uma relação destruidora e predatória com todos os possíveis rivais: aliás, à medida que as atividades da cidade se tornavam mais racionais e benignas dentro dela, passaram a ser, quase no mesmo grau, mais irracionais e malignas nas suas relações externas. Isto se verifica ainda hoje, com relação aos agregados maiores que sucederam a cidade.

O próprio poder real media sua força e o favor divino pelas suas capacidades não simplesmente de criação, porém, ainda mais, de pilhagem, destruição e extermínio. "Na realidade — como declarou Platão nas *Leis* —, todas as cidades se acham num estado natural de guerra umas com as outras." Suas palavras traduzem um simples fato da observação. Assim, as percepções originais do poder, que acompanhavam os grandes avanços técnicos e culturais da civilização, solaparam e muitas vezes anularam os grandes feitos da cidade, até a nossa própria era. Será meramente por acaso que as mais antigas imagens sobreviventes da cidade, aquelas das *palettes* egípcias pré-dinásticas, retratam sua destruição?

No próprio ato de transformar grupos dispersos de aldeias em poderosas comunidades urbanas, capazes de manter um intercurso mais amplo e de construir estruturas maiores, cada parte da vida passou a ser uma luta, uma agonia, um combate de gladiadores contra uma morte corpórea ou simbólica. Ao passo que a cópula sagrada entre o rei e sacerdotisa babilônica, na alcova divina, que coroava o zigurate, recordava um antigo culto de fertilidade, dedicado à vida, os novos mitos eram principalmente a expressão incansável de oposição, de luta, de agressão, de poder sem reserva: os poderes das trevas contra os poderes da luz, Sêth contra seu inimigo Osíris, Marduk contra Tiamat. Entre os astecas, as próprias estrelas eram agrupadas em exércitos hostis do Ocidente e do Oriente.

Embora as práticas mais cooperativas da aldeia continuassem em vigor na oficina e no campo, foi precisamente nas novas funções da cidade que o açoite e o bastão — polidamente apelidado de cetro — se fizeram sentir. Com o tempo, o cultivador de aldeia aprendia muitas manhas e truques para resistir às coerções e exigências dos agentes governamentais: até mesmo sua aparente estupidez muitas vezes era um método de "não ouvir" ordens que não se dispunha a obedecer. Mas aqueles que eram apanhados dentro da cidade tinham poucas alternativas senão obedecer, quer fossem abertamente escravi-

zados, quer mais sutilmente cativados. Para preservar seu respeito próprio, em meio a todas as novas imposições das classes dominantes, o súdito urbano, não sendo ainda um cidadão de pleno direito, identificava seus próprios interesses com os de seus senhores. A melhor coisa que se pode fazer, quando não é possível opor-se a um conquistador, é formar ao seu lado e ter possibilidades de receber uma parte da possível presa.

A cidade, quase desde seus primeiros momentos, a despeito de sua aparência de proteção e segurança, trouxe consigo a expectativa não apenas de ataques exteriores, mas, igualmente, da intensificação da luta interior: mil pequenas guerras eram travadas no mercado, nos tribunais, no certame de danças ou na arena. Heródoto foi testemunha ocular de uma sangrenta luta ritual com bastões, entre as forças da Luz e das Trevas, realizada dentro do recinto de um templo egípcio. Exercer o poder sob todas as formas constituía a essência da civilização: a cidade encontrou uma vintena de maneiras de expressar a luta, a agressividade, o domínio, a conquista — e a servidão. Será de admirar que o homem de antigamente remontasse ao período anterior à cidade como a Idade do Ouro, ou que, como Hesíodo, considerasse cada melhoramento da metalurgia e das armas como uma forma de piorar as perspectivas de vida, de sorte que o mais mesquinho estado humano fosse justamente aquele da Idade do Ferro? (Não podia ele antecipar o quanto as técnicas científicas de extermínio total, por meio de agentes nucleares ou bacteriológicos, haveriam de degradar mais ainda o homem.)

Ora, todos os fenômenos orgânicos têm limites de crescimento e expansão fixados pela sua própria necessidade de continuarem sendo sustentados e dirigidos por si mesmos: só podem crescer às expensas de seus vizinhos, perdendo justamente as facilidades que as atividades de seus vizinhos emprestam a sua própria vida. As pequenas comunidades primitivas aceitavam essas limitações e esse equilíbrio dinâmico, assim como as apresentam as comunidades ecológicas naturais.

As comunidades urbanas, concentradas na nova expansão do poder, puseram a perder esse senso de limites: o culto do poder exultava com sua própria ilimitada exibição; oferecia as delícias de um jogo desempenhado pelo próprio jogo, bem como as recompensas do trabalho sem a necessidade da labuta cotidiana, pela tomada coletiva, à força, e pela escravização em larga escala. O céu era o limite. Temos a prova desse súbito sentido de exaltação nas crescentes dimensões das grandes pirâmides, assim como temos a sua representação mitológica na história da ambiciosa torre de Babel, embora esta fosse vencida por uma impossibilidade de comunicação que uma exagerada ampliação do território lingüístico e da cultura pode, por sua vez, ter repetidamente provocado.

Aquele ciclo de indefinida expansão da cidade até se tornar império é fácil de acompanhar. À medida que crescia a população da cidade, era neces-

sário quer estender a área de imediata produção de alimentos, quer ampliar as linhas de suprimento, e buscar apoio pela cooperação, pela troca, pelo comércio ou pelos tributos forçados, pela expropriação e pelo extermínio, em outra comunidade. Predação ou simbiose? Conquista ou cooperação? Um mito cuja base é o poder conhece apenas uma resposta. Assim, o próprio triunfo da civilização urbana sancionou os belicosos hábitos e exigências que continuamente a solaparam e anularam seus benefícios. O que começara como uma gotícula urbana contida em si mesma tornava-se por força inflado, até ganhar as dimensões da iridescente bolha de sabão de um império, imponente nas suas dimensões, porém frágil em proporção ao seu tamanho. Não tendo uma coesão interior, as capitais mais belicosas eram obrigadas, sob pressão, a continuar a técnica da expansão, não fosse o poder reverter de novo à aldeia e aos centros urbanos autônomos, onde havia florescido inicialmente. Tal retrocesso de fato ocorreu durante o interregno feudal egípcio.

Se interpreto corretamente as provas existentes, as formas cooperativas da política urbana foram solapadas e viciadas desde o princípio pelos mitos destruidores e orientados para a morte que cercaram e, talvez, em parte, incentivaram a exorbitante expansão do poder físico e da habilidade tecnológica. A simbiose urbana coletiva foi repetidamente substituída por uma simbiose negativa, igualmente complexa. Tão conscientes eram os governantes da Idade do Bronze desses desastrosos resultados negativos que, muitas vezes, contrabalançavam suas numerosas ostentações de conquista e extermínio mostrando suas atividades em favor da paz e da justiça. Hamurabi, por exemplo, orgulhosamente proclamou: "Eu pus termo à guerra; promovi o bem-estar da terra; fiz com que os povos repousassem em habitações amistosas; não deixei que tivessem quem quer que fosse a aterrorizá-los". Contudo, mal haviam saído essas palavras de sua boca, o ciclo de expansão, exploração e destruição começou de novo. De acordo com as condições favoritas pedidas pelos deuses e reis, nenhuma cidade poderia assegurar sua própria expansão a não ser arruinando e destruindo outras cidades.

Assim, a mais preciosa invenção coletiva da civilização, a cidade, superada apenas pela linguagem, na transmissão da cultura, passou a ser, desde o princípio, o recipiente de forças internas demolidoras, dirigidas no sentido da destruição e do extermínio incessante. Em consequência dessa herança profundamente arraigada, a própria sobrevivência da civilização, ou mesmo de qualquer porção grande e não mutilada da raça humana, acha-se agora em dúvida — e pode por muito tempo permanecer em dúvida, sejam quais possam ser as acomodações temporárias. Cada civilização histórica, como há muito tempo mostrou Patrick Geddes, começa com um núcleo urbano vivo, a *pólis*, e termina num cemitério comum de cinzas e ossos, uma Necrópolis, ou cidade dos mortos: ruínas chamuscadas pelo fogo, edifícios aluídos, oficinas vazias,

montões de lixo sem significação, a população massacrada ou conduzida à escravidão.

"E ele tomou a cidade — lemos nos Juízes —; e matou as pessoas dali; e destruiu a cidade e a serviu de sal." O terror desse episódio final, com sua fria miséria e seu descolorido desespero, é o ponto culminante para o qual aponta a *Ilíada*; mas, muito antes disso, como provou Heinrich Schliemann, seis outras cidades foram destruídas; e muito antes da *Ilíada*, encontra-se um lamento, igualmente amargurado e sentido, por aquela maravilha entre as antigas cidades, a própria Ur, um gemido pronunciado pela deusa da cidade:

*"Em verdade todas as minhas aves e criaturas aladas voaram
para longe*

'Ai de mim! Por minha cidade' — eu direi.

'Minhas filhas e meus filhos foram levados embora

'Ai de mim! Por meus homens' — direi.

*'Oh minha cidade que não mais existe, minha [cidade]
atacada sem causa,*

'Oh minha [cidade] atacada e destruída!'"^(*)

Finalmente, consideremos a inscrição de Senaqueribe, sobre a aniquilação total da Babilônia: "A cidade e [suas] casas, desde seus alicerces até o alto, eu destruí, devastei, queimei com fogo; o muro e a muralha exterior, templos e deuses, torres de templos de tijolos de terra, tantas quantas existiam, arrasei e atirei no canal de Arakhtu. Pelo meio daquela cidade, abri canais, inundei seu sítio com água e os próprios fundamentos da cidade eu destruí. Tornei essa destruição mais completa do que por uma inundação". Tanto o ato quanto a moral anteciparam as ferozes extravagâncias de nossa própria Idade Nuclear; Senaqueribe carecia apenas da nossa rápida destreza científica e da nossa maciça hipocrisia, quando disfarçamos as nossas intenções até de nós próprios.

Todavia, repetidas vezes, as forças positivas da cooperação e da comunhão sentimental têm levado os povos de volta aos devastados ciclos urbanos, "para reparar as cidades arrasadas, desolação de muitas gerações". Ironicamente — ainda que consoladoramente —, as cidades têm repetidamente sobrevivido aos impérios militares que aparentemente as destruíram para sempre. Damasco, Bagdá, Jerusalém, Atenas erguem-se nos sítios que originariamente ocuparam, ainda vivas, embora pouco mais do que fragmentos dos seus antigos alicerces permaneçam visíveis.

Os crônicos descaminhos da vida na cidade poderiam perfeitamente ter

(*) A menos que assinalado de outra maneira, essa e outras citações dos textos mesopotâmicos ou egípcios são tiradas de *Ancient Near Eastern Texts*, publicados por James E. Pritchard (Princeton University Press). (N. do A.).

causado o seu abandono, poderiam mesmo ter provocado uma generalizada renúncia da vida na cidade e de todos os seus dotes ambivalentes, não fosse um único fato: o constante recrutamento de nova vida, saudável e não sofisticada, em regiões rurais cheias de crua força muscular, vitalidade sexual, zelo procriativo e crença animal. Essas populações rurais revigoraram as cidades com seu sangue e ainda mais com suas esperanças. Ainda hoje, segundo o geógrafo francês Max Sorre, quatro quintos da população do mundo vivem em aldeias, funcionalmente mais próximas de seu protótipo neolítico do que as altamente organizadas metrópoles que começaram a sugar a aldeia para sua órbita e, ainda mais rapidamente, a solapar seu antigo modo de vida. Contudo, tão logo permitamos que a aldeia desapareça, esse antigo fator de segurança também desaparecerá. É esse um perigo que a espécie humana tem ainda de levar em conta e combater.

Formas e modelos ancestrais

1. Cidades da Planície

Este estudo das origens da cidade haveria de se mostrar mais claro, não fosse o fato de que talvez a maior parte das alterações críticas teve lugar antes de ser aberto o registro histórico. Pela época em que surge claramente à vista, a cidade já é antiga: as novas instituições da civilização já a configuraram de maneira firme. Contudo, há outras dificuldades não menos formidáveis, porque nenhuma antiga cidade foi, até hoje, completamente desenterrada, e algumas das mais antigas, que poderiam revelar muita coisa, continuam ainda existindo como lugares de morada, obstinadamente imunes à pá do escavador.

Por isso, as lacunas existentes nas provas são atordoantes: cinco mil anos de história urbana e talvez outro tanto de história proto-urbana se acham espalhados por algumas dezenas de sítios apenas parcialmente explorados. Os grandes marcos urbanos, Ur, Nipur, Uruk, Tebas, Heliópolis, Assur, Nínive, Babilônia, cobrem um período de três mil anos, cuja enorme vacuidade não podemos esperar preencher com um punhado de monumentos e umas poucas centenas de páginas de documentos escritos. Em terreno tão impalpável, até o mais sólido elemento da realidade pode revelar-se traiçoeiro, e, muito freqüentemente, é necessário escolher entre não avançar de maneira alguma e ser arrastado a uma cova sem fundo de especulação. Seja o leitor advertido: se seguir adiante, será por sua própria conta e risco!

Além da grande imperfeição dos restos visíveis, as duas grandes civilizações em que a cidade a princípio provavelmente tomou forma, o Egito e a Mesopotâmia, apresentam contrastes desconcertantes, que apenas se tornam mais agudos se incluirmos a Palestina, o Irã, e o vale do Indo. Embora todas essas diferenças revelem significantes alternativas na revolução urbana, tornam difícil dar qualquer coisa semelhante a um quadro geral das origens da cidade.

A estreita proveniência geográfica das cidades aborígenes deve ser assinalada de início. Como órgão especial de civilização, a cidade parece ter brotado em alguns poucos grandes vales de rios: o Nilo, o Tigre-Eufrates, o Indo, o Huang-ho. Talvez existissem aldeias, onde quer que houvesse possibilidade de

rudimentar agricultura e criação de gado. Colônias até mesmo maiores poderiam lançar raízes em regiões como Negev, na Palestina, tão logo houvesse suficiente força de trabalho para construir poços e reservatórios, a fim de vencer a estação seca. Não simplesmente aldeias, porém cidades rurais muito maiores, contemporâneas do que veio à luz em Jericó, podem ainda estar enterradas, sem possibilidade de recuperação, nos lamacentos deltas do Nilo e do Eufrates. Com toda probabilidade, a maior parte dos órgãos de um denso estabelecimento urbano havia tomado forma antes que o novo complexo cultural que a cidade corporificou e transmitiu tivesse amadurecido.

Todavia, a marca da cidade está em que foge a essas limitações rurais e a esse horizonte próximo: é ela produto de uma enorme mobilização de vitalidade, poder e riqueza, que a princípio esteve necessariamente confinada a uns poucos grandes rios, em regiões especialmente favorecidas. Uma vez drenados os pântanos e regulado o nível das águas, a terra desses vales revelou-se extremamente fértil. Mesmo sem o excremento animal, o rico solo depositado por ocasião das enchentes garantia colheitas quase cem vezes maiores que a sementeira original: algumas vezes duas ou três safras por ano.

Na Palestina, o meio do Crescente Fértil cujas pontas são o Nilo Superior e o Eufrates Inferior, o maná, ancestral selvagem do trigo, foi encontrado e colhido antes que o homem neolítico aprendesse a fazer plantações de maneira sistemática. Dois deuses irmãos, segundo uma tabuinha atualmente em Jena, trouxeram cevada das montanhas para a Suméria, "que não conhecia cevada". Possivelmente, trouxeram a imagem da montanha sagrada e da cidadela envolta em muralhas, ao lado daquele dote tangível. Com o melhoramento desses primeiros grãos, o trigo, a cevada, o sésamo, foi necessária apenas a invenção da charrua e a domesticação dos animais de tiro para tornar imensamente produtivos os solos pesados. Tendo à sua disposição um armazém de grãos duros, ricos em proteínas, resistentes ao estrago quando mantidos secos, grandes populações urbanas, pela primeira vez, podiam ser alimentadas. Graças ao cultivo da tamareira, a cultura mesopotâmica tinha um recurso agrícola ainda mais diversificado, pois, daquela árvore, obtinha alimento, vinho, forros, cestos, tetos, hastes para colunas e fibras para cordas.

Os próprios rios foram as primeiras auto-estradas, tão logo se inventaram os barcos: correias móveis de água, com mil quilômetros de extensão, no Egito e na Mesopotâmia, mil e seiscentos no vale do Indo. Formavam um sistema dorsal de transportes que servia de modelo para a vala de irrigação e o canal; ao passo que suas súbitas enchentes ou inundações periódicas tornavam necessário que os cultivadores de aldeia se juntassem em grupos para reparar os danos da tempestade, para guiar as águas ao redor de seus campos, a fim de atravessar as secas, e para criar, finalmente, toda uma rede de represas, canais e obras de irrigação. A construção desses melhoramentos exigia um grau de intercurso social, cooperação e planejamento de longo alcance que a

antiga cultura de aldeia, contida em si mesma, aceitando complacientemente as suas limitações, não necessitava nem encorajava. As próprias condições que tornaram as grandes colônias urbanas uma possibilidade física também as tornaram uma necessidade social.

Embora a cultura de aldeia tivesse alcançado uma estabilidade e harmonia interior que a cultura urbana só raramente iria conhecer, a pequena colônia individual se achava à mercê dos elementos: podia ser varrida numa tempestade ou morrer de fome numa seca, sem ser capaz de buscar auxílio de seus vizinhos mais próximos, a poucos quilômetros de distância. Essas condições se alteraram quando a cidade pôde mobilizar a força de trabalho e exercer o controle centralizado. Na transferência da autoridade para a cidade, o aldeão sem dúvida perdeu, em grau não pequeno, seus poderes de autogoverno e sua sensação de se achar à vontade num ambiente em que cada ser humano, quase cada animal, cada caminho da terra ou curso d'água, era inteiramente conhecido seu. Todavia, na medida em que o aldeão se submetia às novas forças em operação na cidade, e mesmo identificava com ela sua própria vida, era recompensado com uma prosperidade e com uma segurança que jamais gozara antes.

Assim, a transformação da aldeia em cidade não foi mera mudança de tamanho e dimensões, embora ambos esses fatores nela entrassem: ao contrário, foi uma mudança de direção e finalidade, manifestada num novo tipo de organização.

Talvez o maior laço entre o Egito e a Mesopotâmia seja o de que tinham precondições comuns de existência geográfica; a sequidão do clima, a partir de 7000 a.C., transformando pastagens de grama em estepes e desertos, tornou os vales pantanosos dos grandes rios abertos à ocupação da agricultura. Aqui e ali, apareciam pequenas colônias na planície sem limites, atraídas pela abundância de aves selvagens, caça pequena e peixes, estes últimos a fonte mais comum de proteína animal. Os habitantes usavam feixes de junco para construir a mais primitiva forma de embarcação, na qual percorriam seus caminhos através daquelas vastidões aquosas, embarcação que James Henri Breasted se deliciou de ainda encontrar em uso meio século atrás. Uma vida primitiva; mas não demasiado diferente daquela vivida até ontem pelos armadilheiros e caçadores, nos pântanos do Ródano inferior.

Aquele lento ressecamento das províncias foi acompanhado por uma progressiva contração da população nas saliências emergentes da terra sólida; e, à medida que tal prosseguia, a área dessas saliências se multiplicava e novos métodos de cultivo produziam um alargamento e definição de prados e campos, enquanto que, o tempo, o aparecimento de períodos secos que ameaçavam arasar as colheitas, sob o intenso calor tropical, era compensado pela abertura de canais de água e finalmente pela invenção de uma máquina (a nora) destinada a tirar água do rio embaixo para as margens acima.

Mesmo enquanto os povos daqueles vales de rios espinais viviam em condições primitivas, em cruas povoações, materiais estranhos encontrados em sepulturas pré-dinásticas mostram que certa espécie de comércio já alcançava lugares tão distantes quanto o Irã, talvez se deslocando, em lentas fases, por uma cadeia de curtos percursos e de trocas. Necessariamente, foi ao longo das margens dos rios que a população se tornou mais densa. No Egito, notou Flinders Petrie, os camponeses cultivavam junto dos rios e canais; aos servos dos templos, reservava-se a área interior mais pobre, ao passo que os soldados trabalhavam o solo inundado, ainda mais pobre, mistura de pântano e terra estéril, mais perto do deserto.

Nem montanhas nem selvas impenetráveis atravancavam aquelas férteis planícies; e, embora a agricultura não pudesse desenvolver-se em larga escala, até que os pântanos fossem drenados e as águas selvagens da Mesopotâmia colocadas sob controle, com esforço cooperativo e paciência, pôde a água ser canalizada com a mesma facilidade plástica que uma criança mostra ao conduzir águas e construir represas numa praia. Se os habitantes, em verdade, não moldavam a terra de uma forma ordenada, a natureza o fazia à sua própria maneira, mais crua, pela inundação anual com formações sedimentares, no vale do Nilo, ou pela enchente e violenta destruição, vedando a passagem e mudando o curso de rios, no vale do lento Eufrates e do turbulento Tigre.

Para evitar os extremos do deserto e do charco, os habitantes da Mesopotâmia, começando provavelmente em aldeias isoladas, passaram a construir redes locais de valas de irrigação, canais e locais de moradia junto de represas, fazendo uso da madeira e do betume do vale superior, ao norte, como abrigo e proteção contra as águas. Esse domínio da água foi o preço da sobrevivência comunal; isso porque havia uma natural ameaça de escassez de água, no começo da estação de crescimento, e a probabilidade de tempestades e enchentes no tempo da colheita. A produtividade agrícola apoiava-se, ali, na incessante vigilância e no esforço coletivo.

Aceitando esse duro desafio, as aldeias, numa antiga fase, aprenderam as vantagens da ajuda mútua, do planejamento a longo prazo, da aplicação paciente a uma tarefa comum, tudo isso repetido estação após estação. A autoridade, sobrevivente por longo tempo, do Conselho de Anciãos denota uma antiga mobilização comunal da força de trabalho sob uma liderança competente, embora local. Essa medida de cooperação comunal pode, por sua vez, ter dado à realeza mesopotâmica justamente aquelas limitações humanas que contrastam com sua correspondente egípcia: todavia, abriram o caminho de uma autoridade, mais centralizada, que podia dominar uma área maior.

Contudo, na Mesopotâmia, tão logo foi acalmado — e enganado — o Deus da Tempestade, o excedente potencial de alimento e vitalidade humana foi enorme. Mesmo a lã dos carneiros daqueles vales era mais grossa e mais útil que o produto das pastagens mais secas: os tecidos de lã da Babilônia

tomaram-se tão célebres como os algodões do Egito. Os riscos eram grandes e os esforços para superá-los desoladores; entretanto, as recompensas eram imensas.

Assim, é natural que, desse primeiro grande excedente, a Suméria, sem nenhuma dúvida, segundo sustentam firmemente os arqueólogos da Mesopotâmia, em sua maioria, tenha tomado a dianteira, começando na rede de cidades das tórridas terras do delta, perto do golfo Pérsico. Essas cidades não somente inspiraram a mais antiga arquitetura monumental de tijolos do Egito, mas, na astronomia, na escrita, na organização militar, na construção de canais, na irrigação e, não menos, no comércio e na manufatura, adiantaram-se de maneira firme, e através do comércio e talvez ainda mais do íntimo intercuro, deixaram sua marca nas distantes cidades do vale do Indo.

O Egito apresenta toda uma série de contrastes com a Mesopotâmia, que se verifica em cada aspecto de sua vida e pensamento: até os principais rios diferem em caráter e correm em direções opostas. Dentro das condições mais suaves do Egito, com céus sem nuvens e uma enchente anual previsível e uniforme, uma regularidade moderada contrasta com o ambiente tempestuoso e turbulento, os relâmpagos, as catastróficas torrentes e inundações, das regiões mais orientais, onde as violências da natureza eram refletidas nas violências dos homens. Tão logo os novos cereais e a cultura do arado foram introduzidos no Egito, houve semelhante superabundância de alimentos, e por causa dela, sem dúvida, uma superabundância de bebês. Mas todos os feitos de domesticação do Egito foram realizados sob um céu alcionico, sem nuvens de tempestade, intocado por sombrias incertezas, não amargurado nem atormentado por repetidas derrotas. A vida era boa. A vida eterna era o maior bem imaginável. Mesmo em meio à violência que assinalou a derrocada do Antigo Reino, Ipuver diria: "Ainda é bom quando as mãos dos homens constroem pirâmides, quando canais são abertos e quando bosques de árvores são feitos para os Deuses".

Um dos mais antigos mitos da Mesopotâmia, em contraste, revela como a erva que teria dado imortalidade a Gilgamesh foi devorada por uma serpente enquanto ele dormia. O "povo de cabeça negra" dava pouca importância à imortalidade como uma compensação suficiente de todos os seus perpétuos desapontamentos. Se existia uma vida após a morte, não prometia ela tanto a ventura quanto algo mais a temer. Mas os egípcios amavam tanto a vida que até adotavam a morte: utilizavam todos os materiais e todos os recursos mágicos para manter os mortos vivos em forma corpórea e para assegurar-lhes todos os confortos familiares e alegrias da existência terrena. Se o faraó era imortal, assim, afinal, por identificação, o era também a comunidade inteira. Essas diferenças, em parte, explicam os contrastes das suas heranças urbanas. No Egito, os mortos, em toda parte, se elevavam benignamente

acima dos vivos: até mesmo os gatos domésticos eram mumificados para terem assegurada sua existência futura.

A despeito disso, o vale do Nilo deu o mesmo salto de uma cultura tribal de aldeia, contida em si mesma, para uma cultura urbana centralizada, dominada pelo templo e pelo palácio — embora a cidade, no Egito, tomasse forma diferente. Em ambas as terras, a mesma implosão de forças se verificou, e em ambas deram-se o mesmo aumento do poder centralizado e a mesma libertação de energias comunais. Em ambas, uma nova vontade de poder, até então exercida apenas nos rituais da magia, expressou-se em exorbitantes fantasias e audaciosos feitos de natureza prática. Tudo aquilo que um deus podia fazer nos relatos míticos, numa geração, um herói ou um rei haveria de empreender na outra.

Em tais condições, o próprio inconsciente libertava agora poderes explosivos. Se as arduas deusas e os ferozes deuses parecem, muitas vezes, tão impiedosos quanto o homem civilizado, será igualmente verdadeiro que os homens das cidades podiam tornar-se como que deuses exaltados, libertados de conformismos inibidores e de um senso paralisante de sua própria insignificância. Revigorados pela presença visível de grande número de pessoas de sua própria espécie — um número nunca visto em quaisquer ajuntamentos mais primitivos de homens — os reis, governadores e seus súditos juntavam-se num incansável ataque coletivo a toda parte do ambiente: ora dando forma, ora expressionista e exibicionista, ora puramente destruidor.

Essa expansão dos poderes humanos abriu o caminho para a cidade; mas esta já era visível no Egito durante a Era das Pirâmides, antes que quaisquer cidades que agora podem ser identificadas fossem construídas. Se o legendário Menés, quando pela primeira vez uniu os “dois países”, o Egito Superior e Inferior, construiu a cidade de Tebas, é ainda algo a duvidar; mas que alterou o curso do Nilo naquele ponto parece menos sujeito a dúvidas. Em melhoramentos técnicos, a Era Neolítica, de recipientes, juntou suas facilidades com a Idade do Bronze, de máquinas. As próprias novas máquinas tinham por muito tempo aguardado reconhecimento, ou antes, uma identificação apropriada. Pois as primeiras e complexas máquinas de força eram compostas não de madeira ou de metal, mas de partes humanas perecíveis, cada uma tendo uma função especializada num mecanismo maior, sob controle humano centralizado. O vasto exército de sacerdotes, cientistas, engenheiros, arquitetos, capatazes, trabalhadores a dia, somando algumas centenas de milhares, que construíram a Grande Pirâmide, constituiu a primeira máquina complexa, inventada quando a própria tecnologia havia produzido apenas algumas poucas “máquinas” simples, como o plano inclinado e o trenó, não tendo inventado ainda os veículos de roda.

O homem moderno não pode hoje conceber quaisquer obras de engenharia civil, com todas as suas locomotivas e seus mecanismos de deslocamento,

que estivessem além da capacidade daquelas grandes máquinas humanas. Nem a própria velocidade faltava naquela economia homo-mecanizada. Ao passo que as catedrais da Idade Média muitas vezes levaram séculos para serem concluídas, muita sepultura egípcia foi terminada dentro da existência do faraó cuja múmia estava destinada a ser colocada dentro dela, às vezes no período de uma única geração. Não admira que a autoridade central que punha em movimento semelhantes máquinas parecesse autenticamente dotada de caracteres de um deus.

¶Era nesses ambientes naturais e sociais contrastantes que os fundamentos da cidade iam agora ser colocados nas modestas dimensões da cidadezinha e da aldeia. O próprio feito de construir cidades tornou-se possível pela fertilidade e pela produtividade dos grandes vales, pela capacidade reprodutiva da aldeia, bem nutrida e orientada inteiramente para a vida, pelo tráfego dos sistemas fluviais e pela disponibilidade de amplos meios materiais e energia para sustentar classes isentas tanto da antiga tutela de aldeia como do penoso trabalho manual. Os excedentes urbanos eram multilaterais, e a extensão do sistema de transportes começou muito antes que o registro histórico o pudesse acompanhar. Na mais antiga Jarmo, encontram-se restos de uma indústria de obsidiana, embora essa pedra fosse importada de uma grande distância. Juntamente com aquele tráfico bastante intenso, corria uma firme amalgamação de povos e culturas, como na fusão da cultura de 'Ubaid, Uruk e Jamdat Nasr, na cidade de Ur.

2. O Enigma das Ruínas Urbanas

Embora as ruínas existentes da cidade vez por outra ofereçam um indício para esclarecimento das instituições e da vida institucional que as acompanhavam, não se dispõe de nada semelhante a um registro consecutivo dos primeiros quatro mil anos da existência da cidade; e, mesmo no caso de uma civilização tão pesadamente cheia de monumentos e documentos como a de Roma, há muitos grandes trechos que permanecem em branco. Todavia, os fragmentos dispersos e desmembrados são dignos de ser encarados separadamente, antes que tentemos juntá-los e sondar seu valor e significado.

A primeira coisa que percebemos, assinalando a passagem da aldeia para a cidade, é um aumento na área construída e na população. Todavia, essa diferença está longe de ser decisiva, já que, na antiga cultura neolítica, as aldeias mais desenvolvidas, em algum ponto de encontro natural entre regiões, podem ter ganho em população e terras aráveis, sem quaisquer outros desenvolvimentos importantes. Não é apenas o número de pessoas de uma limitada área, mas o número que pode ser colocado sob controle unificado para constituir uma comunidade altamente diferenciada, servindo a propósitos que passam além da nutrição e da sobrevivência, que tem decisiva significação.

Entre os maiores restos antigos, Megido, na Palestina, cobria 141 ares; Gúrnia, em Creta, contendo sessenta casas, tinha uma superfície de apenas 263 ares — sendo ambas, evidentemente, aldeias. Embora as aldeias mais antigas pudessem ocupar áreas tão pequenas, como 40 ou 80 ares, e abrigar menos que uma dúzia de famílias, muito mais tarde, a área murada de Micenas, a mais rica cidade da Grécia em seu período, continha não mais que 485 ares: mais perto de uma cidadela que de uma cidade plenamente desenvolvida; mais ou menos na mesma época, Carchemixe, cidade da Síria, à margem do Eufrates, cobria 97 hectares, ao passo que, ainda mais cedo, no terceiro milênio, Mohenjo-Daro, uma das grandes capitais da civilização do Indo, cobria 243 hectares.

Apesar de tudo isso, a cidade representava um novo grau de concentração humana, uma nova magnitude de colonização. A velha cidade de Ur, antiga pátria de Abraão, com seus canais, enseadas e templos, ocupava 89 hectares enquanto que as muralhas de Uruk abrangiam uma área de pouco mais que 5 quilômetros quadrados. Em parte, isso mostra um aumento da área destinada à produção de alimentos, em parte um aumento das facilidades de transporte e outros equipamentos; porque, na Idade do Ferro, dotada de equipamentos e instrumentos de corte mais eficientes, com o emprego do metal para os implementos agrícolas e com um sistema mais difundido de canais, a área coberta pela cidade ampliou-se mais ainda. Khorsabad, na Assíria, por volta de 700 a.C., tinha cerca de 300 hectares; Nínive, um século depois, talvez 720 hectares; ao passo que, mais tarde ainda, Babilônia, antes de sua destruição pelos persas, era rodeada por pelo menos 17 quilômetros de muralhas. Se somos obrigados a mudar constantemente de sítio ao fornecer esses dados, tal se dá porque as próprias provas são tão pobres e dispersas.

Mais difícil de estimar é a população dessas antigas cidades. A princípio, eram limitadas pelas mesmas dificuldades de transportes que as primeiras cidades medievais do Ocidente, e parecem ter tido populações da mesma ordem, isto é, de cerca de duas mil até vinte mil pessoas. Provavelmente, o tamanho normal da cidade antiga era próximo do que hoje chamaríamos um bairro residencial: cinco mil almas ou menos. Assim, no princípio da associação urbana diferenciada, a cidade conservava ainda as intimidades e solidariedades da comunidade primária.

Frankfort, fazendo escavações em Ur, Eshnunna e Khafaje, que floresceram por volta de 2000 a.C., verificou que as casas se contavam por volta de 50 por hectare o que dava uma densidade, calculou ele, de 300 a 500 pessoas por hectare, densidade certamente superior à que era higienicamente desejável, porém não pior que a dos alojamentos mais congestionados de trabalhadores, em Amsterdam, no século XVII: em ambos os casos, talvez compensada, até certo ponto, pela presença de canais. Mesmo quando Ur era uma capital imperial, Frankfort não fixa uma população superior a 24 000, ao passo que

Khafaje tinha apenas metade desse número. O cálculo de Leonard Woolley para a "Cidade Velha" murada de Ur — 34 000 — não diverge seriamente, embora ele mostre que aquela representava apenas um sexto da Ur maior, que foi mais tarde centro manufatureiro com um comércio muito difundido. Aquela metrópole, calcula ele, deve ter tido um quarto de milhão de pessoas.

As evidências relativas ao tamanho e densidade das moradias são igualmente do acaso; e mesmo ulteriores escavações podem não possibilitar a apresentação de dados nos quais se possa ter muita confiança, já que muito depende da densidade por aposento, se quisermos distinguir uma decente habitação familiar de um cortiço. A respeito dessas matérias, não parece provável que venham a surgir outros dados. É, porém, interessante assinalar que as pequenas casas encontradas em Mohenjo-Daro, desde mais ou menos a metade do terceiro milênio a.C., tinham dois andares e cerca de nove por oito metros: mais ou menos do mesmo tamanho de uma modesta residência na Priene Grega, mais ou menos em 200 a.C., que media oito por seis metros. Nenhuma delas teria parecido fora de lugar no East End de Londres, no século XVIII, e a mais antiga casa citada é, na realidade, um pouco maior que a residência de cinco cômodos que ocupei uma vez em Sunnyside Gardens, Long Island, no que era destinado a constituir um conjunto residencial modelo.

O que é mais significativo nesses dados é sua notável constância, por um período de cerca de cinco mil anos. A respeito das residências mais cômodas das classes mais ricas, estas, a princípio, apresentavam as mesmas diferenças que hoje observamos: na verdade, as últimas variam desde casas de dez cômodos, de 26 por 17 até 30 por 22 metros, em Eshnunna, Babilônia, Assur e Olinto, até palácios de muitos aposentos. Esses números cobrem um período que se estende mais ou menos por dois mil anos e inclui quatro culturas bem diferenciadas. Contudo, com algumas exceções, como Mohenjo-Daro, a casa separada evidentemente não existia dentro das cidades antigas, assim como não existia na aldeia polonesa de Biskupin, da Idade do Bronze, cujos baluartes de madeira e casas agrupadas foram desenterrados em nossos próprios dias. O retiro e a liberdade eram, originariamente, atributos do palácio, reservados, ao lado de muitos outros hábitos de propriedade, a um pequeno grupo de nobres e funcionários que serviam aos governantes das antigas cidades. A vila suburbana situada livremente, ao meio de um jardim, aparece muito cedo nas pinturas egípcias e nos modelos tumulares.

O marco seguinte da cidade é a cidadela murada, rodeada por uma ou mais provações. Provavelmente, o descobrimento do valor da muralha como meio de proteção para o grupo governante fez com que fosse usada para rodear e manter em ordem as aldeias tributárias. A idéia de que a muralha é essencial para uma definição da cidade, como sustentava Max Weber, constitui uma falsa concepção paroquiana. Contudo, é verdade que a muralha continuou

a ser uma das características mais proeminentes da cidade, na maior parte dos países, até bem dentro do século XVIII – constituindo as principais exceções o antigo Egito, o Japão e a Inglaterra, onde barreiras naturais davam às suas cidades e aldeias, em certos períodos, uma imunidade coletiva; ou onde, como na Roma Imperial e na China Imperial, um vasto exército ou uma colossal construção de barricadas de alvenaria, atravessando o país, dispensavam as muralhas locais.

Há, porém, um fator condicionante do tamanho das cidades, muito freqüentemente esquecido: não apenas a disponibilidade de água ou de alimento, mas a variação dos sistemas coletivos de comunicação. Platão limitava o tamanho da sua cidade ideal ao número de cidadãos a que uma única voz se poderia dirigir: mesmo assim, havia uma limitação mais comum, fundamentada no número dos que poderiam ser ajuntados dentro dos recintos sagrados para tomar parte nas grandes cerimônias periódicas. Se é verdade que as cidades em breve passaram além do ponto em que todos os seus cidadãos se achavam a uma distância que lhes permitia saudar uns aos outros, não obstante, por muito tempo devem ter ficado limitadas pelo número dos que poderiam responder prontamente a uma convocação do quartel. As cidades mesopotâmicas tinham um tambor de reunir, assim como as cidades medievais utilizavam o sino de uma torre de igreja para ajuntar seus cidadãos: faz ainda muito pouco tempo, na iminência de uma invasão e da possibilidade de destruição total das comunicações pelo telégrafo e pelo rádio, a Inglaterra retrocedeu ao dobre universal dos sinos de igreja, como o sinal convençãoado para marcar o início de um desembarque alemão.

As cidades antigas não cresceram além das distâncias de caminhada ou de audição. Na Idade Média, ficar dentro do alcance dos sinos de Bow definia os limites da *City* de Londres; e, até que outros sistemas de comunicação em massa fossem inventados, no século XIX, estes contavam-se entre os limites efetivos do crescimento urbano. Isso porque a cidade, à medida que se desenvolve, passa a ser o centro de uma rede de comunicações; os mexericos junto do poço ou da bomba da aldeia, a conversa na taverna ou no lavadouro, as proclamações dos mensageiros e dos arautos, as confidências dos amigos, os rumores da bolsa e do mercado, o intercurso guardado dos eruditos, o intercâmbio de cartas e informações, notas e contas, a multiplicação dos livros – tudo isso são atividades centrais da cidade. Neste aspecto, o tamanho permíssível da cidade varia parcialmente com a facilidade e o alcance efetivo das comunicações.

O tamanho restrito da cidade antiga conta-nos alguma coisa a respeito de uma antiga restrição à vida urbana, ou pelo menos de uma inteligente cooperação voluntária: foi apenas no palácio e no templo que os meios de comunicação se multiplicaram – mais ainda porque foram efetivamente segregados da população como um todo. O grande segredo do poder centrali-

zado foi o próprio sigilo. Isto aplica-se a todos os Estados totalitários, até os nossos próprios dias.

3. Urbanismo e Monumentalidade

Provavelmente por ser uma massa relativamente compacta e quase certamente o repositório das mais ricas relíquias de arte e técnica, a cidadela da cidade antiga é seu bairro mais completamente explorado. Como já mostrei, a proto-cidade teve os princípios de sua vida institucional no campo fortificado e no oratório, não necessariamente ocupando um sítio comum. A marca da cidade, quero repetir, é o ajuntamento dessas instituições num recinto especial, apartado do mundo profano. Assim, Enkidu procurou o poderoso Gilgamesh no “sagrado templo [de Uruk], morada de Anu e Istar”. Embora se encontrem templos subordinados a outras partes da cidade, e no caso de Khorsabad também um palácio subordinado, o grande palácio do rei e o grande templo levantam-se bem perto, dentro da cidadela: parte do sistema dualista de governo que prevaleceu por tanto tempo.

O núcleo de pedra da cidadela pode ser encontrado em mais de uma cidade, podendo mesmo o zigurate erguer-se ainda muito acima do monte arenoso de seus escombros enterrados, chamado *tillu* (monte de ruínas) na antiga Babilônia, e ainda hoje chamado *tell*, não raro, com 40 metros de altura. Entretanto, a forma da cidade que o rodeava só é conhecida por exemplos posteriores e os glifos que ainda restam, que deveriam revelar uma forma ainda mais antiga, são atordoantemente obscuros. Estranhamente, os caracteres que designam “templo”, “torre”, “água”, “jardim”, “bosque”, “estrada”, “mercado”, acham-se graficamente claros em Ur e Kish, quer como desenhos, quer como símbolos: não, porém, a cidade. A terra cultivada é representada como um retângulo de quinze quadrados ou as marcas retangulares de um arado num campo retangular aberto de um lado; a cidade, entretanto, é ou um retângulo com duas linhas verticais interiores, ou então um bloco em forma de *L*, com uma elevação ligeira; e é difícil compreender o que cada figura significava, a menos que a última represente os contornos de uma casa real sem a porta, e a estrutura menor represente a maior.

Com a própria fundação da cidade, deveríamos esperar definições e fronteiras, limites da autoridade sagrada, da jurisdição real e da propriedade. Por exemplo, deveriam tais fronteiras definir as vizinhanças que serviam aos subtemplos, ou meramente se fundiam de maneira invisível umas com as outras, sem canais ou outro espaço aberto a separá-las? Não sabemos. Até mesmo o investigador mais superficial pode fazer perguntas mais pertinentes do que aquelas que o arqueólogo mais douto já tem meios de responder.

Na cidadela, o novo caráter da cidade é óbvio: uma mudança de dimen-

sões, destinada deliberadamente a atemorizar e assustar aquele que a olhava. Embora a massa de habitantes pudesse ser fartamente alimentada e obrigada a trabalhar em excesso, nenhuma despesa era poupada para criar templos e palácios, cujo simples volume e elevação dominariam o resto da cidade. As pesadas paredes de argila bem cozida ou de sólida pedra davam às efêmeras funções do Estado a certeza de estabilidade e segurança, de poder ininterrupto e de autoridade inabalável. O que hoje chamamos de "arquitetura monumental" é, antes de tudo, a expressão do poder, e este poder exibe-se na reunião de custosos materiais de construção e de todos os recursos da arte, bem como num domínio de todos os estilos de acessórios sagrados, grandes leões, touros e águias, com cujas poderosas virtudes o chefe do Estado identifica suas próprias capacidades mais frágeis. A finalidade dessa arte era produzir terror respeitoso, como numa confissão da época, citada por Contenau: "Sou como um homem morto, sinto-me desmaiar depois da visão do Rei meu senhor".

Tanto a cidadela como seus baluartes murados podem ter-se iniciado de uma maneira mais humilde, tendo em vista prudentes considerações de ordem prática. W. F. Albright assinala que, ainda em 1750 a.C., na Palestina, os chefes tribais ocupavam fortalezas, ao passo que a maior parte de seus súditos vivia em povoações circundantes e se mudava para o recinto fortificado apenas em tempos de perigo ou quando as intempéries de inverno os forçavam a abandonar os abrigos improvisados de pedras e ramos, onde residiam no verão, especialmente durante a colheita da uva. Isso provavelmente foi uma continuação do modelo mais antigo, e Fustel de Coulanges^(*), muito tempo atrás, o caracterizou corretamente como a forma primordial da cidade.

A proteger a cidadela, havia em geral uma íngreme pilha natural de rocha ou uma muralha feita pelo homem; isto, porém, não era necessariamente verdadeiro a respeito da antiga aldeia ou mesmo da pequena cidade. Gertrude Levy assinala que Arpachiyeh, antigo centro de cerâmica pintada, não possuía defesas, e não mostra armas em seus restos: de sorte que uma pequena cidade especializada, pouco mais que uma aldeia supercrescida sob a proteção de uma poderosa metrópole como Nínive, talvez pudesse passar sem a construção de uma muralha, mesmo no período em que a guerra era constante e sempre ameaçadora. Contudo, com a invenção das artes do extermínio coletivo e da destruição organizada, a muralha tornou-se, evidentemente, uma necessidade prática, não apenas um símbolo, e impôs uma forma definida à cidade. Isso ocorreu, ao que poderia parecer, nas antigas comunidades próximas do Eufrates, e desempenhou um papel na fixação dos limites físicos à fácil expansão urbana. Ao mesmo tempo, ampliou as egoísticas absorções e as ansiosas preocupações do rei ou governador na cidade, inclinado a colocar dentro das muralhas tudo o que se achava fora dela.

(*) Vide *A Cidade Antiga*. São Paulo, Martins Fontes, 1981. (N. do E.)

Assim, a muralha serviu como artifício militar tanto como agente de comando efetivo de toda a população urbana. Esteticamente, representava uma nítida diferenciação entre a cidade e o campo; ao passo que, socialmente, acentuava a diferença entre o residente no interior e o residente no exterior, entre o campo aberto, sujeito às depredações dos animais selvagens, dos assaltantes nômades, dos exércitos invasores, e a cidade plenamente cercada, onde se podia trabalhar e dormir com uma sensação de extrema segurança, mesmo em épocas de perigo militar. Com um suprimento suficiente de água no interior e uma quantidade suficiente de cereais armazenada em depósitos e celeiros, aquela segurança pareceria absoluta.

As aberturas na muralha da cidade eram tão cuidadosamente controladas como as comportas de um sistema de irrigação; e é conveniente lembrar que, exceto pela passagem diária, indo e voltando dos campos circundantes, apenas uma pequena parcela das pessoas entrava na cidade por barco ou caravana. Na verdade, até que a cidade afinal alcançou as dimensões de uma metrópole, não houve qualquer problema de congestionamento ao redor dos seus portões, fazendo com que a população comerciante se detivesse ali, com estalagem, estâbulos e armazéns próprios, para constituir um bairro de mercadores e entreposto ou "porto". Encontraremos as mesmas formações de novo na Idade Média.

Os portões que guardavam aquelas cidades ancestrais eram simbolicamente reforçados, como o próprio palácio, por ameaçadores touros ou leões, enormes imagens mágicas do poder deificado. Tais portas de bronze serviam para desencorajar o exército atacante e para inculcar respeito no visitante estrangeiro mais pacífico. Muito cedo, os baluartes ganharam a forma geral que conservaram até o século XVI d.C., com torres e bastiões projetando-se de um sólido envoltório de alvenaria, muitas vezes suficientemente largos para que três carros passassem lado a lado no seu alto, permitindo o fácil emprego de armas de contra-ataque.

Com o crescimento da perícia militar e da suspeita política, talvez a muralha se transformasse num complicado sistema de recintos fechados dentro de recintos fechados: de tal sorte que o estratagema e a traição serviram melhor que os engenhos de ataque, na Babilônia como em Tróia, para obter o ingresso na cidade. Certamente, a presença de fossos e canais circundantes, bem como de muralhas, não tornava, de modo nenhum, mais fácil a tarefa do atacante. Sem essa grande vantagem para a defesa, as pequenas cidades não teriam resistido à captura e demolição tão bem quanto fizeram algumas vezes, enquanto que, a não ser pelas fraquezas humanas — a inveja, o convencimento interior e a traição —, as grandes cidades poderiam ter-se tornado invulneráveis.

Se o habitante da cidade exultava em seus poderosos deuses, não era menos orgulhosamente confiante na muralha circundante e que tudo con-

tinha: ao povo da época, parecia que os grandes deuses tinham dado forma à cidade e seu templo — “a casa que desce do céu” —, e sobretudo à “sua grande muralha que toca as nuvens”. A respeito de ambos esses casos, felizmente, dispõe-se de segura evidência contemporânea, em várias versões do épico de Gilgamesh, que, de maneira característica, apresenta esse antigo herói e rei como construtor da muralha de Uruk e seu grande templo, os dois grandes atos que deram forma à “implosão urbana”. Neste caso, umas poucas palavras valem por grandes montes de alvenaria arruinada:

*Na Uruk com seus baluartes construiu ele a muralha,
Do consagrado Eanna [templo de Anu e Istar], fez o puro santuário.
Olhai sua muralha exterior, cuja cornija é tal como o cobre,
Espiai a muralha interior, que nenhuma pode igualar!
Apalpai seu limiar que é de antigamente.
... Ide e caminhai sobre as muralhas de Uruk,
Examinai o terraço de base, olhai bem a obra de tijolos:
Não é obra de tijolos queimados?
Não foram os Sete [Sábios] que lançaram seus alicerces?*

Contudo, além das funções de defesa militar e de controle, de unificação religiosa e de proteção, a muralha teve outro papel a desempenhar: estabeleceu um contraste nítido e formal entre a cidade e o campo. Árvores, jardins, campos, pastos de gado podiam existir dentro da cidade; mas a muralha, rodeando a área construída, garantia uma permanente margem de terra de agricultura ao seu redor. Essa nítida divisão deve ter produzido um efeito estético igualmente destacado.

Naqueles amplos vales, tanto na Mesopotâmia quanto no Egito, as cidades eram muitas vezes erigidas, igualmente para a segurança e para a defesa, sobre plataformas; de tal sorte que Heródoto, falando da paisagem do Egito por ocasião das enchentes, descrevia suas cidades como “muito semelhantes às ilhas do mar Egeu”. A própria plataforma de barro, às vezes apenas na base da cidade, às vezes na cidade inteira, podia erguer-se a uma altura de doze metros; no templo de Anu, tal base, segundo Frankfort, cobria 39 000 metros quadrados. Acima daquele monte, os baluartes poderiam erguer-se mais outros quarenta metros, provavelmente, ocultando todos os edifícios à distância, exceto o templo principal. Pela sua própria forma, a cidade era uma afirmativa da vontade coletiva de dominar a terra: para o olhar exterior, uma espécie de montanha quadrada e pardacenta, sobre um tapete verdejante, com estruturas de argila cozida ao sol construídas muito próximas, com perfis de torreões, seteiras e zigurates, rodeada e cortada em todas as direções por canais e valas de irrigação, emplumado o todo por uma e outra palmeira, por copadas acácias e floridos tamarindeiros. Se a muralha crescia e os portões ferozmente abaixavam, a paisagem além sorria; ao passo que, uma vez dentro

das muralhas, o zumbido da movimentada colmeia, o colorido e brilho de sua vida densamente concentrada, contrastavam com as atividades escassas, dispersas, quase invisíveis da aldeia.

A ordem externa visível da cidadela e de sua cidade costumavam combinar-se com a ordem interna do palácio e do templo, algumas vezes a um lado do circuito da muralha, algumas vezes bem no centro. O poder irradiava-se para fora a partir daquelas duas fontes sagradas; e, por sua vez, o tributo humano, em todas as formas, ouro, prata, cobre, latão, lápis-lazúli, alimentos, trabalho cotidiano, a própria vida, fluíam na direção daqueles mesmos centros. Se é verdade que as casas eram apinhadas e muitas vezes sem ar, o recinto sagrado era espaçoso, com pátios internos retangulares onde podiam formar-se multidões. Neste passo, a arte introduziu-se a fim de estabelecer e reforçar, com um efeito que passava além das meras palavras, tudo o que a nova ordem havia instituído para alterar as dimensões do antigo regime puramente agrícola: acima de tudo, o poder da própria imaginação disciplinada, de traduzir o possível no real e de ampliar os humildes hábitos da vida cotidiana, transformando-os em estruturas de magnificência.

Enquanto que as aldeias podem ser identificadas por fundações de casas e cacos de cerâmica, a cidade antiga pode ser mais confiavelmente identificada pela sua riqueza de imagens monumentais. As formas de arte urbana indicam melhor ainda a transformação total que qualquer censo de casas ou qualquer medida de superfície. Em seu clássico *Princípios de Psicologia*, William James descreveu muito bem a maneira pela qual a casa e as posses de um homem se tornam tanto parte de sua personalidade completa quanto seu conhecimento, seus sentimentos, suas opiniões e seus atos. Se isto é verdadeiro com relação ao indivíduo, é ainda mais maciçamente verdadeiro com relação à comunidade, pois foi por meio das novas estruturas estéticas que a cidade definiu a nova personalidade coletiva que havia emergido e encarou com renovado orgulho a sua própria face. Se o rei ou governador era demasiado alto e poderoso para ser alcançado, exceto em casos extremos, o mais humilde habitante, apesar de tudo, podia identificar a personalidade da cidade, em todo o seu poder e radiância.

A rotina da agricultura havia atado os homens a sua tarefa cotidiana: eram eles adeptos do lugar-comum e acostumados à sua própria pequenez e às suas curtas peias. Na cidade, até o mais humilde poderia, indiretamente, tomar parte na grandeza e considerá-la como sua: havia um lazer cerimonioso e um jovial retiro, aberto a todos, graças aos novos órgãos que a municipalidade comandava. Volto mais uma vez ao antigo texto acadiano, em busca de confirmação:

*Vinde, pois, Enkidu, à Uruk de baluartes,
Onde as gentes são resplendentes em seus trajes festivos,
Onde cada dia é como um dia de festa.*

Isso talvez fosse um exagero semelhante àqueles que hoje poderíamos encontrar num guia turístico; no fundo, porém, revela um senso de esplendor e alegria, expresso na música, no cântico e no traje, bem como na arquitetura, que os homens começavam a associar às cidades. Sem aqueles deuses, suas muitas realidades sórdidas e opressivas dificilmente poderiam ter sido suportadas.

Note-se a atração mágica da cidade: as pessoas se dirigiam àquele lugar sagrado para se colocarem sob a proteção de um deus poderoso e de um rei quase igualmente poderoso, que exibia em sua própria pessoa novos atributos — o poder de domínio e compreensão, faculdade de decisão e vontade livre —, que poderiam ir de encontro aos veneráveis costumes da tribo. Até aquele momento, o caráter humano tinha sido moldado pelo grupo local e não possuía outra identidade ou individualidade. Na cidade, contudo, sob a instigação da realeza, pela primeira vez emergiu a própria personalidade: auto-dirigida, autogovernada, centralizada em si mesma, reclamando para o “Eu” único e ampliado, como representante divino da coletividade em geral, tudo o que tinha pertencido outrora ao “Nós” agora diminuído.

Para compreender a importância desta mudança, felizmente podemos remontar ao filósofo chinês Mêncio. “Quando os homens são dominados pela força — observou ele —, não se submetem em espírito, mas o fazem apenas porque a sua força é inadequada. Quando os homens são dominados pelo poder na personalidade, sentem-se satisfeitos no próprio centro de seu coração e realmente se deixam submeter.” “Poder na personalidade” era o que a cidade e seus deuses proporcionavam: era essa a principal fonte dos grandes feitos que a própria realeza tornou possíveis. Milhares de anos se passaram antes que a cidade estendesse esse poder pessoal ao resto de seus habitantes.

Privada de tais poderes sagrados, a cidade antiga poderia ter sido apenas um montão de lama cozida ou de pedras, sem forma, sem finalidade, sem significado, pois, sem tais ampliações cósmicas, o homem comum podia viver uma vida igualmente boa, ou mesmo muito melhor, na aldeia. Mas, tão logo a vida foi concebida em termos sagrados, como uma imitação dos deuses, passou a própria cidade antiga a ser, e assim continuou até os tempos romanos, um simulacro do céu: até a sua aparente durabilidade, independência de seus edifícios sagrados em relação à decadência e à dilapidação da apinhada cabana do camponês, apenas a aproximaram ainda mais do modelo eterno que a crescente consciência que o homem passou a ter do próprio cosmo tornava tão atraente. Assim, Tebas, centro do culto do Deus-Sol, tornou-se, na legenda sagrada, o sítio original da própria criação.

Nas antigas cidades, a vida e a energia humana eram traduzidas em forma de arte, numa escala que antes havia sido inatingível. Cada geração podia agora deixar seus depósitos de formas e imagens ideais: oratórios, templos, palácios, estátuas, retratos, inscrições, documentos entalhados e pintados em

muralhas e colunas, que satisfazia ao antiquíssimo desejo de imortalidade, da parte do homem, fazendo-se presente nas mentes das gerações posteriores. Mesmo quando ameaçada de extinção, o orgulho e ambição se apegavam às pedras da cidade, pois a arte antecedeu a palavra escrita na fixação de formas simbólicas “externas” daquilo que, de outro modo, haveria de desaparecer. Na versão babilônica do épico de Gilgamesh, o herói, embora reconhecendo as limitações que perseguem os dias do homem e seus feitos, sabendo que nenhum mero ser humano “pode escalar os céus”, ainda assim acalenta a consoladora idéia do novo homem urbano: “Caso venha eu a cair, terei feito um nome. ‘Gilgamesh — dirão eles — ... caiu. [Muito] depois que meus rebentos nasceram em minha casa’”. A “fama” instiga o morador da cidade a atos destinados, na memória gravada, a perdurar depois da sua existência.

Na cidade, os grandes arquétipos do inconsciente, reis semelhantes a deuses, touros alados, homens com cabeça de falcão, mulheres com formas de leões, exageradamente ampliadas, brotavam em argila, pedra, cobre e ouro. Não é apenas no teatro que o espectador sente serem os atores maiores do que na vida real. É esta uma ilusão característica produzida pela cidade, porque o centro urbano é, na realidade, um teatro. Com base no que Adelbert Ames experimentalmente demonstrou a respeito do papel desempenhado pelos valores e propósitos subjetivos na alteração das sensações aparentemente naturais, dificilmente se pode duvidar de que, em meio ao generalizado engrandecimento da atividade humana que teve lugar no quarto milênio a.C., o rei, com caracteres de deus, ou o primeiro dos sacerdotes, na verdade parecia tão grande, na “vida real”, quanto era representado em imagens pintadas e esculpidas — pelo menos quando estava desempenhando aqueles sagrados rituais que realçavam todos os seus poderes. O retiro que Dejoces teve tanto cuidado em prover para si mesmo, ao ser elevado de conselheiro de aldeia a rei, ajuda a provocar esse engrandecimento, pois a distância psíquica, prolongada pelo temor, pela reverência e pelo medo, amplia o objeto isolado que lhe seve de foco, e reduz e ofusca a massa de ninharias urbanas que se acham “fora de foco”, como objetos que se acham fora do campo de uma lente de aumento.

Contudo, o ator precisa de uma audiência para reforçar seu próprio ego e dar importância ao seu papel. Que ator é capaz de representar, da melhor maneira possível, numa casa vazia? Se os reis deviam, na realidade, exercer os poderes que reclamavam, precisavam da constante atenção e dos aplausos de uma audiência urbana dotada de muitas cabeças. Assim, os antigos participantes ativos do ritual de aldeia em breve passaram a ser o coro passivo, os espectadores e comentadores do novo drama urbano. Lá uma vez ou outra, na antiga aldeia, aqueles curiosos tinham uma função importante no que estava acontecendo e podiam desempenhar com êxito todos os papéis, ora como atores, ora como espectadores. Agora, na cidade, estavam reduzidos à condi-

ção de extras. Entre as missões da arte monumental urbana, talvez não fosse menos importante a de reduzir o homem comum a essa posição abjeta, tornando-o mais fácil de governar, enquanto durava a ilusão.

4. Rio, Estrada e Mercado

Não obstante, por mais potentes que fossem as funções da cidadela, em dar um foco e em expandir o poder religioso e o poder político, provavelmente desempenhou um papel igual na vida econômica da cidade. Se, a princípio, não se pode encontrar um espaço aberto a que se possa chamar mercado, isto se dá talvez porque esse espaço fazia parte do recinto do templo e apenas numa data mais recente encontrou para si mesmo uma válvula nos distritos plebeus da cidade. Nisso, o mercado se assemelha àqueles serviços governamentais que podem ter tido um papel determinado no antigo palácio, tão logo começaram a ser diferenciados; pois, sem nenhuma dúvida, aquilo a que hoje chamamos palácio era também caserna, prisão, tribunal, complexo administrativo.

Deixei para o fim o componente dinâmico da cidade, sem o qual ela não poderia ter continuado a aumentar em tamanho, alcance e produtividade: trata-se do primeiro meio eficiente de transporte em massa, as vias aquáticas. Não foi por acaso que o primeiro crescimento das cidades teve lugar em vales de rios; e o aparecimento da cidade é contemporâneo dos aperfeiçoamentos da navegação, desde o feixe flutuante de juncos ou de troncos até o barco impelido por remos ou velas. Depois disso, o burro, o cavalo, o camelo, o veículo de roda e finalmente a estrada calçada ampliaram os domínios do transporte e deram à cidade comando sobre homens e recursos em áreas distantes. O transporte tornou possível equilibrar os excedentes e dar acesso a especialidades distantes: tais eram as funções de uma nova instituição urbana, o mercado, em si mesmo um produto das seguranças e realidades da vida urbana. Nas cidades onde temos os mais antigos registros, verificamos que as funções do mercado — fornecimento, armazenagem, distribuição — eram desempenhadas pelo templo, embora, possivelmente, como hoje na Rússia soviética, uma parte do produto dos camponeses pudesse ser consumida ou trocada em particular, tão logo fosse satisfeita a demanda coletiva.

Como os demais componentes originais da cidade, o mercado pode existir como uma entidade separada, sem trazer à existência mais do que abrigos temporários: algo desta qualidade evanescente permanece ainda nas feiras semanais de várias cidades européias, inclusive as grandes, com suas caravanas motorizadas de vendedores e suas barracas provisórias. O que dá ao mercado um lugar permanente na cidade é uma população suficientemente grande para oferecer um bom meio de vida a mercadores que têm ligações

distantes e produtos caros, e suficiente produtividade local para permitir que os excedentes das oficinas urbanas sejam oferecidos à venda em geral. Mas essas condições são um resultado, não uma causa original do crescimento da população.

Mais importante, afinal de contas, que a distribuição mais ampla dos produtos no mercado foi o desenvolvimento do sistema de comunicação que cresceu ao lado dele: o registro permanente parece ser, a princípio, um sub-produto das transações de mercado e a maior invenção, após as notações lingüísticas e numéricas, foi a invenção do alfabeto, obra dos comerciantes fenícios. Com o comércio, veio o intercurso humano numa escala ainda maior do que em qualquer outra ocasião anterior. A Suméria era caracterizada como "multilíngüe", e a difusão e padronização das linguagens locais deram à cidade sua situação especial de centro de comunicações, sede de uma literatura comum, na qual outros centros eventualmente viriam a tomar parte.

Se os transportes eram o elemento mais dinâmico na cidade, afora a guerra, a falta de transportes ou a facilidade com que estes podiam ser interrompidos ao longo de uma rota fluvial, por uma comunidade que negasse passagem aos barcos, foi uma ameaça ao seu crescimento, aliás, à sua própria existência. Isto, sem dúvida, explica a tendência das cidades poderosas a estender suas fronteiras e destruir cidades que pudessem bloquear suas rotas de comércio: tal coisa era importante para salvaguardar as "linhas da vida". Isso, em parte, explicaria o curso político percorrido desde o centro urbano até o império.

Numa das traduções de S. N. Kramer, encontra-se uma referência à "rua do mercado de Ur", e a luta de Enkidu com Gilgamesh teve lugar no "Mercado do País". O ideograma sumeriano de mercado, um Y, talvez indicasse que a idéia de mercado como ponto de junção das rotas de comércio já era reconhecida. Não há necessidade de duvidar de que o mercado apareceu inicialmente para regular a troca local, muito antes que qualquer "economia de mercado" baseada em transações tendo em vista um lucro monetário e a acumulação de capital privado, viesse a existir. Se essas alusões ao mercado podem ser tomadas seguramente como indicações de um uso mais geral, as duas formas clássicas do mercado, a praça aberta ou o bazar coberto, e a rua de barracas ou de lojas, possivelmente já tinham encontrado sua configuração urbana por volta de 2000 a.C., a mais tardar. Mas pode ser que fossem precedidas pela forma ainda mais antiga do supermercado — dentro do recinto do templo. Neste caso, o mercado constituía um monopólio do deus e seus sacerdotes, e não uma corporação destinada a ganhar dinheiro, à qual todas as formas possíveis de bens, agrícolas e industriais, seriam levadas para sofrer tributação direta antes da redistribuição.

Nas primitivas fases do desenvolvimento da cidade antiga, parece-nos, na verdade, estar tratando de uma economia totalitária controlada, cujo

centro é o templo. Não ocorre apenas que o deus é dono da terra vizinha e exige serviços de cada um: uma parte do ano deve ser dedicada ao trabalho forçado em benefício da comunidade. Mas, além disso, o próprio recinto do templo não era uma área puramente religiosa: servia também como "propriedade de comércio", onde os bens eram manufaturados, e como "shopping center", onde eram armazenados e distribuídos. Os armazéns, mostra Frankfort, continham "uma imensa variedade de artigos: cereais, sementes de sésamo como matéria-prima para o óleo, legumes, cerveja, tâmara, vinho, peixes (secos ou salgados), gorduras, lãs, peles, enormes quantidades de caniços e junco, esteiras, asfalto, pedras". A preparação de lã, a moagem de cereais, o curtume, a tecelagem e a fiação, tudo isso era feito dentro do recinto do templo. Apenas com o crescimento da população urbana e a complexidade cada vez maior das operações econômicas, foi uma parcela dessa economia entregue à empresa mais puramente secular, noutras partes da cidade.

Mesmo na economia mais crua, alguma forma de distribuir os excedentes e trocar produtos especiais de demanda limitada deveria ser encontrada, quer pela simples troca, quer por meio de presentes, quer em banquetes. Os antigos consumidores urbanos dependiam não simplesmente dos produtos do camponês, mas das atividades do pescador, do criador de aves, do oleiro, do tecelão, do ferreiro e, afinal, essa concentração ininterrupta de uma atividade única foi uma das marcas diferenciadoras da nova economia urbana — muito embora uma ordem antiga pudesse ser mantida viva em aldeias e propriedades rurais mais distantes.

Petrie mostrou que as antigas capitais de províncias do Delta e as antigas cidades da Mesopotâmia eram, em média, distanciadas umas das outras de uns trinta quilômetros; e, sensatamente, sugeriu que essa uniformidade podia ser interpretada como algo devido às necessidades de uma armazenagem central, facilmente acessível, de cereais. Enquanto os pagamentos entre os comerciantes foram feitos em cereais, tanto a armazenagem como o crédito devem ter multiplicado os centros de mercado sob a proteção de algum augusto deus local. A própria proximidade dessas antigas cidades talvez indique, na época da sua fundação, um estado de segurança e paz não confirmado por documentos posteriores de luta e guerra.

5. Inovações e Deficiências Técnicas

Embora o tamanho da cidade típica de antigamente fosse modesto e seu âmbito em grande parte confinado à região circunvizinha, as dimensões da cidadela e suas principais edificações podiam chegar à beira do colossal: não havia sacrifício demasiado grande para exaltar seu prestígio e seu poder ou para assegurar a sua permanência. Por estranho que pareça, contudo, algumas

das cidades mais antigas mostram características físicas, nos bairros residenciais, que vieram a se perder no posterior desenvolvimento da cidade, embora os governantes ainda as pudessem conservar. O plano regular de ruas, as casas enfileiradas, os quartos de banho e latrinas interiores, as manilhas de cerâmica, os canais de drenagem revestidos de tijolos nas ruas, as sarjetas para conduzir as águas de chuva — todas essas coisas o escavador as encontra nas ruínas de Mohenjo-Daro e volta a encontrar, com variações menores, na espaiada Ur ou na pequena Lagash.

A rua larga aparecera antes da invenção dos veículos de roda, pois, a princípio deve ter sido traçada para as procissões sagradas ou para os soldados em marcha. A freqüente orientação das principais avenidas para os pontos cardiais talvez indique o crescente domínio dos deuses do céu; esse traçado muitas vezes furtava-se às considerações mais práticas, tais como a de moderar o calor ou de conter os ventos predominantes. Contudo, muitos desses melhoramentos perderam-se de vista no posterior desenvolvimento das cidades, e ainda se achavam ausentes até recentemente, em muitas grandes cidades "progressistas" do mundo ocidental — refiro-me particularmente a quartos de banho, latrinas interiores e manilhas de cerâmica — no começo do século XIX. Vale o mesmo para a doutrina do progresso material contínuo.

Nas cidades mais antigas, como mostram as escavações de Ur, a rua, como um meio aberto e articulado de circulação, era excepcional: a via estreita e tortuosa, bem protegida por sombras contra o tórrido sol, era o canal comum do tráfego, mais bem adaptado ao clima do que uma artéria de largas dimensões. O que os estudiosos da Suméria às vezes traduzem como "bulevar" não deve ser confundido com o bulevar que veio a surgir no século XVII, de um "bulwark" destruído (obra de terra, baluarte): era antes, uma Rua Larga, suficientemente larga para as multidões, onde era possível dar-se passeio ao anoitecer, ver as plantas, ouvir música, ou encontrar-se para os mexericos, como revela um antigo documento: em suma, servia como a clássica "Rua Central".

A falta de uma iluminação artificial adequada continuou sendo uma das grandes imperfeições técnicas da cidade até o século XIX. Contudo, por volta de 2000 a.C., pelo menos a maior parte dos principais órgãos físicos da cidade havia sido criada. O observador do século XIX provavelmente ter-se-ia sentido pouco à vontade em meio às confusas concepções mitológicas, às ousadas obscenidades sexuais, ou em sangrentos rituais de sacrifício das religiões urbanas dominantes; mas dificilmente qualquer parte da cidade física ter-lhe-ia sido não familiar. Aqueles dentre nós que são suficientemente conscientes da irracionalidade coletiva e da decadência da era atual sentir-se-iam igualmente à vontade — ou melhor, igualmente pouco à vontade — em ambos os territórios.

O aspecto geral daquelas antigas cidades mesopotâmicas deve ter sido, como mostrou Leonard Woolley, muito semelhante ao de uma cidade murada

do norte da África hoje em dia: a mesma rede de estreitas ruas, ou antes, vielas, de talvez não mais que 2,40 metros de largura, com as mesmas casas de um, dois e três pavimentos, os mesmos telhados utilizáveis, os mesmos pátios interiores e, finalmente, a íngreme pirâmide do zigurate dominando-a por completo, como as torres da mesquita hoje dominam a cidade muçulmana. Além do recinto murado mas espaçoso do templo, espalha-se uma série de distritos mais ou menos coerentes, nos quais pequenos oratórios e templos servem para as famílias. Cada cidadão da antiga Mesopotâmia, ao que poderia parecer, pertencia a um templo particular e seu deus, e efetivamente trabalhava para ele: a base da "cidadania" achava-se nessa particular filiação religiosa. Mostra Frankfort que uma comunidade de templo — em forma visível, uma "unidade de vizinhança" —, compreendia sacerdotes, funcionários, jardineiros, artífices, cortadores de pedra, mercadores e até mesmo escravos — todo o povo do deus. Por longo tempo, os moradores eram súditos ou servos presos ao seu senhor religioso e não cidadãos: recebiam ordens, mas, provavelmente, não se atreviam a dá-las, mesmo pela maneira segundo a qual um conselho de aldeia as poderia dar a seus próprios membros. A "Descrição da Cidade de Assur", que data de mais ou menos 700 a.C., quando Assur já não era uma cidade real, registra trinta e quatro templos e capelas. Cada característica da antiga cidade revelava a crença em que o homem não era criado para outro propósito senão o de engrandecer e servir a seus deuses. Essa era a razão última da existência da cidade.

Embora a comparação de Woolley, entre cidades antigas e modernas do Oriente Próximo, provavelmente seja correta, toma ela a cidade antiga numa fase já tardia, quando, como ocorreu com as nossas próprias cidades do fim do período medieval, o congestionamento, o excesso de construções e um acúmulo impensado de escombros tinham acabado com os espaços abertos com os quais ela havia iniciado. Mesmo num ponto avançado de seu crescimento, porém, sabemos que havia campos abertos dentro das muralhas de Babilônia; e uma grande parte dos antigos habitantes das antigas cidades trabalhavam nos campos e jardins, do lado de fora, como ainda fazem em muitas pequenas cidades gregas e italianas. Esses "jardins de alocação" agrícolas devem ter sido conservados dentro das muralhas por muito tempo, já que os jardins e o gado constituíam um seguro contra a fome, no decorrer de um prolongado sítio.

Mas, numa data remota, os frouxos meios rurais de eliminar detritos e excrementos passaram a ser uma ameaça nos apinhados bairros urbanos, sem, aparentemente, instigar suficientes esforços para o melhoramento da salubridade e higiene urbana. Então, como hoje na África, observa Woolley, "a varredura dos assoalhos das casas e o conteúdo das latas de lixo eram simplesmente atirados nas ruas", tão continuamente que, nessas antigas cidades, o nível das ruas ia-se elevando pouco a pouco e novas casas eram

construídas acima do nível primitivo, ao passo que os limiares das casas velhas ficavam abaixo.

Durante milhares de anos, os moradores das cidades dispuseram de recursos sanitários deficientes, muitas vezes inteiramente vis, refocilando no lixo e na imundície que certamente tinham meios de remover, pois a tarefa ocasional de remoção dificilmente poderia ter sido mais odiosa do que caminhar e respirar na presença constante daquele mau cheiro. Se tivéssemos qualquer explicação dessa indiferença à imundície e ao mau cheiro, que são repulsivos para muitos animais, inclusive os porcos, os quais se esforçam por se manter livres deles e conservar limpos seus ninhos, poderíamos também ter um indício da natureza lenta e espasmódica dos próprios melhoramentos tecnológicos, nos milênios que se seguiram ao nascimento da cidade.

Todavia, tem este quadro outro lado, que se revela na descrição bíblica das novas cidades destinadas aos levitas, na Palestina, e que se encontra num trecho ainda mais antigo de um poema que já citei. Havia, na *ambiência* urbana, mais espaço aberto e beleza natural do que os poeirentos restos nos encorajam a imaginar. Não importa que unidade a palavra "sar" representava, em Uruk, segundo Gilgamesh, "um 'sar' era a cidade, um 'sar' eram os pomares, um 'sar' eram as 'terras marginais'; [além disso, havia] o recinto do templo de Istar". Uruk tinha três "sar" em seu recinto sagrado; assim, metade da cidade era dedicada aos espaços abertos. O que o tradutor chama de terra marginal pode, na verdade, ser um subúrbio, com casas destacadas e jardins ou, possivelmente, um cinturão verde de hortas que forneciam produtos do mercado. Certamente, a grande quantidade de terra que era cultivada sugere fácil acesso ao ar livre, ao sol sanificante e à visão das coisas em crescimento. Enquanto a cidade permaneceu com população inferior a trinta mil habitantes, seu cinturão verde interior foi mais fácil de alcançar a pé, a partir do centro, do que o é, hoje em dia, numa Cidade Nova inglesa — e, com exceção da expansão exterior da cidade, era ainda menos sujeito a usurpações não-agrícolas.

6. Visões Contemporâneas da Cidade

Até mesmo as escavações parciais das ruínas dão ao arqueólogo muitos indícios sobre a vida, assim como sobre a forma das antigas cidades; entretanto, quando ele tenta juntar os ossos ressecados e infundir neles o sopro de vida, o modelo gráfico não é apenas por demais patentemente "sintético", mas, pior que isso, morto. É para a arte antiga, isto é, para a lenda e a representação gráfica, que nos devemos voltar para preencher as formas erodidas descobertas pela pá do escavador. Mesmo neste caso, vemos-nos diante de um quadro estático, um corte em profundidade, não com a vida em seu fluir, em seu

movimento de multidão; possui, entretanto, o toque da mão viva e dos olhos que originariamente presenciaram tudo aquilo.

Limitar-me-ei a três fontes contemporâneas: os monumentos que Layard desenterrou em Nínive, o mapa de Nipur, que data de 1500 a.C., e que o professor Kramer descobriu na coleção Hilprecht, em Jena, e o relato clássico que nos deixou Heródoto sobre a Babilônia. Os primeiros não apenas nos mostram edifícios, árvores e jardins, mas também homens em ação: soldados atacando uma cidade em torres móveis, vadeando rios com armaduras completas, auxiliados por bexigas infladas, matando cativos, escalando muralhas. Se essa não é a vida cotidiana da cidade, é aquela parte dela que deixou as cicatrizes mais profundas em todos os seus órgãos. Os quadros carecem de qualquer sentido das multidões, como as poderíamos encontrar no mercado ou no recinto do templo. Os contornos, porém, estão presentes. Os entalhes em pedra, as telhas vidradas e coloridas, as descrições escritas, confirmam-se reciprocamente.

O mapa de Nipur acha-se mais próximo dos contornos delineados pelos arqueólogos, pois isso é da natureza das plantas urbanas: mas sua própria irregularidade revela uma elevada ordem de capacidade e perícia técnica e a capacidade de transpor figuras irregulares para uma superfície plana, sem a reduzir a um símbolo convencional. Aqui, "no mais antigo mapa conhecido na História", acham-se os contornos de uma cidade mesopotâmica real, com suas muralhas e portões, seus canais, seus templos (o deus Enlil pessoalmente é invocado noutra parte como uma montanha, símbolo de proteção), seu "Altivo Oratório", seu "Parque Central", assim chamado embora não realmente situado no centro.

Infelizmente, a cidadela não pode ser identificada; mas a posição do Parque Central poderia sugerir que o palácio e a fortaleza, não identificados de outra maneira pelo escriba que compôs o mapa, ali se achavam, embora o parque pudesse rodear o palácio, como ocorre com o Palácio Pitti, em Florença. O canal no meio da cidade, com 24 metros de largura, a divide mais ou menos em duas partes iguais, indicando aquela do sudoeste o *têmenos* da Casa de Montanha, o templo principal. Essa planta de cidade indica não apenas as disposições dos seus principais elementos — os canais, os parques, os recintos cívicos —, mas indica também a presença de uma espécie de saber e de perícia vocacional, capaz de pensar por abstrações e de representá-las; de tal sorte que, mesmo que nada soubéssemos da matemática babilônica, teríamos que presumir sua existência. Se quisermos completar esses retratos antigos, teremos de suplementá-los por uma descrição literária, dessa vez não a de um arqueólogo, mas a de uma testemunha ocular, que viu não apenas os restos, talvez parcialmente reconstruídos pela terceira vez, da cidade caída de Babilônia.

As observações de Heródoto são ainda mais significativas porque, no seu século, o poder estava abandonando as cidades mães da Mesopotâmia, dirigin-

do-se para o Irã, no leste, para a Macedônia, no norte, e para Roma, no oeste, bem como no próprio norte. A última das grandes cidades dessa área, talvez a maior delas, que uniu os antigos elementos de sua civilização, foi Babilônia. "O que se segue — diz Heródoto — é uma descrição do lugar:

"A cidade ergue-se numa ampla planície e é um quadrado exato, com cento e vinte braças de cada lado, de sorte que a cidade inteira tem quatrocentas e oitenta braças [de perímetro]. Ao passo que tal é seu tamanho que não há outra cidade que dela se aproxime. É rodeada em primeiro lugar por um fosso largo e profundo, cheio de água, além do qual se ergue uma muralha de cinquenta cúbitos reais de largura e duzentos pés de altura. E ali, não posso omitir-me de contar a utilização que foi dada à lama retirada do grande fosso, nem a maneira pela qual a muralha foi construída. Tão depressa quanto cavavam o fosso, o solo que tiravam do corte era transformado em tijolos; e, quando se completou um número suficiente, cozeram os tijolos em fornos. Depois, dedicaram-se à edificação e começaram a revestir as bordas do fosso, depois do que passaram a construir a própria muralha, usando como seu cimento betume quente, e interpondo uma camada de caniços verdes em cada fiada de tijolos. No alto, ao longo das bordas da muralha, construíram edifícios de uma única câmara, deixando entre eles espaço para passar um carro de quatro cavalos. No circuito da muralha, encontram-se cem portões, todos de cobre, com vigotes de bronze e moirões laterais. (...) A cidade é dividida em duas porções, pelo rio que passa pelo seu meio. Esse rio é o Eufrates, uma corrente larga, profunda, que se inicia na Armênia e vai cair no mar Vermelho.

"A muralha, em cada margem, tem um cotovelo que desce até o rio; dali, a partir dos cantos da muralha, é conduzido ao longo de cada margem do rio um muro de tijolos cozidos. As casas são, na maior parte, de três e quatro pavimentos; as ruas todas correm em linha reta, não apenas aquelas paralelas ao rio mas também as ruas transversais que conduzem até a sua borda. No ponto em que essas ruas transversais atingem o rio, encontram-se portões baixos na muralha que interrompe a corrente.

"A muralha exterior é a principal defesa da cidade. Há entretanto, uma muralha interior, de menor espessura que a primeira, porém muito pouco inferior em força. O centro de cada divisão da cidade é ocupado por uma fortaleza. (...) Numa delas erguia-se o palácio dos reis, rodeado por um muro de grande força e tamanho; noutra estava o sagrado recinto de Júpiter Belus, um recinto quadrado de duas braças de lado, com portões de cobre sólido; que continuava também existindo em meu tempo. No meio do recinto havia uma torre de sólida alvenaria, com uma braça de extensão e largura, sobre a qual se erguia uma segunda torre, e sobre esta uma terceira, e assim por diante, até oito" — em suma, um zigurate, forma que havia sido transmitida, sem modificações substanciais, durante dezenas de séculos. "Ganha-se o alto passando-se, pelo lado de fora, por um caminho que serpeia entre todas as

torres. Quando se está mais ou menos a meio caminho da subida, encontra-se um lugar de descanso e senta-se. (...) Na torre mais alta, há um espaçoso templo onde, assim como reportavam os egípcios em Tebas, existiu outrora um grande coxim onde o deus deveria ter intercurso com a sacerdotisa e, ao lado desse coxim, uma mesa de ouro." A antiga cerimônia da fertilidade, pela qual o divino rei magicamente assegurava a continuação das funções procriativas em toda a natureza, ainda era realizada sob auspícios sagrados, ou pelo menos a tradição permanecera viva na memória.

Embora Heródoto pudesse ter visto apenas os restos esmagados dessa grande cidade, achava-se bastante próximo para nos transmitir uma última exalação de sua vida, algo que os mais ricos restos arqueológicos dificilmente ainda contém. Seu relato seria precioso ainda que apenas nos contasse como os pedaços de betume, tão úteis na calafetação, eram conduzidos por um rio tributário do Eufrates e assim levados a flutuar até Babilônia, ou como os comerciantes que transportavam barris de vinho de palma utilizavam a tradicional jangada circular, de caniços amarrados, com barbatanas de salgueiro e cobertos de pele, para levar produtos à cidade; depois que vendiam as barbatanas — a madeira era útil na planície sem árvores —, enfiavam as peles sobre um jumento que levavam consigo a bordo e voltavam por terra às colinas de onde tinham partido, já que a rápida corrente do Eufrates não lhes permitia retroceder rio acima.

Tanto no relato de Heródoto como nos dos arqueólogos, somente um grupo na vida da cidade parece difícil de destacar. Existiriam crianças? Parte do dia, sabemos, estavam na escola: os documentos de Ur não somente nos mostram uma escola, mas igualmente recordam um pequeno e amistoso suborno do mestre-escola, convidado a jantar em casa. De uma carta sumeriana datada de mais de 3700 anos, temos um retrato melhor do adolescente, dispensado por seu pai, demasiado indulgente, de trabalhar nos campos, conduzindo cascas de árvore, cavando e arando. Sem ter qualquer coisa de sério a fazer quando terminada a aula, o jovem vadio anda à toa pelas ruas, seguindo seu pai, e se deixa ficar na praça pública. Procura o prazer, mostra-se algo insolente e é indiferente às oportunidades de sua vocação herdada; ao que poderia parecer, sem disposição alguma para seguir o ofício de escriba, de seu pai. Este pequeno toque de vida real, que o autor de *A História Começa na Suméria* colocou diante de nós, fecha subitamente a lacuna de milênios entre nós e aqueles antigos moradores de cidades. O drama humano do pai agastado mas amoroso e do filho enfasiado e rebelde parece por demais próximo de nossa própria época.

A cidade, conforme a descobrimos inicialmente, parece pertencer exclusivamente à população adulta. Provavelmente, a porção maior da população infantil trabalhava, como indicaria o trecho acima, nos campos: salvos, ao mesmo tempo, da escola e da delinquência, por seu trabalho agrícola. Onde,

porém naquelas ruas apinhadas, naquelas vias estreitas, naqueles apertados bairros residenciais, brincaram as crianças comuns? Milhares de anos ainda se passarão antes que, no coração da cidade, nos terrenos ao redor da escola e nos campos de jogos vizinhos — primeiro nas cidades medievais, mas, de forma mais notável, nas Cidades Novas inglesas de hoje —, as atividades lúdicas das crianças reclamem largos trechos de espaço aberto.

7. O Egito e a Cidade Aberta

A história da cidade, tal como se desenrola na Mesopotâmia, não deve ser inteiramente repetida com relação ao Egito, sem numerosas reservas, contrastes e particularizações. Este fato vem acentuar uma verdade ainda mais geral a respeito da cidade: sua assinalada individualidade, tão forte, tão cheia de "gênio", desde o princípio, que tem muitos dos atributos das personalidades humanas.

O alvorecer da civilização do quarto milênio a.C. mostra, no Egito, muitas das vigorosas características que apresenta na Suméria; na verdade, nos seus absolutismos centralizados, na sua exagerada devoção ao culto religioso, na deificação do faraó, que por muito tempo dividiu sozinho com os deuses o dom da imortalidade, essa implosão e concentração de poderes e agentes parece ir ainda mais longe no Egito do que na Mesopotâmia.

No Egito, houve grande turbulência e transformação na superfície cultural, uma abundância de grandes e pequenos deuses, uma variedade de totens tribais, uma mistura do eterno e do efêmero, do animal e do humano, como se cada manifestação de vida fosse preciosa e nenhuma parte dela que por uma vez mostrasse vida pudesse ser negada ou perdida. Tudo isso, porém, são arranhões e mossas num enorme monólito granítico encravado a fundo na lama do Nilo, que mostrou pouca deterioração nas suas formas principais, após milhares de anos. Para os egípcios, não havia nada tão valioso como a segunda vida, após a morte; e os povos mais antigos devem pelo menos ter sonhado em possuir uma parcela da imortalidade, antes que os sacerdotes, reagindo a uma devastadora revolução popular, concedessem a todos eles a possibilidade de se transferirem para o céu, garantida pela mumificação e pelos encantamentos mágicos. Depois disso, tudo retornou mais ou menos à sua posição original.

Contudo, procuram-se em vão restos visíveis da cidade egípcia comparáveis àqueles que se encontram já em 2500 a.C. na Suméria, embora as pirâmides sejam antigas e mais inabalavelmente permanentes. Um estudioso contemporâneo chegou mesmo a dizer, talvez lambendo os beiços, que a cidade egípcia não existiu até 1500 a.C. Essa afirmação representa não tanto um desafio às novas escavações como um apelo por uma definição de cidade mais

adequada do que aquela que os urbanistas e sociólogos por muito tempo têm mantido como satisfatória.

Em verdade, a princípio não se encontra no vale do Nilo a cidade arquetípica da história, a cidade murada, solidamente delimitada e protegida por baluartes, construída para a permanência. Tudo, no Egito, parece ter encontrado uma forma durável, exceto a cidade. Os templos de Luxor e Carnaque têm mostrado seus portentosos contornos em todos os tempos históricos: as grandes e pequenas pirâmides são ainda visíveis, embora a moda das pirâmides tenha florescido e morrido quase tão rapidamente quanto a moda das complicadas fortificações em forma de estrela do fim do Renascimento. Não faltam estruturas independentes que testificam a magnificação universal do poder, ao ter início a civilização: obeliscos, majestosas vias processionais, colunatas, esculturas de granito e diorito, de dimensões enormes, tudo isso testemunha a espécie de vida que esperamos encontrar na cidade. Esta, porém, é transitória. Cada faraó constrói sua própria capital, sem o menor desejo de continuar a obra de seus antecessores ou de engrandecer sua cidade. Seu lar urbano é tão exclusivo quanto sua sepultura, talvez pela mesma razão egoística. Até onde o mesmo sítio geral é respeitado, como em Tebas, o crescimento se faz por uma espécie de frouxo adição suburbano.

Todavia, certamente, se não me engano em pensar que a arte monumental é uma das marcas mais seguras da existência da cidade clássica, a cidade "existe" de maneira inescapável. Podemos inspecionar de igual forma todas as instituições acessórias especializadas da cidade, nos pequenos modelos de madeira tirados dos túmulos: o açougue, o barco, o estabelecimento do embalsamador, a padaria; e de certo, há templos e palácios em escala muito maior, muito antes de 1500 a.C. Também devem ter existido centros visíveis de controle, pois a função do Grão-Vizir começou a existir já na Quarta Dinastia; era ele que servia como primeiro juiz, chefe dos arquivos e do tesouro, prefeito do palácio, isto é, governador militar da cidadela. Tudo isso são funções cívicas locais.

Ora, se a cidade, na mesma forma arquitetônica que encontramos na Mesopotâmia, não pode ser descoberta antes do período relativamente remoto de Tel-el-Amarna (princípios do século XIV a.C.), isto talvez ocorra porque a cidade murada, no Egito, foi uma forma *anterior*, cujos traços militares desapareceram tão logo os grandes faraós haviam estabelecido uma ordem universal e um comando unificado, apoiado principalmente na crença religiosa e no apoio voluntário, antes que na coerção física. Essa ideologia predominou em todo o vale do Nilo. É certo, mostra H. W. Fairman, que durante o período de Negada II, existiam cidades com muralhas de tijolos circundantes. Nas paletas de pedra dos últimos tempos pré-dinásticos e primeiros tempos dinásticos, as cidades são mostradas como círculos ou ovais, rodeadas por fortes muralhas e muitas vezes dotadas de fortificações.

Isso talvez explique o hieróglifo que significa cidade, que, de outra forma, seria inexplicável: um recinto oval ou circular, cujas encruzilhadas (se há encruzilhadas) dividem a cidade em quatro bairros. Se é este, na realidade, um plano simbólico, seria o melhor símbolo possível para as cidades clássicas. O fato de que este sinal foi usado desde os primeiros princípios da escrita mostra uma origem ainda mais antiga; na verdade, a forma circular, em si mesma, tornaria provável uma data remota, embora fosse repetida, aparentemente, nas cidades hititas de mais tarde e embora se encontre um modelo semelhante nos primeiros vasos pré-dinásticos. A cidade de El Kab, no Egito Superior, entre Latópolis e Hieraconópolis, encontra-se em uma área rica em túmulos, da Quinta e Sexta Dinastia. A cidade maior, envolvida em uma muralha de aproximadamente 490 metros de lado, provavelmente floresceu ao redor de 1788-1580 a.C. Mas essa muralha vem cortar a de uma cidade mais primitiva, na forma de uma oval ou de um círculo, protegida por um duplo morro. Tanto a forma quanto a data são significativas.

Na Mesopotâmia, cada cidade constituía um mundo separado. No Egito faraônico, provavelmente, as cidades não detinham uma parte tão grande da população: as funções da cidade — cerco, reunião, entremistura — eram desempenhadas pela própria terra. O deserto e a montanha constituíam a "muralha", os grupos provinciais ou totêmicos formavam as "vizinhanças", e os túmulos e templos dos faraós serviam como "cidadelas" de outro mundo. Era o próprio faraó, não a divindade familiar da cidade, que encarnava a comunidade: seus poderes divinos impregnavam todo o reino. Mas, no período pré-dinástico e nas duas grandes recaídas no localismo e dispersão feudalista, se adotarmos o relato de Jacques Pirenne, as cidades eram entidades destacadas e autogovernadas, cujos cidadãos estavam livres das restrições da servidão, eram capazes de ir e vir à vontade e conduzir negócios particulares — pelo menos no Egito Inferior. Estranhamente, essa "recaída" na autonomia corre paralela, de muito perto, a uma fuga semelhante ao controle central e a uma expressão semelhante da independência municipal, ocorridas na Idade Média européia, após o colapso do Império Romano do Ocidente.

Não é possível, então, que o próprio êxito do sistema religioso-político faraônico, depois de Menés, afastasse a necessidade do centro murado de controle? O triunfo das primeiras dinastias em elaborar uma forma religiosa de governo, centralizado num rei que era popularmente aceito como um deus vivo, mudou os problemas da construção de cidades, de duas maneiras: eliminou a necessidade da proteção exterior, como um meio de coerção e controle, e criou um tipo singular de cidade, plenamente desenvolvido apenas no Egito — a cidade dos mortos. Ao redor das pirâmides centrais de Gizé, encontramos um verdadeiro núcleo urbano de cadáveres, com as sepulturas colocadas em fileiras ordenadas, em ruas e transversais; as mastabas dos nobres têm mesmo a aparência de casas. Com um investimento tão pesado na permanência nessas

estruturas monumentais, pouco admira que a cidade dos vivos não tivesse os meios, bem como talvez a vontade de tomar forma mais durável.

Nessa teologia invertida, os mortos ganharam precedência sobre os vivos; e o que se seguiu a partir daí foi que o camponês teve permissão para continuar em sua aldeia e pequena cidade de mercado, e, para as necessidades habituais da vida, bastava a cultura de aldeia. Muito embora essa civilização produzisse documentos escritos e monumentos em abundância, sua proveniência era restrita às classes dominantes. Com exceção das ocasiões dos grandes festivais, que arrastavam grandes massas de povo para as grandes comunidades de templo, como Abidos, não havia necessidade de arrebatar aquela dócil e satisfeita população de aldeia em portentosos centros urbanos. Felizes com seus deuses secundários e seus deveres menores, no campo, em casa, na povoação, animadamente aceitavam o benéfico domínio do faraó. Se seus funcionários recolhiam uma porção da colheita, também mantinham em ordem o sistema de irrigação e redefiniam as fronteiras dos campos entre aldeia e aldeia, após a inundação anual. Essa lei e ordem, afinal, garantia maior prosperidade para a crescente população.

Até que os senhores feudais, em suas fortalezas locais, e mais tarde, os invasores estrangeiros, desafiaram a monarquia central, o poder político passou além dos limites da cidade e não teve nenhuma necessidade militar. As próprias capitais reais continuaram a ter um ar temporário e improvisado: apenas o túmulo e a cidade dos mortos eram construídos para ocupação permanente. Ainda mesmo em 1369-1354 a.C., a nova capital, Aquetaton, foi habitada por apenas dezesseis anos. Mas as cidades de templos, como Mênfis, continuaram sendo uma comunidade sagrada durante mil e quinhentos anos.

Se, entre as cidades do período pré-dinástico e início do período dinástico e aquelas do Império não havia muralhas, existiria algum outro modo de organização que produzisse as misturas e intercâmbios da cidade encaixada em pedra? Sob que forma, se alguma, existiam essas funções urbanas, depois que foram unificados o Egito Superior e Inferior? É possível falar, em tal situação, de uma implosão urbana, mais que de uma estrutura urbana?

Até aqui, ao analisar os componentes da cidade, acentuei a função essencial do recipiente fechado, que concentrava os agentes sociais e lhes dava um campo circunscrito que promovia o máximo de interação. Mas a cidade não é meramente um recipiente: antes que tenha algo a conter, deve ela atrair as pessoas e as instituições que dão seguimento à sua vida. A este aspecto da vida na cidade, Ebenezer Howard apropriadamente aplicou o termo *ímã*; e esse termo é ainda mais útil na descrição porque, com o *ímã*, associamos a existência de um "campo" e a possibilidade de ação à distância, visível nas "linhas de força social", que atraem para o centro partículas de diferentes naturezas. A religião organizada desempenhava tal papel na cidade de antigamente porque constituía a melhor parte da vida; aliás, era por meio da religião

que os homens estimulavam sua própria vitalidade e a de suas colheitas e animais; e era através da imortalidade imputada aos deuses que o homem era encorajado a tomar medidas que assegurassem a sua própria imortalidade, primeiro o faraó, porque também era um deus, mas, com o tempo, todos os homens que obedeciam às leis, assistiam às cerimônias e tratavam uns com os outros, no espírito de Ma'at, com ordem e justiça.

Aqui, percebemos uma diferença significativa entre o antigo Egito e a Mesopotâmia. Na Mesopotâmia, o rei não era um deus e os próprios deuses, com raras exceções, não eram nem amorosos, nem sensatos, nem admiradores da virtude física: na verdade, mais de um documento refere-se à impossibilidade de agradar-lhes ou de esperar, pela boa conduta, conquistar seu favor.

As palavras "insegurança" e "intimidação" achavam-se escritas em toda a história mesopotâmica: a própria escola mantinha um funcionário com um açoitador para manter a ordem. Essas práticas deixavam impressão em todas as partes da vida, em repetidos atos de crueldade e violência, que alcançaram certo clímax de cruel ferocidade com o monarca assírio Assurbanipal. Os próprios poderes cósmicos, longe de dotar os governantes das virtudes mais humanas, sancionavam uma norma de terror, a tal ponto que, ainda no tempo de Hamurabi, o próprio código de direito pelo qual ele se tornou célebre continha uma lista interminável de delitos, muitos deles triviais, puníveis com a morte ou a mutilação, segundo o rigoroso princípio do olho por olho ou dente por dente, com acréscimo, às vezes, de alguns outros órgãos com lastro. Mesmo sem o incessante romper da guerra, havia uma corrente profunda de terrorismo e punição sadística em tal regime, semelhante à que tem sido ressuscitada nos Estados totalitários de nossos próprios dias, os quais guardam tantos pontos de semelhança com aquele absolutismo arcaico. Em tais condições, as necessárias cooperações da vida urbana exigem a constante aplicação do poder de polícia e a cidade passa a ser uma espécie de prisão cujos habitantes se acham sob constante vigilância: um estado não meramente simbolizado mas efetivamente perpetuado pela muralha da cidade e pelos seus portões gradeados.

Dois grupos de divindades destacavam-se acima do resto do panteão egípcio: Rá e Osíris, Ptah e Hator, o benigno Sol e as forças de fertilidade e de toda sorte de criatividade. No Egito, em consequência, o *ímã*, o centro de atração e aspiração, parece ter predominado desde os mais remotos momentos, sobre o recipiente de natureza mais compulsiva; e isso talvez explique as diferentes formas que a cidade ali assumiu. Havia, ao mesmo tempo, uma unidade externa e interna na vida egípcia. A despeito das diferenças entre o Nilo Inferior e Superior, o vale inteiro constituía uma só unidade, com uma faixa quase uniforme de vegetação, céus serenos, um ciclo climático previsível, uma atmosfera benigna. Tinha-se apenas que flutuar com a corrente do rio para chegar à embocadura, ou enfunar as velas, tão logo estas foram inventadas,

para subir o rio, geralmente favorecido pelo vento. Na Mesopotâmia, era necessário desafiar a natureza, enfrentando golpes e contragolpes: no Egito, submeter-se era suficiente para garantir que um ano seria na medida de felicidade. Essa harmonia estática, esse profundo equilíbrio interior, simplificaram o problema de controlar os novos poderes técnicos que a civilização trouxera para a vida: a uniformidade exterior era acompanhada por uma unidade interior, por uma unanimidade realmente dócil e afável.

Como deus, o faraó encarnava os amigáveis atributos do Sol, da vegetação viva e da fertilidade animal: e, já em 3000 a.C., Breasted assinala, tanto o "domínio" como a "compreensão" tinham-se tornado atributos de Rá, o deus-sol, que, de uma forma ou de outra, tornou-se o membro presidente de um vasto panteão que continha cerca de quatrocentas divindades. Para tal governante, o templo desempenhava um papel mais importante que o castelo e a guarda armada. Por que seria necessário o terrorismo, quando a obediência se conseguia tão facilmente — quando a presença de um deus vivo em seu meio garantia a abundância e a segurança, a ordem e a regularidade, a justiça neste mundo e pelo menos uma imortalidade vicária no outro?

8. De Centro Cerimonial a Centro de Controle

Depois da Sexta Dinastia, quando começou a derrocada do poder centralizado e um período de separatismo feudal, houve notável ausência de tensão, se considerarmos a formidável organização burocrática e paramilitar que era necessária para cobrar impostos, mobilizar a mão-de-obra e construir os grandes túmulos e templos: em suma, para governar um país de talvez três milhões de habitantes. Se existiu a "guerra", entre a ascensão de Menés e a invasão dos hicsos, coube-lhe um papel de pouca importância: tanto isso é verdade que a ausência de muralhas ao redor das pequenas cidades e aldeias não seria, repito, uma surpresa. O que passava por guerra eram gigantescas expedições de assalto, unilaterais, em busca de malaquita negra, cobre, madeira e ouro.

A unidade que os povos mesopotâmicos alcançaram apenas por meio da coerção ativa da cidade, os egípcios a conseguiram como um dom da natureza no vale do Nilo. Como se assinalou anteriormente, a própria região tinha os caracteres de uma cidade murada, pois a montanha, o deserto e o mar, durante longo período, serviram como baluartes e mantiveram os egípcios virtualmente livres da invasão. Essa uniformidade e harmonia talvez expliquem as outras qualidades duráveis da civilização egípcia: mesmo depois que encontrou períodos de decadência social, tal só ocorreu para voltar às mesmas instituições, sob a mesma liderança religiosa e política que havia conhecido em seu período formativo. Sob tais condições, a própria cidade naturalmente

tornou uma diferente forma, mais aberta, mais amplamente difundida: essencialmente, era um centro cerimonial, um complexo de templo, palácio, oratório, provavelmente sem muralhas no sentido militar, embora talvez simbolicamente fechado e rodeado por um grupo de aldeias. Isto não seria muito diferente dos antigos centros cerimoniais e governamentais maias. E, apenas se considerássemos a densa ocupação de uma limitada área murada como a marca crítica da cidade antiga, poderíamos negar a essa formação urbana aberta o título de cidade.

Ora, é precisamente a definição ultraparticularizada da cidade que se deve trazer claramente à baila: congestionamento, grande número de pessoas, uma muralha circundante são caracteres acidentais e não essenciais da cidade, embora o crescimento da guerra na realidade os tenha transformado em características urbanas dominantes e persistentes, quase até a era presente. A cidade não é tanto uma massa de estruturas como um complexo de funções inter-relacionadas e em constante interação — não exclusivamente uma concentração de poder, mas a polarização das culturas.

Como observava Morley a respeito do relato feito por Landa sobre um novo centro de império entre os maias, é claro que "está descrevendo uma cidade, mesmo no sentido moderno da palavra. Duas importantes diferenças, entretanto, devem ser admitidas: primeiro, os centros maias de população não eram tão concentrados nem tão densamente apinhados em quarteirões congestionados como nossas modernas grandes e pequenas cidades. Pelo contrário, eram espalhados por amplos subúrbios de população menos densa, tocando-se em pequenas formas contínuas — um tipo suburbano de ocupação, em contraste com um tipo urbano densamente concentrado. Segundo, os conjuntos de edifícios públicos, templos, santuários, palácios, pirâmides, mosteiros, salões, plataformas de dança, não se achavam geralmente dispostos ao longo de ruas e avenidas. (...) Em vez disso, os edifícios eram erigidos ao lado de pátios e praças que constituíam os recintos religiosos e as seções governamentais e de comércio da cidade". Com essa interpretação mais ampla da cidade, estou de pleno acordo; o núcleo social é mais significativo que qualquer manifestação física particular, pois, aqui, os propósitos humanos ideais prevalecem sobre os agentes e meios preparatórios.

Todavia, no período posterior de seu desenvolvimento, o tipo de muro que se encontrava na cidade mesopotâmica parece ter tomado lugar tanto entre os egípcios quanto entre os maias, pela mesma razão. Pedro Armillas mostrou que a crise que parece ter-se desenvolvido na sociedade meso-americana por volta de 900 A.D. resultou na mudança de um padrão teocrático para um padrão militarista secular, "no qual a religião era ainda uma poderosa força de controle social, mas os sacerdotes se achavam numa posição subordinada em relação ao poder temporal e havia uma mudança correspondente no modelo de agrupamento". Antes da crise, quase todos os sítios conhecidos

eram em terreno aberto, sem quaisquer meios naturais, e aparentemente até sem meios artificiais de defesa. Isso explicaria a existência de uma "cidade" funcional num modelo aberto mais poroso, com um lugar mais amplo para a aldeia e com um modo de vida mais pacífico e presumivelmente mais cooperativo.

Uns bons quatro mil anos e um pedaço de caminho equivalente separam as cidades maias das antigas cidades egípcias dinásticas. Até agora, apenas uma ligação vital entre as suas formas pode ser estabelecida. Ambas floresceram inicialmente sob uma segura ordem política, na qual a guerra estava ausente ou quase ausente, onde a força era minimizada e o monopólio do poder sagrado e dos conhecimentos mágicos pelas classes dominantes, os nobres e sacerdotes dotados de múltiplos privilégios, foram aceitos sem séria oposição, durante um longo período. Sob tais circunstâncias, a minoria da cidadela não tinha necessidade de proteção contra as aldeias vizinhas: populosas, potencialmente mais fortes, porém submissas. Se tais condições tivessem sido universais, a cidade aberta poderia ter sido sempre o tipo predominante: aberta, mas ainda, em suas coesões e interações, em suas potências e criatividade emergentes, uma cidade verdadeira.

Vale o mesmo para a gênese da cidade egípcia. Todos os elementos especiais que a civilização colocou em operação se achavam presentes desde o princípio: contudo, no início, mantiveram-se juntos talvez não por meio de muralhas urbanas separadamente levantadas, mas pelas muralhas naturais comuns, ao redor do país inteiro, polarizados como eram não apenas pelas muitas divindades e sacrários, locais, mas pela presença única do Divino Faraó, numa espécie de monoteísmo político que antecedeu qualquer credo religioso da mesma natureza. Em suma, o ímã era mais importante que recipiente, porque a suposição religiosa era mais persuasiva, em contraste com as pressões e coerções seculares da Suméria e Acádia. Isto talvez fosse acompanhado não só por certa libertação da inquietação neurótica, mas por um abrandamento da tensão psicológica. Naquela atmosfera de relaxamento geral, naquela diminuição do impulso ambicioso, a antiga cidade egípcia poderia ser mesmo chamada de suburbana; ou poderia ser mais correto, bem como mais caritativo, dizer que conservava, a despeito de suas imensas magnificações físicas, a piedosa conformidade e o caloroso senso de vida da aldeia.

Com o tempo, as mais típicas formas da cidade começaram a aparecer no Egito, e provavelmente Pierre Lavedan tem razão, ao pensar que a mesma regularidade de plano e a mesma orientação de suas ruas principais caracterizam tanto a cidade secular quanto a austera cidade dos mortos, como as de Gizé e Saqqarah. A planta retangular, tal qual a encontramos em Tel-el-Amarna e Kahun é, quando muito, uma adaptação negativa ao clima: com as largas ruas de Tel-el-Amarna — a rua do Grande Sacerdote, provavelmente

uma via processional importante, tinha cento e oitenta pés de largura — havia máxima exposição ao tórrido sol.

Mas, se era a religião um dos motivos dessa espécie inflexível de ordem, havia ainda outra razão mais prática, que seria repetida mais uma vez nas cidades de colonização grega e romana, nas bastilhas medievais e nas cidadelas pioneiras norte-americanas: a velocidade e a mecanização. Alexandre Moret chegou a descobrir uma política de "Cidades Novas", com cartas de privilégio, no Antigo Império. A construção de cidades, no tempo dos faraós, era uma operação rápida, de uma única fase: um plano geométrico simples era condição de construção rápida, ainda mais porque as principais povoações, senão as cidadelas, erguiam-se em terras planas. As plantas mais orgânicas, que representam as necessidades e decisões, de desenvolvimento mais lento, de muitas gerações, exigem tempo para chegar à sua riqueza de forma mais sutil e complexa.

Deve ter havido uma ordem diferente de planejamento nas cidades do antigo reino, que ainda pontilhavam a área administrativa chamada *nome*, equivalente ao condado inglês, com suas aldeias, suas pequenas cidades, sua capital governamental, onde se localizavam o coletor de impostos, o governador local e o juiz. Possivelmente, aquelas capitais governamentais eram relíquias das fortalezas feudais, cujo crescimento acompanhou a dispersão da autoridade centralizada, por volta de 2625 a.C., após o reinado de Unis: contudo, em alguns casos, podem ter sido novos centros especialmente construídos para a administração. A sugestão de Childe, de que o *nome*, em grande parte, toma o lugar da cidade, no Egito, não pode ser posta de lado; esse modelo aberto de comuna, conhecido na Nova Inglaterra, talvez seja a versão simbiótica da cidade: uma alternativa viável para o tipo predatório, que surgiu com a guerra e os recintos murados. Assim, deve ter havido diferentes graus de ordem e regularidade nas cidades egípcias, mesmo quando havia graus certamente diferentes de magnificência monumental. Mas, com todos os desacordos que possam restar entre os egiptólogos quanto à origem e natureza da cidade egípcia, parece-me claro que todos os elementos da implosão urbana se achavam presentes e que a cidade, numa ou noutra forma, desempenhava sua função especial, a de um complexo receptáculo destinado a elevar ao máximo as possibilidades de intercuro humano e de passar adiante o conteúdo da civilização.

Por ocasião da Décima Nona Dinastia (1350-1200 a.C.), a falta de material arqueológico não nos será necessariamente incômoda, pois não há dúvida da existência da cidade. Ainda mesmo nesta época, entretanto, exala ela uma fragrância terrena que dá testemunho do seu fundo rural florescente. Consideramos o elogio da cidade de Ramsés:

"Alcansei Per-Ramsés e o encontrei em condições muito boas, um belo

distrito, sem igual, segundo o modelo de Tebas. Foi ele próprio [Rá, que o fundou].

"A residência é agradável à vida; seu campo é cheio de tudo o que é bom; é [cheio] de suprimentos e alimentos todos os dias, suas lagoas de peixes, seus lagos de aves. Seus prados são verdejantes de relva; suas margens produzem tâmaras; seus melões são abundantes nas areias. (...) Seus celeiros são [tão] cheios de cevada e milho [que] chegam perto do céu. Cebolas e alhos destinam-se à alimentação bem como a alface do jardim, as romãs, as maçãs e azeitonas, os figos do pomar, o doce vinho de *Ka* — do Egito, que é melhor que o mel, o rubro peixe *wedj* do canal da Cidade da Residência, que vive de flores de loto, o peixe *bedin* das águas de Hari. (...) É motivo de júbilo nela morar e não há ninguém que diga: 'Será certo?', diante dela. Dentro dela o que é pequeno é igual ao grande".

Isso nada diz a respeito da forma da cidade e muito pouco acerca do conteúdo social, exceto por mostrar pelo menos a possibilidade de um alto nível de bem-estar e satisfação, não desligados da própria homogeneidade religiosa que talvez explique tanto o incomparável êxito do Estado egípcio quanto a forma peculiar da cidade egípcia. Tudo isso dá força a Frankfort, quando acentua que "todos eram comuns diante do trono". Assim, mesmo na cidade, a existência de uma divisão hierárquica de classes e funções, da qual se derivaram muitas das diferenciações estruturais da cidade, não impedia que os pequenos pelo menos se sentissem iguais aos grandes e talvez até registrassem sua aprovação pessoal àquela mesma grandeza.

Para resumir: provavelmente, a cidade murada apareceu no Egito antes da centralização dinástica do poder; é possível, porém, que tenha havido um longo período, uma Pax Egyptiana, que relaxou as tensões internas e a necessidade de proteção externa. Quando a cidade murada começou a aparecer, era mais um agente de defesa comum contra os invasores estrangeiros que um meio de tornar efetiva a coerção local. Mas, a partir do interregno dos hicsos, muito do que aprendemos a respeito dessas cidades mesopotâmicas aplicar-se-ia, com modificações, ao Egito, tal como se aplicou a outras cidades, desde a Palestina até os planaltos iranianos e além. O quadro apresentado pelas cidades do vale do Indo mostra a ordem inflexível e a arregimentação que constituíram um dos índices da implosão urbana, com sua ênfase exagerada no controle. Se conhecêssemos mais detalhes, talvez tivéssemos consciência das muitas diferenças vivificantes, interiores e exteriores, que o arqueólogo apreende nas cidades construídas em sítios irregulares — notadamente, Assur, a velha capital da Assíria, ou a capital hitita de Boghazköi, onde os planejadores, em lugar de cegamente se aterem a um esquema abstrato, ousadamente utilizaram o terreno para criar uma silhueta que, provavelmente, não seria mais admirável que a de Durham medieval, na Inglaterra.

Mesmo depois que demos o desconto de numerosas variações e afasta-

mentos, um fato maior começa a aparecer: dois modelos arquetípicos contrastantes de vida urbana parecem ter sido formados nos grandes vales de rios do Oriente Próximo. Um expressava calma e confiança, outro tempestuosa incerteza; um, atordoado pelo perigo e pela ansiedade, amontoava os símbolos dos poderes e se fortificava com pesadas muralhas, para manter à distância aqueles que "estavam planejando o mal"; o outro, confiando na beneficência do Sol e do Pai Nilo, sabendo que um ano seria igual ao outro, impunha a ordem em nome da justiça e entronizava a morte com as alegres vestimentas da vida. Num, a cidade formava o rígido núcleo de poder que, por sua própria explosão, se destruiu bem como seu objeto; noutro, os rituais orgânicos da aldeia moderavam e humanizavam todas as novas forças que se achavam à disposição da civilização: naquela cidade, o Camponês Eloquente ainda seria ouvido. Esses contrastes diametrais, sob novas máscaras, existem ainda.

Assim, já ao começar, a herança urbana se bifurcou; e as diferenças entre os dois grandes sistemas de vales permanecem visíveis, embora muitas vezes disfarçadas, em toda a história urbana. Na verdade, dois caminhos se achavam abertos ao desenvolvimento da cultura, tão logo esta havia ultrapassado a fase alcançada na comunidade neolítica: o estilo da aldeia ou o estilo da cidadela; ou, para falar em termos biológicos, o simbiótico e o predatório. Não constituíam escolhas absolutas, mas apontavam para diferentes direções. O primeiro era o caminho da cooperação voluntária, da mútua acomodação, da comunicação e do entendimento mais amplo: seu resultado seria uma associação orgânica, de uma natureza mais complexa, num plano mais elevado que o oferecido pela comunidade de aldeia e suas terras próximas. O outro era o da dominação predatória, conduzindo à impiedosa exploração e, com o tempo, à debilitação parasitária, sendo que o modo de expansão, com sua violência, seus conflitos, suas inquietações, transformava a própria cidade num instrumento destinado, como apropriadamente observa Childe, à "extração e concentração dos excedentes". Esta segunda forma em grande parte dominou a história urbana, até a nossa própria época, e explica, em grau não pequeno, o enquistamento e colapso de uma após outra civilização.

Ora, havia grandes elementos de coerção, mesmo nos momentos mais brandos do governo egípcio, e havia muitas manifestações alegres de cooperação humana e enriquecimento intelectual e emocional, mesmo sob o mais impiedoso dos monarcas totalitários da Mesopotâmia. Em ambos os casos, muitas das superiores funções da cidade foram promovidas e ampliadas. Assim, não era pura nem a forma egípcia nem a mesopotâmica, pois o tipo mais cooperativo de agrupamento local tinha caracteres que provocavam paralelos perturbadores com as sociedades de insetos, na sua tendência para a fixação e autofrustração, ao passo que, nas comunidades mais mutiladas pelas inquietações neuróticas e compulsões agressivas, irracionais, havia, ainda assim, um cultivo suficiente dos aspectos mais positivos da vida, criando um sistema de

direito e de ordem, com obrigações recíprocas, e desenvolvendo certo grau de moralidade para os moradores, muito embora um número crescente desses moradores fosse de escravos, capturados na guerra, ou continuasse sendo dos habitantes acudados das aldeias, compelidos, sob ameaça de fome, a trabalhar como escravos. Vale o mesmo para as forças que, nas fases iniciais da civilização, acarretaram a existência da cidade. Em breve faremos uma apreciação provisória dos resultados culturais.

9. Arquétipos ou Genes?

Por volta do ano 2500 a.C., todas as características essenciais da cidade tinham tomado forma e haviam encontrado para si um lugar na cidadela, senão na comunidade urbana total. O recinto murado, a rua, o quarteirão de casas, o mercado, o recinto do templo com seus pátios interiores, o recinto administrativo, o recinto das oficinas — tudo isso existia pelo menos em forma rudimentar; e a própria cidade, como um símbolo estético, completo e poderoso, a ampliar e enriquecer, a potencialidade humana, achava-se visível. A durabilidade dessas instituições e formas é quase tão espantosa quanto a ampla gama de variações às quais se prestaram.

Mesmo do outro lado do mundo, entre os maias, os peruanos e os astecas, encontramos, no período pré-colombiano, instituições e hábitos de vida semelhantes, incorporados em estruturas semelhantes, associados a mitos, ideologias, observações científicas, costumes e cerimônias semelhantes, e até pressões e tormentos psicológicos semelhantes. Como por muito tempo se sustentou que a imigração para o Novo Mundo cessou uns dez ou doze mil anos atrás, essa similaridade levanta uma pergunta importante: é a cidade uma habitação natural, como a concha de um caracol, ou um artefato humano deliberado, uma invenção específica que passou a existir ao mesmo tempo em diversos lugares, sob a influência das convicções ideológicas urbanas e das pressões econômicas? Certa predisposição aborígine para a vida social, mesmo para a fixação do grupo, talvez possa caracterizar a espécie humana; mas poderia tal tendência fazer com que o homem produzisse em toda parte a cidade, de forma tão inevitável como a aranha produz sua teia? Poderiam as mesmas disposições que deram ao campo ou à pequena povoação uma disposição planetária igualmente explicar um complexo natural multifacetado, tal como a cidade?

Se nos apegarmos à premissa isolacionista da velha geração de antropólogos e arqueólogos norte-americanos, devemos tratar as formas das culturas maia, asteca e peruana como uma invenção completamente independente, do Novo Mundo. Isso é possível, mas há muitos fatos que o impedem de ser inteiramente plausível. Se as culturas fossem na verdade tão diferentes quanto as

espécies biológicas, essas semelhanças poderiam ser tão desligadas quanto as semelhanças não menos admiráveis entre o termitário e o formigueiro. Mas aquilo que se encontra no Novo Mundo não é apenas uma coleção de casas e edifícios, que poderiam ter tido o mesmo antepassado comum na pequena povoação mesolítica. Pelo contrário, descobre-se uma coleção paralela de traços culturais: cerimônias de fertilidade altamente desenvolvidas, um panteão de divindades cósmicas, um governante exaltado e uma autoridade central que personifica a comunidade inteira, grandes templos cujas formas recordam estruturas tão funcionalmente diferentes quanto a pirâmide e o zigurate, ao lado da mesma dominação de um campesinato por um grupo originário de guerreiros e caçadores, ou (entre os primeiros maias) um grupo de sacerdotes ainda mais antigo. De igual forma, a mesma divisão de castas e especialização de grupos vocacionais e o princípio da escrita, da medição do tempo e do calendário — inclusive uma imensa ampliação das perspectivas do tempo entre os maias, que ultrapassa em complexidade e precisão mesmo aquilo que sabemos dos períodos cósmicos dos babilônicos e dos egípcios. Esses caracteres parecem por demais específicos para terem sido espontaneamente repetidos numa constelação inteira.

Conforme se pode admitir, há muitos contrastes entre as cidades da Suméria e do Egito e as dos maias de um ou dois milênios depois, como também há, sem nenhuma dúvida, entre as do Peru e as do México. Contudo, essas diferenças são precisamente o que se haveria de esperar em culturas remotas no espaço e no tempo, ligadas apenas por meio de uma transmissão de idéias conduzida por negociantes, exploradores e até mesmo missionários religiosos, e não por qualquer migração em grande escala ou invasão muito numerosa. Os veículos dessa transmissão, barcos e até mesmo ilhas, podem ter-se perdido de vista muito antes que as próprias idéias atingissem o Novo Mundo. Se a dispersão cultural começou muito cedo, bem pode ter incluído a forma arquetípica da pirâmide ou do zigurate, mas não do arado ou da roda: poderia trazer a memória da cidade sem transportar o boi ou o jumento. Se a escrita mesopotâmica levou os egípcios a desenvolver sua forma de escrita, como acreditam muitos arqueólogos, a forma dos hieróglifos egípcios não se acha mais distanciada de seu exemplar imediato do que se acham os sinais maias, em relação a qualquer deles. Assim, podem-se explicar as muitas diferenças entre os centros urbanos, egípcios, sumerianos, hindus, chineses, cambojanos, maias, peruanos e astecas, sem negar suas semelhanças fundamentais e sem fixar qualquer barreira arbitrária, nem mesmo o oceano Pacífico, contra a possibilidade da sua lenta difusão a partir de alguns pontos. Que a forma da pirâmide seria usada como túmulo e representaria a montanha da criação entre os egípcios, e que seria transformada em templo para cerimônias religiosas coletivas entre os maias e astecas não é mais implausível do que a transformação do sistema de ruas em grade, a partir de um símbolo original

etrusco de ordem cósmica, para um modelo conveniente para a criação de cidades pioneiras norte-americanas — ou para a especulação em imóveis.

Foi esse complexo urbano do Novo Mundo devido a uma predisposição original para a vida urbana transmitido em seus genes? Ou se trata de um exemplo de um arquétipo coletivo de Jung, transmitido de maneira ainda mais misteriosa? Ou é o complexo urbano do Novo Mundo resultado de uma espantosa conspiração de acidentes, cuja convergência final com aqueles do Velho Mundo, nada mais seria senão um milagre? Não seria mais sensato, agora que a mobilidade dos povos antigos, mesmo por mar, se está tornando evidente, admitir que a idéia da cidade pode ter chegado ao Novo Mundo vinda de longe, embora a rota não possa ser descoberta e venham a faltar para sempre, possivelmente, provas mais positivas? Infelizmente, os antigos difusionistas como G. Elliott Smith, que saltavam por demais apressadamente a uma resposta, lançam o descrédito a essa pergunta. Mas o problema permanece, pois tanto o isolamento quanto a difusão constituem fatos antropológicos: de igual forma, algumas invenções são únicas, e outras são propagadas e independentemente repetitivas.

Se a cidade estava de fato destinada a começar a existir quando certas condições naturais e econômicas favorecessem o povoamento urbano de caráter mais denso, a existência da cidade do Novo Mundo levanta, como V. Gordon Childe teve bastante franqueza em admitir, um sério problema. Isso porque o fato é que a maior parte dessas condições exteriores favoráveis parece, em toda parte, ausente. As cidades do Novo Mundo surgiram não nos grandes vales dos rios Amazonas, Prata ou Mississippi, mas em locais relativamente desfavoráveis, pobres em meios naturais de comunicação e transporte, e exigiam um máximo esforço humano, no desbastamento da selva ou na edificação do solo, para proporcionar seu próprio alimento — em contraste com a vida relativamente fácil dos plantadores de cereais e cultivadores de palmeiras do Velho Mundo. As grandes estradas entre as cidades maias e peruanas não deveriam existir, até que uma autoridade central houvesse estabelecido a organização coletiva capaz de construí-las. Mesmo nos períodos mais florescentes, as cidades meso-americanas permaneceram num sistema instável de agricultura tropical, dependendo em grande parte dum único cereal, o milho: esse sistema tinha por base o revezamento das terras de cultura e a queima do mato que crescia rápido sobre a terra exausta, para revigoração do solo. Não havia pressão no sentido da organização social, a partir da necessidade de controlar enchentes ou planejar sistemas de irrigação. Sem instrumentos metálicos, sem animais de tiro, sem a roda, sem o arado, essa cultura carecia da maior parte dos melhoramentos técnicos para a primeira implosão urbana. Até onde as condições naturais favoreciam alguma coisa, favoreciam a aldeia isolada, pequena, primitiva e transferível.

Contudo, se os fundamentos econômicos da cidade do Novo Mundo

eram inadequados e ausentes as pressões geográficas, seu núcleo formativo ideal achava-se presente: a finalidade ultrapassava a função. Até mesmo dentro dos tempos históricos, encontram-se provas de fusão de poderes temporais e sagrados, que acompanhou a emergência da cidade do Novo Mundo. A própria falta de um meio favorável e de melhoramentos tecnológicos apenas torna mais admirável o modelo ideal — e mais difícil de explicar como “natural” o crescimento em circunstâncias muitíssimo semelhantes àquelas que encontramos no Oriente Próximo. Significativamente, as condições culturais necessárias achavam-se presentes: uma orientação religiosa voltada para o céu, o reconhecimento do poder predominante do Sol e a concentração daquele poder na pessoa de um rei, no qual a vida da comunidade inteira era projetada. Os feitos políticos e intelectuais, inclusive os rigorosos cálculos matemáticos e o sentido do tempo, entre os maias, bastaram para trazer uma nova ordem, baseada nas perspectivas cósmicas, à existência; e, daquela concentrada energia de espírito, tomou forma a própria cidade, desde Tenochtitlan a Chichén-Itzá. Foi essa mobilização e magnificação do poder original ou derivada? Com base nas provas existentes, não é possível responder, mas é necessário, creio eu, manter o espírito aberto.

Evidentemente, tudo isso são apenas sugestões e especulações: os dados nem debilmente indicam o verdadeiro processo pelo qual a imagem da cidade e a finalidade das suas instituições foram levadas ao Novo Mundo — ou se, na realidade, isso ocorreu. Mas as provas circunstanciais lançam pelo menos uma sombra de dúvida sobre a probabilidade de uma invenção inteiramente independente desse organismo altamente complexo, numa data muito posterior àquela em que as cidades da Mesopotâmia e do vale do Indo tomaram forma. Depois que foi estabelecida com êxito, como recipiente permanente tanto quanto estrutura institucional, capaz de armazenar o conteúdo da civilização, a cidade poderia (como imagem) fazer longas viagens, e fragmentos destacados da sua cultura, transmitidos principalmente por pessoas vivas, poderiam tomar raízes no solo por demais árido para ter trazido à maturidade os primeiros mutantes urbanos. Com o tempo, as cidades seriam estabelecidas em áreas geográficas tão desfavoráveis quanto o Tibete, a Islândia e os elevados Andes.

Uma vez estabelecidas, as estruturas físicas da cidade e até mesmo o seu modelo geral poderiam ser copiados por grupos que resistissem a esse ou àquele caráter da sua estrutura institucional. Assim, grânulos de vida urbana, coleções amorfas de edifícios e ruas, reproduzindo apenas as exterioridades mais evidentes de uma cidade, seus abrigos apinhados e seu mercado, espalhar-se-iam por toda parte, muitas vezes carecendo, em sua reunião ao acaso, das facilidades sociais até mesmo de uma aldeia. Esses grânulos urbanos vieram-se multiplicando e coalescendo com grande rapidez em nosso tempo; mas, por maior que seja a massa final, é apenas por uma questão de significado que se

lhes pode dar o nome de cidade: são, antes, conglomerados urbanizados. Para definir a cidade, deveríamos procurar seu núcleo organizador, traçar suas fronteiras, seguir suas linhas de força social, estabelecer seus centros subsidiários de associação e comunicação e analisar a diferenciação e integração de seus grupos e instituições. Enquanto uma cidade ajuntava e ligava, numa unidade visível, aldeia, santuário, fortaleza, oficina e mercado, seu caráter alterava de região para região, de época para época, enquanto que um ou outro componente dominava e coloria o resto. Mas, sempre, como uma célula viva, o núcleo organizador era essencial para dirigir o crescimento e a diferenciação orgânica do todo.

Em todas as fases, pois, é preciso distinguir o apertado agrupamento de estruturas urbanas, com um mero adensamento da população, da complexa organização dinâmica da cidade, na qual velhas estruturas e funções serviam a novos propósitos. De muitas maneiras, o tipo mais simples de pequena cidade ou subúrbio tem, como a aldeia, muitas das potencialidades da cidade. Todavia, é preciso lembrar a definição de Rousseau: "Casas fazem uma cidade, mas cidadãos fazem uma cívidade" (*). A capacidade de transmitir em formas simbólicas e modelos humanos uma porção representativa de uma cultura é a grande marca da cidade: é essa a condição para encorajar a expressão mais plena das capacidades e potencialidades humanas, mesmo nas áreas rurais primitivas que ficam além. Ao tornar isso possível, os antigos construtores de cidades realmente construíram de maneira melhor do que imaginavam.

(*) À falta de palavras que traduzem as nuances diferentes das palavras *ville* (em inglês, *town*) e *city* (em inglês, *city*), lançamos mão destas duas, significando a primeira a cidade física, e a segunda, a cidade cívica. (N. do T.)

CAPÍTULO IV

A natureza da cidade antiga

1. Desenvolvimento das Funções Urbanas

Não mais podemos imaginar que a estrutura física da cidade foi — assim como não foram suas antigas fibras culturais — produto de um crescimento inteiramente repentino. Essa suposição, natural quando apenas as ruínas de Babilônia se achavam visíveis, foi desfeita pelo descobrimento de uma cidade murada, com um santuário e um tipo singularmente sutil da arte de retrato, numa das camadas mais baixas de Jericó: muitos milênios antes de quaisquer restos conhecidos em qualquer outra parte. As escavações revelaram a presença de grandes depósitos para garantir um continuado suprimento de água, dando ainda 4500 litros por minuto. As mais antigas casas descobertas têm aposentos cujas formas arredondadas mostram os antigos elementos (matriarcais) associados à domesticação.

Parece ser bem acentuada a possibilidade de ter grande parte da carapaça física antecedido a instituição da realeza: é significativo não ter sido a palavra "Lugal" (Grande homem, Rei) encontrada nos textos protoletrados. Todavia, a transferência da ênfase do chefe para o rei, assim como a passagem da cultura da enxada para a do arado, deve ter-se dado no decorrer de um período bem longo, antes que a cidade plenamente dimensionada surgisse afinal. Este derradeiro ato de organização formal poderia ter ocorrido dentro de um espaço de tempo tão reduzido quanto o que trouxe a evolução da pirâmide tumular do Egito. Mas, tão logo as estruturas institucionais da cidade se haviam cristalizado, sua forma ideal ou arquetípica sofreu surpreendentemente poucas alterações. Começando como uma concentração de força de trabalho sob uma chefia firme, unificada e autoconfiante, a cidade ancestral foi, antes de tudo, um instrumento para a arregimentação de homens e para o domínio da natureza, dirigindo a própria comunidade para o serviço dos deuses.

Aquele objetivo sagrado santificava todos os sacrifícios, compensava toda abnegação. Todas as funções superiores que a cidade promovia apoiavam-se nessa base original: e os mesmos princípios de chefia eram aplicados, por sua vez, a outras instituições. Testemunha disso é a objurgatória do Camponês

Eloquente, quando posto diante da injustiça: "Observa que és uma cidade que não tem prefeito, como uma companhia que não tem chefe, como um navio no qual não há piloto, uma confederação que não tem dirigente". A responsabilidade pessoal concentrada, ao lado de uma concomitante liberdade de ação, foi um dos artifícios necessários de governo em complexas comunidades que a realeza levou à cidade. Contudo, por baixo dessa organização, felizmente persistiu, mesmo dentro do governo municipal mais centralizado, um corpo de costume ainda mais antigo, baseado nas piedades ancestrais, na participação democrática, na ajuda mútua, tudo isso trazido da aldeia mais antiga.

Ao fazer um levantamento das atividades da cidade, é preciso distinguir entre dois aspectos: as funções humanas comuns, desempenhadas em toda parte, mas às vezes grandemente ajudadas e enriquecidas pela constituição da cidade, e as funções urbanas especiais, produtos de suas filiações históricas e de sua estrutura singular e complexa desempenhadas apenas dentro da cidade. Tendo em vista conservar esse segundo grupo de atividades mais claramente no espírito, eu as agruparia, mnemonicamente, como mobilização, mistura e amplificação. Mas, dentre essas funções e processos, destaca-se uma capacidade superior de cooperação e uma ampliação da área de comunicação e comunhão emocional; e, a partir dessas coisas, emergem novas finalidades, não mais ligadas às necessidades originárias que acarretaram a existência da cidade.

Surgindo como um local sagrado, aonde grupos destacados retornavam periodicamente para cerimônias e ritos, a cidade antiga foi, antes de tudo, um ponto de encontro permanente. As qualidades atraentes e favoráveis à vida da cidade podem ter sido imensamente aumentadas pela capacidade das cidades da Mesopotâmia, erguidas em suas grandes elevações, de sobreviver às enchentes que periodicamente obliteravam toda a planície e, com ela, a população de suas aldeias: não a arca de Utnapistin, mas as cidades mais antigas, podem ter sido, como sugere Woolley, os principais agentes que asseguram a sobrevivência numa catástrofe quase esmagadora.

Todavia, novas oportunidades humanas bem como novos perigos naturais atraíram pessoas das regiões mais distantes para os novos agrupamentos urbanos. Diferentes troncos raciais, diferentes culturas, diferentes tradições tecnológicas, diferentes línguas se juntaram e se misturaram. Num período muito remoto, os homens do Delta ocupavam lugares de autoridade na Cidade Branca do Nilo Superior. Por toda parte, a ascensão da cidade parece ser acompanhada por um deliberado esforço no sentido de derrubar o isolamento e auto-suficiência da aldeia. Na Grécia, temos o registro histórico de Clístenes, misturando os homens da colina, os homens das planícies e os homens da costa. Essa mobilização e mistura pode mesmo ter tido especiais vantagens biológicas, pois, na cidade, os perigos de reprodução muito demorada,

a partir de uma linhagem limitada, desapareceram e, provavelmente, teve lugar uma ampla hibridação biológica.

Embora possamos saber demasiado pouco a respeito desse processo extremamente complexo, para fazer mesmo uma avaliação limitada das suas contribuições, as analogias da criação de plantas e animais sugerem que a mistura urbana pode ter tido um efeito semelhante na produção de variações felizes: tanto que Flinders Petrie pode ter tido razão, em *A Revolução das Civilizações*, ao atribuir parcialmente ao vigor biológico híbrido alguns dos fenômenos dinâmicos da civilização. Tais conjecturas não podem ser provadas.

Mas, com relação aos benefícios da mistura cultural, são menores as dúvidas que podem haver: a cidade derrubou a parcimoniosa auto-suficiência e o sonhador narcisismo da cultura de aldeia. Ao colocar no mesmo meio pessoas vindas das partes mais distantes do vale, a cidade deu continuidade de um local de encontro àqueles que tinham levado uma vida nômade e emprestou o desafio das experiências "exteriores" àqueles que viviam em casa. A população excedente, produzida por essas comunidades ribeirinhas, em si mesma produziu movimentos mais amplos, nomadizando ou colonizando, explorando ou migrando — não raramente em mudanças em massa da população, por meio da escravização ou da conquista.

Assim, o que começou, principalmente, ao que poderia parecer, como um sistema de servidão glorificada, imposto a grupos agrícolas domesticados que não podiam escapar a tal controle, tornou-se, com o tempo, pelo menos parcialmente, um ato deliberado de escolha. Cada vez mais, as pessoas procuravam a cidade e se tornavam parte dela, por voluntária adoção e participação. Ao passo que se ganha filiação num grupo primário como a aldeia ou o clã exclusivamente pelo acidente do nascimento ou casamento, a cidade, provavelmente desde o princípio, oferecia um lugar aos estrangeiros e forasteiros. Mas tão forte era a marca da aldeia que os gregos mantiveram, por muito tempo, a ficção de que todos os moradores da cidade eram, na realidade, descendentes de um antepassado comum.

Arnold J. Toynbee, em seu *Estudo de História*, deu à nossa geração uma visão nova do papel que os "encontros" e "desafios" desempenham no desenvolvimento de uma civilização não menos que no de um indivíduo. Mas o que se acha curiosamente ausente em seu ensaio, que, por outra parte, é quase demasiado exaustivo, é uma compreensão do fato de que é na cidade — e apenas nela, numa escala efetiva, com suficiente continuidade —, que essas interações e transações, essas proposições e respostas têm lugar.

Se o homem antigo deliberadamente procurou romper os isolamentos e enquistamentos de uma comunidade por demais estabilizada, de costumes fixos e pouco disposta a abandonar suas felizes rotinas, dificilmente poderia ele ter imaginado uma resposta melhor ao problema do que a cidade. O próprio crescimento desta dependia de trazer alimentos, matérias-primas,

habilidades e homens de outras comunidades, quer pela conquista, quer pelo comércio. Ao fazer isso, a cidade multiplicou as oportunidades de choque e estímulo psicológico.

Por essa razão, o estranho, o forasteiro, o viajante, o comerciante, o refugiado, o escravo e também até mesmo o inimigo invasor tiveram um papel especial no desenvolvimento urbano, em todas as fases. Na *Odisséia*, enumera Homero os forasteiros que mesmo uma comunidade mais simples “chamaria do exterior” — o “mestre de algum ofício, um profeta, um curador de doenças, um construtor, ou então um admirável bardo”. Em contraste com os camponeses e chefes originários, são esses os novos habitantes da cidade. Onde estavam ausentes, a pequena cidade do campo permaneceu mergulhada num sonolento provincianismo.

Durante grande parte da história urbana, as funções do recipiente continuaram mais importantes que as do ímã; com efeito, a cidade foi, antes de tudo, um armazém, uma estufa e um acumulador. Foi por dominar essas funções que a cidade serviu à sua função última, a função transformadora. Por meio dos seus serviços municipais, as energias cinéticas da comunidade foram canalizadas para formas simbólicas armazenáveis. A sociedade, como toda uma série de observadores tem notado, a partir de Augusto Comte até W. M. Wheeler, é uma “atividade acumulativa”: e a cidade tornou-se o órgão essencial desse processo.

Não foi por acaso que o aparecimento da cidade como uma unidade contida em si mesma, com todos os seus órgãos históricos plenamente diferenciados e ativos, coincidiu com o desenvolvimento do registro permanente, com glifos, ideogramas e escritas, com as primeiras abstrações do número e dos sinais verbais. Pela época em que isso aconteceu, o montante de cultura a ser transmitido oralmente achava-se fora do alcance de um pequeno grupo, mesmo numa longa existência. Já não era suficiente que a experiência fundada da comunidade repousasse nas mentes dos membros mais idosos.

Nas transações diárias, a mesma necessidade de anotações e sinais permanentes era ainda mais evidente: para operar à distância, por meio de agentes e prepostos, para dar ordens e fazer contratos, eram necessários alguns artifícios extrapessoais. As mais antigas tabuinhas de Ur são meras listas e relações: registram quantidades de farinha, cerveja, pão, gado, nomes de homens, os deuses de seus templos — simples anotações de fato, que permitiam à comunidade manter-se a par das quantidades que poderiam, de outra maneira, ser incertas ou escapar à percepção.

Felizmente, o controle de tais atividades, a princípio, esteve em grande parte nas mãos de uma classe sacerdotal, livre da constante necessidade de trabalho manual e cada vez mais confiante nas funções mediadoras do espírito. Em graus progressivos de abstração e simbolização, tornou-se essa classe capaz de transformar o documento escrito num instrumento destinado a preservar

e transmitir idéias, sentimentos e emoções que jamais haviam tomado qualquer forma visível ou material.

Por meio de tais documentos, os governantes da cidade viviam uma múltipla vida: primeiro na ação, depois em monumentos e inscrições, e ainda outra vez no efeito dos acontecimentos documentados sobre o espírito dos povos posteriores, fornecendo-lhes modelos para imitação, advertências de perigo, incentivos de realização. *Viver pelo documento e para o documento* tornou-se um dos grandes estigmas da existência urbana: na verdade, a vida tal como era registrada — com todas as suas tentações para a ultradramatização, a inflação ilusória e a falsificação deliberada —, muitas vezes tendia a se tornar mais importante que a vida tal como era vivida. Daí as perversões do monumentalismo, que ironicamente chegaram a seu ponto culminante pela jactância de Ozimândias. Essa tendência tem sido engrandecida em nossos próprios dias, no cinema, no qual desempenhos fictícios são encenados, antes ou depois do acontecimento real, a fim de deixar um documento “preciso” para a posteridade.

O desenvolvimento dos métodos simbólicos de armazenagem aumentou imensamente a capacidade da cidade como recipiente: a cidade passou a não simplesmente manter junto um grande corpo de pessoas e instituições, maior que qualquer outra espécie de comunidade, mas manteve e transmitiu uma porção de suas vidas maior do que as lembranças humanas poderiam transmitir pela palavra oral. Essa condensação e armazenagem, tendo em vista ampliar as fronteiras da comunidade no tempo e no espaço, representam uma das funções singulares desempenhadas pela cidade; e o grau em que é desempenhada estabelece a posição e o valor da cidade; isto porque outras funções municipais, por mais essenciais que sejam, são principalmente acessórias e preparatórias. A cidade, como bem observou Emerson, “vive pela recordação”.

Por meio dos seus edifícios e estruturas institucionais duráveis e das formas simbólicas ainda mais duráveis da literatura e da arte, a cidade une épocas passadas, épocas presentes e épocas por vir. Dentro dos seus recintos históricos, o tempo choca-se com o tempo: o tempo desafia o tempo. Porque suas estruturas duram mais que as funções e finalidades que originariamente lhe deram forma, a cidade algumas vezes preserva para o futuro idéias que foram insensatamente postas de lado ou rejeitadas por uma geração passada; mas, quanto ao aspecto negativo, transmite às gerações posteriores inadaptações que poderiam ter sido lançadas fora, caso não se houvessem materializado na cidade, deixando nela a sua marca — assim como o próprio corpo transmite, sob forma de uma cicatriz ou de uma erupção recorrente, alguma dolorosa ofensa ou desordem ocorrida há muito tempo. Nossa geração tem uma especial obrigação de reexaminar aquele resultado urbano no pior dos ferimentos crônicos — a guerra.

Sem dúvida, é da natureza dos bons recipientes não terem alterada a sua

composição pela reação que se passa dentro deles; pois, se os recipientes se alterassem tão rapidamente quanto o seu conteúdo, ambos desapareceriam. Entretanto, se o recipiente urbano fosse por demais rigorosamente seletivo, perderia um dos seus atributos mais importantes, a capacidade social, a facilidade para realizar a vida de várias maneiras — não venha, como disse o poeta vitoriano, “um bom costume corromper o mundo”.

Assim, o vaso urbano que, falando em sentido figurado, pela primeira vez conteve a cevada da Mesopotâmia, haveria também de conter azeitonas atenienses, cerveja egípcia ou salsichas romanas. Às vezes, a forma urbana abriu-se em fendas e ruiu; repetidas vezes, era lançada ao chão e quebrada, espalhando-se o seu conteúdo, e danificando-se de maneira irrecuperável. Esse repetido dano provavelmente explica a relativa pobreza da invenção mecânica, exceto na guerra, tão logo alvoreceu a Idade do Bronze. Mas, pelo menos até o século XVII, a cidade perdeu, sem qualquer mudança radical de forma: o molde no qual as atividades do “homem civilizado” se haviam resfriado e congelado.

2. Monopólio da Criatividade

Nos termos do atual jargão psicossocial, a cidade é um receptáculo especial destinado a armazenar e transmitir mensagens. No princípio, todas as suas funções criativas eram ligadas à religião, e as mensagens mais significativas eram sagradas. Essas mensagens sagradas, escritas nas estrelas ou nas entranhas dos animais, nos sonhos, alucinações e profecias, penetraram nos domínios especiais do clero. Durante muito tempo, monopolizou o clero os poderes criadores, e as formas da cidade expressaram esse monopólio.

Por sua própria natureza, é a criatividade convulsiva e inconstante, facilmente perturbada pela compulsão, pela previsão, pela insegurança, pela pressão externa. Qualquer grande preocupação com os problemas de assegurar a sobrevivência animal esgota a energia e perturba a receptividade do espírito sensível. Aquela criatividade alcançada pela primeira vez na cidade ocorreu, em grande parte, graças a uma arrogação dos meios econômicos de produção e distribuição, por uma pequena minoria, ligada ao templo e ao palácio. No épico da criação, Marduk observa a respeito do homem: “Seja ele onerado com o trabalho dos deuses, para que possam estes livremente respirar”. Estaremos errando grandemente, se traduzirmos isso nestes termos: “Sejam nossos súditos queimados com o labor diário, para que o rei e os sacerdotes possam livremente respirar”?

Esse pequeno grupo apoderou-se, sozinho, de fartos recursos, pois se considerava isento da obrigação de erguer ao seu próprio nível a vida da maioria dos camponeses e artífices. Assumindo inicialmente o controle dos poderes

sagrados, na construção de santuários e na elaboração do ritual, depois tornando secreto o registro permanente, ou melhor, as encantações mágicas, as notações matemáticas, as observações científicas preservadas pelos documentos, o clero deu força à autoridade real, que afora este, tinha apenas o apoio da organização burocrática e militar.

Muitas das mensagens codificadas no templo jamais passaram além da abertura na qual foram lançadas: uma parte desse conhecimento, que abrangia as propriedades dos sedativos e anestésicos, provavelmente foi perdida mais de uma vez, por causa do próprio sigilo empregado na sua transmissão; ao passo que a repetida destruição de templos, nas guerras, causou danos muito piores que o de tão-somente apagar ou obliterar grandes obras de arte. Em consequência dessa combinação de sigilo na paz e destrutividade na guerra, grande parte dos feitos da nova comunidade urbana foi insensatamente exterminada, e uma parte ainda maior de seu potencial jamais chegou a se desenvolver.

Se alguma coisa prova que a cidade foi inicialmente um centro de controle, muito antes de se tornar um centro de comunicação, as persistentes restrições exercidas à extensão e comunicação do conhecimento poderiam apoiar essa interpretação. Como nos Estados Unidos e na Rússia soviética de hoje; a grande função da cidadela era “guardar os segredos oficiais”. Esses segredos criavam uma lacuna entre os governantes e os governados, quase os transformando em espécies biológicas diferentes; e foi somente depois que os próprios feitos da civilização foram chamados à baila, pela revolta popular, que uma parte desses segredos foi compartilhada.

Existe um amargo lamento, a partir do primeiro grande levante popular egípcio, que revela a indignação das classes superiores, porque as ordens inferiores haviam invadido seus recintos e não simplesmente transformado suas esposas em prostitutas, mas, o que parecia igualmente mau, capturaram os conhecimentos que lhes haviam sido sonegados. “Os escritos do augusto recinto [o templo] são lidos. (...) O lugar dos segredos... está [agora] desnudado. (...) A magia está revelada.” (Advertências de Ipuver [2300-2050 a.C.].)

Todavia, as classes dominantes, no seu próprio monopólio dos processos criadores, haviam descoberto um princípio de importância geral para o desenvolvimento humano. Esse princípio continua sendo apenas parcialmente compreendido e intermitentemente aplicado ainda hoje. Refiro-me ao emprego da deliberada sonegação e retiro, para penetrar no ciclo puramente repetitivo do nascimento, nutrição e reprodução ou da produção, troca e consumo. Embora grande parte dos excedentes produzidos na sociedade urbana fosse desperdiçada com um extravagante consumo e atos ainda mais extravagantes de destruição militar, uma parte considerável destinou-se ao lazer, ao tempo sem finalidade, libertado da rotina diária, dedicado à contemplação da natureza e à disciplina do espírito humano.

Enquanto o revestimento exterior da cidade crescia, por assim dizer,

seu interior igualmente se expandia: não somente seus espaços interiores, dentro do recinto sagrado, mas sua vida interior. Os sonhos transbordavam daquele interior e tomavam forma; as fantasias se transformavam em drama e o desejo sexual florescia em forma de poesia, dança e música. Dessa forma, a própria vida tornou-se uma expressão coletiva de amor, desligada das urgências da reprodução social. Atividades que brotavam para a vida apenas em ocasiões festivas, em comunidades mais rudes, passaram a fazer parte da existência diária da cidade. E o que começou como uma transformação em grande escala do ambiente passou a ser uma transformação do homem.

Nem é preciso dizer que essa libertação da criatividade não foi uma das finalidades originais do agrupamento humano, nem ainda da própria implosão urbana; e foi de forma apenas parcial e por movimentos súbitos que caracterizou o desenvolvimento da cidade. Ainda hoje, apenas uma parte das energias totais da comunidade volta-se para a educação e expressão: sacrificamos muito mais às artes da destruição e extermínio que às artes da criação. Contudo, é graças à execução de atos criadores, na arte, no pensamento, nas relações pessoais, que a cidade pode ser identificada como algo mais que uma organização puramente funcional de fábricas e armazéns, cavernas, tribunais, prisões e centros de controle. As torres e cúpulas da cidade histórica são lembretes daquela promessa ainda por ser cumprida.

3. Exsudações Culturais

Até agora, tenho-me demorado na fase do monopólio do conhecimento e do poder, originariamente exercido pelos governantes da cidadela. Na verdade, porém, esse monopólio abrangia a maior parte das funções, que só vieram a ser tomadas e coletivamente distribuídas pela municipalidade depois de muitos milhares de anos. A isso poder-se-ia chamar a lei da exsudação cultural.

No corpo da guarda da cidade encontramos o primeiro exército e os primeiros oficiais de polícia; e, embora não possamos identificar os edifícios separados, até uma data posterior, ali também encontramos o primeiro alojamento para aqueles funcionários militares, a caserna. Ademais, ali encontramos o primeiro ministério do exterior, a primeira burocracia, o primeiro tribunal de justiça (no portão do palácio), e igualmente, no lugar onde se ergue o templo, o primeiro observatório astronômico, a primeira biblioteca, a primeira escola e universidade e, não menos, o primeiro "teatro". Tudo isso floresceu na cidadela, antes que houvesse quaisquer equivalentes municipais independentes, dispondo de um domínio maior no qual trabalhar, ou que ao menos se pensasse em participação democrática.

Esse monopólio real aplicava-se a muitas inovações técnicas que apareceram na cidadela, muito antes de se propagarem pelo resto da cidade. Foi na

cidadela que, pela primeira vez, apareceram edifícios à prova de fogo, construídos de materiais permanentes; assim, também, o calçamento. Foi ali, numa ou noutra região, que, antes de 2000 a.C., construíram-se esgotos, condutos de água corrente, banheiras, latrinas, aposentos privados para dormir; e era no recinto do palácio, numa época em que o resto da cidade se tinha tornado uma compacta massa de casas, densamente ocupadas, que o rei e sua corte gozavam do que ainda é o maior e mais aristocrático dos luxos urbanos — uma amplitude de espaços abertos a se estender além da própria moradia, em jardins e lugares de prazer, algumas vezes constituindo todo um quarteirão de vilas destinadas aos nobres e alto funcionários.

Até mesmo os ofícios industriais urbanos deveram sua existência, em medida não pequena, ao patrocínio do rei, fato antigo ainda simbolizado na Inglaterra pela legenda "Por determinação de Sua Majestade a Rainha". Foram as expedições reais de assalto que, pela primeira vez, proporcionaram os frutos do comércio, por um processo unilateral de colher matérias-primas: por ordem real, faziam-se armaduras, forjavam-se armas, construíam-se carros. As esposas e concubinas do rei e aos nobres como ele, os ourives e joalheiros pela primeira vez dedicaram suas artes. Quando, milhares de anos depois, introduziu-se na Europa a fina porcelana chinesa, não foi por acaso que o novo produto passou a ser fabricado em fábricas reais de porcelana em Sévres, Dresden, Meissen, Copenhague. A produção industrial teve início com os artigos para a corte, e a própria produção em massa começou não com os bens necessários, mas com as imitações baratas dos produtos de luxo da classe superior, como as jóias de Birmingham, no século XVIII, ou os automóveis do século XX.

Esses fatos a respeito das origens da cidade propriamente dita, dentro da cidadela ou "pequena cidade", parecem essenciais para um retrato completo das suas funções e finalidades. Em jargão econômico comum, a cidadela serviu como o plano piloto inicial da cidade; e isso explica o fato de que tantas características tanto da cidade quanto do Estado, hoje em dia, guardem a marca de antigos mitos e mágicas aberrações, de obsoletos privilégios e prerrogativas, originariamente baseados nas pretensões reais: é testemunha disso o mito da soberania absoluta. Felizmente, ao unir a aldeia e a cidadela, o templo e o mercado, a cidade apoiava-se ainda nos fundamentos morais da aldeia: os hábitos de trabalho regular e colaboração diária numa tarefa comum, a alimentação, reprodução e consagração da vida. O próprio santuário da aldeia jamais foi completamente absorvido pelo centro cerimonial principal, pois cultos e santuários subordinados formaram o núcleo das paróquias dos templos, na Mesopotâmia. Em Khafaje, encontraram os arqueólogos um desses distritos de vizinhança, com seus caminhos a convergir na direção do templo.

4. Divisão Urbana do Trabalho

Embora apliquemos termos tais como caçador, mineiro, pastor, camponês, aos grupos da Idade da Pedra, nisto estamos realmente transferindo um costume urbano posterior a uma fase anterior do desenvolvimento humano. Se pudéssemos recapturar a mentalidade dos povos antigos, provavelmente verificaríamos que eles próprios se consideravam simplesmente homens que pescavam, lascavam a pedra ou cavavam, conforme o momento e o lugar pudessem exigir. Que devessem caçar ou cavar todos os dias, confinados a um só local, desempenhando um único trabalho ou uma única parte de um trabalho, dificilmente poderia ter-lhes ocorrido como um modo de vida imaginável ou tolerável. Mesmo em nossa época, os povos primitivos de tal modo desprezam essa forma de trabalho, que seus exploradores europeus foram forçados a utilizar toda espécie de chicana legal para conseguir seus serviços.

A própria noção de uma divisão fixa do trabalho, de fixação de muitas atividades naturais numa única ocupação de vida, de confinamento a um único ofício, data provavelmente, como indica Childe, da fundação da cidade. O homem urbano, por essa vasta expansão coletiva do poder e controle do ambiente, pagou com uma contração da vida pessoal. A antiga comunidade da Idade da Pedra, penetrando na cidade, foi desmembrada em dezenas de partes: castas, classes, profissões, ofícios, artes.

Conforme se pode admitir, a primeira prova de especialização e divisão do trabalho talvez remonte à época paleolítica, nos poderes especiais exercidos pelo mágico ou chefe do ritual; e isso pode ter ocorrido numa época em que talvez houvesse também alguma especialização ocupacional entre aqueles que se dedicavam à mineração ou a lascar a pedra. Hocart sugeriu que a divisão do trabalho foi, originariamente, a divisão hereditária das funções do ritual; e como os povos primitivos consideram o ritual como não menos importante que o trabalho, ou melhor, como a forma de trabalho mais eficaz, não há necessidade de presumir que as duas formas de especialização se excluíssem; pelo contrário, deveríamos esperar que se misturassem e confundissem, assim como os ritos mágicos da fertilização se misturavam com a prática da sementeira e a irrigação das colheitas.

Antes mesmo que a cidade tomasse forma, deve ter havido alguma fixação em castas e ocupações especiais, por meio da transmissão, dentro de uma determinada família, do conhecimento secreto de processos ou habilidades ancestrais. Mas os primeiros verdadeiros especialistas urbanos foram, provavelmente, os membros dos grupos armados de caça, que desdenhavam do trabalho manual repetitivo cotidiano, e dos guardiões do santuário, que provavelmente eram isentos dos ofícios manuais.

Nas antigas comunidades, o próprio trabalho é uma atividade de tempo parcial, impossível de segregar completamente das outras funções da vida,

como a religião, o jogo, o intercurso comunal, a própria sexualidade. Na cidade, o trabalho especializado passou, pela primeira vez, a ser uma ocupação de todos os dias, durante o ano inteiro. Em consequência, o trabalhador especializado, passando a ter a mão, ou o braço ou a visão muito ampliada, ganhou excelência e eficiência, num grau impossível de alcançar, exceto por meio de tal especialização; perdeu, porém, o alcance da vida como um todo. Esse sacrifício foi um dos descaminhos crônicos da civilização: tão universal que se tornou uma "segunda natureza" do homem urbano. A bênção de uma vida variada, plenamente humanizada, libertada das compulsões ocupacionais, foi monopolizada pelas classes dominantes. Os nobres reconheceram isso e, em mais de uma cultura, reservaram para si mesmos o título de "verdadeiros homens".

Desde Adam Smith, toda gente tem plena consciência dos ganhos em produtividade que o trabalho especializado assegurava, muito antes da invenção de máquinas complexas. O fato de que a cultura urbana desenvolveu tal especialização não foi a menor razão para o acúmulo de capital e a elevação de renda que acompanharam o crescimento da cidade, antes que houvesse quaisquer avanços comparáveis na invenção mecânica. Ao passo que muitos dos habitantes das antigas cidades trabalhavam nos campos dos templos ou tinham fazendas contíguas, uma crescente proporção da população praticava outros ofícios e profissões, primeiro como criados do templo, depois como artífices de tempo parcial ou integral, trabalhando diretamente sob encomenda ou para o mercado.

Na chamada "Sátira das Profissões", que talvez remonte ao segundo milênio a.C. no Egito, o autor menciona cerca de dezoito diferentes profissões, além da sua própria, a de escriba — mas omite as profissões mais elevadas, o sacerdote, o soldado, o médico, o arquiteto, que devem ter sido respeitosa e encaradas como inteiramente acima da crítica ou do denegrimto; pois, na verdade, era, em parte, para ter o privilégio de ver tais augustas figuras que dava valor à profissão que ele próprio seguia. As profissões que o escriba menciona variam do barbeiro ao embalsamador, do carpinteiro ao remendão e ao curtidor de couro; e, em cada caso, acentua suas dificuldades, suas inabilidades ocupacionais e deformidades, comparando-as com as oportunidades oferecidas pela profissão do escriba, que vivia tranqüilamente e se misturava com os grandes.

Na cidade, foi possível, pela primeira vez, desempenhar, uma vida inteira, uma ocupação fracionária: o trabalhador era uma peça substituível e uniforme, numa complexa máquina social, fixada na mesma posição, repetindo as mesmas operações, confinada dentro do mesmo local, durante toda a sua vida. Petrie assinala que, mesmo fora da cidade, no domínio da mineração, "sabemos, pelos documentos junto das múmias, o quanto o trabalho era minuciosamente subdividido. Cada detalhe era atribuído à responsabilidade

de um indivíduo; um homem fazia prospecções, outro experimentava a pedra, um terceiro tinha a seu cargo os produtos. Há mais de cinquenta diferentes qualidades e graus de oficiais e trabalhadores, enumerados nas expedições de mineração”.

Essas divisões se achavam incrustadas na própria natureza da cidade, pois era apenas por sua capacidade de mobilizar e distribuir a força de trabalho que essas operações entrelaçadas poderiam ser desempenhadas em todas as partes da vida econômica. Pelo tempo em que Heródoto visitou o Egito, no século V a.C., a divisão geral do trabalho e a divisão minuciosa em especialidades tinha alcançado um ponto comparável àquele a que de novo chegou em nossa própria época; isto porque ele assinala que “alguns médicos são para os olhos, outros para a cabeça, outros para os dentes, outros para o ventre e outros para os distúrbios interiores”.

Assim, enquanto a nova forma urbana ajuntava ou unia, em cooperação e integração, um grupo de pessoas maior do que jamais tinha existido em qualquer outro lugar, dividia-o também em correntes nitidamente separadas, cada qual profundamente colorida com suas tintas ocupacionais. A totalidade do sistema de especialização do trabalho foi levada às raias da caricatura na Índia, em que as castas e mesmo as minúsculas divisões dentro das castas se tornaram hereditárias; mas, ao tempo de Platão, essa divisão tornara-se tão arraigada no pensamento que, como a própria escravidão, era considerada quase como uma realidade da natureza. Toynbee caracteriza a casta e a especialização vocacional como traços marcantes da “civilização interrompida”; em vários graus, porém, essa interrupção caracteriza todas as comunidades urbanas. Ainda hoje, muitos povos continuam incapazes de imaginar qualquer novo desenvolvimento urbano além deste. Libertados do trabalho físico pelas máquinas automáticas, os homens ainda aplicariam as mesmas fixações e limitações vocacionais aos esportes, jogos, estudos, ciências.

A estratificação ocupacional e de castas produziu, na cidade antiga, uma pirâmide urbana que tinha seu pico no governante absoluto: rei, sacerdote, guerreiro, escriba, formavam o ápice da pirâmide; mas apenas o rei, no ponto mais alto, recebia a plenitude dos raios do sol. Abaixo dele, as camadas ampliavam-se em mercadores, artifices, camponeses, marinheiros, criados de casa, libertos, escravos, situando-se a camada mais baixa nas sombras perpétuas. Essas divisões eram distinguidas e aguçadas pela propriedade ou falta de propriedade, em vários graus; e eram expressas ainda no traje, nos hábitos de vida, nos alimentos, na moradia

A segregação das funções econômicas e dos papéis sociais, por sua vez, criou recintos equivalentes dentro da cidade: não menos — senão em primeiro lugar —, o mercado. Se o templo local era o ímã para os moradores de toda uma vizinhança, haveria também uma muralha ocupacional, parcialmente visível, identificável pelos tipos de casas e destinada a servir de envoltório de

classes. Essa prática perdura hoje no espontâneo agrupamento de todas as ocupações, mesmo sem a pressão de qualquer ordenação municipal de zoneamento. Assim, em Filadélfia, a cidade onde atualmente me encontro escrevendo estas palavras, os médicos congregam-se numa pequena área cujo eixo é Spruce Street, ao passo que os agentes de seguros enchem todo um quarteirão entre Independence Hall e a zona de cereais por atacado. “Harley Street”, “Madison Avenue”, “State Street” são expressões abreviadas não só de ocupações mas de todo um modo de vida que individualizam. Roma e Antioquia, sem dúvida, e provavelmente Nínive e Ur, tinham seus equivalentes.

A divisão do trabalho e a segregação de funções anteciparam a economia monetária: num sentido, constituíram uma ampliação da prática do sacrifício, no abandono ou adiamento de uma variedade de funções e da livre troca de papéis, a fim de se concentrar numa única atividade, para benefício do rei, do deus e da cidade. Não importa seja ou não a prostituição a mais antiga profissão do mundo, é notável que as especialistas nos jogos sexuais fizessem seu aparecimento tão cedo nos textos que dizem respeito à vida urbana. Lemos que, enquanto “Gilgamesh convocava os artifices, os fabricantes de armaduras”, Istar reunia “as vendeiras de prazer e as meretrizes do templo”.

Essa prematura especialização sexual dá a entender que, nas cidades antigas, pode ter havido um número desproporcional de homens solteiros; mas também mostra um processo mais geral, pelo qual as funções que outrora se achavam unidas na moradia de aldeia — dormir, beber, comer, conversar, copular, educar —, com o tempo foram separadas, ampliadas e segregadas em prédios e bairros definidos da cidade. A estalagem, a taverna, o mercado, o templo, a escola, o bordel, tudo isso estaria sob os auspícios de profissionais de tempo integral. Nesse sentido, a cidade tornou-se uma moradia coletiva ampliada. A par dessa diferenciação, deu-se um certo retiro: todas as funções necessárias, mesmo as corporais, ganharam uma forma jovial, tornando-se procuradas e prolongadas mais pelas ocasiões sociáveis que proporcionavam do que pelas suas finalidades práticas.

Essa abstração de funções especializadas e diferenciadas em relação a matriz da vida comum, foi incentivada pela introdução da escrita e do dinheiro; isso porque, com o desenvolvimento do comércio a longa distância, todos os variados valores humanos que tinham sido expressos apenas em termos de vida imediata foram traduzidos num meio neutro, que poderia ser objeto de troca, armazenagem e uso como fonte de poder, para comandar o trabalho de outros homens.

Originariamente, as principais formas de civilização urbana podem ter começado no templo, com o primeiro crescimento da racionalização e regimentação naqueles bairros sagados. A própria prostituição possivelmente deriva-se do emprego de sacerdotisas nos ritos de fertilidade, pois o costume da prostituição no templo não tem sido apenas preservado até os nossos

próprios dias, em países como a Índia, mas os templos das deusas do amor, Istar, Afrodite, Vênus, Ísis, eram, tradicionalmente, os lugares favoritos para o encontro de amantes. A prostituição no templo escandalizou Heródoto, pois, em Babilônia, parece ter exigido a conscrição de todas as mulheres, inclusive as casadas, pelo menos por um dia do ano; e as conscritas mais feias eram obrigadas a permanecer dentro do templo, indefinidamente, até que alguém delas se apiedasse e com elas se deitasse.

Tudo isso acentua as características mais gerais da cidade: a maneira pela qual dava ela uma forma especializada, abstrata, profissional, coletiva, às necessidades humanas a cuja satisfação, até então, ninguém jamais pensara dedicar uma vida inteira.

Ora, aqui devemos mais uma vez assinalar o papel contraditório e ambivalente desempenhado pela cidade. Biologicamente, o homem se desenvolvera mais do que as outras espécies porque permanecera não especializado — onívoro, com liberdade de movimentos, “destro”, onicompetente, e, contudo, sempre um tanto mal formado, incompleto, nunca se adaptando plenamente a qualquer situação única, muito embora esta pudesse durar tanto tempo quanto a última Idade Glacial. Em vez de dificultar suas atividades pela produção de órgãos especializados, destinados a assegurar uma adaptação efetiva, o homem empregou todo o seu cabedal orgânico, por assim dizer, na única característica do desenvolvimento animal capaz de inventar substitutos para tais órgãos especializados — o sistema nervoso central. Graças ao crescimento exagerado do cérebro, muito além de qualquer necessidade funcional imediata, o homem foi capaz de extrapolar novos órgãos, fora do corpo, sem ser obrigado, como noutras adaptações orgânicas, a manter sua perpetuação indefinida. Permanecendo não especializado, o homem abriu mil novos caminhos para seu próprio desenvolvimento ulterior.

A civilização, conforme se desenvolveu na cidade, em parte inverteu esse processo. Os tipos urbanos mais bem-sucedidos eram aqueles comprometidos com a especialização; e suas vidas parciais dependiam do entrelaçamento bem-sucedido de toda uma organização na qual cada grupo aceitava as limitações do papel que lhe era distribuído. O antigo artífice egípcio era proibido de trocar seu ofício hereditário; e o prematuro aprendizado e o hábito tornavam quase desnecessária essa imposição legal. Por toda parte, o trabalhador era sempre um trabalhador, o escravo sempre um escravo, o nobre sempre um nobre — pelo menos até que os escravos se revoltaram ou compraram sua liberdade, ou que o nobre foi vencido na batalha e perdeu a sua.

Assim, a cidade, numa data remota, recapturou o polimorfismo da colmeia de insetos: usando de meios sociais, alcançou um equivalente das diferenciações fisiológicas que acompanham a integração das sociedades de insetos. Em verdade, essa divisão do trabalho admitia uma mobilidade interna muito maior do que a conheciam as comunidades de insetos. Até mesmo a

prostituição, embora condenasse toda uma classe às vilezas do intercuro sexual, jamais chegou ao ponto de criar uma classe isolada de criadores sexuais, segregada para a produção de crianças. (Este horror possivelmente aguarda o triunfo do Homem Pós-Histórico.) Não obstante, o paralelo entre as sociedades humanas e as dos insetos aplica-se até mesmo à vida de trabalho, pois, dentro de uma única existência, as diferenças entre vocações ainda causam doenças e inabilidades características, e chegam a mudar a estrutura corporal. Essas diferenças ainda afetam o índice de mortalidade e o período de vida de cada ocupação maior.

5. Propriedade e Personalidade

Com o crescimento do número de habitantes e o aumento da riqueza, surgiu na cidade outra espécie de divisão: a divisão entre os ricos e os pobres, que nasceu com a outra grande inovação da vida urbana que foi a instituição da propriedade. A propriedade, no sentido civilizado da palavra, não existia nas comunidades primitivas: quando muito, as pessoas pertenciam à sua terra, mais do que a terra pertencia a elas; e dividiam seus produtos, na fartura ou na penúria. Coube à civilização criar penúrias artificiais, que mantivessem o trabalhador acorrentado à sua tarefa, para que os excedentes pudessem garantir a fartura do homem rico.

Na passagem da aldeia para a cidade, existe ainda alguma confirmação dessa interpretação dos costumes comunais, pois a terra e tudo o que ela produzia passou a ser propriedade do templo e do deus; até mesmo os camponeses que a trabalhavam pertenciam ao templo e todos os outros membros da comunidade pertenciam também à terra e eram obrigados a dar parte do seu trabalho às tarefas comuns de escavar, levantar diques e construir. Essas posses, com a ampliação dos poderes seculares da realeza, iriam tornar-se propriedades reais; e a identificação do domínio comum com o poder soberano lançou raízes tão profundas que, mesmo nos Estados modernos, mais nitidamente conscientes dos direitos da propriedade privada, o próprio Estado é o possuidor último e herdeiro residual, com aquele poder de comandar e tributar que é, em última análise, o poder de possuir ou destruir.

A propriedade privada começa, não, como pensava Proudhon, com o roubo, mas com o tratamento de toda propriedade comum como posse privada do rei, cuja vida e cujo bem-estar eram identificados com os da comunidade. A propriedade era uma ampliação e um alargamento de sua própria personalidade, como único representante do todo coletivo. Mas, tão logo essa pretensão foi aceita, pôde a propriedade pela primeira vez ser alienada, isto é, removida da comunidade pelo dote individual do rei.

Essa concepção das posses reais perdeu sua forma original até bem

depois da época de Luís XIV. Aquele Rei-Sol, um pouco intranquilo quanto aos pesados impostos que desejava cobrar, reunia os eruditos Doutores de Paris para decidir se suas exigências eram moralmente justificadas. Sua teologia estava à altura da ocasião. Explicaram eles que o reino inteiro era seu por direito divino: por isso, ao cobrar aqueles novos impostos, estava cobrando a si mesmo. Essa prerrogativa foi passada adiante, sem que a diminuíssem, para o "Estado Soberano", que, em emergências, retrocede sem escrúpulos ao mito e à magia antiga.

A separação e divisão da propriedade começaram com a dotação de presentes, pelos governantes absolutos, a outros nobres, seus adeptos e seus servos, em recompensa por serviços prestados. Depois que havia escapado ao domínio comum, podia ela ser passada adiante, subdividida ou aumentada. Já numa data bastante remota, por volta de 1700 a.C., quando o Código de Hamurabi foi promulgado, leis detalhadas que tratam da propriedade privada, sua transferência, seu empréstimo, sua conquista, revelam o aparecimento dessa nova entidade legal.

Dentro da cidade, os direitos da propriedade adquirem uma santidade especial; e, quando as diferenciações de classe aumentaram, tornaram-se correspondentemente mais importantes — aliás, muitas vezes, mais sagrados que a própria vida humana. Na proteção desses direitos, os antigos governantes não hesitavam em aleijar ou mutilar o corpo do delinqüente. Contudo, a lacuna geral entre os ricos e os pobres fez-se sentir mesmo neste ponto: havia diferentes graus de castigos para cada classe.

Essas formas de violência legalizada não eram heranças de um regime primitivo vicioso, como os antigos apóstolos do progresso gostavam de acreditar: eram, pelo contrário, como a própria guerra, uma nova espécie de ferocidade peculiar à cultura urbana — o que Giambattista Vico apropriadamente caracterizava como o "barbarismo da civilização".

A especialização, a divisão, a compulsão e despersonalização produziram uma tensão interior na cidade. Isso resultou, através de toda a História, numa corrente submersa de ressentimento oculto e de rebelião aberta que, talvez, jamais tenha sido plenamente documentada, já que só apareceria claramente à vista temporariamente, quando uma rebelião de escravos, como a que ocorreu no tempo dos Gracos, era abafada com um sangrento massacre dos rebeldes.

Mas o fato de que a cidade, desde o princípio, teve por base o trabalho forçado e que o trabalho forçado era produzido não apenas pelo escravizamento mas pelo monopólio dos suprimentos alimentares, parece estar indiscutivelmente inscrito nas muralhas da cidade antiga. A escassez planejada e a recorrente ameaça de fome desempenhavam um papel, desde o princípio, na arregimentação da força de trabalho urbano. Não admira que Sir Mortimer Wheeler exultasse, quando afinal identificou o grande celeiro da cidadela de

Mohenjo-Daro: porque os guardiões do celeiro, com o apoio de uma soldadesca armada, tinham poderes de vida e morte sobre toda a comunidade. Não era sem razão que aquele grande armazém se achava *dentro* das pesadas muralhas da cidadela, protegido *contra os habitantes da cidade*.

Que teria tornado a divisão do trabalho, apesar de todas as suas qualidades limitadoras da vida, tolerada, ainda que não inteiramente tolerável, durante tantos séculos e milênios? Há várias maneiras de explicar sua aceitação; e para começar, ajudou a criar a primeira economia de abundância, cujas vantagens, a princípio, foram mais facilmente reconhecidas do que suas desabilidades e fraquezas finais. É este um dentre os numerosos fatos que servem para ligar o engrandecimento do poder humano, ocorrido no fim do neolítico, às mudanças semelhantes que tiveram lugar em nossa própria era. A despeito dos monopólios do rei e dos sacerdotes, certa parcela da vasta quantidade de alimentos produzidos na realidade se infiltrava até as camadas inferiores da pirâmide social; e o morador da cidade, ainda que pobre, recebia uma porção maior que o trabalhador da aldeia, quando menos porque se achava mais próximo da fonte de suprimentos. O morador não podia, na realidade, beber na fonte real; em contraste, porém, com o aldeão, achava-se bem próximo e apanhava algo daquilo que transbordava.

Felizmente, a constituição social da cidade ajudou a superar suas restrições e compulsões humanas. Se é verdade que desmembrou a totalidade do homem e o forçou a passar uma longa existência numa única tarefa, tornou a montá-lo numa entidade coletiva, de tal sorte que, embora sua vida individual pudesse ser estreita e contida, o padrão urbano assim traçado era muito mais rico em contextura, por causa dos variados fios que o constituíam. Não ocorria meramente achar cada grupo especial mais membros da sua própria espécie na cidade, mas cada um podia descobrir, no dar e receber do intercurso cotidiano, uma profusão de potencialidades humanas que permanecia invisível num nível mais humilde.

Se é provável que exista uma pessoa de excepcional habilidade em cada geração, dentre vamos dizer, dez mil pessoas, um grupo de apenas mil pode ter tido de esperar muitas gerações, antes de contar com a vantagem de um espírito superior; e esse espírito, por seu próprio isolamento, pode não possuir o estímulo de outros espíritos que o ajudarão a encontrar-se a si mesmo. Contudo, cem mil pessoas, na Suméria ou em Babilônia, em Jerusalém ou em Atenas, em Bagdá ou Benares, poderiam produzir pelo menos cinquenta espíritos excepcionais numa única existência; e esses espíritos, dada a própria intimidade da comunicação urbana, seriam abertos a uma variedade muito maior de desafios e sugestões do que se aparecessem numa comunidade menor.

Finalmente, se o homem urbano subdividido, ou *Teil mensch*, prejudicou a integridade inconsciente do tipo mais simples de aldeia, pelo menos indiretamente conseguiu um novo senso da personalidade individual, a emergir da

crisálida da tribo, do clã, da família e da aldeia. Isso porque, no pólo oposto ao especialista vocacional, levantava-se agora uma pessoa individual, no papel do próprio monarca: o Faraó do Egito ou o Lugal da Suméria. Na base, poderia haver escravidão e compulsão; mas, no topo — por muito tempo, apenas no topo — havia liberdade, autonomia, escolha, tudo isso a emergir dos atributos da personalidade, coisa dificilmente possível num regime baseado na coesão da família e na unanimidade tribal.

O *fiat* real, como mostrou Frankfort, deu às ações de toda uma comunidade os atributos de uma pessoa integrada: a boa disposição de assumir riscos, de fazer escolhas, de perseguir metas distantes e difíceis. Fossem quais fossem as privações e dificuldades impostas pela organização urbana em larga escala, o membro mais mesquinho da comunidade participava, ricamente, na ampliação das funções do rei e na contemplação de atributos ainda mais divinos, nos quais, como cidadão de uma cidade não desprezível, também ele tinha parte. Naquele sentido, a cidade inteira pertencia até ao mais humilde dos habitantes.

No rei, repito, a pessoa emergiu pela primeira vez, numa posição de responsabilidade superior ao grupo, destacada da matriz comunal. Com a ascensão da cidade, o rei passou a encarnar uma nova idéia de desenvolvimento humano e a cidade tornou-se nada menos que a corporificação personificada dessa idéia em evolução. Um a um, os privilégios e prerrogativas da realeza foram transferidos à cidade e a seus cidadãos. Milhares de anos foram necessários para efetuar essa mudança; e, pela época em que foi consumada, os homens tinham esquecido onde e como havia começado.

Assim, a cidade passou a ser um ambiente especial, não apenas para suportar reis, mas para fazer pessoas: seres que eram mais plenamente abertos à realidade do cosmo, mais prontos a transcender às exigências da sociedade e do costume tribal, mais capazes de assimilar valores antigos e de criar novos, de tomar decisões e seguir direções novas, do que seus iguais em situações limitadas. A primeira prerrogativa real passada, de modo um tanto relutante, aos demais membros da comunidade foi a imortalidade, conforme a concebiam os egípcios; mas, com o tempo, seguiram-se outros atributos.

No fim, a própria cidade tornou-se o principal agente da transformação do homem, órgão da mais plena expressão da personalidade. Na cidade, penetra uma longa procissão de deuses: dela saem, a longos intervalos, homens e mulheres, à vontade em seu mundo, capazes de transcender às limitações de seus deuses. Mas não foi pensando nessa possibilidade final que os homens originariamente deram forma à cidade. O poder e a propriedade tinham, não premeditadamente, preparado um ninho para a personalidade. E, com o tempo, a personalidade haveria de solapar suas infladas pretensões e exigências.

6. Ritmo de Desenvolvimento

É possível que grupos de organismos ocupem um ambiente comum e façam uso das atividades uns dos outros, sem que qualquer um organismo alcance seu pleno desenvolvimento ou chegue às suas potencialidades máximas de desenvolvimento. Na verdade, podem viver juntos por longo tempo, enquanto sofrem uma continuada deterioração, assinalada por deformações físicas, redução da resistência às doenças e um período de vida reduzido. A sobrevivência, por si mesma, nada indica a respeito do desenvolvimento ou posição do organismo que sobrevive.

Na formação original da cidade, a simbiose positiva da comunidade de aldeia neolítica foi, em grande parte, substituída ou pelo menos solapada por uma simbiose negativa apoiada na guerra, na exploração, na escravização, no parasitarismo. A primeira havia alcançado a estabilidade num equilíbrio guardado de maneira por demais firme para permitir o crescimento. Com a introdução dos elementos predatórios-parasitários na comunidade urbana em formação, começou a existir um novo estímulo ao crescimento, que explica o exagerado aumento de todas as funções da cidadela. Mas os próprios meios de alcançar esse crescimento orientaram a comunidade para o sacrifício, para a constrição da vida e para a prematura destruição e morte.

O fato é que o parasitarismo praticado pelos governantes da cidade aumentou, tornando-se cada vez mais exorbitante com a sua exigência de riqueza e poder visível; em vez de submeter essas pretensões ao ordálio da realidade e de compartilhar com seus concidadãos uma parte maior dos bens que monopolizavam, fizeram eles aumentar suas exigências, além da possibilidade de serem localmente executadas.

Essas imposições não poderiam ser enfrentadas apenas pela ampliação da área da exploração: de tal sorte que o crescimento das grandes capitais, como Nínive, Babilônia e Roma, somente foi efetuado pelo alargamento das dimensões do interior tributário e pela introdução de uma simbiose negativa, baseada na aterrorizada expectativa de destruição e extermínio.

“É perfeitamente claro — observa Contenau — que a imensa riqueza dos impérios assírio e babilônico, para não mencionar qualquer outro, dependia em grande parte da instituição da escravidão.” De igual forma, deve ser igualmente claro que essa riqueza teria sido muito maior, e muito mais durável o poder exibido, se os governantes desses impérios não tivessem dado um alcance tão pleno ao seu insensato sadismo. Todavia, essa área ampliada de exploração foi também uma área de associação potencial e intercâmbio construtivo. Todas as energias da cidade em crescimento poderiam — se não absorvidas pela imposição e reparação de ofensas —, ter sido empregadas na fabricação de uma espécie mais ampla de coparticipação.

A despeito de suas negações, a cidade produziu uma vida dotada de

finalidade, que, em muitos pontos, de maneira magnífica, superou os objetivos originais que a tinham feito existir. Aristóteles colocou em palavras a natureza dessa transição dos processos e funções urbanas predatórias para os processos humanos emergentes, em termos que dificilmente seria possível melhorar: "Os homens ajuntam-se na cidade para viver; ali permanecem a fim de viver a boa vida". Definir a natureza da cidade em qualquer ambiente cultural particular seria, em parte, definir tanto as qualidades locais quanto as mais universais da boa vida.

Contudo, mesmo para as classes que eram beneficiárias especiais desse esforço, a vida do homem civilizado, tal como era vivida nas grandes cidades, revelou-se repetidamente vazia e odiosa. Será por acaso que tanto a cultura egípcia quanto a mesopotâmica nos deixaram dois diálogos clássicos sobre o suicídio, ocasionado pelo desespero quanto à vacuidade da vida civilizada? Esses diálogos revelam que o homem urbano, ao superar as limitações da comunidade de aldeia, não fora, ainda assim, capaz de superar o enfraquecimento de sua própria fé animal, promovido por sua remoção das fontes da vida e sua concentração exclusiva no poder e na riqueza. Mesmo as antigas civilizações do Oriente, e talvez estas *em especial*, sofreram o vício que agora ameaça dominar nossa civilização, no próprio meio do seu progresso tecnológico: o materialismo sem finalidade. A vida urbana foi detida, numa data remota, pelo erro de tratar a materialização como um fim em si mesmo.

Toynbee demonstrou que não há relação uniformemente favorável entre o crescente domínio do homem sobre seu ambiente físico, com uma crescente complexidade de dispositivos técnicos, e a qualidade da cultura humana. Quando muito, existe uma relação inversa: isto porque as culturas que permanecem estáticas e não criativas na esfera humana muitas vezes promovem engenhosas adaptações e invenções técnicas, ao passo que as culturas mais criadoras transmudam suas energias em formas mais elevadas e mais refinadas; de tal sorte que até mesmo seus aparelhos técnicos tornam-se progressivamente desmaterializados, reduzidos em volume ou peso, simplificados em desenho ou operação. Toynbee chama a esse processo "eterização".

Comparemos o enorme e barulhento mecanismo do relógio medieval da Marienkirche, em Lübeck, com um delicado relógio moderno de Genebra, fração infinitesimal de seu peso e tamanho, mas quase infinitamente superior em precisão. Essa transformação tem lugar, em vários graus, ao longo de toda a linha. No caso das estruturas urbanas, significa uma redução do recipiente e um reforçamento do imã.

Quando prossegue a eterização, uma parte ainda maior do ambiente, no espaço e no tempo, torna-se disponível para o maior desenvolvimento humano, precisamente porque se concentrou em forma simbólica. Uma vez que outros organismos precisam apenas de certa parte do passado que eles conduzem em seus genes, de certa parte de seu ambiente que se acha presente

de maneira concreta, a capacidade do próprio homem depende de ter ele acesso a acontecimentos mais remotos, recordados ou projetados, e a partes remotas ou inacessíveis do ambiente. Quando o processo de eterização é interrompido, nada semelhante a uma quantidade equivalente de experiência pode ser conseguido pelo esforço direto, dentro de uma única existência.

Toynbee não chega a essa conclusão, mas parece evidente que a eterização é uma das principais justificativas da cidade — embora emergente, não vislumbrada por seus criadores originais —, nem mesmo plenamente apreciada ainda hoje. A arte e a ciência, em todas as suas múltiplas expressões, são os símbolos facilmente reconhecíveis dessa libertação. Numa simbiose positiva, essas funções reforçam-se mutuamente e flutuam para diante numa grande variedade de atividades, pois a vida está no viver e até mesmo os mais elevados subprodutos da vida são apenas incentivos para modos de vida mais intensos, e não substitutos para ela. Por isso mesmo, todos os sacrifícios que ajudaram a fazer com que existisse a cidade dão em nada, se a vida que a cidade torna possível não é sua própria recompensa. Nem o poder aumentado nem a riqueza material ilimitada podem compensar um dia que não tenha um vislumbre de beleza, um clarão de alegria, um aumento e compartilhamento de camaradagem.

Mas, além disso, a cidade desempenha uma função igualmente importante, que já descrevi noutra obra: a função de materialização. Embora Toynbee o esqueça completamente, esse aspecto do processo social nos fita na face, quando percorremos a cidade, pois os prédios falam e agem, não menos que as pessoas que neles habitam; e, graças às estruturas físicas da cidade, acontecimentos passados, decisões tomadas há muito tempo, valores formulados e alcançados, permanecem vivos e exercem uma influência.

O ritmo de vida nas cidades parece ser uma alternância entre a materialização e a eterização: a estrutura concreta, destacando-se graças a uma reação humana, assume um significado simbólico, unindo o que sabe e o que é sabido, ao passo que as imagens subjetivas, as idéias, intuições, apenas parcialmente formadas em sua expressão original, de igual forma assumem atributos materiais, em estruturas visíveis, cujo próprio tamanho, posição, complexidade, organização e forma estética, estendem a área de significação e valor, do contrário inexprimível. O planejamento da cidade é, dessa maneira, o ponto culminante de um adequado processo de materialização.

Mesmo quando uma idéia se acha encarnada em uma personalidade humana, a influência daquela personalidade não depende simplesmente do direto intercuro e imitação. Para completar sua própria integração, para durar além de sua própria existência e de seu limitado círculo, a pessoa necessita do ulterior suporte coletivo das instituições e edificações. A tradução de idéias em forma de hábitos e costumes comuns, de escolha e desígnios pessoais em estruturas urbanas, é uma das funções principais da cidade.

Segundo esta interpretação, a eterização e a materialização são indispensáveis ao desenvolvimento humano progressivo. Quando a vida prospera, um processo alterna com outro, tão naturalmente quanto a inspiração e a expiração de ar, na respiração. O crescimento não é, como pensaria Toynbee, um processo isolado de desmaterialização progressiva, uma transposição de vida terrena a um simulacro celestial. Não é sem razão que as pedras de construção do universo constituem os elementos duráveis, ao passo que os elementos mais "etéreos", aqueles que têm uma vida de poucos segundos, tornariam impossível qualquer espécie de continuidade, caso fossem preponderantes. Tanto a estabilidade quanto a constante criatividade são necessárias, e essa combinação foi o supremo dom da cidade.

Tanto o Céu quanto a Utopia tiveram um lugar na estrutura das cidades antigas; contudo, na medida em que os melhores planos humanos podem entrar por descaminhos e os mais bem-sucedidos sonhos podem, graças ao seu próprio triunfo, sucumbir às perversidades interiores, o Inferno também tornou-se parte da estrutura formativa. A forma material resultante muitas vezes durou mais que o ideal que originariamente a estimulava: como é comum acontecer com os recipientes, os velhos prédios e vias públicas podem servir, com modificações de pequena monta, para guardar um novo sonho. Esse, porém, é um desenvolvimento posterior. Tão importante foi o próprio símbolo, para os primeiros governantes urbanos, que mais de uma cidade foi arrasada, a fim de ser de novo reconstruída pelo destruidor, no mesmo sítio. Nenhuma regra do bom senso ou da economia pode explicar esse fato.

7. O Drama Urbano

As atividades características da cidade antiga têm, finalmente, uma qualidade especial: existem num estado de tensão e interação que se move periodicamente no sentido de uma crise ou de um clímax. Isso é caracterizado, numa fase anterior do desenvolvimento da cidade, por uma nova arte, a arte do drama. Há pelo menos duas fontes do drama que preparam o seu aparecimento na cidade. Uma delas foi explorada de maneira admirável por Jane Harrison em seu livro *Ancient Art and Ritual*. Nesse livro, ela mostra como o drama, a "coisa feita", teve origem nos antigos rituais periódicos da aldeia, nos quais todos os aldeões tinham um papel a desempenhar. A própria idéia de desempenhar um papel, de representar uma parte, pode, na realidade, ter tido seu começo no cerimonial mágico e religioso, antes de tomar qualquer outra forma.

Aqueles ritos refletiam as qualidades estáticas da comunidade de aldeia. Na transladação de tais ritos para a cidade, os papéis tornaram-se ampliados; e, embora os temas permanecessem próximos dos mitos e lendas originais,

uma crescente consciência própria, no dramaturgo e no ator, estimularam as improvisações e afastamentos. Essa passagem do ritual ao drama, do estável e repetitivo ao dinâmico, ao aventuroso, ao racionalmente crítico, ao autoconsciente e reflexivo, e, em certo grau, ao não-conformista, foi um dos feitos assinalados da cidade.

Ao nela penetrar, o drama ganhou reforço de outra cerimônia tribal, a competição ou *agon*: às vezes uma batalha de espírito, às vezes uma exibição competitiva de força corporal e de perícia. Originariamente, essas competições podem ter acompanhado cerimônias religiosas, como os jogos fúnebres. Certamente, quando os deuses fazem o seu aparecimento na História, os acontecimentos cósmicos que simbolizam destacam-se, em muito numerosos casos, como competições, como aquela entre a Luz e a Treva, a Água e a Terra, o Campo e o Deserto, o Bem e o Mal. Essas maquinações e lutas apareceram pela primeira vez, provavelmente, como impulsos e desejos inconscientes, antes de encontrarem na cidade um teatro de ação.

O aspecto lúdico desta luta jamais foi completamente absorvido pela aparelhagem econômica e política da cidade, de tal sorte que as provas atléticas e gladiatórias existiam ao lado das lutas mais agressivas pelo poder; não tanto uma sublimação dos impulsos agressivos quanto um adestramento preparatório mais inocente na arte, como no brinqueado de bonecas de uma menina. Formar um círculo de espectadores ao redor dos atores, num concurso, era provavelmente a primeira função do ágora ou do fórum; e a prática de realizar tais concursos foi passada a cidades posteriores. Na Atenas do século V, a eclésia, mostra W. S. Ferguson, era um grande "*agon*" ou concurso de estadistas; e havia concursos de oleiros, como nos informam os orgulhosos dizeres de uma pedra tumular, bem como concursos de criadores de cavalos, cantores, companhias militares, compositores e dramaturgos. A prática de escolher líderes e "tomar partido" foi uma das primeiras formas de diferenciação social. A cidade aumentou de muito esse processo e multiplicou suas ocasiões.

Afora o texto do "mistério" representado em Abidos, entre os mais antigos textos literários urbanos que encontramos acham-se os dos sumérios, simples disputas entre personagens opostas, o preto e branco elementar tanto do drama quanto da dialética primitiva: disputas entre o Verão e o Inverno, entre o Arado e a Picareta, entre o Zagal e o Agricultor. Com a autoconsciência urbana, ocorre também um sentido mais agudo das diferenças, inicialmente expressas em grossos contrastes, mas, por fim, em todos os finos matices e incisivas linhas que compõem o "caráter", parcialmente formado pelo papel, parcialmente por intermináveis variações individuais sobre o tipo comum.

Ao lado disso, talvez, ocorra um gosto maior ainda pelo próprio combate, isto é, o confronto e luta de homem contra homem, como a própria

essência da existência urbana; e, ao lado dessa tensão maior, ocorria uma agressividade mais violenta, de tal sorte que os adversários dirigem insultos um ao outro e fazem juramentos que seriam tratados como ofensas mortais, não fosse o sentido salvador do próprio drama — o de que tudo isso faz parte do papel, que a vida *representada* é uma espécie de faz-de-conta. Na medida que a cidade desempenha suas funções essenciais, mantém as lutas e tensões dentro de limites e engrandece o seu significado.

A cidade antiga é, pois, acima de tudo, um teatro, no qual a própria vida comum adquire os caracteres de um drama, engrandecidos pelo próprio artifício do costume e do cenário, pois o próprio cenário amplia a voz e aumenta a estatura aparente dos atores. Essa vida urbana, por mais pesadamente comprometida com o ritual, ainda é cheia de novas situações, para as quais a sabedoria proverbial e as reações que o tempo consagrou já não são adequadas. Se retraçarmos suficientemente os componentes desse drama, verificaremos que cada um deles, e não apenas o teatro, deriva-se da religião; e, assim como os primeiros concursos registrados eram os dos deuses e heróis, assim também os próprios primeiros dramas bem definidos eram desempenhados no templo.

Situação, argumento, conflito, crise, resolução — em tais termos o drama representado traduz, na nova vida vivida na cidade e no reflexo do símbolo, as tensões e excitações daquela vida que, por sua vez, assumem um significado maior. À medida que o elenco de personagens se tornava mais extenso, o argumento passava a ser mais denso, e o resultado a ser cada vez menos previsível.

A "reedificação do homem foi obra da cidade". Essa observação de Robert Redfield, sábio estudioso das culturas de *folk* mais primitivas, vai mais a fundo do que a maior parte dos sociólogos e psicólogos, com exceção de J. L. Moreno, usualmente tem admitido. As comunidades primitivas certamente refizeram o homem; mas, uma vez que tinham encontrado seu molde especial, comum para o todo, procuraram prejudicar ou circunscrever novas mudanças. Na cidade, pelo contrário, a formulação e reformulação das identidades é uma das funções principais. Em qualquer direção, cada período urbano proporciona uma multidão de novos papéis e uma diversidade igual de novas potencialidades. Tais coisas produzem mudanças correspondentes no direito, nas maneiras, nas avaliações morais, no costume e na arquitetura, e finalmente transformam a cidade numa totalidade viva.

Tal individualização do caráter, com sua supressão da máscara tribal ou comunal, corre ao lado do desenvolvimento de outras funções superiores, pois não é apenas a inteligência que é incentivada pela observação sistemática e pela documentação, mas os sentimentos são moderados e as emoções refinadas e disciplinadas pelo seu constante intercurso com os de outros homens, tendo por fundo um cenário de arte. Aqui, pela ação e participação e ainda

pelo retiro e reflexão, o homem urbano pode dar a uma porção maior da vida o benefício de um jogo continuado do espírito e da mente coletiva. O que começou como uma luta exterior contra forças naturais hostis vem a culminar num drama interior cuja resolução não é qualquer vitória psicológica mas uma compreensão mais íntima de si mesmo e um desenvolvimento interior mais rico.

As rotinas cotidianas da cidade, o trabalho da casa, o ofício, a profissão, podem ser desempenhadas quase em qualquer parte: mesmo quando assumem uma forma altamente especializada, podem funcionar num enclave independente fora da cidade — assim como tantas grandes organizações semifeudais têm começado de novo a fazer em nossos próprios dias. Mas apenas numa cidade todo um elenco de personagens para o drama humano pode ser reunido: por isso, apenas na cidade há suficiente diversidade e competição para tornar mais leve o argumento e trazer os atores até o ponto mais alto da participação hábil e intensamente consciente.

Tirem-se as ocasiões dramáticas da vida urbana, aquelas que se dão na arena, no tribunal, no julgamento, no parlamento, no campo de esportes, na reunião do conselho, no debate, e metade das atividades essenciais da cidade desapareceriam e mais que metade de seus significados e valores seriam postos de lado, senão anulados. Do ritual e da ação dramática, em todas as suas formas, emergiu algo de mais importante ainda; nada menos que o diálogo humano. Talvez a melhor definição da cidade, em seus aspectos superiores, é a que diz ser ela o lugar destinado a oferecer as mais amplas facilidades de conversação significativa.

O diálogo é uma das expressões mais importantes da vida na cidade, delicada flor de seu longo crescimento vegetativo. Certamente, o diálogo desenvolveu-se com dificuldade, se é que se desenvolveu, na cidade antiga, pois as primeiras comunidades urbanas eram baseadas antes no monólogo do poder; e depois que a imposição sacerdotal ou o comando real se haviam adiantado, não era prudente revidar.

Na realidade, foi o diálogo o primeiro passo desde aquela conformidade tribal que constitui um obstáculo tanto à consciência de si mesmo quanto ao desenvolvimento. Ganhando confiança graças ao número, o diálogo desafiava a mortal unanimidade promovida pelo absolutismo centralizado. A "Queixa do Camponês Eloquentemente" egípcio pode não ter sido repetida muitas vezes: mas esse primeiro revide provocou uma mudança tão inesperada de atmosfera que a história foi copiada e contada por milhares de anos, quando menos porque antecipava o advento de um diálogo autêntico e mais universal.

Como tantos outros atributos emergentes da cidade, o diálogo não fazia parte de seu plano ou funcionamento original, mas tornou-se possível pela inclusão de diversidades humanas dentro do anfiteatro urbano fechado. Isso transformou o diálogo em drama. Pelo próprio crescimento de suas ocupações

e caracteres diferenciados, a cidade deixou de ser uma comunidade de mente inteiramente igual, inteiramente obediente a um controle central. "Uma cidade que é de um homem apenas não é cidade" – diz Haemon em *Antígona*, de Sófocles. Somente onde as diferenças são estimadas, e tolerada a oposição, pode a luta ser transmutada em dialética: assim, em sua economia interna, a cidade é um lugar – desviando um pouco as palavras de Blake –, que deprime o corpóreo e promove a guerra mental.

Essa função mental especial da cidade foi colocada, com concisão clássica por aquele hábil observador de cidades, o elisabetano John Stow: "Os homens, por essa proximidade de conversação, são afastados da bárbara ferocidade da força, para certa brandura de maneiras e para a humanidade e a justiça, ao passo que se dão por satisfeitos em dar e tomar o que é certo, para e de seus iguais e inferiores, e em ouvir e obedecer a seus chefes e superiores".

E se as facilidades que oferece ao diálogo e ao drama, em todas as suas ramificações, constituem uma das forças essenciais da cidade, então uma das chaves do desenvolvimento urbano deve estar evidente: acha-se ela no alargamento do círculo daqueles que são capazes de tomar parte nele, até que, por fim, todos os homens participem da conversa. Neste processo, os papéis originais, talhados para os homens da cidade, com uma existência dedicada a uma função única, devem ser reconhecidos pelo que sempre foram: limitações do alcance e significado total do drama humano, bloqueios institucionais do desenvolvimento livre e pleno da personalidade. Ao submeter-se muito mansamente a essa limitação, o homem do Velho Mundo deixou aos seus sucessores de dias mais tardios uma tarefa por terminar.

Não é por acaso, pois, que mais de uma cidade histórica alcançou seu ponto culminante no diálogo que resume sua experiência total da vida. No Livro de Jó, vê-se Jerusalém; em Platão, Sófocles e Eurípedes, Atenas; em Shakespeare e Marlowe, Dekker e Webster, a Londres elisabetana. Num sentido, o diálogo dramático é, ao mesmo tempo, o símbolo mais pleno e a justificação final da vida na cidade. Pela mesma razão, o símbolo mais revelador do fracasso da cidade, da sua própria inexistência como personalidade social, é a ausência do diálogo – não necessariamente o silêncio, mas igualmente o som ruidoso de um coro que pronuncia as mesmas palavras, num conformismo acuado embora complacente. O silêncio de uma cidade morta tem mais dignidade que os vocalismos de uma comunidade que não conhece nem o retiro nem a oposição dialética, nem a observação irônica nem a disparidade estimulante, nem um conflito inteligente nem uma resolução moral ativa. Semelhante drama está destinado a ter um fatal último ato.

Seção ilustrada I

ILUSTRAÇÕES 1-16

- 1: Cerimônias e Monumentos
- 2: Núcleo Urbano
- 3: Escala Monumental
- 4: Cidades Orientadas para o Túmulo
- 5: Reis Construtores e Destruidores
- 6: O Trauma da Civilização
- 7: Cidade e Local de Trabalho
- 8: Montanha Sagrada: Delfos
- 9: Poder e Forma Ateniense
- 10: Modos Antigos, Tempos Modernos
- 11: Ordem Milésia
- 12: Núcleo Clássico: Pompéia
- 13: Vida Cotidiana em Pompéia
- 14: Pompéia e Pavia
- 15: Templo e Supermercado
- 16: Recipientes de Multidões



1: Cerimônias e Monumentos

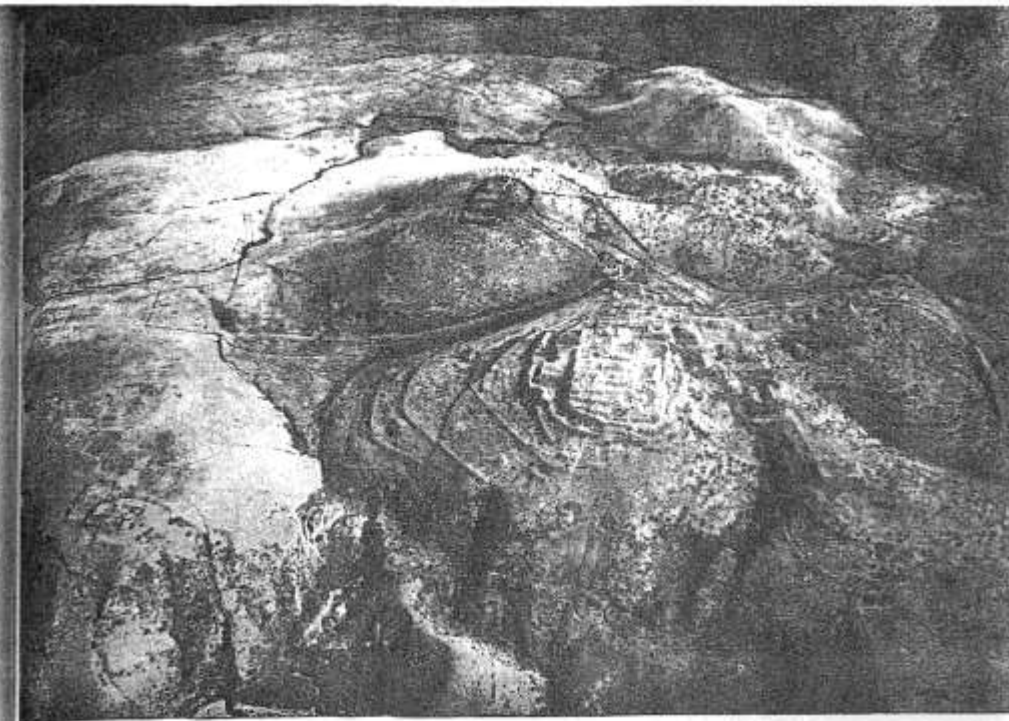
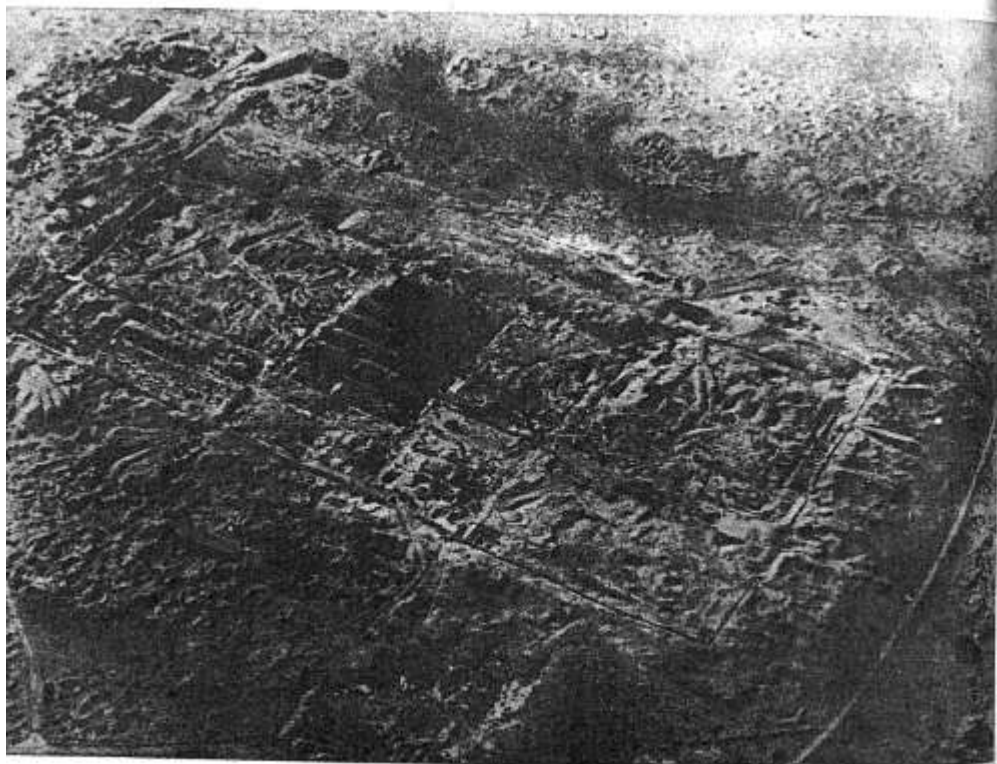
O sepultamento cerimonioso dos mortos em covas marcadas por uma pilha de pedras, uma árvore, uma pedra alta, talvez tenha dado origem ao primeiro ponto permanente de encontro dos vivos: a morada dos espíritos ancestrais, o templo de um deus, o embrião de uma cidade. Como a sepultura, a caverna é um útero ao qual o homem primitivo regressa em busca de segurança e sigilo: aqui, nas grutas de Lascaux (acima), possivelmente se realizavam ritos mágicos, e os artistas da cultura aurinhacense esboçavam suas pinturas – protótipo de uma arte monumental que veio depois, e cuja soberba qualidade de representação estilizada, neste caso e em Altamira, contrasta com a rudeza da superfície da parede e dos instrumentos e utensílios primitivos. Os aspectos simbólicos das primitivas cavernas cerimoniais das montanhas foram conservados nos grandes monumentos egípcios, sem exceção da passagem apertada e tortuosa para o interior. A montanha, erguendo-se da inundação, era para os egípcios uma expressão de criatividade divina, assim como símbolo do eterno: uma forma sagrada, traduzida numa pirâmide feita pelo homem, para atestar o poder do Faraó. Pirâmide, zigurate, torre, cúpula, agulha, todos carregados de significação religiosa, formaram o núcleo sagrado da cidade, durante a maior parte da História. Sepultura, santuário, centro cerimonial, anteciparam o mercado, a oficina e a fortaleza: sua finalidade, a de realçar o significado e os valores da vida, asseguravam a participação coletiva, o sacrifício desprendido e a continuidade piedosa.

(Ao lado) Entrada das cavernas de Lascaux. (Abaixo) Pirâmide e esfinge de Gizé, cujo tamanho e perfeição técnica refletem o generalizado engrandecimento do poder, no primeiro estágio da implosão urbana. Foto: G. E. Kidder Smith.



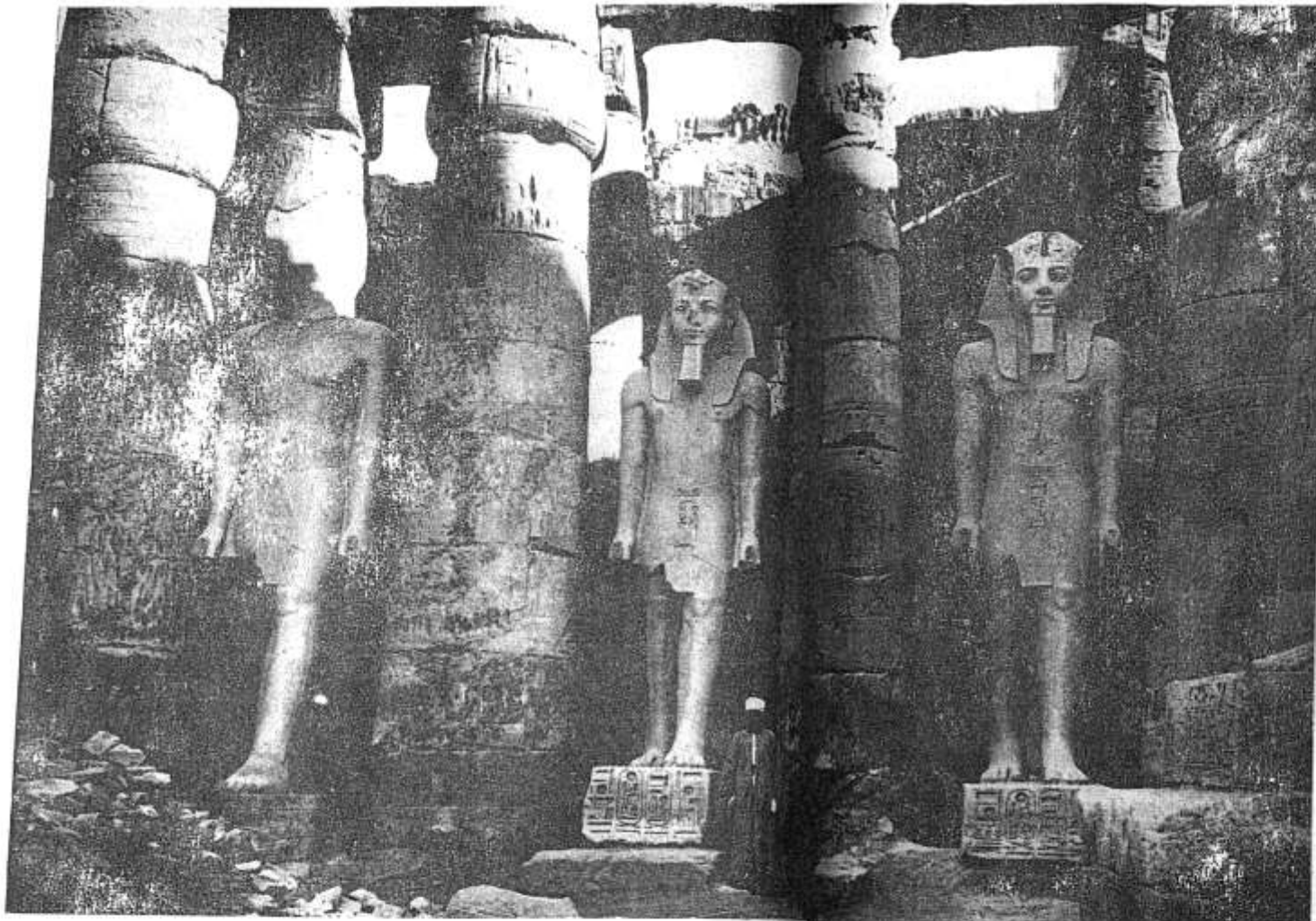
2: Núcleo Urbano

As mais antigas ruínas identificáveis como de cidades geralmente só revelam os dominantes originais, o templo e o palácio, às vezes o celeiro, dentro da cidadela murada ou do recinto sagrado. Foi esse o núcleo que atinou a implantação urbana. As únicas "cidades" completas primitivas, de materiais permanentes, são as "cidades dos mortos", tais como Sacara, construída ao redor da pirâmide sepulcral de Zoser (abaixo), por volta de 2700-2650. Como os egípcios se esforçavam muito por reproduzir em seus túmulos, em miniatura, todas as facilidades necessárias para a vida diária, há boas razões, crêem muitos estudiosos do Egito, para supor que essa "cidade" mortuária reproduzia com igual fidelidade o traçado e as edificações da sua correspondente secular. Essa probabilidade é apoiada ainda pela reprodução em pedra do palácio real, provavelmente construído de tijolos cozidos ao sol, menos permanentes, juntamente com um templo sagrado, prédios de governo, capelas de divindades nacionais e um armazém. Nos tempos faraônicos, o planejamento ortogonal governava o recinto sagrado murado, a aldeia dos trabalhadores ou o bairro



(Ao lado) Pirâmide do rei Neterkhet-Zoser, de aproximadamente 2700 a.C., figurando em *Fouilles à Saqqarah*, Tomo II, de Jean Philippe Laver. (Acima) Xochicalco, México. Foto: Companhia Mexicana Aerofoto, S. A.

dos sacerdotes. A mesma espécie de ordem, com o mesmo núcleo institucional, predominou nos centros do Novo Mundo como o de Chichén-Itzá, ao lado do templo piramidal. No centro religioso de Xochicalco, entre os séculos IX e X d.C., encontramos (acima) os componentes clássicos da cidade histórica: um recinto sagrado, numa elevação a prumo, também fortificada, ligada ao núcleo religioso por um caminho pavimentado, ladeado por muros: provavelmente rodeado por um grupo de aldeias e propriedades feudais que, aqui como no Egito, não deixaram vestígios. Os componentes políticos, científicos e religiosos da cidade, sua herança civilizadora, foram transmitidos por esse núcleo cultural. Esse modelo geral predominou, com variações ligeiras, em todos os lugares e períodos. Aqui, a permanência, a continuidade e a acumulação tomam forma arquitetônica.

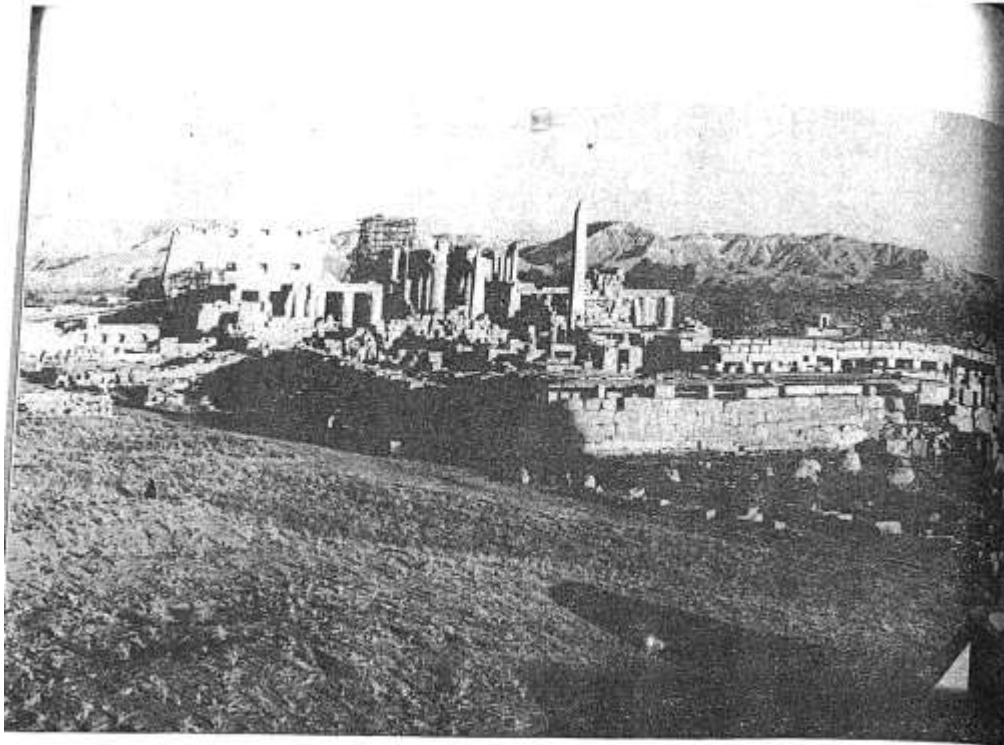


Identificação: Estátuas em Luxor.
Foto Ewing Galloway, Nova Iorque.

3: Escala Monumental

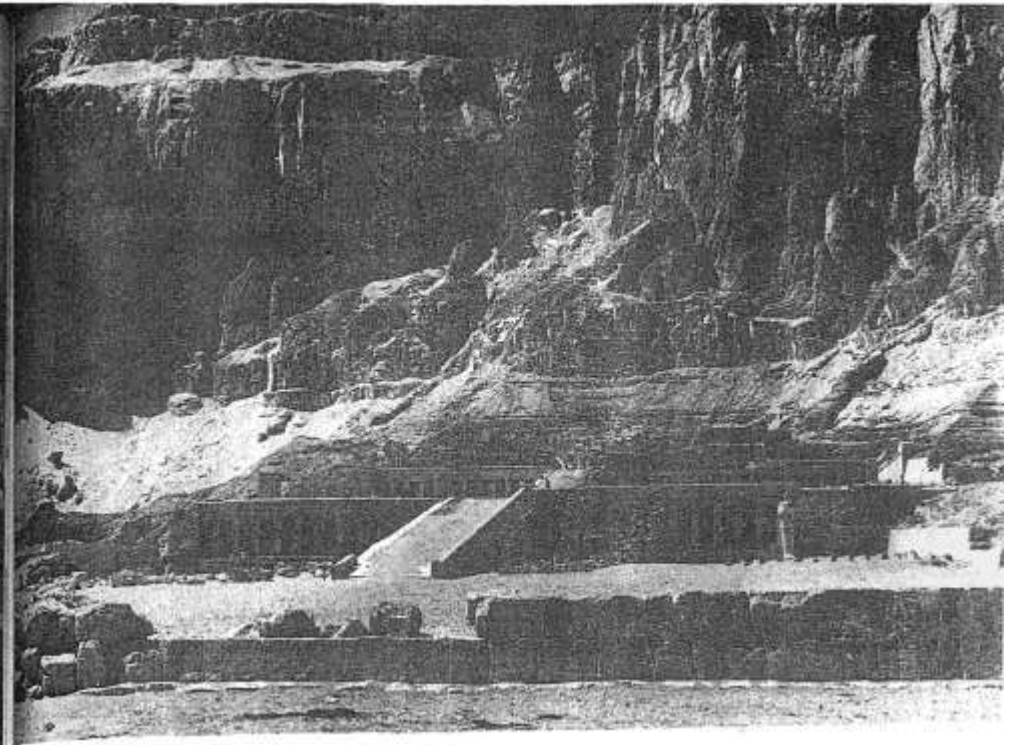
A partir do quarto milênio, a magnificação do poder e da personalidade andaram de mãos dadas, criando um horizonte mais amplo de esforço na técnica e uma nova escala de expressão na arte. O monumentalismo brota da mesma concentração de esforço social, econômico e religioso que criou a cidade, como recipiente de uma complexa civilização, diferenciada da doméstica cidade rural, seu protótipo mais simples, derivada principalmente das necessidades rurais. Provavelmente, imagens cósmicas de um poder divino engrandecido precederam a instituição do domínio absoluto: um deus, por exemplo, tinha o título de "Governante dos Quatro Bairros", antes que Naram-Sin, rei

acadiano, o adotasse. A magnificação de Amenófis III, no templo mortuário de Luxor — note-se a figura humana ao centro —, tem seu paralelo, em nosso tempo, nos cartazes, de natureza mais efêmera, que expandiam a imagem fotográfica de um Hitler ou de um Stalin: tentativas de sugerir proporções divinas, suficientes para ocultar a fragilidade, a falibilidade ou a mortalidade, meramente humanas. (Comparem-se esses inflados monumentos e inscrições com os das pedras tumulares gregas do século V, cortadas segundo uma medida humana.) Ramsés II desfigurou esses rostos e mandou escrever o seu próprio nome, abrindo um precedente para a revisão da História, ainda fielmente seguido pelos regimes totalitários do nosso tempo.



4: Cidades Orientadas para o Túmulo

"Cada faraó fixava residência perto do sítio escolhido para seu túmulo, onde, durante a maior parte de sua existência, prosseguia o trabalho na pirâmide e no templo, enquanto o governo funcionava na cidade próxima. Mas, depois de sua morte, o lugar era abandonado aos sacerdotes e funcionários, que mantinham seu culto e administravam sua propriedade mortuária, a menos que o novo rei decidisse continuar residindo ali, porque o deserto vizinho oferecia um sítio conveniente para seu próprio túmulo. Até o meio do segundo milênio a.C. (quando Tebas assumiu um caráter metropolitano), não houve capital verdadeiramente permanente no Egito." Assim diz Henri Frankfort. Essas cidades tumulares reais foram, pois, a mais antiga forma de "Residenzstad" permanente, como Versalhes e Karlsruhe; mas isso não significa que não tivessem oficinas próximas, e mercados ou instalações portuárias: só o numeroso clero bastava para garantir um grande corpo de consumidores, que exigiam bens e serviços ao alcance da mão. Os centros de culto religioso, como Mênfis e Abidos, os centros sepulcrais reais como Tebas, cidade de muitos túmulos, tiveram existência contínua. A parte mais secular da cidade provavelmente mostrava uma espécie semelhante de ordem espacial, manifestada em edifícios de dimensões mais modestas. O templo de mármore branco da rainha



(Ao lado) Templo e capela mortuária em Carnaque. (Acima) Templo da rainha Hatshepsut, em Der el-Bahri. Para descrição mais completa, ver J. H. Breasted, *History of Egypt*. Fotos de G. E. Kidder Smith.

Hatshepsut, em Tebas (1520-1480 a.C.), uma espécie de acrópole invertida, abaixo do penhasco, foi construído quando as pirâmides estavam desde muito fora de moda. Senmout, o arquiteto real, deu a este templo uma serenidade e uma austeridade quase helênica, tanto na forma quanto na colocação. Construído numa série de terraços em degraus, os prédios formam quadrângulos abertos, que assinalam uma fuga do espaço fechado e densamente ocupado dos templos ortodoxos: mutação primitiva, que aparentemente não foi copiada. Note-se o grande templo e capela mortuária de Tebas (ao lado): um recinto religioso, dedicado à principal tarefa da vida: preparação para a morte e garantia da imortalidade, por meio de todos os artifícios de mimetismo e magia. O obelisco, de cerca de 30 metros de altura, foi um dos dois cortados como pedras simples, em sete meses, transportados pelo rio e erigidos depois que o prédio circundante estava pronto. As funções e poderes da cidade egípcia se entrecruzavam não apenas no mercado, mas no túmulo e no templo.



Paleta de Narmer, reverso (esquerda) e anverso (direita). De Henri Frankfort, *Birth of Civilization in the Near East*. Cortesia da Indiana University Press.

5: Reis Construtores e Destruidores

A paleta de Narmer celebra o triunfo da Primeira Dinastia, unificando os "Dois Países", o Egito Superior e o Inferior embora, provavelmente, já existissem cidades rurais e já se houvesse estabelecido a Realeza – havia centenas, provavelmente milhares de anos –, noutras partes, senão no vale do Nilo. Em entalhes mais antigos, a paleta de Hunters e o cabo da faca de marfim de Djebel el-Arak mostram grupos de caçadores e guerreiros, sugere Henri Frankfort, envolvidos numa tarefa comum. Mas, na paleta de Narmer como na clava do "Escorpião", o rei substituiu o grupo cooperativo. Ele sozinho abre um

canal ou conquista uma cidade. No reverso da paleta de Narmer, aqui mostrado (esquerda), o rei brande uma clava e domina seu inimigo; no anverso, suas vítimas decapitadas, talvez reis de regiões conquistadas, atestam sua intrepidez. A minúscula figura retangular (esquerda, embaixo) parece representar uma cidadela ou uma cidade, pois é da mesma ordem das cidades da paleta do Cairo (primeiros tempos dinásticos), exibida ao lado da cópia da paleta de Narmer, no Museu Metropolitano de Arte. Se os reis não foram os únicos construtores de cidades, a parte inferior do anverso não deixa dúvida de que eram eles os destruidores oficiais de cidades. Aqui, o rei, sob a forma de um touro, espizinha uma cidade murada. Embora os egiptólogos

geralmente chamem fortes a tais estruturas muradas, atribuindo-lhes as funções das fortalezas especializadas militares do Médio Império, há boas razões para supor que eram cidades, sobretudo porque sua forma corresponde ao hieróglifo redondo original de cidade. O recinto circular era, provavelmente, uma forma neolítica primitiva (maternal), antecipando as divisões retangulares (de orientação masculina) dos campos de cultivo. A muralha, na paleta de Narmer, é do mesmo tipo que encontramos três ou quatro mil anos depois, no mural do Vão de Ícaro, em Pompéia. Isto é testemunho sucinto, quando não ultracondensado, das relações da realeza com a guerra e o controle urbano.

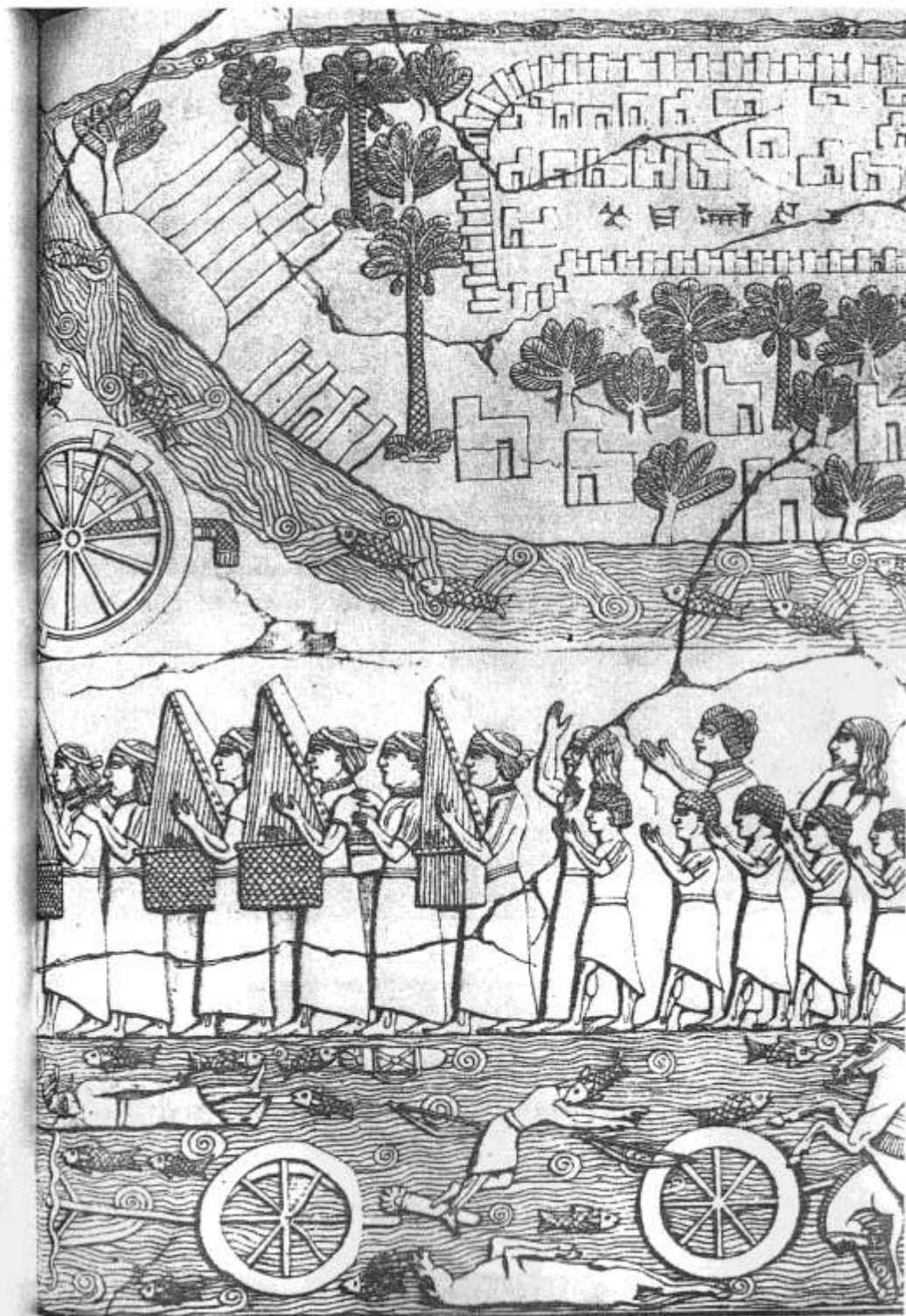
6: O Trauma da Civilização

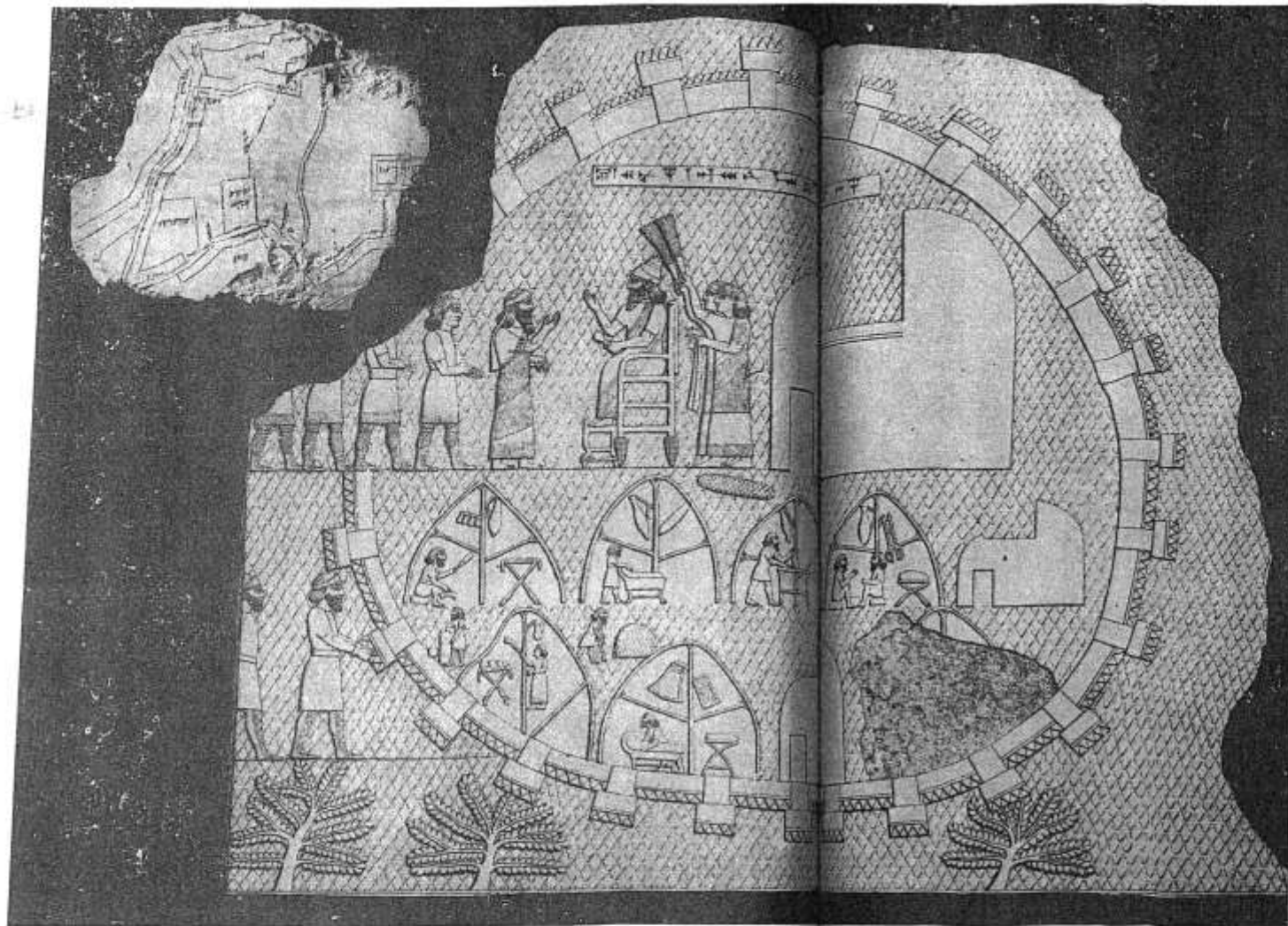
Com a ascensão da realeza, a violência organizada tornou-se a suprema arte das cidades, principalmente porque as numerosas frustrações e ansiedades interiores que surgiam numa comunidade complexa estimulavam agressões que poderiam ser voltadas contra o "Inimigo", isto é, o Forasteiro. Quando a cidade se torna visível na arte mesopotâmica, já se acha plenamente formada, tanto como "Kulturstadt" quanto como "Polizeistadt", dedicada principalmente ao controle interno e ao domínio externo. O relevo aqui apresentado, de uma série de monumentos assírios semelhantes, publicada pelo arqueólogo vitoriano Austen Henry Layard, revela o que veio depois da conquista urbana: o cortejo triunfal, os carros não tripulados, os cadáveres flutuando no rio: uma de uma longa série de lápides e colunas esculpidas, representando ataques a cidades e a morte dos seus habitantes. Mas o plano da cidade murada é instrutivo: considere-se o rio protetor e o canal, o traçado retangular, a pesada muralha, os diversos tipos de casas, a colocação regular e irregular de edifícios no interior; também os edifícios livres, aparentemente mais importantes, fora dos muros, rodeados por palmeiras e, sem dúvida, por jardins – talvez um bairro ou subúrbio de vilas de classe superior, como no Egito. A construção no monte elevado fora da muralha, próximo ao portão, foi interpretada como um armazém, se não o mercado, do porto.

7: Cidade e Local de Trabalho

Se a paleta de Narmer dá a primeira imagem da cidade, a pequena e notável tabuinha de Nipur (1500 a.C., aprox.) apresenta a primeira planta urbana cartográfica até agora descoberta. Aqui está Nipur, com seus canais e o próprio Eufrates, suas muralhas e portões, seu templo (a Casa da Montanha), e, nos arrabaldes, seu altivo santuário – tudo aparentemente desenhado em

De A. H. Layard, *The Monuments of Nineveh*.





(Recorte) Mapa de Nipur, da Coleção Hilprecht, na Universidade Friedrich Schiller, Jena. Interpretação por S. N. Kramer, em *History Begins at Sumer*, Apêndice A. (Ilustração principal) Senaqueribe dentro das muralhas de uma cidade conquistada, mostrando três casas e seis cabanas ou tendas. Layard, *The Monuments of Nineveh*, Plancha 77, Primeira série.

escala. O outro lado do trabalho urbano, as atividades de bandos arregimentados de trabalho forçado, cavando canais e fossos, e elevando os montes nos quais as cidades e templos eram construídos, podia ser fartamente ilustrado, com base em monumentos tanto mesopotâmicos quanto egípcios. Esses contornos dos principais componentes da cidade, segundo interpretação do dr. S. N. Kramer, omitem apenas um traço essencial, a cidadela: omissão a ser talvez explicada pela eminência de Nipur como centro de culto sagrado, ou possivelmente pela sua destruição. Teria sido a área que Kramer interpreta como "Parque Central", no princípio, uma cidadela a qual, pelo desuso, fora transformada num recreio público, muito parecido com a colina Palatina, em

Roma? A figura principal, com o rei sentado num trono, dentro dos muros de uma cidade conquistada, provém de Nínive. Notem-se as muralhas circulares e os torreões. A grande construção talvez seja o palácio, ao qual os cativos, com o braços amarrados, são conduzidos. O mais significativo ainda parece ser a representação de um bairro de trabalhadores, com seu equipamento e múltiplas ocupações. Embora Layard interpretasse essas oficinas como barracas, o método de sua construção pode indicar que eram cabanas, cobertas de juncos, tais como o viajante ainda as encontra em Basra. Barraca ou cabana, acampamento ou cidade, o espaço dedicado aos ofícios, num tal monumento, indicariam a sua importância na economia urbana.



(Página oposta, esquerda) Teatro de Dionísio, com restos do templo de Apolo ao pé. (Página oposta, direita) Descida para o nível inferior, com o "Tesouro" ateniense. (Abaixo) Nível interior, tholos, mostrado não tanto pelas ruínas quanto pela visão do cenário exaltador em que Delfos era levantada. Cortesia do Museu de Delfos.

8: Montanha Sagrada: Delfos

Delfos não foi apenas o umbigo do mundo helênico, mas o núcleo cívico ativador que deu medida e ordem a suas cidades. Entronizada numa montanha sagrada, o Parnaso, Delfos não é uma reprodução em miniatura, feita pelo homem. O culto primitivo da terra, com suas serpentes, seus densos vapores e sua pitonisa oracular, desapareceram; mas os terremotos que mais de uma vez destruíram os templos ainda constituem uma possibilidade. Essas sombrias forças da terra e do inconsciente humano apenas acentuam a santidade e paz que impregnam a paisagem, onde os bosques de oliveiras de Anfissa se espalham como um verde lago a descer para o mar. As três partes da antiga comunidade erguem-se em três estreitas prateleiras. No meio, o templo de Apolo e o teatro de Dionísio, seu divino companheiro: um recinto sagrado, rodeado por uma parede retangular. Mais para cima, o estreito estádio, cortado na encosta, onde eram realizados os Jogos Pítios e onde os rapazes da aldeia ainda jogam bola. Abaixo, a fonte Castália, nas pedras, e o caminho sagrado que passa pelos pequenos edifícios do "Tesouro", levando ao ginásio e terminando no tholos circular. Era aí que ficava o núcleo cultural da cidade grega. Sem meios para sustentar uma população permanente, Delfos permaneceu como centro cerimonial, objeto de peregrinação, um lugar à parte, que, tal como Olímpia, jamais se tornou uma cidade plenamente desenvolvida.



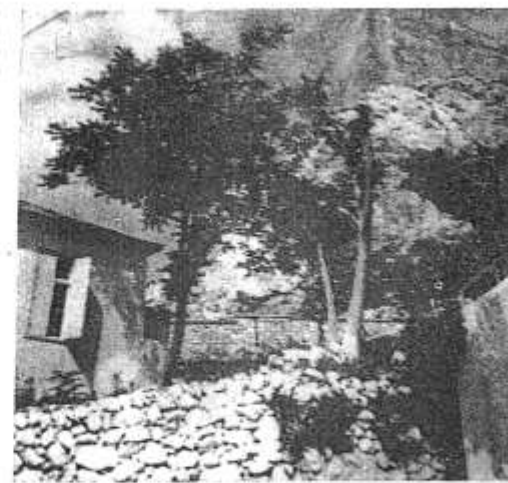
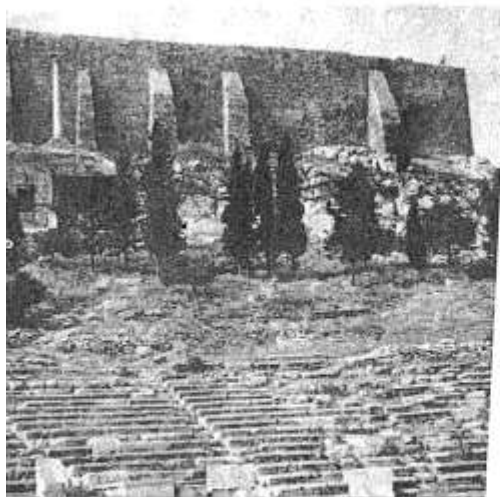


9: Poder e Forma Ateniense

Com sua Acrópole dominando toda a planície, e, contudo, a segura distância do mar, Atenas é a cidade grega arquetípica. A própria Acrópole é uma pedra de fortaleza, uma verdadeira cidadela, mas também um têmenos, um recinto sagrado destinado aos deuses, com suas antigas covas supulcrais e cavernas do lado da colina, e muitos santuários sagrados e monumentos, agora obliterados, cuja existência explica, em parte, a colocação irregular das edificações. Os cortejos religiosos, subindo sinuosamente aquelas elevações, tinham a experiência da terra e do céu, do mar distante e da cidade próxima, como acompanhamento do seu ritual cívico. Seus deuses, mesmo que tão caprichosos e impenetráveis como seus predecessores mesopotâmicos, eram mais amistosos: suas posturas facilmente descansadas, na frisa panatenaica, revelam tudo isso. A beleza do Partenon e, mais especialmente, daquela delicada frisa, obscureceu a qualidade arquitetônica da Acrópole como um todo. O efeito estético das estruturas mais elevadas é engrandecido pela rudeza da sua base rochosa, de pedra azulada e rosa-ferrugem, e pelas mura-

(Página oposta) A Acrópole, com o Propileu (à esquerda), o Partenon (centro) e o monte Licabeto (direita) à distância. (Acima) Entrada do Propileu. Fotos: Ewing Galloway.

lhas simples da fortificação. O todo é uma erupção que brota de profundezas que, finalmente, se resfriaram em alguns imensos e perfeitos cristais, densamente coloridos. A íngreme subida para o Propileu (acima) acentua a monumentalidade das construções, produzindo a necessária deliberação e humildade por parte do fiel que empreende a subida: uma nota bem copiada no Monumento a Lincoln, em Washington. Mas a escala humana foi preservada nas fontes, estelas e lápides, tão delicadamente incisivas no seu talhe como nas suas inscrições.



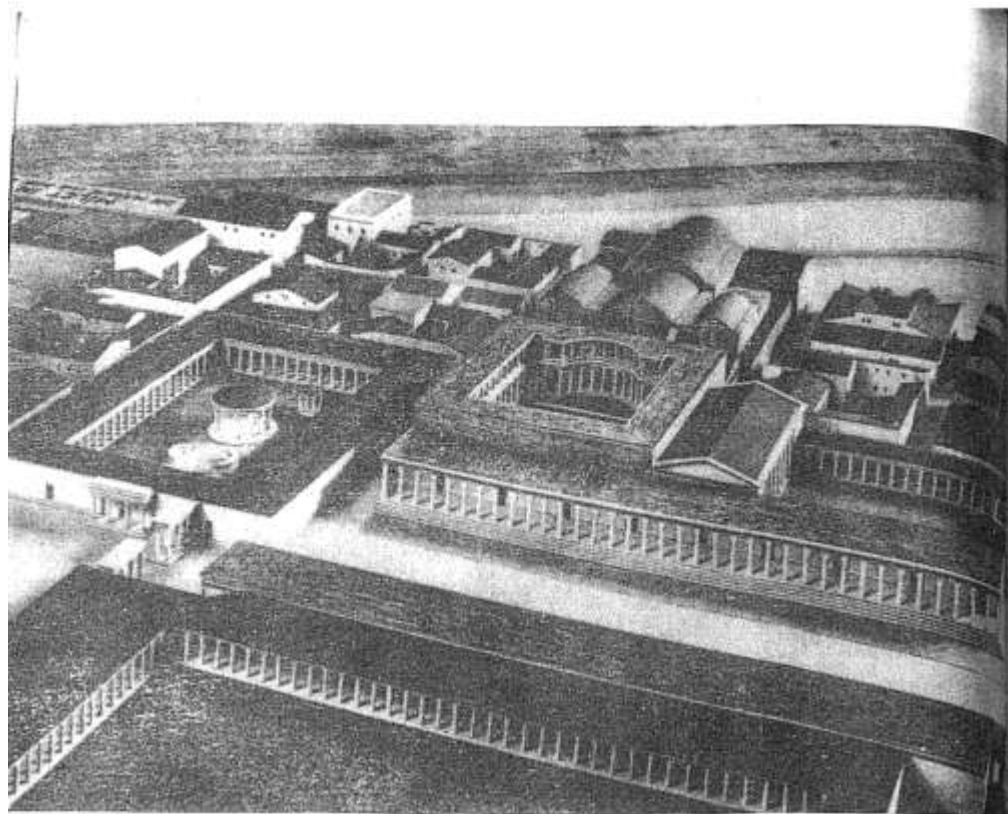
10: Modos Antigos, Tempos Modernos

Embora não nos cause espanto ver os assentos de pedra do teatro de Dionísio, na encosta sul da Acrópole (acima, esquerda), sentimo-nos como que mais perto da cidade do século V, quando nos inclinamos sobre o parapeto oriental da Acrópole (acima, direita), e descobrimos um emaranhado de casas de um pavimento, tal como poderia ter existido ali no tempo de Sólon, ou mesmo de Péricles. A vista do lado sudoeste (página oposta, acima, direita), mostrando a Acrópole em seu papel de poderosa cidadela, igualmente nos leva de volta no tempo – mais ainda que o Monumento Corágico, que iremos encontrar, deslocado de sua posição original, na Acrópole, num pequeno parque vizinho, mais abaixo, no rumo leste. Quanto ao pavilhão aberto (página oposta, acima, esquerda), com seu jardim e sua igreja de pedra, próxima, no caminho que leva ao Pnix, tem um toque do século VI a.C., simples e “primitivo”, mas finamente proporcionado, revelando um espírito contemporâneo profundamente enraizado na cultura antiga, mas livre de qualquer tentação de imitar o inimitável. Esse grupo se mistura com o sagrado e o secular, como no antigo Ágora. A caverna (página oposta, abaixo, esquerda) recorda um protótipo mais antigo da capela; ao passo que a oficina aberta (página oposta, abaixo, direita), não longe do Ágora original, no lado noroeste da Acrópole, é a equivalente moderna daquela que encontramos nos vasos gregos, embora os novos metalúrgicos possam estar dando forma a um vaso de alumínio. Esses trechos de vida contemporânea revelam a continuidade do recipiente urbano, mais do que a laboriosa reconstrução do Stoa de Atalos, no Ágora; embora aquela contribuição norte-americana sirva admiravelmente como museu, cheio de objetos que aproximam de nós a vida cotidiana, desde uma grelha de argila para salsichas até um urinol de cerâmica, com buracos



para as pernas das crianças, e uma representação ática de uma mãe, a encostar ansiosamente a criança sentada. No princípio do século XIX, toda essa área estava despovoada; mas as funções originais muitas vezes foram retomadas perto do mesmo local, dando a Atenas quase tanta continuidade quanto Erbil ou Damasco.

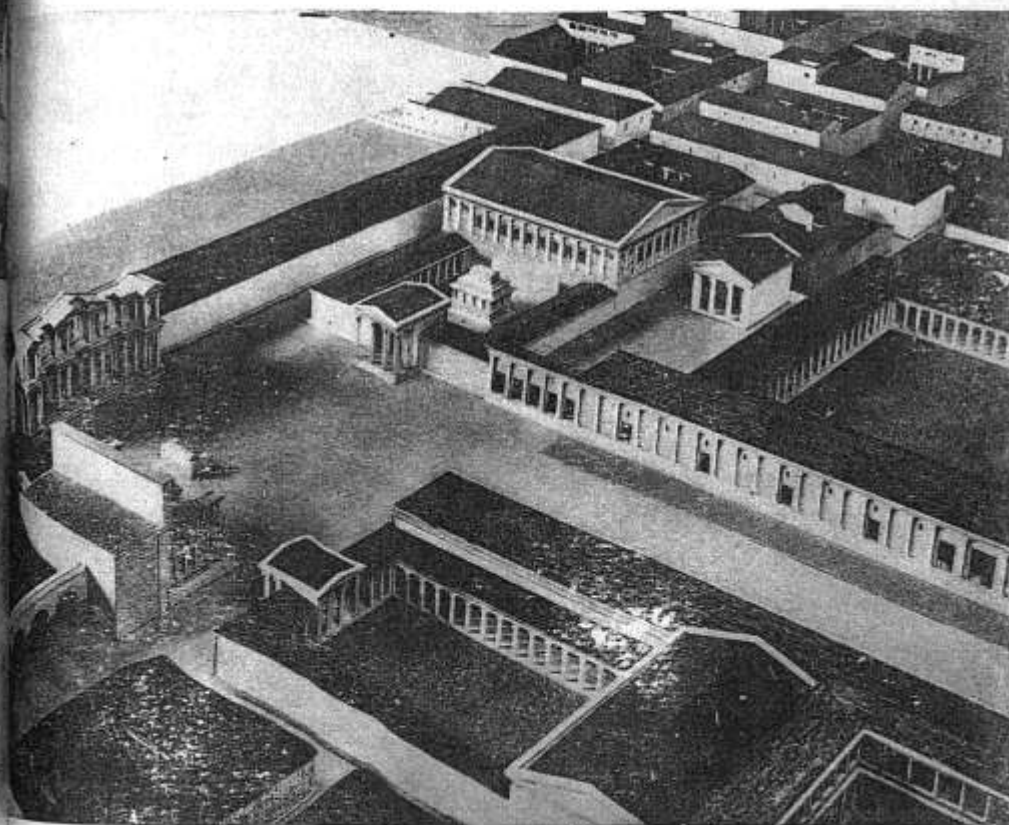
(Acima, direita) As construções e a notável paisagem desta área são de Demétriu Pikionis. Aqui e no seu plano de uma pequena área de recreação em Píloitei, fixa ele um novo padrão de beleza para praças de esportes, só rivalizado pelo trabalho de Harry Sims Bent, em Honolulu.



(Ao lado) Delphinion e ginásio. (Abaixo) Praça diante do Bouleutèrion. (Paço Municipal.) De Roland Martin, *L'Urbanisme dans la Grèce Antique*. Cortesia de Editions A. & J. Picard & Cie.

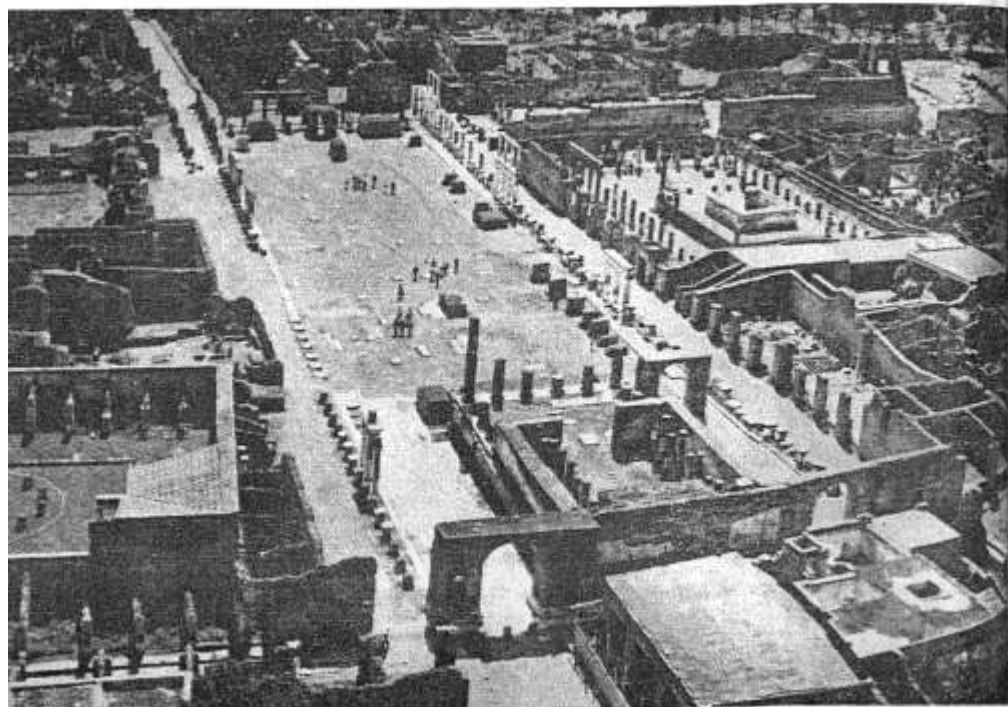
11: Ordem Milésia

Desta vez, tem-se de recorrer a um modelo para ilustrar os restos por demais estragados da cidade grega. Felizmente, esse tipo de plano pouco perde em tal modo de apresentação, embora pudesse ganhar pela presença de figuras humanas. Aqui se vê a larga avenida, a rua com colonatas, o quadrângulo fechado, o local aberto para encontros e os edifícios que lhes pertenciam: o templo (Delphinion) e o ginásio. É esse o protótipo vivo da pálida e ordeira Grécia, outrora amada pela imaginação acadêmica. Os edifícios públicos da cidade não eram mais considerados como entidades independentes, presos a sítios históricos ou sagrados; tinham passado a fazer parte de grupos arquitetônicos unificados, formando todos estéticos cuja abordagem era controlada por ruas igualmente regulares; num sentido, a moldura sobressaía ao quadro. Tal ordem, aberta e inteligível quase à primeira vista, era, sem dúvida, útil para o visitante e para o negociante, que representava uma parte não pequena da população diária de metrópoles movimentadas, como Mileto.



12: Núcleo Clássico: Pompéia

Graças a seus dois grandes infortúnios, o segundo deles – o completo sepultamento sob cinzas vulcânicas, em 79 d.C. –, fatal, Pompéia tem a distinção de ser a única cidade do mundo antigo preservada intacta, com todas as suas casas, ruas, edificações, intocadas pelo tempo, exceto onde a curiosidade descuidada de investigadores do século XVIII as descobriu imprudentemente e retirou fragmentos que poderiam ter sido melhor conservados no local. Cerca de um terço da área, que totaliza 65 hectares, ainda está por ser escavado. Pompéia, por ser uma noz relativamente fácil de quebrar, tem sido minimizada como uma cidadezinha comum e “desinteressante”, o que vem a ser esnobismo arqueológico: na verdade, Pompéia continua sendo testemunha viva do encanto e da glória da vida citadina greco-romana no século I d.C., ainda melhor por causa da sua variada origem (oscos, samnitas, gregos) e da sua vida multifacetada. Qual cidade moderna, de vinte a trinta mil habitantes, pode ostentar um grupo de edifícios públicos tão bem ordenados, à volta de um elegante fórum? Qual apresenta tantos e tão belos exemplos de banho, teatro, odeão, arena, ginásio, ou, em geral, um investimento tão rico na vida comum? Óstia, o porto marítimo de Roma, agora, afinal, revela muitas das mesmas vantagens: assim, é preciso encarar as admiráveis características de Pompéia como perfeitamente típicas das municipalidades menores, embora os “Apartamentos-Jardins” de Óstia, como os bairros dos trabalhadores de



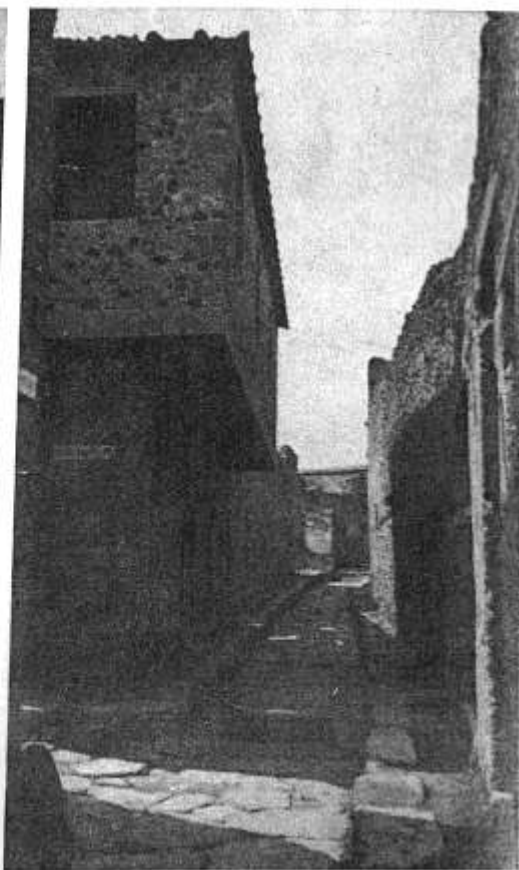
Vistas do Fórum, do alto, mostrando o templo de Júpiter na extremidade próxima. De Amedeo Maiuri, *Pompeii*. Cortesia do Istituto Geografico de Agostini, Novara.

Herculano, mais apinhados, mostram que a fartura de espaço, em Pompéia, talvez fosse devida ao seu nível geral de prosperidade, como centro regional. Como nas outras cidades latinas, o núcleo central era o Fórum, cujas dimensões, em Pompéia, eram de 142 por 38 metros. Fechado ao tráfego sobre rodas, como mostram os obstáculos na passagem, com a entrada por meio de arcadas, o Fórum constituía uma alameda de pedestres, ao redor da qual os tribunais e o mercado público eram concentrados. Dentro dessa área havia o máximo de provisão para encontros cívicos e associação. Da avenida dos Túmulos, que marca uma abordagem, à torre de Mercúrio, construída sobre a muralha, das vilas suburbanas, nos limites exteriores – como a Casa dos Mistérios, por exemplo –, aos vários edifícios e espaços abertos interiores, tem-se uma clara impressão do desenho da cidade romana, na sua melhor e mais completa forma.

13: Vida Cotidiana em Pompéia

As ruínas de Pompéia conservam muitas das intimidades da sua vida de trabalho cotidiano: não menos os letreiros, os anúncios e os rabiscos de adolescentes, nas suas paredes lisas e convidativas (abaixo, esquerda), particularmente na rua comercial conhecida como rua da Abundância. Aqui, encontramos anúncios eleitorais de candidatos a cargos públicos, mensagens entre enamorados, trechos de mexericos locais, citações de Virgílio e Propércio: ao todo, cerca de 1500 itens; e estes são suplementados pelos letreiros das lojas, que retratam o verdadeiro trabalho dos artífices. Common People of Pompeii, de Helen Tanzer, busca suas provas principalmente nesses dados gráficos. Pela primeira vez, tem-se o quadro completo das ocupações cotidianas e dos locais onde eram levadas a cabo – às vezes, em velhas residências adaptadas, quando a população crescia, transformando-se em tecelagem, padaria, com uma fila de moinhos para moer na hora o alimento de farinha pura (abaixo, esquerda), ou numa quitanda, com o proprietário residindo nos fundos ou no pavimento superior. Note-se uma das estreitas ruas (página oposta, esquerda)

destinada aos carregadores humanos e animais, com suas calçadas elevadas, suas pedras de passagem para pedestres, sua fonte, seu pesado calçamento de pedras – que, nas vias rmais largas, destinadas a carroças, era aberto em regos, para os veículos ou por eles. Embora Pompéia mostre muitas casa urbanas clássicas, cada qual com seu espaçoso pátio interior (o átrio), suas fontes, estátuas e pinturas murais, não é menos interessante entre as casas o modesto bordel (abaixo, direita) com o segundo pavimento saliente, muitas vezes representado, com um cochicho de zombaria, como cheio de figuras obscenas, "Exclusivamente para Homens". Na verdade, as únicas decorações dos pequenos cubículos, com seus leitos de pedras, são pequenas placas sobre os portais, ilustrando castamente as posições clássicas para o ato sexual: algo supérfluo, mas encantador. Como todas as pinturas murais de Pompéia, em geral, essas placas dão testemunho de certa delicadeza e refinamento do gosto, que caracterizam o período e a província.



(Acima, direita) Foto: Ewing Galloway.



14: Pompéia e Pavia

Pompéia já existia no século VII – aliás, algumas abóbadas sepulcrais recentemente desenterradas, na encosta, mostram uma colonização muito mais antiga –, quando os gregos começaram a colonizar o sul da Itália. Em dado ponto do crescimento de Pompéia, seu traçado mais ordenado, em blocos retangulares, deve ter sido ordenado, possivelmente após a vitória romana sobre os samnitas. Desvios no plano de ruas, em largura, em direção ou nas duas, como na via dell'Abondanza, sugerem um lento crescimento orgânico. Os quarteirões retangulares têm de 94 a 116 metros de comprimento, por 33 de largura, e os quarteirões quadrados, 60 metros de lado. Note-se que os locais e edifícios públicos (o fórum e o teatro) são corretamente situados num lado das artérias. Quando os romanos começaram a construir cidades coloniais, estenderam sua ordem retangular ao campo circundante, introduzindo o sistema de "centurição", semelhante ao sistema americano de seções e quartos de seções, no século XIX. A unidade básica era o heredium, 5,06 hectares; e cem heredia valiam uma centúria. Isso produziu um típico traçado geométrico da paisagem, ainda visível hoje, de avião. As verdadeiras

cidades coloniais, que eram planejadas como unidades completas, apresentam uma ordem mais rigorosa, como mostram as ruínas de Timgad. Substancialmente, todos os elementos do plano romano, com pequenos quarteirões retangulares, ainda são visíveis em Pavia: note-se o cruzamento característico de cardo e decumannus. A ponte principal sobre o Ticino, aqui mostrada, fica no sítio da ponte romana original, conduzindo à artéria principal; e a população presente da cidade, cerca de 50000 habitantes, toca o limite superior das antigas cidades de colonização. O fato de que essa ainda é, essencialmente, a mesma cidade mostrada numa gravura de 1599 – exceto quanto à construção parcial junto da grande piazza, no sítio do velho Fórum –, possibilitou a Pavia, como a tantas outras pequenas cidades européias, conservar a estação e os pátios ferroviários a distância de sua área construída. O maravilhoso vigor e continuidade dessa pequena cidade contrasta favoravelmente com Roma, supercrescida e desintegrada. Pavia constitui um sinal de vitória do princípio de dispersão planificada em pequenos centros urbanos, preconizado por Howard.

(Ao lado) Pompéia, vista aérea, nos anos de 1930. Foto por cortesia do Ministério do Ar Italiano. (Abaixo) Pavia. Direitos reservados à Coroa Britânica.



15: Templo e Supermercado

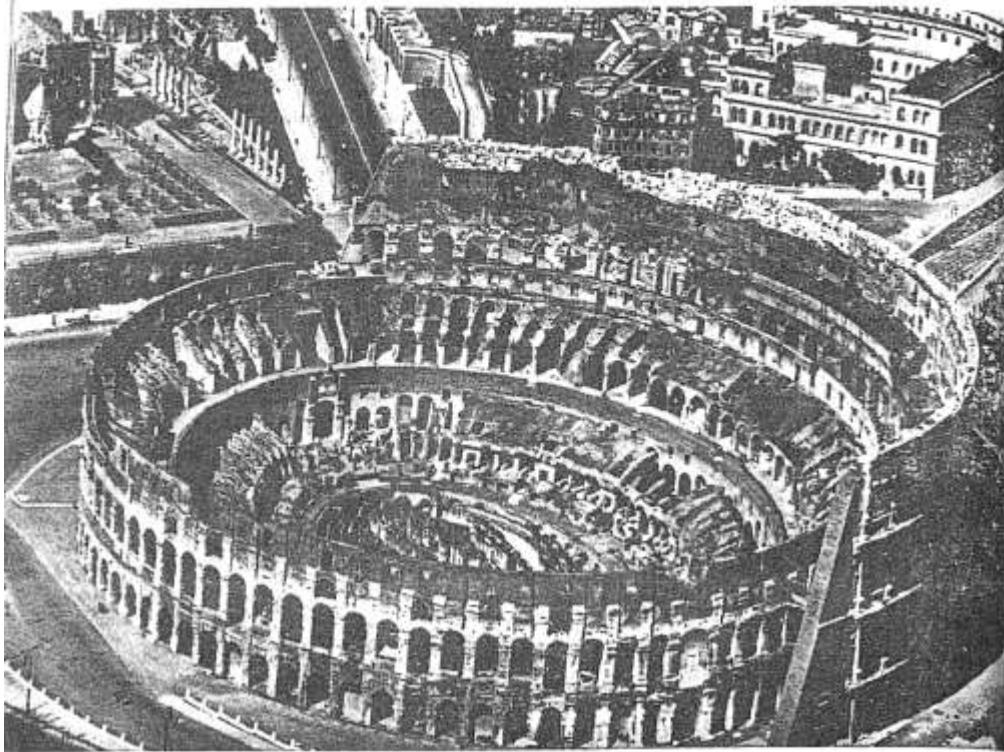
O Panteon (abaixo), o mais belo monumento individual que Roma deixou, simboliza o poder e a aspiração de Roma nos seus melhores momentos. O interior, com sua cúpula aberta para o céu, traz uma profundidade de sentimento religioso que transforma a Basílica de São Pedro num monumento de vulgaridade espetacular, não redimido pela Capela Sistina. No Panteon, os deuses dos países e cidades que Roma conquistava eram postos à vista: em seu tempo, uma espécie de museu vivo de religiões comparadas, algumas das quais, como o culto de Ísis e Serápis, ou a religião mitraica da salvação, se revelaram mais atraentes que os deuses de Roma, antes que o cristianismo as varresse para longe. O mercado de Trajano (página oposta, esquerda), com sua concentração de lojas em três níveis, revaliza com qualquer supermercado americano de hoje, embora o traçado das lojas no terraço superior (página oposta, direita) pudesse indicar uma propriedade individual mais diversificada. Como os fregueses romanos, aparentemente, tão pouco se preocupavam com as escadas como os italianos ainda hoje, o mercado de Trajano é um milagre de planejamento compacto. Tanto o Panteon quanto o mercado cobrem a



lacuna entre a Roma antiga e a medieval, o primeiro transformando-se numa igreja cristã, como ainda é, e o segundo sendo ocupado para residência, como o demonstram as casas acima do mercado. Esse "ajeitamento", usando as antigas estruturas, quase sem alteração, para novas necessidades e finalidades, abrandou a pobreza e a sordidez do período de transição entre os séculos V e X, ou, no caso de Roma, o XV. Entrementes, a Roma da República e a Roma dos Césares deixavam para trás fantasmas que não só vagavam pelas ruínas, mas agitavam suas correntes em muitas cidades distantes, onde o poder romano outrora se fizera sentir. Onde quer que o poder e a ordem centralizada se combinaram, no Ocidente, alguma imagem do estilo imperial os acompanhou, mesmo em regiões tão distantes como Nova Delhi.

(Página oposta) O Panteon. Foto de G. E. Kidder Smith. (Abaixo) Mercado de Trajano, do outro lado do Forum Romanum, visto de baixo e do alto. A forma das lojas abertas, ainda visíveis na via Biberatica, chegou até a Idade Média.





16: Recipientes de Multidões

Colocando-se lado a lado uma vista do Coliseu romano (acima) e outra da área do teatro e anfiteatro de Arles (ao lado), tem-se com os olhos semifechados, uma imagem sintética equivalente ao que uma águia poderia ter divisado, sobre a Roma do século III. Os anfiteatros eram suficientemente grandes e suficientemente numerosos para conter, juntamente com as arenas, teatros e banhos, a maior parte da população da cidade: mais do que se pode dizer, mesmo do mais extravagante conjunto de tais edifícios, hoje em dia. Aqueles que ocupavam as filas superiores do circo eram obrigados não só a uma escada de tirar o fôlego, mas a um vertiginoso senso de distância, quando chegavam ao alto. Roma, depois de Júlio César, não era atravancada por veículos de rodas, durante o dia, mas as áreas residenciais dentro da Muralha Aureliana achavam-se a distâncias que se podiam cobrir a pé. A reunião e dispersão das multidões de freqüentadores, embora, sem dúvida, lentas, não eram tão tediosas quanto a saída de tais estruturas, hoje em dia, passando pelo parque de estacionamento e pela via motorizada, supostamente rápida, cuja velocidade

decrece em razão direta da densidade do uso da terra e da carga imediata. O reaparecimento desses anfiteatros e estádios na cidade moderna significa não apenas a revivescência do atletismo, mas também de formas mais brutais de esporte, como compensação parcial para a existência emasculada e ultra-regimentada da economia metropolitana.

Emergência da pólis

1. Fortalezas de Minos

Quando passamos dos vales dos rios, onde as cidades inicialmente se multiplicaram, para as ilhas rochosas do mar Egeu e para as massas montanhosas e largas planícies da península balcânica, a princípio achamos a mudança do meio mais notável que qualquer mudança das instituições urbanas essenciais. Contudo, tanto as condições geográficas quanto as finalidades humanas acarretaram numerosas modificações na forma exterior da cidade. Aqui, como em toda parte, o solo, o clima, a formação geológica, a vegetação, a matriz regional total deixaram suas marcas até mesmo na saúde dos habitantes, bem como nas suas atividades econômicas e na sua visão geral da vida.

Se as antigas cidades da Mesopotâmia eram centros mobilizadores para o controle do rio e para enfrentar os danos causados por tempestades, nada havia nas cidades egéias a promover aquela espécie de cooperação e unificação em larga escala: o próprio terreno não admitia muita remodelação humana. Até onde uma pedreira poderia deixar uma impressão na ilha de Faros, quando a montanha inteira era uma massa de mármore? Se, porém, afora as diferenças entre norte e sul, prevaleciam condições razoavelmente uniformes entre as Cidades da Planície, justamente o contrário acontecia naquelas comunidades egéias. Dentro de um estreito espaço de talvez trinta quilômetros, desde o mar até o alto da montanha, a natureza proporcionava uma ampla variedade de climas e tipos de vegetação. Se eram abundantes as colheitas de cereais nos solos férteis dos vales inferiores, as árvores frutíferas e produtoras de bagas, especialmente a oliveira e o castanheiro, parcialmente libertavam os atarefados ocupantes da escravidão do solo improdutivo. Até mesmo os camponeses do Egeu podiam conhecer o lazer e gozar seus frutos.

Em Creta e na Grécia, passamos de uma cultura de cevada e cerveja para uma cultura de vinho e oliveiras: de gordos rebanhos que mantêm a fertilidade de um solo já rico, para peludas cabras a devorar vorazmente os brotos das encostas e, com o tempo, a abrir para a erosão o parco solo que eles recobrem. Ao mesmo tempo, as profundas fendas da montanha, com seus rios temporá-

rios, obrigavam ao isolamento comunal. Se o Nilo e o Eufrates eram úteis estradas para o homem de antigamente, o mar era quase tanto um obstáculo para aquelas comunidades egéias quanto os próprios passos da montanha: mesmo depois da invenção dos barcos e navios, a navegação era uma ocupação de tempo bom, abandonada no inverno, pois os marinheiros abriam caminho através do mar pontilhado de ilhas, de ponta de terra a ponta de terra, nunca se distanciando de um desembarcadouro. Em vez de flutuar com a corrente do rio para o seu único destino possível, o mar exigia esforços ousados e vigilante escolha.

As montanhas submersas que formavam aqueles pináculos de ilhas e o contínuo sistema montanhoso da pensínsula balcânica eram de topografia formidavelmente áspera. Embora suas massas de calcário fornecessem um admirável material de construção, uma pedra que não era nem demasiado dura para ser trabalhada facilmente, nem por demais macia para perdurar, a superfície da terra não podia ser conformada e definida, como o podia o aluvião do Nilo e do Eufrates, por meio de diques e canais: quando muito, com esforços exaustivos, as íngremes colinas podiam ser abertas em terraços para o cultivo. Ninguém se atrevia a pensar em qualquer configuração maior, até a época de Alexandre, quando seu arquiteto, Dinócrates, propôs entalhar sua imagem numa escultura super-heróica no monte Atos. As linhas do Egeu não apresentam somente tantos pontos de apoio isolados, mas, igualmente, cada vale, nas ilhas maiores e no continente, era uma espécie de pináculo invertido, tão insular como qualquer ilha natural e ainda mais inabordável. Poucas das condições que tinham favorecido o crescimento da cidade aborígene achavam-se presentes: nem mesmo adequados sítios para construção. Arranjava-se um sítio urbano sobre um trecho de rocha quase nua, como em Delfos. Mesmo nas planícies, o cultivador entregava terras aráveis à edificação urbana com justificável relutância.

O desenvolvimento da cidade naquela parte do mundo começou em Creta. As férteis terras baixas de Creta suportaram a agricultura neolítica; e, nas encostas, o castanheiro, a figueira, a oliveira e a videira compunham uma dieta com cereais das terras baixas e peixes de água salgada. Aqueles antigos aldeões, segundo Childe, formavam comunidades distintas, não sujeitas a qualquer sistema comum de controle, "ainda não fundidos para constituir um povo único, com uma cultura homogênea. Mas parecem ter vivido juntos, pacificamente, já que não se encontraram fortificações, e como membros de um único sistema econômico, em vista da uniformidade de tipos de instrumentos de metal, vasos de pedra, etc.". As ruínas dessas aldeias neolíticas, constituindo um *tell* de mais de cinco metros e meio de altura — evidência de prolongada ocupação —, foram encontradas abaixo do mais antigo nível minóico, em Cnossos, na Creta central.

Mais uma vez, em Cnossos, podemos identificar o núcleo da cidade

antiga, a cidadela, com o próprio templo aparentemente incorporado no palácio. Que era, na verdade, essa ilha montanhosa, tendo o mar como fosso, senão uma vasta cidadela? A imunidade de Creta à invasão sob condições primitivas dava-lhe a mesma espécie de pacífico isolamento que o Egito tivera outrora e que a Islândia e Inglaterra iriam ter mais tarde. Assim, Creta gozava de certa liberdade em relação ao medo, certa ausência de tensões perturbadoras, que permitiram que a vida florescesse durante as fases anteriores da cultura minóica. A ilha de Creta, inteira, agora entregue aos pastores e camponeses, era outrora pontilhada de aldeias, cidades, celeiros e cemitérios monumentais. Com base apenas neste fato, poder-se-ia deduzir, sem maiores provas, que os senhores da cidadela, os Reis do Mar, na Idade Média Minóica, comandavam grandes frotas, tanto armadas quanto mercantes, capazes de manter à distância os piratas e de levar alimentos e matérias-primas, bem como produtos acabados, àquelas pequenas e bem protegidas cidades: fortalezas dentro de uma fortaleza. As muralhas de pedra e os condutos cobertos de telha de Cnossos falam-nos de uma concentração de mão-de-obra e perícia de engenharia comparável àquela que construiu a Suméria; e os ambientes interiores do palácio corroboram essa narração.

Embora as ruínas cretenses como as de Gúrnia dêem, a respeito da natureza da cidade, pouca informação ainda não revelada na Mesopotâmia, existe um espantoso fragmento — uma série de placas de faiança encontradas no palácio de Minos —, que prova mais coisas a respeito do caráter e aparência da cidade minóica do que se poderia descobrir juntando os restos do palácio que até agora foram desenterrados.

Essas placas foram encontradas por Sir Arthur Evans; e não se pode descrevê-las melhor do que nas suas próprias palavras. "As características centrais — assinala Evans — consistiam das torres e casas de uma cidade fortificada. Havia, porém, abundantes restos de intromissões de outra classe, árvores e água, cabras e bois, guerreiros em marcha, lanceiros e arqueiros, armas e equipamentos, aparentemente a proa de um navio e curiosas figuras negróides. (. . .) O aspecto dessas fachadas de casas, com seus sótãos, sobre dois e três andares, e suas janelas de quatro e até mesmo seis folhas, talvez seja o mais espantoso. Que janelas de quatro e até mesmo seis folhas, contendo algum substituto do vidro plano, já tivessem existido naquela época, é outra prova da extraordinária antecipação do moderno uso civilizado nos grandes dias da história minóica — uma antecipação não menos assinalada nos seus apetrechos hidráulicos e sanitários." Evans datou essas placas de um período "provavelmente não posterior à última metade do século XVIII" [a.C.].

Boa parte do mistério dessa descoberta foi resolvida durante o último meio século depois que ela foi feita. Quando os arqueólogos venceram sua preocupação natural, embora profissionalmente míope, com o achado imediato, começaram a ver particularidades desta ou daquela cultura no contexto

mais largo das rotas de transporte, invasões, migrações, conquistas, intercâmbios, que se revelam muito mais antigos e muito mais amplos do que acreditavam os estudiosos do século XIX. As "curiosas figuras negróides" não parecem tão estranhas: se eram por demais negróides para pertencerem ao povo de cabeças negras da Suméria ou a seus descendentes, podem ter pertencido a numéricos da África. As adiantadas plantas das casas de residência ou as técnicas sanitárias igualmente cheias de recursos encontradas nos palácios recordam nitidamente a Suméria. As fachadas sofisticadas das casas sugerem que, tal como os palácios, podem elas ter tido ambientes interiores igualmente complicados, e talvez tenham sido servidas de condutos e drenos internos, talvez mesmo de latrinas, semelhantes àquelas das quais se encontram vestígios nas cidades do Indo, como Harapa e Mohenjo-Daro, segundo Wheeler, antes de 1500 a.C.

Todavia, a grande novidade de Creta é a janela, pois aqui, Cnossos deixa para trás as sombrias residências sem janelas da Suméria, iluminadas apenas por um estreito pátio ou um clerestório, quando muito. Isto é ainda mais significativo — e ainda mais misterioso, do ponto de vista da história tecnológica —, já que devem ter sido cobertas de um material transparente, ainda desconhecido, que se podia produzir em quantidade relativamente grande. O palácio de Festo, ademais, tinha um esgoto e condutos de terracota para água potável; e esses condutos implicam a existência de uma fonte de montanha, talvez aquedutos de pedra, e também reservatórios.

Ainda ontem, por assim dizer, Lewis Farnell fez uma arriscada investigação nas regiões de Babilônia, Anatólia e Grécia, para testar, à luz das provas disponíveis em 1911, a sugestão de Morris Jastrow e outros estudiosos da Mesopotâmia, segundo os quais a antiga religião grega era derivada da babilônica, assim como, mais tarde, a astrologia grega. Farnell, afinal, pôs de lado as semelhanças entre as duas; mas o próprio fato de ter aberto a questão vai a seu crédito. Hoje, a ênfase de Heródoto sobre a dívida da Grécia para com o Egito não parece tão absurda, aliás tão ofensiva, como costumava ser para os estudiosos gregos do século XIX, que por engano consideravam a cultura grega como um fenômeno único, ou antes, um fenômeno que de nada se derivava. Se estudiosos posteriores, como F. M. Cornford, seguindo o caminho aberto por Farnell, transferiram a parte religiosa da dívida do Egito para a Babilônia, combinando deus com deus, mito com mito, nas duas teologias, isso apenas nos leva a procurar semelhanças maiores entre as culturas mesopotâmica e egípcia, embora uma nasça do rio, como um hipopótamo, e a outra, como Afrodite, do mar.

As provas trazidas de Creta são ricas, embora fragmentárias, e, por isso, tantalizantes: especialmente no que diz respeito à cidade. Se os cretenses fossem aos topos das montanhas adorar seus deuses, um dos principais componentes da cidade jamais teria descido ao centro. Afóra os retratos da cidade

cretense, que obviamente, vêm coroar um prolongado desenvolvimento técnico e urbano, uns mil e quinhentos a dois mil anos de história urbana permanecem desconhecidos de nós, exceto em contornos obscuros e interrompidos. Mesmo que todos os escritos minóicos sejam finalmente decifrados, não é provável que nos contem muita coisa além do que já sabemos a respeito da cidade, pois os detritos literários dessas culturas antigas jamais foram obra dos sociólogos urbanos ou de bem-dotados generalistas urbanos como Aristóteles: até mesmo a possibilidade de se traduzir um remoto Heródoto cretense é reduzida. Cartas e contas de mercadores; leis e auto-elogios de governantes; prescrições mágicas e rituais religiosos podem vir à luz, ali como em qualquer parte; mas, embora possam dizer-nos alguma coisa a respeito do conteúdo da vida urbana, provavelmente pouco dirão a respeito do revestimento.

Creta, em sentido figurado, é outra Atlântida; subitamente "desaparece dentro do mar". Ou, o que é quase a mesma coisa, seus refinados hábitos de vida, sua segurança aparentemente indesejável, podem, com o tempo, ter gerado uma decadente classe dominante; e, alguns séculos depois de um terremoto devastador, todas as suas criações foram varridas pelos bandos guerreiros micênicos, provavelmente operando com base em fortalezas próprias, notadamente Micenas e Tirinto. É possível imaginar que os novos conquistadores eram semelhantes aos ousados e impiedosos machos que mais tarde se encontram na *Iliada*, ansiosos por entrar numa briga, zelosos na caça, hábeis na violência e no roubo, audaciosos na pirataria, chegando mesmo a empreender ataques ao litoral egípcio; mantiveram, porém, o antigo desdém da aristocracia de sangue pelo trabalho honesto e, não menos, pelo comércio honesto. Sua ocupação continuada de Creta transformou aquela ilha numa espécie de fóssil político do Estado militar tão caro a Platão.

Com a destruição completa de cidades e palácios cretenses, as atividades urbanas reduziram-se à magra ocupação da cidadela, a *Zwingburg*, mantendo os conquistadores amados um olho vigilante sobre a população ilhoa que trabalhava o solo. Até o tempo de Platão, Creta permaneceu como uma correspondente de Esparta: por isso, ele as considerava igualmente admiráveis. Pois não apresentou um cretense em lugar de um espartano, então odioso, como um dos principais participantes de seu último diálogo utópico? Certamente, não foi por acaso que a guerra e os exercícios atléticos na preparação para ela constituíram os principais elementos de treinamento da elite de ambos os países. A mesa comum, de que se gabavam igualmente cretenses e espartanos, pode ter tido uma perna no templo, mas a outra se achava na caserna.

Alguns dos hábitos incentivados por aquela aristocracia micênica e seus sucessores aqueanos e dóricos, de igual mentalidade, devem ter penetrado na cidade grega, quando essa tomou forma por volta do século VII a.C. Embora suas fortalezas se tornassem cabeças-de-ponte urbana, sua própria existência e poder devem ter dado ao legendário Teseu uma visão do papel que a cidade

poderia representar como ponto de reunião, aliás como permanente residência de inverno, também para os camponeses e pescadores, em suas condições afora isso indefesas.

Por essa razão, toma-se nota especial do prelúdio ocorrido na Creta minóica, embora aparentemente tão pouco fosse passado adiante. Quanto aos núcleos micênicos, estes recaíram numa forma urbana mais primitiva, embora, possivelmente, com grandes agregados de casas, densas habitações, em pequenas cidades, mais próximas das camadas inferiores de Jericó que das sofisticadas da camada superior de Cnossos. Contudo, a ascendência micênica parece jamais ter desenvolvido as permanentes forças urbanas essenciais ao ulterior crescimento: o código da lei escrita, os controles burocráticos, o sistema de tributação, que teriam assegurado sua continuidade até por milênios. O poder, que dependia principalmente da força pessoal, com pouco tempo sucumbiu.

Entre os séculos VIII e VI a.C., começou a ser tecido, por sobre o Egeu, um novo padrão urbano. Foi esse um período marcado pela introdução do alfabeto e, por volta de 650 a.C., pela invenção da moeda cunhada; e assinalado por uma devolução do poder da cidadela à comunidade baseada na aldeia e pela ascensão da própria aldeia a um novo grau de consciência própria e divisão cósmica, de que dão testemunho *As Obras e os Dias* e *A Teogonia* de Hesíodo. A mistura feita por Hesíodo de visão prática e doméstica, mito religioso e especulação estabeleceu a *têmpera* e o tom da nova ordem urbana: ambos os aspectos da vida ganharam uma consciência mais plena na *pólis* grega. Os poderes do fabuloso rei e dos belicosos guerreiros que ocupavam a acrópole foram passados à cidade. Então, começando na Jônia continental, à beira do mar Negro, as cidades surgiram, multiplicaram-se, floresceram, colonizaram. Já em 734 a.C., Corinto fundou Siracusa e Corcira; e, durante mais de um século, mais ou menos entre 734 e 585 a.C., um extenuante programa de colonização por grupos representativos, portando todas as instituições e equipamentos essenciais da cidade-mãe, difundiu a *pólis* e a cultura grega a longa distância, de Náucratis, no Egito, a Marselha, na Gália, da Sicília às mais distantes praias do mar Negro. Esse movimento, a princípio, foi causado pela pressão agrícola, mais que pela ambição comercial; e difundiu o modo de vida helênico muito além do mar Egeu.

O desenvolvimento da cidade grega sofreu muitos afastamentos institucionais promissores em relação ao modelo original da cidade, tal como se desenvolvera na Mesopotâmia e no Egito do Império. Os gregos, ao que parece, haviam-se, em certo grau, libertado das ultrajantes fantasias de poder sem reservas que a religião da Idade do Bronze e a tecnologia da Idade do Ferro tinham promovido: suas cidades eram cortadas mais próximo da medida humana e foram libertadas das pretensões paranóicas de monarcas quase divinos, com todas as compulsões e arregimentações acompanhantes do militarismo e da burocracia. Os gregos derrubaram, quando, aliás, ainda mal as

havam desenvolvido, as duras divisões em casta e ocupação, que se haviam introduzido com a própria civilização; naquele momento remoto, tiveram eles a flexibilidade e inventividade do amador, não disposto a sacrificar demasiada parte da sua vida à competência especializada.

Quando se desenvolvia a cidade, os hábitos democráticos da aldeia muitas vezes eram introduzidos naquelas atividades até então especializadas, com uma rotação constante de funções humanas e deveres cívicos e com uma participação plena, da parte de cada cidadão, em todos os aspectos da vida comum. Essa cultura material esparsa, em muitos lugares pouco melhor que um regime de subsistência, deu lugar a uma nova espécie de economia de abundância, pois abriu territórios virgens do espírito e da mente, que mal haviam sido explorados, muito menos cultivados. O resultado foi não simplesmente um brotar torrencial de idéias e imagens, no teatro, na poesia, na escultura, na pintura, na lógica, na matemática e na filosofia, mas uma vida coletiva mais altamente energizada, mais engrandecida na sua capacidade de expressão estética e avaliação racional, do que jamais se conseguira antes. Dentro de dois séculos, os gregos descobriram mais coisas a respeito da natureza e potencialidade do homem, do que os egípcios ou os sumerianos parecem ter descoberto em outros tantos milênios. Todos esses feitos foram concentrados na *pólis* grega e, em particular, na maior dessas cidades, Atenas.

Suprema em todos os departamentos exceto a colonização, Atenas foi a corporificação de todas aquelas novas promessas. Mas, enquanto criava um legado cultural com o qual todas as idades posteriores têm alguma dívida, Atenas procurou tomar a si, para sua própria vanglória, os deuses que todas as demais cidades haviam oferecido e os quais tinham igual direito de partilhar. Embora conservando e até mesmo cultivando os benefícios da democracia interna, Atenas preferiu agir como rainha entre as cidades menores, exigindo homenagens e tributos, de maneira tirânica, em troca de proteção. O excremento da civilização antiga — a guerra, a exploração, a escravização, o extermínio em massa —, apoiava-se em Atenas, como se num antigo esgoto. Afinal, essas forças superaram o movimento no sentido de uma camaradagem maior, com objetivos mais humanos, que já se fazia visível no século VII. Se os líderes intelectuais gregos tivessem apreendido completamente as implicações desse universalismo, poderiam ter libertado a cultura humana de seu crônico envolvimento com a prática do sacrifício humano tendo em vista fins perversos e irracionais.

No momento decisivo, foi a recusa de Atenas em dar liberdade às suas cidades tributárias, não o truculento desafio de Esparta, que provocou a fatal Guerra do Peloponeso. Trazendo à luz ao mesmo tempo as potencialidades que jamais floresceram completamente e as frustrações e derrotas que foram o resultado do desafio não aceito, da vida não vivida, Atenas bem pode servir como exemplo de todas as outras grandes cidades, igualmente variadas e alta-

mente individuadas. Essa oportunidade é, com efeito, também uma necessidade, pois, à parte as descobertas arqueológicas, estas mesmas ainda dispersas e incompletas, a maior parte dos documentos sobre o desenvolvimento urbano grego vem de Atenas. Contudo, o que era verdadeiro com relação a Atenas provavelmente se aplica, com certas ressalvas de pequena importância, à maior parte das cidades gregas, em momentos semelhantes de seu desenvolvimento. Sua principal diferença seria de natureza quantitativa, pois muitas cidades gregas irmãs, distinguidas na história, jamais tiveram mais que três ou quatro mil habitantes. Ao contrário das convicções dos estatísticos censitários, a arte, a cultura e a finalidade política, não os números, é que definem uma cidade.

2. A Voz da Aldeia

Se encontramos arrebatadores retratos de palácios e cidades micênicas e pós-micênicas em Homero, descobrimos os antecedentes da cultura de aldeia, da qual surgiram a cidade egéia e suas colônias, em *As Obras e os Dias*, de Hesíodo. A cena transfere-se de Creta para o Egeu ocidental, embora o desenvolvimento mais pleno da cidade, antes do século V, realmente tivesse lugar na Jônia, nos portos que serviam como saída para a Ásia Menor e para as distantes províncias de além.

Como assinalamos, esses vales fechados entre montanhas não proporcionavam meios fáceis de subsistência e só podiam sustentar uma escassa população de aldeia. Quando a população cresceu, as planícies da Tessália e da Beócia a princípio passaram a fornecer os cereais. Mas, em termos urbanos, eram contadas como partes atrasadas da Grécia. Embora pobres em cevada e trigo, as aldeias próximas do mar dele recebiam um suprimento adicional de alimentos: o pescador tornou-se marinheiro, e o marinheiro, mercador — embora a máfia ou o infortúnio pudesse transformar todos os três, ocasionalmente, em piratas, e a pirataria, com seu saque de bens e aprisionamento de corpos, pudesse conduzir à guerra. Aldeias que se achavam a uns poucos quilômetros para o interior, à sombra de uma íngreme elevação, tinham dupla proteção contra os ataques de piratas; e, em contraste com Micenas ou Esparta, que eram presas à terra, foram as cidades que tinham acesso ao mar, embora separadas por uma faixa de terra, como Atenas e Corinto, que se transformaram em grandes metrópoles.

O padrão de uma fortaleza natural, com abruptas encostas escarpadas, fáceis de defender sem outras fortificações, rodeada por um grupo de aldeia — eis um caráter comum à Grécia e à Itália, ou melhor da Ásia Menor até a Sicília e a Etrúria. Os restos de tais povoações, muitas vezes recaindo em seu estado mais remoto, ainda são visíveis. Esses sítios defensivos naturais, geralmente tinham um caráter que os tornava mais desejáveis — uma fonte —, e a

própria fonte podia colocar o local sob a proteção de um deus e a guarda permanente de uma única família. Se, em tempos de perigo, os aldeões acumulados suportavam bem o ataque, o santuário comum tornava-se apenas mais venerado.

As aldeias, outrora isoladas, conservavam sua associação religiosa quando a necessidade militar acabava: senão a presença do perigo, pelo menos o desejo de evitá-lo por meio de observações piedosas, as arrastaria de volta à acrópole natural. Ali, o fogo sagrado era aceso e mantido a arder, suplementando o do lar doméstico — simbolizando ambos os atos de piedade, o laço comum —, enquanto que o próprio santuário atraía à sua vizinhança outros santuários domésticos ou de aldeia e até mesmo os absorvia no culto maior. É significativo que nenhum homem que desprezasse o pedaço de terra onde jaziam seus mortos podia ter os principais postos de magistratura em Atenas. Tipicamente, a cidade helênica é constituída por essa união de aldeias, ou sinecismo: algumas vezes produzida por uma ação democrática voluntária, outras vezes, como no caso da própria Atenas, por compulsão da parte do rei. Contudo, a adesão jamais foi completa e o domínio da cidade jamais foi absoluto.

Entre os helenos, os ingredientes originais da realeza e da construção de cidades eram mais ou menos os mesmos que encontramos na Mesopotâmia; contudo, havia uma diferença. Na Grécia, a abundância de sítios naturalmente defensáveis dependia da perícia de engenharia: um punhado de bravos podia, com êxito, defender um passo de montanha contra um número de pessoas aparentemente dominante, e encontrava uma vantagem semelhante nas encostas rochosas de sua cidadela natural. Uma população esparsa, além do mais, não pode ser arregimentada em massa ou mantida em ordem, a um distância formidável de seus governantes. Tornada independente por esse isolamento, habituado forçosamente à sua pobreza, o humilhado não admitia apanhar de seus superiores sem revidar o golpe: o próprio Tersistes, na *Iliada*, embora sem amigos e em posição desvantajosa, aliás objeto de desprezo, não hesitou em expulsar os chefes.

Camponeses e pastores pobres, desde que estivessem dispostos a viver parcamente, podiam continuar existindo sem se submeter a uma vasta organização coletiva; e, como faltavam os tentadores excedentes, não podiam ser tão facilmente subornados por meio de pão e circo. Se havia, pois, menos oportunidades para a exploração unilateral, havia menos necessidade de um controle rigoroso e geral. Daí, talvez, ter surgido uma forma um tanto mais frouxa de organização, menos humanizada, menos rigidamente distribuída em posições hierárquicas. Ao lado disso, nasceu a independência pessoal, igualmente no julgamento e na ação. A independência e a confiança própria eram tão entranhadas na Grécia pré-imperialista como na Nova Inglaterra de Emerson; havia orgulho no antigo ditado: "a Grécia e a pobreza são gêmeas". As

grandes pólis gregas, nos seus melhores dias, não possuíam excedentes de bens: o que possuíam era um excesso de tempo, isto é, lazer, livre e sem peias, não comprometido — como nos Estados Unidos de hoje —, com o excessivo consumo materialista, mas podendo ser usado para a conversa, para a paixão sexual, para a reflexão intelectual e para o deleite estético.

Será por acaso que no curto juramento do Éfebo, o voto de cumprir o dever “*com uma só mão* ou com o auxílio de todos” é pronunciado duas vezes? O orgulho da flexibilidade e da liberdade em relação às coerções da especialização, que Tucídides coloca na boca de Péricles como um atributo especial dos atenienses, teve suas raízes na aldeia. Atenas não tinha patente dessas virtudes: aqueles que vivem nas aldeias e dão valor às suas intimidades não confundem tamanho com significação. A coragem solitária desempenhava um papel com o qual a obediência em massa aos comandos do líder jamais poderia rivalizar. Semelhante coragem produzia heróis do espírito bem como do campo de batalha, muitas vezes na mesma pessoa.

No seu período formativo, as cidades gregas jamais perderam suas ligações com seus campos ou suas aldeias: havia sempre um poderoso fluir para dentro e para fora da cidade, segundo as estações. Ainda em 400 a.C. segundo Elizabeth Visser, três quartos dos burgueses atenienses possuíam alguma terra na África. Em muitos lugares, o arcaico componente da aldeia parece muito mais forte que o da cidadela. Aristóteles, com certa justificativa histórica, associava os sítios fortificados das colinas à monarquia e à oligarquia, ao passo que igualava as cidades das terras baixas à democracia; contudo, no seu funcionamento real, as duas não se achavam tão distanciadas nem era a linha divisória tão nítida. O autor de *O Governo de Atenas* assinalou, com uma careta, que os atenienses “em toda parte dão mais peso à classe menos elevada”, e que poderia ser mais característico da democracia de aldeia?

A dimensão de aldeia predominou no desenvolvimento das cidades gregas, até o século IV; as modestas dimensões da estela e da lápide, as inscrições delicadamente entalhadas, os toques de humor — tudo isso distante do grandioso, do monumental, do portentoso. Naquelas comunidades, a pobreza não era um embaraço: quando muito, os ricos eram alvo de suspeitas. Tampouco, era a pequenez um sinal de inferioridade. As práticas democráticas da aldeia, sem fortes clivagens de classe ou vocação, incentivavam o hábito de se aconselhar em conjunto. A maior desculpa para a cidade, como uma aldeia maior, era a de que alargava o círculo dos possíveis oradores. Se os espartanos constituíam uma exceção, seus lacônicos hábitos de linguagem talvez tenham nascido da necessidade de conservar em segredo as suas intenções, perante o povo que tão brutalmente mantinham no cativeiro: por isso, não tinham como usar a cidade.

Aqueles hábitos de aldeia tornaram os gregos pós-homéricos desconfiados do poder real e do governo centralizado: até mesmo em Tróia, esse fato

era evidente. A mística da realeza não se adaptava bem nem ao seu paroquialismo de aldeia nem ao seu congênito respeito próprio; estimavam a esperteza intelectual de um Odísseu, não menos que o valor pueril de um Aquiles, e embora adorassem os deuses, nunca encorajavam, assim como não o faziam seus rivais persas, a noção de que o próprio governante podia ser um deles. Agamenon reprovou Clitemnestra pela sua servil efusão de linguagem: “Como homem, não como um deus, quero ser honrado”. A ilusão da divindade num governante foi produto da sua decadência física.

Nem mesmo o crescimento do imperialismo, no século V, embora transformasse a própria Atenas numa impiedosa exploradora das cidades gregas menores, não trouxe a restauração da realeza, nem aumentou o domínio dos deuses olímpicos. Muito pelo contrário, os gregos não somente puseram de lado as pretensões mais supersticiosas da realeza, fazendo com que seus chefes dependessem do apoio popular e os reduzindo às dimensões humanas, mas seus deuses são representados quer com a mesma constituição das outras figuras humanas, como na frisa do Partenon, quer como criaturas ligeiramente maiores, configuradas ao mesmo molde. Pelo século V, chegavam a tornar os próprios deuses um tanto ridículos, senão desprezíveis, glosando suas aventuras amorosas e suas rivalidades causadas pelo ciúme.

Somente depois que o bárbaro macedônico Alexandre se entregou a suas conquistas, as pretensões aborígenes da divindade do rei reviveram: sinal, talvez, de que aquele culto antigo se refugiara nas montanhas, como mais tarde iria acontecer ao maniqueísmo. Quando os tiranos assumiam o poder nas cidades gregas, faziam-no, mais freqüentemente do que se pensa, espousando a causa popular e desafiando a antiga oligarquia feudal das “famílias melhores” — os proprietários de terra que não simplesmente reclamavam uma parte maior da riqueza, mas que herdavam sozinhos as funções sacerdotais e que podiam exclusivamente desempenhar algumas das funções mais elevadas.

Essa manutenção das antigas ligações com a fazenda e a aldeia, essa conservação das associações tribais e familiares, foi uma fonte de força para a cidade grega, numa época de perturbações. Contudo, também tendeu a restringir suas vantagens. Quando a população da cidade se tornou maior, graças ao comércio e à imigração, reduziu uma parte ainda maior de seus moradores à condição de cidadãos irresponsáveis de segunda classe, que, na verdade eram excluídos das funções públicas e mesmo de alguns dos importantes festivais cívicos.

É verdade: foi somente no século IV que uma parte razoável da população, numa cidade grega, pôde ser de estrangeiros, sem qualquer direito de possuir propriedade em terras; e por essa época, a guerra enviara muitos cidadãos nativos ao exílio perpétuo ou à escravidão. Contudo, as raízes da vida de aldeia eram tão profundas que até mesmo as vítimas deslocadas de uma selvagem conquista às vezes podiam sobreviver à destruição da cidade.

Quando, por exemplo, os espartanos compeliram os habitantes de Mantínia a destruir sua própria cidade — um requinte de crueldade comparável ao dos nazistas, que compeliavam suas vítimas a cavar suas próprias sepulturas —, aquele povo miserável retirou-se para seus *demes* rurais, dos quais nunca tinham sido completamente desligados.

Aliás, enquanto as cidades gregas permaneceram pequenas, o campo se achava a uma distância fácil de cobrir a pé: o mar de casas que hoje se estende entre Atenas e o Pireu era cultivado, como o campo, ao longo da sagrada rota de Elêusis, agora entregue às fábricas de cimento. Mesmo na crescente Atenas, era natural que Sócrates e Fedro, num quente dia de verão, passeassem fora da cidade, atravessando a vau o raso Ilisso, à sombra das paineiras, para encontrar a paz e solidão rural. As famílias possuidoras de terras mandavam seu azeite, seu vinho, seu mel, seus figos e sua lã do campo para sua própria casa urbana, mantendo-se dessa forma parcialmente independentes do mercado e das necessidades de trocas monetárias. Isso deve ter aumentado seu desdém pelos estrangeiros que tinham que se dedicar à fabricação de dinheiro a fim de comprar tais produtos. Como observou há muito tempo Emil Kuhn em seu admirável *Staedte der Alten*, a cidade e o campo constituíam uma unidade entre os gregos, e não dois modos antagônicos de vida.

Essa proximidade dos hábitos rurais, sem dúvida, explica em parte, as primitivas acomodações de alojamento e facilidades sanitárias que caracterizaram as cidades gregas até o século IV e ainda mais tarde. As casas eram construídas de madeira leve e de argila que se deixava secar ao sol: tão finas eram as paredes que a maneira mais rápida de um ladrão entrar numa casa era atravessá-las. Em termos de residência, as cidades maiores eram um pouco melhores, no princípio, do que aldeias supercrescidas; aliás, precisamente por causa do seu supercrescimento e densidade de ocupação do sítio, certamente eram muito piores, porque careciam dos espaços abertos da fazenda e do campo vizinho.

Assim, a mais elevada cultura do mundo antigo, a de Atenas, chegou ao seu ponto culminante no que foi, do ponto de vista do planejamento e da higiene, uma municipalidade deploravelmente atrasada. Os melhoramentos sanitários de que Ur e Haçapa se tinham mergulhado dois mil anos antes, quase nem sequer existiam em vestígio na Atenas do século V. As ruas de qualquer cidade grega, até os tempos helenísticos, eram pouco mais que vielas, e muitas dessas vielas constituíam apenas passagens, com poucos metros de largura. Lixo e excrementos eram acumulados nos arrabaldes da cidade, convidando a doença e multiplicando as vítimas da praga. A imagem estereotipada e grandemente falsa da "cidade medieval", que muitas pessoas que deveriam saber melhor ainda conservam, de fato seria uma verdadeira imagem das crescentes cidades da Grécia dos séculos VI e V, particularmente na Ática e no Pelopo-

neso. Certamente, aplica-se isso com muito mais justiça a estas cidades do que a muitas outras da Europa Ocidental, no século XIII d.C.

Enquanto a cidade grega permaneceu pequena, aqueles modos rurais primitivos não foram necessariamente incômodos ou ameaçadores à saúde: o sol é um eficiente anti-séptico, a terra aberta um aceitável monte de fermentação de detritos e o porco e o cão são ávidos rapinantes. Contudo, há muitas provas a mostrar que imundícies de toda qualidade se acumulavam nas bordas da cidade; era em tais monturos municipais que os bebês indesejáveis de Atenas eram expostos e deixados à morte. Não admira que Aristóteles prescrevesse, em sua *Política*, que os inspetores sanitários oficiais exercessem a supervisão dos detritos da cidade; pois a mudança quantitativa da aldeia para a cidade produzira também uma mudança qualitativa que nem a natureza nem os velhos hábitos de aldeia poderiam enfrentar.

Felizmente, o padrão de aldeia não foi subitamente desfeito, pois a maior parte dessas cidades gregas, em seus dias formativos, não aspirava a ter grande população ou grandes domínios. Cidades com apenas alguns milhares de habitantes criavam colônias muito antes de se tornarem interiormente congestionadas. Mesmo que a cidade tivesse procurado uma população maior, os limites das terras aráveis e de um suficiente suprimento de água teriam ainda controlado o seu crescimento. Atenas, embora rodeada por um solo aluvial relativamente rico, provavelmente não abrigava mais que cem mil habitantes, inclusive escravos, no século V; e é duvidoso que Mileto ou Corinto, para mencionar duas prósperas capitais, pudessem ter possuído muito mais, pelo menos até que aquelas cidades tivessem sido reorganizadas por engenheiros romanos. Poucas cidades, como mostra R. E. Wycherley, tinham mais de dez mil habitantes.

Voltarei ao problema do tamanho da cidade, que foi pela primeira vez racionalmente considerado pelos gregos, num outro local. Mas, se fosse necessária alguma coisa para provar que as cidades da Grécia, do século VII ao IV a.C., eram, ao mesmo tempo, pequenas e relativamente contidas em si mesmas, em grande parte dependentes do seu campo local para alimentos e materiais de construção, a história da colonização grega seria suficiente. Aquelas cidades do Egeu criaram colônias em todas as direções, e em particular na Sicília e na Itália; essas colônias iam de Marselha, na embocadura do Ródano, a Náucratis, no delta do Nilo e, para leste, até as praias do mar Negro. Nas cidades etruscas, seja qual for sua remota origem, encontram-se uma arte e um estilo de vida que unem intimamente aquela cultura aparentemente independente à do Egeu.

As principais cidades colonizadoras eram os grandes centros comerciais como Rodes e Mileto, na Ásia Menor: esta última, supostamente, criou setenta colônias urbanas. O fato mostra tanto um contínuo aumento de população quanto uma indisposição, mesmo depois que o comércio abrisse distantes

linhas de suprimento, para alterar a natureza da cidade, encorajando o crescimento excessivo. O limite não era simplesmente a falta de terras para a construção, embora, em muitas áreas, este fator pudesse ter contado. A água e os alimentos exerciam controles positivos sobre o crescimento: mais ainda, talvez o senso de filiação a uma família e aldeia incentivasse o desejo de uma unidade mais íntima.

Significativamente, Atenas, com seu sistema de exploração imperialista e comércio marítimo de cerâmica e azeite, se contava entre as grandes cidades colonizadoras. Conservando os seus cidadãos perto de casa, aquela cidade só ultrapassou os limites do crescimento seguro e aumentou suas dependências da guerra e dos tributos para continuar sua "prosperidade". Contudo, até os mais ousados conquistadores militares tinham de reconhecer os naturais limites da cidade. Quando o principal arquiteto de Alexandre se ofereceu para lhe construir a maior cidade de todos os tempos, aquele líder, que entendia de logística bem como de estratégia, peremptoriamente afastou a idéia: impossível provisionar tal cidade!

A transposição da aldeia para a *pólis*, o lugar onde as pessoas se reuniam, não simplesmente pelo nascimento e pelo hábito, mas conscientemente, à procura de uma vida melhor, tem lugar diante de nossos olhos na Grécia. Deve ter havido muitos centros potenciais onde o poder do senhor e a aristocracia feudal se tornaram enfraquecidos e onde, ao que poderia parecer, o ódio dos aldeões à guerra, tão amargamente registrado por Hesíodo, seria introduzido na constituição e nas práticas cotidianas da cidade. Certamente, a aldeia grega desejava apenas ser deixada em paz, em seu ambiente contido em si mesmo: não queria conquistar nem ser conquistada. Podia a cidade florescer — podia mesmo existir —, nesses mesmos termos? O fato de que Atenas, como muitas outras cidades, não construiu quaisquer muralhas abrangentes, até a primeira invasão persa, mostra que os centros urbanos, nas condições que prevaleceram até o século V, tinham certo senso de segurança interna. E a ausência inicial de muralhas pode explicar justamente aquelas qualidades humanas que a princípio distinguiram as cidades do Egeu das do Oriente Próximo: sua liberdade e franqueza de mente. Em Atenas, a construção da muralha surgiu como uma idéia posterior: quase até o fim, Esparta a rejeitou, como indigna de uma casta lutadora.

Mas, convém notar, da aldeia vieram certos traços negativos: isolamento, inveja, suspeita do estrangeiro, paroquialismo — a face mais sombria da autoconfiança e da auto-suficiência. Essa independência transformou-se, de maneira por demais fácil, numa disposição alterca dora, numa oposição pela simples oposição, numa presteza em cortar o nariz ou cuspir no rosto alheio. Mesmo dentro da cidade, tal coisa poderia ter tido um efeito deformador: não foi sem razão que Aristófanes dedicou toda uma comédia à tarefa de impiedosamente castigar o exagerado amor do ateniense ao litígio. Esse isolacionismo

de aldeia foi classicamente ilustrado pelo fato de que as cidades gregas, a despeito dos esforços de Delfos, jamais chegaram a ter um calendário comum. Ocorria-lhes mesmo iniciar seus anos civis em diferentes ocasiões.

A incorrigível centralização em si mesma, da aldeia grega, só podia ser vencida, em tempo de perigo, com o aparecimento de um inimigo visível. Evidentemente, uma união política temporária desta natureza é diferente da espécie de unificação estrutural que fora necessária na Mesopotâmia e no Egito, para o controle das enchentes ou a redistribuição das terras: o que Mary Austin chamava "coletivismo da utilidade indivisível" não tinha aplicação na Grécia. A topografia e o costume de aldeia serviam como barreiras à unificação, a despeito de tudo o que a língua, a literatura, a arte, e a mitologia fizessem para ligar as cidades gregas umas às outras.

Mas, embora o paroquialismo começasse na aldeia, teve também outras fontes; e não devemos esquecer que foi na era em que todas as cidades da Grécia se achavam mais perto das suas origens de aldeia, as maiores gabando-se de terem apenas uns poucos mil habitantes, que os gregos instituíram os jogos olímpicos. Aquela circulação e reunião da elite em larga escala derrubou, por pressão da intenção humana, a distância entre as comunidades humanas que as condições naturais tinham parecido impor. Assim também, era Hesíodo, o aldeão, que odiava e denunciava a guerra, ao passo que era Platão, o filósofo urbano, que a elogiava como essencial ao desenvolvimento das virtudes humanas.

Um traço final teve suas origens na aldeia. Sem nenhuma dúvida, foi dos camponeses, e não exclusivamente dos fidalgos possuidores de terras, que veio a desconfiança contra o comerciante e o banqueiro, o intermediário comercial, o empréstador de dinheiro e o detentor de hipotecas: na verdade, todas as pessoas ativas que, para estender o comércio e promover a riqueza, estavam criando a nova economia monetária, tão hostil aos antigos modos rurais e à antiga penúria ática.

Esses comerciantes e banqueiros, apoiados por fabricantes e artífices, foram os novos organizadores da cidade; depois do século VI, ameaçaram o poder dos aristocratas originais e dos guerreiros. Contudo, o problema de incorporar esses novos grupos comerciais na comunidade, introduzindo-os ativamente nos seus serviços e tornando-os responsáveis, jamais interessou seriamente aos grandes espíritos da Grécia. A própria constituição de cidades comerciais tratava o comércio como se fosse inexistente. Um cidadão, por definição, não podia ter parte no comércio. Se queria seguir tal carreira, era necessário que migrasse, como estrangeiro, para outra cidade. Apenas algumas cidades como Egina e Quios, permitiam que seus cidadãos tomassem parte no comércio.

Todavia, foi das cidades comerciais da Jônia, e até mesmo de mercados em pessoa, como Tales, que todo um mundo de idéias novas apareceu.

Embora essas idéias distinguíssem os cientistas e filósofos gregos de seus precursores sacerdotais da Babilônia e do Egito, as formas e valores da cidade, até o século IV, não foram alteradas por esse fato. Quando, finalmente, esses novos agentes foram absorvidos, tal se deu em grande parte sob a influência reacionária dos novos imperadores, "reis divinos", por si mesmos intitulados "salvadores".

Nesse ponto remoto, a quantificação e organização tinham-se tornado fins em si mesmos e os atributos mais preciosos da *pólis* desapareceram. As superstições do poder voltaram com o exercício do próprio poder militar ultracentralizado. No fracasso da *pólis* helênica em alargar suficientemente o horizonte de aldeia, acha-se parte da responsabilidade por sua derrocada final. Estranhamente, por nenhum esforço de pensamento os grandes espíritos da Hélade transcendem quer ao seu ambiente geográfico, quer ao ambiente cultural.

3. Olímpia, Delfos e Cós

Como órgão de cultura, a cidade grega chegou à sua maturidade no século V, antes de ter alcançado uma rica organização de forma física, exceto na acrópole. Nesse ponto, suas finalidades cívicas haviam emergido das suas funções municipais aborígenes e eram muito mais altamente desenvolvidas. Sobre essa dupla herança — a fortaleza pós-micênica e a aldeia de montanha —, um novo conjunto de instalações, de natureza mais universal, mais espontâneo na associação, foi levantado; e mais de uma vez essas instituições mais livres pareceram prestes a criar uma nova espécie de organização urbana, menos fechada, menos fracionária, menos rígida e opressiva do que aquela que tinha dado forma à cidade murada. Proponho-me a examinar esses novos componentes — mais visíveis para nós, agora, do que jamais o foram para os gregos —, antes de descrever a estrutura real da cidade do século V.

Pausânias, observador já tardio das cidades gregas, pôs de lado uma cidade dos fócios, considerando-a quase indigna de ser chamada cidade, porque não tinha departamentos de governo, ginásio, teatro, mercado, suprimento de água encanada. Para ele, eram estas edificações e utilidades que distinguíam as cidades do mero aglomerado de casas de uma aldeia. Mas o germe da cidade grega já se achava bem desenvolvido na aldeia: o que era verdade na transição neolítica continuava sendo verdade. Que é a assembléia de magistrados, no Pritaneu ou Paço Municipal, senão a forma urbana do antigo Conselho de Anciãos, provavelmente a mais antiga das instituições políticas seculares? Que é a praça formal de mercado (ágora) senão o mesmo conveniente espaço aberto onde os anciãos se reuniam, suficientemente grande para que toda a aldeia ali se juntasse, onde os vizinhos podiam, vez

por outra, espalhar para a troca seus produtos excedentes? Que é a fonte encanada senão uma forma, mais merecedora de confiança, da fonte sagrada, cuja bacia elevada não tinha tantas probabilidades de ser contaminada por cães sedentos ou pelos enlameados pés dos homens? Quanto ao teatro, este também existia em forma embrionária nos ritos de fertilidade da aldeia, para a primavera e a colheita: o pátio circular de debulha passou a ser o palco do novo teatro e os próprios aldeões separaram-se dos protagonistas, passando a constituir o coro e deixando de ser atores, porém, ainda demasiado ativos e loquazes para serem considerados meros espectadores.

Por volta do século VIII, possivelmente, a cidade grega começara a adquirir uma fisionomia própria. Como outros centros antigos, a cidade grega foi, desde o princípio, a morada de um deus. Embora muitas cidades pudessem reclamar favores da mesma divindade, especialmente as cidades de colonização, que tantas vezes migravam sob a égide de Apolo, a divindade local mostrava um caráter especial que a ligava aos antigos deuses do lar ou a algum decisivo acontecimento histórico. Até esse ponto, tudo era estereotipado.

Contudo, já no século VI, no tempo de Sólon, um vento novo parece soprar através dessas cidades, desde o Egeu oriental até as extensões setentrionais do Mediterrâneo, mas, acima de tudo, na África: as brumas de confusão e superstição dissipam-se ante o sol matutino e seus raios começam a penetrar na mais profunda caverna. O espírito, que ganhou há pouco consciência de si mesmo e de seus poderes, cai na contemplação de sua própria imagem; e o sorriso das estátuas gregas, que é posto de lado de maneira por demais pueril, como uma convenção arcaica, pode em verdade revelar essa íntima confiança e iluminação. Por mais vigorosa que fosse a vida de aldeia que constitui a base da cidade, aquele que galgasse a acrópole veria nas encostas abruptas da montanha e nos céus luminosos o reflexo de um espírito que se tornara a medida de todas as coisas, julgando velhos costumes, hábitos e leis por uma regra independente, aberta à razão. Agora, deviam os deuses mostrar-se à altura dos padrões humanos.

Durante um ou dois séculos, como resultado dessa transformação, a *pólis* grega, em particular Atenas, tornou-se símbolo de tudo o que era verdadeiramente humano. A própria vida natural revelou-se mais admirável, em suas medidas limitações, do que as insolentes magnificações e confusões coaguladas da fantasia mitológica. Ser humano era ser mais semelhante a deus que os deuses de antigamente. Que forças efetuaram essa transformação?

A mais cômoda explicação da cultura urbana helênica seria aquela que identificava suas vívidas felicidades com seus princípios democráticos, contrastando a *pólis* com as grandes capitais demasiado crescidas dos despotismos orientais. Foi natural para os gregos estabelecer aquele contraste, na exultação

de derrotar a invasão persa; mas a evidência não apóia plenamente essa explicação.

Se os gregos foram notavelmente bem-sucedidos em derrubar as instituições da realeza, que mal tinham passado além das pretensões dos mais antigos chefes tribais, sua consumação da democracia permaneceu lenta, parcial, esporádica, jamais plenamente eficiente. Não ocorria meramente continuarem as oligarquias e tiranias territoriais por muito tempo no poder, em muitas regiões, mas até mesmo onde a democracia finalmente predominou, como em Atenas, conservou os princípios de segregação e monopólio. A democracia ateniense excluía o estrangeiro e o escravo: uma parte não pequena da população total. (De maneira alarmante, a *pólis* tinha necessidade de doze mil archeiros citas para policiar a assembléia e os tribunais de direito.) Embora, depois de Péricles, os artífices e comerciantes muitas vezes se erguessem às funções mais elevadas da cidade, tanto a liberdade quanto a igualdade, de que se gabava a democracia ateniense, sofriam numerosas restrições. Devemos procurar noutro local as forças do espírito que pareciam prontas a derrubar as muralhas invisíveis que haviam confinado os novos atributos da personalidade ao rei e seus nobres, limitando um geral desenvolvimento humano na cidade antiga.

Para encontrar o segredo especial da cidade grega, é necessário procurar fora dos centros maiores. E, se quisermos resumir em três palavras o que, de maneira suprema, distinguia a cultura urbana grega da de suas predecessoras, poderemos dizer simplesmente: Olímpia, Delfos, Cós. Foi a contribuição desses centros que tão alto elevou todo o teto dos feitos humanos.

Nenhum desses lugares tinha qualquer pretensão a ser uma grande cidade. Cada um, na realidade, representa um tipo especializado de cidade, com um poder de atração que ajuntava os homens, ocasionalmente ou periodicamente, desde as regiões mais remotas da Magna Grécia, mandando-os de volta, outra vez, depois de desafiadas suas limitações paroquiais, e com um aspecto perceptível de sua vida renovado e erguido a um nível mais alto.

O que o transporte e intercâmbio de bens tinham feito para estimular a vida cotidiana da cidade mesopotâmica, as visitas pessoais a Olímpia, Delfos e Cós fizeram pelo desenvolvimento político, literário e atlético dos gregos. A primeira foi a sede dos jogos olímpicos; a segunda contava com o principal santuário e com o sagrado oráculo de Apolo, a única grande influência unificadora cívica e religiosa que se poderia comparar à do Vaticano, nos países católicos romanos; enquanto que a terceira foi um dos grandes lugares de tratamento de saúde e sanatórios, onde um novo grupo de médicos, antecessores e seguidores de Hipócrates (460-375 a.C.), procuravam, por meio de um entendimento racional da natureza, curar a doença e promover a saúde.

Desses três centros, fluíram correntes de energia vital, transmitidas por peregrinos e participantes, que viajavam a pé e de navio e que levaram a todas as cidades gregas toda uma corrente de idéias e normas de vida unificadoras e

autotranscendentes. A obra característica de cada um desses centros foi conduzida a muitas outras cidades: Cnido e Epidauro, residência original do culto de Asclépio, rivalizava com Cós; e o santuário apolônico de Delos transformou aquela ilha estéril tanto num refúgio de peregrinos como num centro de negócios bancários e comércio internacional, a despeito de sua traiçoeira abordagem por água. De forma semelhante, tão logo os jogos interurbanos foram iniciados, muitas outras cidades competiram com Olímpia. Graças à influência destas instituições, os membros mais aventureiros da *pólis* entraram em contato direto com outras cidades, outros povos, outros hábitos; e os participantes experimentavam aquele processo de "afastamento e retorno" que tanto Patrick Geddes como Arnold Toynbee demonstraram historicamente constituir um modo essencial de crescimento humano. Esses festivais e congregações desafiavam o paroquialismo enraizado da *pólis*. Os quatro grandes festivais pan-helênicos — o olímpico, o pítico, o ístmico e o nemeu — ajuntavam gregos de todas as partes da Hélade, ao longo de rotas sagradas, onde os caminhheiros eram imunes ao ataque em tais épocas. Aquela mobilização e congregação antecipam movimentos ainda mais livres num mundo ainda mais amplo.

Olímpia representava para o povo a ativa expressão física, por meio do jogo disciplinado, do espírito humano. Não importa quais sejam os pecados posteriores do dualismo grego, nos dias formativos de sua cultura, os gregos clássicos jamais identificaram o desenvolvimento espiritual com a incorporeabilidade, menos ainda com um desdém porfirico pelo corpo ou um prazer masoquístico de monge na sua degradação ou no apreço pela doença. Delfos apresentava, por meio de seu oráculo, a combinação do inconsciente, nas suas profundezas, acessível através da treva, do sono, das drogas, do envenenamento, com uma inteligência aberta e com uma providência descortinada: seus deuses gêmeos, como nos recorda Werner Jaeger, eram Apolo e Dionísio, e não apenas exclusivamente o ordenado Apolo, de pensamentos claros, ele próprio um símbolo de iluminação tanto solar quanto espiritual. Aqueles que eram postos a dormir pelas sacerdotisas de Delfos recebiam a visita do deus em seus sonhos: provavelmente, sob a influência do hipnotismo ou de um soporífico, talvez mesmo de um anestésico, pois existe um relatório, proveniente daquele centro, a respeito da extirpação de uma catarata do olho de um sofredor, durante a noite, sem que o sonhador o percebesse.

Foi uma dessas sacerdotisas delficas, Diotima, que induziu Sócrates a ouvir sua divindade tutelar; de tal maneira que, no momento em que o pensamento racional deixava o templo para passar pelas peripécias da experiência comum, no mercado, era acompanhado por um vívido lembrete do seu início cósmico pré-racional, nas cavernas e grutas e no rito animal. Os mestres da tragédia grega jamais esqueceram essa lição. Não foi sem razão que Delfos, na lenda grega, como Jerusalém, nos mapas cristãos medievais, ocupava o centro

exato da Terra. Era essa sua posição precisa no espírito grego. A função original dos sacerdotes gregos era determinar a ordem correta dos festivais religiosos, e é muito provável que Delfos, já no século VII, embora sem o conseguir, procurasse propagar seu reconhecimento de um tipo uniforme de calendário no mundo grego.

Finalmente, Cós foi o grande centro de onde um novo conceito de saúde se irradiou: ao mesmo tempo sanatório, hospital e centro de pesquisas médicas, onde, como George Sarton demonstrou, amadureceu o pensamento médico. Contudo, tais centros não eram apenas um ajuntamento de edificações utilitárias, com um pouco de fábricas, um pouco de hotéis, tal como a maior parte dos nossos modernos hospitais. Possuíam também os calmos atributos do claustro: aí, provavelmente pela primeira vez, a função do claustro, de retiro e dedicação interior, fugiu aos confins do templo, muito embora o templo de Asclépio se achasse muito próximo.

Os médicos de Cós conheciam as qualidades curativas da reclusão e da beleza, do espaço e da ordem: ergueram seus sanatórios numa pequena ilha, célebre por suas uvas e amoreiras e por sua seda especialmente delicada, com ampla visão do mar: uma nobre paisagem libertada da aglomeração, da desordem, dos odores e ruídos da cidade grega.

Talvez ninguém jamais tenha traduzido esses ideais de maneira tão afetiva, embora inteiramente inconsciente, como o fez Henry James em sua alegoria de um sonho, *The Great Good Place*. As pessoas viajavam centenas de milhas, por terra e por mar, para se entregarem aos cuidados de médicos tão dedicados, comprometidos por seu nobre juramento e trabalhando num ambiente tão curativo. Pelo próprio ato do retiro através da viagem, o paciente dava o primeiro passo no sentido da reabilitação; e o descobrimento psicossomático das propriedades curativas de uma mudança de ambiente pode ter sido uma contribuição do folclore hipocrático, baseada nos melhoramentos que os médicos observavam nos recém-chegados, antes mesmo que aplicassem seus remédios positivos. É possível duvidar que a ordem que se introduziu nas novas cidades do século IV registrava, de forma coletiva, algumas das lições que essa grande escola de curadores e higienistas aplicava ao paciente individual? Aquele sentido de espaço e harmonia, da natureza e na natureza, e, entretanto, ultrapassando a natureza, graças ao esforço ordenado do próprio homem, deixou sua marca em cidades que surgiram mais tarde.

Os jogos olímpicos foram fundados em 776 a.C. e continuaram a ser realizados durante quase mil anos. Não foi inteiramente por acaso que tais jogos surgiram na pequena Olímpia, morada dos deuses, rival da montanha do norte, onde tivera origem a família olímpica. Os jogos e competições têm origem religiosa, senão traduzem sempre uma forma de expressão religiosa imediata: Heródoto nos fala de um concurso anual, com bastões, na entrada

de um templo egípcio, provavelmente refletindo um rito muito mais antigo, encenado entre os que representavam Osíris e os que representavam Set. Na Grécia, os jogos funerários, cujos vencedores recebiam coroas da erva sagrada, a salsa, certamente surgiram antes dos jogos olímpicos, para celebrar a vida e a morte de um chefe ou herói. Mas o mérito singular dos jogos olímpicos foi estabelecer, de quatro em quatro anos, um estado de paz política no qual os habitantes de todas as cidades podiam viajar livremente, sob a proteção de Zeus, sem medo de prisão ou injúria. Violar qualquer peregrino era um ato de sacrilégio.

Em Olímpia, as cidades, por assim dizer, se encontravam pessoalmente; e os concursos tratavam do corpo como uma expressão do espírito humano. Tais jogos faziam ajuntar-se poetas assim como atletas; e uns e outros eram levados a dar seus máximos esforços à competição, já que sua audiência não era constituída simplesmente de seus concidadãos, mas dos representantes reunidos de uma comunidade maior, a grande Hélade.

Sob o ímpeto desses jogos, uma nova instituição se introduziu na cidade helênica, e um novo lugar teve de ser encontrado para ela: a palestra ou campo de luta. Com o tempo, veio ela a se transformar no ginásio, um campo de esporte fechado, muitas vezes edificado num bosque de plátanos, destinado a todos os tipos de competição ou exibição atlética. Tal centro era equipado com banheiros, vestiários e, mais tarde, salas de aula, pois, seguindo o precedente olímpico, o espírito não era deixado apático e vazio pelo exercício físico por demais violento. É ali o lugar onde os jovens e os velhos se vão juntar para encontros amistosos de luta ou pugilato, para corridas, para lançamento do disco ou do dardo. De três desses bosques sagrados, já existentes no século VI, surgiram três famosas escolas de pensamento, o Liceu, a Academia, e o Cinosargo.

Se o mercado tinha sido, talvez, um centro improvisado para tais atividades, antes do século VI, já não sobrava lugar ali, quando a cidade começou a crescer. Assim, encontramos o ginásio nos arrabaldes da cidade, onde existiam terras sem construções, suficientes para as atividades ao ar livre. Em toda parte da cidade, mas especialmente ali, havia estátuas dos deuses e heróis: aquelas lembranças de "perfeitos atletas e das perfeitas mães de atletas" estabeleciam um padrão público de graça e vigor corporal. Essa arte plástica influenciou a juventude das cidades gregas, assim como as fotografias e os anúncios de astros de cinema estabelecem padrões de beleza feminina, na civilização dos nossos dias. No momento da adolescência em que o narcisismo e a consciência do corpo aparecem pela primeira vez, a influência de tais modelos não pode ser superestimada. Posso testemunhar pessoalmente o efeito mesmo de uma obra romana inferior, representando um atleta com um dardo, sobre meu próprio desenvolvimento físico.

No decurso de um ou dois séculos, com o crescimento do espírito

mercantil na sociedade grega, as finalidades religiosas e culturais dos jogos olímpicos foram obnubiladas por um profissionalismo e um comercialismo sórdidos; isso ocorreu justamente com a inauguração de competições rivais noutras cidades. A mera aptidão física, como a de Milo de Crotona, tomou o lugar da força, da agilidade, e da imperturbável fortaleza; na verdade, a conquista de prêmios, como atletas profissionais, tornara-se, como em nossos próprios dias, um fim em si mesmo, por volta do século IV a.C.; e Teágenes de Tasos gabava-se de ter conquistado quinhentos prêmios.

Contudo, tão entranhado era o sentido de desporto, a princípio, que mesmo a guerra entre as cidades algumas vezes ganhava as características de um concurso esportivo à procura mais da honra que de objetivos mais malignos. Testemunha disso é a "guerra" entre Cálcis e Erétria, no século VII, realizada apenas como concurso, com todos os projéteis, lanças, dardos e flechas, sem ponta. Aquelas cidades tinham emergido da depravação bárbara da guerra total e sublimado a agressão brutal.

Ao se mudar para a cidade, os moradores urbanos tinham deixado para trás muitos saudáveis passatempos do campo e vigorosas ocupações do corpo: assim, era missão dos jogos olímpicos fazer voltar aquelas virtudes rurais como parte da rotina urbana diária — exercícios retirados e estilizados, recordados da velha matriz da fazenda, dos pastos e da caça nos bosques.

Os subprodutos espirituais dessa nova instituição revelaram-se tão importantes como seus benefícios para a saúde, pois, aqui, os jovens e os velhos se viram em constante companhia, não como pais e filhos, ou mesmo como professores e estudantes, mas como parceiros na discussão, encaminhada pelos membros mais velhos, e ainda mais estimulante por causa das diferenças de idade e da fuga à autoridade puramente paternal. Algumas vezes, essa intimidade se revelou um encorajamento a uma estéril homossexualidade, provocando afetações apaixonadas, desprovidas de quaisquer ameaças de progênie; mas constituiu também, como nos recordam os diálogos platônicos, uma contribuição à educação elevada. Possuiria um corpo de sacerdotes autoritários qualquer coisa de valor comparável para oferecer à guisa de método? E o ginásio, ao mesmo tempo que convidava ao exercício físico, ajudava a superar a placidez corporal que, tão freqüentemente, era o preço exigido pela adaptação ao ambiente restrito e sedentário da cidade.

O papel desempenhado pelo santuário délfico é mais difícil de descrever, especialmente porque o culto não deixou atrás qualquer registro legível, a não ser seu tesouro e seus monumentos votivos. Embora o culto de Dionísio possa ter vindo de regiões mais distantes, talvez tenha sido com a sanção de Delfos, que constantemente juntava a prudência e a clareza apolínicas à treva e ao êxtase dionisiacos, que o drama capturou a cidade grega. Aqui, podemos fazer uma pausa para penetrar no teatro como uma instituição urbana, que se introduziu na cidade grega mais ou menos ao mesmo tempo que o ginásio, talvez

inicialmente representado no ágora, em tablados de madeira improvisados, conforme nos mostram três vasos do princípio do século VI. Cedo, porém, por causa das multidões que acompanhavam o crescimento da cidade, o teatro se estabeleceu na encosta de uma colina nos arrabaldes, sob o céu aberto.

Os festivais dos quais surge o teatro eram de natureza religiosa, por muito tempo celebrados na aldeia; e os sacerdotes do templo ocupavam a primeira fila da "orquestra". Se a comédia ática cresceu a partir dos antigos ritos de fertilidade enraizados no passado neolítico, a tragédia abordava os problemas do desenvolvimento humano abertos pela nova ordem urbana: o destino, a oportunidade, o livre arbítrio. À medida que se desenvolvia a própria cidade, o drama foi-se desprendendo, de ambos os lados, de sua herança religiosa: um divertimento mais cerebral tomou o lugar dos ritos estranhos e das brincadeiras violentas, bem como da solene edificação. A par de tudo isso ocorreu uma perda da perspectiva cósmica. No mesmo momento em que seu orgulho e confiança se tornaram superados, o ego humano começou a diminuir. Desligado do seu senso do cósmico e do divino pareceu cada vez mais presa do acaso sem significação e do capricho externo. Em seu próprio desenvolvimento, pois, o drama simbolizou o curso do desenvolvimento urbano, quando o vulgar, o trivial, o sórdido, o espetacular tomaram o lugar dos sacramentos do nascimento, da cidadania, da vocação, do casamento e da morte.

Todavia, em sua fase pós-trágica, quando a ligação religiosa foi rompida, o teatro continuou sendo uma das marcas diferenciadoras da cidade clássica, visíveis nas mais distantes das cidades constituídas para os colonizadores e pensionistas do império. Ainda hoje, na colina de Fiesole, perto de Florença, o vale que se abre abaixo e junto das montanhas que se erguem além recaptura todas as formas do teatro grego, exceto a universal, e exala um débil hálito da cultura original que o produziu. A beleza do espaço ordenado dentro de um cosmo ordenado.

Se um sinal do fim da cidade clássica é o término dos jogos olímpicos, outro é o abandono do teatro. Pois era no teatro que o cidadão grego se encontrava e obedecia à máxima délfica: Conhece-te a Ti Mesmo. Mais do que tudo, conforme as inexoráveis comédias de Aristófanes nos contam, aprendia a ver a si mesmo, de maneira deformada, tal como os outros o viam, castigado pelo seu doloroso riso. Mas, ao mesmo tempo, divisava, nas figuras maiores dos heróis e deuses, atraentes egos potenciais cuja imitação em momentos de crise ajudá-lo-ia a ultrapassar a mediocridade do seguro e do habitual. A consciência e a realização de si mesmo, a própria transcendência pessoal, tornaram-se as novas marcas da personalidade urbana ou, pelo menos, de uma minoria desperta.

Contudo, de maneira ainda mais direta e prática, Delfos provocou uma outra alteração no desenvolvimento da cidade grega. Porque a fundação da cidade era para os gregos, como tinha sido para as culturas antigas, antes de

tudo, um ato religioso, Delfos naturalmente assumiu o encargo das novas fundações; e, especialmente no período remoto da colonização, o Apolo pítico deu conselhos específicos, que abriram colônias em todas as direções, sob a égide do próprio Apolo. Poucas cidades emprenderiam uma expedição dessa natureza sem consultar o oráculo. Assim, no momento em que o crescimento da população poderia ter conduzido ao congestionamento dentro da cidade, à emigração ao acaso, ou a conflitos em torno das terras aráveis, nas regiões mais densamente povoadas, Delfos, sem qualquer dificuldade, enfrentou o problema da população e desempenhou um programa de dispersão organizada.

Através desse programa, os guardiães daquele santuário reduziram tanto a acerbada competição econômica quanto as guerras de conquista, enquanto levavam a cultura e a *pólis* grega às parcamente colonizadas comunidades de aldeia da periferia. O controle do crescimento da cidade por meio da colonização ordenada, repetido tão freqüentemente quanto o número de habitantes exigia, foi o primeiro reconhecimento prático de um limite orgânico ao crescimento da cidade. Durante o século em que foi mais amplamente praticado, quando a norma era observada, a cidade grega revelou-se um ambiente extremamente favorável ao desenvolvimento humano. A doutrina délfica da média áurea valia tanto para as cidades quanto para os homens. Note-se que a persuasão religiosa e a ação voluntária acarretaram esse movimento de colonização: não o controle militar centralizado. Este surgiu sob Alexandre Magno, quando a autoridade religiosa havia ruído e tinham desaparecido as normas cívicas.

Cós, Cnido e Epidauro eram símbolos da preocupação grega com a integridade e o equilíbrio, não menos importantes que os jogos olímpicos ou o santuário délfico; e as lições que ensinaram desempenharam um papel no urbanismo posterior, embora não tenham sido ainda plenamente assimilados, mesmo em nossos dias.

Um dos mais célebres tratados hipocráticos é aquele sobre *Ar, Água e Lugares*, obra que traçou os contornos da higiene pública em relação à escolha dos lugares e ao planejamento de cidades. Se o amor grego pelo objeto concreto conduziu esses perspicazes médicos a esquecer as forças e os organismos inferiores ao limiar ordinário da visão, de tal sorte que aparentemente nunca suspeitaram de que as doenças poderiam ser transmitidas por agentes invisíveis, não obstante fizeram eles plena justiça às matérias mais facilmente descobertas e trabalhadas: a orientação dos prédios e ruas da cidade para fugir ao sol do verão e aproveitar os ventos refrescantes; o evitar as terras pantanosas e os ambientes não sanitários; a obtenção de fontes de água pura, como matéria duplamente necessária para os doentes, aos quais o vinho geralmente devia ser proibido.

Essas prescrições não se introduziram de maneira rápida. Era mais fácil

para os ricos e os ociosos visitar um sanatório distante, quando estavam doentes, do que para uma municipalidade proporcionar o capital necessário a grandes obras de engenharia, que trariam água pura do alto das colinas, proporcionariam amplos espaços abertos para a recreação dentro da cidade, abririam os bairros residenciais apinhados e assegurariam a circulação de ar, senão reduzindo o congestionamento residencial, pelo menos separando cada quarteirão de edifícios, a intervalos freqüentes, por meio de ruas e vielas. Paradoxalmente, as grandes cidades, que possuíam o capital necessário para aqueles instrumentos, foram menos capazes de "se dar ao luxo" dos melhoramentos necessários, embora o próprio número de seus habitantes tornasse os melhoramentos de higiene mais urgentes.

A teoria hipocrática, por isso mesmo, não veio a se transformar em prática urbana, até que se construíram as novas cidades helenísticas, primeiro na Grécia, depois nas cidades de colonização romana. Contudo, a reiteração desses princípios pelo arquiteto e urbanista romano Vitrúvio, no século I d.C., mostrou que continuavam vivas e operantes, tal como uma parte não pequena da medicina hipocrática permaneceu viva em Galeno.

A compreensão da importância da água pura não proporcionou simplesmente um incentivo ao melhoramento municipal: provocou também a exploração das propriedades curativas das fontes minerais, de tal sorte que, dos centros originais de tratamento médico, surgiram seus descendentes diretos, os balneários, que se especializaram em banhos naturais, quentes e frios, e num copioso beber de água. A própria cidade de Bath, na Inglaterra, foi um centro romano dessa natureza; e a crença nos banhos, inclusive a apreciação do banhar-se em água salgada, voltou no século XVIII, como resultado direto da revivescência clássico-romântica, um século inteiro antes que o ar puro e a luz do sol viessem a ser considerados como o método natural, cientificamente comprovado, de combater o raquitismo e a tuberculose.

A ênfase hipocrática no ar, na água, no solo e na situação não obteve uma vitória fácil; isso porque uma antiga tradição de construções muito próximas, a tolerância da imundície e da putrefação, o desejo ambicioso de empregar cada palmo de terra disponível, combinaram-se para transmitir, sem melhoramentos, os defeitos médicos e higiênicos dos antigos construtores de cidades. Com o tempo, entretanto, os preceitos hipocráticos vieram introduzir na cidade água pura para beber e para banhos, e parques espaçosos destinados aos exercícios e ao rejuvenescimento espiritual. Tais coisas eram equivalentes urbanos e essenciais das facilidades naturais que a cidade havia deixado para trás. Uma fase da higiene, porém, acha-se, estranhamente ausente: a escola médica não deixou texto algum sobre a sanitação pública; e não há referência à deposição conveniente de excrementos.

Foram essas, pois, as contribuições decisivas que os gregos, descortinadamente, reunindo-se periodicamente em centros especiais, emprestaram à

cultura das cidades: o ginásio, o sanatório, o teatro. Não lhes ocorreu meramente remodelar a forma da cidade: cada uma introduziu, igualmente, um motivo de mais ampla circulação e intercâmbio cultural, graças às viagens e peregrinações. Foi essa uma influência pan-helênica. Nos poemas de Tirteu, recitados nos jogos olímpicos, até mesmo a obstinada Esparta emprestou uma contribuição à cultura literária comum.

As pessoas que se aventuraram a seguir, em pequenos grupos ou grandes correntes, para Olímpia, Delfos, Cós e suas cidades irmãs haviam-se temporariamente retirado do mundo contido em si mesmo da *pólis*. Tornaram-se membros de uma unidade maior, que era produzida não pelo isolamento e fechamento, mas por uma vívida atração. No ponto de encontro, superavam os particularismos e paroquialismos de sua cidade nativa e podiam divisar um horizonte mais amplo. As vias sagradas que conduziam de Élide a Olímpia, ou de muitos outros lugares a Delfos, serviam como um laço visível dessa unidade.

Potencialmente, essas práticas tinham em si mesmas as bases de uma nova espécie de norma urbana, baseadas na organização federada, operando sobre áreas mais amplas, não pelo comando centralizado, mas através de transações voluntárias e de serviços mútuos. Se tais esforços tivessem sido mais completamente compreendidos e mais conscientemente apreciados pelos pensadores políticos da Grécia, mesmo já no século IV, poderiam ainda ter deixado sua marca na cidade. Contudo, as práticas gregas se achavam muito adiantadas em relação à sua teoria: em verdade, a teoria acentuava o separado, o particular, o estático, o arcaico, e desprezava as novas tendências no sentido do intercuro cultural dinâmico e da federação política. Aristóteles examinou as constituições de 158 cidades gregas, cada qual suficientemente diferente para merecer uma análise separada; contudo, não há sinais de que tenha prestado atenção aos esforços no sentido de se criar uma liga geral de cidades, embora tal coisa tenha tido seu início já no século VI, e, antes que Roma tivesse apagado o último vestígio de liberdade grega, a Grécia produziria cerca de vinte dessas confederações.

A maioria dessas ligas, assinala McDonald pertinentemente, tiveram seu início num festival religioso comum e na organização necessária para proteger e supervisionar um culto especial. E, ainda muito mais tarde, dois novos artificios do governo urbano foram introduzidos: o princípio da isopolidade, pelo qual uma cidade dava a sua cidadania a outra cidade, embora permanecesse separada e tivesse governo próprio; e o da simpolidade, pelo qual uma cidade passava a fazer parte de um grupo cooperativo, sob uma autoridade coordenadora, professando cada cidadão uma dupla fidelidade. Num mundo pacífico, tais esforços poderiam mesmo ter-se multiplicado e dado frutos.

Mesmo aqueles cujo conhecimento da Grécia é tão exaustivo como o de Toynbee são inclinados a atribuir a divisão das cidades gregas à sua situação topográfica, à inveja e rivalidade ou à sua enftuação narcisística por sua

própria imagem. Que todas essas coisas tiveram um papel a desempenhar, não pode haver dúvida: mas o fato de que tantos esforços foram feitos no sentido da federação demonstra a existência de muitas pressões em contrário. O mais antigo estado federal da Grécia, para o qual J. A. Larsen encontra uma descrição adequada, foi a Confederação da Beócia, no período de 447-386 a.C. A compreensão de tais esforços data apenas do descobrimento do papiro helênico de Oxirincos, em 1908.

Talvez essa inovação fosse favorecida pela ausência de barreiras de montanhas e cidades fortes, naquela ampla e fértil planície; mas, a despeito de sua reputação ática de perversidade, a Beócia na realidade criara um sistema federal bem organizado, com uma junta de magistrados, um grande conselho de representantes, um tesouro que controlava uma renda e até mesmo um tribunal ou tribunais federais; e era suficientemente forte para impor governos locais uniformes às cidades membros. No total, uma brilhante inovação.

Esse feito do governo federal representativo, com sua combinação de união e autonomia local, foi um desenvolvimento político de magnitude não pequena. O que fez com que fracassasse não foi o inveterado particularismo das cidades gregas, algumas vezes fatalmente inerente ao seu caráter e constituição: pelo contrário, esse sistema federal foi derrubado por um ato brutal específico, ou seja a "Paz do Rei" de 386, que estipulou que as cidades gregas deveriam ser "livres". Sob o governo espartano, isso significava que não tinham liberdade para se juntar numa união federal: tudo isso ocorreu antes que Demóstenes procurasse reunir as acudadas cidades ameaçadas por Filipe da Macedônia. Se o federalismo beócio tivesse prevalecido contra o isolacionismo espartano, as cidades da Hélade poderiam ter revidado o golpe fatal de Queroneia.

Se a força e a confiança própria das cidades gregas não tivessem sido destruídas pela série de guerras que se iniciou entre elas próprias, seus esforços posteriores no sentido da federação, nascidos em grande parte do desespero, poderiam ter-lhes dado uma oportunidade melhor contra os impérios que afinal as apagaram. Contudo, o conceito maior de uma *pólis* urbana federada, que deveria vir retificar as deficiências do isolacionismo urbano e da expansão imperialística política e cultural, jamais teve uma carreira suficientemente grande para criar um padrão radicalmente novo de vida cívica. A guerra arrastou as cidades de volta ao modelo mais regressivo das mais antigas cidades centralizadas num rei e finalmente apagou quase todos os vestígios de sua independência e autonomia. Assim, foi como repudiados vencidos, súditos e escravos, não como cidadãos livres, que os gregos vieram por fim a conduzir as lições de Olímpia, Delfos e Cós ao resto do mundo.

4. O Antigo Templo e o Novo Deus

Abordamos a cidade grega vendo-a de fora; isto porque foi nos arrabaldes da cidade que as novas instituições que a edificaram a partir de tipos antigos encontraram morada. Mas, no centro da cidade grega, quando finalmente tomou forma no século V, encontravam-se as instituições características da antiga cidadela, quase inalteradas. Ali estava o templo, mantido vivo pelo antigo culto, com seus bairros próximos destinados a sacerdotes e sacerdotisas. Também ali se encontrava o velho palácio, que foi transformado num Paço Municipal, quando o poder real foi dividido entre magistrados eletivos, com um senhor da guerra, um senhor da lei e um senhor do santuário — embora, lembra-nos Robert J. Bonner, o chefe religioso do Estado fosse ainda conhecido como *archon basileus*, ou rei principal. Quanto ao ponto de encontro da aldeia, o ágora ou mercado, era muitas vezes situado na base da cidadela; mas o crescimento da função do mercado, quando uma cidade era ampliada ou reconstruída depois da destruição na guerra, muitas vezes provocava a sua remoção para a beira d'água, para facilidade do transbordo, da troca e da armazenagem.

As atividades cotidianas de uma cidade grega eram desempenhadas ao ar livre, muitas vezes sob um sol radiante, algumas vezes sob as condições soturnas de um outono chuvoso ou de um inverno enevascado. Esse amor entranhado à vida ao ar livre compensava algumas das restrições dos aposentos domésticos de moradia, especialmente para os membros masculinos da comunidade. O fechamento parcial surgiu como um dos novos luxos do período helenístico: quando os cidadãos perderam sua liberdade, consolaram-se com os confortos físicos, assim como os povos de nossa própria sociedade quase totalitária de novo fazem hoje em dia. Contudo, a acrópole permaneceu sendo o centro espiritual da *pólis*; e após o século VII, sua estrutura dominante não era mais o castelo, mas o templo.

Como morada do deus da cidade, o templo tomou a forma da tradicional mansão palaciana, um grande salão com uma ante-sala e um pórtico frontal; uma estrutura semelhante a um celeiro, com um teto de cumeeira cujos esteios de madeira seriam traduzidos, afinal, em rijas colunas dóricas ou jônicas de mármore. Aquela edificação geralmente abrigava as imagens esculpidas do deus ou deusa, cobertas de ouro, talvez com a cabeça de marfim e os olhos de pedras preciosas, como na famosa estátua de Atena feita por Fídias; ao passo que as esculturas exteriores e a decoração geométrica seriam pintadas em fortes tonalidades brilhantes, todas conduzindo uma pesada sobrecarga de significado simbólico. O grande templo seria apenas um de muitos templos e santuários menores, dispostos por toda a cidade, em sítios escolhidos não tanto pela sua importância estética, quanto pelos acontecimentos ou associações sagradas que davam ao local uma santidade especial.

Tanto a progressão lógica quanto a ordem estética eram secundárias em relação aos sentimentos religiosos que o tempo tornara fixados.

Nas cidades maiores, ao contrário daquelas da Idade Média cristã, o templo jamais era suficientemente grande para abrigar, em qualquer tempo, uma parte considerável da comunidade: e essa estava longe de ser sua finalidade. Isto porque os principais ritos e cerimônias eram realizados fora desse prédio, embora dentro dos recintos sagrados. Pela época que os grandes templos foram construídos, nos séculos VI e V a.C., os próprios deuses tinham sofrido uma transformação: não eram mais a imagem sobre-humana de senhores e senhoras da cidadela, avistados de longe; pelo contrário, tinham-se tornado encarnações das qualidades ou virtudes humanas, encarnações da justiça, da sabedoria e da paixão secular. Isso fazia parte daquela emancipação do "tolo absurdo" que Heródoto considerava, juntamente com a inteligência grega, como a marca que distinguia os helenos dos bárbaros.

Já no século V a.C., havia um elemento de consciente faz-de-conta na religião grega. Em todo o decorrer da oração de Péricles comemorando o ateniense morto, não existe sequer uma referência aos deuses. Teria aquele empedernido conservador que foi Aristófanes a coragem de retratar, mesmo por brincadeira, o bloqueio do céu pelas aves, se as tradicionais crenças das divindades olímpicas de fato não houvessem sido corroídas? Na verdade, Sócrates, muito depois disso, foi condenado à morte por supostamente afastar os jovens de Atenas dos antigos deuses. Isso, porém, foi feito num repente de suspeita e ressentimento democrático, em meio a uma guerra perdida, mais ou menos dentro do mesmo espírito com que uma comissão de investigação do Senado dos Estados Unidos, caso o país tivesse sido derrotado pelos nazistas, poderia ter condenado Charles Beard, por solapar a crença popular nos pais da constituição, ou John Dewey, por alterar o envelhecido ensino dos "três erres" (*).

O fato é que, por volta do século VI, um novo deus havia capturado a acrópole e, por uma passagem imperceptível, misturara-se com a divindade original. Aquele novo deus era a própria *pólis*, pois as pessoas que construíram aqueles grandes templos foram tomadas por um êxtase de auto-adoração coletiva: jamais perceberam, talvez, que era sua própria imagem de ordem, beleza e sabedoria que haviam erguido no alto de uma elevação, e que, para alcançar os meios de criar tais estruturas, muitas vezes mostrariam exorbitante orgulho e chocante infâmia moral. Aquela situação exigia um auto-exame humilde e penetrante, para que a cidade fosse salva. Um dos maiores desses

(*) Expressão jocosa aplicada ao que, antes de Dewey, se considerava o triplice fundamento do ensino elementar. Os "três erres" são as iniciais de *reading* (leitura) e das formas corrompidas *'riting* (*writing*, escrita) e *'rithmetic* (*arithmetic*, aritmética). (N. do T.)

edifícios, o Partenon, foi um projeto de obras públicas do próprio Péricles: possibilitado por crescentes atos de flagrante injustiça e calculado terrorismo, perpetrados por Atenas contra seus vizinhos e aliados mais fracos. Culminou tudo isso no extermínio em massa dos homens de Melos, mesmo depois da rendição dos seus moradores. Obras públicas tão elaboradas talvez mantivessem a população excedente de Atenas empregada; contudo, o dinheiro que as tornou possível foi dinheiro de sangue, que degradava quem o recebia.

A oração fúnebre de Péricles conta uma história diferente daquela que os estudiosos da Grécia muitas vezes dela têm deduzido, desde que se fuja à hipnose da retórica de Tucídides. Coberto por uma máscara afável de modéstia e moderação, aquele discurso constitui, na realidade, um hino de complacente auto-adoração: nele, ideais ainda apenas parcialmente compreendidos eram tratados como se constituíssem sólidas realidades, e injustiças percebidas de maneira por demais palpável mal eram sequer mencionadas, e menos ainda objeto de arrependimento.

Se fossem necessárias mais provas dessa insidiosa inflação do ego coletivo, o próprio Partenon a apresentaria: a fraqueza moral não é menos visível porque se materializou numa imagem estética sem jaça. Com efeito, que mais é a frisa parthenaica senão uma apresentação idealizada da procissão verdadeira que volteava pelas estreitas ruas da cidade e galgava o *têmenos* de Atena, contemplando-se os seus membros nas figuras esculpidas diante deles, ao mesmo tempo que, emergindo na colina aberta abaixo dos degraus, prestavam reverência à sua guardiã da sabedoria, com sua ave totêmica comum, a coruja. Assim, o ego dirigia olhares admiradores para o ego que olhava para o ego: um estado de deleitado narcisismo. Essa paixão por sua própria imagem se aprofundou entre os atenienses, sem dúvida, em razão do triunfo final sobre os persas, que conduziu à restauração do santuário que estes haviam destruído em 480 a.C. Mesmo em 336 a.C., dois anos depois da fatal derrota de Queroneia, os cidadãos de Atenas inscreveram numa estela o texto de uma lei contra a tirania: e o relevo que a acompanha representa a democracia que coroa o Demos de Atenas!

Durante tanto tempo o orgulho dos gregos por sua humanidade imaculada possivelmente teve um efeito humanizador sobre a religião: como mostrou Gilbert Murray, resultou isto numa moralização do Olimpo, num esforço para trazer os deuses pelo menos até um nível humano de conduta e para encobrir, como indignos da divindade, os amores escandalosos e os truques insidiosos que os membros do Panteão grego tinham herdado dos delinqüentes cósmicos de uma época passada. O próprio Olimpo deve ser transformado em uma *pólis* de cidadãos respeitáveis. Assim, o menos divinal dos deuses, Hefáisto, o ferreiro, ganhou seu próprio templo, destinado a celebrar suas sólidas virtudes de artesanato, muito perto das antigas habitações dos oleiros e ferreiros, abaixo da acrópole, enquanto que Prometeu, aquele que Hesíodo

caracterizava como "tímido", tornou-se, no drama de Ésquilo, o superior moral de Zeus. Embora Atenas ofereça a maior parte dos exemplos definidos da divinização da *pólis*, o próprio espírito predominou em toda parte. Deus, a cidade e os cidadãos tornaram-se uma manifestação compacta do ego.

A adoração da *pólis*, entronizada no mito e na lenda, representada em custosas obras arquitetônicas, alimentada por uma sucessão de rituais mágicos, teve um efeito insidioso sobre a cidade. O que começou como um auto-respeito coletivo, confiante nos poderes já postos à prova sob a pressão exterior, transformou-se na adoração de uma imagem petrificada do ego comunal. No fim, a *pólis* foi solapada e encontrou a destruição por seu próprio exagerado compromisso com as artes rituais que a haviam fortalecido na derrota e tinham celebrado seus triunfos. Com razão, Platão observou nas *Leis* que a maior praga da cidade era "não a dissensão, mas a distração".

Por volta do século IV, que introduziu um grande período de extensões urbanas e embelezamentos cívicos, os atenienses, de maneira bastante típica, insistiram em consumir, nos seus jogos e festivais públicos, os fundos de que tanto necessitavam para a reconstrução da sua marinha, a fim de manter ao largo os conquistadores macedônicos. A oração de Demóstenes "Sobre as Pranchas Navais" foi, na realidade, uma oração antifúnebre. Não foram os soldados que já tinham morrido na batalha que Demóstenes pranteou: foi antes, a orgulhosa cidade que estava agonizando numa paz fictícia. Mas, coitado! Era o corpo de cera da cidade, enfeitado e perfumado, que ele procurava restituir à vida. A angústia de Demóstenes por seus contemporâneos que amavam as diversões e fugiam às responsabilidades é o comentário final sobre aquilo de que Péricles se orgulhava. Achavam-se eles por demais enamorados de suas excitações e distrações habituais — seus esportes, seus jogos e espetáculos, seu novo interesse na arte culinária, que nos foi revelado por Aulo Gélio —, para ter disposição para enfrentar as realidades de vida e morte que exigiam sacrifício.

Mais uma vez, a sólida estrutura física escondia a possibilidade da decadência espiritual que se achava por trás dela. Ampliando tudo que a riqueza e o poder militar podem trazer, Atenas se esquecera das associações essencialmente simbióticas e cooperativas da cidade, que somente florescem quando são, ao mesmo tempo, internamente equilibradas e contrabalançadas num ambiente mais amplo. Isso porque não foi graças às perfeições acabadas do período pós-pericleano, mas às potencialidades inacabadas do período entre Sólon e Péricles, que Atenas se tornou tão grande — aquele grávido momento em que os edifícios não tinham tomado o lugar do homem. Então, um espírito de brilhante criação e improvisação havia afetado todas as funções urbanas.

Em seus grandes templos e monumentos, a cidade grega não era única: Carnaque e Heliópolis, Babilônia e Nínive, certamente, tinham a dizer a

mesma coisa. A real força da cidade grega era de outra ordem: não sendo nem por demais pequena nem por demais grande, nem por demais rica nem por demais pobre, impedia que a personalidade humana se tornasse anã em vista de seus próprios produtos coletivos, ao passo que utilizava plenamente todos os agentes urbanos de cooperação e comunhão. Nunca qualquer cidade, por maior que fosse, abrigara e incetivara uma multidão tão grande de personalidades criadoras, como as que se juntaram em Atenas durante talvez um século. É este o fato mais importante em tudo isso; se, porém, nos faltassem os documentos escritos, as pedras de Atenas não nos contariam a história.

5. Paço Municipal e Praça de Mercado

Chegamos agora ao centro dinâmico da cidade grega: o ágora. A separação entre o ágora e o recinto do templo, o humilde ponto de encontro das transações seculares e o altivo ponto de encontro dedicado ao sacrifício e à oração aos deuses, vinha ocorrendo quase desde o princípio. Na Grécia, essa separação deu-se mais depressa que na Mesopotâmia, pois, em épocas pós-homéricas, pelo menos as artes e ofícios jamais tinham sido praticados sob o comando direto do templo. Longe de um antigo capitalismo teológico de Estado, decorrente de uma concentração do poder real, aconteceu justamente o contrário: o oferecimento voluntário de presentes a um santuário como de Apolo, em Delos, transformou aquela ilha estéril num movimentado centro bancário, que desempenhou um papel importante no desenvolvimento comercial helenístico. Se, na economia do século V, o ágora pode ser apropriadamente chamado uma praça de mercado, sua função mais antiga e mais persistente foi a de ponto de encontro comunal. Como de hábito, o mercado era subproduto do ajuntamento de consumidores, que tinham outras razões para se reunirem, além de fazerem negócios.

Como tantas outras manifestações da antiga *pólis* grega, encontra-se o ágora retratado na *Ilíada*, na primeira descrição adequada da rotina diária de uma comunidade grega, ou seja, a que Homero concentrou em imagens de ouro e prata no fabuloso escudo de Aquiles. O ágora é ali um "local de assembléia", onde "a gente da cidade ia-se reunir", e a finalidade da reunião, nesse contexto, era decidir se um assassino pagara uma adequada multa de sangue aos parentes do homem assassinado. Os mais velhos, "sentados em pedras polidas no meio do círculo sagrado", davam sua decisão.

Até a mais primitiva comunidade devia manejar seus negócios e enfrentar suas dificuldades comuns, derrubando tensões insuportáveis de cólera, medo e suspeita, restabelecendo o equilíbrio social desfeito pelo ataque e pela vingança, pelo assalto e pela reparação arbitrária. Semelhante lugar de encontro, possivelmente sob uma árvore sagrada ou junto de uma fonte, deve ter

existido por muito tempo na aldeia: uma área suficientemente grande para que as danças ou jogos de aldeias pudessem ser ali realizados. Todas essas funções do ágora se introduziram na cidade, para assumir formas mais diferenciadas no complexo modelo urbano. Contudo, em seu estado primitivo, o ágora era, acima de tudo, um lugar destinado à palavra; e, provavelmente, não existe sequer um mercado urbano em que a troca de notícias e opiniões, pelo menos no passado, não desempenhou um papel quase tão importante quanto a troca de mercadorias.

Na verdade, somente depois que o automatismo e a impessoalidade do supermercado foram introduzidos nos Estados Unidos, na metade do século XX, as funções do mercado como centro de transações pessoais e entretenimento social foram inteiramente perdidas. E mesmo assim, aquela perda social foi apenas parcialmente desfeita pelo desenvolvimento do centro comercial de maiores proporções, onde, no estilo característico da nossa era supermecanizada, vários meios de comunicação em massa servem pelo menos como substituto vicário — sob o controle disfarçado dos guardiões do mercado, ou anunciantes — das comunicações diretas, face a face (em duas direções), entre comprador e vendedor, vizinho e colega de mercado.

O antigo ágora tinha uma forma amorfa e irregular. Se era algumas vezes situado numa praça aberta, numa cidade como Tera poderia ser pouco mais que o alargamento da rua principal, uma Rua Larga, como acontecia, para escolher apenas um dentre uma centena de exemplos, na cidade inglesa de High Wycombe. Antes de mais nada, o ágora é um espaço aberto de propriedade pública, que pode ser ocupado para finalidades públicas, mas não necessariamente fechado. Muitas vezes, os edifícios adjacentes são lançados ao redor numa ordem irregular, aqui um templo, ali a estátua de um herói ou uma fonte; ou, talvez, numa fileira, um grupo de oficinas de artífices, abertas para o transeunte; enquanto que, no meio, as barracas ou cobertas temporárias indicariam talvez o dia de feira, quando o camponês levava seu alho, suas verduras ou azeitonas para a cidade e comprava um pote ou mandava consertar seus sapatos pelo sapateiro.

A partir do século VII, entretanto, com a introdução de moedas cunhadas de ouro e prata, como novo meio de troca, o comércio tornou-se o elemento mais importante da vida da cidade e as funções econômicas do ágora continuaram a se expandir. Agora, um grupo crescente de pessoas, em grande parte nas operações de exportação e negócios em grosso, começava a operar, não exclusivamente para ter uma vida melhor, mas em busca de riquezas abstratas: procuravam tornar-se tão ricos como o famoso rei lídio Cresos, sem ser prudentemente intimidados pelo fato de que ele chegou a um mau fim. Essas novas funções econômicas, na verdade, tanta pressão fizeram contra as funções políticas e legais do ágora que, ao final do século VI, pelo menos em

Atenas, a assembléia popular, precisando de espaço, abandonou o ágora pelo Pnix.

Ainda assim, mesmo no tempo de Sólon, o Ágora de Cerâmica foi demarcado deliberadamente para servir também como mercado, local de assembléia e centro festivo; e, embora uma parte dele fosse muitas vezes reservada às donas-de-casa, o ágora era preeminentemente um recinto destinado aos homens. Aliás, o ágora serviu como uma espécie de clube informal onde, caso se esperasse o tempo suficiente, encontrar-se-iam os amigos e companheiros. Mas, mesmo no século V, como Aristófanes notou em *As Nuvens*, os fidalgos territoriais preferiam deixar-se ficar no ginásio, onde apenas encontrariam os de sua espécie.

Essa função social do espaço aberto persistiu nos países latinos: *plaza*, *campo*, *piazza*, *grand-place*, descendem diretamente do ágora; pois é no espaço aberto, com seus cafés e restaurantes em volta, que os encontros, conversas, discussões face a face, bem como os encontros fortuitos têm lugar, não formalizados, mesmo quando habituais. Até os próprios esportes e funções dramáticas do ágora original jamais desapareceram por completo: torneios de cavalaria ainda eram realizados no mercado, ao fim da Idade Média, na Europa setentrional, e foram seguidos, no século XVII por exibições militares. Em Élide, o ágora era, na verdade, chamado Hipódromo; e corridas de cavalo, semelhantes àquelas que outrora tiveram lugar ali, ainda se realizam anualmente no famoso Pálio, de Siena, tendo seu ponto culminante na *piazza* diante do Paço Municipal. Como o ágora combinava tantas funções urbanas importantes — direito, governo, comércio, indústria, religião, sociabilidade —, quase não será de admirar, como observa Wycherley, que continuasse a ganhar as expensas da acrópole, até que, no fim, tornou-se o elemento mais vital e distintivo da cidade. Na verdade, na cidade helenística, chegou mesmo a capturar, no novo templo ou no teatro de vizinhança, alguns dos antigos ocupantes da acrópole.

O ágora, com o tempo, tornou-se um recipiente indiscriminado, não muito diferente do fórum romano posterior. O poeta grego do século IV, Eubolo, observou: "Vereis que tudo é vendido junto no mesmo lugar em Atenas: figos, testemunhas para atender a convocações, cachos de uvas, nabos, pêras, maçãs, fornecedores de provas, rosas, nêspas, sopa, favos de mel, ervilhas, processos legais. . . máquinas de demarcação, íris, lâmpadas, clepsídras, leis, denúncias". Ali, um templo ou santuário teria o seu lugar num amontoado de oficinas, e o camponês podia, com seu burrico, gozar a pausa de um filósofo, como Platão deve tantas vezes ter pausado, para ver um oleiro ou carpinteiro a trabalhar diante de sua loja aberta, assim como ainda se podem ver os artífices correspondentes na Atenas de hoje.

Mas, embora a expansão continuada do ágora rneça a transferência da economia grega das trocas rurais entre vizinhos para um tráfego sobre o mar,

um fato singular a respeito desse crescimento deve ser assinalado, pois revela um defeito radical na constituição da *pólis*. Esse defeito fez quase tanto quanto suas belicosas atividades para solapar toda aquela civilização urbana. À parte, os artífices que podiam ser cidadãos de grau inferior, estrangeiros livres ou escravos, as facilidades mercantis em expansão do ágora se achavam nas mãos de estrangeiros, "metecos", como eram chamados. Àquelas pessoas eram negados, exceto em circunstâncias pouco usuais, os privilégios da cidadania: não podiam ajudar a fazer as leis, pronunciar decisões legais, possuir propriedade territorial ou mesmo, não sendo gregos, casar-se com cidadãos gregos. Em suma, constituíam uma minoria politicamente excluída, cuja única ocupação era fazer dinheiro: pessoas que, por necessidade, gastavam todas as suas energias em obter dinheiro e as coisas que o dinheiro podia comprar.

Os negócios e a indústria eram, infelizmente, colocados fora do âmbito da educação grega ou *paideia*: na verdade, como assinalou Heródoto, o gregos "têm em menor conta, entre seus concidadãos, aqueles que aprendem qualquer arte. . . mas consideram como nobre aquele que se abstém das artes manuais". Isto contrastava com o espírito da época de Sólon, quando, segundo Plutarco, "trabalho não era vergonha para ninguém, nem se fazia distinção com respeito ao comércio, mas o ofício dos mercadores era nobre". Exceto nas cidades comerciais da Jônia, que tinham abandonado os costumes aristocráticos da Grécia homérica e não mais igualavam os supremos bens da vida com os que derivavam da caça e da guerra, os cidadãos gregos rejeitavam o comércio como um possível modo de boa vida. Roubar e trapacear, se podemos julgar pelo que diz Homero, não eram incompatíveis com as virtudes aristocráticas: mas negociar livremente, com base no valor dado e recebido, era tratado como algo mais ignóbil que a expropriação unilateral por meio da força. Apenas os coríntios tinham suficiente orgulho de seus triunfos como mercadores, para serem isentos desse preconceito. Esse desmoralizado fazer dinheiro abriu o caminho para outras formas de desmoralização.

O desdém grego pelo comércio derrotou a si mesmo: a boa fé e a reciprocidade, necessárias em todas as formas de comércio a longa distância, que depende do crédito, jamais se propagaram dos negócios à política; na verdade, justamente o contrário aconteceu, pois Atenas se transformou numa inexorável exploradora dos desamparados e inimiga sistemática de suas rivais econômicas, num momento em que seu próprio crescimento de população exigia um aumento de todo o campo de esforço conjunto para o bem comum. Na edificação de seu império, Atenas utilizou os métodos fortes da nobreza, adicionando-lhes um toque de vitalidade civilizada, a fim de reclamar exclusivamente como seu o excedente que deveria ter enriquecido toda a Hélade.

Em seu esforço biográfico de Péricles, Plutarco tentou defender a política de obras públicas daquele estadista, mais ou menos nos mesmos termos

em que mais tarde foi defendida a de Napoleão III e Haussmann. Como a cidade era dotada de "todas as coisas necessárias para a guerra, podiam inverter o excedente de sua riqueza em empreendimentos que viessem, mais tarde, quando completados, dar-lhes honra eterna e, para o presente, enquanto em processo, suprir livremente todos os habitantes, com abundância". Demorou-se ele nos vários materiais que eram levados ao templo — pedra, bronze, marfim, ouro, ébano, cipreste —, nos vários ofícios que lhes deram forma, nas atividades dos mercadores e marinheiros, que os conduziram, para não falar dos "carreiros, criadores de gado, carroceiros, fabricantes de cordas, tecelões, sapateiros, preparadores de couros, construtores de estradas, mineiros". Assim, concluiu ele, "a ocasião e os serviços das obras públicas distribuíram abundância por todas as idades e condições".

Tudo isso, evidentemente, era como construir pirâmides, tanto no sentido egípcio quanto no sentido keynesiano que essas palavras ganharam mais tarde — se é que não foram intersubstituíveis na verdade desde o princípio. E também fala alguma coisa, a favor da grandeza moral de um grande corpo de cidadãos atenienses, o fato de que, a despeito da enormidade e do grande alcance dessa forma de suborno — emprego para todos!, uma economia em expansão!, nunca as coisas foram tão boas! —, nenhuma parte dessa política foi mais acerbamente criticada nas assembleias populares. Os inimigos de Péricles mostram que Atenas havia conspurcado sua reputação, financiando aquele enorme programa com a remoção da ilha de Delos do tesouro comum dos gregos e apropriando-se dele com vantagens somente para Atenas. Comparada com essa espécie de expropriação unilateral, até mesmo o tipo mais rude de negociação tinha vantagens morais. Não sendo adepta da federação ou do governo representativo, não sendo hábil como Mileto e Rodas na colonização, Atenas procurava monopolizar tanto as vantagens econômicas quanto as culturais, em vez de usar seus vastos talentos para eternizá-los e distribuí-los amplamente. Não admira que a áspera Esparta tivesse Delfos ao seu lado.

Enquanto a quantidade de comerciantes estrangeiros crescia em proporção à prosperidade financeira da *pólis*, o número de habitantes que não tinham interesse direto em sua vida crescia juntamente com ela. Eram essas as pessoas que, se desejavam educação, a obtinham prontamente em troca de um pagamento, daqueles estudiosos andarilhos, os sofistas; professores cujo principal pecado era o de professarem serem capazes de ensinar em poucas lições curtas, por dinheiro, o que a cidade helênica, com a cooperação de todas as suas instituições, realmente levava uma vida inteira para dar aos seus cidadãos.

Assim, mesmo quando a cidade grega se tornou uma "democracia", seus cidadãos constituíam uma classe à parte, uma "minoría dominante". Quanto maiores se tornavam as atividades econômicas da metrópole em expansão do século V, tanto mais seguramente se ampliava a lacuna entre os cidadãos e os não-cidadãos. Os trabalhadores manuais importados, não menos que os merca-

dores, podiam vir de ilhas não acostumadas ao governo próprio e incapazes de dar valor à liberdade e autonomia da *pólis*: Aristófanes chega a mencionar os pedreiros egípcios. Podiam eles ser "livres", mas não podiam assumir uma cidadania ativa.

Muitos dos cidadãos de Atenas careciam de meios para levar a folgada vida aristocrática que sua constituição pressupunha. A fim de alcançar o lazer necessário para desempenhar suas funções, como legislador e jurado, o cidadão ateniense era forçado a exigir apoio público do tesouro para o período em que exercia tais funções. Quando Péricles introduziu o pagamento por tais serviços, as antigas famílias territoriais, que viviam do aluguel e dos produtos nascidos em suas propriedades, consideraram esse pagamento pouco melhor que uma esmola ou suborno; mas o realmente escandaloso foi o fato de que fazia com que os cidadãos dependessem, para sua liberdade, da escravização de comunidades mais fracas.

O comércio continuou sendo, para o cidadão grego, um intruso pouco acolhido na *pólis* ideal: contrastava com o modo aristocrático tanto quanto com o modo agrícola de vida. Esse ânimo foi transmitido aos romanos como Cícero, que, em *De Civitate*, se insurgiu contra aqueles que eram tentados a se afastarem de sua pátria por "altivas esperanças e sonhos" de proveito comercial; na verdade, ele atribuía a decadência de Corinto e Cartago ao seu exacerbado "desejo de traficar" e à dispersão e propagação de seus cidadãos. Entrementes, os homens de negócios tornaram-se cada vez mais indiferentes à forma do governo, enquanto essa lhes permitisse levar a cabo seus empreendimentos e obter lucro. Essa indiferença deve ter exercido uma influência insidiosa sobre aqueles que procuravam praticar o governo próprio. O poder econômico, embora possa ser ocultado, jamais pode ser ignorado. Pelo fim do século IV, o centro econômico de gravidade transferira-se decididamente da terra para o comércio; da antiga oligarquia, frugal e contida em si mesma, para os espertos negociantes, que punham em desfile seus ganhos e com os quais um governante absoluto podia fazer negócios.

O comerciante estrangeiro, na economia grega do século V, desempenhou um papel não diferente daquele que os judeus desempenharam na economia cristã da cidade medieval: era necessário mas não desejado. A melhor estimativa da população da cidade grega, que os estudiosos podem fazer hoje em dia, revela a fraqueza dessa estreita forma de participação dos cidadãos. Atenas, em seu ponto culminante, segundo Wycherley, tinha 40 000 cidadãos com plenos direitos (homens), possivelmente 150 000 pessoas livres ("metecos", mulheres e crianças) e, talvez, 100 000 escravos. As proporções provavelmente são corretas, embora os números sejam, quase seguramente, muito exagerados. Em outras palavras, menos de 1/7 de seus habitantes eram cidadãos, com todos os privilégios da cidadania; e mesmo entre esses cidadãos, uma proporção crescente consistia de artífices e negociantes,

que não tinham o sentido de obrigação pública que as famílias territoriais, não diferentes da fidalguia territorial inglesa, encorajavam entre seus membros. Os líderes políticos que se seguiram a Péricles foram, sucessivamente, um negociante de cânhamo, um negociante de ovelhas, um negociante de couros, um negociante de salsichas: homens sem o orgulho da antiga aristocracia nem a competência educada da nova classe comercial marítima.

A impossibilidade de moralizar o comércio e colocar seus bens, sob um controle adequado, nos domínios da boa vida talvez não fosse uma fonte tão séria da desintegração helênica como a propagação da escravidão ou a impossibilidade de enfrentar os sucessivos ataques dos impérios supercrescidos. Quase desde o momento da criação da *pólis*, o grego jamais tinha sido capaz de retificar sua imagem de uma vida nobre e ociosa como, essencialmente, aquela procurada pela aristocracia homérica. Essa imagem deixava fora o comerciante, o banqueiro, o trabalhador manual, o negociante e afinal tudo aquilo que era necessário para produzir os excedentes econômicos por outros meios além da sua exploração e roubo. Sem aquele excedente, nem o lazer nem a democracia podiam florescer.

Deixando de transformar o homem de negócios em cidadão, o grego acabou transformando o cidadão em algo pior que um homem de negócios: primeiro, excelente conquistador e explorador; depois, súdito subserviente, pedagogo servil, bajulador e lambe-botas, refinado parasita, cujo nome se tornou motivo de desdém entre os romanos, por mais que admirassem e copiassem os gregos clássicos.

Todavia, se as funções comerciais do ágora multiplicaram-se desde o século VII, isto não significa necessariamente que as atividades políticas da cidade deixaram de ter lugar ali. A principal marca de democratização, em cidades cujos descendentes exigiam uma distribuição mais ampla do poder político, foi o desaparecimento do palácio original, tal como aquele que o rei Erecteu construíra em Atenas, na Acrópole.

Essa separação entre poder político e o religioso marcou um momento decisivo na história da cidade helênica. E é significativo que o Paço Municipal, tradução que se pode dar à palavra *prytaneion*, conservou, na modesta escala das cidades gregas posteriores, algumas das características essenciais do palácio e do templo: era ainda tratado como a morada dos reis, e o fogo sagrado, dedicado a Héstia, era mantido aceso dentro dele. Também ali era o lugar onde se recebiam os emissários estrangeiros ou onde se realizavam banquetes de Estado. Naturalmente, os mais antigos documentos sobre questões políticas e civis eram guardados no *prytaneion*. Muitas vezes, a Casa do Conselho (*bouleuterion*), um lugar razoavelmente grande, aonde os cidadãos afluíam em massa, continuava existindo dentro ou perto do ágora.

Essa mistura de funções, embora fosse característica da cidade helênica, parece ter perturbado o espírito cuidadosamente classificador de Aristóteles:

advogava ele a construção de um ágora político separado, especialmente bem isolado do ágora comercial, não somente para segregar as funções políticas de maneira formal, mas para manter fora os não-cidadãos, mesmo como espectadores do acaso.

Várias cidades gregas fizeram um esforço para aplicar a democracia ao governo em larga escala; e seus esforços devem conter tantas lições para a nossa época quantas continham para os autores do *Federalista*. Pois os gregos tentaram devolver à complexa organização da cidade o sentido de responsabilidade e participação direta do cidadão que existia no governo da aldeia. O Juramento do Éfebo de Atenas expressava, com não pequena beleza, aquele esforço periódico de dedicação à vida cívica. Baseando-se na teoria de que todos os cidadãos eram iguais, distribuía as funções inferiores pela sorte e as submetiam a rodízio anual, ou por períodos mais curtos, para o serviço no conselho da cidade ou no júri. Como a consulta e o julgamento principal eram feitos por pessoas que se dirigiam diretamente umas às outras, face a face, a eloquência tornou-se um instrumento maior da política e a capacidade de dominar uma audiência passou a ser mais importante para a liderança política que a capacidade de realizar um trabalho. Aqueles que realizavam muito bem seus trabalhos, como Temístocles ou Aristides, muitas vezes eram suspeitos.

Nada como um serviço público experimentado ou um judiciário independente poderia brotar em tais condições. O Conselho de Cidade, como W. Ward Fowler mostrou, era simplesmente uma larga comissão plenária do povo, mas eleita de novo todos os anos; e, por sua vez, preparava todos os negócios a serem tratados pela ainda maior Eclésia, ou assembléia da massa. As funções que exigiam habilidade prática ou profissional, o controle do exército, a direção das finanças, a construção e manutenção das docas, eram confiadas a juntas, mais ou menos como o Senado dos Estados Unidos confia esses deveres a comissões permanentes.

Esse sistema foi eficiente no solapamento da influência das famílias territoriais, com seu infeliz hábito de utilizar o poder público para o progresso particular. Constituiu, porém, igualmente, uma conspiração contra a aristocracia do talento, pois era apenas por acaso que as pessoas dotadas de especiais habilidades eram colocadas em posições onde as pudessem utilizar; e, mesmo que provassem seu mérito, as probabilidades eram contra a sua permanência nas funções. Em consequência, a demissão ou exílio de seus líderes mais notáveis foi uma das fraquezas crônicas da política ateniense. Nem mesmo o próprio Péricles foi bento da tendência popular de oferecer o líder como bode expiatório, quando as coisas andavam mal. O julgamento de Sócrates revela o mesmo ânimo contra aqueles cujas habilidades despertavam a oposição da mediocridade invejosa e desprezível.

À medida que a população da cidade aumentava e que as complexidades

da vida econômica e política cresciam com ela, as limitações da democracia como sistema exclusivo de governo eram igualmente reveladas. A democracia pura exige a intimidade do encontro face a face, possível apenas em pequenos números, e também as restrições tradicionais e processos ordenados. O próprio Platão reconhece as vantagens de tal intimidade, pois, nas *Leis*, observou que: "Não há maior bem num Estado que o de sermos cidadãos conhecidos uns dos outros". Em grandes números, a democracia é, evidentemente, inoperante, exceto no sentido limitado de um referendo popular. Ora, à medida que a população da cidade helênica crescia, não havia meramente uma proporção cada vez maior entre não-votantes e votantes, mas até mesmo o pequeno corpo de cidadãos privilegiados tornou-se demasiado grande e seus membros perderam contato direto uns com os outros. Como resultado, desenvolveram-se clubes, partidos, facções, tudo isso limitando a influência direta de um espírito sobre outro.

Provavelmente, o maior fracasso político dessas cidades gregas foi a sua incapacidade de passar da democracia direta para o governo representativo: isso lhes deixou a pobre escolha entre oligarquias irresponsáveis ou tiranias, e democracias relativamente responsáveis, mas incompetentes e superoneradas. Mesmo na confederação da Beócia, o Conselho Federal continha 660 membros. Ao que parece, não havia apenas certo receio de delegar a autoridade, mas os gregos, em todas as suas grandes assembleias populares, pareciam tentar recapitular a aparência pelo menos de uma assembleia de aldeia, na qual todos tomavam parte.

Apesar de todos os seus dotes de abstração lógica, os gregos não confiavam de bom grado o poder a quem quer que estivesse longe da sua vista. Talvez esta seja outra indicação do seu amor ao concretamente perceptível e definível, para o qual Spengler chamou atenção. Contudo, também tinha ela atrás de si, possivelmente, a idéia de que os atributos essenciais do homem não podem ser delegados e de que todas as funções importantes devem ser desempenhadas em pessoa, pois os reis jornadaavam a Delfos pessoalmente para conhecer a vontade do deus. Teria essa limitação evitado que as cidades gregas mantivessem ativas relações políticas mesmo com suas próprias colônias?

O problema dos números atormentou os grandes teóricos da política, Platão e Aristóteles; e é significativo que este, embora prudentemente, advogasse um sistema misto de governo, não obstante tentasse resolver esse problema limitando o tamanho da cidade. Seu raciocínio era excelente; mas não podia ser aplicado a cidades como Atenas e Corinto, que tinham crescido muito além do número que ele julgava favorável, sem efetuar modificações constitucionais e estruturais de natureza radical. Nisto, Aristóteles mostrou que tinha tão pouco senso da sabedoria política contida na norma de dispersão urbana de Delfos quanto das inovações da confederação da Beócia. A primeira abordagem válida desse problema não foi feita, até que Ebenezer

Howard o tocou de leve, ao termo do século XIX, no livro que veio a se chamar *Cidades-Jardins de Amanhã*.

Qualquer coisa semelhante a uma resposta adequada exige não apenas limitação, mas também o novo método de reorganizar e redistribuir a população, quando esta se expande além da norma desejada — de centralização e federação regional. Ora, os gregos, algumas vezes, liquidavam pequenas unidades para formar *pólis* maiores, como Teseu teria feito com as aldeias e cidades dispersas da Ática, para criar a Atenas maior; e como os fócios fizeram, ao fundar Megalópolis, no século IV. Contudo, não foram além disso. Assim, quando a democracia se tornou fraca, dividida em facções, incompetente, eles não conheceram outra cura senão o apegar-se ao congestionamento ou convocar um tirano ou imperador que pudesse agir pessoalmente, em nome de um todo confuso, e impor uma unidade de fachada.

Sem dúvida, o fracasso da democracia grega teve razões mais profundas que a sua incapacidade de manejar grandes números. Mas a história de comunidades posteriores mostra como é difícil obter líderes que aceitem uma responsabilidade privada sem que exijam tanto uma ampliação da autoridade quanto um aumento das recompensas tangíveis; menos ainda, os oficiais atenderão às enfadonhas minúcias do governo de todos os dias, a menos que tenham a situação profissional de funcionários pagos. Foi glorioso para Atenas — e talvez o segredo de seus dois séculos de intensa criatividade —, o fato de que procurasse manter um grande corpo de cidadãos que não herdavam distinção cívica nem da situação de suas famílias, nem de sua riqueza, nem de seus papéis profissionais. A fim de desempenhar seus muitos papéis como cidadão — serviço militar, deliberação política, júri, cerimônias públicas, canto ou representação dramática —, o ateniense evitava tanto as penas quanto as perfeições da especialização vocacional.

O sistema grego tinha, pois, suas virtudes especiais. O próprio desamor pela inteligência e competência especializada, que tanto despertava o desdém de Sócrates, explica uma certa flexibilidade e prontidão para tratar com o momento: qualidades que, outra vez, ligam o cidadão fidalgo grego aos seus correspondentes da Inglaterra, que mais tarde iriam admirá-lo. Mas as atividades urbanas a longo prazo exigiam uma atribuição de poderes a longo prazo capaz de assegurar a realização de um programa. Assim, foi notadamente sob os tiranos que se adiantou o capital econômico, no século VI, para o plantio de bosques de oliveiras: investimento que não produz nem mesmo um retorno parcial durante vinte anos, nem um retorno pleno antes de quarenta. E, à medida que a cidade crescia, maior soma de esforço sistemático e continuado, com boletins e contas exatas, tornava-se necessária para mantê-la em funcionamento. Estes últimos deveres eram, em grande parte, deixados aos escravos. Se as cidades da Grécia tivessem sido, na realidade, democracias no sentido de

incluir todos os seus moradores adultos, a organização inteira teria sucumbido a isso muito mais cedo, pelo simples peso dos números.

As possibilidades e dificuldades da democracia urbana sob a pressão da expansão demográfica foram exploradas na Atenas do século V. Mas as contradições entre a profissão política, a política militar e a necessidade econômica eram por demais grandes para serem ultrapassadas. No próprio ato de procurar um seguro suprimento de cereais para suas muitas bocas, Atenas tornou-se uma exploradora imperialista. Estes aspectos da vida apertaram-se, tornando-se um nó górdio; e a espada que finalmente o cortou desfez toda a comunidade.

CAPÍTULO VI

O cidadão contra a cidade ideal

1. Cidade e Cidadão

Pelo fim do século VI, a cidade helênica começara a tomar forma; contudo, a forma alcançada ainda era rústica, muitas vezes crua, e a vida que continha era mais significativa que o recipiente. Até o século IV, a mais orgulhosa das cidades gregas da Ática, senão da Ásia Menor, era pouco melhor que uma cidadezinha, tanto no traçado de ruas quanto nas edificações. Apenas quando, pelo fim do século, erguíam-se os olhos para a Acrópole e contemplava-se o peristilo em colonata e o pedimento esculpido do novo Partenon, podia-se acreditar que algo mais estava acontecendo ali: mais uma vez, o espírito alvorecia no caos.

O retrato da verdadeira cidade helênica, que nos chega de Atenas com certa abundância de provas literárias, contrasta com o branco esplendor que J. J. Winckelmann e seus sucessores tendiam a interpretar no cenário total; isso porque os helenófilos dotavam a cidade física de uma castidade de mármore, de uma pureza e uma racionalidade que talvez se revelassem na matemática de Pitágoras ou na lógica de Parmênides, mas que jamais caracterizaram nem mesmo os setores sagrados da antiga *pólis*. Como o muito admirado Laocoonte, tais virtudes pertenceram ao século III. O século V contrasta igualmente com o nosso retrato residual do espírito grego desse período, se acentuarmos em demasia sua ordem interior, seu amor à perfeição abstrata, e esquecermos todos os aspectos violentos, irracionais e conturbados da vida grega, que se encontram nos dramaturgos trágicos ou nas rudes brincadeiras de mau gosto e na obscenidade de gente inculta que se nos deparam em Aristófanes.

Na verdade, a cidade visível, a cidade tangível, era cheia de imperfeições: as desordens do crescimento, as fermentações e secreções da vida, os restos não enterrados de formas superadas, ainda não decentemente removidos, as relíquias de modos rurais ainda não ajustados às contínuas provas e desafios da vida urbana. Tal cidade podia apresentar momentâneas concentrações de forma significativa, quando se galgava o abrupto caminho da Acrópole de

Atenas e se contemplava afinal a larga planície, de uma altura de cento e cinquenta metros; não se podia, porém, esperar uma ordem prolongada nem harmonias continuadas. Contudo, o cântico interior de deleite que se podia sentir, quando as rochas da Acrópole se afastavam e finalmente se contemplava o próprio Partenon, talvez fosse ainda mais profundo, por seu contraste com o amontoado e dispersão casual da cidade embaixo. Não foram pálidos estetas nem fechados burocratas que produziram esses violentos contrastes visuais ou essas altas intensidades de coloridos, que hoje ainda sobrevivem na pedra, no céu e no mar. Atenas foi obra de homens, "prontos — como disse Alceu — a usar todos os seus recursos".

O mais próximo equivalente da forma arquitetônica da cidade helênica não seriam as estruturas sobreviventes, propriamente, mas *O Banquete* de Platão. Ali, a estrutura racional, articulada e lógica, mantinha contidos os sorridentes desafios e as palavras ruidosamente pronunciadas, as apaixonadas declarações e o abandono entontecedor da libação, apenas para permitir que a tensão estética aluisse ao fim, tal como aluía na cidade, quando se descia da Acrópole para o mercado ou quando se abria caminho, mais pelo instinto que por quaisquer orientações visíveis, através do emaranhado de becos murados e ruas sem saída, que levavam a pessoa ao seu destino.

Então, é a cidade de Parmênides e Platão, a cidade da deusa da beleza, onde o espírito, como disse Anaxágoras, "põe as coisas em ordem", e as formas de arte refletem uma perfeição supermundana — é tudo isso, uma ilusão? Ter-se-iam as formas de Fídias erguido naquela dispersão confusa de oficinas, tendas, currais, santuários e fontes, em meio àquelas cabanas de paredes de barro, que mal faziam jus ao nome de casas? Não existirá, na cidade exterior, um correspondente à ordem e clareza do espírito grego?

Não existe melhor lugar para, num confronto, mostrar a relação paradoxal entre o espírito e o corpo através do qual aquele se expressa, o corpo social que se torna uma paisagem humanizada ou uma cidade, do que a *pólis* grega e, acima de tudo, Atenas. Um aspecto da ordem que encontramos no espírito grego foi, na verdade, transmitido à cidade, durante o fim da Era Helenística; mas o que encontramos na cidade do século V era algo mais profundamente orgânico, mais próprio do núcleo vivo da existência humana. Aquela ordem tinha emergido na forma de uma idéia, nos séculos VII e VI, uma fogosa união de opostos, a restrição e a exuberância, a disciplina apolínea e o delírio dionisíaco, a inteligência racional e a cega intuição, a fuga em direção ao céu e os tropeços na lama: o exato oposto de tudo o que hoje caracterizaríamos como clássico. O mais elevado produto daquela experiência foi não um novo tipo de cidade, mas um novo tipo de homem.

Durante pouco mais que uma geração — eu o situaria mais ou menos entre 480 e 430 a.C. —, a *pólis*, pela primeira vez, assumiu uma forma ideal, que a distinguiu das aldeias e cidades mais antigas: uma forma ideal não

primariamente em pedra, mas em carne e sangue. Numa grande sucessão de cidadãos, a nova ordem urbana, a cidade ideal, tornou-se visível, transcendendo seus contornos arcaicos, suas cegas rotinas, suas complacentes fixações. Em verdade, os gregos acrescentaram à cidade um novo componente, praticamente desconhecido das culturas anteriores, perigoso para qualquer sistema de poder arbitrário ou autoridade secreta: suscitaram o aparecimento do cidadão livre. Como os heróis solitários de Sófocles, era ele um rei, senão um deus, por seu próprio direito: agia sozinho e procurava, pelo exercício de sua inteligência, "estender a mão aberta para o destino".

Tudo aquilo que a cidade possuía, o cidadão considerava como seu direito de berço: entre os cidadãos, como entre os amigos, não deveria haver segredos, nem barreiras profissionais, nem suposição de desigualdade. O cidadão livre nada devia ao favor do príncipe ou à sua função econômica ou oficial: retomava o lugar que outrora tivera na cultura de aldeia, o de ser, antes de tudo, um homem dotado de todas as dimensões humanas, para quem todas as portas da vida eram abertas e acessíveis. Este, pelo menos, era o ideal. E é por sua capacidade de formular esse ideal — não por sua impossibilidade de alcançá-lo —, que ainda medimos apropriadamente a *pólis* grega.

2. A Forma da Cidade Helênica

Antes que examinemos pessoalmente o cidadão ideal, olhemos mais atentamente a cidade muito aquém do ideal que ajudou a fazê-lo existir. Tal exame talvez venha mudar nossos preconceitos quanto ao que constitui um ambiente favorável ao crescimento humano. Talvez venhamos a descobrir que o tipo de perfeição acabada que comumente encaramos como favorável deve ser, na realidade, um artifício para obstruir ou interromper aquele crescimento.

O núcleo da cidade, o centro de suas atividades mais estimadas, a essência de sua existência total, era a acrópole; a acrópole era, acima de tudo, a morada dos deuses da cidade, e nela se situavam todas as funções sagradas derivadas da natureza e da história. De maneira por demais exclusiva, tem sido a imagem da Acrópole ateniense confinada aos seus edifícios mais importantes, acima de tudo ao Erectéion e ao Partenon; mas, debaixo dessas estruturas, havia uma fonte do seu poder estético e, ao mesmo tempo, das suas atividades: a poderosa rocha que elevava tais edifícios ao céu, uma rocha cujas tonalidades azuis e rosas contrastam com o mármore da superfície e cujos íngremes contornos, mesmo quando encobertos por uma simples muralha, contrastam com a sublime geometria dos templos.

Era, na verdade, uma montanha sagrada, e seus atributos primitivos originais ajudavam a fazer com que o fosse: as cavernas, as sepulturas, as grutas, os mananciais, não menos que os santuários, recintos sagrados e fontes

que vieram depois. Antes mesmo que o primeiro templo ou palácio fosse construído, pululavam na Acrópole deuses e ninfas, os mesmos deuses ctônicos, deuses do submundo terreno e humano, que fizeram de Delfos um lugar sagrado e ainda não perderam inteiramente seu poder mágico ou seu mistério. Defrontar a Acrópole, à noite, sob a lua, ou descer as íngremes encostas de Delfos, desde o estágio mais elevado até o mar, passando pelos bosques de oliveiras, mesmo durante o dia, é uma experiência religiosa que transcende a qualquer formulação consciente.

Ali, reunidos na Acrópole, acham-se as verdadeiras fontes da cidade antiga, desde o manancial e caverna paleolítica até a muralha e o recinto sagrado neolítico, do palácio e fortaleza real ao templo cósmico, do acampamento e aldeia protegida à potente e orgulhosa cidade. Essa combinação de vantagens naturais e artefatos produzidos pelo homem não se presta à imitação: não foi em toda parte que a imagem da cidade deixou no espírito marcas tão profundas como em Atenas. A mesma forma de templo, maciçamente construído no estilo dórico, como na Pesto do século VI, não produz sozinha, mesmo quando multiplicada e melhor preservada que as da Acrópole da Atenas, uma impressão semelhante, pois Pesto acha-se numa planície, e as montanhas que poderiam ter-lhe emprestado sua mágica elevação elevam-se apenas no segundo plano.

Pesto, desde o princípio, deve ter sido uma peça mais bem acabada do que jamais o foi Atenas, mesmo em seus dias helenísticos posteriores; mas, justamente por isso, faltavam-lhe aqueles contatos com suas fundações mais primitivas, que Atenas sempre conservou e dos quais usou mais plenamente, tanto nos mitos dos dramas trágicos quanto na ordem arquitetônica da Acrópole, onde as rochas aborígenes não mostram sinais de jamais terem sido cobertas, a não ser por edificações. Assim, as mais profundas fontes primitivas e as mais elevadas expressões estéticas achavam-se unidas na Acrópole, tal como se acham unidas nas criptas, nas gárgulas, nas altaneiras abóbadas de uma catedral gótica. Isso explica, em grau não pequeno, tanto a vida da cidade quanto a forma que essa vida emprestava às suas edificações — inclusive a informalidade dos bairros residenciais, que, como o amontoado de uma aldeia neolítica, escapavam a essa ordem superior. Uma formação complexa porém arquetípica.

Galguemos as abruptas encostas da Acrópole e observemos a disposição de seus espaços abertos e edifícios originais — embora tanta coisa esteja, hoje em dia, apagada ou destruída.

Suas encostas rochosas prestavam-se mais para a defesa do que para a construção; assim, a tarefa do arquiteto era não enfraquecer seus contornos ou facilitar o movimento, mas explorar as ocasionais vantagens das plataformas e degraus, dispondo prédios e monumentos sem qualquer esforço no sentido de alcançar coerência visual ou uma seqüência dirigida para um ponto

culminante, exceto na disposição do templo mais importante, no alto. Sem eixo, sem continuidade, sem progressão visual: sem qualquer tentativa de simetria, exceto no edifício separado, aberto à vista e acabado de todos os quatro lados, mudando de forma com a modificação do ângulo de aproximação. Os recintos sagrados dos escavadores muitas vezes interferiram na passagem para cima, algumas vezes contornando um altar, algumas vezes a estátua de um deus ou herói, algumas vezes um pequeno edifício com um monumento corágico. Durante muito tempo, essas estruturas resistiram à remoção, mesmo quando sua permanência viesse dificultar alguma utilização mais importuna da área. Somente depois que predominaram os ideais urbanísticos helenísticos e desapareceu algo da antiga piedade, foram removidos, com respeito de antiquários, pedra a pedra, para outro sítio. O monumento corágico de Lisícrates (334 a.C.) acha-se agora, na realidade entronizado num pequeno parque, na base oriental da Acrópole.

De que — dentro dos limites estabelecidos pela tradição — houvesse alguma espécie de intenção consciente na colocação e planejamento dos edifícios da Acrópole, dificilmente se pode duvidar. Talvez, como recentemente se sugeriu, tivesse havido mesmo uma exploração estudada das possibilidades visuais de uma aproximação errante e irregular. Contudo, a forma geométrica dos próprios edifícios, circular ou retangular na planta, não foi de modo algum sistemática e geralmente repetida: cada estrutura, pelo contrário, era contida em si mesma, auto-suficiente, igual em valor e independente, não sendo parte subordinada de uma ordem hierárquica qualquer. Isso, em si mesmo, já era simbólico em grau não pequeno.

Embora essas estruturas ancestrais da Acrópole de Atenas ainda fossem, no fim do século VI, extremamente simples, sem dúvida, até mesmo cruas, muitas vezes, ainda que fossem construídas de pedra, deve-se perceber uma simplicidade e rudeza maior ainda nas tendas, barracas e oficinas do agora, embaixo, onde se reuniam o vendedor de salsicha e o argentário, o mercador de especiarias, o oleiro e o cambista. Se a acrópole representa a cidade, em sentido vertical, até as suas fontes primevas mais distantes da superfície, o agora a representa em sentido horizontal, ultrapassando os seus limites espaciais visíveis. Exceto quanto à própria característica de ser aberto, o agora não expressava unidade alguma: quase qualquer função podia ser ali desempenhada; quase qualquer tipo de edificação podia ali ser encontrado. A aurora de uma ordem mais formal, com um novo critério de espaço, de beleza de situação e, em verdade, de uma nova consciência de deleite naquelas qualidades, só teve lugar nos arrabaldes da cidade. Ai, o novo ginásio encontrou um lar; e ali, alvoreceu uma verdadeira ordem urbana, não em meio ao aglomerado, mas na vastidão coberta de árvores.

Essas estruturas mais novas, especialmente o teatro, começaram como simples modificações das formas de terra: o teatro transformou a encosta

recortada de uma colina num anfiteatro semicircular, onde um círculo aplaidado diante dos espectadores abancados fazia as vezes de palco, no qual os dançarinos ou atores podiam representar. Tudo isso tinha surgido rapidamente: Téspis introduziu o primeiro ator num teatro, em Ícra, na primeira metade do século VI; e o drama, num jogo de invenção formal e criatividade espiritual, alcançara seu pináculo de expressão no decorrer de um século. Sófocles apenas escreveu cem peças, e no curso do século que terminou em 406 a.C., mil e duzentas peças foram escritas e representadas. A multiplicação do ginásio foi igualmente rápida. Tão logo essas funções perderam seu vigor, a religião e a política passaram a dominar os sítios centrais da cidade; contudo, a presença de mementos históricos e costumes tradicionais embarçava a sua livre exploração do sítio. Embora Pausânias informasse da existência, na base, de um prédio destinado a servir para que os cidadãos se aprontassem para as procissões, havia apenas uma entrada para a Acrópole, e a grande via panatenaica era tão estreita que somente cinco pessoas podiam caminhar por ela lado a lado.

Se o traçado da Acrópole expressava um acúmulo de relações tradicionais, antes que uma nova ordem que tudo abrangesse, que iremos dizer do amontoado de casas que se espalhou em sua base — casas construídas de tijolos crus, com tetos de telha, ou mesmo de barro e bambu, com tetos de palha, ainda marcadas com a rudeza da aldeia? Estas constituíam a parte maior da cidade, até bem dentro do século IV, e mesmo mais tarde, pois, em dado ponto entre os séculos II e I a.C., Dicearco pôde observar: "O caminho para Atenas é agradável, correndo entre campos cultivados por toda a distância. A cidade é seca e mal suprida de água. As ruas não passam de velhos e acanhados caminhos, as casas são mesquinhas, havendo entre elas umas poucas melhores. Ao chegar ali pela primeira vez, um estrangeiro dificilmente acreditaria que esta é a Atenas da qual tanto ouviu falar".

O melhor que se pode dizer da situação habitacional em Atenas é que as moradas dos ricos e dos pobres ficavam lado a lado e que, com exceção talvez do tamanho e dos ornamentos interiores, dificilmente se distinguem umas das outras: no século V, a pobreza nobilitada era mais estimada que a riqueza ignóbil, e as honras públicas e a reputação familiar representavam mais que a fortuna privada. As casas, com um pavimento e tetos baixos, devem ter dado aos bairros residenciais aspecto semelhante àqueles de uma cidade não progressista do Mediterrâneo de hoje; não tendo, porém, provavelmente, sequer caiação.

Nada que pudesse ser chamado de um coerente sistema de ruas caracterizava o distrito residencial dessas antigas cidades: a um olhar moderno, pareceriam orientais, dada a reclusão das suas mulheres, que os atenienses também praticavam. Os caminhos seriam suficientemente largos, talvez, para um homem com um jumento ou uma cesta de mercado; era preciso, contudo, que

se conhecesse o bairro onde se morava, para se encontrar o próprio caminho dentro dele. Justamente esta ausência de sistema e orientação era estimada como um meio de defesa, em caso de penetrar o inimigo pela muralha exterior; teve como defensor Aristóteles, e foi mais tarde preconizada por Plutarco, que, já na Idade Helenística, via as vantagens de assim causar confusão no inimigo.

Mas não existia calçamento para evitar a lama na primavera ou a poeira no verão; na área central, não existiam jardins interiores nem parques arborizados, e apenas os rudimentos de passeios públicos com arcadas. Nas cidades menores do século V, a escassez, quando não a ausência absoluta de melhoramentos sanitários era escandalosa, quase suicida, fato que a grande praga ocorrida durante a Guerra do Peloponeso, que fizera aglomerarem-se refugiados em Atenas, veio acentuar. Por volta de 432, Atenas era, na verdade, tão excessivamente coberta de construções, que os refugiados eram forçados a acampar na Acrópole, desafiando as válidas advertências contra aquela imunda concentração, proveniente da própria Delfos.

Enquanto as cidades permaneciam relativamente pequenas, com campos abertos a bem pouca distância, suas infelicidades sanitárias puderam ser toleradas. Sítios urbanos de dezesseis a quarenta hectares, cidades de dois a cinco mil habitantes, podiam dar-se ao luxo de certa medida de depuração rural, matérias tais como a deposição de lixo e excrementos humanos. O crescimento urbano exigia um cuidado maior. Todavia, mesmo nas grandes cidades, aparentemente, não havia latrinas públicas.

No que diz respeito às latrinas privadas, o testemunho da pá e da palavra é contraditório e até mesmo a palavra é um tanto ambígua. Os escavadores modernos não têm desenterrado indicações de melhoramentos sanitários dentro da moradia helênica. Isso pareceria ter apoio num trecho de *Ecclesiazusae*. Naquela peça, Aristófanes mostra um proprietário urbano que se levanta durante a noite, procura ao redor um lugar apropriado e acaba por se acocorar a fim de evacuar, fazendo várias observações cômicas escabrosas a respeito do próprio processo, bem diante da platéia. Isso revela também certa falta de aparelhagem elementar e qualquer sentimento de vergonha do corpo; esta última, aliás, é outra vez confirmada pelas notas de Xenofonte sobre o especial requinte e modéstia dos persas, ao evitar a exibição pública das funções excretórias.

Essa combinação de provas negativas e positivas poderia parecer decisiva, não fossem as contra-indicações, em particular noutro trecho de Aristófanes, em *Paz*, onde Trigeu fala: "Mandai que todos os homens fiquem em silêncio, que vedem seus esgotos e latrinas com telhas novas e fechem seus próprios orifícios de vento". Isso indicaria que pelo menos algumas das casas tinham provisões sanitárias privadas, embora em parte alguma tenha eu encontrado quaisquer referências à posterior deposição da matéria fecal. O próprio

assunto certamente não era distanciado da consciência de Atenas, pois toda a peça que citei gira em torno de um simbólico escaravelho, num monte de esterco de uma fazenda; e, numa outra passagem, há referência a “um homem que esvazia seu ventre no Pireu, perto da casa onde se acham as moças más”, não havendo dúvida, pois, quanto à naturalidade e à falta de sentimento de vergonha no desempenho de tais funções corporais.

Com relação aos banhos, o testemunho é igualmente difícil de interpretar. Descobriram-se banheiros em Olinto, uma cidade de apenas 15 000 habitantes. Ainda que os banhos privados tivessem sido comuns, o desejo grego de sociabilidade bastaria para fazer surgirem os banhos públicos, que existiam em Atenas. Entretanto, é de se duvidar que a reclusa e abrigada mulher ateniense fosse a tais banhos públicos — deixando que seu marido tirasse partido de sua ausência e beijasse a bela criada trácia, como faz uma das personagens de Aristófanes —, se os banheiros tivessem sido comuns em sua casa. Seja como for, os banheiros privados devem ter existido pois, ainda em Paz, Trigeu ordena: “Mas correi, levai esta jovem ao interior de minha casa, lavei-a na banheira, aqueci um pouco de água e preparei para ela e para mim o leito nupcial”. Isso faz com que o banho privado pareça um rito reservado às ocasiões especiais, como seria natural numa comunidade carente de água, sem um encanamento para suprir as casas e onde toda a água era transportada a mão, com certeza de uma fonte. Em geral, parece que, fossem quais fossem as facilidades higiênicas e sanitárias do século V, eram elas limitadas e de baixo grau.

Tudo isto parece um triste quadro de urna grande cidade, até que nos lembremos que estamos tratando de um povo que não se deixou embarçar por muitas outras exigências estandardizadas de civilização, libertos, num grau desusado, das movimentadas rotinas de obter e consumir: um povo que não era dado à gula e à bebida em exagero, que não fazia esforços muito grandes para obter confortos e luxos, adornos e móveis; um povo que vivia uma vida atlética, e até mesmo abstinência, realizando todos os seus negócios a céu aberto. A beleza era barata e os melhores bens desta vida, sobretudo a própria cidade, ali estavam para quem os quisesse pedir.

3. A Pólis Encarnada

Para compreender, pois, a plenitude dos feitos da *pólis* helênica, devemos desviar os olhos das edificações e encarar mais detidamente o cidadão. Apesar de toda a crueza do cenário urbano, ainda no século V, o cidadão grego havia dominado o grande segredo de Emerson: poupar nos níveis inferiores e consumir nos superiores. O que consideramos, muito afoitamente, como um infeliz embaraço pode, na verdade, ser em parte responsável pela grandeza de Atenas.

O cidadão grego era pobre em confortos e conveniências; contudo, era rico numa ampla variedade de experiências, precisamente porque tinha conseguido ultrapassar tantas das rotinas desalentadoras da vida e das compulsões materialísticas da civilização. Em parte, fizera isso atirando aos escravos uma grande parcela do ônus físico, porém, ainda mais, reduzindo suas exigências puramente físicas e expandindo a província do espírito. Se é verdade que não via a imundície ao seu redor, tal ocorria porque a beleza retinha seu olhar e encantava seus ouvidos. Em Atenas, pelo menos, as musas tinham uma morada.

O que distinguia a *pólis* grega, em sua fase de desenvolvimento, era o fato de que nenhuma parte de sua vida se achava longe da vista ou longe do espírito. Não ocorria meramente cada parte ter existência ao alcance da vista; apenas as atividades mecânicas mais servis eram negadas ao cidadão: na maior parte das ocupações, o homem livre trabalhava ao lado do escravo e o médico recebia pagamento idêntico ao de um artesão. Tudo que os homens faziam era aberto à inspeção, quer no mercado, quer na oficina, quer no tribunal, quer no conselho, quer no ginásio; e tudo o que era natural era aceitável, de sorte que o corpo nu era orgulhosamente mostrado nas competições atléticas e nem mesmo os seus processos fisiológicos mais repulsivos eram excluídos da consciência. Naquele sentido, o grego tinha um espírito completamente aberto. Até o tempo de Péricles, a escala humana íntima foi mantida em todos os quadrantes; e a rede total de atividades urbanas tinha forma e relação visível: até mesmo sua confusão ocasional estimulava a inteligência e promovia uma nova procura da ordem.

Durante uma breve geração, em Atenas, os caminhos dos deuses, os caminhos da natureza e os caminhos dos homens aproximaram-se de um ponto comum: parecia que os embaraços e fixações, as aberrações e perversões encrustados quase desde o princípio nas próprias pedras da cidade antiga, podiam ser superados. E não fora meramente nas figuras de Fídias ou Polignoto que um novo ideal da forma humana, aliás da personalidade plenamente desenvolvida em cada um dos estágios culminantes da vida, tomara forma: aquilo constituía apenas a cristalização de um momento mais vivo, que a própria vida apresentara como solução. Na geração que rechaçara a invasão persa, uma nova idéia de integridade humana tomou posse daquela sociedade e impregnou toda a sua vida. Nas atividades da *pólis*, senão em todo o seu revestimento arquitetônico, a natureza humana subitamente cresceu a uma estatura mais plena.

Em dois homens, cujas vidas, prolongando-se uma na outra, abrangem o século V, o novo ideal de integridade, equilíbrio, autodisciplina tornou-se encarnado: Sófocles e Sócrates. Não é por acaso que cada um era, à sua própria maneira, um mestre do diálogo; na verdade, foi pela luta e pela oposição,

e não simplesmente pelo crescimento simétrico, que ganharam sua estatura mais elevada.

Sófocles, o mais velho, belo de corpo e fisionomia, líder das danças, hábil na guerra como general, apresentando por intermédio de suas tragédias a nova forma do drama, este mesmo subitamente liberto do antigo ritual de aldeia, representava o tipo de homem que Sólon inicialmente antevira, ao se afastar de todas as invejosas preocupações do poder. Sófocles foi o oposto do especialista arquetípico, do homem aleijado e fragmentário, moldado pela civilização para desempenhar seu pequeno papel e servir com devoção cega de formiga às necessidades de seu formigueiro. Muito ao contrário, era uma personalidade capaz de enfrentar a vida em todas as suas dimensões, mesmo em suas furiosas irracionalidades e obscuras compulsões: à vontade em qualquer ambiente, à altura de qualquer ocasião, pronto a assumir a responsabilidade moral de suas escolhas, embora a comunidade inteira pudesse estar em oposição a elas. "Sozinho ou com o apoio de todos."

Ao lado de Sófocles, em contraste, ergue-se a figura de Sócrates, igualado em sua velhice a um Sileno, de nariz achatado, longe de ser belo, mas dotado de uma magnífica estrutura física e de uma constituição impermeável aos rigores da guerra ou dos extremos climáticos; de raciocínio frio no meio da luta, de cabeça desanuviada em suas libações, quando outros tombavam embriagados; introvertido e extrovertido; capaz de um deleite mental solitário e, ao mesmo tempo, de uma interminável indagação conversacional. Como muitos outros homens livres, era cortador de pedras por treinamento e filho de dois trabalhadores, um escultor e uma parteira, mas inteiramente à vontade em todas as partes da *pólis*: atleta entre os atletas, soldado entre os soldados, pensador entre os pensadores.

Aqueles homens foram apenas dois destacados representantes da nova cidade, a cidade que ficou latente como idéia, porém jamais foi adequadamente realizada em tijolos ou mármore. Não estavam sozinhos, pois eram rodeados por pessoas de dimensões semelhantes, figuras como Aristides e Ésquilo, Temístocles, Tucídides, Eurípedes, Platão. Pela sua própria existência, esses espíritos deram provas daquela súbita mutação que produziu, entre alguns milhões de pessoas, dentro do espaço de menos de dois séculos, uma eflorescência de gênio humano muito mais rica do que a história registra em qualquer outra parte, exceto talvez na Florença do Renascimento.

Dentre os feitos de Atenas, o estabelecimento de uma média áurea entre a vida pública e a vida privada não foi o menor, e ao lado dele veio uma transferência, em larga escala, da autoridade dos funcionários pagos, no serviço do rei ou tirano, para os ombros do cidadão comum, que fazia seu turno naquelas funções. Não só desempenhava ele o serviço militar, quando convocado, colaborando com seu próprio equipamento, mas também servia na assembleia e nos tribunais e, se não se tornava um litigante num ou noutro dos jogos, se

não representava no teatro ou cantava no coro, pelo menos tinha também um lugar no grande cortejo panatenaico. Quase todos os atenienses masculinos, numa ou noutra época, tinham de tomar parte nos negócios públicos, como membros da igreja ou assembleia, e de cuidar que suas decisões fossem convenientemente cumpridas. Como acentua Fowler, o trabalho hoje feito por diretores executivos, secretárias permanentes, inspetores e magistrados, era desempenhado pelos atenienses comuns, que se revezavam em grupos de cinquenta.

A participação nas artes era parte tão importante das atividades do cidadão quanto o serviço no conselho ou nos tribunais, com seus seis mil juizes. Cada festa de primavera representava uma disputa entre dramaturgos trágicos: isto exigia doze novas peças anualmente, com a participação de cento e oitenta cantores corais e dançarinos; ao passo que cada competição, nas comédias, exigia dezesseis novas peças por ano e cento e cinquenta e quatro cantores corais e dançarinos. Nos cem anos do Império, conta-nos Ferguson, duas mil peças de primeira qualidade foram escritas e representadas em Atenas, ao passo que seis mil novas composições musicais foram criadas e apresentadas.

Essas atividades estéticas exigiam participação numa escala ainda maior que nos "mistérios" e "milagres" da Idade Média: cada ano algo por volta de dois mil atenienses, ao que se calculou, tinha que decorar as palavras e praticar a música e as figuras de dança de um coro lírico ou dramático. Era isso uma disciplina intelectual bem como uma experiência estética da ordem mais elevada; e, como resultado acidental, uma parte não pequena da audiência consistia de antigos atores, hábeis juizes e críticos, bem como de empolgados espectadores.

Assim, a vida pública do cidadão ateniense exigia sua constante atenção e participação, e essas atividades, longe de confiná-lo a uma função ou a uma residência limitada, levavam-no do templo ao Pnix, do ágora ao teatro, do ginásio ao porto do Pireu, onde as questões que diziam respeito ao comércio ou à marinha eram resolvidas, no local. Os atenienses, não apenas pela fria reflexão e contemplação, como erroneamente aconselhavam os filósofos, mas pela ação e participação, incentivadas pelas emoções fortes e por uma detida observação e direto intercurso de face a face, conduziam suas vidas.

Aquele mundo aberto, perpetuamente variado e animado produziu um espírito correspondentemente desembaraçado. Tanto nas artes quanto na política, Atenas, em grande parte, superava os vícios originais da cidade, seu governo de um só homem, sua segregação de atividades, sua estreiteza ocupacional, e, pior ainda, sua burocratização — e o fizera, pelo menos durante uma geração, sem prejudicar a perícia ou reduzir o padrão de excelência. Por algum tempo, a cidade e o cidadão eram um só, e nenhuma parte da vida parecia estar fora de suas atividades formativas, moldadas por si mesmas. Essa

educação do homem integral, essa *Paideia*, como lhe chamou Jaeger, para lhe dar limites mais amplos que os de uma estreita pedagogia, jamais foi igualada em qualquer outra comunidade tão grande.

Entre o reto Sólon, que lançou fora, como se fosse um vestido sujo, o poder político que havia reunido nas mãos, e o errante Péricles, que usava palavras tecidas com os feitos de homens livres, para esconder uma política de exploração "colonial", escravizamento e impiedoso extermínio — entre aqueles opostos diametrais, transcorreu menos que um século. Mas, naquele breve período, Atenas foi rica em cidadãos, como jamais o fora qualquer cidade antes dela.

Depois que passou esse momento, as edificações começaram a tomar o lugar dos homens. O segredo de criar os cidadãos que a *pólis*, em pouco tempo, havia produzido foi avidamente procurado pelos filósofos e educadores, de Platão a Isócrates; contudo, jamais foi analisado ou revelado com êxito, e grande parte dele ainda foge à nossa compreensão. Pela época em que Platão estava pronto a formular essa pergunta, a sinergia original transformara-se parcialmente numa concentração de pedra e parte dela se dispersara no desperdício da guerra: a resposta do próprio Platão ao problema mostrou apenas a coragem do desespero.

Em todo caso, a cidade potencial encarnada em Sófocles e Sócrates jamais chegou a uma fase mais desenvolvida de realização comunal. Aqueles que planejaram e construíram as últimas cidades helênicas e pós-helênicas não conseguiram desenvolver os costumes, as maneiras, as leis, as novas formas urbanas, que teriam passado adiante a experiência dos dias áureos de Atenas e aperfeiçoado um ambiente capaz de moldar a nova personalidade. O que Platão jamais suspeitou, aparentemente, foi que a Atenas de Sólon e Temístocles era, em si mesma, uma escola maior do que qualquer comunidade imaginária fora capaz de criar em seu espírito. A própria cidade formara e transformara aqueles homens, não apenas por meio de uma escola ou academia especial, mas através de todas as atividades, de todos os deveres públicos, de todos os pontos de encontro e de conversa.

Em consequência, os filósofos que se seguiram a Platão e Aristóteles, se ainda buscaram o equilíbrio e a plenitude da vida, não mais se atreveram a procurá-lo na cidade. Traíam eles seu próprio credo, furtando-se às suas responsabilidades físicas ou procurando confirmação num império idealizado ou uma norma puramente celestial, porquanto aqueles que assumiam os encargos do comércio, da política e da guerra não tinham, em sua obscura rotina, lugar para as possibilidades mais elevadas do desenvolvimento pessoal. Os monumentos da arte grega que hoje apreciamos foram expressões vagas desta vida, em seus momentos mais altivos. Mas, em parte, foram igualmente substitutos materiais de um espírito que, caso conhecesse o segredo de sua

própria perpetuação, poderia ter emprestado uma contribuição ainda mais valiosa ao urbanismo e ao desenvolvimento humano.

Nunca a vida dos homens das cidades fora tão significativamente animada, tão variada e compensadora, jamais fora tão pouco arruinada por mecanismos e compulsões exteriores, como durante o período que procurei resumidamente caracterizar. O trabalho e o lazer, a teoria e prática, a vida privada e a vida pública, achavam-se em intercurso rítmico, enquanto que a arte, a ginástica, a música, a conversa, a especulação, a política, o amor, a aventura e mesmo a guerra abriam cada aspecto da existência e o colocavam dentro do âmbito da própria cidade. Uma parte da vida fluía em outra: nenhuma fase era segregada, monopolizada, posta de lado. Ou, pelo menos, assim deve ter parecido aos cidadãos plenos, por mais duvidosa que a proposição pudesse parecer aos seus escravos ou a suas mulheres.

Numa corporação humana dessa natureza, o ritual do templo podia transformar-se em tragédia, e os violentos contextos e as rudes brincadeiras no mercado podiam tornar-se em comédia satírica, ao passo que o ginásio, a princípio um lugar de encontro de atletas, passaria a ser a Academia de Platão, o Liceu de Aristóteles ou o Cinosargo de Antístenes, ponto de reunião de uma nova espécie de escola, uma verdadeira universidade, onde o saber tornou-se socialmente responsável, ligado a um sistema moral que se tornara auto-crítico e racional. Contudo, aquela unificação interior jamais produziu inteiramente uma forma exterior que refletisse e mantivesse, em grau idêntico, a vida que a fizera existir.

O papel da *pólis* era admirável: cada parte da cidade passara a viver na pessoa do cidadão. Mas o culto daquela instituição e daquele papel foi um obstáculo ao desenvolvimento maior, pois, por maiores que fossem os bens que Atenas alcançasse, não poderiam permanecer petrificados numa imagem estática da perfeição. Nenhuma instituição humana, seja uma *pólis* ou um papado, pode reclamar, em sua própria existência, qualquer perfeição definitiva, digna de adoração. O crescimento e a morte exigirão seu tributo. Na divisão que tivera lugar durante o século VI, entre a filosofia natural, que considerava o cosmo como uma coisa ou processo separado do homem, e o saber humanístico, que considerava o homem capaz de existir em si mesmo, num mundo contido fora do cosmo, as percepções anteriores da condição do homem, mais verdadeiras, embora mais confusas, em grande parte se perderam.

Mesmo em Sócrates, pelo menos no Sócrates de Platão, as limitações do culto da *pólis* se tornaram patentes justamente no ponto em que deveriam ter desaparecido, em resposta à crítica. A preocupação exclusiva com a *pólis* ampliou mais ainda a distância entre o entendimento do mundo natural e o controle dos negócios humanos. No *Fedro*, Sócrates declara que as estrelas, as pedras, as árvores nada lhe podiam ensinar: só podia aprender aquilo que desejava observando o comportamento dos "homens da cidade". Isto consti-

tuía uma ilusão pueril: um esquecimento da visível dependência da cidade em relação ao campo, não apenas por causa dos alimentos, mas por mil outras manifestações de vida orgânica, igualmente capazes de nutrir o espírito; e, não menos, sabemos agora, da dependência maior do homem, de uma ampla rede de relações ecológicas que ligam sua vida à de criaturas tão obscuras e aparentemente tão remotas quanto as bactérias, os vírus e os fungos; e, afinal, com fontes de energia tão remotas quanto as radiações de distantes estrelas. A superstição babilônica estava mais perto da verdade, em suas errôneas apreciações dos movimentos dos planetas e dos acontecimentos humanos, do que o racionalismo grego, em sua progressiva dissociação entre o homem e a natureza, a *pólis* e o cosmo. Conhecer a si mesmo, como aconselhava Sócrates, é saber que não se é um espírito sem corpo ou um morador emparedado dentro de uma cidade, mas parte integrante de um cosmo envolvente que, pelo menos, brilha com consciência própria.

Nem a *pólis* nem o cosmo grego tomavam a plena medida do homem: ambos eram concebidos numa imagem estática, que não contava nem o tempo nem o desenvolvimento orgânico. Fazendo da cidade o seu deus, os gregos em geral, e em particular os atenienses, perderam a posse do maior dom das divindades — o dom das limitações naturais transcendentais, que apontam metas além de qualquer realização imediata. Embora os anos de Pisístrato até Péricles tenham testemunhado um engrandecimento extraordinário dos poderes humanos, o cidadão do século V não encontrou um meio de produzir uma cidade capaz de continuar o próprio processo: procurou apenas enquadrar-se no molde já alcançado. Mas a *pólis* não podia tornar-se um cosmo, e um cosmo que não permitia mudança, transcendência e transformação não podia produzir uma ordem superior na cidade.

Temos aqui, talvez, uma explicação de por que a idéia grega de integridade e bondade com beleza, encarnada nas grandes personalidades que floresceram durante a Guerra Pérsica e imediatamente depois, jamais criou plenamente uma cidade à sua própria imagem. O que tomou o lugar dessa imagem foi a cidade helenística: sanitária, ordenada, bem organizada, esteticamente unificada, porém grosseiramente inferior na sua capacidade de promover a atividade criadora. A partir do século IV, os edifícios começaram a desalojar os homens.

4. Regressão à Utopia

Antes mesmo da derrocada da Guerra do Peloponeso, havia muitos indícios de que as cidades gregas estavam chegando a um impasse do seu desenvolvimento. Não podiam colonizar mais longe sem correr o risco de sangrentos conflitos, não podiam proteger-se contra os ameaçadores impérios que a

rodeavam, sem constituir uma estreita união política e sem continuar, na base da ajuda mútua, a alimentar uma população maior. As montanhas já não podiam servir de muralhas, ao passo que as dimensões ínfimas e a obscuridade topográfica já não bastavam para evitar que uma cidade fosse notada por Estados mais fortes e apagada do mapa.

Embora as cidades gregas tivessem, em grande parte, escapado, pelos próprios acidentes de nascimento e topografia, a muitas das paralisantes fixações e arregimentações dos impérios orientais, havia algo de radicalmente errado na *pólis*, pois esta não tinha uma meta ideal que transcendesse a sua própria limitada existência. Sócrates mostrou parte da dificuldade num trecho do *Górgias*: "Elogias os homens que festejaram o cidadão e satisfizeram seus desejos, e dizem as pessoas que eles tornaram grande a cidade, não percebendo que a condição inchada e ulcerada do Estado deve ser atribuída a esses estadistas mais velhos; pois aqueles encheram a cidade de portos, docas, muralhas, lucros e tudo o mais, e não deixaram lugar para a justiça e a temperança".

A reação contra esse estado não tomou, a princípio, a forma de desespero suicida, como no Egito e na Babilônia. Ao contrário, revelou-se num movimento no sentido do afastamento, por parte da elite. Em lugar de destacar toda uma colônia para fundar uma nova cidade, um líder intelectual como Pitágoras reuniu um grupo de pessoas que pensavam da mesma forma e tentou, numa espécie de *pólis* dentro da *pólis*, estabelecer um novo regime e uma nova disciplina. Sob a influência do monaquismo budista, ligado à Grécia pelas conquistas de Alexandre, aquele impulso, mais tarde, haveria de se alargar.

Outro sinal desse bloqueio urbano foi o aparecimento de uma nova espécie de literatura: aquela que tentava delimitar a natureza de uma comunidade ideal. Até aquele tempo, a cidade real tinha sido idealizada: agora, fazia-se um esforço — e Platão, na verdade, o tentou duas vezes em Siracusa —, no sentido de dar existência real a uma cidade ideal. Em parte, esse esforço assinala confiança em que os processos da razão podiam impor certa medida e ordem a toda atividade humana: nunca, desde os dias da magia primitiva, o espírito humano tivera tanta certeza dos poderes que dominava. Não podia ser a própria cidade tratada como uma obra de arte, sujeita ao planejamento e à reconstrução deliberada? A Utopia não foi nada mais que um novo exercício de geometria sólida, com base na suposição de que todos os homens racionais estavam dispostos a ser tais geometras sociais. Méton, o agrônomo e planejador que Aristófanes glosa em *As Aves*, é, na realidade, o planejador arquetípico, de Hipódamo a Haussmann: arregimentadores de funções humanas e de espaço urbano.

"Com a régua — diz Méton —, trabalho para inscrever um quadrado dentro deste círculo: em seu centro será o mercado, no qual irão dar todas as ruas, convergindo para esse centro como uma estrela, que... despede seus raios em linha para todos os lados." Não temos, em parte alguma, qualquer

documento antigo dessa espécie de planejamento mas aquela pilhéria feroz de Aristófanes tornou-se o estilo característico do pensamento barroco, dois mil anos depois.

Em parte, as tentativas utópicas assinalavam certo desligamento dos valores dominantes da *pólis* e certo desencanto quanto às realizações de então. Por algum tempo, essa nova literatura, contrastando o real com o possível ou com o abstratamente ideal, parece ter sido uma forma comum, pois Aristófanes dela zombou em mais de uma sátira, assim como zombou das várias proposições socialistas, que, na época, ao que parece, se achavam no ar. E não é sem significação o fato de que o primeiro expoente desse novo modo de pensar, segundo Aristóteles, fosse Hipódamo, um urbanista profissional.

Aristóteles atribuía a Hipódamo uma capacidade de inovação e planejamento prático a que, na realidade, não podia ele ter direito algum: pois, embora possa ter popularizado o tipo de traçado em grade, até então desconhecido na conservadora Ática, essa forma tinha sido comum na Jônia, desde o século VII. Mais provavelmente, como sugere Lavedan, Hipódamo talvez tenha introduzido o ágora formal, fechado, ao planejar o Pireu. Sua verdadeira inovação consistiu em compreender que a forma da cidade era a forma de sua ordem social e que, para remodelar uma delas, é necessário introduzir mudanças apropriadas na outra. Parece também ter compreendido que o urbanismo não deveria ter simplesmente um alvo prático imediato, mas uma meta ideal de dimensões maiores; e considerava sua arte como um meio de formalmente personificar e esclarecer uma ordem social mais racional.

O que deveria ser essa ordem Aristóteles nos informa de maneira muito breve na sua *Política*. Ao que parece, tinha uma base matemática, nascida da crença de Hipódamo nas tríades; mas nem as alusões literárias nem os restos arqueológicos sugerem qualquer nova experimentação com o agrupamento de edifícios ou o traçado de quarteirões ou ruas em grupos de três. Sua cidade, observa Aristóteles, "era composta de dez mil cidadãos divididos em três partes — uma de artistas, uma de agricultores e uma terceira de defensores armados do Estado. Dividiu também a terra em três partes, uma sagrada, uma pública, uma terceira privada: a primeira era reservada à manutenção do costumeiro culto dos deuses, a segunda deveria sustentar os guerreiros, e a terceira era propriedade dos agricultores". Um momento de reflexão teria demonstrado a Hipódamo que as classes trabalhadoras existiriam em esmagadora pobreza, se chamadas a sustentar no ócio um terço da população e a entregar dois terços da riqueza.

Não era Hipódamo meramente um economista indiferente, mas sua divisão da sociedade em três classes não sugere qualquer originalidade em sua análise das funções sociais. E o fato de que uma dessas classes era a arcaica casta de guerreiros talvez não chegue sequer a indicar a importância que ainda tinham os antigos estereótipos micênicos e dóricos para o emanci-

pado espírito grego, mesmo num momento de deliberada inovação. O próprio Aristóteles admite tudo isso, pois mostrou que "não é descoberta nova ou recente dos filósofos políticos o fato de que o Estado deve ser dividido em classes e que os guerreiros devem ser separados dos agricultores. Esse sistema tem existido continuamente no Egito e em Creta, até hoje em dia".

Mesmo que não tivéssemos um livro de Hipódamo para nos orientar, as várias excursões de Platão na utopia seriam esclarecedoras. Mas também são desalentadoras, pois mostram que um dos maiores espíritos que jamais floresceu, um espírito que foi ao mesmo tempo profundo e jovial, era incapaz de compreender a fonte de suas próprias grandes qualidades. Platão era, além disso, menos capaz de apreciar, com qualquer aproximação de justiça, os valores que seus antepassados e predecessores haviam criado, ou aqueles que seus contemporâneos podiam, com uma orientação mais sábia, ter ainda apresentado.

Ao passo que Péricles foi certamente um pouco auto-hipnotizado, em seu elogio dos atenienses como "amantes da beleza sem extravagância e amantes da sabedoria sem emasculação", Platão foi igualmente cego, mas ao contrário. Quando atacou as artes de Atenas e sustentou as virtudes cretenses e espartanas, ilustradas nas rígidas leis de Licurgo, condenou algumas das principais fontes de suas próprias admiráveis qualidades, pois, quer amemos, quer odiemos Platão — e eu tenho ambos os sentimentos! — uma coisa é certa: somente as oportunidades oferecidas por Atenas podiam ter permitido que tal espírito, de tão largo alcance, belo mesmo na sua perversidade, mesmo quando disposto a chegar às suas acanhadas conclusões, alcançasse a plena maturidade.

O ponto fraco, no seu entendimento do papel positivo da cidade, surgiu no primeiro livro de Platão, *A República*, e permaneceu em seu pensamento, sem modificação, até que escreveu *As Leis*, na velhice, com todas as tediosas minúcias de um testamento final. Isso é ainda mais digno de nota porque começou sua análise sociológica com o relato, simplificado porém historicamente válido, da vida limitada mas contida em si mesma e basicamente tranqüila das comunas de aldeia agrícola, baseadas numa economia de necessidade. Remontou o desenvolvimento da cidade, com seus modos competitivos e seus agressivos alvos de guerra, ao anseio de luxos não encontrados no campo contíguo, e ao crescente desejo de poder. Assim, jamais sucumbiu à nossa mesquinha ilusão contemporânea de que a guerra é provocada pelas exigências que os "desprovidos" fazem à riqueza que possuem os "providos". Sabia que o orgulho e a cobiça, o excesso, e não a pobreza e a inveja, se achavam no fundo de tais exigências, se a guerra pudesse realmente ser explicada em termos racionais.

No desenvolvimento da comunidade, Platão notou que a desigualdade de habilidade e perícias nativas dava uma base de especialização vocacional

que acarretava a interdependência. Todos prosperavam quando o sapateiro limitava seus esforços a fazer sapatos, o ferreiro a bater ferro, o camponês a tratar das colheitas. Do fato, inerente à própria natureza, de que os homens eram diferentes, saltou Platão para a conclusão gratuita de que deviam ficar assim, e até mesmo aprofundar suas originais diferenças por uma existência inteira de especialização ocupacional.

Como a especialização assegurava a perfeição no trabalho, a justiça, segundo Platão, exige que cada membro da comunidade seja treinado para desempenhar a função particular a que corresponde a sua disposição natural, e que seja mantido nessa tarefa. Essa conclusão parecia-lhe tão inevitável que nunca se deu ao trabalho de examiná-la com intenção crítica; certamente, jamais sequer considerou, como fez em nossos dias, o dr. C. G. Jung, que poderia ser do interesse de uma vida melhor desenvolver as funções mais fracas e não levar o desenvolvimento assimétrico a uma espécie mais profunda de desarmonia orgânica. Para Platão, integridade e equilíbrio não se poderiam encontrar em homens individuais, mas apenas na colmeia. A bem da *pólis*, estava ele pronto a sacrificar a vida do cidadão: na verdade, estava pronto a sacrificar, na personalidade individual, as admiráveis qualidades que tinham começado a emergir de sua vida — a harmonia, a moderação, a assimetria, a gravidade, o equilíbrio orgânico.

Platão não podia, teoricamente, conceber a idéia de chegar à perfeição sem tal sacrifício. Menos ainda, chegou a um estado de retiro suficiente para perguntar a si mesmo se a perfeição que procurava era, na realidade, um atributo da vida orgânica. A imagem da cidade que o cativava era um absoluto geométrico. Embora, ao chegar a ela, procurasse, por sua lógica, emancipar-se dos acidentes da História, na realidade estava-se agarrando ao recipiente histórico arquetípico; em um dos poucos trechos em que dá uma imagem vívida e concreta da cidade, sua descrição da fundação de Atlântis, é óbvio que seu ideal é inteiramente retrospectivo.

Se Péricles cultuava, sem as devidas reservas, a *pólis* que já começava a se desintegrar, Platão adorava a *pólis* precida, que se achava natimorta em seu próprio espírito. A imagem embalsamada da segunda não era melhor que a corrupção dinâmica da primeira. Evidentemente, o mundo da arte, o mundo das imagens pintadas e das estruturas estáticas gozam de uma perfeição que nenhum ser vivo pode alcançar. Mas um ser vivo tem mil potencialidades que nenhum trabalho de arte possui, inclusive a potencialidade de reproduzir os seres humanos e de criar outras obras de arte.

Ora, a insistência de Platão no princípio da perfeição funcional, por meio da divisão do trabalho e do desmembramento dos papéis sociais, era uma negação de tudo que a Atenas do século V poderia ter-lhe ensinado. Com uma inconsciência singular do que estava acontecendo, colocou ele na boca de Sócrates o panegírico de uma ordem social "ideal". Infelizmente, aquela

ordem social teria impedido que o próprio Sócrates existisse! Se a Sociologia de Platão fosse válida, Sócrates, uma vez que tinha sido aprendiz da arte de cortar pedras, deveria ter permanecido cortador de pedras a vida inteira; além disso, deveria ter confiado seu período de serviço militar ativo como soldado-cidadão a um substituto profissional que nisso trabalhasse a vida inteira, treinado desde a infância a não fazer outra coisa; e, finalmente, jamais deveria ter-se atrevido a se defrontar, com as armas do espírito, com as melhores cabeças de seu tempo, num papel pedagógico tão diferente daquele do cortador de pedra.

Segundo a própria análise de Sócrates, o único conhecimento válido que possuía era o de cortar pedras: isso não lhe dava sequer licença para fazer perguntas acerca das preocupações de qualquer outro ser humano. A escolha é simples: ou Sócrates é denunciado por contradição de si mesmo e contrafação de sua própria boca, ou o próprio Platão foi completamente refutado pelo exemplo vivo de seu mestre — felizmente tão contrário às arcaicas concepções de Platão. A sabedoria de Sócrates jamais teria encontrado um meio de se manifestar, se tivesse vivido sua vida de acordo com a filosofia de Platão.

Quando voltou as costas à desordem e confusão de Atenas, para redistribuir as funções sociais da cidade segundo um padrão primitivo e obsoleto, Platão também voltou as costas, infelizmente, à vida essencial da própria cidade, com seu poder de cruzamento, de entremistura, de reconciliação de opostos, de criação de novas sínteses, de elaboração de novos melhoramentos não predeterminados pela própria estrutura petrificada. Em suma, rejeitou a potencialidade — não desligada do que Platão teria considerado como uma confusão inadmissível — de transcender a raça e a casta e superar as limitações vocacionais. Também não via ele meio de unificar as identidades divididas do homem sem as congelar em tantas partes fixas, graduadas e classificadas da *pólis*.

Platão de maneira tão rigorosa fixou as classes de sua cidade ideal, a dos filósofos, a dos guerreiros, a dos artífices e a dos agricultores, que retrocedeu à ordem de uma comunidade de insetos, cujas adaptações sociais são seladas em estruturas biológicas que permaneceram sem modificação durante dezenas de milhões de anos. O que não suspeitou, aparentemente, foi que esse paraíso geométrico poderia, segundo as potencialidades suprimidas do homem, passar a ser um inferno em vida.

Até agora a humanidade tem sido poupada do sonho de Platão por sua própria inocência tecnológica — e sua própria impotência. Hoje, contudo, nós que possuímos os meios de alcançar a ambição de Platão sem, entretanto, ter sondado suas horribéis implicações, bem faríamos em nos deter e examinar as perspectivas. Se continuarmos, na ciência e na tecnologia, de acordo com as linhas que estamos agora seguindo, sem mudar de direção, sem reduzir nossa aceleração e reorientar nossos mecanismos, no sentido de finalidades

humanas mais válidas, o fim já se acha à vista. A cibernética, a psiquiatria médica, a inseminação artificial, a cirurgia e a quimioterapia dão aos governantes dos homens o poder de criar autômatos obedientes, sujeitos a controle remoto, tendo ainda de resto justamente o espírito bastante para substituir a máquina, quando o seu custo venha a ser proibitivo. O nome delicado que se dá a esta criatura é "homem do espaço", mas a expressão correta é "homem fora de si".

Mais um século de tal progresso pode provocar danos irreparáveis à raça humana. Em vez de criar deliberadamente um ambiente mais eficiente do que a cidade antiga, a fim de produzir o número máximo de potencialidades humanas e a quantidade máxima de complexidade significativa, nossos métodos presentes apagarão as diferenças e reduziriam as potencialidades, a fim de criar um estado de inconsciência sem espírito, no qual a maior parte das atividades características do homem seria desempenhada apenas por máquinas. Mesmo que as infames armas nucleares e bacteriológicas, que já nos ameaçam de extermínio em massa, permanecessem sem ser utilizadas, o homem histórico, aquele que vive no tempo e no espaço cultural, que lembra e prevê e faz escolhas, haveria de desaparecer.

5. O Desafio da Dialética Grega

A *pólis* de Platão poderia ser descrita como uma prisão murada sem lugar para as verdadeiras atividades da cidade dentro do seu pátio interno. Todavia, Platão, mais de uma vez, corrigiu suas ousadas premissas e ingênuas conclusões: os enrubescidos protestos dos interlocutores de Sócrates, aliás o próprio recurso do diálogo, eram em si mesmos uma espécie de admissão das próprias reservas de Platão, embora sua lógica inflexível o faça passar além do senso comum, em baratos e pouco engenhosos triunfos verbais. Que poderia ser mais contrário à razão, por exemplo, que a demonstração feita por Sócrates de que os líderes políticos do passado, em Atenas, não conheciam suas obrigações, já que por definição, eram pastores dos homens, e que o fato de seu rebanho porventura se voltar contra eles, ou de os cães que tinham treinado lhes morderem as mãos, seria um sinal de que seu governo havia falhado?

Tudo o que esse argumento demonstrou foi a impossibilidade, da parte de Platão, de compreender o caráter humano: uma impossibilidade tão profunda como a dos antiquados psicólogos e behavioristas de hoje, igualmente confiantes em que sabem como condicionar os homens. É precisamente a distância psicológica entre homens e cães, entre líderes políticos e treinadores de cães, que transforma todo o sistema despótico de condicionamento, mais cedo ou mais tarde, numa zombaria, como alguns dos líderes do comunismo russo, tendo à sua disposição recursos muito maiores do que os guardiões de

Platão, atualmente parecem começar a compreender. O fato é que a obediência canina não é compatível com o desenvolvimento humano. Ou mesmo, por um período um pouco maior, com a existência humana. A liberdade para a autodireção é necessária ao crescimento, embora isso traga consigo a possibilidade de pecado, erro, crime, imperfeição, fracasso: o preço que os vivos devem pagar, ao romper os laços civis que os manteriam seguramente não-desenvolvidos — fáceis de manejar e moldar.

Também aqui, o espírito perceptivo de Platão se opôs à sua própria rigidez teórica e a seus sentimentos arcaicos. Era consciente de que bons homens podiam aparecer em qualquer parte; aliás, em sua velhice, observou que "sempre há alguns homens inspirados, cujo conhecimento é inestimável, e que brotam em grande número tanto em cidades bem ordenadas quanto em cidades mal ordenadas". Se Platão tivesse seguido a observação mais além, teria descoberto a dinâmica da verdadeira maturação e, com ela, uma moralidade mais firme do que aquela baseada numa distribuição fixa e inalterável das funções humanas.

Platão, erradamente, tomou os pontos ideais da bússola como destinos reais. Para ele, o bem e o mal eram idéias eternas, imutáveis e separadas: uma vez implantados, jamais precisam mudar. Por meio de leis sábias, por meio de uma rigorosa censura, através da firme disciplina, por meio dos controles totalitários isolados pelo sigilo, propunha ele remover o mal e manter o bem. Pouco compreendeu que os próprios instrumentos que escolhera inverteriam esse processo. O que não compreendeu, mais ainda, foi que, embora o bem e o mal sejam pontos fixos da bússola moral, as correntes da própria vida muitas vezes invertem sua polaridade. "O mal trará bênçãos — como diz Emerson — e o gelo queimar." Um bem procurado de maneira por demais inflexível pode transformar-se num mal granítico, estabelecendo um limite ao desenvolvimento maior; ao passo que o erro e a falsidade, quando reconhecidos e desafiados, podem, nesse próprio ato, proporcionar energia para um movimento à frente.

Como um moldador de botões, Platão procurou fundir a vida num molde preparado: o ouro num, o bronze noutro, o barato chumbo num terceiro. Não tinha em si qualquer coisa do jardineiro ou do biólogo experimental, que seleciona a semente, planta-a no solo correto, com a devida exposição ao sol, arranca as ervas daninhas ao redor da planta, dá-lhe a nutrição que pode faltar no solo; em suma, coopera com a natureza enquanto procura melhorar suas formas selvagens, tendo em vista o consumo humano — não procurando a perfeição num substituto mecânico, arbitrariamente medido e configurado.

Platão subestimava os estímulos e desafios vitais do crescimento: a variedade, a desordem, o conflito, a tensão, a fraqueza e até mesmo o fracasso temporário. Cada uma dessas coisas, quando não se petrifica num padrão fixo,

pode produzir uma comunidade muito mais desejável do que qualquer forma de conformidade, seja esta conformidade imposta pelos executivos filisteus de um moderno órgão de governo, por uma corporação de negócios ajudada por computadores eletrônicos, ou pelo maior pensador e escritor que Atenas ajudara a produzir. Essa oposição dialética do bem e do mal não é — paz para os zoroastristas e os marxistas! — a totalidade da vida: há processos de modificação e maturação fisiológica, de dissolução e erupção física, que pouco têm a ver com ela. Mas deixar de levar em conta o lugar da dialética na *pólis* é fazer tábuas rasas da principal função da cidade: o engrandecimento da consciência humana do próprio drama da vida, por meio de cuja representação a existência revela novos significados, que não são dados por qualquer análise momentânea ou repetitiva.

Entre os séculos VI e IV, as cidades gregas encontraram-se nas garras de dois severos conflitos: primeiro, uma tentativa para definir os limites do direito, da justiça e da ajuda mútua, contra as pretensões de amigos e parentes; segundo, um esforço, não desligado do primeiro, no sentido de libertar o próprio intelecto, por meio da lógica, da matemática, e da moral racional, das selvagens representações do inconsciente. Como vemos claramente nas tragédias, procuravam evitar o sacrifício humano, a vingança de sangue, a orgia sexual e seus correspondentes civilizados ainda mais perversos. Procuravam ousadamente superar a serpente devoradora e o sátiro de cascos fendidos, ao passo que ainda davam o devido lugar aos sombrios elementos da vida que vão de encontro à razão e ao desejo consciente: os Fados, as Fúrias e o cego acaso (Tiquê), que podem derrubar os virtuosos e entronizar os perversos.

Notemos, porém: o único drama que Platão admitia, quer na *República* quer nas *Leis*, era o drama da guerra. Com essa admissão por demais generosa, reintroduziu ele na vida essencial da classe governante a mais antiga instituição da cidadela, a própria guerra, não como um jogo ritual mas como um combate mortal com outras cidades, tendo em vista a sua destruição. Contudo, embora, seu conceito total da cidade ideal fosse auto-isolante, foi apenas na guerra que Platão pôde sonhar com qualquer espécie de federação ou união das cidades gregas: também ali, suas premissas estavam decrépitas.

Chegamos afinal à corporificação física da cidade de Platão, a cujo respeito pouca coisa se pode dizer, porque menos ainda se escreveu. Embora seus diálogos sejam plenos de toda sorte de vívidas imagens retiradas da vida diária, sua visão da própria *pólis* carece de um corpo arquitetônico. Quando descreve a antiga cidade de Atlântis, na realidade não está descrevendo a *pólis* platônica mas a nova cidade helenística, com seus jardins, ginásios, pistas de corrida, sua água quente e fria, seus canais, seu palácio real, ao lado da habitação do deus, com a cidadela guardada pela água e com a cidade mesma rodeada por uma muralha. Sua própria *pólis* não tem pretensões a esses suntuosos adereços de grandes dimensões. As principais condições de sua

existência são que seja pequena, isolada, contida em si mesma, fechada, como outras cidades gregas, num vale abrigado, vivendo com rigor puritano dos produtos de seu próprio solo.

Nas *Leis*, Platão vai um pouco mais longe, porém vagamente: "A cidade deve ser colocada tão próximo quanto possível do centro do país; devemos escolher um lugar que possua o que é conveniente para uma cidade, e isto pode ser facilmente imaginado e descrito" (coitado! ele considerava como conhecido precisamente aquilo que nós gostaríamos de saber) "... então dividiremos a cidade em doze porções, primeiro fundando templos para Héstita, para Zeus e para Atena, num lugar a que chamaremos de Acrópole, rodeando-a por uma muralha circular que faça a separação do centro da cidade e do campo irradiado desse ponto. As doze seções devem ser equalizadas pela disposição de que aquelas que são de boa terra devem ser menores, ao passo que as que são de qualidade inferior serão maiores. O número de lotes será de 5040, e cada um deles será dividido em dois e cada porção será composta de duas destas seções, uma de terra perto da cidade, outra de terra à distância. (...) Depois disso, distribuirão doze lotes a doze deuses e chamar-lhes-ão por seus nomes e dedicarão a cada deus várias porções. (...) E distribuirão as doze divisões da cidade da mesma forma pela qual dividiram o campo, e cada homem terá duas ocupações, uma no centro do país, a outra na extremidade".

Mais tarde ainda, Platão acrescenta alguns detalhes a respeito do centro cívico: "Os templos devem ser colocados em redor de todo o ágora, e a cidade inteira construída nos altos, em círculos, a bem da defesa e bem da pureza". Embora, nesse trecho, Platão rejeite a muralha ao redor da cidade, é digno de nota que a conservou, anteriormente, ao redor do antigo recinto sagrado. No fim, porém, de má vontade admite que a muralha tem uma função municipal, ao dizer: "Se os homens devem ter muralhas, as casas particulares devem ser de tal maneira dispostas que a cidade inteira possa ser uma muralha, sendo todas as casas capazes de se defenderem em razão de sua uniformidade e igualdade perante as ruas. A forma da cidade sendo a de uma moradia única, terá um aspecto agradável, e sendo facilmente guardada, será infinitamente melhor para a segurança".

De um modo geral, Platão, em suas últimas palavras a respeito da cidade, afasta-se muito pouco da tradicional imagem concreta, já conhecida; e quando acrescenta, no fim, uma previsão não simplesmente relativa ao ágora, mas aos "ginásios, lugares de instrução e teatros... todos postos à disposição de estudiosos e espectadores", vê-se que, a despeito de seus desafios radicais, tudo o que desejava fazer era confinar a vida militar e a disciplina espartana dentro da concha da *pólis* ateniense.

O único ponto que parece não ter correspondência com esse híbrido espartano-ateniense é seu elogio da colonização, pois disse ele que nada tendia

mais ao melhoramento da espécie humana que a guerra e a colonização. Sua primeira objeção à aglomeração em colônias, na verdade, era que as colônias dessa espécie homogênea, baseadas na amizade e na comunidade de raça, língua e leis, têm probabilidades de se rebelar contra qualquer forma de constituição diferente daquelas que tinham em sua pátria — e isso presumivelmente era um obstáculo formidável ao legislador ideal, conforme Platão se concebia, pois era ávido por estabelecer leis, costumes e rituais radicalmente diferentes, para uma nova comunidade. Embora Platão não gostasse do *demos* ateniense que supostamente fazia novas leis sem ter dedicado uma vida inteira ao seu estudo, compartilhava Platão de sua fé no próprio processo legislativo, como o principal meio, afora a educação, de melhoria social. Nisso, implicitamente, levava adiante a antiga convicção da realeza.

O número de cidadãos da República era limitado a cinco mil e quarenta. Estes, presumivelmente, são membros da classe guardiã, na qual homens e mulheres parecem localizar-se numa base igual, como em Esparta. Esse número deixaria a cargo de apenas um pequeno bando de guerreiros, ao redor de um milhar, a tarefa de proteger a cidade sem muralhas; e admitiria uma população de, no máximo, entre vinte e cinco e trinta mil almas — por estranho que pareça, o número mais tarde escolhido por Leonardo da Vinci e Ebenezer Howard para suas cidades ideais. Ora, cinco mil cidadãos constituíam, talvez, a multidão mais numerosa a que um único orador poderia dirigir a palavra, num teatro conveniente. Mas, num Estado governado não pelo voto popular, mas pela sabedoria de um pequeno grupo de guardiães presididos pelo rei filósofo, muitas vezes agindo em perigoso sigilo, como o verdadeiro Conselho de Dez na Veneza medieval, a redução da população ao tamanho necessário para o encontro direto face a face e para a votação democrática dificilmente parece uma necessidade. Talvez Platão temesse que uma população maior fosse mais difícil de manter sob rigoroso controle. Possivelmente tinha razão, embora números maiores se emprestem à supressão despótica. Possivelmente, foi o desejo de manter a população suficientemente baixa para viver do suprimento local de alimentos, sem depender dos cereais vindos de fora, que impeliu Platão a propor esse número.

O que Platão jamais perguntou foi algo que um filósofo, senão um economista, bem poderia ter indagado de si mesmo: que parcela da cultura grega, com sua imensa produtividade em todos os departamentos da arte e do pensamento, poderia ser mantida viva numa comunidade isolada tão pequena?

Embora Platão estabelecesse um rigoroso limite ao tamanho da cidade, não mostrava como deveria ela ser mantida dentro desses limites, quer pela colonização, quer pelo infanticídio e pelo aborto, quer pelo casamento tardio, ou por qualquer outro método. Sempre há alguma dúvida quanto a saber se o casamento comunal é destinado aos guardiões apenas ou à população inteira,

embora as creches comunais pareçam ter sido destinadas a todas as classes, quando menos para permitir uma escolha mais livre dos “melhores” recém-nascidos. Na sua maior parte, as sugestões concretas, tanto nas *Leis* quanto na *República*, são de natureza negativa: sem poetas, sem músicas apaixonadas, sem ligações maritais, sem solitudes paternas, sem mistura de vocações, sem luxúrias, sem intercurso exterior. Restritiva, puritana, autoritária: tais eram as características do seu ideal. Nenhuma cidade ter-se-ia reduzido à forma que Platão desejava sem deixar de ser uma cidade. Se as coisas fossem como ele queria, isso teria transformado o diálogo urbano num estéril monólogo do poder totalitário, embora aqueles que comecem falando apenas a si mesmos terminam nada tendo a dizer.

Contudo, Platão tinha razão ao pensar que a constituição básica da cidade precisava ser reexaminada e alterada. Tomar como coisa definitiva a vida política e econômica da cidade, procurar fazer melhor algo que não deveria ser feito de modo algum, é o erro muitas vezes repetido dos reformadores e planejadores políticos. Teve mesmo o bom senso de ver que a mudança radical que contemplava teria lugar mais facilmente sob a pressão do infortúnio ou da colonização.

Para que as funções da cidade não viessem a desandar, o princípio da aristocracia deveria ser invocado: não simplesmente para superar a mediocridade, mas para vencer a força bruta — a força das armas, do dinheiro, dos números. Nisso também tinha ele razão. O erro de Platão estava em mal conceber a natureza do princípio aristocrático, como posse exclusiva de uma classe ou de uma profissão. O que se necessitava, mais do que isso, era uma infusão de talento responsável e serviço dedicado, mesmo nas mais humildes funções da vida cotidiana.

Os verdadeiros discípulos espirituais de Platão surgiram quase mil anos depois: os monges beneditinos. Mas, quando São Benedito criou a sua utopia monástica, teve a prudência de inverter todos os preceitos de Platão, substituindo a guerra pela paz e pela não-resistência, e moderando a austera sabedoria e santificação diária do mosteiro com a disciplina do trabalho cotidiano, e unindo, dessa forma, em cada um, segundo sua capacidade, todas as funções da vida que tão cuidadosamente Platão havia apartado. Além disso, o sistema beneditino ganhou força não no isolamento, mas por constituir uma cadeia de comunidades semelhantes, que trocavam seus produtos em toda a Europa.

Admira-nos a cegueira de Platão. A cultura grega tinha, em seu tempo, chegado a um ponto de desenvolvimento que tornava necessário desafiar as formas arcaicas até então personificadas na cidade: acima de tudo, devia enfrentar a escravidão e a exploração unilateral, da qual parte tão grande de sua vida econômica passara a depender. Eram essas as visões nascentes dos grandes espíritos do século V. Platão não desempenhou papel algum nessa reavaliação do “modo grego de vida” tradicional. Rejeitando as convenções

da propriedade privada e as preocupações de negócios, desprezava-as tão cordialmente que lhes procurava infundir o princípio aristocrático.

Em vez de moralizar o mercador, Platão procurava abandonar o próprio comércio. Os cidadãos, como os amigos, deviam possuir todas as coisas em comum: até mesmo as esposas. Sua moralidade, sua racionalidade destinavam-se a ser utilizadas apenas por parte da classe superior. O resto da população devia ser treinado e dominado, transformado em inofensivos submissos, como outros animais domesticados. Em sua casa ideal, não havia lugar para o ar puro de portas afora: em seu lugar, concebeu uma câmara sem janelas, para a qual se podia bombear o ar artificialmente purificado, sob rigoroso controle. Nesse sentido, previu ele os absurdos de certo tipo de espírito moderno, com antecipação de dois mil e quatrocentos anos.

Assim, embora Platão estivesse disposto a fazer as mudanças mais radicais na propriedade, nas relações sexuais e maritais e na educação, deixou intactas as instituições primitivas da cidadela; na verdade, expandiu todas as suas más possibilidades. A exploração econômica, a escravidão, a guerra, o trabalho especializado de uma vida inteira — tudo isso ele deixou intacto. A *pólis* de Platão tinha por base, para ter carne e bebida todos os dias, aquelas vacas sagradas, porém doentes. Incrivelmente, a despeito de sua emancipação, por meio da lógica e da matemática, das crenças vulgares, Platão conservou todas as superstições de sua própria classe, inclusive a crença em que as ocupações manuais são por natureza inferiores. Aquele preconceito por muito tempo retardou o desenvolvimento das ciências naturais, até que a doutrina e a prática do fim da Idade Média finalmente superaram aquele dualismo sacerdotal.

Essas fixações impediram que Platão tivesse uma visão da verdadeira situação da cidade: sua prematura cristalização nas formas arcaicas da cidadela. Seu esforço resultou apenas numa tentativa de tornar a própria cidadela mais segura, contra a usurpadora cidade democrática, restabelecendo seu antigo monopólio da religião, da ciência e do poder militar, amparado pelo sigilo e pela infame prevaricação. Na verdade, uma cidade ideal!

CAPÍTULO VII

Absolutismo e urbanidade helenística

1. A Transição Aristotélica

A transição da *pólis* helênica para a metrópole helenística e daí para a megalópolis alexandrina não foi assinalada por mudanças súbitas; isso porque as instituições e formas desta última já tinham sido prefiguradas nas cidades comerciais da Ásia Menor, e, até que Roma veio finalmente acomodar a luta, a *pólis* travou uma prolongada e desesperada ação de retaguarda, que continuou mesmo depois da derrota de Demóstenes, a fim de preservar sua existência e restabelecer os valores que a tinham tornado grande.

Ambos os aspectos da vida helenística tornam-se visíveis na vida e na obra do maior espírito que estudou sob a direção de Platão: Aristóteles. O fato de ter ele aceitado os convites da corte de Filipe da Macedônia, servindo como professor do prodigioso jovem que veio a ser Alexandre Magno, torna-o típico de seu período. Seu interesse pelas ciências naturais era igual a sua preocupação com a humanidade: contudo, os dois campos permaneceram em grande parte separados em seu espírito, como deveriam permanecer, com infelizes resultados para ambos, durante os dois milênios seguintes. Mas, embora Aristóteles servisse aos governantes de um império em expansão, jamais compreendeu plenamente que o crescimento humano exigia tanto uma ampliação como um aprofundamento do processo total de associação; por isso, jamais chegou a penetrar nas divisões inferiores da *pólis*, constituídas de escravos, estrangeiros, comerciantes, cidadãos, nem tampouco removeu a muralha invisível que separava o grego do bárbaro.

O exame das cidades ideais feito por Aristóteles, não obstante, foi muito além, em muitas direções, do de Platão, pois ele tinha muito de um naturalista para aceitar, com generosidade maior que Platão, a necessidade de variedade e pluralidade. Mas essas diferenças políticas em relação ao seu mestre não eram tão radicais quanto pareciam ao mais jovem dos dois ou a muitos dos seus intérpretes posteriores. Afora o fato de rejeitar sensatamente a comunidade de esposas e de mostrar as ambigüidades da disposição de classes de Platão, Aristóteles meramente sistematizou o pensamento deste e fez com

que se aproximasse um pouco mais da prática real. Aristóteles chegava mesmo a partilhar a desconfiança de Platão com relação à mudança; embora admitisse que as mudanças em outras artes e ciências tinham sido benéficas, como na medicina, e que muitos melhoramentos reais haviam ocorrido pelo afastamento dos velhos costumes bárbaros, relutava em considerar tais melhoramentos na política.

Todavia, justamente porque a filosofia de Aristóteles era, basicamente, a de um biólogo, antes que a de um matemático, introduziu na discussão das cidades algo que faltava em Platão: o conhecimento da imensa variedade de espécies e a apreciação das intermináveis manifestações criadoras da própria vida. Ao lado disso, havia certa compreensão da natureza teológica, preocupada com uma finalidade e por si mesma realizada de todos os organismos e dos limites naturais que definem o crescimento normal. Para Aristóteles, o ideal não era uma forma racionalmente abstrata, a ser arbitrariamente imposta à comunidade: pelo contrário, era uma forma já potencial na própria natureza da espécie, apenas necessitando ser revelada e desenvolvida.

Aristóteles não se deixou embarçar pela restrita concepção de causalidade que a física do século XVII impunha ao pensamento moderno, a fim de manter todas as mudanças no plano do exterior e do observável. Compreendia, como uma geração posterior talvez volte a compreender, que a "finalidade" se acha entranhada em todos os processos naturais, não sendo superposta pelo homem, embora não admita explicações ulteriores mais do que as admite a causalidade. Todavia, em sua época, a natureza do processo teológico era tão obscura e se achava tão longe do alcance dos recursos da descrição científica que foi forçado a empregar um substantivo abstrato, *enteléquia*, para descrever os elementos determinantes da forma: assim, transformou um processo observável numa entidade estranha e não observável. Contudo, a terminologia estática de Aristóteles não nos deve conduzir a passar por alto os fatos familiares que aponta. Empregar a palavra "mecanismo", quando diante da necessidade de reconhecer um processo teológico, é passar por alto o fato de que as máquinas são, em si mesmas, exemplos exóticos de finalidade.

Acertadamente, aplicou Aristóteles às fabricações humanas como a cidade a importante lição que tinha aprendido do mundo orgânico: a lição do crescimento controlado. Em todas as espécies biológicas, existe um limite de tamanho; e mostra ele que isto é igualmente verdadeiro quanto aos artefatos humanos. Se um barco é por demais pequeno, não pode desempenhar as funções de um barco, isto é, conduzir passageiros ou carga; se é por demais grande, não pode ser manejado ou dirigido. Existe, pois, uma variação de tamanhos, apropriada à arte da navegação. Vale o mesmo quanto à constituição da cidade. Se uma cidade é por demais pequena, não importa quais sejam suas pretensões arquitetônicas ou sua condição legal, continua sendo uma aldeia. Se ultrapassa os limites de crescimento, absorvendo mais pessoas do

que pode propriamente alojar, alimentar, governar ou educar, então já não é uma cidade, pois, sua conseqüente desorganização a impede de levar a cabo as funções de uma cidade.

Na verdade, Aristóteles fazia objeções ao tamanho da população de cidadãos de Platão, não porque fosse por demais pequena para dar suficiente variedade, mas porque seria necessário "território tão grande quanto Babilônia ou alguma outra enorme cidade, para que tão numerosas pessoas fossem sustentadas no ócio". Em geral, porém, a posição de Aristóteles não é mais válida apenas que a de Platão: é mais válida que a da maior parte dos planejadores de nossos dias, que ainda não chegaram a uma definição funcional da cidade e que não compreendem que tamanho e superfície não podem ser aumentados indefinidamente, sem destruir a cidade ou provocar uma nova espécie de organização urbana, para a qual é preciso encontrar uma forma em escala adequadamente pequena e um padrão de vida em grande escala.

O simples aumento de tamanho não significa melhoramento ou mesmo adaptação, mais do que a expansão tecnológica assegura uma boa vida. O próprio dinamismo do crescimento, como na mudança das armas manuais para as bombas de hidrogênio, apenas aumenta a área de destruição possível.

Evidentemente, teria sido fácil para Aristóteles ter delimitado sua definição de tamanho, apoiando-se na definição visível da muralha da cidade; todavia, evitou essa isca. "Quando — pergunta ele — há homens vivendo no mesmo lugar a ser considerado como uma única cidade — qual é o limite? Certamente, não a muralha da cidade, pois poder-se-ia rodar todo o Peloponeso com uma muralha. Podemos dizer que a mesma coisa ocorre com Babilônia — e toda cidade que tem o âmbito de uma nação mais que o de uma cidade; Babilônia, conta-se, tinha sido tomada três dias antes que certa parte de seus habitantes tivesse consciência desse fato." O que unifica a cidade é o interesse comum pela justiça e a finalidade comum, de procurar a boa vida. Em "tamanho e extensão, deve ser ela tal que permita aos habitantes viver, ao mesmo tempo, moderada e liberalmente, no gozo do lazer".

Os gregos tinham, empiricamente, chegado a essa conclusão, muito antes de Aristóteles: não há melhor maneira de definir a cidade grega do princípio do período helênico do que dizer que constituía uma comunidade decidida, para seu próprio bem, a continuar pequena. As limitações naturais ajudavam a levar os cidadãos a essa conclusão, mas nem mesmo as cidades mercantes como Mileto, que poderiam ter enfrentado o problema de crescimento ampliando o alcance de suas exportações e compras de cereais, tomaram este caminho. A boa vida, tal como a compreendiam e praticavam, dependia da intimidade e do pequeno número. Quando a *pólis* mandava para fora uma colônia, não fazia esforço algum, ao que parece, no sentido de ampliar seu domínio territorial ou econômico; procurava apenas reproduzir condições semelhantes às da cidade-mãe. Entre o crescimento pelo acréscimo, que se

tornava socialmente inorgânico e acabava conduzindo à desintegração, e o crescimento pela colonização, que mantinha a integridade e a finalidade, os gregos escolheram a colonização, assim como as pequenas cidades da Nova Inglaterra fizeram no século XVII. Tinham dominado a arte de reproduzir cidades. Se tivessem conseguido dominar igualmente a arte de uni-las. . .

Aristóteles apresenta muitas razões, práticas e metafísicas, para limitar o tamanho da cidade, mas o limite final é aquele tomado da experiência política. "Tanto os governadores como os governados — observa ele — têm deveres a cumprir; as funções especiais de um governador são comandar e julgar. Se, porém, os cidadãos de um Estado devem julgar e distribuir funções segundo o mérito, devem conhecer os caracteres uns dos outros; quando não possuem esse conhecimento, tanto a eleição de funções quanto a decisão de processos legais andarão errada. Quando a população é muito grande, são manifestamente distribuídas ao acaso, o que claramente não deveria ocorrer. (. .) O melhor limite da população da cidade, pois, é o maior número suficiente para as finalidades da vida e que pode ser abrangido de um único olhar."

De um único olhar: eis aí uma concepção ao mesmo tempo estética e política de unidade urbana. Essa visão sinóptica ou geral, que permitia ao cidadão, do alto da acrópole, contemplar toda a sua cidade tão prontamente quanto podia abranger a forma e o caráter de uma única pessoa, era a nota grega essencial. Isso diferenciava a cidade helênica, por mais amontoadas que fosse, da propagação sem limites da megalópole supercrescida, que a precedera na Mesopotâmia e a seguiu na Itália, na África e na Ásia Menor.

Tudo isso quanto à contribuição válida de Aristóteles. Entretanto, em seu preconceito contra os artifices e mercadores, era ele tão pouco arejado quanto Platão. Quando definiu a *pólis*, não apenas como uma comunidade de seres vivos, mas como uma comunidade de iguais, tendo em vista a melhor vida possível, Aristóteles deliberadamente excluiu a vida dos "mecânicos ou comerciantes, pois tal vida é ignóbil e inimiga da virtude": na verdade, essas classes não podem sequer possuir uma função sacerdotal, "pois os deuses devem receber honras apenas dos cidadãos". A noção de que a comunidade inteira deve partilhar a vida ativa da cidade como todos os camponeses tinham partilhado a vida da aldeia, não ocorreu a Aristóteles, assim como não ocorrera a Platão. A boa vida só podia ser encontrada no nobre lazer, e o nobre lazer significava que outrem deveria realizar o trabalho.

Essa impossibilidade de uma larga parcela dos moradores da cidade alcançar a cidadania explica, em parte, a derrocada da cidade grega. Mantendo a maior parte dos seus habitantes fora da política, da área da plena cidadania, a *pólis* dava-lhes licença para serem irresponsáveis. E, o que era igualmente mau, não lhes dava outra ocupação senão a atividade econômica autopromotora, e os aliviava de qualquer finalidade ou obrigação moral, mesmo naquelas questões que eles podiam governar. Assim, impedia os mercadores, nas pala-

vas de Platão, "a procurar ganhos desordenados e a ter as pessoas à sua mercê, para delas tirar vantagens".

Dessa maneira, o movimento que, na realidade, começara com Sócrates e seu seguidor de classe mais baixa, Antístenes, a possibilitar a melhor vida possível mesmo para o trabalhador manual, dando-lhe os plenos benefícios do crescimento espiritual, interrompeu-se no pensamento assim como se interrompeu na ação. Embora Antístenes chegasse a ponto de iniciar um ginásio de pobres, o Cinosargo, não poderia ter esperança de reclamar a *pólis* inteira ou de ver um dia em que as classes superior e inferior encontrar-se-iam em terreno comum, com base em seus interesses comuns e capacidades iguais.

Felizmente, Aristóteles teve uma qualidade especial que faltou a Platão: traduziu seus princípios na estrutura física da cidade; e ali, o antigo misturava-se com o novo. Previa a orientação da cidade, a fim de promover a saúde: na verdade, sabemos, por Xenofonte, que a orientação tinha-se tornado uma consideração importante, pois representa seu Sócrates a advogar acertadamente uma exposição para o sul, como a mais vantajosa — toque de sabedoria prática que o povo do Hemisfério Setentrional tem repetidamente perdido e redescoberto através de milhares de anos. Aristóteles insistia também na importância de uma abundância de fontes e mananciais; ou, faltando isso, um reservatório e cisterna para coletar água de chuva. As máximas da escola de Hipócrates foram, pelo menos ali, conscientemente aplicadas ao urbanismo.

Embora algumas cidades gregas ainda se gabassem de não ter necessidade de muralhas, isso parecia a Aristóteles como que uma tolice militar; na verdade, era tão consciente da necessidade de resistir à invasão que procurava combinar a nova moda de traçar ruas em blocos retangulares com o modo irregular mais antiquado de construção, com ruas tortuosas que seguiam os contornos ou antigos caminhos de pedestres; pois este último traçado tornava difícil que estrangeiros assaltantes sássem da cidade ou que atacantes encontrassem o caminho para entrar. Talvez recordasse a experiência dos tebanos, que tendo penetrado em Platéia, segundo nos conta Tucídides, perderam tão completamente a orientação que foi fácil fazê-los prisioneiros. "A cidade inteira — mostrou Aristóteles — não deve ser traçada em linhas retas, mas, apenas certos bairros e regiões: assim, combinar-se-ão a segurança e a beleza."

Noutras questões, Aristóteles era igualmente conservador. Assim, desejava transformar o *ágora* em praça de mercado, separado do *ágora* como fórum político. Pretendia estabelecer este último, segundo o exemplo da Tessália, como um *ágora* de homens livres, de onde o comércio e todos os comerciantes seriam excluídos, a menos que convocados pelos magistrados. Achava que seria encantador, se os exercícios de ginástica dos homens mais velhos fossem ali levados a cabo: assim, procurava levar de volta ao coração da cidade pelo menos parte do ginásio dos subúrbios.

Neste ponto, como em outros ainda, embora estivesse supostamente

discutindo com uma cidade ideal, é evidente que achava difícil não tratar a cidade antiga, com suas acentuadas divisões de classes, como ideal. Tanto nele quanto em Platão, o que parece serem inovações muitas vezes são reversões da comunidade urbana mais primitiva dos cretenses, dos espartanos e mesmo dos cartagineses; enquanto que, em ambos os filósofos, a maior parte dos processos e funções sociais de uma data posterior, que estavam em conflito com o antigo padrão militar, eram encaradas como outros tantos desagradáveis acidentes sociais — que deveriam ser reduzidos em quantidade e afastados da visão para o mais longe possível.

O que Lavedan disse da influência de Platão e Aristóteles sobre o urbanismo e as ordens municipais de mais tarde erra, receio eu, pelo lado generoso. "Consistia em preparar o espírito para aceitar certo número de restrições ditas pelo interesse coletivo." Contudo, a realidade é que não eram, por antecipação, nem apologistas nem publicistas da nova ordem, que deu forma às crescentes cidades helenísticas sem auxílio deles e com pouco respeito pelas suas crenças. Nem Platão nem Aristóteles tinha qualquer visão justa do feliz momento que Atenas e, em certo grau, todas as outras cidades gregas, já tinha vivido, do tempo de Sólon ao de Péricles: assim, suas cidades ideais não previam a continuação e o reforço daquelas forças criadoras. Não tinham visão de uma *pólis* mais ampla, que incorporasse os princípios ideais de Cós, Delfos e Olímpia, e os introduzisse nas generosas complexidades de uma sociedade aberta. Sua cidade ideal ainda era o mesmo pequeno recipiente estático, sob a rígida direção da cidadela: para seu sustento, possuía apenas uma economia contida em si mesma, suportada, pelo menos para Aristóteles, por uma robusta classe média. O centro de gravidade cultural de tal cidade caía dentro de sua própria base, mas, em tais condições, o espírito engrandecedor da verdadeira *pólis* ter-se-ia ressecado e perdido o vigor.

"É necessária toda uma sociedade para dar a simetria que buscamos", observava Emerson. Aristóteles e Platão procuraram essa simetria em menos que meia sociedade — nem sequer uma *pólis* inteira, mas um segmento de classe petrificado numa imagem arcaica. Nem Atenas nem Corinto, sozinhas, nem Esparta nem Delos, podiam florescer separadas de suas vizinhas. Na verdade, tampouco podia qualquer das cidades da Hélade corporificar o ideal grego da vida sem convocar homens, idéias e instituições de que nenhuma delas se poderia apropriar exclusivamente. Menos ainda, podia qualquer classe isolada alcançar a nobre simetria que aqueles filósofos procuravam. Em consequência, a *pólis* crescente, em seu fluxo e desordem, transbordando para fora dos seus limites anteriores, fazia maior justiça às possibilidades ideais da sociedade urbana do que a fizeram aquelas projeções utópicas, apesar de toda a sua cristalina perfeição.

A impossibilidade de compreender a dinâmica do desenvolvimento humano como uma chave para a forma urbana não foi superada por qualquer

novo progresso nas ciências naturais, depois de Aristóteles. Sob governantes tirânicos, é mais seguro perseguir as ciências físicas que estudar a natureza e a sociedade humana. A *pólis* helênica foi detida por outra fraqueza: a impossibilidade de compreender a contribuição humana do escravo, do trabalhador industrial, do estrangeiro e do bárbaro, quero dizer, do resto da humanidade. Os deuses que os gregos tinham imaginado e criado eram deuses humanos, não limitados, em sua origem ou seu destino, apenas aos gregos. Platão podia reconhecer, após sua viagem pelo Egito, que os sacerdotes egípcios tinham fundado um conhecimento esotérico que ultrapassava qualquer conhecimento a que ele tivesse acesso; mas o fato é que outros povos — os judeus, os persas, os babilônicos — tinham muitas contribuições a oferecer aos gregos, e deve ter sido possível adotar essa contribuição alheia sem ser considerado como um renegado ou um traidor. O fato de que os gregos jamais repararam o erro da escravidão, que alguns dos melhores espíritos não foram sequer capazes de considerar como um erro, mostra com que facilidade se submeteram à usurpação, até que ponto mesmo, em seu conceito de democracia, estiveram longe de atingir o genericamente humano.

Ao transformar a cidade, artefato que eles próprios haviam criado, em seu deus, os gregos perderam a noção do maior dom da experiência divina — o impulso e a capacidade de transcender às limitações naturais. A cidade invisível, até então apenas encarnada num punhado de grandes cidadãos, cujas novas linhas de força magnética tinha saído de Olímpia, Delfos e Cós, jamais assumiu uma estrutura política e física mais eficiente. Enquanto aquela cidade ainda se achava em forma fluida, havia alimentado homens de estatura maior, de mais elevadas potencialidades, do que jamais se haviam reunido em tão grande número, entre população tão pequena. Mas, quando chegou o momento de passar da ideação e encarnação individual à personificação coletiva, a cidade, enfatuada consigo mesma, retrocedeu a uma forma anterior, altamente organizada e ordenada, sanitária, rica, até mesmo suntuosamente bela, porém tristemente inferior à *pólis* incoativa do século V, na sua capacidade de criação.

Exceto nas ciências físicas, nas disciplinas escolásticas mais quantitativas e na produção de bens materiais, nada prosperou na cidade pós-helênica. Enquanto aumentava a organização e a riqueza tecnológica, as finalidades ideais da cidade não mais encontravam expressão na vida cotidiana. O próprio espírito passava fome, não por falta de alimentos, mas pelo fato de ser superalimentado com uma nutrição avitaminada e estéril. O museu e a biblioteca ganharam precedência sobre a vida e a experiência: o academismo substituiu o equilíbrio orgânico da academia original; o recolhimento e a classificação tornaram-se as principais avenidas da atividade intelectual. A proliferação do conhecimento desvitalizado, do conhecimento tratado como um substituto da ação responsável, e não como um instrumento de vida, recebe seu nome,

apropriadamente, da grande metrópole de Alexandre. O "alexandrista" elevou tal conhecimento a alturas apenas rivalizadas pelas produções suavemente vazias incentivadas pelas grandes fundações educacionais de nossa própria época. Esse conhecimento acadêmico estéril, como um vírus perigoso prudentemente morto e diluído, se podemos julgar pela experiência presente, deve muitas vezes proporcionar completa imunidade ao pensamento original ou à nova experiência por uma vida inteira. Contudo, como no caso de várias outras características da cidade helenística, algo de permanentemente valioso — a paciência, a ordem, a disciplina, a capacidade de tratar mecanicamente com grandes quantidades — foi transmitido pelos incertos canais dos altos estudos clássicos às cidades mais recentes da Europa Ocidental.

Mas a expansão quantitativa não se confinou ao mercado ou ao museu: todas as partes da cidade passaram pelo mesmo processo. As ruas tornaram-se mais compridas e mais largas, os edifícios maiores, a arregimentação exterior mais opressivamente evidente. Todavia, quanto mais eficientemente operavam os controles centralizados e as dádivas beneficentes dos grandes impérios, mais evidentemente se afastava a cidade grega de suas premissas originais e — o que é mais importante — de sua promessa original. Fosse ela o que fosse, depois de 300 a.C., a *pólis* já não era, internamente, bastante forte para desafiar, mesmo no pensamento, as opressões políticas, as divisões de classe e os sacrifícios irracionais, a guerra fútil, a pilhagem e a destruição, que caracterizavam a cidade antiga.

2. Da Flexível "Desordem" à Arregimentada Elegância

A partir do século VII, as cidades gregas se desenvolveram ao longo de duas diferentes linhas: em grande parte espontânea, irregular, "orgânica", no continente grego e nas suas ilhas, mais ou menos sistemática e rigorosa nas *pólis* da Jônia, na Ásia Menor. No primeiro caso, o espírito da acrópole dominava: no segundo, o do ágora. Um apegava-se às velhas piedades, apenas para ser vencido pelas forças internas e externas que nem compreendia, nem sabia como controlar. O outro organizou um novo modo de vida, no qual a agricultura era secundária em relação ao comércio. Entretanto, ambos foram solapados e desintegrados pela guerra e pela conquista.

Durante esse primeiro período de crescimento, as cidades jônicas foram repetidamente destruídas por ataques e reconstruídas: a antiga história de Tróia foi repetida muitas e muitas vezes. Embora essas novas cidades possam, a princípio, ter mostrado muitos traços residuais trazidos de um período anterior de governo militar e religioso, seus novos planos urbanos constituíam a expressão direta de uma sociedade essencialmente mercantil. O principal filósofo do século VI, Tales de Mileto, um dos sete sábios originais da Grécia,

foi talvez o primeiro estudioso sistemático da natureza que não tinha uma tradição religiosa por trás de seu pensamento, o físico arquetípico. Contudo, era conhecido, de maneira admiradora, por seus concidadãos, como astuto negociante que, observando em certa estação uma colheita singularmente grande de azeitonas, tratou de montar uma prensa de azeite antes da colheita, e assim se tornou rico.

As fundações da cidade helenística, que floresceram em toda parte, a partir do século IV, foram lançadas na Ásia Menor durante o século VI; aliás, talvez, já no século VII, pois a nova colônia mercante de Naucrátis, no Egito, mostrava uma regularidade e ordem características em seu traçado. Se o lento crescimento orgânico das cidades da África foi devido às suas limitações topográficas e à sua pobreza econômica, o rápido desenvolvimento das cidades do Oriente foi devido não apenas ao seu interior mais rico, com multiplicados recursos e oportunidades econômicas, mas também a uma transferência do interesse, da conquista militar e da pirataria franca para as manipulações e excitações especulativas do próprio comércio.

Essa situação produziu uma laboriosa classe média, acostumada aos confortos e luxos físicos que as cidades da África e da Itália por muito tempo não tiveram. Seu hábito de vida tornou-se universal nas mais prósperas cidades da Grécia, depois do século IV: os contemporâneos de Menandro tinham perdido os rudes costumes de aldeia, e exigiam perfumes, pequenos objetos de arte como as delicadas estatuetas de Tanagra, e uma culinária volumosa e requintada, conforme testemunha Aulo Gélcio. Procuravam eles pequenas elegâncias para se consolarem de uma vida politicamente vazia. Cada vez mais, perderam tanto a vontade de lutar pela liberdade quanto os incentivos que teriam tornado essa luta significativa e encoberto sua vacuidade, sua inércia moral e sua ansiedade, exigindo cada vez mais os bens que o dinheiro podia comprar. Aqueles que eram suficientemente prósperos e ociosos acabavam com insônia, por motivos que eram óbvios mesmo para um dramaturgo contemporâneo. "Insônia? Creio que sim — e aqui está a razão. Como vivem os senhores? Uma caminhada pelo mercado e voltam todos cansados. Depois, um agradável banho quente. Comida quando sentem vontade de comer. Dormir? Sua vida já é um sono." Essa era uma nova versão da melhor vida possível, menos familiar aos gregos do que àqueles dentre nós que, nos Estados Unidos de hoje, são ninados para dormir por uma economia de mal dirigida abundância.

Mas, no século VI, essa gaiola de ouro da prosperidade mercantil ainda não fora montada: suas barras ainda rebrilhavam porque não se achavam fortemente fechadas. Ali na Jônia, por volta do século VII, duas novas invenções foram postas em circulação: a moeda cunhada, que pode ter vindo da Assíria ou da Líbia, e o alfabeto escrito. Aqueles requintes do número e da escrita foram instrumentos principais do espírito, embora a princípio se tives-

sem desenvolvido como noções essenciais no comércio a longa distância e na contabilidade comercial.

Mesmo sem levar em conta a sua aptidão para o comércio, as cidades da Jônia devem ter sido influenciadas, ainda que apenas em terceira mão, pela herança municipal dos impérios hitita, assírio e babilônio, para não falar em Creta, antes que os medos e persas subissem ao poder. O novo tipo de planejamento que apareceu naquela região foi, na realidade, o tipo antigo que encontramos na Mesopotâmia e, como seria errôneo chamar hipodâmico a esse urbanismo, acompanharei Roland Martin, e chamar-lhe-ei milésio, de Mileto, seu principal ponto de origem.

Devemos associar esse traçado milésio a uma nova regularidade e a um novo sistema de negócios comerciais. Aquela ordem não foi, de modo algum, confinada à Ásia Menor, já que Crine, fundada em 630-624, na Lídia, gabava-se de ter ruas retas, cruzando-se em ângulos retos; ao passo que Nápoles e Pesto, colônias gregas plantadas na Itália no século VI, na verdade, apresentavam em sua totalidade uma planta em tabuleiro. Aquele planejamento milésio introduziu, quase automaticamente, dois outros elementos: ruas de largura uniforme e quarteirões urbanos de dimensões mais ou menos uniformes. A própria cidade era composta de tais unidades de quarteirão padronizados: seus espaços abertos retangulares, utilizados para o ágora ou para o templo, eram por sua vez simplesmente quarteirões vazios. Se essa ordem formal era rompida pela presença de uma colina ou uma enseada em curva, não havia esforço de adaptação por uma mudança de modelo. Ao lado deste plano, temos um esclarecimento das funções e certo respeito pela conveniência: assim, o ágora transferiu-se para a beira d'água, para estar próximo dos navios que chegavam e dos armazéns.

A ordem geométrica, uma vez estabelecida no plano geral da cidade, penetrou também suas concepções arquitetônicas. De Mileto, possivelmente graças à obra de Hipódamo, veio o novo tipo de ágora, um retângulo formal, rodeado por uma muralha de lojas, pelo menos por três lados. Esse plano geométrico não era fácil de aplicar a sítios de topografia irregular; tinha, porém, uma vantagem que lhe deu voga no século VI e o tornou mais uma vez universal no século III a.C.: proporcionava um método simples e equitativo de dividir a terra, numa nova cidade formada pela colonização.

Aquela virtude não pertencia a qualquer era ou cultura particular. Se os arquitetos de Alexandre Magno a utilizaram em suas setenta fundações urbanas, assim também fizeram os romanos ao estabelecer seus próprios núcleos de colonização para os veteranos do exército: na verdade, constituía a base sobre a qual traçaram seus acampamentos temporários. Aquele traçado foi utilizado mais tarde na construção de cidades de guarnição (bastilhas) no sul da França, no século IV d.C., e na Irlanda, no século XVII; ademais, foi com base no plano em grade, com uma *plaza* no meio, que os espanhóis traçaram

suas cidades do Novo Mundo. Finalmente, o mesmo tipo de plano, já em uso durante mais de dois mil anos na Europa Ocidental, tornou-se a base do planejamento urbano e da ampliação de cidades da América do Norte, a partir da fundação de Filadélfia, de New Haven e Savannah.

O plano padrão em grade foi uma parte essencial da caixa de ferramentas que o colono levava para seu uso imediato. O colono tinha pouco tempo para levantar a topografia do terreno ou explorar os recursos de um sítio: simplificando sua ordem espacial, procurava uma distribuição rápida e mais ou menos igual de lotes de construção.

A própria fraqueza do plano milésio — sua indiferença aos contornos da terra, às fontes, rios, linhas litorâneas, bosques de árvores —, apenas o tornava muito mais admirável, por proporcionar uma base mínima de ordem a um sítio que os colonos não teriam, por muito tempo, os meios de explorar plenamente. Dentro do mais curto prazo possível, tudo era posto sob controle. A ordem mínima não simplesmente colocava a todos em pé de igualdade: acima de tudo, fazia com que os estranhos se sentissem tão à vontade como os habitantes mais antigos. Numa cidade de comércio, sempre cheia de marinheiros e mercadores estrangeiros, essa facilidade de orientação e identificação era uma vantagem não pouco considerável. Não admira que mesmo a conservadora Atenas, quando procurou reconstruir seu porto, chamou Hipódamo para traçá-lo segundo o plano milésio.

Tudo isto era mais que um exercício abstrato de agrimensura e traçado, embora houvesse uma íntima conexão entre o pensamento e a prática, nesse caso, pois, além dos contornos gerais, a colocação do ágora, dos armazéns, das docas, exigia conhecimento profissional; e, quando as questões que exigiam julgamento naqueles departamentos eram levadas perante o Conselho Municipal, este se transferia para a beira d'água, a fim de se chegar a uma decisão no local. Ademais, com o hábito de assim traçar toda a cidade como uma unidade, até mesmo a menor das cidades gregas era dotada, desde o princípio, de adequados espaços públicos para as estruturas públicas; e sua situação dentro da grade rompia a monotonia de uma única espécie de quarteirão, indefinidamente repetida. Não foi a monotonia do próprio plano, mas a ausência posterior de sua diferenciação funcional e de sua ênfase, que deu à planta retangular, no século XIX, uma reputação tão desnecessariamente má.

A ordem geométrica estabelecida pelo plano milésio tinha ainda outra utilidade, a de dividir a cidade em vizinhanças definidas ou pelo menos dar àquela definição linhas divisórias visíveis. No novo traçado de Túrio (443 a.C.), fundada com o auxílio de Péricles, como um gesto pan-helênico de reconciliação com as comunidades que Atenas havia enganado, aquela influência milésia antecipou o hábito helenístico mais amplo de um período posterior. Túrio era dividida por quatro artérias longitudinais e três artérias transversais, em dez unidades de vizinhança, ou superquadras, cada uma

dedicada às tribos componentes, com uma para os antigos habitantes de Sibarís, para os quais foi feita a nova cidade — tendo sido a deles destruída por Croton em 510 —, e outra para os edifícios públicos.

De passagem, acredito ser este o primeiro exemplo histórico de uma unidade de vizinhança deliberadamente constituída, embora haja bastantes provas a revelar que as vizinhanças naturais, formadas ao redor de um santuário ou templo, já existiam desde tempos mais antigos. Contudo, é essa uma demonstração pouco feliz do princípio, já que, como as antigas divisões de Naucrátis, numa zona grega e noutra egípcia, foi baseada no princípio da segregação social. Com quarteirões tão grandes, dificilmente se pode duvidar de que, como em Filadélfia depois do século XVII, um sistema menor de becos deve ter-se desenvolvido para proporcionar passagem mais rápida ao pedestre.

Com a aplicação do plano de grade, a rua começou a existir por direito próprio, não, como antes, uma passagem tortuosa deixada, de má vontade, entre um amontoado mais ou menos desordenado de edificações. Uma vez que a rua assumira esse grau de destaque, a idéia de alargá-la para acomodar grupos maiores de pessoas seguir-se-ia naturalmente, sem qualquer pressão do tráfego de veículos. Das cidades maias e incas, temos agora provas independentes a mostrar que as ruas largas e mesmo as estradas não constituem mero subproduto dos carros e carruagens de roda. Os cortejos e as paradas militares também delas necessitam. Esse alargamento de ruas teve lugar nas cidades helenísticas do século III, mesmo quando não tinham influência do sistema religioso romano, que orientava as principais ruas pelos pontos da bússola. A necessidade militar era tão evidente a um contemporâneo que o historiador Políbio chegou a comparar a cidade helenística ao acampamento de uma legião romana, com duas ruas principais que se cruzavam em ângulo reto.

O mesmo sentido de ordem e continuidade visual se introduziu no agora. Isso resultou, especialmente depois do século IV, na construção de *stoas* — colunatas ou pórticos cobertos —, algumas vezes para dar sombra às lojas, por causa do sol, algumas vezes para servir aos pedestres. Um lado podia ser formado por uma parede, que fornecia a superfície destinada a pinturas murais, tal como ainda se encontra, por feliz acaso, nas cidades da Etrúria, ou a inscrições recordando conquistas, doações, as leis da cidade ou mesmo uma doutrina filosófica, como na benigna e piedosa mensagem que Diógenes de Enoanda, um epicurista, gravou na parede de um pórtico da Capadócia (por volta de 200 a.C.) para ser lida pelo transeunte, uma mensagem que Gilbert Murray reproduziu em *Five Stages of Greek Religion*.

O próprio *stoa* pode ter tido origem num período muito mais remoto. Parece existir um exemplo minóico em Hágua Triada, com lojas por trás, num verdadeiro estilo "helenístico". Contudo, tornou-se comum nas cidades helenísticas, com seu esforço geral no sentido de melhorar o conforto urbano. Era à sombra do *stoa* que Zenão de Cício e os outros filósofos estoicos, do

século III e mais tarde, se apresentavam. Sua filosofia de direito universal, de uma ordem fixa inalterável, de inflexível devoção ao dever, ocorresse o que ocorresse, corresponde ideologicamente à nova estética do plano urbano, igualmente presa pela ordem, igualmente inflexível.

A continuidade formal assim alcançada no agora propagou-se, com o desenvolvimento da cidade helenística, a outras partes do cenário urbano: a longa avenida e a contínua galeria aberta eram expressões dela: algumas vezes, com colunas agrupadas formando um ponto terminal para o olhar, nos grandes cruzamentos de ruas, mais ou menos do mesmo modo que os obeliscos mais tarde foram utilizados na cidade barroca. Poder-se-iam encontrar tais arcadas em Turim (Augusta Taurinorum) ou Bolonha, já nos séculos III e II a.C.; e essa característica continuou sendo uma das grandes satisfações estéticas da cidade mediterrânea: até mesmo as modernas galerias de Turim, para não falar nas galerias do fim da Renascença, em Gênova, contam-se entre as obras-primas do urbanismo, por motivo não apenas da sua utilidade, mas das suas dimensões nobres.

Não foi menos importante no caso da rua, no plano helenístico, um serviço que também prestou mais tarde no plano de grade norte-americano: proporcionava uma razão mínima comum de espaço público aberto — aberto embora árido —, nos bairros residenciais, pelo resto por demais densamente construídos. A rua, aqui, desempenhou um papel que os parques e jardins públicos iriam desempenhar mais tarde, embora raramente numa escala que correspondesse à sua necessidade. Mesmo muito mais tarde, as cidades helenísticas não mostram partes abertas entre as casas, nos bairros residenciais, e algo parecido aos generosos jardins que se estendiam por trás da casa em fileira medieval da Europa setentrional era claramente ausente. Talvez o desejo de luz e ar, bem como o de movimentos livres, fossem responsáveis pelo alargamento das ruas principais. Isso veio reforçar a exigência devida ao uso mais freqüente de veículos de rodas e liteiras, e à presença de multidões cada vez mais densas.

Já na cidade alexandrina, a antiga rua grega, com 3,60 a 4 metros de largura, foi aumentada: provavelmente, a largura, na própria Alexandria, de 6,50 a 6,80 metros, tornou-se comum, ao passo que a artéria principal, a rua Canópica, tinha 30 metros de largura; naquele tempo, uma dimensão colossal. Mas, na realidade, a escala de todas as estruturas urbanas aumentou durante o período helenístico, como nos recorda o altar de Pérgamo em Berlim: fazia parte de uma expansão quantitativa geral que afetava tanto a área da cidade quanto a altura das edificações. Edifícios de dois pavimentos, mesmo edifícios de três pavimentos, relativamente desconhecidos desde Cnosso, levantaram-se. Com o aumento de volume — como, mais tarde, com o abaulamento do Domo —, um edifício podia dominar a cidade sem ser situado numa colina:

assim, os grandes templos e tribunais eram geralmente situados ao nível da rua, dentro ou perto do ágora, e não nas elevações.

Mas, embora admitindo as outras necessidades, é preciso não esquecer o lugar cada vez maior da circulação no plano urbano. Isto foi devido não simplesmente ao transporte de mercadorias e alimentos, para um número maior de pessoas, mas também às exigências de grandes exércitos de ocupação, não mais uma força dispersa de cidadãos. Com o movimento ordenado, surgiram duas características arquitetônicas das quais a cidade helênica praticamente não mostrava ter consciência: a perspectiva e o eixo longo. Em vez de obter uma visão geral da cidade penetrando nela, pouco a pouco, vagando por ela, subindo à acrópole em ziguezague e, assim, abrangendo-a de cada direção e em cada nível, a avenida dá uma parcela longitudinal uniforme da cidade, num único nível. A fachada contínua, pórticos ou edifícios de igual altura, as colunas repetidas ou as frentes repetidas por toda a extensão da avenida, produzem precisamente a mesma impressão estética, em qualquer ponto. Caminhando-se até mais longe, apenas se obtém mais a mesma coisa.

Abordavam-se os monumentos e templos da acrópole a partir de muitos ângulos, por movimentos variados, assim como se aborda uma escultura, vendo-a numa sucessão de faces e perfis. Mas o edifício público helenístico devia ser abordado por uma avenida principal: mesmo que feche esta avenida, o edifício pode ser divisado permanecendo-se de pé a respeitosa distância; à medida que uma pessoa se aproxima, ele muda de tamanho, mas não em qualquer qualidade afora os detalhes, que são, em si mesmos, também invariáveis. Com essa espécie de planejamento, a cidade helenística adquiriu um aspecto romano, antes mesmo que os romanos tivessem realmente conquistado a Magna Grécia. Do ponto de vista da forma abstrata, na verdade, é difícil distinguir entre a cidade helenística e a cidade romana: é principalmente no conteúdo social e ornamental, efeito das tradições e hábitos anteriores, que a diferença se revela. Como mostra Wycherley, as novas cidades fundadas pelos monarcas selêucidas na Mesopotâmia — como Dura-Europos, no Eufrates — eram padronizadas para a exportação: uma espécie de *pólis* de produção em massa.

A vida urbana começara na Grécia como uma conversa animada, e degenerara numa competição crua ou na luta física. Sob uma sucessão de conquistadores reais e imperiais, a conversa cessou — é destino do escravo, observava Eurípidés, "não dizer aquilo que pensa". Com isso, a luta também chegou ao fim. O que sobrou do antigo drama urbano era um mero espetáculo, um espetáculo representado perante uma audiência passiva, com prestidigitadores, contorcionistas e anões profissionais que usurpavam o lugar outrora ocupado por cidadãos respeitáveis.

Certamente, a proporção de espectadores para atores foi alterada sob o sistema mais servil de governo; e essa mudança radical expressou-se nas formas

da cidade. Na antiga *pólis*, todo cidadão tinha um papel ativo a desempenhar: na nova municipalidade, o cidadão recebia ordens e fazia o que lhe era dito, ao passo que os negócios ativos do governo estavam nas mãos de profissionais, tentados pela sorte ou contratados por uma paga, muitas vezes estendendo a mão em busca de ambas as coisas, como no caso dos notórios arrecadadores e publicanos coletores de impostos romanos. Mesmo onde as formas do governo próprio foram preservadas pelos romanos, aplicam-se apenas a uma oligarquia hereditária.

A cidade, assim, deixou de ser o palco de um drama significativo, no qual cada um teria um papel, com falas a dizer: tornou-se, pelo contrário, um pomposo mostruário de poder: e suas ruas, apropriadamente, apresentavam apenas fachadas bidimensionais, que serviam de máscara para um generalizado sistema de arregimentação e exploração. O que se apresentava como planejamento urbano na Era Helenística não era desligado da espécie de pálidas mentiras e insidiosas perversões que correm sob o nome de relações públicas e publicidade na economia norte-americana de hoje.

Podemos retrair essa elegante petrificação da cidade helenística, passando por Mileto e as comunidades urbanas a ela aliadas, até as cidades que caíram sob os vários Estados centralizados que, numa ou noutra época, dominaram o Egeu e a área do Mediterrâneo: os absolutismos macedônico, selêucida, pergameno e ptolomaico. Ao seguir essa evolução da arquitetura e do urbanismo, encontramos-nos frente a frente com uma das mais embaraçosas contradições do desenvolvimento humano: a desarmonia, muitas vezes repetida, para não dizer o rude conflito, entre a ordem estética e a ordem moral.

À medida que a vida interior da cidade grega se desintegrava, seu aspecto exterior mostrava um grau muito mais elevado de ordem formal e coerência. Certamente, a cidade helenística era mais sanitária e, muitas vezes, mais próspera do que a cidade helênica. Se era mais severamente arregimentada, era também, pelo menos a um olhar superficial, mais bela. Não a cidade dos séculos VI e V, mas a do século III, seria o sonho do moderno urbanista: não a cidade da cultura, mas a cidade do comércio e exploração política; não a cidade de homens livres, mas a cidade de insolente poder e deslavada riqueza. Até mesmo Marcel Poëte considerava "moderno" o urbanismo helenístico.

É isso um reflexo da arte e política da cidade helênica? Em certo grau, sim; porque mostra uma parcial incapacidade de compreender e dirigir com êxito as forças do desenvolvimento urbano. Não é possível esconder as fraquezas da antiga manutenção doméstica municipal. Mas talvez o sonho do urbanista convencional é que mereça ainda mais passar por severo exame crítico, pois, muitas vezes, a aperfeiçoada carapaça cívica é a expressão final de um organismo cívico frustrado e espiritualmente debilitado.

Nenhuma cidade do século V, nem mesmo a Atenas de Péricles, foi capaz de gastar tão prodigamente em obras públicas como aqueles rapaces e

altamente organizados reinos e impérios, apoiados numa base econômica muito mais ampla. Embora aqueles novos Estados arrasassem a vitalidade humana e a riqueza econômica nas artes da guerra, muitas vezes coroavam seu triunfo pelo comando de uma força de escravos e acumulando tributos pelo dispêndio de dinheiro em custosas obras públicas de toda espécie. As democracias são, muitas vezes, muito avaras em gastar dinheiro para finalidades públicas, pois seus cidadãos sentem que o dinheiro lhes pertence. As monarquias e tiranias podem ser pródigas, porque afundam as mãos livremente nos bolsos de outros povos.

Essa generosidade fácil era assinalada por um aumento nas dimensões bem como na massa das construções públicas, e por um deleite na grandeza, simplesmente por seu caráter imponente: testemunha disso é o Colosso de Rodes, uma das sete maravilhas do mundo antigo, uma figura esculpida que dominava o porto. O que é tão prodigamente consumido em foguetes espaciais, em nossa época, gastava-se, talvez com uma recompensa um pouco mais visível, numa arquitetura igualmente monumental, quase igualmente vazia de benefícios humanos. Em ambos os casos, o poder paranóico aprendeu a "racionalizar" a expressão de sua irracionalidade, prestando homenagem à arte ou à ciência.

Assim, a cidade helenística tornou-se um mostruário onde o poder dos governantes, dinástico ou mercantil, era posto em exibição, tanto para temor de seus súditos quanto para entretê-los. Talvez para curar a profunda ferida causada pela perda de efetiva liberdade política e de criatividade cultural das cidades gregas, os novos governantes proporcionavam beleza como uma espécie de bálsamo ou analgésico; e a cidade como um todo exibia uma beleza que, se não chegava perto dos melhores exemplos da ordem arquitetônica helênica, não obstante, alcançava um nível geral a que Atenas, no tempo de Péricles jamais sequer aspirou. A própria Atenas não foi a última a tirar proveito: os reis de Pérgamo foram particularmente generosos para com Atenas.

Tendo à mão tais oportunidades, os arquitetos e planejadores da Era Helenística as aproveitaram ao máximo. Deliberadamente trabalharam no sentido de alcançar imponentes efeitos estéticos, não apenas em edifícios isolados, mas na inter-relação mais íntima de edifícios, tanto entre si como com o sítio. Na disposição de longas perspectivas sem interrupção, a aparente diminuição da altura das colunas uniformes, à medida que se afastavam na distância, dava encanto à perspectiva matematicamente ordenada. Será por acaso que essa ordem estética, que encontramos inicialmente nas vias processionais do templo no antigo Egito e que encontramos de novo na Europa do século XVII, começou a existir ao lado da monarquia absoluta e da supervisão burocrática em larga escala? Os burocratas são profissionalmente enfadados com a monotonia. Os Médicis, o papa Sisto V, Luís XIV e Napoleão III encontram seus antigos correspondentes em terreno comum. Todavia, alguns

dos mecanismos da ordem e do poder têm utilidades ou finalidades diferentes daquelas que, originariamente, talvez tenham feito com que fossem inventados: é essa a velha lição do recipiente. Assim, a ordem visível da cidade helenística continuou sendo um incentivo ao desenho urbano, muito depois que os éditos tirânicos e os atos arbitrários da conquista se reduziram a nada.

Mesmo que a unidade estética urbana, nas dimensões helenísticas, fosse um feito que o despotismo bem poderia, com as devidas modificações, em prestar a sistemas mais sensatos de governo, deveríamos fugir à tradicional hipnose exercida sob gerações de estudiosos por todas as realizações gregas, a fim de apreciá-las adequadamente. E, para fazer justiça a essa ordem, talvez devamos recordar que o próprio déspota era um instrumento, num movimento mais amplo da civilização: seus desejos arbitrários, ou mesmo dos seus agentes burocráticos, não eram os únicos determinantes do novo plano.

Utilizando-se dos meios mais cegos e desajeitados, movendo-se para fins de que apenas os mais raros dentre os governantes, como Asoka ou Marco Aurélio, jamais teriam plena consciência, aqueles impérios em expansão estavam na realidade derrubando os enganadores paroquialismos das sociedades urbanas tradicionais. As próprias migrações de prisioneiros, escravos, refugiados, pessoas deslocadas, tudo isso ampliava os laços da associação humana. Por meio desse ato, comunidades que não tinham laços físicos a interligá-las fabricavam, para sua vantagem comum, um laço pessoal que transcendia à *pólis*; e, no mesmo impulso do espírito, uma grande parte do que outrora tinha sido conhecimento secreto e sagrado foi absorvida nas empresas seculares das ciências, abertas a todos os que tinham lazer e capacidade para se dedicarem a elas. Nessa situação anticívica, o espírito, desligado das responsabilidades políticas, aliviado dos deveres militares, trabalhava energicamente em suas tarefas privadas, como jamais fizera antes; e a cidade sutilmente refletia essa nova dispersão, em sua própria uniformidade, anonimato e ordem exterior.

O período helenístico conquistou muitos admiradores entre os estudiosos de nosso tempo, principalmente entre os sábios alemães, que, à maneira de adoração, identificaram a inexorabilidade de Alexandre e outros monarcas absolutos com a de seus próprios líderes e denegriram aqueles que, como Demóstenes, foram suficientemente ousados para se oporem a eles, como se fossem meros sentimentalistas. Cada época tende a lisonjear a parte do passado que devolve sua própria imagem, e nesse sentido a Grécia pergamênica se acha mais próxima de nossos contemporâneos que a era de Sólon. Como a nossa própria época, aquele período foi mais rico em ciência do que em sabedoria; isto porque foi a época de Euclides, Arquimedes, herói da Alexandria, dos matemáticos e físicos cujos teoremas e experiências lançaram as bases da estrutura científica e técnica que, na realidade, não foi construída até o século XVII d.C.

Além disso, foi um período de organizadores e classificadores, em todos os departamentos do pensamento: aqueles espíritos enciclopédicos foram reunir-se na grande Biblioteca de Alexandria. O conhecimento, outrora assimilado principalmente pelo contato direto entre mestre e discípulo — Platão, se é autêntica a carta que conta esse fato, jamais lançou por escrito suas visões mais profundas —, era agora exteriorizado em bibliotecas e museus, quase libertado da ordem hierárquica do templo. Todavia, tão forte era a associação original entre a academia e o templo que, quando Ptolomeu Filadelfo fundou o museu de Alexandria, fez dele parte do palácio, sustentado por uma verba do tesouro e colocado sob a direção de um sacerdote nomeado pelo rei.

Sem sistema e ordem, ninguém poderia ter utilizado esses vastos acúmulos de capital econômico e intelectual, a menos que a justiça e o amor tivessem alterado todo o esquema de distribuição. Carecendo de uma transformação radical como essa, a cidade helenística aperfeiçoou sua vida movimentada e ordeira mas internamente ansiosa e desequilibrada, com seus ramos intelectuais a proliferar em todas as direções, sua arte a florir em muitas vívidas cores — e suas raízes humanas mais profundas a se ressecarem. Em termos quantitativos, todos esses melhoramentos foram imensos, quando não espantosos. A nova escala se aplicava igualmente ao poder político, à capacidade intelectual, à atração estética superficial: contudo, servia de moldura a uma vacuidade social e pessoal que o número, simplesmente, não poderia preencher.

O monumentalismo foi o atributo estético dominante da cidade helenística; e a expansão desse monumentalismo, como justamente observou Roland Martin, foi o "fait du prince". Foi esse laço que uniu os esforços urbanísticos dos tiranos do século VI aos dos "salvadores" políticos, como se intitulou mais de um imperador do século III. Poder-se-ia dizer, sem muita injustiça ou depreciação, que os novos déspotas ajudaram a manter sua espécie particular de embelezamento público por meio de uma nova espécie de atordoamento; ou, antes, reviveram uma antiga espécie, por demais conhecida no Egito, na Assíria e na Pérsia. A própria extensão de seus projetos de obras públicas, que deram emprego a tão variadas espécies de trabalhadores, em grande escala, talvez tenha servido, em certo grau, para provocar o descontentamento popular. Gordos empreiteiros e magros trabalhadores fizeram causa comum. A cidade helenística, com sua rede sistemática de ruas, suas sucessivas adições de teatros e casas de banho, seu aperfeiçoado suprimento de água, muitas vezes canalizado desde as colinas, havia levantado o nível físico geral da população.

Não era esse um dote desprezível e seria tolice diminuí-lo. Tampouco faltaram outras inovações no planejamento, afora aquelas que vieram explicar o fluxo de tráfego, do porto ao armazém, e desenrolaram o rubro tapete do poder. Para compensar a propagação da cidade, que tornava cada vez menos acessível o campo circundante, plantaram-se árvores dentro da área construída e até os vasos de plantas foram utilizados como uma forma de decora-

ção de ruas. Essa moda ainda hoje continua em muitas cidades européias. O que chamamos "adornos de rua", se não foi inteiramente invenção da cidade helenística, pelo menos era então zelosamente fornecido nela.

Ademais, houve um continuado acúmulo de templos, santuários, fontes, oferendas votivas, associados tanto aos vivos como aos mortos: por toda parte, aqueles monumentos serviam de repositórios de memória e sentimento, recordando benefícios, vitórias ou a presença transitória da grandeza; de tal sorte que as últimas viagens de Pausânias na Grécia não constituem tanto um guia para as construções como um *Em Busca do Tempo Perdido*. Isso era duplamente valioso, numa cultura que, para uma parte não pequena da população, se achava distante dos livros. A definição da catedral como o livro de pedras da humanidade, dada por Victor Hugo, aplicava-se ainda mais à cidade antiga.

A ligação à nossa própria época provém menos desses detalhes que da perspectiva comum de uma cultura cujo centro é o poder. O espaço aberto aumentado, proporcionado pelo ágora maior e pelas ruas mais largas e mais compridas, deu à cidade helenística uma aparência "moderna". A rua Canópica, em Alexandria, fundada em 331 a.C., era mais de cinco vezes mais larga que a artéria habitual e tinha seis quilômetros e meio de comprimento. Ao tempo dessa indulgência, todas as cidades se gabavam de possuir, pelo menos em seus bairros mais novos, uma Platéia ou uma Rua Larga.

Sem dúvida, a cidade helenística desempenhava suas funções comerciais mais eficientemente, ou pelo menos mais sistematicamente, que a cidade helênica: era, acima de tudo, um "empório". Contudo, sua maior função, talvez, fosse servir de arena para espetáculos maciços: um recipiente de espectadores. Essa ênfase no espectador, esse tratamento da própria vida como um espetáculo, era uma debilidade crônica da antiga noção de cultura da classe ociosa, como algo incompatível com o trabalho e que seria conspurcado até mesmo pela ação. Não se tratava de mera aberração de uma cultura decadente posterior, pois tinha sido enunciada, nos grandes dias da sociedade grega, antes de Platão. Não havia Pitágoras comparado a própria vida com os grandes jogos, "onde alguns iam competir pelos prêmios e outros iam com artigos para vender, mas os melhores como espectadores"? Na cidade helenística, o papel do espectador era o principal: ricos e pobres, nobres e humildes uniam-se agora naquele papel.

Consideremos a espécie de "arena" urbana necessária para a coroação de Ptolomeu Filadelfo, um monarca que não deixava de ser típico do período, em sua melhor fase. Para montar aquele espetáculo, havia 57 000 infantes, 23 000 cavalarianos, inúmeros carros de combate, quatrocentos dos quais conduziam vasos de prata, oitocentos eram cheios de perfumes; um carro gigante de Sileno, puxado por trezentos homens, era seguido por carretas tiradas por antílopes, búfalos, avestruzes e zebras. Que circo, mais tarde,

poderia comparar-se com esse protótipo? Tal parada não poderia ter encontrado seu caminho pelas ruas da Atenas do século V, mesmo em ordem interrompida.

Provavelmente, aliás, esse cortejo ocuparia sozinho mais espaço de tráfego do que toda a população de Atenas teria ocupado alguns séculos antes. Era necessária toda extensão e toda largura das mais amplas avenidas, para servir como moldura daquele poder crescente, assim mesmo como deve ter sido necessário um grande espaço de terreno, além das muralhas da cidade, para treinar tal exército na devida ordem. É em função desses cortejos e desfiles públicos, variadamente desempenhados e muitas vezes repetidos, e não em resposta às exigências práticas, que os principais contornos da cidade helenística devem ser compreendidos. A grandeza impressionante era o que o governante e o planejador igualmente procuravam.

Uma vez estabelecida na grande cidade, essa ordem seria imitada nos centros menores. De como era generalizado o modelo, sabemos por uma pouco notável e corriqueira cidadezinha como Priene, ironicamente tirada de sua obscuridade natural por ser acessível à pá do arqueólogo — sendo que sua própria pequenez, sua falta de importância histórica, a torna um espécime muito mais completo. Fundada a meio caminho, entre as cidades jônicas e as cidades pergamênicas, revela Priene todos os elementos comuns exceto a magnitude e o tamanho.

Sem dúvida, a estrutura física da cidade helenística melhorou à medida que aumentou a facilidade tecnológica: o feito de Arquimedes, que destruiu os navios do inimigo utilizando o sol e um espelho para pôr fogo em suas velas, pode servir como símbolo da espécie de engenhosa atividade que começou a impregnar aquela esmaecida cultura clássica, enquanto ela continuou repetindo os antigos mitos e passando pelos velhos movimentos, cada vez mais vazia, durante nada menos que mil anos. Contudo, no que diz respeito ao vazio e à trivialidade de vida, pouca dúvida existe. A antiga *pólis* estava morta. Temores de pesadelo e augúrios supersticiosos dominavam os homens no mesmo momento em que as ciências estavam-se tornando mais rigorosas no seu método e partes ainda maiores do mundo físico pareciam estar “sob controle”. Vimos as mesmas sombrias fantasias mostrarem-se, sob condições semelhantes, em nossa própria época.

3. Por Baixo da Superfície Urbana

A forma exterior da cidade helenística dificilmente denunciaria um indício do que se passava abaixo da superfície de sua vida. Na verdade, um movimento contrário do espírito, desafiando todas as suposições do poder civilizado, vinha-se acumulando continuamente, pelo menos desde o século VI.

Esse movimento surgiu nas classes que a antiga *pólis* tinha excluído da cidadania, isto é, entre as mulheres, os escravos e os estrangeiros, para não falar nos cidadãos destituídos e alienados. Quando a vida comum da *pólis*, afora os espectadores, tornava-se mais vazia — e talvez o próprio “espetáculo” fosse a mais vazia de todas as manifestações —, uma nova vida brotou, privada, oculta, em clubes, sociedades de amigos, grupos de sepultamento, fraternidades: acima de tudo, naquelas congregações secretas que se reuniram para o culto de Baco, deus do trigo e do vinho, e Orfeu, deus da lira, ou, ainda mais tarde, da deusa frígia mais antiga, do sexo e da fertilidade, a própria Grande Mãe, remanescente dos dias matriarcais. Na maior parte, esses clubes, segundo W. W. Tarn, eram pequenos, sendo incomum mesmo um número de membros que igualasse a cem; eram geralmente agrupados ao redor de um pequeno templo e, aparentemente, depois de 200 a.C., muitas vezes constituíam associações de famílias destinadas a perpetuar a memória dos antepassados. Com a *pólis* em dissolução, esses clubes formavam, por assim dizer, uma *pólis* privada, que servia às necessidades dos estrangeiros excluídos e, algumas vezes, mesmo dos escravos.

Os antigos santuários e templos, com seus rituais diurnos e seus sangrentos sacrifícios, não se destinavam a esses novos cultos. As religiões de mistério, a princípio, sem dúvida, sem moradia, reunindo-se muito longe dos limites das cidades, nas encostas cobertas de árvores das montanhas, finalmente ganharam existência numa nova forma urbana, um auditório fechado, cuja escuridão correspondia às sombras do submundo de onde Baco renascera, onde Orfeu procura Eurídice. Não se tratava mais de um templo, mantido por um grupo de sacerdotes, mas de uma casa de reuniões (sinagoga), construída para conter um grupo de fiéis. Aqueles que eram purificados e que acreditavam no novo deus eram iniciados nos mistérios e salvos: isto é, formavam uma nova *pólis*, mais universal que qualquer império, porém uma *pólis* que não era “deste mundo”. Agora, por mais pressão que a vida fizesse sobre os crentes, tinham eles a promessa de outra vida depois da sepultura, uma vida real e não a vida de pesadas sombras num reino plutônico.

Assim, os participantes dos mistérios parecem ter escapado às limitações da antiga *pólis*: cada um viu-se feito membro de uma sociedade mais ampla, que não reconhecia fronteiras nem temporais nem geográficas. Uma sabedoria política que os membros mais sábios da cidade antiga não possuíam, um saber desconhecido de Tucídides ou Aristóteles, de Sócrates ou de Platão, passaram a constituir o credo operante das religiões de mistério. As classes e grupos que tinham sido rejeitados pela *pólis* tornaram-se os principais membros da Grande Sociedade. Mas, à parte os seus pontos formais de reunião, como o grande Telestérion, ou “Sala dos Mistérios”, em Eléusis, morada de um dos novos cultos, a nova *pólis* só existia no espírito. Aqueles que procuravam a salvação renunciavam à cidade terrena: punham atrás de si o corpo transitório e cor-

rupto da *pólis*, cortejando apenas aqueles momentos de êxtase ou iluminação que pudessem compensar uma existência inteira de frustrações.

Depois do século VI a.C., aquele novo espírito começou a se expressar em toda parte, nas novas religiões e novas filosofias, igualmente na China, na Índia, na Pérsia, no Oriente Próximo e no Ocidente: não importa quais fossem seus caracteres individuais, aquelas ideologias axiais revelavam uma profunda desilusão com as premissas fundamentais da civilização; com sua ênfase exagerada no poder e nos bens materiais, sua aceitação do grau, hierarquia e divisão vocacional como categorias eternas; e, juntamente com isso, com a injustiça, o ódio, a hostilidade, a violência e a destrutividade perpétua de suas instituições dominantes baseadas na estrutura de classes.

Mas aqueles que procuravam inverter as polaridades da vida civilizada não o podiam fazer e ainda assim permanecer dentro da cidade, que a princípio contivera e fizera aumentar o potencial de todos aqueles poderes destruidores. Para alcançar uma nova vida, os detentores da nova visão deviam abandonar a cidade: deviam estabelecer-se no interior rural, na floresta solitária ou em cavernas na colina, ou pelo menos nos arrabaldes da cidade, em ginásios ou colônias de jardim, algumas dúzias ou algumas centenas, dificilmente em número bastante para constituir sequer uma aldeia. Testemunhas disso são Pitágoras e Epicuro, testemunhas disso são os seguidores de Lao-tsé, de Buda, do Mestre de Retidão. Se entram na cidade, devem constituir uma sociedade secreta e viver subterraneamente, a fim de sobreviver.

O movimento que resultou na criação dessas novas religiões e cultos deve ser interpretado, creio eu, como uma profunda revolta contra a própria civilização: contra sua sede de poder e riqueza, sua expansão e empanzimento materialista, sua degradação da vida, sua servidão do corpo, sua destruição da espontaneidade pela rotina vazia e pela má utilização dos supremos bens da vida por uma minoria dominante.

Tudo isso começou já muito antes do século VI a.C., pois a vacuidade de uma civilização que não tinha outras finalidades além da sua própria existência tornara-se visível, como já mostrei, muito antes: vaidade das vaidades, tudo é vaidade sob o sol. O espírito manifestado nas novas religiões tinha encontrado uma maneira de se expressar já na tabuinha assíria sobre Utnapistim, o *alter ego* de Noé:

Abandona tuas posses, procura tua vida:

Abjura os bens (terrenos) e mantém viva a alma.

Como as novas fraternidades e grupos religiosos não tinham papel na cidade e não podiam manter nem suas posses nem sua cidade em segurança, foram impelidos, em compensação, a tornar a alma seu principal objeto e a manter apenas aquela parte da cidade que pudesse servir a seu culto. A *pólis*, agora

reduzida a uma igreja, podia pelo menos, na grande dispersão de emigrantes, refugiados e colonos, expandir-se além das muralhas da cidade.

Muitos séculos deveriam passar-se, na verdade, antes que as novas religiões pudessem superar sua original alienação da cidade e todas as suas obras. E tempo ainda mais longo dever-se-ia passar antes que procurassem, mesmo em teoria, superar o dualismo entre o corpo e o espírito, entre a cidade terrena e a celestial, que se achava no fundo tanto dessa alienação quanto desse especial sistema de salvação.

Assim, antes que as religiões e mistérios proféticos deixem sua marca na cidade, a cena se transfere. Roma conquista os conquistadores helenísticos e vence as cidades livres ou semilivres sobreviventes do Mediterrâneo e do mar Egeu. No mundo romano, os princípios de urbanismo helenístico foram levados além e misturados a outros elementos urbanos, provenientes de municipalidades mais remotas da África e da Ásia. A cultura cerebral-muscular dos gregos cedeu lugar à cultura maciçamente visceral dos romanos: a magra dieta ática foi substituída por banquetes diários de dimensões as mais colossais. O que os gregos, orais, careciam quase que inteiramente em suas cidades, nos melhores dias helênicos, os romanos, anais, adquiriram com sufocante abundância. O que os gregos originariamente possuíam em abundância, os dons da improvisação e da criatividade espontânea, qualidades tão visíveis nas pequenas dimensões de um epigrama ou de uma lápide quanto num épico ou num templo, os dispendiosos romanos dificilmente poderiam sequer mostrar, pelo menos após a morte da República, exceto por vulgar imitação e inflação.

De Megalópolis a Necrópolis

1. A Herança Estrangeira de Roma

Quando se pensa na antiga cidade de Roma, pensa-se imediatamente em seu império: Roma com seus símbolos de poder visível, seus aquedutos, seus viadutos e suas vias pavimentadas, cortando sinuosamente colinas e prados, saltando sobre rios e pântanos, movendo-se em formação ininterrupta, como uma vitoriosa legião romana. Essa Roma era reunida por frouxa organização administrativa que utilizava uma notação aritmética por demais desajeitada para ser uma contabilidade eficiente; em parte, contudo, compensava sua falta de capacidade matemática abstrata com sua habilidade em manejar objetos sólidos e com sua aptidão mais generalizada na padronização e arregimentação de grandes massas. Acima de tudo, os romanos tinham um respeito empírico por qualquer ordem estabelecida, mesmo quando esta contradizia a sua própria: traço que serviu a outra raça de construtores de impérios, os britânicos.

O Império Romano, produto de um único centro urbano de poder em expansão, foi em si mesmo uma vasta empresa construtora de cidades: deixou a marca de Roma em todas as partes da Europa, da África do Norte e da Ásia Menor, alterando o modo de vida em cidades antigas e estabelecendo seu tipo especial de ordem, a partir do chão, em centenas de novos alicerces, cidades "coloniais", cidades "livres", cidades sob a lei municipal romana, cidades "tributárias": cada qual com uma condição diferente, senão uma forma diferente. Num relato geral do Império Romano, imediatamente antes de este cair em ruínas, o escritor o tratava como se fosse composto de separados corpos cívicos, em número de 5627. Mesmo depois que a cidade de Roma tinha sido saqueada, no século V, o poeta Rutilio Namaciano podia dizer, com incontida admiração: "Uma cidade fizeste deste enorme planeta".

Aquele tributo era merecido por Roma, pois, no ponto culminante de seu poder protetor, velhas muralhas caíam em ruínas ou eram desprezadas na nova construção de suas cidades, ao passo que novas cidades eram construídas sem muralhas. No Império, provavelmente pela primeira vez desde a fundação de cidades, a espécie humana ocidental teve um breve vislumbre do que seria

viver num mundo completamente aberto, no qual o direito e a ordem predominavam por toda parte e a cidadania, em todos os sentidos, era a herança humana comum. O mesmo método e disciplina que originariamente fizeram da própria Roma uma cidade poderosa levariam a suas municipalidades constitutivas o mesmo princípio de ordem. Na verdade, as virtudes romanas eram mais evidentes nas cidades coloniais recém-construídas do que na velha capital, propriamente, pois a ordem que Roma destilou para consumo à distância e despejou em novos frascos foi misturada no próprio antigo recipiente, com borras e depósitos que jamais tinham sido postos inteiramente fora.

As pedras fundamentais da cidade romana eram retiradas principalmente de duas outras culturas, a etrusca e a helênica. Dos etruscos, aquele povo ainda enigmático que civilizou o norte da Itália, vieram as partes religiosas e supersticiosas do desenvolvimento romano. A acrópole da cidade etrusca, como no Egeu, era sempre situada numa colina: era ali que os augúrios sagrados se faziam, antes que uma cidade pudesse ser fundada. Os romanos, segundo Varrão, realizavam ritos etruscos ao fundar novas cidades; não começavam simplesmente com um augúrio, para se certificar do favor dos deuses, mas o traçado dos contornos da cidade era feito por um sacerdote que guiava a charrua.

Diferente da cidade grega, onde a muralha muitas vezes era algo em que se pensava depois, a cidade romana começava com essa muralha; e a cidade, em parte por motivos religiosos, em parte por considerações utilitárias, tomava a forma de um retângulo, estabelecendo o modelo padrão para o acampamento de dormida que mais tarde o legionário romano cavava para si mesmo. Dessa definição religiosa da cidade brotou, possivelmente, outra característica, o *pomerium*, um cinturão sagrado dentro e fora da muralha, onde nenhum edifício poderia ser situado. A vantagem militar dessa prática, para os defensores da cidade, pode ter dado mais força à sanção religiosa.

Esse traçado retangular fazia parte de uma tradição muito mais velha, que havia dominado a Itália setentrional, e talvez proviesse dos primeiros tempos neolíticos. As aldeias em estacas do vale do Pó eram planejadas como um *castrum* romano posterior, quando menos porque troncos de árvores e mastros, sendo longos e retos, favoreciam e na verdade até chegavam a exigir uma rigorosa disposição retangular. Mas, à parte a natureza da própria paisagem, é de se duvidar que tenha existido qualquer ligação direta entre as colônias *terremare* e as cidades romanas. Na verdade, a representação de uma pequena cidade, rodeada por uma estacada de madeira, na coluna de Trajano, poderia sugerir que houve outras fontes para a cidade romana, ainda lembradas ou visíveis. O talento romano para a engenharia parece, porém, ter uma dívida direta para com os etruscos, embora o camponês italiano, ainda destro no manejo da picareta e da pá, em toda parte tornasse essa sua própria tradição. Mas, além de seu traçado sagrado, a cidade romana era orientada no

sentido de se harmonizar com a ordem cósmica. A marca típica que a distinguia das cidades helenísticas do mesmo caráter geral era o traçado de suas duas ruas principais, o *cardo*, que corria de norte para sul, e o *decumanus*, que corria de leste para oeste.

O tipo axial de cidade, com suas duas ruas principais que se cruzavam em ângulo reto perto do centro, é uma forma antiga: Badawy encontra os mais antigos exemplos registrados nas fortalezas construídas em ilhas rochosas ou nas margens do Nilo, durante a Décima Segunda Dinastia. Fortaleza, acampamento e cidade têm uma base comum na arregimentação militar.

As principais ruas eram destinadas a se cruzar no meio da cidade; ali, cavar-se-ia um alicerce para as relíquias sagradas e era ali o lugar usual — ou pelo menos ideal — para o Fórum, equivalente romano da acrópole e do ágora, concebidos como uma só coisa. Embora o princípio de orientação tivesse uma origem religiosa, era modificado pela topografia e pelos acidentes de um costume mais remoto, assim como o plano em grade, que surgiu junto com ele, também era modificado; contudo, continuou a existir como uma espécie de fóssil de uma cultura mais antiga, muito depois de ter perdido a maior parte da sua significação cósmica. Ao tempo de Vitruvius, a preocupação com a higiene e o conforto veio modificar mais ainda o traçado da cidade romana, de tal sorte que ele chegava a sugerir que as ruas pequenas ou vielas fossem orientadas no sentido de conter os desagradáveis ventos frios e os "infecciosos" ventos quentes. Mas, como tantas vezes aconteceu, a prática religiosa chamava atenção para o próprio princípio da orientação.

Da cidade helenística, os romanos receberam um padrão de ordem estética que se apoiava numa base prática; e a cada uma das grandes instituições do urbanismo milésio — o ágora formalmente cercado, com suas estruturas contínuas, a rua larga e ininterrupta, ladeada de edificações —, os romanos deram um encaminhamento característico próprio, superando o original em ornato e imponência. Os lugares onde essas duas correntes de influência foram ajuntar-se, no espírito romano, achavam-se em cidades africanas e sírias, muitas vezes grandemente desenvolvidas como cidades manufatureiras especializadas e centros comerciais, ou em cidades militares de colonização, fundadas para servir de pontos de apoio para o império, permanentemente guarnecidas de legionários que podiam ser reconvocados à ação. Ademais, também faziam as vezes de moradas de repouso urbano, onde o veterano das guerras de conquista romana podia retirar-se com a parte que lhe tocava para entregar-se a negócios e gozar em seus anos de lazer os resultados da conquista e da pilhagem.

Timgad, que foi exumada em tempos recentes, constitui um exemplo da arte urbanística romana em todas as suas graças dos últimos dias. Sendo uma cidade pequena, como Priene, planejada e construída dentro de um período limitado, tem a mesma simplicidade diagramática, não prejudicada por poste-

riores deslocamentos e renovações que as cidades mais movimentadas, sujeitas às pressões do crescimento, costumavam mostrar. O traçado regular em tabuleiro, com um limite retangular, as calçadas com arcadas, o fórum, o teatro, a arena, os banhos, os lavatórios públicos (superdispendiosos, superdecorados) constituíam equipamento padrão. Todas essas coisas podem ser encontradas em Timgad. Formas semelhantes foram repetidas de um a outro extremo do império: de Chester na Inglaterra ocidental, que ainda tem uma rua de comprimentos elevada e coberta em estilo "romano", a Antioquia e Éfeso, na Ásia Menor. Os novos mercados de Coventry e Harlow, com suas fileiras superiores de lojas e escritórios constituem, não menos que a galeria de comércio do século XIX, em Providence, Rhode Island, apenas uma recuperação do admirável plano romano de nível múltiplo.

Exceto quanto à elaboração dos banhos públicos e ao tamanho exagerado da arena (que, mesmo numa pequena cidade, podia conter vinte mil pessoas), nenhuma dessas facilidades eram novas. O que Roma fez foi universalizá-las — tornando-as, como diríamos hoje em termos um tanto romanos, "equipamento padrão". Mas, como na descrição das cidades de *Utopia*, de Tomás Morus, aquele que conhece uma das suas cidades conhece todas elas. Roma foi o grande moinho de salsichas que transformou outras culturas, em toda a sua variedade de forma e conteúdo, em seus próprios elos uniformes. Onde os romanos deixaram certa medida de liberdade municipal, não se destinava ela a promover a variedade, mas manter uma desconfiança e uma inveja de longa data entre cidades vizinhas, para garantir, graças a sua própria divisão continuada, o governo não dividido de Roma.

Ainda uma vez, como tantas vezes ocorre no desenvolvimento da cidade, é preciso fazer uma distinção entre o recipiente e o conteúdo. Nas cidades romanas, acima de tudo na própria Roma, como veremos, o conteúdo muitas vezes era revoltante, algumas vezes um verdadeiro esgoto de mesquinhez e iniquidade humana. Mas o recipiente, esteticamente falando, era não raro uma maravilha de dignidade formal e magistral compostura. Durante os séculos III e II a.C., Roma deixou suas marcas características numa série de novas colônias destinadas a emigrantes romanos e regionais. Das doze cidades originais da Toscana e das trinta cidades do Lácio, o Estado romano, no período de Augusto, tinha semeado mais trezentas e cinquenta cidades na Itália peninsular e outras oitenta na Itália setentrional.

Essas cidades eram talhadas segundo o novo modelo, modesto em dimensões, simples no traçado: quase o exato oposto da cidade-mãe desordenada e dispersa. Hígeno, arquiteto romano, considerava que "a cidade ideal deve ter 730 por 490 metros já que qualquer extensão maior poderia pôr em perigo a defesa por sinais indistintos ao longo de suas muralhas". Turim e Aosta preenchem ambas esses requisitos, a primeira quase exatamente; embora as áreas de fato variassem de 4,7 hectares para Basle, cerca de 20 hectares

para Estrasburgo e Orleans, até 133 para Londres, 200 para Autun e 267 para Nîmes. Embora Vitruvius votasse em favor de uma muralha circular para tornar mais fácil uma defesa, aquela prescrição era muito diretamente contra o precedente e o hábito para ser seguida.

Ainda não se descobriu muita coisa sobre as novas cidades que foram construídas nos primeiros tempos do império, como pontos de governo de terras conquistadas. Estranhamente, mesmo aqueles que apreciaram seus méritos como exemplos de ordenado urbanismo ignoraram sua multiplicação sistemática. Contudo, as próprias dimensões de sua construção implicam a existência do que, baseando-se no pioneirismo contemporâneo da Inglaterra, pode-se chamar uma política governamental de "Cidades Novas". Talvez porque Roma ainda desejasse proclamar sua unicidade e seu domínio, não fez esforço algum para estabelecer uma segunda Roma, até que Bizâncio foi designada capital oriental e todo o centro de gravidade do Estado romano transferiu-se para as províncias do leste. Todavia, a finalidade dessas fundações coloniais continuou sendo de natureza prática: Cícero chamava a Narbonne, na Gália meridional (mais ou menos em 118 a.C.), "uma colônia de cidadãos romanos, uma torre de vigia do povo romano, um baluarte contra as tribos selvagens da Gália".

As novas cidades parecem todas terem sido planejadas para uma população limitada, ao redor de 50 000. Tal deve ter sido o limite conveniente de população. Placência (Piacenza) e Cremona foram colonizadas no mesmo ano, cada uma com seis mil famílias. Isto, junto com os escravos, daria algo parecido a uma população padrão — em si mesmo, a propósito, fato de importância não pequena em construção e emigração organizada. Até mesmo o movimentado porto marítimo de Óstia provavelmente não excedia de 50 000; e os cálculos mais elevados com relação a Óstia não iriam além de dobrar esse número. Bolonha provavelmente continha menos pessoas nos tempos romanos do que na Idade Média. Assim, embora o império pudesse mostrar muitas cidades históricas que haviam crescido muito, por causa da manufatura e do comércio exterior, tornando-se maiores, as novas fundações permaneceram modestas. Muitas cidades novas jamais tiveram, aliás, nem sequer cinquenta mil habitantes; e a população total de todas elas juntas não pode ter alcançado 17 500 000. Não tivesse havido uma política deliberada de ampla dispersão, em subordinação a Roma, aquela população poderia ter formado uma dúzia de Romas. Notemos, porém: no momento mesmo em que a própria Roma se aproximava dos limites superiores do congestionamento e desorganização, a prática de ampla dispersão urbana da república foi interrompida. O estabelecimento de colônias na própria Itália quase cessou depois do ano 68 d.C.

Ter estabelecido essas novas cidades foi um feito social mais valioso do que quaisquer benefícios conferidos por Roma a si mesma por seus rapaces monopólios. O que faltava em tamanho às cidades novas, ganhavam elas em

riores deslocamentos e renovações que as cidades mais movimentadas, sujeitas às pressões do crescimento, costumavam mostrar. O traçado regular em tabuleiro, com um limite retangular, as calçadas com arcadas, o fórum, o teatro, a arena, os banhos, os lavatórios públicos (superdispendiosos, superdecorados) constituíam equipamento padrão. Todas essas coisas podem ser encontradas em Timgad. Formas semelhantes foram repetidas de um a outro extremo do império: de Chester na Inglaterra ocidental, que ainda tem uma rua de compras elevada e coberta em estilo "romano", a Antióquia e Éfeso, na Ásia Menor. Os novos mercados de Coventry e Harlow, com suas fileiras superiores de lojas e escritórios constituem, não menos que a galeria de comércio do século XIX, em Providence, Rhode Island, apenas uma recuperação do admirável plano romano de nível múltiplo.

Exceto quanto à elaboração dos banhos públicos e ao tamanho exagerado da arena (que, mesmo numa pequena cidade, podia conter vinte mil pessoas), nenhuma dessas facilidades eram novas. O que Roma fez foi universalizá-las — tornando-as, como diríamos hoje em termos um tanto romanos, "equipamento padrão". Mas, como na descrição das cidades de *Utopia*, de Tomás Morus, aquele que conhece uma das suas cidades conhece todas elas. Roma foi o grande moinho de salsichas que transformou outras culturas, em toda a sua variedade de forma e conteúdo, em seus próprios elos uniformes. Onde os romanos deixaram certa medida de liberdade municipal, não se destinava ela a promover a variedade, mas manter uma desconfiança e uma inveja de longa data entre cidades vizinhas, para garantir, graças a sua própria divisão continuada, o governo não dividido de Roma.

Ainda uma vez, como tantas vezes ocorre no desenvolvimento da cidade, é preciso fazer uma distinção entre o recipiente e o conteúdo. Nas cidades romanas, acima de tudo na própria Roma, como veremos, o conteúdo muitas vezes era revoltante, algumas vezes um verdadeiro esgoto de mesquinhez e iniquidade humana. Mas o recipiente, esteticamente falando, era não raro uma maravilha de dignidade formal e magistral compostura. Durante os séculos III e II a.C., Roma deixou suas marcas características numa série de novas colônias destinadas a emigrantes romanos e regionais. Das doze cidades originais da Toscana e das trinta cidades do Lácio, o Estado romano, no período de Augusto, tinha semeado mais trezentas e cinquenta cidades na Itália peninsular e outras oitenta na Itália setentrional.

Essas cidades eram talhadas segundo o novo modelo, modesto em dimensões, simples no traçado: quase o exato oposto da cidade-mãe desordenada e dispersa. Hígeno, arquiteto romano, considerava que "a cidade ideal deve ter 730 por 490 metros já que qualquer extensão maior poderia pôr em perigo a defesa por sinais indistintos ao longo de suas muralhas". Turim e Aosta preenchem ambas esses requisitos, a primeira quase exatamente; embora as áreas de fato variassem de 4,7 hectares para Basle, cerca de 20 hectares

para Estrasburgo e Orleans, até 133 para Londres, 200 para Autun e 267 para Nîmes. Embora Vitruvius votasse em favor de uma muralha circular para tornar mais fácil uma defesa, aquela prescrição era muito diretamente contra o precedente e o hábito para ser seguida.

Ainda não se descobriu muita coisa sobre as novas cidades que foram construídas nos primeiros tempos do império, como pontos de governo de terras conquistadas. Estranhamente, mesmo aqueles que apreciaram seus méritos como exemplos de ordenado urbanismo ignoraram sua multiplicação sistemática. Contudo, as próprias dimensões de sua construção implicam a existência do que, baseando-se no pioneirismo contemporâneo da Inglaterra, pode-se chamar uma política governamental de "Cidades Novas". Talvez porque Roma ainda desejasse proclamar sua unicidade e seu domínio, não fez esforço algum para estabelecer uma segunda Roma, até que Bizâncio foi designada capital oriental e todo o centro de gravidade do Estado romano transferiu-se para as províncias do leste. Todavia, a finalidade dessas fundações coloniais continuou sendo de natureza prática: Cícero chamava a Narbonne, na Gália meridional (mais ou menos em 118 a.C.), "uma colônia de cidadãos romanos, uma torre de vigia do povo romano, um baluarte contra as tribos selvagens da Gália".

As novas cidades parecem todas terem sido planejadas para uma população limitada, ao redor de 50 000. Tal deve ter sido o limite conveniente de população. Placência (Piacenza) e Cremona foram colonizadas no mesmo ano, cada uma com seis mil famílias. Isto, junto com os escravos, daria algo parecido a uma população padrão — em si mesmo, a propósito, fato de importância não pequena em construção e emigração organizada. Até mesmo o movimentado porto marítimo de Óstia provavelmente não excedia de 50 000; e os cálculos mais elevados com relação a Óstia não iriam além de dobrar esse número. Bolonha provavelmente continha menos pessoas nos tempos romanos do que na Idade Média. Assim, embora o império pudesse mostrar muitas cidades históricas que haviam crescido muito, por causa da manufatura e do comércio exterior, tornando-se maiores, as novas fundações permaneceram modestas. Muitas cidades novas jamais tiveram, aliás, nem sequer cinquenta mil habitantes; e a população total de todas elas juntas não pode ter alcançado 17 500 000. Não tivesse havido uma política deliberada de ampla dispersão, em subordinação a Roma, aquela população poderia ter formado uma dúzia de Romas. Notemos, porém: no momento mesmo em que a própria Roma se aproximava dos limites superiores do congestionamento e desorganização, a prática de ampla dispersão urbana da república foi interrompida. O estabelecimento de colônias na própria Itália quase cessou depois do ano 68 d.C.

Ter estabelecido essas novas cidades foi um feito social mais valioso do que quaisquer benefícios conferidos por Roma a si mesma por seus rapaces monopólios. O que faltava em tamanho às cidades novas, ganhavam elas em

qualidade e, de passagem, em auto-suficiência, pois em tempos normais, na Gália ou Aquitânia, aquelas cidades poderiam tirar a maior parte dos seus alimentos da região circunvizinha: assim, mantinham o equilíbrio rural-urbano que lugares maiores, por causa do seu próprio crescimento, desfaziaram. Em muitas regiões, a colonização foi acompanhada por uma ordem semelhante, ao se planejar a paisagem, traçar as estradas e dividir campos em longos tratos retangulares, que ainda podem ser vistos do ar e são respeitados no uso cotidiano. Esse sistema de "centurição" caracteriza grandes partes da planície italiana, da Dalmácia e da África.

Certamente, mesmo que não tenhamos provas escritas, deve ter havido previsão e uma política consciente por trás da fundação dessas novas cidades romanas. Todas as instituições e todas as artes de que Roma se gabava se achavam à disposição em tais lugares; até mesmo os sangrentos rituais da arena eram disponíveis graças aos filantropos locais, que procuravam ganhar um monumento público à sua generosidade e riqueza. Tudo que era desejável na vida urbana existia, exceto a imensidade de Roma, sua variedade, sua concentração, nuns poucos quilômetros quadrados, dos recursos de todo o império, do Nilo ao mar do Norte.

Para o romano de classe superior, ao que parece, as cidades provinciais não existiam: o prestígio de Roma as sustentava, assim como Londres e Paris sustentam grupos semelhantes ainda hoje. Para viver bem, era necessário morar em Roma ou, quando a residência ali se tornava temporariamente insuportável, por causa da praga ou das fadigas da temporada social, devia deixar Roma e ir para alguma vila no campo. Certamente, porém, não tinha ele impulso algum no sentido de se adaptar às rotinas menos exigentes e aos benefícios menos contraditórios das pequenas cidades provinciais. Não se percebe, talvez, no silêncio dos escritores latinos a respeito das cidades novas — em tão diferentes maneiras mais agradáveis à vida e mais humanamente desejáveis do que Roma —, algo do mesmo esnobismo elegante que se encontra em círculos semelhantes na Inglaterra, a respeito das Cidades Novas que pontilham a paisagem ao redor de Londres? Eles prefeririam ser encontrados mortos em Roma do que vivos em Turim ou Pavia. (Leia-se Harlow ou Crawley!)

Mas, na literatura dos séculos VI e V a.C., pode-se seguir uma história diferente. Por essa época, as cruas cidades novas haviam-se fundido e cada qual adquirira um caráter próprio que só ocorre após sucessivas gerações e com os depósitos sutilmente coloridos deixados pelos acontecimentos históricos. De suas limitações aceitas, tinham criado a movimentada vida provinciana da qual se tem mais que um feliz vislumbre nos poemas contemporâneos de Ausônio, de Bordéus. Aquelas cidades mantinham vivo o que era precioso na antiga cultura da *pólis*, assim como cidades como Aix-en-Provence, até hoje, mantêm vivas qualidades gálicas, ainda animada no século XVIII, que

foram empalhadas em vitrinas nos museus de Paris mas não se acham visíveis nas suas apinhadas avenidas.

Contudo, Roma jamais teve imaginação para aplicar os princípios da limitação, da contenção, da disposição ordeira e do equilíbrio à sua própria existência urbana e imperial; e deixou, tristemente, de lançar os fundamentos para a economia estável e o sistema político equitativo, com cada grupo efetivamente representado, que teria tornado possível uma vida melhor para a grande cidade. Seus melhores esforços no sentido de estabelecer uma comunidade universal apenas conseguiram alcançar um equilíbrio de privilégios e corrupções.

Pode-se ainda detectar a marca de Roma em toda uma série de cidades na Itália e noutros lugares: Nápoles, Bolonha, Parma, Placência, Óstia, achavam-se entre as primeiras fundações da República, ao passo que, no século I A.D., Como, Gávia, Verona e Florença se seguiram. Todas essas cidades eram planejadas como unidades, com quarteirões de mais ou menos 75 metros de lado, e com seus espaços abertos e edifícios públicos devidamente situados no começo, em relação às principais artérias. Embora a própria Roma, com suas sete colinas, fosse uma "cidade de acrópole", formada da união de suas próprias aldeias, cada qual originariamente habitada por uma diferente tribo, é admirável que nas cidades novas, mesmo onde se achava uma colina relativamente perto, do outro lado do rio, como em Turim, a cidade fosse edificada num sítio plano perto do rio, para uma circulação livre e um traçado mais regular.

As praças, campos e ruas em arcadas da cidade italiana mais recente foram resultado direto do planejamento romano; e, embora os mercados medievais diferissem funcional e arquitetonicamente do fórum romano, seria tolo pensar neles como uma inovação totalmente independente. Os espaços abertos da cidade, na verdade, não assumiram uma forma radicalmente nova até o século XVII.

Tendo em mente a perícia de Roma em construir estradas, voltamos para as novas cidades, para ver se essa perícia produziu quaisquer modificações no plano milésio padrão: sobretudo porque os congestionamentos de tráfego tornaram-se assunto de regulamentos municipais, primeiro em Roma, no século I a.C., depois nas províncias. Poder-se-ia ter pensado que a experiência teria sugerido a necessidade de uma nítida diferenciação entre avenidas principais e ruas menores de serviço, ou mesmo que os engenheiros romanos, conscientes do congestionamento de tráfego em Roma, que se propagava às cidades provinciais, teriam antecipado as propostas de Leonardo da Vinci para se separarem as vias de tráfego sobre rodas das vias de pedestres, conduzindo-as em outro nível. Contudo, não existia, até onde já pode hoje ser descoberto, qualquer afastamento mais ousado do precedente grego: o *cardo* e o *decumanus*, bem como as estradas que cortavam o campo, levaram o grosso do

tráfego a um ponto de encontro do centro da cidade, em vez de tocar a rede de ruas numa tangente nos arrabaldes ou de pelo menos formar uma grande praça vazia, livre do tráfego, perto do centro, a um lado da avenida. Assim, o antiquado cruzamento do centro produziu uma quantidade máxima de desnecessário congestionamento. E, embora a cidade pudesse ser dividida em *vici* — vizinhanças ou bairros, com seus próprios centros e mercados menores —, nada havia na própria rede de ruas que servisse para identificar essa unidade ou tornar mais coesiva a sua vida.

De certos fenômenos do urbanismo romano, nem a metrópole não planejada, nem as cidades novas bem planejadas oferecem qualquer exemplo; antes, é preciso procurar as cidades mais remotas da Síria e da Ásia Menor, algumas das quais, nos últimos dias do Império, rivalizavam com a própria Roma em população e complexidade social. O que aconteceu em Palmira, Gerasa e Filipópolis, ou em Antióquia e Éfeso, provavelmente teve pouco ou nenhum efeito sobre o posterior desenvolvimento do planejamento urbano na Europa Ocidental. Todavia, algumas das características ainda visíveis nessas cidades, numa data posterior, são dignas de menção, quando menos porque anteciparam o espírito e a forma da cidade “moderna” — isto é, a cidade comercial e burocrática —, mais de perto ainda que os exemplos helenísticos que tanta impressão causaram em Poëte.

Em primeiro lugar, o amplo distrito de compras, estendendo-se indefinidamente no sentido do horizonte, com sua extensão muitas vezes acentuada por colonatas, foi uma característica típica dessas cidades. Toma mesmo o lugar do mercado aberto concentrado, aparentemente pela primeira vez, embora a avenida principal, como em Palmira, possa expandir-se numa praça circular. Essas avenidas de comércio existiam em Damasco — “a rua a que se chama Direita”, mencionada nos Atos do Novo Testamento — e em Jerusalém; e podem mesmo remontar à “Rua Larga”, algumas vezes traduzida como bulevar nos textos sumerianos. Sua extensão costumava ser interrompida visualmente por arcos de quatro entradas nos pontos de cruzamento das ruas principais. Quanto a Antióquia — segundo Libânio, em sua oração sobre aquela cidade, por volta do ano 360 A.D. — tinha 25 quilômetros de ruas com colonas, com o mesmo tipo de mistura de edifícios públicos e privados que hoje se encontra em Piccadilly ou na Quinta Avenida. Libânio era consciente do valor de tais artérias, pois a respeito delas usa todas estas palavras:

“Quando se caminha ao longo delas encontra-se uma sucessão de casas privadas com edifícios públicos distribuídos entre elas a intervalos, aqui um templo, ali uma casa de banhos, a distâncias tais que estejam ao alcance de cada quarteirão, e em cada caso a entrada é na colonata. Que significa isso e qual é a importância dessa prolongada descrição? Bem parece-me que o lado mais agradável e, sem dúvida, mais proveitoso da vida da cidade é a sociedade e o contato humano, e que, por Zeus, é verdadeira uma cidade onde tais

coisas são mais freqüentemente encontradas. É bom falar e melhor que tudo dar conselhos, simpatizar com as experiências dos nossos amigos, compartilhando suas alegrias e tristezas e deles recebendo igual simpatia — e essas e outras bênçãos incontáveis decorrem dos encontros dos homens com seus semelhantes. O povo de outras cidades que não têm colonatas diante de suas casas é mantido afastado pelo mau tempo; nominalmente, vive na mesma cidade mas na verdade, os seus membros acham-se tão distantes como se vivessem em cidades diferentes. (. . .) Ao passo que o povo das cidades perde o hábito da intimidade quanto mais apartado vive, entre nós, por outro lado, o hábito da amizade é amadurecido pelo constante contato que aqui se desenvolve tanto quanto ali diminui”.

Há tão pouco testemunho direto sobre o que era a vida nas cidades antigas, fora de Atenas e Roma, mesmo em poemas e novelas cujo cenário eram ambientes urbanos, que as observações de Libânio são preciosas: sobretudo porque, tanto quanto Aristóteles antes dele, Libânio põe a função social da cidade acima das suas necessidades utilitárias e serviços subsidiários.

Contudo, algo mais, igualmente “moderno”, caracterizava Antióquia e a distinguia de Roma, onde, mesmo no apogeu do Império, as ruas eram escuras à noite e as pessoas se aventuravam a sair apenas com o risco de suas vidas, expostas aos degoladores das classes inferiores e aos bandidos jactanciosos das classes superiores, como na Londres do século XVIII. Essa distinção era a iluminação das ruas. Em Éfeso, no século V A.D., a rua Arcadius era iluminada com cinqüenta lumes, “até junto do Monumento do Javali”, mas, segundo Ammianus, mesmo no meio do século IV, “o brilho das lâmpadas à noite muitas vezes igualava à luz do dia”. Libânio completa o testemunho: gaba-se de que os cidadãos de Antióquia “sacudiam a tirania do sono; aqui, a lâmpada do sol é sucedida por outras lâmpadas, ultrapassando a iluminação dos egípcios; entre nós, a noite é diferente do dia apenas pela espécie de iluminação. Os ofícios prosseguem como antes; alguns dedicam-se às suas artes, enquanto outros se entregam ao riso e ao cântico”.

Que significa isso? Talvez nada mais que o fato de produzir o espírito comercial suas próprias formas características, sem respeito a outros caracteres do padrão social, assim como o espírito militar, expresso mecanicamente na falange sumeriana ou macedônica, ainda é facilmente compreendido e foi adotado em forma semelhante num exército do século XVII, que utilizava armas radicalmente diferentes. Pois podemos notar que foi com a multiplicação das luzes da rua e da iluminação das vitrinas que o novo espírito comercial se anunciou em Londres no princípio do século XIX. E foi essa uma modificação tão acentuada que o fabuloso príncipe Von Pückler-Muscau pôde imaginar, ao passar por Londres na noite de sua chegada, que uma iluminação especial tinha sido encomendada em sua honra. Em suma, o mercado de dia e de noite quase automaticamente produziu a Alegre Via Branca. Essa ilumi-

nação noturna a princípio encorajou as sextas no meio da tarde, nas quentes cidades meridionais, ou simplesmente jornadas mais longas ao proletariado?

Lamentavelmente, não temos retratos equivalentes das cidades industriais do Império Romano, embora Rutilio, retornando à Gália em princípio do século V, assinalasse ter visto Elba, "famosa por sua mineração, tão rica como Nórico, com seus armazéns de ferro, ou Biturex, onde é temperado o aço". Nosso quadro de ordem clássica bem poderia ser modificado, se tivéssemos conhecimento do traçado ou do conteúdo humano desses lugares. Não é senão ao chegar a nossa Idade Média que divisamos a indústria claramente como uma parte integrante e reconhecida da cidade.

2. Cloaca e Aqueduto

Até agora, temos tratado daqueles aspectos da cidade romana que os romanos derivaram principalmente dos povos que conquistaram e esmagaram; em verdade, até 751 a.C., quando, segundo Cícero, Roma foi fundada, os próprios romanos tinham sido apenas aldeões. Nem mesmo a política de "Cidades Novas" foi uma inovação: que era ela na verdade, senão a prática jônica do crescimento pela colonização, mais sistematicamente levada a cabo, ainda que mais ciosamente restringida?

Nas cidades menores da Gália, simplesmente por causa das suas dimensões modestas, cidades como Marselha, Narbonne e Orange, na França meridional, com suas fundações independentes na cultura helênica, remontando a muitos séculos atrás, a tradição grega deve ter dominado tanto política quanto arquitetonicamente. A contribuição romana especial ao urbanismo foi, principalmente, questão de firme trabalho de engenharia e flatulento exibicionismo: o gosto dos *nouveaux riches*, orgulhosos de seus badulaques saqueados e de suas numerosas estátuas e obeliscos, roubados ou meticulosamente copiados, de suas aquisições imitativas, de suas decorações dispendiosas recentemente encomendadas. Mas, nas províncias gregas, quer na Gália, quer na Sicília, os requintes gregos do gosto e do estilo não estariam ausentes. Certamente, a famosa Maison Carée, em Nîmes, amada por Thomas Jefferson, é uma produção da arte ática do tipo mais exótico que poderia ter sido encorajado em seu melhor período. Mesmo quando novo, aquele edifício deve ter parecido frágil, assim como hoje, na sua fragilidade, parece curiosamente novo.

Contudo, não foi por obras provenientes de fora ou por sua pomposa inflação das ordens clássicas que Roma deixou sua marca no urbanismo. Para verificar o que Roma significou, tanto em seu melhor momento físico quanto em seu pior momento humano, é preciso concentrar a atenção na própria cidade de Roma. Ali foi onde a nova escala se estabeleceu: ali foi onde o soldado e o engenheiro juntaram forças, não apenas para criar muralhas e fossos,

mas diques e reservatórios, de dimensões ciclópicas. Foi ali, em suas grandes estruturas públicas, que Roma tentou não apenas controlar a grande quantidade de pessoas que havia reunido, mas dar à sua cultura de massa, afora isso degradada, um apropriado disfarce urbano que refletisse a magnificência imperial.

Para investigar essa contribuição, devemos fortificar-nos para uma tortura: para gozá-la, devemos ficar de olhos abertos, mas aprender a fechar o nariz ao mau cheiro, os ouvidos aos berros de angústia e terror, a goela às convulsões do nosso estômago. Acima de tudo, devemos ficar com o coração de gelo e conter qualquer impulso de ternura e piedade, com uma verdadeira rigidez romana. Todas as grandezas serão aumentadas em Roma: não menos as grandezas da mesquinhez e do mal. Apenas um símbolo pode fazer justiça ao conteúdo daquela vida: uma fossa aberta. E é pela fossa que iremos começar.

Certamente, não é por acaso que o mais antigo monumento da engenharia romana é a Cloaca Máxima, a grande fossa construída no século VI, em dimensões tão gigantescas que seus construtores devem ter percebido clarividentemente, naquele remoto momento, que aquele amontoado de aldeias tornar-se-ia uma metrópole de um milhão de habitantes, ou então devem ter admitido que a principal atividade e finalidade última da vida é o processo fisiológico da evacuação. Tão sólida era a construção de pedras, tão amplas as suas dimensões, que aquela fossa ainda é usada até hoje. Com sua folha de serviços continuados por mais de vinte e cinco séculos, aquela estrutura prova que planejar cidades de custos iniciais reduzidos não significa necessariamente fazer economia; pois, se o melhoramento exigido foi validamente concebido e construído, os custos finais, distribuídos por toda a sua existência em perspectiva, são realmente o que importa. Em tais termos, a Cloaca Máxima revelou-se uma das obras de engenharia mais baratas de que se tem notícia, embora seja rivalizada por alguns dos viadutos e pontes posteriores, que ainda são usados, e não menos pela magnífica Pont du Gard, na Provença.

Observava o geógrafo grego Estrabão que, enquanto os gregos atendiam principalmente à beleza e à fortificação, aos portos e ao solo fértil, ao planejar suas cidades, os romanos eram notáveis pelo calçamento das ruas, pelo suprimento de água e pelos esgotos. Essa característica já estava plenamente demonstrada, por volta do século V d.C. Dionísio de Halicarnasso confirma essa observação quase pelas mesmas palavras, e esse consenso tem perdurado. Os feitos capitais de Roma, em mais de um departamento, poderiam ser resumidos nas palavras outrora utilizadas por um grande cientista a respeito de uma interpretação arquitetônica flatulenta de seus conceitos altamente revolucionários de espaço e de tempo: "Pobrememente digeridos mas esplendidamente evacuados".

A Cloaca Máxima antecipou o encanamento de água de fontes e cursos distantes, talvez porque o suprimento local de água das fontes permanecesse

inadequado até 109 A.D., quando o aqueduto de Trajano trouxe, pela primeira vez, água à margem direita do Tibre, para satisfazer a sede de uma população crescente. O calçamento das ruas chegou antes ainda que os canos d'água; foi, entretanto, aplicado às estradas fora da cidade antes de ser utilizado, em qualquer escala, dentro da própria cidade, pois Roma ainda refocilava na lama em seu úmido solo de terra baixa quando, em 312 a.C., Ápio Cláudio construiu a primeira verdadeira estrada romana, a Via Ápia. As sátiras de Juvenal mostram, na verdade, que o calçamento não poderia ter sido universal em Roma, mesmo por ocasião do Império, embora não haja dúvidas de que foi amplamente usado, como muitas outras inovações em cujo emprego a própria Roma esteve atrasada, nas cidades mais novas e menores. O pedestre tinha mesmo uma calçada elevada e pedras de passagem através da artéria de tráfego, em Pompéia.

Em todos os três exemplos, esgotos, encanamentos de água e vias pavimentadas, as inovações de engenharia real não desconhecidas em cidades e regiões mais antigas foram convertidas em grandes formas coletivas, servindo às massas urbanas. Mas, como freqüentemente acontece nas aplicações vulgares da engenharia, os benefícios físicos eram limitados por certa pobreza de imaginação na sua realização. A engenharia superabundante era inadequada porque — como em tantas imponentes auto-estradas americanas construídas hoje — a finalidade humana em vista era muito obscuramente percebida ou por demais relutantemente aceita como orientação final. Assim como nossas rodovias expressas não são articuladas com o sistema local de ruas, assim, os grandes esgotos de Roma não eram ligados às privadas acima do primeiro andar. Pior ainda, não tinham qualquer ligação com as habitações coletivas congestionadas.

Em suma, onde a necessidade era maior, eram menores os melhoramentos mecânicos. Embora a massa da população pudesse, durante o dia, freqüentar, por pequena taxa, as instalações públicas da vizinhança, depositavam seus dejetos domésticos em buracos cobertos ao pé das escalas de suas habitações apinhadas, de onde eram periodicamente removidos pelos estercoreiros e rapinantes. Nem mesmo a remoção noturna pontual haveria de reduzir muito o mau odor que deveria impregnar tais edifícios. (A urina, recolhida em vasos especiais, era empregada pelos tecelões no preparo de tecidos.) Em contraste com a remoção de água, aquele recolhimento de esterco tinha a vantagem de vivificar o solo das fazendas próximas com um útil composto nitrogenado, pois, então como agora, as privadas de descarga ao mesmo tempo desperdiçavam fertilizantes em potencial e poluíam os rios. Contudo, a carga de excrementos daquela vasta população de cortiço deve ter sido maior do que podia suportar o campo vizinho, pois há registros de fossas abertas e valas de detritos em bairros residenciais, que acabaram sendo cobertas, embora não removidas, numa época posterior.

A mesma combinação não econômica de requintados artifícios técnicos e primitivo planejamento social aplicava-se ao suprimento de água. As fontes públicas de água eram amplas, tanto que os vastos volumes utilizados para os banhos aparentemente não as prejudicavam. Contudo, o banho privado era um luxo dos ricos, e os edifícios desenterrados em Roma não mostram encanamentos que possam indicar a utilização de água acima do primeiro andar, embora tal conveniência algumas vezes existisse numa pequena cidade provinciana como Pompéia. A água e os dejetos, noutras palavras, tinham de ser transportados a braço, a primeira para cima, os outros para baixo, nos altos edifícios de Roma, assim como eram transportados nos edifícios igualmente altos da Edimburgo do século XVII. Neste particular, Roma, não obstante toda a sua perícia e riqueza de engenharia carecia miseravelmente dos rudimentos de higiene municipal. Em consequência, o perigo de se ter um urinol esvaziado na cabeça era tão grande, outra vez, como em Edimburgo (*Gardylol!*), embora os tribunais romanos se esforçassem por prender e castigar os culpados em tais casos, quando eram levados à sua barra pela polícia municipal.

Em suma, nos grandes feitos de engenharia em que Roma se mostrava suprema, nos aquedutos, nos esgotos subterrâneos, nas vias pavimentadas, a sua aplicação total era absurdamente dispersa e ineficiente. Por sua própria grandeza e capacidade, Roma se derrotou e jamais pôde atender a suas próprias necessidades. Parece haver pouca dúvida de que as cidades provincianas menores eram, nesses departamentos, mais bem administradas, justamente porque não haviam ultrapassado a medida humana.

Não se pode deixar de lado o tema da deposição de detritos sem assinalar outro característico que lança sérias dúvidas sobre a inteligência e competência dos funcionários municipais de Roma, pois registra um ponto baixo na sanitação e higiene a que jamais descenderam comunidades mais primitivas. Falavam as mais elementares precauções contra doença, na deposição da grande massa de detritos e lixo que se acumulam numa cidade grande; e Roma, nos dias do apogeu do Império, deve ter tido por volta de um milhão de seres humanos, com diferença para mais ou para menos de alguns milhares. Se a deposição de matéria fecal, por meio de carrinhos e em valas abertas, constituía um erro higiênico, que iremos dizer da deposição de outras formas de dejetos e detritos em covas abertas? E, não menos, do atirar indiscriminado de cadáveres humanos em tais incômodos buracos, espalhados nos arredores da cidade, formando como que um *cordon malsanitaire*.

Mesmo sem esse convite ao tifo, à tifoide e à cólera, o predomínio da malária fizera de Roma e da *campagna* circundante uma das áreas menos sadias do mundo, até bem dentro do século XIX, como ainda têm razão para saber os leitores do *Daisy Miller* de Henry James. Para compensar a falta de dados estatísticos do departamento de saúde, grande número de altares e

santuários dedicados à deusa da febre testemunha a crônica ameaça de infecção pela malária, ao passo que se acham registrados os repetidos morticínios das pragas, virulentas e devastadoras, morrendo milhares num único dia. Será de admirar que Roma, mesmo nos dias mais vibrantes da glória imperial, fosse visitada por uma sucessão de pestes desoladoras — 23 a.C. e 65, 79 e 162 A.D.?

Como medida de emergência a fim de resolver o problema de tais inundações em massa, poderia existir alguma justificativa para tais formas; mas, como coisa de prática cotidiana, testemunham o crônico desdém de Roma pela vida. A quantidade de matéria morta que era dessa forma atirada fora todos os dias poderia, na verdade, ter amedrontado uma organização mais técnica do que jamais foi desenvolvida pelos romanos, pois, quando os grandes espetáculos de gladiadores eram realizados, nada menos de cinco mil animais, inclusive criaturas tão grandes quanto o elefante e o búfalo aquático, podiam ser mortos num só dia, para não falar das centenas de seres humanos que eram igualmente condenados a morrer na arena. Tão incrível é a evidência que prefiro citar diretamente um dos estudiosos que examinaram pessoalmente o caso, o arqueólogo Rodolfo Lanciani.

“É difícil — diz Lanciani — conceber a idéia de um *carnarium* humano, uma reunião de covas nas quais homens e animais, corpos e carcaças, e toda espécie de detritos não mencionáveis, eram lançados em desordem. Imagine-mos o que deve ter sido as condições daqueles terríveis distritos, em tempos de peste, quando as covas (*puticuli*) eram mantidas abertas dia e noite. E quando as covas foram cheias até a boca, o fosso que circundava a muralha de Sêrvio Túlio, entre a Colina e o Esquilino, ficou entupido de cadáveres, lançados como se fossem lixo, até que o nível das ruas adjacentes foi alcançado.”

Em suas escavações, encontrou Lanciani cerca de 75 covas ou subterrâneos, com 3,60 metros de lado, 9 de profundidade, cheias de uma “massa uniforme de matéria escura, viscosa, untuosa”, e recordou que, no dia do encontro da terceira cova, foi “obrigado a dispensar meu grupo de trabalhadores, de tempos em tempos, porque o odor daquele pútrido monte, aberto após o lapso de vinte séculos, era insuportável, mesmo para homens acostumados a todas as espécies de dificuldades, como eram meus escavadores”.

Ao tempo do previdente Augusto, no começo do Império, teve lugar uma reforma parcial, que resultou na substituição da inumação pela cremação — dificilmente poder-se-ia chamar àquela um enterramento decente. Contudo, não resolveu o outro sério problema, o da deposição de detritos.

Se os esgotos e o suprimento de água da cidade de Roma, por maior que fosse a impressão superficial de sua engenharia, não se apresentam bem a uma inspeção detida, o mesmo se aplica também ao sistema de ruas que, nas grandes áreas, mostrava os traços de primitivos caminhos de pedestres e carros, jamais suficientemente alargados para acomodar o tráfego sobre rodas. Mais

uma vez, foi apenas nas pequenas cidades provinciais e coloniais que predominou a verdadeira ordem romana. Ali, descobrem-se generosas calçadas para os pedestres, melhoramento que, embora conhecido em Roma, jamais se tornou comum em todas as partes da cidade, pois as lojas continuaram pontilhando nas vias públicas das artérias menores. Na República, segundo Jerônimo Carcopino, apenas duas ruas podiam pretender o nome de “vias”, isto é, ruas suficientemente largas para passarem dois carros — a Via Sacra, que era uma via processional, e a Via Nova, cujo próprio nome indica que se tratava de uma inovação. Uma delas cruzava, a outra flanqueava o Forum Romanum. As estradas de Roma variavam de 3,60 até nada menos de 7,20 metros de largura, em parte das grandes estradas-tronco; mas cerca de 4,5 metros era a largura padrão. Noutras palavras, as duas grandes avenidas de Roma não eram mais que um prolongamento dessas grandes estradas; e o mesmo sistema não penetrou no resto da cidade.

Logo que o aumento da população criou a exigência do tráfego sobre rodas em Roma, o congestionamento tornou-se intolerável. Um dos primeiros atos de Júlio César, ao tomar o poder, foi banir o tráfego de rodas no centro de Roma, durante o dia. O efeito disso, naturalmente, foi criar tal bulha durante a noite, com carroças de rodas de madeira ou aros de ferro batendo nas pedras do calçamento, que a confusão atormentava o sono: numa data muito posterior, provocou a insônia do poeta Juvenal. Assim como o congestionamento de automóveis afeta hoje cidades tanto pequenas quanto grandes, assim também o aumento do número de veículos puxados por animais impedia a circulação por toda parte. Por isso, Cláudio estendeu a proibição de César às municipalidades da Itália, e Marco Aurélio, mais tarde ainda, a aplicou, sem considerar a sua condição municipal, a todas as cidades do Império; enquanto que, para completar o quadro, Adriano (117-138 A.D.) limitou o número de parelhas e as cargas das carroças que tinham permissão para entrar na cidade — reduzindo mesmo o tráfego noturno na fonte. Num século e meio, o congestionamento tinha passado de mal a pior.

O fato de que tais regulamentos se aplicavam mesmo em cidades novas, com suas ruas retas relativamente cômodas, indica que era da natureza daquela nova ordem urbana gerar mais tráfego do que poderia ser contido pela rede de ruas. E a razão desta incapacidade foi precisamente a mesma razão que torna tão fúteis e ineptas as regulações de tráfego de hoje, com o alargamento e multiplicação das artérias de tráfego: vale dizer, nenhuma tentativa foi feita no sentido de controlar o congestionamento da própria terra ou de reduzir a densidade da população alojada em suas edificações. Absurdamente, os fatores que geram o tráfego permaneceram fora do esquema de controle. Como se as grandes densidades de construção não fossem bastantes, a pobreza e a falta de espaço alugável, segundo Marcial (92 A.D.), fizeram com que

muitas ruas fossem atravancadas com barracas e tendas de açougueiros, publicanos, barbeiros e negociantes.

Longe de chegar a uma proporção justa entre as ruas e os edifícios, entre a densidade do tráfego e a de alojamento, Roma fez justamente o oposto. A municipalidade permitia, ou aliás, por sua própria continuada negligência, até mesmo encorajava o alojamento da vasta massa de sua população em habitações supercongestionadas, constituindo enormes quarteirões chamados *insulae*, ou ilhas. Essas *insulae* competem com as covas de detritos de Roma, como exemplos clássicos de imunda administração municipal.

Em contraste diagramático, Roma revela a relação de uma classe dominante exploradora com um proletariado deprimido e como Petronônio, o Árbitro bem disse no *Satyricon*: "A gente humilde vivia pessimamente; pois, as mandíbulas das classes superiores estão sempre em festas". Enquanto um punhado de patrícios, cerca de mil e oitocentas famílias, ocupava grandes mansões privadas, não raro com amplos jardins e casas suficientemente grandes para conter todo um agrupamento de servos livres e escravos, muitas das casas sendo verdadeiros palácios, os membros das classes médias, inclusive funcionários, mercadores, pequenos empregadores industriais, provavelmente moravam em prédios de apartamentos tais como aqueles que foram desenterrados no porto vizinho de Óstia. Aqueles bairros eram decentes, talvez, mas os ocupantes pagavam um aluguel, no tempo de César, segundo Ludwig Friedländer, cerca de quatro vezes superior ao das outras cidades da Itália. A grande massa do proletariado, em agudo contraste, vivia em cerca de quarenta e seis mil prédios de apartamentos que devem ter contido, em média, perto de duas mil pessoas cada um.

Esses apartamentos tinham com os espaçosos palácios e banhos da cidade a mesma relação que as valas abertas de detritos tinham com a Cloaca Máxima. A construção dessas *insulae*, como a construção dos apartamentos de Nova Iorque, era um empreendimento especulativo no qual os maiores lucros eram recebidos tanto pelos desonestos empreiteiros, que levantavam delgadas estruturas que mal ficavam de pé, quanto pelos proprietários aproveitadores, que aprenderam a subdividir antigos quartos em células ainda mais estreitas, para acomodar artesãos ainda mais pobres, com lucro maior ainda por unidade. (Nota-se, não sem um sorriso cínico, que a única espécie de tráfego sobre rodas permitida durante o dia, em Roma, era a dos empreiteiros de construção.)

Crasso, que fez uma fortuna fabulosa com propriedades de casas e apartamentos, gabava-se de que jamais gastara dinheiro em construção: era mais lucrativo comprar antigas propriedades parcialmente danificadas, a preço de liquidação, e alugá-las com ligeiros reparos. Projetos sistemáticos de destruição de cortiços, como o grande incêndio de Roma, naturalmente aumentaram a escassez de habitação e tornaram mais segura a posição dos vorazes

proprietários. Assim, a tradicional dieta do escravo, a ração mais magra suficiente para manter vivo o seu corpo, combinava-se com o igualmente deprimido abrigo do escravo — atulhado, misturado, incômodo. Tais eram as acomodações destinadas aos "cidadãos livres" de Roma.

Até na mais crua aldeia neolítica, a casa era sempre mais que mero abrigo para o corpo físico: era o ponto de encontro de uma família; o lar era o centro de cerimônias religiosas, bem como um auxiliar de culinária; era a morada do deus da família e o centro de vida dessa família, repositório de valores morais que não se mediam em dinheiro. Todas essas associações e tradições foram arrancadas das *insulae* romanas: para sugar o máximo lucro de uma construção péssima e do espaço congestionado, um simples abrigo era suficiente; e ter reconhecido quaisquer outros valores teria sido diminuir as possibilidades de extorsão. Todos os piedosos costumes de família, todos os valores sentimentais ligados à própria família, por escritores como Cícero, aplicam-se apenas às casas dos patrícios. Ninguém pretendia que os fantasmas dos cortiços de Roma tivessem tais favoráveis espíritos guardiões ou pudessem participar de refeições cerimoniais e ritos de família. Bem disse Tibério Graco, segundo Plutarco: "Os animais do campo e as aves do céu têm seus covis e seus esconderijos, mas os homens que lutam e morrem pela Itália gozam apenas das bênçãos da luz e do ar". No tempo do Império, faltavam, em Roma, até mesmo a luz e o ar. Os pavimentos eram empilhados uns sobre os outros, como jamais tinham sido empilhados antes, segundo os registros históricos. Juvenal, escrevendo no século II d.C., exclamava:

"Olhai o tamanho enorme da mansão

Onde pavimentos sobre pavimentos erguem-se até o décimo andar".

As casas dos patrícios, espaçosas, arejadas, sanitárias, equipadas de banheiros e privadas, aquecidas no inverno por hipocaustos que conduziam ar quente através de câmaras nos pavimentos, talvez fossem as casas mais cômodas e confortáveis construídas para um clima temperado, em qualquer parte, até o século XX: um triunfo da arquitetura doméstica. Contudo, os apartamentos de Roma facilmente ganham o prêmio de serem os edifícios mais atulhados e não sanitários produzidos na Europa Ocidental, até o século XVI, quando a exagerada ocupação de sítos e o congestionamento do espaço tornaram-se comuns, de Nápoles à Edimburgo e mesmo a Londres elisabetana, que por algum tempo sucumbiu aos mesmos erros especulativos. Tais edifícios não só eram desprovidos de aquecimento, de condutos de detritos ou de privadas, não sendo adaptados à culinária; não apenas continham um número exagerado de aposentos sem ar, indecentemente supercongestionados: além de pobres em todas as facilidades que fazem a decente vida cotidiana, eram tão mal construídos e tão altos que não ofereciam meios de saída fácil, nos freqüentes incêndios que ocorriam. E, se seus moradores escapavam ao tifo,

à tifóide, ao fogo, podiam facilmente encontrar a morte ao ruir a estrutura inteira. Tais acidentes eram por demais freqüentes. As *insulae* eram tão gravemente amontoadas que, nas palavras de Juvenal, “balançavam a cada golpe de vento que soprava”. Dificilmente seria isso um exagero poético. Tais edifícios e seus habitantes constituíam o núcleo da zona imperial, e aquele núcleo estava podre. Quando Roma cresceu e seu sistema de exploração se tornou mais e mais parasitário, a podridão foi carcomendo cada vez maiores massas de tecido urbano. A grande população da cidade, que se gabava de suas conquistas mundiais, vivia em alojamentos atulhados, ruidosos, sem ar, malcheirosos, infectos, pagando alugueis extorsivos a impiedosos proprietários, sofrendo indignidades diárias e terrores que os endureciam e brutalizavam e, por sua vez, exigiam escapes compensatórios. Esses escapes levaram ainda mais longe a brutalização, num contínuo carnaval de sadismo e morte.

Contudo, antes de examinar as principais recreações do proletariado, pelas quais se aliviavam de seus sofrimentos, divertindo-se com pessoas levadas a sofrer torturas e degradações ainda piores, vamos ver o melhor aspecto de Roma. Isto porque Roma tinha atributos mais humanos; e, para as massas que explorava, mesmo em seus piores momentos, apresentava espantosos vislumbres de beleza e ordem cívica, aparentemente não maculados pela violência e pela cobiça.

3. Fórum, Vomitorium e Banho

Segundo a tradição, era Roma constituída pela união de várias tribos estrangeiras nas colinas próximas, sob a liderança dos próprios romanos, encarpitados no Palatino. O símbolo dessa união, como recorda Lavedan, foi a fundação de um mercado comum (o Fórum), com um lugar de assembléia ou de *comitium*, que era também usado nos primeiros tempos para disputas atléticas e gladiatórias. Sem dúvida, um templo era parte essencial e original do Fórum, pois a “paz de mercado”, tão necessária à livre troca, era conservada tornando-se sagrada a própria área.

O fórum não era simplesmente uma praça aberta. Tal como se desenvolveu em Roma, era antes todo um recinto, complexo no traçado, no qual santuários e templos, os prédios da justiça e as casas do conselho, e espaços abertos circundados por majestosas colunatas, desempenhavam um papel. Dentro desses espaços abertos, os oradores podiam dirigir-se a grandes multidões, ao passo que, para o tempo inclemente, grandes auditórios, as basílicas, serviam para muitas finalidades. Como observa August Mau, a respeito de Pompéia, tudo aquilo que se verificava no mercado podia verificar-se na basílica, embora essa fosse dedicada às transações de negócios e à administração da justiça. A simplicidade do próprio fórum o tornava adaptável a

uma variedade de propósitos: não menos, finalmente, ao de uma congregação religiosa.

A transformação do mero espaço aberto no recinto fechado completo do Fórum começou numa data remota. Roma, segundo Friedländer, estava deixando lentamente de parecer uma cidade do interior supercrescida, antes mesmo de 310 a.C., pois as tendas de madeira dos açougueiros do Fórum tinham cedido lugar às bancas dos cambistas, ao passo que os mercados de alimento tornaram-se mais copiosos e mais especializados. Já em 179, Catão, o Censor, deu a Roma um grande mercado central de alimentos com um matadouro abobadado no meio e lojas irradiando-se a partir dele. Ao tempo em que Vitruvius começou a codificar as práticas em voga, prescreveu que o tesouro, a prisão e a casa do conselho deviam ficar junto do Fórum.

À medida que sucessivos imperadores faziam acréscimos diretos ao Fórum, ou, como Júlio César, fundavam um novo na vizinhança, multidões ainda maiores eram atraídas para o centro, a fim de comprar, de fazer o culto, de trocar boatos, de tomar parte, como espectadores ou atores, em negócios públicos ou em processos privados. A nova rua que passava através do Fórum, o Argiletum, que o ligava aos bairros dos artesãos e mercadores, foi transformada numa passagem monumental, o Fórum de Nerva, quando entrava no recinto.

Vitruvius tinha idéias muito definidas a respeito do seu tamanho ideal, que anteciparam os princípios tão admiravelmente expressos por Winston Churchill, em sua prescrição para o plano de reconstrução da Câmara dos Comuns britânica. “As dimensões do Fórum — assinala Vitruvius — devem ser ajustadas a audiência, não seja o espaço atravancado para o uso ou, do contrário, por causa de uma freqüência reduzida, não vá o Fórum parecer muito grande. Portanto, seja a largura determinada de tal forma que, quando a extensão seja dividida em três partes, duas sejam atribuídas à largura. Pois assim o plano será retangular e a disposição será adaptada à finalidade dos espetáculos.”

Ali no Forum Romanum, ficava o centro da vida pública, não apenas da própria Roma, mas do Império — embora, naturalmente, houvesse centros semelhantes mas subordinados, noutras partes da cidade. Ali, entre a colina Capitolina e o sítio do Palácio de Ouro de Nero ou do posterior Coliseu, ficava o grande local de assembléia. Ali, vastas multidões iam reunir-se para assistir à passagem dos seus chefes militares, em carros de combate, ostentando seus troféus ou seus cativos reais, presos às rodas de seus carros, passando sob arcos triunfais que serviam como entradas emolduradas e formais ao que, na realidade, era um recinto não murado. A escala monumental e a ordem espacial ali predominavam, tendo apenas aquele toque adicional de vida que os acidentes do tempo e da topografia pudessem introduzir.

Ali, pois, a nova Roma, de fato e na realidade agressiva, a Roma que

contratava soldados, que fazia escravos e que tinha crassos especuladores de terras, ficava oculta sob a toga da tradicional Roma das aspirações patrióticas e do sonho estóico. Quem podia duvidar ali da realidade daquela Roma ideal, sob cuja lei e paz, a ordem era ordem, a justiça era justiça, a eficiência era eficiência, e não máscaras para a rapacidade, a cobiça, a avidez e a crueldade, numa escala coletiva gigantesca? No Fórum, poder-se-iam recordar, sem reservas irônicas, aliás com honesta admiração, as meditações morais e as atividades voltadas para o dever de um Cícero ou um Marco Aurélio. Também ali, poder-se-iam facilmente esquecer as malcheirosas covas do *carnerium* ou a orgia das torturas que diariamente tinha lugar nas arenas próximas.

Como o fórum romano era, na realidade, uma combinação de ágora e acrópole, não apresentava quaisquer características radicalmente novas que não se conseguiriam identificar em seu protótipo helenístico. O que se encontra, talvez, é uma concentração maior de atividades variadas, um grau mais elevado de ordem formal, uma expansão e magnificação dos temas já presentes noutros lugares, na cidade helenística.

Essa nova ordem, uma vez estabelecida no centro, propagou-se por toda parte, particularmente nos magníficos pórticos e colunatas com que Augusto se comprazia em enriquecer a cidade, pois, em menos de vinte anos, o Campus Martius, sítio do anfiteatro de Flávio, foi coberto de colunatas que se estendiam do pé das colinas até o próprio rio, colunatas não simplesmente de pedras, mas de elevadas paredes de sândalo, destacando trechos de espaço aberto onde se podia repousar e admirar as figuras esculpidas ou a galeria de murais, ou mesmo, no Pórtico de Septa, um enorme museu de curiosidades, antigüidades e manufaturas do Extremo Oriente. Ao tempo de Augusto, conforme já se calculou, a extensão total de ruas com colunatas chegava a mais de 20 quilômetros. Aqueles pórticos continuaram existindo até o século IX d.C.: regatos e tanques de reconforto estético orlados de grama e lixo.

Ao lado do plano axial, havia uma tendência no sentido de organizar os prédios simetricamente em relação ao eixo, mesmo quando essa disposição era tão efetivamente escondida como os ápices do Fórum de Trajano foram escondidos pelas colunatas à sua frente. Era a clarificação espacial generalizada que deveria ter impressionado o visitante no centro da cidade. Numa grande parte da metrópole crescente, as ruas continuaram sendo um emaranhado de estreitas passagens, atravancadas com o conteúdo desordenado das lojas e tavernas que as ladeavam, ensombradas pelos altos edifícios de apartamentos de cada lado; e ali, somente um vislumbre ocasional de planejamento urbano, um templo, uma fonte, um pórtico e um jardim, despertaria um eco nobre do centro da cidade. Contudo, onde a munificência pública e a propriedade da terra por parte da municipalidade deixaram o arquiteto livre para operar segundo seus próprios termos, o espírito romano levantou-se para desafiar o número e estabeleceu uma escala e um método de controlar as multi-

dões que iam e vinham, que provavelmente teve poucos rivais num tipo mais remoto de cidade.

Embora Roma conhecesse melhor que as cidades provinciais mais modernas as indignidades do supercongestionamento, conhecia também o luxo do espaço público, generosamente entalhado em grandes estruturas: sem estas, na verdade, o primeiro bem poderia ter sido insuportável. Na elaboração da antiga abóbada e arcada egípcia e síria, os romanos ergueram-se a um novo ponto culminante na arquitetura. O céu não era tanto o seu limite quanto seu modelo. Deram ao banho ou à basílica, no momento de sua utilização mais intensa, uma qualidade que fazia a presença de tão numerosos corpos inofensiva, pois o espaço acima reduzia a pressão das massas abaixo. Olhando para o alto, podia-se respirar e ver livremente. Ainda hoje, um prédio modelado segundo os banhos romanos, como a estação Pensilvânia em Nova Iorque, conserva essa nobre qualidade — ou conservava, até que aquela estrutura foi convertida pelos seus ciosos guardiões numa vasta eletrola caça-níqueis, disfarçada como balcão de passagens, destruindo assim, com um só golpe de vândalo, sua forma estética e sua capacidade de controlar eficientemente as multidões.

O elemento arquitetônico que incorporou esse novo domínio do espaço urbano para a reunião e o movimento de massas foi uma contribuição romana especial. A essa característica, deram os romanos um nome peculiarmente apto, por seu próprio caráter e suas práticas: *vomitorium*. “Vomitorium” significa duas coisas no léxico latino: em particular, era um quarto especial, contíguo ao salão de refeições, onde os convivas glutões que haviam engolido em demasia alimentos ricos e exóticos podiam lançar fora o conteúdo de seu estômago, a fim de retornar a seus coxins, suficientemente vazios para gozar ainda os prazeres de outros alimentos. A tarefa de proporcionar apressado esvaziamento de alimentos foi simbolicamente transferida para as grandes aberturas e passagens dos anfiteatros, pelas quais as multidões acalmadas podiam sair de maneira razoavelmente rápida, sem se atropelar.

As dimensões do *vomitorium* público, necessariamente gigantescas, estabeleceram as dimensões das outras partes da edificação. Foi no teatro de multidões enxameantes, contadas aos milhares e dezenas de milhares, que a imaginação romana foi estimulada, chegando a um esplendor quase poético, que, com demasiada freqüência, se perdeu no trato dos detalhes. Hoje, ao contemplar as ruínas desmanteladas de um grande edifício romano como os Banhos de Caracala ou o próprio Coliseu, temos uma vantagem, é verdade, de que os romanos não gozavam plenamente: contemplamos essas estruturas em sua nua severidade, despida da maior parte da sua vestimenta ostentatória e dispendiosa. (Algo dessa primitiva austeridade voltou, mais uma vez, possivelmente por motivo de economia, nos tempos de Diocleciano e Constantino.)

Aquela nudez pode ainda ter estado próxima da Roma de Cipião, o

Africano: mas, à medida que os romanos se tornaram ricos, não a apreciavam mais do que apreciavam a prática grega da nudez nos jogos olímpicos. Para o romano, a nudez era um acompanhamento da defecação ou um prelúdio da luxúria: estimavam eles todos os estilos de embelezamento decorativo. Custosas peças de mármore e ônix, intrincadas modelagens, a ordem coríntia mais que a dórica ou a toscana, complicados desenhos ornamentais no mosaico do piso e, acima de tudo, dourados, dourados em quantidades enormes, dourados suficientes, num caso, para cobrir uma arena inteira. Talvez apenas aqueles dentre nós que recordam a catedral católica romana de Westminster, tal como era há uma geração, antes que as paredes de tijolos de seu sereno interior românico fossem cobertas por decoração, podem ter uma noção suficientemente vívida da diferença entre a casta simplicidade da engenharia romana e a voluptuosa aparência das estruturas acabadas. O orgulho de Augusto, ao morrer, por ter encontrado uma cidade vestida de tijolos e por deixá-la em mármore, talvez tenha sido mais vazio do que ele suspeitava.

Na arquitetura pública romana, a escala, pois, era tudo: o arquiteto romano encontrava uma forma de massa para todas as ocasiões coletivas da vida, no mercado, no anfiteatro, no banho, na pista de corridas; e algumas dessas formas foram transferidas à cidade, mais de mil anos depois, como na forma da pista de corridas retangular com voltas agudas em que se transformou a Piazza Navona. Mas os espaços abertos de Roma também, provavelmente, desempenharam um papel mais importante do que tiveram na maior parte das cidades mais antigas. Os parques ao redor dos palácios imperiais, embora originariamente destinados ao uso privado, contam-se entre os mais remotos espaços abertos dedicados à recreação espontânea dentro da cidade — embora, naturalmente, tais coisas sempre tenham sido encontradas fora dos seus muros. O legado feito por César, dos seus próprios jardins ao público, é um dos documentos mais antigos de um privilégio privado dessa natureza confiado à comunidade. Infelizmente, Roma jamais percebeu a necessidade de tais agradados, nos distritos de cortiços, onde eram mais gravemente necessários.

Talvez a contribuição mais característica de Roma tanto à higiene urbana quanto à forma urbana tenha sido o Banho. Na história dos grandes banhos, lê-se a história condensada da própria Roma. Esse povo começou com uma nação de duros agricultores, apegados à terra, abstêmios, laboriosos, revolvedores e plantadores de músculos rijos, que se tornaram, graças à sua própria capacidade de suportar dificuldades e receber golpes, o povo mais vigoroso da Antigüidade. Entretanto, a sua própria força e a sua indústria inabalável os transformaram numa nação de assaltantes e parasitas que viviam à custa de seus vizinhos, convertendo sua cidade-mãe num gigantesco estômago e boca, que sugava alimentos, despojos, obras de arte, escravos, religiões, deuses, fragmentos de saber, transformando todos os requintes da

cultura, todas as decências da vida diária, em algo ao mesmo tempo insinuante e brutal, sensacional e desagradável, pretensioso e sem significação.

O banho, tal como era conhecido por Cipião, o Africano, era um tanque de água num lugar abrigado, onde o fazendeiro molhado de suor ia limpar-se. Sêneca evocava com saudade aquele momento, antes que o banho de sol e o amaciamento geral da carne se tornassem elegantes. Mas, já no século II a.C., o hábito de ir aos banhos públicos estava implantado em Roma; e, em 33 a.C., Agripa introduziu banhos públicos gratuitos, na forma pela qual essa instituição acabaria por tomar: um vasto recinto fechado, capaz de conter grande quantidade de pessoas, um salão monumental contíguo a outro, com banhos quentes, banhos tépidos, banhos frios, salas para massagens e salas para passar tempo e dividir os alimentos, anexo aos ginásios e campos de esportes, para servir àqueles que procuravam exercícios ativos, e também bibliotecas, para os mais reflexivos ou mais indolentes.

Em sua grande escala e em sua combinação de diferentes facilidades, senão de outra maneira, o banho compara-se com o moderno *shopping center* americano, embora sem particular vantagem para este último. Entretanto, ao passo que a vida de todos os dias para o americano, que vive numa economia compulsiva de expansão, é essencialmente um vazio cheio de artefatos e atulhado de produtos, inflados tendo em vista os lucros, em Roma a aquisição era restrita, em grande parte, às classes superiores e aos seus agentes financeiros, ao passo que, para a maioria, a vida era, em grande parte, uma questão de encontrar substitutos e compensações a expensas públicas. O que começou como a necessidade de higiene de um agricultor passou a ser um ritual cerimonioso para preencher o vazio de um dia de ócio. Embora os romanos inflacionassem a moeda teológica inventando um deus especial para cada ocasião da vida, o único deus supremo que realmente adoravam era o corpo. Quanto a este, mais de uma lousa sepulcral dá testemunho, com suas frases orgulhosas, do comer e beber glutônico do ocupante do túmulo, como principal desejo seu de ser piedosamente lembrado por seus igualmente dignos sucessores. A religião do corpo foi quase tudo o que os romanos jamais tiveram em matéria de religião, tão logo perderam seus originais Lares e Penates; e o banho público era seu templo. Um ambiente ideal para ociosos, parasitas, curiosos, exibicionistas — todos eles cultivadores do corpo.

Os próprios edifícios proclamam esse fato: arquitetonicamente, colocam-se entre os feitos supremos de Roma, e apenas o Panteão pode ser contado como rival. A toda parte onde ia, o romano conduzia a idéia do banho público: no movimentado Boulevard Saint Michel, em Paris, os restos de um banho antigo daquele tipo ainda nos recordam aqueles antigos moradores de Lutécia. Certamente, o ritual tinha um aspecto prático: aquele hábito de limpar o corpo completamente talvez ajudasse a diminuir os desastres higiênicos e sanitários da cidade, em outras partes, ao passo que a magnifi-

cência espacial daquelas edificações era em si mesma um auxílio à tranqüilidade psicológica que, em certo grau, compensava a triste e desolada rotina da existência doméstica.

Mas, a despeito desses efeitos laterais benéficos, tão exaltadores para o espírito, o ritual do banho ocupava um segmento desproporcionado do dia e dirigia uma quantidade demasiadamente grande de energia humana para o serviço do corpo, tratado como um fim em si mesmo. Que provavelmente existia uma diferença reconhecida entre o ritual religioso e estético do banho e seus usos práticos higiênicos, a existência de numerosos banhos privados por toda a cidade parece testemunhar.

A relação do banho com a vida sexual de Roma não deve, porém, ser passada por alto. No banho, o cliente livrava-se dos deboches da noite antes de se aprontar para a noite seguinte. E, embora se fizesse algum esforço, segundo Carcopino, no sentido de separar banhistas masculinos e femininos, fixando horas especiais para cada sexo, tais regulamentos caíam por terra. Ao tempo de São Jerônimo, mesmo com o cristianismo oficial, advertia ele às mulheres contra a exposição luxuriosa e a curiosidade dos banhos, como grave perigo para a alma. Certamente, os banhos eram lugares favoritos para se fazerem combinações: assim, anteciparam uma das práticas que levaram ao despreço as casas de banho no fim da Idade Média. Mesmo nos tempos modernos, o último vestígio do banho romano, o chamado banho turco, conservou sua antiga ligação com a embriaguez e a orgia sexual.

4. Morte na Tarde

Aqueles que construíram o poder de Roma foram impelidos a alargar as fronteiras do Império: seus temores de invasão bem como seus constantes compromissos para proteger suas linhas de suprimentos e suas fontes de alimentos e matérias-primas encorajaram o sonho de uma ordem política e universal. Nos tempos da Pax Romana, aquele sonho durou cerca de dois séculos. Na medida em que essa paz era real, as conquistas podiam ser parcialmente justificadas, mesmo para os vencidos, pois uma sociedade universal, livre da guerra ou da ameaça da guerra, baseada na justiça e não na opressão e no terrorismo, até então jamais tinha sido alcançada entre os homens. E fora por isso que milhares de bons cidadãos romanos tinham tramado e esquematizado, tinham travado combates, tinham mantido distantes postos de fronteira, tinham suportado o exílio voluntário e tinham enchido seus dias com as tarefas da vida pública: regulamentos administrativos, códigos legais, listas de impostos, registros de propriedade. Aqueles funcionários romanos cumpriam seu dever a respeito das dificuldades e do tédio, recordando, quando

agonizavam, os frios mas confortadores pensamentos de Zenão de Cício, de Terêncio ou de Virgílio: *... sou humano e nada humano é estranho a mim.*

Como um império, Roma tivera melhor êxito que Atenas, que jamais fora bastante forte para proteger, mesmo durante uma geração, as áreas que explorava. Contudo, na realidade, Roma não tivera êxito. Na verdade, a cidade dos sonhos de Cipião e Cícero esvaiu-se antes mesmo que eles acordassem: de fato, ela jamais existiu. A ordem de Roma, a justiça de Roma, a paz de Roma, tudo isso foi construído sobre uma feroz exploração e supressão. Em seu ponto mais elevado, Roma foi um carvalho cujos largos ramos ocultavam a podridão que carcomia internamente, na base da árvore: os porcos podiam fossar à procura de cogumelos, que florescem melhor ao pé de carvalhos doentios, na terra próxima, mas não crescia debaixo daqueles galhos uma espécie mais nutritiva de alimento. O Império, que rechaçara as tribos bárbaras que ameaçavam suas fronteiras, erigira uma barbárie maior, no próprio coração de seu domínio, na própria Roma. Ali, as perspectivas de destruição e extermínio em massa, das quais a cidade em grande parte escapara, graças às armas romanas, retornaram na representação de fantasias ainda mais patológicas. O triunfo predatório sublinhou um doentio fracasso parasitário.

O próprio nome "parasita" foi uma invenção romana necessária para descrever um tipo de relações humanas que jamais tomara uma forma patológica indubitavelmente reconhecível como aquela. Os patrícios romanos, por muito tempo, tinham-se gabado de uma procissão de clientes que lhes serviam, e exaltavam seus egos: originariamente, o cliente era o agricultor arrendatário ou meiro de um grande proprietário, que se sustentava a si mesmo e presumivelmente também se respeitava, que dependia apenas de seu pedaço de terra, mas inteiramente capaz de ganhar sua própria vida. O parasita afundara muito mais: este não mais tinha qualquer relação econômica positiva com o seu patrono; era o aproveitador bajulatório, o inveterado sanguessuga que não tinha outros meios de vida senão os presentes e favores de seu hospedeiro. Apegando-se a um homem rico, perdia ele qualquer possibilidade de locomoção ou sustento independente. No mundo animal, há muitos precedentes para isso.

Na natureza, este parasitarismo é muitas vezes tão ruinoso para o hospedeiro quanto o é para a criatura que cai sobre ele: se esta perde a capacidade de mover-se livremente ou de se manter por si mesma, o hospedeiro, por sua vez, torna-se dependente e deve fazer ainda mais esforços no sentido de manter viva a criatura aparentemente mais fraca. Os ricos e poderosos muitas vezes achavam-se nesta posição: a vida decente que se recusavam a dar às classes inferiores em termos econômicos, eram forçados a ceder em explosões de indiscriminada generosidade pública. Ora, o parasitismo de Roma foi a princípio, provocado e literalmente alimentado pelo próprio êxito de Roma na conquista predatória; e acabou por traduzir, numa forma mais geral, a

mesma vida sem função, vazia e dependente, para ricos e pobres indiferentemente, cheia de apetites insaciáveis e inquietações insolucionáveis.

Em Roma, toda uma população, alcançando centenas de milhares de pessoas, adotava o papel parasitário por uma vida inteira; e o Império em expansão foi transformado numa aparelhagem destinada a assegurar a continuação da sua existência, sustentando-os "no estado a que estavam acostumados", subornando desavergonhadamente o exército que, sozinho, garantia o fluxo de tributos, escravos, cativos e animais selvagens, que eram incessantemente despejados na goela daquela cidade insaciável.

Tão vitais são as atividades autônomas do organismo, tão necessárias são para conservá-lo íntegro, que qualquer perda de independência tem profundas repercussões psicológicas. Particularmente, a sensação infantil de dependência, prolongada na idade adulta, desperta a desconfiança e o ódio de si mesmo, que incentiva um desejo suicida de vingança. Os impotentes apresentam um anseio de poder virtual, senão ativo, ao passo que aqueles que não viveram suas próprias vidas experimentam um violento desejo de impor aos demais uma morte humilhante. Para compensar as limitações de uma existência parasitária, o próprio parasita transpõe os valores da vida, de tal sorte que todos os seus atos assumem uma forma negativa. O ódio que o parasita sente por si mesmo, ele o projeta em vítimas convenientes e bodes expiatórios, cobrindo-os com seu próprio desespero, seu próprio desprezo de si mesmo, seu próprio desejo de morte.

Ao dar uma forma municipal ao seu parasitarismo, aliás, ao lhe proporcionar uma sólida base coletiva com a dupla dádiva de pão e de circo, Roma solidificou os erros fatais de sua exploração política de outras terras e cidades. Ironicamente, ao se entregar ao parasitarismo, ao mesmo tempo pôs a perder as atividades predatórias que o tornaram possível. Mergulhado debaixo das ilusões soporíficas da Pax Romana, os antigos líderes patrícios perderam sua garra. Mesmo fora de Roma, o governo próprio foi pouco a pouco desaparecendo sob o Império: as municipalidades outrora autônomas eram governadas por magnatas locais, que representavam os interesses territoriais ou comerciais, nominalmente servidores do Estado, que se mantinham no poder, bem como seus parentes, pelos mesmos métodos violentos que tinham sido elaborados em Roma. A paz e a justiça de que os romanos se gabavam tinham mais ou menos o mesmo grau de realidade que a "competição", que opera dentro do atual controle monopolista e de consumo forçado imposto pelas altas finanças norte-americanas. Tratava-se de uma fria imitação. O próprio fingimento de lei e ordem foi repentinamente solapado pelas mortais tramas de tribunal, pelas rapaces chantagens e pelos levantes do exército que acompanhavam a escolha de cada imperador sucessivo. A Guarda Pretoriana tinha tão grande preferência por um cão debochado como Cômodo, a seu digno e honrado sucessor Pertinax, que não vacilou em assassinar este último.

A existência de uma economia parasitária e de um sistema político predatório produziu uma instituição urbana tipicamente romana, que compreendia ambos os aspectos de sua vida e lhes dava um cenário dramático: a antiga prática do sacrifício religioso de sangue ganhou uma nova forma secular na arena.

A vida romana, apesar de todas as suas pretensões de paz, tinha por centro, cada vez mais, os imponentes rituais de extermínio. Na procura de sensações suficientemente agudas para encobrir momentaneamente a vacuidade e insignificância de sua existência parasitária, os romanos aderiram a prática de promover corridas de carros, espetaculares batalhas navais travadas num lago artificial, pantomimas teatrais nas quais o *strip-tease* e os atos sexuais mais mesquinhos eram desempenhados em público. Todavia, as sensações precisam de constante incentivo, à medida que as pessoas se tornam entediadas com elas: assim, o esforço todo alcançou um pináculo nos espetáculos gladiatórios, onde os agentes desse regime aplicavam uma diabólica capacidade inventiva à tortura humana e ao extermínio.

Os habitantes das metrópoles modernas não estão, psicologicamente, por demais remotos de Roma, para se mostrarem incapazes de apreciar esta nova forma. Temos nosso próprio equivalente nas doses diárias de sadismo que acompanham, como cápsulas vitamínicas contaminadas, nosso deficiente e corriqueiro alimento: as reportagens de jornal, as notícias de rádio, os programas de televisão, as novelas, os dramas, tudo isso dedicado a retratar, tão graficamente quanto possível, todas as variedades de violência, perversão, bestialidade, delinquência criminal e desespero niilista. Assim, para recobrar a simples sensação de estar vivo, o populacho romano, alto e baixo, governantes e governados, afluía em manadas para as grandes arenas, a fim de participar pessoalmente de semelhantes diversões, mais vividamente representadas, mais intimamente apresentadas. Todos os dias, na arena, os romanos assistiam, em pessoa, a atos de tortura viciosa e de extermínio em massa tais como aqueles que Hitler e seus agentes imaginaram mais tarde e dos quais vicariamente participaram — mas que, aparentemente, careceram de estômago para apreciar regularmente em pessoa.

Antes mesmo que Roma tivesse passado de República para Império, aquela cidade tornara-se uma vasta câmara coletiva de tortura. Ali, a princípio sob o disfarce de assistir ao justo castigo de criminosos, a população inteira, como observou Sêneca, diariamente se castigava a si mesma. Roma achava-se tão completamente comprometida com esse mal que a própria adoção do cristianismo como religião oficial do Estado não afastou a prática. Quando os vândalos tentavam derrubar os portões de Hipona, cidade de Santo Agostinho, os gemidos dos defensores agonizantes sobre a muralha misturavam-se com o clamor dos espectadores no circo, mais preocupados com o prazer daquele dia do que com a sua própria segurança pessoal.

Com o seu gosto pelo extermínio tão profundamente desenvolvido durante muitos séculos, não admira que os romanos considerassem o atletismo grego um tanto efeminado e desinteressante: não havia bastante sangue, agonia e pavor em meras competições esportivas. A vida, que tomara forma em Roma após o esmagamento da rebelião dos escravos, no tempo dos Gracos, e a derrota de sua grande rival comercial, Cartago, após a segunda Guerra Púnica, havia apodrecido interiormente. Desde o século I a.C., Roma entrara naquelas fases de existência urbana que Patrick Geddes caracterizou como "parasitópolis" e "patolópolis": a cidade dos parasitas e a cidade das doenças. Assim, Roma tornou-se um recipiente de vida negativa: a vida voltando-se contra si mesma em atividades pervertidas e destrutivas. Nisso, Roma perpetuou e ampliou os males a que todas as civilizações parecem expor-se; pois encontrou uma forma arquitetônica e um ritual público que favoreciam a constante expressão dessas negações. Tal como os nossos próprios preparativos para o extermínio nuclear e bacteriológico, aquela forma proporcionou uma saída aceitável e "normal" ao que, na realidade, eram atos psicóticos, inenarráveis e em particular inexprimíveis. Numa civilização que se desintegra, a sanção do número torna a loucura e a criminalidade "normais". Neste caso, o fato de se sofrer a doença universal passa a ser o critério da saúde.

A base econômica desse ritual sadístico era o fato de que o proletariado de Roma era sustentado por uma esmola: isto é, por dádivas regulares, acerca de duzentas mil pessoas, de pão saído dos depósitos públicos em várias partes da cidade. A tentação de levar uma vida diligente, com a esperança de melhoramentos na condição econômica, foi enfraquecida, especialmente na própria Roma, favorecida pelo fato de que a ralé podia encontrar as principais necessidades da existência, como pão e circo, gratuitamente, ou, no caso dos banhos, quase gratuitamente.

Para tornar mais fácil ainda a frequência a tais espetáculos, já no reinado de Cláudio, 159 dias eram assinalados como feriados públicos, e nada menos de 93, um quarto do ano inteiro, eram dedicados aos jogos às expensas públicas. Vastas fortunas eram gastas para se encenar mesmo um só desses acontecimentos. Era essa a justificação popular da rapacidade dos ricos e da rapina dos chefes militares. Ainda aqui, o modo de vida romano, como o dos Estados Unidos de hoje, não conhecia limites quantitativos. Uma das marcas de indulgência imperial era a inesperada criação de novos feriados para celebrar uma vitória e, longe de ser esse hábito dominado quando o poder romano começou a fraquejar, o número de dias feriados cresceu continuamente. No ano 354 A.D., havia 175 dias de jogos, quase duas vezes mais que no tempo de Cláudio, ao passo que o número total de feriados públicos chegava a duzentos, ou mais de metade do ano.

Nenhum corpo de cidadãos, nem mesmo os atenienses no ponto culminante de seu império, jamais dispôs de tão grande abundância de tempo a ser

preenchido com ocupações idiotas. Nem mesmo os mecanizados Estados Unidos, com a semana de cinco dias, se podem comparar com Roma; pois, além disso, após o meio-dia, os trabalhadores romanos, que sem dúvida tinham-se levantado ao nascer do sol, não suportavam qualquer outra imposição quanto ao seu tempo. A transformação da vida ativa e útil da antiga cidade da República na vida passiva e parasitária que finalmente a dominou levou séculos. Mas, no fim, a frequência aos espetáculos, terrestres e náuticos, humanos e animais, tornou-se a principal ocupação de sua existência; e nela se alimentavam, direta ou indiretamente, todas as outras atividades.

Tal como a vida "real" de hoje, para milhões, só existe na tela de televisão, e todas as manifestações imediatas de vida são subordinadas, acessórias, quase insignificantes, assim também, para o romano, a rotina total do espetáculo tornou-se compulsiva: *O espetáculo deve continuar!* Não estar presente ao espetáculo era ficar privado da vida, da liberdade e da felicidade. Sêneca, mestre e companheiro do jovem Nero, considerava sua própria presença nos jogos de gladiadores como nada menos que uma doença da alma; contudo, ia. O hábito de recorrer regularmente aos espetáculos foi algo que nem mesmo o mais tristemente sadio dos imperadores romanos, Marco Aurélio, pôde vencer, sem medo de uma hostil reação do público. Era perigoso ao imperador mostrar, mesmo por sua ausência, seu desgosto pessoal.

A necessidade de tais diversões de massa tornou-se imperiosa em proporção à utilidade do resto da existência. Até mesmo a vida intelectual de Roma, que jamais foi tão aguda como a das cidades gregas, denunciava semelhante inanidade e vacuidade. Embora Roma não chegasse a ponto de inventar o programa de perguntas tão estimado pelos apreciadores da televisão, o povo tornou-se interessado na mesma espécie de perguntas vazias: quantos homens remaram a galera de Enéias ou que espécie de alimento comeu Cipião ao desjejum, antes de vencer os cartagineses?

Chegamos, assim, a uma nova forma urbana: o circo, um recinto com bancadas, a céu aberto, onde dezenas de milhares de romanos se reuniam para assistir aos espetáculos, alguns ali passando o dia inteiro, pois o espetáculo começava pela manhã. Foi ali que o domínio romano dos problemas de engenharia alcançou, talvez, seu ponto culminante: foi ali que a satisfação romana pelos feitos quantitativos concebeu uma forma arquitetônica cujo próprio triunfo depende da massa e da escala, com os espectadores enfileirados, banco atrás de banco, numa inclinação fortemente acentuada.

A nova forma emprestava-se a muitas finalidades diferentes. O espetáculo era tão profundamente entranhado na vida romana que até mesmo o teatro se afastou de seu antigo plano semicircular, passando ao círculo completo. Com essa mudança, o antigo drama de estilo grego cedeu lugar a uma forma de ópera que dependia de efeitos espetaculares, e a ópera evoluiu para

a pantomima — necessária, sem dúvida, para uma audiência demasiado grande para ouvir claramente as palavras a céu aberto.

Roma tornara-se a arena das arenas, onde as atividades usuais de uma cidade eram subordinadas à produção em massa de violentas sensações derivadas da luxúria, da tortura e do crime. Dentre esses desempenhos, os mais inocentes eram as corridas de carros, embora a possibilidade de ser o carro virado e pisado o seu condutor talvez saciasse o anseio ilícito de sangue, como é o caso da mesma possibilidade nas corridas de automóvel, hoje em dia. Entretanto, a representação suprema da arena, a única que dava uma marca especial à cidade em sua degeneração característica, era o espetáculo de gladiadores.

Os jogos gladiatórios foram introduzidos em Roma pela primeira vez em 264 a.C., pelo cônsul Décimo Júnio Bruto, por ocasião do enterro de seu pai; mas os romanos deram-lhes um encaminhamento mais utilitário, empregando as competições mortais como meios populares de castigo público de criminosos — a princípio, presumivelmente, tanto um exemplo admonitório quanto uma diversão. Muito em breve, infelizmente, a tortura do prisioneiro tornou-se a bem-vinda diversão do espectador; e já nem mesmo o esvaziamento das cadeias proporcionava um número suficiente de vítimas para atender à procura popular. Como no caso dos sacrifícios religiosos dos astecas, as expedições militares eram promovidas no sentido de proporcionar um número suficiente de vítimas, humanas e animais. Ali na arena, tanto profissionais degradados, treinados para sua ocupação, quanto homens e mulheres inteiramente inocentes, eram torturados com todos os artifícios imaginados para aleijar o corpo e produzir o medo, tendo em vista a satisfação do público. E ali, animais selvagens eram abatidos, sem serem comidos, como se não passassem de homens.

As instituições características que ajudaram a tornar memoráveis a cidade helênica, o ginásio e o teatro, derivaram-se, em última análise, de uma fonte religiosa, os jogos funerários, os rituais da primavera e da colheita. Pode-se dizer o mesmo de Roma, porém com uma diferença. Em Roma, a morte trágica, religiosamente concebida, provocando a piedade e a sóbria introspecção, passou a ser o assassinio em massa, distribuindo terror ilimitado sem um toque salvador de piedade; enquanto que, pela mesma razão, a sábia impropriedade da antiga comédia ática, com todo o seu rude humor sexual, passou a ser um brinquedo obsceno com os órgãos genitais coletivos, no qual a impotência recorria ao sadismo para provocar e exacerbar o desejo sexual. No espetáculo romano, até os honestos impulsos animais eram deformados e diminuídos.

A desculpa original que justificou a substituição pelos jogos gladiatórios — com sua possibilidade de uma reviravolta —, da desapiedada execução de criminosos foi superada pela exigência, da parte da massa, de inexorável

assassinio, não importando quem pudesse ser a vítima. Dentre esses horrores, não era menos popular a morte na corrente, na qual uma vítima única era designada para ser morta por outra, que, por sua vez, era desarmada e morta, e assim ao longo de toda a linha. O uso posterior de virgens cristãs como oferendas especiais no espetáculo deu-lhe um sabor adicional: o da virgindade inocente que era posta a nu antes de ser lançada aos leões. Em rigorosa justiça, quero acrescentar que está registrado o fato de que a multidão exigiu a libertação de Androcles, quando o leão de cuja pata havia ele uma vez extraído um espinho se recusou a devorá-lo. Exibição tamanha de espírito esportivo era por demais rara para ficar esquecida, mesmo hoje em dia.

A primeira das grandes arenas, o Circus Flaminius, construído no Campus Martius, bem perto do Tibre, em 221 a.C., era já uma grande estrutura. Essa forma antiga foi desenvolvida a partir da simples pista plana de corridas, com bancadas para os espectadores nas colinas vizinhas, que data do século IV. Mas foi Júlio César quem construiu o mais antigo e o maior dos circos, o Circus Maximus — uma estrutura que ainda, misteriosamente, foge à escavação —, e esse era tão grande que continha, segundo uma autoridade do século IV, nada menos de 385 000 lugares para espectadores, embora Carcopino fale em 255 000 lugares e Cúrcio em “apenas” 80 000. Mas, embora as corridas de cavalos perdurassem mais tempo que os espetáculos de gladiadores, quando menos porque se tornaram a principal forma de competição aceitável para a Bizâncio cristã, foi no teatro destinado à tortura em massa que a forma arquitetônica alcançou o seu desenvolvimento máximo. O Coliseu, iniciado por Vespasiano, concluído por Tito e decorado por Diocleciano, tornou-se um modelo de obras semelhantes em cidades menores — ao passo que seus 45 000 lugares erigiam um padrão de grandeza não superado, exceto na própria Roma, até nossos próprios dias.

Mesmo tomando um número baixo por unidade, haveria de parecer que quase a metade da população de Roma podia ser acomodada simultaneamente em seus circos e teatros: uma proporção muito maior do que era possível em outras cidades, até que a comunicação eletrônica ampliou indefinidamente a área do espetáculo e o número de espectadores. Mesmo numa pequena cidade provinciana como Pompéia, o anfiteatro tinha lugar para vinte mil pessoas: provavelmente, mais da metade de sua população adulta total. A mesma inclusividade caracterizava os banhos, se acrescentarmos as centenas de instituições privadas aos banhos públicos de dimensões mais gigantescas.

A arena e o banho eram, na realidade, a nova contribuição romana à herança urbana, uma contaminando-a, a outra purificando-a: ambas concebidas como estruturas colossais, para entretenimento da massa, numa época em que a organização da massa exigia aglomeração espacial e elevada densidade de ocupação. Aquelas duas formas começaram a existir juntas e juntas desapareceram; e, na sua passagem, absorveram interesses e energias que pode-

riam ter sido conduzidos, tivessem sido mais beneficentemente dirigidos, para a revivificação da vida comum e para a restauração da atividade autônoma. A influência que tiveram os espetáculos gladiatórios pode ser avaliada pelo fato de que Constantino, que se atreveu a tornar o cristianismo a religião do Estado romano, não aboliu os espetáculos e nem mesmo os jogos de gladiadores. Quando muito, no ano 326, pôs ele termo ao lançamento de criminosos aos animais ferozes; e somente em 404, seis anos antes que os exércitos bárbaros de Alarico saqueassem Roma, foram os combates de gladiadores proibidos por Honório.

Naquela época, as antigas luzes do mundo clássico, uma a uma, estavam-se apagando. Em 394, os últimos jogos olímpicos foram realizados e, em 537, a água deixou de correr para os banhos de Caracala, embora os carros de lenha para aquecer a água tivessem deixado de chegar regularmente desde muitos anos antes. Ainda mais significativamente, a maior contribuição da Grécia a essa vida, que era, no mais, supercorporalizada, a Escola de Atenas, foi fechada em 529. Assim, a antiga cultura helênica do corpo, com um bom espírito, e do espírito plenamente refletido no corpo, e a cultura romana do corpo, em grande parte sem espírito, servil às suas próprias sensações, parasitário do seu próprio poder, ambas desapareceram juntas.

Contudo, o destino do modo de vida romano e da sua herança urbana deve ter sido visível nos grandes anfiteatros de uma data muito mais remota, por aqueles que tinham olhos para ver. À medida que a vida diária ia-se tornando mais enfadonha, à medida que o terror, o sofrimento e a morte já não podiam ser confinados ao circo, aqueles que estavam acordados para as suas realidades ou que eram sensíveis aos seus males devem ter-se furtado de tais horríveis diversões. Deixavam seus lugares vazios visíveis na arena, com lacunas cada vez maiores, à medida que a própria população se reduzia em números. Parasitópolis passara a ser Patolópolis. E, mais ainda, Patolópolis tornara-se Psico-Patolópolis, tendo um Nero ou um Calígula como governante absoluto. Aquela Patolópolis já não podia ser salva, mesmo quando se transformou em Tiranópolis, e procurou alcançar a segurança e continuidade por meio de uma situação fixa e da residência também fixa. O simples impulso do hábito, a inércia do número, aumentou a velocidade do seu declínio. "*Save qui peut!*" Somente uma fase posterior do desenvolvimento da cidade permaneceu, e esta não tardou a chegar: Necrópolis, a cidade dos mortos.

Por volta do século V, o espetáculo terminara no centro, embora continuasse por outros mil anos na margem ocidental do Império, onde Bizâncio, por um imenso esforço de vontade, modificou suficientemente o conteúdo da vida romana, a fim de preservar suas instituições num estado de desenvolvimento cuidadosamente interrompido — notável principalmente pelos melhoramentos nas artes militares. Algo daquela arte e vida é visível ainda em Rodes.

Mas, quando os anfiteatros passaram a ser apenas conchas vazias, os

antigos artistas não desapareceram subitamente. Poderiam ser encontrados a se combater nas estradas daquele antigo mundo romano, detendo-se num pátio bárbaro, atraindo uma multidão numa feira: o levantador de pesos, o acrobata, o audaz equitador, o amestrador de ursos. Como uma pós-imagem na mente européia, talvez no elo vivo da carne, de geração em geração, passando suas artes de pai a filho, de maneira às vezes grandemente arriscada, mas já não comprometida com a morte, a antiga gente do circo talvez continuasse o seu espetáculo. As crônicas dos monges não haveriam de dar notícia deles, e mesmo que tivessem notícia de sua existência, talvez não fossem sequer capazes de identificá-los. Mas, como sombra ou substância, o circo continuou existindo e acabou por retornar à vida na cidade moderna. Expungido de seus pecados romanos, os circos e prisões sobreviventes recordam ainda o modo de vida romano. Lembram-nos também que a própria Roma foi, certa vez, o "maior espetáculo da terra".

5. Inventário Urbano do Século V

Roma, em sua vastidão física e riqueza acumulativa, assemelhava-se ao império que havia conquistado. Para fazer justiça às suas possessões, convém enumerá-las e catalogá-las. Desde o princípio, em Roma, tudo tinha sido colossal: era esse o próprio gênio da cidade, antes que ela fosse muito mais que uma aldeia, pois, quando o rei Sêrvio traçou a primeira grande muralha, cercou mais de 400 hectares, como que a convidar o crescimento que ainda não tivera lugar. Até aquela muralha tinha quinze metros de largura, mais do que o necessário para passarem dois carros lado a lado. Embora, em vista da primitiva tecnologia militar do ataque, seja difícil de explicar a grossura das antigas muralhas de Jericó, também não há explicação racional para a grossura da muralha de Roma.

A área e a população de Roma provavelmente continuaram a crescer sempre até o século III A.D. Depois de ter sido cercada pela muralha Aureliana em 274 A.D., Roma cobria 1345 hectares no interior, ao passo que as áreas de construção total, inclusive a área construída imediatamente fora da muralha, era de cerca de 2000 hectares segundo Carcopino: uma cidade descomunal, mesmo nos tempos modernos.

O primeiro inventário completo do conteúdo de Roma, infelizmente, é do fim; foi encontrado num levantamento oficial datado de 312-315. Entretanto, a mera lista do conteúdo ajuda a preencher os pouco nítidos contornos das ruínas sobreviventes. Ei-lo: 6 obeliscos, 8 pontes, 11 banhos públicos, 19 "canais de água", 2 circos, 2 anfiteatros, 3 teatros, 28 bibliotecas, 4 escolas de gladiadores, 5 espetáculos náuticos para combates marítimos, 36 arcos

de mármore, 37 portões, 290 armazéns e depósitos, 254 padarias públicas, 1790 palácios, 46 602 alojamentos (casas de morada coletiva).

A isto Lanciani acrescentaria 926 pequenos banhos de propriedade particular — a qualquer minuto, calculava ele, 62 800 cidadãos podiam usar os banhos —, 18 fóruns ou praças públicas, 8 campos cobertos de grama o ano inteiro, utilizados pela multidão, como nota Estrabão, para “dançar, correr ou lutar”; assim também, cerca de 30 parques e jardins, abertos inicialmente por prósperos cidadãos para o seu conforto privado, mas, com o tempo, absorvidos nos domínios públicos. Isso ainda não leva em conta os 700 tanques ou bacias públicas e as 500 fontes que eram supridas por 130 coletores ou reservatórios, de que T. G. Tucker dá notícia. Estes últimos, a propósito, são talvez o mais espantoso legado da antiga Roma à cidade moderna, como ainda é testemunha a Fontana di Trevi.

Acrescenta-se a essa cidade dos vivos outra cidade dos mortos. Falo não apenas dos cemitérios e monumentos memoriais. Havia, além disso, uma vasta falange de estátuas, 3785 de bronze, e, no total, 10 000 figuras: tanto assim que Cassiodoro muito bem observou que Roma tinha uma segunda população de bronze e pedra, em muitos aspectos melhor situada que a população viva. Aquela tradição foi passada adiante. Os parques da moderna Roma mal ficam atrás da antiga cidade — e estão muito à frente de qualquer rival que eu conheça —, no número de bustos e estátuas que exibem.

“A vós — observou Aristides, em sua Laudação de Roma —, chega de todas as terras e mares o que as estações e os climas produzem, o que rios e lagos e as artes manuais dos helenos ou bárbaros fornecem. Assim, quem quer que deseje ver tudo isso deve viajar por todo o mundo ou ficar nesta cidade. Pois a obra e o labor de outros povos acham-se aqui à mão e em excesso.”

É essa a apologia clássica da cidade supercrescida: apenas por seu teúdo público, esse recipiente se estendia, ao que parece, ao ponto de ruptura, pois fizera da não seletividade o próprio princípio da sua existência. Até que as metrópoles do século XVIII inventassem o museu como sua forma especial, a própria cidade serviu de museu.

Entretanto, há outra maneira de descrever aquela vasta miscelânea urbana, onde tudo se achava em exibição ou à venda: a crítica reservada que vem de Luciano: “Um homem que ama a riqueza e é atraído pelo ouro e que mede a felicidade pela púrpura e pelo poder, que não provou a liberdade ou experimentou a linguagem livre ou contemplou a verdade, cujos constantes companheiros são a lisonja e a servidão, um homem que comprometeu sua alma, sem reservas ao prazer, e se resolveu a não servir a outro senhor senão este, que aprecia comidas extravagantes, vinhos e mulheres cheias de ardor, desdém e falsidade” — tal pessoa “deve viver em Roma, pois cada rua e praça é cheia das coisas que mais aprecia”.

Depois que os teitos urbanos de Roma foram compreendidos na sua maneira mais extravagante, resta ainda, na sua vastidão e confusão, a personificação completa do materialismo sem finalidade: uma espécie de supermonumento a Victor Emmanuel, muito antes que aquele colosso de mau gosto fosse erigido. Por seu próprio tamanho, desafiava o observador a abrangê-la num todo, de qualquer colina, como seria possível abranger toda Atenas; por sua profusão quase doentia, a cidade tornava difícil a seletividade e a direção disciplinada. Ainda hoje, sua mais antiga coleção de edifícios em uso continuado, sua maior coleção de monumentos e tesouros — isto é, a Cidade do Vaticano — constitui ainda uma pilha tão sufocante de estruturas quanto sua grande predecessora urbana, embora seu congestionamento seja esteticamente tolerável, em verdadeiro estilo romano, graças à magnificente colunata de Bernini.

Como símbolo da possibilidade máxima de confusão urbana, do ordenado e do acidental, do racional e do caprichoso, do enobrecido e do amesquinhado, Roma permaneceu única durante mais de dois mil anos. Como Londres hoje em dia, a cidade tinha alguma coisa para toda a gente; e talvez, também como Londres, fosse cheia de coisas boas inesperadas, que não deixaram atrás de si qualquer registro.

Evidentemente, Roma sofria de elefantíase megalopolitana. Ora, ao discutir um organismo que sofre uma doença grave, que se tornou crônica, tem-se uma tendência natural para identificar o estado patológico, cujo efeito é muitas vezes difundido, com a vida total do próprio organismo. Claramente, isso constitui um erro: enquanto um organismo permanece vivo, seus principais órgãos devem estar funcionando mais ou menos normalmente, ou pelo menos suficientemente bem para mantê-lo. Assim, sem dúvida, acontecia em Roma. Embora contivesse maior número de células patológicas do que qualquer corpo sadio poderia tolerar, sua maior parte podia funcionar ainda como uma comunidade humana: os amantes trocavam dotes de amor, os pais protegiam, gozavam e planejavam para seus filhos; os artesãos, fossem escravos ou livres, realizavam o trabalho de seus ofícios com interesse e fidelidade, e foi somente perto do fim do Império que suas vocações se transformaram em ocupações forçadas, hereditárias, quando tentaram fugir da cidade e seu duro regime.

Mais do que isso: novas instituições apareceram para compensar a decadência das instituições cívicas e da vida familiar. Antes mesmo que as igrejas mitraicas, maniqueias e cristãs encontrassem seus adeptos, um novo agrupamento cívico, o colégio, passou a existir. Tais colégios eram os sucessores sociáveis das oito guildas econômicas originais — jamais grandemente favorecidas pela autoridade pública —, e precursores das guildas de ofícios que de novo surgiram na história escrita, no princípio da Idade Média. Na verdade, embora os grupos que se reuniam regularmente, especialmente em segredo,

fossem encarados com fria suspeição por parte das autoridades, tornou-se necessário, no século II d.C., licenciar colégios como instituições sociais que incentivavam a obrigação de dar um enterro decente a seus membros falecidos e de prover um banquete mensal para os que viviam.

Os escravos tiveram permissão para ingressar nesses colégios: assim, proporcionavam um laço de camaradagem que superava o anonimato — e a anomia, isto é, o desenraizamento e a solidão espiritual da cidade supercrescida. Aqueles grupos, por assim dizer, conservaram os antigos cerimoniais de família, cuja simples possibilidade havia sido eliminada pelo supercongestionamento da habitação. As inscrições e monumentos deixados por obscuros artífices e negociantes, em todas as partes do mundo romano, indicam uma satisfação com seu trabalho e certo respeito por si mesmo: o ferreiro com seu martelo, o tanoeiro com seus barris, tinham orgulho em ter suas efígies entalhadas em suas lápides. Não tivesse essa larga base de uma existência sadia e normal permanecido, Roma teria ruído séculos antes ainda.

Sim: depois que já se disse o pior a respeito da Roma urbana, ainda é necessário acrescentar uma palavra: até o fim, os homens a amaram, até mesmo o santificado Jerônimo. Quando era apenas uma sombra de sua antiga pujança, enrugada e grisalha, como a velha cortesã de Rodin, eles ainda lembravam a imensa vitalidade e encanto de seus tempos maternais, senão a inocência despreocupada de sua juventude. Nada daquilo que os homens tenham amado uma vez pode ser inteiramente vil; e o que continuam a amar durante séculos deve, em face de todas as aparências, ter sido até certo ponto digno de amor.

Mais ainda, os herdeiros cristãos de Roma, a despeito de suas terríveis memórias da arena e de sua triste retirada para as catacumbas, escolheram Roma como a pedra angular sobre a qual iriam construir uma nova civilização urbana. Depois que passaram os cultos de Mitras e Manes — ambos ainda estavam vivos no tempo de Agostinho — e os cristãos se entregaram à tarefa de colocar toda a sua vida sobre uma nova base, eles fitavam, na própria cidade agonizante, o centro de um novo mundo. Durante séculos, Roma sobreviveu como cidade, melhor que Hipona, Bethlehem ou Antióquia. De Roma, afinal, vieram as fraternidades cristãs que, espiritualmente, recolonizaram o antigo império e estenderam seus domínios terrenos. Assim, Roma continuou sendo um reservatório humano. Fontes muito mais puras, iguais à de Iona, não podiam mandar suas águas tão longe ou despachar seus mensageiros por estradas tão bem construídas.

6. Limites do Crescimento Urbano

Assim, Roma é o exemplo clássico do que aquele perspicaz biólogo, W. M. Wheeler, chamava "Abbau", ou processo de decomposição. A desintegração de Roma foi o resultado final de seu supercrescimento, que resultou numa falta de função e numa perda de controle dos fatores econômicos e agentes humanos que eram essenciais à continuação de sua existência. Em dado ponto, a organização romana deveria ter-se tornado eterizada, passando a ser capaz, pela educação, de manter a ordem sem recorrer nem à força aberta nem ao apressamento. Contudo, aquele ponto jamais foi alcançado, pois Roma passou a ser para os outros não um modelo desejável de cooperação cívica disciplinada, mas um exemplo ameaçador de expansão descontrolada, exploração inescrupulosa e repressão materialística.

O que faltava no esquema romano era um sistema embutido de controle, aplicado no centro não menos que nas novas cidades coloniais. Se Roma tivesse alcançado tal sistema, se tivesse exercido semelhante autocontrole, poderia, com seu grande talento para a ordem e a sistematização, ter proporcionado um elemento universal necessário, que tinha faltado no padrão de colonização jônica. Carecendo disso, a principal contribuição de Roma ao desenvolvimento da cidade é a lição negativa de seu próprio supercrescimento patológico, uma lição que, aparentemente, é tão difícil de compreender que cidade após cidade tem tomado a mera expansão física e econômica como testemunho de sua prosperidade e cultura.

Por essa razão, demorei-me na caótica sanitação de Roma, no seu regime parasitário de vida, nos seus rituais compensatórios de extermínio. Na repetida decadência e colapso de uma após outra civilização, depois de ter ganho poder e controle centralizado, pode-se interpretar a impossibilidade de se alcançar uma solução orgânica para o problema da quantidade. Todo centro megalopolitano supercrescido, hoje em dia, e toda província, fora dele, que é tocada por sua vida, exibe os mesmos sintomas de desorganização, acompanhados por sintomas não menos patológicos de violência e desmoralização. Aqueles que fecham os olhos para estes fatos estão repetindo, com mímica exótica, justamente as palavras e atos, igualmente cegos, de seus predecessores romanos.

Ao procurar um ponto no qual o crescimento de Roma podia ter sido controlado, compreende-se que a resposta estava no sistema político como um todo, pois o problema de Roma era, essencialmente, o de inventar um meio de difundir seu poder e ordem, de modo a dar equilíbrio a todo o império, num sistema de intercomunicação no qual haveria o intercurso em dois sentidos e a cooperação entre todas as partes componentes, urbanas e regionais. Como mostrei, houve o princípio disso no traçado das novas

idades de colonização da Itália, nos últimos anos da República, e talvez, igualmente, naquelas da África.

Infelizmente, esse movimento jamais chegou ao ponto de tentar fazer com que as cidades ou províncias fossem mais democraticamente autogovernadas e mais auto-suficientes: pois uma parte demasiado grande de seus excedentes era destinada a retroceder ao centro, graças aos próprios frágeis canais dos coletores de impostos e governadores militares. As cidades, muitas vezes, ganhavam certo grau de independência dentro desse esquema, mas necessário era um método de encorajar sua interdependência e de dar a suas regiões representação efetiva no centro. Essa possibilidade parece ter estado além da imaginação romana, não obstante tudo o que se possa dizer da concepção de uma humanidade unida, de Zenão. Seus deuses foram trazidos de volta a Roma e entronizados no Panteão; contudo, não havia lugar para seus representantes vivos no Capitólio.

Cícero, nas *Leis*, observava que "todos os nativos das cidades italianas têm duas pátrias", uma de natureza e nascimento, outra de cidadania. Entretanto, aquelas pátrias não estavam em pé de igualdade, mesmo na Itália; ao passo que, além dos Alpes, os romanos chegavam a proibir que os nativos, no tempo de Cícero, plantassem a oliveira e a vinha, "para que nossas plantações de oliveiras possam ser mais valiosas". Assim, Roma continuou as antigas práticas monopolísticas da antiga cidadela, práticas que se revelaram, durante três mil anos, ainda mais inimigas de uma união durável e uma política cooperativa do que o particularismo das pequenas cidades-Estados do Egeu.

O segredo da dominação de Roma era Dividir e Governar. Para impedir que as cidades menores se unissem contra Roma, a parceira dominante na realidade estimulava a rivalidade, temendo que uma província inteira se levantasse e apresentasse sua força unida contra ela. Isso dificilmente teria sido necessário, se o sistema romano tivesse sido baseado na justiça e na participação igual nas responsabilidades e benefícios. No caso de membros distantes do Império, como Rodes, uma quantidade considerável de autogoverno e autonomia cultural na verdade chegou a ser permitida: a ajuda ativa só era exigida na guerra. Mas, afora isso, as relações eram de controle unilateral e submissão; aliás, quando a economia romana se tornou progressivamente mais parasitária, e portanto mais dependente de campos e fábricas distantes para seus suprimentos de cereais, metais, tecidos, papiros, cerâmica, mais unilaterais e monopolísticas se tornaram as relações. O que era necessário, como mostrou W. E. Heitland, era algo inteiramente diferente: uma legítima "consolidação de suas forças, permitindo ao Poder Central e às partes desligadas operar conjuntamente como um todo vivo".

Isso teria significado não simplesmente o autogoverno urbano e autonomia regional; teria significado também o término do próprio crescimento exagerado e nada sadio de Roma. Tal estado parece ter sido alcançado na

Gália, por volta do século V, graças às mesmas forças que estavam tornando insuportável a própria Roma; e a luta mesmo contra o poder indevido de Roma dentro da igreja cristã, no aparecimento de uma após outra heresia nas províncias, da Inglaterra à África, também pode ser tomada como um esforço no sentido de exprimir, por meio das convicções religiosas, a independência que o Estado romano havia, por outra forma, denegado. Entretanto, esse desafio chegou tarde demais. Roma não tinha base para o intercurso em dois sentidos, já que, no fim, não tinha equivalente algum para oferecer em troca, e, ao fazer as cidades dependentes do Estado central, nas suas cartas de auto-governo, Roma as envolvia na fraqueza cumulativa daquele Estado.

Durante o período da Pax Romana, aqueles defeitos graves foram parcialmente escondidos. Construíram-se cidades novas sem muralhas e as antigas deixaram ruir suas fortificações. Todavia, quando os bárbaros começaram a se infiltrar pelas obras de defesa ultra-ampliadas — mesmo no tempo de Horácio, os exércitos imperiais eram vergonhosamente molestados —, tornou-se desesperadora a necessidade da existência de muralhas locais. Então, cidades tão próximas de Roma como Óstia foram encorajadas a construir muralhas para sua defesa, embora, para fazer isso, fosse necessário derrubar seus templos, a fim de ter um suprimento suficiente de pedra cortada para atender prontamente à emergência. Isto era autonomia e vingança ao mesmo tempo; não uma transferência voluntária de poder àqueles que se revelavam mais capazes de utilizá-lo, mas uma confissão não cordata de impotência imperial.

Roma jamais enfrentou o problema de seu próprio supercrescimento, pois para fazer isso, teria tido de desafiar tanto a base política quanto a econômica de todo o regime imperial. Em vez de reforçar a posição econômica e militar das cidades menores, particularmente na Alemanha, Inglaterra e Gália, Roma enfrentou o desafio de seu próprio supercrescimento, pelo ato de fissão que criou dois impérios autônomos, no Ocidente e no Oriente. No tempo de Constantino e seus sucessores, a Roma Oriental, Bizâncio, tornou-se um correspondente sofisticado e um tanto purificado do original, com um grupo mais industrializado de artífices, um exército mais disciplinado, uma rotina mais formalizada. Durante mil anos, fez ela do desenvolvimento interrompido uma virtude.

Aqueles que ainda sustentavam, no século IV, que o Império Romano viveria ainda outros mil anos, tinham razão, até o ponto em que identificavam Roma como a nova cidade de Constantino. Contudo, Bizâncio, ao vencer o parasitarismo e a desordem de Roma, criou uma carapaça na qual século após século a criatura viva diminuía de tamanho e seus movimentos se tornavam cada vez mais constritos. Na verdade, o Império Oriental se reduziu a uma província; a província, a uma região urbana: no fim, aquela própria região se contraiu aos limites da cidade, dentro de cujas muralhas, em lotes vazios,

de novo se plantavam alimentos para os últimos remanescentes da sua população, antes que se rendessem aos turcos. Muito do que era precioso em Roma foi conservado em existência em Bizâncio, num estado de elegante fossilização: os Pandectos de Justiniano, a Antologia Grega, a arte da pintura mosaica. Ravena e Torcelo revelam ainda certo brilho nas sombrias cinzas daquele fogo agonizante.

Com suficiente consciência da sua posição real, com suficiente inteligência para agir com base naquela consciência, Roma poderia ter feito por todo o mundo mediterrâneo o que Lísias tinha insistido em que Alexandre fizesse pela Grécia. Roma poderia ter conservado e difundido a economia da cidade autônoma, ao passo que levaria essas cidades e regiões a um círculo maior de união política e intercâmbio econômico. Aquele, na verdade, era o caminho pelo qual o Império parecia pronto a seguir, no princípio, até que a ferocidade da segunda Guerra Púnica provocou uma desmoralização geral de sua liderança. Contudo, os romanos jamais chegaram a se aperceber dessas realidades culturais e cívicas: cada vez mais, procuravam o poder e seus emblemas materiais como valores em si mesmos; e, na verdade, na procura destes, chegaram a perder as rudes virtudes que sustentavam aquele.

Do ponto de vista do urbanismo e da política, Roma continua sendo uma lição significativa sobre o que se deve evitar: sua história apresenta uma série de sinais clássicos de perigo a nos avisar sobre quando a vida se move na direção errada. Em toda parte onde se reúnem multidões em números sufocantes, em toda parte onde os alugueis sobem verticalmente e se deterioram as condições de habitação, em toda parte onde uma exploração unilateral de territórios distantes remove a pressão para alcançar o equilíbrio e a harmonia que se acham mais perto, aí os precedentes da construção romana quase automaticamente revivem, assim como estão revivendo hoje: a arena, o prédio de habitação coletiva, as competições e exibições de massa, os jogos de futebol, os concursos internacionais de beleza, o *strip-tease* distribuído por toda parte graças à propaganda, o constante estímulo dos sentidos pelo sexo, pela bebida e pela violência — tudo isso em verdadeiro estilo romano. Assim também, a multiplicação de banheiros e o gasto exagerado com rodovias largas, pavimentadas, e, acima de tudo, a maciça concentração coletiva de tolices efêmeras de toda sorte, realizada com suprema audácia técnica. Tudo isso são sintomas do fim: engrandecimentos do poder desmoralizado, diminuições da vida. Quando tais sinais se multiplicam, Necrópolis está perto, embora não tenha ruído sequer uma pedra. É que o bárbaro já capturou a cidade, de dentro dela mesma. Vem, oh carrasco! Vem, oh abutre!

Seção ilustrada II

ILUSTRAÇÕES 17-32

- 17: Arquétipo Medieval
- 18: Ordem Monástica
- 19: Oxford "Medieval"
- 20: Domínio e Isolamento
- 21: As Pedras de Veneza
- 22: Cerimônia e Dramatização
- 23: Ideais Cristãos
- 24: Florença
- 25: Serenidade Renascentista
- 26: Espaço com Tríplice Utilidade
- 27: Dinamismo Barroco
- 28: Formalismo Barroco
- 29: A Vida Galante
- 30: Amplidão Aristocrática
- 31: Perspectiva Palaciana
- 32: Expansão e Enquistamento

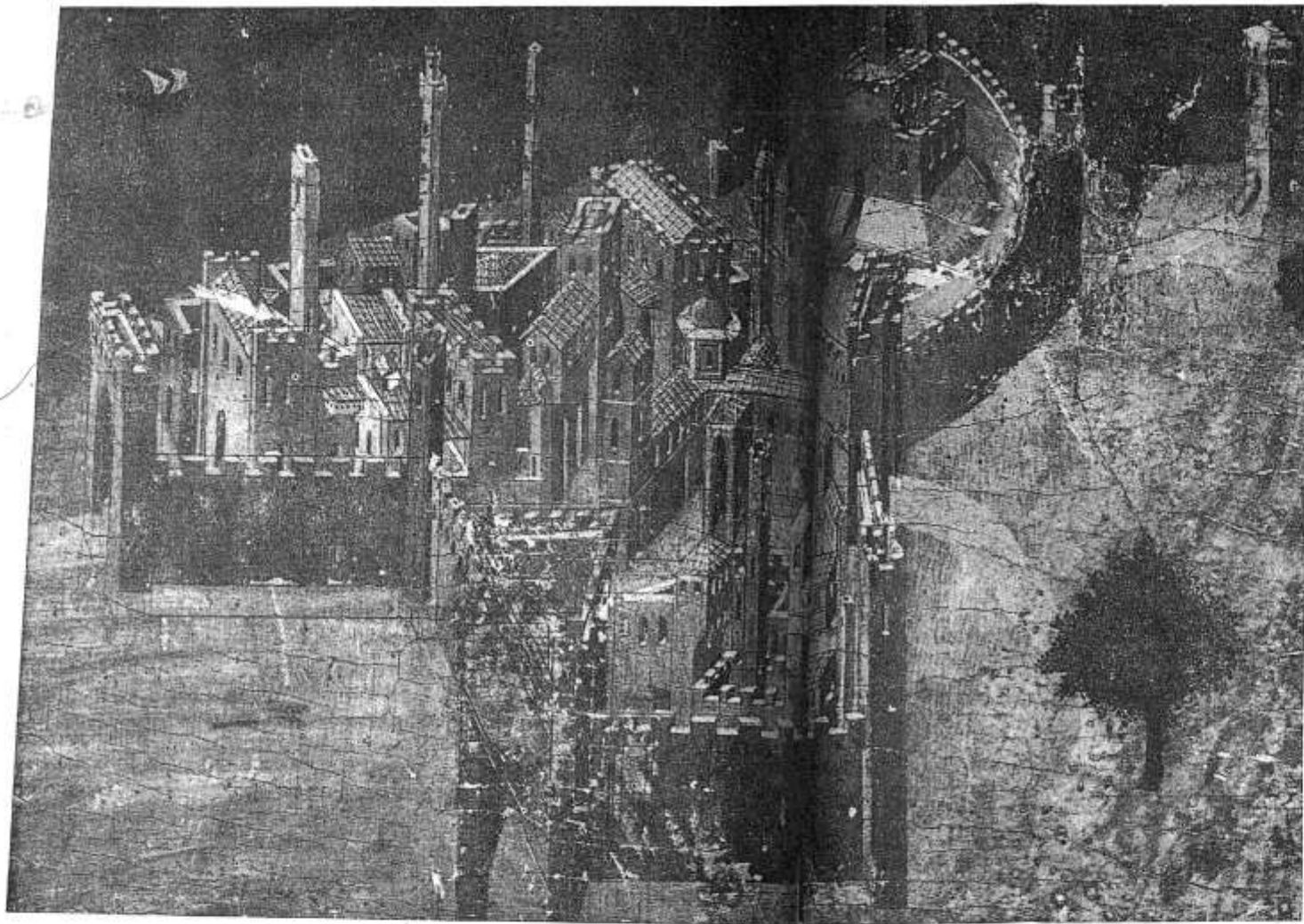


Foto por cortesia do Istituto Fotocromo Italiano S. A., Florença.

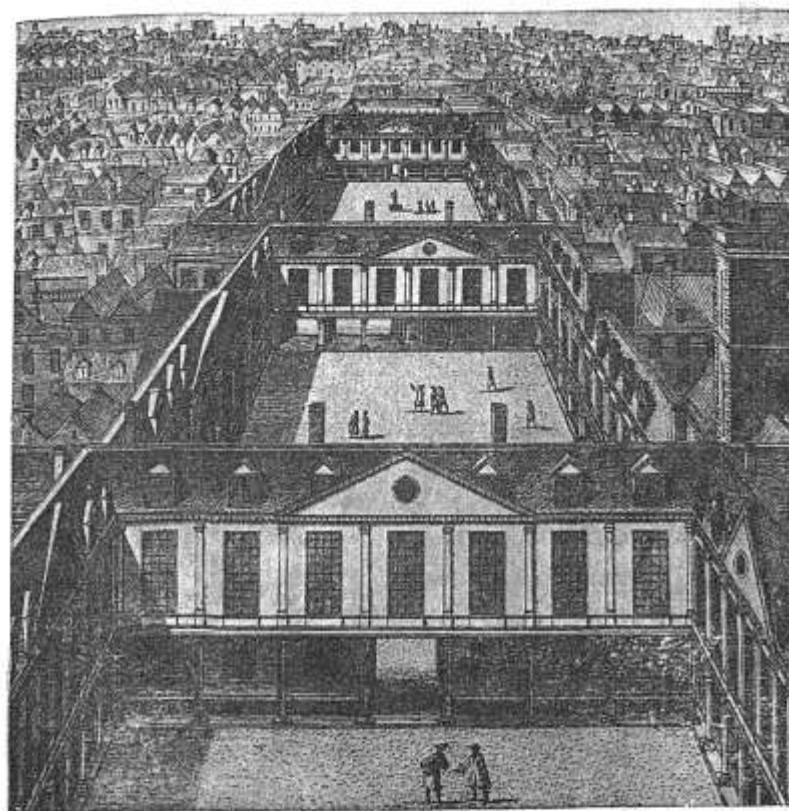
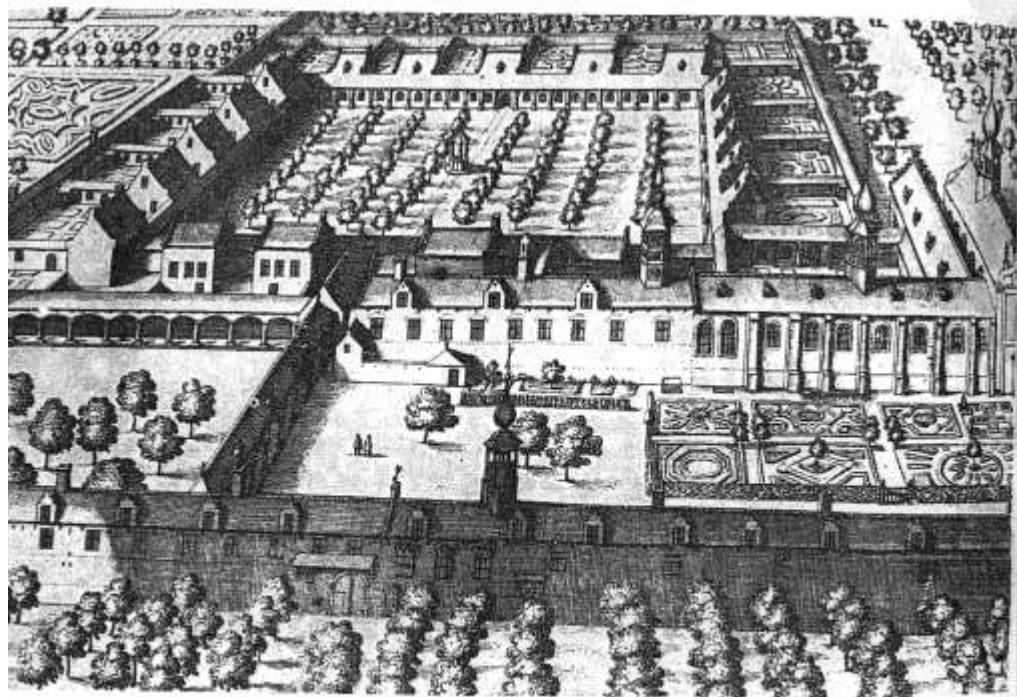
17: Arquétipo Medieval

A pintura de Siena por Lorenzetti de Ambroggio apresenta a cidade medieval (italiana) arquetípica. Exceto no caráter específico das construções, com sua ênfase na verticalidade, é essa a cidade histórica arquetípica de todos os tempos, incluindo até sua cidadela fortificada, sua muralha abrangente e seus grandes portões. O artista, reduzindo o número de construções e abreviando o plano horizontal, não só acentuou as torres, mas o efeito geral da verticali-

dade, omitindo assim qualquer senso dos jardins ou praças interiores: tanto que é quase profético de mudanças posteriores. Tanto o Paço Municipal de Florença como o de Siena mostram muitas vistas de cidades, inclusive a famosa alegoria do Bom e Mau Governo, em Siena. A freqüente representação de cidades na arte medieval, tanto em vislumbres íntimos quanto em vistas panorâmicas, muito tempo antes dos grandes atlas e guias do século XVI, ou das gravuras que surgiram depois, indicam uma afetuosa preocupação pela cidade como deliberada obra de arte.

18: Ordem Monástica

O mosteiro, após o século XII, fez sentir sua presença em todos os pontos, como mostra a planta de Valenciennes (ilust. 32). Como poucos mosteiros medievais escaparam à destruição, mudança de lugar, ou "melhoramento", depois do século XVI, mesmo na Itália, preferi reproduzir este exemplo de cartucho posterior, de Antuérpia, que mostra, como fazem muitas dessas plantas "barrocas", como, a princípio, foi pequena a influência da nova ordem espacial sobre o plano medieval tradicional, embora tanto os detalhes ornamentais como os estruturais fossem rapidamente alterados. A velha vista do Hospital de São Tomás mostra uma combinação semelhante de interioridade e desobstrução. Esses quadrângulos fechados podem perfeitamente ter sugerido as praças residenciais que surgiram no século XVII; mas a introdução do tráfego de rodas nessas praças sacrificou sua paz e tranqüilidade ao movimento e à exibição. O espaço interior só reapareceu ao surgir o plano radicalmente novo e aperfeiçoado de Ladbroke Grove, em Londres, em meados do século XIX: um dos pontos altos do planejamento residencial vitoriano, antepassado direto de um aspecto principal da planta de Radburn: o contínuo cinturão verde interior.



(Ao lado) Mosteiro Cartucho. (Acima) Hospital de São Tomás. De Robert Carrier, *The Vanished City*, Londres, Hutchinson & Co.

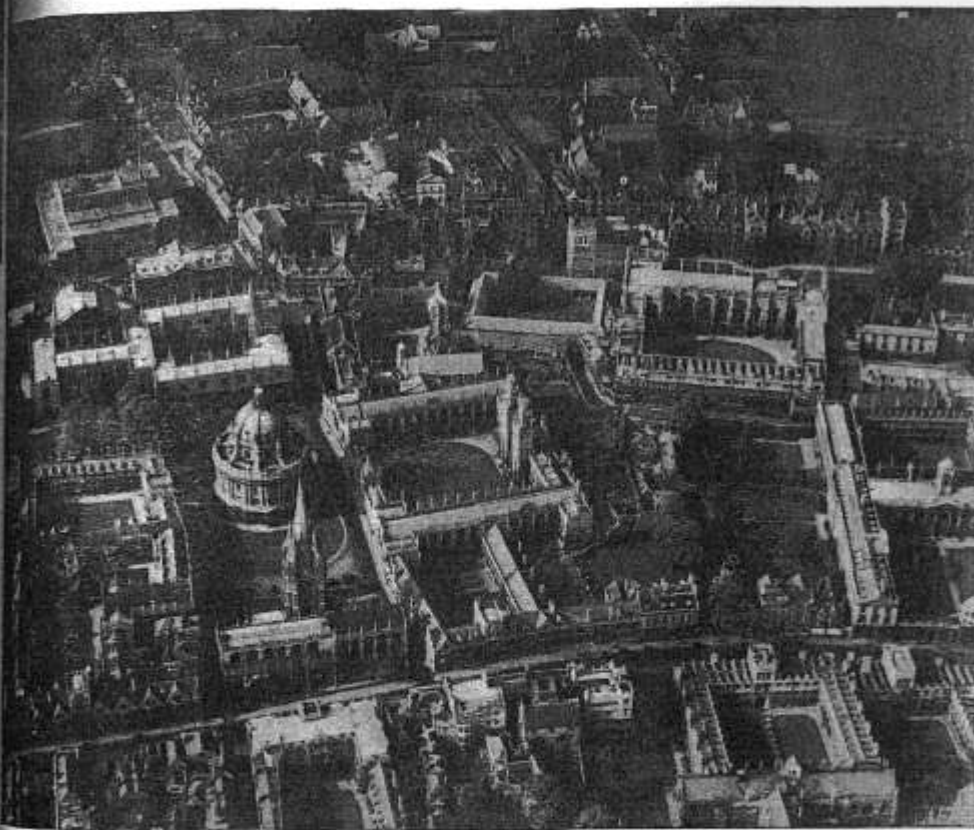


19: Oxford "Medieval"

Mesmo nos tempos de Duns Scotus, Oxford, embora não tão bela como no século XVII, deve ter sido uma "cidade cheia de torres, ramificando-se entre as torres, ouvindo o eco do cuco, o repicar dos sinos, o canto da cotovia, a alegria das gralhas, rodeada pelo rio". Muito da verdura permanece, embora ameaçada por incontáveis rodovias e obras motorizadas por demais vigorosas, procurando, mais tarde, devolver, sob a forma de dotações para pesquisas e edifícios, o que sua "orla de tijolos baratos" roubou do ambiente. A visão mais distante mostra tanto o velho quanto o novo, desde o gasômetro vitoriano (abaixo), até o Christ Church Meadow e a distante Torre do Magdalen College (acima, direita). Os colégios autogovernados de Oxford, tipicamente um complexo de construções formando uma série de quadrângulos ligados interiormente, como um claustro, ao redor de relevados abertos ou jardins, criam um grupo de superquadras, franqueadas apenas aos caminhantes, exceto em circunstâncias especiais. O recinto do colégio rompeu com as dimensões do quarteirão estabelecidas pelos planejadores milésios e romanos, e libertou as construções de seu rígido enfileiramento ao longo da rua em corredor. É esse o protótipo histórico do planejamento tanto da superquadra como do recinto limitado. Onde foi levada avante, em tempos posteriores, como nas grandes

Estalagens da Corte, em Londres, ou como no Pátio do Harvard College, seu isolamento do tráfego e do ruído, e sua liberdade para efetuar uma disposição funcional das construções, revelam uma adaptação altamente satisfatória às necessidades modernas. A idéia de que urbanidade é equivalente à construção concentrada ou à ausência de árvores e jardins é baseada num limitado conhecimento das cidades, ou numa limitada definição de urbanidade. Tanto Cambridge quanto Oxford, assim como a Veneza medieval, demonstraram um método superior de planejar e agrupar bairros urbanos altamente individualizados.

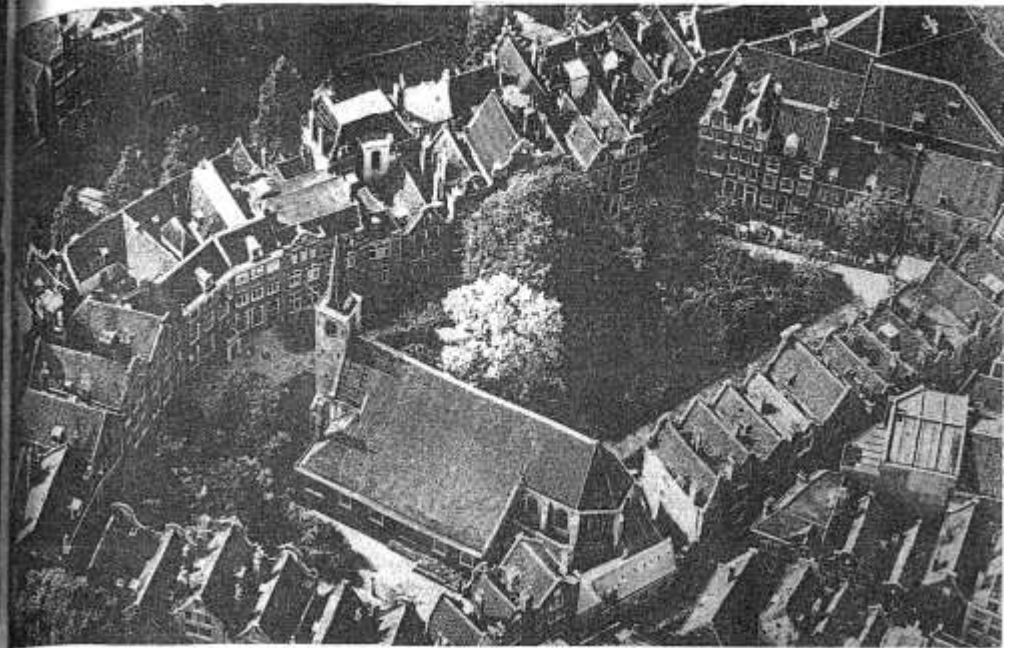
(Ao lado) Foto: Aerofilms and Aero Pictorial, Ltd., Londres. (Abaixo) Foto: Aerofilms, Ltd., Londres.





20: Domínio e Isolamento

A Catedral de Segóvia data do princípio do século XVI, embora suas muralhas remontem ao século XI. Mas, na grande altura de sua torre, 105 metros, e na sua relação com o resto da cidade, ilustra com perfeição a relação medieval entre a Igreja e a comunidade. Note-se que a orientação das edificações sagradas medievais é de natureza cósmico-religiosa, com a nave correndo de leste para oeste, seja qual for a orientação dos demais quarteirões e edifícios. Embora o edifício sagrado seja soberbamente dominante, quase nunca ocupa o centro matemático: a centralidade é um atributo barroco. Os recursos que produziram uma Segóvia ou uma Chartres, se aplicados a atividades econômicas e razoavelmente distribuídos, teriam dado a cada membro da comunidade mais alguns quilos de carne por ano. Os membros da Guilda dos Açougueiros, que tão generosamente contribuíram para a construção da Catedral de Chartres, poderiam ter-se tornado, assim, mais gordos e mais extravagantemente vestidos, caso tivessem guardado seu dinheiro para uso privado. Mas a Catedral ampliava todas as dimensões da vida comunal, mesmo para os pobres, muito depois de terem morrido os construtores e patronos. A Casa dos Beguines, em Amsterdam, obra de uma ordem leiga com muitas fundações em todos os Países Baixos – há uma particularmente bela em Bruges –, ilustra



(Ao lado) Segóvia. Foto Ewing Galloway. (Acima) Beguinage, Amsterdam.

outra faceta do enclausuramento medieval, com os generosos espaços abertos que, em geral, acompanhavam tais construções corporativas. A dimensão humana dos hospitais medievais e asilos de velhos contrasta favoravelmente com as casernas sem jardins, tão características do século XIX, e mesmo depois. Note-se que a capela faz parte integrante do plano.

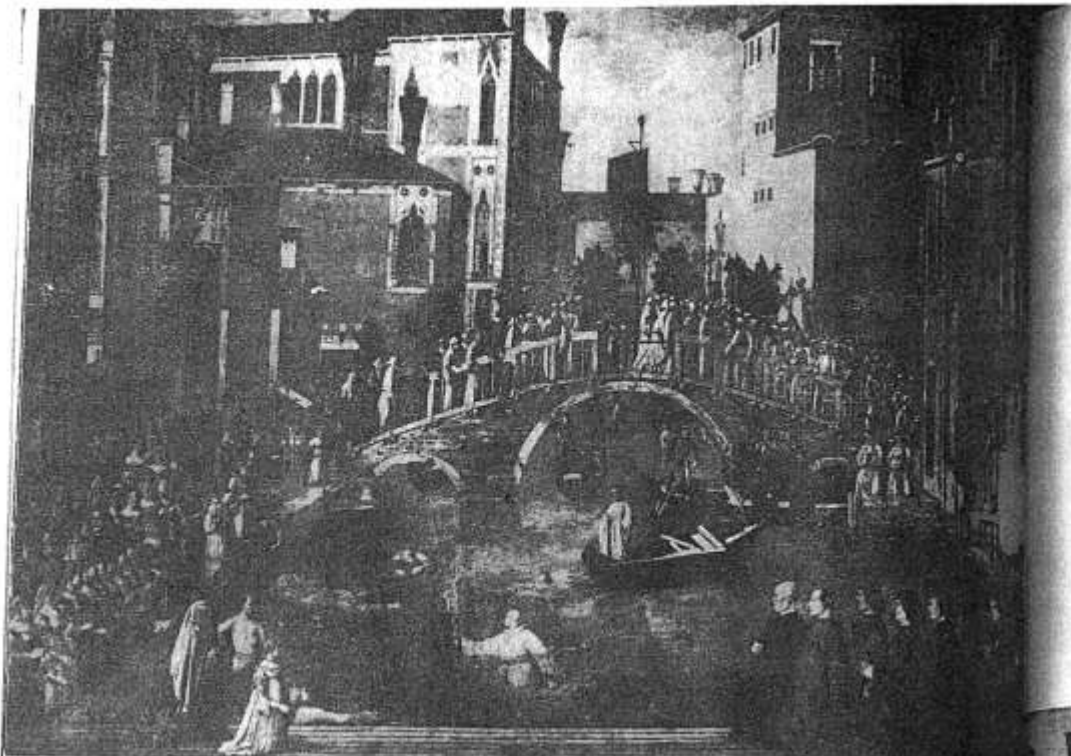
21: As Pedras de Veneza

No seu ponto culminante, entre a conclusão do Palácio Ducal e a construção do velho Palácio do Procurador, Veneza foi uma das mais belas cidades do mundo, só igualada, talvez, por Pequim. O Grande Canal, correndo para oeste entre os palácios de outrora, e a Santa Maria della Salute e a velha Aduana, não é apenas uma via aquática, mas um espelho encantado. A Veneza medieval antecipou também, de maneira brilhante, as melhores invenções do urbanismo do século XX. A atual separação do tráfego de barcos volumosos e rápidos, no Grande Canal, do tráfego mais lento da cadeia de canais menores, bem como a rede de caminhos para pedestres, antecipou a planta de Radburn: uma imponente inovação. As lagoas entre as ilhas servem de equivalente aquático dos "cinturões verdes" abertos. A principal via de tráfego, o Grande Canal, que forma o U, na foto ao lado, mostra a relação ideal de tal artéria com a cidade – tangencial ou periférica, jamais se aproximando dos delicados órgãos interiores da cidade, exceto através de freqüentes artérias e capilares menores. (Ver a magistral análise de Benton MacKaye (1929) sobre a estrutura complementar da Auto-estrada sem Cidades e da Cidade sem Auto-estradas.) O insulto a esse princípio racional de planejamento, pelos "progressistas" engenheiros rodoviários, levou a desordem e a ruína a cidades que foram vítimas das suas práticas danosas e complacentes. A vista mais próxima



Fotos por cortesia da Municipalidade de Veneza.

da Praça de São Marcos demonstra a ordem orgânica que ali predomina, fazendo cada época sua contribuição altamente individualizada, a um todo urbano que é mais aperfeiçoado do que prejudicado por essa variedade histórica. A qualidade arquitetônica aqui estabelecida não sobressai sozinha: é repetida, com variações menores, no campo (praça de vizinhança) da paróquia, ou no "sexto", com seu alto campanário, sua igreja, às vezes sua scuola ou centro da guilda, sua fonte ou poço de outrora, seu mercado local e seu restaurante ou café. Cada vizinhança ou paróquia reproduz, em dimensões menores, os órgãos essenciais da cidade maior abrangente, com as possibilidades máximas de encontro e associação em todos os níveis humanos, tudo dentro de distâncias às quais se chega a pé, partindo do centro. Os campi são facilmente identificáveis, mesmo nesta reduzida vista aérea, pelas torres das igrejas ou pelos espaços abertos, que, mais tarde, só eles podem aliviar, a hoje demasiado pesada densidade de habitação. A bacia de água e os telheiros, logo acima do campanário de São Marcos, pertencem à zona do Arsenal: a primeira zona industrial especializada, não muito alterada em relação à que é mostrada, séculos antes, na *ilust. 34*. Para superar seu congestionamento atual, sem prejudicar todos os valores que a tornam preeminente, como magnífica obra de arte coletiva, Veneza precisa não de reconstrução em escala total, mas do que Patrick Geddes chamava de "cirurgia conservadora": remoção do tecido urbano morto, a ser substituído por modernas estruturas, na mesma escala, e, acima de tudo, a abertura de espaços internos. O crescimento ulterior, em volta desse centro comercial e industrial ainda ativo, exige a construção de



idades satélites, num plano regional coordenado. A municipalidade já sabia-mente encomendou a planificação da primeira dessas "Cidades Novas".

22: Cerimônia e Dramatização

Veneza era uma cidade festiva, cujo colorido, cuja vitalidade e cuja música, impossíveis de reproduzir por escrito, ainda impregnam cada bairro; e seus maiores artistas, como Giovanni Bellini e Tintoretto, deixaram um completo registro dos esplendores cerimoniais, cujo perfume ainda paira debilmente no salão de banquetes do Palácio do Doge. Dois desses quadros de Giovanni Bellini, mostrando os canais, as pontes, os cais, tais como eram constantemente usados, dirão mais ao leitor sobre a qualidade daquela vida, do que qualquer comentário que eu possa fazer, ou mesmo Ruskin. O quadro de um pintor do século XVIII (página oposta, direita) lembra-nos outra faceta da vida de Veneza – a Commedia dell'Arte, espontânea e improvisada, cuja transformação literária por Goldoni produziu o diálogo final, por assim dizer, dessa cidade agonizante, que "outro dia do Glorioso Oriente fez um feudo". O lado mais escuro desse quadro, a infernal prisão a que se chega pela Ponte dos Suspiros, em que as vítimas da Inquisição eram aprisionadas e torturadas,

ainda está aberto à inspeção. Ver também os grandes modelos das galeras venezianas, no Museu do Arsenal, que reproduzem com fidelidade o sombrio horror dos escravos das galés, que tripulavam as insolentes frotas de Veneza. Mas a pintura, a arquitetura e a música de Veneza não constituíam apenas expressões de sua radiante vitalidade sensual: Tintoretto tem profundezas que antecipam Rembrandt, e a Igreja de Palladio, na ilha de São Jorge, tem, no seu interior, uma pureza quase sem rival. Não obstante toda a sua vaidade e vilania, a vida tocou alguns dos seus momentos culminantes em Veneza. Se as virtudes cívicas daquela cidade tivessem sido compreendidas e imitadas, muitas cidades posteriores teriam sido melhor planejadas.

Fotos por cortesia da Academia e da Municipalidade de Veneza.

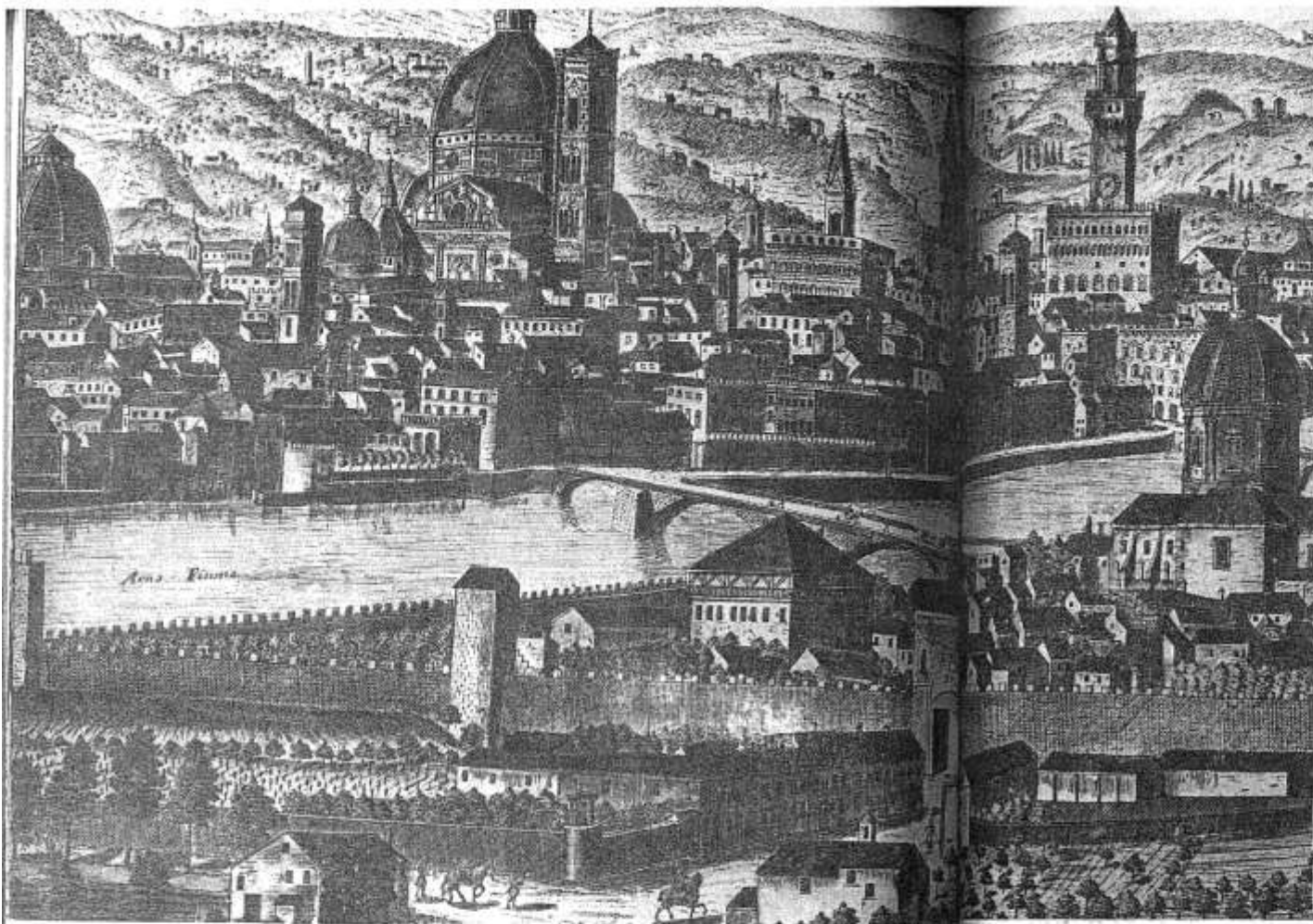




Fotos por cortesia do Rijksmuseum, Amsterdam.

23: Ideais Cristãos

Alkmaar, temível centro de produção de queijos, merece nossa atenção quando menos por causa da sua planta em grade regular, como a de Middelburg ou Delft, que mostra que esse traçado antigo não era confinado, na Idade Média, a cidades fortificadas de fronteira. Mas o desconhecido Mestre de Alkmaar, pintor pouco hábil, deixou-nos preciosas visões arquitetônicas da cidade medieval: casas de burgo com suas janelas admiravelmente funcionais, conservadas com a limpeza e correção que mais tarde encontramos em Vermeer e De Hoogh. Esses quatro exemplos das suas "Sete Obras de Misericórdia", no Rijksmuseum (Amsterdam) mostram igualmente as intenções mais santamente cristãs da cidade medieval, a alimentação dos famintos, o cuidado dos feridos e dos doentes, atos de caridade que se tornaram mais imperiosos a partir do século XV, com a mais nítida divisão de classes e o crescimento de um proletariado comercial e industrial, já incapaz de se retirar para o campo. Note-se a bem-feita cama e o fogo aberto no hospital: equivalente perfeito do que Carpaccio ilustrou no Sonho de Santa Úrsula.



24: Florença

A despeito do crescimento enorme da empresa industrial em seus arrabaldes, Florença conserva em seu centro a mesma massa de prédios revelada nesta gravura do século XVIII. O domo da Catedral ainda domina a paisagem, quando se chega à cidade vindo de longe, especialmente das culminâncias de Fiesole, e não há edifícios elevados, com fins de aproveitamento, como os que dominaram a área ao redor do grande edifício gótico de Milão. Em nenhuma outra cidade que eu conheça, uma parte tão grande do "passado utilizável" continua a ser ativamente usada, não num espírito de piedoso conformismo, mas como uma função contínua da vida cotidiana. Em consequência, os homens que marcham em trajes renascentistas, no Dia de São

João, da Santa Maria Novella para a Signory, têm os mesmos rostos que vemos nos quadros da Renascença, e usam suas roupas sem nenhum embaraço, como se jamais as tivessem posto de lado. Entretanto, a ruidosa confusão e a assassina imbecilidade da Florença medieval, atacando suas vizinhas e mordendo sua própria carne, como aquela horrível criatura do Inferno de Dante, deixou sua marca nos sombrios palácios: exemplos de brutalismo renascentista. Exceto quanto ao primeiro plano, esta é, em muitos aspectos, a mesma Florença que hoje se contempla, do outro lado do rio, pois a cidade interior, exibindo ainda seu antigo plano de ruas romano, no centro, resistiu às corrosões do tempo, muito melhor que Londres ou Paris. A Signoria, o Bargello e a Loggia dei Lanzi ainda nos ligam à cidade de Dante e Giotto, cuja torre se ergue diante da Catedral; mas a cidade aqui representada, tal como foi

retratada no século XVIII, é essencialmente a mesma que Miguel Ângelo e Leonardo da Vinci conheceram. Embora estejam exageradas, as colinas mostram a extensão do movimento suburbano, desde muito adotado pelas classes superiores, muito embora, como revela uma planta da cidade, de 1783, ainda houvesse considerável espaço aberto nos arredores da cidade, dentro dos muros: na verdade, um cinturão verde interno, que começava atrás de Santa Maria Novella.

25: Serenidade Renascentista

Como ponto de localização de edifícios públicos, a Piazza SS. Annunziata (abaixo) continua sendo um exemplo clássico do planejamento urbano tridimensional. Ainda falta digerir convenientemente algumas das suas lições. Aqui, dois notáveis arquitetos se defrontam, de cada lado da praça, quando se aproxima da igreja: Brunelleschi dá o exemplo de ordem, em seu Hospital Infantil; San Gallo, com a urbanidade das maneiras renascentistas, conforma-se às mesmas linhas em seu orfanato. A igreja de Michelozzo, no fim da praça, é mais baixa, talvez, e menos eminente do que deveria ser, pois nem mesmo suas arcadas são assim tão largas. Mas o fato de que essas pequenas diferenças não foram sistematicamente anuladas, de que as ruas que chegam a ela, exceto a principal, não dão uma abordagem axial, ainda demonstra a liberdade medieval no trato de tais matérias. Num aspecto, essa praça, como



os Uffizi (acima), fixa um feliz precedente que teria, hoje em dia, singular valor. Essas construções são localizadas acima da via pública, em pedestais próprios. Nem o tráfego, nem os automóveis estacionados prejudicam o aspecto estético ou a visão da própria loggia. De igual forma, o espaço mais baixo, diante dos Uffizi, usado hoje como estacionamento, liberta a construção da presença de carros, como não o faria uma calçada ao nível do chão. Para ver o quanto se ganha com isso, é necessário apenas compará-lo com o ocultamento da Place Vendôme, em Paris, hoje em dia, pelas filas de automóveis ao nível da visão (ilust. 30). A Piazza SS. Annunziata não é uma composição sem defeitos, pois a longa fachada da própria igreja, que não oculta suficientemente o fundo pouco harmonioso, poderia ter sido salva, se fosse posta num pedestal mais alto que os dois outros prédios. Mas as demais dimensões, tanto da elevação quanto do espaço aberto, são admiráveis. Quanto aos Uffizi, a perspectiva através do arco redondo, motivo verdadeiramente do início da Renascença, repetido em muitas obras menores de decoração, mostra a nova concepção do espaço no seu melhor aspecto humano, em Florença, antes de se tornar superpadronizado e opressivo.



26: Espaço com Tríplice Utilidade

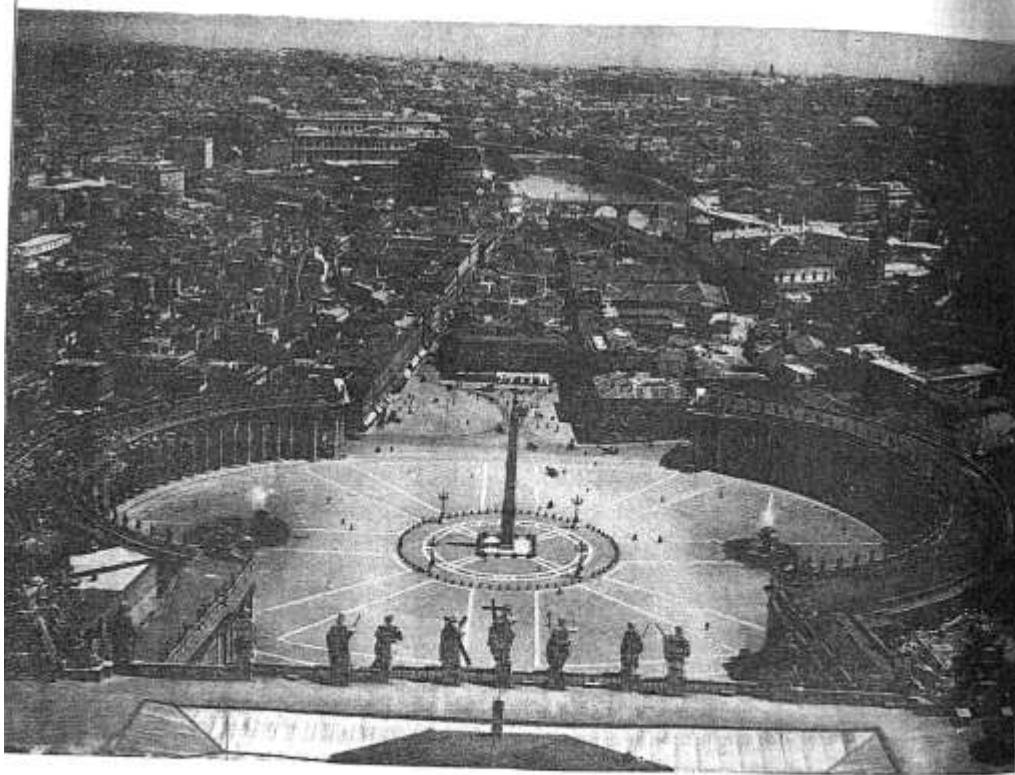
A Piazza Navona (esquerda) teve sua forma dada por uma antiga pista romana de corridas, e sua amplidão espacial sobreviveu à dilapidação e ao desaparecimento da estrutura original. (Ainda no século XVIII, um desenho de Giuseppe Zocchi mostra uma praça de Florença, também usada como pista de corridas, em volta de um obelisco em cada extremidade.) A igreja e as fontes de Bernini, esteticamente, deram-lhe vida; aquela vida, porém, como indica esta gravura do século XVIII, continuou sendo multilateral: um lugar onde os namorados podiam passear, um mercado, um local de brinquedos para as crianças da vizinhança, com restaurantes nas calçadas, de ambos os lados da praça, onde famílias inteiras podem jantar, trocar mexericos e beber, estando juntas todas as três gerações. Hoje, de tal forma especializamos as funções da vida que um planejador dificilmente teria coragem de sugerir um local de recreação tão atravancado com outras instalações, ou qualquer combinação, igualmente



amadorística, de espaço simples não diferenciado e de funções. Contudo, a superposição de atividades humanas servindo a diversas finalidades é característica da cidade clássica, e continua sendo uma das suas maiores contribuições, não menos por causa da sua economia espacial. Carecendo de tal espaço humanizado e adaptável, os urbanistas de hoje se refugiam em extravagantes absurdos, como os mostrados na ilustr. 48. O espaço aberto ao redor do Duomo de Florença (direita) mostrado com a Torre de Giotto e o Batistério, tinha uma utilidade importante para as grandes procissões religiosas, como aqui se mostra. Mas também essa foi uma das muitas funções preenchidas pelas praças das igrejas e pelas praças de mercado, diante das municipalidades, tais como alegorias seculares, representações teatrais e – lamentavelmente! – execuções públicas. Como nota final, observe-se que o obelisco, no extremo final da Piazza Navona, serve de equivalente de uma torre, no plano intermediário, mostrando que o olhar barroco ainda sentia a necessidade dos delgados acentos verticais medievais.

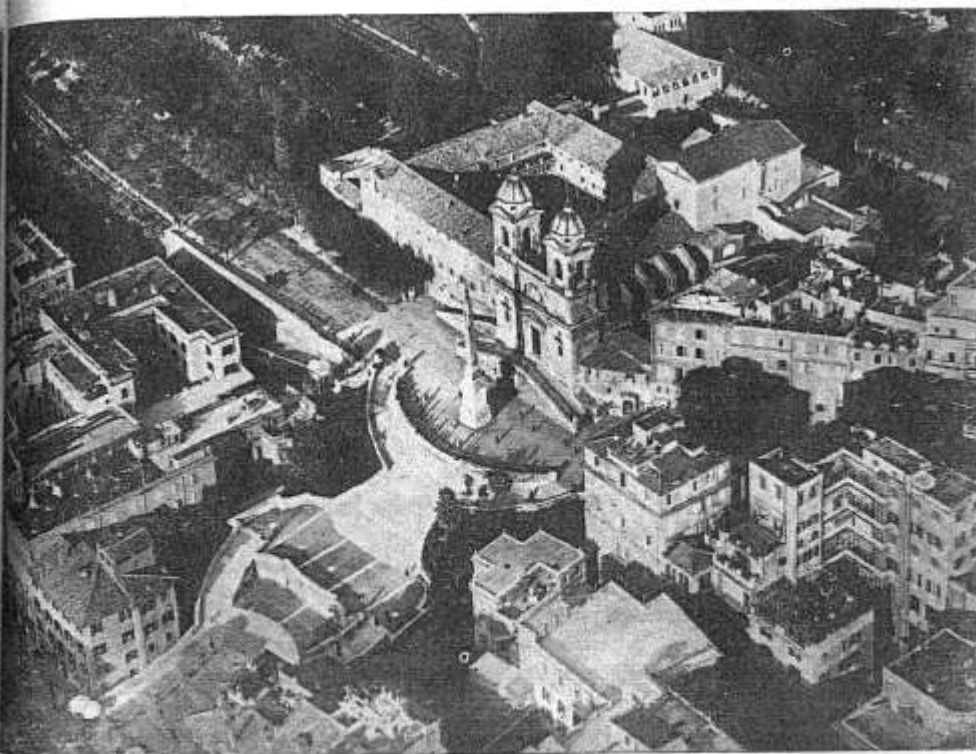
27: Dinamismo Barroco

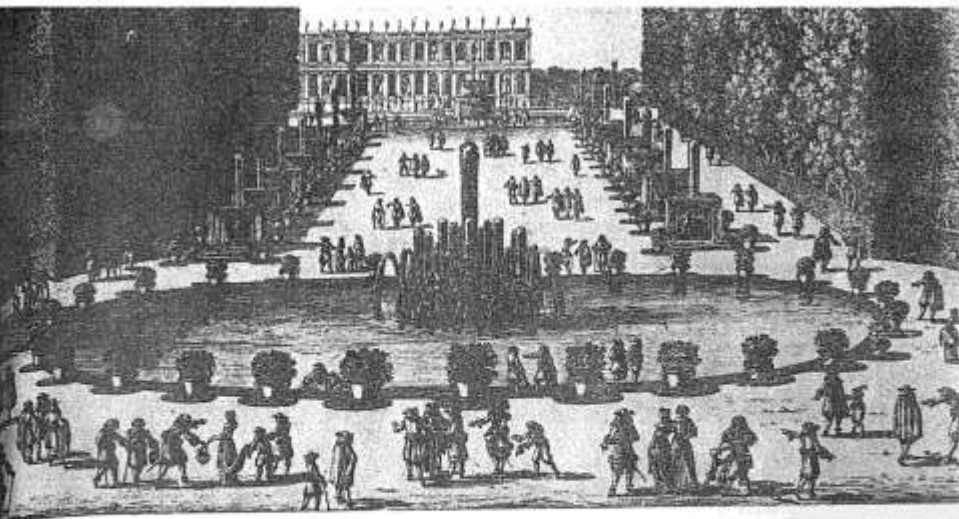
Colunata de Bernini para a Basílica de São Pedro: planejamento barroco no seu momento mais imponente. Pela sua dimensão, sua ordem e seu vigor, a colunata apaga o confuso ambiente em torno e oferece à Catedral não apenas uma abordagem conveniente, mas um palco destinado a conter as multidões que tomam parte nas suas cerimônias ao ar livre. A presente fotografia (abaixo) foi feita antes da remoção dos prédios que antigamente bloqueavam o eixo, e do alargamento da praça, antes da colunata. Ao invés de uma brusca abertura do espaço, a Catedral é visível agora desde o Tibre: mas aqueles que lamentam a perda do antigo contraste medieval, de isolamento e desobstrução, devem consolar-se pelo fato de que a nova avenida, mais uma vez, revela a cúpula de Miguel Ângelo, que o alongamento da nave, desafiando seu projeto, tinha escondido de quem se aproximava por esse lado. A Praça de Espanha (ao lado) é um exemplo igualmente decisivo do mesmo princípio de planejamento: mostra sobretudo que, por concentração e vitalidade estética, um espaço relativamente pequeno pode evocar usos e gozos que uma área muito



mais ampla, esteticamente subdesenvolvida, não permitiria. O planejamento barroco geralmente mostrava suas melhores qualidades quando mais coisas tinha de enfrentar, em construções próximas amontoadas ou em topografia irregular; e também se tornava facilmente pomposo e vazio, quando o urbanista tinha recursos ilimitados e não encontrava obstáculos naturais ou humanos a vencer.

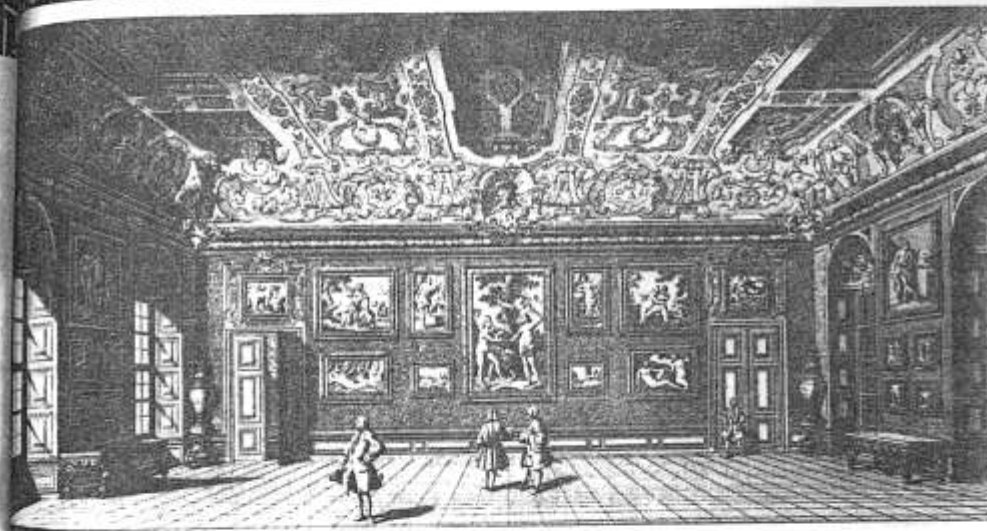
(Ao lado) Foto de Burton Holmes, Ewing Galloway. (Abaixo) Foto de Alinari.

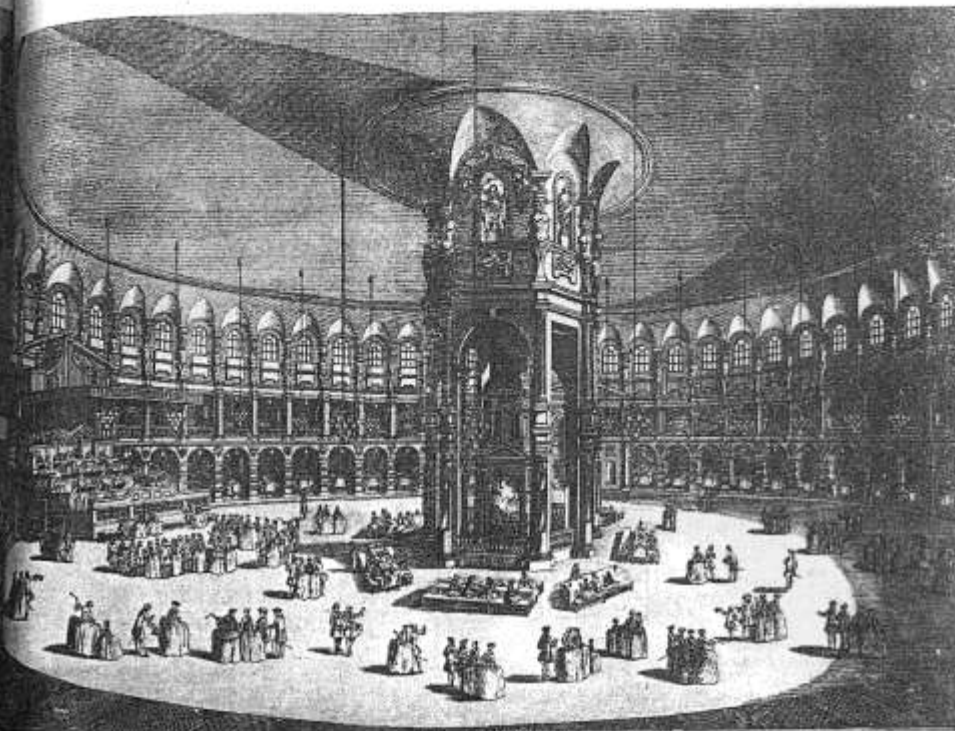
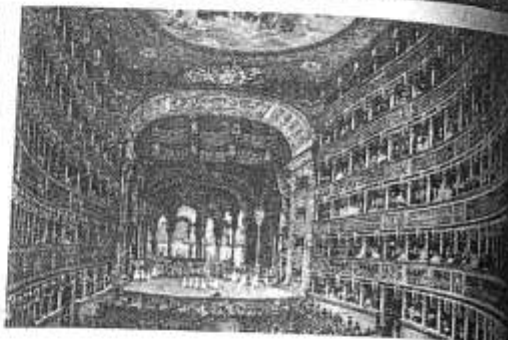
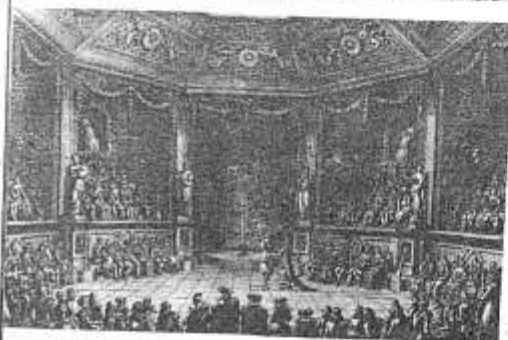




28: Formalismo Barroco

A Piazza San Carlo, em Turim (acima), é um dos mais perfeitos exemplos de planejamento barroco, e felizmente continua intacta. Entretanto, quando comparada com a Piazza SS. Annunziata, em Florença, vê-se que houve tanto perda quanto ganho, pois a ordem matemática do desenho, sem quebra da linha de telhados, sem alteração dos elementos repetidos, sem mudança nas dimensões, trouxe perfeição à custa da vida: um sacrifício que só se justifica para alguns fins religiosos transcendentais. O ponto culminante do formalismo barroco, neste caso, como na Piazza del Popolo, em Roma, é a existência de duas igrejas idênticas, dos dois lados do eixo, tendo em vista simplesmente a simetria. O gosto barroco alcança o seu máximo de desafio do orgânico na podagem de cercas vivas e alamedas uniformes de árvores, para transformá-las em fachadas arquitetônicas formais, como em Versalhes. No interesse da uniformidade, os déspotas barrocos punham uniformes em tudo: prédios, ruas, árvores, homens. Essa arregimentação teria sido intolerável, não fosse o outro lado da vida barroca: sua exuberância sexual e seu êxtase sensual, simbolizados pela característica coluna espiralada e pela escada em caracol, por sua soberba exibição do nu, na pintura e na escultura, e não menos nas fontes de Bernini. As Academias de Ciências ou Letras e a Galeria de Arte representavam esses dois pólos da cidade barroca: o mecânico e o sensual, a arregimentação e a desordem jovial. Mas a galeria de arte palacial (página oposta, abaixo) indica que, mais uma vez, a moldura tinha-se tornado tão importante quanto a pintura.

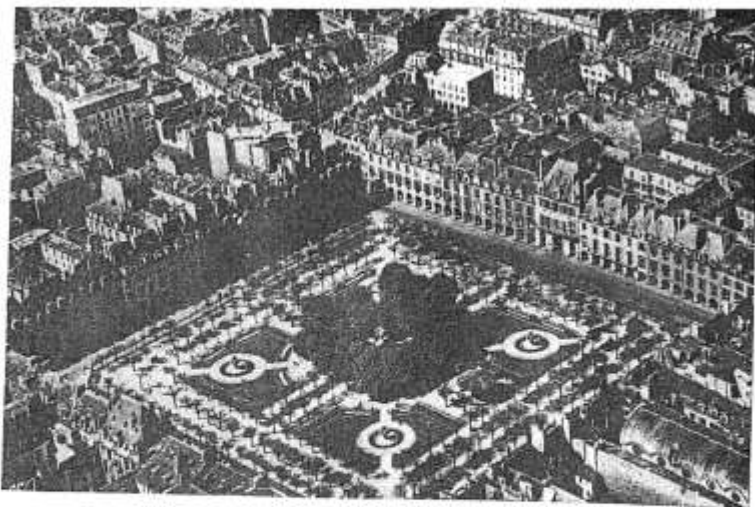




29: A Vida Galante

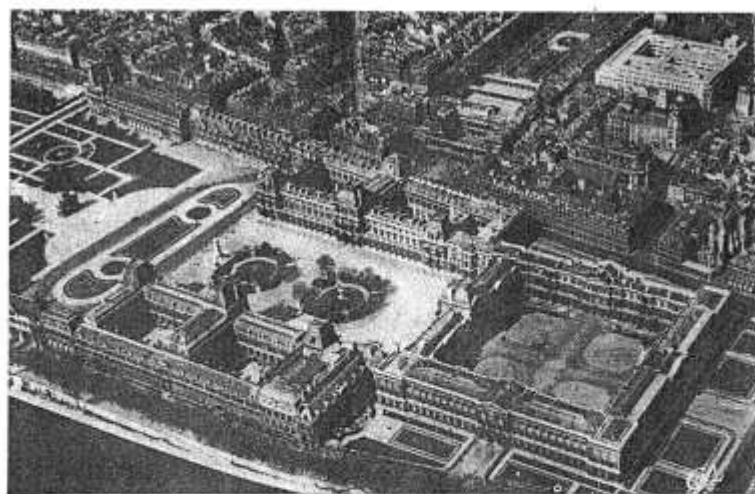
O esquema de vida barroco precisava de espaço para manobra e exibição, fosse para velozes viaturas, fosse para homens em marcha. Sob a influência da corte, floresceram as artes espetaculares e visuais. Não apenas o teatro, mas a nova arte barroca, a ópera, que, caracteristicamente, introduziu o solista, a prima-dona. O parque de recreação exigia espaço que o século XIX só a custo cedia, exceto em seus distantes arrabaldes; mas o suntuoso pavilhão de Ranelagh Gardens foi repetido, com muitas variações. A vulgarização final foi o parque de diversões e o recreio: Coney Island.

(Página oposta, acima) Pátio interno do Louvre, numa cena típica do cotidiano. (Abaixo, esquerda) Representação teatral na corte, ainda não completamente formalizada. (Abaixo, direita) Teatro San Carlo, Nápoles, célebre por suas óperas, com típica distribuição de lugares em ferradura. (Acima) Rotunda de Ranelagh Gardens: note-se o aquecimento central verdadeiro.

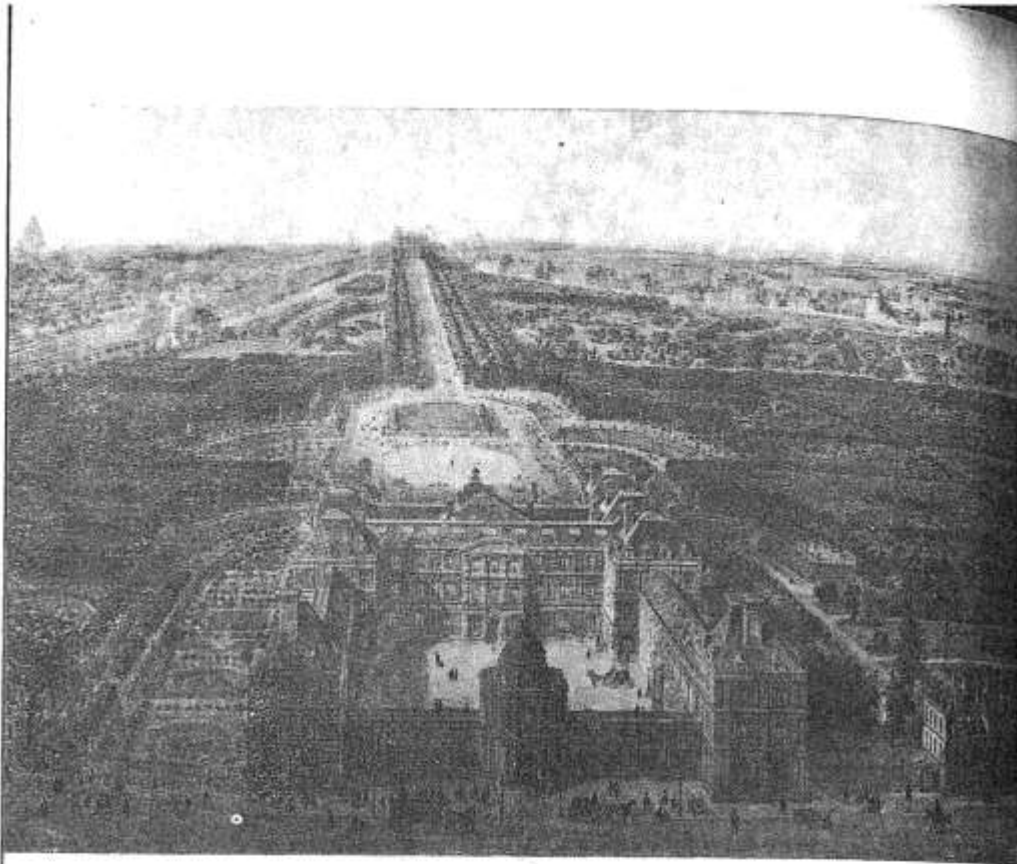


30: Amplidão Aristocrática

A Place Royale, hoje Place des Vosges (acima, esquerda), era uma verdadeira praça residencial: mas a vista das casas uns dos outros, que outrora tinham os habitantes, está hoje bloqueada por filas de árvores e um bosque central. A casa de Victor Hugo, nela situada, hoje museu, dá ao visitante acesso ao meio doméstico da praça original. A derivação desse tipo de praça, dos pátios interiores, abertos mas vazios, dos grandes palácios, torna-se evidente na vista aérea do Louvre (acima, direita), e a posterior transformação da praça numa pequena cité como o Palais Royal, no alto desta foto, demonstra uma etapa

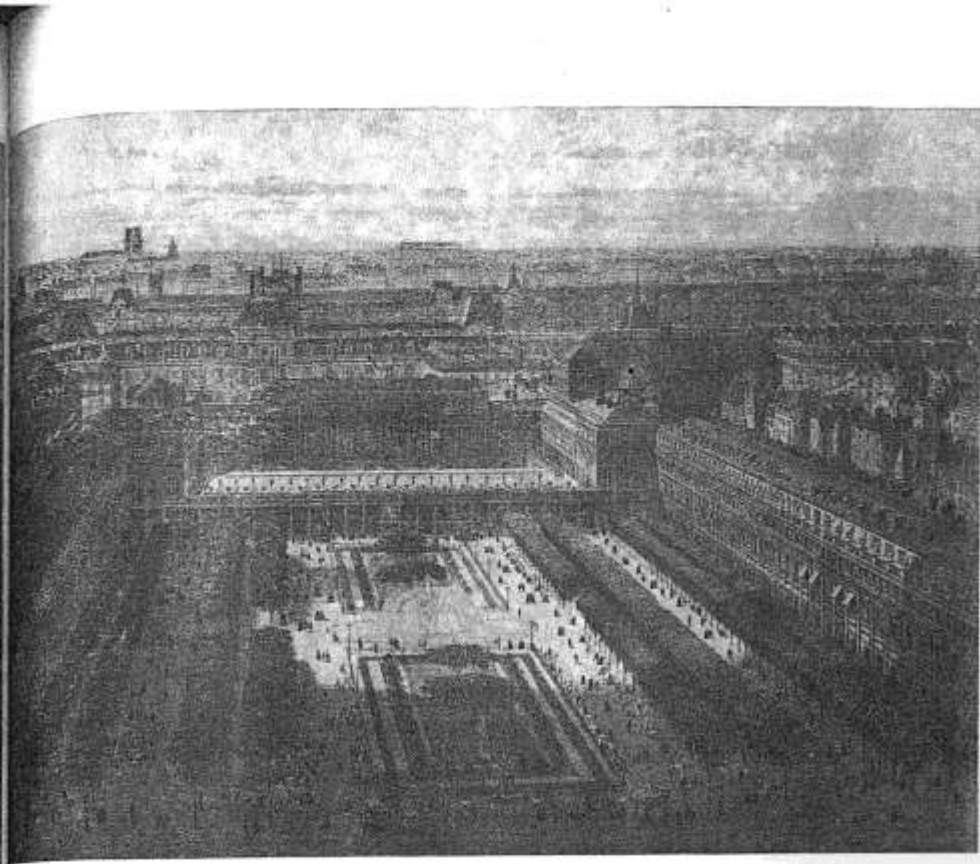


seguinte desejável – isolamento dos ruídos da rua, da poeira e dos veículos de rodas –, que jamais foi suficientemente imitada. (Ver ilust. 31.) O terceiro gambito francês foi a Place Vendôme (abaixo, esquerda): projetada inicialmente para residências da classe superior, mas entregue hoje a usos comerciais mais luxuosos. O projeto para a Avenue de l'Opéra (abaixo, direita), de Haussmann, era digno da imponente construção de Garnier: talvez a mais pura e mais colorida obra de arquitetura barroca que o século XIX poderia exibir; mas Haussmann anulou as intenções de Garnier, por abrir os outros lados da Place de l'Opéra ao tráfego: não contribuiu nem para a arquitetura, nem para a música.

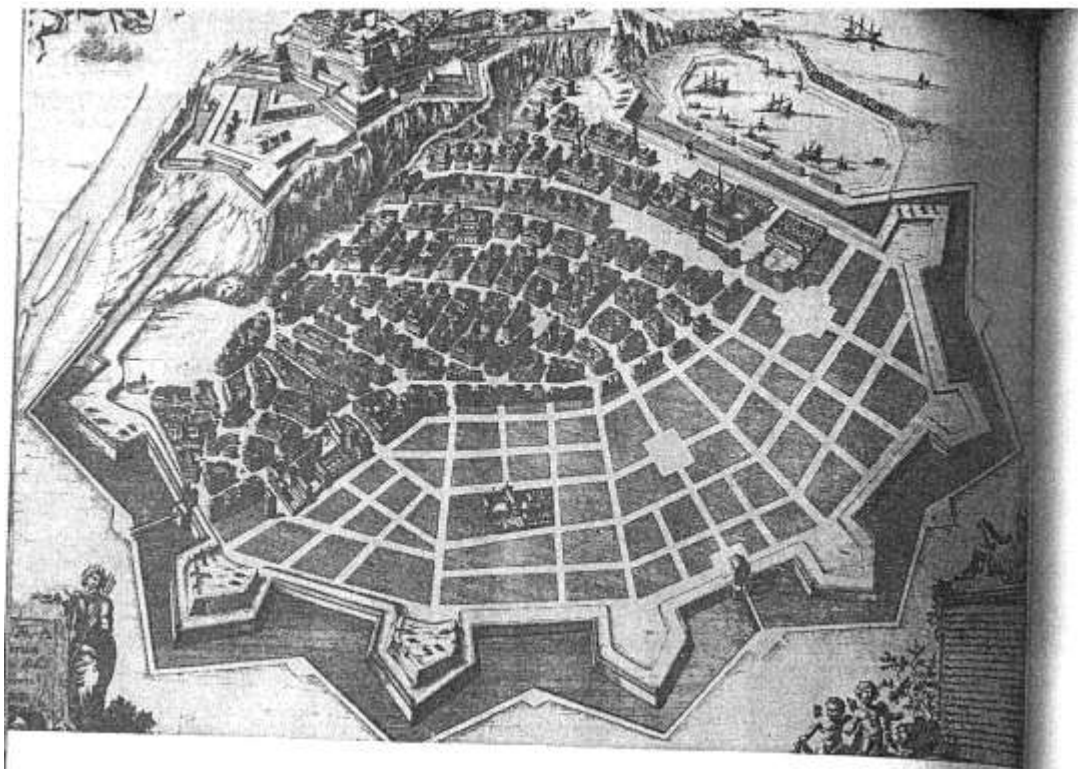


31: Perspectiva Palaciana

Depois que já se disse o pior sobre o formalismo barroco, ainda se hão de lembrar duas, pelo menos duas, admiráveis exceções: os Jardins Boboli, em Florença, e o Jardin du Luxembourg, em Paris (esquerda). Esta vista, terminando na Avenue de l'Observatoire, é tão encantadora a pé como quando vista do ar: ou antes, muito mais ainda, porque o espaço aberto central proporciona um dos cenários urbanos mais notáveis para o relaxamento. Aqui, o tipo mais rigoroso de ordem estética encoraja o maior grau de jovial espontaneidade e deleite visual: fato que talvez deva ser digerido pelos educadores "progressistas" e artistas "avançados", que tornaram a diversão enfadonha e a inventividade sem sentido, por abolirem as regras e afastarem todas as restrições. Quanto ao Palais Royal (direita), tem sofrido seus altos e baixos, como a Place des Vosges, mas jamais se rebaixou tanto como as grandes mansões ainda de pé na zona, hoje cheia de pardieiros, de Marais, ao redor de St. Gervais, no lado leste, que não retiveram suficiente espaço aberto para se protegerem coletivamente. As árvores e fontes ainda, miraculosamente, perduram; aliás, o desenho todo perdura, encantador e sólido, embora não seja mais fervilhante da vida que tinha nos tempos de Diderot.



neidade e deleite visual: fato que talvez deva ser digerido pelos educadores "progressistas" e artistas "avançados", que tornaram a diversão enfadonha e a inventividade sem sentido, por abolirem as regras e afastarem todas as restrições. Quanto ao Palais Royal (direita), tem sofrido seus altos e baixos, como a Place des Vosges, mas jamais se rebaixou tanto como as grandes mansões ainda de pé na zona, hoje cheia de pardieiros, de Marais, ao redor de St. Gervais, no lado leste, que não retiveram suficiente espaço aberto para se protegerem coletivamente. As árvores e fontes ainda, miraculosamente, perduram; aliás, o desenho todo perdura, encantador e sólido, embora não seja mais fervilhante da vida que tinha nos tempos de Diderot.



32: Expansão e Enquistamento

A planta de Nice (acima) mostra três estágios clássicos da construção de cidades; eu preferiria, porém, mostrar Edimburgo, se existisse uma gravura igualmente clara, pois, na passagem entre a Cidade Velha e a Cidade Nova, Edimburgo mostra um quarto estágio — o deserto enfumaçado da era da ferrovia. O castelo, no alto da colina, tem a formação típica da acrópole, com o próprio rochedo escarpado servindo de muralha protetora: a cidade embaixo mostra a ampliação natural, quarteirão por quarteirão, da comunidade do porto, com seu ancoradouro artificial, sua esplanada e seu sistema irregular de ruas, tornando-se gradualmente mais ordenado. O planejamento barroco mostra-se na ampliação regular e quase simétrica do urbanista, com avenidas radiais, bastiões em ponta de lança e canais repetindo o traçado da nova cidadela do alto. Compare-se este último com a proliferação ainda maior de ovais e quadrados, na Cidade Nova de Edimburgo. Tais fortificações, conforme foram planejadas, admitiam amplo crescimento. Compare-se isso com Valenciennes (abaixo), cidade medieval engastada entre fortificações e comandada por uma cidadela igualmente complicada. Em tais circunstâncias, o crescimento da cidade era constringido. O leitor dotado de uma lente de aumento verá que uma estrutura barroca tipicamente nova entrou nessa cidade: as casernas. Além das que pertencem à cidadela, há três outras. Note-se também o espaço para exercícios militares, na Place d'Armes, diante da cidadela, muito mais amplo que a principal praça, diante da Municipalidade, no centro, que a feira de gado, embaixo, ou que o mercado de peixes, não longe da Municipalidade, à margem do Canal. Noutros pontos da planta, marcados por amontoados de praças, há pelo menos oito conventos de frades e freiras, com seus amplos espaços abertos e jardins. A planta, com seus quarteirões de diferentes tamanhos e formas, e seu sistema de ruas igualmente diferenciado e complexo, cortado por um canal sinuoso, mostra um lento crescimento orgânico: embora impossíveis de mostrar em dimensões tão reduzidas, os quarteirões maiores tinham, sem dúvida, grandes jardins interiores, a julgar pelas muitas outras plantas contemporâneas, como a de Romilly. Fora das fortificações, à esquerda, já se havia iniciado um movimento suburbano: o Faubourg Notre Dame, acima, espalhado ao longo de uma estrada e formando um comprido retângulo, com jardins retangulares bem definidos, e o Faubourg de Cambrai, agrupamento menor, aparentemente disperso num campo aberto. Em suma, um perfeito retrato de uma cidade medieval encapsulada num espartilho barroco. Embora as novas fortificações não controlem a planta da cidade, como na obra-prima de Vauban, Neuf Brisach, a cidadela de Valenciennes foi projetada por ele. O sistema inteiro constitui, neste caso, um dos últimos exemplos clássicos dessa arte complicada mas prontamente esgotada; basta lembrar a eficiência militar de Valenciennes, provada, já em 1793, quando sofreu 43 dias de bombardeio, por uma força aliada de 140 mil soldados, com 400 canhões, para levar à rendição uma guarnição sobrevivente de 3 mil homens.



Claustro e comunidade

1. A Cidade Celestial

No século V, o sangue vital se esvaía das veias abertas de Roma e as mãos que outrora tinham agarrado um império já não podiam manter firmemente segura qualquer parte dele. Quando os dedos se relaxaram, as partes tombaram.

Entretanto, a agonia foi um processo lento e, no meio da decadência urbana, brotava uma nova vida, como as sementes brotam no lixo, num monturo em fermentação. A nova visão religiosa que tornava possível essa vida dava um valor positivo a todas as ligações e derrotas que os povos romanizados tinham experimentado: convertia a doença física em saúde espiritual a pressão da fome no ato voluntário de jejum, a perda de bens mundanos em maiores perspectivas de salvação celestial. Até mesmo o pecado oferecia um caminho para a salvação.

Renunciando a tudo o que o mundo pagão tinha cobiçado e por que havia lutado, o cristão deu os primeiros passos no sentido de construir um novo tecido a partir dos escombros. A Roma cristã encontrou uma nova capital, a Cidade Celestial; e um novo laço cívico, a comunhão dos santos. Ali estava o protótipo invisível da nova cidade.

Muitas razões têm sido apontadas para o triunfo do cristianismo, mas, dentre todas elas a mais clara é que a expectativa cristã do mal radical — pecado, dor, doença, fraqueza e morte — se achava mais perto das realidades daquela civilização em desintegração do que qualquer credo baseado nas antigas imagens de “Vida, Prosperidade e Saúde”. A totalidade do drama da vida, para o cristão, derivava-se de seu método de enfrentar as negações. Ao passo que, em todas as civilizações passadas, os homens tinham sido livremente sacrificados a seus deuses, no cristianismo, seu deus tomara forma humana e aceitara o sacrifício a fim de redimir o homem pecador e libertá-lo da inquietação e da culpa que nasciam da sua condição.

Em vez de fugir às negras realidades de seu tempo, o cristão as abraçava. Fazendo de boa vontade o que os pagãos ciosamente evitavam, ele neutralizava e, ao mesmo tempo, em certa medida, vencias as forças que o ameaçavam.

Visitava os doentes, confortava a viúva e o órfão, redimia as ignomínias da fome, da doença e da penúria, tornando-as uma ocasião de camaradagem e amor. Em vez de ansiar por segurança e conforto, na presença de grandes multidões, aceitava sua dispersão e procurava consolo numa união mais íntima, quando apenas dois ou três se achavam reunidos em nome de Cristo: aliás, os mais santos se retiravam por completo, procurando a solidão e o silêncio.

Todas essas transformações interiores deixaram sua marca, durante os mil anos seguintes, nas cidades da Europa Ocidental. Contudo, antes mesmo que Roma caísse, por volta do século III, na verdade, a seita cristã começara a antecipar o pior; e seus membros, ameaçados de perseguição e extermínio, tinham começado a estabelecer uma nova vida para si mesmos, nas cavernas e catacumbas das colinas de Roma, onde os cristãos davam aos que comungavam com eles um enterro cristão, abrindo capelas e altares subterrâneos, assim como túmulos. O novo senso de igualdade manifestara-se pela primeira vez nas religiões de mistério gregas, e agora encontrava uma expressão mais plena

Durante todo o Império, o cristianismo tinha sido, desde muito, um movimento subterrâneo, considerado oficialmente, até 313 A.D., como uma atividade subversiva. Por isso, não é por acaso que em Trier e Metz, foi nas antigas muralhas romanas e câmaras subterrâneas dos circos que os cristãos construíram suas primeiras capelas. Em Metz, a primeira igreja cristã ficava dentro do antigo anfiteatro. Estava ali um novo tipo de eclésia ou assembleia, para a qual nem o templo clássico nem o próprio Fórum fornecia uma forma urbana apropriada.

Os antigos edifícios romanos não eram apenas espiritualmente detestáveis, com suas imagens e símbolos pagãos: muitos deles tornaram-se funcionalmente inúteis, como o teatro, a arena, o banho, porque contraditavam todo o modo de vida cristão. Apenas as antigas basílicas e templos, construídos para conter muitas pessoas, foram facilmente convertidos em abrigos das congregações cristãs: assim, o templo de Antonino e Faustina, em Roma, tornou-se a Igreja de São Lourenço, e o Senado, a Igreja de Santo Adriano; e, por volta do século XIV A.D., quase metade das mil ou mais igrejas de Roma ainda indicava, por seu nome ou sua estrutura visível, sua origem pagã. Todavia, os banhos já não eram usados como banhos, nem as arenas como arenas. Sua vacuidade antecipava sua dilapidação final.

Sem dúvida, Roma não teve morte súbita, nem as cidades do império sucumbiram rapidamente e se tornaram inabitáveis. As invasões bárbaras tinham realmente começado no século III e, em certo sentido, continuaram, esporadicamente, durante mais mil anos. Ainda mesmo no século XX, um arqueólogo italiano explicaria as dificuldades do exército italiano em expulsar os austríacos e alemães do Piave, recordando que era aquela a abertura pela qual os godos e os hunos haviam penetrado muito tempo antes. Em verdade,

as cidades são como árvores: uma vez implantadas, devem ser destruídas até as raízes, antes que deixem de viver; do contrário, mesmo quando o tronco é cortado, formar-se-ão brotos ao redor da base, como aconteceu em Jerusalém, mesmo depois de sua destruição completa em 70 d.C. O que Lavedan chama a "lei da persistência do plano" podia ser ampliado em "persistência do arquétipo urbano individual".

Assim quanto a Roma e às cidades que colonizara ou governara: a população que nelas existia se reduziu; suas atividades tornaram-se restritas; suas vidas ficaram cada vez mais sujeitas a invasões, contra as quais já não se podiam proteger; as próprias estradas que outrora lhes haviam dado segurança e riqueza tornavam agora mais fácil o caminho da conquista bárbara. Com um exército invasor, um viaduto quebrado, uma série de fracas colheitas locais, a população restante fugia para as colinas. Tudo isso prenunciava o fim do urbanismo romano, repetindo a triste história que Pausânias contou, quando visitou as regiões desertas e abandonadas da Grécia, cujas cidades se haviam transformado em conchas vazias. Quando a vida urbana se deteriorava por falta de mão-de-obra que mantivesse suas rotinas usuais, os antigos prédios eram vasculhados à procura de peças estranhas de mobiliário e equipamento, assim como uma família necessitada, que já foi próspera, penhorará seus antigos bens, um a um. Contudo, um esconderijo no campo valia um palácio na cidade.

Dentro da própria cidade de Roma, podia-se acompanhar uma mudança que se estava verificando em toda parte. Uma das primeiras indicações da nova cidade medieval foi a transferência do mercado, entre os séculos VIII e XII, do Fórum para a mais defensável colina Capitolina. Com o mercado, mudou-se o próprio governo municipal, de sorte que, muito antes de 1145, quando foi quase inteiramente reconstruído, este estava estabelecido naquela íngreme colina. Entretanto, também os velhos hábitos são difíceis de afastar. Quando a vida se tornou mais insegura, também as oficinas passaram a ter fachadas protetoras de tijolos; mas o tipo antigo, inteiramente aberto para a rua, e o novo tipo fechado foram ambos repetidos na Idade Média, na Itália, assim como os prédios de Florença, no século XIV, preservaram a forma das *insulae* romanas. Nem o modo de vida nem as formas romanas desapareceram por completo, como demonstrou Axel Boëthius. Ainda no século XV, os açougueiros estavam instalados no Fórum de Nerva e sob as arcadas inferiores do Teatro de Marcelo.

No decorrer dos primeiros quinhentos anos, as mudanças de hábitos, costumes e leis foram mais evidentes do que as verificadas nas estruturas circundantes: estas eram acentuadas menos pelos novos prédios que pela invasão de mato e arbustos, pelo desmoronar de pedras, pelo amontoado de escombros, pela imundície dos pisos. Sem dúvida, o campo mostrava os mesmos defeitos, ainda mais rapidamente que as cidades, pois, se uma parcela

limpa da terra, na estação experimental agrícola inglesa de Rothamsted, pôde tornar-se uma floresta virgem num século, a mesma volta de pastos e bosques deveria ter ocorrido em toda a Europa Ocidental, especialmente depois do século VII. Por volta do século XI, havia um sério problema de abertura de terrenos: a drenagem de pântanos, a derrubada de florestas, a construção de pontes exigiam uma nova safra de pioneiros. Ali, como em toda parte, as disciplinadas ordens monásticas tomaram a dianteira.

Perderemos uma pista da nova forma urbana, se não fizermos caso do papel do monaquismo, que teve influência formativa. Em verdade, a mais profunda retirada de Roma não foi a dos refugiados que procuravam salvar seus corpos: foi, acima de tudo, uma retirada do devoto, que desejava salvar a alma. Os grandes espíritos que conduziram essa retirada não eram inconscientes de todas as alegrias e virtudes que estavam deixando atrás: tanto Agostinho quanto Jerônimo eram suficientemente honestos para confessar que, pelo menos no sono, eram visitados e tentados por sensuais imagens de Roma. Mas, no século III, a retirada passara a uma fase coletiva; grupos de eremitas, compartilhando sua solidão e desenvolvendo uma nova rotina de vida, ajuntaram-se, primeiro à margem de uma grande cidade como Alexandria, enfrentando o deserto; depois, mais longe, em colinas rochosas como monte Cassino ou monte Atos; ou, mais tarde, no altivo monte Senario, perto de Florença (1233 A.D.), onde o ar fragrante dos pinheiros ainda é mais suave que qualquer incenso.

Na realidade, o mosteiro era uma nova espécie de *pólis*: uma associação, ou melhor, uma íntima fraternidade de pessoas que pensavam da mesma forma, não reunidas apenas para cerimônias ocasionais, mas para permanente coabitação, num esforço para conseguir na terra uma vida cristã, dirigida exclusivamente, com unicidade de espírito para o serviço de Deus. Agostinho, o bispo de Hipona, fundou uma ordem dessa natureza no século IV, e, no século VI, Benedito de Núrsia deu-lhe a forma que iria influenciar, por impacto direto ou por estímulo e desafio indireto, todas as ordens monásticas que se sucederam.

Estava ali o ponto nodal de uma nova espécie de cultura religiosa. Aquela cultura procurava transcender às limitações das civilizações mais antigas, retirando-se das suas instituições típicas: em princípio, negava a propriedade, o prestígio, o poder. Aqueles que aceitavam a pobreza como uma forma de vida reduziam toda a aparelhagem física de sustento do corpo e enobreciam o trabalho tornando-o uma obrigação moral.

A colônia monástica tornou-se, na realidade, uma nova cidadela: um ponto religioso de apoio, que impedia que a retirada geral se encaminhasse por uma só estrada. Era, porém, uma cidadela da alma e seu palácio era a Abadia. Esse paralelo não é inexato. Se foi no palácio real que instrumentos seculares de civilização urbana tomaram forma pela primeira vez, foi no mos-

teiro que as finalidades ideais da cidade medieval foram postas em ordem, conservadas em vida e afinal renovadas. Também foi ali que o valor prático da restrição, da ordem, da regularidade, da honestidade e da disciplina interior foi estabelecido, antes que tais qualidades fossem passadas à cidade medieval e ao capitalismo pós-medieval, sob a forma de invenções e práticas de negócios: o relógio, o livro de contabilidade, o dia ordenado.

Não importa quais fossem as confusões do mundo exterior, o mosteiro estabelecia, dentro de suas paredes, um tanque de ordem e serenidade. Ninguém duvidava de que os valores essenciais de uma vida cristã ali se achavam incorporados, embora nem todos os homens tivessem qualidades para viver em tal cova de concentração e dedicação: nem mesmo, como se revelou, os próprios monges mais prósperos. Tão atraentes eram essas manifestações da vida cristã que Joaquim de Flóris, no século XII, antevia um período final de desenvolvimento humano, o período do Espírito Santo, em que toda a espécie humana estaria unida, como irmãos e irmãs monásticas, no Mosteiro Universal. Para Bernardo de Clairvaux, no mesmo século, o claustro era uma fortaleza do paraíso: chegou mesmo a cunhar a expressão *paradisus claustralis*.

O laço mais próximo entre a cidade clássica e a cidade medieval foi aquele então formado não pelos edifícios e costumes sobreviventes, mas pelo mosteiro. Foi no mosteiro que os livros da literatura clássica foram transferidos de papiros em decomposição para o resistente pergaminho; foi ali que a língua latina passou a ser falada na conversa diária e escapou um pouco à diversificação e mútua ininteligibilidade do italiano, do espanhol, do francês, do romeno, e de seus incontáveis dialetos regionais e variantes de aldeia; foi ali, pelo menos nas abadias beneditinas, que as práticas adiantadas da agricultura romana e da medicina grega foram conservadas, com uma correspondente elevação na produtividade e na saúde.

A Igreja secular achava-se presa a responsabilidades terrenas, à mercê de governantes mundanos, tentados a transigir com crenças e instituições pagãs, como no culto dos Santos. Ameaçados com a anarquia, os bispos foram levados a exercer a autoridade política e até a assumir a liderança militar, quando outros poderes falhavam. Como governadores municipais, os bispos acumulavam funções de sacerdotes e governantes, à antiga maneira romana.

Entretanto, os mosteiros mantinham viva a imagem da Cidade Celestial. Quando as novas comunidades urbanas tomaram forma, após o século X, o mosteiro deixou marca ainda mais profunda em sua vida, a princípio, do que o próprio mercado. Havia ali a paz e a ordem, a tranquilidade e a vida interior, amadas pelos homens cristãos. A Abadia de Westminster, as Abadias de Clavaul e de St. Denis, Monte Cassino e Fulda, exerciam certo domínio sobre a vida urbana, inclusive suas formas arquitetônicas, em inteira desproporção ao seu número. Quando Rabano, o famoso abade de Fulda, se referia à "vida comum", como característica das cidades, estava transferindo à cidade a

função especial do mosteiro. Na verdade, o mosteiro, em sua forma ideal, era a sociedade de iguais de Aristóteles tendo em vista a melhor vida possível. Aquela vida comum era viável na pobreza, e até mesmo atraente. Seria igualmente viável na prosperidade?

2. Necessidade de Proteção

Antes que uma nova vida pudesse tomar forma na Idade Média, era necessário que a antiga vida se desintegrasse mais ainda. Entretanto, não devemos representar essa mudança como súbita ou uniforme.

Que a vida, em geral, em toda a Europa, tornou-se mais cruel e caótica, há pouca dúvida; e que as forças formativas já não eram "romanas" tinha sido verdadeiro antes mesmo que se desintegrasse o Império. Em certo momento, os navios que levavam papiros do Egito eram interceptados por piratas; noutros, o serviço postal deixava de existir; ou, noutros casos ainda, um antigo patrício romano, a caminho de se tornar o mais importante funcionário civil de Roma, desaparecia, para surgir, após quatro anos de silêncio, num mosteiro espanhol. A fome e a doença reduziram a população como um todo; provavelmente, caiu o índice de natalidade — até onde, é difícil dizer. Certamente, restou nas cidades menor número de pessoas, e as antigas cidades deixaram de funcionar como centros de produção e comércio.

Em vista de grande quantidade de testemunhos literários, temos, do que aconteceu na Gália, um retrato melhor do que em qualquer outra parte. E ali, não há dúvida de que as cidades que tinham conseguido fortificar-se contra os bárbaros ocupavam uma área muito menor do que aquela sobre a qual anteriormente se haviam espalhado. Bordéus foi reduzida, por suas muralhas, a um terço de seu tamanho anterior, e Autun, fundada por Augusto, reduziu-se de uma cidade de 200 hectares a uma aldeia de dez.

Temos um quadro mais completo ainda do que aconteceu, vindo de Nîmes e Arles, na Provença. Em Nîmes, o antigo anfiteatro foi transformado pelos visigodos numa pequena cidade, com dois mil habitantes e duas igrejas: depois de fechadas as entradas do teatro, as grossas paredes de alvenaria serviram como baluartes. E, embora as muralhas de Arles tivessem sido reconstruídas por Teodorico, foram de novo arruinadas na luta entre Carlos Martelo e os árabes: depois disso, também o anfiteatro de Arles serviu de fortaleza, e dentro cresceu uma pequena cidade medieval, mais congestionada que a maior parte, como ainda nos mostra uma estampa do século XVII; isso porque os prédios daquela pequena colônia não foram destruídos até o começo do século XIX.

A nova cultura cristã que surgiu naquelas circunstâncias só veio a assumir forma urbana no século XI. Todavia, as suas sementes já estavam plan-

tadas na igreja e no mosteiro, pois a arquitetura sobrevivente exprime as necessidades daquela época conturbada, com sua ênfase no recinto fechado, na proteção, na segurança, na durabilidade e continuidade. Haja vista San Stefano Rotundo, Albige, Durham.

Todavia, entre os séculos VI e XI, quando afinal as cidades do Ocidente começaram a viver e passaram a crescer e multiplicar-se, vai um período "românico" cujos aspectos contraditórios precisam ser compreendidos. As nuvens que pairavam sobre a paisagem eram sombrias e truculentas: todavia, trechos de luz abriam-se no meio delas, de vez em quando, como a grande criatividade monástica da Irlanda, particularmente em Iona. Entretanto, a partir do século VIII até o XI, as sombras se adensaram; e o antigo período de violência, paralisia e terror tornou-se pior com as invasões dos sarracenos e dos vikings. Todos procuravam a segurança. Numa ocasião em que todo acaso podia ser um mau acaso, em que todo momento podia ser o último momento, a necessidade de proteção dominava todas as outras preocupações. O isolamento já não garantia a segurança. Se o mosteiro havia conduzido a retirada, a cidade conduziu o contra-ataque.

Ora, na Itália e na França, os antigos costumes jamais desapareceram por completo, embora se reduzissem. Daí as subcorrentes pagãs daquela vida, subcorrentes tão profundas que as vênus negras e brancas conhecidas do mundo romano mais tarde se repetiriam nas imagens pretas e brancas da Virgem Maria. Aquilo a que se chamou Renascença do século XII foi, antes, a volta à plena consciência de algo que jamais havia sido completamente afastado ou esquecido. Não é verdade que João de Salisbury citava Platão séculos antes que os platônicos voltassem à Itália?

Que é o Campo Santo de Pisa, do século XII, senão um grupo de destacados edifícios públicos, erguendo-se dentro de seu próprio espaçoso recinto fechado — mais acrópole ou fórum do que mercado medieval? De fato, os arquitetos, segundo Vasari, derivaram algo da sua inspiração das antiguidades e sarcófagos que a frota de Pisa trouxera do Oriente. Contudo, essa admiração pelo antigo trabalho romano não era produto de um tardio humanismo: era, antes, o reajuntamento de uma herança viva, que, graças a infelizes acidentes, tinha sido privada de seus melhores exemplos locais. O próprio Batistério não se deriva, em parte, do banho romano — um banho purificado e eterizado, destinado a uma ablução cerimonial, mas igualmente nobre nas suas dimensões? Talvez não seja por acaso que o Batistério atinge magnitude singular como edifício separado, principalmente na terra que originariamente produziu o secular protótipo romano.

Entretanto, mesmo onde permaneceu a antiga vida, como algo perene aparentemente morto, enegrecido pelas geadas de inverno, não se pode negar a diminuição geral da energia e criatividade. A vida desceu a um nível de subsistência; por nada mais que a segurança do corpo, o homem dava-se por

satisfeito em se colocar sob a proteção de algum chefe bárbaro; aliás, quando se desintegrou a cidade, suas várias partes originais reapareceram separadamente; assim, o antigo chefe, com seu bando, em sua fortaleza fortificada, governando uma rede de aldeias, torna a aparecer. Fenômenos urbanos sob os quais só se pode especular com cautelosa reserva, na Palestina e Mesopotâmia, podem agora ser documentados *in situ*, em toda a Europa.

Se o cerco sarraceno do Mediterrâneo apressou a passagem da organização imperial uniforme para uma economia de produção e troca local, com uma absurda rede de aduanas locais, leis locais, jurisdições em conflito, o golpe final veio do outro extremo da Europa, nas invasões dos nórdicos, no século IX. O golpe final — o primeiro movimento para a recuperação. Aqueles reides desenfreados eram conduzidos em pequenos barcos que penetravam até o coração da zona rural, entre a Bretanha e o Elba; nenhum distrito era imune aos seus saques, incêndios, morticínios. O temor de tais assaltos talvez tenha criado um novo elo de interesse entre o chefe feudal e seus camponeses tributários. Mas também mostrou a inferioridade técnica dos bandos de guerra locais dispersos, que se reuniam a pé, para aparar ataques conduzidos por senhores do mar, rápidos nos seus movimentos, especializados na guerra.

A pura e simples necessidade levou ao redescobrimto daquela antiga salvaguarda urbana, a muralha. Contra os ataques súbitos, uma muralha de guarda durante todas as horas, era mais útil que qualquer quantidade de coragem militar. A força e a segurança de uma fortaleza empinada numa rocha íngreme podiam ser reproduzidas mesmo nas terras baixas, desde que os habitantes de uma aldeia construíssem um muro de tijolos ou mesmo uma paliçada de madeira. Temos evidências sobreviventes dessas paliçadas de madeira na Polônia, provavelmente já no século V a.C., embora ainda não se saiba ao certo se eram destinadas principalmente a manter dentro o gado e as crianças ou a manter fora homens assaltantes. Todavia, uma pesada muralha de pedras, particularmente quando rodeada por um fosso, mantinha o atacante ao largo.

Ante o terror dos invasores, os moradores de Mainz, por exemplo, acabaram por restaurar a muralha romana posta abaixo. E, por ordem do imperador germânico Henrique I, edificaram-se muralhas até mesmo ao redor de mosteiros e conventos de freiras, para resguardá-los contra ataques pagãos. Duas vezes, no século IX, em 860 e 878, o mosteiro de Saint-Omer foi devastado pelos nórdicos. Mas, quando aqueles *vikings* retornaram, em 891, verificaram que a abadia tinha afinal erigido muralhas, e que os podia desafiar. Na verdade, foi tão bem-sucedido esse modo renovado de conseguir segurança que, por volta do século X, o mosteiro de Saint-Omer tinha-se tornado uma cidade.

Já em 913, a *Crônica Anglo-Saxônica* conta ainda que a construção de

fortalezas e muralhas, ao redor de colônias, era uma das principais atividades do exército do rei. Têm-se aí novas evidências, se ainda são necessárias, do papel dos reis como construtores de cidades, graças a sua capacidade de mobilizar mão-de-obra extraordinária. Mas, já mesmo em 885, como a *Crônica* mostra, Rochester foi cercada de muros e defendida com êxito por seus burgueses; ao passo que, um ano depois, o próprio rei Alfredo fortificou a cidade de Londres. O serviço militar tornou-se uma necessidade da cidadania e é mesmo possível que a capacidade de proporcionar um exército permanente e construir muralhas ao redor de uma cidade fosse, como sugere Frederick William Maitland, uma das condições de franquia urbana corporativa.

O recinto murado não só dava proteção contra as invasões exteriores: tinha uma nova função política, pois revelou-se um instrumento de dois gumes. Invertendo o antigo precedente da cidade, a muralha podia ser usada para manter a liberdade no interior. Por meio da muralha, uma pequena cidade, outrora inerte ante mesmo uma pequena força armada, tornava-se uma fortaleza. As pessoas afluíam a tais abençoadas ilhas de paz, assim como originariamente tinham-se submetido, em desespero, aos bandidos feudais, tornando-se seus vassalos e servos, em troca de um pouco de terra e segurança — ou tinham abandonado todas as esperanças de felicidade doméstica, para encontrar uma proteção estéril num mosteiro ou num convento de freiras.

No número havia segurança, uma vez erigida a muralha. A vida no campo isolado, mesmo à sombra de um castelo próximo, deixava agora de ser tão atraente como a vida na cidade povoada. O trabalho na própria muralha era um preço baixo a pagar por tal segurança e regularidade no comércio e no trabalho. Embora o direito de construir muralhas continuasse sendo, significativamente, uma prerrogativa real, a Paz de Constance, em 1184, cedeu esse direito às cidades livres da Itália.

Note-se a seqüência: primeiro a medrosa zona rural, com sua produção local e a sua troca principalmente local. Somente as abadias e as propriedades reais trocavam seu vinho, seus cereais, seu óleo, em grandes distâncias. O comércio que entrava numa cidade, vindo de certa distância, era irregular e não merecia confiança. Mas, tão logo uma cidade era cercada por uma muralha, apareciam outros atributos normais da vida urbana: o recipiente restabelecido tornava-se também um ímã. O prolongamento da muralha, do castelo ou abadia à aldeia vizinha, muitas vezes, marcava o começo físico de uma cidade, embora os plenos privilégios legais de uma ativa corporação municipal só pudessem ser obtidos à custa de difíceis transações com o bispo ou o proprietário feudal que possuía a terra.

O maior privilégio econômico, o de realizar uma feira regular todas as semanas, reunindo para a troca os camponeses próximos, os pescadores e os artesãos, dependia da segurança física e do asilo legal. Assim como na antiga Grécia, aqueles que iam ao mercado eram protegidos, durante as horas de

feira, pela Paz de Mercado, agora simbolizada pela cruz de mercado na praça. Ali, uma nova classe alcançava proteção contra o roubo e o tributo arbitrário, começando a se fixar permanentemente, a princípio logo além das muralhas: os mercadores. Quando se tornaram membros permanentes da corporação urbana, iniciou-se uma nova era que ajudou a reabrir as antigas estradas e vias fluviais.

O fato de que os mercadores representavam uma nova classe pode ser deduzido da sua posição topográfica no "subúrbio" recém-traçado, imediatamente fora das muralhas. Se, a princípio, o castelo ou mosteiro era o centro urbano, depois do século XI, as novas atividades da comunidade começaram a se deslocar para a praça de mercado e a incorporação de mercadores e artífices, como cidadãos livres, seria marcada, em mais de um lugar, pela ampliação da muralha ao redor de seu subúrbio. É significativo assinalar que, como mostra Hegel, o bairro *novus* de Regensburgo, no século XI — no que se distingue dos bairros real e clerical —, era o dos negociantes.

Na cidade medieval, aqueles poderes, o espiritual e o temporal, com suas ordens vocacionais, o guerreiro, o mercador, o sacerdote, o monge, o bardo, o erudito, o artífice e o negociante, alcançaram algo como um equilíbrio. O equilíbrio continuou sendo delicado e incerto; mas o esforço para mantê-lo foi constante, e o efeito real, porque todos os componentes sociais eram pesados, sendo cada qual devidamente representado. Até o fim da Idade Média — esse, aliás, é um dos sinais do fim —, nenhum elemento foi suficientemente forte para estabelecer permanentemente seu próprio domínio sobre todos os outros. Em consequência, tanto física quanto politicamente, a cidade medieval, embora recapitulasse muitas das características da antiga ordem urbana, era, em certos aspectos, uma criação original. Liberdade, igualdade corporativa, participação democrática, autonomia, jamais foram inteiramente alcançadas em qualquer cidade medieval; talvez, porém, houvesse uma medida maior dessas qualidades ali do que jamais tinha sido mostrada antes, mesmo na Grécia. Por um breve período, "communitas" triunfou sobre "dominium".

A prática de conceder liberdade a cidades, do século XI ao XIV, foi, na verdade, uma renúncia, da parte dos senhores da cidadela, aos próprios atributos e exigências que originariamente tinham acarretado a existência da cidade. Embora o castelo muitas vezes se alteasse sombriamente acima da cidade, ameaçando sempre retomar suas prerrogativas originais, nas cidades livres o senhorio feudal tinha um lugar igual ao de qualquer outra entidade corporativa; primeiro entre iguais — embora, alguns séculos depois, graças ao crescimento dos absolutismos centralizados, os príncipes recuperassem o território que tinham perdido e até mesmo o ampliassem grandemente. O quanto podia ser completa, entretanto, a renúncia original, pode-se descobrir na concessão de liberdade a Barcelona, quando o rei decretou que nenhum

coletor de impostos ou de taxas, ou qualquer funcionário, poderia cercar ou deter o movimento de quaisquer cidadãos, seus prepostos, seus mensageiros, seus bens ou sua mercadoria.

Esse movimento urbano, que nasceu da insegurança e desordem da Europa românica, teve uma existência dividida em partes: marchava sob várias bandeiras, nasceu de diferentes circunstâncias e produziu resultados diversos.

Algumas vezes, a urbanização era deliberadamente promovida pelos senhores feudais, que procuravam aumentar seus rendimentos utilizando as rendas urbanas da terra, tomando uma parte dos tributos no mercado local, fazendo uso de um grande corpo de consumidores para aumentar o valor dos produtos e de suas propriedades, não consumíveis dentro de seus limites. Muitas vezes, a procura de independência da parte das cidades encontrava oposição por parte dos proprietários feudais: particularmente por parte dos bispos, que eram mais formidáveis que os chefes guerreiros, porque eram agentes de uma instituição amplamente difundida, que dominava recursos tanto materiais quanto espirituais de uma espécie pouco usual. Em alguns países, como na Inglaterra e na França, a liberdade municipal foi promovida por uma coalizão temporária com o poder central, como um meio de enfraquecer os nobres feudais que desafiavam o domínio dos reis. Mas, com oposição ou ajuda, a população fluiu para aqueles centros protegidos; os construiu e reconstruiu, e levou partes negligenciadas de sua vida a um novo ápice de atividade e produtividade. Em poucos séculos, as cidades da Europa recapturaram grande parte do terreno que a desintegração do Império Romano havia perdido.

3. O Aumento da População e da Riqueza

O ressurgimento do comércio é muitas vezes tomado, até por estudiosos eminentes como Pirenne, como causa direta da construção de cidades e das atividades civilizadoras que se verificaram no século XI. Mas, antes que isso pudesse acontecer, um excedente de produtos rurais e um excedente de população foram necessários para proporcionar tanto os bens para o comércio quanto os fregueses para adquiri-los. Se os próprios mercadores tivessem sido os principais ocupantes das novas cidades, teriam tido de se lavar as mãos mutuamente.

Enquanto as populações bárbaras da Europa setentrional e central tornavam-se conversíveis ao cristianismo, talvez mais atraídas por seus mitos ofuscantes e superstições do que por suas visões da condição humana, o papel desempenhado pela Igreja continuava a aumentar. A proteção oferecida pelos bispos rivalizava com a dos condes feudais e a expansão do próprio poder econômico da Igreja, como proprietária de terras, graças às compras e

a legados pios, dava-lhe uma posição que até mesmo os reis tinham de respeitar. Ao tirar o máximo partido dessas condições de penúria e oportunidade, as ordens monásticas fizeram as vezes de pioneiras: na verdade, conduziram todo o progresso urbano, oferecendo asilo sagrado aos refugiados e abrigo hospitalar ao viajor cansado, construindo pontes, estabelecendo mercados. Numa data remota, o convento de freiras Gernrode, na Alemanha, era chamado *Kloster und Burg*; e muitos outros conventos serviram igualmente como um duplice lugar de refúgio.

Felizmente, a realização de uma feira regular num lugar protegido resultava em vantagens para o senhor feudal ou proprietário monástico. Muito antes da grande revivescência do comércio do século XI, encontra-se, sob Otto II (973-983), a permissão que se deu à viúva Imma, que ia fundar um claustro em Kärnten, para criar um mercado e moedagem e cobrar taxas pelos seus serviços: dispositivos típicos de licenças muito posteriores, para a fundação de novas cidades. No tempo de Otto, assinala ainda Hegel, a maior parte dos privilégios de mercado era outorgada a proprietários religiosos, e não a senhores temporais.

Na Lombardia, onde as cidades já existiam, todas as propriedades e pertences das antigas municipalidades, com direito de jurisdição, foram transferidas automaticamente para o bispado, cujo bispo realmente assumiu os antigos deveres de prefeito municipal. Concessão dessa ordem foi feita em Modena, em 892, e em Bérgamo, em 904. Era somente com grande relutância que a Igreja, que tinha tomado a dianteira ao proporcionar segurança e ordem, consentia em transferir suas funções municipais, por sua vez, às guildas de mercadores e artífices.

A paz de mercado não podia ser rompida sem sofrer grandes penas. Aquela paz tinha sido reconhecida como essencial ao comércio, já no tempo de Homero, ou mesmo, provavelmente, desde muito antes: e, em países sob a égide real, uma lei especial de mercado, que se aplicava a feiras e mercados, com um tribunal especial que tinha jurisdição sobre os comerciantes, passou a existir. Na Inglaterra, era chamada Court of Pie Powder — expressão anglicizada do que em normando era “pés de poeira”. Assim, as várias formas de segurança oferecidas pela religião, pela jurisprudência, pela prática econômica padronizada, não menos que pela engenharia arquitetônica, uniam-se para assistir na fundação de cidades medievais.

Note-se, porém: a feira regular, realizada uma ou, não raro, duas vezes por semana, sob a proteção do bispo ou abade, era um instrumento de vida local, não de comércio internacional. Assim, não deve surpreender que, já em 833, quando o comércio a longa distância, em sua maior parte, ainda não existia, Luís, o Pio, na Alemanha, desse a um mosteiro permissão para cunhar moedas para um mercado já existente. A revivescência do comércio, no século XI, portanto, não foi o acontecimento crítico que lançou as bases

do novo tipo medieval de cidades: como já mostrei, muitas novas fundações urbanas antecedem àquele fato, e novas provas poderiam ser acrescentadas. O zelo comercial era antes um sintoma de uma revivescência mais incluída, que estava tendo lugar na civilização ocidental; e aquela foi, em parte, um sinal do novo senso de segurança que a própria cidade murada ajudara a fazer existir.

Embora o comércio seja um sintoma daquela revivescência, a unificação política da Normandia, de Flandres, da Aquitânia, de Brandemburgo, é outro; as reclamações territoriais e a entrega de florestas a ordens monásticas, tais como a dos Cistercienses (fundada em 1098), são um terceiro: e o imenso programa de construções que cobriu a Europa com um “manto branco de igrejas” — edifícios não são artigos de comércio —, deve ser contado como um quarto. A ênfase exagerada do papel do mercado como gerador de cidades deriva-se parcialmente do fato de que os historiadores têm descoberto motivos e incentivos presentes em situações passadas; e, parcialmente, vem da sua impossibilidade de distinguir os diferentes papéis dos mercados locais, regionais e internacionais. Todo esse fenômeno foi mal interpretado por Pirenne, porque ele recusava o título de cidade a uma comunidade urbana que não incentivava o comércio a longa distância, nem abrigava uma grande classe média mercantil — uma definição inteiramente arbitrária.

Os mercados internacionais têm pouco efeito sobre a fundação de cidades. Grandes feiras internacionais, na Idade Média, muitas vezes tinham lugar na época de festivais religiosos, quando peregrinos de muitas partes do país afluíam em rebanhos a um santuário sagrado: era o concurso dos peregrinos que atraía mercadores viajantes, temporariamente, a tais lugares. Contudo, tais feiras ocorriam, quando muito, apenas quatro vezes por ano; e, quando os peregrinos iam-se embora, também os mercadores partiam. Tal comércio internacional era por demais limitado para fazer com que uma cidade continuasse existindo um ano inteiro: na verdade, sabemos pelo exemplo mais recente de Nijni-Novgorod, que a cidade que brotara como cogumelos ao redor da feira, estaria quase abandonada o resto do ano. O comércio internacional não produziu cidades medievais, mas promoveu seu crescimento, como em Veneza, Gênova, Milão, Arras, Bruges, depois que tinham sido fundadas para outras finalidades.

Em geral, a razão do papel secundário do comerciante deve ser clara: a revivescência do comércio em linhas capitalistas ficou confinada aos artigos de luxo, trazidos de todas as partes da Europa e mesmo, após as Cruzadas, do Oriente. Mas a própria cidade era um lugar de trocas para a produção manual e agrícola local: de tal sorte que, mesmo num período posterior ao século XI, os mercadores com seus auxiliares, somavam, segundo Georg von Below, apenas uma pequena parte da população da cidade. Por mais importante que se tornasse o comércio, eram os produtores da cidade medieval que consti-

tufam cerca de quatro quintos dos habitantes, em comparação com talvez um quinto ou menos, na cidade de hoje em dia.

Sem dúvida, cidades como Chartres, com seus 10 000 habitantes e sua famosa catedral, ofereciam facilidades que atraíam tanto peregrinos como comerciantes e davam-lhes assim algo da condição de uma feira internacional. Os lucros extraordinários ganhos por essa invasão temporária — como numa grande convenção ou congresso, numa cidade moderna — beneficiavam os açougueiros, os banqueiros, os mercadores de vinho, não menos que os fabricantes de túnicas sagradas; e isso permitiu àquelas guildas, como nos recorda Von Simson, abrir as cinco grandes janelas no *chevet* em honra da Virgem.

A verdade, pois, está na interpretação contrária à de Pirenne: foi a revivência da cidade protegida que ajudou a reabrir as rodas de comércio regionais e internacionais e conduziu à circulação transeuropéia dos bens excedentes, particularmente aqueles artigos de luxo que podiam ser vendidos com altos lucros aos príncipes e magnatas, ou os artigos suficientemente escassos no suprimento local para serem pagos a bons preços: lãs finas da Inglaterra, vinho do Reno, especiarias e sedas do Oriente, armas da Lombardia, açafrão e prata da Espanha, couros da Pomerânia, tecidos acabados de Flandres, não menos que ícones religiosos e objetos devocionais de vários centros de arte.

As cidades formavam os degraus dessa marcha de mercadorias: de Bizâncio a Veneza, de Veneza a Augsburgo, de Augsburgo pelo Reno afóra; e assim, também, de Marselha e Bordéus para Lyon e Paris, ou das cidades bálticas como Danzig e Stralsund até o Mediterrâneo. O famoso *marzipan* de Lübeck testemunha tanto por seu nome (Pão de São Marcos) quanto por sua composição (amêndoas e água de rosas) sua relação com Veneza e o Oriente. Com essa passagem de mercadorias, as cidades, estabelecidas inicialmente na base da produção local, cresceram em população e riqueza; e a população mercadora, naturalmente, cresceu com ela.

Uma vez que o suprimento de alimentos estava mais abundante, uma vez que os estabelecimentos urbanos se tinham tornado mais seguros, o comércio serviu ainda de outra maneira como estímulo ao crescimento: era preciso pagar pelos luxos estrangeiros em dinheiro. À medida que crescia a demanda de artigos finos e à medida que se tornava necessário mais dinheiro para o equipamento da soldadesca feudal, particularmente para os próprios cavaleiros com suas dispendiosas armaduras, os senhores feudais iam tendo um incentivo especial para transformar suas possessões rurais em zonas urbanas que produziam uma compensação muito maior em rendimento de dinheiro. As rendas urbanas podem não ter fornecido exclusivamente os fundos para a empresa capitalista, mas a empresa capitalista certamente estimulou o desejo de rendas urbanas. Esse tipo de empresa cresceu após as Cruzadas, que tiveram início no fim do século XI e despertaram o apetite de

luxos orientais, até então quase desconhecidos numa economia em grande parte patriarcal.

Essa necessidade dava ao senhor feudal uma atitude ambivalente com relação à cidade. À medida que o poder deixava de ser representado na sua mente em termos puramente militares, era tentado a abrir mão de uma parcela móvel do controle sobre os seus vassallos e dependentes, a fim de ter da parte deles uma contribuição coletiva responsável, em forma de pagamentos em dinheiro e rendas urbanas: exigências a que o servo ligado à terra não poderia atender, em sua pobreza. Este foi um importante estímulo secundário à construção de cidades e à concessão de novos privilégios às que brotavam, pelo simples crescimento da população, de meras aldeias. A relativa relutância dos bispos, por outro lado, em conceder liberdades urbanas, pode ser explicada como um resultado do fato de possuírem um rendimento amplo sem ter de abrir mão da terra ou do controle político.

O próprio capitalismo primitivo, entretanto, revelou-se mais uma força desintegradora que integradora na vida da cidade medieval. Com efeito, o capitalismo precipitou a mudança da antiga economia de proteção, baseada na função e situação social, tendo em vista a segurança, moralizada em certo grau pelo preceito religioso e por um forte sentimento de laços e desejos de família, numa nova economia de comércio, baseada na empresa individual, estimulada pelo desejo de ganhos monetários. A história econômica da cidade medieval é, em grande parte, uma história da transferência do poder, de produtores protegidos, ganhando a vida moderadamente e alcançando um estado de relativa igualdade, para um pequeno grupo de mercadores em grosso, privilegiados, amigos e rivais de príncipes, entregues a transações em larga escala, muitas vezes por longas distâncias, objetivando ganhos imensos. Com essas transferências, deu-se a elevação de uma nova hierarquia, onde a posição e a situação eram baseadas principalmente no dinheiro e no poder que o dinheiro pode comandar.

Com o tempo, a atitude de proteção e submissão, que de maneira ideal, caracterizava o superior e o inferior no regime feudal, cedeu lugar à hostil expropriação, de um lado, com a fervilhante revolta e o contradessafio do outro: em suma, a guerra de classes, na qual nenhuma trégua era concedida ou esperada — precisamente no sentido clássico que teria feito a alegria de Karl Marx.

Durante algum tempo, talvez por dois ou três séculos, as duas ordens se misturaram nas mesmas cidades, às vezes com resultados perniciosos para a sua vida econômica, como ocorreu em Flandres, em 1336, quando Luís de Nevers, por lealdade a seu suserano francês, ordenou a prisão dos representantes ingleses e provocou, da parte dos ingleses, um revide que veio arruinar o comércio de tecidos que proporcionava ao conde sua renda. A ação, além disso, provocou um levante das guildas de Ghent, encabeçada por Jacques

Artvelde. No fim, entretanto, o dinheiro predominou em toda parte, contra os sistemas de proteção, tanto feudal quanto de guildas. Na verdade, o dinheiro era capaz de mobilidade, concentração, multiplicação; o poder, sob outras formas, era fixo, estático, difícil de reunir. Até mesmo os mais poderosos monarcas eram mantidos numa garra sempre mais apertada pelos capitães das finanças.

Essa mudança de uma economia de mútua proteção para uma economia de exploração capitalista unilateral não esperou, como Max Weber infelizmente levou muitas pessoas a acreditar, a ascensão do protestantismo no século XVI: porque o próprio protestantismo, ao contrário, tivera início no século XIII, com os valdenses — ver *A Condição de Homem* —, como um protesto cristão *contra* as novas práticas do capitalismo. A economia capitalista já se anunciava no horizonte quando Chaucer escreveu o seu profundo louvor da *Idade Antiga*, onde “o lucro não existia, não existia a riqueza”. Ao proporcionar um ninho no qual o cuco do capitalismo podia depositar seus ovos, a cidade murada em breve permitiu que os seus próprios rebentos fossem postos para fora pelo atrevido forasteiro que abrigara.

Por trás do ressurgimento da indústria e do comércio, que se verificou entre os séculos XI e XIII, achava-se um fato de importância econômica mais fundamental: a imensa ampliação das terras aráveis por toda a Europa e a aplicação à terra de métodos mais adequados de cultivo, inclusive a aplicação sistemática de esterco urbano às plantações vizinhas. Nesse particular, a contribuição de uma população urbana pode criar um padrão ecológico benéfico, proporcionando renovação do solo e melhoria das colheitas — se baseada no aproveitamento, não no desperdício. Na Alemanha, áreas cobertas de florestas, nada mais que uma selva no século IX, cederam lugar ao arado; os úmidos Países Baixos, que tinham sustentado apenas um punhado de pescadores desalentados, foram transformados num dos solos mais produtivos da Europa. Já em 1159, os primeiros *polders*, porções de terras tomadas aos alagadiços ou ao mar por meio de diques, foram criados em Flandres. Homens livres, como os pescadores frisios, voluntariamente juntaram esforços num labor que até então fora feito apenas sob severa compulsão militar e arregimentação coletiva. Sem a liderança do sacerdote ou do rei, sem quaisquer outros instrumentos além da enxada, construíram elevados diques e grandes plataformas de terra sobre as quais uma cidade inteira iria erguer-se. Aqueles feitos do trabalho livre serviram como prelúdio à onda de energia industrial que chegou a um ponto culminante quase explosivo no século XVII.

A irrigação dos terrenos de cultura era praticada em Milão já em 1179; e perto de Rochefort du Gard, na Provença, um lago inteiro foi drenado pelos monges, a fim de ser transformado em grandes vinhais. Ao lado disso, deu-se uma melhor criação de cavalos, a invenção de um arreo aperfeiçoado e o emprego de ferraduras de ferro, a propagação dos moinhos de água e dos

moinhos de vento. Esses melhoramentos dotaram as novas comunidades urbanas de fontes relativamente vastas de poder e lhes deram um domínio econômico sobre o campo menos favorecido. As novas invenções mecânicas não vieram meramente transformar a mineração e a metalurgia e transformar a confecção do vidro numa das principais artes: da mesma forma, afastaram a necessidade do trabalho servil e proporcionaram um excedente muito maior de energia e bens do que uma economia escravista poderia criar, sob o látego da fome. Sobre aquela maré montante de esforço, o comércio, que estivera prestes a naufragar durante o período românico, mais uma vez flutuou e abriu suas velas.

Ainda aqui, como mostrou Bertrand Gille, a contribuição do mosteiro foi de importância vital. Simplesmente porque os monges procuravam evitar o trabalho desnecessário, a fim de ter mais tempo para o estudo, a meditação e a oração, tomaram a dianteira na introdução de fontes mecânicas de energia e na invenção de artifícios destinados a poupar o trabalho. Os regulamentos cistercienses favoreciam a construção de mosteiros perto de rios que podiam proporcionar energia hidráulica; e o quanto tinha isso de importante pode ser visto numa descrição da Abadia de Clairvaux em Migne, no tempo de São Bernardo.

“O rio entra na abadia tanto quanto o poço que age como comporta permite. Primeiro, esguicha no moinho de trigo, onde é muito ativamente empregado em moer o grão sob o peso das rodas e em sacudir a fina peneira que separa a farinha do farelo. Dali, corre para o prédio próximo e enche a caldeira na qual é aquecido para preparar cerveja para a bebida dos monges, caso a frutificação das videiras não recompense os trabalhos do vindimeiros. Contudo, o rio não terminou ainda seu trabalho, pois é então levado às máquinas de tecer após o moinho de trigo. No moinho, preparou o alimento dos irmãos e agora seu dever é servir na confecção de suas roupas. (...) Assim, ergue e alternadamente abaixa os pesados martelos e malhos. . . das máquinas de tecer. (...) Agora o rio entra no curtume, onde dedica muito cuidado e trabalho à preparação dos materiais necessários para calçar os monges; então, divide-se em muitos pequenos ramos e, em seu ativo curso, passa por vários departamentos, procurando em toda parte aqueles que requerem seus serviços seja para qual for a finalidade, quer para cozinhar, quer para rodar, para esmagar, para aguar, para lavar ou moer. (...) Afinal, para merecer plenos agradecimentos e nada deixar por fazer, conduz para fora os detritos e deixa tudo limpo.”

Esse equipamento mecânico não era desusado nos mosteiros, mas foi preciso tempo e capital para introduzi-lo mesmo da maneira mais desengonçada na cidade medieval. Aquilo de que o mosteiro já podia gabar-se por volta do século XI, a cidade só pôde mostrar nos séculos XIII e XIV.

No decorrer de três séculos, a Europa que hoje conhecemos foi aberta

ou reaberta a colonização. Este fato compara-se exatamente à abertura do continente americano, entre os séculos XVII e XX. Com efeito, pode considerar-se a conquista americana como uma continuação do processo original de colonização em solo novo, pois a colonização da Nova Inglaterra foi, em tudo e por tudo, feita segundo processos medievais, assim como a da Virgínia cavalheiresca e da Nova Iorque holandesa seguiram um modelo ainda mais antigo de economia patriarcal, com escravos e servidores contratados (servos temporários).

Essa ampliação da base agrícola, esse aumento do poder físico, foram o que, por sua vez, tornou possível o aumento da população. Segundo o cálculo de Próspero Boissonade, a região entre o Reno e o Mosela aumentou de dez vezes a sua população, entre os séculos X e XIII. Os condados ingleses, que tinham contado 1 200 000 almas em 1086 — num número exato fornecido pelo *Livro do Juízo Final* —, atingiram um total de 2 355 000 por volta de 1340. Por toda parte, se o índice de natalidade não era mais elevado, o número de pessoas que sobreviviam e viviam suficientemente para se reproduzir era, sem dúvida, maior.

Esse aumento não ficou limitado aos territórios recém-abertos do Norte. A Itália fizera tamanhos progressos na sua economia agrícola que contava pelo menos 10 000 000 de almas por volta do século XIV. Melhor estabelecida em sua base antiga, mais perto das mais elevadas civilizações do Ocidente, a Itália foi a cabeça do ressurgimento urbano. No século XIII, Veneza era uma municipalidade altamente organizada; naquela época, Veneza e Milão tinham, cada uma, provavelmente, mais de 100 000 habitantes. Embora a maior parte desses dados de população sejam aproximados e pouco merecedores de confiança, pouca dúvida há a respeito da direção da curva populacional, até a Peste Negra, no século XIV.

As cidades alemãs, com exceção talvez da antiga cidade fronteiriça romana de Viena, tinham em média uma população muito inferior. Mas não havia falta de energia no movimento germânico de colonização ou no processo de urbanização. Pois, no decorrer de quatro séculos, 2500 cidades foram fundadas, e a estrutura municipal então traçada perdurou, na sua substância, até o século XIX: os contornos originais do território muitas vezes permaneceram inalterados, embora, entretanto, a cidade houvesse preenchido totalmente o seu cinturão agrícola normal.

Durante os anos culminantes do movimento, não só multiplicou-se o número de cidades, mas o índice de crescimento da população, até onde pode ser estimado, era mais ou menos comparável ao que se deu na Europa, no século XIX. No fim do século XII, por exemplo, Paris tinha cerca de 100 000 habitantes; e ao fim do século XIII, algo por volta de 240 000. Em 1280, Florença tinha 45 000 habitantes, e, em 1339, cerca de 90 000; ao passo que, nos Países Baixos, Bruges e Ghent mostravam números comparáveis. As esta-

tísticas do aumento da ocupação urbana por unidade de superfície são igualmente impressionantes. Quanto à propagação da Peste Negra, durante vinte anos, às vezes matando metade da população de uma cidade, causou apenas uma recessão temporária.

O comércio, a produção industrial, a mecanização, a organização, o acúmulo de capital — todos esses fatos contribuíram para a construção e expansão de cidades. Contudo, essas instituições não respondem pela alimentação das bocas famintas, nem, ademais, pelo elevado senso de vitalidade física que acompanhou todo aquele esforço. Pessoa alguma vive de ar, ainda que “o ar da cidade faça o povo livre”, como rezava um ditado alemão. A próspera vida daquelas cidades tinha suas raízes no melhoramento agrícola do campo; é nada menos que uma ilusão infantil separar a prosperidade da cidade da prosperidade da terra.

Muito embora as relações entre as famílias mercantes urbanas e os camponeses que alugavam suas terras fora da cidade pudessem permanecer suspeitas de unilaterais, para não dizer mutuamente hostis — as *Crônicas de uma Família Florentina* oferecem testemunho deste fato —, as relações eram íntimas e constantes. Os vinhais em terraços, os campos bem cuidados protegidos por pára-ventos, o tráfego de frutas e legumes para a cidade, o transporte para fora de detritos aproveitáveis e esterco, inclusive os restos de lã de Florença — tudo isso emprestava à cidade, mesmo a uma cidade exageradamente crescida como Florença, um domínio sobre a zona rural. Esta achava-se tão próxima, em algumas cidades italianas, que cada vizinhança “adotava” uma determinada aldeia que ficava fora como sua própria província rural.

Em cidades menores, como sabemos pelos admiráveis atlas urbanos dos séculos XVI e XVII — Blaeu, Merian, Speed —, os melhoramentos agrícolas e encantos rurais foram transportados do campo para o coração da cidade: testemunha disso são os jardins internos, os espaços abertos cultivados e até mesmo os campos comuns, dentro ou imediatamente fora dos muros. A cidade medieval típica, excluídas as poucas metrópoles exageradamente crescidas da Itália, que estavam longe de ser típicas, não se achava meramente no campo, mas era do campo; e, como na antiga Mesopotâmia, uma parte dos alimentos era cultivada dentro das muralhas, quando menos para prevenir a fome em caso de sítio.

Na verdade, atividades rurais como a criação de aves e a pesca constituíam uma parte da vida diária da cidade. Ainda no século XIV, na Inglaterra, os burgueses urbanos eram obrigados por lei, sem distinção de classe, a ajudar no tempo da colheita, na apanha das safras. O êxodo de verão dos londrinos do East Side para os campos de Kent talvez seja a última sobrevivência daquele costume medieval. Muitos pequenos centros da França e da Suíça, cujo crescimento foi detido há muito tempo, mostram ainda aqueles espaços abertos, onde jamais se construiu qualquer coisa, ainda utilizados como

jardins, como naquela encantadora cidadezinha de Nyon, à margem do lago Léman. Mesmo em cidades apinhadas como Paris, onde os aluguéis elevados resultavam na contínua tomada dos espaços abertos originais, os conventos, mosteiros e palacetes da aristocracia preservavam grandes áreas de jardins e pomares.

4. Cidades Licenciadas, Fortalezas Coloniais

Se os métodos novos ou renovados de proteção militar — a muralha e o exército de cidadãos — garantiram nova popularidade para as cidades, como lugares de residência e trabalho socialmente protegido, um conjunto especial de motivos econômicos existiu, não obstante, para explicar o avanço que esse movimento produziu. A libertação das cidades foi um passo no sentido do ordenamento eficiente da vida econômica: a substituição do escambo pela troca em dinheiro e do serviço de toda vida pelo serviço urbano por tarefa ou pela contratação sazonal. Em suma, para usar a antiga distinção de Sir Henry Maine, de *status* para contrato.

O mito do contrato social do século XVIII foi uma racionalização da base política da cidade medieval, cuja sobrevivência em Genebra o cidadão Jean-Jacques Rousseau conheceu e cuja independência e respeito próprio ele sabia valorizar. De fato, a cidade corporativa era efetivamente baseada num contrato social entre o proprietário de terras e os colonos ou habitantes: surgiu como resultado de uma negociação, por um valor dado e recebido de ambas as partes, não primariamente como resultado da conquista militar, como nos exemplos mais antigos. Foi esse, se não estou enganado, outro fato novo na história urbana. A própria vida corporativa, como observou F. W. Maitland, "surgiu com a vida urbana".

O movimento das cidades, a partir do século X, é uma história de velhas colônias urbanas a se transformarem em cidades mais ou menos autogovernadas e de novas colônias a se constituírem sob os auspícios do senhor feudal, dotadas de privilégios e direitos que serviam para atrair grupos permanentes de artífices e mercadores. O estatuto da cidade, outorgado a ambos os tipos, era um contrato social; a cidade livre tinha segurança tanto legal quanto militar, e morar numa cidade corporativa durante um ano e um dia fazia desaparecer as obrigações da servidão. Daí ter-se a cidade medieval transformado num ambiente seletivo, que reunia em si a parte mais experimentada, a mais ousada, a mais destacada — talvez, por isso mesmo, a mais inteligente — da população rural. A própria cidadania, a livre associação, substitui os antigos laços de sangue e solo ou de fidelidade familiar e feudal. O grupo vocacional especializado agora suplementava, num novo conjunto de relações e deveres,

a família primária e os grupos de vizinhança: todos tinham um lugar na nova cidade.

O interesse político, no período medieval, em geral concentra-se na luta pelo poder entre a burguesia urbana e seus dominadores, os condes, os bispos, os reis. Essa luta tende a desprezar a parte que o próprio feudalismo desempenhou no encorajamento do desenvolvimento da cidade. Muitos dos conflitos nos velhos centros decorreram das tentativas de se fazerem pesadas imposições aos novos cidadãos, mais do que da resistência absoluta quanto à concessão de privilégios de qualquer ordem. Na verdade, novas cidades foram fundadas em grande escala através de toda a Europa, particularmente nas fronteiras, pelos grandes proprietários. Embora muitas aldeias, alcançando prematuramente a situação legal de cidades, jamais crescessem suficientemente para justificar o título, o que é mais surpreendente é o número de cidades que começaram do nada. J. M. Houston, num trabalho sobre o burgo escocês, assinala que as provas não revelam uma evolução gradual de comunidades agrícolas a cidades: as cartas de Ayr, Dumbarton, Cannongate e St Andrew dão a entender que os privilégios dos burgueses eram condicionados à colonização da terra dentro do burgo. Era, pois, uma espécie de sistema de plantação urbana. Mais uma vez, a cidade era *un fait du prince*. Muitas das novas cidades eram postos de fronteira, como em Gasconha, Gales, Pomerânia; e, no seu modo de ocupação, assemelhavam-se a fundações muito posteriores, na América, pelo fato de permitir às pessoas descontentes com as condições nas partes mais colonizadas da Europa iniciarem do nada e começarem de novo.

No plano político, citarei Thomas Frederck Tout, cujo estudo do urbanismo medieval foi um marco, em língua inglesa, nesse terreno. "A necessidade política de se criarem cidades surgiu primeiro que a necessidade econômica. Nos humildes começos das novas cidades da Idade Média, as considerações de ordem militar sempre foram capitais. Um governante forte conquistava um distrito adjacente aos seus velhos domínios, ou queria defender a sua fronteira contra o inimigo vizinho. Construía rudes fortalezas e estimulava os seus súditos a nelas residirem, para que pudessem assumir a responsabilidade da sua defesa permanente."

Num sentido, aquelas cidades — como nas colônias militares romanas — constituíam um substituto barato para um exército permanente. Dando ao novo burguês o direito de portar armas, o governante evitava a necessidade de, por outra forma, pagar pelo seu uso. Como o servo, afinal, tinha um direito permanente à terra à qual estava preso, tornava-se necessária uma isca adicional para fazê-lo mudar-se para 200 ou 500 quilômetros de distância. Pela primeira vez, estava ele em condições de fazer exigências, e o proprietário era forçado a atender, até meio caminho, as exigências do colono em perspectiva. Em geral, a situação na comunidade urbana corporativa, mesmo numa cidade

tão insignificante como Loris, na França (que nunca teve direito geral de autogoverno), significava liberdade de pagamentos forçados e do serviço militar feudal, bem como liberdade de vender as suas posses e ir aonde se quisesse. A cidadania dava aos seus possuidores mobilidade da pessoa. Será necessário acentuar o quanto era isso indispensável para a ascensão de uma classe comerciante bem como para os artífices que aperfeiçoavam sua arte trabalhando como jornaleiros sob diferentes mestres em outras cidades?

Por meio da luta, por meio dos ajustes, por meio da compra imediata ou por meio de dada combinação desses métodos, as cidades ganharam o direito de manter um mercado regular, o direito de se sujeitarem a uma lei de mercado especial, o direito de cunhar moedas e de estabelecer pesos e medidas, o direito de serem os cidadãos julgados nos tribunais locais, nos termos de suas leis e posturas locais, e, não menos, como já foi assinalado, o direito de pegar em armas. Essas faculdades, que outrora tinham sido tomadas pela cidadela, pertenciam agora à cidade, e cada cidadão tinha a responsabilidade de exercitá-las.

Provavelmente, o direito de pegar em armas, da parte do cidadão, fez muito mais para reduzir o poder da nobreza feudal que a invenção da pólvora: não derrotaram os burgueses de Flandres, a flor da cavalaria francesa, em batalha aberta, sem se valer da pólvora? Encontra-se o último eco daquela nota especial de liberdade urbana no dispositivo constitucional dos Estados Unidos, segundo o qual o direito de pegar em armas, da parte do cidadão, não será reduzido, embora seja na democrática Suíça, com sua tradição municipal mais sólida, que esse direito ainda é confirmado pela prática de dar a cada membro da reserva do exército, ao voltar para casa, sua arma e seu equipamento. Quanto à própria carta, esta abriu margem à ficção legal, ainda piamente preservada, segundo a qual a própria cidade é uma criatura do Estado e existe por tolerância. Com toda a franqueza, as cidades históricas da Europa são hoje mais velhas que o Estado que legalmente reclama tais direitos, e tiveram existência independente antes que seu direito de existir fosse reconhecido!

Todos esses direitos podiam conduzir ou não à completa autonomia local, livre de qualquer espécie de interferência, como nas grandes cidades hanseáticas de Hamburgo, Bremen e Lübeck, que funcionaram orgulhosamente como cidades livres até o tempo de Bismarck. Mas, como quer que seja, dotaram a comunidade local da maior parte das marcas do que é hoje chamado Estado soberano; e, pela mesma razão, acabaram transmitindo às entidades nacionais maiores que as absorveram os provincianismos, as invejas, as belicosidades, que marcavam a cidade murada.

Quando um senhor feudal desejava equipar um exército, participar das Cruzadas, ou entregar-se aos novos luxos que surgiram na Europa, contava apenas com uma fonte econômica de riqueza principal: sua terra. De acordo

com o costume feudal, não tinha ele usualmente permissão para alienar a terra ou vendê-la; dividindo-a, porém, encorajando o crescimento de cidades e fundando novos centros, podia aumentar os seus rendimentos anuais. Ainda que, com os arrendamentos geralmente prolongados, os rendimentos pudessem crescer lentamente para o proprietário original, seus herdeiros iriam, não obstante, no correr do tempo, beneficiar-se da valorização natural da terra devida ao crescimento e à prosperidade da cidade. Não se deve esquecer que até mesmo em Londres, até os dias presentes, augustos proprietários feudais, o duque Bedford, o duque de Westminster e a Coroa, tiveram títulos de direito sobre as áreas mais intensamente exploradas. No direito germânico, a terra situava-se numa categoria especial que a separava das edificações e da propriedade pessoal; e uma vez que a própria terra se tornou objeto de comércio, a ser comprado e vendido como qualquer outra mercadoria, a cidade medieval, como instituição corporativa, viu-se condenada.

Quase tão importante como os rendimentos da própria terra dos centros urbanos eram as fontes especiais de rendas urbanas de que o proprietário da terra tinha uma parcela: portagem nas pontes e nos mercados locais, direitos aduaneiros e multas cobradas pelo tribunal, tudo isso a se multiplicar à medida que a própria cidade crescia em população. Alguns desses antigos tributos perduraram na Europa — como a taxa de entrada de carros e veículos — até dentro do século XX, mesmo na Paris metropolitana. Originalmente, numa cidade pioneira, podia ser necessário isentar de taxas o forasteiro, desde que ele construísse uma casa: a isenção de impostos para promover a construção de moradia é um velhíssimo engodo.

Como no caso de todos os empreendimentos especulativos, algumas cidades puderam mais que justificar as esperanças de seus senhores; e outras, como muitas das cidades fortificadas (bastilhas) do sul da França, puderam permanecer, tanto econômica quanto socialmente, entorpecidas. Aigues Mortes, o porto de embarcação antigamente movimentado das Cruzadas, somente perdura como peça de museu. Mas a construção de cidades foi, em si mesma, um dos maiores empreendimentos industriais do início da Idade Média.

Talvez possamos agora compreender a atitude ambivalente do feudalismo para com esse movimento. A cidade livre era uma nova fonte de prosperidade, mas o desafio da autoconfiança e da independência do povo que se reunia na Comuna constituía uma ameaça a todo o regime feudal. A cidade concentrava força humana, poder econômico e armas de defesa; seus exércitos de cidadãos, muito mais que os servos que outrora serviam a seu senhor, tinham algo por que combater — a liberdade que haviam conquistado, os lares que haviam construído, a cidade que tinham ajudado a criar. Ao passo que o campo de batalha, o torneio e a caça, constituíam os pontos de foco da vida feudal, a cidade oferecia recursos econômicos e culturais que nem mesmo o

maior dos castelos poderia proporcionar. Na Itália, as possibilidades de vida civil atraíam os nobres para as cidades: se não tomavam residência urbana de boa vontade, algumas vezes o faziam por compulsão municipal, de sorte que os burgueses pudessem ficar de olhos neles. Mas, na Europa setentrional, essa classe manteve-se por muito tempo afastada entregando-se ainda à caça do urso e à "perseguição do veado", à vida ao ar livre e à enfumaçada casa senhorial, mantendo-se mais próxima dos camponeses que oprimia que dos cidadãos que tinha libertado.

Mesmo na Itália, a diferença entre aqueles dois aspectos do ambiente tornou-se maior. À medida que as ocupações urbanas, pelo seu próprio êxito, afastavam cada vez mais as ocupações rurais, que a cidade ainda abrigava, o antagonismo entre a cidade e o campo tornava-se mais agudo, pois a cidade era uma sociedade exclusiva, baseada na associação voluntária, para uma finalidade comum. Cada cidadão, em relação aos moradores do campo nascidos da terra, era algo semelhante a um presunçoso, com uma presunção tal como só o filho da fortuna e o *nouveau riche* pode alcançar. Esse fato iria finalmente contribuir para que se desfizesse a liberdade urbana e o autogoverno. Excluindo o campo de seus privilégios, a cidade viu-se, a partir do século XVI, diante de um competidor econômico cuja própria falta de proteção e regulamentação atraía novos empreendimentos econômicos e uma espécie desordenada de desenvolvimento urbano.

5. O Domínio da Igreja

As idéias e instituições da civilização medieval só nos interessam aqui pela influência que exerceram sobre a estrutura das cidades e o desenvolvimento dos órgãos de sua vida cultural. Mas, a menos que compreendamos tais idéias, a preponderância das grandes estruturas cívicas dedicadas aos ofícios religiosos ficará sem ser explicada.

Na Europa ocidental, após a queda do Império Romano, a única instituição poderosa e universal era a Igreja. Ser membro dessa associação era teoricamente voluntário e praticamente obrigatório. Ser desligado de sua comunhão era castigo tamanho que, até o século XVI, os próprios reis tremiam diante da ameaça de excomunhão. Da menor das aldeias, com sua igreja paroquial, à maior das cidades, com sua catedral, suas numerosas igrejas, seus mosteiros e santuários, a Igreja estava visivelmente presente em todas as comunidades: suas torres eram o primeiro objeto que o viajante divisava no horizonte e sua cruz era o último símbolo levantado diante dos olhos do agonizante.

Numa cultura assinalada por espantosas diversidades de dialeto, direito, culinária, pesos e medidas, cunhagem, a Igreja oferecia uma morada comum,

na verdade um abrigo universal: o mesmo credo, os mesmos ofícios, as mesmas missas, realizadas com os mesmos gestos, na mesma ordem, para o mesmo fim, de um a outro extremo da Europa. Nunca a rigorosa uniformidade romana serviu melhor à humanidade que durante esse período. Nos ofícios mais importantes da vida, até a menor das aldeias achava-se no plano de uma metrópole. A Igreja Universal dava a todas as comunidades, pequenas e grandes, um propósito comum; mas a unidade assim alcançada mais incentivava do que suprimia a diversidade e individualidade.

As divisões políticas fundamentais da sociedade, que se acham por baixo de todos os outros laços e fidelidades, eram a paróquia e a diocese: não áreas abstratas assinaladas num mapa, mas tendo cada uma, no seu centro, uma habitação coletiva para o culto e uma autoridade espiritual nomeada que representava o papa. Na Inglaterra, segundo G. G. Coulton, havia uma igreja paroquial para cada cem famílias, e existiam muitas aldeias e cidades onde muito menos de cem famílias possuíam uma igreja. A forma universal de tributo era o dízimo, um décimo dos rendimentos anuais, que se destinava a sustentar o grande estabelecimento de Roma, parcialmente para manutenção, parcialmente para investimentos em larga escala.

Naturalmente, os funcionários residentes da igreja, afora os dos mosteiros, constituíam uma parte não pequena da comunidade. Em 1314, a pequena cidade de Cirencester, na Inglaterra, contava 105 acólitos, 140 subdiáconos, 133 diáconos e 85 sacerdotes, totalizando nada menos de 463. Boa parte das atividades econômicas da comunidade era dedicada ao sustento do clero e daqueles que serviam ao clero, ao passo que, de maneira semelhante, boa parte do seu capital, desviado de outras empresas possíveis pela Igreja, era dedicada à construção e manutenção dos prédios eclesiásticos — catedrais, igrejas, mosteiros, hospitais, asilos, escolas, com toda a sua rica ornamentação de estátuas, ícones e pinturas.

A principal atividade dessa comunidade não era o comércio, por mais ansiosamente que se pudessem mostrar os comerciantes, como indivíduos, interessados em acumular fortuna: seu principal negócio era o culto e a glorificação de Deus; e, na hora da morte, senão em meio a sua vida orgulhosa, exploradora, ardilosa, dominadora, tanto o mercador quanto o senhor recordavam-se dessa obrigação ao dispor de sua propriedade.

A própria Igreja era uma instituição multilateral; e o edifício da Igreja desempenhou muitas funções que mais tarde foram separadas e atribuídas a instituições seculares especializadas. Mas, mesmo em seu nível mais humilde, na paróquia da cidade, a igreja era um centro de vizinhança, um foco da vida diária da comunidade; nenhuma comunidade era tão pobre que não possuísse tal igreja, muito embora, no centro da cidade, pudesse existir uma vasta catedral, suficientemente grande para conter todos seus cidadãos em ocasiões solenes ou festivas. Em si mesma, a igreja local costumava ser muitas vezes um

"museu de fé cristã", assim como uma casa de culto. A presença de um santo eremita fechado em sua cela, perto de suas portas, ou mesmo os ossos e as relíquias de tal santo, costumavam ser uma atração para os piedosos: ainda mais se tivessem a reputação de possuir faculdades miraculosas. Igrejas e mosteiros que possuíssem tais relíquias tornavam-se centros de peregrinações: os ossos de Thomas à Becket, em Canterbury, o sangue de São Januário, em Nápoles — essas coisas atraíam homens às cidades, não menos que a possibilidade de liberdade política e comércio lucrativo.

Num sentido muito definido, a despeito de suas múltiplas origens e de seus resultados ambivalentes, a cidade medieval da Europa pode ser descrita como uma estrutura coletiva cuja finalidade principal era viver uma vida cristã. Essa finalidade coloria mesmo as instituições que, como a guerra, achavam-se em flagrante contradição com o espírito cristão, e vencia outras práticas, como a usura, à qual apenas se podia recorrer por meio de subterfúgios, e com dores de consciência. Contudo, antes de mais nada, a concepção cristã da vida, com sua afirmação do sofrimento e sua disposição em prestar socorro, fez com que existissem órgãos dos quais não existiram provas em civilizações urbanas anteriores.

Hospitais, para o cuidado geral dos doentes e fracos, eram agora construídos em escala notável. O sanatório não era mais um recanto de saúde afastado da cidade e destinado principalmente àqueles que podiam dar-se ao luxo de viajar, mas um lugar no coração da cidade, muito perto, aberto a todos os que dele necessitavam, aos cuidados de homens e mulheres dispostos a se entregar a todas repulsivas funções exigidas pelas doenças, pelas ferimentos e pelas operações cirúrgicas. Tanto o hospital quanto a enfermaria de isolamento foram contribuições diretas do mosteiro; e, ao lado deles, surgiu uma espécie mais geral de hospitalidade para com os sadios que necessitavam de alimento e repouso por uma noite. Através de todos os séculos, quando faltavam estalagens e hotéis, quando os alojamentos privados eram escassos e apertados, o asilo monástico proporcionava acomodação decente e gratuita.

A provisão de asilos foi igualmente uma instituição municipal medieval, pois o cuidado dos pobres e dos destituídos era uma obrigação da caridade cristã e, na verdade, no fim da Idade Média, os asilos não eram os prédios menos belos da cidade — embora sua existência mostre que a pobreza se mantinha a passo com a crescente riqueza. Finalmente, ainda pela primeira vez, instituições destinadas a cuidar dos velhos floresceram na cidade no fim do período medieval: algumas vezes como em Bruges, Amsterdam, Augsburg, constituindo pequenas unidades de vizinhança, com seus jardins comuns e sua capela — remansos de donaire cívico até os nossos dias.

Em ponto nenhum, essas instituições urbanas se separaram da Igreja; mas em nenhum ponto era a própria Igreja separada ou separável da comunidade, já que era por contribuições tanto compulsórias quanto voluntárias,

recebidas da comunidade inteira, que se construíam as estruturas necessárias. Tudo o que o Estado territorial hoje procura fazer numa escala generalizada foi feito pela primeira vez de um modo mais íntimo, provavelmente, muitas vezes com mais senso das possibilidades humanas, na cidade medieval.

No século XVI, outra instituição veio juntar-se a essas mais antigas, interessando principalmente a uma ordem monástica mais recente, os jesuítas: era o asilo de enjeitados. Nenhum tipo anterior de cidade jamais tomara providências relacionadas com os desafortunados ou traduzira atos individuais de socorro em tão belos edifícios públicos. Com Rabano (século IX), poder-se-ia descrever a cidade medieval como uma união de Igreja e comunidade na procura da Vida Santa. Mesmo quando fugia miseravelmente ao ideal cristão, aquela união ainda produzia instituições e edifícios destinados a promovê-lo.

Embora, por toda parte, estivesse presente a Igreja, em seu ministério, o mais importante efeito físico de seus interesses extramundanos foi, por hábito senão por intenção consciente, o fato de que universalizou o mosteiro. A prática da abstenção e retiro de oração, o espírito de proteção e guarda, deixaram sua marca em toda a estrutura da cidade medieval. Enquanto o complexo medieval esteve intacto, uma corrente constante de homens e mulheres desiludidos do mundo deixou o mercado e campo de batalha, à procura da tranqüila rotina contemplativa do mosteiro e do convento. Mesmo quando as ordens predicantes levaram o espírito do claustro ao coração da cidade, procurando ativamente converter o pecador urbano e socorrer os necessitados pelo exemplo diário de sua pobreza e humildade, também esse "retorno" em breve tomou a forma antiga e se fixou em belos edifícios. Assim, a nova liberdade trouxe certa vastidão rural ao coração da cidade, no momento em que a pressão da população, nos centros mais antigos de comércio, estava consumindo os espaços abertos por trás das casas privadas. Os jardins murados dos novos conventos de frades adocicavam o ar da cidade mais congestionada.

A concentração diária na vida interior tinha seus efeitos compensadores as percepções vulgares da vida diária eram iluminadas pelas apaixonadas alucinações do sonho; as figuras do olho íntimo eram tão reais quanto aquelas que caíam perifericamente sobre a retina. E, embora o protestantismo do século VI acarretasse um desprestígio com relação ao olho licencioso, preservou para uso privado os hábitos do claustro: a oração repetida e a comunhão interior, num compartimento "privado".

No último meio século, a arquitetura passou do fechado para o exposto: uma virtual substituição da parede pela janela. Mesmo na moradia, como Henry James não demorou a perceber na sua visita aos Estados Unidos em 1905, todo o senso de intimidade e recolhimento estava sendo prejudicado pelo fato de se lançar um quarto noutra, a fim de criar uma espécie de espaço público exposto, para todos os momentos e para todas as funções. Agora, é

provável que esse movimento tenha alcançado o termo natural de toda interpretação arbitrária da natureza humana dessa espécie. Ao abrir nossos prédios ao clarão incontido da luz do dia e do céu aberto, esquecemos, com riscos e com prejuízos para nós, a necessidade correlata de contraste, de tranquilidade, de sombra, de intimidade, de retiro interior.

Esta lição precisa ser aplicada aos planos das cidades não menos que aos edifícios. O claustro, na sua forma tanto pública quanto privada, tem uma função constante na vida dos homens das cidades; e a contribuição da cidade medieval para demonstrar esse fato não foi das menos importantes. Sem oportunidades formais de isolamento e contemplação, oportunidades que exigem espaços fechados, livres de olhos curiosos e distrações estranhas, até mesmo a vida mais extrovertida acabará sofrendo. O lar sem tais células é apenas um alojamento; a cidade que não as possui é apenas um acampamento. Na cidade medieval, o espírito organizara abrigos e aceitara formas de escapar às coisas importunas do mundo, na capela ou no convento; era possível retirar-se por uma hora ou retirar-se por um mês. Hoje, a degradação da vida interior está simbolizada no fato de que o único lugar sagrado onde não se admitem interrupções é o retrete.

6. Os Serviços da Guilda

Enquanto a Igreja Universal se interessava pela alma do indivíduo, a comunidade medieval baseava-se em classes e posições, dentro de uma ordem limitada e local, feudal ou municipal. A pessoa sem ligações, durante a Idade Média, estava condenada à excomunhão ou ao exílio: quase à morte. Para viver, era preciso pertencer a uma associação — uma casa, uma mansão, um mosteiro, uma guilda. Não havia segurança senão na proteção do grupo, nem liberdade que não reconhecesse as obrigações constantes de uma vida corporativa. Viviam-se e morria-se conforme o estilo identificável da classe e da corporação a que se pertencia.

Fora da Igreja, o representante mais universal da vida corporativa foi a guilda: as duas bases da camaradagem, do trabalho em comum e de uma fé comum, uniram-se na cidade medieval. Quando se encontra a guilda pela primeira vez, na Inglaterra, no período anglo-saxônico (antes de 892) é ela principalmente uma fraternidade religiosa, sob o patrocínio de um santo, que se reúne para dar fraternal conforto e ânimo, assegurando aos seus membros a defesa contra os temíveis acidentes da vida e garantindo um sepultamento decente. Assim, incorporava características espantosamente iguais às de seu antecessor, senão seu antepassado linear, o colégio funerário romano, e em muitos casos, passou essas características a instituições similares recentes, a

Sociedade de Amigos, inglesa, e a Ordem dos Pedreiros Livres, ou os Elks e Odd Fellows americanos, com sua mistura de sociabilidade e segurança.

A guilda jamais perdeu a sua coloração religiosa. Continuou sendo uma irmandade de convivência, adaptada a tarefas econômicas específicas e a responsabilidades de comércio, mas não inteiramente absorvida por elas. Em muitas cidades, a *conjuratio*, o juramento de se manterem unidos para socorro mútuo, era um elemento essencial da associação. (Não admira que Kropotkin fosse tão constantemente buscar em cidades medievais exemplos de Ajuda Mútua.) Os irmãos, comiam e bebiam juntos em ocasiões regulares; formulavam regulamentos para o desempenho de seus ofícios; planejavam, pagavam, e representavam seus autos de mistério, a bem da edificação de seus concidadãos. Em períodos de prosperidade, construíam capelas, criavam chantias e fundavam escolas primárias — as primeiras escolas leigas, desde o fim da Antiguidade —, e, no ponto culminante de seu poder, construíam auditórios, não raro tão magníficos como Les Halles de Paris. Tendo o seu ofício como um centro, teciam uma vida inteira em amistosa rivalidade com outras guildas; e, como irmãos, guarneciam os muros junto de seu bairro, para enfrentar o inimigo.

Tais uniões e irmandades tinham existido, como vimos, entre os artesãos urbanos do Império Romano, e mesmo antes ainda, na Grécia do século III; e perduravam em Bizâncio. Embora a ligação continue obscura por falta de documentos seguros, sabemos que a lembrança de um acontecimento remoto, as espetaculares conquistas de Alexandre, permaneceu viva no mito popular entre os iletrados, durante o longo interregno românico; e a idéia, mesmo o exemplo, de tais fraternidades de ofícios não pode ter desaparecido por completo. O fato de que o mais remoto exemplo alemão de organização de guildas, as cartas reais de Worms (897-904), mencione trabalhadores em transportes como membros, talvez indicasse uma ligação com as guildas romanas mais antigas. Afora isso, entre as primeiras guildas de que há notícia na Alemanha, além de associações de sepultamento, encontram-se a dos tecelões de Mainz, em 1099, embora antes ainda, Pavia se gabasse de uma guilda, por volta de 1010, e Saint-Omer, na França, uma guilda por volta de 1050.

Se o crescimento da guilda de mercadores em geral antecipou de meio século ou mais o crescimento da guilda de ofícios, é preciso lembrar que, exceto no comércio internacional, a linha entre os artesãos e os mercadores não foi nitidamente traçada até o século XIV; na verdade, o artesão que produzia mercadorias sob encomenda também podia vender seus excedentes. Durante o período inicial, os artesãos, segundo Charles Gross, eram admitidos nas guildas de mercadores e provavelmente constituíam a maioria dos membros assim como, mais tarde, os membros da ordem feudal, ou estudiosos que desejavam entrar para o governo da cidade, tinham de se tornar membros de

uma guilda, como os boticários ou os pintores, a fim de ter uma função pública.

A guilda de mercadores era um corpo geral, organizando e controlando a vida econômica da cidade como um todo: regulava condições de venda, protegia o consumidor contra a extorsão e o artifice honesto contra a competição desigual, defendia os comerciantes da cidade contra a desorganização de seu mercado por influências vindas de fora. A guilda de ofícios, por outro lado, era uma associação de mestres a trabalharem seus produtos, agrupados a fim de regularizar a produção e estabelecer padrões de grande habilidade. Com o tempo, cada uma dessas instituições encontrou a sua expressão física na cidade; a primeira, na municipalidade ou na sede do mercado, a segunda no auditório da guilda, algumas vezes construído por uma única guilda, como nos numerosos pequenos auditórios de Veneza, algumas vezes um grande edifício construído graças a um esforço combinado. Provavelmente, os antigos prédios das guildas eram modestas casas ou aposentos alugados, desde muito destruídos, como ocorria com os antigos colégios, dos quais temos alguns documentos. Mas aqueles que foram preservados muitas vezes rivalizam em sua magnificência com o paço municipal ou com a catedral. W. J. Ashley assinala que o custo desses edifícios era "uma das circunstâncias que acarretavam e pareciam justificar a cobrança de pesadas taxas de ingresso"; isso, por sua vez, conduziu à restrição da participação aos membros mais ricos da comunidade. Não foi a primeira nem a última vez que a pompa de um grande revestimento arquitetônico destruiu a criatura que se esfalfou na sua criação. . .

A grande função desempenhada pela guilda na cidade medieval, até o século XV, indica uma elevação geral das condições do trabalho, particularmente do trabalho manual, e isso, ainda uma vez, foi, em larga medida, um dos grandes feitos da Igreja, em parte por dar dignidade às ocupações dos pobres e dos humildes, porém, ainda mais, na ordem beneditina, por aceitar o labor manual como um componente essencial de uma boa vida: "trabalhar é orar". A vergonha do trabalho, aquela terrível herança das culturas servis, pouco a pouco desapareceu; e a freqüente bravura daqueles membros urbanos das guildas na guerra confundia as pretensões das classes feudais, que desprezavam todas as formas de exercício físico, exceto as da caça e do campo de batalha. Uma cidade que se podia gabar de que a maior parte de seus membros era constituída de cidadãos livres, trabalhando lado a lado em situação de paridade, sem qualquer camada inferior de escravos, era, repito, um fato novo na história urbana. Ao lado disso, ocorreu uma aplicação da inteligência a processos técnicos, numa escala que nenhum sistema escravista jamais havia encorajado. O preceito e a prática medieval, dessa forma, haviam proporcionado as condições essenciais cuja ausência arruinou a restrita política "democrática" da Grécia, baseada na escravidão.

Observe-se, mais, a diferença entre a comunidade medieval e a cidade

moderna. Na indústria, desde o século XVIII, foi a organização do processo econômico que tomou forma corporativa definida na fábrica, na corporação de negócios, na cadeia de lojas, na organização cooperativa. As associações políticas, tais como Associações Comerciais, Associações de Industriais, Sindicatos de Trabalhadores, por muito tempo não fizeram parte integrante da organização econômica: surgiram à margem, tardiamente, incluíam apenas uma parte da população a que diziam respeito e, em nenhum caso, nem mesmo no dos sindicatos, chegavam a cobrir qualquer parte considerável da vida cultural de seus membros.

Na cidade medieval, a organização real da indústria era simples e direta, entre senhor e jornaleiro, na oficina, vendedor e comprador, no mercado. Mas o fato primário era a associação. Foi na realização de seus propósitos sociais que a guilda se tornou, por meio da ajuda mútua, uma sociedade de seguros de saúde e velhice, uma fundação educacional. E somente durante o último meio século, num esforço para proporcionar segurança econômica, foi que muitos sindicatos começaram a recobrar algo dos interesses e facilidades sociais da guilda medieval. Infelizmente, o mesmo princípio de proteção, aplicado pela administração de grandes indústrias aos seus serviços, proporcionando teatros, campos de esporte, carreiras de boliche, clínicas médicas, agora ameaça igualmente introduzir uma nova espécie de feudalismo comercial. Dentro desse regime, o laço com a fábrica, ou pelo menos com a grande empresa financeira que a dirige, torna-se quase tão forte quanto o laço do servo a sua gleba — quando menos de tal sorte que o trabalhador invisivelmente acorrentado possa colher seus benefícios nas vantagens da velhice. Por mais difícil que fosse para os economistas do *laissez-faire*, no século XIX, compreender os princípios da sociedade de guildas, hoje não deveria haver obstáculos psicológicos para que os compreendêssemos.

Tão logo o motivo econômico se isolou e passou a ser a finalidade dominante das atividades da guilda, a instituição entrou em decadência: um patriado de prósperos mestres levantou-se dentro dela para transmitir os seus privilégios aos filhos e, mediante a exigência de grandes jóias de ingresso, provocando a exclusão e a desvantagem do artifice mais pobre e do crescente proletariado. Pela época em que as dissensões religiosas do século XVI quebraram a própria fraternidade religiosa, na Europa setentrional, sua natureza econômica cooperativa já se encontrava grandemente carcomida: os gordos, mais uma vez, pisavam sobre os magros.

Se a guilda, de fato, surgiu com a cidade medieval, pela mesma razão com ela caiu: as guildas eram apenas a cidade em seu aspecto econômico, assim como a cidade era a guilda em seu aspecto social e político. Tanto a própria concha física quanto as práticas da guilda perduraram, quase sem alteração, até o século XVIII, cujo "iluminismo" foi em tão grande parte dedicado à sua demolição. Mesmo no Novo Mundo, a Companhia de Carpin-

teiros de Filadélfia operou como uma guilda medieval, juntamente com muitas outras sobreviventes semelhantes, e por toda parte perduraram regulamentos medievais do mercado, em certo grau, até o fim daquele século. O emprego da palavra medieval como termo de censura, para significar o que é bárbaro e ignorante, foi uma invenção do século XVIII. Pessoas ainda atrasadas em História muitas vezes continuam a interpretar a Idade Média em termos daquele estereótipo difamatório do século XVIII.

O centro das atividades da municipalidade era o Paço Municipal, no que também, às vezes, servia como Paço de Mercado. No princípio, o Paço Municipal era um edifício a se erguer livre na praça do mercado, geralmente com dois pavimentos, contendo dois salões, o do pavimento superior originalmente destinado aos artigos mais delicados, que exigiam proteção contra o tempo, não proporcionada pelas tendas que cobriam o mercado propriamente dito. Muitas vezes, como no paço de mercado ainda existente em Milão, a estrutura era sustentada por colunas que deixavam o pavimento térreo inteiramente aberto, exemplo de construção *en pilotis* por uma razão sensata, séculos antes que Le Corbusier a usasse como uma espécie de marca registrada vulgar da forma moderna, não importa seja ou não funcionalmente necessária.

Em geral os construtores da Idade Média sempre conservaram em mente matérias mais práticas; um dos grandes mercados de Bruges, o centro comercial do norte antes do século XV, era o Wasserhalle, assim chamado porque cobria um canal e trazia as cargas, por barcas, diretamente ao mercado, a partir *de baixo*. O salão superior do paço municipal era usado para as reuniões do prefeito e do conselho, para a administração da justiça, para a recepção dos embaixadores e para periódicos banquetes e bebedeiras. Os restos desta última função, a propósito, existem ainda na Londres moderna, juntamente com os fantasmas das antigas Companhias Livery, no famoso banquete que se realiza no Guildhall, após a eleição anual do Lord Mayor, e o desfile do seu séquito.

Ademais, no paço municipal, perto do fim da Idade Média, as famílias de destaque, oriundas principalmente do círculo mais rico dos mercadores em grosso, podiam — para inveja do resto da população — realizar os seus bailes e saraus. Transformou-se o paço, na realidade, numa espécie de palácio coletivo para o patriciado: daí o ter sido muitas vezes chamado de “*theatrum*”, ou casa de espetáculos. Era ali que se celebravam os casamentos com a devida pompa. Esta disposição sobreviveu, com genuflexões para os lados da democracia, até a época presente. Observe-se o reconhecimento da ordem antiga, nas duas câmaras especiais de casamentos. de primeira e segunda classe no Paço Municipal de Hilversum, na Holanda. Thomas Mann, nos *Buddenbrooks*, deu-nos um último vago vislumbre dessa antiga vida patricia burguesa.

Pelo fato de se ser membro da municipalidade, escapava-se aos deveres

feudais: assumiam-se, porém, responsabilidades burguesas. Não ocorria apenas ser o serviço militar obrigatório para os homens que não fossem oficiais da Igreja, mas as forças de polícia da cidade originariamente eram escolhidas por rodízio entre os burgueses: o dever de fazer a ronda. As guardas noturnas de cidades e burgos foram decretadas por Henrique III em 1253; e Stow recorda dois tipos de guarda no tempo da rainha Elizabeth: uma “guarda permanente”, para deveres sérios, e uma “guarda de marcha”, para as comemorações. As comunidades modernas têm imposto tais serviços apenas em caso de guerra ou por algum desastre súbito; mas a cidade medieval o introduziu nas suas rotinas diárias. E seria pertinente perguntar se o abandono dessas funções de defesa completamente nas mãos de uma polícia profissional não enfraqueceu a responsabilidade e ao mesmo tempo lançou fora um meio eficiente de educação cívica.

Já em 1693, por um ato do Conselho Comum de Londres, criou-se um dispositivo determinando que mais de mil guardas deveriam estar constantemente de serviço na *City* de Londres, do poente ao nascer do sol, e que cada habitante deveria tomar parte. Para manter tais corpos, era necessário inculcar um elevado senso de dever cívico e constantemente revigorá-lo por exemplos especiais de devoção e prêmios especiais: na falta destes, o ato desapareceu no século XVIII. Contudo, os bombeiros e trabalhadores de ambulâncias que desempenharam tantos serviços heróicos em Londres — e em muitas outras cidades —, durante a Segunda Guerra Mundial, estavam apenas retomando uma antiga liberdade medieval. Muitos deles testemunharam pessoalmente que a camaradagem promovida por aquele dever mais do que compensava as horríveis experiências que suportavam: de tal sorte que contam aquelas noites entre as suas mais caras lembranças.

Aqui, como na maioria dos demais setores, existia uma grande diferença entre as condições do século XI, ainda rudes, constrangidas e precárias, e as do século XVI, quando a riqueza invadira as cidades mais prósperas da Europa. No princípio, a cidade lutou como uma nova unidade social, para firmar sua própria existência: a constante insegurança promovia esforços e até mesmo solidariedade geral de vizinhos, entre as várias categorias de ocupação. Uns precisavam dos outros e grupos voluntários de vizinhos formavam-se espontaneamente, sob aquela pressão, assim como se forma hoje numa aldeia da Nova Inglaterra, onde o serviço de bombeiros e a ambulância do hospital ainda são guarnecidos por voluntários.

Depois que os privilégios tinham sido conquistados, grandes disparidades de fortuna surgiram entre os “bem-sucedidos” e os “malsucedidos”; então, a riqueza, assim como a posição, passou a ser herdada, e por sua vez criou um novo *status*, não menos formidável porque algo “eterizado”, baseado nos modos, na criação, na maneira de falar. O mal-estar invisível entre as classes, causado por uma abrupta queda de nível, tornou-se então mais impor-

tante que quaisquer das preocupações comuns ou que barreira protetora que outrora tinha feito da cidade medieval uma unidade social orgânica.

Ao terminar a Idade Média, indivíduos ricos começaram a fazer doações a escolas, a construir asilos para os velhos e órfãos, assumindo funções que outrora eram desempenhadas pela guilda, precisamente quando os novos déspotas começavam a tomar, do país como um todo, os privilégios e regulamentos políticos das cidades livres, transformando o particularismo urbano num particularismo e mercantilismo nacionais. Todavia, quando se tenta generalizar o período como um todo, pode-se ainda fazer eco a Gross, não obstante fosse ele profundamente imbuído de reservas vitorianas contra a corporação fechada e as normas protetoras da guilda, que punham a segurança acima dos riscos e do ganho de lucros: "Excluídos os habitantes dos *sokes* privilegiados, a... população era mais homogênea que a das cidades atualmente existentes; havia nas primeiras menos distinções de classes, mais igualdade de fortunas e mais harmonia de interesses que nas últimas".

Como palavras de alguém que não era admirador do sistema econômico medieval, esse julgamento tem duplo valor. E pode-se bem dizer tudo isso sem esquecer muitas exceções contristadoras, como o servil estado dos tecelões flamengos no século XIII, ou as violentas revoltas que se seguiram, enfrentadas por selvagens repressões e extermínios infligidos pelas classes dominantes. Sim: a violência e a tortura encontraram um lar dentro daquelas muralhas, não menos que a segurança; algumas das criaturas mutiladas das pinturas de Breughel, o Velho, talvez tenham sido vítimas da lei, não apenas da guerra ou da natureza, como teriam sido na antiga Babilônia. Mas a associação e o esforço voluntário, a ajuda e o socorro voluntário, haviam produzido um hábito político que iria longe para desafiar aquela violência num dia posterior — embora saibamos, pela revivescência generalizada da tortura e do extermínio em nossa própria geração, que essa vitória jamais será, ou pelo menos ainda não foi de caráter permanente.

As atividades sociais da cidade medieval não se reduziram à medida que cresceu a nova economia capitalista: pelo contrário, transferiram-se da auto-ajuda a doação de esmolas e à filantropia e, por fim, por necessidade, à ajuda do Estado. Fora da Igreja, uma única instituição sobreviveu das velhas guildas e aumentou seu poder e influência: talvez a mais importante instituição isolada produzida pela cultura medieval. Com um reconhecimento instintivo da sua importância, o nome dessa organização foi originariamente o termo comum para designar todas as guildas do século XII: *universitas*.

A *universitas* tornou-se a guilda. Como outras formas de associações de ofícios, o alvo da universidade era preparar para a prática de uma vocação e regular as condições sob as quais seus membros desempenhavam seu trabalho. A nova sabedoria, de grego e medicina árabe, em Salerno, o corpo recém-formado do direito romano, inclusive o desafio à teologia apresentado

por Averróis, Avicena e, acima de tudo, Aristóteles, exigiam um novo órgão cívico. Cada uma das grandes escolas que inicialmente formaram a universidade, jurisprudência, medicina e teologia, era de caráter profissional: embora tivessem o sistema de estudos gerais, seu humanismo estava mais na sua vida que nos estudos especializados de literatura antiga; na verdade, a educação "humanística" geral, que começou a surgir com o colégio do Renascimento, particularmente na Inglaterra, foi um enxerto de primeira classe na árvore original. Até hoje, são as escolas profissionais que ajudam a diferenciar a universidade do colégio.

Começando com a de Bolonha, em 1100, de Paris, em 1150, de Cambridge, em 1229, e de Salamanca, em 1243 — embora houvesse começos informais noutras partes, nas escolas das catedrais do século XII —, a universidade lançou as bases de uma nova organização cooperativa do conhecimento, numa base inter-regional. Os estudiosos afluíam àqueles centros de todas as partes da Europa; e, por sua vez, os mestres estudavam e lecionavam em templos distantes, assim como antes haviam feito nas escolas monásticas e das catedrais. A combinação de conhecimento científico, sagrado e político, que a universidade proporcionava nas suas faculdades, não teve paralelo exato em qualquer outra cultura.

Sem dúvida, os germes da universidade tinham estado latentes nos templos egípcios e babilônicos, assim como eram mais claramente visíveis na academia de Platão e na Biblioteca-Escola de Alexandria, ou no sistema retórico das municipalidades romanas; mas, na universidade, a organização do conhecimento foi elevada à condição de sistema duradouro, que não dependia, para sua continuação, de qualquer grupo único de sacerdotes, estudiosos ou textos. O sistema de conhecimentos era mais importante que as coisas da vida. Na universidade, as funções de acumulação cultural, disseminação e intercâmbio, e adição criadora — talvez as três funções mais essenciais da cidade —, eram adequadamente desempenhadas. E, assim como o claustro e a biblioteca do mosteiro podiam ser chamados uma universidade passiva, assim podia ser a universidade rotulada como uma clausura ativa; pois tornava explícita, de direito próprio, como uma função secular, uma das atividades necessárias da cidade: a retirada das responsabilidades práticas imediatas e a reapreciação crítica e renovação da herança cultural, graças ao intercâmbio direto entre mestres e alunos. No traçado original dos colégios de Oxford e Cambridge, o urbanismo medieval emprestou suas contribuições mais originais ao desenho cívico: a superquadra e o recinto urbano divorciados da antiga rede de becos e ruas.

Tratava-se de uma invenção social da primeira ordem: por ela apenas, a corporação medieval seria já importante. A própria independência da universidade, quanto às convenções de mercado e da cidade, estimulava o tipo especial de autoridades que ela exercia: a autoridade da verdade verificável, rati-

ficada pelos métodos de lógica e dialética, os novos estudos autorizados e o método científico, à medida que esses, por sua vez, se desenvolviam e acumulavam, de período a período. Os vícios de tal organização podem ser muitos; e seus serviços, durante os séculos intervententes, não tiveram valor uniforme, pois a universidade, até hoje, compartilha algo da exclusividade e do conservadorismo profissional do sistema de guildas. Muito freqüentemente, as contribuições principais ao conhecimento, de Newton a Einstein, de Gilbert a Faraday, foram feitas fora das paredes da universidade. Todavia, a ampliação e transmissão da herança intelectual teria sido inimaginável, na escala realmente alcançada desde o século XIII, sem a atuação da universidade. À medida que a Igreja deixava de ser o repositório de novos valores, a universidade gradualmente assumia essas funções. Esse fato veio valorizar a procura desinteressada da verdade, como valor dominante da vida, e ignorou, em alto grau, os reinos da estética e da moral. Assim, a universidade transformou-se num exemplo clássico daquela superespecialização e limitação de funções que hoje vence o desenvolvimento humano e ameaça sua própria sobrevivência.

7. Peregrinação, Cortejo e Procissão

Na nova liberdade de movimentos que surgiu com as liberdades corporativas reclamadas pela própria cidade medieval, a vida se exprimia como uma peregrinação: na peregrinação solitária de Dante pelo Inferno, Purgatório e Céu; na peregrinação em boa companhia de Chaucer a caminho do santuário de Canterbury. E mesmo nos extertores do período medieval, a vida ainda é vista sob a imagem dos "Progressos de um Peregrino".

Não importa quais fossem as necessidades práticas da cidade medieval, era, acima de todas as coisas, em sua animada e turbulenta vida, um palco para as cerimônias da Igreja. Ali encontravam-se seu drama e sua consumação ideal. Assim como, no fim da Idade Industrial, a imaginação mostrou-se, no nível mais elevado, numa estação ferroviária ou numa ponte, na cultura medieval, os efeitos práticos alcançaram seu apogeu, por um movimento oposto, no serviço de um grande símbolo de salvação. Homens que tinham pouco para comer davam parte daquele pouco para dizer orações e missas, acender velas e construir um poderoso tecido no qual a lenda, a alegoria, o dogma e o conhecimento se cristalizavam na nave e no altar, nos vitrais e nas pinturas murais, nos pórticos e rosáceas. Em ocasiões isoladas de grande exaltação religiosa, como a descrita por Henry Adams em *Mont-Saint-Michel and Chartres*, poderiam mesmo carregar as próprias pedras necessárias para o sítio, tanto os ricos quanto os pobres.

Nenhum estudioso sedentário, encarando aquela arquitetura em fotografias, nenhum observador superficial, tomando uma posição e tentando

traçar eixos e relações formais, acha-se em condições de penetrar aquele cenário urbano, mesmo em seu aspecto puramente estético. A chave da cidade visível acha-se no cortejo em movimento ou na procissão: acima de tudo, na grande procissão religiosa que corre pelas ruas e lugares antes de finalmente desembocar na igreja ou catedral, para a própria grande cerimônia. Ali não se vê uma arquitetura estática. As massas subitamente se expandem e desaparecem, à medida que nos aproximamos delas ou delas nos afastamos; uma dúzia de passos pode alterar a relação do proscênio com o fundo, ou do limite inferior e superior da linha de visão. Os perfis dos edifícios, com suas torres elevadas, suas agudas linhas de cobertura, seus pináculos, torres, esculturas, crescem e fluem, caem e se solidificam, erguem-se e tombam, com vitalidade não menor que as próprias estruturas. Como numa fina peça de estatuária, os contornos são muitas vezes inexauríveis na sua variedade.

Dentro do padrão medieval geral, profundas modificações de sentimento tiveram lugar durante cinco séculos. Experiências de vida radicalmente diferentes separam a confiante sobriedade das grandes edificações românicas, tão sólidas como fortalezas, tão solene como cantochão, do humanismo das magníficas Igrejas de Nossa Senhora, audaciosas e jovialmente experimentais, onde o tûmulo murado que simbolizava a aceitação da morte transformou-se numa lanterna celestial com sua promessa de ressurreição; ao passo que o esteticismo concentrado dos séculos XV e XVI, com seus complicados bordados e ornamentos, conta ainda outra história, de uma fé em desaparecimento e de preocupação cada vez maior com as tolices da vida diária ou com mortificações compensadoras, tais como as relatadas por Johan Huizinga.

Mas, apesar de todas essas mudanças, o próprio cenário mantinha sua estrutura coletiva: incorporava momentos sucessivos do espírito, sem perder a forma. As torres e campanários das igrejas atraíam os olhos para o céu; suas massas se elevavam, indiscutivelmente primeiras, em disposição hierárquica, acima de todos os símbolos menores de poder e riqueza terrena, e por suas rosáceas a luz rompia em auréolas de colorido puro formado por desenhos abstratos. De qualquer parte da cidade, os dedos admonitórios das agulhas, as espadas arcangélicas, com suas pontas de ouro, podiam ser vistos: se ocultos por um momento, subitamente apareciam quando os tetos se afastavam, com a força de um toque de trombetas. O que outrora ficara confinado dentro das paredes do mosteiro era agora visível dentro de toda a cidade medieval.

As curtas áreas de ingresso nos grandes prédios, as perspectivas bloqueadas, aumentam o efeito da verticalidade: olha-se não para a direita ou para a esquerda, num amplo panorama, mas para o céu. Aquele enclausramento ambulante era parte tão orgânica do movimento processional e da relação das estruturas entre si que não exigia a ênfase adicional que realmente lhe deu o Gótico da Inglaterra. Filas horizontais de janelas eram comuns nas casas e as carreiras horizontais, ousadamente acentuadas, quebram o movi-

mento vertical das torres em Salisbury ou Notre Dame de Paris, não menos que no Duomo de Florença. Mas, apesar de tudo isso, o movimento usual do olhar é para cima e para baixo, e a direção do movimento do caminhante, sempre mutável, constantemente ajudava a criar formas espaciais dinâmicas e tridimensionais, através de cada passagem mais distante, com um sentimento de constrição nas ruas estreitas e de libertação, quando subitamente se saía no adro ou na praça de mercado. Embora os detalhes arquitetônicos sejam tão diferentes em Lübeck, com suas torres e pináculos, e em Florença, com seus tetos baixos ou planos e seus largos beirais, o efeito estético total, produzido pelo próprio plano da cidade, é da mesma ordem.

Aqueles que caminhavam pela cidade em suas atividades cotidianas, que marchavam num cortejo de guilda ou numa parada marcial, ou que tomavam parte numa procissão religiosa, passavam por aquelas experiências estéticas e, no próprio voltar e retornar da procissão, podiam, por assim dizer, ver-se de antemão, como num espelho, observando as outras partes da procissão: assim, o participante e o espectador eram uma só pessoa, como jamais podem ser numa parada formal, por uma rua reta.

Vejamos uma procissão medieval pelos olhos de um contemporâneo do fim do período, que deixou atrás de si um quadro detalhado da ocasião. Fora das páginas de Stow, não conheço descrição que dê um senso mais vivo da cidade medieval. A época é o princípio do século XVI; o lugar é Antuérpia; a testemunha é Albrecht Dürer:

"No domingo depois da Assunção de Nossa Querida Senhora, eu vi a grande procissão da Igreja de Nossa Senhora de Antuérpia, quando a cidade inteira, de todos os ofícios e de todas as condições, achava-se reunida, cada qual a usar as suas melhores roupas, conforme a sua posição. E todas as ordens e corporações ostentavam as suas insígnias, pelas quais podiam ser reconhecidas. Nos intervalos, eram conduzidos grandes e caros círios e três compridas e antigas trombetas francas de prata. Havia também à moda alemã muitos pífaros e tambores. Todos os instrumentos eram forte e estrepitosamente soprados e batidos.

"Vi a procissão passar ao longo da rua, o povo alinhado em fileiras, cada homem a certa distância do vizinho, mas as fileiras muito próximas umas das outras. Estavam ali os Ourives, os Pintores, os Pedreiros, os Bordadores, os Escultores, os Marceneiros, os Carpinteiros, os Marinheiros, os Pescadores, os Alfaiates, os Sapateiros — enfim, trabalhadores de todas as espécies, e muitos artesãos e negociantes que trabalhavam para ganhar a vida. Da mesma forma, os comerciantes e os mercadores e os seus assistentes de todos os tipos ali se encontravam. Depois deles vinham os arqueiros com fundas, arcs e bestas, e também os cavaleiros e os infantes. Depois, a guarda dos Magistrados do Senhor. Em seguida, uma tropa requintada, toda de vermelho, nobre e esplendidamente vestida. Precedendo-os, entretanto, seguiam todas as ordens

religiosas e os membros de algumas fundações, muito devotadamente, todos com as suas diferentes vestimentas.

"Uma companhia bem grande de viúvas também participava da procissão. Sustentavam-se com o trabalho de suas próprias mãos e observavam uma regra especial. Estavam todas vestidas da cabeça aos pés, em roupagem de linho branco, feita expressamente para a ocasião, muito tristes de se verem. Entre elas observei algumas de grande dignidade. Depois de tudo, vinha o Capítulo da Igreja de Nossa Senhora, com todo o seu clero, escolásticos e tesoureiros. Vinte pessoas conduziam a imagem da Virgem Maria com o Senhor Jesus, adornada de maneira custosa, em honra do Senhor Deus.

"Nessa procissão, numerosas coisas deliciosas foram mostradas, que produziam grande efeito. Carroças eram arrastadas, levando em cima efígies de navios e outras estruturas. Por trás delas vinham as Companhias dos Profetas, na sua ordem, e cenas do Novo Testamento, tais como a Anunciação, os Três Reis Magos montados em grandes camelos e em outros animais raros, muito bem arranjados. (. . .) Do princípio ao fim, a procissão durou mais de duas horas, antes de ter acabado de passar pela nossa casa".

Note-se o vasto número de pessoas reunidas nessa procissão. Como na própria igreja, os espectadores eram também comungantes e participantes: introduziam-se no espetáculo, olhando-o de dentro, não apenas de fora; ou antes, sentindo-o de dentro, agindo em uníssono, não como seres esquecidos, reduzidos a um único papel especializado. A reza, a missa, o cortejo, a cerimônia de vida, o batismo, o casamento ou o funeral — a cidade mesma era o palco dessas diferentes cenas do drama, e o próprio cidadão, mesmo quando representava seus vários papéis, era ainda um homem integral, tornado um só pela visão cósmica e mantido em tensão pelo drama humano da Igreja, imitando o drama divino de seu fundador. Tão logo a unidade dessa ordem social foi rompida, tudo o que havia em volta dela entrou em confusão: a grande Igreja mesma transformou-se numa seita litigante em busca do poder e a cidade passou a ser um campo de batalha de culturas em conflito e modos dissonantes de vida.

CAPÍTULO X

Vida doméstica urbana medieval

1. O Cenário Doméstico

Na maior parte dos aspectos da vida medieval, predominou a corporação fechada. Todavia, comparada com a vida moderna, a família urbana medieval constituía uma unidade muito aberta; porque incluía, como parte da família normal, não apenas parentes de sangue mas um grupo de trabalhadores industriais assim como domésticos, cuja relação era a de membros secundários da família. Isso se aplicava a todas as classes, pois os jovens das classes superiores obtinham seu conhecimento do mundo servindo como auxiliares numa família nobre: o que observavam e ouviam na hora das refeições fazia parte da sua educação. Aprendiz e, não raro, jornaleiros viviam como membros da família do mestre artífice. Se, talvez, o casamento para os homens era diferido por mais tempo do que hoje, as vantagens da vida doméstica não faltavam inteiramente mesmo para o solteiro.

A oficina era uma família; assim também a contabilidade do mercador. Os membros comiam juntos à mesma mesa, trabalhavam nas mesmas salas, dormiam no mesmo salão comum, convertido à noite em dormitório, juntavam-se às orações de família, participavam das diversões comuns. A castidade e a virgindade ainda eram os estados ideais, conforme São Paulo os havia proclamado, mas o leitor de Boccaccio ou Chaucer não exagerará a sua predominância. A própria guilda era uma espécie de família patriarcal, que mantinha a ordem em sua própria casa, multando e castigando pequenas ofensas contra a fraternidade, inteiramente sem levar em conta a municipalidade. Até mesmo as prostitutas constituíam guildas; aliás, em Hamburgo, Viena e Augsburgo, os bordéis achavam-se sob proteção municipal. Quando se recorda que a sífilis não fez seu aparecimento definitivo, pelo menos de forma virulenta, até o século XV, a própria prostituição constituía uma ameaça de menor monta à saúde do corpo do que aconteceu nos séculos seguintes.

A íntima união de domesticidade e trabalho, que hoje sobrevive nas cidades apenas em minúsculas oficinas ou na casa de um ou outro pintor, arquiteto ou médico, ditava as principais disposições dentro da própria mora-

dia medieval. Naturalmente, entre as rudes tendas e recintos de pedras nuas do século X e a elaboradas casas dos mercadores que foram construídas entre os séculos XI e XVI, havia uma diferença tão grande como aquela existente entre a moradia do século XVII e um prédio de apartamentos metropolitano de hoje. Assim mesmo, vamos tentar isolar certos fatores comuns desse fenômeno. Alguns deles deixaram uma marca permanente, até o século XX.

As casas — apenas com dois ou três andares, no princípio — eram construídas geralmente em fileiras contínuas, ao redor do perímetro de seus grandes jardins; às vezes em grandes blocos, constituíam pátios interiores, com um gramado privado, ao qual se chegava por um único portão na rua. As casas livres, por demais expostas aos elementos, desperdiçando terras de ambos os lados, mais difíceis de aquecer, eram relativamente escassas; as próprias casas de fazenda faziam parte de um bloco sólido que abrangia os estábulos, celeiros e paióis. Os materiais para as casas vinham do solo local e variavam segundo a região, ora barro e paus, ora pedra ou tijolos, ora com tetos de palha (que constituíam perigo de incêndio), ora com telhas ou lajes. Casas em fileiras contínuas, formando o perímetro fechado de um quarteirão, com o acesso guardado no térreo, serviam como uma muralha doméstica: uma proteção legítima contra a entrada criminosas em tempos conturbados.

As casas mais antigas tinham pequenas aberturas de janelas, com folhas para proteger no mau tempo; depois, mais tarde, janelas permanentes de pano encerado, papel e, com o tempo, vidro. No século XV, o vidro, até então tão dispendioso que só era usado em edifícios públicos, tornou-se mais freqüente, a princípio apenas na parte superior da janela. No quadro da Anunciação do século XVI, pintado por Joos van Cleve (Museu Metropolitano), vê-se uma janela dupla dividida em três painéis; o painel superior, fixo, é de vidro em placas losangulares; os dois painéis seguintes têm folhas que se abrem para dentro; assim, a quantidade de exposição ao sol e ao ar podia ser controlada, e, contudo, em dias inclementes, os dois grupos de folhas podiam ser fechados, sem vedar completamente a luz. Em qualquer consideração de higiene e ventilação, esse tipo de janela, comum nos Países Baixos, era superior à janela inteiramente de vidro que o sucedeu, já que o vidro impede a entrada dos raios ultravioletas, bactericidas. Mais definitivamente ainda, era superior à parede selada de vidro que a moda arquitetônica em voga ultimamente introduziu, numa era supostamente iluminada, desafiando todo o preceito científico de higiene e fisiologia.

No século XVI, o vidro tornara-se barato e fácil de encontrar; assim, o ditado popular na Inglaterra a propósito de Hardwick Hall — “mais vidros que paredes” —, era igualmente verdadeiro com relação às casas do burgo. Mas, por estranho que pareça, a ventilação, na Inglaterra, era muitas vezes inadequada. Pois não sugeriu Erasmo de Rotterdam, numa carta ao médico de

Wolsey, que a saúde inglesa podia ser melhor se os quartos de dormir tivessem janelas de dois ou três lados?

Na área do mar do Norte, uma larga fileira de janelas estendia-se ao longo de toda a casa, em cada andar, na frente e nos fundos, contrabalancando assim, eficientemente, a tendência para aprofundar a casa. Mas, nas partes meridionais da Europa, o opressivo calor de verão punha freio a esse fenômeno, com exceção apenas das áreas de convivência. Embora os interiores medievais, por isso mesmo, fossem muitas vezes pouco iluminados, senão escuros, segundo nossos padrões, seus construtores agiam ousadamente a fim de conseguir luz, quando dela necessitavam: as velhas casas dos tecelões, em Sudbury, Inglaterra, têm janelas extralargas no pavimento superior, para dar luz ao tear; e, quando não se dispunha de luz bastante, por aqueles meios, os trabalhadores passavam a trabalhar ao ar livre, como ainda fazem os antigos fabricantes de rendas de Bruges, sentando-se às suas portas.

Os dispositivos de calefação aperfeiçoaram-se continuamente. Esse fato explica parcialmente a irrupção de energia humana no norte; o inverno foi aos poucos deixando de ser um período de estupidificante hibernação. A lareira aberta no meio de um piso de pedra, de eficiência dificilmente comparável ao dispositivo usado numa tenda indígena, cedeu lugar à lareira de chaminé. Ao lado deste melhoramento, surgiram invenções para defesa contra o fogo, pois a princípio, carecendo de materiais mais adequados, os burgueses mais pobres eram tentados a experimentar chaminés de madeira: uma prática indevidamente otimista, repetida nas antigas colônias da Nova Inglaterra e da Virgínia. Em 1276, Lübeck promulgou uma ordenação que obrigava ao uso de tetos e paredes divisórias à prova de fogo; em Londres, após o grave incêndio de 1189, foram concedidos privilégios especiais às pessoas que fizessem construções de pedras e telhas; ao passo que, em 1212, os tetos de palha passaram a ser obrigatoriamente caiados, para melhor resistirem ao fogo.

Quanto à planta baixa da casa, variava conforme a região e o século; todavia, certas características permaneceram comuns. Viollet-le-Duc mostrou-nos a planta original de uma casa francesa, com uma loja no pavimento térreo, ligada por meio de uma galeria aberta à cozinha nos fundos. As duas coisas formavam um pátio, onde a fonte ocupava um canto. Havia uma chaminé na cozinha e na sala de jantar ou *grande salle*, acima da loja; desta, tinha-se acesso aos dormitórios de cima. A planta de Moritz Heyne, de uma velha casa de Nuremberg, não é essencialmente diferente; mas, como nas casas que sobreviveram, do século XVII, há mais quartos interiores, uma cozinha e um quarto menor no pavimento térreo, uma sala aquecida acima da cozinha e certo número de dormitórios, com um retrete no segundo pavimento, diretamente por cima do que havia no primeiro.

Na Itália, o desejo de conforto no verão, combinado talvez com um amor inato à grandeza ou com o senso romano de dimensão, elevou o teto a

uma altura mais do que razoável, em Gênova ou Florença, a partir do século XVI; mas os edifícios que sobreviveram do século XIII, como a casa de Dante, indicam dimensões mais modestas, mais adequadas ao viver o ano inteiro. No desenvolvimento da casa, temperaturas em elevação graças ao homem acompanham uma expansão do espaço interior e uma elevação dos tetos, mas o aquecimento raramente correspondia ao frio de inverno, na Itália. As dimensões "brutalistas" de tantos palácios dos séculos XVI e XVII eram brutais tanto para o corpo quanto para os olhos. Os quartos dos criados, de teto baixo, devem ter sido mais confortáveis, pelo menos no inverno, que os elegantes aposentos dos patrões.

A única forma de moderno corredor era a galeria aberta ou as escadas estreitas, geralmente sinuosas. A galeria era uma característica comum nas moradias e sobrevive no desenho das antigas estalagens, onde um meio de circulação era especialmente necessário, e o salão interno, por causa da ausência de luz artificial, não era uma solução atraente — até que todo o pátio interno pôde ser coberto por uma clarabóia, como em algumas mansões e palacetes do século XIX. Os contornos principais, nesse tipo de casa, perderam por quase todo o século XVII, e ainda mais tarde.

Quando se descia na escala econômica, as disposições passavam a ser menos diferenciadas e o espaço mais restrito. O apartamento de um quarto para uma família inteira, num prédio de múltiplos andares, ainda comum entre os pobres de muitos países, possivelmente teve sua origem nas cidades mais industrializadas do fim da Idade Média: até mesmo no campo, onde não havia escassez de terras, Coulton registra a presença de uma casa de família para três pessoas, com 6 metros de comprimento e apenas 3,35 metros de largura. Tanto na cidade quanto no campo, a própria falta de espaço nascia da pura pobreza.

O fato de que a casa do burgo servia como oficina, depósito e casa de contabilidade impedia qualquer zoneamento municipal entre essas funções. A concorrência por espaço entre os locais doméstico e de trabalho, à medida que os negócios cresciam e a escala da produção se expandia, foi, sem dúvida, responsável pela invasão dos jardins, originariamente situados nos fundos, por telheiros, paióis de armazenagem e oficinas especiais. Mas existe ainda uma cervejaria em Bruges que ocupa agora quase todo um lado do Walplaats, construída na mesma escala da residência ao seu lado: o carregamento é feito no pátio atrás. Ali, o armazém, os telheiros e a garagem têm amplo espaço — mas ainda pertencem a uma escala medieval. Exceto onde a indústria era pequena e ruidosa, quando era muitas vezes posta à margem da cidade ou fora dos muros, essa íntima ligação da vida doméstica e industrial por muito tempo permaneceu normal: antítese exata do bairro residencial de hoje, segregado e legalmente esterilizado.

A produção em massa e a concentração de teares em grandes celeiros

era, aliás, conhecida em Flandres, no século XIV, e operações tais como moagem, fabricação de vidro e produção de ferro exigiam um tipo mais isolado de oficina, às vezes rodeada por oficinas correlatas, como lavanderia, tinturaria, tecelagem e encolhimento de tecidos. Foi nessas indústrias que se deu o primitivo rompimento entre o viver doméstico e o trabalho, quer em espaço, quer em função. A princípio, porém, o modelo familiar dominou a indústria, assim como dominara a organização do mosteiro beneditino. Sobrevivências desse regime perduraram em todas as cidades históricas européias: o hábito de morar no próprio local de trabalho, por muito tempo conservado pelos negociantes de tecidos de Londres, com os homens e mulheres separados em dormitórios, foi uma herança típica da Idade Média.

Na disposição e especialização dos cômodos, durante a Idade Média, os costumes da aristocracia apenas lentamente se infiltraram no resto da população. Requentes que eram gozados apenas pelos grandes senhores e grandes damas do século XIII só foram transformados em costumes populares no século XVII. Poder-se-ia ver isso noutro exemplo da "lei da transformação cultural": a criação de inovações por uma minoria favorecida e sua lenta infiltração, no decorrer dos séculos, nas camadas econômicas inferiores. A primeira alteração radical, que iria modificar a forma da cidade medieval, foi o desenvolvimento do sentido de isolamento. Isso significava, na realidade, retirada voluntária da vida comum e renúncia aos interesses comuns dos semelhantes. Recolhimento no sono; recolhimento para comer; isolamento no ritual religioso e social; recolhimento, por fim, no pensamento. Isso ocorreu a par de um esclarecimento e separação geral das funções que se estendem mesmo, na França, no século XVII, à culinária.

Nos castelos do século XIII, nota-se a existência de um quarto privado para os nobres proprietários; e encontra-se também, não longe dele, pendente sobre o fosso, um retrete privado: o primeiro indício de luxo do século XIX, de uma privada para cada família ou da extravagante exigência americana de uma privada para cada quarto de dormir. Em 1362, Langland, em *Piers Plowman*, escarnecia da tendência do *Lord* e da *Lady*, de se afastarem do salão comum para as refeições privadas e para o entretenimento privado. Deve ter ele antevisto o fim daquela relação social recíproca entre as camadas estáveis e superior e inferior do regime feudal; uma relação que abrandara suas opressões, já que eles compartilhavam os mesmos aposentos. O desejo de isolamento assinalou o início daquela nova divisão de classes que iria conduzir à impiedosa competição de classes e à auto-afirmação individual de tempos posteriores: com efeito, uma vez que as consciências se tornam sensíveis, é mais fácil praticar a desumanidade contra aqueles que não se vêem.

A separação entre a cozinha e a sala de refeições não é característica, provavelmente, da maioria da população de qualquer país de hoje: na verdade, nos Estados Unidos, graças à ausência de empregados domésticos, a união

visual e funcional daquelas duas partes está sendo rapidamente restabelecida. Tal separação verificara-se no mosteiro por causa da quantidade de preparações, e foi afinal copiada na mansão senhorial, no colégio e na boa casa da cidade. Mas apenas as dependências de serviço ofereciam à vida social um importante incentivo: só elas eram usualmente aquecidas. O fato de a casa medieval ter sido fria no inverno, dificilmente menos no sul que no norte, talvez explique o desenvolvimento de alcovas interiores, isoladas por ar das paredes exteriores, assim como sem dúvida explica o desenvolvimento da alcova para a cama, ou o aparecimento de um cortinado ao redor do leito, para fazer com que o calor fechado dos corpos aquecesse o ar impuro.

Todavia, o frio não poderia ter sido insuportável, ou, do contrário, as pessoas usariam roupas de dormir ou conservariam uma veste, em vez de "irem nuas para a cama", como numerosas ilustrações as representam. O isolamento na cama surgiu primeiro na Itália, entre as classes superiores: testemunha disso é a *Visão de Santa Úrsula*, de Carpaccio, num quarto que ainda hoje seria considerado adequado e encantador. Mas o desejo de tê-lo parece ter-se desenvolvido quase tão lentamente quanto os meios. Ainda no século XVII, as criadas muitas vezes dormiam em camas de rodas (que durante o dia eram empurradas para debaixo da grande cama), ao pé de seu senhor e senhora, ao passo que três séculos antes, Thomas Hoccleve refere-se, num poema, a um conde, uma condessa, sua governanta e sua filha, todos dormindo no mesmo quarto.

Até que se inventou a cama cortinada, o ato sexual deve ter tido lugar, na maior parte dos casos, sob as cobertas e, tivesse ou não tivesse cortinas a cama, na escuridão. A intimidade na cama precedeu o quarto privado; pois, mesmo no século XVII, em gravuras da vida da classe média superior — e na França que era um país de reputados requintes —, a cama ainda ocupa muitas vezes uma parte da sala de estar. Sob tais circunstâncias, o ritual erótico deve ter sido curto e quase secreto, com pouco excitação preliminar por meio do olhar, da voz ou dos movimentos livres. Contudo, o sexo tinha suas estações abertas, sem dúvida, especialmente a primavera: pois os últimos calendários astrológicos medievais, que retratam esse despertar, mostram os amantes em união ao ar livre, inteiramente vestidos. Em suma, a paixão erótica era mais atraente no jardim e no bosque ou sob uma sebe, a despeito do lixo ou dos insetos, do que o era na casa, sobre um colchão cujas palhas ou penas mofadas nunca estavam inteiramente livres de moscas ou de malcheirosa umidade.

Para os amantes, dentro da casa medieval, os meses de inverno devem ter sido um grande lençol úmido. Mas, contra essa interpretação algo desfavorável, deve-se, com honestidade, citar o julgamento contrário, do poeta medieval François Villon:

*Gabam-se dormir perto da árvore do bosque.
Não agrada melhor um leito de cadeiras de ladeado?
Que dizeis? Será necessário mais longa defesa?
Nenhum tesouro é como viver como gostamos.*

Para resumir a moradia medieval, pode-se dizer que se caracterizava pela ausência geral de espaço funcionalmente diferenciado. Nas cidades, todavia, essa falta de especialização interior foi compensada por um desenvolvimento mais completo das funções domésticas nas instituições públicas. Embora a casa pudesse carecer de um forno privado, havia um forno público na padaria próxima ou na casa de pasto. Embora pudesse carecer de um banheiro privado, havia na vizinhança uma casa de banho municipal. Embora pudesse carecer de facilidades para isolar e tratar de um membro doente, havia numerosos hospitais públicos: tanto que Tomás Morus na sua *Utopia*, pôde mesmo conceber que, em sua comunidade ideal, as pessoas prefeririam ser tratadas em tal instituição. E, embora os amantes pudessem não possuir um quarto de dormir privado, podiam "estender-se entre os campos de centeio", logo fora dos muros da cidade — e tra-la-la-la!

Evidentemente, a casa medieval tinha muito pouco das duas importantes exigências domésticas da época presente: isolamento e conforto. E a tendência, no fim da Idade Média, de se aprofundar a casa estreita, sob pressão do congestionamento, progressivamente privou aqueles que trabalhavam mais constantemente dentro de casa, a mãe, os criados, as crianças, do necessário ar e luz que os moradores do campo podiam ter em residências muito mais rudes.

Note-se este paradoxo da prosperidade: enquanto as condições eram rudes — enquanto o povo morava ao ar livre, andava livremente pelos jardins ou pela rua, comprava e vendia ao ar livre e abria as janelas e deixava entrar o pleno sol —, os defeitos biológicos da casa medieval eram muito menos graves do que se revelaram mais tarde, sob um regime mais requintado. Quanto a suas virtudes, a casa, durante o dia, não era um lugar de separação dos sexos: as mulheres tinham uma parte íntima em todos os negócios e interesses da família, e a sua constante presença, ainda que às vezes capaz de distrair, provavelmente teve uma influência humanizadora sobre a vida de trabalho: uma influência elevada a altitudes ideais no culto da Virgem, no século XIII.

Estando a própria maternidade valorizada e elevada, melhorou o cuidado das crianças. Não foi por falta de preocupação pelas crianças que foram os registros de mortalidade infantil do período medieval tão negros, até onde os podemos avaliar. O berço, o cavalinho de pau e até mesmo o disco de caminhar, para a criança que ainda não aprendera a andar, são mostrados em gravuras do século XVI. Tais querubins eram tratados com amor: foi para uma

casa de crianças na Piazza Santa Annunziata, em Florença, que Andrea della Robbia fez algumas das suas mais encantadoras esculturas em cerâmica.

Mas o meio doméstico, sob pressão do congestionamento e dos aluguéis elevados, no fim da Idade Média, tornou-se cada vez mais deficiente; e doenças tais como as que se propagam pelo contato ou pela respiração devem ter tido uma oportunidade máxima de varrer famílias inteiras, na casa do fim do período medieval. A residência urbana foi, com efeito, o elo mais fraco dos procedimentos sanitários medievais, uma vez que os espaços abertos foram cada vez mais afastados com o crescimento da cidade, e os internos foram cobertos por construções. Noutros aspectos, os padrões eram muito mais apropriados do que acreditava a maioria dos comentadores vitorianos — e aqueles que ainda fazem eco aos seus preconceitos e repetem descaradamente seus erros.

2. Ar, Espaço, Sanitação

Tudo isso, quanto à domesticidade: que dizer, porém, da economia maior da cidade? Começarei com o terreno no qual o erro e o preconceito têm amadurecido por mais de dois séculos: o da sanitação medieval.

Como todas as demais caracterizações da cidade medieval, a saúde é um tema difícil de tratar, por causa da ampla variedade que existe, não apenas entre países, mas entre municipalidades a um dia de caminhada uma da outra. Não existem apenas diferenças marcadas entre as próprias cidades durante o mesmo período, mas na mesma cidade em diferentes períodos. Além disso, devemos recordar que práticas inteiramente inócuas, numa pequena população rodeada por bastante terra aberta, tornavam-se imundas, quando o mesmo número de pessoas se amontoava numa única rua, haja vista Cambridge, onde, segundo Coulton, permitia-se o acúmulo de uma pilha de esterco nas vias públicas, que só era removido de semana em semana. Talvez não tenha sido por acaso que um parlamento reunido em Cambridge, em 1338 aprovou a primeira lei sanitária urbana da Inglaterra.

Com toda probabilidade, a antiga aldeia ou pequena cidade medieval gozava de condições mais sadias, apesar de toda a rudeza da acomodação sanitária dentro e fora da casa, do que sua sucessora mais próspera do século XVI. Não ocorria apenas ser a cidade por trás dos muros suficientemente pequena para ter pronto acesso à terra aberta; mas boa parte da população possuía hortas privadas atrás de suas casas e praticava ocupações rurais dentro da cidade, assim como o faziam na pequena cidade típica americana, até 1890, e ainda o fazem em muitos lugares.

Além disso, os burgueses tinham seus próprios pomares e vinhais nos subúrbios, e guardavam vacas ou ovelhas nos campos da comunidade, sob os

cuidados de um pastor municipal, chegando mesmo a obter parte do seu suprimento de madeira da floresta municipal. Perto da cidade, o criador de aves e o caçador de coelhos podiam ir caçar. William Fitz Stephen notou que os cidadãos de Londres tinham o direito de caçar na vizinha Middlesex, Hertfordshire, nos Chiltern Hundreds e em parte de Kent: por muito tempo, a Floresta de Epping continuou sendo para eles um lugar favorecido de caça. E, nos cursos d'água perto da cidade, a pesca era diligentemente praticada; Augsburg, por exemplo, era famosa por suas trutas e, até 1643, muitos dos funcionários municipais recebiam em trutas o seu pagamento.

Esta acentuada tendência rural pode ser observada nas antigas plantas de cidades: a cidade medieval típica achava-se mais próxima do que hoje chamaríamos uma aldeia ou uma cidade do interior que de um congestionado centro moderno de trabalho. Muitas das cidades medievais que foram detidas no seu crescimento antes do século XIX mostram ainda jardins e pomares no coração da comunidade, tais como os encontramos nas gravuras do século XVI. O padrão de espaço aberto alcançado em bairros residenciais modelo como Bournville e Port Sunlight, no fim do século XIX, provavelmente não era mais generoso do que o gozado pelas classes médias em muitos lugares. Goethe, em seu *Dichtung und Wahrheit*, descreve um belo jardim desse tipo, na antiga Frankfurt, tão propício à vida familiar.

O povo medieval estava acostumado à vida ao ar livre: tinha campos de tiro e campos de péla; jogavam bola e futebol e promoviam corridas e praticavam o manejo do arco; todas essas oportunidades eram proporcionadas por espaços abertos bem próximos. Quando os espaços abertos se encheram, observa Giovanni Botero, Francisco I destinou uma baixada perto do rio aos estudantes da Universidade de Paris — o que prova que entre a Universidade, na Rive Gauche, e Ile de la Cité, a terra estava longe de ser coberta por construções. O espírito dessa diversão cordial e informal, a propósito, ainda hoje é encontrado no mais alegre e talvez mais belo de todos os parques urbanos formais, o Jardim du Luxembourg.

Em suma, no que diz respeito aos espaços abertos utilizáveis, a cidade medieval típica teve, no seu início e através da maior porção de sua existência, um padrão muito mais elevado para a massa da população do que qualquer outra forma posterior de cidade, até os primeiros subúrbios românticos do século XIX. Onde esses espaços comuns foram conservados, como, notadamente, em Leicester, constituíam a base de parques públicos que rivalizavam com aqueles espaços destinados à realeza.

Para ter-se uma noção dos padrões medievais de espaço aberto em construção, é necessário que nos voltemos para os edifícios semipúblicos ainda sobreviventes, tais como as Estalagens da Corte, em Londres, os colégios de Oxford e Cambridge, ou as Casas dos Velhos, tais como ainda se encontram na Holanda, Bélgica e Inglaterra. Não se deve olhar as ruas estreitas por entre

as casas sem recordar o jardim aberto ou as hortas cuidadosamente demarcadas, que geralmente se estendiam atrás delas.

Acentuo a persistência do caráter rural na cidade medieval por causa da falsa imagem contrária que por muito tempo se impôs como uma idéia fixa, quase por demais firmemente irracional para ser removida pela apresentação da prova real. As pessoas ainda confundem a decadência cumulativa, que preencheu os espaços verdes, com a estrutura original, que era aberta e sólida. Enquanto esses espaços abertos permaneceram, os rudes dispositivos sanitários da pequena cidade medieval não foram necessariamente tão ofensivos quanto eram pintados. Queixas como as feitas pelos Frades Predicantes, em Beziers, em 1345, por causa dos maus odores saídos de um curtume, dificilmente teriam sido feitas se os maus odores fossem constantes e universais.

Com o tempo, a crescente população, muitas vezes incapaz de se expandir para fora dos muros da cidade, cobriu os espaços abertos interiores; e então, graves erros higiênicos foram cometidos. Como tal coisa aconteceu pode-se saber graças a um exemplo típico de Stow. A Igreja Paroquial de St. Mary-le-Bow, em Londres, precisava de espaço no cemitério para sepultamento dos mortos. Contudo, pela metade do século XV, estava rodeada de casas. John Rotham, no seu testamento, deixou certo jardim de Hosier's Lane para cemitério. Após cem anos, a capital superpovoada não podia nem mesmo dar-se ao luxo de ter espaços abertos para os mortos. Assim, aquele espaço aberto foi coberto por construção. Jardim: cemitério: lote para moradia — tal foi a sucessão. Finalmente, no século XVII, também o quintal podia receber construções e a massa insalubre daí resultante, cheia de detritos durante os anos, seria então encarada por um apóstolo do progresso do século XIX como um exemplo de "superpovoamento tipicamente medieval".

Não há dúvida, porém, de que os corpos sujeitos ao conveniente sepultamento cristão tornaram-se uma ameaça sanitária na cidade medieval, tão logo puderam, pela infiltração, contaminar o suprimento de água. E, à medida que crescia a população, o acúmulo dos mortos no coração da cidade aumentava a ameaça. Era, naturalmente, uma conveniência, tanto para o sepultamento quanto para outros atos de piedosa recordação, enterrar os mortos a uma distância dos vivos que pudesse ser coberta a pé: mas essa prática, numa cidade que contava com fontes e mananciais para ter água potável, foi um dos mais graves defeitos higiênicos da cidade medieval.

Quanto à deposição de detritos, tem sido sempre a *bête noire* dos agrupamentos urbanos muito fechados; e continua sendo. Na maior parte, as grandes cidades de hoje, no mundo inteiro, ainda não mostram suficientes recursos técnicos no tratar esse problema, pois, ao confiar na privada de descarga, poluem os rios e desperdiçam preciosos materiais nitrogenados que poderiam enriquecer o solo. Onde, em épocas passadas, os agricultores e granjeiros próximos, que mandavam produtos ao mercado, tiravam partido da

proximidade da cidade, recolhendo sistematicamente o excremento humano para ser usado na terra, tanto a cidade quanto o solo saíam ganhando: na verdade, quanto maior a cidade, mais rica a terra fora dela e mais proveitosa as atividades do granjeiro de feira.

O que se deve notar, quando se tem de julgar a cidade medieval, é que a salubridade rude não é necessariamente má salubridade, pois uma casa de fazenda medieval, onde as pilhas comuns de esterco eram a única privada doméstica, não constituía uma ameaça tão grande à saúde de seus habitantes quanto a progressista cidade anterior a Pasteur, do século XIX, abençoada com requintadas privadas em toda moradia de classe média e amaldiçoada por um suprimento de água potável tirada do mesmo rio no qual o esgoto da cidade acima era esvaziado.

E, já em 1388, o parlamento inglês aprovou uma lei que proibia o lançamento de imundície e lixo em valas, rios e águas. O poeta Lydgate, em seu *Troy Book*, ia mais longe, pois falava de um rio "de peixes cheio o bastante", destinado a conduzir para fora imundícies e lixo por meio de *encanamentos de condução*:

*Pela que a cidade muita certeza tinha
De se livrar de toda a corrupção,
Do ar impuro e da infecção,
Que causam muita, por sua violência,
Mortalidade e grande pestilência.*

Assim como a legislação, esse trecho reconhece ao mesmo tempo a existência de um grave perigo e aponta o remédio. No século XVI, dispositivos especiais como esses, tendo em vista o controle e a decência sanitária, tinham-se tornado difundidos. Assim, Stow menciona uma ordenação de Londres determinando que "homem algum enterrará qualquer esterco ou excremento dentro dos limites da cidade" nem "conduzirá qualquer excremento até depois das nove horas da noite", vale dizer, após a hora de dormir. William Stubbs assinala que a primeira rede pública de esgotos e obras hidráulicas foi construída pela cidade de Bunzlau, na Silésia, em 1543. Embora também assinala que os esgotos eram conduzidos por encanamentos a uma área de deposição, sugerindo uma moderna usina de esgotos, não explica como essa espantosa inovação precedeu a invenção da privada inglesa em 1596. Mas Alberti, um século inteiro antes, no seu capítulo sobre "Drenos e Esgotos", distinguiu entre drenos que conduziam "a imundície para algum rio, lago ou mar", e aqueles que a conduziam para um "profundo buraco cavado no chão". Acrescentava que as "bacias para recebimento da urina devem ficar tão distantes da casa quanto possível".

Se soubéssemos de mais coisas a respeito da incidência de doenças infecciosas em períodos mais antigos, teríamos um retrato melhor da salubri-

dade medieval. Contudo, nada há para mostrar que as visitações da peste fossem mais severas e mais freqüentes do que os repetidos ataques de tifoide e cólera nas cidades americanas e européas do século XIX: não há, tampouco, provas suficientes de que dispositivos sanitários deficientes fossem os únicos responsáveis pela origem ou virulência das epidemias medievais. Mas, naquela época, como hoje, a falta de convenientes facilidades para lavagem poderia explicar a disenteria provocada pela contaminação de alimentos e até mesmo o elevado índice de mortalidade infantil, a cujo respeito não há dúvida. Mas a ofensa mais predominante contra a saúde era simplesmente o trabalho doméstico pouco cuidado: o difundido hábito de cobrir o chão com tapetes, sem renová-los freqüentemente: uma prática da Inglaterra que Erasmo censurava severamente, com marcada referência ao acúmulo de palha mofada, lixo e ossos, para não falar em vômito e urina e nos excrementos de animais domésticos.

Todavia, mesmo com padrões muito mais elevados de salubridade municipal e higiene doméstica, as cidades modernas são periodicamente varridas por ondas de influenza e poliomielite: na verdade, o índice de mortalidade causado pela influenza, na grande epidemia de 1918, por pouco não foi igual à pior das pragas medievais, a própria Peste Negra. Se a esperança de vida medieval era baixa, por ocasião do nascimento, uma dieta deficiente, especialmente uma dieta deficiente no inverno, talvez deva arcar com uma parte tão grande da culpa quanto a errática deposição de matéria fecal; e a falta geral de sabão foi, possivelmente, ainda mais responsável pela mortalidade infantil.

Nessas matérias, como mostrou o professor Lynn Thorndike, a prova favorável a numerosas cidades medievais é indiscutível. Cita ele o elogio de Florença feito por Bruni, no qual este observa que "certas cidades são tão sujas que todo e qualquer dejetos que é produzido durante a noite é posto de manhã diante dos olhos dos homens para ser pisado, tanto que é impossível imaginar coisa mais malcheirosa. Pois, mesmo que haja ali milhares, riqueza inexaurível, infinita multidão de pessoas, ainda assim eu condenarei uma cidade tão suja e nunca lhe darei muita consideração". De maneira semelhante, Leland, observador mais próximo de nós, nas suas viagens pela Inglaterra, fez referência especial à imundície, toda vez que essa se lhe deparou: sem dúvida, era suficientemente rara para merecer comentários. Alberti observava que Siena, construída numa encosta, carecendo de esgotos, exalava mau cheiro em todas as horas do dia. Em suma, as provas não favorecem uma denúncia total nem uma absolvição unânime.

Mas uma mudança para pior ocorreu, sem dúvida, perto do fim da Idade Média, a respeito dos regulamentos sanitários. Foi causada pelo aparecimento da casa de apartamentos de múltiplos andares, muitas vezes com quatro e cinco pavimentos, às vezes com muitos mais, em cidades como Edimburgo. Aquelas elevadas moradias desencorajavam o uso das facilidades exteriores. A

própria distância entre os pavimentos superiores e o térreo tentava as pessoas a serem descuidadas e imundas, no esvaziar seus vasos noturnos. Aqui, a falta de um instrumento técnico adequado tomou-se quase tão monstruosa quanto tinha sido no antigo caso das *insulae* romanas. Esse, porém, foi um fenômeno posterior, um produto dos aluguéis elevados e da concentração urbana. Até que começasse o congestionamento, os odores normais de uma cidade medieval provavelmente não eram mais ofensivos que os de uma fazenda; e não caberia ao século XIX, com suas terríveis deficiências sanitárias, reprovar o período anterior. Os esgotos abertos, num "centro progressista de civilização", como Berlim, como foram encontrados pelo dr. William Osler em 1873, eram, provavelmente, igualmente ofensivos e, conforme ele assinalou, igualmente perigosos à saúde.

O que se aplica aos dejetos humanos aplica-se também às sobras de cozinha. Os restos eram comidos pelos cães, pelas galinhas e pelos porcos, que agiam como os almotacéis da limpeza geral da cidade: uma miniatura de 1317, reproduzida por Poete, mostra um carneiro e um porco atravessando uma ponte em Paris, então a maior metrópole da Europa. No século XVI, nas cidades bem administradas que tinham criado disposições para limpeza de ruas, houve também o banimento da criação de porcos em qualquer parte da cidade, mesmo nos terrenos por trás das casas. Mas, nos primeiros tempos, o porco foi um elemento ativo da Junta de Saúde local. Como outras numerosíssimas instituições medievais, o porco perdurou em centros mais atrasados até meados do século XIX.

Os restos não aproveitáveis eram, sem dúvida, de deposição mais difícil: cinzas, restos dos curtumes, grandes ossos; mas, certamente, existiam em menor quantidade do que na cidade moderna, pois latas vazias, ferro velho, cacos de vidro, papéis, eram escassos ou mesmo inexistentes. De modo geral, os detritos medievais constituíam matéria orgânica que se decompunha e misturava com a terra. E, no balanço final, não se deve esquecer o germicida municipal de última instância: o fogo. Naqueles ninhos de edificações de madeira, particularmente nos primeiros séculos, costumava haver rompimentos de incêndios, famosos nos anais de todas as cidades. Isso sujeitava ruas e bairros inteiros ao mais poderoso dos desinfetantes. Aquela função não deixou de ser reconhecida. Stow assinala que o costume de acender fogueiras nos dias de festas de verão constituía não apenas uma ocasião de reconciliação com os inimigos, mas tinha "a virtude que um grande fogo tem de purgar a infecção do ar". Assim, foi o luxuoso revestimento das cidades medievais com tijolos e pedras que insidiosamente solapou a rude aplicação do fogo como germicida.

3. Purificação e os Cinco Sentidos

Dois outros assuntos intimamente relacionados com a higiene ainda estão por ser discutidos: o banho e o suprimento de água potável.

Já no século XIII, apareceu o banho privado. Uma das damas de Boccaccio prepara um banho de tina para seu amante e, como este não aparece, trata de tomá-lo ela própria. Às vezes, o banho surgia com o quarto de vestir, como sabemos por um livro doméstico de um mercador do século XVI, ao passo que no apartamento de três cômodos descrito na cidade ideal de Johann Andreae, Cristianópolis, um deles é o quarto de banho, ao lado da cozinha e de um compartimento para dormir. Em 1417, aliás, banhos quentes em casas particulares foram especialmente autorizados pela cidade de Londres. Mas, se alguma coisa fosse necessária para deixar clara a atitude medieval para com a limpeza, o domínio das casas públicas de banho seria suficiente.

As casas de banho eram instituições características em todas as cidades do norte da Europa e podiam ser encontradas em todos os bairros. Guarinônio queixava-se de que as crianças e mocinhas de dez a dezoito anos de idade corriam desavergonhadamente nuas pelas ruas dirigindo-se aos estabelecimentos de banho. O banhar-se era uma diversão de família. Essas casas de banho costumavam, às vezes, ser dirigidas por particulares; mais usualmente, talvez, pela municipalidade. Em Riga, já no século XIII, as casas de banho são mencionadas, de acordo com Von Below; no século XIV, havia sete de tais estabelecimentos em Würzburg; e, no fim da Idade Média, havia onze em Ulm, doze em Nuremberg, quinze em Frankfurt, dezessete em Augsburg e vinte e nove em Viena. Frankfurt, aliás, tinha vinte e nove proprietários de casas de banho já em 1387. Tão difundido era o banho na Idade Média que o costume se propagou até para os distritos rurais, cujos habitantes tinham sido censurados pelos escritores dos primitivos *fabliaux* como suínos imundos. O que é, na essência, o banho medieval, perdurou até hoje na aldeia russa ou finlandesa.

Os banhos públicos destinavam-se a fazer suar e transpirar, para uma limpeza quase anti-séptica. Essa purgação da epiderme era costumeira pelo menos todas as quinzenas, às vezes todas as semanas. O próprio ato de se reunir numa casa de banho promovia a sociabilidade, como fizera nos tempos romanos, sem qualquer embaraço a respeito da exposição do corpo, como Dürer mostra claramente numa das suas gravuras. O banho era o lugar onde as pessoas trocavam mexericos e comiam; aliás, às vezes, uma pessoa mergulhava na banheira com um companheiro do sexo oposto; e, além disso, servia como balneário, semimédico, onde se atendia à tarefa mais séria de ser submetido a sanguessugas, para curar dores ou condições inflamatórias.

Com a multiplicação dos solteiros na cidade que crescia, talvez também com a deterioração da própria vida familiar, as casas de banho tornaram-se

lugares freqüentados por mulheres perdidas, à procura de vítimas, e por homens luxuriosos em busca do prazer sensual. Já em 1438, Tafur, um nobre espanhol em visita a Bruges, mostrava-se espantado com os banhos mistos em tais casas, "que consideram tão honestas como, para nós, ir à igreja", pois tal espetáculo constituía um dos estimulantes passeios aos quais os forasteiros eram levados. Em consequência, a palavra medieval para designar casa de banho, precisamente "estufa", entrou para a língua inglesa como sinônimo de bordel: nesse sentido, já era usada em *Piers Plowman*. Talvez seja apenas um caso de justiça poética o fato de que muitas cidades do século XIX, orgulhosas de todos os meios pelos quais tinham progredido além da suposta imundície e desordem da vida medieval, deram o primeiro passo para compensar sua extrema falta de facilidades de banho, nos bairros mais pobres, erigindo casas públicas de banho. Sem dúvida, seus funcionários ficariam espantados de saber que estavam apenas seguindo, em escala lamentavelmente reduzida, um precedente medieval comum.

A provisão de água potável foi também uma função coletiva da cidade. Primeiro, manter bem cuidado um poço ou manancial, num recinto conveniente: depois, a edificação de um chafariz na praça pública e de bicas e chafarizes nas vizinhanças, às vezes dentro do quarteirão, às vezes nas vias públicas. Uma das primeiras coisas que o papa Martinho IV fez, ao retomar a ocupação do Vaticano, após o grande Cisma, foi restabelecer um dos aquedutos quebrados de Roma, para levar água à sua crescente população. Como ia crescendo o número de habitantes, foi muitas vezes necessário encontrar novas fontes, bem como distribuir as antigas por um território mais amplo. Em 1236, foi concedida uma patente para um encanamento de chumbo destinado a conduzir água do Córrego Tyborne para a cidade de Londres; instalaram-se encanamentos em Zittau, em 1374; e em Breslau, em 1479, a água era bombeada do rio e conduzida por manilhas através da cidade. Provavelmente, tais manilhas eram condutos de madeira como os toros ocios, ilustrados em *De Re Metallica*, do dr. Georg Bauer, e os que foram usados na ilha de Manhattan, por exemplo, até o século XIX. Ainda no século XV, a provisão de encanamentos de água em Londres era matéria de filantropia privada, como os hospitais e casas de caridade.

Como no caso dos banhos, o encanamento de água para os chafarizes públicos, de onde era distribuída a mão para as casas, não era tão conveniente quanto a ampliação de um sistema comum a todos os proprietários. Contudo, a água encanada de certa distância por companhias privadas só começou a gotejar no século XVII; e, raramente, era um suprimento suficiente. Para compensar esse fato, a fonte satisfazia a duas importantes funções, que mais tarde tenderam a desaparecer, com o aumento da eficiência tecnológica: a fonte pública era muitas vezes uma obra de arte, agradável à vista, ao mesmo tempo que capaz de matar a sede, nas cidades da Itália e da Suíça; e era,

ademais, um foco de sociabilidade, dando ocasião para encontros e troca de mexericos, já que o chafariz ou a bomba, não menos que o salão de barris da taverna, faziam as vezes do jornal falado de um distrito. Os sanitaristas e engenheiros de hoje, quando procuram propagar seus benefícios mecânicos familiares aos países atrasados, levando água a todas as casas de aldeias em tudo o mais primitivas, muitas vezes abalam gravemente a vida social da comunidade, sem oferecer suficiente compensação.

Num sentido, a própria ineficiência do suprimento de água da cidade medieval constituía uma fonte de sua força para a defesa, pois era, pelo menos, auto-suficiente. Quando, após o século XVII, as cidades em crescimento viram-se forçadas a buscar água fora de suas fortificações puseram-se à mercê de um exército que podia dominar o campo aberto e cortar seu suprimento: assim, também seus exércitos foram finalmente impelidos para o campo aberto. Mas as grandes cidades continuaram a crescer mais rapidamente que seus recursos técnicos ou de capital; e isso conduziu quer à aceitação de um escasso suprimento de água, quer à livre exploração de fontes poluídas por esgotos e envenenadas por produtos químicos. Isso explica, em boa parte, a perda de hábitos de higiene medievais nas metrópoles em desenvolvimento e a verdadeira carência de água que veio juntar-se a outras graves misérias das novas cidades industriais do século XIX.

Ao contrário do preconceito ainda corrente, muitas cidades medievais, em suas medidas remediadoras e preventivas, tendo em vista a saúde, achavam-se muito à frente de suas sucessoras vitorianas. Os hospitais públicos foram uma das definidas contribuições cristãs à cidade. Jerônimo conta que, em 360 A.D., Fabíola destinou sua vila ao cuidado dos doentes necessitados, que de outra forma eram deixados a morrer à míngua nas ruas de Roma. Desde aquele tempo, e muito rapidamente após o século XI, as ordens sacras fundaram hospitais em quase todas as cidades: costumava haver pelo menos dois, na maioria das cidades alemãs, um para leprosos e um para outros tipos de doenças, segundo Heil; ao passo que nas "grandes" cidades, como Breslau, com seus trinta mil habitantes no século XV, costumava haver até mesmo quinze, ou um para cada dois mil habitantes. Que cidade moderna pode exibir algo semelhante a tais adequadas acomodações?

E observe-se: tudo isso constitui a regra, e não a exceção. Toulouse, em 1262, tinha sete leprosários e treze hospitais; e um desses hospitais contava cinquenta e seis leitos; ao passo que Florença, no século XIII, registra Giovanni Villani, com uma população de cerca de 90 000 habitantes, possuía trinta hospitais com mais de mil leitos. Também aqui, no seu número e na sua modesta escala doméstica, a cidade medieval tem algo a ensinar a sua elefantina e desumanizada sucessora.

Os médicos municipais apareceram no século XIV, antes mesmo da Peste Negra: em Constância, já em 1312. Em Veneza, criou-se uma magistra-

tura permanente de saúde, em 1485, à qual, em 1556, uma máquina de inspeção e coerção foi acrescentada, tendo por muito tempo servido como modelo para o resto da Europa. A propósito, as doenças contagiosas eram geralmente isoladas fora dos muros da cidade. O valor das enfermarias de isolamento, com retretes separados, tinha sido desde muito provado pelos mosteiros mais bem equipados. Finalmente, o estabelecimento da quarentena para as pessoas que entravam e saíam da cidade, vindas de terras estrangeiras, foi uma das inovações mais importantes da medicina medieval. Por mais que fosse detestada pelos viajantes, baseava-se a prática em sólidas observações empíricas, errando apenas pelo lado da cautela, por permitir um período de incubação quase três vezes maior que o necessário.

A redução das moléstias infecciosas e a gradual erradicação da lepra na Europa, graças à mesma política de rigoroso isolamento, constituiu nada menos que um triunfo da medicina preventiva. Os médicos racionalistas do princípio do século XIX, que conscientemente consideravam o contágio e a infecção sem contato direto como suposições supersticiosas da imaginação medieval, na realidade não foram observadores tão agudos das causas e efeitos quanto seus predecessores medievais.

De modo geral, portanto, a cidade medieval não era um mero complexo social estimulante; era igualmente um ambiente biológico mais próspero do que se poderia suspeitar ao ver seus restos arruinados. Havia que suportar as salas enfumaçadas; mas havia também perfume no jardim por trás da casa do burgo; com efeito, as flores fragrantas e ervas perfumadas eram amplamente cultivadas. Havia o odor de cocheira na rua, que se reduziu no século XVI, exceto pela presença crescente de cavalos e estábulos. Mas haveria também o odor de pomares floridos na primavera ou o aroma do feno recém-cortado, flutuando pelos campos no princípio do verão.

Embora possam os dengosos franzir o nariz ante essa combinação de cheiros, nenhum amante dos modos do campo sentir-se-á incomodado pelo cheiro de excrementos de vacas ou cavalos. Serão a catina do escapamento de gasolina, o cheiro acre de uma multidão num metrô, o odor penetrante de um monturo, as fumaças sulfurosas de uma fábrica de produtos químicos, o cheiro carbonatado de um lavatório público, ou até o borbulhar clorado de um copo de água comum para beber, mais agradáveis? Nem mesmo em matéria de perfumes, a doçura está inteiramente ao lado da cidade moderna; mas como os cheiros são *nostros* cheiros, muitos de nós benignamente deixamos de percebê-los.

No que diz respeito aos olhos e aos ouvidos, não há dúvida do lado para o qual a balança penderá. A maioria das cidades medievais, nesses aspectos, foi infinitamente superior às que se erigiram durante os últimos dois séculos: não é principalmente por sua beleza, aliás, que as pessoas ainda fazem peregrinações a tais cidades? Despertava-se numa cidade medieval com o canto de

um galo, o chilrear de pássaros aninhados sob os beirais ou o dobrar das horas no mosteiro próximo, talvez o toque dos sinos do novo campanário na praça de mercado, a anunciar o começo do dia de trabalho ou o início da feira. O cântico subia facilmente aos lábios, desde o cantochão dos monges até os refrões do trovador na praça de mercado ou do aprendiz e da criada doméstica no trabalho. Cantar, representar, dançar eram ainda atividades do tipo "faça você mesmo".

Ainda no século XVII, a capacidade de participar do cântico coral doméstico era citada por Pepys como uma das qualidades indispensáveis numa nova criada de servir; e a música medieval, até o seu tempo, era composta principalmente para a voz, dirigida aos cantores, antes que aos ouvintes. No seu uníssono polifônico, cada voz se fazia sobressair, repetindo a mesma melodia em sua própria nota, assim como cada guilda e cada ofício se fazia sobressair dentro da cidade, uma voz a se juntar à outra e a dar prosseguimento ao cântico, assim como uma guilda entraria na procissão após outra, com seus estandartes e suas bandeiras. Na rotina diária, havia cantigas de trabalho, distintas para cada ofício, muitas vezes compostas segundo o martelar rítmico, o bater ou o serrar do próprio artífice.

Por toda parte, os ruídos da natureza misturavam-se com os do homem. Fitz Stephen informava que, no século XII, o ruído do moinho de água era um som agradável em meio aos campos verdes de Londres. À noite, havia silêncio completo, afora o agitar dos animais e o gritar das horas pela guarda da cidade. O sono profundo era possível na cidade medieval, imune às tensões ulcerantes dos ruídos, quer humanos, quer mecânicos.

Se os ouvidos eram deleitados, os olhos eram ainda mais profundamente deliciados. Por toda parte da cidade, a começar nos próprios muros, tudo era concebido e executado como uma obra de arte: até as partes de uma estrutura sagrada que podiam ficar invisíveis ainda eram acabadas tão cuidadosamente como se fossem plenamente visíveis, como há muito tempo assinalou Ruskin: Deus, pelo menos, daria testemunho da fé e alegria do artífice. O trabalhador que tinha caminhado pelos campos e bosques próximos num feriado voltava a esculpir sua pedra, a cortar sua madeira, a tecer ou a fazer trabalhos de ourivesaria, com uma rica safra de impressões que transferia a seu trabalho. Os edifícios, longe de serem embolorados e "exóticos", eram tão brilhantes e limpos como uma iluminura medieval, quando menos pelo fato de serem costumeiramente pintados de cal, de tal sorte que as cores dos fazedores de imagens, em vidro ou madeira policromada, pudessem dançar refletidas nas paredes, assim como as sombras lançavam pequenas faixas lilases nas fachadas e frontarias dos edifícios mais ricamente entalhados.

A disciplina estética podia não ter um nome, pois jamais esteve separada do simbolismo religioso ou das exigências de natureza prática; todavia, seus frutos eram visíveis por toda parte. O desejo de beleza não era, tampouco,

inconsciente: as ruas eram abertas, como assinala Braunfels, "para a beleza da cidade". Pois não votaram os cidadãos de Florença no tipo de coluna que iria ser usado na Catedral? Estátuas esculpidas, paredes pintadas, corbélías, trípticos e biombos decoravam igualmente a igreja, o salão da guilda e a casa do burgo. A cor e o desenho eram por toda parte o acompanhamento normal das tarefas diárias. O conjunto de mercadorias na feira livre aumentava o excitação visual generalizado: veludos e brocados, cobre e aço cintilante, couro trabalhado e vidro brilhante, para não falar nos alimentos dispostos em seus tabuleiros sob o céu aberto.

Vá dar um passeio pelo que ainda resta hoje desses mercados medievais! Sejam eles tão sombrios como o mercado dominical de Whitechapel, tão espaçosos como o Plain Palais de Genebra, ou tão lindamente entronizados como o Mercado de Palha em Florença, possuem ainda algo do deleite humano dos seus protótipos medievais. A automação revestida em plástico do supermercado americano, com suas violentas luzes fluorescentes, seu sistema prostituído de embalagens, seus produtos armados espertamente com iscas ("compra impulsiva"), suas formas venenosas de anti-sepsia preservativa, seus alimentos gelados e sem sabor, em sua degeneração engenhosamente interrompida, apresenta um contraste que denuncia tanto uma perda estética quanto uma perda fisiológica e social.

Essa constante educação dos sentidos é o fundamento elementar de todas as formas mais elevadas de educação. Quando existe na vida cotidiana, uma comunidade pode poupar-se o trabalho de criar cursos de apreciação da arte. E, quando não existe, tais esforços são em grande parte banais e auto-derrotados, pois tratam principalmente de clichês atualmente em moda, e não de realidades fundamentais. Onde falta um ambiente assim, até os processos puramente racionais e práticos acham-se semi-suprimidos: o domínio verbal, a precisão científica não podem compensar tamanha desnutrição sensorial. Se é essa uma chave, como *Mme Montessori* descobriu muito tempo atrás, dos primeiros passos da educação de uma criança, seu efeito continua a ser verdadeiro mesmo num período posterior, pois a cidade tem um efeito mais constante do que a escola formal.

A vida floresce nessa expansão dos sentidos. Sem ela, as pulsações são mais lentas, o tônus muscular é mais baixo, a postura carece de confiança, desaparecem as discriminações mais refinadas do olhar e do tato, talvez seja destruída a própria vontade de viver. Deixar à míngua os olhos, os ouvidos, a pele, é cortejar a morte, tanto quanto o é negar alimento ao estômago. Embora a dieta fosse muitas vezes minguada na Idade Média, embora muitos confortos do corpo faltassem mesmo para aqueles que não se impunham abstenções penitentes, nem os mais desprovidos ou os mais ascéticos seriam capazes de fechar inteiramente os olhos à beleza. A própria cidade era uma onipresente obra de arte; e as próprias roupas de seus cidadãos, em dias de

feita, eram como um jardim em plena floração. Hoje, ainda se pode captar algo daquele sentimento, acompanhando a procissão noturna do dia de São João em Florença, de Santa Maria Novella até a Piazza della Signoria.

4. Princípios de Urbanismo Medieval

No século XIII, as principais formas da cidade medieval já estavam fixas: o que se seguiu foi uma elaboração de detalhes. Todavia, as novas instituições que começaram a dominar a cidade reduziram a antiga influência da abadia e do castelo e o tema dos três séculos seguintes não foi o isolamento, a autoridade e a segurança, mas a liberdade, o envolvimento, o desafio, a aventura. As Cruzadas, as missões, as explorações abriram um mundo mais amplo.

Novos elementos dinâmicos introduziram-se na cidade, criando tensões e pressões que se acham bem simbolizadas na estrutura das novas catedrais góticas, que sacrificavam a estabilidade da parede a fim de deixar o interior aberto a uma enchente de luz. Contemplar-se-ia esse dinamismo na periferia, nas baterias de moinhos de vento que rodeavam as cidades e, novamente, no próprio centro, quando as novas ordens predicantes e os leigos protestantes, orientados para a vida urbana, estabeleceram suas irmandades e seus *beguinages*, nos espaços abertos que ainda restavam.

Olhemos, por um momento, o novo conteúdo da cidade: um exemplo aqui revelará a nova estrutura social e a nova distribuição de grupos urbanos. Em Carcassonne, em 1304, a população era de cerca de 9500 habitantes, divididos em 43 casas nobres, 12 mercadores lombardos e 30 judeus, 63 notários, 15 advogados, 40 soldados, polícia e mensageiros, 9 doutores formados em universidades, 9 sacerdotes, 250 eclesiásticos. Em Florença, no século XIV, com uma população de 90 000 habitantes, havia 25 000 homens de quinze a setenta anos de idade "aptos a pegar em armas", 1500 magnatas, 75 cavaleiros, 1500 estrangeiros, comerciantes e pessoas em trânsito, 8000 a 10 000 meninas e meninas aprendendo a ler, 110 igrejas, 200 oficinas da Arte della Lana (beneficiamento de lã), 30 000 trabalhadores em ofícios têxteis, 80 cambistas, 600 notários, 60 médicos e cirurgiões.

Frei Bonvesin della Riva, em seu panegírico das *Maravilhas da Cidade de Milão*, em 1288, calculava que já existiam duzentas mil pessoas na cidade e sua área dependente; e todos os seus outros números apóiam a descrição de uma gigantesca formação urbana que já havia, na sua exuberância, passado além da escala medieval. A cidade era dividida em cerca de cento e quinze paróquias, algumas delas tendo nada menos de quinhentas ou mil famílias. "Fora da muralha do fosso há tão numerosas casas suburbanas que bastariam sozinhas para constituir uma cidade." A pressão da população e da pobreza explicam, talvez, o volume de serviços sociais, que ele descreve nestes termos:

"Na cidade, incluindo os subúrbios... há dez hospitais para os doentes, todos devidamente dotados de suficientes recursos temporais. O principal destes é o Hospital do Brolo, fundado em 1145 por Goffredo de Bosero. (...) Há mais de 500 pacientes em leitos de pobres e outros tantos não recolhidos ao leito. Todos eles recebem alimentos à custa do próprio hospital. Além deles, também, não menos de 350 crianças ou mais são colocadas com amas individuais após seu nascimento. (...) Também os pobres que necessitam de cuidados cirúrgicos são diligentemente tratados por três cirurgiões, especialmente nomeados para essa tarefa; estes recebem um salário da comuna. (...)

"Há também casas da Ordem Segunda dos Humiliati de cada sexo que, dentro da cidade e no campo, alcançam o número de 220; dentro delas, existe um número copioso de pessoas que vivem a vida religiosa enquanto trabalham com suas próprias mãos". Essas ordens leigas, tendo em vista a prática de uma vida cristã no coração da cidade, sem o retiro físico e espiritual gozado pelos antigos mosteiros, faziam parte de um esforço organizado para infundir em todos os aspectos da existência princípios cristãos. Contudo, longe de acolher esse esforço para criar Cristianópolis, os líderes da igreja nele viam um perigoso desafio a sua autoridade vocacional: assim, o movimento foi condenado e conduzido de novo aos antigos canais sustentados no domínio e no orgulho.

A grande maioria das cidades medievais era mais próxima de Carcassonne, em tamanho, dimensões e conteúdo, que Milão; todavia, grandes ou pequenas, tinham agora grande diversidade de instituições e ofereciam âmbito para uma ampla variedade de talentos e aptidões especiais. Essas qualidades eram expressas tanto no seu traçado quanto nos seus prédios.

Em geral, havia três modelos básicos da cidade medieval que correspondiam à sua origem histórica, suas peculiaridades geográficas e seu modo de desenvolvimento. Por trás daqueles modelos urbanos, ainda havia os antigos modelos rurais, tais como os encontramos na aldeia de "rua", na aldeia de encruzilhadas, na aldeia ordinária e na aldeia redonda, que podiam ser representadas graficamente por =, +, # e 0.

As cidades que ficaram dos tempos romanos geralmente conservaram seu sistema retangular de abertura de quarteirões, no centro original, modificado pela construção de uma cidadela ou mosteiro, que podia alterar a divisão uniforme dos lotes. As cidades que cresciam em fases lentas, a partir de uma aldeia ou grupo de aldeias, sob a proteção de um mosteiro ou de um castelo, conformavam-se mais de perto à topografia, mudando lentamente, de geração para geração, e preservando na sua planta caracteres que eram produtos do acidente histórico mais que da escolha consciente.

Esse segundo tipo de cidade é muitas vezes considerado como o único tipo verdadeiramente medieval: alguns historiadores chegam a negar o título de planta à sua conformação real. Aqueles que se referem às ruas sinuosas de tal cidade como meros caminhos abertos para o gado não compreendem que o

hábito do gado, de seguir contornos, geralmente produz um traçado mais econômico e sensato em sítios amorrados do que qualquer sistema inflexível de ruas retas. Finalmente, muitas cidades medievais eram destinadas de antemão à colonização: freqüentemente, embora nem sempre, eram elas traçadas segundo uma rigorosa planta em tabuleiro, com uma praça central que ficava aberta para o mercado e a assembléia pública. Todos os três modos eram medievais. Em separação ou combinação, produziam uma variedade inextinguível de formas.

Ainda bem no princípio da Idade Média, na verdade, descobre-se certa parcialidade em favor do plano regular geométrico, com o retângulo como base da subdivisão: veja-se a planta baixa ideal do mosteiro de St. Gall, no século IX. Kenneth Conant mostrou-nos também que as edificações originais de Cluny eram dispostas em formação retangular, dentro de um quadrado de 90 metros de lado. Evidentemente, a interpretação dada por Oswald Spengler à planta em tabuleiro, como simples produto da petrificação final de uma cultura como civilização, constitui uma generalização insustentável. Mas, embora o traçado geométrico fosse mais característico das cidades recém-fundadas, nem sempre se seguia que, como na bastilha clássica de Montpazier, seria combinado com um traçado retangular para a cidade como um todo. Algumas vezes, os retângulos são colocados dentro de uma muralha circular; algumas vezes, como em Montségur ou Cordes, na França, uma planta basicamente retangular foi adaptada aos contornos e limites do sítio.

Insisto nesses pontos porque a planta em tabuleiro ou grade tem sido sujeita a uma constante corrente de falsa especulação e interpretação. Às vezes tais planos são mencionados como tipos peculiarmente norte-americanos ou do Novo Mundo; às vezes, em face da brilhante Pequim pré-comunista, como sinônimo de enfado. Até mesmo teóricos do urbanismo têm cometido erros dessa natureza, em grande parte por causa da sua incapacidade de compreender a diferença, conhecida dos estudantes de biologia, entre formas homólogas e análogas. Uma forma semelhante não tem, necessariamente, um significado semelhante, numa cultura diferente; além disso, funções semelhantes podem produzir formas inteiramente diferentes. Como vimos, o retângulo significava uma coisa para o sacerdote etrusco, outra para Hipódamo, uma terceira para o legionário romano que delimitava seu campo a lança, para a noite, e ainda outra para os membros da Comissão de Urbanização de Nova Iorque em 1811, que procuraram distribuir de antemão o número máximo de lotes de construção. Para o primeiro, o retângulo podia simbolizar uma lei cósmica; para os últimos, significava simplesmente as possibilidades mais favoráveis de especulação imobiliária.

Existe, na verdade, uma razão válida para julgar as plantas medievais como, em geral, mais informais que regulares. Isso ocorria porque mais freqüentemente se utilizavam sítios rochosos ásperos, pois apresentavam

vantagens decisivas para a defesa, até que se tornou possível o fogo dos canhões, no século XVI. Como as ruas não eram adaptadas ao tráfego sobre rodas e não era necessário cuidar nem de encanamentos de água nem de condutos de esgoto, era mais econômico seguir os contornos da natureza do que tentar traçar uma grade sobre eles: note-se a inclinação do grande mercado de Siena. Ademais, construindo em sítios amorrados e estéreos, os esforçados cidadãos não invadiam as terras do fundo, mais ricas para a agricultura.

No planejamento orgânico, uma coisa conduz a outra, e o que começa com a tomada de uma vantagem acidental pode trazer à baila no desenho um elemento forte, que uma planta *a priori* não poderia antecipar e que, com toda probabilidade, seria deixado de lado ou eliminado. Muitas das irregularidades sobreviventes nas cidades medievais são devidas a rios que foram recobertos, árvores que mais tarde foram cortadas, antigos muros que outrora definiam campos de cultura. Os hábitos e os direitos de propriedade, uma vez estabelecidos na forma de lotes, fronteiras, direitos permanentes de passagem, são difíceis de apagar.

O planejamento orgânico não começa com uma finalidade preconcebida: move-se de necessidade a necessidade, de oportunidade a oportunidade, numa série de adaptações que se tornam, elas próprias, cada vez mais coerentes e cheias de propósitos, de tal forma que geram um plano complexo final, dificilmente menos unificado que um modelo geométrico pré-formado. Cidades como Siena ilustram com perfeição esse processo. Embora a fase final de tal processo não se mostre claramente presente no princípio, como ocorre numa ordem não histórica mais racional, não significa isso que as considerações racionais e as previsões deliberadas não governaram cada característica do plano ou que um desenho deliberadamente unificado e integrado não possa resultar.

Aqueles que põem de lado as plantas orgânicas, como indignas do nome de planta, confundem o mero formalismo e a regularidade com finalidade, e a irregularidade com a confusão intelectual ou incompetência técnica. As cidades da Idade Média confundem essa ilusão formalística. Apesar de toda a sua variedade, compõem um padrão universal; e seus próprios afastamentos e irregularidades, em geral, não são apenas válidos, porém, muitas vezes, sutis na sua mistura de necessidade prática e visão estética.

Todas as cidades medievais cresceram a partir de uma situação singular, apresentaram uma constelação singular de forças e produziram, em sua planta, uma solução singular. Esse consenso é tão completo em relação às finalidades da vida urbana que as variações de detalhe apenas confirmam o modelo. Aquele consenso, quando se encara sucessivamente uma centena de plantas medievais, faz parecer que, na realidade, existia uma teoria consciente a orientar esse urbanismo. O acordo era mais profundo do que isso. Todavia, perto do fim da Idade Média, a razão de ser daquele urbanismo foi manifestada pela

inteligência altamente reflexiva de Leone Battista Alberti, em seu livro *De Re Edificatori*.

Alberti foi, em muitos particulares, um típico urbanista medieval. Na sua preocupação com o funcional, com a localização dos negócios, com as ruas curvas, "ele nada mais fez — como observa Lavedan — que registrar a aprovação daquilo que tinha diante dos olhos". Mesmo quando Alberti justificava a rua continuamente encurvada, com suas perspectivas suavemente bloqueadas e todavia sempre mutáveis, estava apenas dando expressão consciente a algo que seus predecessores também reconheciam e estimavam. A curva lenta é a linha natural de um caminhante, como qualquer pessoa pode observar, se olhar seus rastros na neve, ao longo de um campo aberto; a menos que tenha, conscientemente, tentado vencer essa tendência. Contudo, o prazer por aquela curva, outrora traçada pelo pedestre, é o que dá caráter à construção medieval, numa peça tão consumada de construção medieval final e renascentista como a High Street, em Oxford. Ali, uma única árvore, cujos ramos sobressaem à linha de edificações, enriquece o quadro mais do que o faria toda uma arcada de ruas.

A outra fonte das curvas orgânicas da cidade medieval foi a importância atribuída ao seu núcleo central. Lavedan chega a ponto de dizer que "o fato essencial do urbanismo medieval é a constituição da cidade de tal maneira que todas as linhas convergem para um centro e que o contorno é usualmente circular: é a isto que os teóricos contemporâneos chamam sistema rádio-concêntrico". Infelizmente, o termo rádio-concêntrico nos recorda a teia de aranha. Ao contrário, o que se encontra na maior parte das cidades é um bairro ou núcleo central, rodeado por uma série de anéis irregulares, que têm o efeito de circundar e proteger o núcleo quando, por caminhos tortuosos, se chega mais perto dele. Onde existe algo que se aproxime de uma rua contínua circular, encontra-se quase seguramente a indicação de um muro que foi derrubado. Mesmo numa pequena cidade como Bergues, como se vê no grande Atlas de Blaeu, com a precisão quase geométrica de seu núcleo central, apenas três ruas se aproximam do centro. A planta resultante é gerada pelas duas forças opostas de atração e proteção: os edifícios públicos e as praças abertas acham segurança por trás de um labirinto de ruas, pelo qual os pés conscientes, não obstante, facilmente penetram. Foi apenas com os urbanistas barrocos, que trabalharam para vencer o padrão medieval, que a rua se dirigiu diretamente ao centro da cidade, como na planta em asterisco — embora o próprio Alberti, a propósito, antecipasse esse novo esquema, que simbolizava a concentração do poder público numa instituição centralizada ou num príncipe despótico.

Os elementos determinantes da planta medieval aplicam-se a uma antiga cidade construída sobre fundações romanas, como Colônia, ou a uma nova cidade como Salisbury. A muralha, os portões e o núcleo cívico determi-

nam as principais linhas de circulação. Quanto à muralha, com seu fosso, canal ou rio exterior, fazia ela da cidade uma ilha. A muralha era considerada como um símbolo, tanto quanto as torres das igrejas: não apenas uma utilidade militar. O espírito medieval confortava-se num universo de nítidas definições, sólidas paredes e vistas limitadas: o próprio céu e o inferno tinham os seus contornos circulares. Muralhas do costume delimitavam as classes econômicas e as conservavam em seus lugares. Definição e classificação constituíam a própria essência do pensamento medieval: de tal sorte que o nominalismo filosófico, que desafiava a realidade objetiva das classes e apresentava um mundo de átomos desligados e acontecimentos desconexos, foi tão destruidor para o estilo de vida medieval quanto se revelaram as balas de canhão para os muros da cidade.

A importância psicológica da muralha não deve ser esquecida. Quando a ponte levadiça era erguida, e fechados os portões ao pôr do sol, ficava a cidade desligada do mundo. O fato de se achar assim fechada ajuda a criar um sentimento de unidade bem como de segurança. É significativo — e um pouco perturbador — que, numa das raras comunidades modernas onde as pessoas têm vivido sob condições análogas, ou seja, a comunidade de pesquisas atômicas de Oak Ridge, os habitantes protegidos da cidade passaram a dar valor à vida "segura" do interior, livre de qualquer forma de invasão estrangeira ou mesmo de aproximação não autorizada — embora isso significasse que suas próprias idas e vindas se achariam sob constante vigilância e controle militar.

Mas, ainda uma vez, na comunidade medieval, a muralha provocava uma sensação fatal de insularidade, sobretudo porque o mau estado dos transportes terrestres aumentava as dificuldades de comunicação entre cidades. Como tantas vezes aconteceu antes na história urbana, a unidade defensiva e a segurança inverteram sua polaridade e se transformaram em inquietação, medo, hostilidade e agressividade, especialmente quando parecia que uma cidade próxima poderia prosperar à custa de sua rival. Recordem-se os incontidos ataques de Florença contra Pisa e Siena! Na realidade, aquele isolacionismo era tão autoderrotado que emprestava sanção a forças de exploração e agressão, tanto na Igreja quanto no Estado, que, pelo menos, procuravam provocar uma unidade mais inclusiva, transformando a muralha por demais sólida num limite fronteiro mais eterizado, delimitando uma província muito mais ampla.

Não se pode deixar a muralha sem notar a função especial do portão da cidade: muito mais que mera abertura, era um "ponto de encontro de dois mundos", o mundo rural e o mundo urbano, o mundo interior e o mundo exterior. O portão principal apresentava as primeiras saudações ao negociante, ao peregrino ou ao andarilho comum; era, a um tempo, uma agência aduaneira, um departamento de passaportes e um ponto de controle de imigração, e um arco triunfal, com torreões e torres que, muitas vezes, como em Lübeck,

rivalizavam com as da catedral ou do paço municipal. Toda vez que o fluxo do tráfego se torna mais lento, tende a depositar sua carga: assim, costumava ser geralmente perto dos portões que se construíam os armazéns, que as estalagens e tavernas se congregavam; era nas ruas próximas que os artesãos e mercadores edificavam suas lojas.

Assim, o portão produzia, sem regulações especiais de zoneamento, os bairros econômicos da cidade; e, como havia mais de um portão, a própria natureza do tráfego de diferentes regiões tenderia a se descentralizar, diferenciando as áreas de negócios. Em consequência dessa disposição orgânica de funções, a área interior da cidade não era sobrecarregada por qualquer tráfego, exceto aquele que suas próprias necessidades geravam. O significado original da palavra "porta" deriva-se dessa entrada: e os mercadores que se fixavam naquele porto eram muitas vezes chamados "portadores"(*), até que passaram o nome a seus auxiliares humildes.

Finalmente, não se deve esquecer uma antiga função da muralha que voltou na Idade Média: servia como um passeio aberto à recreação, particularmente no verão. Mesmo quando as muralhas não tinham mais que vinte pés de altura, davam um ponto de vista a cavaleiro do campo vizinho e permitiam gozar as brisas de verão, que não podiam penetrar na cidade.

5. Núcleo Cívico e Vizinhança

Nenhum plano urbano pode ser adequadamente descrito em termos de seu modelo bidimensional, pois é apenas na terceira dimensão, pelo movimento no espaço, e na quarta dimensão, pela transformação no tempo, que chegam a viver as relações funcionais e estéticas. Isso se aplica particularmente à cidade medieval, pois o movimento que gerava conduzia não apenas ao espaço horizontal, mas também ao vertical; e, para compreender a planta, devemos compreender a massa e o perfil de suas estruturas dominantes: especialmente a disposição dos componentes nucleares, o Castelo, a Abadia ou Convento, a Catedral, o Paço Municipal, a Sede da Guilda. Se, porém, uma edificação pode ser tomada como estrutura chave da planta urbana medieval, esta é a Catedral; e tanto é verdade que Braunfels chega a sugerir que os mestres construtores encarregados da Catedral também exerciam, na realidade, uma geral influência sobre outros edifícios públicos.

Com determinadas exceções notáveis, os edifícios medievais dominantes não existiam em espaços vazios; menos ainda, ninguém se aproximava deles ao longo de um eixo formal. Aquele tipo de espaço foi introduzido no século XVI, como na entrada de Santa Croce, em Florença; e foi apenas

(*) No original, *porter* antigamente, *portador*, agora *carregador*. (N. do T.)

no século XIX que os "aperfeiçoadores" urbanos, incapazes de apreciar o sistema medieval de urbanismo, removeram as estruturas menores que se amontoavam ao redor das grandes catedrais, a fim de criar uma ampla área à feição de parque, como a que existe em frente de Notre Dame, em Paris: uma amplidão vazia e soturna. Isto vem solapar a própria essência da abordagem medieval: o sigilo e a surpresa, o abrir repentino e o impulso para o alto, a riqueza de detalhes esculpidos, destinados a serem vistos bem de perto.

Esteticamente, uma cidade medieval é como uma tapeçaria medieval: os olhos, desafiados pela rica complicação do desenho, deslocam-se para um lado e outro sobre o tecido inteiro, cativados por uma flor, um animal, uma cabeça, demorando-se onde lhe convém, refazendo seu caminho, apreendendo o todo apenas pela assimilação das partes, sem dominar o desenho com um só olhar. Para o olho barroco, aquela forma medieval é tortuosa e o esforço para abrangê-la é tedioso; para o olho medieval, por outro lado, a forma barroca seria brutalmente direta e ultra-unificada. Não existe um caminho "direito" para se abordar uma edificação medieval: a face mais bela da catedral de Chartres é a do lado sul; e, embora, talvez a melhor vista de Notre Dame seja a que se tem do outro lado do Sena, por trás, aquela visão, com o verde que a rodeia, só foi aberta no século XIX.

Contudo, há exceções. Existe um punhado de presbitérios — para não falar em incontáveis igrejas de aldeia —, que são edifícios livres, levantados no meio de um campo verde aberto, inteiramente desligados da movimentada vida da cidade: Salisbury e Canterbury são quase suburbanas, pelo uso livre do espaço e do verde, ao passo que o Campo Santo de Pisa é igualmente desligado e aberto. Muitas vezes, um cemitério original explica essa amplidão.

De modo geral, a grande igreja fica no centro da cidade, em todos os sentidos, exceto o geométrico; e, como atraía as maiores multidões, precisava ter um pátio dianteiro que resolvesse o problema de entrada e saída dos fiéis. Com a orientação teológica da igreja, seu altar apontando para o leste, muitas vezes era o templo edificado num ângulo que não se conformava com um traçado mais regular de ruas. Quando se encontra o mercado, ora se estendendo diante da catedral, ora abrindo uma cunha ou uma praça para si próprio na vizinhança, não se deve atribuir a essas instituições os mesmos valores que possuem hoje: o mercado é que era ocasional, ao passo que a igreja é que prestava serviços constantes e regulares. Como no caso do crescimento original da cidade, o mercado situa-se perto da igreja porque é ali que os habitantes mais frequentemente se vão avistar.

Em verdade, deve-se pensar na igreja como hoje se pensaria num "centro de comunidade": não demasiado sagrada para servir de sala de refeições para uma grande festa, de teatro para uma festa religiosa, de fórum onde os estudiosos das escolas das igrejas podiam encenar competições oratórias e disputas eruditas, num dia santo, ou mesmo, nos primeiros tempos, de depó-

sito de bens valiosos, por trás de cujo altar-mor títulos ou tesouros podiam ser resguardados, a salvo de todos exceto os incorrigivelmente perversos.

De um ou de outro modo, uma constante procissão de pessoas, sozinhas ou em grupos de vinte ou de milhares, deslocava-se pelas ruas até as portas da igreja. Era dali que se partia numa jornada; era para ali que se voltava. Se fosse de outra maneira, como se poderiam explicar as riquezas doadas para a construção de uma Banberg, uma Durham, uma Amiens, uma Beauvais, uma Assis, em comunidades de dez mil habitantes ou menos. Hoje, tais comunidades, com todas as nossas facilidades mecanizadas e todo o nosso acúmulo de capital, achariam difícil levantar fundos para uma casa paroquial pré-fabricada, comprada com abatimento.

Quanto às praças abertas da cidade medieval, até mesmo as grandes praças de mercados e catedrais podiam ser tudo, menos praças formais. Mais freqüentemente do que nunca, em cidades de crescimento orgânico, o mercado seria uma figura irregular, algumas vezes em forma de triângulo, algumas vezes com muitos lados ou oval, ora denteada, ora recurvada, aparentemente de forma arbitrária, porque as necessidades das edificações próximas tinham primazia e determinavam a disposição do espaço aberto. Embora, algumas vezes, o mercado possa ser apenas uma rua alargada, existem outros exemplos, como em Bruxelas ou em Bremen, em Perúgia ou Siena, onde as proporções da praça são amplas: suficientemente grandes não apenas para conter muitas tendas, mas para reuniões e cerimônias públicas. A praça de mercado, na realidade, reinvestiu as funções do antigo fórum ou ágora.

Na praça de mercado, as guildas montavam seus palcos para a representação de seus "mistérios"; ali, o violento castigo de criminosos ou herejes costumava ter lugar, num patíbulo ou num pelourinho; era ali que, no fim da Idade Média, quando as velhas ocupações do feudalismo foram transformadas em esportes urbanos, se realizavam os grandes torneios. Muitas vezes, um mercado abre-se para outra praça subordinada, a ele ligada por uma estreita passagem: Parma é apenas um dentre muitos exemplos. O mercado de secos e ferragens era usualmente separado, por motivos muito naturais, do mercado de provisões. Muitas praças que hoje admiramos puramente por sua nobre moldura arquitetônica, como a Piazzeta de San Marco, em Veneza, originariamente eram separadas para uma finalidade utilitária — no caso, um mercado de carnes.

À parte a catedral e, às vezes o paço municipal, onde a massa e a altura constituíam importantes atributos simbólicos, o construtor medieval tendia a se ater às modestas dimensões humanas. Fundavam-se asilos para sete ou dez homens; conventos podiam começar com os apostólicos doze; e, em vez de construir um único hospital para a cidade inteira, era mais comum criar-se um pequeno para dois ou três mil habitantes. Assim também, as igrejas paroquiais multiplicavam-se por toda a cidade que crescia, em vez de deixar alguns

grandes edifícios se multiplicarem no centro. Em Londres, no século XII, segundo Fitz Stephen, havia 13 igrejas conventuais e 126 igrejas menores, para uma população de possivelmente 25 000 pessoas; e Stow assinala, uns três séculos depois, duas a sete igrejas em cada um dos vinte e seis distritos.

Essa descentralização das funções sociais essenciais da cidade não impedia simplesmente o congestionamento institucional e a circulação desnecessária: mantinha em escala a cidade inteira. A perda desse sentido de dimensão nas desconumais casas de burgo do norte ou nas torres de fortalezas loucamente competitivas de Bolonha ou San Gimignano, era um sintoma de patologia social. Estruturas pequenas, números pequenos, relações íntimas — esses atributos medievais davam à cidade especiais atributos qualitativos, em confronto com grandes números e organizações de massa, que talvez ajudem a explicar sua criatividade.

A rua ocupava, na cidade medieval, um lugar inteiramente diferente do que teve numa era dos transportes sobre rodas. Geralmente, lembramo-nos das casas urbanas enfileiradas ao longo de uma linha de ruas predeterminadas. Todavia, em sítios medievais menos regulares, costumava ocorrer justamente o contrário: grupos de ofícios ou edifícios institucionais formavam bairros contidos em si mesmos, ou "ilhas", ficando o prédio disposto sem relação nenhuma com as vias públicas de fora. Dentro daquelas ilhas, e muitas vezes fora, os caminhos assinalavam as idas e vindas diárias dos habitantes. A noção de uma "rede de tráfego" era tão ausente quanto o próprio tráfego constante sobre rodas. Nas "ilhas" formadas pelos castelos, pelos mosteiros ou pelos colégios, a seção industrial especializada das cidades mais avançadas, como o Arsenal de Veneza, interrompiam o modelo mais fechado dos quarteirões residenciais de pequenas dimensões.

Nas novas cidades medievais, as cartas de licença muitas vezes distinguem entre ruas de tráfego — fazendo-se o tráfego principalmente por carroças — e ruas menores; e, num lugar uniforme como Montpazier, como séculos mais tarde em Filadélfia, as casas davam frente para duas ruas, uma sendo larga, com 7,5 metros, e outra um beco de 2,10 metros de largura. Em geral, a rua constituía uma linha de comunicação para os pedestres e sua utilidade para o transporte sobre rodas era secundária. As ruas eram não somente estreitas e muitas vezes irregulares, mas eram freqüentes as voltas abruptas e as interrupções. Quando a rua era estreita e tortuosa ou quando chegava a um beco sem saída, a planta quebrava a força do vento e reduzia a área de lama.

Não era por acaso que o morador urbano medieval, procurando proteção contra o vento de inverno, evitava criar cruéis túneis de vento tais como a rua reta e larga. A própria estreiteza das ruas medievais tornava suas atividades ao ar livre mais confortáveis no inverno. Contudo, de igual forma, no sul, a rua estreita com amplos beirais protegia o pedestre contra a chuva e os raios

diretos do sol. Pequenas variações em altura, materiais de construção e perfil dos tetos, e variações na largura das janelas e portas, davam a cada rua sua própria fisiognomia.

Embora Alberti se manifestasse favorável a ruas retas e largas para cidades nobres e poderosas, a fim de aumentar seu ar de grandeza e majestade, escreveu uma apologia muito penetrante do tipo medieval mais antigo de rua tortuosa. "Dentro do coração da cidade — observou ele — seria mais elegante não fazê-las retas mas mudando de direção várias vezes, retrocedendo e seguindo adiante, como o curso de um rio. Pois assim, além de parecer muito mais longa, aumentarão a idéia de grandeza da cidade, e constituirão igualmente uma grande segurança contra todos os acidentes e emergências. Ademais, esses meandros das ruas farão com que o caminhante, a cada passo, descubra uma nova estrutura, e a porta dianteira de cada casa ficará diretamente em face do meio da rua; e onde, como em cidades maiores, até mesmo a largura demasiada é pouco elegante e pouco sadia, numa cidade menor será ao mesmo tempo sadio e agradável ter uma visão aberta como essa desde cada casa, por meio da curva da rua." Ninguém, nem mesmo Camillo Sitte, fez maior justiça à estética do urbanismo medieval.

A cidade medieval possuía, assim, nos seus bairros residenciais, um caráter que certamente faltava nas brancas paredes de uma cidade clássica grega. Contudo, gozava ainda de outra característica feliz, trazida, talvez, da cidade antiga: freqüentemente, era a rua dotada, de cada lado, de uma galeria que constituía a extremidade aberta de uma oficina. Aquilo proporcionava melhor abrigo do que mesmo uma rua estreita aberta, e o podemos encontrar não meramente na França e na Itália, onde poderia ser, de fato, uma continuação consciente ou uma retomada do pórtico clássico, mas em cidades como Innsbruck, na Áustria, na rua que conduz ao Das Goldene Dachl. Não se deve esquecer o quanto era importante a proteção física contra o tempo, pois as tendas e barracas dos artífices e mercadores não eram geralmente colocadas atrás de vidros, até o século XVII; na verdade, a maior parte dos negócios da vida, inclusive a culinária, era realizada mais ou menos ao ar livre. A rua estreita e fechada, a frente arqueada e a oficina exposta, na realidade, eram complementares. Só depois que o vidro barato veio fechar a segunda, puderam as novas concepções do urbanismo abrir a primeira.

Ainda se deve notar uma característica da rua: seu calçamento. Uns três séculos antes que os veículos de rodas se tornassem comuns, a rua perdeu seu piso natural. O calçamento destinado aos pedestres introduziu-se já em 1185, em Paris, em 1235, em Florença, e em 1310, em Lübeck; na verdade, por volta de 1339, toda Florença era calçada, ao passo que, no fim do século XIV, mesmo na algo atrasada Inglaterra, William Langland pôde usar a imagem: "Tão comum como o calçamento para todo homem que caminha". Muitas vezes, aqueles antigos melhoramentos aplicavam-se apenas a uma rua impor-

tante, e o movimento se propagou tão lentamente que só chegou a Landshut, na Baviera, em 1494, embora aquela outra grande inovação técnica, a janela de vidro, fosse usada por fazendeiros do sul da Baviera, segundo Heyne, no século XIII. Nas mãos do calceteiro medieval, o calçamento tornou-se uma arte, repetindo, muitas vezes, em pedra, o padrão da foice do segador; enquanto que em Veneza, o colorido e a linha do calçamento aumentavam a magnificência da própria praça de São Marcos.

A instituição e o tratamento do calçamento recordam-nos outra característica a respeito da administração da cidade medieval: aqui, mais uma vez, a associação é que tinha uma base pública, ao passo que a organização física era, mais freqüentemente do que se pensa, feita em base privada. Certamente, isto se aplica ao calçamento, à iluminação e ao suprimento de água encanada. No século XVI, os dois primeiros eram geralmente obrigatórios; contudo, eram criados pelo proprietário privado, para sua propriedade privada particular. A limpeza das ruas, de igual maneira, por muito tempo continuou sendo uma preocupação privada: costume que perdurou até depois do século XIX em Londres, na instituição do limpador de passeios, que só desapareceu com o banimento do cavalo. (Singolarmente, a prática medieval ainda se aplica, em geral, ao prédio e à manutenção das calçadas.) Nos termos da lei de calçamento que vigorava em Northampton, em 1431, as autoridades municipais tinham a faculdade de mandar aos donos da propriedade que pavimentassem e conservassem em bom estado a rua diante de suas casas e propriedades contíguas, mas "nenhum proprietário estava obrigado a estender o calçamento até a rua, para mais de trinta pés, de sorte que passava a constituir dever da cidade pavimentar o mercado e lugares amplos semelhantes".

Notemos mais uma característica: a unidade de vizinhança e o recinto funcional. Em certo sentido, a cidade medieval era um aglomerado de pequenas cidades, cada qual com certo grau de autonomia e auto-suficiência, cada qual formada de maneira tão natural das necessidades e finalidades comuns que apenas enriquecia e suplementava o todo. A divisão da cidade em bairros, cada qual com sua igreja ou igrejas, muitas vezes com um mercado local de provisões, sempre com seu próprio suprimento local de água, um poço ou uma fonte, era um traço característico; mas, quando a cidade cresceu, os quarteirões puderam tornar-se frações de um sexto ou ainda menores do todo, sem se dissolver na massa. Muitas vezes, como em Veneza, a unidade de vizinhança era identificada com a paróquia e recebia seu nome da igreja paroquial: divisão que permanece até hoje em dia.

Essa integração em unidades residenciais primárias, compostas de famílias e vizinhos, foi complementada por outra espécie de divisão, em recintos, baseada na vocação e no interesse: assim, tanto os grupos primários quanto os secundários, tanto a *Gemeinschaft* quanto a *Gesellschaft*, adotaram o mesmo modelo urbano. Em Regensburg, já no século XI, a cidade foi dividida num

recinto burocrático, num recinto real e num recinto de mercadores, correspondendo assim às principais vocações, ao passo que os artífices e camponeses devem ter ocupado o resto da cidade. A essa constelação, cidades universitárias como Toulouse ou Oxford acrescentavam também o recinto de seus colégios, cada qual relativamente contido em si mesmo; ao passo que os conventos e clausuras eram atraídos para a cidade, um movimento que prosseguiu continuamente do século XIII ao XVIII, a propagação dos recintos conventuais, diferentes dos recintos da catedral, igualmente se sucedia, adicionando seus jardins e espaços abertos, ainda que privados, à soma de espaços abertos da cidade. Em Londres, as Estalagens da Corte, como o Templo, formavam ainda outra espécie de recinto fechado.

O significado do recinto funcional tem sido muito tardiamente reconhecido, mesmo por teóricos do urbanismo: na realidade, somente mais tarde os planejadores começaram a compreender quer a forma histórica medieval, quer as muitas possibilidades de moderna variação. Contudo, aqueles recintos foram a primeira tradução das qualidades espaciais do recinto sagrado da cidade original no vernáculo da vida cotidiana. No momento presente, quando a própria existência da cidade de hoje se acha ameaçada pela exagerada expansão do tráfego sobre rodas, a tradição do recinto medieval, libertado da rua e da principal artéria de tráfego, volta como uma nova forma, num ponto mais elevado da espiral de desenvolvimento.

Não podemos deixar a cidade medieval, em sua unidade e diversidade, sem fazer uma pergunta final a respeito de seu planejamento: até que ponto se esforçou conscientemente para alcançar a ordem e a beleza? Ao formular uma resposta, é fácil superestimar tanto a espontaneidade quanto os bons aspectos acidentais, e esquecer o rigor e o sistema que eram qualidades fundamentais da educação tanto dos estudiosos quanto dos artífices. A unidade estética da cidade medieval não foi alcançada, como não o foi a de suas outras instituições, sem esforço, luta, supervisão e controle.

Sem dúvida, a maior parte da supervisão era pessoal; a maior parte dos acordos provavelmente decorria da discussão face a face das partes interessadas, que não deixaram atrás qualquer documento. Contudo, sabemos que, quando o Paço Municipal de Siena foi construído, no século XIV, o governo municipal ordenou que os novos edifícios levantados na Piazza del Campo tivessem janelas do mesmo tipo. E, embora muito trabalho reste a fazer nos arquivos medievais, para estabelecer todas as funções do arquiteto municipal, também sabemos que, na Itália, essa função era antiga. Não temos necessidade de duvidar de Descartes em seu *Discurso sobre o Método*, quando observa que "em todos os tempos tem havido certos funcionários cujo dever é cuidar que as edificações privadas contribuam para o ornamento público".

O que o admirador da arte medieval, no século XIX, considerava como resultado de uma espontaneidade sem esforço e de uma inconsciência espon-

tânea foi, na realidade, feito com método e intenção consciente, no planejamento urbano, precisamente como qualquer outra arte é levada a cabo. É verdade que Lavedan, em sua admirável apreciação da cidade medieval, inclina-se a considerar sua beleza como mero subproduto de suas preocupações práticas e simbólicas. Todavia, a cidade não era mais inocente da ordem estética intencional do que o era da ordem geométrica, embora sua disciplina fosse suficientemente flexível para admitir o que era novo, o que era espontâneo, o que era diferente.

Em conseqüência, o mesmo plano urbano "medieval", pôde, no século XVIII, reunir estruturas românicas, alto góticas, floridas, renascentistas e barrocas, muitas vezes amontoando-as na mesma rua, sem qualquer consideração para o impulso estético: aliás, tendo justamente o efeito contrário. A mistura estética correspondia ao complexo histórico social. Tratava-se de um modo de urbanismo que atendia às exigências da vida e se emprestava à mudança e à inovação, sem se deixar esmagar por ela. No sentido mais profundo das palavras, era ao mesmo tempo funcional e proposital, pois as funções que mais importavam eram aquelas que tinham significado para a vida superior do homem.

Dentro de semelhante cânone de planejamento, ninguém era tentado a negar a forma antiga, que ainda prestava bons serviços, nem a nova forma, que representava uma nova finalidade; e, ao invés de apagar edifícios de diferentes estilos a fim de refazê-los inteiramente dentro do estereótipo elegante do momento passageiro, o construtor medieval combinava o velho e o novo num modelo cada vez mais rico. O esteticismo bastardo de um estilo uniforme único, metido dentro de uma rígida planta urbana, petrificando arbitrariamente o processo histórico num dado momento, ficou para um período posterior, que dava mais valor à uniformidade que à universalidade e à força visível mais que aos processos invisíveis da vida.

6. Controle de Crescimento e Expansão

Muitas pessoas julgam que a vida medieval era enfadonha e a cidade medieval estática. Mas, embora o ritmo fosse diferente do ritmo do século XX, cujo dinamismo é muitas vezes destruidor e se derrota por si mesmo, a Idade Média foi um período de modificações constantes, às vezes violentas. As cidades se multiplicaram e cresceram, do século X ao século XV. Assim, devemos perguntar: como a cidade medieval acomodava sua crescente população? E, se existiam, quais eram os limites do seu crescimento?

O limite que originariamente definiu a cidade física foi a muralha. Todavia, enquanto uma simples paliçada de madeira ou um muro de alvenaria bastou à defesa militar, a muralha não constituiu obstáculo real à expansão da

cidade. Tecnicamente, era coisa simples derrubar a muralha e estender seus limites, para proporcionar espaço interior; e as ruas circulares de muitas cidades medievais testemunham, como os anéis anuais das árvores, os períodos sucessivos de crescimento, assinalados por ampliações da muralha. Florença, por exemplo, ampliou o seu circuito murado, pela segunda vez, em 1172 e, não mais de um século depois, construiu um terceiro circuito que abrangeu uma área maior ainda. Quando a pressão do ventre muito cheio tornava-se desconfortável, a municipalidade florentina, por assim dizer, afrouxava o cinto.

Quando os subúrbios se propagavam, a muralha os circulava. Foi essa a prática corrente nas cidades em expansão, até o século XVI, quando o novo sistema de fortificações, que passou a ser necessário por causa do preciso fogo de artilharia, tornou impossíveis aquelas formas simples de ampliação de cidades. Mesmo, porém, no caso das maiores, nenhuma cidade medieval usualmente se expandia por mais de 800 metros a partir do centro; isto é, cada instituição necessária, cada amigo, parente, parceiro, era na realidade um vizinho próximo, dentro de uma distância que se podia facilmente cobrir a pé. Assim, todos os dias se encontravam, por coincidência, muitas pessoas que não se poderiam encontrar, a não ser por combinação prévia e esforço, numa cidade maior. A Milha Histórica de Edimburgo estendia-se entre os limites extremos do alto do castelo e a Abadia de Hollyrood, nos limites da cidade. Quando esses limites eram ultrapassados, a cidade medieval, como um organismo em funcionamento, quase por definição deixava de existir, pois a totalidade da estrutura comunal era um sistema de limitações e fronteiras, e seu colapso na cidade revelava um desmantelamento ainda maior em toda a cultura.

As limitações do crescimento da cidade medieval eram devidas em parte, evidentemente, às condições naturais e sociais, mais do que à cintura da muralha: limitações do suprimento de água e de produtos alimentícios locais; limitações provocadas pelas ordenações municipais e pelos regulamentos das guildas, que impediam a fixação descontrolada de forasteiros; limitações em matéria de transportes e comunicações, que só foram vencidas nas cidades adiantadas, como as dos Países Baixos, que tinham vias aquáticas em vez de vias terrestres para o tráfego pesado. Apenas devido a razões de natureza prática, as limitações à expansão horizontal eram rapidamente alcançadas. Em conseqüência, nos primeiros séculos de desenvolvimento das cidades medievais, a população excedente era levada a construir novas comunidades, algumas vezes perto, mas, assim mesmo, como unidades independentes e auto-suficientes. Essa prática foi seguida até o século XVII, na Nova Inglaterra. Assim, Charleston produziu Woburn, Dedham, Medfield, Cambridge e Belmont, constituindo cada qual não um mero agrupamento de casas, mas uma comunidade civil e religiosa, com uma casa central de encontros para

assuntos religiosos e um sistema local de governo. Ainda no século XIX, Ipswich fundou Marietta, no estado de Ohio.

Em suma, a limitação da área e da população não tornava estática a cidade medieval: esta é uma falsa idéia. Não somente se lançaram milhares de fundações urbanas durante o princípio da Idade Média, mas cidades fixas que se achavam fisicamente embaraçadas ou inconvenientemente localizadas atreveram-se a se mudar para sítios melhores. Assim, Lübeck mudou-se de seu sítio original, a fim de melhorar os meios de comércio e de defesa, e a Velha Sarum deixou sua mal escolhida colina batida pelos ventos para se fixar em Salisbury, perto do rio. A construção urbana era levada a cabo, em geral, com amplo dispêndio de energia e zelo construtivo, dos quais se encontram poucos paralelos modernos fora das áreas devastadas. Mas esse vasto movimento urbano não era governado pela cobiça do moderno especulador imobiliário à procura de lucros prontos e desordenados. Mesmo para os investimentos urbanos, a segurança a longo prazo era de maior interesse que o lucro a curto prazo; e a concepção feudal de terra, como uma garantia e um penhor, numa categoria diferente das formas mais móveis de propriedade, achava-se tão profundamente enraizada na Europa que jamais desapareceu por completo.

O padrão geral de crescimento medieval era, portanto, radicalmente diferente do período de concentração e consolidação ao redor de grandes capitais políticas, que se lhe seguiu imediatamente. O padrão medieval era o de muitas pequenas cidades e aldeias subordinadas, em ativa associação com suas cidades vizinhas, distribuídas amplamente pela paisagem. Elisée Reclus descobriu, na verdade, que as aldeias e pequenas cidades da França costumavam ser situadas com espantosa regularidade, seguindo o padrão de uma caminhada de ida e volta, gastando-se um dia, entre o ponto mais distante e o mercado. Noutras palavras, as necessidades do caminhante predominavam: aquele que podia usar as pernas tinha acesso a uma cidade. O modelo urbano conformava-se ao modelo econômico, e ambos favoreciam a pequena unidade e a comunicação direta face a face.

Quanto à distribuição demográfica, os fatos são claros. A cidade medieval variava, em tamanho, de alguns mil a até quarenta mil habitantes, que era o tamanho de Londres no século XV. Populações superiores a cem mil, alcançadas antes por Paris, Veneza, Milão, Florença, foram altamente excepcionais, até o século XVII. Perto do fim do período, Nuremberg, lugar próspero, tinha cerca de vinte mil habitantes, ao passo que Basileia, cidade não pequena, tinha cerca de oito mil. Mesmo nos solos produtivos dos Países Baixos, sustentados por indústrias têxteis altamente organizadas, sob um rigoroso sistema de exploração capitalista, vale a mesma limitação; em 1412, Ypres tinha apenas 10 376 habitantes, e Louvain e Bruxelas, na metade do mesmo século tinham entre 25 000 e 40 000. Bruges, a maior, talvez tivesse 70 000. Quanto à

Alemanha, a vida urbana concentrava-se em cerca de 150 cidades "grandes", a maior das quais não tinha mais do que 35 000 habitantes.

Todos esses dados estatísticos datam, é verdade, do século posterior à Peste Negra, que, em certas províncias, exterminou metade da população. Mesmo, porém que se dobrem os números, as próprias cidades, em comparação, ainda permaneceriam, de acordo com as modernas massas demográficas, pequenas e esparsas. Apenas na Itália, parcialmente por causa dos antigos alicerces romanos, e porque o capitalismo teve ali um início mais remoto, aqueles números têm de ser aumentados. Os fenômenos do congestionamento e excesso de construções — bem como o de indefinida expansão e dispersão suburbana — só se tornaram comuns depois que a capacidade de construir cidades novas havia-se reduzido grandemente. Discutirei o que causou esse recesso do vigor urbano num capítulo posterior.

CAPÍTULO XI

Desmoronamentos medievais, antecipações modernas

1. Cristianópolis — Sombra e Substância

O mosteiro, a guilda, a igreja serviram como elementos formadores da cidade medieval. Mais eficientemente do que Cós, Delfos e Olímpia, na Hélade, deram forma a cada setor da cidade e modelaram uma vida comum que prometia vencer as instituições abortivas originariamente de tocaia na antiga cidadela. A cooperação voluntária, as obrigações contratuais e os deveres recíprocos substituíram parcialmente a obediência cega e a coerção unilateral. No momento em que essas novas estruturas se tornaram visíveis, trabalhando lado a lado, pode-se dizer que a cidade medieval tinha tomado forma. Isso não vem a significar que todas essas instituições estariam presentes em qualquer cidade determinada ou que teriam peso igual, pois o espírito mercantil era positivamente hostil à universidade, e certas cidades medievais como Bruges e Lübeck jamais se gabaram de possuir tal centro intelectual, ao passo que outras, como Veneza ou Bristol, por muito tempo resistiram a essa inovação.

Na alta Idade Média, todavia, até mesmo os negócios e a religião tinham uma relação orgânica: tanto isso é verdade que os negócios costumavam copiar as instituições da religião ao organizar as suas bases de transação. Os núcleos comerciantes hanseáticos, por exemplo, seguiam linhas monásticas e exigiam a mesma espécie de estreita devoção ao ganho pecuniário, senão ao celestial; enquanto que uma das principais funções dos Cavaleiros Templários era servir como agentes de negócios e banqueiros. Mas, pelo fim da Idade Média — e esse é um dos sinais visíveis do fim —, até mesmo as matérias piedosas assumem uma coloração mundana. A religião cedeu lugar ao comércio; a "fé", ao "crédito".

Contudo, a própria colocação de atividades de negócios numa base capitalista teve origem ideológica, pois a doutrina do Tesouro da Salvação, proposta pelos Escolásticos, antecipou a teoria da poupança capitalista, tendo em vista recompensas futuras, prometendo para o fim retornos produtivos e lucros enormes; ao passo que a justificação do próprio lucro, em oposi-

ção a um *quid pro quo* eqüitativo nas trocas, fora já adiantada por Vincent de Beauvais.

Neste caso, é correto dizer que a cidade medieval era uma cidade cristã, a concretização, num esquema político corporativo bem como nas construções, do modo cristão de vida? Era ela uma verdadeira Cidade de Refúgio — um abrigo contra as contradições que notamos em todas as culturas urbanas anteriores? Infelizmente, a cidade medieval não era aquela bem-sucedida realização da esperança cristã que algumas vezes pareceu a piedosos advogados do século XIII, assim como não foi o não-redimido composto de ignorância, imundície, brutalidade e superstição que pareceu a muitos comentadores pós-medievais.

Na apreciação da cidade medieval, devemos evitar ambos os erros. Devemos, evidentemente, pôr de lado a encantadora tapeçaria da Idade Média composta por Pugin, Ruskin, Morris e autores semelhantes: esses, muitas vezes, tratavam as intenções como se fossem fatos realizados e os ideais como se fossem realizações, pois não hesitavam em atribuir ao conteúdo fervilhante da vida medieval toda a beleza que ainda é visível no recipiente. Se, porém, puséssemos de lado a cultura medieval como um todo, por causa das câmaras de tortura e da queima pública dos heréticos e criminosos, também apagaríamos todas as pretensões de civilização de nosso próprio período. Não é verdade que a nossa era iluminada restabeleceu a tortura civil e militar, inventou o campo de extermínio e incinerou ou mandou pelos ares os habitantes de cidades inteiras? As contradições da vida medieval eram de menor importância, comparadas com aquelas que encerramos em nosso próprio peito.

Em certos particulares, a cidade medieval alcançara êxitos que nenhuma cultura anterior havia atingido. Pela primeira vez, a maior parte dos habitantes de uma cidade era de homens livres: com exceção de grupos especiais, como os judeus, morador de cidade e cidadão eram, agora, termos sinônimos. O controle externo tornara-se controle interno, envolvendo a auto-regulação e a autodisciplina, praticadas, entre os membros de cada guilda e corporação. *Dominium e communitas*, organização e associação, dissolveram-se um no outro. Jamais, desde as grandes dinastias do Egito, tinha havido semelhante unidade religiosa de propósitos sob semelhante diversidade de interesses e projetos locais. Embora a estrutura social da cidade permanecesse hierárquica, o fato de que o servo podia tornar-se cidadão livre destruíra qualquer segregação biológica de classes e provocara uma medida crescente de mobilidade social.

Tais feitos eram importantes, mas a fé e o dogma que os tornaram possíveis levantavam-se no caminho de novos desenvolvimentos que desafiassem sua autoridade e suas metas por demais terrenas. A verdade é que, embora a Igreja, dada a sua presença e missão universal, dominasse todos os aspectos da vida medieval, o próprio triunfo dessa instituição a confundia com os negócios deste mundo. Como preço da continuação de seu ministério, a Igreja

aceitou os mesmos compromissos fatais que haviam impellido todas as civilizações urbanas anteriores, quer ao tempo de Assurbanipal, quer com Péricles, à sua ruína final. A preocupação ideal da Igreja com o Além, o único reino sobre o qual professava plena autoridade, foi solapada por sua própria materialização, que a levou a procurar um correspondente visível de seu estado sagrado favorito, mais magnífico do que qualquer rival terreno poderia possuir. Essa traição de si mesma foi denunciada por um após outro Padre da Igreja, de Bernardo de Clairvaux até Francisco de Assis. Mais de um santo mostrou que a construção servia com demasiada facilidade de substituto do espírito que supostamente alegava possuir. Na época em que se construiu Notre Dame de Paris, por volta de 1180, Pierre le Chantre escreveu em sua *Summa Ecclesiastica*: "As cabeceiras de nossas igrejas deveriam ser mais humildes do que seus corpos, por causa do Mistério que simbolizam, pois Cristo, que se acha à nossa cabeça — a cabeça de sua igreja —, é mais humilde que sua igreja". Ao contrário, observa ele, as cabeceiras "são construídas cada vez mais altas".

O que se achava envolvido na realização de uma cidade cristã? Nada menos, creio eu, que uma rejeição absoluta da base original sobre a qual a cidade havia sido fundada: a renúncia do monopólio longamente mantido do poder e do conhecimento; a organização das leis e do direito de propriedade no interesse da justiça, livre de coerção; a abolição da escravidão e do trabalho compulsório em benefício de uma minoria dominante; a eliminação de grosseras desigualdades econômicas entre uma classe e outra. Nestes termos, os cidadãos poderiam encontrar na terra pelo menos uma medida daquela caridade e justiça que lhes eram prometidas, mediante seu arrependimento, no céu. Na cidade cristã, haver-se-ia de supor, os cidadãos teriam a oportunidade de viver juntos, em fraternidade e assistência mútua, sem nada temer ante o poder arbitrário, nem antecipando constantemente a violência exterior e a morte súbita. A rejeição da antiga ordem imposta originariamente pela cidade constituía a base mínima da paz e da ordem cristã.

Desde o próprio momento em que a Igreja se tornou a religião oficial do Estado romano, em 313 A.D., aquele programa se achou em perigo, e a Cidade de Deus distanciou-se ainda mais. Recantos de paz e ordem cristã continuavam visíveis no mosteiro; e uma parte não pequena daquele espírito se introduziu na cidade, através das funções fraternais da guilda. Mas a idéia cristã floresceu na adversidade e com êxito enfrentou uma série de reveses que culminou no século XIII. Enquanto a própria vida era orientada para a morte e o sofrimento, uma medida não pequena da intenção cristã encontrava uma saída em atos de compaixão e caridade, que tomavam sua forma institucional apropriada na cidade. Em nenhuma cultura urbana anterior existia qualquer coisa semelhante aos grandiosos dispositivos em favor dos doentes, dos velhos, dos sofrendores, dos pobres, que existiam na cidade medieval. Mas essas realiza-

ções filantrópicas eram mais ou menos parecidas com os feitos intelectuais dos Escolásticos: a estrutura parecia inabalável, desde que não se examinasse detidamente a sua base.

Cada vez mais, a Igreja entregava a César não meramente as coisas que pertenciam a César, mas também aquelas que pertenciam a Deus. A Igreja não só se furtou de tocar os antigos fundamentos do poder político e militar, da propriedade privada e do monopólio intelectual. Longe de rejeitar essas contrapretensões à vida sagrada, aceitou-as e as tomou para si; quando necessário, procurava conseguir pela ameaça e pela força o que não podia receber pela fidelidade cordata e pela dádiva livre. Ao tempo de Dante, supostamente no ponto culminante da síntese medieval, sonhava ele com um imperador que governasse a cristandade e que fosse capaz de socorrer o mundo contra as pretensões de um papa iníquo e rapace.

Porque a Igreja esperava o sofrimento humano e era habituada a ele, seu clero manejava sem hesitar as negações e frustrações da vida, seus descamiños e tragédias. Mas, quando a vida voltou a preencher toda aquela cultura, quando o comércio prosperou e se acumulou a riqueza, a Igreja começou, cada vez mais, a utilizar, para seu próprio orgulho e poder, todas as práticas não-cristãs ou anticristãs, de sorte que até seus dogmas mais acatados muitas vezes assumiram uma forma supersticiosa. Se protegia o cadáver humano contra a violação por parte dos médicos que procuravam ganhar o conhecimento medicinal do corpo através da dissecação anatômica, permitia generosamente que os corpos dos vivos fossem perversamente mutilados no castigo, na execução de seu próprio julgamento dos heréticos. Tão logo a Inquisição teve início, no século XIII, chegou-se a inventar engenhosos aparelhos mecânicos próprios para realizar a tortura de suspeitos de heresia, a fim de obrigá-los à confissão.

No século XIII, a riqueza, o luxo e o poder terreno, corporificados nas principais cidades medievais, haviam solapado os postulados radicais da cristandade: a pobreza, a castidade, a não-resistência, a humildade, a obediência ao imperativo divino, que transcende a todas as considerações da segurança do corpo ou da satisfação material. Justamente a Igreja, como a mais rica das instituições da cristandade, era o cenário daquela sórdida revolução. Não importa quantos santos individuais pudesse ela continuar apresentando, o seu próprio exemplo terreno não era de molde a corrigir aqueles que procuravam a riqueza em quantidades cada vez maiores no mercado, o poder no campo de batalha, ou despojos e tesouros numa cidade conquistada. Isso talvez explique por que o cristianismo não criou Cristianópolis.

O ponto culminante da arquitetura gótica e da cultura medieval foi alcançado no século XIII. No século seguinte, tornou-se evidente que as forças que poderiam ter desejado introduzir na cidade medieval um modo cristão de vida haveriam de encontrar sua oposição mais grave, não, a princípio, no mer-

cado, mas dentro da própria Igreja. O grande símbolo do esforço no sentido de restabelecer o espírito cristão original – e também da sua decisiva derrota – é Francisco de Assis. Foi Francisco, ele próprio filho de um negociante, quem procurou substituir pelo serviço cristão voluntário, uma livre troca de dádivas, as disposições ordinárias do contrato e da compra. Aqueles que procuravam viver como os antigos cristãos, ensinava Francisco, não mais iriam retirar-se da vida como os primitivos monges, mas iriam vagar entre os homens fixando um sorridente exemplo de amor cristão, pregando tanto por atos como por palavras, trabalhando para os outros, vivendo na pobreza, sem qualquer abrigo permanente, e nunca pensando no dia de amanhã. Todos os trabalhos haveriam de se tornar trabalhos de amor: a vida, ao invés de ser contida dentro de edifícios e paredes, iria ser um “Cântico da Estrada Aberta”; e suas exigências materiais deveriam ser improvisadas, assim como Francisco improvisou a grande reunião de irmãos e irmãs em Porciúncula, com um aprovisionamento voluntário tão bem-sucedido que espantou seu rival Domingos.

No sonho de Francisco, a nova ordem de irmãos e irmãs não deveria possuir nenhum edifício próprio, nenhuma posse permanente que ligasse o espírito à própria posse. Tratava-se de mais uma tentativa, segundo as linhas de Lao-tsé e Jesus, para derrubar as muralhas do ego impelido pelo poder e incrustado na riqueza, e dismantelar a cidade murada que era a maior das expressões coletivas daquele ego. Numa palavra, emancipação do recipiente fechado: uma eterização completa e verdadeira.

O papado acabou com essa heresia tão severamente como havia destruído a de Pedro Valdo (aproximadamente 1170), o piedoso mercador que fundou a primeira das grandes seitas protestantes para uma finalidade semelhante. O papa, não sem artifícios dignos de um estadista, insistiu em fazer da ordem franciscana um instrumento do poder papal e assegurou sua subordinação e mesmo sua subversão interior, encorajando um pesado investimento em convenientes edificações conventuais, no próprio lugar onde nascera a nova ordem, pois não há modo mais eficiente de matar uma idéia do que “materializá-la” bem cedo. A glória da pintura de Giotto, na Igreja Maior de Assis, oculta a traição a Francisco, que só estaria à vontade na Igreja Menor. Pouco tempo depois, por uma bula do papa João XXII, a crença redespertada no comunismo cristão, a idéia de que a partilha das posses e dos meios de vida tinha sido praticada pelos antigos apóstolos, conforme relata o Novo Testamento, foi anatematizada como heresia.

Todavia, o desejo de criar uma cidade cristã por muito tempo perdurou na mente medieval, da época de Valdo e Langland à de John Bunyan e Johann Andreae. O próprio céu, devemos recordar, constituía um artefato urbano: uma cidade onde as almas imortais se encontravam e contemplavam a Presença inefável por toda a eternidade. O anseio por uma cidade cristã continuou a se fazer sentir, timidamente, a despeito das repreensões papais,

nas ordens dos leigos dedicados, como os Beguines, que se implantaram particularmente nos Países Baixos. E se incendiou a ponto de se tornar um esforço revolucionário, entre os anabatistas de Múnster e outros lugares. Mas o único poder que poderia ter feito de Cristianópolis mais que um sonho utópico, a própria Igreja, estava firmemente disposto a combatê-la.

Se, no princípio, a cidade medieval era verdadeiramente configurada segundo as necessidades e interesses cristãos, jamais chegou a ser completamente transformada pelo desafio cristão: as antigas potestades e principados se achavam alojados com firmeza demasiada atrás de seus muros. Os deuses invejosos que haviam permitido o nascimento da cidade na Mesopotâmia e no Egito eram mais persistentes e persuasivos que o novo mestre da Palestina que, como Buda, voltava as costas a todos os símbolos de permanência material e a todos os formalismos autoderrotados. O ritual repetitivo do antigo templo, a violência coercitiva da velha cidadela, os enclausuramentos e isolamentos hostis que davam às antigas aberrações mágicas uma forma permanente, essas instituições permaneceram no próprio centro da cidade medieval. Embora repetidamente ameaçada por invasões exteriores, de hunos, sarracenos, mongóis, turcos, os piores danos infligidos à cidade medieval eram aqueles que uma comunidade cristã perpetrava contra outra, numa ronda interminável de violência e impiedosa guerra urbana. Sobre aquele escândalo e vergonha, a voz da Igreja permanecia monotonamente calada. Como poderia ocorrer de outra forma? Os próprios atos de Roma teriam sufocado suas palavras de advertência.

Para esse descaminhamento da cidade medieval, a teologia cristã tinha uma resposta: a doutrina do pecado original. Essa doutrina pressupõe uma falha radical na constituição do homem, decorrente da desobediência de Adão, que transformou seu pecado original numa moléstia orgânica hereditária: uma tendência perversa pôs de lado as finalidades de Deus, colocando em primeiro lugar sua própria natureza egoística. Essa perversão é tão inveterada que, segundo a teologia cristã, no próprio ato de combatê-la, o homem pode cometer o que está procurando evitar; a única saída, por isso mesmo, é o reconhecimento do fracasso crônico e a esperança de arrependimento e graça.

O fato é que o pecado tornara-se a principal fonte de renda mundana da Igreja. Somente ampliando essa esfera e inflando essas dívidas, podia o monopólio da salvação, por parte da Igreja, produzir lucros suficientes. Assim, quando os bens da civilização estavam esgotados, a partir do século X, seus males foram restabelecidos na devida proporção pela própria instituição que deveria ter-se dedicado a reduzi-los. No século XVI, Maquiavel observava, não sem justiça, em seus *Discursos*: "Quanto mais próximas se acham as pessoas da Igreja de Roma, que é a cabeça de nossa religião, tanto menos religiosas elas são". Ao tempo em que o Concílio de Trento se dedicou a estudar essa

situação, era demasiado tarde para deter a desintegração do complexo medieval urbano.

Não importa o que pudesse ser a cidade medieval, portanto, continuou sendo apenas um pálido simulacro de Cristianópolis. Os contornos daquela cidade eram suficientemente fortes para dar esperanças de uma ordem urbana, baseada nas premissas religiosas e sociais da mais difundida dentre todas as religiões axiais. Mas, no próprio crescimento da cidade, a substância espiritual tendia a desaparecer. Mais uma vez, vemo-nos diante do mesmo paradoxo da materialização estática e unilateral que examinamos primeiro no crescimento da cidade grega.

2. Veneza versus Utopia

Pelo fim da Idade Média, uma cidade da Europa se destacava entre todas as outras por sua beleza e sua riqueza. A rubra Siena, a preta e branca Gênova, a cinzenta Paris, a multicolorida Florença podiam todas ter pretensões a cidades medievais arquetípicas e, sem dúvida, Florença levantou-se acima de todas as demais cidades da Europa, do século XIII ao XVI, em razão da austera magnificência de sua arte e da vivacidade de sua vida intelectual. Mas a dourada Veneza tem um aspecto especial que atrai nossa atenção. Nenhuma outra cidade mostra, em forma mais diagramática, os componentes ideais da estrutura urbana medieval. Além disso, nenhuma dava melhor indicação de seu próprio desenvolvimento interior de uma nova constelação urbana que prometia transcender ao recipiente murado que existia desde o princípio da idade neolítica.

As glórias estéticas de Veneza jamais foram esquecidas ou desprezadas, exceto talvez por seus prosaicos habitantes, no triste período em que seus fundamentos econômicos foram destruídos e o edifício inteiro começou a aluir. Mas o novo exemplo dado por Veneza, em matéria de urbanismo, jamais foi compreendido, muito menos imitado por outras cidades. Se as pessoas tinham consciência da unicidade da planta de Veneza, tratavam-na como simples acidente da natureza, e não como uma série de ousadas adaptações que, embora baseadas em singulares características naturais, tinham aplicação universal. É por isso que me proponho a examinar aqui a planta de Veneza, pois essa cidade impeliu mais para adiante, até bem dentro da nossa própria era, a organização de distritos de vizinhança e recintos cuja recuperação, hoje em dia, como unidade celular essencial de urbanismo, é um dos passos fundamentais no sentido do restabelecimento de uma nova forma urbana.

Veneza foi a criação de um grupo de refugiados de Pádua que, no século V A.D., tiveram de atravessar as lagoas, fugindo do invasor. As rasas águas do Adriático vieram dar proteção em lugar da muralha de pedra, e os alagadiços

e ilhas, ligadas apenas por água, sugeriam a abertura de canais para irrigar as terras próximas e estabelecer vias de transportes. A gôndola (mencionada já em 1094) era a perfeita adaptação técnica àquelas estreitas e rasas vias aquáticas. Embora Veneza tivesse de criar depósitos para armazenar água de chuva, a fim de suplementar o suprimento que chegava por barco, do continente, resolveu o sempre difícil problema da sanitação mais facilmente que suas rivais continentais, tornando-se capaz de jogar seus detritos diretamente no mar, onde a ação do sal e do sol, ao lado dos movimentos da maré, parece capaz de neutralizar razoáveis concentrações de bactérias perniciosas.

No centro de Veneza, fica a Piazza San Marco: um espaço aberto diante de sua Igreja Bizantina, onde ficavam, a princípio, os pomares de São Marcos. Em 976, perto do lugar onde foi pela primeira vez edificado o Campanile, no século XII, construiu-se uma casa de hospedagem para os peregrinos destinados à Terra Santa. Foi assim que começou a zona de hotéis que surgiu depois. Já no século XII, uma *piazza*, cheia de barracas de mercado, tomava forma ali, pois, em 1172, o lugar foi esvaziado. As edificações que agora se elevam ao redor da praça recordam o contínuo desenvolvimento que começou com a reconstrução da própria igreja de São Marcos, em 1176, a edificação do velho Campanile, em 1180, o início do Palácio Ducal, em 1300, e o antigo Palácio do Procurador, em 1520. Seguiu-se a isso o edifício que cerca um dos lados da *piazzetta*, a Biblioteca projetada por Sansovino, em 1536, no sítio das antigas padarias. Notemos, porém: a adição final da praça hoje existente que a tornou um todo estético, completando o extremo diante da catedral, só foi feita em 1805.

Tanto a forma quanto o conteúdo da Piazza foram, em suma, produtos de finalidades urbanas cumulativas, modificadas pelas circunstâncias, pela função e pelo tempo: produtos orgânicos que nenhum gênio humano sozinho poderia conceber em alguns meses, numa prancheta de desenho. Pouco a pouco, as funções políticas e sociais da Piazza rechaçaram as antigas funções rurais e de mercado; estas últimas foram, passo a passo, transferidas a outras paróquias da cidade, deixando apenas restaurantes, cafés, lojas e hotéis perto do sítio da primeira hospedaria de peregrinos.

Em suma, o plano de Veneza não constituía um desenho estático, corporificando as necessidades de uma única geração, eliminando as possibilidades de crescimento, de readaptação e mudança: ao contrário, havia ali continuidade na mudança e unidade emergindo de uma ordem complexa. Significativamente, numa cidade governada por um patriciado de mãos de ferro, impiedoso na sua centralização do poder e da responsabilidade, os membros do Conselho de 480 eram descentralizados: eram obrigados a residir nas paróquias que representavam. Pela mesma razão, os Magistrados do Arsenal tinham suas residências naquela região especializada da cidade. Isso impedia aquela concentração exagerada de habitações de classe

superior que tão freqüentemente conduz à tolerância da desordem urbana nos distritos mais remotos de uma cidade. Se os grandes palácios ocupam os sítios arejados à margem do Grande Canal, recebendo de frente as brisas do mar, têm também suas ligações com a região que fica atrás.

O que o turista casual muitas vezes nem sequer compreende é que o padrão de São Marcos é repetido em escala menor em cada uma das paróquias de Veneza. Cada uma tem seu campo ou praça, muitas vezes de forma trapezoidal antiga, com seu chafariz, sua igreja, sua escola, muitas vezes seu próprio palácio da guilda, pois a cidade foi a princípio dividida em seis distritos de vizinhança, cada qual abrigando uma das seis guildas da cidade. Os canais, agora cerca de 177 ao todo, servem de limites a essas vizinhanças, assim como também de elos de ligação: constituem ao mesmo tempo cinturões aquáticos e estradas arteriais, funcionando como os cinturões verdes e as passagens rodoviárias de uma cidade moderna bem planejada, embora não tão displicente em relação ao espaço urbano quanto o são, freqüentemente, as auto-estradas americanas ou os cinturões verdes de vizinhanças das Cidades Novas inglesas. Ao redor da cidade, as grandes lagoas servem, ao mesmo tempo, de convidativo passeio aquático e "parque", com o panorama citadino e a água substituindo a paisagem campestre. Nenhuma outra cidade, a partir do século XV, tentou mais numerosos pintores a reproduzir sua imagem.

Muitas dessas características de Veneza podem ser rivalizadas noutras cidades medievais. O que jamais foi tão claramente expresso noutra parte foi o sistema de zoneamento funcional, sistema ali mais facilmente estabelecido por causa da disposição das ilhas maiores e menores ao redor da cidade central. Veneza transformou esse aparente embaraço numa vantagem.

Segundo sua situação e seu tamanho, cada uma das ilhas de Veneza encontrou sua função apropriada: não menos aquela dedicada ao convento de São Jorge, perto de São Marcos. O primeiro recinto funcional foi o de Torcello: uma igreja e uma ilha de sepultamento, a 11 quilômetros de distância, onde se enterravam os mortos. O recinto seguinte foi um bairro industrial, o do Arsenal, erigido em 1104, ampliado em 1473 e de novo no século XVI: uma doca, centro de aprovisionamento de navios e fábrica de munições, que, no século XV, empregavam 16 000 trabalhadores e abrigavam 36 000 marinheiros. Outra principal indústria de Veneza, sua indústria de vidro, foi implantada por um ato do Grande Conselho, na ilha separada de Murano, em 1255.

Ora, foram essas as primeiras áreas industriais em grande escala a serem separadas dos usos mistos da cidade medieval ordinária. Se tivesse havido olhos para ver e inteligência para apreciar, Veneza poderia ter fixado o padrão para o desenvolvimento de indústrias pesadas em centros urbanos crescentes, após o século XVI; e, à medida que aumentavam as facilidades para transportes rápidos, a planta de Veneza, nuclear mas aberta, teria vencido, se imitada,

a tendência para fazer previsões de expansão pela sólida acumulação, congestionamento e desordem, à moda de outras cidades em crescimento.

Noutras palavras, aproveitando ao máximo suas oportunidades, os venezianos, sem dúvida, inadvertidamente, inventaram um novo tipo de cidade, baseado na diferenciação e zoneamento das funções urbanas, separadas por vias de tráfego e espaços abertos. Isso constituía zoneamento na maior escala possível, praticado de um modo racional, reconhecendo a integridade das vizinhanças e diminuindo a desperdiçada "jornada para o trabalho". Tão natural à cidade era esse sistema que foi levado adiante, mesmo no século XIX, quando a ilha de Lido se tornou um recanto de descanso à beira-mar: um recinto de recreação.

As vizinhanças e zonas industriais de Veneza, muito longe de destruírem a unidade da cidade, apenas serviram para impedir que a zona central ficasse indevidamente congestionada. Contudo, em dias de feriados públicos, como o imponente festival aquático que celebrava o casamento da cidade e do Adriático, a Piazza San Marco, a Piazzetta e os cais vizinhos juntavam a cidade inteira, constituindo o próprio Palácio Ducal, talvez o mais belo exemplo de arquitetura do mundo, o cenário dominante do ritual coletivo.

A ordem política de Veneza era baseada numa combinação, em última análise desmoralizante, de violência e sigilo: seus governantes usavam de informantes privados e de assassínio secreto como corriqueira arma de controle. Esse sistema deve ter prejudicado toda variedade de trabalho honesto, cãndido juízo e colaboração fiel, fazendo com que aqueles que se achavam no centro se tornassem ridículos, como os membros de qualquer sistema totalitário hoje em dia, pelas suas próprias mórbidas fantasias e alucinações. Já vimos, mesmo sob nosso governo formalmente democrático, nos Estados Unidos, que qualquer grupo que opera em segredo, seja ele uma Comissão de Energia Atômica, um Conselho de Segurança Nacional ou uma Agência Central de Investigações, perde contato com a realidade pelas próprias condições em que opera. O que começa como a supressão de uma oposição crítica acaba como supressão da verdade e a eliminação de qualquer alternativa à política aceita, por mais que sejam patentes os seus erros, psicóticos os seus planos, fatais os seus compromissos.

Na verdade, o Estado político de Veneza alcançou menos êxito do que supunham seus construtores, a despeito de sua prosperidade e continuidade. Contudo, a comunidade urbana, uma vez que seu grupo dominante pagava pelo menos o preço de seu sistema, foi mantida em certo grau de equilíbrio, como os Estados totalitários de hoje, trocando a segurança pela liberdade: dessa forma, durante muitos séculos, responderam pelo contínuo emprego industrial, por serviços sociais de várias espécies e por deslumbrantes festas públicas. Dessa forma, tipicamente, não eram os trabalhadores, mas os mem-

bro rivais das classes dominantes, que usualmente ameaçavam com a traição ou a revolta.

Todavia, a ordem física criada pela República de Veneza era melhor ainda do que supunham seus construtores: na verdade, haviam, sem qualquer consciência aparente de seu feito, imaginado um novo tipo de recipiente urbano, marcado pela eterização da muralha. Mesmo seus restos decadentes e superpovoados mostram, hoje, uma organização urbana radicalmente diferente da imagem e modelo antigo, ainda persistente, da Idade da Pedra. O que Veneza poderia alcançar, numa cidade que, mesmo em seus dias mais movimentados, jamais contou mais de duzentos mil habitantes, uma municipalidade moderna, com as nossas facilidades de comunicação e transporte rápido, poderia fazer em benefício de uma comunidade dez vezes maior que aquela. Estranhamente, foi necessária a invenção da planta de Radburn, em 1928, antes que mesmo o olhar ocasional de um urbanista se abrisse suficientemente para compreender as inovações que Veneza havia consumado plenamente cinco séculos atrás. Todavia, a espantosa similaridade, a separação entre o pedestre e os demais modos de tráfego e transportes — embora já estivesse concluída em Veneza muito antes que Leonardo da Vinci fizesse a mesma proposta para curar o congestionamento de tráfego de Milão —, constitui apenas uma pequena parte da contribuição total que Veneza emprestou à arte do urbanismo.

A própria Veneza nascera das tristes realidades da imigração forçada, da guerra, do conflito, da pirataria, do comércio. Embora exigisse as fidelidades dos homens, no decorrer das gerações, por seu esplendor e sua ordem, não tinha pretensões a ser uma cidade ideal: representava meramente o melhor que uma sucessão de enérgicos mercadores e industriais, que cortejavam o dinheiro e o poder bem como os luxos que o dinheiro e o poder podem comprar, estava em condições de conceder. Comparemo-la com uma cidade cujo idealizador procurava, na verdade, apresentar um padrão ideal: a saber, com Amaurote, capital da *Utopia*, de Sir Tomás Morus, livro publicado em 1516, justamente no ponto culminante das fortunas de Veneza.

Amaurote, situada no centro da Ilha de Utopia, é uma das suas cinquenta e quatro grandes ou pequenas cidades, nenhuma das quais fica a menos de 38 quilômetros da outra, embora "nenhuma seja tão isolada que não se possa dela ir a outra num dia de jornada a pé". A própria Amaurote, a capital, é quadrada na planta, à margem de um rio cíclico, como Londres, aonde os barcos chegam vindos do mar. As ruas, com seis metros de largura, "são bem traçadas tanto para o tráfego quanto para evitar os ventos", e todas as casas têm uma porta para a rua e uma porta para o jardim; na verdade, seu zelo para com a jardinagem "é aumentado não meramente pelo prazer a eles proporcionado, mas pela aguda competição entre ruas, que querem ter os jardins mais bem tratados". Aquele cinturão verde exterior e aquela amplidão

interior são reforçados por dois anos de vida no campo, obrigatórios na forma da lei, para todos os habitantes. Assim, Morus assegura a existência de uma cidade-jardim, educando cidadãos-jardineiros.

Cada cidade utópica é dividida em quatro setores. No meio de cada setor fica uma praça de mercado, com lojas e armazéns ao redor. Todavia, a organização mais íntima, a vizinhança, é baseada na família. Cada trinta famílias escolhem um magistrado, enquanto que todo o corpo de magistrados escolhe o prefeito, e todas as cidades mandam representantes ao legislativo de Utopia. A base de todo esse sistema de governo representativo são as trinta famílias de vizinhanças cujos membros jantam regularmente num dos espaçosos salões de jantar que ladeiam a rua. Ali, o primeiro-magistrado e sua esposa presidem à Mesa Maior.

Talvez essa inovação de Morus não ficasse inteiramente perdida: é uma antecipação do que se vê nas comunidades Amana, no estado de Iowa, com seus salões comuns de jantar, hoje usados como restaurantes públicos. Ao lado do agrupamento de famílias preconizado por Morus, encontra-se o salão de brinquedos: mesmo num dia em que eram habituais os criados domésticos, Morus não deixou de levar em conta as vantagens de tal alívio ocasional dos cuidados de família. Assim, a forma primária de organização não é a guilda, mas a família e a vizinhança; ou antes, o que o urbanista francês Gaston Bardet chamou o "escalão patriarcal". Nas instituições comunais, Morus restabelece a partilha e a generosidade, que eram habituais em comunidades simples, antes da introdução de uma economia monetária.

A maior inovação de Morus foi, talvez, dar sustento institucional ao amor à vida rural e aos esportes entre os cidadãos medievais. Decretava ele que a agricultura fosse uma preocupação comum, tanto para homens quanto para mulheres: desde seus primeiros anos, todos são nela instruídos, em parte pelo ensino regular na escola, em parte por serem levados à terra adjacente à cidade, como que por diversão, não simplesmente para assistirem às atividades rurais, mas, quando surge a oportunidade, realmente para trabalhar.

Como a participação no trabalho é universal, os utópicos só trabalham seis horas por dia. Isso lhes proporciona ao mesmo tempo uma economia de abundância e bastantes horas de lazer; e dedicam este último, quer pelo estudo privado, quer pelas conferências públicas, principalmente a aprender. Os ricos ociosos, os avarentos que tudo recolhem e os mendigos ávidos de mais não têm lugar na Utopia de Morus: não o tem também a "grande e ociosa companhia de sacerdotes e dos chamados religiosos". Sendo ele próprio um homem devoto, pronto a morrer empalado por sua honra e por sua Igreja, Morus conhecia bem a vacuidade de grande parte da ostentatória devoção religiosa da cidade da baixa Idade Média.

Em alguns aspectos, ao que parece, a cidade imaginária de Morus não é meramente um grande avanço em relação a Veneza, mas, no seu desejo de

igualdade, no seu esforço para propagar tanto os bens quanto o lazer, na sua conversão do trabalho numa forma de jogo e de ambos num meio de sustentar a mente, ela antecipa as potencialidades sociais que o nosso próprio período começou a delinear. Em Amaurote, o serviço coletivo e a associação amigável abrandaram as rígidas formas do poder. Aqui, pelo menos num débil contorno, encontra-se a cidade social do futuro, como Veneza, de forma muito mais ousada e clara, prefigura possivelmente a cidade física do futuro. Rumo a essas duas metas, as grandes cidades do mundo têm ainda um longo caminho a percorrer.

Mas, precisamente no ponto em que Morus deve traduzir seus melhoramentos sociais em formas materiais, sua imaginação se detém, como, antes dele, se detivera a de Platão. Ou melhor, as imagens de Morus se congelam nas formas de sua própria época, que estavam apenas começando a sair da ordem medieval. Assim, sua escala já não é a escala medieval e pedestre: a cidade tem mais ou menos três mil e duzentos metros de lado; e a distribuição do povo, com dez a dezesseis adultos numa família, seis mil famílias ao todo, eleva a população total muito acima dos cem mil. Neste ponto, é verdade, fixa ele um limite, pois, uma vez coberto o déficit de população, nas cidades que se acham abaixo desse nível, prevê Morus a colonização fora do país.

Ao lado daquela nova escala espacial, acha-se uma nova uniformidade, sim, uma nova mesmice e monotonia. "Aquele que conhece uma das cidades — observa ele — conhecerá todas elas, tão exatamente iguais são, exceto onde a natureza do terreno a impede." A mesma língua, as mesmas maneiras, costumes, leis. A mesma similaridade de aparência: nenhuma variedade na forma urbana. Nenhuma variedade no costume: nenhuma variedade no colorido. Essa era a nova nota: a nota da padronização, da arregimentação e do controle coletivo; mesmice quacre ou mesmice de prisão. Será essa a Eutopia — o "bom lugar"?

Estaria Morus de antemão prevendo a era próxima dos déspotas, embora estivesse pronto a desafiar em pessoa o déspota mais próximo? Que o teria feito encarar a ausência de variedade e alternativa como, em qualquer sentido, um requisito ideal? Teria, de maneira ainda mais intuitiva, suscitado do preço que a nossa própria era teria de vir a pagar por sua produção mecanizada e sua economia de abundância? E estava, por isso, preparado, em nome da justiça abstrata, a pagar aquele preço, por mais pesado que pudesse ser em termos de outros bens, igualmente essenciais à vida humana? Morus não nos deixou indício algum para a resposta.

Em alguns aspectos, notará o leitor, a Utopia de Morus atacava os radicais defeitos e imperfeições da cidade medieval: preponderância da riqueza privada, a ultra-especialização dos ofícios e profissões numa ordem rigorosa, hierárquica, muitas vezes mutuamente hostil e não-comunicativa. Ao dar aos cidadãos urbanos uma educação rural e um período de serviço compulsório

na agricultura, procurou ele vencer as disparidades e hostilidades latentes que existiam entre os dois reinos. Pela mesma razão, restituiu e ampliou o jardim urbano, como parte essencial da planta da cidade, num momento em que este começara a ficar congestionado e, em certos lugares, já havia desaparecido.

O desejo de amplidão interior de Morus foi repetido, aliás, em três grandes blocos previstos na planta de William Penn, para Filadélfia, em 1688; mas, no século XVIII, como ainda nos recordam a Elfreth's Alley e muitos becos semelhantes, os generosos blocos originais foram subdivididos por ruas e becos que reduziram os locais de moradia ao tamanho de casas de bonecas, com espaços abertos igualmente reduzidos e estanques. Acima de tudo, ao que parece, Morus tentou conscientemente "retirar tanto tempo quanto possível do serviço do corpo e dedicá-lo à liberdade e cultura da mente", não apenas para uma classe, mas para uma comunidade inteira. E, no entanto, mesmo nos sonhos aparentemente ingênuos desse homem virtuoso, achava-se ele preso ainda às antigas muralhas da cidade: escravos, em pagamento de seus crimes, realizavam os trabalhos mais vis da comunidade, e a guerra, embora odiosa para os utópicos, continuou sendo uma parte integrante da sua vida institucional. Na verdade, os utópicos eram peritos na propaganda e subversão como instrumentos de guerra, e usavam de golpes físicos apenas para o *coup de grâce*. Será isso, mais uma vez, Eutopia?

Se Veneza foi o produto mais elevado da prática medieval, Utopia foi, talvez, com relação à constituição e organização das comunidades urbanas, o mais acabado exemplo do pensamento da baixa Idade Média. Mas quem trocaria Veneza pela monótona arregimentação e uniformidade de Amaurote? E, todavia, quem trocaria as decências cívicas de Amaurote pela tirania cheia de segredos, pelas suspeitas impertinentes e pelos ódios, pelos assassinios do caráter, pelos ataques e homicídios felinosos, que se achavam no fundo do próspero comércio e da festiva arte de Veneza? A mancha que havia sido passada de civilização a civilização, por meio do recipiente urbano, era ainda visível em ambas as cidades. Quando admiramos a forma exterior sobrevivente, não devemos esquecer a persistência do trauma interior — o trauma da própria civilização, a associação do domínio e da escravidão, do poder e do sacrifício humano.

3. Sobrevivências e Mutações Medievais

Os melhores exemplos de uma cultura nem sempre são os mais característicos, pois o mais típico é aquilo que mais se acha preso ao tempo e limitado. Dekker e Chapman fazem parte da Londres do fim da Idade Média, enquanto que Shakespeare, embora compartilhasse daquele ambiente, transcendeu em centenas de detalhes. Isso vale, igualmente, para a cultura das cidades. Nos

séculos XVI e XVII, certas novas formas urbanas começaram a existir: não caracterizavam nem a Idade Média, já em desaparecimento, nem a economia mercantil e o governo absolutista, que iriam chegar. E aquelas novas formas urbanas não eram "transitórias", já que só conduziam na sua própria direção, no sentido das suas próprias metas ulteriores. Contudo, para nós, hoje em dia, têm maior significado que os espécimes dominantes do período, de que tratarei sob o título geral de Barroco.

Enquanto que muitos centros medievais mais antigos, abandonados pelo comércio ultramarino, vinham minguando como um rio numa seca, só deixando o leito aberto pelas águas outrora impetuosas, e enquanto militarismo e mercantilismo impunham um padrão de crescimento mais mecânico, o campo passava por um melhoramento e rejuvenescimento orgânico. As instituições da cidade medieval refluíram, afinal, ao campo, e produziram aldeias e pequenas cidades cuja urbanidade era engrandecida pela sua situação rural. Esse melhoramento encontrou sua mais feliz expressão nas aldeias da Europa central e setentrional, da Baviera aos Países Baixos e dali até a Inglaterra, chegando até os países ocidentais. Resultou na transformação das pequenas e acanhadas colônias dos tempos medievais, não raro uma coleção de barracas, de tamanho muito reduzido, feitas de restos de material — visíveis ainda em muitas gravuras do século XVII —, em pequenas comunidades vivas, compactas, bem-ordenadas, construídas de pedras e tijolos, cujo pequeno palácio da guilda ou do mercado costumava ser devidamente embelezado pela pintura ou pela escultura, não acentuadamente inferior à que existe nos grandes centros urbanos: uma cidade medieval em miniatura, também ela com amplos jardins por trás das casas em fileira contínua.

Algumas das mais belas aldeias da Inglaterra — Burford, Bybury, Chipping Camden — datam, na sua forma final, do período entre os séculos XV e XVIII: um período que deve, dentro das cidades corporativas maiores, ser descrito como, principalmente, de decadência. A razão dessa renovação da aldeia foi, no fundo, provavelmente de natureza econômica: a gradual fuga dos ofícios, da cidade corporativa superprotegida e supercontrolada, e a crescente paridade dos artífices rurais, que tinham um jardim a suplementar seus ordenados, enquanto o trabalhador urbano residia em distritos congestionados, com aluguéis elevados e pouca proteção eficiente por parte da guilda, especialmente nas novas indústrias. O aumento da eficiência da produção agrícola, a partir do século XVI, sem dúvida, também desempenhou um papel, especialmente nos Países Baixos, onde a mistura do cultivo da terra com a criação de vacas, cavalos e porcos, que forneciam esterco, elevaram a horticultura a um nível que, talvez, só tivesse sido alcançado na China.

O desaparecimento do sistema de três campos e a unificação dos trechos dispersos em parcelas maiores correram paralelos à unificação do sistema feudal em grandes entidades nacionais; e criaram a paisagem mais unificada

da Europa pós-medieval, às vezes com definidas marcas limítrofes e sebes, como na Inglaterra, às vezes segundo as antigas formas abertas, como na Baviera, Suíça e Holanda. A aldeia outrora feudal, estimulada pela nova difusão da indústria manual e por um suprimento mais abundante de alimentos, quase obteve sua primeira oportunidade de comerciar com a cidade, em pé de igualdade, e assim receber produtos do mundo exterior.

Por essas aldeias sobreviventes ainda hoje, pode-se ter melhor noção do traçado das primeiras cidades medievais, agora desesperadamente confundidas nas suas formações com os restos de meia dúzia de diferentes épocas culturais. Em lugares como Bybury, encontram-se mesmo fugas ao sistema de casas em fileira, em pequenos agrupamentos que anteciparam — chegando mesmo a ajudar a formá-los — os mais belos esforços de Raymond Unwin e Barry Parker. Nem a própria produção mecanizada transtornou aquela nova ordem: ao contrário, promoveu-a, pois o uso mais amplo do engenho de água e do moinho de vento deu à aldeia uma fonte de energia que, muito freqüentemente, pelo próprio fato do crescimento urbano, se tinha tornado insuficiente no centro congestionado.

Naquelas novas fugas à forma vernacular, as contribuições holandesas foram particularmente significativas. A sua influência, como a dos adiantados horticultores com suas estufas, fez-se sentir em toda a Europa; a fazenda e a horta holandesa tornaram-se modelos da agricultura progressiva. E aquele domínio da água achou-se registrado dentro da cidade tanto quanto nos *polders*(*), pois as duas se achavam em constante intercurso: isso deu à cidadezinha holandesa ordinária ou à aldeia de canal, não menos que a Amsterdam, não apenas uma frontaria limpa e uma moldura verde, mas um interior superlimpo, tal como se poderia conseguir com a ajuda da areia ou da cantaria e da água do mar, no mais bem-ordenado dos navios. As grandes janelas da pequena casa holandesa do século XVII, repetida mais de dois séculos depois, tanto na arquitetura do radical Oud quanto na do conservador Grandpré-Molière, levavam para dentro da moradia uma quantidade de luz solar e de ar puro que correspondia àquela que Johann Andreae tinha retratado em sua cidade ideal de Cristianópolis, que também não era maior que uma aldeia.

Em geral, o traçado e a beleza da pequena casa de tijolos holandesa daquele período não se achavam apenas adiantados com relação às moradias contemporâneas de classe superior em outros países: conservam-se ainda acima do nível que foi até agora alcançado na maior parte dos países, pelos reformadores contemporâneos da moradia. O resultado não foi inteiramente ideal, como veremos ao discutir Amsterdam, mas tanto a democratização da cidade medieval quanto a descentralização da indústria moveram-se na direção

(*) Terras conquistadas ao mar (palavra holandesa). (N. do T.)

ascertada, favorecendo as decisões locais, o controle humano, a dimensão humana.

No Novo Mundo, ocorreu uma modificação semelhante pois foi ali que se renovou a ordem medieval, por assim dizer, pela colonização. Na América do Sul, as novas cidades coloniais eram traçadas de antemão, de acordo com os princípios estabelecidos nas Leis das Índias, modificadas em 1523, ao tempo da conquista do México. Mas aquelas novas cidades olhavam para trás, não para a frente — pois seguiam o padrão do modelo de Bastilha e levaram ainda mais longe aquela padronização, criando um fórum, ou *plaza*, idealmente de 120 por 180 metros, no centro da cidade, tendo de um lado uma igreja dominante e deixando vazia a própria *plaza*. Os quarteirões de moradia eram rigorosamente retangulares na forma e as ruas largas: tanto assim, segundo Robert Smith, que o bispo italiano Gerardini, ao chegar a São Domingos em 1520, elogiou as ruas, considerando-as mais largas e mais retas que as de sua nativa Florença. Embora as cidades coloniais portuguesas fossem, muitas vezes, mais irregularmente edificadas e se achassem mais próximas do modelo orgânico medieval, em parte alguma se encontra algo que corresponda a um esquema barroco ideal, como se verifica em Palma Nuova.

Se a cidade colonial espanhola do Novo Mundo foi uma sobrevivência militar, a aldeia da Nova Inglaterra constituiu uma feliz mutação. Na fundação da colônia de Back Bay, os aventureiros puritanos, embora não fossem familiarizados com o comércio e a arte manual mais que com o cultivo do solo, facilmente resistiram à tentação de acumular sua população no porto de Boston. Felizmente, no princípio dependiam da agricultura e isso os forçou a correr o risco de espalhar bem suas plantações, a fim de ocupar a terra. O coração das suas novas cidades e aldeias era o campo da comuna: uma área aberta, muitas vezes maior que a *plaza* espanhola, onde seus rebanhos e gado poderiam pastar em segurança, sob as vistas de um funcionário municipal, ou vigia do gado. Ao redor daquele campo, bem desde o princípio, erigiram-se os edifícios públicos: a casa de assembléia, o paço municipal e, mais tarde, a escola. Aquelas instituições serviam como ponto de reunião da comunidade e o campo da comuna fazia as vezes de local de treinamento militar para a milícia do lugar — outra instituição medieval. O ideal medieval do governo próprio, tão imperfeitamente realizado na Europa, por causa da persistente oposição por parte dos lordes, bispos, magnatas burgueses, chegou ali ao pleno florescimento, pois a congregação protestante tinha controle tanto da igreja quanto da cidade.

Cada membro da comunidade, no princípio, recebia sua parcela de terra: geralmente, de 20 a 40 ares dentro da aldeia, embora a casa paroquial tivesse às vezes até 400 ares, enquanto que os terrenos destinados à agricultura ficavam fora, para além das primitivas estacadas, algumas vezes suficientemente distantes para justificar a edificação de uma casa de verão, como na

cidade medieval. Nos regulamentos mais antigos, segundo William Weeden, não era permitido a ninguém viver a mais de 800 metros da casa de assembléia, não fosse, nos rigores do inverno da Nova Inglaterra, fugir às suas obrigações sociais, como membro da igreja.

Algumas vezes, o campo da comuna constituía uma larga faixa de quarenta e cinco a sessenta metros, por toda a extensão da aldeia, como em Sharon, Connecticut; outras vezes, era um retângulo ou um quadrado. Ao redor daquela área, a partir do século XVIII, erguiam-se casas separadas, com telhas de tábuas brancas e janelas verdes, livres, decentemente separadas de suas vizinhas, com profundos quintais, suficientemente amplos para um pequeno pomar e um estábulo assim como para uma horta de verdura. Altos olmeiros e bordos, de cada lado da rua, davam sombra no tórrido sol de verão e serviam parcialmente para conter os ventos de inverno; suas folhosas copas unificavam as casas dispersas: um perfeito unísono entre o homem e a natureza. Ainda mesmo no século XIX, no traçado de algumas das primeiras aldeias de Ohio, como Gallipolis, aquelas admiráveis características foram preservadas. Apenas nos subúrbios das classes médias superiores, no século XIX, encontrava-se qualquer aproximação da ordem e beleza alcançada por aquele traçado aberto.

Numa época em que a cidade medieval estava sendo enquistada, em que o povo enxameava por trás de pesadas fortificações, aceitando uma cidade sem árvores, sem jardins, ou mesmo moradias separadas para cada família, como o ambiente normal de vida cidadina, nos Estados Unidos a ordem mais aberta da cidade medieval continuava existindo — aliás, amplificada e enriquecida: uma vastidão principesca, com finalidades democráticas. Baseava-se aquela ordem no fato de que a cidade da Nova Inglaterra se recusava deliberadamente a crescer além das possibilidades de socialização e assimilação de seus membros: assim, fez com que existisse, e em muitos lugares o manteve por dois séculos seguidos, um equilíbrio entre as ocupações rurais e urbanas, bem como um equilíbrio interior de população e terras aproveitáveis.

Quando a área distribuída achava-se plenamente ocupada e já se anunciava o congestionamento, os membros excedentes da comunidade escolhiam um novo pastor e se mudavam para uma nova plantação, onde erigiam uma nova casa de assembléia, cercavam um novo campo da comuna, formavam uma nova aldeia e abriam novos campos. A possibilidade de deslocamento para novos centros desencorajava o congestionamento dos antigos; e o hábito posterior de dividir a terra entre os membros da comunidade, de acordo com as necessidades das famílias e com a riqueza e posição, dava certa igualdade aos membros, ou pelo menos garantia um mínimo básico de existência aos diligentes e aos esforçados. Cada família tinha seus direitos na terra comum; cada família tinha campos fora da cidade, bem como jardins perto de seus lares; cada homem tinha o dever de participar dos negócios políticos da cidade, através da reunião anual dos cidadãos. Uma *pólis* democrática — e a

mais sadia e conveniente forma de ambiente, enquanto conservou dimensões reduzidas. Em todas as fibras, aquela forma medieval renovada contrastava não apenas com seu próprio passado autoritário, mas com todas as suposições antidemocráticas da nova ordem barroca.

O crescimento continuado da cidade da Nova Inglaterra pela divisão do núcleo social central em novas células, tendo sua própria vida independente, recordava o padrão anterior da Grécia. Mas as cidades da Nova Inglaterra acrescentavam uma característica nova que jamais foi suficientemente compreendida nem tão amplamente copiada quanto merecia: a comunidade municipal. A comunidade municipal é uma organização política que compreende um grupo de cidades, aldeias, povoados, juntamente com a área rural aberta que as rodeia: desempenha as funções do governo local, inclusive a provisão de escolas e o cuidado das vias locais, sem aceitar a longamente estabelecida distinção entre cidade e campo. Dentro dos limites da comuna — cobrindo, às vezes, uma área de doze ou mais milhas em cada direção —, seus habitantes reconheciam a necessidade de melhoramentos descentralizados na escola primária de uma só sala ou no depósito geral do distrito. No modelo comunal, o crescimento da população e das facilidades sociais não ficava confinado a um centro único: alcançava-se localmente algo semelhante a um equilíbrio, com um padrão regional igualmente equilibrado.

A importância política dessa nova forma não pode ser subestimada, embora a incapacidade de compreendê-la e continuá-la — aliás, de incorporá-la tanto na constituição federal quanto nas estaduais — tenha sido uma das trágicas omissões do desenvolvimento político pós-revolucionário. Assim, o sistema político abstrato da democracia não possuía órgãos concretos. Ninguém melhor afirmou a importância da comuna do que Emerson, escrevendo em seu *Journal*, em 1853: "A cidade é a unidade da república. Os Estados da Nova Inglaterra fundaram suas constituições sobre cidades e não sobre comunidades, às quais nos conduz a divisão em distritos. E assim a política constitui a escola do povo, o jogo que cada um aprende a jogar. E portanto todos são capazes, na Califórnia ou na ilha de Robinson Crusoe, de erigir instantaneamente um governo operante, como não o são os franceses e os alemães. Nos Estados do Oeste, e em Nova Iorque e Pensilvânia, o sistema de cidades não constitui a base, e por isso, as despesas com a legislatura não são econômicas mas pródigas. Por meio de distritos ou seja o que for que coloque as eleições nas mãos de comissões, reelegem-se homens que não poderiam obter os votos daqueles que bem os conhecem".

Todavia, aquele exemplo não ficou inteiramente perdido na fundação de comunidades posteriores. A dispersão da população em aldeias e cidades dentro do campo aberto persistiu em Ohio e Wisconsin, de um modo muito parecido com o da Nova Inglaterra; e essa ampla difusão reduziu a tendência a

dirigir a população inteira para grandes centros, como na Austrália ou na região noroeste do Pacífico, hoje em dia.

Após o século XVIII, os traços sociais da pequena cidade e da aldeia da Nova Inglaterra só se repetiriam em comunidades utópicas, mais notadamente nas aldeias Amana, de Iowa, "inspiração verdadeira" que floresceu durante quase um século. A comunidade Amana abrangia cerca de dez mil hectares de terras e era constituída de sete aldeias agrícolas, cada qual com sua própria igreja e escola, sua padaria, sua queijaria, sua adega de vinhos, seu correio e seu armazém geral. Essas comunidades ficavam afastadas umas das outras por uma distância de mil e seiscentos a seis mil e quatrocentos metros, mas todas achavam-se dentro de um raio de nove quilômetros, a partir da velha Amana.

As aldeias mesmas, consistindo de um amontoado de quarenta a cem casas, eram arranjadas à maneira de uma aldeia de rua alemã, com uma longa rua tortuosa e várias ruelas irregulares. Numa extremidade da aldeia, ficavam os celeiros e o estábulo; na outra, as fábricas e oficinas; de ambos os lados, estendiam-se os pomares, os vinhais e os jardins; ao passo que, nas áreas entre as comunidades, florestas cuidadosamente plantadas forneciam grande parte da madeira necessária a sua indústria de fabricação de móveis, outrora tão famosos quanto os cobertores, o presunto, o toucinho e a geladeira de Amana. A arquitetura daquelas aldeias, no seu traçado geral, de um vernacular confortável e reto, à base de tijolos, era superior à ordem geral de edifícios da segunda metade do século XIX; rivalizava em tudo com a das antigas comunidades Shaker, exceto na inventividade arquitetônica.

Esses avanços do senso prático comum no desenvolvimento urbano, embora em escala de aldeia, na verdade foram tão importantes pelas suas contribuições potenciais à edificação da cidade quanto pelo seu real triunfo em seu próprio cenário rural. Seu crescimento nuclear dentro de um padrão aberto mas unificado era exemplar. Ambas faziam parte de uma cultura geral que, em parte por boa sorte e uma corrente favorável de circunstâncias, em parte graças ao planejamento consciente, alcançara uma economia de equilíbrio.

Aquela cultura eotécnica foi incorporada numa multidão de pequenas cidades e aldeias, ligadas por uma rede de canais e estradas de terra, às quais vieram juntar-se, após a metade do século XIX, curtas ferrovias ainda não ligadas aos poucos sistemas-tronco existentes, destinados apenas a aumentar o poder das grandes cidades. Dispondo da energia do vento e da água para as necessidades da produção local, era essa uma economia equilibrada; e, caso tivesse sido conservado seu equilíbrio, caso tivesse sido mesmo conscientemente procurado o equilíbrio, um novo padrão geral de desenvolvimento urbano poderia ter emergido. Contudo, aquela possibilidade foi vencida pela ideologia predominante, que favorecia a intensiva especialização e a centrali-

zação do poder econômico em alguns grandes centros, aos quais as pequenas unidades urbanas teriam de ser subservientes.

Mostrei, em *Técnica e Civilização*, que, se tivesse ocorrido mais cedo a invenção de motores fundamentais mais eficientes, a turbina de água de Fourneyron e a turbina de vento, talvez pudessem ter dado às minas de carvão e de ferro sérios competidores técnicos, que poderiam ter conservado aquele regime descentralizado por um período de tempo suficiente para tirar partido do descobrimento da eletricidade e da produção dos metais leves. Com o desenvolvimento concomitante da ciência, tal coisa poderia ter conduzido diretamente à integração mais humana retratada em *Fields, Factories, and Workshops*, que Piotr Kropotkin iria delinear mais uma vez, nos anos de 1890. Embora seja inútil demorar mais tempo naquelas desaparecidas possibilidades, seríamos cegos se ignorássemos o fato de que outrora existiram e estiveram à disposição por um período muito mais longo do que compreende a maior parte das pessoas. Em países que ainda são industrialmente subdesenvolvidos, a possibilidade de se utilizar aquele modelo superior ainda existe; mas, infelizmente, seus conselheiros ocidentais, quer capitalistas, quer comunistas, acham-se presos à organização centralizada de massa para a produção, e não possuem a visão técnica interior nem a perspectiva histórica necessária para se promover uma economia que responda melhor às necessidades humanas.

Hoje, são vistas com outros olhos todas essas mutações, especialmente a aldeia holandesa do século XVII e a aldeia da Nova Inglaterra; ambas constituem expressões de uma nova espécie de equilíbrio ecológico dinâmico, superior tanto aos monopólios urbanos da Idade Média quanto à dispersão não regulada, industrial ou suburbana, que se seguiu. Assim como, na penetrante psicologia de um Spinoza ou de um Rembrandt, encontramos um espírito mais benéfico para o futuro que na aguda análise mecânica de um Descartes, ou no retrato mais típico dos pintores cortesãos como Van Dyck, assim também, naquelas formas urbanas, encontramos uma antecipação empírica anterior do modelo de um ambiente urbano e rural dinamicamente equilibrado, como aquele que ainda devemos criar de acordo com a nossa própria cultura, para toda uma civilização.

Não está claro que os arquitetos da cidade holandesa e os conselheiros de aldeia, assim como os governantes e pregadores da Nova Inglaterra, tiveram uma compreensão muito mais significativa da vida dos homens nas cidades do que a tiveram os príncipes barrocos, que apenas procuravam um espelho da sua vaidade? A sua síntese constituía algo mais inclusivo e mais orgânico; e, em termos de vida real, é a Luís XIV e a Le Nôtre que hoje devemos considerar provincianos. Versalhes era, na essência, o brinquedo gigantesco de uma criança mimada, precisamente como sua política dinâmica, realisticamente considerada, era um brinquedo de criança. O amor de Luís XIV ao jogo com seus soldados — na velhice, quase como se estivesse a pedir desculpas, ele

confessou ter exagerada afeição à guerra – teria sido mais digno, caso se tivesse contentado com soldados de chumbo ao invés de brincar com carne e sangue. Que era aquele estadismo, senão uma forma de infantilismo adulto, a se exibir como interesse nacional e disfarçado pela pompa arquitetônica? Os urbanistas que conquistaram as ilhas de Zuyderzee, ampliaram Amsterdã e reconstruíram Rotterdam, os arquitetos que construíram uma multidão de comunidades modernas, bem integradas, na superfície desse grande jardim que é a Holanda, acompanham uma tradição mais firme.

4. Desmoronamento e Fossilização

Assim como a idéia de incessante mudança e “progresso”, em voga no século XIX, apresenta-nos hoje o problema da estabilização e equilíbrio, assim também a idéia medieval de segurança, a partir do século XIV, apresentou o problema de como a vida, o crescimento e o movimento iriam ter lugar num mundo governado pelas idéias do costume fixo e do privilégio herdado. Deveria ser derrubada a muralha? Deveria ser removida a armadura? Ou teria aquela civilização capacidade para continuar a crescer a partir de seu próprio centro, chegando assim, sem desintegração, a uma síntese mais ampla? Tratava-se de um problema tanto para a sua instituição central, a Igreja, quanto para a cidade medieval: nenhuma delas, contudo, poderia resolvê-lo sem transgredir às suas limitações herdadas.

Pouco há que discutir a respeito dos fatos subseqüentes. Ambas as instituições tombaram e a civilização moderna pagou o preço daquela queda. Após o século XVI, a cidade medieval tendia a se tornar uma concha: quanto melhor fosse conservada a concha, menos vida haveria dentro dela. Essa é a história de Carcassonne ou Rothenburg-der-Tauber, entre outras. Onde a forma externa foi rapidamente alterada pela pressão da população e por novas medidas da empresa econômica, também foi transformado o espírito. Algumas vezes, a velha cidade procurava refletir a nova vida por uma adaptação puramente exterior, uma mudança de fachada: até bem dentro do século XVIII, as cumeeiras e as fachadas de tijolos ricamente ornamentadas das antigas casas do burgo eram muitas vezes revestidas de estuque, não raro com um alargamento das janelas ou um toque de decoração clássica na cornija, nos lintéis ou na entrada. O bairro elegante de Bruges, o Ridderstraat, cujo próprio nome revela sua natureza aristocrática, ainda apresenta aquela fisionomia. Todavia, as antigas formas, mesmo com modificações interiores de pequena monta, não expressam a nova vida: assim, a cidade medieval tornou-se, na realidade, um museu do passado; e seus habitantes quando não reduzidos a se tornarem curadores, só tinham um papel restrito a desempenhar, na nova cultura. Aquelas poças estagnadas de vida medieval, secas, algumas vezes,

outras vezes apodrecidas com a decadência, ainda se acham espalhadas pela Europa.

A economia protegida da corporação medieval era, na origem, baseada na superioridade organizada da cidade murada sobre a vida insegura e bárbara do campo aberto. Tão grandes eram as suas vantagens na formação de homens para o esforço econômico ordenado, incentivando a perícia mediante toda variedade de emulação e ganho, que, por muito tempo, não foi a indústria tentada a procurar os baixos salários do campo ou aceitar os reduzidos padrões e o acanhado equipamento técnico do artífice rural. As restrições municipais poderiam ser onerosas para os empreendedores mais especulativos; eram, porém, mais fáceis de suportar que as exações feudais, e como tinham por base o consentimento comum, expresso na lei, eram menos caprichosas. A própria nobreza apreciava aquelas vantagens urbanas: a vida e os bens da vida, com todo o sabor da variedade e o desafio do inesperado, achavam-se concentrados na cidade.

No século XVI, a disparidade entre a cidade e o campo, politicamente falando, havia sido parcialmente removida. Melhorias no transporte pela água haviam reduzido a distância entre a cidade e o campo; e como os direitos feudais, mesmo em distritos rurais, tinham sido convertidos em pagamentos em dinheiro, em muitas regiões, as pessoas podiam permanecer no campo aberto, ou ir e voltar, sem risco de cair na condição de servos ou vassalos. Uma das provas desse igualamento é o número de diálogos escritos por gentis-homens no século XVI, pesando as vantagens dos dois ambientes: os dois modos eram pelo menos suficientemente próximos para constituir objetos de comparação e escolha.

Favoreceu essa nova paridade o fato de que a segurança se estabeleceu gradualmente no campo aberto graças à ascensão de uma autoridade central nos Estados recentemente consolidados. Quando os reis dominaram os nobres belicosos, pôde a indústria prosperar fora das municipalidades organizadas. Protegida pelo poderio simbólico do governo nacional, a indústria pôde brotar mesmo em aldeias onde não havia franquias, fora do pálio de qualquer governo municipal mais antigo. Os mercadores com suficiente capital para comprar matérias-primas e instrumentos de produção – máquinas de tecelagem, por exemplo –, podiam realizar seu trabalho no campo, pagando salários de subsistência e não salários citadinos, fugindo aos regulamentos relativos a emprego e qualidade feitos pelas guildas, reduzindo ainda mais o padrão urbano de vida e, em geral, prejudicando muito o mercado regular. Naquele regime, introduziu-se o trabalho infantil. Já, na “progressista” Holanda, no século XVII, John Evelyn notava que crianças de cinco anos eram obrigadas a fazer trabalho útil. A protegida economia da cidade não poderia impor-se contra aquela competição tão acirrada.

Além de tudo, perto do fim da Idade Média, as indústrias de mineração

e de vidro desempenhavam um papel muito maior do que tinham desempenhado no princípio. Aquelas indústrias, com seus detritos e imundícies, sua demanda de madeira e amplo espaço de armazenagem, geralmente ficavam fora dos limites dos núcleos anteriores. Desde o princípio, haviam assumido a maior parte das características da indústria capitalista posterior, pelas mesmas razões que mais tarde se mostraram decisivas: a máquina de produção era por demais dispendiosa para ser comprada por um único homem ou operada por uma unidade de família; e os próprios métodos exigiam a contratação e organização de grupos inteiros, que eram, em geral, empregados como assalariados, e que podiam ser contratados apenas por um empregador com suficiente capital em giro para se manter entre a temporada de produção e o momento em que as vendas fossem finalmente feitas. Proporcionalmente, uma parte maior da população industrial passou a ganhar sua vida fora das municipalidades autônomas. Mesmo que tais indústrias fizessem surgir os novos núcleos urbanos, não promoveram as "liberdades" municipais e continuaram sendo competidoras dos centros protegidos pelas guildas.

Os antigos monopólios tinham sido alcançados pela ação cooperativa dos burgueses, em benefício da cidade. A partir do século XVI, os novos monopólios, surgidos na Inglaterra e na França, deixaram de ser monopólios de cidade, tornando-se monopólios de comércio: trabalhavam em benefício de indivíduos privilegiados que controlavam o comércio, não importa o quanto tais indivíduos se achassem dispersos. Para aqueles monopólios produtores, o país inteiro constituía uma província; e seus promotores, como *Sir Richard Maunsell*, fabricante de vidros na Inglaterra, eram saídos da nobreza, ou então velozmente elevados a ela. A grande indústria, as operações bancárias de investimento e o comércio em grande escala não tinham por base uma única cidade: chegavam a toda parte por meio de casamentos, associações e agentes. Mesmo dentro das municipalidades autônomas, as antigas guildas e corporações sucumbiram, primeiro na Itália, depois noutros lugares, ante o ataque de grupos financeiramente mais poderosos, que muitas vezes usurpavam as funções do governo da cidade, derrubando os funcionários eleitos, graças à sua capacidade de contratar mercenários.

A crescente importância do comércio internacional, a partir do século XV, tirou partido de fraquezas que eram inerentes à guilda de ofícios e à cidade murada. A primeira fraqueza está em que ambas tinham uma base puramente local. Para que exercessem controle monopolístico dentro de seus muros, era essencial que fossem capazes de governar o reino também fora deles: isso implicava o hábito de harmonizar seus próprios interesses com os do campo e, com o tempo, de provocar uma organização federada de regiões em torno de cidades.

Contudo, as normas reais adotadas pelas mais poderosas e dinâmicas cidades medievais eram agressivamente encaminhadas na direção oposta.

Veneza forçou os habitantes da terra continental, dos quais dependiam para ter alimentos, até Bérghamo, a fornecer exclusivamente ao mercado veneziano. Florença, que negociara de maneira razoável com Pistoia e ganhara sua amizade, atacou Lucca, Pisa e Siena, de maneira mais violenta, e as transformou em figadais inimigas permanentes. Vez por outra, as guildas de uma cidade podiam ajudar as de outras, assim como as guildas da vizinhança de Colmar sustentaram sua guilda de padeiros, numa greve que durou dez anos. De modo geral, entretanto, a guilda só tinha capacidade para exercer sua autoridade sobre aqueles que realmente iam trabalhar dentro dos muros da cidade; e as próprias cidades eram governadas pelo ciúme e pela miopia crônica, nas suas transações com outras cidades.

Por trás da fraqueza das guildas, achava-se este defeito mais profundo das normas urbanas medievais: a cidade medieval era uma fortaleza de burgueses e, embora originariamente composta de camponeses e artífices, que tinham fugido do campo, ironicamente transformou-se num mecanismo tirânico de exploração daqueles que ficaram nas fazendas e nas aldeias. Os burgueses, literalmente, cortaram o solo que tinham sob seus próprios pés. Em termos ecológicos, a cidade e o campo são uma única unidade. Se um pode passar sem o outro, tal é o caso do campo, não o da cidade; do fazendeiro, não do burguês.

Todavia, os triunfos da arte e da invenção, na cidade, tornaram-na duplamente desdenhosa de seus atrasados vizinhos rurais; o campo era ameaçado como um dependente de fraco juízo ou, o que era pior, como um estrangeiro. Na Itália, as municipalidades negavam aos camponeses os privilégios da cidadania e, na Alemanha, o *Bannmeilenrecht* obrigava os camponeses vizinhos a fornecer à cidade tanto alimentos quanto matérias-primas para a indústria. Em vez de criar no campo aliados, que pudessem ter ajudado a atacar as raízes do poder feudal, criaram uma rígida muralha de inimigos; e o comportamento de seus exércitos, em suas expedições contra outras cidades, provavelmente não os tornava mais bem recebidos.

Todos esses fatos indicam a derrubada de uma protetora economia cidadina, com suas limitações econômicas aceitas e sua segurança, e a substituição de uma economia em expansão, que concentrava o privilégio, recompensava aqueles que não davam valor demasiado à segurança e rompia o estado de tensão hierárquica entre grupos, numa aberta guerra de classes. O sistema medieval, baseado na graduação de situações sociais, evidentemente não conhecia igualdade econômica. Mas, na primeira parte do período medieval, quando a terra urbana era dividida de maneira razoavelmente uniforme e os meios de produção, em grande parte, constituídos por instrumentos e habilidades individuais, a mobilidade do trabalhador treinado, uma vez terminada a sua aprendizagem, garantia-o contra o perigo de tornar-se vítima. Como era dono de seus instrumentos, podia viver como bem desejasse. Não era sem

importância essa garantia medieval de liberdade e autonomia, pois impedia uma distinção muito acentuada entre as fileiras superior e inferior, enquanto o trabalho especializado não era muito abundante.

Na indústria têxtil de Flandres e do norte da Itália, o característico abismo entre trabalhadores e mestres apareceu já no século XIII. A roca de fiar e o tear mecânico, recentemente introduzidos, exerceram uma influência comparável à da espuladeira mecânica e do tear elétrico de cinco séculos depois. Em Colônia, os tecelões conseguiram, por algum tempo, derrubar o patriciado, em 1370-1371; e o mesmo aconteceu em Ghent, sobre a chefia de Artevelde. Contudo, as guildas jogavam contra todas as possibilidades: suas vitórias eram breves. Enquanto operaram em bases locais, seus adversários, por meio de casamento e aliança de famílias nobres, reais e episcopais, acharam-se unidos numa base européia. Por isso, as classes dominantes puderam levar muitas formas de pressão e autoridade a se fazerem sentir num ponto único.

Em conseqüência, o poder das aristocracias feudais e das dinastias principescas, embora desafiado, jamais foi completamente afastado, durante qualquer período considerável, por qualquer combinação de cidades na Europa. Quando as cidades se aliavam ao rei, a fim de reduzir as imposições dos nobres ou eclesiásticos, só conseguiam derrubar um tirano local, substituindo-o por outro mais onipresente, embora muitas vezes mais compassivo. Dentro em pouco, viram-se transformadas em súditas de um Estado todo-poderoso, que tinham ajudado a criar. Apenas cidades tão grandes e ricas como Londres foram capazes de enfrentar seu mestre real em algo parecido com condições iguais, chegando mesmo, quando impelidas a isso, a removê-lo. A principal dificuldade era que a unidade política, a unidade econômica e a unidade religiosa, na sociedade medieval, não se achavam em relação simétrica, nem eram unificadas por qualquer estrutura comum, afora o Estado dinástico.

O poder, o privilégio e o costume antigo tinham transformado o mapa político da Europa num quebra-cabeça de jurisdições em conflito, fidelidades divergentes e particularismos sem significação. Embora implícito na teoria política medieval — como mostrou Gierke — houvesse o conceito de uma unidade visível da humanidade, na Igreja e no Império, essa unidade não era “nem absoluta, nem exclusiva”: era, antes, “um sistema múltiplo e graduado de corpos parciais, cada qual, embora constituindo um todo, exige necessariamente conexão com um todo maior”.

Infelizmente, para a aplicação dessa teoria, nunca foram as partes consistentemente articuladas; daí, como de novo mostra Gierke: “À medida que passa o tempo, vemos que justamente essa construção federalística do Todo Social achava-se cada vez mais exposta a ataques que provinham de uma tendência centralizadora. Podemos ver isso acontecendo pela primeira vez na esfera eclesiástica e, depois, na temporal”. Quando esse processo centralizador

impôs um novo padrão, o localismo e a autonomia medieval foram eliminados. E quando se restabeleceu a proteção, esta começou a vigorar como o mercantilismo das monarquias absolutas, criando monopólios estatais para alimentar o tesouro central.

Na realidade, várias tentativas de confederação foram feitas entre cidades aparentadas. Além da união empreendedora e relativamente duradoura das cidades hanseáticas, existiu a Liga das Cidades Suábias, em 1376, e uma Liga Renana, em 1381, assim como, na Inglaterra, existia a União dos Cinco Portos. Mas a fraqueza dessas confederações, como a das cidades gregas, serviu de advertência aos astutos escritores do *Federalista*. Em geral, o movimento no sentido da unidade não proveio de cidades livres, nem foi, na intenção, suficientemente firme e generoso para prevalecer. Na Itália, durante o século XIV, a Lombardia, a Romagna, a Toscana, a Umbria e as Marches achavam-se divididas entre 80 cidades-Estados; ou, como mostra Toynbee, em metade da Itália, em 1300 A.D., havia mais Estados autogovernados do que se poderiam contar, no mundo inteiro, em 1933. Mas a identidade que realmente governava era por demais estreita, por demais insulada. Durante os dois séculos seguintes, a unificação reduziu as municipalidades italianas a dez unidades políticas: porque as próprias cidades não haviam tomado a iniciativa de efetuar uma união federal, esse processo necessário foi acompanhado por uma perda de liberdade, autonomia e poder.

Foi na Suíça e na Holanda que o problema da unificação federal das cidades autônomas e do campo ficou realmente resolvido sem minar a integridade política da unidade urbana; e é para as cidades suíças e holandesas que nos devemos voltar, para buscar, talvez, os mais bem-sucedidos exemplos da transição da ordem medieval para a ordem moderna. O fato de ter a Suíça alcançado unidade, sem despotismo ou submissão a formas arbitrárias de autoridade centralizada, mostra que esse feito era tecnicamente possível; além disso, dá colorido à noção de que era humanamente praticável numa base européia mais ampla, já que os três grupos lingüísticos da Suíça, com suas barreiras montanhosas ao transporte e ao intercâmbio, deram ao país quase tantos obstáculos à unidade quanto os mais diversos territórios da Europa como um todo. A prova era autêntica, mas o exemplo não se propagou. A vida real, noutras regiões, seguiu um curso político diferente.

Ora, a unificação territorial, a paz interna e a liberdade de movimento eram todas as condições altamente necessárias para o novo sistema de indústria capitalista. O poder centralizado se desenvolveu em Estados como a Inglaterra e a França, tendo pelo menos a conivência passiva das corporações e comunidades subjacentes, por causa dos benefícios tangíveis que decorriam do estabelecimento da Paz do Rei, da Justiça do Rei e da Proteção do Rei, que assegurava o direito de viajar sem perigo na Estrada do Rei. Do ponto de vista do comércio, dos transportes e das viagens, as condições realmente

vinham piorando desde o século XII: fato que contradiz a esperançosa suposição vitoriana de progresso automático. Ao longo do Reno, por exemplo, havia apenas dezenove estações de pedágio no fim do século XII; no século XIII, acrescentaram-se mais vinte e cinco, e no século XIV, outras vinte, de tal forma que, pelo fim da Idade Média, o total chegava a passar de sessenta. As paradas e as taxas onerosas costumavam ocorrer até mesmo de seis em seis milhas: uma situação insuportável.

Estações alfandegárias, postos de pedágio, postos fiscais em rios, barreiras em cidades — tais exigências econômicas vinham-se multiplicando precisamente no momento em que as vias de comércio se tornavam mais longas e o fluxo constante de mercadorias se tornava mais importante para um mercado econômico estável. Além disso, a inexistência de moeda uniforme, combinada com as dúbias normas inflacionárias deste ou daquele governante ou cidade necessitada, oferecia outro embaraço ao comércio. Exceto nas províncias mencionadas, as cidades da Europa se revelaram por demais paroquianas, por demais ciosas de seus privilégios especiais, para resolver tais problemas com medidas comuns. Onde os métodos cooperativos não eram tentados ou tinham passado apenas por uma experiência parcial e insuficiente, e fracassado, a conformidade exterior, imposta pelo poder militar do Estado, passou a desempenhar aquela tarefa. O autogoverno inepto, as míopes normas fiscais que conduziam à falência, proporcionavam não raro a oportunidade para que a autoridade central interviesse e resolvesse as questões — com sacrifício das liberdades urbanas, como na França.

Nós que vivemos num mundo corroído ainda por uma tolice semelhante, agora abrangendo todo o planeta e não só o continente europeu, podemos sem qualquer senso de irônica superioridade, compreender esse impasse fatal. As corporações medievais procuravam, em vão, resolver dentro das muralhas da cidade problemas que só podiam ser resolvidos pela derrubada das muralhas e pela deliberada combinação da sua soberania e do seu controle numa unidade maior. Todos os aspectos da vida européia achavam-se envolvidos naquela reorientação. Não se tratava simplesmente, como pensava Dante, de colocar um papa ou um imperador à testa do governo temporal. Precursora, em tantos departamentos políticos, do Estado Nacional Soberano, a cidade medieval entregou ao Estado todas as suas próprias limitações, multiplicadas muitas vezes. Deixando de lado a cidade, recusando-se a usar suas funções organizadas, o Estado, por sua vez, ajudou a enfraquecer e diminuir a vida municipal.

O recipiente urbano fechado provou a impossibilidade de se corrigir a situação por meio de ajustes locais, dirigidos no sentido da auto-suficiência, assim como os Estados nacionais de nossos próprios dias, por maiores que sejam, acabarão igualmente por descobrir. Os Estados murados de hoje estão cortejando o caos universal e a destruição pelas mesmas razões que destruí-

ram a cidade medieval. Corpos autônomos não podem prosperar sem promover a unificação e os processos universais, e sem neles ter parte ativa.

Uma instituição apenas, na Idade Média, era capaz de transcender a esse paroquialismo acabado e a esses fúteis esforços monopolísticos: tal era a Igreja Universal. Todavia, o decrescente universalismo da Igreja, sua tendência a se reduzir à sua antiga concha romana, acentuando seu próprio autoritarismo e absolutismo, seu costume de nomear principalmente italianos para as posições superiores da hierarquia, costume favorecido pelo nepotismo uxório dos papas da Renascença, eram já, organicamente, um aspecto da doença universal que minava a cultura medieval. A partir do século XIII, a Igreja, se não perdeu imediatamente a autoridade espiritual, ganhou em posses terrenas — e esse é um dos meios mais seguros de carcomer a autoridade espiritual. Os ricos dignitários da Igreja, cujos gastos de dimensões imponentes faziam sombra aos príncipes seculares, eclipsaram igualmente seu próprio príncipe e zombaram dele, embora seu reino não fosse deste mundo. No século XV, muitas vezes, havia mais renúncia ascética no escritório que no mosteiro — e um padrão mais elevado de conduta pessoal e probidade econômica.

Tivesse a Igreja permanecido economicamente desinteressada, talvez pudesse ter reunido forças com as cidades e fornecido uma estrutura para a sua união. Mas, embora as ordens dominicana e franciscana tivessem surgido no século XIII e rapidamente penetrado na cidade, a própria Igreja continuou enraizada no estilo feudal do passado e só o abandonou para assumir o poder dos novos Césares. Quando transcendeu ao estilo feudal, sucumbiu às próprias forças e aos próprios modos de vida que os seus ensinamentos essenciais condenavam. Assim, no século XVI, aliás, já no mesmo século XIV, a autoridade da Igreja estava seriamente minada a partir do interior: não havia ali um destacado árbitro nem uma força universal que viesse trazer a retidão. A corrupção tornara-se uma mancha não menos em Roma que em outras municipalidades e ducados despóticos; e, no século XVI, a própria bênção da Igreja, a indulgência, chegou a ser arrendada à meia com o maior banqueiro de investimentos daquele tempo, Jacob Fugger.

Para um julgamento final de todo o regime com o qual a Igreja se achava profundamente comprometida, apresento o testemunho contemporâneo de Tomás Morus, hoje um santo canonizado dessa mesma Igreja: "Quando considero e reflito sobre o estado de todas as florescentes comunidades de hoje, com a graça de Deus, nada vejo senão uma conspiração dos ricos, que têm em vista sua própria vantagem sob o nome e título da comunidade. Inventam e imaginam todos os modos e meios pelos quais podem conservar, sem medo de perder, tudo aquilo que acumularam por meio de práticas perniciosas, e ao lado disso aquilo que podem comprar tão barato quanto possível, fazendo mau uso do trabalho e da labuta dos pobres".

Se a ordem religiosa internacional da cristandade foi incapaz de preser-

var o regime medieval por meio da renovação partida de dentro, o protestantismo, que se apoiava numa base nacional e surgia de uma Igreja sustentada pelo Estado, foi ainda menos capaz de servir às necessidades das cidades. Com o aparecimento do protestantismo dos últimos dias, a velha camaradagem debilitou-se: rompimentos em assuntos de fé aumentaram o desmoronamento econômico e enfraqueceram mais ainda, particularmente no norte, a possibilidade de se restaurar uma comunidade universal de propósitos. Mesmo nas comunidades protestantes, a continuada proliferação de seitas dissidentes, os quacres, os unitaristas, os anabatistas, criou heresias dentro de heresias, e maior divisão entre os que já estavam divididos. Por trás de idênticas fachadas, nas antigas cidades, podiam-se encontrar ferrenhos inimigos religiosos, residindo lado a lado: mais hostis naquela relação entre vizinhos do que antes, quando viviam a léguas de distância. Naquele momento a vizinhança deixou de ser uma forma tolerável de associação: apenas a vida privada florescia.

Afinal, desafiada a validez da Igreja Universal e negada a realidade do grupo, restou apenas o indivíduo atômico, a procurar, por seu esforço individual, a salvação ou o lucro, se possível um pouco de ambos, à custa, se necessário, de seus concidadãos.

Essa derrocada foi resumida nos cáusticos versos de Robert Crowley, escritos no século XVI:

*E tal é uma cidade
De nome, de fato não
É uma porção de gente
A procurar galardão [ganho]
Pois oficiais e todos
Procuram para si ganhar
Mas pelo bem dos comuns
Ninguém busca trabalhar.
E de inferno sem ordem
Posso bem dar-lhe esse nome
Onde todo homem é por si
E por todos nenhum homem.*

O que Langland previra no século XIV, em sua prolongada arenga sobre a perfídia e a perversidade da Senhora Recompensa, em dois séculos acabou por se propagar por toda a sociedade européia. A cidade quase deixara de ser uma empresa comum voltada para o bem comum; e nem a autoridade local da corporação municipal, nem a autoridade universal da Igreja, foi suficiente para dirigir, em benefício da comunidade, as novas forças que estavam abrindo caminho através de toda a civilização européia.

Quando se construíram novas cidades no século XIX, o último precedente em que alguém teria pensado seria o da cidade medieval. Lentamente,

a vida das cidades antigas foi minguando, transformando-se seus muros em conchas vazias a abrigar instituições que também eram conchas vazias. Hoje, por assim dizer, somente quando se leva a concha tranquilamente ao ouvido, como se faz com uma concha do mar, é que se pode perceber, na pausa seguinte, o ruído débil da vida outrora vivida, com impressionante convicção e solene propósito, dentro dos seus muros.

Seção ilustrada III

ILUSTRAÇÕES 33-48

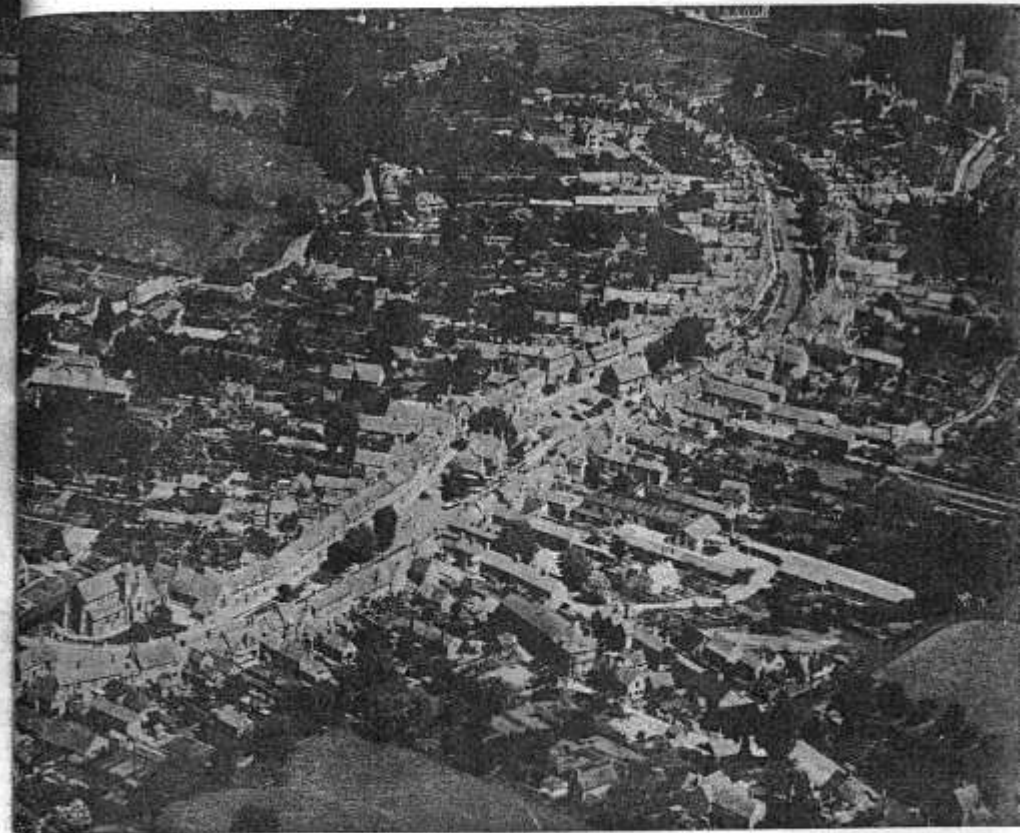
- 33: A Aldeia Urbana
- 34: Manda o Comércio
- 35: Ganhar e Gastar
- 36: Urbanismo Orgânico: Amsterdam
- 37: Orgulho de Bath
- 38: Sob um Mesmo Teto
- 39: Coketown Industrial
- 40: Inferno Paleotécnico
- 41: Aldeia Industrial Modelo
- 42: Cidades Verdes do Campo
- 43: A Conquista dos Subúrbios
- 44: Bloomsbury e Hampstead Garden
- 45: Barroco Tardio: Washington
- 46: Caos Padronizado
- 47: Devastação Urbana
- 48: Devoradores do Espaço



33: A Aldeia Urbana

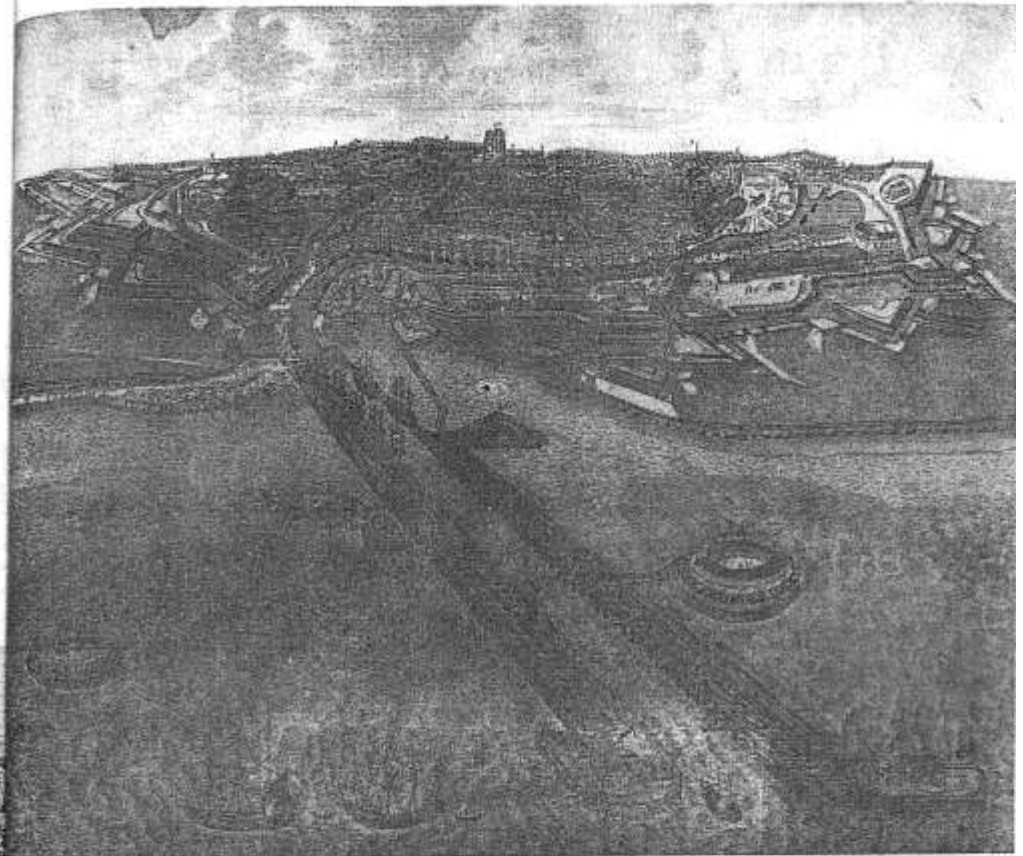
Alguns dos melhores exemplos do urbanismo e da construção do fim da Idade Média encontram-se em aldeias de Cotswold, como Chipping Camden e Burford, embora seus equivalentes possam ser encontrados em muitas outras regiões. Chipping Camden, aqui mostrada, é um perfeito exemplo da "aldeia de rua", alargando-se no centro para formar uma praça de mercado. Os lotes longos e estreitos, também típicos, acarretaram a ampliação da área de construção por meio de anexos laterais que, com o tempo, sem um maior desenvolvimento dos quarteirões, provocaram o atravancamento do sítio. A foto da rua (acima) demonstra que as casas em fileira, quando não mecanicamente repetidas, não são necessariamente monótonas: note-se que, pela simples colocação do pavimento térreo acima do nível da visão, no segundo painel de janelas, tem-se pleno isolamento interior, sem um longo jardim frontal. William Morris considerava Bybury, outra aldeia de Cotswold, como a mais bela da Inglaterra; tem ela exemplos de planejamento de sítios e agrupamento de casas que fixaram um padrão tanto estético quanto social para arquitetos como Ashbee, Voysey, Unwin e Parker. Dessas aldeias, os arquitetos suburbanos do fim do século XIX muito tiveram de aprender na combinação de urbanidade com amplidão; mas não compreenderam a lição, por se concentrarem nos acidentes pitorescos da empena, do balcão coberto e da janela saliente, muito freqüentemente passando por cima dos elementos mais essenciais.

(Abaixo) Foto: Aerofilms, Ltd., Londres.



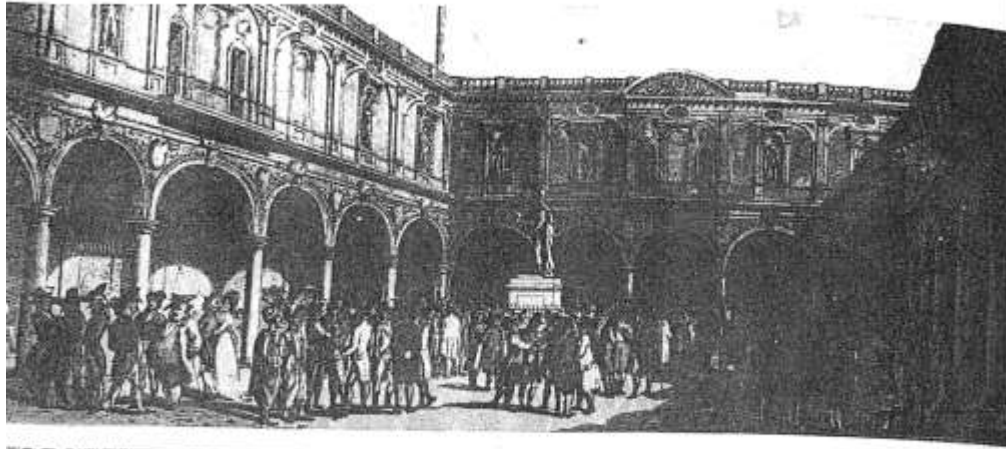
34: Manda o Comércio

O comércio ultramarino em larga escala recomeçou com a penetração veneziana e genovesa do Levante; mas não se tornou fator dominante no desenvolvimento da cidade, até o século XVII, nem produziu cidades portuárias tão enormes como Londres, Liverpool, Hamburgo, Rotterdam, Marselha e Nova Iorque, senão no século XIX. O ânimo competitivo da ideologia do liberalismo das classes comerciantes, após o século XVII, retardou a construção de grandes instalações coletivas segundo um plano adequado e coerente: estranhamente, os exemplos clássicos de um recinto portuário bem planejado, com facilidades para construção e reparo de navios, calafetagem, desembarque e armazenamento, foram os primeiros: a zona do Arsenal, em Veneza (abaixo), fundada em 1104, e depois disso, os de Amsterdam. A construção de instalações portuárias e do ancoradouro do porto de Dunkerque (ao lado) serve de lembrete de atividades semelhantes em muitos outros portos, culminando no grande Porto de Londres, cuja imensa organização incitou a soberba descrição de Hippolyte Taine, em sua História da Literatura Inglesa: trecho que só a falta de espaço me impede de transcrever integralmente. A necessidade de um planejamento e desenvolvimento mais coerente, afinal, por um golpe típico do gênio político britânico, promoveu uma nova forma de administração pública, que combinava as virtudes da empresa privada com a orientação e



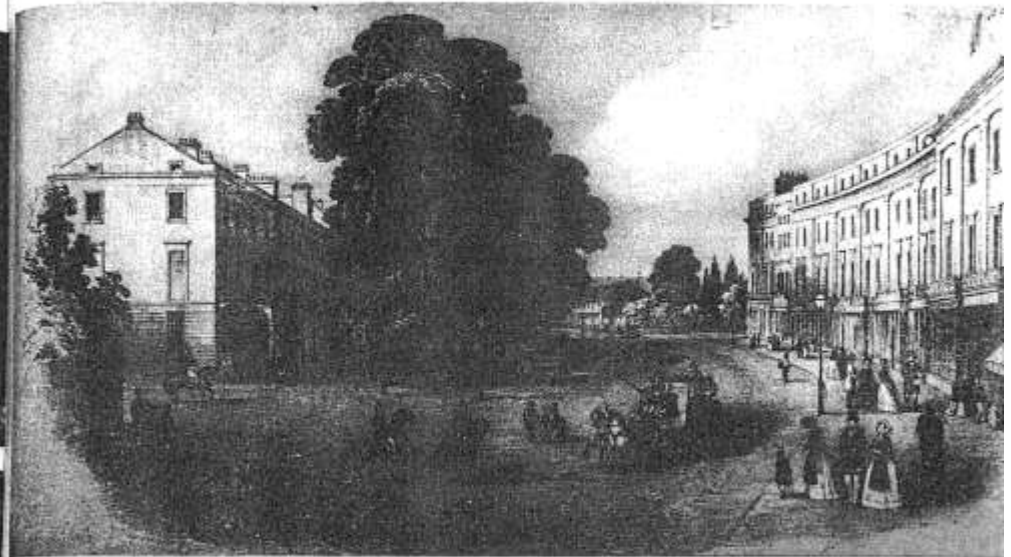
(Ao lado) Arsenal de Veneza: notem-se a muralha, os estaleiros, a doca seca, etc. — Clássico exemplo de bairro industrial bem planejado. (Acima) Dunkerque no século XVIII, com o novo ancoradouro, instalações portuárias e fortificações.

responsabilidade pública: a Administração do Porto de Londres, em 1908. Esse tipo de corporação, imitada noutros lugares, foi um modelo para o desenvolvimento da administração das Cidades Novas inglesas, e sugere a possibilidade de se criarem administrações regionais de urbanismo segundo linhas jurídicas e administrativas semelhantes.

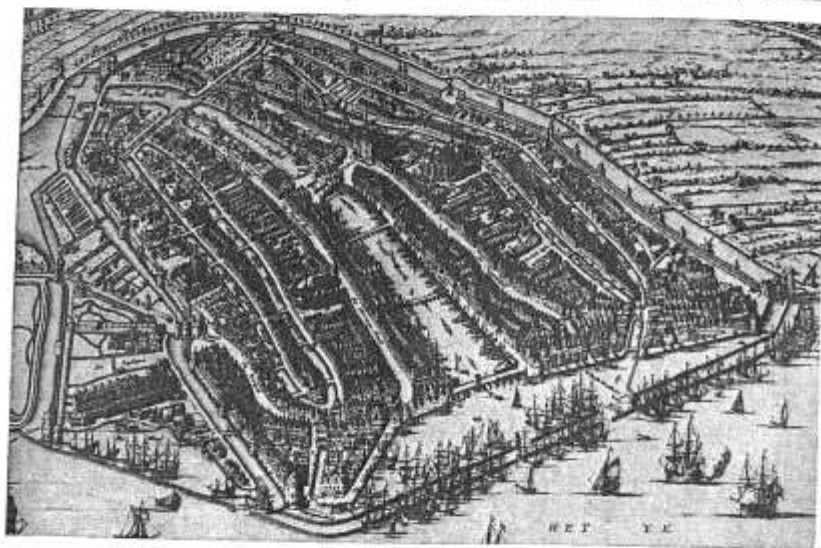
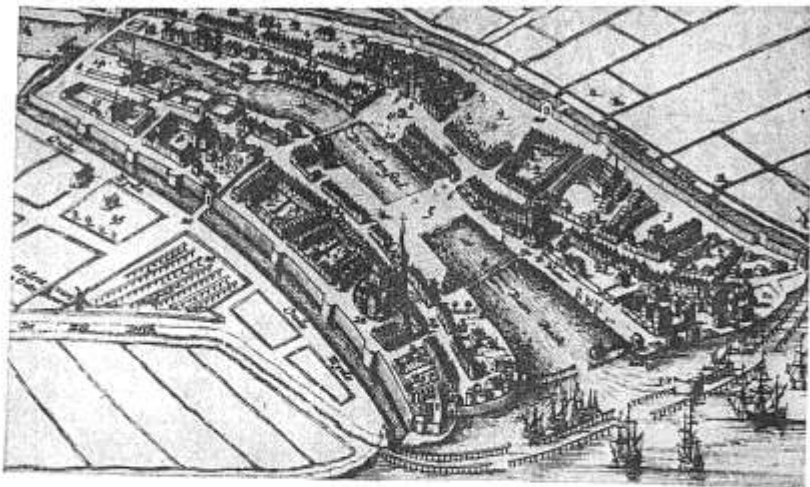


35: Ganhar e Gastar

O pátio da Bolsa Real de Londres (acima) poderia ser considerado um claustro do comércio: outra testemunha da persistência das formas medievais, para fins não medievais. A construção de bolsas, no século XVI, assinalou a passagem de uma economia de consumo, facilitada pelo dinheiro, para uma econo-



mia monetária, apenas secundariamente preocupada com o consumo. A especulação aventureira e o rápido giro tomaram-se a chave da grande riqueza. Quando Wren apresentou seu plano para o Centro de Londres, após o grande incêndio, colocou no centro o Banco da Inglaterra, e não a Catedral de São Paulo: era planejamento orgânico em termos do novo capitalismo. O espaçoso interior aqui mostrado (ao lado, abaixo) serviu de modelo para instituições posteriores: os grandes bancos nacionais eram, por assim dizer, centros de culto religioso do capitalismo. A parada de compras (acima) tornava o comprar uma atividade cotidiana absorvente, e a nova vitrina larga, com sua exibição franca de mercadorias, sob o vidro, promoveu o gosto de olhar vitrinas. A combinação do comprar com o tráfego de rodas tendia a transformar toda avenida numa avenida comercial. Aquela forma estirada, vista em seu pior aspecto na Oxford Street, Londres, levou o comércio a todas as partes da cidade, e à medida que ruas se alongaram, aumentou descontroladamente a quantidade de espaço comercial competitivo, sem levar em conta o serviço, ou mesmo o lucro. No fim, o único drama da cidade comercial é o de ganhar e gastar: exceto para aquelas finalidades, todas as funções culturais da cidade foram progressivamente desvalorizadas.



36: Urbanismo Orgânico: Amsterdam

Primeiro Estágio (acima, esquerda): A cidade de pescadores e armadores, na embocadura do Amstel: sítio não muito diferente do de Genebra ou Zurique. A canalização e as pontes sobre o Amstel já se iniciaram: um canal e muro protegem a cidade, de três lados. Segundo Estágio (abaixo, esquerda): Utilização posterior do canal, como meio de transporte urbano: ampliação dos quarteirões estreitos, paralelos à principal artéria aquática, com crescimento das instalações de embarque e multiplicação dos moinhos de vento no arrabaldes. A superconcentração sobre jardins da cidade original, embora sejam desmantelados nos novos quarteirões. Terceiro Estágio (acima, direita):



Estabelecimento da praça central (o Dam, sede do Palácio) à esquerda, com novas ruas dirigindo-se para ela sem se conformar ao modelo original. Construção de bairros operários (o Jordaan), em pequenos quarteirões, com ruas estreitas, de novo sem se conformar à linha original de campos, mas seguindo-a. Isso, infelizmente, impediu a execução simétrica do plano, na área mais pobre. Quarto Estágio (abaixo, direita): A despeito da confusão original e do desenvolvimento mal orientado, um ousado plano em teia de aranha cria um sistema semicircular de canais interligados, com vias aquáticas e ruas arborescenas, ambos convergindo para o porto. O aparecimento dessa forma geométrica, a partir do Terceiro Estágio, representa uma fusão de crescimento orgânico e forma mecânica, em que ambos são levados a um grau mais alto de

perfeição. Que urbanista poderia ter imaginado esse resultado, a partir do Primeiro Estágio? Com um sistema de tráfego unificado mas variado, com canais que preservassem os espaços abertos, com confortáveis casas em fileira e jardins, e contínuas arcadas ladeadas por árvores, Amsterdam rivalizaria com Versalhes em beleza, sem sacrifício da utilidade. Como na maior parte das cidades históricas, essa grande obra de arte urbana é agora estorvada e poluída pelo tráfego motorizado, que transformou seus locais agradáveis em espaços de estacionamento e reduziu todo o tráfego a um andar de pedestre, sem restituir quaisquer amenidades ao transeunte a pé. A ampliação de Amsterdam, a partir do século XIX, não levou em conta uma descentralização dos negócios e da indústria em subcentros igualmente orgânicos: isso é principalmente responsável pelos problemas atuais de Amsterdam; pois há congestionamento até do tráfego de bicicletas. Embora corretamente elogiada por seu programa municipal de habitação, em termos abrangentes, a partir de 1920, muitíssimo pouco do planejamento e construção mais recentes, em Amsterdam, tem sido da qualidade magistral que criou a cidade do século XVII.

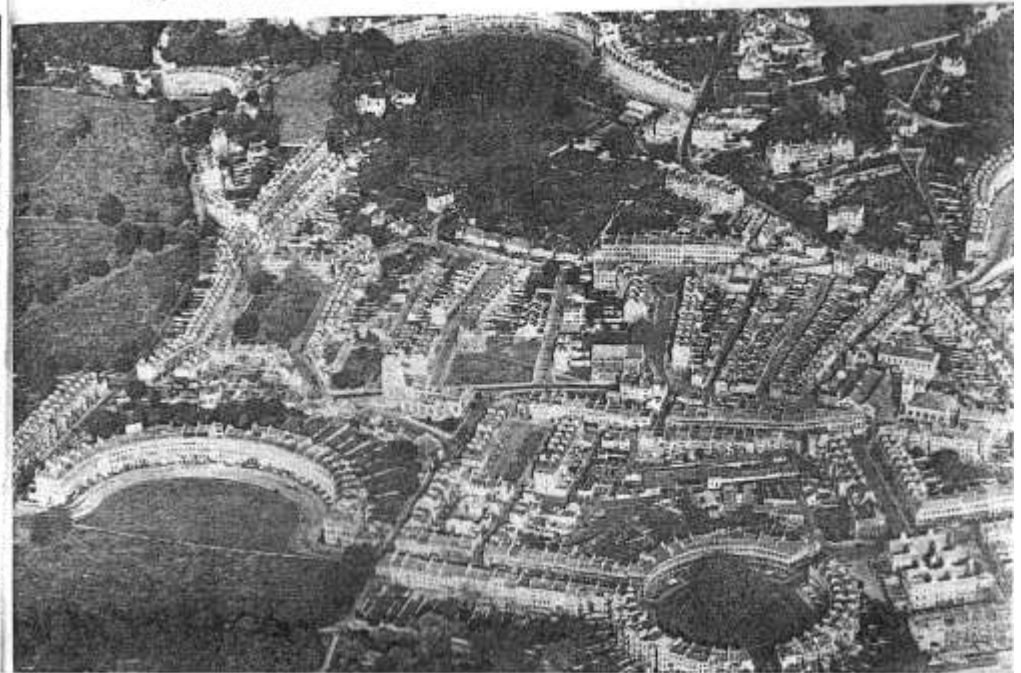
6

(Abaixo) Bath em relação à sua paisagem. A bela vista das colinas, desde o Royal Crescent, no fundo, está hoje oculta pelas árvores do primeiro plano; a princípio, porém, foi a responsável pela planta semicircular. (Ao lado) A vista mais próxima de Bath mostra os amplos jardins individuais por trás do Royal Crescent e do Circo, bem como as áreas de parque, que destacam e realçam as ruas urbanas. Fotos: Aerofilms, Ltd., Londres.

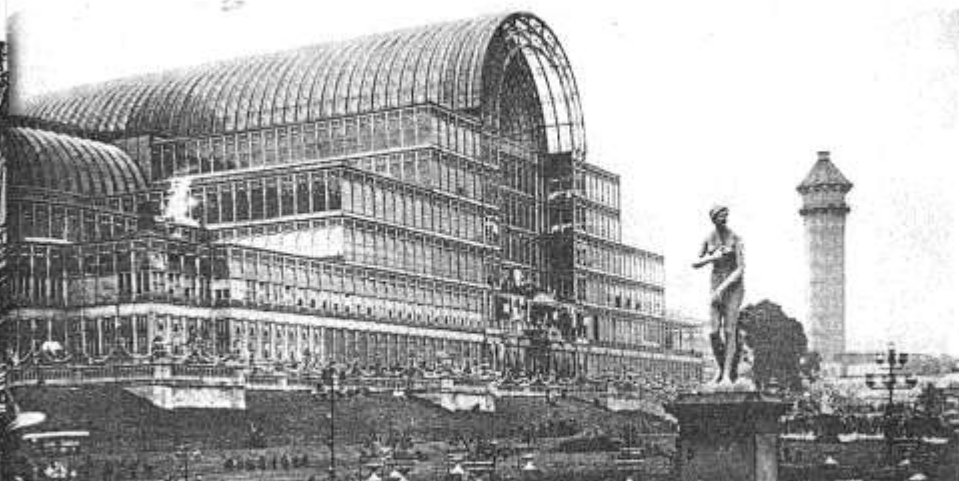


37: Orgulho de Bath

As estações de águas minerais e banhos, como balneários, jamais deixaram inteiramente de existir; mas, no século XVIII, tais lugares ganharam vida nova, quando as classes superiores a eles afluíram, talvez impelidas pelos excessos de alimentos e bebidas fortes no inverno. Ao passo que o peregrino medieval visitava santuários, no interesse de sua saúde espiritual, seu correspondente barroco visitava os balneários, na esperança de restabelecer a saúde física. Os banhos, os purgativos e as águas curativas eram um excelente pretexto para outra espécie de vida. Aqui, todos os prazeres barrocos típicos podiam ser encontrados: jogo, roupas, namoricos, ligações amorosas, danças, música, às vezes, o teatro. Aliás, uma corte menor dirigida por um príncipe automeado, especialista em roupas e maneiras, despota da moda — o dandy, historicamente personificado em duas figuras, o Belo Nash e o Belo Brummel. Por consenso, a mais bela de todas essas cidades é Bath, fundada há muito tempo pelos romanos. Edificada para trás da curva em ângulo reto do rio Avon, a cidade romana, com seus pequenos quarteirões em desenho de tabuleiro, cresceu em torno dos próprios banhos. Perto daquele sítio, a abadia medieval tinha sido plantada. No século XVIII, por patrocínio de Carlos II, gente elegante ia em busca das águas de Bath. Isso provocou uma série de aperfeiçoamentos em pequena escala, na velha cidade, levando os proprietários da vizinhança a se entregarem a uma série de planos mais ousados para traçar as vizinhanças residenciais. Aqui, em três grandes prolongamentos espinais, a Gay Street, o Circo e o Royal Crescent, com a adjacente Queen Square, no extremo sul da Queen Street, tem-se, em miniatura, a nova ordem



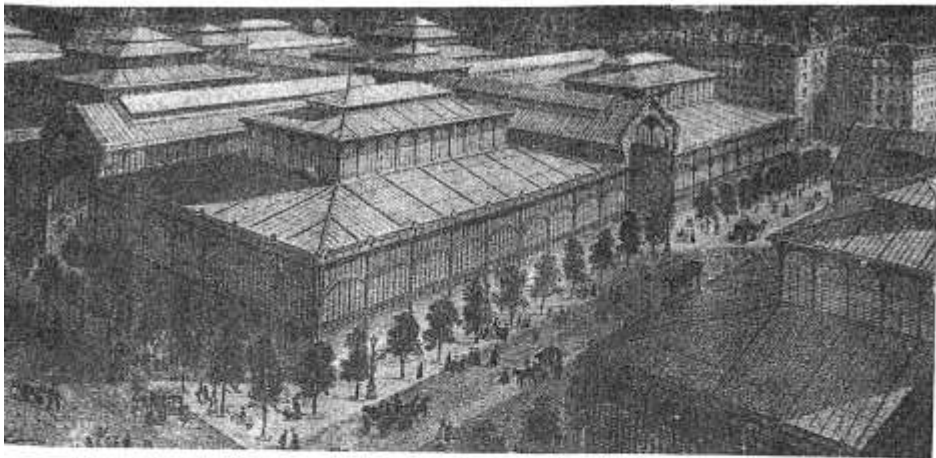
de urbanização, na sua melhor e mais cativante forma. Ainda agora, após século e meio de mudança, o coração de Bath tem qualidades de panejamento que nem os melhores exemplos de Paris, Nancy, Londres ou Edimburgo ultrapassam. A excelência de Bath mostra a vantagem de uma disciplina rigorosa, quando suficientemente flexível para se adaptar às desafiadoras realidades, geográficas e históricas. A localização do Royal Crescent numa elevação que domina o vale inteiro, protegida pelo parque que se estende embaixo, mostra que não se tratava de simples aplicação de uma figura geométrica arbitrária; e, embora nada do resto da cidade do século XVIII alcance esse nível de urbanização, a construção posterior de Bath, atravessando a Regency, jamais esteve longe demais de seu padrão. Não menos notável que a preservação dos ambientes de parque foi a generosa dotação de jardins na parte dos fundos: jardins visíveis através de seus portões de ferro, espaçosos e ricamente conformados, como aparece na planta de 1786, e ainda muitas vezes belamente conservados hoje. Esse é um exemplo superior de planejamento aberto, combinado com uma concentrada relação urbana das edificações, que são tratadas como elementos de uma composição contínua. Em suma, o urbanismo do século XVIII, em Bath, foi tão estimulante e restaurador quanto as águas, e o dinheiro investido trouxe lucros muito mais elevados em vida, saúde e até mesmo rendimentos, do que importâncias semelhantes enterradas em bairros mais sórdidos. Mas os padrões de Bath não sobreviveram ao modo de vida barroco. Com o tempo, negociantes por demais astutos expulsaram os proprietários de terrenos cujo espírito público e domínio estético possibilitou o nobre planejamento de Bloomsbury, da Cidade Nova de Edimburgo, e de Bath.



38: Sob um Mesmo Teto

Assim como ir "de porta em porta", e "sem ser interrompido pela luz vermelha", representam os ideais maiores e as exigências incondicionais do atual reino do motor, não importa o que aconteça à paisagem e à cidade, quando se procura atendê-los, assim também, "sob um mesmo teto" era a expressão ideal do planejador paleotécnico, no século XIX. Aço e vidro tinham um efeito hipnótico sobre as mentalidades "progressistas" do século XIX, e têm ainda sobre seus sucessores. Essa forma ideal, derivada da estufa, foi ali empregada para uma finalidade boa, originariamente, por Joseph Paxton, o planejador do maravilhoso Palácio de Cristal (acima), onde se realizou a grande exposição de 1851. A galeria fechada de vidro, como a do famoso ponto de encontro de Milão (ao lado) trouxe a inspiração das primeiras lojas de departamentos, onde ainda mais mercadorias eram postas sob um mesmo teto, a princípio com uma entrada de vidro para a luz, no alto do pátio central. Em Les Halles, Paris (página seguinte, acima), a forma da estufa foi de novo utilizada de modo racional, em contraste com as estações ferroviárias envolvidas em vidro, da mesma época, que infelizmente conservavam e concentravam a fumaça acre das locomotivas a vapor. O desejo de tornar universais esses recintos fechados brota, na maior parte dos casos, de uma insistente comichão tecnológica, mais que de uma finalidade especificamente cívica ou humana. Propostas atuais, de colocação de uma cidade inteira sob uma cúpula de vidro ou plástico, haveriam de obstar, como se fossem inúteis, todas as estimulantes mudanças do céu e do tempo, as passagens de dentro de casa para o ar livre, da escuridão para a luz, e não menos a expressão arquitetônica,

(Página oposta) Foto: Ewing Galloway.



que faz da cidade um ambiente tão vivificante. "Tudo sob um mesmo teto" pode vir a ser apenas um simulacro da forma terminal da anticidade: "tudo num só abrigo subterrâneo". Ter-se-ia, assim, o controle do ambiente já com sua vingança – uma vingança biológica e psicológica. Para uma projeção final desse admirável mundo novo, numa estilizada e superdimensional 1984, ver a ilustr. 64.



39: Coketown Industrial

Quando Schinkel visitou Manchester, saudou a grosseira arquitetura de suas grandes fábricas de tijolos como a forma primitiva de uma nova ordem de construção: uma visão interior que se confirmou não apenas em muitas usinas e fábricas, mas na propagação dos mesmos princípios estéticos e utilitários aos grandes arranha-céus primitivos, com esqueletos de aço, de Chicago, nos anos de 1880 – e sua tardia redescoberta e reafirmação por Loos, Gropius e Le Corbusier, uma geração mais tarde. As fábricas de algodão (abaixo, esquerda), com os gasômetros à direita, mostram os novos dominantes da cidade industrial: as moradias próximas dos trabalhadores representam o mínimo de ordem e decência higiênicas introduzidas gradualmente, na segunda metade do século XIX: de igual forma, o sobrepovoamento, com sua desperdiçada multiplicação de caras ruas e avenidas calçadas. A claridade da fotografia, que não dá sinal da fumaça e do sujo predominante, provavelmente indica uma parada no trabalho. Esse está longe do exemplo pior de desrespeito paleotécnico pela vida: veja-se outra demonstração, deixada de uma época anterior: a satisfação do agente funerário, ilustr. 41 (esquerda). A cidade de aço americana (direita) mostra o típico esvaziamento da beira-rio, pela estrada de ferro e pela grande usina de aço, a poluição do ar pela fumaça e



pelos eflúvios. A atenção para a colocação das indústrias nocivas levando-se em conta os ventos predominantes, o seu isolamento dos bairros residenciais e métodos de disposição de detritos que evitassem o atravancamento da paisagem ou a poluição dos rios, não desempenhou papel algum no traçado das primeiras cidades industriais. (Vejam-se traçados neotécnicos melhores nas ilusts. 53 e 48, foto da última página desta seção.) A despeito desses graves defeitos, o confinamento das cidades de aço em fundos de vales, muitas vezes estreitos, ao longo do Monongahela e do Allegheny, conservava os morros cobertos de matas e acessíveis àquelas pequenas comunidades, e fornecia áreas naturais de recreação para a pesca e a caça, que cidades maiores, como Pittsburgh e Cleveland, pelo seu próprio crescimento, arrasaram e destruíram.

40: Inferno Paleotécnico

Talvez apenas aqueles que já estiveram em combate tenham tido qualquer experiência comparável com as realidades da cidade industrial do século XIX, antes das transformações efetuadas pelo movimento sindicalista, pelo movimento cooperativista, pelas instalações e reguamentações sanitárias coletivas e pela legislação de bem-estar social. A vida cívica e religiosa desses centros se desenrolava em feias capelas de tijolos, sombrios Auditórios dos Mecânicos, e sedes ainda mais sórdidas dos sindicatos, dificilmente identificáveis, até o fim



do século XIX, por qualquer graça arquitetônica externa. O único drama vivificador era proporcionado pelas lutas da política nacional e pela violência ainda mais dramática do lockout e da greve. A reunião do Sindicato dos Trabalhadores em Gás, em greve no século XVIII, tipifica esse movimento. Tão grande era o terror de um levante das classes trabalhadoras, por parte de seus exploradores, que quartéis militares eram deliberadamente distribuídos pelas cidades industriais da Inglaterra: um exército de ocupação. A construção semelhante de arsenais milicianos, em edifícios pesadamente defensivos, ocorreu nos Estados Unidos, da década de 1870 à de 1890. Nesse ambiente, uma cegueira crônica para a beleza era quase tão evidente quanto a sua geral ausência: talvez uma anestesia protetora. Nessa questão, William Morris teve um clarão de inspiração demoníaca, ao escrever à Sra. George Howard, em agosto de 1874: "Não deixo, tampouco, de reconhecer o triunfo que o espírito moderno encontra em ter tornado o mundo (ou um pequeno canto dele) mais sossegado e menos violento, mas acho que essa cegueira à beleza acabará um dia por tirar uma espécie de vingança — quem sabe? Anos atrás, os espíritos dos homens viviam cheios de arte e dos espetáculos dignos da vida, e tinham pouco tempo para a justiça e a paz; e a vingança contra eles foi não o aumento da violência, a que não

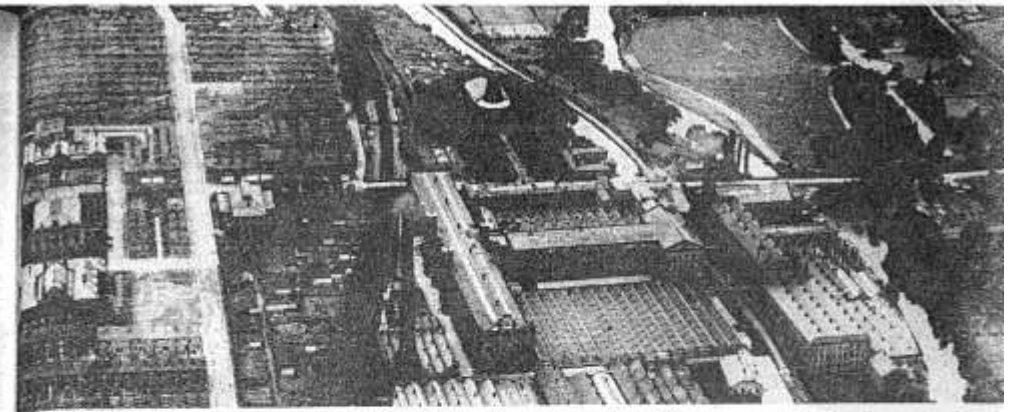
(Esquerda) Comício grevista ao ar livre. (Direita) Cortiço e mercado público de Londres: duas de uma série de interpretações do Inferno paleotécnico, que exigiram a melhor habilidade de Gustave Doré. Ilustrações do *Illustrated London News*.

davam atenção, mas a destruição da arte que lhes importava tanto. Assim, talvez, os deuses estejam preparando problemas e terrores para o mundo (o nosso pequeno canto nele), mais uma vez, de sorte que possa, não obstante, tornar-se belo, dramático”.

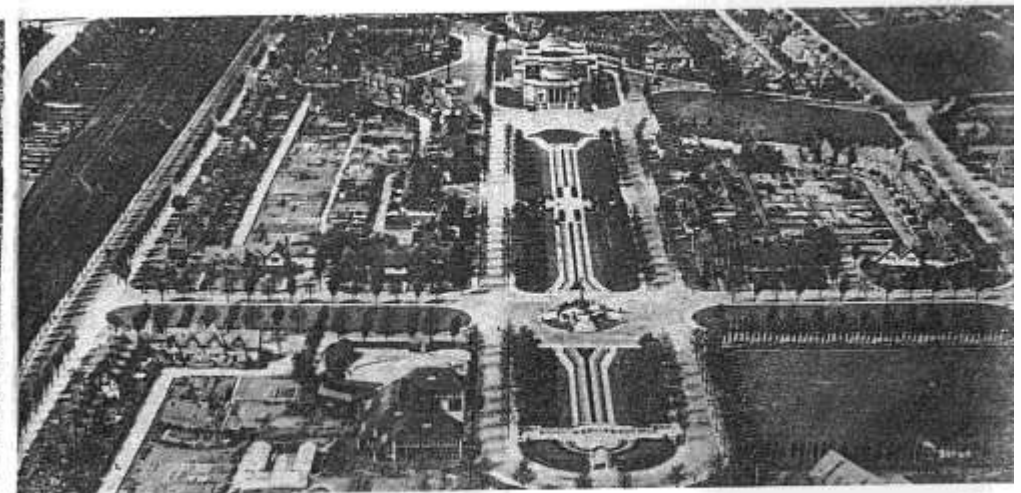
41: Aldeia Industrial Modelo

Nem as autoridades municipais nem os líderes industriais se sentiam à altura de tratar da cidade industrial como um todo; por isso, os empresários filantrópicos voltaram a um modelo mais simples de aldeia. Alguns dos primeiros programas residenciais ligados a fábricas, em Lowell, Massachusetts, e em Manchester, New Hampshire, fixaram um padrão de decência humana e ordem arquitetônica, nessas indústrias eotécnicas (energia hidráulica), que, raramente, era atendido nas cidades maiores. O primeiro líder do movimento comunal de habitação foi Robert Owen, cujo sucesso como fabricante não foi, infelizmente, confirmado pelas suas experiências comunitárias. Na França, a influência utópica de Fourier, igualmente assinalada, resultou na construção real de pelo menos um *faulstério*, pelo mestre-ferreiro Godin, em Guisa: uma forma remota e mais moderna da Casa Unitária de Le Corbusier, uma espécie de “aldeia no ar”, com todos os defeitos de uma pequena comunidade e poucas das suas vantagens. Da drástica necessidade de melhoramentos dá testemunho a fotografia abaixo, pois as casas do primeiro plano são construí-

(Abaixo) Cidade industrial inglesa. Foto Aerofilms, Ltd., Londres. (Direita, acima) Fábrica e zona residencial de Saltaire. Foto Aerofilms, Ltd., Londres. (Direita, abaixo) Port Sunlight. Foto por cortesia de Unilever, Ltd.



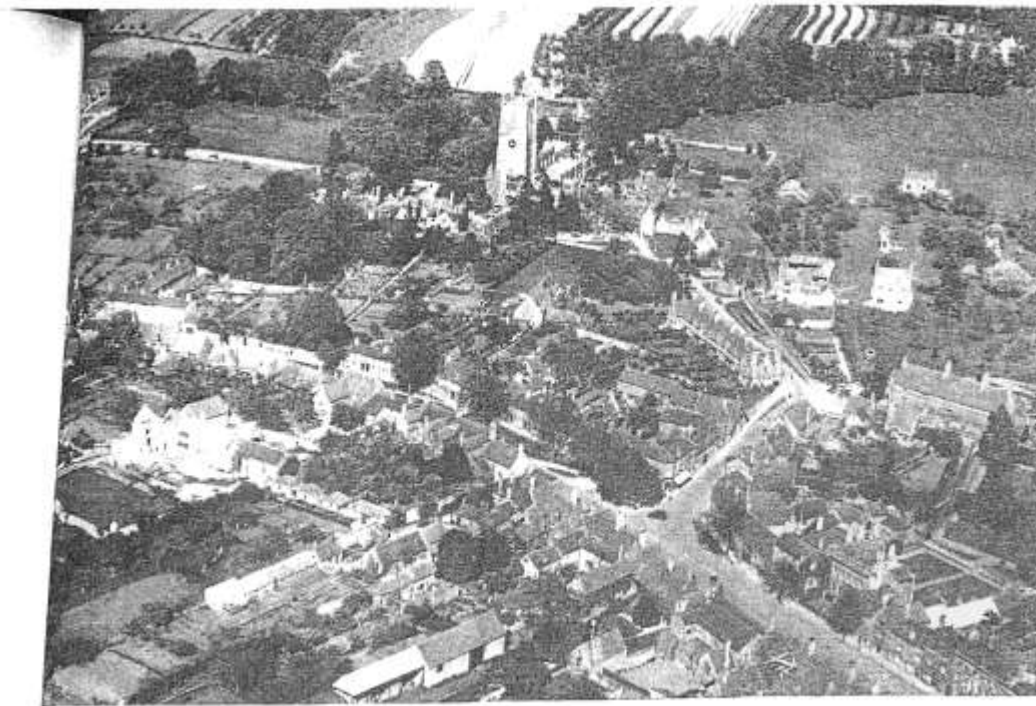
das de fundo contra fundo, com metade do prédio desprovida de iluminação, ar puro e perspectiva exterior. Omito o nome da cidade, porque projetos habitacionais igualmente degradados (e ocupação de porões) podem ser encontrados em muitas outras áreas industriais. O primeiro líder prático de um melhor planejamento e habitação foi Sir Titus Salt, fundador de Saltaire, em 1851. O leitor talvez ache difícil distinguir esse projeto modelo de habitação, no canto superior esquerdo (acima), do mostrado na *ilust. 39*. Note-se, porém, que há um parque e campos de recreação à direita, margeados pelo canal e pelo rio Aire. Foram criados desde o princípio e continuam sendo conservados, embora, à luz de finalidades posteriores, esse trecho não devesse ficar tão completamente separado da zona residencial: parte da sua área bem poderia ter sido reservada para a criação de hortas domésticas maiores. Saltaire se notabilizou não apenas pelas suas casas de três quartos, mas por proporcionar banheiros, lavatórios e mesmo refeitórios públicos para os velhos.

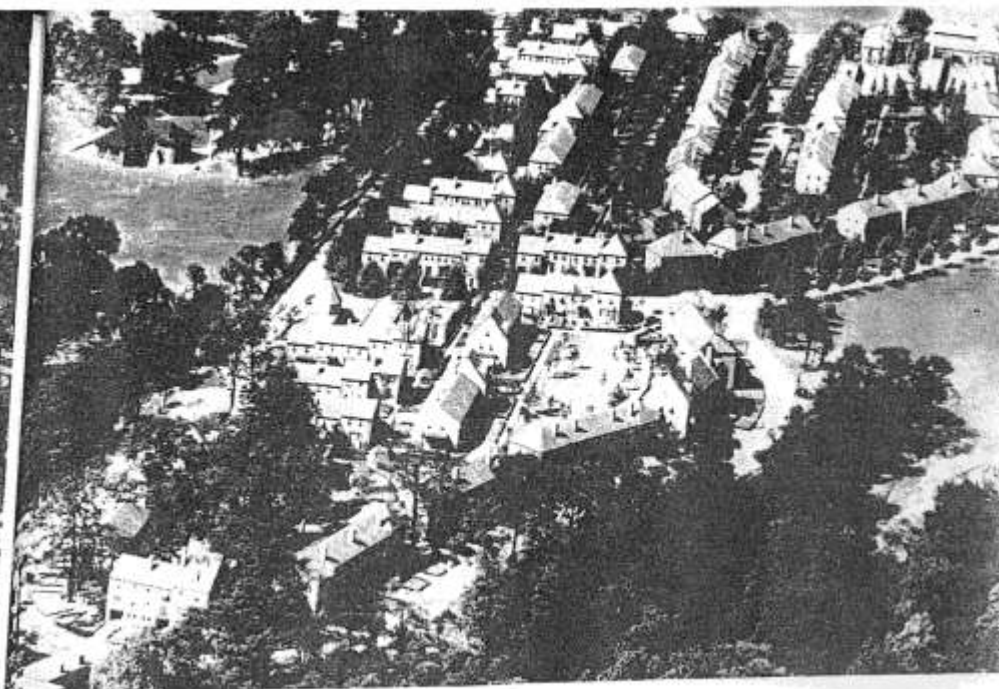
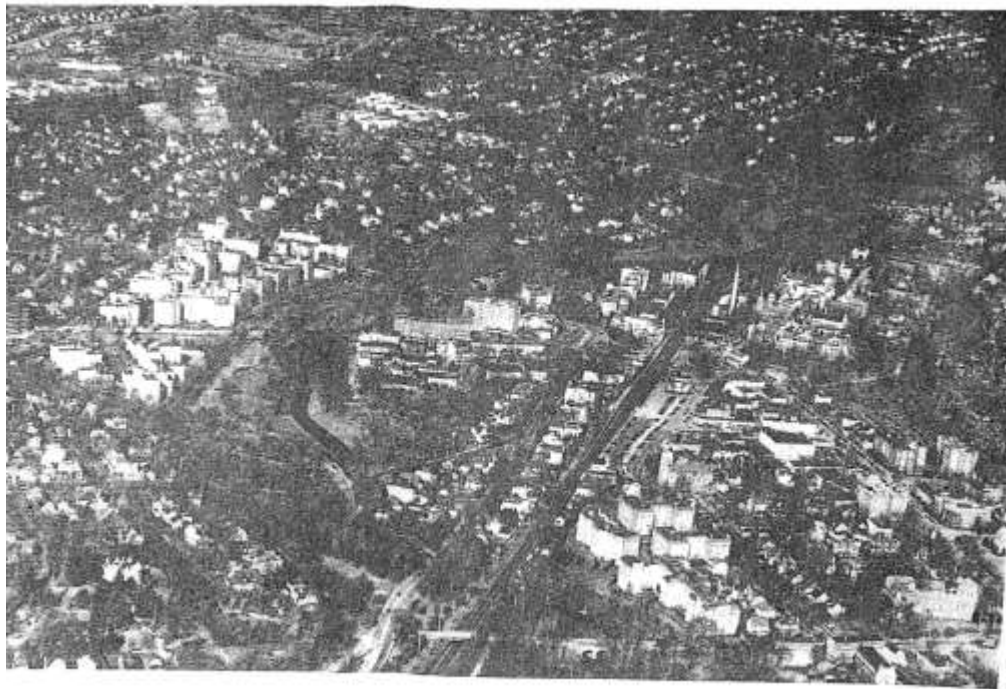


A iniciativa de Salt foi acompanhada por outros fabricantes de mente arejada, em Bournville, Port Sunlight, Earswick, Essèn, Pullman e muitas outras. O grande aperfeiçoamento no traçado de projetos habitacionais das três primeiras, em relação a Saltaire, teve um efeito benéfico sobre as casas que posteriormente se destinaram aos trabalhadores. Port Sunlight, perto de Birkenhead (página anterior, abaixo), a despeito de suas dimensões de aldeia, mostra, com precisão quase cósmica, em sua abordagem barroca ao centro cívico, já fora de moda, a influência do absolutismo principesco, mesmo sob um disfarce industrial. Note-se, porém, o tamanho generoso dos interiores dos quarteirões residenciais, que são divididos em lotes ajardinados, infelizmente com sacrifício completo do jardim privado como aposento ao ar livre.

42: Cidades Verdes do Campo

Vista próxima de Chipping Camden (acima), já mostrada na ilustr. 33, com a mesma combinação de espaços abertos, jardins e parques, mais tarde identificada como suburbana, mas descrita, mais precisamente, como "planta aberta". O que era chamado pelos românticos de "volta à natureza" constituía, na verdade, apenas uma volta à cidadezinha do interior. As classes superiores britânicas, com suas casas de campo perto de tais aldeias e suas casas citadinas próximas do St. James ou do Green Park, tiveram o melhor que os dois mundos ofereciam — o que, em parte, talvez explique o seu triunfo, tanto na geração quanto no governo. Great Malvern (abaixo) mostra a indolor transição da cidadezinha rural do princípio, crescendo ao redor de um convento beneditino (sua igreja aparece claramente perto do centro), para o balneário do fim do século XVIII, especializado na então popular hidroterapia. As mansões "góticas vitorianas", construídas entre 1840 e 1900, foram levantadas em espaços abertos tão amplos como os de qualquer subúrbio contemporâneo, e talvez tivessem reforçado o crescente gosto por tal modo de vida. Os mesmos motivos tiveram influência sobre o planejamento de "aldeias modelo", como se vê na ilustr. anterior. Tanto a cidadezinha do campo quanto o balneário exigiram um padrão qualitativo positivo para a água, o sol, o jardim e o espaço para recreação, que não poderiam ser permanentemente confinados às classes superiores ou ao campo. Por esse novo padrão, os defeitos higiênicos e estéticos da cidade industrial e da metrópole comercial poderiam ser julgados. Ainda mesmo em 1685, quando William Penn planejou Filadélfia, essa imagem rural servia de modelo desejável, pois ele especificou que a nova cidade deveria ser "uma cidade verde do campo".





43: A Conquista dos Subúrbios

Bronxville (esquerda) apresenta um quadro clássico do último meio século de desenvolvimento suburbano. Começou como um "subúrbio de cinturão verde", com um belo shopping center, convenientemente situado em volta da estação ferroviária (centro), em contraste com os centros semelhantes, isolados e demasiadamente amplados, que iriam aparecer mais tarde, uma geração ou mais. As casas originais, para uma só família, abrigadas entre árvores, levantadas longe das ruas arborizadas e estradas, representam o ideal romântico na sua pureza, e partes do cinturão verde natural podem ser vistas ainda nos arrabaldes. Possuía, contudo, um caráter novo que realçou suas vantagens: a faixa verde, curvando-se do fundo para cima, sob a ferrovia e a rodovia, é o Bronx River Parkway, a primeira avenida de parque regional, concebida originariamente como um meio de embelezar as margens até então malcuidadas e não raro sórdidas do rio Bronx: a princípio, uma bela faixa de parque, planejada para o caminhar de pedestres e para piqueniques, com apenas o tipo mais modesto de rodovia a acompanhá-la. A continuidade de espaço e movimento, e o isolamento das construções e do tráfego de passagem, fez desse o protótipo das avenidas de parque e das expressas posteriores, algumas tão belas como o Taconic Parkway, nas imediações, obra-prima de projeto rodoviário e paisagístico, planejada para acompanhar as cristas das elevações e evitar as terras firmes do fundo do vale. As virtudes rurais do subúrbio, entretentes

resultaram numa pressão por maiores acomodações, com aumento dos valores dos terrenos, e trouxeram volumosos prédios de apartamentos metropolitanos. Sem controle público e planejamento regional, numa escala muito além dos poderes das autoridades locais, esta área, em mais uma geração, dificilmente será distinguível de qualquer outra porção sobrepovoada da conurbação. Paradoxalmente, é apenas quando o subúrbio assimétrico, socialmente segregado, se torna uma comunidade urbana equilibrada, com parte considerável de sua população trabalhando dentro da área vizinha, que a paisagem rural, a avenida de parque, para pedestres, e a horta doméstica podem ser recuperadas. Onde a pressão demográfica permanece elevada, a melhor maneira de enfrentá-la é reorganizar tanto a cidade quanto o subúrbio, em unidades de vizinhança mais orgânicas, tais como a de Chatham Village, Pittsburgh (direita), que combina a compacidade e a urbanidade com os espaços abertos domésticos e com as áreas locais de parques. Como Chatham Village continua sendo um dos pontos altos da urbanização de sítios e do traçado arquitetônico, na última geração, o fato de não ter conseguido suscitar mesmo a imitação local continua inexplicável – ainda mais porque tem sido, desde o princípio, um êxito financeiro sem reservas, com uma longa lista de interessados esperando a sua vez.

(Esquerda) Bronxville, N. Y. Foto Fairchild Aerial Surveys, Inc., Nova Iorque. (Direita) Chatham Village, Pittsburgh. Foto por cortesia de Clarence S. Stein.

44: Bloomsbury e Hampstead Garden

Bloomsbury (esquerda) foi um dos grandes triunfos do urbanismo e da construção, na Inglaterra. Tão forte foi sua influência que mesmo um construtor comercial do século XIX, como Thomas Cubitt, imitou o exemplo dos grandes proprietários. A sucessão de praças aqui mostrada, com a Russell Square no centro, demonstra outra vez a maneira pela qual os espaços abertos bem planejados servem de preventivo da ruína e da desordem. O recinto da universidade, com o Museu Britânico como ponto de convergência, no primeiro plano, tira pleno partido dessa ordem e a realça: a torre da Universidade de Londres, elevando-se sozinha, domina a área propriamente, embora o excesso de construção de torres e estruturas elevadas, agora ocorrendo em toda Londres, venha por fim a anular a amplitude espacial de tais bairros, impondo uma carga demasiado pesada ao povo nas praças, e tráfego em demasia às ruas. O Subúrbio de Hampstead Garden (direita) foi o ponto culminante de um século de planejamento aberto. Aqui, Unwin e Parker tirando proveito dos erros cometidos no projeto da Cidade-Jardim de Letch-

worth, produziram um esquema muito mais coerente, que, entretanto, admitia uma ampla variedade de cenários arquitetônicos, em generosos jardins particulares, e grande quantidade de espaço público utilizável, tanto em campos abertos para jogos quanto em bosques. O Subúrbio de Hampstead Garden levou adiante as inovações introduzidas por Olmsted em Riverside, Illinois, e Roland Park, Maryland: a superquadra, o sossegado cul-de-sac, mesmo a faixa de parque e o quarteirão interior comum. Ademais abriu caminho para outras inovações, como as de Ernst May, em Frankfort, particularmente em Frankfort-Römerstadt, e de Wright e Stein, nos Estados Unidos. Na sua fuga às excessivas larguras de ruas e jardins frontais, é superior em compacidade e urbanidade a muitas das Cidades Novas construídas meio século depois. No planejamento de Wythenshawe, perto de Manchester, Barry Parker acrescentou mais uma inovação, a avenida de parque, que separava as vizinhanças e, não obstante, favorecia a construção de pequenos centros comerciais nos seus pontos de junção.

(Esquerda) Foto: Aero Pictorial, Ltd., Londres. (Direita) Cortesia do Conselho do Condado de Londres, Huntington Aerasurveys, Ltd., Londres.



45: Barroco Tardio: Washington

A imponência da planta de Washington é vista melhor do ar, que oculta a maneira bárbara pela qual foi mutilado o projeto de L'Enfant, primeiro por edifícios impróprios, e agora pela introdução de vias expressas no coração da cidade. Esses são apenas dois dos muitos erros que viciaram o nobre plano de Washington. A impossibilidade de oferecer suficiente espaço de trabalho para a crescente burocracia, de ambos os lados de avenida Pensilvânia, a impossibilidade de limitar a altura dos edifícios comerciais, a impossibilidade de deixar os pátios e estações ferroviárias fora da área central, mostraram como careciam de espírito público ou de compreensão econômica os executores "práticos" do projeto de L'Enfant. A redenção parcial das suas concepções, iniciada pela Comissão Macmillan, com a reabilitação do Mall, a construção do Monumento a Lincoln e a exemplar criação de um parque na bacia do Potomac, infelizmente, não puderam levar em conta a praga do automóvel. Quando, em 1959, a Comissão do Monumento a Roosevelt procurou um sítio aonde se poderia chegar a pé, sem risco de vida, num ponto livre das distrações visuais e auditivas do tráfego motorizado, nenhum pôde ser encontrado.



(Esquerda) Avenida Mall, com os Monumentos a Washington e a Lincoln na extremidade do Eixo. (Direita) Coração de Washington, com o Capitólio Nacional no centro, a Estação da União à direita e a Casa Branca além do "Triângulo", à direita do Monumento a Washington. Fotos: Fairchild Aerial Surveys, Inc., Nova Iorque.



46: Caos Padronizado

Embora os desenvolvimentos técnicos e arquitetônicos mais significativos do arranha-céu tenham ocorrido em Chicago, de 1880 em diante, os lucros do congestionamento foram ainda mais avidamente explorados em Nova Iorque, tanto por meio de altos edifícios de apartamentos quanto em prédios de escritórios. As artérias de tráfego da cidade foram planejadas em 1811, para atender a uma população alojada principalmente em prédios de dois e três pavimentos, como na área da esquerda. A construção de arranha-céus de dez a quarenta andares, efetivamente superpôs três a doze cidades, na mesma área, de tal modo que, mesmo que o tráfego de rodas houvesse permanecido no nível pré-automobilístico, as ruas teriam ficado desesperadamente atulhadas. O prédio mais alto (na sombra mais escura), perto do fundo (esquerda) é o edifício da RCA, traço dominante do Rockefeller Center, cuja minúscula Plaza, com seu rink de patinação, rebaixado, serve como um dos poucos pontos de convergência de Manhattan, para encontros e paradas informais, comparáveis à Praça de Espanha, em Roma. O sucesso popular semelhante da Mellon Square, em Pittsburgh, demonstrou a fome da Multidão Solitária por esse tipo de gregarismo informal. O magnífico Central Park de Olmsted (centro), com seus múltiplos e independentes sistemas de circulação, trouxe melhoramentos à primitiva sugestão de Leonardo da Vinci para Milão e antecipou a Planta de Radburn, para não falar em Le Corbusier, de quase um século. Os pardieiros coletivos do século XIX, em Nova Iorque, igualavam-se plenamente, em congestionamento, má salubridade e aluguéis caros, aos bairros mais sórdidos de Berlim, Bombaim, Glasgow, Gênova ou Nápoles.

Esses bairros vis estão sendo agora substituídos por recintos habitacionais mais ordenados, com luz, ar e conveniências sanitárias de uma ordem superior. O exemplo do primeiro plano (direita), Stuyvesant Town, foi construído por uma companhia privada de seguros, com generosa ajuda do Estado; mas sua densidade residencial, de 973 por hectare, continua sendo a de um cortiço. A despeito de seus espaços abertos interiores, esse projeto habitacional teria exigido 32 hectares a mais para proporcionar o espaço destinado a parques e jogos, hoje considerado como desejável: 7,5 mais do que o projeto inteiro, sem construções. Esse fato é cuidadosamente ignorado por aqueles que confundem o espaço aberto visual, oferecido pelos edifícios altos, com o espaço aberto funcional e utilizável, dimensionado segundo o número de habitantes por hectare. A multiplicação de tão formidáveis enclaves de congestionamento, em todas as partes da cidade, às vezes explorada por particulares, algumas vezes em projetos residenciais públicos, sempre com a ajuda do governo, a título de "renovação urbana", não pode ser justificada como contribuição a uma vida social útil e significativa, ou como um modelo desejável de cooperação humana. Uma cidade inteira construída nessa base seria um pesadelo burocrático de ineficiência e desumanidade.

Fotos: Ewing Galloway.



47: Devastação Urbana

Hoje, o meio mais popular e eficaz de destruir uma cidade é a introdução de auto-estradas expressas de muitas pistas, especialmente as elevadas, no núcleo central. Verificou-se isso imediatamente depois que as ferrovias elevadas para passageiros estavam sendo demolidas, como ameaças ao público! Embora Los Angeles apresente o maior dos exemplos de demolição urbana em larga escala, por meio da incontínua construção de rodovias expressas, Boston talvez seja



uma vítima ainda mais lamentável, porque tinha mais a perder, já que se gaba de possuir um valioso núcleo histórico, onde cada facilidade acha-se a uma distância que se cobre a pé, e um sistema de trânsito metropolitano que, ainda no século XVIII, era um modelo de eficiente unificação. Como no caso dos atuais planos militares baseados no extermínio nuclear, os planejadores de Boston estão procurando encobrir seus erros iniciais, repetindo-os numa escala mais ampla. O resultado final será semelhante ao de Greensboro, Carolina do Norte (abaixo), injustamente apelidada de "Cidade de Estacio-



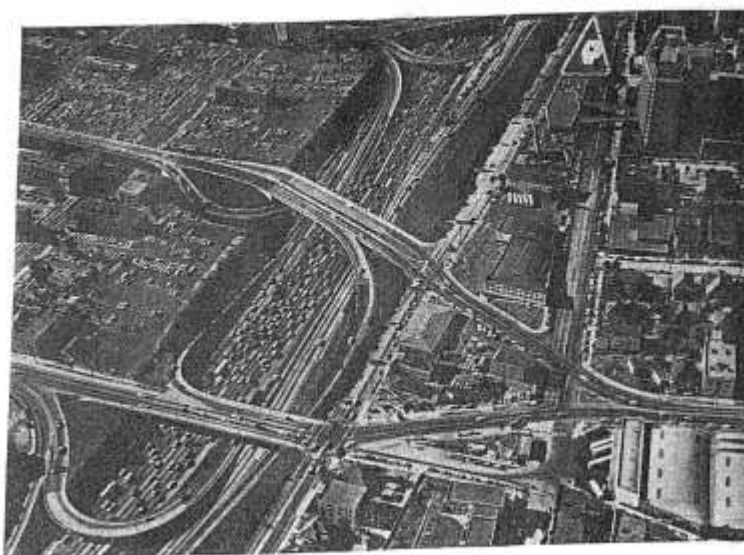
namento"; pois cada cidade está rapidamente se transformando em cidade de estacionamento, inclusive Amsterdam e Paris, com todo o seu espaço destinado a carros, sem que nada sobre para quaisquer outras funções da cidade. Assim, as bombas que devastaram a City de Londres, no Blitz (página oposta, abaixo), não causaram danos maiores do que aqueles que o planejamento irrestrito de vias expressas e estacionamentos está agora causando todos os dias, incentivado por um programa rodoviário nacional planejado com base nas mesmas suposições de transporte individual "de porta em porta". Uma única função subordinada da cidade transformou-se em única razão da sua existência – ou melhor, a justificação triunfante da sua não-existência. Nas vias motorizadas, como nos arranha-céus, encontramos a soberba habilidade técnica na organização mecânica e o planejamento prático unidos ao ponto da paralisante incompetência social e do analfabetismo cultural.

(Esquerda, acima) Auto-estrada elevada de muitas pistas, em Boston, com desvios pelos quais se liga à rede de ruas. Foto: Ewing Galloway. (Esquerda, abaixo) Áreas bombardeadas ao redor da Catedral de São Paulo, Londres. Foto oficial, cortesia do Serviço Britânico de Informações. (Acima) Greensboro, N. C., Foto: Ewing Galloway.



48: Devoradores do Espaço

As instalações e funções essenciais da cidade – cooperação, comunicação e comunhão, encontro, mistura e mobilização – exigem um recipiente onde uma ampla diversidade de atividades possa ter lugar simultaneamente. Tal recipiente, para que possa ser suficientemente econômico de espaço, exige uma rede diversificada de transportes. Quando só um meio de transportes existe, a própria atividade deve ser posta fora da cidade, mesmo para mobilizações ocasionais como a mostrada no Pasadena Rose Bowl (acima). A idéia de que nenhum cidadão americano irá dispor-se a caminhar mesmo uns quatrocentos metros é sardonicamente contraditada pelas formidáveis distâncias que realmente percorrem a pé, em centros comerciais e parques de estacionamento. Desnecessário dizer, esses desertos calçados continuam dispendiosamente ociosos e vazios, quando não há atividades de multidão. A passagem direta de Los Angeles (direita, acima) ilustra o câncer do transporte individual, nos seus estágios mais avançados: a via expressa de muitas pistas e o parque de estacionamento carcomeram quase por completo o tecido vivo da cidade. No interesse de um fluxo de tráfego sem empecilhos, os engenheiros rodoviários produzem enormes trevos (direita, abaixo), mesmo em áreas de baixa densidade, com limitado tráfego de passagem, onde não há razão nenhuma para que o fluxo arterial não seja ocasionalmente interrompido, como numa rua urbana. Poupa tempo pelo desperdício de espaço difícilmente se pode considerar uma economia pública, em áreas como a Região da Baía, em San Francisco, que estão ameaçadas de grave escassez de terras agrícolas e de recreação, e de normas excessos de tempo de ócio não utili-



(Página anterior) Foto: Fairchild Aerial Surveys, Inc., Nova Iorque. (Acima) Fotos por cortesia do estado da Califórnia, Dep. de Obras Públicas. (Página seguinte) Foto: Ewing Galloway.



zável. Embora o "parque industrial" – equivalente americano do "núcleo fabril" inglês (acima) – seja um exemplo superior de planejamento neotécnico, admiravelmente isolado da comunidade vizinha e eficientemente servido por rodovias, a modicidade e conveniência da construção em um só pavimento encorajou o planejamento frouxo e disperso. Aqui, a construção sobre pilares teria permitido o alojamento de automóveis debaixo, protegidos contra o sol do verão e a neve do inverno, com resultados benéficos tanto para o trabalho quanto para a produção. Em tais áreas, a administração pública bem poderia impor taxas diferenciais, para favorecer construções industriais mais elevadas, que economizassem terrenos, e desencorajar as mais baixas, exceto para fábricas que exigissem instalações de máquinas excepcionalmente pesadas. Mas, nos Estados Unidos, o devoramento de espaço tornou-se quase um passatempo nacional. As exigências de espaço feitas pelos aeroportos que usam o transporte a jato são tão copiosas que só podem ser satisfeitas em campo aberto, tão longe das cidades principais que anulam o que o avião a jato ganha em velocidade, mesmo em cidades tão distantes quanto Nova Iorque e Chicago. Os padrões que Frank Lloyd Wright projetou em "A Cidade que Desaparece" – pelo menos um acre (0,4047 ha) por família – são tomados como universalmente desejáveis, mesmo que não alcançáveis. Como resultado, a própria cidade está desaparecendo rapidamente: suas partes dispersas estão "perdidas no espaço".

CAPÍTULO XII

A estrutura do poder barroco

1. Dissolução Medieval

As culturas humanas não morrem num dado momento, como organismos biológicos. Muito embora freqüentemente pareçam formar um todo unificado, suas partes podem ter tido uma existência independente antes de ingressarem no todo, e, pela mesma razão, podem ser capazes ainda de continuar existindo, depois que o todo em que outrora floresciam não funciona mais. Foi isso o que aconteceu com a cidade medieval. Os hábitos e formas da vida medieval ainda se achavam ativos nos últimos três séculos após o "fim" – se tomarmos o século XVI como aquele ponto decisivo. Ainda hoje a Igreja de Roma, que dominou a Europa Ocidental durante mil anos, com sua peculiar combinação de centralização autoritária, absolutismo romano, autonomia local, dependência política e rigor moral teórico, continua agindo dentro da linha dogmática da teologia de Tomás de Aquino, dentro da estrutura política de Gregório Magno: considerando-se ainda repositório único de uma verdade e de uma fé essenciais à salvação humana.

Algumas instituições medievais na verdade se renovaram no século XVI, adotando o estilo de seu tempo: assim, o monaquismo adquiriu vida nova, pela reorganização dentro de linhas militares, com obediência absoluta ao chefe da ordem, apropriadamente chamado Diretor Geral, na Companhia de Jesus, e essa Companhia, não mais satisfeita em simplesmente fixar um exemplo de piedade ou em orar, enfrentou as novas exigências da educação, implantando uma nova espécie de escola, a escola secundária, a meio caminho entre a escola primária e a universidade. No que diz respeito ao conteúdo arquitetônico, não houve rompimento real entre a construção gótica e a construção neogótica. O construtor provincial inglês introduziu, no século XVIII, modos tradicionais de educação que os cavalheiros educados, ignorantes da vida fora do seu círculo, estavam começando a reviver uma vez mais, como decoração e diversão, como ocorre na Strawberry Hill, de Walpole. É a Tom Tower de Wren, em Oxford, gótica ou neogótica? Podem-se mostrar razões igualmente boas para lhe dar qualquer desses nomes.

Essa mistura entre o velho e o novo é visível em toda parte, na Europa. Boa parte das novas construções, mesmo no século XVII, praticamente todas as construções "renascentistas", antes daquele século, tiveram lugar em ruas medievais, dentro das muralhas de cidades essencialmente medievais, erigidas por artífices e guildas organizadas segundo linhas medievais. A Abadia de Telemá, de Rabelais, com a sua mistura do velho mosteiro e da nova casa de campo aristocrática, tinha o seu correspondente na cidade. Até mesmo no Novo Mundo, as antigas leis medievais do mercado continuaram em vigor nas cidades, durante o século XVIII. Assim, foi apenas nas cidades recentemente fundadas, criadas tendo em vista a residência principesca ou a colonização, que as instituições pós-medievais criaram uma ordem rigorosa e lógica inteiramente própria.

2. O Novo Complexo Urbano

Entre os séculos XV e XVIII, tomou forma na Europa um novo complexo de traços culturais. Tanto a forma quanto o conteúdo da vida urbana, em consequência, foram radicalmente alterados. O novo padrão de existência brotava de uma nova economia, a do capitalismo mercantilista; de uma nova estrutura política, principalmente a do despotismo ou da oligarquia centralizada, habitualmente personificada num Estado nacional; de uma nova forma ideológica, que se derivava da física mecanicista, cujos postulados fundamentais haviam sido lançados muito tempo antes, no exército e no mosteiro.

Até o século XVII, todas essas modificações eram confusas e vacilantes, restringiam-se a uma minoria, só funcionavam num ou outro trecho. No século XVII, o foco subitamente tornou-se mais nítido. Naquele ponto, a ordem medieval começou a se desfazer, graças à simples corrupção interior; e desde então a religião, o comércio e a política seguiram seus caminhos separados.

A fim de compreender a cidade pós-medieval, é necessário que nos guardemos contra a interpretação ainda em moda da Renascença, como um movimento no sentido da liberdade e do restabelecimento da dignidade do homem. Na realidade a verdadeira renascença da cultura europeia, a grande época da edificação de cidades e do triunfo intelectual, foi aquela que começou no século XII e alcançou sua apoteose simbólica na obra de um Aquino, de um Alberto Magno, de um Dante, de um Giotto. Entre aquela revivescência e a revivescência clássica do século XV, havia ocorrido um grande desastre natural: a Peste Negra do século XIV, que varreu entre um terço e metade da população, segundo as estimativas mais conservadoras. Ao chegar o século XVI, aquelas perdas haviam sido reparadas; mas a solução de continuidade

resultante da peste foi acentuada por uma redução da vitalidade comunal, como aquela que se verifica após uma guerra exaustiva.

Na desorganização social que se seguiu, o poder foi ter às mãos daqueles que controlavam os exércitos, as rotas de comércio e as grandes acumulações de capital. Com a ascensão dos despotismos militares, veio a supressão da liberdade acadêmica nas universidades e a propositada supressão da independência dos poderes espirituais, no interesse dos governantes temporais. Hoje, tudo isso contém um timbre familiar: corre paralelo ao que se deu na Rússia, na Alemanha, na Itália e em várias outras partes da Europa, após a Primeira Guerra Mundial, e ao que se deu mesmo nos fisicamente remotos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial. A transformação das universidades medievais, de associações internacionais de estudiosos em organizações nacionalistas, servis perante os novos déspotas, impermeáveis a "pensamentos perigosos", presas por juramentos de fidelidade, prosseguiu sem interrupção; e teve seus paralelos na Igreja e na cidade.

Dentro de uns poucos séculos, todas as instituições medievais mais antigas mostravam sinais de sua profunda desmoralização. Huizinga, em *A Decadência da Idade Média*, documentou essa mudança com fartura de exemplos. No século XV, de acordo com Von Below, deu-se o início da jogatina organizada, na Alemanha, em casas fornecidas pela municipalidade. E as mesmas tendências surgiram na Igreja; não meramente com a compra de posições e a venda de indulgências, mas com o recrudescimento generalizado da superstição. A crença na feitiçaria, proscrita por São Bonifácio no século VIII, ganhou sanção final da Igreja em 1484: talvez porque tivesse havido, na verdade, uma recrudescência dos antigos cultos pagãos da terra, que inverteram a moralidade cristã. E foi no século XVII, assinalado pelo aparecimento dos métodos exatos nas ciências físicas, que a perseguição dos feiticeiros ganhou popularidade. Alguns dos mais torpes criminosos, nesse particular, foram os próprios novos cientistas e filósofos; pessoas como Joseph Glanvill, que, quase com o mesmo fôlego, prediziam a completa transformação do mundo físico pela ciência e pela técnica.

Mas o próprio choque causado pela Peste Negra produziu também uma reação inteiramente diferente: uma tremenda concentração de energias, não na morte, na eternidade, na segurança, na estabilidade, mas em tudo aquilo que a audácia humana podia tomar e dominar, dentro dos limites de uma existência apenas. Da noite para o dia, seis dos sete pecados mortais transformaram-se em virtudes cardiais; e o pior de todos os pecados, o pecado do orgulho, tornou-se o símbolo dos novos líderes da sociedade, tanto no escritório de contabilidade quanto no campo de batalha. Produzir e exibir riqueza, tomar e aumentar o poder, tornaram-se imperativos universais; tinham sido desde muito tempo praticados, mas agora eram abertamente admitidos, como principais orientadores de uma sociedade inteira.

Da universalidade medieval à uniformidade barroca; do localismo medieval ao centralismo barroco; do absolutismo de Deus e da Santa Igreja Católica ao absolutismo do soberano temporal e do Estado nacional, como fontes de autoridade tanto quanto objetos de culto coletivo — passaram-se quatro ou cinco séculos entre as velhas e as novas constelações. Não fazemos sombra à natureza essencial dessa mudança, mencionando apenas as suas decorrências estéticas. O desenterramento e a avaliação dos monumentos clássicos, a descoberta de Platão e de Vitruvius, o culto das Cinco Ordens, na arquitetura, o deleite sensual por ornamentos antigos e por estátuas recentemente desenterradas — tudo isso lançava uma veste de decência estética sobre as tiranias e deboches dos poderes reinantes. Conhecedores como Hipólito e Vitelesco costumavam abraçar e falar às suas estátuas clássicas — contou John Evelyn —, como se fossem vivas, mas os homens vivos estavam sendo transformados em autômatos, obedecendo apenas ao comando exterior: uma recrudescência das antigas práticas das cidades, cujo centro era o rei.

A tendência fundamental dessa nova ordem só veio a se tornar inteiramente visível no século XVII: então, todos os aspectos da vida afastaram-se do pólo medieval e se reuniram sob um novo signo, o signo do príncipe. A obra de Maquiavel, *O Príncipe*, proporciona mais que uma pista, tanto para a política quanto para o plano da nova cidade, e Descartes, vindo mais tarde, reinterpretará o mundo da ciência em termos da ordem unificada da cidade barroca. No século XVII, as instruções de precursores como Alberti foram finalmente realizadas no estilo barroco de vida, no planejamento barroco, no jardim barroco e na cidade barroca. Até bem a metade do século XIX, novos bairros urbanos estavam sendo planejados para a classe média, com difusa elegância, segundo o aristocrático modelo barroco. O bairro, hoje, predominantemente hoteleiro e de casas de pensão de South Kensington, em Londres, é a agonizante exalação vitoriana daquele novo hábito de poder e ordem.

3. Amplidão e Clarificação

Antes que a organização barroca tivesse ganho controle de quase todos os aspectos da cena, houve uma fase intermediária na qual o novo e o antigo se misturaram e ganharam reciprocamente, pelo seu próprio contraste e oposição. Essa fase é ainda impropriamente chamada "a" renascença — termo implantado com demasiada solidez para ser facilmente removido, embora quase tão enganoso em suas conotações quanto "a" revolução industrial. Nesse ponto da construção urbana, o enclausuramento hoje sem significação e a desordem e congestionamento, que muitas vezes caracterizaram a cidade da baixa Idade Média, tinham-se tomado intoleráveis. Mesmo do ponto de vista prático, ruelas tortuosas e becos escuros tinham-se tornado suspeitos como

incentivadores do crime: o rei Ferrante, de Nápoles, em 1475, caracterizava as ruas estreitas como um perigo para o Estado.

A fim de respirar mais uma vez, os novos urbanistas e construtores puseram de lado as apinhadas muralhas, derrubando telheiros, tendas, casas velhas, penetrando nos becos tortuosos, a fim de construir uma rua reta ou uma praça retangular aberta. Em muitas cidades, o povo deve ter tido a mesma sensação de janelas que eram subitamente abertas para um quarto embolorado, cheio de teias de aranha.

Mas chamar a essas modificações dos séculos XV e XVI um "renascimento" é compreender mal tanto o impulso quanto o resultado. Estamos tratando, antes, de uma espécie de clarificação geométrica do espírito, que se vinha verificando havia muitas gerações e que procurava não uma mudança em grande escala, mas uma modificação, por pequenas partes, da cidade histórica. Em cidades como Florença e Turim, cujos contornos romanos originais ainda eram visíveis, o novo estilo era tão profundamente orgânico que parece uma continuação de seu próprio passado, mais que uma renúncia a ele. A Loggia dei Lanzi, em Florença, por exemplo, foi concluída em 1387. Embora, pelo calendário, pertença à Idade Média, é, na forma, indiscutivelmente, "renascentista" — aberta, serena, com suas tríplices arcadas e suas colunas clássicas. Renascimento? Não: purificação, uma tentativa para voltar ao ponto de partida, como um pintor que recobrisse as cores embaçadas e as formas confusas de sua tela para recobrir as linhas de seu esboço original.

Se empregarmos o termo precisamente, não existe cidade renascentista. Há, contudo, trechos de ordem renascentista, espaços abertos e clarificações que modificam belamente a estrutura da cidade medieval. Se as novas edificações, com a sua gravidade impessoal e a sua decorosa regularidade, rompem a harmonia do padrão medieval, estabelecem uma relação em contraponto que ressalta, por contraste, qualidades que estariam desprezadas, muitas vezes invisíveis, de natureza estética, nas mais velhas ruas e edifícios. O próprio tema continuou sendo medieval; mas novos instrumentos foram acrescentados à orquestra e tanto o ritmo quanto a cor tonal da cidade foram modificados.

Os símbolos desse novo movimento são a rua reta, a ininterrupta linha horizontal de tetos, o arco redondo e a repetição de elementos uniformes, cornijas, lintéis, janelas e colunas, na fachada. Alberti sugeriu que as ruas "tomar-se-ão muito mais nobres se as portas forem construídas todas segundo o mesmo modelo, e as casas de cada lado ficarem em linha uniforme, não sendo qualquer delas mais alta que as outras". Essa clareza e simplicidade foram engrandecidas pela fachada bidimensional e pela abordagem frontal; mas a nova ordem, enquanto ainda vivia, jamais foi obedecida com qualquer coerência absoluta, como a que foi introduzida pelo século XVII, com suas rigorosas regras de composição, suas intermináveis avenidas e suas regulamentações legais uniformes. Na verdade, justamente nessa concessão, nessa fuga

à arregimentação, é que os novos construtores renascentistas provam sua dívida para com a ordem medieval. A altura da nova biblioteca de Sansovino, na Piazza San Marco, não é exatamente a mesma do Palácio Ducal. Assim também a altura das edificações ao redor da Piazza Santissima Annunziata, em Florença, é apenas aproximadamente a mesma. Por mais rigorosa que seja a ordem da rua renascentista, não chega a ponto de ser rígida e opressiva.

Uma das primeiras dessas novas ruas, aquela construída pelos Quatro Grandes em Gênova, tinha realmente o nome de Strada Nuova; foi projetada, conta-nos Vasari, por Galeazzo Alessi, de Perúgia, tendo em vista ser a mais imponente rua da Itália; era ladeada por enormes palácios, situados livremente, também projetados por ele, tendo no fundo jardins em colinas, suficientemente grandes para alojar um exército particular — e com aposentos correspondentemente altos. Mas aquela nova rua, embora avançada, embora mais larga que os antigos caminhos e becos, ainda tem apenas vinte pés de largura; e menos de setecentos pés de extensão. Assim, no princípio, o modelo da velha cidade não foi substancialmente alterado, mesmo sob o domínio de impiedosos e poderosos magnatas. A maior parte dos palácios renascentistas de Florença foi erigida em estreitas ruas romanas e medievais; uma das grandes exceções é o Palácio Pitti, do outro lado do rio: um sítio suburbano, contudo ainda bastante próximo da antiga via Romana.

Não ocorria apenas serem as ambições dos novos urbanistas do século XVI ainda limitadas e modestas: foi justamente essa modéstia que fez surgir o que houve de melhor na velha bem como na nova ordem. Nenhuma tentativa foi feita pelos novos urbanistas no sentido de harmonizar seus desenhos com os antigos padrões medievais: tal tentativa teria sido derrotada por si mesma. Mas, porque uma parte tão grande do antigo ainda continuava de pé, os novos edifícios criaram uma ordem rica e complexa, muitas vezes, do ponto de vista estético, mais satisfatória que as composições uniformes e unilaterais de um período posterior. O exemplo clássico desses feitos visuais é a rua estreita e reta, formada pelos dois lados dos Uffizi, na Florença renascentista. Constituem uma espécie de ilustração diagramática da nova ordem. A composição clássica daquelas edificações, com seus motivos repetidos e suas linhas horizontais convergentes, em breve tornar-se-iam monótonas, se não revelassem prontamente uma diferente espécie de construção: a torre do antigo Palácio da Signoria, na Piazza que fica além.

Tão logo o urbanista viu-se livre para desenhar uma cidade inteira segundo os mesmos princípios da Strada Nuova ou dos Uffizi, as limitações estéticas dessa arregimentação em grande escala do espaço e aquele desdém igualmente grande pela variedade das funções humanas tornaram-se evidentes. No primeiro caso, a ordem continuava sendo um instrumento da vida; no segundo, a vida tornara-se um instrumento da ordem. Mas, em pequena medida, a nova ordem do desenho renascentista muitas vezes aumentou a beleza

da cidade medieval, emprestando-lhe, como na Piazza Santissima Annunziata, algo do repouso espacial íntimo do claustro monástico. Numa fase posterior, examinaremos a aplicação do princípio de tais espaços abertos à construção residencial, na qual contribuiu com um novo elemento para o vocabulário do planejador.

Até o século XVII, a nova tradição na construção, usando antigas formas clássicas outra vez para expressar novas instituições e sentimentos, produziu um novo senso de amplidão, claridade e ordem formal. A desordem visual que tinha sido tolerada na cidade antiga cedeu lugar a um costume formal. Sítios rudes e corroídos, como a Colina Capitolina, em Roma, foram revestidos de pedra, e o íngreme caminho de cabras transformou-se num grande lanço de degraus. Dentre as contribuições da tradição renascentista, aliás, não foi menor a dos ornatos de rua: calçamento de pedras e tijolos, degraus de pedras, chafarizes esculpidos, estátuas comemorativas. Em seu sentido de movimento vertical, o jogo ascensional da fonte e a subida dos degraus, essas inovações acrescentaram uma vivacidade espacial às funções a que serviam. A Praça de Espanha, em Roma, que é ao mesmo tempo, mercado de flores, arena e passagem do penitente que sobe à Trinitá, presta um serviço de liberação que deve ser medido não pela área ocupada, mas pela intensidade do uso.

Algo desse espírito perdurou nas melhores obras do período barroco: particularmente nos chafarizes esculpidos e nas praças de Bernini, em Roma. Mas aqueles trechos de beleza e ordem ganham grande realce pelo congestionamento contrastante que os rodeia. Tão logo a ordem barroca se tornou propagada, uniforme e absoluta, quando nem o contraste nem a evasão eram possíveis, sua fraqueza se revelou. A clarificação cedeu lugar à arregimentação, a vastidão à vacuidade, a grandeza à grandiosidade. A voz em solo do planejador podia ser amplificada muitas vezes, porém jamais poderia tomar o lugar de todos os cantores de um coro cívico, cada qual com a sua própria parte, embora seguindo uma partitura em contraponto.

Dentro do mundo fechado da crítica especializada de arte e mesmo de planejamento urbano, essas modificações, da renascença ao barroco, são muitas vezes interpretadas como mudanças de gosto ou de visão estética apenas: mas o que lhes deu a influência que realmente exerceram no planejamento de cidades foi o fato de que eram sustentadas, em todos os pontos, por profundas transformações políticas e econômicas. As forças que tinham originariamente trazido à existência as cidades reais do mundo antigo mais uma vez reapareceram, praticamente sem qualquer mudança, excetuando-se talvez o fato de se mostrarem as novas máquinas de energia ainda mais eficazes, e o de serem os planos urbanos resultantes ainda mais impiedosos, unilaterais, não cooperativos; ainda mais indiferentes às interações lentas e complexas, aos pacientes ajustes e modificações, por meio da experimentação e da seleção,

que assinalam métodos mais orgânicos de desenvolvimento de cidades. Para compreender o plano barroco que tomou forma, finalmente, pelo fim do século XVII, criando novos bairros urbanos e até mesmo novas cidades residenciais para a realeza, devemos acompanhar as transferências de autoridade e poder que tiveram lugar no fim da Idade Média.

Dado que todas essas tendências afinal assumiram a primazia na cidade barroca, há muito tempo decidi usar esse adjetivo — originariamente pejorativo — como termo de descrição social e não apenas de limitada referência arquitetônica. O conceito do barroco, tal como tomou forma no século XVII, é particularmente útil, porque contém em si os dois elementos contraditórios da época. Primeiro, o aspecto matemático e abstrato, expresso com perfeição no seu rigoroso plano de ruas, nos seus traçados urbanos formais e nos seus desenhos geometricamente ordenados de jardins e paisagens. E ao mesmo tempo, na pintura e na escultura do período, abrange o lado sensual, o rebelde, o extravagante, o anticlássico, o antimecânico, expresso nas suas roupas e na sua vida sexual, bem como no seu fanatismo religioso e no seu desvirado estadismo. Entre os séculos XVI e XIX, esses dois elementos existiram juntos: às vezes, agindo separadamente, às vezes mantidos em tensão dentro de um todo maior.

Neste particular, poder-se-ia considerar que as antigas formas renascentistas, na sua pureza, são protobarrocas, e as formas neoclássicas, de Versalhes a São Petersburgo, como “baixo-barrocas”: enquanto que até mesmo o romantismo descuidado e descontrolado dos renovadores góticos do século XVIII poderia ser paradoxalmente considerado como uma fase do capricho barroco. Nada disso faz sentido, se pensarmos no barroco como um momento único no desenvolvimento do estilo arquitetônico. Mas a dilatação do termo tem continuado ininterruptamente, no decorrer da última geração; e certa imprecisão e contradição original no epíteto vem dar sanção a esse uso mais generalizado. Em função da cidade, as formas renascentistas são os mutantes, as formas barrocas são os dominantes e as formas neoclássicas são os persistentes, nessa complexa transformação cultural.

4. Território e Cidade

Desde o princípio da Idade Média, dois poderes vinham disputando a liderança da Europa Ocidental; um era real, o outro municipal. Mesmo nos grandes dias das Cidades Livres, havia partes da Europa em que o poder real se consolidara mais rapidamente e mantivera as próprias cidades em estado de vassalagem feudal; a Inglaterra, a Aquitânia, a Sicília, a Áustria. Onde o poder real e imperial era mais fraco, como na Itália setentrional, a cidade alcançou sua independência mais completa como entidade política. Mas, mesmo onde

era forte, como em Aragão, o poder estava longe de ser absoluto; haja visto o juramento feito pelos súditos do rei de Aragão: “Nós, que somos tão bons como vós, juramos aceitar-vos, a vós que não sois melhor que nós, como nosso rei e soberano senhor, desde que observeis todas as nossas liberdades e todas as nossas leis; se não o fizerdes, porém, não o faremos”.

A consolidação de Estados feudais dispersos e a criação de campos contínuos de administração política dentro de uma estrutura claramente definida foram importantes para o bem-estar das comunidades em causa. O verdadeiro problema era saber se tal consolidação deveria ser feita em benefício de uma pequena classe privilegiada ou se teria de ser conseguida por meio de uma livre união de cidades e regiões. Infelizmente, as próprias cidades, como vimos, não eram imunes às tentações de uma vida parasitária e predatória, que o domínio das armas militares tornara possível: entregaram-se à exploração pela força, tanto nos territórios próprios quanto em aventuras imperialista mais remotas repetindo, alternadamente, os erros políticos dos espartanos e dos atenienses, se não os dos romanos!

As cidades mais poderosas não raro tratavam de conquistar suas vizinhas mais fracas, quando não para uma finalidade mais alta, para suprimir um mercado rival; e em épocas de guerra, desde os fins do século XII na Itália, costumavam transferir uma grande parcela do poder executivo a um funcionário especial, o Podestade, que, em casos de emergência, era libertado das limitações da lei. Algumas vezes, as cidades empregavam mercenários profissionais para assegurar seu domínio sobre suas rivais: os moradores de Pisa contaram-se entre os primeiros a contratar soldados profissionais na guerra contra Florença; e seu triunfo foi tão humilhante que a última cidade começou a perder a fé em seu exército de cidadãos, objeto de seu orgulho. Florença, como cidade livre, contratou a entrega de sua liberdade, pela segunda vez, em 1322, ao rei de Nápoles, em troca de sua proteção.

Impelidas pela adversidade militar, as municipalidades da Itália foram as primeiras a inverter o processo de conseguir a liberdade; e embora considerassem esperançosamente o emprego de profissionais feudais ou contratados como medida temporária, verificaram muitas vezes que o novo Condottiere, como preço da vitória, tornava-se governante da cidade, cuja liberdade tinha sido contratado para proteger. Em breve, a imagem do Homem a Cavalos, o novo tirano principesco, destacava-se sozinha na praça de mercado: símbolo da nova técnica e do novo poder — embora, exceto quanto ao cavalo, tão antiga quanto a própria cidade.

Na pequena cidade medieval democrática havia ainda outra fraqueza interna, não diferente daquela que encontramos em Atenas. A ampla divisão do poder e responsabilidade impunha severas exigências de tempo a cada cidadão; e, embora a rápida rotatividade de cargos — seis Piores de Florença cumpriam mandatos de apenas dois meses, e os outros de apenas um ano —

fosse uma salvaguarda contra a corrupção, solapava também a eficiência e constituía um embaraço ao desenvolvimento de uma política a longo prazo. Braunfels calculou que quase mil pessoas por ano eram chamadas a servir em Florença, sob o sistema de guildas e de partidos; e em cidades menores como Siena, Pisa (20 000 habitantes) ou Pistóia e Arezzo (10 000), uma proporção maior ainda tornar-se-ia necessária. No século XIII, o Grande Conselho de Lucca, com uma população de quinze mil habitantes, tinha nada menos que 550 membros.

Enquanto a população da cidade permaneceu restrita, o sistema democrático funcionou. Mas, com o crescimento urbano, veio a responsabilidade, a ineficiência, a divisão de interesses, a letargia política — tudo isso abrindo o caminho para um ditador tirânico que concentrava todo o poder nas suas próprias mãos. Quando o amador abandona a tarefa, intervém o profissional.

Em suma, para conseguir um poder despótico sobre suas vizinhas, as cidades consentiam, passo a passo, em perder a sua própria liberdade interna: mais importante ainda, perdiam a justificação moral contra outras formas de despotismo. As únicas partes da Europa onde as corporações cívicas e o Estado territorial foram unificados sem perda de liberdade cívica, como já mostrei, foram a Confederação Cantonal Suíça e os Países Baixos.

No princípio da Idade Média, os grandes senhores feudais tinham conseguido alimentar seus descendentes, coletar seus impostos e assegurar um nível módico de paz e ordem em seus domínios, apenas por estarem em contínuo movimento de um a outro feudo. A corte era um acampamento móvel: a vigilância e o movimento eram o preço do poder. Isto aplicava-se tanto aos reis quanto aos nobres menores. Os ministros reais, os juizes reais, toda a aparelhagem de governo e controle fiscal eram, essencialmente, uma aparelhagem móvel: a autoridade era mantida por meio da supervisão pessoal. Durante o século XIV, nas grandes monarquias da Inglaterra e da França, esse processo chegou a interromper-se. Os documentos das cortes, as listas, os livros, os arquivos, a correspondência, para não mencionar os próprios funcionários, tinham-se tornado demasiado numerosos e volumosos para se moverem. À medida que a população e o território cresciam, a supervisão pessoal direta tornava-se impossível. Tornavam-se necessárias a administração impessoal e a autoridade delegada.

Embora o movimento popular no sentido do controle parlamentar não se mantivesse com grande êxito, a não ser na Inglaterra, o Estado moderno começou a tomar forma no século XIV. Suas marcas distintivas são uma burocracia permanente, tribunais permanentes de justiça, arquivos e documentos permanentes e edificações permanentes, mais ou menos centralmente localizados, para a condução dos negócios oficiais. O processo foi bem descrito por Tout. "Ao tempo do reinado de Henrique II — observa ele —, o rei inglês centralizara tanta autoridade sob sua jurisdição imediata que todos os homens

de posses tinham freqüentes ocasiões de procurar a justiça ou solicitar favores na corte." Aquele movimento, ou melhor, aquela *estabilização*, verificou-se primeiro na administração financeira, que tinha sua sede especial em Westminster: pouco a pouco, foi estendido a todos os outros departamentos do Estado. E o próprio processo era de natureza recíproca: a centralização da autoridade exigia a criação de uma capital, ao passo que a capital, comandando as principais rotas de comércio e movimento militar, era uma poderosa contribuição à unificação do Estado.

Essa transferência de poder foi acompanhada pela ascensão de uma burocracia oficial. O governante andarilho do princípio da Idade Média, muitas vezes ausente de seu castelo ou sua capital, lutando ou tomando parte em cruzadas, havia-se fixado, agora: era suficientemente forte para compelir seus mais poderosos vassallos a irem procurá-lo. Com a criação dos arquivos, escrituras, registros de impostos, na capital, nasceu um regimento de funcionários burocráticos e agentes permanentes, funcionários do novo "Departamento de Circunlocução", não sujeitos à eleição municipal.

Nos termos da organização despótica, nada poderia ser feito dentro da municipalidade sem licença especial; e tanto a elaboração quanto o rompimento de regras constituíam uma fonte de proveitos para o príncipe. O recolhimento de impostos, a imposição de multas, a promulgação de regras e regulamentos, não menos que a expedição de passaportes — tudo isso era cereal a ser moído no moinho burocrático. Por volta do século XIV, implantou-se um Pádua um sistema de passaportes; e em Ferrara, o duque inspecionava pessoalmente a lista diária de viajantes que os estalajadeiros eram obrigados a apresentar. Aquele regulamento bizantino, cuja origem realmente vem de Constantinopla, em breve tornou-se universal. O próprio castigo, aquela forma necessária de poder arbitrário, tornou-se uma fonte de renda: um príncipe italiano, segundo Jacob Burckhardt, disse que as querelas de seus súditos lhe proporcionavam mais de doze mil ducados em multas.

Para alojar todas essas novas funções burocráticas, era necessário erigir um novo tipo de edificação: o prédio de escritórios. O modelo original dessa estrutura é aquele desenhado por Vasari em Florença, os Uffizi (Escritórios), cujo interior era outrora coroado com uma *loggia* aberta no pavimento superior. É esse o clichê original da arquitetura em sua melhor forma; felizmente modesto em escala, monótona mas não formidável, destinado a ser reproduzido com variações menores, em escala monumental, com enfadonha monotonia, nos recintos burocráticos de Paris, São Petersburgo, Berlim, Washington e seus imitadores. As repetições e arregimentações do sistema burocrático deixariam na cidade uma marca ainda mais profunda do que a deixada pelo novo exército. Sob aquele regime, talvez houvesse algum ganho imediato em eficiência municipal; contudo, sempre houve uma perda de autonomia. Hoje,

com o triunfo da hierarquia administrativa, tanto a estrutura quanto a função têm aquela qualidade de pesadelo representada por Kafka em *O Processo*.

Note-se que a capital tinha a desempenhar um papel tanto social quanto político. Na capital, os hábitos de província, seus costumes e dialetos, eram misturados e refundidos segundo a imagem da corte real: esta veio a ser a chamada imagem nacional, nacional pela prescrição e pela moda imitativa, mais do que pela origem. Foram necessários séculos para efetuar uma unificação mesmo em atividades extrapessoais, tais como a regulamentação de pesos e medidas: foi somente em 1665 que Colbert propôs "pôr todo o reino de Sua Majestade dentro dos mesmos estatutos e dentro do mesmo sistema de pesos e medidas". A própria segurança da vida e da propriedade não se seguiram muito prontamente em todos os cantos do novo domínio nacional: ainda em 1553, no *Guide des chemis de France*, havia anotações, nos espaços abertos entre cidades, de "brigandage" ou "floresta perigosa".

A consolidação do poder na capital política fez-se acompanhar por uma perda de poder e de iniciativa nos centros menores: o prestígio nacional significava a morte da liberdade municipal local. O próprio território nacional passou a ser o elo de ligação entre grupos, corporações, cidades diversas: a nação era uma sociedade abrangente, na qual se entrava desde o nascimento. Os novos teóricos do direito, como mostrou Gierke, eram impelidos a negar que as comunidades locais e os corpos corporativos tinham existência própria: a família era o único grupo, fora do Estado, cuja existência era considerada válida em si mesma, o único grupo que não necessitava da generosa permissão do soberano para exercer suas funções naturais.

Tão logo o poder político foi dessa forma consolidado, os privilégios econômicos passaram a ser obtidos pelos indivíduos, não da cidade, mas do príncipe; e podiam ser exercidos, via de regra, em qualquer parte do reino. Depois do século XVI, por isso mesmo, as cidades que mais rapidamente aumentavam de população, superfície e riqueza eram aquelas que abrigavam uma corte real: a fonte do poder econômico. Cerca de uma dúzia de cidades alcançou rapidamente um tamanho não atingido na Idade Média, nem sequer por um punhado delas: em pouco tempo, Londres tinha 250 000 habitantes, Nápoles, 240 000, Milão, mais de 200 000, Palermo e Roma, 100 000, Lisboa, sede de uma grande monarquia, mais de 100 000; similantemente, Sevilha, Antuérpia e Amsterdam; ao passo que Paris, em 1594, tinha 180 000.

À medida que os grandes Estados do mundo moderno tomavam forma, as capitais continuavam a monopolizar a população. No século XVIII, entre as cidades de mais de 200 000 habitantes incluíam-se Moscou, Viena, São Petersburgo e Palermo, ao passo que, já nas casas dos 100 000 contavam-se Varsóvia, Berlim e Copenhague. Pelos fins do século XVIII, Nápoles tinha 433 930 habitantes, Paris cerca de 600 000, e Londres mais de 800 000; ao passo que cidades comerciais, como Bristol e Norwich, ou as cidades industriais como Leeds,

Manchester, Iserlohn e Paderborn, na sua maior parte, continuavam pequenas em tamanho: isto é, com menos de 50 000 habitantes.

A cidade comercial de Hamburgo e a cidade industrial de Lyon, ambas com sólidas fundações medievais e uma vida econômica continuada, constituem as principais exceções, pois ambas tinham mais de 100 000 habitantes, no princípio do século XIX; mas, até então, não representavam as formas dominantes do poder político e financeiro. O aumento de tamanho e dimensões, nas operações financeiras e políticas, propagou-se a outros departamentos: Roma gabava-se de um hospital com acomodações para 450 enjeitados, 500 meninos e 1000 leitos para pacientes num único aposento: uma perda total da dimensão humana, com a mecanização correspondente das relações pessoais.

Em contraste com o regime medieval, o poder e a população não mais se achavam dispersos e descentralizados. Apenas nos países germânicos, o tipo mais antigo de economia municipal chegou efetivamente a perdurar, e a consolidação da Prússia-Brandemburgo, no século XVII, mudou a forma das coisas mesmo ali. O Estado crescia à custa das partes componentes; a capital crescia fora de toda proporção com as cidades provinciais, e, em medida não pequena, à custa delas. Quando as municipalidades se tornaram importantes, o controle local precisou ser suplementado pela legislação nacional e, finalmente, nada pôde ser feito sem a ajuda e sanção da autoridade central. Embora as capitais naturais fossem, em geral, situadas em pontos de especial vantagem para o comércio e a defesa militar — já que tais elementos entraram originariamente na sua escolha —, os governantes barrocos lançaram mão de todos os poderes do Estado para confirmar essas vantagens. Onde faltava um centro natural, imitaram à distância o colossal capricho de Pedro, o Grande, na fundação de São Petersburgo.

Em suma, a modificação das cidades cessou, ou pelo menos aquela atividade foi em grande parte transferida, entre os séculos XVI e XIX, para o Novo Mundo. A construção de cidades já não era, para uma classe crescente de pequenos artesãos e mercadores, um meio de obter liberdade e segurança. Ao contrário, era um meio de consolidar o poder político num único centro nacional, posto diretamente sob o olhar do rei e impedindo que tal desafio à autoridade central se levantasse noutra parte, em centros dispersos, mais difíceis de controlar. A época das cidades livres, com a sua cultura amplamente difusa e seus modos relativamente democráticos de associação, cedeu lugar à era das cidades absolutas: alguns centros que cresceram desordenadamente, deixando às demais cidades o direito de aceitar a estagnação ou de se iludir em gestos desesperados de subserviente imitação.

5. Instrumentos de Coerção

No crescimento do Estado moderno, o capitalismo, a técnica e a guerra desempenham uma parte decisiva; contudo, é impossível atribuir um papel preponderante a qualquer um deles: cada um se desenvolveu graças a pressões internas e em resposta a um meio comum; e o Estado se desenvolveu com eles.

Como nasceram as modernas doutrinas do poder político absoluto? Por que o déspota político emergiu tão facilmente das concentrações do capital econômico e da autoridade política que tiveram lugar na cidade italiana do século XIV, onde mais de uma guilda, mais de uma família, lutavam para conseguir aquela posição? Como a moda do despotismo, criando grandes déspotas como os Tudores e pequeninos déspotas como os governantes menores dos Estados germânicos, se propagou pela Europa — déspotas que têm seus correspondentes, algumas vezes suas origens, nos novos homens de negócios e financeiros? Existe outra maneira de denominar essa crença cada vez maior no poder absoluto: poder-se-ia chamar-lhe a ilusão da pólvora.

O velho truísmo segundo o qual a pólvora trouxe a ruína do feudalismo está longe de ser verdadeiro. Embora a independência feudal não pudesse resistir à centralização do poder em monarquias nacionais, a pólvora teve o efeito de dar aos aristocratas feudais uma nova posição privilegiada na vida, socorrendo-os da pressão das cidades muradas; pois a pólvora aumentou o alcance, o poder e a mobilidade dos soldados profissionais — e a profissão das armas era a antiqüíssima profissão do chefe feudal. Num sentido muito real, todavia, a introdução da pólvora, no princípio do século XIV, aquele século que solapou tantas instituições medievais, foi como o dobre de finados das cidades livres.

Até aquele tempo, a segurança se baseara principalmente no simples fosso e na muralha, defesa suficiente contra os guerreiros assaltantes, que não conduziam instrumentos pesados de ataque. Uma cidade bem fortificada era virtualmente inexpugnável: ainda no tempo de Maquiavel, observara ele que “as cidades da Alemanha... são de tal modo fortificadas que... reduzi-las seria tedioso e difícil, pois todas têm os necessários fossos e bastiões, artilharia suficiente e sempre mantêm nos armazéns públicos comida, bebida e combustível para um ano”.

Até o século XV, a defesa predominava sobre o ataque. O avançado tratado de Alberti sobre o planejamento de cidades (1485) não trata do canhão, e a nova arte da fortificação desempenhava apenas um papel sem importância. Na verdade, era tão imperfeita a artilharia, e usada com tão pouca perícia, a princípio, como observa Guicciardini, que o sítio de cidades era lento e incerto; e, até a invasão francesa da Itália ao tempo de Carlos VIII, com um número sem precedentes de soldados, 60 000, e com balas de canhão, de ferro em vez de pedra, tudo isso a se deslocar a uma velocidade até então

não imaginada — até que isso aconteceu, as cidades se achavam em pé de igualdade, ou antes, mais que em pé de igualdade com os grupos atacantes. A partir de então, as condições se inverteram; embora uma bala de canhão não-explosiva, que o canhão do defensor poderia utilizar, causasse muito poucos danos quando atirada sobre uma companhia de homens, podia provocar grandes danos quando usada no ataque para abrir uma muralha ou derrubar um teto. A nova artilharia do fim do século XV tornou vulneráveis as cidades; e sua antiga forma de defesa, em colinas inacessíveis ou em encostas, apenas as tornava alvos mais visíveis: assim, a cidade “inexpugnável” do princípio da Idade Média era ainda mais fácil de vencer que a sua sucessora fortificada.

Na tentativa de igualar as condições militares, as cidades, a partir desse ponto, foram compelidas a abandonar o seu antigo sistema de muralhas simples, defendidas em sua maior parte por uma soldadesca composta de cidadãos. Foram forçadas a contratar soldados, para que pudessem avançar e dar combate ao inimigo em campo aberto; e, após a bem-sucedida defesa de Milão por Próspero Colonna em 1521, foram obrigadas a adotar os novos métodos de fortificação que tinham sido ali elaborados pelos engenheiros militares italianos. Perúgia, com suas torres protetoras, “como os dedos da mão de um homem”, havia dado o exemplo, segundo Alberti.

Aquelas novas fortificações eram muito mais complicadas que antigas muralhas: tinham revelins, ressaltos, bastiões, em forma de pontas de lança, que permitiam tanto à artilharia quanto à infantaria armada penetrar nas fileiras das forças atacantes, de qualquer lado que pudessem aproximar-se. Levando os mosquetes dos defensores às posições mais avançadas, podiam teoricamente pôr a própria cidade, cuja circunferência ficaria muitas centenas de metros para trás, fora do alcance da mais poderosa arma do inimigo. Durante cerca de dois séculos, aquelas engenhosas defesas pareceram promover segurança: mas, como tantas outras formas de proteção militar, impuseram um temível encargo social à população protegida e acabaram por se tornar responsáveis, em numerosas cidades, por aquele sórdido atavismo que tão freqüentemente se tem reprovado na cidade *medieval*.

Em vez da simples muralha de alvenaria, que um pedreiro construtor de casas comuns podia planejar ou erigir, tornava-se necessário agora criar um complicado sistema de defesa que exigia grande conhecimento de engenharia e vasto dispêndio de dinheiro. Tais fortificações, difíceis de construir, eram ainda mais difíceis de alterar, a não ser a um preço proibitivo. As antigas muralhas podiam ser estendidas, para incluir um subúrbio: não prejudicavam o crescimento e adaptação naturais. Mas as novas fortificações impediam a expansão lateral. Nas cidades dos séculos XVI e XVII, as fortificações devem ter tido sobre as finanças o mesmo efeito que tão freqüentemente teve a construção de vias subterrâneas e expressas sobre as modernas metrópoles:

impunham um encargo intolerável à municipalidade e a expunham à ajuda exorbitante do financista.

Mesmo num regime centralizado, como na França, os habitantes de Metz ofereceram gratuitamente seus serviços, para que pudessem realizar, com um gasto de 25 000 libras, uma obra que, de outra forma, teria custado 50 000: um esforço voluntário para fugir a pesadas imposições financeiras. A despeito do emprego freqüente do trabalho forçado, na França, o custo social não era desprezível. Despesas improdutivas de capital, desviando energia da produção de bens de consumo, drenam os recursos de um povo, mesmo quando o custo não se expressa em termos de dinheiro. Talvez uma das grandes vantagens das cidades inglesas, após o século XVI, que ajudou a Inglaterra na corrida em busca da supremacia comercial, foi o fato de que só elas estavam livres daquela sangria dos seus recursos.

Não menos desastrosos que os custos financeiros da construção foram os resultados diretos sobre a própria população. Ao passo que a cidade anti-quada era dividida em quarteirões e praças e depois rodeada por uma muralha, a nova cidade fortificada era planejada desde o princípio como fortificação, ficando a cidade confinada naquela camisa-de-força. O espaço ocupado pelas novas fortificações era, em geral, maior que o ocupado pela cidade inteira. Em Estrasburgo, durante a Idade Média, segundo Eberstadt, fizeram-se não menos de quatro prolongamentos da muralha da cidade, entre 1200 e 1450. Mas a população cresceu três vezes entre 1580 e 1870, sem qualquer mudança no seu traçado. Velha ou nova, suas oportunidades de expansão estavam acabadas. O novo crescimento só poderia verificar-se em sentido vertical; e nenhum burguês prudente construiria sua casa fora dos muros, numa possível terra-de-ninguém. Administradores como Richelieu, aliás, mandavam que todos os edifícios fossem arrasados, no território que rodeava uma cidade fortificada: a cidade estendia-se, como acontecia em Paris até faz pouco tempo, no meio de um deserto de terras não construídas, sujeitas ao fogo de artilharia.

As novas fortificações não só fizeram afastar-se os subúrbios, jardins e pomares para tão longe da cidade que não podiam ser convenientemente alcançados, exceto pelas classes mais ricas, as quais podiam dar-se ao luxo de possuir cavalos: os espaços abertos interiores eram rapidamente cobertos por construções, quando a população era impelida das terras contíguas, pelo medo e pelo desastre, ou pela pressão do enclausuramento e do monopólio da terra. Aquele novo congestionamento provocou a destruição dos padrões medievais de espaço e construção em algumas das cidades que conservaram sua forma medieval e que a preservaram por mais tempo. Na verdade, o congestionamento começara nas capitais, antes mesmo do século XVII. Stow nota que, em Londres, as construções de pedra estavam sendo substituídas por edificações de madeira, para poupar o espaço tomado pelas paredes de

pedra, mais pesadas, e prédios de quatro e cinco pavimentos tomavam o lugar dos de apenas dois. (A mudança da alvenaria para a estrutura de aço teve lugar na cidade americana do fim do século XIX pela mesma razão.) Mas, no século XVII, tais práticas tornaram-se universais: a construção sistemática de altas moradias coletivas teve início — com cinco ou seis pavimentos na velha Genebra ou em Paris, algumas vezes oito, dez ou mais, em Edimburgo.

Essa pressão da competição em busca do espaço forçou a subida dos valores das terras nas capitais políticas. O elevado valor das terras, como em Berlim, desde o tempo de Frederico, o Grande, se petrificou sob a forma de um mau padrão de alojamento: sobrepovoamento da terra, ausência de lugares para as crianças brincarem, falta de luz, de ar, de acomodação interior: aluguéis caros. O alojamento em cortiços, para uma grande parte da população, não simplesmente para mendigos, ladrões, trabalhadores casuais e outros proscritos, tornou-se a moda característica da cidade crescente do século XVII. A existência desses cortiços desafiava os elevados princípios estéticos dos arquitetos e construtores, pela mesma forma que o emprego freqüente dos corredores de Versalhes como mictórios comuns desafiava as exorbitantes pretensões estéticas daquela corte.

No século XVI, as práticas dos engenheiros italianos dominaram a construção de cidades. O tratado de Dürer sobre fortificações urbanas empresta apenas ligeira atenção à cidade propriamente dita; e, na maioria dos outros livros e planos sobre o assunto, a cidade é tratada como apêndice da forma militar: é, por assim dizer, o espaço "não-ocupado" que restou. Leonardo da Vinci, como Palladio, tratou, em seus cadernos, da cidade propriamente dita, sugeriu a separação de vias para pedestres das artérias de tráfego pesado e chegou a ponto de insistir para que o duque de Milão padronizasse a produção em massa de casas para os trabalhadores. Mas, a despeito dessas férteis sugestões, suas contribuições para a arte de construir cidades permanecem reduzidas e incidentais, comparadas com seu extraordinário zelo em aperfeiçoar a arte da fortificação e do ataque. É fácil ver onde tanto a oportunidade quanto a energia criadora se encontravam.

O novo movimento veio encontrar o seu apogeu nos tipos de fortificação imaginados no século XVII, sob o grande engenheiro Sébastien Vauban — um traçado tão formidável que, para miná-lo e destruí-lo, tornou-se necessário um novo corpo de exército, o dos mineiros e sapadores, também organizados por Vauban. Embora a arte da fortificação tivesse provocado intermináveis sacrifícios, entrou em colapso pouco depois de ter evoluído até essa forma final. O novo óculo de alcance melhorou o fogo de artilharia; e a crescente mobilidade dos suprimentos, por meio de canais e estradas, e a organização de um comissariado responsável, deram ímpeto ao exército móvel. Entremetidos, o próprio Estado territorial passara a ser a "Cidade" que tinha de ser

defendida. O desperdício econômico dessa perversão militar permaneceu sem rival até a insensata bomba nuclear e o aperfeiçoamento dos foguetes, em nosso próprio período.

6. A Guerra, Construtora de Cidades

O desenvolvimento da arte da fortificação transferiu a ênfase da construção da arquitetura para a engenharia, do desenho estético para os cálculos materiais de peso, número e posição: prelúdio às técnicas mais amplas da máquina. Mas, de forma essencial, alterou o quadro urbano, do curto mundo da cidade medieval, com suas distâncias que se cobrem a pé, suas perspectivas fechadas, seu espaço interrompido, para o mundo largo da política barroca, com seu fogo de artilharia a longa distância, seus veículos de rodas e seu crescente desejo de ganhar o espaço e se fazer sentir do outro lado do mundo.

No antigo esquema medieval, a cidade crescia horizontalmente: as fortificações eram verticais. Na ordem barroca, as cidades, confinadas por suas fortificações, só podiam crescer para cima, em altas moradias coletivas, depois de recobrir seus quintais: foi a fortificação que continuou a se expandir, mais ainda porque os engenheiros militares tinham descoberto, após uma pequena experiência, que o fogo de canhão com projéteis não-explosivos pode ser melhor aparado, não por meio de pedras ou tijolos, mas por uma substância maleável, como a terra: assim, os revelins tinham mais importância que os tradicionais baluarte, bastião e fosso. Ao passo que, nas antigas fortificações barrocas, a distância entre o fundo do talude até o exterior do parapeito era de 80 metros, no clássico forte construído por Vauban em Neuf-Brisach, era de 214 metros. Aquele perímetro não utilizável não só representava um desperdício de preciosas terras urbanas, mas era também um obstáculo espacial a se alcançar o campo aberto facilmente, para respirar ar puro. Assim, a expansão horizontal era uma expressão orgânica tanto do desperdício quanto da indiferença à saúde, que caracterizaram o regime inteiro.

Boa parte das novas táticas da vida brotou de um impulso no sentido da destruição: a destruição de largo alcance. A piedade cristã e a cupidez capitalista combinaram-se para impelir os novos conquistadores através dos mares, para saquear a Índia, o México e o Peru; enquanto que o novo tipo de fortificação, o novo tipo de exército, o novo tipo de oficina industrial, melhor ilustrados no vasto arsenal e nas fábricas de armas, conspiravam para acabar com os modos relativamente cooperativos da cidade protegida e destruir sua escala. A proteção deu lugar à exploração desenfreada: em lugar da segurança, os homens procuravam a aventureira expansão e conquista. E o proletariado doméstico era sujeito a uma forma de governo não menos inexorável e auto-

crática do que aquela que veio reduzir a uma massa disforme as civilizações bárbaras da América do Norte e do Sul.

A guerra apressou todas essas transformações; fixou o ritmo de desenvolvimento para todas as demais instituições. Os novos exércitos regulares, vastos, poderosos e temíveis em tempo de paz, transformaram a própria guerra de atividade espasmódica em atividade contínua. A necessidade de forças guerreiras mais custosas pôs a cidade nas mãos de oligarquias onzenárias que financiavam as políticas malévolas dos governantes, viviam suntuosamente dos lucros e despojos e procuravam reforçar sua posição dando apoio ao despotismo subsequente. Numa crise econômica, as armas da soldadesca alugada podiam ser voltadas, ao primeiro sinal de rebeldia, contra os miseráveis súditos. (Os ingleses, como os holandeses, mais cedo que os outros países, escaparam ao padrão barroco, pagando na mesma moeda ao seu governante despótico.)

Na Idade Média, o soldado fora obrigado a dividir sua força com o artífice, o mercador, o sacerdote. Agora, na política dos Estados absolutistas, toda lei tinha-se com efeito transformado em lei marcial. Quem quer que estivesse em condições de financiar o exército e o arsenal era capaz de se tornar senhor da cidade. Os tiros simplificaram a arte de governar: eram um meio rápido de pôr fim a uma discussão embaraçosa. Em vez de aceitar as acomodações comuns que asseguram a sadia manifestação de diversidade de temperamento, de interesse e de crença, as classes dominantes podiam prescindir de tais métodos de dar e tomar: seu vocabulário só reconhecia o "tomar".

O rifle, o canhão, o exército regular ajudaram a produzir uma raça de governantes que não reconhecia outra lei senão a de sua própria vontade e capricho — aquela refinada raça de déspotas, ora imbecis, ora talentosos, que elevaram as suspeitas e ilusões do estado paranóico à condição de um ritual de compulsão. Hoje, seus imitadores totalitários e quase totalitários, com ilusões não menores mas com capacidade maior de destruição, já ameaçam a própria existência da raça humana.

A transformação da arte da guerra deu aos governantes nacionais uma poderosa vantagem sobre as corporações e grupos reais que constituem uma comunidade. Fez mais que qualquer outra força para alterar a constituição da cidade. O poder passou a ser sinônimo do número. "A grandeza de uma cidade — observava Botero — é considerada como sendo não o tamanho do sítio ou o circuito das muralhas, mas a multidão e o número de habitantes e o seu poder." O exército, recrutado para a guerra permanente, tornou-se um novo fator no Estado e na vida da capital. Em Paris e Berlim, como em outros centros menores, esses exércitos regulares criaram a exigência de formas especiais de habitações, já que os soldados não podiam estar permanentemente aquartelados no seio da população sem provocar uma sensação de agravo.

Os alojamentos militares têm na ordem barroca quase o mesmo lugar

que o mosteiro na ordem medieval: e os Campos de Parada — por exemplo, o novo Champ de Mars, em Paris — eram tão freqüentes nas novas cidades como o próprio Marte na pintura renascentista. A rendição de sentinelas, a instrução, os desfiles passaram a constituir um dos grandes espetáculos de massa, para o populacho cada vez mais servil: o clangor da corneta, o rufar do tambor, foram ruídos tão característicos dessa nova fase da vida urbana como o dobrar dos sinos o fora na cidade medieval. O traçado das grandes *Viae Triumphales*, avenidas por onde podia marchar um exército vitorioso com o máximo efeito sobre o espectador, foi um passo inevitável no replanejamento das novas capitais: notadamente em Paris e Berlim. Tanto simbólica quanto praticamente, estabelecia o planejamento que todas as coisas se achavam “sob controle”.

Juntamente com os quartéis e campos de instrução, que ocupam sítios tão vastos nas grandes capitais, surgem os arsenais. No século XVI, um número extraordinário de tais edifícios foi erigido. Por volta de 1540, Francisco I construíra onze arsenais e paióis de pólvora: essa atividade prosseguiu, num ritmo mais intenso ou mais lento, em todas as demais capitais. Os soldados, como mostrou Sombart, são puros consumidores; mesmo quando em ação, são produtores negativos. A sua demanda de alojamentos era acompanhada pela exigência de provisões, bebidas e roupas, em escala semelhante. Daí as aglomerações de casas públicas e o exército de alfaiates ao redor dos quartéis; aliás, acaba brotando um segundo exército permanente de lojistas, alfaiates, taverneiros e meretrizes — cujos membros mais miseráveis devem sua situação, talvez, ao efeito da sucessão interminável de conflitos militares que agitaram a Europa e alcançaram seu ponto culminante no século XVIII. (Veja-se o bem-feito resumo estatístico de Pitirim Sorokin, em seu livro *Dinâmica Social e Cultural*.)

Não subestimemos a presença de uma guarnição militar como agente construtor de cidades. Um exército permanente é um corpo de consumidores que faz exigências em massa. Em 1740, a população militar de Berlim somava 21 309, de um total de aproximadamente 90 000 pessoas: quase uma quarta parte. A presença dessa massa de seres humanos mecanizados e condicionados à obediência teria necessariamente de atingir todos os demais aspectos da vida. O exército oferecia o modelo da sua disciplina a outras formas de coerção política: o povo adquiriu o hábito de aceitar o latido agressivo do sargento instrutor e as maneiras brutais e arrogantes das classes superiores; foram elas copiadas pelos novos industrialistas, que governavam suas fábricas como déspotas absolutos. Hutton, na sua história de Birmingham, conta como o senhor do feudo em “1728. . . apoderou-se de um edifício público chamado Leather-Hall e converteu-o ao seu uso privado. (. . .) O guarda chamou os habitantes para reivindicar seus direitos, mas nenhum apareceu, o Lord sorriu da sua imbecilidade e ficou com a propriedade”. Por sob o verniz superficial

das maneiras da classe superior barroca, há a ameaça constante de uma disciplina pesada e coercitiva. Essas duas qualidades penetram por todos os aspectos de sua vida, inclusive o seu luxo e a sua tolice.

7. A Ideologia do Poder

Os dois braços desse novo sistema são o exército e a burocracia: são o apoio temporal e espiritual de um despotismo centralizado. Ambos os agentes deveram grande parte da sua influência a um poder maior e mais penetrante, o da indústria e das finanças capitalistas. É preciso recordar, com Max Weber, que a administração racional de impostos foi uma realização das cidades italianas, no período *posterior* à perda da sua liberdade. A nova oligarquia italiana foi o primeiro poder político a ordenar as suas finanças de acordo com os princípios da contabilidade mercantil — e dentro em pouco, a delicada mão italiana do perito em impostos e administrador financeiro pôde ser observada em todas as capitais européias.

A mudança de uma economia de mercadorias para uma economia monetária aumentou grandemente os recursos do Estado. O monopólio dos aluguéis, a participação nos resultados da pirataria e do banditismo, os despojos da conquista, o monopólio de privilégios especiais na produção e venda, por meio de patentes concedidas pelo Estado, a aplicação deste último sistema às invenções técnicas — todos esses recursos abarrotaram os cofres do soberano. Aumentar as fronteiras do Estado era aumentar a população sujeita à tributação: aumentar a população da capital era aumentar a renda da terra. Ambas as formas de aumento puderam ser afinal traduzidas em termos de acúmulo de moeda no tesouro central. Não só tornaram-se os governos reais capitalistas nas suas operações, fundando indústrias próprias, de armas, de porcelanas e de tapeçarias, como também procuraram, dada a noção de uma “balança de comércio favorável”, criar um sistema de exploração em que cada Estado soberano receberia mais em troca, em medida de ouro, do que tinha dado: a clássica economia colonial.

O capitalismo, por sua vez, tornou-se militarista: apoiava-se nas armas do Estado quando não mais podia especular com vantagem sem elas: tais os fundamentos da exploração e do imperialismo colonialista. Acima de tudo, o desenvolvimento do capitalismo introduziu em todos os departamentos hábitos seculares de pensamento e métodos definitivos de apreciação: foi essa a urdidura exigente, ordenada, superficialmente eficaz, sobre a qual os moldes complicados e resplandecentes da vida barroca foram trabalhados. As novas classes mercantis e de banqueiros acentuavam o método, a ordem, a rotina, o poder, a mobilidade, hábitos que, todos eles, tendiam a aumentar o domínio prático efetivo. Jacob Fugger, o Velho, mandou até mesmo fazer um con-

junto de petrechos especialmente planejado para viagens, que continha um compacto serviço de jantar, eficientemente organizado: nada era deixado ao acaso.

A uniformidade da tinta que estampava a moeda, na Casa Nacional da Moeda, passou a ser um símbolo dessas qualidades emergentes na nova ordem. Florença ganhou fama internacional e especial situação no comércio, por cunhar seus florins de ouro com peso uniforme e honesto. Interesses que mais tarde foram sublimados e alargados, na ciência física, revelaram-se pela primeira vez no escritório do guarda-livros: a importância dada pelo mercador à matemática e a erudição — ambas tão necessárias ao comércio à longa distância, por meio de agentes pagos, a agir segundo instruções escritas —, tornou-se o ingrediente fundamental da nova educação nas escolas primárias. Não foi por acaso que Newton, o físico, tornou-se chefe da moedagem, ou que os mercadores de Londres ajudaram a fundar a Real Sociedade e levaram a efeito experiências em física. Essas disciplinas mecânicas eram, na realidade, inter-substituíveis.

Por trás dos interesses imediatos do novo capitalismo, com seu amor abstrato ao dinheiro e ao poder, teve lugar uma mudança em toda a estrutura conceptual. E a primeira delas foi uma nova concepção do espaço. Um dos grandes triunfos da mentalidade barroca foi organizar o espaço, tornando-o contínuo, reduzindo-o à medida e à ordem, estendendo os limites da grandeza, para abranger o extremamente remoto e o extremamente pequeno; finalmente, associando o espaço ao movimento e ao tempo.

Essas transformações foram formuladas inicialmente pelos pintores, arquitetos e desenhistas de cenários, a partir de Alberti, Brunelleschi, Uccello e Serlio. Enquanto os realistas flamengos, trabalhando num meio de adiantadas indústrias de fiação, tinham aguda percepção de espaço, coube os italianos, no século XV, organizar o espaço em linhas matemáticas, dentro de dois planos, a moldura do primeiro plano e a da linha do horizonte. Não se limitaram eles a correlacionar a distância com a intensidade de colorido e a qualidade da luz, mas com movimento de corpos através da terceira dimensão projetada. Essa aproximação de linhas e sólidos até então não relacionados, dentro da moldura retangular barroca — no que se distingue dos limites freqüentemente irregulares da pintura medieval —, foi contemporânea da consolidação política do território dentro da estrutura coerente do Estado. Mas o desenvolvimento da linha reta de construções, como meio de exprimir o movimento uniforme, teve lugar pelo menos um século antes da construção de fachadas verdadeiras, em avenidas visualmente sem limites.

De igual forma, o estudo da perspectiva derrubou a muralha limítrofe, estendeu a distância para o horizonte e concentrou a atenção nos planos afastados, muito antes que a muralha fosse abolida como característica do planejamento urbano. Foi esse um prefácio estético às grandes avenidas de

estilo barroco, que tinham, quando muito, um obelisco, um arco ou uma construção isolada, onde iriam concentrar-se os raios convergentes das linhas de cornija e dos limites do calçamento. A perspectiva longa e a vista para dentro do espaço — aquelas características típicas do planejamento barroco — foram descobertas inicialmente pelo pintor. O ato de passagem é mais importante que o objeto alcançado: há interesse mais profundo no primeiro plano do Palácio Farnese do que na fachada desajeitada que coroa a colina. A nova janela renascentista é, decididamente, uma moldura de quadro, e a pintura renascentista, uma janela imaginária, que, na cidade, faz com que se esqueça a monotonia do pátio que uma abertura real iria revelar.

Se os primeiros pintores demonstraram a matemática cartesiana antes de Descartes, no seu sistema de coordenadas, o sentido geral de tempo igualmente tornou-se mais matemático. A partir do século XVI, o relógio doméstico difundiu-se nas moradias das classes superiores. Mas, ao passo que o espaço barroco convidava ao movimento, à viagem, à conquista pela velocidade — haja visto os primeiros carros a vela e velocípedes e as posteriores *promenades aériennes* ou montanhas russas —, o tempo barroco não tinha dimensões: era um contínuo, de momento para momento. O tempo exprimia-se não como algo cumulativo e contínuo (*durée*), mas como *quanta* de segundos e minutos: deixava de ser a existência. O costume social da época barroca é a moda, que muda cada ano; e, no mundo da moda, um novo pecado foi inventado — o de não estar em dia com ela. O seu instrumento prático foi o jornal, que trata de “acontecimentos” do dia-a-dia, dispersos e logicamente incongruentes, sem nenhuma conexão subjacente exceto a contemporaneidade. Se, na ordem espacial, os modelos repetitivos assumiram um novo significado — colunas nas frontarias dos prédios, fileiras de homens em desfile —, com o tempo a ênfase permanece na novidade e no não-repetitivo. Quanto ao culto arqueológico do passado, era, evidentemente, não uma recuperação da História, mas uma negação da História. A História verdadeira não pode ser recuperada, exceto quando entra numa nova vida, com uma nova forma.

As abstrações de dinheiro, perspectiva espacial e tempo mecânico forneceram a estrutura que abrangia a nova vida. A experiência, progressivamente, foi-se reduzindo apenas àqueles elementos que eram capazes de ser destacados do todo e medidos em separado: os contadores convencionais tomaram o lugar dos organismos. O que era real era aquela parte da experiência que não deixava resíduos melancólicos; e nada que não se pudesse exprimir em termos de sensações visuais e ordem mecânica valia a pena de se exprimir. Na arte, a perspectiva e a anatomia; na moral, a casuística sistemática dos jesuítas; na arquitetura, a simetria axial, a repetição formalística, as proporções fixas das Cinco Ordens; e na construção de cidades, o plano geométrico complicado. Tais são as novas formas.

Não me interpretem mal. A época de análise abstrata foi uma época de

brilhante esclarecimento intelectual. O novo sistema de tratar de fragmentos matematicamente analisáveis, em vez de tratar de totais, proporcionou os primeiros meios coletivos inteligíveis de abordar esses totais: um instrumento tão útil como a contabilidade de partidas dobradas no comércio. Nas ciências naturais, o método de abstração analítica levou à descoberta de unidades que podiam ser investigadas rápida e acuradamente *somente porque* eram desmembradas, fragmentárias, incompletas. O que se ganhou em capacidade de pensamento sistemático e na previsão acurada de acontecimentos físicos iria justificar-se no século XIX numa série de poderosos progressos da técnica.

Mas, na sociedade, o hábito de pensar em termos de abstrações operou de forma desastrosa. A nova ordem estabelecida nas ciências físicas era por demais limitada para descrever ou interpretar fatos sociais e, até o século XIX, o próprio desenvolvimento legítimo da análise estatística desempenhou pequeno papel no pensamento sociológico. Homens e mulheres reais, corporações e cidades verdadeiras eram tratados pela lei e pelo governo como se fossem corpos imaginários; ao passo que ficções arrogantes, como Direito Divino, Governo Absoluto, Estado, Soberania, eram tratadas como se fossem realidades. Libertado de seu sentimento de dependência da corporação e da vizinhança, o "indivíduo emancipado" era dissociado e não localizado: um átomo de força, a procurar rudemente aquilo que a força podia dominar. Como a busca de poder financeiro e político, a noção de limites desapareceu — limites em números, limites em riqueza, limites em crescimento de população, limites em expansão urbana; pelo contrário, passou a predominar a expansão quantitativa. O mercador não pode ser demasiado rico; o Estado não pode possuir demasiado território; a cidade não pode tornar-se demasiado grande. O triunfo na vida identificava-se com a expansão. Essa superstição conserva ainda sua força na idéia de uma economia em indefinida expansão.

Botero, contemporâneo desse fenômeno, percebeu as suas conseqüências. "Os fundadores de cidades — disse ele —, considerando que as leis e a disciplina civil não podiam ser facilmente conservadas e guardadas onde enxameava uma vigorosa multidão de pessoas (pois as multidões realmente criam e provocam confusão), limitaram o número de cidadãos além do qual supunham que a forma e a ordem do governo, que procuravam conservar dentro das suas cidades, não pudessem mais ser mantidas. Mas os romanos, supondo que o poder (sem o qual uma cidade não pode ser mantida por muito tempo) consiste, na sua maior parte, da multidão de pessoas, lutavam por todos os métodos e meios que podiam para tornar grande o seu país." Isso diz tudo.

No desejo de ter mais súditos — isto é, de mais carne para canhão, mais vacas leiteiras para pagar impostos e rendas —, os desejos do príncipe coincidiavam com os dos capitalistas que estavam à procura de mercados maiores e mais concentrados, cheios de insaciáveis consumidores. A política do poder

e a economia do poder reforçavam-se mutuamente. As cidades cresciam: os aluguéis subiam; os consumidores multiplicavam-se; os impostos aumentavam. Nenhum desses resultados foi obra do acaso.

Lei, ordem, uniformidade — tudo isso são, pois, produtos especiais da capital barroca; mas a lei existe para confirmar a situação e assegurar a posição das classes privilegiadas; a ordem é uma ordem mecânica, baseada não no sangue, na vizinhança ou nas finalidades de parentesco e nas afeições, mas na sujeição ao príncipe reinante; e quanto à uniformidade — é a uniformidade do burocrata, com seus escaninhos, seus processos, sua papelada, seus numerosos métodos de regularizar e sistematizar a coleta de impostos. Os meios externos de impor esse padrão de vida acham-se no exército; seu braço econômico é a política capitalista mercantil; e suas instituições mais típicas são o exército permanente, a bolsa, a burocracia e a corte.

Assim, os governantes barrocos voltaram a enunciar todas as instituições da implosão urbana original, e mesmo, em certos casos, a união dos poderes sagrado e temporal numa igreja do Estado, presidida por um rei de designação divina. O antigo deus da cidade tornava-se agora uma divindade nacional, assim como as antigas muralhas da cidade passavam a ser as "fronteiras nacionais". Aquele deus renovou as demandas originais de tributos e sangue humano. "Le Roi Soleil" aproximou-se tanto quanto permitia a teologia cristã de ser um verdadeiro Deus-Sol.

8. O Movimento e a Avenida

Já que estou tratando de uma época de abstrações, proponho-me acompanhar o seu estilo. Tratarei da parte, antes de discutir o todo. Primeiro, a avenida: depois, as instituições e edificações separadas; só depois disso a cidade, como unidade estética, se não uma unidade social completa.

A avenida é o símbolo mais importante e o fato capital no que diz respeito à cidade barroca. Nem sempre era possível planejar toda uma cidade nova no estilo barroco, mas, no traçado de meia dúzia de novas avenidas ou de um bairro novo, seu caráter podia ser redefinido. Na evolução linear da planta da cidade, o movimento de veículos de roda desempenhou papel crítico; e a generalizada geometrização do espaço, tão característica do período, teria sido inteiramente sem função, não houvesse facilitado o movimento do tráfego e dos transportes, ao mesmo tempo que servia como manifestação do sentido dominante de vida. Foi durante o século XVI que os carros e carroças tiveram uso mais generalizado dentro das cidades. Isso foi, parcialmente, o resultado de melhoramentos técnicos que substituíram a antiga roda sólida pela roda construída de partes separadas, cubo, raios, arco, e acrescentou uma quinta roda para facilitar as voltas.

A introdução de veículos de roda sofreu resistência, precisamente como sofreu resistência a da estrada de ferro, três séculos depois. Evidentemente, não eram as ruas da cidade medieval adaptadas, nem em tamanho nem em articulação, a esse tipo de tráfego. Na Inglaterra, conta-nos Thomas, fizeram-se protestos vigorosos, e ficou assentado que, se os carros dos cervejeiros tivessem permissão para entrar nas ruas, o calçamento não poderia ser conservado; ao passo que, na França, o parlamento solicitou do rei, em 1563, que proibisse a entrada de veículos nas ruas de Paris — e o mesmo impulso chegou a mostrar-se uma vez mais no século XVIII. Não obstante, o novo espírito em voga na cidade estava do lado dos transportes rápidos. A aceleração do movimento e a conquista do espaço, o desejo febril de “chegar a alguma parte” eram manifestações da contagiosa ambição de poder. “O mundo — como observou Stow, quando a moda estava dominando em Londres — corre sobre rodas.” Massa, velocidade e tempo eram categorias de esforço social, antes que estivesse formulada a lei de Newton.

O movimento em linha reta ao longo de uma avenida não era meramente uma economia, mas um prazer especial: trazia para dentro da cidade o estímulo e a animação do movimento rápido, que até então só o cavaleiro tinha conhecido, ao galopar pelos campos ou através da floresta de caça. Era possível aumentar esteticamente esse prazer por meio da disposição regular de edifícios, com fachadas simétricas e cornijas uniformes, cujas linhas horizontais tendiam para o mesmo ponto distante, como aquele para o qual a própria condução estava rodando. Na caminhada, o olhar corteja a variedade, mas, em ritmo mais acelerado, o movimento exige repetição das unidades que se não de ver: somente assim é que a parte individual, à medida que se desloca velozmente, pode ser recuperada e reconstituída. O que seria monotonia, para uma posição fixa ou mesmo numa procissão, torna-se um correspondente necessário ao ritmo de andar dos cavalos rápidos.

Acentuando as exigências do tráfego sobre rodas, que se tornaram urgentes no século XVII, não desejo deixar de lado uma necessidade característica que se revelou num período ainda mais remoto: a necessidade de avenidas para a movimentação militar. Para citar de novo Alberti, distinguia ele entre ruas principais e secundárias. Às primeiras dava o nome — e o nome é importante — de *vias militares*, ou ruas militares: requeria que fossem retas. Quem quer que tenha conduzido um batalhão de homens através de uma cidade irregularmente urbanizada sabe da dificuldade de conduzi-lo em ordem marcial através das suas curvas e sinuosidades, particularmente quando as próprias ruas não são planas: inevitavelmente, o indivíduo sai do alinhamento e as colunas apresentam um aspecto desordenado. Para alcançar a máxima aparência de ordem e poder numa parada, é necessário dar a um corpo de tropa uma praça aberta ou uma avenida longa e sem interrupções.

Os novos urbanistas tinham as necessidades do exército constantemente em vista: Palladio secundou Alberti. Além de observar que as vias serão curtas e convenientes, se planejadas em linha reta, e tão largas que os cavalos e carros não sejam embarçados uns pelos outros ao se encontrarem, afirma Palladio que “as vias serão mais convenientes se forem feitas iguais por toda parte; vale dizer, que não haja nelas lugares onde os exércitos não possam marchar facilmente”. Essa rua desmesurada e uniforme, que iria tornar-se tão grande praga no desenvolvimento de vizinhanças nas cidades novas, e que iria fazer crescer tanto as despesas, tinha uma base puramente militar.

A definição que Palladio deu posteriormente à avenida militar é igualmente significativa: distinguia-a do tipo não-militar mostrando que passava pelo centro da cidade e levava de uma cidade a outra, e que “servem ao uso comum de todos os passantes, para dirigir carros ou passar exércitos em marcha”. Por isso mesmo, tratou Palladio apenas das ruas militares, porque as ruas não-militares devem ser reguladas segundo os mesmos princípios das vias militares, e quanto mais parecidas forem, “*mais recomendáveis serão*”. Em vista da importância do exército para as classes dominantes, não é de admirar que o tráfego militar fosse o fator determinante do novo planejamento das cidades, desde a primeira mutação, em Alberti, até a sobrevivência final, no traçado dos bulevares de Haussmann, em Paris.

O efeito estético das filas regulares e da linha reta de soldados é realçado pela regularidade da avenida: a linha de marcha ininterrupta contribui muito para a demonstração de força, e um regimento que assim se movimenta dá a impressão de que irromperá através de uma muralha, sem perder o passo. Tal é, decerto, exatamente a crença que o soldado e o príncipe desejam inculcar na população: ajuda-os a mantê-la em ordem, sem chegar a um exercício verdadeiro da força, que sempre contém a possibilidade clara de que o exército possa ser levado de vencida. Mais ainda, em ruas irregulares, mal pavimentadas, com grande quantidade de pedras soltas e lugares de esconder, as formações espontâneas de pessoas não treinadas levam vantagem sobre uma soldadesca adestrada: os soldados não podem atirar pelas esquinas nem podem proteger-se contra tijolos caídos do alto de chaminés, diretamente acima de suas cabeças; precisarão de espaço para fazer manobras. Não foram as antigas ruas medievais de Paris um dos últimos refúgios das liberdades urbanas? Não admira que Napoleão III sancionasse a destruição das ruas estreitas e dos *cul-de-sacs* e o arrasamento de bairros inteiros, para criar amplos bulevares: era essa a melhor proteção possível contra ataques partidos de dentro. Para governar apenas pela coerção, sem consentimento afeiçoado, é preciso que se dispoña do cenário urbano apropriado.

Na cidade nova ou nos acréscimos formais feitos aos centros antigos, o edifício serve de cenário para a avenida e esta é, essencialmente, um campo de

manobras: um lugar onde se podem reunir espectadores, nas calçadas ou nas janelas, para assistirem às evoluções, aos exercícios e às marchas triunfais do exército — e ficarem devidamente atemorizados e intimidados. As construções erguem-se a cada um dos lados, rígidas e uniformes, com soldados em posição de sentido: os soldados uniformizados marcham pela avenida afora, eretos, formalizados, repetitivos: uma construção clássica em movimento. O espectador permanece fixo. A vida marcha diante dele, sem necessitar da sua licença, sem a sua assistência: pode utilizar-se dos olhos, mas, se deseja abrir a boca ou sair do seu lugar, o melhor que faz é pedir licença primeiro.

Na cidade medieval, as classes superiores e as classes inferiores tinham-se amontoado juntas, na rua, no mercado, tal como o faziam na catedral: os ricos podiam andar a cavalo, mas tinham de esperar que o pobre, com a sua trouxa, ou o mendigo cego, a se arrastar com a bengala, saísse do caminho. Ora, com o desenvolvimento da larga avenida, a dissociação entre as classes superiores e inferiores toma forma na própria cidade. Os ricos conduzem; os pobres caminham. Os ricos rolam pelo eixo da grande avenida; os pobres estão afastados do centro, na sarjeta; e, finalmente, uma faixa especial é destinada ao pedestre comum, a calçada. Os ricos olham; os pobres admiram: a insolência esmaga o servilismo.

A parada cotidiana dos poderosos torna-se um dos dramas principais da cidade barroca: uma vida vicária, de vigor, brilhantismo e gastos, é assim oferecida ao entregador de carnes que conduz uma cesta à cabeça, ao mercador aposentado que saiu para um passeio, à dona-de-casa elegante que visita as lojas em busca de pechinchas e novidades, à multidão ociosa de marginais, em todas as graduações de urbanidade esfarrapada e acabada miséria — correspondendo aos clientes da Roma Imperial.

“Atenção para as carruagens! — exclamava Mercier, no seu *Tableau de Paris*, do século XVIII. Eis que vem o médico vestido de preto no seu carrinho, o mestre de baile no seu *cabriolet*, o mestre esgrimista no seu *diable* — e o príncipe atrás de seis cavalos a galope, como se estivesse em campo aberto. (...) As rodas ameaçadoras dos ricos arrogantes correm tão rapidamente como sempre por sobre pedras manchadas com o sangue de suas vítimas infelizes.” Não se imagine que o perigo estivesse sendo exagerado: na França, a diligência, introduzida no século XVII, matava mais pessoas, anualmente, do que a estrada de ferro, que surgiu depois dela. Essa aceleração do ritmo da vida, esse rápido movimento, esses excitamentos e perigos superficiais, representavam a douradura psicológica da amarga pílula da disciplina política autocrática. Na cidade barroca, podia-se dizer: “As carruagens movem-se depressa”; tal como o povo costumava dizer, para justificar o fascismo na Itália: “Os trens correm no horário”.

Havia apenas uma situação desejável nesse despotismo: era a dos ricos.

Para eles foi feita a avenida, aplainou-se o calçamento e se acrescentaram molas e almofadas ao veículo de rodas: era para protegê-los que os soldados se punham em marcha. Possuir cavalo e carruagem era sinal indispensável de êxito comercial e social; possuir um estábulo inteiro era sinal de fartura. No século XVIII, os estábulos e cocheiras invadiram os bairros menos requintados das capitais, por trás das largas avenidas e praças suntuosas, levando para ali o odor débil e sadio de palha e esterco. Se não havia mais galos a cantar na aurora, o patear incansável de um cavalo de alta linhagem podia ser ouvido à noite pela janela dos fundos; o homem a cavalo tinha tomado posse da cidade.

9. A Nova Divindade

A desintegração da igreja medieval libertou os “jões” que foram repolarizados na cidade barroca. Pode-se apreender o processo numa figura concreta, se se considerar como cada elemento da antiga estrutura passou a ser propriedade de uma instituição especial, seja ou grupo. Acompanhem o desmembramento: os protestantes apoderaram-se do púlpito do pregador e dele fizeram o núcleo de suas novas capelas, onde nenhuma imagem esculpida competia com a face do orador e nenhum rico cerimonial distraía a atenção de sua voz insistente. A aristocracia contava com os serviços do pintor e do arquiteto: a arte foi afastada para salões e galerias especiais e, para tornar mais fácil o processo, a nova pintura de cavaletes tomou o lugar do afresco mural. Anjos e santos tornaram-se Bacos e Gracos: inicialmente, os rostos seculares de papas, cortesãos, homens de negócios rodeavam a sagrada Imagem; finalmente, acabaram por afastá-la.

O mesmo quanto às outras partes do edifício. O coro, que outrora entoara hinos a Deus, foi removido para o salão de concertos ou para um balcão no salão de bailes: o festival religioso transformou-se na mascarada da corte, para celebrar um nascimento ou um casamento mundano, ao passo que o drama, deixando os adros das igrejas, onde o clero e os membros das guildas outrora tinham representado seus autos de mistérios e de moral, foi entregue a atores profissionais, sob o patrocínio da nobreza; os seus primeiros acanhados quarteirões acham-se nos limites da cidade. O salão paroquial, com o seu complemento de um clero pelo menos formalmente celibatário, transformou-se no clube masculino aristocrático do século XIX: exclusivo, monástico, ainda que ostentatoriamente sibarita: o Carlton, o Reform, o Jockey Club, o Herrenclub e seus imitadores.

Finalmente, a nave, o simples local de assembléia, transformou-se na bolsa. Não se imagine que este seja um falso paralelo: no século XVII, os

corretores faziam seu comércio na nave de São Paulo e os cambistas por pouco não expulsaram do templo os representantes de Cristo — até que, afinal a fedentina tornou-se demasiado intensa para ser suportada mesmo por uma Igreja venal. O não utilizado plano de reconstrução de Londres, feito por Wren, após o incêndio, reconhecia de maneira elegante essa nova ordem de vida. Não deu ele o sítio dominante a São Paulo: planejou as novas avenidas de modo a dar essa honra à Bolsa Real.

Essa decomposição analítica da Igreja deu a cada instituição uma especial oportunidade de florescer por direito próprio. Pelo lado positivo, foi esse outro testemunho da clarificação visual e da especialização inteligente das funções que caracterizavam a ordem barroca. Todas essas instituições tinham-se tornado desligadas da Igreja, porque nela se instilou nova vida e crescimento. Não teria existido um Shakespeare, se a Igreja tivesse mantido o controle do drama, e nenhum dos grandes retratos de Rembrandt, se ele tivesse continuado a pintar os complacentes retratos em grupo dos apagados dignitários da Guilda. Mas aqueles vários fragmentos de arte e cultura achavam-se dispersos com relação à população como um todo: dispersos e postos fora de seu alcance. Foi somente na corte do príncipe que as partes se uniram outra vez, para formar um novo todo para benefício exclusivo daqueles que detinham o poder.

Já vimos o que foi feito da catedral medieval. Mas, que foi feito de seu Deus? Neste ponto, a transformação só pode ser recordada em termos de blasfêmia. O governante absoluto por direito divino usurpou o lugar da Divindade e reclamou as suas honras; chegou mesmo a se dizer *Le Roi Soleil*, arrogando-se supersticiosamente o mito de um Faraó ou de um Alexandre Magno. No novo culto, o papel da Virgem Maria, mais poderosa intercessora junto do trono celestial, foi tomado pela amante do rei. Os príncipes e potestades do novo céu, indispensáveis ao seu regime, eram os cortesãos que se amontoavam ao redor do trono do Monarca e proclamavam sua glória. O paralelo não esteve ausente nem mesmo das mentes piedosas, no século XVII. "Quem quer — dizia La Bruyère — que considere que o semblante do rei é a suprema felicidade do cortesão, que este passa a vida olhando para ele e ao alcance de seus olhos, compreenderá até certo ponto como ver Deus constitui a glória e a felicidade dos santos."

Lacaios letrados escreviam tratados para provar a direta ligação do déspota com o céu, para sustentar a sua onipotência, para pregar a obediência às suas ordens divinas. Quando tais racionalizações não chegavam ao nível das exigências exorbitantes do monarca, ele podia até, como Jaime I da Inglaterra, exercitar a mão escrevendo o necessário elogio de si mesmo. "O príncipe — de acordo com Castiglione, que escreveu o tratado clássico sobre *O Cortesão* — deve ser muito generoso e esplêndido e dar a todos os homens sem reservas,

porque Deus, como diz o ditado, é o tesoureiro do príncipe generoso." A cornucópia da fortuna devia, com efeito, ser inexaurível, dada a velocidade com que era esvaziada na corte. Avenel informa que um dos grandes *ballets* de Versalhes, do qual participaram 150 pessoas, custou 100 mil francos. Nada havia de excepcional nisso. "Em 1618 — observa Allardyce Nicoll, em seu estudo das máscaras da renascença —, Jaime, de nenhum modo o mais financeiramente desprendido dos monarcas, dedicou 4000 libras, importância que agora equivaleria a 40 000, a uma única produção, ao passo que, em 1633, as Estalagens da Corte, preparando uma vasta diversão, conseguiram gastar mais de vinte e uma mil libras, ou duzentas mil libras em nossa moeda." Os mais talentosos pintores e arquitetos da época trabalhavam para montar memoráveis produções que desapareciam com uma única apresentação.

O luxo se propagou do vestuário e da diversão para a culinária, e da culinária no palácio para a culinária de feição semelhante no campo de batalha. "Falando de jantares — observava o duque de Saint-Simon, em suas memórias —, o luxo da corte e da cidade se propagou ao exército, em tal grau que ali se encontraram guloseimas que anteriormente eram desconhecidas dos lugares mais pacíficos. Refeições quentes eram servidas em todas as paradas, durante as marchas, e os repastos levados às trincheiras durante um sítio eram como banquetes, com vários pratos, frutas e gelados; e toda espécie de vinhos em profusão." Essa trivialidade concentrada teve um efeito desencorajador sobre os bons espíritos. Francis Bacon, retratando imaginativamente o novo mundo da ciência, não pôde resistir ao impulso cortês de descrever os elaborados trajes com os quais os experimentadores da Nova Atlantis desempenhavam seus labores científicos.

A demanda de fundos ilimitados contagiou todas as camadas da sociedade e foi a chave da política econômica do Estado absolutista. Quando os impostos não proporcionavam meios suficientes para o príncipe e seus fâmulos, recorria ele a pilhagem: reinos distantes, no caso de Filipe da Espanha, ou mosteiros mais próximos, para Henrique VII: quando tais coisas não bastavam ainda, ele roubava ao pobre os seus vinténs, a fim de cumular de ouro os que já eram ricos. Daí toda a política de licenças e patentes: precisava-se de uma permissão especial, para cuja obtenção tinha-se de pagar, até para construir uma casa.

O crescimento constante de uma burocracia para atender a essas exigências e incentivar a distribuição de privilégios acrescentou-se ao ônus da comunidade: o Departamento de Circunlocação foi um meio adequado de cuidar dos dependentes e de seus filhos mais novos; de São Petersburgo a Whitehall, era ele um apanágio inevitável da sociedade da classe superior. "Nunca foi a burocracia levada a tamanho grau de exagero, extravagância e aborrecimento — escreveu Mercier. Nunca os negócios exigiram tanto, desde a criação desse

exército de meirinhos, que são nos negócios o que os infantes são no serviço militar. Referências, regulamentos, registros, formalidades de toda sorte, multiplicaram-se com tamanha profusão e tão pouco discernimento."

Finalmente, tudo chegou a este ponto: um país inteiro era governado para proveito de algumas dezenas de famílias, ou algumas centenas, que possuíam uma boa parte da terra — quase a metade, na França, no século XVIII — e que se apoiavam no crescimento natural da indústria, do comércio e dos aluguéis urbanos.

CAPÍTULO XIII

A corte, a parada, a capital

1. Posição do Palácio

A construção de cidades barrocas, no sentido formal, constituía uma personificação do drama e ritual predominante que tomou forma na corte: era, com efeito, um aformoseamento coletivo dos modos e dos gostos do palácio. O palácio tinha duas frentes: do lado urbano, vinham as rendas, os tributos, os impostos, o comando do exército e o controle dos órgãos do Estado; do lado rural, os homens e mulheres bem constituídos, bem alimentados e bem sexuados, que formavam o corpo da corte e que recebiam as honrarias, os emolumentos e as propinas que o rei magnanimamente lhes concedia. O poder e o prazer, uma ordem seca e abstrata e uma radiante sensualidade eram os dois pólos daquela vida. Marte e Vênus eram as divindades presidentes, até que, finalmente, Vulcano lançou a sua engenhosa rede de ferro do utilitarismo sobre as suas formas concupiscentes.

A corte era um mundo em si mesmo; mas um mundo no qual todas as duras realidades da vida eram mostradas numa lente de diminuição e ampliadas todas as suas frivolidades. O prazer era um dever, o ócio, um serviço, e o trabalho honesto, a mais mesquinha forma de degradação. Para tornar-se aceitável na corte barroca, era necessário que um objeto ou uma função mostrasse características de exótica inutilidade. As mais poderosas rodas d'água do século XVII, em Marly — ainda em funcionamento —, e as grandes bombas hidráulicas, que se contavam entre os mais importantes progressos técnicos, eram utilizados simplesmente para fazer funcionar as fontes dos Jardins de Versalhes. A boma a vapor de Fischer von Erlach, primeiro usada na Áustria, não foi empregada em uma mina, mas nas fontes dos jardins do Palácio Belvedere, em Viena; e aquele significativo agente de produção que foi a máquina de transmissão automática alcançou seu primeiro grande triunfo aplicado à fabricação de botões (a máquina de estampar), de fitas (o tear estreito automático) e de uniformes do exército (a primeira máquina de costura).

O ritual da corte era uma tentativa para confirmar o faz-de-conta do poder absoluto por meio de um drama especial. Não conheço quadro melhor

desse ambiente, nem demonstração mais completa de suas ilusões narcóticas, que o panegírico pronunciado por Nicholas Breton:

"Oh, a galante vida da Corte, onde tantas são as possibilidades de contentamento, como se na Terra estivesse o Paraíso do Mundo: a majestade do soberano, a soberania do Conselho, a honra dos *Lords*, a beleza das *Ladies*, a atenção dos oficiais, a cortesia dos cavalheiros, os serviços divinos da manhã e do anoitecer, os discursos espirituosos, cultos, nobres e agradáveis que se ouvem todo o dia, a variedade de espíritos e a profundidade dos juízos, os delicados manjares, suavemente preparados e habilmente servidos, os vinhos delicados e as frutas raras, com excelente música e vozes adoráveis, mascaradas e dramas, danças e cavalgadas; diversidade de caças, deliciosa para os propósitos do caçador; e charadas, perguntas e respostas; poemas, histórias e estranhas invenções de engenho, para espantar o cérebro de bons entendimentos; baixela rica, jóias preciosas, delicadas proporções a altos espíritos, carruagens principescas, cavalos magníficos, edificações reais e arquitetura rara, doces criaturas e prazer civil; e na corte amorosa essa carruagem do contentamento de tal forma põe o espírito no regaço do prazer, que, se eu fosse fazer dele o logio todo o dia, pouco haveria dito quando chegasse a noite".

Não é preciso acentuar as contrapartidas da realidade: a conversação insulsa que passava por sutil, os filhos não desejados que ultrapassavam as barreiras dos anticoncepcionais em moda, conhecidos a partir do século XVI nas classes superiores da França e da Itália, a competição polidamente inexorável por um lugar e uma preferência. Haveria ainda suficiente plausibilidade na melíflua composição, mesmo que as notas amargas fossem levadas em conta. O dístico escrito sobre a porta da Abadia de Telema, de Rabelais, era: "Faze o que Quiseres". Sobre os portões do palácio, havia uma cláusula adicional: "Enquanto Agradar ao Príncipe". É preciso, porém, acrescentar um fato que é muito freqüentemente deixado à parte, na concepção dessa vida barroca, cerimoniosa e sensual. O seu ritual era tão entediante que verdadeiramente enfadava as pessoas a ponto de distraí-las. A rotina diária do príncipe e do cortesão era comparável à de um operário numa linha de montagem de automóveis: todos os seus detalhes eram traçados e fixos, tanto para o soberano como para o seu séquito. Desde o momento em que os olhos do príncipe se abriam até o último momento, quando o amante deixava o seu quarto, encontrava-se ele, por assim dizer, na linha de montagem.

Talvez esse tédio penetrante explique não só a elaborada frivolidade como também aquele quê de estranha e vaga perfídia, semelhante às travessuras de escolares que tivessem sido mantidos sob confinamento demasiado rigoroso, que se verificava na política barroca do Estado. Grande parte das complicadas conjurações e anticonjurações era obra dos enfadados virtuosos da diplomacia, para os quais nada era melhor do que prolongar o próprio jogo. Com certeza, o eterno ficar de pé, curvar-se, esperar, inclinar-se — de

que Taine deu um retrato inesquecível na sua descrição contida em *O Antigo Regime* — deu ter funcionado a contrapelo dos homens e mulheres bem nutridos. Pouco admira que divertimentos espetaculares desempenhassem papel tão grande nas suas vidas.

Infelizmente, as próprias distrações da corte transformavam-se em deveres. O "desempenho do lazer" impunha novos sacrifícios. O jantar de gala, o baile, a visita formal, do modo como os praticavam a aristocracia e aqueles que, após o século XVII, a imitavam, proporcionavam satisfação apenas às pessoas para as quais a forma é mais importante que o conteúdo. Ser "visto", ser "reconhecido", ser "aceito" eram os supremos deveres sociais, aliás, obras de toda uma existência. Em sua triste vulgarização final, dada nas informações das colunas de mexericos da época, é esse o papel ainda hoje desempenhado em clubes noturnos e estréias teatrais. Uma parte não pequena da vida descrita em *Feira de Vaidades e O Vermelho e o Negro*, num extremo do século XIX, e por Proust no outro extremo, consistia em fazer visitas e "fazer a corte"; formalidades vazias. Proust observou que foi no tempo de Luís XIV que uma séria modificação se verificou na vida da aristocracia que outrora tivera responsabilidades ativas, deveres importantes, interesses sérios: as únicas questões tratadas com seriedade moral eram as que diziam respeito às maneiras.

Como em tantos outros setores da vida, a corte barroca antecipava, nesse passo, o ritual e a reação psíquica da metrópole do século XX. Opressão semelhante; tédio semelhante; igual tentativa de buscar refúgio nas "distrações" da opressão tirânica, que se transformara em rotina, e da rotina, que se tornara uma opressão insuportável.

2. Influência do Palácio sobre a Cidade

A corte barroca teve direta influência sobre a cidade em quase todos os aspectos da vida: é mesmo a mãe de muitas novas instituições que a democracia mais tarde reclamou como suas. Não há tipo paralelo de intercurso entre o castelo e o mercado da cidade medieval italiana: quando muito, as influências se fizeram sentir numa direção contrária e a fidalguia feudal tornou-se mais urbana. Com o tempo, depois de muitas idas e vindas, o ideal democrático seria maciçamente pervertido sob o capitalismo, num esforço para popularizar a imagem da vida galante como a desejável consumação da existência humana e a retribuição final do "sucesso": sufocante luxúria, exagerado dispêndio, extravagante desperdício, insensato gosto pelas novidades e sensações, tudo isso organizado num carnaval de trivialidades, com o único objetivo de manter em funcionamento uma economia em expansão.

O preço final da aquela economia em expansão, tanto na corte quanto

nas casas devoradoras de bens da nossa democracia contemporânea, é a redução da vida: a vida do parasita regurgitado, inerte, dependente, escravizado ao seu hospedeiro.

Não se deve pensar no domínio do palácio em termos de uma única construção com suas funções cortesias: o estilo palaciano de vida propagou-se por toda parte; na verdade, a palavra *palazzo*, primeiro na Itália, significa qualquer construção magnificente que possa ser ocupada por um senhor ou um príncipe mercador. Palaciano, em termos barrocos, designou amplitude e poder auto-suficiente. O desejo de auto-suficiência, na verdade, aparecera de outra forma no século XIV, na floresta de torres em competição, delgadas e quadradas, que transformaram os horizontes de Lucca, Bolonha ou San Gimignano em outras tantas erçadas almofadas urbanas de alfinetes. Ali, o novo espírito adotou uma forma inteiramente medieval de manifestar domínio. Mas, a partir do século XV, deu-se maior ênfase à amplitude horizontal: o poder se propagou. Não tendo espaço na cidade, escapava para os subúrbios, como fez Luís XIV, que, lembrando como tinha sido forçado a abandonar Paris por causa de um levante popular em sua juventude, resolveu refugiar-se em Versalhes: uma capital suburbana.

Eram tão cômodos os interiores dos novos palácios que uma instituição de classe superior igualmente nova, o hotel, não só toma o seu nome do palácio urbano da França, mas desempenha uma das suas principais funções, a de oferecer hospitalidade aparentemente sem limites — embora a troco de dinheiro. A própria formalidade e anonimato do plano davam ao palácio certa flexibilidade de acomodação, ainda mais porque era destinado a alojar grande número de criados e cortesãos. Até hoje, muitos dos melhores hotéis de luxo de Roma são velhos palácios. Roma e Pádua, na verdade, foram as primeiras cidades a construir novos hotéis para uso comercial, segundo um modelo palaciano. O de Pádua (por volta de 1450) tinha estábulos para duzentos cavalos. O outro emprego que mais tarde se deu àqueles velhos palácios, como galerias de arte, museus, academias e prédios de escritórios, mostra a relação orgânica entre o estilo barroco de vida e suas instituições típicas.

Graças especialmente ao patrocínio aristocrático, o teatro assumiu sua forma moderna em Londres, Paris e cidades menores: uma modificação da antiga forma grega e romana. Por influência do Teatro Olímpico de Palladio, em Vicenza, o teatro era agora um auditório coberto, no qual os espectadores se sentavam de acordo com sua posição hierárquica e sua capacidade de pagar, e onde, de suas posições fixas, tornaram-se os passivos espectadores do drama que é visto, por assim dizer, através de uma vitrina transparente. Tão a fundo penetrou o teatro no estilo daquela era que as disseções anatômicas constituíam espetáculos públicos anuais, realizados em "teatros", como ainda hoje às vezes se chamam tais salas.

A nova perspectiva espacial barroca manifestou-se pela primeira vez não na cidade real, mas no cenário pintado que representava uma rua, no teatro (Serlio); e não foi por acaso que os novos urbanistas como Servandoni, Inigo Jones e Bernini eram igualmente cenógrafos. A própria cidade nova era, na realidade, um ensaio de desenho cênico formal: um telão de fundo para o poder absoluto. Quando as finanças reais eram inadequadas para desempenhar feitos suficientemente grandiosos de construção em mármore, a aparência era falsificada em tinta e gesso, ou uma fachada monumental mascarava portentosamente a insignificante construção que havia por trás.

De maneira proeminente, foi pelo aspecto do prazer e da recreação, da exibição e do desempenho teatral, que a influência do palácio se mostrou mais poderosa. O jardim de prazer como os Ranelagh Gardens, de Londres, no século XVII, e os Jardins de Vauxhall e Cremorne, no século XVIII e princípio do XIX, constituíam tentativas para proporcionar os prazeres mais lascivos da corte à comunidade, a um preço razoável por cabeça. O equivalente francês posterior foi o Bal Masqué, e o paralelo alemão, o jardim mais doméstico e ordenado das cervejarias. Tais jardins de prazer eram populares por toda parte onde a vida da corte se achava visivelmente em desfile: os famosos jardins de Tivoli, em Copenhague, ainda dão testemunho desse fato, embora tenham já desaparecido os jardins da cervejaria de que se gabou Nova Iorque por meio século, após a guerra civil. Tais jardins consistiam de um grande edifício central, muitas vezes vivamente decorado, onde podiam realizar-se bailes e saraus e onde podiam dar-se grandes banquetes; rodeados por jardins com abrigos reservados e bosques onde as pessoas podiam vaguear numa noite agradável, comendo, bebendo, namorando, copulando, vendo fogos de artifício ou exibições de lanternas-mágicas: a alegria e a licenciosidade do carnaval, diariamente oferecidas. Oliver Goldsmith, em *A Party at Vauxhall Gardens*, deixou boas descrições tanto do cenário quanto do estado de ânimo.

As gangorras e os carrosséis apareceram naqueles jardins de prazer. Igualmente, no início do século XIX, o aristocrático amor à velocidade surgiu sob a forma das popularíssimas montanhas-russas. Quanto ao carrossel, com seu girar de cavalos de pau, seu nome francês, *carroussel*, revela claramente sua origem aristocrática: pois o carrossel era a exibição cotidiana de cavalos e carruagens, para os quais os círculos e áreas redondas ou grandes praças foram originariamente desenhados. Com cavalos de madeira, os pobres também podiam provar os mesmos prazeres. Durante o século XIX, desapareceu a antiga elegância barroca: a começar, talvez nas feiras internacionais, formas de diversão mais desprovidas de requintes e mais emocionantes, como a Roda de Ferris^(*), tomaram a dianteira, e, finalmente, permaneceu apenas o brilho

(*) Roda-gigante. (N. do T.)

ostensivo, como em Coney Island. Podemos bem recordar as observações de Rainer Maria Rilke sobre Capri: "Tereis jamais visto, quando os homens agiam ou se deixavam levar na direção do prazer, do relaxamento ou da diversão, chegaram os homens a qualquer resultado agradável?"

Mas o ponto de origem é tão claro, na cultura barroca urbana, como o próprio caminho da decadência; o prazer, para as massas, em todas as grandes cidades ou em suas mais remotas casas de diversão e salões de dança, à margem das estradas, é o prazer barroco: a exibição, o lustre, o gasto, as excitações visuais com conquistas eróticas ou possibilidades suberóticas, tudo isso devidamente pago, acompanhado pelo comer e beber em restaurantes e cafés necessariamente dispendiosos. E, quando o jardim de prazer especial desapareceu com a expansão e o congestionamento da cidade, o mesmo elemento voltou a nela se introduzir, em bairros apropriados, tais como Broadway, Piccadilly, Soho, Montmartre e o Rembrandtplein.

Se o jardim do prazer cresceu num dos ramos da vida barroca palaciana, o museu cresceu ainda mais próximo do tronco central, produto da economia da aquisição sem limites, assim como aquele era produto do consumo sem limites. A princípio, sem dúvida, o museu teve por origem a curiosidade científica, como nas coleções de Aristóteles; ao passo que, no período medieval, sob a influência da teologia cristã, o museu tomou a forma de uma coleção de relíquias religiosas — o dente de um santo, uma gota de sangue, um fragmento da verdadeira cruz, naturalmente alojados em igrejas. Mas o museu, no sentido moderno, começou com as coleções de moedas e inscrições, prática que se tornara comum já no século XV, na Itália. Essas coleções anteciparam de alguns anos as de história natural de um Von Netteshyn, um Paracelso ou um Agrícola. Aliás, os escritos deste último foram decisivos para induzir o Eleitor Augusto da Saxônia a formar as coleções que, posteriormente, vieram a constituir o museu de Dresden.

Com o tempo, ampliou-se os objetivos dessas coleções de museus. Mercier, escrevendo em *L'An 2000* (1770), um retrato utópico do futuro, previa um museu onde "todas as diferentes espécies de animais, vegetais e minerais eram colocadas sob as quatro alas e visíveis por meio de um relancear dos olhos". Na fachada daquele edifício, estava escrito: "Abreviação do Universo". A ambição era admirável; mas o resultado, como tristemente aprendemos, pode ser um convite à indigestão, enquanto se respeitarem os padrões barrocos de ilimitada aquisição, consumo e exibição.

No princípio, o amor à arte antiga e às curiosidades e monstruosidades recentemente encontradas, parecia igualmente ávido. Evelyn descreveu um palácio veneziano cheio de estátuas romanas, mas contendo também "coisas petrificadas, nozes, ovos nos quais as gemas chocalhavam, uma ervilha, um pedaço de carne de boi com os ossos, um porco-espinho inteiro". Também isso fazia parte do estilo da época. Por toda parte, teve lugar uma procura des-

norteada de tesouros de arte enterrados e maravilhas naturais: uma espécie de primitiva "economia de coleção" da mente, antes que se alcançasse o cultivo organizado.

Foi em consequência do desejo principesco de levar para casa despojos de conquistas no exterior e de adquirir por meio de compra ou do patrocínio o que não pudesse ser obtido pela superioridade nas armas que se formaram as grandes coleções de arte que constituem o Museu do Vaticano, o Louvre, a Galeria Nacional, o Museu Britânico e instituições semelhantes. Aqui, mais uma vez, a corte e a aristocracia desempenharam um papel preponderante. Contudo, a abertura do Museu Britânico, 1759, por doação de *Sir Hans Sloane*, foi um marco em matéria de cultura popular, pois, quando as mostras deixaram de ser meramente uma satisfação privada do proprietário, passaram a ter a possibilidade de se transformarem em meio de educação pública.

Quanto à galeria de arte, servir como cenário para a arte estava na própria natureza do palácio. Tinha-se apenas de remover os aposentos domésticos e nomear um guarda-burocrático para efetuar a transformação. Algumas vezes, essa mudança ocorreu por simples atitude de autodefesa. Por exemplo, *Galateo* de Rafael, foi pintado para a sala de jantar de um banqueiro, Agostino Chigi. Mas tantas pessoas iam ver o quadro que, sujeito a essa pressão, o aposento foi convertido numa galeria de arte, durante a vida do proprietário. Pelo fim do século XIX, quando a Sra. Jack Gardner, em Boston, ou Henry Frick, em Nova Iorque, construíram mansões palacianas para morar, já anteciparam aquele uso final de suas coleções: desde o princípio, serviram apenas como guardiães interinos de um edifício público.

A meio caminho entre o prazer e a curiosidade, situa-se uma última dádiva do palácio: o jardim zoológico. A manutenção de animais selvagens, especialmente dos mais ferozes ou exóticos, ainda era um atributo dos reis na Idade Média, embora a prática remonte às mais remotas evidências da realeza. O aumento dessas coleções de animais vivos, a criação de acomodações permanentes e de locais de exibição para eles, tiveram lugar como parte do mesmo movimento geral que promoveu o museu. Tal como o museu, o zoológico proporcionava um destino conveniente para as descobertas do explorador e os troféus do caçador. O rei por direito divino ainda representava no teatro o seu papel arquetípico de caçador, recebido de seus antepassados do fim da Idade da Pedra.

Tinha-se aí uma nova contribuição à cidade: um lembrete daquele estado indômito que o homem urbano muito facilmente esquece, na ilusão de que conquistou com êxito a natureza. As atitudes divertidas do macaco, a imperturbabilidade do hipopótamo, os movimentos ágeis e alegres das focas — todos esses exemplos da inexaurível criatividade da natureza, se não puseram o morador da cidade em contato com ela, pelo menos tiveram um efeito relaxante sobre o ultra-restringido ego urbano. Não davam apenas prazer à

criança, mas a mantinham viva no adulto. Até mesmo sovadas relíquias barrocas tais como o urso dançarino ou o macaco do tocador de realejo serviam muitas vezes para dar um toque de graça animal às tristes sarjetas da rua do século XIX. Será por acaso que esses símbolos indicativos da vida na corte barroca eram usualmente presididos por um italiano?

Uma a uma, essas instituições palacianas registraram sua presença no novo plano urbano. Algumas vezes, surgiram sob auspícios privados; algumas vezes, com apoio real ou municipal; sempre a dourada imagem que leva a marca original da corte e do palácio. Contudo, deixei para o fim a mais bela contribuição. Refiro-me à abertura do parque real: ainda mais necessária por terem sido cobertos de construções os campos e jardins de prazer mansões que outrora haviam rodeado a cidade medieval. A execução e ampliação do largo parque paisagístico no coração da cidade talvez tenha sido a mais feliz contribuição do palácio à vida urbana. Nada fez mais para manter os centros de Londres, Paris e Berlim livres da sufocante congestão e desintegração final que o Parque St. James, o Green Park, as Tullérias, o Tiergarten. Embora o espaço ocupado por tais parques pudesse, talvez, ter sido melhor distribuído pela cidade, se tivessem sido planejados não para a conveniência do rei, mas para a dos comuns, pelo menos tiveram constantemente em vista a concepção aristocrática de espaço e verdura, como partes essenciais da vida urbana; que não deveria ser coberta de imperfeições biológicas nem de esterilidade e depressão estética.

Mas, mesmo na questão de proporcionar parques, o espírito da época acabou por se afirmar. Quando a Coroa planejou o Regent's Park de Londres, o próprio parque foi abertamente considerado como um artifício para aumentar o valor dos terrenos de propriedades vizinhas, pertencentes à Coroa Real. Contudo, mesmo aquela lição se perdeu para os especuladores comerciais que tão grandemente dominaram a construção durante o século XIX: mantiveram eles o desejo barroco de lucros, sem fazer justiça ao amor barroco ao prazer e à beleza, que poderiam ter, ambos, modificado sua capacidade, dando maior segurança e durabilidade ao seu investimento. Afinal, os aristocráticos e extravagantes senhores de terra revelaram-se melhores homens de negócios — e até mesmo melhores cidadãos.

3. O Quarto de Dormir e o Salão

Se a influência da corte foi poderosa na cidade em geral, não o foi menos nos hábitos domésticos; ou pelo menos, nas casas das classes médias e das suas superiores econômicas. Aqui, os hábitos da corte, tanto os bons como os maus, tiveram predomínio. Do lado mau, naquele novo despotismo doméstico que teve a sua fonte no número enorme de pessoas não portadoras de bens

que se amontoavam nas capitais, para vender os seus serviços por ninharias. O lado bom foi o aperfeiçoamento estético dos costumes, talvez um tanto influenciado pelo novo conhecimento das formas suaves e perfeitas da civilização chinesa; e, acima de tudo, a propagação da intimidade dentro do lar — fato que fez nascer um novo código de hábitos eróticos, dando requintes às preliminares das relações sexuais e tendendo a ampliar o período de juventude amorosa de ambos os sexos. O próprio verbo cortejar, referente àquele jogo preliminar que inclui a exibição de argúcia e encanto, bem como de paixão física, mostra o quanto a nossa vida erótica deve às práticas da corte: a palavra foi cunhada em fins do século XVI.

A alteração na constituição da estrutura doméstica manifestou-se de várias maneiras. Primeiro, pelo gradual divórcio entre a casa — desde então transformada em lugar para comer, para receber e, de um modo secundário, para criar filhos — e o local de trabalho. As três funções de produção, venda e consumo estavam, agora, separadas em três diferentes instituições, três diferentes conjuntos de edificações, três partes distintas da cidade. O transporte para o lugar de trabalho e de volta dele era, antes de tudo, privilégio dos ricos mercadores das grandes cidades: somente no século XIX, infiltrou-se nas demais classes da cidade, e, em vez de ser um privilégio, tornou-se um ônus penoso. Como resultado da casa doméstica transformar-se exclusivamente em organização de consumo, a dona-de-casa perdeu o contato que tinha com os negócios do mundo exterior; transformou-se em especialista em assuntos domésticos ou em especialista em assuntos sexuais, algo de escrava, um pouco de cortesã, ou, mais freqüentemente talvez, num pouco das duas coisas. Desde então, a “casa privada” passou a existir: *privada em relação aos negócios*, e especialmente separada de qualquer meio visível de sustento. Todas as partes da vida passaram a partilhar cada vez mais dessa intimidade.

Esse crescimento da domesticidade significou parcialmente o enfraquecimento do interesse público entre os cidadãos da classe média. Especialmente entre as seitas religiosas banidas e excluídas, havia uma tendência natural para substituir os negócios públicos pela vida privada. Destituído das suas antigas liberdades, incapaz muitas vezes de até votar em seus funcionários municipais ou de tomar parte nos negócios oficiais da sua cidade, a não ser quando designado pelo príncipe, era natural que as preocupações do cidadão se transferissem para interesses puramente egoísticos. Se era membro de uma seita religiosa proscrita, como o eram muitos membros das classes mercantes, o incentivo era maior ainda. Para usar uma expressão vitoriana: os grupos excluídos rejeitavam os interesses e atividades públicas da comunidade maior. Tanto a cidadania quanto a vizinhança tendiam a desaparecer. A cidade era um negócio de ninguém.

Para contrabalançar a falta de trabalho doméstico eficiente, inventou-se um novo tipo de trabalho para ocupar os ociosos e enriquecer o ritual do

exagerado consumo. Refiro-me ao cuidado do mobiliário. Os móveis do lar medieval eram equipamentos: cadeiras para sentar, camas em que dormir, ícones diante dos quais rezar — só isso e nada mais. O mobiliário é realmente uma reinvenção do período barroco; pois, por mobiliário, entende-se o equipamento inútil e super-requintado, vasos delicados para espanar, embutidos e madeiras preciosas para polir, peças de metal para manter brilhando, cortinas para serem sacudidas e limpas, bricabraques e primores para serem lavados.

A exibição era mais importante que a função; e o cuidado do mobiliário ocupava o tempo que outrora se dedicava a tecer tapeçarias, a bordar roupas, à preparação de úteis conservas domésticas, de perfumes e de remédios caseiros. Esses novos encargos foram infligidos às donas-de-casa e à criadagem, no momento em que a forma da própria casa havia-se alterado, multiplicando o número de câmaras privadas a serem supridas de lenha, carvão e água, e elevando a altura das moradias, de dois lanços de escadas para cinco, com um abaixo do solo.

Até o século XVII, pelo menos no Norte, a construção e a calefação mal tinham progredido o suficiente para permitir o arranjo de uma série de quartos privados na moradia. Agora, porém, uma separação de funções verificava-se dentro da casa, assim como dentro da cidade em seu todo. O espaço tornou-se especializado, cômodo por cômodo. Na Inglaterra, seguindo o modelo das grandes casas, a cozinha foi separada do quarto de despejo, onde se fazia o trabalho de limpeza; e as várias funções sociais da cozinha foram tomadas pela sala de estar e pela saleta. O “uso da mesa comum de jantar para a família — conta-nos Holm — morreu nos primeiros anos do século XVII, e os criados, desde então, passaram a tomar suas refeições debaixo da escada”.

Tão ampla se tornou a diferença entre as classes que mesmo o humano Emerson, procurando restabelecer essa forma democrática, encontrou rebelião por parte dos seus e foi forçado a abandonar a prática. A sala de jantar já não podia ser tratada também como apartamento de dormir; e, embora, no século XVII, um quarto de senhora servisse ainda de quarto de recepção para seus hóspedes, não importa estivesse a cama ou não numa alcova, no século XVIII começou a existir um quarto especial para reuniões e conversação — a sala de recepções, o salão. E os quartos não mais se abriam uns para os outros; eram agrupados ao longo de um corredor, como casas em sua correspondente pública, a nova rua em corredor. A necessidade de isolamento produziu esse órgão especial de circulação pública.

A intimidade era o novo luxo dos bem-educados; só gradualmente, os criados, os empregados das lojas e os trabalhadores industriais tiveram vislumbres dela. Mesmo nas belas casas do século XIX, a criadagem muitas vezes dormia na cozinha ou numa tarimba junto dela, ou em dormitórios comuns. Ora, a intimidade tinha sido reservada, no período medieval, aos solitários, às

pessoas sagradas que buscavam refugiar-se dos pecados e das aflições do mundo exterior; apenas os senhores e as damas podiam sonhar com tal coisa noutros termos. No século XVII ela serviu para a satisfação do ego individual. O quarto de senhora tornou-se o *boudoir*, literalmente o “lugar onde se fica à vontade”; o cavalheiro tinha o seu gabinete ou a sua biblioteca, igualmente invioláveis; e, em Paris, podia ter até mesmo o seu próprio quarto de dormir, pois marido e mulher viviam em separado suas aventuras eróticas. Pela primeira vez, não era apenas uma cortina, mas uma porta, que separava cada membro individual da casa de todos os demais membros.

Intimidade, espelhos, quartos aquecidos: tais coisas transformaram inteiramente o ato de amor de ocupação sazonal em ocupação do ano inteiro: outro exemplo de regularidade barroca. No quarto aquecido, o corpo não precisava encolher-se sob um cobertor: o erotismo visual aumentava o efeito dos estímulos táteis; o prazer do corpo nu, simbolizado por Ticiano, Rubens e Fragonard, fazia parte daquela expansão dos sentidos, que era decorrente de uma alimentação mais generosa, do uso mais livre de vinhos e licores fortes, das roupas e dos perfumes mais extravagantes do período.

O namoro e a corte criaram os movimentos de suspense e incerteza, de carícias e de retiradas, que serviam de antídoto contra a saciedade; eram uma compensação do hábito de arregimentação. Aqueles luxuriosos homens e mulheres nunca se sentiam tão à vontade como quando estavam na cama. As damas recebiam na cama as suas visitas; os estadistas ditavam da cama a sua correspondência; uma corrente oculta de interesses eróticos impregnava, destarte, a casa inteira, ora obscena, ora brutal, ora romântica, vez por outra terna — com todos os matizes, desde o quarto de dormir de Julieta até aquele em que Joseph Andrews quase perdeu a virtude. As necessidades privadas do quarto de dormir penetraram até mesmo no jardim: a casa de verão, o templo do amor, ou o mais aristocrático labirinto, composto de sebe elevadas: lugares afastados dos olhares curiosos, onde não se ouviam nem mesmo passos admo-nitórios dos criados.

4. O Desaparecimento do Banho

Enquanto isso, outras alterações técnicas, hesitantemente, penetravam na casa de morada. A invenção da privada por Sir John Harington, em 1596, constituiu um importante aperfeiçoamento sanitário da casa; mas a moda não se propagou rapidamente; pois até mesmo a privada seca interior só foi introduzida na França no século XVIII, como novidade inglesa; ao passo que o Palácio de Versalhes, construído sem que se olhassem despesas, não tinha nem mesmo as comodidades de um castelo medieval: empregavam-se patentes portáteis, sobre rodas. Antes da invenção da descarga e do tubo de exaustão

para a privada, a condução da manilha de esgoto para trás da casa quase anulava as vantagens do novo melhoramento: note-se a preocupação dos ingleses, durante o século XIX, com os "esgotos estragados". Com a invenção eotécnica da privada, surgiu outra prática diretamente tomada de empréstimo aos chineses: o emprego do papel higiênico, mais importante para a higiene doméstica do que o papel de paredes, que apareceu mais ou menos ao mesmo tempo.

Com toda a sua luxuriante exibição, a cidade barroca não suportará uma inspeção rigorosa em matéria de padrões higiênicos e sanitários: a cidade medieval típica era mais salubre. Muito embora o corpo fosse, agora, celebrado em poemas e pinturas, ou sistematicamente investigado na fisiologia, as pessoas daquele período não faziam caso de conservá-lo tão limpo como o fizera a cultura anterior. Provavelmente, tendo em vista limitar os perigos de contrair a sífilis pelo contato, o banho medieval começara a deixar de existir no século XVI. Até mesmo entre os judeus, dos quais podia esperar-se que conservassem nos seus guetos os métodos medievais tão plenamente harmonizados com as práticas sanitárias mosaicas, o banho ritual que se costumava levar a efeito na Sinagoga — o *Mikveh* —, foi abandonado durante a Renascença. Os novos batistas podiam insistir na imersão total; mas parece que lhes bastava uma experiência pela vida inteira.

Sem dúvida, o preço cada vez mais alto da água quente teve algo a ver com essa queda, pelo menos entre a gente comum: é o que se poderia concluir da escassez de madeira combustível na vizinhança imediata das cidades maiores. Mas o fato, em si mesmo, é fora de dúvida. Em 1307, havia 29 banheiros em Frankfurt; em 1530, nenhum. No século XVII, após uma interrupção, o banho foi outra vez introduzido, como importação do estrangeiro, um luxo, um meio de retemperar o corpo após um ato de libertinagem; eram os chamados banhos-turcos ou russos. Mas, quase imediatamente, esses banhos transformaram-se em locais de prazer e casas de recurso: *bagnio* voltava a significar bordel. Doenças oriundas da falta de asseio, tal como a varíola, floresceram nesse período; e, com o sobrepovoamento das cidades, o volume de água, que fora suficiente quando se instalaram os aquedutos, no século XVI, mostrou-se totalmente insuficiente. Uma vez que esses aquedutos não eram, muitas vezes, nem renovados nem prolongados, os habitantes da cidade dispunham de uma quantidade muito menor de água, *per capita*, no século XVIII, do que tinham tido dois ou três séculos antes. Quando o banheiro, afinal, penetrou na habitação do século XIX, ao som dos hinos ao progresso mecânico que então se entoaram, só um antiquário retardado seria capaz de reconhecer que Johann Andreae havia designado uma tal dependência *para cada três apartamentos*, na sua cidade ideal, Cristianópolis, e que tais cômodos tinham sido comuns, nas melhores casas de burgo da Alemanha, na Idade Média.

5. Domínio e Exibição Barroca

Com exceção das colônias do além-mar, as principais cidades novas construídas do século XVI ao XIX, foram "cidades de residência" para reis e príncipes, como Versalhes, Karlsruhe e Potsdam, ou cidades de guarnição, residências do poder real e *in absentia*, como Londonderry, Philippeville e Christiansand. Somente em tais cidades podia a teoria barroca do planejamento ser plenamente obedecida em todos os setores: a tentativa de Christopher Wren, que procurou fazer isso em Londres após o grande incêndio de 1670, foi obstada por arraigados hábitos mercantis e ciosos direitos de propriedade.

Quer como cidadela para seu exército, quer como morada permanente para o príncipe e sua corte, a cidade barroca era, na realidade, um "espetáculo de comando". Os prolongamentos urbanos que se fizeram segundo as novas linhas eram usualmente construídos em capitais como Nápoles ou Munique, ou em cidades aristocráticas como Nancy (1588) ou Edimburgo (1765). Em cidades como Edimburgo e Londres, até a nova burguesia alcançara pretensões e amplitude quase aristocráticas.

Aquele patrocínio original emprestou ao próprio urbanismo uma associação com o poder arbitrário que, em parte, talvez explique a desconfiança democrática quanto à totalidade do processo de planejamento, durante o século XIX: a doutrina do *laissez-faire* significava não só a liberdade da regulamentação e monopólio da guilda, mas, igualmente, liberdade da regulamentação e controle central de qualquer espécie, inclusive por parte do urbanista. Os próprios métodos de urbanismo, conforme o praticavam agentes bem chegados ao príncipe, foram responsáveis por uma parte não pequena desse antagonismo. Em 1492, por exemplo, Ludovico, o Mouro, ordenou que os habitantes de Vigevano destruíssem sua velha praça de mercado e reconstruíssem segundo os planos de seu engenheiro Ambrogio de Curtis. Com exceção das novas catedrais, a tarefa inteira foi realizada em dois anos, com uma velocidade impiedosa, que teria feito honra a um barão Haussmann. O preconceito do engenheiro militar achava-se visível tanto nos planos quanto nos métodos. Assim, não é preciso que nos surpreendamos ao verificar que os principais tratados barrocos de urbanismo foram compostos por tais engenheiros: Martini, Perret, Speckle. Assim também, as mais originais sugestões de planejamento, as que diziam respeito à separação entre ruas de tráfego e vias de pedestres, e à descentralização de cidades supercrescidas em unidades menores de 30 000 habitantes, vieram igualmente de um gênio que também praticou a engenharia militar: Leonardo da Vinci.

Muito antes da invenção dos *bulldozers*, o engenheiro militar italiano, por sua especialização profissional na destruição, elaborou um hábito de espírito destruidor: hábito que procurava arrasar os obstáculos do terreno, de modo a ter um ponto de partida livre para suas inflexíveis linhas matemá-

ticas. Muitas vezes, tais "obstáculos" eram habitações humanas, lojas, igrejas, vizinhanças, monumentos preciosos, base de todo um tecido de hábitos e relações sociais. A remoção generalizada dos prédios que incorporavam tais formas apagava as cooperações e lealdades de uma existência, às vezes de muitas. O fato de que, ao realizar um "trabalho limpo", o planejador tinha de destruir preciosos órgãos sociais, que não podiam ser substituídos tão facilmente como se podem pavimentar ruas e construir casas, não parecia importante ao engenheiro militar de então, assim como não o parece a seus sucessores do século XX, encarregados dos "projetos de desfavelamento" ou do planejamento de rodovias.

No interesse da eficiência mecânica e da conformidade estética exterior, o engenheiro ignorava a estrutura social da cidade, e em seu esforço para acelerar o tráfego, impedia o encontro e a cooperação daqueles aos quais o tráfego supostamente servia. Assim, o barão Haussmann, no decorrer da construção do Bulevar Saint-Michel, aquela via soturna e barulhenta, rasgou o coração do antigo Quartier Latin, que tinha sido uma entidade quase autônoma desde a Idade Média. E adotou o mais simples de todos os métodos de melhorar uma porção dele: apagou-o por completo. Não só desimpediu a área que circundava as Escolas, mas, num movimento lateral, cortou também parte dos jardins do Palais de Luxembourg, sacrificando às linhas retas, às largas avenidas, ao movimento desimpedido de veículos, o caráter histórico específico de um bairro e todas as complexas necessidades e finalidades humanas a que servia.

Aqueles clichês barrocos do poder, muitas vezes não tendo sequer a decência de um disfarce, perduraram até bem dentro do século XX: testemunha disso é a abertura do prolongamento da Sétima Avenida, através do único bairro histórico de Nova Iorque que possuía integridade e caráter, ou a destruição semelhante e ainda mais portentosa criada pelo mal concebido Bulevar Benjamin Franklin, em Filadélfia — esta última, uma ferida brutal de que a cidade ainda não se recuperou, em mais de trinta anos. Onde as condições barrocas originais perduraram, esse tipo de planejamento podia ainda ter alguma justificativa: assim, uma curta e simbolicamente apropriada avenida liga o Arco do Almirantado com o Palácio de Buckingham, em Londres, enquanto que a crista acima é ladeada por embaixadas estrangeiras. Mas, noutros lugares, tais plantas, que seus administradores ainda inocentemente supunham ser "modernas", simplesmente repetem com fiel monotonia as inaptidões sociais do poder principesco. Esses erros remontam ao tempo de Bramante; na verdade, um panfleto da época, denunciando Bramante como construtor de ruínas e terror da antiga Roma, retrata-o quando sugeria a São Pedro que substituísse o caminho proverbialmente estreito e difícil para o céu por uma larga avenida reta e bem calçada.

Dada essa abordagem despótica e militar, o novo plano distinguia-se da

formalidade medieval mais antiga pelo uso de linhas retas e unidades regulares de quarteirão, sempre que possível de dimensões uniformes, exceto onde as ruas diagonais transformavam os quarteirões em polígonos irregulares. A nova ordem era definitivamente extrovertida; caracterizada pela praça aberta ou cercada, com suas avenidas e ruas irradiantes, atravessando imparcialmente antigos emaranhados ou novas redes, movendo-se para o horizonte sem limite. Ali não havia espaço interior algum. A planta em asterisco era, na realidade, uma contribuição barroca, embora, como já mostrei antes, ocorresse primeiro como sugestão satírica em Aristófanes. O urbanista barroco transformou aquele conceito esquecido num fato solene. Tinha, porém, suas razões profissionais. De tal ponto central, a artilharia podia dominar todas as entradas. O protótipo ideal do novo plano era baseado em considerações militares que remontam aos traçados octogonais de Francesco Martini, com ruas que se irradiam do centro, por volta de 1500. Em 1593, a República de Veneza fundou uma dessas novas cidades, Palma Nuova; e um urbanista holandês construiu sua correspondente Coeworden, apenas quatro anos depois, sendo mais uma vez imitado em Glückstadt, à margem do Elba, distante cerca de 65 quilômetros de Hamburgo, em 1616.

Tanto os planos ideais para as cidades em miniatura quanto as formas concretas derivadas delas, transpostas para esquemas maiores, devem ser considerados principalmente como exercícios de estética militar; modelos de brinquedo para o desfile do poder. Embora as minúsculas cidades construídas completamente segundo tal padrão fechado, pela sua própria definição física fossem incapazes de crescer, estabeleceram um padrão de pensamento que teve difundida influência. As três grandes avenidas que se irradiam da Piazza del Popolo, em Roma, na concepção do papa Xisto V, eram destinadas a facilitar ao peregrino encontrar seu caminho para as várias igrejas e locais sagrados; todavia, foram concebidas dentro da mesma indesejável maneira militar; e não é por acaso que uma delas, o Corso, tornou-se a principal rua comercial de Roma, aberta ao "comércio de carruagem".

O precursor do tipo de planejamento de avenidas em asterisco foi, como se poderia esperar de uma aristocracia de caçadores, o próprio parque real de caça. Nele, as longas alamedas, abertas por entre as árvores, permitiam aos caçadores montados reunir-se num ponto central e sair a galope em todas as direções. A caça e a desbandeirada cavalgada que a acompanha continuam sendo, até hoje, o esporte privilegiado do que ainda sobrevive da aristocracia, em todos os países. O ponto central de encontro o sítio redondo, era originalmente, a sede do pavilhão de caça. Quando foi traçado o plano de Versalhes, o próprio palácio foi situado de um lado do antigo pavilhão de caça, onde Luís XIV dirigira os primeiros galanteios a sua amante, Mme de la Vallière. Mas, no plano de uma capital real, o local de encontro servia agora a outra finalidade: o palácio atraía as novas avenidas da cidade, assim como

o próprio governante reunia o poder político que outrora estivera disperso entre uma multidão de famílias feudais e corporações municipais. Todas as principais avenidas conduziam ao palácio. E quando se erguiam os olhos, no meio da rua, o palácio, as mais das vezes, fechava a perspectiva. A abordagem axial servia como *spotlight* para concentrar a atenção no príncipe.

Nos países latinos, em particular, a planta em asterisco continuou sendo, durante três séculos, o ponto culminante da ordem urbana elegante. Esse tipo deixou sua marca não apenas em Versalhes, mas em distritos suburbanos tais como Garches e Meudon. Ainda em 1859, o primeiro prêmio para um projeto de ampliação de Barcelona foi concedido a um plano cujas diagonais convergiam para o núcleo histórico da velha cidade. Mais tarde ainda, em 1911, para ser preciso, foi traçado em Roma um novo bairro residencial com uma *plaza* central imitativa porém agora sem propósito, como espaçoso ponto de origem para ruas irradiantes. Mesmo no território (inglês) da fronteira do Canadá Superior, em 1829, a pequena cidade de Goderich foi planejada tendo um mercado como centro — hoje lindamente cheio de árvores — e oito raios suficientemente largos para conter o tráfego de hoje. Esse tipo de plano foi de fato imitado numa área tão ampla quanto a própria civilização ocidental, em lugares tão distanciados como Samarcanda e Washington. A planta de Samarcanda, tal como se achava no século XIX, era, na realidade, clássica em todos os aspectos; tratava-se, com efeito, de um exemplo arquetípico do estilo barroco. No meio, uma cidadela; a leste, estendia-se a cidade velha. Irradiando-se para fora da cidadela, seguiam as ruas e bulevares da nova, deslocando-se para oeste. Seria por coincidência que tais bulevares terminavam, ao norte e ao sul, numa caserna e num hospital militar?

Para a planta em forma de asterisco houve, todavia, outro ponto de origem paralela. Nos primeiros traçados em forma de estrela das fortificações, a própria cidade, colocada dentro dele, transformava-se num polígono regular, geralmente octogonal; e as ruas principais eram ou divididas em forma de cruz, ou dispostas de modo a convergir de cada um dos ângulos do octógono. Quando esse tipo de fortificação perdeu a sua eficiência, o efeito principal desse modelo foi fazer da cidade ou do bairro um setor da teia de aranha inicial, com as demais avenidas a se irradiarem para fora, para um parque ou para o campo aberto, como na cidade real de Karlsruhe. Examinaremos mais tarde a adaptação funcional daquele plano à mais animada e confortável dentre todas as cidades do século XIX, Amsterdã, cuja forma jamais poderia ter-se aproximado de sua perfeição original, não fosse precisamente essa sugestão geométrica.

O esquema do sítio central, círculos ou praças abertas, dominados por monumentos, flanqueados simetricamente por edifícios públicos, com avenidas a partir de tais centros, alterou profundamente todas as dimensões da construção. Ao contrário da cidade medieval, através da qual se deve cami-

nhar lentamente, para apreciar suas incessantes transformações de massa e silhueta, seus detalhes complicados e surpreendentes, pode-se perceber toda uma cidade barroca quase de um só olhar. Mesmo aquilo que não se vê pode-se facilmente introduzir na imaginação, uma vez que se achem estabelecidas as linhas de orientação. A avenida passava agora a ser, em caráter definido, a moldura horizontal dos edifícios terminais. Embora tais edifícios pudessem ser coroados por um domo ou cúpula com torre, o efeito principal do planejamento em si era aumentar a importância das linhas horizontais reguladoras, formadas por lintéis, molduras e cornijas: pela primeira vez, todas aquelas partes se achavam unidas numa perspectiva cujo efeito era intensificado pela extensão aparentemente infinita da avenida.

Os domos dos edifícios dominantes não pareciam apenas flutuar: os próprios edifícios principais, quando levantados sozinhos ao fim de uma larga avenida, igualmente flutuavam no espaço e, algumas vezes, como os edifícios que dão forma à Place de la Concorde, quase se perdiam nele. Se a cidade medieval era capaz de provocar a claustrofobia, quando muito, por sua insistência no enclausuramento, a cidade do absolutismo produzia justamente o efeito oposto, o da agorafobia: o horror ao vazio, suavizado apenas pelo fato de que o espaço era cortado em farrapos pelo constante movimento de veículos.

O rápido movimento de espectador por aquele espaço, numa carruagem ou a cavalo, era realmente essencial para aliviar a monotonia estética daquelas avenidas uniformes, com seus edifícios uniformes e, na última fase, sua aplicação demasidado uniforme das ordens clássicas. Somente pela muito íntima justaposição do parque e da alameda arborizada à perspectiva de ruas suburbanas, podia-se evitar certa frieza na arquitetura. Pelo uso dessa verdura, a Avenue de l'Observatoire e os Champs Elysées têm uma qualidade jovial que não se acha inteiramente ausente mesmo nos bulevares especulativos da Paris de Haussmann.

Não importa o que mais pudesse significar, o plano barroco representava a conquista militar do espaço, os resultados humanos não eram levados em conta, exceto na medida em que conspirassem em benefício das classes superiores. Mas, uma vez desaparecida a fortificação constrangedora, a extensão indefinida da nova avenida revelou-se um embaraço, pois diminuía tanto os reis quanto seus súditos.

Tem-se aqui o paradoxo do poder. O poder político centralizado tem sua origem na força bruta e na capacidade de uma personalidade dominante: alcança sua negação quando todos esses atributos e energias se acham absorvidos por um mecanismo oficial, pelo qual o poder original é comunicado a um ponto distante, através de uma organização burocrática e militar. Se a tirania é uma consequência da confusão democrática, bem como da sua inaptidão, é igualmente verdadeiro que a vulgarização democrática é um resultado

inevitável daquela fase final da tirania: a eficiência despersonalizada. Depois de algum tempo, nem o mais poderoso dos imperadores, dos magnatas financeiros, ou dos ditadores, conta mais que o homem da rua: ambos são peças, colhidas num mesmo mecanismo. O Palácio Pitti, visto do outro lado do seu pátio, ainda parece imponente: mas Versalhes, vista de grande distância, não é mais formidável que uma unidade fabril horizontal, construída para a montagem de titeres em linha reta. Aquelas longas avenidas servem de lentes de redução; nas longas perspectivas de Versalhes ou São Petersburgo, a figura humana central, rei ou czar, tornou-se menor ainda, e em breve chegou a seu ponto de desvanecimento político.

6. As Funções Urbanas como Sobras

Como indiquei, a cidade foi sacrificada ao tráfego na nova planta: a rua, não a vizinhança ou o bairro, passou a ser a unidade de planeamento. A avenida uniforme levou o movimento e a confusão a partes da cidade que tinham sido tranqüilas e contidas em si mesmas: e tendeu a estender o mercado ao longo das linhas de tráfego, em vez de prover pontos locais de concentração de vizinhança, onde as pessoas pudessem congregar-se e encontrar-se — embora, em cidades como Londres, menos sujeitas ao jugo das idéias barrocas que a maior parte das grandes capitais, a concentração de vizinhança, em algumas ruas curtas do mercado ainda predominasse. O espaço vital, no plano barroco, era tratado como um sobra, depois que a própria avenida determinava a forma do lote de moradia e a profundidade do quarteirão.

Com esse desdém por todas as funções urbanas exceto o tráfego, ocorreu uma supervalorização da figura geométrica: uma praça como a nova Freudenstadt, uma figura de nove lados com ruas radioconcêntricas como Palma Nuova, uma estrela parcial como Karlsruhe. Que significa isto? A figura abstrata delimita o conteúdo social, em vez de ser derivada dele e, em certo grau, conformada a ele. As instituições da cidade já não geram a planta: a função da planta é, antes, introduzir nas instituições a conformidade à vontade do príncipe. É verdade que há algumas exceções: mas — que pena! — elas ficaram no papel. A ideal planta em estrela de Filarete foi uma exceção: sua praça central era retangular, com a catedral e o palácio nos lados curtos e o sítio dos mercadores e mercados de gêneros alimentícios nos lados longos. Igualmente medieval no seu respeito pela função é o fato que cada uma das dezesseis ruas radiais é interrompida por praças secundárias, oito das quais para igrejas paroquiais, as outras oito reservadas a mercados especiais tais como o de madeira, o de palhas, o de cereais e o de vinho. Semelhante projeto, com sua preocupação pela vida cotidiana da paróquia, ainda era de espírito medieval, embora de traçado barroco. Nem é preciso acrescentar que a cidade ideal de

Filarete jamais foi construída: aquele tipo de pensamento carecia, então, de autoridade e influência. O príncipe e seus ajudantes tinham em mente outras considerações.

A subordinação do conteúdo da vida urbana à forma exterior era típica da mentalidade barroca; mas seus custos econômicos eram quase tão extravagantes quanto suas perdas sociais. Se a topografia era irregular, o terreno devia ser aplainado, não importava o custo em materiais e mão-de-obra, simplesmente para fazer funcionar o plano: a avenida não desviará o seu curso nem alterará em nada a sua largura, a fim de poupar uma bela árvore ou de manter intacto um precioso edifício. Na eventualidade de um conflito com os interesses humanos, o tráfego e a geometria têm prioridade. Tão difícil é executar uma planta barroca em contornos irregulares que a maior parte das novas cidades construídas situou-se em lugares planos. Algumas vezes, sem dúvida, o projetista se afastou de seus planos originais quando, como no caso das avenidas que irradiam da Piazza del Popolo, em Roma, uma colina se revelava por demais difícil de ser penetrada pela avenida projetada. (Na verdade, parece duvidoso que o planejador pudesse ter ido olhar de perto o sítio, quando o projetou daquele modo: negligência, aliás, não rara neste tipo de planeamento.)

Francesco Martini, é verdade, variava suas plantas ideais por meio de uma engenhosa aplicação da geometria esférica a fim de solucionar o problema de colinas em curvas, dando às ruas declives toleráveis, mas até mesmo aquele ensaio de pensamento tridimensional exigia que a curva do sólido cujos contornos ele conformava fosse mais regular do que em geral se verifica ao natural. Assim, a indiferença barroca pela topografia não só veio aumentar grandemente as despesas do desenvolvimento das cidades: além disso, o aumento de veículos de rodas elevou o custo, exigindo um tipo mais pesado de calçamento, e em maior volume. O alargamento e prolongamento das avenidas representou ainda um novo encargo; e o papa Xisto IV, em 1480, sabiamente atendeu a isso, impondo uma taxa adicional aos proprietários que tiravam proveito de melhoramentos feitos em sua vizinhança. Infelizmente, essa boa prática, como sua outra admirável inovação — a condenação do uso de terrenos privados para finalidades públicas tais como o alargamento de ruas —, não foi levada a sério por outras municipalidades, até o fim do século XIX.

Não quer isso dizer que a ordem geométrica não possa desempenhar um papel útil no planeamento: muito ao contrário. Uma época como a nossa, que sucumbiu a “formas livres” puramente caprichosas e sem finalidades, pode em breve ter de retroceder a uma apreciação de uma disciplina mais rigorosa, com sua simplificação e ordem inteligível e suas sensatas restrições. A função da geometria, no urbanismo, é esclarecer e orientar. Como qualquer outro tipo de útil abstração, deve ser condicionada pela situação concreta, em

sua inteireza e variedade, e dar lugar às necessidades específicas, quando estas mostram determinado aspecto da vida que tenha escapado às fórmulas. Num período em que as mudanças eram rápidas e em que o costume já não poderia servir de orientação suficiente, a geometria bem poderia servir de expediente temporário para produzir pelo menos uma conformidade exterior. Infelizmente, os planejadores barrocos presumiram tacitamente que a sua ordem era eterna. Não só arregimentaram o espaço, mas também procuraram petrificar o tempo. Sua inexorabilidade no destruir o antigo só tinha paralelo em sua obstinação no se opor ao novo: de fato, somente uma ordem podia harmonizar-se com seus tipos de planos: a saber, a sua própria, em maior escala.

Em suma, a planta barroca era uma realização baseada em quarteirões. Tinha de ser traçada de um só golpe, fixa e congelada para sempre, como se feita da noite para o dia por gênios das Mil e Uma Noites. Tal planta exige um déspota arquitetônico, a trabalhar para um governante absoluto, que viverá o tempo suficiente para completar suas próprias concepções. Alterar esse tipo de planta, introduzir novos elementos de outro estilo, é romper sua espinha dorsal estética. O próprio conteúdo superficial de uma planta barroca só pode ser preservado por severos regulamentos administrativos. Onde tais regulamentos foram conservados, como em Paris, a ordem pôde ser preservada na superfície, por muitas gerações, mesmo por séculos.

O sentido de unidade exterior, no século XVII, foi resumido talvez da melhor maneira por Descartes, que é um dos pensadores mais representativo do período, não menos por ser, ao mesmo tempo, soldado e filósofo matemático. "Pode-se observar — disse Descartes — que as construções que um só arquiteto planejou e executou são geralmente mais elegantes e mais cômodas do que aquelas que vários intentaram melhorar. (...) Assim, também aquelas antigas cidades que, sendo a princípio apenas aldeias, tornaram-se, no correr do tempo, grandes cidades, geralmente não passam de ser mal traçadas, em comparação com as cidades regularmente construídas que um arquiteto profissional planejou livremente, numa planície aberta; de sorte que, embora os vários edifícios das primeiras possam muitas vezes igualar ou superar em beleza os das últimas, todavia, quando se observa a sua justaposição indiscriminada, ali um grande prédio e aqui um pequeno, e a conseqüente sinuosidade e irregularidade das ruas, não se pode deixar de admitir que o acaso, mais que qualquer vontade humana guiada pela razão, deve ter levado a uma tal disposição. E, se considerarmos que, não obstante, existiram em todos os tempos certos funcionários cujos deveres consistiam em cuidar que as construções privadas contribuíssem para o ornamento público, a dificuldade de alcançar a perfeição suprema, podendo-se trabalhar apenas com os materiais dos outros, será prontamente reconhecida."

Não poderia haver contraste mais agudo entre as duas ordens de pensamento, o orgânico e o mecânico, do que neste passo: a primeira decorre da

situação total, a outra simplifica os fatos da vida a bem de um engenhoso sistema de conceitos, mais caros à mente que a própria vida. Uma trabalha cooperativamente, "com os materiais dos outros", talvez orientando-os, mas reconhecendo, em primeiro lugar, a sua existência, e compreendendo os seus propósitos: a outra, a do déspota barroco, insistindo na sua lei, na sua ordem, na sua sociedade, é imposta por uma única mentalidade profissional, a operar sob o seu domínio. Para aqueles que se encontravam dentro da vida barroca, o cortesão e o financista, essa ordem formal era orgânica: representava os valores que eles, como classe, tinham criado para si mesmos. Para os de fora, era uma negação da realidade.

A essência desse modo de pensamento, o símbolo mais representativo do planejamento barroco em seus momentos tanto mais criadores quanto mais débeis, é o jardim formal ou parque do século XVII, que é uma composição simétrica no espaço, na qual os crescimentos e inflorescências naturais tornam-se simplesmente padrões subordinados de um desenho geométrico: determinada quantidade de tapete, de papel pintado e de decorações de teto, engenhosamente reunidos a partir dos materiais estranhos da natureza. A alameda podada, na qual as árvores são transformadas numa uniforme parede verde; a sebe podada: a deformação da vida no interesse de um modelo externo de ordem — tinha-se aí algo a um tempo imponente e infamante, como se Procrustes tivesse ganho de presente a imaginação de um Poussin.

Para compreender as limitações finais do plano barroco, sua impossibilidade de levar em consideração qualquer modo de existência, exceto aquele derivado da corte, tem-se de perguntar: que disposições foram tomadas em relação ao núcleo cívico? Na vizinhança, nenhuma. O mercado local e a escola não ganharam sítios especiais no plano; nem o parque local dentro da grande praça serve sequer como pequeno local de brinquedo, para as crianças da vizinhança, salvo aquelas que têm acesso legal à praça por direito de propriedade. Quanto às instituições cívicas da municipalidade, eram subordinadas ao palácio do príncipe; e a teoria desse núcleo cívico foi admiravelmente estabelecida por Palladio:

"É necessário voltar às praças principais, àquelas que devem ficar junto do palácio do príncipe ou àquela destinada ao encontro dos Estados, conforme o país seja uma monarquia ou uma república. O fisco e o tesouro público, onde o dinheiro e as economias do público são depositados, devem igualmente ficar junto dela, assim como as prisões. Estas últimas eram, antigamente, de três tipos, uma para os desregrados ou imodestos... que agora destinamos aos loucos ou aos doidos; outra era para os Devedores... e a terceira para os traidores ou pessoas pérfidas".

O palácio, o fisco, a prisão, o hospício — que quatro outras edificações poderiam mais completamente resumir a nova ordem ou simbolizar as caracte-

rísticas de sua vida política? Tais eram os dominantes. Entre eles, estendiam-se as fachadas monotonamente repetitivas; por trás daquelas fachadas, as partes esquecidas e negadas da vida, de algum modo, prosseguiam.

7. O Fórum dos Elegantes

Num lugar, entretanto, o planejamento barroco elevou-se acima de suas premissas políticas e militares; ali, criou uma forma independente das finalidades do palácio. Deu-se isto na concepção da praça residencial. A praça aberta jamais havia desaparecido; mas pela mesma razão, inclusive na Idade Média, jamais fora usada inteiramente para fins residenciais, quando menos porque o escritório e a oficina faziam parte da moradia. Contudo, no século XVII, reapareceu sob um novo disfarce, ou melhor, passou então a representar uma nova finalidade urbana — a de ajuntar, bem à vista umas das outras, um grupo de residências ocupadas por pessoas mais ou menos do mesmo ofício e posição. O dr. Mario Labó tem razão em considerar a Strada Nuova, de Génova, mais um bairro do que uma rua; mas as novas praças deram uma nova definição àquele tipo de agrupamento de classes.

No tipo mais antigo de cidade, particularmente no Continente, os ricos e os pobres, os grandes e os humildes, muitas vezes se haviam misturado num mesmo bairro, e em Paris, por exemplo, continuaram por muito tempo ocupando o mesmo prédio, os mais ricos no térreo, os mais pobres no sótão, cinco ou seis pavimentos acima. Agora, porém, começando, ao que parece, com a fundação da Estalagem de Gray, em Londres, em 1600, formava-se um novo tipo de praça: um espaço aberto rodeado exclusivamente por moradias, sem lojas ou edifícios públicos, exceto talvez uma igreja. A Estalagem de Gray foi, na verdade, uma forma de transição entre o enclausuramento murado medieval, com jardins interiores, dedicados a um convento ou à mansão de um grande senhor, e a praça, fechada apenas por suas próprias casas, concebida como parte do novo traçado de ruas.

A mais antiga das praças francesas, em Paris, a Place Royale (agora chamada Place des Vosges), foi concebida inicialmente por Henrique IV, em 1604, como sítio de uma nova fábrica de tapetes, para a qual realmente chegou a se levantar um edifício. Mas, em 1605, o projeto foi ampliado, passando a incluir moradias no mesmo estilo da fábrica, nas quais podiam ser alojados os trabalhadores: aparentemente, um esperançoso precedente da nova ordem industrial que se achava em processo de montagem, nas grandes fábricas de tecidos e cerâmicas, sob patrocínio real. Mas, no mesmo ano, aquela feliz iniciativa foi abandonada, em favor de outra espécie de experiência: a praça dedicada exclusivamente a residências de classe superior. Assim, aquela praça aberta particular, em certo sentido, reverteu a seu uso original,

pois um lado do sítio tinha sido o antigo Royal Hôtel des Tournelles, com seu campo de torneiros para os combates de cavaleiros; e retornou, por um momento, àquele uso festivo, em 1612. De modo muito parecido, convém notar, a feira de Santo Ovídio, antiga instituição medieval, perdurou na Place Vendôme.

Em Londres, a terra destinada àquelas novas praças foi proporcionada pelas grandes propriedades feudais que detinham largos trechos da cidade. Mesmo em Paris, a nobreza feudal edificara, no subúrbio próximo de Saint-Germain por exemplo, casas de campo com espaçosos quintais, como aquela que se estende por detrás do Musée Rodin, cujas dimensões palacianas se derivam de seu uso primitivo. Celia Fiennes, em suas *English Journeys*, nota que “havia antigamente na cidade muitas casas dos nobres com grandes quintais e abrigos e grandes entradas, mas depois foram derrubadas e transformadas em ruas e praças e chamadas pelos nomes dos nobres, e é essa a prática de quase todos”.

As novas praças, na verdade, atendiam a uma nova necessidade da classe superior, ou melhor, a toda uma série de necessidades. Eram originariamente construídas para famílias de aristocratas ou de mercadores, com o mesmo padrão de vida, os mesmos hábitos. Se as fachadas uniformes da praça ocultavam diferenças de opinião política e fé religiosa, havia, talvez, no século XVII, necessidade extra justamente desse tipo de arbitrário manto de classes, para ocultar suas disparidades, rivalidades e inimizades emergentes: gente nobre mostrava uma frente comum de classe, que polidamente ocultava suas diferenças ideológicas e de partido. Aqueles que residiam numa praça tinham, por esse simples fato, alcançado uma distinção extra; e presumivelmente, poderiam ter uma carruagem e cavalos, despesa que mesmo um próspero servidor público como Samuel Pepys enfrentava com certo temor.

Arquiteticamente, aquelas praças eram, no princípio, um tanto soturnas: pareciam mais um campo de parada do que os pequenos parques urbanos que muitas delas vieram a ser depois do século XVIII, quando o gosto romântico pela paisagem voltou a surgir nos desertos de pedra da cidade. Os espaços abertos da praça não eram concebidos, na verdade, como lugares para caminhar e relaxar os músculos ao ar livre, como são usados hoje em dia; constituíam, antes, locais de estacionamento para veículos; lugares, como notou Evelyn, em *Londinum Redevivum*, onde podiam parar as carruagens, e onde, sem dúvida, os cavalos impacientes, num dia frio, podiam fazer exercícios de tempos em tempos, enquanto o cocheiro esperava por seu senhor ou senhora. Àquelas praças abertas, ademais, podiam-se conduzir os convidados para uma grande festa, em carruagens, sem causar exagerado congestionamento. Assim, ironicamente, praças tais como a Place Vendôme (1677-1701), que hoje serve como estacionamento de automóveis, em certo sentido estão apenas revertendo ao seu uso original; há, porém, uma diferença: os antigos coches eram

usualmente limitados em número e muitos deles estariam em movimento, ao passo que os ocupantes atuais formam uma sólida massa imóvel.

No século XVIII, a transformação da praça residencial foi mais além. No traçado da maioria das praças, destinara-se espaço insuficiente para os quintais; na verdade, esses quintais não demoraram a se transformar em áreas calçadas utilitárias, onde se batiam tapetes e se penduravam roupas para secar. Quando essa falta foi suficientemente sentida, os proprietários das casas da praça transformaram o espaço aberto vazio num jardim ou parque comum. Na grande planta em perspectiva de Paris, feita por Turgot, em 1737, a Place Royale já se acha fechada por uma cerca com quatro portões e oito calçadas retas que convergem para uma estátua equestre no meio. Na Inglaterra, após uma ou duas gerações de plantio, as árvores e a relva introduziram uma nova beleza na paisagem urbana, e suavizaram o ar. Mas a intimidade do velho jardim medieval havia desaparecido: a nova tônica era a amplidão visual e a intimidade social. As barreiras de classes formavam agora uma aura invisível.

Embora o desenvolvimento da praça residencial se estendesse por um período de dois séculos e meio, a forma, o tratamento arquitetônico e a superfície aberta permaneceram coerentes, pelo menos em Londres. Berkeley Square, com seus dois hectares, talvez represente a média. Mais de duas dúzias de praças foram construídas no centro de Londres, antes de 1827, principalmente em Bloomsbury, Mayfair e Belgravia: iam desde Covent Garden e Leicester Square (1630 e 1635), passando por Grosvenor (1695) e Bedford (1775), até Boston Crescent e Belgrave Square (1820 e 1825). Com o tempo, apresentaram uma ampla variedade de formas, retângulos como Torrington Square, semicírculos como Mornington Crescent, círculos como a Place des Victoires, em Paris, elipses abertas como algumas da Cidade Nova de Edimburgo. Mesmo em bairros que finalmente sucumbiram às modificações dos usos e ao empobrecimento, aqueles espaços abertos serviam para conservar certo nível de limpeza e ordem que contrastava favoravelmente com as ruas laterais mais sujas.

O exemplo fixado por Londres e Paris foi imitado em cidades menores. A Place Ducal, na cidadezinha de Charleville, é, arquitetonicamente, do mesmo tecido que a Place Royale, em Paris; e nos quadrados, círculos e crescentes de Bath, traçados pelos Woods, alcançaram um ponto culminante de perfeição, mais elevado que em qualquer outro lugar, em parte, talvez, por causa de uma exploração verdadeiramente imponente dos lugares amarrados e regulares nos novos sítios da cidade. Infelizmente, como o que se costuma fotografar são os prédios do Royal Crescent, e não o que deles se vê, aqueles que não visitaram Bath não podem compreender facilmente que a ampla curva do Crescent não é uma forma arbitrária, mas uma resposta imaginosa à amplidão da passagem que se descortina do sítio: uma vista das distantes colinas que devem ter sido ainda mais admiráveis, antes que as árvores interve-

nientes tivessem crescido o bastante para ocultá-la. Ali, a prodigalidade barroca com o espaço foi amplamente justificada pelo resultado estético — para não falar da salubridade daquele planejamento aberto. Os críticos arquitetônicos que recentemente confundiram urbanidade com elevada densidade demográfica e concentração de construções, enganam-se, por esquecer a amplidão de Bath: a mais coerentemente urbana das cidades inglesas, que, em seus melhores dias, se gabava de ter a população de uma cidadezinha e cultivava os polidos ares de uma metrópole.

Até que ponto aquela nova ordem poderia ir numa direção inteiramente diferente dos precedentes barrocos palacianos está demonstrado na planta de Craig para a Cidade Nova de Edimburgo, de 1767. Aquela ordem e unidade foram o resultado de uma atitude unificada perante a vida, da propriedade unificada da terra e do controle unificado do arquiteto e do construtor. Se a terra tivesse sido primeiro dividida em parcelas individuais, vendidas a proprietários privados e divergentes, cada qual orgulhoso de seus próprios gostos, cioso dos seus próprios caprichos, feroz na defesa de sua própria ideologia, o resultado teria sido o caos que muitas vezes predominou na rua urbana ou suburbana do século XIX. Ali, em Londres, Bath ou Edimburgo, mais que nas cidades residenciais palacianas de exemplo mais famoso, como Versalhes, a ordem barroca achou-se em sua melhor forma: a arregimentação com uma medida formal e um sorriso tranqüilo. Os ingredientes arquitetônicos eram simples e quase nada deviam a uma cega imitação do passado. O espaço aberto, uma simples figura geométrica, crescente, círculo, oval, quadrado, delimitava-se por um gradil que cercava a relva verde: para ingresso, uma rua na periferia. Materiais comuns de construção, tijolos, pedras ou estuque, emolduravam uniformemente os lados da praça: assim também, uma linha comum de telhados, e elementos comuns que se repetiam, janelas, portas, colunas.

As exigências eram tão fundamentais, tão direto o método de tratamento, que aquelas casas ainda são habitáveis, cem a trezentos anos mais tarde: posso dar testemunho disto por experiência pessoal. Sua amplidão, seu próprio anonimato, sua falta de "exatidão funcional", para usar a expressão de Matthew Nowicki, prolongaram sua vida; pois servem quase igualmente bem como apartamentos, hotéis, escritórios, estúdios e, afinal, para quase toda finalidade, exceto a finalidade original, de residência de uma só família. No mínimo, a arquitetura, tanto quanto o traçado, mostrava boas maneiras: no máximo, atendia a todas as exigências de uma vida ostentatória, porém digna, num período em que tal exibição podia ser mantida por um generoso séquito de criados mal pagos. O longo período de tempo no qual essa forma predominou sem modificações é testemunha do seu mérito: Thomas Cubitt ainda estava construindo casas e praças assim em Londres, na primeira metade do século XIX.

Tanto vale como justa apreciação. Não se deve, entretanto, olhar de

muito perto, mesmo nos bairros de classe superior, por trás das belas fachadas clássicas. Elas têm uma frente e um fundo. A frente, que se destinava a ser vista, ainda é bela. O fundo, que se destinava a ficar escondido, era usualmente sórdido, muitas vezes inapelavelmente insuportável. Nisso, a arquitetura reflete a vida: a série de Hogarth, sobre *The Rake's Progress*, como os *Diários*, de Boswell, revelam muito daquilo que as gravuras puramente arquitetônicas do período ocultam. Observem-se os fundos das belas casas de Charlotte Square, em Edimburgo: são casernas. Sigam-se os caminhos que partem da praça: encontrar-se-á um cortiço, separado das belas casas apenas por estúbulos, ocupados por criados e por pequenos negociantes. Onde tais edificações não existem antes que a grande praça comece a existir, acabarão por aparecer como parte do desenvolvimento: as ruas por trás das fachadas um tanto pomposas do Regent's Park de Nash foram planejadas, desde o princípio, por assim dizer, como cortiços embutidos. Ponderadamente, os planejadores previam até mesmo um pequeno bairro de casas menores, destinadas a serem convenientemente ocupadas por amantes e cortesãos.

De maneira definida, aquele planejamento de classe superior quase nada tinha a oferecer à ordem do resto da cidade, cuja população vivia num nível econômico inferior e se alojava, como veremos, de acordo com um princípio diferente, no qual não se levava em consideração o gosto, nem a saúde, nem a vida familiar. A questão foi admiravelmente ilustrada num diálogo do século XVI, entre um homem do campo e um homem da cidade. O primeiro exalta as vantagens do campo e da vida social ali gozada com seus honrados vizinhos — “pastores, fazendeiros, açougueiros, criadores, carpinteiros, escultores, alfaiates e homens como estes, muito bons e honrados companheiros”. Aquela vida, que outrora existira na cidade, também agora havia desaparecido, pois seu adversário responde: “E assim penso eu, mas não para vós, que sois um cavalheiro”. “Como — exclama o camponês — haveríeis de me fazer viver sozinho e solitário? Isto seria pior do que estar morto.” Ao que o cavalheiro da cidade replica: “Não, não, pois se vivésseis pela maior parte do tempo na corte e na cidade, entre os de melhor categoria, acabariéis encontrando companhia, de acordo com vosso estado e condição”. O planejamento barroco, mesmo em seus melhores momentos, continuava apoiado naquelas estreitas bases. Era destinado aos melhores: adaptava-se a sua condição.

8. Remanescentes da Ordem Barroca

O culto barroco do poder tem sido ainda mais tenaz que a ideologia medieval: continuou existindo e se estendeu a outros departamentos da vida, criando Napoleões não simplesmente nas coisas do Estado mas nos negócios e nas finanças, embora sua arregimentação perdesse progressivamente o vívido

sentimento de expressão estética que realmente possuíam os grandes praticantes de suas fases iniciais. Por meio dos próprios efeitos da democracia, o absolutismo barroco apertou sua garra sobre a sociedade: não devemos esquecer que o serviço militar para toda a população masculina, não durante alguns meses todos os anos, como no feudalismo, mas anos seguidos de cada vez, data apenas da Revolução Francesa. Nos tempos modernos, nenhum príncipe absoluto ousaria impor tal compulsão universal: na verdade, dificilmente teria sido possível, após a época dos construtores de pirâmides.

Exércitos, governos, empresas capitalistas assumiam o ânimo característico e a forma daquela ordem, em todas as suas infladas dimensões. Particularmente no planejamento governamental, a imagem barroca continuou dominante: embora as salas das “cidades novas” da Europa do século XIX pudessem muitas vezes ser fundidas segundo o modelo da Idade Média, de Viena a Manchester, as casas do parlamento (com exceção de Westminster) e os escritórios governamentais costumavam constituir uma versão monótona e pomposa do barroco, ressecada algumas vezes na correção do neoclássico. Mesmo aquele louco que foi o expoente do nazismo, com a sua deliberada regressão aos deuses selvagens do germanismo, fundiu suas fantasias de poder desumanizado numa extravagância apropriadamente clássica de vazio.

Em Paris, Madri, Viena, São Petersburgo e Berlim, o estilo barroco, tanto na arquitetura como no urbanismo, não apenas perdurou, mas encontrou suas maiores oportunidades de aplicação em larga escala. Enquanto que as cidades de residência real deixavam de ser construídas no século XVIII, as grandes capitais, em seu crescimento e expansão, seguiam as mesmas linhas gerais, e muitas vezes com impiedoso desdém para com os valores históricos que se podiam esperar encontrar preservados e piedosamente incentivados nos santuários e monumentos nacionais. Alguns dos grandes triunfos do planejamento barroco estavam reservados, na realidade, à Paris do século XIX: prova, aliás, de que a fase histórica da cultura urbana cria um arquétipo durável, que não pode ser corretamente colocado dentro das fronteiras do tempo de qualquer período único, pelos motivos que já abordamos.

Em Paris, a abordagem barroca serviu a dois líderes imperialistas, Napoleão I e Napoleão III. Cada um desses líderes levou a cabo e ampliou os planos de melhoramentos em Paris, com os quais seus predecessores menos aventureiros tinham apenas brincado. No grau em que aqueles governantes exerciam o poder real, o próprio estilo conservava mais que uma parte da sua antiga vitalidade. Ao passo que a planta de Colbert para Paris, em 1665, acentuava o controle da construção e da expansão, aqueles novos governantes, mais realistas que os velhos reis, estavam ao lado do crescimento e da expansão. Seu ânimo servia bem aos banqueiros e especuladores, que se aproveitaram do subsequente aumento dos ganhos da terra e dos lucros da construção.

Até bem dentro do século XX, o próprio planejamento urbano, pelo

menos nas grandes metrópoles, significou principalmente planejamento barroco: de Tóquio a Nova Delhi e San Francisco. O mais grandioso desses projetos foi o plano de Burnham e Bennett para Chicago, com seus parques e vias arborizadas, suas avenidas diagonais, sua eliminação das indústrias e das ferrovias da beira-rio. Aqui, porém, como em toda parte, deve-se notar a falha tipicamente barroca: nenhuma preocupação com a vizinhança como unidade integral, nenhuma preocupação pela habitação familiar, nenhuma concepção suficiente da ordenação dos negócios e da indústria, como parte necessária de qualquer realização maior da ordem urbana. Da mesma forma, o centro cívico de San Francisco foi concebido, como os de Cleveland e Springfield, sem qualquer controle adicional da paisagem urbana que o envolvia — e isso abertamente negava suas pretensões estéticas.

Alguns dos melhores e alguns dos piores exemplos de planejamento barroco somente surgiram depois que haviam flagrantemente deixado de ser, simbólica ou praticamente, apropriados para a época que os construíra. Sem poderes principescos, rigoroso controle da área contígua, pesados investimentos de capital, os planos barrocos não podiam enfrentar as empresas desordenadamente competitivas da cidade que se expandia e crescia para o alto. Com efeito, nos esquemas barrocos, meia côdea é realmente pior que nada: o que deixa de ser feito, ou não é afetado pelo plano, constitui em si mesmo uma confissão de sua fraqueza.

À parte a incongruência das formas barrocas com as finalidades e funções de uma cidade moderna, havia ainda uma fraqueza que seus advogados posteriores jamais compreenderam. Sua própria grandeza era baseada numa inocência, quando não em certo desdém com relação às necessidades práticas: até mesmo as necessidades do tráfego. Assim, sua contribuição mais importante, a avenida, reta, larga e longa, realmente servia para ligar rapidamente dois pontos; porém, a própria largura da avenida criava uma barreira entre seus lados opostos; e, numa data recente, quando se introduziram os sinais luminosos, a travessia de tais avenidas, mesmo com a ajuda de ilhas para pedestres, era um risco.

Para a finalidade de fazer compras, aquele grande passatempo que veio depois do século XVII, são as ruas estreitas, não adequadas ao tráfego, como a velha e a nova Bond Street, em Londres, a Calverstraat, em Amsterdam, a Calle Florida, em Buenos Aires, que florescem melhor. E, se a avenida constituiu uma barreira, que diremos de lugares tão amplos e batidos pelos ventos, como a Place de l'Etoile, cuja circunavegação a pé é nada menos que uma peregrinação? Tais extravagâncias exigem um pesado sacrifício diário, desproporcional aos benefícios obtidos.

Neste caso, que explica a ativa voga que o plano barroco conservou por muito tempo na mente do urbanista? Por que tanto planejamento superficialmente moderno ainda é realizado dentro do espírito barroco, com a mesma

imperativa extravagância e o mesmo imperativo desdém pelas necessidades humanas — embora a grande avenida se tenha transformado numa “via expressa” e o grande sítio redondo se tenha transformado num trevo? Por trás de todos esses estilos, acham-se todas as suposições — e superstições — do poder sem reservas. A prescrição barroca traz consigo a mesma espécie de autoridade que o médico antigo exercia quando, automaticamente, receitava um purgativo drástico para o seu paciente, não importa quais fossem os sintomas e a natureza da doença: prometia resultados definitivos, rápidos, visíveis, até mesmo espantosos.

Se compararmos a elegante geometria de um plano barroco com a espécie de substituição e modificação paciente e por pequenas parcelas sugerida nos planos de Rowland Nicholas para a reconstrução de Manchester, descobriremos as vantagens especiosas dessa superficialidade administrativa. É necessário que se tenham, ao mesmo tempo, conhecimento e imaginação, para compreender que o processo que o planejador de Manchester desencadearia destinava-se a produzir uma cidade muito mais razoável do que um só impaciente arrasamento de todo um bairro, seguido por uma generalizada abertura de novas avenidas e projetos de construção em larga escala, com um peremptório desvio de dinheiro e esforços, de outras partes da cidade igualmente necessitadas de paciente tratamento passo a passo. O tom ostentatoriamente categórico do estilo barroco empresta, a princípio, certa predominância sobre os projetos que levam em maior conta as realidades biológicas, sociais e econômicas.

E no entanto, havia uma medida de profunda visão humana na famosa observação de Daniel Burnham: “Não façamos planos pequenos, pois estes não têm a faculdade de estimular as mentes dos homens”. E há momentos em que a audácia da estética barroca, com seu impiedoso desprezo pelas realidades históricas, proporciona uma resposta ao que seriam dificuldades insuperáveis, se fosse procurada uma solução por pequenas partes. Ninguém poderia acusar W. R. Lethaby, medievalista profissional, advogado de um vernacular funcional moderno, livre da imposição de estilos, de portador de um gosto apriorista pelo desenho barroco; justamente o contrário. Contudo, frente a frente com a indecisa dispersão da Londres central, com seu emaranhado incurável de ruelas, sua falta de qualquer ordem inteligível ou de finalidade visível, tão disforme (notou ele) como um *fog* londrino, sugeriu a planta do Golden Bow. A curva do Tâmsa servia como a volta do Bow [Arco], tendo num extremo a Catedral de São Paulo e no outro a Abadia de Westminster: a seta era uma nova avenida, passando pela ponte de Waterloo e penetrando diretamente no coração de Londres, apontando para o Museu Britânico.

Tinha-se aí uma solução ousada, tão feliz quanto a Regent Street concebida e construída por Nash, que atravessava uma vegetação urbana semelhante. O Golden Bow não sugeria a criação de uma ampla rede de ruas simétricas e

avenidas diagonais de tráfego, segundo a moda parisiense de Haussmann: na verdade, Lethaby explicava que a “seta”, que abriria a vista do rio, devia ser uma via de pedestres, livre de veículos. Aplicou esse método, porém, para fazer um novo corte através dos escombros urbanos, quase como um cirurgião que cortasse um tecido morto numa ferida inflamada. Não era essa, decerto, a abordagem tipicamente barroca: era, antes, a do planejador renascentista, aplicada com vigor maior, em distâncias maiores, nas amplas dimensões a que a mente dos projetistas do século XVII se havia desde muito aclimado. Mas o que aconteceu ao plano barroco, quando aplicado em seu todo a uma cidade moderna, pode-se encontrar ao se considerar um dos maiores exemplos isolados do método e do estilo: a planta de Washington.

9. As Lições de Washington

Somente um século e pouco separa o projeto de Versalhes, a mais imponente senão a maior das “cidades novas” palacianas, dos planos traçados pelo major Pierre-Charles L’Enfant para a construção de Washington, apresentados em 1771. Entrementes, a ordem política da sociedade ocidental fora abalada em seus fundamentos. Três revoluções, a inglesa, a americana e a francesa, tinham posto abaixo todo o esquema de poder centralizado irrevogável, encarnado num monarca absoluto, cujos ares e pretensões tinham começado a rivalizar com seu protótipo egípcio. Com a queda do absolutismo, dera-se a derrubada dos Estados feudais, a secularização do Estado, a remoção dos regulamentos restritivos impostos pelas guildas e municipalidades; e ao lado daquilo, a abolição das próprias guildas e a transformação da cidade numa dependência cujos poderes tinham sido concedidos pelo Estado e podiam ser tomados de novo.

Se alguma coisa teria acaso modificado o padrão barroco, poder-se-ia pensar que aquela reconstituição em larga escala da sociedade política teria chegado a esse resultado. Particularmente nos primeiros dias da república norte-americana, quando os poderes do Estado ainda eram nebulosos e indeterminados, limitados pelas prerrogativas dos sistemas provinciais de governo. Que é, porém, que realmente encontramos?

Quando a nova capital ia ser projetada como sede do governo federal, foi um engenheiro francês que se chamou para realizar a tarefa. Era um homem notavelmente competente, muito mais hábil e descortinado do que jamais tinham percebido seus patrocinadores e colegas: na verdade, considerando sua juventude e limitada experiência, quase um gênio. L’Enfant acreditava, em suas próprias palavras, que o “modo de tomar posse de um distrito in teo e melhorá-lo deve a princípio deixar à posteridade uma grande idéia do interesse patriótico que o promoveu”: assim, até mesmo suas praças deveriam

ser transformadas em santuários com figuras esculpidas, “para convidar a Juventude de gerações sucessivas a passar pelos caminhos daqueles sábios ou heróis que seu país julgava conveniente celebrar”.

A despeito das firmes convicções republicanas de L’Enfant, o projeto que apresentou para a nova capital era, em todos os aspectos, o que os arquitetos e servos do despotismo haviam originariamente concebido. Podia ele apenas trazer à nova época a imagem estática que fora ditada pela coerção e pelo controle centralizado. A única característica que faltava eram as fortificações originais do século XVI, já que não havia necessidade aparente de defesa militar. Na verdade, isso veio a constituir um esquecimento embaraçoso, pois somente obras assim teriam salvo os novos edifícios públicos de Washington da destruição pelos atacantes britânicos na Guerra de 1812. Afora isso, o plano constituiu uma adaptação exemplar dos princípios barrocos padrão a uma nova situação.

Ora, L’Enfant, com a visão de um verdadeiro planejador, começou, não pelo sistema de ruas, mas pelos edifícios e praças principais. Entre aqueles pontos cardiais, imaginou “linhas ou avenidas de comunicação direta”, destinadas não só a facilitar o tráfego mas a “preservar em toda sua extensão uma reciprocidade de visão ao mesmo tempo”, com especial atenção à conveniência e às agradáveis perspectivas em caminho. Assim, Washington foi planejada como uma série de teias de aranha de tráfego, entrelaçadas, com avenidas principais de dimensões tão generosas quanto os Champs Elysées. As principais avenidas tinham 48 metros de largura, com 3 metros de calçada de cada lado, 9 metros de cascalho “plantado com árvores de cada lado”, e 24 metros no meio para a passagem de veículos. Mesmo as avenidas menores, como aquelas que levam aos edifícios públicos ou mercados, tinham 40 metros de largura, ao passo que as ruas restantes, entre 27 e 33 metros, rivalizam com as mais largas ruas transversais previstas no plano de 1811 para Manhattan, e ultrapassam em generosidade qualquer coisa imaginada em qualquer outra cidade histórica.

Sem dúvida, foi a própria ausência de construções que tornou tão profunda a homenagem de L’Enfant à avenida. Mas seu padrão de ruas em grade era de tamanho variado, não uniforme nas dimensões, como no plano de Penn para Filadélfia. Afora a irregularidade dos quarteirões formados por diagonais convergentes, a diferença em seu tamanho corresponde a alguma necessidade não inteiramente explicada por L’Enfant. As variações nas dimensões tanto dos quarteirões quanto das ruas mostram que não se tratou de um simples plano traçado na prancheta: ao concebê-lo, L’Enfant foi capaz de relacionar os elementos da planta com as funções diárias a que serviam.

Embora prestemos o devido tributo à qualidade da imaginação de L’Enfant, devemos observar que não pôde escapar ao costumeiro hábito barroco de sacrificar todas as outras funções da cidade a bem do espaço, da

magnificência de posição e do movimento. Dos dois mil e muitos hectares compreendidos em seu plano, 1459 eram destinados às estradas, ao passo que a terra destinada aos edifícios públicos, para jardins ou reserva, media apenas 218 hectares. Fosse qual fosse o seu critério, aquela divisão entre espaço dinâmico e estático, entre veículos e construções, era absurda. Somente um moderno engenheiro rodoviário, com suas extravagantes intersecções, podia competir com L'Enfant naquele descuidado desperdício de preciosos terrenos urbanos.

Em consequência, apenas 795 hectares, menos de dois terços da quantidade necessária para ruas e avenidas, restavam para ser divididos em lotes de construção, dando um total de 20 272 lotes. Com o generoso cálculo de seis pessoas por moradia, isso não proporcionaria acomodações a mais de 120 000 pessoas, se todos os lotes pudessem ser, de fato, usados exclusivamente para finalidades residenciais. O sistema de ruas exigia uma cidade de pelo menos meio milhão de pessoas, para se justificar: o plano permitia, em seus próprios termos originais, algo por volta dos cem mil.

Também isso mostra as limitações não tanto da imaginação de L'Enfant quanto da ideologia que ele aceitava sem discutir. E não é justificativa da distribuição original, assinalar que tanto o tráfego quanto a densidade de ocupação acabaram correspondendo ao pensamento de L'Enfant, e mais do que justificaram suas extravagâncias. Ao tempo em que isso aconteceu, tornara-se evidente que, desde que o tráfego sobre rodas é tratado como a principal preocupação do planejamento, jamais haverá espaço suficiente para impedi-lo de ficar congestionado, nem uma densidade residencial suficientemente alta para pagar impostos que bastem para cobrir suas exorbitantes exigências.

Na superfície, Washington tinha todos os aspectos de um soberbo plano barroco: a localização dos edifícios públicos, as imponentes avenidas, as abordagens axiais, a escala monumental, o verde envolvente. Não tendo para lhe servir de modelo qualquer grande cidade, nem mesmo São Petersburgo, L'Enfant assim mesmo fora capaz de imaginar o que poderia ser uma grande capital, concebida em termos barrocos. Havia levado em conta as palavras de Alberti, segundo as quais, "a cidade, ou antes, a região da cidade, é o maior e mais importante entre os edifícios públicos". E chegara mesmo a tirar o máximo de proveito do que era, antes que a mão do homem o tocasse, um sítio desencorajador: o fundo de um vale, orlado de um lado por um alagadiço à margem do Potomac, e cortado por um pequeno rio, ironicamente chamado Tibre, que em breve se tornou um esgoto. A estrutura existia, mas faltava o conteúdo. Pois não existia uma coisa: o poder de executar o plano pela construção. A ordem existia no papel, mas não na realidade.

O fracasso foi ainda mais lamentável porque ninguém, desde os Woods, em Bath, tinha aceito mais avidamente o desafio de um sítio difícil. Em vez

de tentar remover as dificuldades, L'Enfant procurou tirar partido delas. Assim, seu plano de uma cascata que cairia da Colina do Capitólio, utilizando água do Tibre, era digno do próprio Bernini. L'Enfant começou, corretamente, situando os edifícios públicos essenciais, a fim de colocar os núcleos cívicos, os pontos de atração, nos lugares mais importantes. Até mesmo a sua concepção da ligação dorsal entre a avenida Mall e a Pensilvânia, embora tristemente exagerada, foi da mesma ordem de pensamento do Golden Bow de Lethaby. Somente depois de determinada a posição dos principais edifícios, passou a preencher os interstícios com ruas e quarteirões. Prédios federais, inclusive uma Igreja Nacional não-sectária para cerimônias públicas, sítios locais de construção para escolas e colégios, tudo isso foi devidamente estabelecido por L'Enfant, como elementos determinantes da planta.

Sem dúvida, um governo sábio e providente não teria deixado escapar aquelas admiráveis sugestões ou esquecido aqueles sítios: ao contrário, teria comprado todo o Distrito de Colúmbia, alugando, e não vendendo, a terra essencial ao seu desenvolvimento, como uma espécie de capital nacional. Sem controle público das terras, o plano do major L'Enfant foi derrotado antes mesmo que surgisse diante dele um exército adversário.

Ainda hoje, após a recaptura parcial da concepção de L'Enfant pela compreensiva Comissão McMillan, em 1901, a realidade de algumas das suas maiores sugestões está apenas parcialmente realizada, ao passo que outras, como a da Mall, revelam a esterilidade de uma abordagem puramente visual do planejamento, quando não tem alicerce nas funções a que serve: a avenida Mall é, realmente, um cinturão verde, quando muito uma barreira de fogo que mantém segregadas e apartadas áreas que na realidade deveriam estar mais intimamente ligadas. No princípio, a cidade infante não podia encher aquelas brechas adultas; e, quando estava pronta para isso, o estilo da época mudara irrevogavelmente.

Até os próprios edifícios do governo, com os ramos executivo e legislativo nos extremos opostos do grande eixo, achavam-se por demais distantes para serem efetivamente relacionados pelo olhar. Somente o Capitólio, com seu domo, tanto por sua forma quanto por seu volume e posição, escapa à aniquilação pelas distâncias por demais imponentes de L'Enfant. Ao imitar religiosamente a separação constitucional dos poderes, L'Enfant tinha ido longe demais; e, mesmo que, desde o princípio, a avenida Pensilvânia, em toda a sua extensão, tivesse sido ladeada por edifícios públicos uniformes, como aqueles tardiamente introduzidos no "Triângulo", o resultado teria sido mortal.

Quanto à avenida Mall, que L'Enfant imaginou como lugar conveniente para residência de embaixadores — reduziu ele as construções propostas à invisibilidade, pela própria largura da longa faixa verde. Infelizmente, tão forte é a imagem da ordem barroca que, ainda hoje, ninguém se atreve a sugerir que

seja talvez a única parte de Washington que poderia ser apropriadamente ladeada por edifícios de dez ou quinze andares, como a única maneira de redimir aquela desolação espacial e salvar o resto da cidade para uma escala mais humana.

Em seu apogeu, a força do planejamento barroco estava no fato de que o plano de superfície e a estrutura tridimensional da cidade, ou pelo menos as fachadas daquela estrutura, encontravam-se lado a lado. O planejamento e a construção, em Karlsruhe, Versalhes, São Petersburgo, correram simultaneamente. Dentro das condições que governaram a obra de L'Enfant, a planta no papel não tinha a menor influência sobre o conteúdo: as forças que podiam fazer com que a planta vivesse ou morresse não se achavam nas mãos nem do planejador nem do seu cliente, o novo governo dos Estados Unidos, sem dinheiro, vacilante, comprometido com uma filosofia de *laissez-faire* que anulava as suposições políticas contidas nos fundamentos da planta.

Não há o que discutir, no que aconteceu em Washington. A ousada concepção de L'Enfant foi brutalmente massacrada; e, se isso não fosse suficiente, com o tempo foi visualmente destruída e dilapidada por uma ampla dispersão de edifícios mal-cuidados e sem importância. Ainda hoje, a área imediatamente ao redor do Capitólio é pontilhada por uma erupção de eczemas urbanas, que um arquiteto barroco pelo menos seria capaz de ocultar por trás de uma parede, se seu patrocinador não tivesse autoridade suficiente para demolir os próprios edifícios. Evidentemente, a planta, em si mesma, não podia gerar as brilhantes fachadas de mármore branco e as uniformes linhas de teto com que L'Enfant deveria ter sonhado. Quando Dickens visitou Washington em 1842, julgou-a uma cidade de "espaçosas avenidas, que começam em nada e não conduzem a parte alguma: ruas de uma milha de comprimento onde só faltam casas, caminhos e moradores: edifícios públicos que só precisam de um público para estarem completos, e ornamentos de grandes artérias que só exigem grandes artérias para ornamentar".

Ao conceber a cidade como um todo, como haveria de ser na sua forma acabada, L'Enfant havia ousado de maneira grandiosa; e em termos de posições e finalidades barrocas — acabadas, como num quadro de David, com clássicos símbolos republicanos —, ele a planejara soberbamente. Contudo, esqueceu os rigorosos limites de sua atribuição. Não fez caso do fato de não poder ele próprio construir a cidade que planejara, nem tinham os líderes políticos de sua geração aquele poder, muito embora pudessem recordar as figuras clássicas de Plutarco. O próprio país precisaria de pelo menos meio século de crescimento, prosperidade e unificação, antes que pudesse começar a preencher aquele esquema geral; e no entretanto, os começos mais modestos, que poderiam ter sido adotados dentro de uma estrutura mais apropriada, seriam obstruídos, antes que entravados, pela própria grandeza do esquema completamente crescido.

Na verdade, esqueceu-se L'Enfant de que o tempo é um embaraço fatal à concepção barroca do mundo: sua ordem mecânica não admite crescimento, mudança, adaptação e renovação criadora. Desempenho de tal natureza deve ser executado uma vez, para sempre, em sua própria época. Se L'Enfant tivesse respeitado esses estreitos limites, talvez houvesse alcançado tanto êxito na disposição dos principais edifícios governamentais quanto Jefferson iria alcançar na sua Universidade de Virgínia; mas, ao prever tudo, perdeu até o pouco que poderia ter alcançado.

Somente duas coisas salvaram da obliteração total o plano de L'Enfant. Uma foi a obra de Alexander Robey Shepherd, que, após a Guerra Civil, levou a cabo uma série de grandes aperfeiçoamentos públicos. Aquele comissário era conhecido como o Chefe Shepherd: como o seu quase contemporâneo Haussmann, tinha as qualificações ditatoriais apropriadas para realizar um plano barroco. Felizmente, também teve Shepherd imaginação bastante para emprender, pelo menos, o plantio de árvores nas largas ruas e avenidas, como L'Enfant havia especificado. Aquelas árvores deram à planta superficial uma terceira dimensão estabilizadora. Aquela arcada natural, verde durante grande parte do ano, oculta piedosamente alguns dos principais defeitos arquitetônicos de Washington, sem obscurecer seriamente os edifícios mais confortáveis. Contudo, no caso de avenidas que não têm tal embelezamento, a sordez muitas vezes não chega a ser aliviada.

O outro fato que redimiu o plano original de L'Enfant, embora não viesse aumentar a sua beleza, foi o preenchimento da sobrecarga das largas ruas com suficiente tráfego de rodas para justificar a sua existência: isto só ocorreu com o advento do automóvel. Embora o tráfego motorizado esteja agora de acordo com o plano, congestionando as artérias mais extravagantes e ocultando a verdura por trás de uma parede metálica de carros parados, Washington revelou-se uma clássica estação experimental para verificar se uma cidade dedicada plenamente ao tráfego poderia sobreviver suficientemente para quaisquer outras finalidades.

Já é evidente em Washington — e tornar-se-á mais evidente à medida que a cidade receber as inundações das novas vias expressas, que inexoravelmente estragam todas as vistas e dilapidam todas as abordagens às suas mais belas perspectivas urbanas — que, quando o tráfego ganhar precedência sobre todas as outras funções urbanas, não mais será possível que a cidade desempenhe seu próprio papel, o de facilitar o encontro e o intercuro. O direito que se supõe ter o automóvel particular, de ir a qualquer parte da cidade e estacionar em qualquer lugar, é nada menos que uma licença para destruir a cidade. A planta de L'Enfant, pelo seu próprio convite ao tráfego, revelou-se, neste particular, sua pior inimiga.

Mas convém assinalar: a parte de Washington que se tornou a área residencial predileta não é aquela que dá frente para as grandes avenidas de

tráfego, com seu ruído e seus gases venenosos. Muito ao contrário, é Georgetown, com as suas ruas estreitas e o seu traçado mais compacto, suficientemente modesta para servir, no século XIX, para as pequenas moradias de operários e negociantes. Aquela área foi convertida, durante a última geração, num distrito residencial de classe superior. Ali, gratamente, encontra-se não a escala monumental mas a escala doméstica.

Todavia, depois de dito tudo, Washington deve ser contada como exemplo clássico do planejamento barroco. Se Washington tivesse sido construída em vinte anos, exibindo estruturas uniformes convenientes, todas ocupadas, poderia ter sido um milagre da arte do urbanista trabalhando isoladamente: uma última peça de época para encerrar o período. Faltando isso, sua própria ampliação e grandeza convidava à desordem. O poder absoluto, a disciplina republicana e o espírito público achavam-se igualmente ausentes. A falta estava não simplesmente em L'Enfant, mas naqueles que tinham a seu cargo a execução do plano: a começar do presidente Washington, que tinha mais respeito por seu amigo Daniel Carroll, também proprietário de terras, o maior do distrito, do que pela integridade da planta de L'Enfant.

A demissão de L'Enfant foi o indício de que os proprietários e especuladores comerciais, e não o governo, iriam exercer o principal controle do desenvolvimento da capital. Embora L'Enfant compreendesse, nas suas próprias palavras, que "a nutrição da capital, ao contrário das outras cidades, viria de seus edifícios públicos e não de seus centros de comércio", foram os pés dos comerciantes e especuladores que espezinharam as melhores características da sua planta, deixando apenas o estéril contorno. Mas, não se contando a sua capacidade de manter à distância as forças reais que viriam derrotar seus planos, não sei de outros planejadores barrocos, nem mesmo aqueles da *équipe* de Haussmann, que mostrassem melhor compreensão da inter-relação de topografia, tráfego, monumentos e edifícios públicos, do que o próprio L'Enfant. O que faltava era uma forma responsável de controle político, que substituísse as ordens extravagantes e irresponsáveis do despotismo. Isto, porém, teria alterado todo o caráter da planta.

Neste particular, o desprezo a que ficou relegado o grande plano de Washington simboliza o destino de todo o esquema barroco, naquilo em que afetava a vida dos homens na cidade. Num período de fluxo e mudança, a insistência barroca na ordem exterior e na uniformidade impusera pelo menos um padrão comum e recordara ao morador de cidades de classe superior a interdependência da vida comum. Na Europa, uma série de leis de construção estabelecia padrões, limitava alturas e impunha certa medida de decência, que continha a competição em níveis inferiores. Na Inglaterra, e mais ainda nos Estados Unidos, esses padrões pareciam incômodos aos chefes do século XIX. Assim, a sensível Lei de Construções inglesa, de 1774, tornou-se conhecida como "Lei Negra", sinônimo de repressão burocrática e cansativa monotonia.

Em nome da liberdade, os novos líderes do comércio e da indústria, uma vez libertados das restrições do gosto barroco, convidavam a incerteza especulativa e a competição sem plano. Em consequência, a grande maré da urbanização do século XIX resultou num grande fenômeno: a progressiva submersão da cidade. Em lugar dela, foi a paisagem preenchida com uma massa cada vez maior de borra e detritos urbanos, jogados fora na tempestade da empresa capitalista.

Expansão comercial e dissolução urbana

1. Da Praça de Mercado à Economia de Mercado

Antes mesmo de a centralização política, em sua forma mais absoluta, ter encontrado expressão no plano barroco, o centro de gravidade começara sutilmente a passar para uma nova constelação de forças econômicas. A política do Estado, chamada mercantilismo, que procurava transferir à direção centralizada da coroa o protecionismo e o controle monopolístico da cidade medieval, revelou ser apenas uma fase de transição. De fato, as novas forças favoreciam a expansão e a dispersão em todas as direções, da colonização além dos mares à construção de novas indústrias, cujos melhoramentos tecnológicos simplesmente cancelavam todas as restrições medievais. A demolição de suas muralhas urbanas foi, ao mesmo tempo, prática e simbólica.

A instituição que representou essas novas forças leva o nome clássico de "capitalismo" e eu, deliberadamente, resisto à moda americana em voga, de dar-lhe um nome novo, livre de suas muitas e desagradáveis associações históricas. No século XVII, o capitalismo alterara toda a balança de poder. A partir daquela época, o estímulo à expansão urbana veio principalmente dos mercadores, dos financistas e dos senhores de terras, que serviam às suas necessidades. Somente no século XIX foram aquelas forças grandemente aumentadas, pela pressão da invenção mecânica e do industrialismo em larga escala.

Embora haja uma ligação constante e íntima entre o desenvolvimento do comércio e da indústria, na discussão da transformação urbana, é conveniente separar esses dois aspectos da nova ordem capitalista. Aliás, não apenas conveniente, mas historicamente preciso: com efeito, uma parte não pequena das invenções eficazes, entre o século XIII e o XVIII, foi obra dos novos empreendedores comerciais ou de seus servidores: da contabilidade de partidas dobradas, das faturas comerciais e da empresa por ações, ao navio a vela com três mastros, aos faróis, docas e canais. Nas movimentadas cidades portuárias à beira de rios e do mar, Bristol, Haia, Frankfurt-am-Main, Augsburg, Londres, Antuérpia, Amsterdam, novos padrões e ideais achavam-se

em operação: os cálculos da rentabilidade e dos lucros entravam em todas as transações.

O crescimento da cidade comercial foi um processo lento, pois teve de enfrentar resistência tanto na estrutura quanto nos costumes da cidade medieval; e, embora tirasse partido da regularidade barroca, e fosse, na verdade, parcialmente responsável por ela, não tinha como usar as extravagâncias da exibição principesca. Mas o resultado final do capitalismo foi introduzir os costumes da praça de mercado, de maneira universal, em todos os cantos da cidade: nenhuma parte dela ficava imune à mudança, se esta pudesse ser conseguida em troca de um lucro. Como vimos, essa mudança começou na cidade medieval, com o crescimento do comércio à longa distância. Tão bem implantada achava-se essa nova espécie de comércio, fora dos domínios dos regulamentos individuais das guildas, que, em 1293, os corretores ou "factores" de Bruges tinham apresentado sua pretensão de agir como intermediários em todas as transações em grosso, em sua cidade. E tal influência era tão marcada que, dois séculos antes de Tomás de Aquino, Alain de Lille podia dizer: "Agora, não é César, mas o dinheiro, que é tudo".

Com a ampliação do mercado em grosso, dedicado a operações à longa distância por meio do dinheiro e do crédito, procurando grandes lucros especulativos, cresceu também uma nova atitude perante a vida: uma combinação de regularidade ascética e empresa especulativa, de avareza sistemática e orgulho presumido. Se o tema principal da Idade Média era a proteção e a segurança, a nova economia tinha por base o princípio dos riscos calculados. Sob o sistema medieval do mercado, o controle fora feito em benefício tanto do produtor quanto do consumidor; e os efeitos de qualquer preocupação indevida com os lucros eram apagados, afinal, graças aos dotes, obras de caridade, restituições no leito da agonia, ajuda fraternal aos necessitados. Embora a igreja fosse o recipiente predileto das acumulações de capital, redistribuía uma parte não pequena dos ganhos coletivos para o cuidado dos doentes e dos empobrecidos, mas não fazia esforço algum no sentido de qualquer redistribuição mais generalizada.

Uma das grandes objeções de Adam Smith àqueles regulamentos medievais de comércio que ainda perduravam no século XVIII era que aqueles que se achavam na mesma profissão iriam "esforçar-se exageradamente, a fim de cuidar de seus pobres, seus doentes, suas viúvas e órfãos". O capitalismo removeu esse ônus da produção: nada havia entre o trabalhador e a fome, exceto a disposição de trabalhar, quando e se era chamado, dentro das rigorosas condições impostas pelos novos empreendedores. Quanto mais baixo pudesse ser o padrão de vida do trabalhador, mais elevados os lucros do empreendedor capitalista.

Dentro do ninho representado pela cidade medieval, o ovo do cuco capitalista, embora maior que o ovo normal do comerciante local, ainda era

tratado como um membro da mesma família: na verdade, a princípio o capitalismo assumiu justamente os costumes e maneiras do período, professando repudiar a usura e aceitar o conceito do justo preço, sem levar em conta a avidez do comprador ou escassez do produto. O tempo, contudo, de maneira aliás muito rápida, após o século XIV, deu aos novos empreendedores uma preponderância de poder, levando-os não só a se tornarem muitas vezes chefes de governos municipais e Estados-maiores, como também fazendo com que aplicassem seus hábitos de vida e sua disposição à economia total. Preocupava-os quase exclusivamente aquilo a que Tomás de Aquino chamava riqueza artificial, para cuja aquisição a natureza, conforme mostrou, não estabelecera limite algum. Essa ausência de limites tornou-se a marca não menos significativa da cidade comercial: explica, parcialmente, a continuada perda de forma que se verificou após o século XVIII.

Com a contabilidade capitalista, surgiu a necessidade de uma burocracia secular: um exército de escreventes e funcionários pagos para manter as contas, tratar da correspondência e fornecer mesmo as notícias necessárias para tirar partido, se possível antes que qualquer outro, da mudança de condições no mercado. Assim, o primeiro aparecimento visível do capitalismo na cidade medieval talvez se tenha dado através da escola primária, onde os elementos de leitura, escrita e aritmética eram os principais objetos de estudo. Contrabalançava esse progresso a resistência das cidades comerciais à nova guilda intelectual, a Universidade, por ocasião de seu aparecimento, já muito tardio, em Bruges, Lübeck, Lyon, Antuérpia, Londres, Augsburg, Veneza.

O controle do papel, no sentido tanto francês quanto inglês da palavra controle ("inspeção" e "exercício do poder de dominar"), tornou-se a marca da nova burocracia comercial, a princípio alojada, sem chamar muita atenção, nos "escritórios de contabilidade" das antigas casas urbanas e mansões medievais. Mas a instituição que assinalara o ponto capital do desenvolvimento da cidade comercial, sua primeira manifestação decisiva, foi a Bolsa: assim chamada por causa da casa bancária original de Bruges, De Beurze, que começou a servir como centro de transações comerciais em larga escala, no século XIII.

O negócio de troca, de compra e venda especulativa e de corretagem ganhou forma nas novas bolsas, e foram as cidades que estabeleceram tais centros de trocas — primeiro Bruges, depois Antuérpia, no século XVI, antes que os espanhóis a arrasassem, depois Amsterdã e Londres, no século XVII —, que mais rapidamente cresceram e que estabeleceram as novas formas de vida para as classes endinheiradas. A Bolsa, o banco nacional e o centro de câmbio dos mercadores eram as catedrais da nova ordem capitalista.

A transformação do mercado, de componente protegido da cidade medieval, limitado à sua esfera especial, em instituição em expansão, que aplicava seus métodos e suas metas em todas as demais partes da cidade e que exigia sua parcela em todas as transações, não se deu sem obstáculos.

Quando Henrique II apresentou à municipalidade de Paris uma proposta de fundação de um banco do tipo italiano, os próprios mercadores da cidade sugeriram que a questão devia ser submetida aos teólogos, já que o juro proposto de 8% parecia-lhes nada menos que usurário, contrário às leis de Deus e subversivo da boa moral. De maneira semelhante, o próprio Estado, longe de se mostrar pronto a destruir as instituições protetoras da municipalidade, procurou antes colocá-las sob um controle nacional mais completo. Essa luta de retaguarda contra as forças corrosivas do capitalismo continuou dentro da cidade: assim, o plano de Colbert para Paris, em 1665, acentuava a limitação e o controle da área de construção, mais ainda que as estátuas elisabetanas tinham feito por Londres, mais de duas gerações antes. Mas o capital líquido revelou-se um solvente químico: penetrou através do verniz fendido que por muito tempo protegera a cidade medieval e corroeu a madeira crua, mostrando-se, no desfazer as instituições históricas e suas edificações, ainda mais impiedoso que o mais impiedoso dos monarcas absolutos. Poder-se-ia caracterizar toda essa mudança como a substituição da praça de mercado concreta da cidade medieval pelo abstrato mercado transnacional, que florescia em toda parte onde se pudesse fazer um negócio lucrativo. No primeiro, produtos concretos mudavam de mão, entre compradores e vendedores visíveis, que aceitavam as mesmas normas morais e se encontravam mais ou menos no mesmo nível: ali, a segurança, a equidade, a estabilidade, eram mais importantes que o lucro e as relações pessoais assim estabelecidas podiam continuar através de toda uma existência, ou mesmo, através de gerações.

No mercado abstrato, pessoas que jamais podiam se ver entregavam-se a transações monetárias para as quais os próprios produtos serviam, antes, como contadores: a finalidade de tais transações era o lucro e a acumulação de mais capital, a ser entregue a novas empresas de cada vez maior magnitude. A moral costumeira, os padrões corporativos, as avaliações tradicionais, tudo isso servia de freio à empresa especulativa: assim, de igual forma, ocorria com o pesado investimento de capitais em edifícios antigos, construídos para sobreviver séculos e séculos. Para ter um campo livre para seus interesses típicos, o capitalismo adotou dois métodos em relação às estruturas urbanas existentes: procurou escapar para os subúrbios além, livres de todas as restrições municipais, ou, por outro lado, procurou demolir as velhas estruturas ou ocupá-las com uma densidade muito maior do que aquela para a qual tinham sido — numa época supostamente mais pobre — projetadas. A demolição urbana e a substituição tornaram-se duas das principais marcas da nova economia. Quanto mais efêmero o recipiente, mais rápido o rodízio.

Em relação à cidade, o capitalismo foi, desde o princípio, anti-histórico: e quando suas forças se consolidaram, no decorrer dos últimos quatro séculos, seu dinamismo destruidor havia aumentado. As constantes humanas não tinham lugar no esquema capitalista: ou melhor, as únicas constantes que

reconhecia eram a avareza, a cupidez e o orgulho, o desejo de dinheiro e de poder.

A condição do sucesso pecuniário era desprezar o passado, porque se tratava de um fato consumado, e acolher o novo, simplesmente porque era um afastamento e, por conseguinte, uma nova oportunidade de empreendimento lucrativo. No interesse da expansão, o capitalismo estava preparado para destruir o mais satisfatório equilíbrio social. Assim mesmo com as novas idéias no negócio, resultaram — gradativamente, após o século XVI, rapidamente, após o XVIII — na supressão e destruição das guildas, assim também essas novas idéias trouxeram a demolição de velhas edificações e o apagamento dos campos de jogos, jardins de mercado, pomares e aldeias que se interpunham no caminho do crescimento da cidade. Não importa o quanto pudessem ser veneráveis aqueles velhos usos, ou o quanto fossem salutares para a existência da própria cidade, eram sacrificados ao tráfego rápido ou ao ganho financeiro.

2. A Nova Liberdade

Entre os séculos XIII e XVIII, as inovações do capitalismo se consolidaram como um corpo de doutrina e uma regra de prática: hábitos de abstenção, abnegação, ordem sistemática, a prática de adiar prazeres presentes em troca de recompensas futuras muito maiores, tudo isso foi transferido da religião para os negócios, onde produziam imensos ganhos visíveis. A introdução de relógios urbanos no século XIII e XIV foi apenas um sintoma do fato de que os negócios já não eram regulados pelo sol e pelos poderes da estrutura humana. Nas indústrias têxteis em larga escala, no fim da Idade Média, os trabalhadores eram forçados à diligência por uma supervisão mais rigorosa e mais impessoal do que aquela que podia ser exercida na frouxa rotina íntima da pequena oficina, com seus intervalos para mexericos, suas rudes brincadeiras e jovial desatenção aos negócios. O espírito daquela ordem mais antiga perdurava ainda nos tempos elisabetanos, na peça de Dekker, *O Feriado do Sapateiro*.

O capitalismo, negando a santidade da pobreza ou o sustento imaginativo da arte, procurava exclusivamente aumentar a quantidade de produtos de consumo e os ganhos mensuráveis. No momento crítico, após a Peste Negra, em que a população de novo começava a aumentar com um vigor compensatório que em breve cobriu aquelas grandes perdas, a empresa capitalista e um crescente expediente tecnológico procuravam enfrentar o desafio dos números. Fizeram assim dando aos fatores econômicos um grau de esforço sustentado que antes jamais haviam alcançado. O triunfo da empresa capitalista engendrou confiança nos poderes humanos; e, num período de cisma religioso

e corrupção, o capitalismo surgiu como uma atividade sadia, libertadora, cujos ganhos privados acabariam por redundar em benefício do público. Muitas das práticas introduzidas pelo capitalismo eram, de fato, salutares e de proveito permanente para qualquer economia humana; mas o efeito imediato daquele novo sistema, no século XVII, foi transformar a complexa ordem social da cidade nas rotinas ultra-simplificadas do mercado. Seus resultados últimos foram uma economia que procurava fabricar dinheiro e que não tinha fins nem objetivos definíveis, além de sua própria maior expansão.

Contudo, aqueles novos empreendedores precisavam das antigas cidades, particularmente as grandes capitais ou seus equivalentes provincianos, pois os alugueis e os lucros achavam-se ali, à mão, ávidos de investimentos. Naquelas cidades bem estabelecidas, reuniam-se grandes corpos de consumidores, esforçando-se por obter lugares e favores por meio da luxuriosa exibição, imitando como símios seus aristocráticos superiores; ali, igualmente, antigas estruturas, representando pesados investimentos de capital, existiam ainda, capazes de serem passadas a novos usos, sem afastar o capital e o trabalho de novas aventuras muito mais lucrativas.

As cidades que ofereciam o novo privilégio municipal do livre comércio e livre depósito de bens, sem taxa de entrada, para encorajar novos negócios, foram as primeiras a sentir o frêmito das novas empresas e a incentivar a concentração econômica. Foi por isso que Antuérpia e Lyon floresceram poderosamente no século XVI. O que o capitalista entendia por "liberdade" era a fuga à proteção, à regulamentação, ao privilégio corporativo, aos limites municipais, às restrições legais, às obrigações caritativas. Cada empresa individual era agora uma entidade separada, reclamando o direito de ser uma lei em si mesma, em competição com outras partículas auto-suficientes, que punham a procura do poder acima de todas as obrigações sociais.

Durante a Idade Média, "liberdade" significava liberdade em relação às restrições feudais, liberdade para as atividades corporativas da municipalidade, a guilda, a ordem religiosa. Nas novas cidades de comércio, ou *Handelstädte*, liberdade significava liberdade das restrições municipais: liberdade para o investimento privado, para o lucro privado e para a acumulação privada, sem qualquer referência ao bem-estar da comunidade como um todo. Os apolo-gistas dessa ordem, de Bernard Mandeville a Adam Smith, supunham que a procura de atividades individuais derivada da cobiça, da avareza e do desejo exacerbado produziram a maior quantidade de bens para a comunidade como um todo. No período em que esse credo era a ortodoxia predominante — mais ou menos até o terceiro quartel do século XIX, quando as regulações industriais e municipais começaram a mitigar timidamente a resultante sujeira e insalubridade —, os ricos tornaram-se mais ricos e os pobres tornaram-se mais pobres. Esse fato foi expresso, com clareza dramática, no contraste entre o bairro elegante e o bairro pobre de mais de uma grande cidade.

Ora, com o crescimento do próprio Estado nacional, o desenvolvimento do capitalismo foi, em parte, um esforço necessário para vencer as sérias limitações da economia medieval. No esforço para alcançar uma segurança estática, as corporações medievais tinham resistido a novas invenções e novos métodos de trabalho; apegavam-se a seus segredos de ofício, às suas fórmulas esotéricas, a seus "mistérios". Seus membros procuravam também manter os privilégios de guilda dentro das famílias ou de grupos autolimitados, erguendo obstáculos à concessão de cidadania a forasteiros, procurando mesmo, pela conspiração e pela guerra, impedir a possível competição dos vizinhos urbanos. Em vez de aceitar os produtos tradicionais da economia regional como relativamente fixos e limitados, os novos aventureiros mercadores procuravam expandir a produção e ampliar o mercado: incentivaram os melhoramentos tecnológicos como a máquina de tecer e apoiaram-se largamente em áreas de além-mar, à procura igualmente de matérias-primas e produtos acabados. O embarque e intercâmbio desses artigos constituiu uma parte cada vez maior das atividades das cidades prósperas; e, com isso, cada vez mais a vida econômica escapou ao controle da municipalidade.

O capitalismo, dessa maneira, por sua própria natureza, solapou a autonomia local, tanto quanto a auto-suficiência local, e introduziu um elemento de instabilidade, aliás, de corrosão ativa, nas cidades existentes. Em sua ênfase na especulação, não na segurança, nas inovações lucrativas antes que nas tradições conservadoras do valor e na continuidade, o capitalismo tendeu a dismantelar toda a estrutura da vida urbana e a colocá-la numa nova base pessoal: o dinheiro e o lucro.

Tudo isso teve um efeito direto sobre as velhas tanto quanto sobre as novas estruturas. As antigas tornaram-se dispendiosas: as novas foram concedidas, quase desde o princípio, como efêmeras. O capital, mais aventureiro quando era líquido e móvel, olhava com desconfiança os pesados investimentos em equipamentos e edifícios permanentes; e mesmo depois que tinha aperfeiçoado uma forma mais fluida e transferível, na sociedade por ações, tendia a favorecer construções de caráter utilitário, de edificação rápida, fáceis de substituir — exceto quando a necessidade de confiança pública na riqueza e solidez de uma instituição justificava um pesado investimento em ostentatória alvenaria.

O resultado desse ânimo sobre a estrutura das cidades foi dúplice. Os interesses do dinheiro progressivamente dominaram os interesses da terra, no traçar e construir os novos bairros da cidade. O que é talvez mais significativo ainda é que toda a terra tinha escapado à detenção feudal e estava sujeita à venda ilimitada, tornando-se cada vez mais um meio de fazer dinheiro. A terra feudal era concedida por um prazo de 99 ou 999 anos; pelo menos três gerações. Esse sistema favorecia a continuidade e reduzia o movimento ascen-

sional dos preços. Quando a terra se tornou um produto, e não um bem permanente, fugiu a qualquer espécie de controle comunal.

Houve muitos esforços para reduzir a transferência das terras municipais e feudais para a propriedade individual; mas a mudança da posse feudal, com deveres recíprocos entre senhor e arrendatários, para a propriedade comercial, sem nenhuma obrigação além do pagamento de impostos, não sofreu qualquer embaraço. Stow deu-nos uma descrição gráfica do processo: em Shoreditch havia uma "vila de belas casinhas com jardins para gente pobre decaída, ali colocadas pelo prior do dito hospital [St. Mary Spittle], cada um dos quais pagava um pênny por ano, no Natal. . . mas, após a supressão do hospital, aquelas casas em poucos anos ficaram tão estragadas, por falta de consertos, que ganharam o nome de rua Podre, e os pobres desapareceram. . . as casas, por pequena quantia de dinheiro, foram vendidas de Goddard a Russell, negociante de panos, que as reconstruiu e as alugou por bastante renda, cobrando também muitas elevadas dos inquilinos, quase tanto quanto lhes custaram as casas entre compra e construção".

Logo que os princípios da conversão capitalista, divorciados de qualquer senso de responsabilidade social, foram aceitos, as acomodações e alojamentos em cortiços receberam autorização. D'Avenel, que escreveu o tratado clássico sobre *Moeda e Preços*, marca o século XVI como ponto definitivo de decisão. A partir de então, na França, as rendas urbanas sobem mais e exigem uma parcela desproporcionada do orçamento dos trabalhadores urbanos. A mudança real deve ter-se dado em muitos lugares, e em Londres, sem dúvida, antes do século XVI: de outro modo, como poderíamos explicar os versos indignados de *Piers Plowman*: "Compram casas, tornam-se senhores, se vendessem honestamente, não construiriam tão alto". No século XVI, Robert Crowley confirmou essa observação, em seus versos sobre os "Aumentadores de Aluguéis".

*Um homem que tinha terras de dez libras por ano
Mandou medir as mesmas e as vendeu:
Tanto assim que de dez libras ele fez boa vintena,
Ganhando mais por ano de que outro antes.*

Houve muitas partes de Londres, Nova Iorque e Paris, antes da metade do século XIX, onde se podia dizer com confiança: quanto pior a morada, mais elevada a renda total da propriedade. O único limite a esse feliz meio de tirar partido das necessidades dos pobres apareceu quando o custo do crime, do vício e das doenças, nos cortiços, se refletiu nos impostos e nas rendas baixas, vindo a diminuir os ganhos líquidos pelos aluguéis. Isto não se deu em Londres senão na época vitoriana, quando se levou a efeito uma generalizada limpeza de cortiços na cidade, em parte para adquirir novo espaço

destinado à expansão comercial, mas igualmente para fugir aos crescentes encargos da paroquiana lei dos pobres.

A transformação de casas antigas mais cômodas em moradias coletivas apinhadas, onde toda uma família — ou, muitas vezes, mais que uma família — podia ser amontoada num só aposento, não era suficiente para acomodar a crescente população das cidades mais prósperas. Era necessário construir novos bairros, que desde o princípio, aceitassem aquelas condições deprimidas como padrão.

Segundo a autobiografia de Roger North, a construção especulativa começou em larga escala, em Londres, com as aventuras do doutor Barbone, após o Grande Incêndio de 1666. A diminuição de locais de moradia, na ocasião, deu-lhe a oportunidade favorável. "Foi ele o inventor do novo método de construir abrindo lotes nas ruas e pequenas casas, e vendendo os lotes aos trabalhadores a tanto por pés de frente; e, o que não podia vender, ele mesmo construía. Isso fizera com que os aluguéis se elevassem, a título de amortizações, e outros, seguindo os seus passos deram requintes e melhoraram o seu método, e construíram uma quantidade impossível de casas ao redor de Londres."

Em vez de ser condenado pela sua exploração anti-social da terra, o senhor dos cortiços, segundo os princípios capitalistas, era belamente recompensado: pois os valores das suas propriedades decaídas, longe de serem reduzidos por causa de sua idade e mau estado, tornavam-se engastados na estrutura dos valores das terras e dos impostos. Se fosse proposto um novo uso para a terra, tal só poderia ser feito lucrativamente pela manutenção de um nível de congestionamento de cortiços ou pela admissão de densidades ainda maiores.

Quanto mais densa a ocupação, mais elevada a renda: quanto mais elevada a renda, maior o valor capitalizável da terra. Cidades como Londres por muito tempo escaparam aos piores resultados desse círculo vicioso, graças ao fato de que grande parte da terra se achava sob propriedade feudal, de direito a longo prazo. Mas, quando Frederico, o Grande, abandonou o costume germânico e pôs as terras em bases jurídicas romanas, com a mesma condição da estrutura, abriu o caminho para a desembraçada especulação imobiliária e corrompeu o planejamento de Berlim e seu traçado, até o fim da Primeira Guerra Mundial, quando a municipalidade adquiriu grandes trechos de terra para habitação.

Nos arredores da cidade comercial, esse processo prosseguiu em ritmo acelerado. Dividindo fazendas contíguas em trechos de construção, o desmembramento, peça a peça, da cidade organizada foi realizado. Desde o princípio do século XIX, o *laissez-faire* significava, em termos municipais: "Pode aquele que quiser especular na elevação dos valores da terra e dos aluguéis". Com a demolição da muralha militar, os controles sociais sob a infinita expan-

são e dispersão da cidade desapareceram: a aceleração dos transportes, empresa a princípio privada, depois pública, aumentou as possibilidades de rodízio e acelerou o ritmo de toda a transformação urbana. A especulação comercial, a desintegração social e a desorganização física prosseguiram de mãos dadas. No próprio momento em que as cidades se estavam multiplicando em número e aumentando em tamanho, por toda a civilização ocidental, a natureza e a finalidade da cidade tinham sido completamente esquecidas: formas de vida social que os mais inteligentes já não compreendiam, os mais ignorantes estavam preparados para construir. Ou antes, os ignorantes estavam completamente despreparados, mas isso não os impedia de construir.

3. Organização do Transporte e da Troca

A mobilização de produtos para o rápido intercâmbio e distribuição foi o grande feito da economia de mercado: antecipou as explorações tecnológicas da era do carvão e do ferro e, em grau não pequeno, as tornou possíveis. No processo, como no desenvolvimento original da cidade antiga, as vias aquáticas serviam de principal meio de transporte e comunicação, não só com os territórios distantes, mas dentro da própria cidade. Já no princípio do século XIX, em Londres, milhares de barqueiros ainda conduziam passageiros em suas embarcações no Tâmesa.

Ao passo que centros comerciais mais antigos como Florença e Bruges começaram a decair no século XVI, os portos marítimos e fluviais, nas principais rotas de comércio, floresceram: haja visto Nápoles, Palermo, Lisboa, Frankfurt-am-Main, Liverpool. A construção de canais se propagou dos Países Baixos para o resto da Europa; e a perícia holandesa no controle e bombeamento da água foi também utilizada no desenvolvimento dos primeiros encanamentos das cidades em crescimento. O primeiro transporte de barco regular em canal, com serviço horário, teve lugar entre Delft e Rotterdam, no século XVII; mas Grenoble, segundo Blanchard, já tinha embarcações públicas de passageiros e mercadorias, para Lyon, em 1623.

As docas, armazéns e instalações de embarque seguiram-se em fases lentas. Embora a grua mecânica, acionada por um mecanismo de alçapão, tivesse sido usada em Bruges na Idade Média, os maquinismos de carregamento se desenvolveram lentamente, provavelmente por causa da disponibilidade de um crescente proletariado de trabalhadores casuais, não protegidos por qualquer guilda, ao redor dos grandes portos. A instalação de faróis veio igualmente tarde; ao passo que instalações portuárias comparáveis às do Arsenal de Veneza, com materiais para construção, reparos e estocagem de navios para distantes viagens, não foram construídas em qualquer escaia até o século XVII, quando Amsterdam tomou a dianteira, seguida no século XVIII por

Liverpool. Embora as docas da Companhia das Índias Orientais, em Londres, datem de 1600, foi somente em 1802 que a grande doca da Companhia das Índias Ocidentais foi construída.

Quando examinamos a história dessas cidades comerciantes, antes do século XIX, surpreende-nos a natureza pungente e assustadora dos melhoramentos técnicos que foram introduzidos na própria cidade. O espírito do fazer-de-conta e da improvisação também muitas vezes predominou, em comparação com as construções do período anterior, quando o comércio, em vez de ser tratado como um fim em si mesmo, era integrado noutras atividades urbanas. Os armazéns de sal do século XIII, em Lübeck, achavam-se de pé ainda no século XX: assim também, armazéns semelhantes, do século XVII, em Amsterdam. Mas, no período formativo desta última cidade comercial, houve relativamente poucos investimentos em estruturas duráveis: um dos primeiros afastamentos veio nas grandes docas e armazéns de Liverpool, monumentos clássicos, utilizando colunas de ferro, desenhadas dentro de nobres dimensões; e somente no século XIX Londres produziu a grande sucessão de armazéns e docas que ladeiam o porto, da Torre até Tilbury.

A própria construção de adequadas vias e avenidas para ligar o porto à cidade veio em segundo lugar, na maior parte dessas cidades, embora tais facilidades se revelassem muitas vezes congestionadas e intransponíveis. Quanto à provisão de acomodações decentes para as famílias dos estivadores, marinheiros e armadores, que serviam no porto, foi deixada às operações do mercado, como as casas de roupas, os bordéis e as tavernas que rodeavam as docas. A degradação do estivador, do porteiro, do carregador e do marinheiro não só infestou o próprio cais, mas se propagou para outras regiões da cidade, aumentando, provavelmente, a incidência de pestes e, sem dúvida, a de sífilis.

Tão generalizada tem sido essa degradação em cidades portuárias que passou a ser tratada como um aspecto normal da existência de qualquer cidade marítima. Talvez o efeito mais feliz de destruição em grosso de cidades, durante a Segunda Guerra Mundial, tenha sido a oportunidade que deu às autoridades de planejamento de Marselha, Rotterdam e Londres, de começar de novo a construção de suas áreas portuárias desde muito arruinadas.

Como iremos ver noutros aspectos da economia urbana capitalista, onde o novo espírito foi modificado por uma ideologia mais antiga, mais preocupada com as normas sociais de estética, os resultados foram evidentemente melhores: veja-se o caso de Havre, onde Guyon le Roy foi incumbido por Francisco I de construir o porto cujos planos havia traçado. Tratava-se de um empreendimento especulativo; e, embora levasse à bancarrota seu empreendedor original, que não conseguiu legalizar a propriedade da terra, foi a primeira de uma série de obras públicas de patrocínio governamental que deram aos portos franceses, em seu conforto e ordem, uma clara dianteira sobre seus travancados rivais alemães e ingleses. Os faróis e molhes de Cherburgo ainda

dão testemunho não da empresa de negócios, mas da previsão e expediente dos engenheiros de Napoleão Bonaparte.

Observe-se o espantoso contraste entre o expedito experimentalismo do capitalismo, durante seus primeiros tempos — com sua contabilidade de partidas dobradas, suas letras de câmbio, sua sociedade de responsabilidade limitada —, e a relativa pobreza das mudanças estruturais que depois efetuou nos novos bairros comerciais da cidade. Talvez uma das razões desse atraso, mesmo em questões que teriam incentivado as suas próprias finalidades, seja a de que os banqueiros e mercadores se achavam interessados em ganhos prontos e imediatos: aparentemente, temiam qualquer empresa coletiva que pudesse beneficiá-los, temendo que viessem beneficiar ainda mais seus competidores. A cidade comercial era um agente para fazer dinheiro e — no interesse do lucro — a decadência, a desordem e a ineficiência estrutural foram toleradas ou mesmo encorajadas, como meio de reduzir as despesas. Veneza já provara que a beleza e a ordem não eram empecilhos à prosperidade financeira, e Amsterdam, no século XVII, iria prová-lo de novo. Ambas as cidades foram organizadas por homens de negócios altamente bem-sucedidos, de exemplar perícia, inteligência e cupidez, cheios de escrupulosa falta de escrúpulos. Todavia, mesmo aqueles que professavam admirar seus feitos não os tentavam imitar.

4. A Planta Baixa Especulativa

Os principais atributos do novo espírito comercial, a ênfase no regular e no calculável, por um lado, e a aventura especulativa e expansão audaciosa, por outro, encontraram sua expressão ideal nos prolongamentos das novas cidades. O padrão era antigo e familiar. Mas o capitalismo ressurgente do século XVII tratava o bloco individual e o quarteirão, a rua e a avenida, como unidades abstratas para comprar e vender, sem respeito pelos usos históricos, pelas condições topográficas ou pelas necessidades sociais. Exceto onde antigos direitos feudais ou prerrogativas reais reduziam o ritmo do processo, a municipalidade perdia o controle da terra necessária para seu próprio desenvolvimento mais conveniente.

Se o traçado de uma cidade não tem relação com as necessidades e atividades humanas diferentes dos negócios, o padrão da cidade pode ser simplificado: o traçado ideal para o homem de negócios é aquele que pode ser mais prontamente reduzido a unidades monetárias padrão de compra e venda. A unidade fundamental não é mais a vizinhança ou o recinto fechado, mas o lote de edificação individual, cujo valor pode ser medido em termos de frente em metros: isso favorece um retângulo com uma frente estreita e grande profundidade, que proporciona um mínimo de luz e ar aos edifícios, particular-

mente às moradias, que se acomodam a ele. Tais unidades mostrar-se-iam igualmente vantajosas para o especulador em imóveis, para o construtor comercial e para o advogado que redigia o título de venda. Em troca, os lotes favoreciam o bloco retangular de construção, que mais uma vez tornou-se a unidade padrão de ampliação da cidade.

Ninguém que tenha acompanhado a história presente cometerá o erro comum de encontrar a fonte desse tipo de planejamento nos Estados Unidos. O único fato que o torna mais evidente nos Estados Unidos que no Velho Mundo é a ausência, exceto nas áreas das colônias originais de Boston e Nova Iorque, de tipos mais antigos de urbanismo. A partir do século XVII, as ampliações da cidade ocidental como Stuttgart e Berlim, Londres e Edimburgo, foram feitas da mesma maneira, exceto onde antigos cursos de água, estradas ou limites do campo haviam estabelecido linhas que não podiam ser facilmente ultrapassadas.

A beleza desse novo padrão mecânico, do ponto de vista comercial, deve ser evidente. Esse plano não oferece ao engenheiro qualquer daqueles problemas especiais que parcelas irregulares e linhas divisórias em curva apresentam. Um contínuo podia calcular o número de metros quadrados existentes numa praça ou na venda de um terreno: até mesmo o escrevente de um advogado podia escrever uma descrição do necessário título de venda, meramente preenchendo com as dimensões próprias o documento padrão. Com uma régua-tê e um esquadro, finalmente, o engenheiro municipal podia, sem o menor treinamento, quer como arquiteto, quer como sociólogo, "planejar" uma metrópole, com seus lotes padronizados, seus quarteirões padronizados, suas ruas de largura igualmente padronizada, em suma, com suas partes padronizadas, comparáveis e substituíveis.

Tais planos não serviam para nada que não fosse uma pronta divisão da terra, uma pronta conversão das fazendas em terrenos de especulação e uma rápida venda. A própria ausência de adaptações mais específicas à paisagem ou ao propósito humano apenas aumentou, pela sua própria indefinição e falta de desenho, sua utilidade geral para troca. As terras urbanas também tornavam-se agora simples mercadoria, como o trabalho: seu valor no mercado era a expressão de seu único valor. Sendo concebida como uma aglomeração puramente física de edifícios alugáveis, a cidade planejada dentro daquelas linhas podia propagar-se em qualquer direção, limitada apenas por grandes obstáculos físicos e pela necessidade de rápidos transportes públicos. Todas as ruas podiam tornar-se ruas de tráfego; todos os bairros podiam tornar-se bairros de negócios.

Permitir a intensificação progressiva do uso da terra, com uma correspondente ascensão dos valores dos aluguéis e dos valores reais, foi, do ponto de vista dos negócios, uma das virtudes específicas desse tipo inorgânico de planejamento. Era uma nova espécie de ordem urbana, na qual os negócios

tinham precedência sobre todas as outras espécies de atividades. Mas, mesmo do ponto de vista utilitário mais limitado, as novas plantas em grade eram espetaculares na sua deficiência e desperdício. Deixando, em geral, de discriminar suficientemente, em primeiro lugar, entre ruas principais de tráfego e ruas residenciais, as primeiras não foram feitas suficientemente largas, ao passo que as segundas eram, em geral, largas demais para funções puramente de vizinhança. Esse excesso fez subir muito os custos do calçamento adicional e das linhas demasiado longas de serviços públicos, em ruas residenciais que mal podiam dar-se ao luxo de possuí-las.

A mesquinhez requintada da rua inglesa regulamentar, a partir de 1870, constituiu uma exceção, mas, mesmo naqueles traçados muito apinhados, como iria Raymond Unwin demonstrar em seu livro *Nothing Gained by Overcrowding*, desperdiçou-se, com a excessiva abertura de ruas e calçamento dispendioso, dinheiro que poderia ter sido consumido em finalidades melhores, criando, com a mesma quantidade de espaço público, áreas internas de parques e jogos.

Por não prestar atenção à topografia, o urbanista adepto da grade abriu o caminho para as polpudas recompensas da "honest" mistificação municipal, no aplainamento, aterramento e calçamento das ruas. Em sítios íngremes, amorrados, como o de San Francisco, a planta retangular, deixando de respeitar as curvas de nível, impôs pesado esforço e consumo de tempo e energia aos habitantes, infligindo-lhes cotidianas perdas econômicas, mensuráveis em toneladas de carvão e galões desperdiçados de gasolina, para não falar no estrago das principais possibilidades estéticas de uma colina quando inteligentemente arruada.

Em contraste, as ruas sinuosas da Siena medieval respeitavam os contornos, tendo, porém, a intervalos, intersecções para abrir um panorama, com a inclusão de lanços de degraus que serviam de atalhos para os pedestres. Isso demonstra admiravelmente a superioridade estética e de engenharia de uma planta orgânica, realizada tendo em vista outras finalidades além do número máximo dos lotes vendáveis e o exercício mínimo da imaginação. Já em 1865, Frederick Law Olmsted mostrara essas vantagens em San Francisco — apenas para ver seu conselho posto de lado.

Com aquele traçado insulso e formal, nem sequer se pensou na direção dos ventos predominantes, na circunscrição dos distritos industriais, na salubridade do solo, nem em qualquer dos outros fatores vitais que determinam a utilização apropriada de um sítio urbano. Quanto à orientação dos edifícios, para máxima exposição à luz do inverno, aquela antiga necessidade conhecida tanto dos gregos quanto dos chineses, foi completamente desprezada, até que o princípio foi tardiamente restabelecido, por uma série de investigadores independentes, notadamente o planejador francês Augustin Rey, no princípio do século XX. E uma falta ainda deve ser assinalada: a ausência de qualquer

diferenciação funcional entre os bairros residenciais, industriais, comerciais e cívicos — embora, se suas exigências fossem respeitadas, cada um deles exigisse quarteirões de diferentes comprimentos e profundidades, com ruas e avenidas apropriadas, para ficar de acordo com suas diferentes cargas de tráfego e seus traçados de construção funcionalmente diferentes.

Tudo isso significa que, na planta em grade, aplicada à cidade comercial, nenhuma seção ou setor foi convenientemente planejado para sua função específica; ao contrário, a única função considerada foi a intensificação progressiva do uso, tendo em vista atender às necessidades dos negócios em expansão e aos crescentes valores dos terrenos. Ora, o fato é que no urbanismo, uma ordem superficial tão despojada como esta não chega sequer a ser ordem. Nenhuma planta de cidade passa de uma pretensão no papel, até que tenha sido estabelecida, como condição mínima, uma cobertura máxima de terra, uma densidade máxima de ocupação, em relação às funções projetadas e aos padrões de vida, e uma altura e volume máximos de construção em relação à necessidade de espaço aberto e movimento público: tudo isso encaixado dentro de uma seqüência, medida temporalmente, de renovações e substituições.

Mais um efeito do sistema de grade deve ser assinalado. Tão logo a terra fora dividida em lotes separados, cujo tamanho originariamente fora determinado pela tradicional residência de uma só família, a justaposição de tais lotes em parcelas apropriadas para construções maiores ofereceu um novo campo para a esperta especulação e inescrupulosa exploração; enquanto a justaposição de tratos maiores, um quarteirão inteiro ou uma vizinhança, dentro das porções ocupadas de uma cidade, continuou sendo tarefa fora do alcance dos maiores recursos privados, exceto quando — como no caso do Rockefeller Center — o sítio fora propriedade, como parcela unificada, de alguma instituição histórica. Mesmo quando a terra era necessária para finalidades públicas, a compra de muitos proprietários separados tornou-se um dos grandes empecilhos à boa administração pública: um processo que se emprestava, em muitas cidades, não apenas a tediosas demoras, mas a várias formas de chantagem e exploração.

A Lei Adickes, que permitiu a reunião de parcelas e sua distribuição *pro rata* num melhor plano aos proprietários individuais, não foi introduzida, mesmo na Alemanha, até 1902; e foi necessário o bombardeamento do centro de Rotterdam pelos nazistas, em 1940, para criar suficiente espírito público naquela cidade, fazendo com que aquele sistema fosse obedecido numa escala suficientemente grande para permitir um ousado replanejamento que na verdade tem sido efetuado ali a partir de 1945.

Em princípios rigorosamente comerciais, a planta em grade respondia, como nenhuma outra planta, à mudança de valores, à acelerada expansão, à população que se multiplicava, exigências do regime capitalista. Mas a cidade

planejada dentro daqueles princípios era um fracasso para outras finalidades humanas; e qualquer tentativa para melhorá-la sem mudar aqueles princípios estava condenada à derrota. O urbanismo é, por natureza, um processo abrangente, que envolve o intercurso de muitas necessidades, finalidades e funções: por isso mesmo, planejamento do tipo que foi feito pelo empreendedor individual era um esforço em pequena escala, tendo em vista os seus próprios fins limitados. Somente uma atividade municipal, além da ampliação de ruas e quarteirões, era necessária para os seus fins: a construção de linhas de transporte. Neste sentido, a planta em grade chegou ao seu cúmulo ideal na proposta feita pelo Señor Soría y Mata para a Cidade Linear. Sendo ele próprio um engenheiro de transportes, ousadamente propôs fazer da nova cidade uma função de um sistema dorsal de transportes rápidos, projetando um contínuo cinturão urbano, paralelo às linhas de transporte, para ligar os centros históricos mais antigos. O movimento motorizado controlava tudo.

A ampliação da grade especulativa e o sistema de transportes públicos foram as duas principais atividades que deram predominância às formas capitalistas na cidade crescente do século XIX. Às diligências públicas seguiram-se as estradas de ferro, as lanchas a motor, as pontes, o trânsito eletrificado de superfície, os metrô e elevados, embora nem sempre na mesma ordem cronológica. Cada nova ampliação da cidade, cada novo aumento da população, podia ser justificado como um seguro contra o exagerado investimento naqueles serviços públicos e como mais uma garantia de aumento geral dos valores das terras, não simplesmente dentro dos limites da cidade, mas até mesmo no território não incorporado nem anexado que ficava fora dela. Uma economia em expansão exigia uma população em expansão; e a população em expansão exigia uma cidade em expansão. O céu e o horizonte eram os únicos limites. Em termos puramente comerciais, crescimento numérico era sinônimo de melhoramento. O censo da população era suficiente para estabelecer a posição cultural de uma cidade. Assistiremos em breve ao resultado final desse processo, na formação de Megalópolis.

Ao estudar a necessidade de novos metrô em Nova Iorque, por exemplo, há quase meio século, o engenheiro da Comissão de Serviços Públicos forneceu o enunciado clássico daqueles objetivos: "Todas as linhas devem ser necessariamente traçadas para o ponto objetivo — Manhattan. A própria linha de trânsito que traz o povo a Manhattan faz aumentar seu valor imobiliário. O valor da propriedade na ilha de Manhattan, por causa de sua localização geográfica e comercial, deve aumentar no mesmo passo que a população aumenta no território contíguo". Que a finalidade de um bom sistema de tráfego pudesse ser a distribuição mais uniforme das oportunidades industriais e comerciais, de boas instalações habitacionais e mesmo dos valores de terrenos, para que o processo inteiro pudesse ter outro objetivo além do de

enriquecer os proprietários de terra em Manhattan, à custa do resto da comunidade metropolitana, parece não ter ocorrido àquele ingênuo agente.

Quanto à sua contribuição às funções permanentes da cidade, a anônima planta em grade revelou-se nula. Nos Estados Unidos, os centros cívicos podiam às vezes existir nas novas cidades do século XIX, assim como existiam nas plantas de Cincinnati, St. Louis e Chicago. Mas, no tempo em que cresceu a febre do jogo, aqueles sítios municipais foram vendidos para pagar pela sua ampliação de rua e calçamento: até mesmo Savannah, que crescia lentamente, pouco a pouco prejudicou as vantagens que seu antigo sistema de praças urbanas havia proporcionado. Quando surgiu a necessidade de sítios para edifícios públicos ou parques, as parcelas apropriadas de terra já tinham passado à propriedade individual, algumas vezes já tinham recebido construções, e sempre tinham preços elevados. Quase que a única exceção que fui capaz de encontrar é Rochester, onde numerosas praças, originariamente abertas por especuladores como motivo de propaganda, em 1820, continuam ainda fazendo parte da planta da cidade — graças talvez ao fato do relativamente lento crescimento daquela cidade provinciana, em comparação com cidades terminais como Buffalo ou Nova Iorque.

O fato de que uma cidade não podia controlar seu crescimento sem controlar o desenvolvimento de suas terras e de que não podia sequer proporcionar espaço a seus próprios edifícios públicos, na situação adequada, a não ser que pudesse pelo menos adquirir e conservar a posse de terrenos, muito antes que surgisse a verdadeira necessidade deles, não entrara sequer na nova mentalidade urbana. A própria noção de controle público foi, desde o princípio, um tabu. Quando se tratava de lucros, o interesse particular tinha primazia, dentro da teoria capitalista clássica, sobre o interesse público. Na verdade, os poderes do Estado ou da municipalidade jamais foram inteiramente rejeitados pela empresa capitalista. O capitalismo cobiçosamente exigia grandes subvenções e subsídios, vastas doações, como aquelas que originariamente promoveram as ferrovias do oeste, e que agora, de maneira igualmente imprevidente, subvencionam os transportes privados por via aérea e motorizados.

Assim, a cidade, desde o princípio do século XIX, foi tratada não como uma instituição pública, mas como uma aventura comercial privada, a ser afeiçoada de qualquer modo que pudesse aumentar a rotatividade e fazer subirem mais ainda os valores dos terrenos. A análise dessa condição, feita por Henry George, e sua ousada retificação por Ebenezer Howard, na sua proposta para a nova Cidade-Jardim, que teria a propriedade de todos os seus terrenos em caráter corporativo, assinala um ponto decisivo na concepção tanto da economia municipal quanto no governo municipal.

5. O Preço da Expansão Urbana

A lei do crescimento urbano, ditada pela economia capitalista, significou a inexorável destruição de todas as características naturais que deleitam e fortificam a alma humana em suas atividades diárias. Os rios eram transformados em esgotos — veja-se a descrição feita por William Morris da poluição do Wandse —, as zonas portuárias podiam ser tornadas inacessíveis para o transeunte, árvores antigas podiam ser sacrificadas e edifícios veneráveis postos abaixo em favor da velocidade do tráfego; mas, enquanto as classes superiores pudessem ir de carruagem passear no Central Park ou dar uma galopada matinal em Rotten Row, a falta de espaço para recreação e de beleza recreativa na cidade em geral não chegou a ser percebida.

Nenhum sério reconhecimento público da necessidade de campos de jogos para as crianças surgiu, até depois de 1870, época em que o espaço necessário só podia ser adquirido contra pagamento altamente dispendioso. Daí a função peculiar da rua superdesenvolvida no plano comercial: era forçada a tomar o lugar do quintal e da praça protegida da cidade medieval, ou da praça aberta e do parque da ordem barroca. Assim, aquele deserto pavimentado, adaptado primeiramente ao tráfego sobre rodas, tornou-se também parque, passeio e campo de jogos: um parque triste, um passeio poeirento, um perigoso campo de jogos.

Mesmo onde o congestionamento da terra não existiu — por exemplo, em muitas das cidades menores do centro dos Estados Unidos —, a rua ou avenida larga era estimada como um símbolo de progresso: a tal ponto que era traçada com uma amplitude que não tinha relação funcional com o seu uso presente ou potencial, embora o custo excessivo do calçamento e manutenção se refletisse no aumento dos impostos das propriedades vizinhas. O valor de tal planejamento de ruas, numa espécie de tardia caricatura do alargamento barroco do espaço, como expressão do comando principesco, era altamente decorativo: constituía um símbolo de possível tráfego, possível oportunidade comercial, possível conversão da residência ao uso mais intensivo nos negócios. A própria rua proporcionava, assim, mais uma desculpa para os fantásticos valores de terrenos, que algumas vezes eram otimisticamente fixados de antemão, a propriedades rurais que se achavam no caminho da cidade que avançava. E as tradições cívicas sobreviventes da Nova Inglaterra em nenhuma parte se mostraram melhor que no fato de que cidades como Pittsfield e New Bedford, embora se submetendo à industrialização, mantiveram conservadoramente as ruas estreitas, com nove a dezoito metros de largura, reduzindo assim os impostos das casas e jardins adjacentes. A cidade, mesmo quando planejada segundo o modelo em grade, conservava, desse modo, algumas das vantagens que uma nova geração de planejadores iria descobrir no planejamento das aldeias industriais, ao fim do século XIX.

Por todo o mundo ocidental, durante o século XIX, novas cidades eram fundadas e antigas eram ampliadas, segundo as linhas que acabo de descrever. O primeiro sinal de um surto imobiliário era a ampliação do esqueleto de ruas constituído de meios-fios e encanamentos para a distribuição de água. A multiplicação daquelas ruas aumentava prematuramente a cidade e vinha acrescentar-se à quantidade de dispendioso calçamento, dispendiosos esgotos e encanamentos, forçando o crescimento, da maneira mais cara possível, por meio de casas individuais dispersas, localizadas ao acaso no tempo e no espaço, em vez de em núcleos compactos, construídos dentro de um tempo limitado. Para qualquer propósito afora a especulação, esse sistema era extremamente dispendioso, e o custo de tal exploração prematura fazia-se sentir no resto da cidade.

Esses especiosos critérios pecuniários foram reconhecidos desde bem cedo. Num relatório para os Comissários de Bosques e Florestas da Inglaterra, John Nash observava que “as causas artificiais da ampliação da cidade são as especulações dos construtores, encorajadas e promovidas por mercadores que negociam com materiais de construção e advogados com clientes endinheirados, facilitando e até mesmo pondo em movimento todo o sistema; dispondo de melhores rendas imobiliárias, por meio de numerosos outros artifícios, pelos quais seus clientes fazem vantajoso uso de seu dinheiro; e os próprios advogados criam lucrativos negócios”.

Essa crença no crescimento constante e ilimitado era penetrante. Nos Estados Unidos, os empreendedores urbanos jogavam em tal crescimento, tentando depois pôr um fundo em suas esperanças, atraindo deliberadamente a indústria e a população para fora de cidades concorrentes; algumas vezes, por meio de dádavas de terra, e até mesmo de edifícios fabris, nem sempre exigindo que os fabricantes que se estabeleciam na cidade garantissem um nível de salário suficientemente elevado para evitar que os novos trabalhadores constituíssem uma responsabilidade pública. Na verdade, Nova Iorque não só construiu o canal Erie para assegurar uma excelente conexão com o interior, como ainda veio a conseguir, impondo taxas diferenciais de frete para os transportes realizados à custa de outras cidades, manter seu monopólio das rotas de tráfego oceânicas e continentais.

O desejo de utilizar todos os metros quadrados de espaço alugável dominava o proprietário, mesmo quando a construção era para seu uso privado e não se destinava à simples especulação pecuniária. Em muitas cidades, durante o século XIX, isso reduziu o quintal dos fundos a uma área para secar roupas, e esta, por sua vez, foi reduzida em espaço, a tal ponto que muitas caras residências da Quinta Avenida, em Nova Iorque, eram construídas quase costas contra costas, como qualquer asilo de classe inferior, e não tinham nem perspectiva nem ventilação. Mais uma vez, a empresa capitalista, hipnotizada pela sua própria preocupação com os ganhos, ultrapassava a si mesma, pois um

plano congestionado não traz necessariamente o máximo retorno imediato, nem tem probabilidade de permanecer bastante válido ou atraente para assegurar uma exploração lucrativa durante um longo período de anos.

Projetos espaçosos como os da Place Vendôme ou Russel Square, florescendo ainda após séculos de uso, revelaram-se muito mais econômicos do que aqueles que procuravam apenas cobrir a quantidade máxima de espaço alugável. Os elevados lucros destes últimos dependem de uma rotatividade rápida. Em economia municipal, no que se opõe à economia particular, não são os primeiros custos de um projeto que contam, mas os custos finais, distribuídos por todo o período de sua existência.

Não tanto o lucro especulativo por si mesmo, quanto a preocupação com o lucro a ponto de excluir quaisquer outras considerações humanas, foi a principal fonte daqueles males de planejamento e desenho. A construção em grande escala de Bath pelos Woods foi feita sob tais incentivos comerciais, mas, felizmente, numa época em que outros motivos, o senso do que é conveniente à posição e situação de uma pessoa, modificavam o objetivo comercial. Assim, os Woods, como Robert Adam, em Edimburgo, podiam operar dentro da escala barroca mais generosa, pensar em toda a frente para a rua como uma só unidade e tratar o espaço aberto como uma parte integrante do projeto total. Tão logo tais ideais aristocráticos foram postos abaixo pelos filisteus em ascensão, que construíram a cidade do século XIX, apenas a uniformidade e a repetição do projeto barroco foi conservada na casa enfileirada padrão de Nova Iorque ou Londres, ou nas casas de apartamento padronizadas da Paris de Napoleão III e da Berlim de Bismarck.

6. O Tráfico no Tráfego

Outra característica da planta comercial foi a própria avenida em corredor: uma artéria linear destinada principalmente a facilitar a circulação de veículos de roda. Na nova planta, quase não existia diferenciação alguma entre rua e avenida, entre circulação de vizinhança e circulação transurbana. Mesmo aqueles que podiam dar-se ao luxo das mais belas residências se alojavam em avenidas, como a Quinta Avenida de Nova Iorque ou a Broad Street de Filadélfia, e não em ruas laterais com tranquilos quarteirões interiores. É tão difícil escapar à esse padrão, quando os princípios comerciais predominam, que, ainda hoje, um novo *shopping center* numa rodovia principal de Long Island gaba-se do fato inconveniente de ter quilômetro e meio de extensão.

O sacrifício da vizinhança à avenida de tráfego perdurou ininterruptamente durante o século XIX. Mesmo num subúrbio residencial como Hampstead Garden, em Londres — um belo plano com numerosas e admiráveis inovações —, os urbanistas situaram a área comercial ao longo de uma avenida

em corredor, em vez de criar um compacto centro de mercado. O tráfego gerado pela cidade comercial era tão formidável que, ainda no século XIX, em Nova Iorque, eram comuns engarrafamentos do trânsito, e crescia a demanda de modos mais rápidos de transporte público. Até aquela época, na maior parte das cidades, a grande maioria da população ia a pé para o trabalho. Isso não significava que seus locais de trabalho ficassem necessariamente na sua própria vizinhança; mas que, mesmo que isso não ocorresse, o trabalhador ou mesmo o empregador podia percorrer duas ou três milhas a pé, para ir trabalhar, embora, no mau tempo, tal coisa constituísse um grave embarço para os pedestres subalimentados e mal vestidos.

Com a invenção da módica diligência, da estrada de ferro e, finalmente, do bonde, começou pela primeira vez a existir na história o transporte coletivo. A distância que se podia cobrir a pé já não estabelecia os limites do crescimento da cidade; e todo o ritmo da ampliação urbana foi aumentado, já que não se tratava mais de avenida a avenida, ou de quarteirão a quarteirão, mas de via férrea a via férrea e de subúrbio a subúrbio, estendendo-se em todas as direções, a partir do distrito central. Em alguns particulares, essas formas suplementares de transporte, seguindo caminhos que nem sempre coincidiam com a rede de ruas, mitigavam as piores debilidades do sistema de circulação nas ruas; e, numa época de passagens baratas, dava aos trabalhadores menos bem pagos um grau de mobilidade que os colocava em pé de igualdade com aqueles que podiam dar-se ao luxo de possuir veículos particulares.

Infelizmente, a criação dos transportes públicos ocorreu segundo os mesmos cânones de lucro especulativo que governavam o resto da cidade: a especulação do tráfego e a especulação da terra faziam jogo combinado, muitas vezes na pessoa do mesmo empreendedor. No próprio momento em que isto se deu, o perceptivo Emerson, já em 1836, identificou a grande potencialidade daquela nova escala de tempo e espaço: queria transformar estradas em ruas e regiões em vizinhanças. Mas a consumação ideal dessa possibilidade pelo uso da região como unidade de desenvolvimento continuou não realizada, pois o aumento do alcance do tráfego foi utilizado como um meio de aumentar o perímetro de cidades já demasiado grandes para proporcionarem vantagens humanas. Os transportes rápidos, em vez de reduzir o tempo exigido para se chegar ao lugar de trabalho, continuaram a aumentar a distância e o custo, sem qualquer ganho em tempo.

O que se aplica à expansão horizontal da cidade comercial, no século XIX e depois, aplica-se igualmente à sua expansão vertical por meio do elevador. Este, a princípio, confinava-se às cidades maiores do Novo Mundo. Contudo, os erros radicais que se cometeram inicialmente na promoção dos arranha-céus são agora universais, em parte pelo afrouxamento de exagerados controles, em parte pela pressão comercial, em parte pela imitação "elegante", em parte pelo desejo do arquiteto de explorar novas facilidades tecnológicas.

Todos os enganos inicialmente cometidos em cidades americanas estão sendo cometidos em escala igualmente horrenda na Europa e na Ásia. Se os transportes rápidos vieram fazer do horizonte o limite para a dispersão urbana, os novos métodos de construção vieram fazer do "céu o limite", como gostavam de dizer os jogadores. Agora quaisquer funções a que pudesse melhor servir pelo empilhamento de um pavimento sobre outro, o edifício muito alto tornou-se um símbolo de *status* e de "modernismo".

A combinação desses dois métodos de expansão e congestionamento, horizontal e vertical, produziu o máximo de oportunidades de obtenção de lucro: foi esse, na verdade, o principal incentivo motivador. Mas esse sistema puramente mecânico de crescimento acaba por se tornar autolimitado: em verdade, as desvantagens do tráfego rastejante, movendo-se através da cidade à metade da velocidade dos veículos puxados por cavalos, cinquenta anos atrás, são resultados diretos dos desordenados aumentos de densidade urbana, residencial e de negócios, bem como do aumento do número de automóveis particulares. E a falta de espaço para se movimentar não é diminuída pela dedicação de áreas cada vez maiores da cidade a avenidas mais largas, vias expressas, viadutos, parques de estacionamento e garagens: está chegando a época, em muitas cidades, em que haverá todas as facilidades para deslocamento pela cidade e nenhuma possível razão para se ir lá. Ainda agora, o ar pestilento e venenoso, as acanhadas habitações com duzentos ou trezentos moradores por hectare, a desmoralizada vida social, fervilhando de violência e crime, têm provocado um êxodo generalizado das áreas centrais das cidades. Nesse sentido, a doença é autolimitadora; mas somente porque deve, com o tempo, destruir o organismo que a abriga.

Esta crítica dos modos e fins do capitalismo, manifestados na expansão urbana, não constitui um esforço para reduzir os enormes problemas de crescimento que a cidade do século XIX enfrentava; não implica, menos ainda, a incapacidade de reconhecer o valor dos novos melhoramentos técnicos que agora se achavam à disposição da cidade, prontos a suplementar as vias terrestres e aquáticas que já não bastavam para a vida mais dinâmica e variada da cidade moderna. Muito ao contrário: o problema do crescimento deve ser tratado por todas as associações e organizações corporativas, não menos que pelos organismos. Quem haveria de seriamente esperar uma solução de qualquer dos nossos problemas urbanos, pelo retorno a uma base tecnológica ou social mais primitiva?

O erro da mentalidade comercial progressista foi dar exagerada importância àqueles modos de circulação que prometiam os mais elevados lucros financeiros: isso levou o planejador a passar por cima do papel do caminhante e da necessidade de conservar a flexibilidade de movimentos de massa, que só a circulação de pedestres pode assegurar. Ao mesmo tempo, obrigou-o mais tarde à solução unidimensional do transporte particular por meio do auto-

móvel, e a dar ao próprio transporte prioridade sobre muitas outras funções urbanas, igualmente essenciais à existência de uma cidade.

Assim, o exagerado crescimento da rede de tráfego, destinada a fazer aumentar o congestionamento lucrativo do centro, na realidade produziu, mesmo tecnicamente falando, uma solução excessivamente primitiva. Exceto em seu núcleo congestionado, a cidade resultante carecia de muitas das felizes amenidades da vida social, que cidades muito menores e aparentemente mais atrasadas possuíam ainda.

7. Arregimentação do Congestionamento

A nova planta baixa muitas vezes produzia no papel a aparência de ordem e amplitude; mas a nova construção, na cidade mercantil, solapava a própria pretensão de tais qualidades, introduzindo graus até então inimagináveis de congestionamento, universalizando práticas errôneas que, na maior parte das cidades, antes do século XVII, tinham sido, quando muito, apenas ocasionais, quase acidentais. Essa arregimentação no tempo afetou todas as partes da cidade. Mas, antes de tudo, afetou as moradias dos pobres.

O congestionamento urbano verifica-se naturalmente quando um número demasiado grande de pessoas começa a competir por um número limitado de apartamentos e quartos; e, quando um proletariado comercial e industrial começou a afluir em massa para as grandes capitais da Europa, no século XVI, tais condições tornaram-se crônicas. O melhoramento urbano só poderia ter tido lugar se as forças que impeliam o povo para as cidades tivessem sido controladas em suas fontes.

A competição em busca de espaço, por imigrantes pobres e desprotegidos, teve o mesmo efeito sobre Paris ou Edimburgo, no século XVII, que sobre Manchester no século XVIII e Liverpool e Nova Iorque no século XIX; as rendas da terra cresceram e as disponibilidades habitacionais pioraram. Um hectare de terra em Paris, no século XIII, valia 2600 francos, segundo D'Avenel; no século XIX, um hectare no mesmo distrito valia 1 297 000 francos: mesmo levando em conta o valor diferente do dinheiro, o aumento era esmagador. Quem se beneficiou desse avanço? Não foram os ocupantes. De quem as rendas que se mantiveram a passo com ele? Não foram os dois trabalhadores.

"O trabalhador da Idade Média, que tinha uma renda anual de mil francos, podia pagar, sem dificuldade, por uma pequena casa, de cem até duzentos francos por ano: e sua situação tornou-se melhor ainda quando os aluguéis tornaram-se imensamente mais baixos, no século XV, em consequência da abundância de habitações vazias, ao passo que os salários tinham subido para 1200 francos. Mas, no momento em que o jornaleiro, a partir de 1550 até o ponto culminante do século XVIII, passou a não ganhar mais que 675 fran-

cos por ano, e quando as pobres casas parisienses eram alugadas a 350 francos, percebe-se por que foi necessário que ele desistisse de viver sob um teto separado."

Com variações apropriadas, essas condições aplicavam-se a toda a Europa e aos portos mais prósperos da América do Norte. Do ponto de vista das classes trabalhadoras, o período foi de crescente exploração e, com relação às suas acomodações, de crescente decadência e redução. Percebem-se os padrões mais reduzidos recentemente mesmo nas obras típicas da filantropia. Embora, segundo os padrões atuais de alojamento, a habitação coletiva para os velhos de Augsburg, construída por Jacob Fugger para os pobres, constitua um grupo arquitetônico notavelmente belo, as casas enfileiradas e paralelas têm apenas o mínimo de espaço aberto para os jardins, em comparação com os espaços abertos existentes mostrados numa planta de Augsburg, da mesma época: até as obras de caridade tinham-se tornado mesquinhas na sua utilização da terra, pois agora o espaço, como o tempo, era dinheiro.

Para compreender a fonte desse congestionamento, sem levar em conta o desejo de extrair lucros das necessidades dos pobres, incapazes como seus superiores econômicos de fazer barganhas e negarem-se a aceitar, devemos compreender que, por volta do século XVII, a miséria tinha sido aceita como destino normal da vida, por uma parte considerável da população. Sem o incentivo da pobreza e da penúria, não se poderia esperar que trabalhassem por salários de fome. A miséria, no fundo, constituía a base para o luxo no alto. Já se calculou que nada menos de uma quarta parte da população urbana, nas cidades maiores, consistia de marginais e mendigos: era esse excedente que explicava o que se considerava, pelo capitalismo clássico, um sadio mercado de trabalho, no qual o capitalista contratava a mão-de-obra dentro das suas próprias condições, ou despedia trabalhadores à vontade, sem aviso, sem se incomodar com o que acontecesse ao trabalhador ou à cidade, dentro de circunstâncias tão desumanas. Num memorando datado de 1648, o Chefe de Polícia de Paris referia-se à "espantosa miséria que aflige a maior parte da população desta grande cidade". Havia entre quarenta mil e sessenta e cinco mil pessoas reduzidas à completa mendicância. Nada havia de excepcional quanto a Paris. Quando Herman Melville, ainda menino, visitou a próspera cidade de Liverpool, nos anos de 1830, encontrou, conforme descreve em *Redburn*, uma mulher com dois meninos ao seio, agonizando numa entrada de porão, abaixo do nível da calçada. A despeito de seus esforços para obter auxílio, ninguém quis socorrer aquelas criaturas. Só foram removidas quando seus corpos começaram a cheirar mal.

Finalmente, porém, sem qualquer expediente de sua parte, o proletariado alcançou sua não premeditada vingança: os padrões que a princípio eram aplicados às moradias dos pobres foram, no século XIX, progressivamente incorporados nas casas das classes média e superior. O primeiro edifício

de apartamentos para muitas famílias foi construído em Nova Iorque, para o grupo de mais baixa renda, em Cherry Street, em 1835: cobria noventa por cento do lote e padronizava condições sem arejamento e não sanitárias. Dentro de uma geração, essa nova espécie de moradia era oferecida aos grupos abastados, como o mais elegante produto da moda, o apartamento tipo Paris. Sem dúvida, havia, numa cidade como Nova Iorque, lugar para moradias menores, destinadas ao solteirão individual ou à pequena família, com administração coletiva: o próprio apartamento, com todos os aposentos num só pavimento, constitui um arranjo conveniente para a moradia modesta. Mas os novos apartamentos não foram criados segundo o antigo plano da casa de um pavimento, com dois quartos de fundo: como as moradias dos pobres, ocupavam a maior parte do lote e, ao invés de oferecer a amenidade de espaços abertos e jardins coletivos, proporcionavam, na maior parte dos quartos, mero buraco de ar; ou, com o aumento das construções nas vizinhanças, a parede dos fundos de outro prédio de apartamentos, projetado de maneira igualmente deficiente.

Essa indiferença às necessidades elementares de higiene ou às amenidades caracterizou o desenvolvimento da cidade comercial: daí o mordente comentário de Patrick Geddes, resumindo a decadência generalizada da construção e alojamento, durante o século XIX, sob esta preocupação unilateral com a renda e o lucro: "Cortiço, semicortiço e supercortiço — a isso chegou a Evolução das Cidades". No decorrer do tempo, a taxa de lucro, mesmo para os bairros dos ricos, tornou-se quase tão favorável, de um ponto de vista comercial, quanto a miserável acumulação de casas ou apartamentos dos pobres.

A prova final dessa degradação do alojamento pela aplicação de padrões capitalistas chegou, durante o século XIX, trazida pela filantropia: no caso, a experiência vitoriana repetiu a demonstração anterior dos Fuggerei. Quando a primeira casa modelo foi introduzida por um grupo caritativo em Nova Iorque, nos anos de 1850, a planta, por fatalidade, mostrava quartos interiores que não recebiam luz, exceto de uma janela aberta para um quarto exterior. Mesmo em termos das mesquinhas oferendas aos trabalhadores mal pagos, então em voga, esse apartamento modelo revelou-se tão vil que, em breve, tornou-se ponto predileto dos ladrões e prostitutas.

Essa caricatura poderia parecer um acidente, não tivesse a mesma história sido repetida, de forma respeitável, nas moradias modelo, erigidas por George E. Peabody, em Londres, na segunda metade do século XIX, e amplamente imitadas por outros grupos e corpos públicos. Os Edifícios Peabody tinham um mínimo de luz, ar e sanitação: não mais, porém, que um mínimo; pois, em vez de ter dois ou três pavimentos, como a moradia típica de Londres, nas partes mais pobres da cidade, aquelas habitações modelo tinham quatro e cinco pavimentos: incorporando uma densidade que correspondia não às

necessidades humanas, mas ao custo da terra. O pátio entre os prédios era pavimentado de parede a parede. Esse uso não só proibía até mesmo o jardim mais reduzido, mas chegou a ser protegido por um regulamento que vedava às crianças brincar naquele reduzido espaço.

Os bem-intencionados esforços de Peabody vieram, por sua vez, fixar um padrão de ruína para os novos alojamentos destinados aos grupos de baixa renda. Mesmo onde espaços abertos visuais existem agora, em tais esquemas "modelo", com edifícios que cobrem apenas quinze ou vinte por cento da área, a densidade de ocupação, em estruturas de dez a quinze andares, ainda é densidade de cortiço: de 200 a 300 pessoas por hectare. Isso produz uma escassez de terras utilizáveis para parques e campos de jogos na vizinhança, quase tão grave quanto nos vis e sujos bairros que os novos edifícios vieram substituir. O fato de que tais edifícios muito rapidamente se transformaram em cortiços não deve surpreender ninguém, exceto seus míopes planejadores, que não têm uma visão interior da natureza quer de uma casa, quer de uma vizinhança, quer ainda de uma cidade.

8. As Formas de Obter e Gastar

Com o advento da empresa capitalista, as formas mais antigas do mercado não desapareceram por completo no mundo ocidental; mas, desde então, ficaram em grande parte restritas aos mercadores de provisões. Mesmo no Novo Mundo, tais mercados muitas vezes se reuniam sob o mesmo teto, algumas vezes imitando mesmo os mercados europeus, como em Nova Iorque, Filadélfia, Washington e Baltimore; ao passo que o Faneuil Hall, em Boston, pode ser considerado uma continuação direta do mercado do Velho Mundo.

Em geral, era apenas nos bairros mais pobres que ainda se podia comprar um vestido, um par de calças ou um fogareiro num carro aberto, embora em Paris, mais apegada aos hábitos medievais do que apareceria da superfície, as lojas de departamentos fossem compelidas a abrir barracas na rua, pelo menos nos distritos de classe média inferior. Contudo, as praças de mercado não tinham lugar no novo traçado urbano: nem os círculos de tráfego do plano barroco, nem a interminável avenida em corredor do plano comercial favorecia aquela espécie de concentração de pedestres.

A loja ao ar livre, por onde saíam os produtos da oficina nos fundos, tendia também a desaparecer: o novo tipo de loja tomou forma por trás de janelas de vidro, grandemente ampliadas para cobrir toda a frente e servir como centro de exibição. Esforço algum era poupado para decorar com bom gosto os interiores, em particular nos locais mais em moda. Dotar uma casa de pastos de janelas de vidro, de tremós espelhados, de lampiões de vidro, e cinco castiçais e seis grandes salvas de prata, e pintar o teto, entalhar as colunas e

dourar os lampiões, custava uma soma considerável. É costume moderno, observa Daniel Defoe em *The Compleat English Tradesman*, que "os comerciantes dispendam dois terços da sua fortuna na preparação das suas lojas. (...) É de menor importância gastar duas, três ou mesmo cinco libras".

O mercado de exibição de artigos já prontos, antes que produzidos pelo velho sistema de encomendas, existia já desde algum tempo; a partir do século XVII, foi pouco a pouco usurpando uma após outra linha, acelerando o ritmo de venda e dando ênfase à atração visual do comprador. O dia especial de feira perdurava no ambiente rural; mas, na cidade comercial, todos os dias eram dias de feira. Comprar e vender tornara-se não meramente um comércio incidental, a transferência dos bens do produtor para o consumidor: passou a ser uma das preocupações principais de todas as classes. "Ir ao mercado" continuou a ter por fundamento as necessidades domésticas; "fazer compras" era uma ocupação menos urgente, mais frívola. Fazer compras proporcionava excitação: servia como ocasião especial para que a dona-de-casa se vestisse, saísse, exibisse a sua pessoa.

"Tenho ouvido contar — dizia Defoe, ainda evidentemente espantado por uma tal prática — que certas damas, e estas também pessoas de grande pompa, têm tomado as suas carruagens e passado uma tarde inteira na Ludgate Street, ou em Covent Garden, apenas para divertir-se indo de uma a outra loja de mercadorias, para olhar as sedas e tagarelar e zombar dos comerciantes, não tendo tanto como a menor ocasião, muito menos a intenção de comprar qualquer coisa."

À medida que o mercado permanente tomava forma, tanto o produtor como o consumidor tendiam a tornar-se mais anônimos: o intermediário é que ganhava fama, conhecendo de antemão as pequeninas exigências do comprador ou manipulando o seu gosto e o seu juízo. Para evitar arriscar-se no escuro, uma nova patrona e compradora assumiu o controle do mercado: a Senhora Moda. Mais uma vez, tenho de citar o inestimável Defoe: "Todos os alfaiates inventam modas, os modistas estudam modelos novos, os tecelões fazem tecidos com belas e alegres figuras, e equipam-se de uma ampla variedade, para estimular a fantasia; o fabricante de carruagens imagina máquinas novas, cadeiras, berlindas, aranhas, etc., tudo para espicaçar a fantasia e a vaidade desmedida dos fidalgos. (...) O marceneiro faz o mesmo em matéria de móveis, a ponto de levar as alegres senhoras a tal excesso de Tolice que elas precisam ter suas casas mobiliadas de novo todos os anos; tudo que tenha tido mais de um ano deve ser chamado de velho, e deixar que os seus aposentos delicados sejam vistos por uma pessoa de qualquer projeção mais de duas vezes é tido por ordinário e mesquinho".

O dinheiro era o bem supremo: os costumes do mercado não se confinavam às lojas. Mais uma vez, o visconde D'Avenel, cuja história da propriedade fornece documentação inestimável sobre artigos e preços, bem soube tratar da

matéria. "Foi no passado, sob o regime antigo, desde o fim da Idade Média até a Revolução, quando a força não ocupava lugar destacado e quando a opinião pública pouca coisa valia, que o dinheiro dominou na França. Quase tudo podia ser comprado, poder e honrarias, colocações civis e militares, e a própria nobreza, cujos títulos eram inseparáveis do terreno em que se baseavam. Era necessário ser rico para tornar-se alguém, e se o favor de um príncipe vez por outra distinguia um homem pobre, era certo que, do mesmo golpe, fá-lo-ia rico, já que a riqueza era a consequência costumeira do poder."

A vida, mesmo a vida aristocrática, exprimia-se em termos de comércio e dinheiro. Numa homília moral do século XVI, dirigida aos homens em serviço, note-se a imagem da própria frase de abertura: "Nessa Bolsa de Troca de Assuntos Humanos, que consiste (por assim dizer) inteiramente de mercadorias, de comprar e vender, é muito certo que haja todos os costumes, condições e ofícios. . . convocados à razão de dez libras por Cabeça para aparecer, com dinheiro e bens sempre prontos, para manter o mercado mundano". A vida era justamente isso. A torto e a direito, por comércio, ou roubo, ou corrupção política, ou empreendimento financeiro, era preciso que se tivesse dinheiro: "rapina, avareza, gastos", faziam da vida "mesquinho artifício de artesão, cozinheiro ou moço de estrebaria!". O soneto de Wordsworth era uma acusação provada.

Nas grandes capitais, demasiado grandes para que as pessoas conhecessem os seus vizinhos, os padrões do mercado passaram geralmente a ter predominância. Por meio da franca exibição, procuravam as pessoas criar impressão decisiva quanto à sua posição na vida, o seu gosto, a sua prosperidade: todo indivíduo, toda classe, mostrava o que era. A moda é, por assim dizer, o uniforme da época, e as pessoas bem-educadas usavam esse uniforme, em casa ou na rua, com a mesma disciplina do soldado, na parada militar. Veneza estabeleceu o ritmo, ao ditar as modas pessoais, graças ao encanto de suas cortesãs; Paris assumiu esses deveres no século XVII; e desde então, toda capital nacional serviu como modelo para o resto do país. Fazia parte das funções econômicas da capital, do ponto de vista dos grandes fabricantes e importadores, desacreditar os produtos locais, que variavam em modelo, em cor, em material, em textura, em decorações, de acordo com a tradição local, e pôr em circulação aqueles que se usavam na capital. Os maneirosos estilos metropolitanos solaparam as sobriedades do artesanato, assim como anularam as tradicionais preferências ou idiosincrasias de fabricante e freguês.

Certos indícios desse estado já se tinham mostrado claramente, no século XVI, pois Stow vê-se em dificuldades para "responder às acusações desses homens que acusam Londres da perda e decadência de muitas (ou da maioria) das cidades antigas, cidades corporativas e mercados dentro deste reino. (. . .) Quanto aos retalhistas, por conseguinte, e aos artesãos manuais, não é de admirar que abandonem as cidades do campo e dirijam-se para

Londres; pois não só a corte é hoje em dia muito maior e mais galante que nos tempos passados. . . mas também, pela mesma razão, os cavalheiros de todos os condados fogem e acodem à cidade, aqueles mais jovens dentre eles para ver e mostrar vaidade, e os mais velhos para poupar o custo e o dever de hospitalidade e cuidado doméstico". A competição no terreno da moda, que era a vida do comércio barroco, foi também, em grande parte, a morte das cidades provincianas. Estas, com o tempo, viram-se forçadas a produzir para o mercado anônimo distante ou perder inteiramente as suas indústrias. O efeito que isso teve pode-se observar no nosso sistema não regional de produção e distribuição, até a época atual.

Nessa economia, a centralização da capital barroca, que implicava elevadas despesas de transporte, transformou-se em especial virtude. "A grandeza da cidade de Londres aumenta muito consideravelmente o Comércio Interno, pois, dado que a City é o centro do nosso comércio, assim todas as manufaturas são para aqui trazidas e daqui distribuídas de novo para todo o país. . ." "Quantos milhares — volta a exclamar Defoe, em outro lugar — poderia mesmo dizer quantas centenas de milhares de homens e cavalos são empregados na condução e recondução, para e a partir de Londres, dos produtos da Inglaterra e dos artigos importados de países estrangeiros; e quantos desses continuariam de pé e ainda desejariam negociar. . . se esta grande cidade fosse dividida em quinze cidades. . . e estivessem situadas em lugares tão numerosos, diferentes e distanciados uns dos outros, que o campo, dentro de um raio de 20 ou 30 milhas, seria suficiente para elas e capaz de abastecê-las, e onde todo porto importaria os seus bens do estrangeiro."

Esse último trecho é uma explanação sucinta da diferença entre a economia medieval urbana e a economia barroca do Estado: não se poderia oferecer melhor. Mas, em termos de energia social e vida cultural, o que Defoe tomava por um elogio era, na realidade, uma denúncia condenatória.

A expansão do mercado tem sido uma das qualidades mais características do regime comercial: acha-se envolvida em todo o sistema de colocar satisfações sucedâneas no lugar das diretas, e bens monetários em lugar de experiências vitais. Pelo século XVIII, os mercados públicos e as lojas dos produtores da cidade medieval estavam sendo convertidos em lojas especializadas, em contínuo funcionamento. Já nessa data remota, em Paris, no reinado de Luís XV, um banqueiro chamado Kromm fundava uma loja de departamentos com umas duas ou três centenas de empregados. Em 1844, uma moderna loja de departamentos, a Ville de France, abriu-se em Paris, com cento e cinquenta empregados no quadro de pessoal.

Se a vitalidade de uma instituição pode ser estimada pela sua arquitetura, a loja de departamentos foi uma das instituições mais vitais desse regime comercial. Um dos primeiros grandes edifícios a empregar colunas de ferro em vez de uma parede de alvenaria foi a loja de departamentos A. T. Stewart,

em Nova Iorque; enquanto que o projeto de Schinkel para uma loja de departamentos de Berlim, nos anos de 1830, embora não chegasse a ser executado, estava muito adiantado em relação ao tradicionalismo elaborado da elogiadíssima loja Wertheim, projetada por Messel, em Berlim. Finalmente, um dos melhores prédios utilitários do início do século XX, com um afastamento radical dos projetos tradicionais, foi o Edifício Schlesinger & Meyer (hoje Carson, Pirie, Scott & Company), de Sullivan, em Chicago.

A loja de departamentos oferecia ao comprador o maior número possível de mercadorias sob o mesmo teto e diversificava as tentações de comprar, ao mesmo tempo que concentrava a oportunidade. Assim, tornou-se na realidade um mercado de muitos andares. Mais ainda, servia de imensa Feira Mundial de arte e indústria, na qual todas as amostras se achavam à venda.

Mas dificilmente causará surpresa o fato de que as principais formas arquitetônicas produzidas pela cidade comercial fossem baseadas em unidades abstratas de espaço: o comprimento da fachada e o número de metros cúbicos. Sem nenhuma redistribuição estrutural, o hotel, o prédio de apartamentos, a loja de departamentos e o prédio de escritórios eram conversíveis uns nos outros. Onde os lucros especulativos da venda de prédios se revelavam suficientemente tentadores, a conversibilidade cedia lugar, afinal, à substitutibilidade; todas as partes da estrutura eram projetadas tendo em vista não um longo tempo de serviço, mas a possibilidade de ser demolida e substituída por uma estrutura mais elevada e mais lucrativa, dentro de uma única geração, algumas vezes até ainda mais rapidamente. O capitalismo, em seus efeitos sobre as cidades, é como a aberração da fisiologia humana que a medicina conhece como o estômago que se digere a si mesmo.

A empresa comercial produziu apenas uma forma durante o século XIX, que não respondeu ao seu grande critério de convertibilidade e continuado aumento especulativo; e essa forma, nota-se sem surpresa, revelou-se abortiva e por muito tempo deixou de ser copiada ou aperfeiçoada. Era a galeria de lojas cobertas de vidro: uma tentativa para encontrar uma nova estrutura, utilizando os novos inventos da armadura de aço e da parede de vidro, que a tecnologia moderna oferecia. Na primeira metade do século XIX, espécimes dessa natureza de galeria implantaram-se em todas as cidades comerciais, de Nápoles e Gênova à Galeria Burlington (1819) em Londres. A galeria comercial de Bruxelas é uma das mais longas; ao passo que a mais imponente é aquela grande estrutura cruciforme de Milão, uma larga avenida com suas lojas, seus cafés, seus restaurantes. Aquelas novas estruturas tinham o mérito especial de afastar as compras da rua apinhada, com a sua confusão de veículos e ruídos: um exemplo admirável de planejamento funcional. A idéia de tal galeria foi apresentada não apenas por James Silk Buckingham, que projetou uma cidade modelo vitoriana, mas também por Ebenezer Howard, em seu primeiro traçado da Cidade-Jardim, onde desejava colocar toda a área de com-

pras sob vidros. O projetista de uma "cidade modelo", Pullman, no Illinois, na verdade construiu tal galeria; e, por estranho que pareça, chegou-se a construir uma delas na cidadezinha de Hitchin, perto da primeira Cidade-Jardim de Howard, Letchworth.

Embora a maior parte daquelas galerias comerciais ainda existam prosperamente, não têm elas sido amplamente imitadas; ou antes, somente com a criação de *shopping centers* antiurbanos, construídos para a acomodação do tráfego motorizado, foi que essa concepção se restabeleceu de forma modificada. A debilidade real da galeria comercial, do ponto de vista da prática do comércio, era a sua exatidão funcional: só servia para a finalidade original, e era, por sua própria natureza, inconversível. Isso violava o primeiro cânone do planejamento da cidade comercial.

9. O Contraste Exemplar de Amsterdam

Existe uma cidade que dá testemunho do espírito comercial em seus melhores momentos, antes que se houvesse dissociado completamente dos controles costumeiros e dos compromissos coletivos de seu protótipo medieval. Essa cidade é Amsterdam. O fato de não ter sido amplamente imitada mostra que não foi apenas o capitalismo, mas um complexo de instituições, personalidades e oportunidades, reunidos num momento único, que fez daquela cidade um dos maiores exemplos da arte do urbanista. Ainda assim, continua sendo o único feito destacado do capitalismo, tendo como rival apenas a elegante Bath.

Se tomarmos Amsterdam como o exemplo mais importante de uma cidade que efetuou a transição do protecionismo para a competição comercial, sem perder a forma, não vem isso diminuir a vitalidade de algumas das suas rivais, como Delft e Haarlem. Serve, antes, para mostrar, tomando o exemplo mais difícil, que, com a expansão comercial mais rápida e o mais rápido crescimento da população, o crescimento físico da cidade pós-medieval não precisava ter levantado obstáculos insuperáveis ao planejamento ordenado. Durante todo o seu principal período de expansão, Amsterdam não perdeu a sua unidade; e, embora o seu bairro medieval viesse afinal a cair em decadência, a cidade em geral não se deteriorou exceto por um breve período, no século XIX, quando a capacidade comercial e o gosto deprimente produziram bairros cuja fealdade e insuficiência humana rivalizavam com os de cidades industriais mais típicas do século XIX.

O desenvolvimento técnico da cidade holandesa baseava-se no admirável controle da água, não simplesmente para comunicações e transportes, mas para a escultura da paisagem. Muito antes que se aperfeiçoasse a aparelhagem mecânica para cavar e transportar terra, os holandeses, por meio de acirrado trabalho manual, haviam erguido muitas das suas cidades sobre colinas artifi-

ciais, acima das águas; e a mesma aplicação de energia coletiva os levou a proteger a terra contra as inundações. O controle tanto do mar quanto das águas interiores começara em escala pequena, conta Gerald Burke, já no século VIII; e, embora os holandeses precisassem da cooperação do moinho de vento para resolver o problema do controle da água em sua terra, grande parte da qual ficava abaixo do nível do mar, no século XI, antes mesmo que aquela máquina de bombeamento fosse introduzida, as técnicas de construção de diques e de drenagem haviam sido aperfeiçoadas, e fora recuperada uma considerável área de terra.

Esse trabalho, desde o princípio, exigiu administração cooperativa, tanto na construção quanto na manutenção dos diques: aquela necessidade resultou na criação de Juntas de Captação de Água, no século XIII — autarquias independentes, ainda hoje em operação. Como a água viaja tão perto da superfície, as casas das cidades holandesas devem ser construídas sobre pilstras: a dificuldade de criar esses alicerces impediu que as cidades holandesas se propagassem ao acaso, segundo a vontade do proprietário das terras. Sob direção municipal, a cidade em crescimento era aberta, seção a seção, e dotada de serviços coletivos. Com esse sistema de ação coletiva e restrição ordenada, as forças dinâmicas do capitalismo operaram, quase a despeito de si mesmas, no sentido de uma finalidade pública. Amsterdam, por essa razão, podia ser tomada como admirável exemplo do valor de uma economia mista, na qual a empresa pública e a empresa privada se complementam mutuamente.

Amsterdam começou como comunidade, com a construção do dique ou o represamento do pequeno rio, o Amstel. O núcleo urbano original achava-se contido dentro do canal em forma de crescente que rodeava a velha cidade, não murada até 1482: mas, nas cidades holandesas, o dique veio realmente tomar o lugar da muralha, promovendo a coesão e o conforto comum. Quando o comércio passou do Báltico para o mar do Norte, acompanhando a migração não explicada do arenque, Amsterdam, a que se chegava por uma longa rota aquática protegida, não exposta nem às tempestades nem à pirataria, começou a ganhar como porto para o transbordo de mercadorias. Assim, quando Antuérpia foi incapacitada por obra dos espanhóis, no século XVI, a Bolsa de Amsterdam tornou-se o centro do mercado monetário. Até o fim daquele século, o crescimento de Amsterdam tinha sido continuamente impedido, na aparência, pela luta com a Espanha. Mas, pelo fim da luta, uma geração inteira antes do êxodo dos espanhóis, a solidez mercantil de Amsterdam era dirigida no sentido do seu próprio desenvolvimento urbano.

Evidentemente, não fora à toa que Amsterdam absorvera todas as lições comerciais que os italianos podiam ensinar, conforme nos informa Violet Barbour, as mercadorias consignadas a Amsterdam em geral podiam contar com uma venda rápida, pagamento pronto e ampla escolha de oportunidades para investir os rendimentos. Também ali, eram amplas as facilidades de arma-

zenagem, e os mercadores que desejavam armazenar seus produtos até obterem melhores preços podiam tomar dinheiro emprestado por conta dos recebimentos dos armazéns: ao passo que o dinheiro mesmo era tão bem administrado que os investidores se davam por satisfeitos em aceitar um juro de 2%, em Amsterdam, contra muitas vezes aquela cifra, em trocas nas quais o capital pudesse ser perdido.

Notem-se os resultados: a Câmara de Seguros foi fundada em 1602, uma nova Bolsa em 1608, um banco de empréstimos em 1614. A população mais do que quadruplicou entre 1567, quando tinha quase trinta mil habitantes, e 1630, quando se contava ao redor de cento e quinze mil. A necessária ampliação da cidade proporcionou a oportunidade de uma nova ordem de planejamento, enquanto que os meios de construção eram fornecidos pela prosperidade dos mercadores reinantes. Nem mesmo a guerra constituía obstáculo a esse crescimento; Amsterdam tornara-se o principal mercado de cereais, suprimentos navais e munições, os nervos da guerra: seus capitalistas chegavam a negociar livremente com o inimigo, de tal sorte que, não importa quem perdesse no campo de batalha, os holandeses sempre saíam ganhando.

A excelência do novo plano teve seu fundamento imediato na Ordenação de Construções de 1565: esta se revelou tão satisfatória no seu funcionamento, que continuou em vigor até o princípio do século XIX, quando o seu abandono foi provavelmente responsável por alguns dos aspectos mais tristes de Amsterdam. Aquela Ordenação exigia, entre outras coisas, que os alicerces em pilstras fossem aprovados por funcionários municipais, antes que pudesse ter início a construção; que cada lote tivesse a sua própria privada e que as ruas e vias traçadas pelo Conselho fossem custeadas pelos possuidores de lotes, sendo os custos proporcionais à largura da frente. Isto levou mais além as disposições sanitárias postas em vigor, em face do supercongestionamento de múltiplas famílias, em 1533, o que tornou obrigatória a abertura dos esgotos e drenos à inspeção. Noutras palavras, aquele plano não era um melhoramento de superfícies: era a expressão final de uma atenção mais plena às condições da saúde e da vida social.

O novo plano tivera início em 1585, com a abertura do Heerregracht, no sítio de onde se removeram os Bastiões, seguindo para o norte; aquele canal, servindo tanto ao tráfego quanto à necessidade de espaço aberto, fixou uma nova dimensão para tal planejamento: 24 metros de largura. Aquele começo foi ampliado por Hendrikje Staets, no *Plano dos Três Canais*, aprovado pela municipalidade em 1607. Nem o primeiro nem o segundo canal, o Keisergracht (1593), havia proporcionado o sistema de canais em teia de aranha, que foi finalmente construído. Mas, no entretempo, o plano geométrico de Coeworden, bastião de Amsterdam, pode ter impressionado os planejadores. À medida que prosseguia o trabalho, a execução de um sistema de canais concêntricos, atravessados por canais e ruas dirigidos para o antigo

centro, ia-se sugerindo por si mesma. Embora, em certo ponto, no interesse da criação de um parque, fosse apresentado um plano que teria cortado aquele arranjo simétrico e rompido a rede de transportes, no fim, percebeu-se o quanto valiam a disposição funcional e a figura geométrica: uma unidade. Na expressão daquela unidade, toda a cidade interior tomou sua forma final.

O homem em grande parte responsável pela execução do Plano dos Três Canais foi Daniel Stolpaert, um arquiteto agrimensor (1615-1676). Traduziu-o, de uma imagem em papel, numa realidade social multidimensionada: pois foi ele quem destinou as frontarias ao longo dos três canais monumentais às grandes casas de negócios e casas urbanas para os mercadores, edifícios que eram, então, da mesma escala e dignidade. Foi ele quem distribuiu os blocos de construção formados pelos canais radiais e periféricos às moradias de classe média e de artesãos. Também ele preservou as frontarias, no ancoradouro propriamente dito e ao longo do Browsersgracht, para os armazéns; ao passo que a nova área a oeste, a Jordaan, foi zoneada para a indústria e para certas fundações caritativas. O que distinguia aquele plano de zoneamento superficial e perniciosamente generalizado das cidades americanas no século atual era que o planejamento e a construção faziam parte de uma única operação recíproca.

Note-se, porém: a execução do plano era tarefa da empresa privada, levado a cabo por indivíduos e pequenos grupos, para obter lucros, embora, algumas vezes, por organizações religiosas para proporcionar casas aos velhos e aos indigentes, ou por grandes organizações comerciais que procuravam oferecer alojamento suficiente a seus empregados: ocasionalmente, ainda que raro, o trabalho era levado a cabo por Sociedades Habitacionais. Foi aquela contínua aplicação do planejamento e da construção que manteve o rápido crescimento de Amsterdam livre de ser tão desastroso ao bom alojamento e à ordem municipal quanto o foi o crescimento rápido de Londres. Não menos importante nesse plano, ligando-o mesmo ao de Washington feito por L'Enfant, foi a oportuna reserva de sítios para igrejas e mercados locais. Se apenas aquele exemplo tivesse sido seguido na urbanização de outros lugares, mais tarde, teria ao mesmo tempo economizado os custos e melhorado o caráter das novas cidades e suas ampliações.

O Plano dos Três Canais foi um milagre de amplidão, coesão e ordem inteligível. Aceitava tudo o que era válido no planejamento barroco, com justas e suficientes variações nas unidades individuais, combinadas com o rico ornamento de árvores ladeando os canais, afastando a maldição da arrematadação militar do classicismo barroco. As sucessivas mudanças no plano em teia de aranha evitam que a perspectiva distante seja vazia e opressiva. Os próprios canais tinham de 24 a 27 metros de largura: ladeados pelas calçadas pavimentadas e arborizadas dos edifícios que ficavam nas suas margens. Tais construções eram baseadas em lotes que tinham em média oito metros de largura,

dando assim lugar à ampla fachada de três janelas, tendo mais espaço aberto do que parede, que levava o sol até as profundezas da casa. Havia uma distância mínima de 48 metros entre os fundos das construções: o espaço ajardinado de cada lote era, assim, mais ou menos de 8 x 24 metros. Espaço generoso tanto para os amantes de jardins como para aqueles que procuravam o repouso ao ar livre. O máximo de cobertura do sítio era de cinquenta e seis por cento. Aquele plano colocou as delícias do subúrbio, seu espaço aberto, seus jardins, suas árvores, dentro do âmbito mais próximo da cidade interior.

Ali, nos novos bairros de Amsterdam, achava-se o ponto estético culminante de cinco séculos de esforço coletivo no domínio da água e na edificação da terra. A ordem se propagara dos *polders* para a cidade. Nada tão pleno e uniformemente bom como Amsterdam jamais anteriormente penetrara no planejamento das cidades, na mesma escala, em qualquer parte. Nem mesmo os holandeses, por muito tempo, estiveram à altura do grande exemplo que tinham à sua frente.

A ordem criada pelo Plano dos Três Canais, conuiu à frente de qualquer planejamento urbano, tomado como um todo, durante três séculos. Somente agora é que se vê seriamente ameaçada pela religião do automóvel, que está pronta a sacrificar as utilidades e deleites da vida na cidade ao desenvolvimento de facilidades devoradoras do espaço, para ingresso e saída da cidade — embora a própria multiplicação de tais facilidades reduza a velocidade efetiva do tráfego que procurava promover. Como os bulevares de Paris, as belas vias arborizadas que orlam os grandes canais foram reduzidas a pontos de estacionamento: um espetáculo deprimente.

Para enfrentar esse problema de manutenção do núcleo histórico, seria necessário um capítulo especial. Devo nesse ponto, fazer reservas à minha admiração pelo êxito do plano, chamando a atenção para o lugar onde os lucros comerciais, não os fins cívicos, controlaram o desenvolvimento de Amsterdam e estabeleceram um precedente que piorou com o progresso do capitalismo. Ocorreu na área da Jordaan, a sudoeste da cidade. Ali, em vez de criar um novo bairro, dentro dos mesmos princípios da antiga cidade, os planejadores seguiram o traçado inteiramente diferente dos antigos campos, recortando estreitas diagonais através das novas linhas de crescimento estabelecidas. E, como o Conselho não adquiriu aquela área, um grupo de mercadores a loteou para especulação, com estreitos canais e estreitas ruas, não com 24 metros de largura, mas ao redor de cinco e meio. Pior ainda, a terra é mais baixa que o resto da cidade, porque os loteadores tornaram barata a operação, deixando de elevar a superfície da maneira habitual.

Naquelas vizinhanças congestionadas, em lotes igualmente apinhados, amontoaram casas, onde os trabalhadores mais pobres ou os imigrantes protestantes franceses, os espanhóis e os judeus portugueses encontraram um mínimo de acomodação. Ao passo que as casas dos mercadores gabavam-se de

um mínimo de 48 metros entre os *fundos*, a largura inteira dos quarteirões dos trabalhadores era de apenas 36 metros. Embora a densidade padrão por hectare residencial líquido geralmente não fosse superior a 2,3 casas por hectare, nas pequenas cidades holandesas, ou nove, no máximo, nas grandes cidades, a nova habitação dos trabalhadores era muitas vezes superior. Para ter dado algo melhor que isso às pessoas que ali habitavam, os construtores teriam de esquecer os lucros; ou então, a municipalidade — os construtores, sob disfarce cívico — teria de oferecer um subsídio. O capitalismo, quase por definição, não tinha resposta a esse problema: na verdade, recusou admitir a possibilidade de qualquer resposta, mesmo em termos não-capitalistas, até a segunda metade do século XIX.

Do exemplo de Amsterdam, sinto-me tentado a tirar duas conclusões contraditórias. Uma é a muito evidente, de que os benefícios do capitalismo se achavam confinados aos que estavam do lado de dentro, os mercadores, negociantes, financistas, investidores; e que não fazia parte da economia capitalista proporcionar bairros urbanos às classes trabalhadoras, exceto em termos que viessem fornecer um bom lucro: quer dizer, congestionando, espremendo, com previsões mesquinhas mesmo de luz e ar, um piorar generalizado de todo o ambiente urbano. Onde, porém, a renda do morador era suficiente, podiam-se criar boas acomodações, desde que os lucros não fossem o único motivo por trás da construção. O que tornava tão excelentes os bairros dos mercadores de Amsterdam era a manutenção da vigilância organizada no planejamento do traçado e na supervisão de todo o conjunto, tendo em vista o bem público: foi essa uma feliz herança deixada da antiga economia medieval. A direção pública responsável, trabalhando com vistas para bem concedidos fins públicos, é essencial para a fundação e desenvolvimento de todas as comodidades urbanas.

As piores manifestações do capitalismo, no desenvolvimento urbano, surgiram quando se tornou dominante e exclusivo, desfilando em bruta nudez, sem qualquer espécie de roupagens históricas, a não ser fiapos manchados e dispersos. Naquele ponto, o triunfo comercial mostrou-se pelo que era e ainda, em grande parte, é: a destituição cívica. Do ponto de vista de uma economia capitalista em expansão, aliás, as perspectivas de lucros do capitalismo, que se apoiavam na rotatividade contínua, exigiam a continuada destruição de antigas estruturas urbanas, a bem da sua lucrativa substituição por rendas ainda mais altas. Os pesados investimentos a longo prazo em construções cujas espaçosas imediações garantiriam sua continuidade não eram atraentes para o investidor capitalista, desde que este se havia emancipado da preocupação com um lucro seguro. Nos bairros mais pobres, seguindo o exemplo de seu grande progenitor romano Crasso, o capitalista chegou mesmo a apressar o ritmo de destruição, negando o necessário investimento em reparos e renovação. Para o século XX, a incessante destruição e substituição

tornou-se o novo ritmo de desenvolvimento de cidades. Nisto, o papel do capitalismo era o de liquidar o recipiente.

Mas, durante os dois ou três séculos em que o capitalismo se misturou com instituições mais antigas e foi colorido por elas, seu dinamismo produziu parte do melhor planejamento residencial que qualquer cidade até então já exibira; e em cidades como Bath, aquela nova ordem chegou até mesmo aos mais humildes bairros de classe média. Grande parte da elegante nova construção de Londres, Bath e Edimburgo, bem como de lugares menores, durante o século XVIII, foi, de fato, construção especulativa; embora algo do que ela tem de melhor, como o Adelphi Terrace de Adams, em Londres, e a esplanada semelhante de Bullfinch, em Boston, tenham sido, a princípio, fracassos comerciais.

Infelizmente, as funções urbanas originais deixaram todas de ter um lugar significativo na cidade comercial: instituições mais antigas eram ou impelidas para os interstícios deixados pela empresa de negócios, ou forçadas a adotar os modos e meios inatos a tal empresa, transformando seus bens tradicionais em dados abstratos, dando à publicidade, à propaganda, à capacidade histriônica, aos triunfos numéricos (frequência, alistamento, contribuições, rendimentos), o que originariamente davam às finalidades educacionais e culturais a que mansamente se referiam aqueles subprodutos. Em nossa época, o destino final da cidade comercial é tornar-se um pano de fundo da propaganda: destino muito bem simbolizado na recente transformação de duas estações ferroviárias de Nova Iorque, de grandes monumentos públicos, em salões de exibição para um comercialismo cuja astúcia, em contraste, dá quase dignidade real aos financistas que originariamente conceberam aquelas estações com certo sentido de obrigação pública.

Paraíso paleotécnico: Coketown

1. Como Nasceu Coketown

Até o século XIX, tinha havido certo equilíbrio de atividades dentro da cidade. Embora o trabalho e o comércio fossem sempre importantes, a religião e as artes e diversões reclamavam sua parte das energias do cidadão. Mas a tendência à concentração nas atividades econômicas e a considerar como desperdício de tempo o esforço gasto noutras funções, pelo menos fora da casa, vinha crescendo continuamente desde o século XVI. Se o capitalismo tendia a expandir os domínios do mercado e transformar cada parte da cidade numa comodidade negociável, a mudança dos trabalhos manuais urbanos organizados para a produção fabril em larga escala transformou as cidades industriais em sombrias colmeias, a fumar ativamente, a bater, guinchar, a expelir rolos de fumo de doze a quatorze horas do dia, algumas vezes durante as vinte e quatro horas. A rotina escrava das minas, cujo trabalho constituía um castigo intencional para os criminosos, tornou-se o ambiente normal do novo trabalhador industrial. Nenhuma daquelas antigas cidades fugia ao velho ditado: "Trabalhar sempre sem brincar faz do Jack um mau rapaz". Coketown especializou-se na produção de maus rapazes.

Como a dar testemunho da imensa produtividade da máquina, os montes de lixo e detritos alcançavam proporções de montanha, ao passo que os seres humanos, cujo trabalho tornava possíveis aqueles feitos, eram mutilados e mortos quase tão depressa quanto teriam sido num campo de batalha. A nova cidade industrial tinha muitas lições a ensinar; mas, para o urbanista, a sua principal lição dizia respeito ao que se deveria evitar. Reagindo contra os descaminhos do industrialismo, os artistas e reformadores do século XIX chegaram finalmente a uma concepção melhor das necessidades humanas e das possibilidades urbanas. No fim, a doença estimulou a formação dos anticorpos necessários para vencê-la.

Os agentes geradores da nova cidade eram a mina, a fábrica e a ferrovia. Mas seu sucesso em desalojar todos os conceitos tradicionais da cidade devia-se ao fato de que a solidariedade das classes superiores estava visivelmente

alindo: a corte tornava-se extranumerária e a própria especulação capitalista passava do comércio à exploração industrial, a fim de alcançar as maiores possibilidades de engrandecimento financeiro. Em todos os bairros, os antigos princípios de educação aristocrática e cultura rural eram substituídos por uma devoção unilateral ao poder industrial e ao sucesso pecuniário, algumas vezes disfarçada de democracia.

O sonho barroco do poder e do luxo, pelo menos, tinha saídas humanas, finalidades humanas: os prazeres tangíveis da caça, da mesa de jantar, da cama, achavam-se constante e tentadoramente à vista. A nova concepção do destino humano, tal como o projetaram os utilitaristas, pouco lugar tinha, mesmo para os deleites sensuais: apoiava-se numa doutrina de exercício produtiva, avareza consumidora e negação fisiológica; e tomava a forma de um generalizado abandono das alegrias da vida, semelhante àquele exigido pela guerra, durante um sítio. Os novos mestres da sociedade desdenhosamente voltavam as costas ao passado e a todos os ensinamentos acumulados pela história, dedicando-se à criação de um futuro que, segundo a sua própria teoria do progresso, seria igualmente desprezível, uma vez que também houvesse passado — e seria arrastado de maneira igualmente impiedosa.

Entre 1820 e 1900, a destruição e desordem, dentro das grandes cidades, = semelhante àquela de um campo de batalha, proporcional à própria extensão de seu equipamento e ao poder das forças empregadas. Nas novas províncias da construção de cidades, deve-se agora ficar de olho nos banqueiros, industriais e inventores mecânicos. Foram eles responsáveis pela maior parte do que era bom e por quase tudo o que era mau. Na sua própria imagem, criaram um novo tipo de cidade: aquele a que Dickens, em *Tempos Difíceis*, chamou Coketown(*). Em grau maior ou menor, todas as cidades do mundo ocidental foram marcadas com as características arquetípicas de Coketown. O industrialismo, a principal força criadora do século XIX, produziu o mais degradado ambiente urbano que o mundo jamais vira; na verdade, até mesmo os bairros das classes dominantes eram imundos e congestionados.

A base política daquele novo tipo de agregação urbana apoiava-se em três colunas principais: a abolição das guildas, com a criação de um estado de insegurança permanente para as classes trabalhadoras; a implantação do mercado de trabalho aberto e competitivo, bem como da venda igualmente competitiva de mercadorias; e a manutenção de dependências estrangeiras como fonte de matérias-primas, necessárias às novas indústrias, e como mercado aberto para absorver os excedentes da indústria mecanizada. Suas bases econômicas eram a exploração de mina de carvão, a produção imensamente aumentada de ferro e o emprego de uma fonte contínua confiável — ainda que altamente ineficiente — de energia mecânica: a máquina a vapor.

(*) O traítor, a custo, resiste à tentação de lhe chamar "carbonópolis". (N. do T.)

Na verdade, esses avanços técnicos dependiam socialmente da invenção de novas formas de organização corporativa e administração. A companhia por ações, o investimento de responsabilidade limitada, a delegação de autoridade administrativa com a divisão da propriedade e o controle do processo por meio de orçamentos e contabilidade de custos, tudo isso eram questões de técnica política cooperativa, cujo triunfo não se deveu ao gênio de qualquer indivíduo em particular ou de qualquer grupo de indivíduos. Também aplica-se isso à organização mecânica das fábricas, que aumentou grandemente a eficiência da produção. Mas a base desse sistema, na ideologia do período, foi considerada o indivíduo atômico: guardar sua propriedade, proteger seus direitos, garantir sua liberdade de escolha e de empresa, constituíam o dever único do governo.

Esse mito do indivíduo sem peias foi, na realidade, a democratização da concepção barroca do príncipe despótico: agora, todo homem de empresa procurava ser um déspota de direito próprio; déspotas emocionais como os poetas românticos; déspotas práticos como os homens de negócios. Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, apresentou ainda uma teoria geral da sociedade política: teve ele uma concepção correta da base econômica da cidade, e uma visão válida das funções econômicas não-lucrativas. Contudo, na prática, seu interesse cedeu lugar ao desejo agressivo de aumentar a riqueza dos indivíduos: era essa a realidade e a finalidade de toda a nova luta malthusiana pela existência.

Talvez o fato mais importante de toda a transição urbana fosse o deslocamento de população que ocorreu em todo o planeta. Esse movimento e a recolocação foram acompanhados por outro fato de magna importância: a espantosa ascensão no índice de crescimento demográfico. Esse aumento afetou países industrialmente atrasados, como a Rússia, com uma população predominantemente rural e um elevado índice de nascimentos e mortes, assim como afetou os países progressistas que eram predominantemente mecanizados e desruralizados. O generalizado aumento dos números fez-se acompanhar por uma transferência dos excedentes para as cidades e por um imenso alargamento da área dos centros maiores. A urbanização aumentou quase em proporção direta à industrialização: na Inglaterra e na Nova Inglaterra, finalmente chegou-se a verificar que mais de oitenta por cento de toda a população vivia em centros de mais de dois mil e quinhentos habitantes.

Nos territórios recentemente abertos do planeta, originariamente povoados por acampamentos militares, postos de comércio, missões religiosas, pequenas colônias agrícolas, surgiu uma inundação de imigrantes de países que sofriam de opressão política e pobreza econômica. Esse movimento de pessoas, essa colonização do território, tomou duas formas: o pioneirismo da terra e o pioneirismo da indústria. O primeiro encheu as regiões escassamente povoadas da América, da África, da Austrália, da Sibéria e, mais tarde,

da Manchúria; o segundo levou os excedentes para as novas aldeias e cidades industriais. Na maior parte dos casos, aqueles tipos chegaram em ondas sucessivas.

A ampla migração de país a país, por sua vez, ajudou a levar ao sistema europeu de agricultura os recursos de partes até então desconhecidas do mundo: em particular, toda uma série de novas plantações energéticas, milho e batatas — e esse picante agente de relaxamento e cerimônia social, o tabaco. Ademais, a colonização de terras tropicais e subtropicais veio trazer uma nova safra energética agora fornecida à Europa pela primeira vez em grande escala — a cana-de-açúcar.

Aquele enorme aumento de suprimentos alimentares foi que tornou possível o aumento de população. E a colonização exterior em novos territórios rurais ajudou, assim, a criar aquele excedente de homens, mulheres e crianças que se encaminharam para a colonização interna de novas cidades industriais e empórios comerciais. As aldeias se expandiam e se transformavam em cidades; as cidades se transformavam em metrópoles. O número de centros urbanos multiplicava-se; o número de cidades com populações superiores a quinhentos mil habitantes também aumentava. Mudanças extraordinárias de escala tiveram lugar nas massas de edifícios e nas áreas que eles cobriam: vastas estruturas eram erigidas quase da noite para o dia. Os homens construíam aceleradamente e mal tinham tempo para se arrependem de seus erros, antes de derrubarem as estruturas originais e construir de novo, com igual descuido. Os recém-vindos, bebês ou imigrantes, não podiam esperar pelos novos bairros: acumulavam-se onde quer que houvesse espaço disponível. Foi um período de vasta improvisação urbana: o improvisado acumulava-se apressadamente sobre o expediente.

Note-se que o rápido crescimento de cidades não era um simples fenômeno do Novo Mundo. Na verdade, o ritmo de crescimento de cidades era mais rápido na Alemanha, após 1870, quando a revolução paleotécnica ali se achava em pleno apogeu, do que em novos países como os Estados Unidos: isso a despeito do fato de que os Estados Unidos não paravam de receber imigrantes. Embora o século XIX fosse o primeiro a rivalizar com o princípio da Idade Média, em colonização de terras em larga escala, as premissas sobre as quais aquelas empresas eram conduzidas eram muito mais primitivas do que aquelas do século XI. A colonização por meio de comunidades, exceto no caso de pequenos grupos idealísticos, dentre os quais o que maior sucesso alcançou foi o dos mórmons, já não era a regra. Cada homem agia por si mesmo; e o Diabo, se não levava a pior, pelo menos reservava para si o privilégio de construir cidades.

Aqui, nos novos centros industriais, tinha-se a oportunidade de construir sobre fundamentos firmes e começar tudo de novo: uma oportunidade como aquela que a democracia havia reclamado para si, no governo político, no

século XVIII. Aquela oportunidade, quase em toda parte, foi negada. Numa era de progresso técnico, a cidade, como unidade social e política, ficou fora do círculo da invenção. Exceto no caso de serviços públicos tais como condutos de gás, encanamentos de água e equipamentos sanitários, muitas vezes tardiamente introduzidos, muitas vezes malfeitos, sempre mal distribuídos, a cidade industrial não podia reclamar quaisquer melhoramentos importantes em relação à pequena cidade do século XVII. Na verdade, as metrópoles mais ricas e "progressistas" muitas vezes negavam-se as necessidades elementares da vida, tais como a luz e o ar, que até mesmo aldeias atrasadas ainda possuíam. Até 1838, nem Manchester nem Birmingham funcionaram sequer politicamente como burgos autônomos; eram montes de homens, parques de máquinas, e não meios de associação humana, tendo em vista a promoção de uma vida melhor.

2. Mecanização e Abbau

Antes de procurar saber como essa vasta maré humana encontrou acomodação urbana, examinemos as suposições e atitudes que o povo introduziu na nova tarefa de construir cidades.

A filosofia de vida dominante era resultado de dois tipos inteiramente diversos de experiência. Um era o rigoroso conceito da ordem matemática decorrente do estudo dos movimentos dos corpos celestes: o padrão mais elevado de regularidade mecânica. Outro era o processo físico de desintegrar, pulverizar, calcinar, fundir, que os alquimistas, trabalhando juntamente com os mecanicamente adiantados mineiros do fim da Idade Média, tinham transformado de mero processo mecânico em rotina de investigação científica. De acordo com o que formulavam os novos filósofos da natureza, essa nova ordem não tinha lugar para os organismos ou grupos sociais, menos ainda para a personalidade humana. Nem os padrões institucionais, nem as formas estéticas, nem a História, nem o mito, se derivava da análise exterior do "mundo físico". A máquina, apenas, podia personificar aquela ordem: apenas o capital industrial gabava-se de ter forma corporativa.

Tão imersos nos achamos, mesmo hoje em dia, no ambiente sobrevivente das crenças paleotécnicas, que não temos suficiente consciência da sua profunda anormalidade. Poucos dentre nós avaliam corretamente a imagem destruidora que a mina levou a todos os departamentos de atividades, sancionando o antivital e o antiorgânico. Antes do século XIX, quantitativamente falando, a mina fora apenas uma parte subordinada da vida industrial do homem. E a propagação da mineração foi acompanhada de uma perda generalizada de forma em toda a sociedade: uma degradação da paisagem e uma desordem não menos brutal do ambiente comunal.

A agricultura cria um equilíbrio entre a natureza selvagem e as necessidades sociais do homem. Restaura, deliberadamente, o que o homem subtrai da terra, ao passo que o campo amanhado, o pomar bem cuidado, os vinhais podados, os legumes, os cereais, as flores, todos são exemplos de um propósito disciplinado, de um crescimento ordenado, de uma forma bela. O processo de mineração, por outro lado, é destruidor: o produto imediato da mina é desorganizado e inorgânico; e o que é uma vez tirado do veio ou da pedra não pode ser recolocado. Acrescente-se a isso o fato de que a ocupação continuada na agricultura provoca melhoramentos acumulados na paisagem e uma adaptação melhor dessa paisagem às necessidades humanas; ao passo que as minas, via de regra, passam rapidamente da riqueza à exaustão, da exaustão ao abandono, dentro de, no máximo, umas poucas gerações. A mineração representa, assim, a própria imagem da descontinuidade humana, hoje presente, amanhã desaparecida, hoje febril por causa do lucro, amanhã esgotada e abandonada.

A partir dos anos de 1830, o ambiente da mina, outrora restrito ao seu sítio original, foi universalizado pela ferrovia. Aonde quer que fossem os trilhos da estrada de ferro, aí também iam a mina e os seus destroços. Assim como os canais da fase paleotécnica, com os seus diques, pontes e postos de peagem, com as suas margens limpas e as suas encostas escorregadias, tinham levado um novo elemento para a zona rural, as estradas de ferro da etapa paleotécnica abriram profundas feridas: os cortes e valados, na sua maior parte, permaneceram muito tempo sem vegetação e as feridas da terra não foram tratadas. As locomotivas apressadas levavam ruído, fumaça e poeira ao coração das cidades: mais de um soberbo sítio urbano, como Prince's Garden, em Edimburgo, foi estragado pela invasão da ferrovia. Se foi na cidade mineira que o processo característico de *Abbau* — mineração ou decomposição — foi visto na sua forma mais pura, foi por meio da estrada de ferro que esse processo se estendeu, pelo terceiro quartel do século XIX, a quase todas as comunidades industriais.

O processo de decomposição, como mostrou William Morton Wheeler, não é desconhecido no mundo dos organismos. Na decomposição, uma forma de vida mais avançada perde o seu caráter complexo, realizando uma evolução às avessas, no sentido de organismos mais simples e menos delicadamente integrados. "Há — observou Wheeler — uma evolução pela atrofia, assim como pela complicação crescente, e ambos os processos podem estar em funcionamento, simultaneamente e em velocidades diferentes, no mesmo organismo."

Isso era precisamente verdadeiro na sociedade paleotécnica; mostrava-se nitidamente na organização de comunidades urbanas. Um processo de construção, com diferenciação crescente, integração e acomodação social das partes individuais em relação ao todo, estava em funcionamento: uma articulação, num ambiente crescente estava tendo lugar dentro da fábrica e, aliás, dentro

de toda a ordem econômica. Cadeias de alimentos e cadeias de produção, de uma natureza extremamente complicada, estavam sendo formadas através de todo o planeta: o gelo viajava de Boston a Calcutá, e o chá ia desde a China até a Irlanda, enquanto que as máquinas, os artigos de algodão e de cutelaria, saídos de Birmingham e Manchester, encaminhavam-se para os cantos mais remotos da terra. Um serviço postal universal, a locomoção rápida e a comunicação quase instantânea por meio do telégrafo e do cabo submarino, sincronizavam as atividades de massas enormes de homens que tinham, até então, carecido das comodidades mais rudimentares para coordenar as suas tarefas. Acompanhava tudo isso numa continuada diferenciação das artes, ofícios, organizações e associações: na maior parte dos casos, corpos autogovernados, muitas vezes legalmente incorporados. Esse significativo desenvolvimento comunal foi mascarado pela elegante teoria do individualismo atômico: assim, raramente alcançou uma estrutura urbana.

Ao mesmo tempo, porém, uma *Abbau*, ou decomposição, estava-se verificando, muitas vezes, num ritmo igualmente rápido, noutras partes do ambiente: destruíam-se florestas, minavam-se solos; espécies animais inteiras, tais como os castores, o bisonte, o pombo selvagem, eram praticamente varridas da face da terra, enquanto que os cachalotes e baleias eram seriamente dizimados. Por causa disso, o equilíbrio natural dos organismos dentro das suas regiões ecológicas foi desfeito, e uma ordem biológica inferior e mais simples — às vezes assinalada pelo extermínio completo das formas de vida predominantes, sucedeu-se à inexorável exploração da natureza pelo homem ocidental, a bem de sua economia de lucro, temporária e socialmente limitada.

Acima de tudo, como veremos, essa decomposição teve lugar no ambiente urbano.

3. Os Postulados do Utilitarismo

Na medida em que houve qualquer regulamentação política consciente do crescimento e desenvolvimento das cidades, durante o período paleotécnico, ela se fez de acordo com os postulados do utilitarismo. O mais fundamental desses postulados era certa noção que os utilitaristas tomaram de empréstimo, aparentemente sem o saber, dos teólogos: a crença de que uma providência divina regulava a atividade econômica a assegurava, desde que o homem não interferisse presunçosamente, o máximo de bem público, através dos esforços dispersos e não regulados de cada indivíduo que buscava promover seus próprios interesses. O nome não teológico dessa harmonia preordenada era *laissez-faire*.

Para compreender a desordem extrema da cidade industrial, devem-se analisar as curiosas concepções metafísicas que dominavam tanto a vida

prática quanto a científica. No período vitoriano, a expressão “sem desígnio” constituía um louvor. Como no período decadente da Grécia, o Acaso tinha sido elevado à condição de divindade, que supostamente controlava não apenas o destino humano, mas também todos os processos naturais. “A nata da teoria de Darwin – escreveu Ernst Haeckel, o biologista – é a idéia simples de que a luta pela existência produz novas espécies *sem desígnio*, da mesma forma como o homem produz novas variedades, no cultivo, com desígnio.” Foi seguindo o que presumiam ser o modo da natureza que o industrial e o funcionário municipal produziram a nova espécie de cidade, um amontoado humano fundido e desnaturado, adaptado não às necessidades da vida, mas à mítica “luta pela existência”; um ambiente cuja própria deterioração testemunhava o quanto era impiedosa e intensa aquela luta. Não havia lugar para o planejamento no traçado daquelas cidades. O caos não precisa ser planejado.

A justificação histórica do *laissez-faire* não precisa ser agora demonstrada: foi uma tentativa para romper a rede de antigos privilégios, de franquias e regulamentações de comércio, que o Estado absolutista tinha imposto ao desgastado tecido econômico e à hesitante moralidade social da cidade medieval. Os novos empresários tinham boa razão para desconfiar do espírito público de uma corte venal ou da eficiência social dos Departamentos de Circunlocução da burocracia cobradora de impostos, sempre a crescer. Daí terem os utilitaristas procurado reduzir a um mínimo as funções governamentais: desejavam ter liberdade de movimentos para fazer investimentos, para constituir indústrias, para comprar terras, para assalariar trabalhadores. Infelizmente, a harmonia predeterminada da ordem econômica passou a ser uma superstição: a luta pelo poder continuou sendo uma luta sórdida e a competição individual em prol de ganhos sempre maiores conduzia os que obtinham maior êxito à prática do monopólio, à custa do público. A finalidade, porém, não aparecia.

Na prática, a igualdade política, que foi lentamente introduzida nas constituições ocidentais, a partir de 1789, e a liberdade de iniciativa, que pediam os industrialistas, eram pretensões contraditórias. Para que se chegasse à igualdade política e à liberdade pessoal, faziam-se necessárias pesadas limitações econômicas e restrições políticas. Nos países onde se fez a experiência no sentido da igualdade, sem que se tentassem retificar anualmente os efeitos da lei de alugueis, o resultado foi o desmorreamento do propósito original. Nos Estados Unidos, por exemplo, a entrega gratuita de terras aos colonos, em glebas de 6 hectares, de acordo com a Lei de Domicílios, não lançou as bases de uma política de liberdade: dentro de uma geração, as propriedades desiguais do solo, os talentos desiguais dos usuários, haviam acarretado tremendas desigualdades sociais. Sem remover sistematicamente as disparidades fundamentais que decorriam do monopólio privado da terra, da herança de grandes

fortunas, do monopólio de patentes, o único efeito do *laissez-faire* foi colocar ao lado da antiga classe privilegiada uma nova classe.

A liberdade pedida pelos utilitaristas era, na realidade, a liberdade de terem ganhos irrestritos e crescimento privado. Lucros e rendas teriam de limitar-se apenas pelo que o tráfego pudesse suportar: alugueis costumeiros aceitáveis e preço justo estavam fora de cogitação. Somente a fome, a penúria e a pobreza, observou Townsend no seu comentário sobre as Leis dos Pobres, da Inglaterra, podiam compelir as classes inferiores a aceitar os horrores do mar e do campo de batalha; e somente aqueles mesmos úteis estímulos as haveriam de “incitar e induzir” a trabalhar nas fábricas. Os governantes, porém, mantinham uma frente de classe quase contínua, em qualquer caso que dissesse respeito aos seus gastos, como classe; e nunca tinham pejo de agir coletivamente, quando se tratava de esmagar as classes trabalhadoras.

Essa crença tecnológica na harmonia predeterminada teve, porém, um resultado importante na organização da cidade paleotécnica. Criou a natural expectativa de que todas as empresas deveriam ser dirigidas por pessoas privadas, com uma parcela mínima de interferência da parte dos governos locais ou nacionais. A situação topográfica das fábricas, a construção de habitações para os trabalhadores, até o suprimento de água e a coleta de lixo, deviam ser feitos exclusivamente pela empresa privada, em busca do lucro privado. A livre competição deveria ter o dom de corrigir a situação, proporcionar a seqüência temporal correta do desenvolvimento e criar, de mil esforços não coordenados, um padrão social coerente. Ou antes, nenhuma dessas necessidades era considerada digna de apreciação racional e realização deliberada.

O *laissez-faire*, mais ainda que o absolutismo, destruiu a noção de uma política cooperativa e de um plano comum; não esperavam os utilitaristas que os efeitos do plano aparecessem como decorrência da operação irrestrita de interesses privados ocasionais? Dando rédeas soltas ao caos, a razão e a ordem deveriam emergir; aliás, só o planejamento racional, impedindo ajustamentos automáticos, podia interferir nas funções superiores de uma providência econômica divina.

O ponto principal a se observar agora é que tais doutrinas solaparam a autoridade municipal, que havia sobrevivido, e desacreditaram a própria cidade como algo mais que um “fortuito concurso de átomos” – como a física da época descrevia o universo – ajuntados temporariamente por motivos de proveitos e de lucros privados. Até mesmo no século XVIII, antes ainda que a Revolução Francesa ou a revolução paleotécnica tivesse sido consumada, tinha-se feito moda desacreditar as autoridades municipais e encarar com desdém os interesses locais. Nos Estados recentemente organizados, mesmo os que se baseavam em princípios republicanos, apenas os assuntos de grande interesse nacional, organizados pelos partidos políticos, tinham importância nas esperanças ou nos sonhos dos homens.

A época do Iluminismo, como W. H. Riehl disse com precisão, foi um período em que as pessoas sofriam pela humanidade e não tinham coração para seu próprio povo; em que filosofavam a respeito do Estado e se esqueciam da comunidade. "Período algum foi mais pobre do que o século XVIII no desenvolvimento de um espírito geral de comunidade; a comunidade medieval fora dissolvida e a moderna ainda não se formara. (...) Na literatura satírica da época, quem quisesse retratar um cabeça-dura representava-o como Burgomestre, e se desejasse descrever uma reunião de Asnos, descrevia uma assembléia de Conselheiros Municipais."

O crescimento urbano, em verdade, tivera por ponto de partida causas industriais e comerciais, antes mesmo que se firmasse a revolução paleotécnica. Em 1658, Manchester tinha perto de 6000 pessoas; em 1760, entre 30 000 e 45 000. Birmingham tinha 4000, na primeira data, e quase 30 000 em 1760. Em 1801, a população de Manchester era de 72 275 e, em 1851, de 303 382. Mas, tão logo a concentração de fábricas estimulou o crescimento de cidades, o aumento desses números tornou-se espantoso. Visto que o aumento produzia oportunidades extraordinárias para a obtenção de lucros, nada havia nas tradições correntes da sociedade para dominar esse crescimento: ou antes, havia tudo para promovê-lo.

4. As Técnicas de Aglomeração

O centro industrial especializado originou-se como um esporo, escapando da cidade medieval corporativa, quer pela natureza da indústria — mineração ou fabricação de vidro —, quer pelas práticas monopolísticas das guildas, que impediam o aparecimento ali de um novo ofício como a tecelagem mecânica. Mas, pelo século XVI, também a indústria manual propagava-se pelo campo, particularmente na Inglaterra, a fim de tirar partido do trabalho barato e não protegido em casas particulares. Aquela prática chegara tão longe que, em 1554, aprovou-se uma lei para remediar a decadência das cidades corporativas, proibindo quem quer que visse no campo de vender seu trabalho a varejo, exceto nas feiras.

No século XVII, antes mesmo da mecanização da fição e tecelagem, as indústrias têxteis inglesas achavam-se dispersas no Shropshire e Worcestershire, com empregados e empregadores todos espalhados em aldeias e cidades que possuíam mercado. Não ocorreu apenas escaparem suas indústrias das regulamentações urbanas: escaparam das dispendiosas taxas de iniciação e pagamentos caritativos das guildas. Sem salários costumeiros, sem segurança social, o trabalhador, como mostrou Adam Smith, vivia, sob a disciplina da fome, sempre temeroso de perder seu emprego. "Quem quiser ter seu trabalho toleravelmente executado, deve fazer isso nos subúrbios — mostra ele —, onde

os trabalhadores, não tendo privilégios exclusivos, não podem depender de outra coisa senão seu caráter, e então é necessário contrabandear-lo para a cidade, da melhor maneira possível."

O aumento do emprego da energia hidráulica na produção provocou a fuga para as regiões altas, onde pequenos cursos de água rápidos ou rios encachoirados proporcionavam fontes de energia. Por isso, a indústria têxtil tendia a se propagar pelos vales do Yorkshire, ou, mais tarde, ao longo do Connecticut e do Merrimac, na Nova Inglaterra; e, como o número de sítios favoráveis, em cada trecho isolado, era usualmente limitado, fábricas relativamente grandes, com pavilhões de quatro ou cinco pavimentos, surgiram ao lado da própria mecanização. Uma combinação de terras rurais baratas, uma população dócil, disciplinada pela fome, e uma fonte suficiente de continuada energia, preenchia as necessidades das novas indústrias.

Passaram-se, porém, quase dois séculos inteiros, do XVI ao XVIII, antes que todos os agentes de aglomeração estivessem igualmente desenvolvidos. Antes disso, as vantagens comerciais da cidade corporativa contrabalançavam as vantagens industriais da energia barata e da barata mão-de-obra fornecida pela aldeia fabril. Até o século XIX, a indústria permaneceu descentralizada em pequenas oficinas, dimensionada pela agricultura: comunidades como Sudbury e cidades do interior como Worcester, na Inglaterra.

Em termos humanos, algumas das piores características do sistema fabril, as longas jornadas de trabalho, o trabalho monótono, os salários baixos, o mau uso sistemático do trabalho infantil, tinham sido implantadas, com a organização eotécnica descentralizada da produção. A exploração começava em casa. Mas a energia hidráulica e o transporte em canais poucos danos causavam à paisagem; e a mineração e fundição, enquanto permaneceram pequenas em escala e dispersas, produziam cicatrizes que eram facilmente curáveis. Ainda hoje, a floresta de Dean, perto de Severn, onde as antigas práticas de fundição com carvão vegetal se misturam com as da mineração em pequena escala, as aldeias mineiras são mais confortáveis do que em áreas mais "dinâmicas", e tanto as minas quanto os montes de restos são facilmente escondidos por árvores ou quase encobertos por outra vegetação. Era a mudança de escala, o aglomeramento irrestrito de populações e indústrias, que produziam alguns dos mais horrendos efeitos urbanos.

O emprego da máquina a vapor de Watt como primeiro motor mudou tudo isso: em particular, mudou as dimensões e tornou possível uma concentração muito maior tanto de indústrias quanto de trabalhadores, ao passo que removía o próprio trabalhador para mais longe da base rural que dava ao aldeão com seu jardim um suprimento auxiliar de alimentos e certo toque de independência. O novo combustível vinha aumentar muito a importância dos campos de carvão e promover a indústria, ali ou em lugares acessíveis por canais ou estradas de ferro.

O vapor funcionava mais eficientemente em grandes unidades concentradas, com as partes da fábrica situadas a não mais que uns quinhentos metros de distância do centro produtor de energia: todas as máquinas de tecer ou fiar a recebiam por meio de correias e bielas acionadas pela máquina central, a vapor. Quanto mais unidades havia dentro de uma dada área, tanto mais eficiente era a fonte de energia: daí a tendência para o gigantismo. As grandes fábricas, tais como as que se desenvolveram em Manchester, New Hampshire, a partir do decênio de 1820 — repetidas em New Bedford e Fall River —, podiam utilizar os mais novos instrumentos de produção de energia, ao passo que as fábricas menores representavam uma desvantagem técnica. Uma só fábrica podia empregar duzentos e cinquenta braços. Uma dúzia de tais fábricas, com todos os instrumentos e serviços acessórios, já representava o núcleo de uma cidade de proporções consideráveis.

Nas suas tentativas para produzir bens manufaturados, a preços baixos, para consumo do mercado mundial, os fabricantes cortavam os custos em todos os pontos, a fim de aumentar os lucros. O lugar mais evidente por onde iniciar essa podagem eram os salários dos trabalhadores. No século XVIII, como notou Robert Owen, até os mais esclarecidos fabricantes empregavam sem reservas o trabalho de crianças e de pobres; quando, porém, a idade em que as crianças podiam trabalhar foi legalmente regulamentada e o suprimento diminuiu, tomou-se indispensável procurar outras fontes. Para ter o excedente necessário de trabalhadores, para enfrentar o aumento da procura, nas temporadas de maior movimento, era importante que a indústria se estabelecesse perto de um grande centro de população, pois, numa aldeia rural, o sustento dos vadios podia cair diretamente nos ombros do próprio fabricante, que muitas vezes era proprietário das casas e podia, durante um período de paralisação, perder seus aluguéis.

Era o ritmo maníaco-depressivo do mercado, com seus períodos de grande demanda e os de retração, que fazia o grande centro urbano ter tanta importância para a indústria. Pois era graças a um excesso de mão-de-obra, regular, sagazmente empregada, insuficientemente remunerada, que os novos capitalistas conseguiam reduzir os salários e enfrentar qualquer demanda de produção. O tamanho, noutras palavras, tomou o lugar de um mercado de trabalho eficientemente organizado, com padrões salariais fixados por sindicatos e contratos públicos de emprego. A aglomeração topográfica era o substituto de um sistema de produção bem distribuído e humanamente regulado, tal como o que já começou a existir neste último meio século.

Se a fábrica movida a vapor, a produzir para o mercado mundial, foi o primeiro fator com tendência para aumentar a área de congestionamento urbano, o novo sistema de transportes ferroviários, a partir de 1830, estimulou-a largamente.

A energia estava concentrada nos campos carboníferos. Onde era possível minerar o carvão, concentrá-lo em armazéns ou obtê-lo a baixo preço, por meios baratos de transporte, a indústria podia produzir regularmente o ano inteiro, sem interrupções devidas à falta cíclica de energia. Num sistema de negócios baseado em contratos e em pagamentos a termo, essa regularidade era altamente importante. O carvão e o ferro exerceram um impulso gravitacional sobre muitas indústrias subsidiárias e acessórias: primeiro por meio do canal e, depois de 1830, através das novas estradas de ferro. A ligação direta com as zonas de mineração era condição primacial de concentração urbana: até hoje em dia, a principal mercadoria conduzida pelas estradas de ferro é o carvão destinado ao aquecimento e à produção de energia.

As estradas de terra, a energia obtida pelos moinhos de vento, a tração animal do sistema de transportes eotécnico, tinham favorecido certa dispersão da população: dentro da região, havia muitos pontos que ofereciam iguais vantagens. Mas a relativa deficiência da locomotiva a vapor, que não podia galgar facilmente um aclive de ângulo superior ao de dois pés por cem, tendia a concentrar os novos centros industriais nos depósitos carboníferos e nos vales ligados a eles: no distrito de Lille, na França, nos distritos de Merseburgo e do Ruhr, na Alemanha, no Campo Negro da Inglaterra, na região dos Allegheny e dos Grandes Lagos e na região das Planícies Litorâneas do Leste, nos Estados Unidos.

O crescimento de população durante o regime paleotécnico mostrava, pois, dois padrões característicos: um amontoado generalizado nas zonas carboníferas, onde floresciam as novas indústrias pesadas, a mineração de carvão e ferro, a fundição, a cutelaria, a produção de ferragens, a manufatura de vidro e a fabricação de máquinas. E, além disso, um adensamento parcialmente derivado da população, ao longo das novas linhas ferroviárias, com uma nítida concentração nos novos centros industriais, ao longo das grandes linhas-troncos e uma concentração ainda nas cidades maiores situadas nos entroncamentos e nas terminais exportadoras. Ao lado disso, verificava-se um adelgaçamento da população e uma redução das atividades no campo: o abandono das minas, das pedreiras e das fornalhas locais, e o uso cada vez menor das estradas de rodagem, dos canais, das pequenas fábricas e dos moinhos locais.

A maioria das grandes capitais políticas e comerciais do período barroco, pelo menos nos países setentrionais, participou desse crescimento. Não só ocupavam, geralmente, posições geograficamente estratégicas: tinham ainda recursos especiais de exploração, graças à sua intimidade com os agentes do poder político, e graças aos bancos e bolsas centrais, que controlavam o fluxo dos investimentos. Mais ainda, tinham a vantagem adicional de ter concentrado, durante séculos, uma ampla reserva de gente miserável, à margem da subsistência, aquilo a que eufemisticamente se dava o apelido de Reserva

de Trabalho. O fato de quase todas as grandes capitais terem-se transformado, *ipso facto*, em grandes centros industriais, serviu para dar novo impulso à política da exageração e do congestionamento urbano.

5. A Fábrica e o Cortiço

Os principais elementos do novo complexo urbano foram a fábrica, a estrada de ferro e o cortiço. Em si mesmos, constituíam a cidade industrial: expressão que descreve simplesmente o fato de que mais de duas mil pessoas achavam-se reunidas dentro de uma área que podia ser designada com um nome próprio. Tais aglomerações urbanas podiam expandir-se, e de fato expandiam-se cem vezes, sem adquirir mais que vestígios das instituições que caracterizam uma cidade, no sentido sociológico amadurecido — isto é, um lugar no qual a herança social encontra-se concentrada e onde as possibilidades de continuado intercurso e interação social elevam a um nível potencial mais alto todas as complexas atividades dos homens. Exceto em formas residuais diminuídas, faltavam até mesmo os órgãos característicos da Idade da Pedra.

A fábrica passou a ser o núcleo do novo organismo urbano. Todos os demais detalhes da vida ficaram subordinados a ela. Muitas vezes, até mesmo serviços tais como o suprimento de água e o mínimo indispensável em edifícios públicos, necessários à existência da cidade, se não tinham sido construídos por uma geração anterior, só apareciam mais tarde, eram coisas em que só depois se pensava. Não era simplesmente a arte e a religião que os utilitaristas tratavam como meros ornamentos: a administração política inteligente achava-se na mesma categoria. No primeiro esforço da exploração, não se tomava providência alguma quanto à proteção policial e contra incêndios, inspeção de água e alimentos, cuidados hospitalares e educação.

A fábrica usualmente reclamava os melhores sítios: principalmente, na indústria algodoeira, nas indústrias químicas e nas indústrias siderúrgicas, a situação perto de uma via aquática; pois grandes quantidades de água eram agora necessárias, no processo de produção, para abastecer as caldeiras da máquina, resfriar as superfícies quentes, preparar as soluções necessárias e tintas químicas. Acima de tudo, o rio ou canal tinha ainda outra função importante: era o mais barato e mais conveniente lugar de despejo de todas as formas solúveis ou semi-solúveis de detritos. A transformação dos rios em esgotos abertos foi um fato característico da economia paleotécnica. Resultado: envenenamento da vida aquática, destruição de alimentos, poluição da água, que passava assim a ser imprópria para banhos.

Durante as gravações, os membros de todas as comunidades urbanas "progressistas" foram obrigados a pagar pela sórdida conveniência do fabricante, o qual, muitas vezes, chegava a entregar preciosos subprodutos ao rio, por

falta de conhecimento científico ou de capacidade empírica para empregá-los. Se o rio era um despejo líquido, grandes montes de cinzas, borra de ferro, escória, ferro enferrujado e até mesmo restos de comida bloqueavam o horizonte, com o seu aspecto de matéria abandonada e inútil. A rapidez da produção era parcialmente contrabalançada pela rapidez do consumo, e antes que uma política conservadora de utilização de restos de metal se tornasse aceitável, os produtos finais disformes ou deteriorados eram atirados em qualquer lugar, na paisagem. Na região da Inglaterra conhecida como Campo Negro, aliás, as enormes pirâmides de detritos lembram ainda formações geológicas: diminuíram o espaço vital disponível, lançaram sombras sobre a terra, e, até recentemente, constituíam um problema insolúvel de utilização ou de remoção.

O testemunho que dá substância a esse quadro é volumoso: em verdade, acha-se ainda aberto para inspeção nas cidades industriais mais antigas do Mundo Ocidental, a despeito dos esforços hercúleos para limpar o ambiente. Vou, todavia, citar um observador mais antigo, Hugh Miller, autor de *Old Red Sandstone*, homem em completa harmonia com a sua época, mas não insensível às qualidades reais do novo ambiente. Ele fala de Manchester, em 1862.

"Nada parece mais característico da grande cidade fabril, embora tal coisa seja desagradável, do que o rio Irwell, que corre pelo local. (...) O rio infeliz — que poucas milhas acima é um belo curso de água, com árvores a pender sobre as suas margens e franjas de relva verde a delinear as suas barrancas — perde a sua categoria ao passar por entre os moinhos e usinas. Há miríades de coisas sujas que lhe são dadas a lavar, e enquanto vagões de venenos das fábricas de tintas e dos pátios de alvejamento caem nele, para que os leve para longe, as caldeiras de vapor nele descarregam o seu conteúdo efervescente, e ele arrasta e conduz as suas fétidas impurezas; até certa extensão, ele continua correndo — ora entre paredes imundas, ora sob precipícios de granito vermelho — consideravelmente menos um rio do que uma corrente de detritos líquidos."

Note-se o efeito sobre o ambiente da *aglomeração* de indústrias, que o novo regime tendia a tornar universal. Uma única chaminé de fábrica, uma única fomalha, uma única tinturaria, pode facilmente ter os seus eflúvios absorvidos pela paisagem que a rodeia: vinte delas, numa área reduzida, poluem efetivamente o ar ou a água, de maneira a não ter remédio. Tanto assim que as indústrias inevitavelmente sujas tornaram-se, dada a concentração urbana, muito mais formidáveis do que tinham sido quando existiam em escala menor e eram mais amplamente dispersas pelo campo. Ao mesmo tempo, as indústrias limpas, tais como a fabricação de lençóis, que ainda existe em Witney, na Inglaterra, com o alvejamento e o quarentamento levados a efeito sob o ar aberto de uma encantadora zona rural, tornaram-se impossíveis, segundo os velhos métodos rurais, nos novos centros: o cloro tomou

o lugar da luz do sol, e, quanto ao sadio trabalho de portas afora que muitas vezes acompanhava os processos mais antigos de manufatura, com mudanças de cenário, bem como do processo de renovação do espírito do trabalhador, o que se deu foi a sua estúpida transformação em trabalho enfadonho, dentro de um edifício sujo, cercado por outros edifícios imundos. Tais perdas não podem ser medidas em termos pecuniários; e não temos bases de cálculo para imaginar o quanto, em ganhos de produção, pode ser prejudicado pelo sacrifício palpável da vida e de um ambiente vital.

Ao passo que as fábricas eram habitualmente situadas perto dos rios ou das linhas ferroviárias que corriam paralelas aos rios (com exceção dos lugares onde o terreno plano convidava à difusão), nenhuma autoridade se fazia sentir no sentido de concentrar as fábricas numa determinada área, de segregar as indústrias mais pestilentas ou barulhentas longe das habitações humanas, ou de dividir, para propósitos domésticos, as áreas adjacentes apropriadas. Somente a "livre competição" determinava a localização, sem levar em conta a possibilidade de planejamento funcional: e o amontoamento das funções industriais, comerciais e domésticas prosseguia continuadamente nas cidades industriais.

Nas áreas onde era irregular a topografia, como nos vales do planalto, dos Allegheny, podia ter lugar algo parecido com a divisão em zonas naturais, dado que apenas os vales dos rios proporcionariam espaço suficiente para que se ampliasse uma grande usina. Por outro lado, os lugares destinados à moradia eram, muitas vezes, situados dentro dos espaços que sobravam entre fábricas, galpões e pátios ferroviários. Prestar atenção a assuntos tais como imundície, ruído, trepidação era levado à conta de uma sensibilidade efeminada. As casas costumavam ser construídas bem junto das usinas siderúrgicas, fábricas de tintas, gasômetros ou cortes ferroviários. Era muito freqüente serem construídas em terras cheias de cinzas, vidros quebrados e restos, onde nem mesmo a grama podia deitar raízes; podiam estar ao pé de uma pirâmide de detritos ou junto de uma enorme pilha permanente de carvão e escória; dia após dia, o mau cheiro dos dejetos, o negro vômito das chaminés e o ruído das máquinas martelantes ou rechinantes, acompanhavam a rotina doméstica.

Naquele novo esquema, a própria cidade consistia de fragmentos dispersos de terra, com formas estranhas e ruas e avenidas incoerentes, deixadas por acaso entre as fábricas, as ferrovias, os pátios de embarque e os montes de restos. Em lugar de qualquer sorte de regulamentação ou de planejamento municipal generalizado, era a própria ferrovia chamada a definir o caráter e projetar os limites da cidade. Exceto em certas partes da Europa, onde regulamentos burocráticos antiquados mantinham, por felicidade, as estações ferroviárias fora dos limites da cidade histórica, a ferrovia tinha permissão, ou melhor, era convidada a mergulhar no próprio coração da cidade e criar, nas partes centrais mais preciosas, um deserto de pátios ferroviários e terrenos de

embarque, economicamente justificáveis apenas em campo aberto. Aqueles pátios cortavam as artérias naturais da cidade, e criavam uma barreira intransponível entre grandes segmentos urbanos: algumas vezes, como em Filadélfia, uma verdadeira muralha chinesa.

Assim, a ferrovia levava ao coração da cidade não apenas o ruído e a imundície, mas os únicos tipos de edificações industriais e alojamentos impróprios que podiam resistir ao ambiente que produzia. Só o hipnotismo de uma nova invenção, numa época enamorada, sem espírito crítico, pelas novas invenções, podia ter provocado aquela imolação sem propósito sob as rodas da fumegante *Juggernaut*. Todos os erros que se pudessem cometer em planejamento urbano eram cometidos pelos novos engenheiros ferroviários, para quem os movimentos de trens eram mais importantes que os objetos humanos alcançados por aqueles movimentos. O desperdício de espaço pelos pátios ferroviários no coração da cidade somente aumentava sua mais rápida expansão fora dela; e isso, por sua vez, já que produzia mais tráfego ferroviário, dava aos descaminhos assim cometidos a sanção adicional dos lucros.

Tão difundida se achava essa deterioração do ambiente, tão insensíveis a elas tinham-se tomado as pessoas que moravam nas grandes cidades, no correr de um século, que até mesmo as classes mais ricas, que podiam presumivelmente dar-se ao luxo de possuir o melhor, até hoje ainda adotam, indiferentemente, o pior. Já quanto à própria habitação, as alternativas eram simples. Nas cidades industriais que cresceram com base em fundações antigas, os trabalhadores foram inicialmente acomodados pela transformação das velhas casas familiares em alojamentos de aluguel. Nessas casas reconstruídas, cada quarto passava agora a abrigar toda uma família: de Dublin e Glasgow até Bombaim, o sistema de um quarto para cada família vigorou por muito tempo. O amontoamento de camas, com três até oito pessoas de diferentes idades a dormir no mesmo catre, agravava muitas vezes o congestionamento dos quartos, nesses chiqueiros humanos. No início do século XIX, segundo certo dr. Willan, que escreveu um livro sobre as doenças de Londres, havia produzido um estado inacreditável de conspurcação física entre os pobres. O outro tipo de moradia oferecido à classe trabalhadora era, essencialmente, uma padronização dessas condições degradadas; teve, porém, um defeito adicional: as plantas das novas casas e os materiais de construção geralmente nada tinham da decência original das antigas casas burguesas: eram de construção barata, sem alicerces encaivados no solo.

Tanto nos velhos como nos novos bairros, chegou-se a um máximo de imundície e sujeira que nem a mais degradada cabana de um servo teria alcançado na Europa medieval. É quase impossível enumerar objetivamente os simples detalhes dessa habitação, sem dar a idéia de se estar exagerando de propósito. Mas aqueles que elogiam os melhoramentos urbanos ocorridos durante aquele período, ou a suposta elevação nos padrões de vida, lutam,

com desvantagem, contra os fatos reais: generosamente, atribuem à cidade em seu todo benefícios de que só a classe média mais favorecida, uma minoria, podia gozar; e interpretam, nas condições originais, os melhoramentos que só três gerações de legislação ativa e engenharia sanitária maciça finalmente puderam produzir.

A começar pela Inglaterra, milhares de moradias dos novos trabalhadores, em cidades como Birmingham e Bradford, foram construídas fundos contra fundos. (Muitas dessas moradias existem ainda.) Por isso mesmo, dois de cada quatro quartos não recebiam luz direta nem ventilação. Não havia espaços abertos, afora as passagens nuas entre essas filas duplas. Enquanto que no século XVI era um delito, em muitas cidades inglesas, atirar restos na rua, nessas cidades paleotécnicas primitivas era esse o método regular de despejo. Os restos ali ficavam, por mais fedorentos e imundos, "até que o acúmulo induzisse alguém a levá-los embora para servir de esterco". Deste, evidentemente, não havia carência nos novos bairros superpovoados da cidade. As privadas, de uma imundície indescritível, ficavam geralmente no porão; era também prática comum ter chiqueiros debaixo das casas, e os porcos voltavam a invadir as ruas, como não faziam havia séculos, nas cidades maiores. Havia mesmo uma terrível falta de retretes: o "Relatório sobre o Estado das Grandes Cidades e dos Distritos Populosos" (1845) informa que "em uma parte de Manchester, em 1843-44, as necessidades de mais de 7000 habitantes eram atendidas apenas por 33 privadas — ou seja, um retrete para cada 212 pessoas".

Mesmo em nível tão baixo de urbanização, mesmo com acompanhamentos tão imundos, não se construíam casas em número suficiente em muitas cidades; e nestes casos, condições piores ainda tinham predominio. Os porões eram usados como moradias. Em Liverpool, uma sexta parte da população morava em "adegas subterrâneas", e a maioria das outras cidades marítimas não se achava muito atrás; Londres e Nova Iorque eram rivais próximas de Liverpool: mesmo na década de 1930, havia 20 000 moradias de porão em Londres, caracterizadas pelos médicos como impróprias para ocupação humana. Tal imundície e tal congestionamento, maus por si mesmos, trouxeram outras desgraças: os ratos que conduziam a peste bubônica, os percevejos que infestavam as camas e atormentavam o sono, os piochos que propagavam o tifo, as moscas que visitavam imparcialmente a privada do porão e o leite das crianças. Mais ainda, a combinação de quartos escuros e paredes úmidas formava um meio de cultura quase ideal para as bactérias, especialmente porque os quartos congestionados proporcionavam as possibilidades máximas de transmissão, através da respiração e do contato.

Se a ausência de encanamentos e de higiene municipal criava um mau cheiro insuportável nesses novos bairros urbanos, e se a propagação de excrementos expostos, juntamente com a sua infiltração nos poços locais, significava

uma propagação correspondente da febre tifóide, a falta de água era ainda sinistra, porque afastava por completo a possibilidade de limpeza doméstica ou de higiene pessoal. Nas grandes capitais, onde ainda perduravam algumas das antigas tradições municipais, não se tomavam providências adequadas relacionadas com o fornecimento de água às novas áreas. Em 1809, quando a população de Londres era de perto de um milhão de habitantes, a água era encontrada, na maior parte da cidade, apenas nos porões das moradias. Em certos bairros, a água só podia ser aberta três dias por semana. E, embora os canos de ferro já tivessem aparecido em 1746, não foram muito usados, até que uma lei especial, na Inglaterra, em 1817, determinou que todos os novos encanamentos fossem construídos de ferro, dentro de dez anos.

Nas novas cidades industriais, estavam ausentes as tradições mais elementares de serviços públicos municipais. Bairros inteiros às vezes ficavam sem água até mesmo das bicas locais. Vez por outra, os pobres tinham de sair de casa em casa, nos bairros de classe média, a pedir água, como poderiam pedir pão durante uma crise de alimentos. Com essa falta de água para beber e lavar, não admira que se acumulassem as imundícies. Os esgotos abertos, não obstante o mau cheiro que produziam, indicavam relativa prosperidade municipal. E, se as famílias eram assim tratadas, quase não é preciso que se procurem documentos para verificar como passavam os trabalhadores casuais. Casas abandonadas, de propriedade incerta, eram usadas como hospedarias, com quinze ou vinte pessoas num só quarto. Em Manchester, de acordo com as estatísticas policiais de 1841, havia cerca de 109 hospedarias onde pessoas de ambos os sexos dormiam indiscriminadamente; e havia 91 casas destinadas a abrigar mendigos. "Playfair informou à Comissão de Saúde das Cidades, em 1842, que em todo o Lancashire havia apenas uma cidade, Preston, com um parque público, e só uma, Liverpool, com banhos públicos."

Essa carência de acomodações tornou-se quase universal entre os trabalhadores das novas cidades industriais, tão logo o novo regime industrial se estabeleceu por completo. As condições locais permitiam às vezes uma fuga à nojeira extrema que estive a descrever; as habitações dos operários de Manchester, New Hampshire, por exemplo, eram de condições muito superiores; e, nas cidades industriais mais rurais da América, particularmente no Médio Oeste, havia pelo menos um pequeno espaço num canto apertado, e um jardim aberto para os trabalhadores. Mas, para onde quer que se olhe, o melhoramento era apenas de grau: o tipo tinha-se modificado nitidamente para pior.

Não ocorria simplesmente serem as novas cidades, em seu todo, soturnas e feias, ambientes hostis à vida humana, mesmo no seu nível fisiológico mais elementar; também o sobrepovoamento padronizado dos bairros pobres repetia-se nas moradias da classe média e nos alojamentos dos soldados, classes que não estavam sendo diretamente exploradas com objetivos de lucro. A

Sra. Peel cita uma suntuosa mansão do meio do período vitoriano, na qual a cozinha, a despensa, a copa, a sala da governanta, os dormitórios do mordomo e dos lacaios, ficavam todos situados no porão: dois quartos na frente e dois quartos atrás, dando frente para um porão dos fundos, ainda mais baixo; todos os outros eram "iluminados" e "arejados" por janelas envidraçadas quase junto do teto. Formas correspondentes de habitação aviltada foram construídas em Berlim, Viena, Nova Iorque e Paris, durante meados do século XIX. Os novos prédios de apartamentos das classes médias eram construídos com os fundos voltados para pátios profundos e sem ar, que tinham quase todas as características de porões, muito embora estivessem tecnicamente acima do solo. Somente as cidades "atrasadas" escapavam a tais infâmias.

A julgar pela oratória popular, tais defeitos foram reduzidos em amplitude, e, de qualquer maneira, varridos, no século passado, graças aos progressos da ciência e da legislação humanitária. Infelizmente, os oradores populares — e até mesmo os historiadores e economistas que, supostamente, tratam da mesma ordem de fatos — não adquiriram o hábito de fazer observações diretas do ambiente; daí ignorarem o fato de os grandes aglomerados de habitações tipicamente paleotécnicas permanecerem, de forma quase não modificada, em todo o mundo ocidental de hoje: até mesmo as casas de parede-meia e os alojamentos de porão. Esses aglomerados não só incluem a maioria das moradias de trabalhadores, construídas antes de 1900, incluem também grande parte do que tem sido feito desde então, embora apresentem melhorias em matéria de salubridade. Os aglomerados de habitações ainda existentes, construídos entre 1830 e 1910, não representam nem mesmo os padrões higiênicos da sua própria época; encontram-se muito abaixo de um padrão estruturado em termos do conhecimento atual de salubridade, higiene e puericultura — para nada dizer quanto à felicidade doméstica.

"Cortiços, semicortiços e supercortiços — a isso chegou a evolução das cidades." Com efeito, essas palavras mordazes de Patrick Geddes aplicam-se inexoravelmente ao novo ambiente. Até os mais revolucionários dos críticos da época careciam de padrões autênticos de construção e de vida: não possuíam noção alguma de até que ponto o ambiente em que viviam as próprias classes superiores tinha-se tornado mais pobre. Destarte, Friedrich Engels não se opunha simplesmente a medidas "paliativas" para proporcionar melhores habitações às classes trabalhadoras: parece ter ele sustentado a ingênua noção de que o problema acabaria por ser resolvido pelo proletariado, por meio de uma tomada revolucionária dos cômodos bairros habitados pela burguesia. Essa noção, era qualitativamente inepta e quantitativamente ridícula; socialmente falando, apenas estimulava, como medida revolucionária, um processo que tinha tido lugar nas cidades antigas, quando as classes mais ricas abandonaram os seus bairros originais e os destinaram à ocupação da classe trabalha-

dora. Mas, acima de tudo, a sugestão era extremamente ingênua, porque não percebia que os padrões corporificados nas residências mais pretensiosas encontravam-se abaixo daqueles que eram desejáveis para a vida humana, em qualquer nível econômico.

Noutras palavras, até mesmo aquele crítico revolucionário não se dava conta do fato de que as moradias de classe superior eram, mais frequentemente do que se imagina, intoleráveis supercortiços. A necessidade de aumentar as disponibilidades de habitação, de expandir o espaço, de multiplicar o equipamento, de proporcionar facilidades comunais, era muito mais revolucionária nas suas exigências do que haveria de ser qualquer tola desapropriação das residências ocupadas pelos ricos. Esta última noção nada mais foi que um gesto impotente de vingança: a primeira exigia uma completa reconstrução de todo o ambiente social — uma reconstrução como esta em cujo limiar o mundo talvez se encontre hoje em dia, embora até mesmo países adiantados como a Inglaterra, a Suécia e os Países Baixos não tenham ainda apreendido todas as dimensões dessa mudança urbana.

6. Casas de Má Fama

Examinemos mais detidamente as novas casas das classes trabalhadoras. Cada país, cada região, cada grupo de população tinha o seu próprio modelo especial: prédios altos em Glasgow, Edimburgo, Paris, Berlim, Hamburgo, Gênova, ou edifícios de dois andares, com quatro, cinco, às vezes seis quartos, em Londres, Brooklyn, Filadélfia, Chicago; enormes armadilhas de madeira, em caso de incêndio, chamadas de *three-deckers*, na Nova Inglaterra, ou acanhadas casas de tijolos, ainda obedecendo a um antigo modelo georgiano, em Baltimore.

Mas, nas habitações industriais, existem certas características comuns. Quarteirão após quarteirão repete a mesma formação: são as mesmas ruas tristes, os mesmos becos soturnos e cheios de lixo, a mesma ausência de espaços abertos para o brinquedo das crianças e de jardins; a mesma falta de coerência e de individualidade em relação à vizinhança local. As janelas são costumemente estreitas; a luz interior, insuficiente; esforço algum se faz no sentido de orientar o traçado das ruas de acordo com a luz do sol e a direção dos ventos. A aparência melancólica dos bairros mais respeitáveis, onde moram os empregados ou artesãos mais bem pagos, talvez em fileira, talvez semidestacados, com um surrado gramadozinho diante de suas casas, ou uma árvore no estreito pátio dos fundos — essa respeitabilidade é quase tão deprimente como o extremo desleixo dos bairros pobres; mais deprimente, aliás, porque estes, muitas vezes, têm pelo menos um toque de colorido e de vida, um teatrinho de bonecos na rua, conversas fiadas nas barracas de mercado, a

camaradagem barulhenta do café ou do *bistro*; em suma, a vida mais gregária e mais amigável é vivida nas ruas mais pobres.

A época da invenção e da produção em massa quase não atingiu a casa do trabalhador ou as suas comodidades, até o fim do século XIX. Introduziu-se o encanamento de ferro; assim também a privada aperfeiçoada; finalmente, a iluminação e o fogão a gás, a banheira com encanamento de água e drenos fixos; uma rede de distribuição coletiva de água, com água corrente ao alcance de todas as casas, e um sistema coletivo de esgotos. Todos esses melhoramentos, pouco a pouco, passaram a ficar ao alcance dos grupos econômicos médios e superiores, a partir de 1830; dentro de uma geração, a contar da sua introdução, chegaram mesmo a transformar-se em necessidades para a classe média. Mas, em ponto algum, durante a fase paleotécnica, tais melhoramentos chegaram a estar ao alcance da massa da população. O problema, para o construtor, era alcançar um nível módico de decência *sem* essas novas comodidades dispendiosas.

Esse problema continuou solúvel apenas em termos de um ambiente rural primitivo. Assim, a divisão original de Muncie, Indiana, a *Middletown* das pesquisas de Robert Lynd, tinha oito casas em cada quarteirão, cada uma num lote de dezenove metros de largura e quatro metros e meio de fundo. Isso, evidentemente, proporcionava aos trabalhadores mais pobres melhores condições do que o que sucedeu quando a alta dos valores imobiliários congestionou as moradias e reduziu os espaços destinados a jardins e jogos, e de cada quatro casas, uma ainda carecia de água corrente. Em geral, o congestionamento da cidade industrial fez aumentar as dificuldades no caminho da boa habitação e tornou mais dispendiosa a luta para vencer essas dificuldades.

Com relação ao mobiliário do interior, o quadro da moradia das classes trabalhadoras na Inglaterra desenhado por Gaskell atinge o nível mais baixo; mas a sordidez continuou, a despeito de melhoramentos de pequena monta, no século que se seguiu. Os efeitos da pobreza pecuniária eram, de fato, agravados pela decadência generalizada em matéria de gosto, que acentuava o empobrecimento do meio, oferecendo bárbaro papel de paredes, quinquilhas aviltantes, retratos oleográficos emoldurados e móveis inspirados nos piores exemplos do acabado mau gosto da classe média: a inutilidade das inutilidades.

Na China, informa um amigo meu ter visto um mineiro carrancudo curvado ao peso de sua carga, a acariciar ternamente um ramo de papoula, enquanto caminhava pela estrada; mas, no Mundo Ocidental, até o século XX, quando o jardim particular começou a ter o seu efeito civilizador, o mesmo instinto de nova forma vital estava destinado a se alimentar das monstruosidades deliberadas que o fabricante oferecia às classes trabalhadoras a pretexto de moda e de arte. Até mesmo as relíquias religiosas, nas comunidades católicas, chegaram a um nível estético tão baixo que tocava às raíais da profana-

ção. Com o tempo, o gosto pelo feio tornou-se arraigado: o trabalhador não se dispunha a abandonar a sua antiga habitação, a menos que pudesse levar um pouco de sua imundície familiar, da confusão, do barulho, do atravancamento. Todo impulso no sentido de um ambiente melhor chocava-se contra essa resistência, obstáculo real à descentralização.

Algumas dessas casas, algumas dessas recaídas na imundície e na fealdade, teriam sido uma desgraça; mas, talvez, cada período pudesse mostrar certo número de casas desse tipo. Agora, porém, bairros e cidades inteiras, em ares, quilômetros quadrados, províncias, estavam cheios de tais moradias, a zombar de toda a ufania de sucesso material que o "Século do Progresso" externasse. Nesses novos galinheiros, criou-se uma raça de indivíduos defectivos. A pobreza e o ambiente de pobreza produziram modificações orgânicas; raquitismo nas crianças, por causa da ausência de sol, deformações da estrutura óssea e dos órgãos, funcionamento defeituoso das glândulas endócrinas, por causa de uma dieta mesquinha; doenças epidérmicas por falta da higiene elementar da água; varíola, febre tifóide, escarlatina, septicemia da garganta, por causa da sujeira e dos excrementos; tuberculose, estimulada por uma combinação de dieta pobre, falta de sol e congestionamento habitacional, para não falar das doenças ocupacionais, também parcialmente ambientais.

O cloro, a amônia, o monóxido de carbono, o ácido fosfórico, o flúor, o metano, para não acrescentar uma longa lista de cerca de duzentos produtos químicos cancerígenos, impregnavam a atmosfera e minavam a vitalidade: muitas vezes, em condições letais estagnadas, aumentando a incidência da bronquite e da pneumonia, causando a elevação do nível de mortalidade. Por pouco, o sargento recrutador não podia mais empregar os filhos desse regime como carne para canhão: a constatação médica do mau tratamento dos trabalhadores da Inglaterra, durante a Guerra dos Bôeres e a Primeira Guerra Mundial, talvez tenha contribuído mais do que qualquer outro fator, para promover a melhoria da habitação.

Os resultados cruéis de todas essas condições podem ser encontrados nas tabelas de mortalidade de adultos, nos índices de enfermidade dos trabalhadores urbanos, comparados com os trabalhadores rurais, na expectativa de vida desfrutada pelas várias classes profissionais. Acima de tudo, o barômetro mais sensível da propriedade do ambiente social para a vida humana talvez sejam as tabelas de mortalidade infantil.

Onde quer que se fizesse uma comparação entre o campo e a cidade, entre as habitações de classe média e as habitações dos pobres, entre um distrito de baixa densidade e um distrito de densidade elevada, o índice mais elevado geralmente tendia para a última classe. Ainda que os demais fatores permanecessem os mesmos, a urbanização por si só teria sido suficiente para destruir parte dos ganhos potenciais em vitalidade. Os trabalhadores rurais, embora continuassem, durante todo o século XIX, a compor uma classe opri-

mida, na Inglaterra, mostravam — e ainda mostram — uma esperança de vida muito maior que as categorias mais elevadas dos mecânicos urbanos, mesmo depois que foram introduzidas medidas de salubridade municipal e cuidados médicos. Aliás, somente por meio de um influxo continuado de vida nova oriunda do campo foi que a cidade paleotécnica pôde, afinal, sobreviver: as novas cidades eram colonizadas, na sua maioria por imigrantes. Em 1851, de 3 336 000 pessoas de vinte a mais anos, residentes em Londres e 61 outras cidades inglesas e galesas, apenas 1 337 000 tinham nascido nas cidades de sua residência.

No que diz respeito ao índice de mortalidade infantil, o que está registrado é ainda mais lamentável. Na cidade de Nova Iorque, por exemplo, o índice de mortalidade infantil, em 1810, era de 120 a 145 por mil nascidos vivos; subiu para 180, por volta de 1850, para 220, em 1860, e 240, em 1870. Ao mesmo tempo, verificou-se uma depressão continuada das condições de vida, pois, após 1835, o congestionamento padronizou-se nas habitações coletivas recentemente construídas. Esses cálculos recentes corroboram o que se sabe da mortalidade infantil na Inglaterra, durante o mesmo período: lá, a ascensão teve lugar depois de 1820, e fez-se sentir mais pesadamente nas cidades. Existem, sem dúvida, outros fatores responsáveis por essas tendências retrógradas, mas as novas cidades, como expressão de todo um complexo social, de higiene condicionadora, de dieta, de condições de trabalho, de puericultura, de educação, tiveram uma parte importante a desempenhar no resultado.

Tem havido muitas ufânias injustificadas pelos melhoramentos da saúde urbana no industrialismo, porque aqueles que acreditaram que o progresso ocorria automaticamente em todos os departamentos da vida durante o século XIX recusaram-se a enfrentar a dura realidade. Não quiseram eles fazer estudos comparativos entre a cidade e o campo, entre o mecânico e o não-mecânico; e ajudaram mais ainda a criar confusão, ao usar malfeitas tabelas de mortalidade, não corrigidas de acordo com grupos de sexo e de idade, e não levando em conta, por isso mesmo, a distribuição mais intensa de adultos nas cidades e a incidência maior de crianças e velhos, mais sujeitos à doença e à morte, no campo.

Tais estatísticas faziam com que os índices de mortalidade parecessem mais favoráveis do que realmente se apresentariam a uma detida análise atuarial. Até hoje, mal se começou a procurar uma análise satisfatória da natalidade e da mortalidade, da saúde e da doença, em relação ao ambiente. Por causa do acúmulo de índices rurais e urbanos numa cifra "nacional", as características relativamente mais pobres das "prósperas" áreas industrializadas e urbanizadas ficaram escondidas.

Antálises enganosas do mesmo tipo, disfarçadas em pesquisas objetivas, continuam a ser feitas ainda hoje. Assim, Mabel Buer tentou defender a revo-

lução industrial contra a acusação de ter criado a ruína urbana, fazendo um estudo das alterações no índice de mortalidade, que se verificaram antes de 1815 — isto é, antes que o superpovoamento, a insalubridade e a urbanização generalizada da população tivessem produzido os seus resultados desvitalizadores característicos. Não é necessário pôr em dúvida esse primitivo melhoramento, assim como não se tem de esquecer o continuado decréscimo geral, durante o século XIX, do índice de mortalidade. Mas outra coisa é ignorar o fato, igualmente indiscutível, da deterioração posteriormente ocorrida.

Em vez de dar crédito ao progresso inicial no sentido da revolução industrial, é preciso dar-se o devido crédito a outro fator bem diferente — o aumento dos suprimentos alimentares, que proporcionou uma dieta melhor e ajudou a elevar a resistência às enfermidades. Outro fator ainda pode ter tido certo papel: o uso mais difundido de sabão, tornado possível graças à maior quantidade de gorduras disponíveis. O emprego do sabão na higiene pessoal pode ter-se estendido desde a lavagem dos mamilos da mãe lactante até a criança: finalmente, passou, pelo exemplo, da metade feminina da sociedade para a masculina. Esse aumento do emprego de sabão não é facilmente mensurável pelas estatísticas de comércio, pois o sabão foi, originariamente, um monopólio comercial, e, como tal, um artigo de luxo: era sabão ordinário o que se produzia e se consumia dentro de casa. A difusão do hábito da água-e-sabão bem pode ter respondido pela redução dos índices de mortalidade infantil antes do século XIX; assim como a falta de água e sabão pode ter respondido em parte pelos deploráveis índices de mortalidade infantil da cidade paleotécnica.

De um modo geral, a pobreza higiênica estava difundida. A falta de sol, a falta de água potável, a falta de ar sem impurezas, a falta de uma dieta mista — todas essas faltas eram tão comuns que representavam uma debilidade crônica entre a parte maior da população. Até as classes mais prósperas sucumbiam, orgulhosas, muitas vezes, das suas deficiências vitais. Herbert Spencer, que foi um não-conformista mesmo em relação ao seu próprio credo utilitarista, viu-se forçado a pregar o evangelho dos jogos e do repouso físico aos seus contemporâneos; e, nos seus *Essays on Education*, chegou a ponto de fazer um especial apelo aos pais para que permitissem que seus filhos comessem frutas.

7. Coketown Vista de Perto

Pode-se admitir que, dado o ritmo com que o industrialismo se introduziu no Mundo Ocidental, o problema de construir cidades adequadas era quase insolúvel. As premissas que tornavam possíveis tais operações limitavam, ao mesmo tempo, o sucesso em termos humanos. Como construir uma cidade

coerente, a partir dos esforços de mil competidores individualistas, que não conheciam outra lei que não a sua doce vontade? Como integrar as novas funções mecânicas num tipo novo de planta que pudesse ser traçado e rapidamente desenvolvido — se a própria essência de tal integração dependia do firme controle das autoridades públicas, que muitas vezes não existiam, ou que, quando existiam, não exerciam poder algum, exceto os especificamente assegurados pelo Estado, que punha os direitos de propriedade individual acima de tudo? Como criar uma infinidade de novas comodidades e novos serviços para trabalhadores que não podiam mesmo alugar a não ser os mais miseráveis tipos de abrigo? Como criar um bom plano físico para funções sociais que, até elas, continuavam abortivas?

Cidades que continham ainda resíduos vitais da tradição medieval, como Ulm, às vezes conseguiam, graças ao ritmo lento do seu crescimento e a uma política ousada de propriedade municipal de terras em grande escala, efetuar a transição com perdas relativamente pequenas. Onde, porém, a indústria introduziu-se de maneira brusca, como em Nuremberg, os resultados foram tão sórdidos como nas cidades que não tinham revestimento histórico de qualquer espécie. E no Novo Mundo, construíram-se cidades, já em 1906 (Gary, Indiana), sem levar em conta quaisquer características físicas, afora a localização da fábrica industrial. Quanto a complexos industriais que vieram mais tarde ainda, como a metrópole dos automóveis que é Detroit, nada teriam aprendido dos erros do passado: não afirmava Henry Ford que a História era uma pilhéria? Assim, as fábricas que construíam, de acordo com as mais adiantadas normas de engenharia, eram colocadas no meio de um labirinto urbano — modelos clássicos de desorganização municipal e incompetência técnica. O próprio século que se jactava das suas conquistas mecânicas e da sua presciência científica deixou ao acaso os seus processos sociais, como se o hábito científico de mente se tivesse exaurido nas máquinas, e não fosse capaz de dar atenção às necessidades humanas. A torrente de energia que era arrancada dos depósitos carboníferos corria colina abaixo, sem o menor aperfeiçoamento possível do ambiente: as aldeias fabris, as aglomerações fabris, eram socialmente mais cruéis que as aldeias feudais da Idade Média.

O novo emergente urbano, a aglomeração provocada pelo carvão, a que Patrick Geddes dava o nome de conurbação, não era nem isolado no campo nem se achava ligado a um velho núcleo histórico. Propagava-se como uma massa de densidade relativamente uniforme, sobre vintenas e não raro centenas de quilômetros quadrados. Não havia centros reais nessa aglomeração urbana; nem instituições capazes de unir os seus membros numa ativa vida urbana. Somente as seitas, os fragmentos, os escombros sociais de antigas instituições, continuavam, deixados como as lagoas formadas por um grande rio social. Essas novas cidades não foram simplesmente incapazes, na sua maior parte, de produzir arte, ciência ou cultura: a princípio foram incapazes

até mesmo de importá-las de centros antigos. O excedente que porventura fosse criado localmente era de pronto drenado para outra parte: os capitalistas e financistas empregavam-no em luxos pessoais, ou em atividades filantrópicas, como a do Carnegie's Music Hall, em Nova Iorque, que muitas vezes beneficiavam as capitais muito antes que quaisquer legados semelhantes fossem deixados à região de onde as riquezas tinham sido originariamente tiradas.

Vejamos mais de perto a cidade paleotécnica; examinemo-la com os olhos, os ouvidos, o nariz, a pele. O observador comum, por causa do contraste crescente com o ambiente, pode finalmente ver o que apenas poetas como Hugo, Ruskin ou Morris viram há cem anos: uma realidade que os filisteus, apanhados na sua teia de sonhos utilitaristas, ora negavam como exagero sentimental, ora saudavam com entusiasmo, como sinal indiscutível de "progresso".

A noite estendia-se por sobre a cidade carbonífera: a sua cor predominante era o negro. Nuvens negras de fumo rolavam das chaminés da fábrica e dos pátios ferroviários, que muitas vezes penetravam dentro da cidade, poluindo o próprio organismo, a espalhar fuligem e cinzas por toda parte. A invenção do gás artificial de iluminação foi um auxiliar indispensável dessa propagação: o invento de Murdock data dos fins do século XVIII, e durante a geração seguinte o seu emprego difundiu-se, primeiro nas fábricas, em seguida nos lares, primeiro nas grandes cidades, depois nos pequenos centros; pois, sem a sua ajuda, o trabalho teria sido freqüentemente interrompido pela fumaça e pela bruma. A fabricação do gás dentro dos limites das cidades tornou-se um traço novo e característico: os enormes tanques de gás descansavam as suas formas volumosas sobre a paisagem urbana, grandes estruturas, de dimensões comparáveis às de uma catedral: aliás, as suas guarnições de ferro, em contraste com um céu vez por outra cinza-limão ao nascer do sol, eram um dos mais agradáveis elementos estéticos da nova ordem.

Tais estruturas não eram necessariamente más; aliás, se tivesse havido o suficiente cuidado de segregá-las, poderiam ter sido belas. Particularmente atroz era o fato de, como outras construções das novas cidades, serem elas esvaziadas quase que ao acaso: o gás que escapava dava um odor peculiar aos chamados distritos do gásômetro, e não é de surpreender que tais distritos freqüentemente passassem a figurar entre as zonas mais miseráveis da cidade. Erguendo-se acima da cidade, poluindo o seu ar, os tanques de gás simbolizavam o predomínio dos interesses "práticos" sobre as necessidades vitais.

A venenosa mortalha de fumo já chegara aos distritos ceramistas no século XVII, devido ao emprego de revestimentos baratos à base de sal; agora, fechava-se por toda parte, em Sheffield e Birmingham, em Pittsburgh, Essen e Lille. Nesse novo ambiente, o negro das roupas era apenas uma cor protetora, não uma forma de luto; o chapéu alto e negro tinha um formato quase funcional — um símbolo afirmador da força do vapor. As tinturas negras de

Leeds, por exemplo, transformaram seu rio num escuro esgoto venenoso; ao passo que os coágulos oleosos de carvão pobre espalhavam-se por todos os lados; até aqueles que lavavam as mãos deixavam uma orla de gorduras não-dissolvidas em torno da pia. Acrescentem-se a essas constantes sujeiras na carne e na roupa as partículas de ferro resultantes das operações de esmagamento e aguçamento, o cloro não-utilizado na fabricação de sódio, as nuvens de poeira acre da fábrica de cimento, os vários subprodutos de outras indústrias químicas: todas essas coisas irritavam os olhos, penetravam na garganta e nos pulmões, baixavam o índice de vitalidade, mesmo que o seu contato não produzisse qualquer enfermidade específica. Quanto ao odor do próprio carvão, talvez não chegue a ser desagradável: o homem, com seu prolongado passado selvagem, tornou-se familiarizado com os maus odores; assim, talvez o seu principal inconveniente foi ter suplantado outros odores, além de tornar as pessoas insensíveis aos mais agradáveis.

Dentro de tais condições, era preciso que se tivesse todos os sentidos embotados, para ser feliz; e, antes de mais nada, era preciso que se perdesse o próprio paladar. Essa perda do gosto teve um efeito sobre a dieta: até as pessoas bem situadas na vida passaram a comer produtos enlatados e alimentos passados, quando podiam encontrá-los frescos, porque não eram mais capazes de sentir a diferença. O enfraquecimento da elementar discriminação de gosto estendeu-se a outros setores afora o alimentar: a discriminação de cores também tomou-se fraca: os tons mais escuros, as cores mais sóbrias, as combinações mais tristes eram preferidos às cores puras e vivas, e tanto os pré-rafaelistas como os pintores impressionistas foram ridicularizados pela burguesia, porque as suas cores puras eram consideradas "inaturais" e "inartísticas". Quando sobrava um toque ocasional de colorido vivo, tal se verificava apenas nos anúncios pregados nos tapumes de construção — mostarda de Coleman ou azul de Reckitt — superfícies de papel que continuavam sendo alegres porque tinham freqüentemente de ser trocadas.

Sombrio, descolorido, acre, malcheiroso — assim era o novo ambiente. Todas essas qualidades reduziam a eficiência humana e exigiam compensação adicional em matéria de lavagem, em banhos e práticas sanitárias — ou, em última instância, em tratamentos médicos. Os dispêndios em dinheiro apenas para pagamento de limpeza não eram pequenos na cidade paleotécnica, pelo menos depois que a necessidade da própria limpeza foi reconhecida. Tomemos apenas um exemplo de uma típica sobrevivência paleotécnica: a Pittsburgh de hoje. Ali, a poluição pelo fumo começou cedo, pois uma gravura de 1849 mostra-a em pleno funcionamento. Hoje, o custo anual para que Pittsburgh seja conservada limpa foi estimado em cerca de 1 500 000 dólares por trabalhos adicionais de lavanderia, 750 000 por trabalhos adicionais de limpeza geral, e 60 000 por trabalhos adicionais de limpeza de cortinas. Essa estimativa, que dá 2 310 000 dólares por ano, não inclui as perdas devidas à

corrosão dos prédios ou aos custos mais elevados da pintura das madeiras, nem mesmo os custos adicionais de iluminação, durante o período de smog.

Mesmo depois de ingentes esforços para reduzir a poluição pelo fumo, uma só grande usina de aço no coração de Pittsburgh ainda zomba dessas tentativas de melhoria — aliás, tão pesada é a influência da tradição paleotécnica que, ainda recentemente, as autoridades municipais mostraram-se coniventes com a ampliação daquela usina, em vez de exigir firmemente a sua remoção. Tanto vale quanto às perdas pecuniárias. Mas que dizer das incalculáveis perdas trazidas pela doença, pela saúde debilitada, por todas as formas de deterioração psicológica, da apatia à neurose declarada? O fato de tais perdas não se prestarem à medição objetiva não as torna inexistentes.

A indiferença ante essas formas de desvitalização, durante o período paleotécnico, fundamentava-se principalmente numa ignorância invencível. Em *Técnica e Civilização*, citei a indignação e a surpresa de destacado apologeta da presente civilização, Andrew Ure, ante o testemunho prestado pelos médicos de fama convocados à Comissão de Investigação de Fábricas de Sadler. Mencionam os médicos as experiências feitas pelo dr. Edwards, em Paris, sobre o crescimento dos girinos, demonstrando que o sol era essencial para o seu desenvolvimento. Daí, concluíram eles — sabemos agora que com plena justificação — que era igualmente necessário para o crescimento das crianças. A orgulhosa resposta de Ure foi que a iluminação a gás das fábricas era substituto suficiente para o sol. Tamanho era o desprezo dos utilitaristas para com a natureza e os costumes humanos confirmados pela experiência, que criaram mais de uma geração submetida a uma dieta desvitalizada, baseada exclusivamente no consumo de calorías. Essa dieta tem sido modificada nos últimos vinte anos, graças aos novos progressos dos conhecimentos científicos, apenas para ser aviltada mais uma vez pelo crescente emprego de inseticidas e pesticidas venenosos, preservativos e aditivos alimentícios, para não mencionar venenos radioativos igualmente fatais como o estrôncio 90. Quanto ao ambiente paleotécnico, ainda resiste largamente à correção e leva a sua ruína a dezenas de milhões de pessoas.

Ao lado da imundície, as novas cidades gabavam-se de outra distinção, igualmente terrível para os sentidos. Os efeitos ruinosos dessa praga foram reconhecidos apenas em anos recentes, graças aos progressos da técnica não deslindados dessa invenção tipicamente neotécnica que é o telefone. Refiro-me ao barulho. Permito-me citar o depoimento de uma testemunha que ouviu os ruídos de Birmingham, na metade do século XIX:

"Em nenhuma outra cidade do mundo são as artes mecânicas tão barulhentas: os martelos batem incessantemente na bigorna; há um clangor incessante de máquinas; crepitar de chamas, assobios de água, rugidos de vapor, e de vez em quando, cavernosa e surda, levanta-se a trovoadas da casa de provas [onde as armas de fogo são experimentadas]. O povo vive numa atmosfera

vibrante de clamores; e parece mesmo como se as suas diversões tivessem acompanhado o tom geral, e se tornassem barulhentas, tal como as suas invenções". A indiferença aos ruídos e à balbúrdia era típica. Pois os fabricantes da Inglaterra não impediram Watt de reduzir o ruído feito pela sua máquina alternadora, porque queriam provas auditivas da sua força?

Hoje, numerosas experiências deixaram claro o fato de que o ruído pode produzir profundas alterações fisiológicas: a música é capaz de reduzir o índice bacteriológico do leite; e, pela mesma forma, enfermidades definidas, tais como a úlcera gástrica e a pressão elevada, parecem ser agravadas pela força de se viver, por exemplo, ao alcance do ruído de uma via férrea elevada. A diminuição da eficiência de trabalho devida ao barulho foi igualmente demonstrada com clareza. Infelizmente, o ambiente paleotécnico parecia especialmente destinado a concentrar uma quantidade máxima de ruído: o toque matinal do apito da fábrica, o silvar da locomotiva, o bate-bate da antiquada máquina a vapor, o ranger e o resfolegar das chaminés e correias, os golpes e o zumbido do tear, a batida do martelo, o matraquear da correia transportadora, os gritos dos operários que trabalhavam e viviam em meio a esse variado clamor — todos esses ruídos estimulavam a pressão generalizada sobre os sentidos.

Quando se estima a eficiência vital do campo em comparação com a cidade medieval, em oposição à cidade paleotécnica, é preciso não esquecer a importância desse fator para a saúde. Nem melhoramentos recentes em certos setores — o emprego de saltos de borracha, por exemplo — reduziram a força do libelo. O barulho dos automóveis e dos caminhões, movidos a gasolina, numa cidade agitada, quando dão partida, mudam de marcha, ganham velocidade, é um sinal de sua deplorável imaturidade técnica. Tivesse a energia que se consumia em projetar carroçarias sido aplicada no planejamento de um motor silencioso, a cidade neotécnica não seria tão atrasada como a sua predecessora paleotécnica, em matéria de ruídos e fumos. Ao contrário, as metrópoles "progressistas", onde o motor é rei, como Los Angeles, apresentam e até mesmo amplificam todos os males urbanos do período paleotécnico.

Experiências recentes com ruídos, realizadas em Chicago, mostram que, se o barulho é graduado por porcentagens até cem por cento — que é o som, como uma barragem de fogo de artilharia, que faria enlouquecer qualquer um, caso continuasse por um período extenso —, o campo tem apenas de oito a dez por cento do barulho, os subúrbios quinze, os distritos residenciais da cidade vinte e cinco, os distritos comerciais trinta por cento e os distritos industriais, trinta e cinco. Essas linhas gerais sem dúvida aplicar-se-iam quase que em toda parte, durante os últimos cento e cinquenta anos, embora talvez os limites superiores fossem mais altos. É preciso lembrar também que as cidades paleotécnicas não faziam qualquer esforço para separar as fábricas das

casas dos trabalhadores; tanto assim que, em muitas cidades, o ruído era onipresente, durante o dia, e, muitas vezes, durante a noite. A idade dos transportes aéreos, cujos aviões destroem o valor residencial dos subúrbios na vizinhança dos aeroportos, ameaça agora tornar ainda maior esse assalto à vida e à saúde.

Considerando essa nova área urbana pelas suas condições físicas mais baixas, sem referência às suas comodidades sociais ou à sua cultura, fica evidente que não existe precedente, na história escrita, de aglomerados tão grandes de pessoas a viver em ambientes tão degradantemente deteriorados. Os escravos galés do Oriente, os miseráveis prisioneiros empregados nas minas de prata atenienses, o proletariado deprimido das *insulae* de Roma — tais classes conheceram, não há dúvida, desgraças semelhantes; nunca, porém, os rigores humanos tinham sido tão universalmente aceitos como coisa normal: normal é inevitável.

8. O Contra-Ataque

Talvez a maior contribuição dada pela cidade industrial tenha sido a reação que produziu contra os seus próprios maiores descaminhos; e, para começar, a arte do saneamento ou da higiene pública. Os modelos originais desses males foram as prisões e hospitais assolados pela peste, no século XVIII: o seu aperfeiçoamento fez deles planos-pilotos, por assim dizer, da reforma da cidade industrial. Aquilo que se conseguiu no século XIX, com a moldagem de grandes manilhas vidradas e a fundição de canos de ferro, possibilitou o aproveitamento de distantes suprimentos de água relativamente pura e a deposição, pelo menos até onde passava o curso de água mais próximo, dos esgotos; ao mesmo tempo, as repetidas epidemias de malária, cólera, tifo e desarranjos serviram de estímulo àquelas inovações, pois não foi difícil a uma sucessão de funcionários da saúde pública fixar as relações da imundície e do congestionamento, da água poluída e do alimento deteriorado, com aquelas condições.

Sobre a questão essencial da deterioração urbana, John Ruskin havia exprimido a verdade. "Fornecer habitações [para os trabalhadores] implica — disse ele — grande dose de vigorosa legislação e de redução de interesses privados que servem de obstáculos; e depois disso, ou mesmo antes, até onde o possamos obter, mediante a ação sanitária e profilática nas casas que possuímos, e depois a construção de outras, sólidas, belas, e em grupos de tamanho limitado, guardando uma relação com os seus rios, e cercados de muros, para que não possa haver em parte alguma supuração e subúrbios desolados, mas apenas ruas limpas e ativas, e fora, o campo aberto, com uma faixa de belos jardins e pomares ao redor dos muros, para que, de qualquer parte da cidade, o ar perfeitamente puro, a relva e a visão do horizonte longínquo possam ser

alcançados numa caminhada de poucos minutos." Aquela visão feliz chegou a seduzir os próprios fabricantes que, aqui e ali, em Port Sunlight e Burnville, começaram a construir aldeias industriais que rivalizavam em conforto com os melhores subúrbios de um período posterior.

Dar de novo à cidade ar puro, água fresca, espaços abertos de verdura e sol, passou a ser o primeiro objetivo do bom urbanismo: a necessidade era tão premente que, a despeito de sua paixão pela beleza urbana, Camilo Sitte insistia na função *higiênica* do parque urbano, como uma *verdura sanitária*, para empregar sua própria expressão: os "pulmões" da cidade, cuja função passou a ser apreciada de um modo novo, por causa da sua ausência.

O culto da limpeza teve sua origem antes da era paleotécnica: deve muito às cidades holandesas do século XVII com seus abundantes suprimentos de água, suas amplas janelas que punham à mostra cada partícula de poeira no interior, seus pisos ladrilhados; tanto assim que o esfregar e lavar da dona-de-casa holandesa tornaram-se proverbiais. A limpeza ganhou novos reforços científicos depois de 1870. Enquanto o corpo esteve dualisticamente separado da mente, o seu cuidado sistemático pôde ser reduzido, quase como uma indicação de preocupações mais espirituais. Mas a nova concepção científica do organismo, que se conformou no século XIX, com Johannes Müller e Claude Bernard, reuniu os processos fisiológicos e psicológicos, e assim, o cuidado corporal tornou a se transformar em disciplina moral e estética. Pelas suas pesquisas em bacteriologia, Pasteur alterou a concepção do ambiente externo tanto quanto do interno dos organismos: virulentos organismos microscópicos vicejavam na imundície e no esterco, e em grande parte desapareciam, frente à água-e-sabão e expostos ao sol. Em consequência, o fazendeiro que hoje ordenha uma vaca toma precauções sanitárias que um cirurgião da Londres de meados do período vitoriano não se dava ao trabalho de tomar, antes de executar uma operação importante, até que Lister lhe mostrou que estava errado. Os novos padrões de luz, arejamento e limpeza, que Florence Nightingale estabeleceu para os hospitais, eram por ela levados até mesmo à sala de estar de paredes brancas de sua própria casa — verdadeiro prelúdio ao admiravelmente higiênico "Esprit Nouveau" de Le Corbusier, na arquitetura moderna.

Afinal, a indiferença paleotécnica à escuridão e à imundície foi denunciada pelo que representava — uma monstruosa barbárie. Novos progressos nas ciências biológicas vieram deixar claros os males do novo ambiente, com sua fumaça, seu *fog*, seus fumos pestilentos. À medida que cresce o nosso conhecimento experimental da medicina, amplia-se a lista dos males, que agora inclui as duzentas e tantas substâncias cancerígenas ainda costumeiramente encontradas no ar da maior parte das cidades industriais, para não mencionar as poeiras metálicas e de pedra e os gases venenosos que elevam a incidência e aumentam a fatalidade das moléstias do trato respiratório.

Embora a pressão do conhecimento científico operasse lentamente no sentido de melhorar as condições na cidade como um todo, teve um efeito mais rápido sobre as classes abastadas e educadas, que não demoraram a apanhar a deixa e fugir da cidade, para um ambiente que não fosse tão inimigo da saúde. Uma das razões dessa tardia aplicação da higiene moderna ao planejamento de cidades foi o fato de acarretarem os aperfeiçoamentos individuais no equipamento higiênico das moradias uma radical alteração nos custos; e esses custos se refletiam em maiores investimentos municipais em serviços públicos coletivos e em impostos municipais mais pesados, a fim de mantê-los em funcionamento.

Assim como o industrialismo dos primeiros tempos arrancara seus lucros não só das economias da máquina, mas também do pauperismo dos trabalhadores, assim também a cruel cidade fabril mantivera seus salários e impostos em níveis reduzidos, esgotando e pauperizando o ambiente. A higiene exigia espaço, equipamento municipal e recursos naturais que, até então, tinham estado ausentes. Com o tempo, essa demanda obrigou à socialização municipal, como acompanhamento normal da melhoria dos serviços. Nem o suprimento de água potável, nem a deposição coletiva de detritos, lixo e esgotos poderia ser deixada à consciência privada, ou realizada apenas se pudesse proporcionar lucros.

Nos centros menores, podia-se deixar a companhias privadas o privilégio de manter tais serviços, até que a grave irrupção de uma doença viesse prescrever o controle público; mas, nas cidades maiores, a socialização era o preço da segurança; e assim, a despeito das pretensões teóricas do *laissez-faire*, o século XIX tornou-se, como Beatrice e Sidney Webb mostraram com propriedade, o século do socialismo municipal. Cada melhoramento individual dentro do edifício exigia um serviço público de propriedade e operação coletiva: condutos de água, reservatórios de água, aquedutos, estações de bombeamento; condutos de esgotos, usinas de redução de detritos, fazendas fertilizadas com o produto dos esgotos. Somente a propriedade pública da terra destinada à ampliação urbana, à produção urbana ou à colonização urbana, não existia. Aquele passo à frente foi uma das contribuições significativas da cidade-jardim de Ebenezer Howard.

Graças a essa socialização efetiva e difundida, o índice geral de mortalidade, inclusive infantil, tendeu a cair, depois dos anos de 1870; e tão evidentes eram tais melhoramentos que o investimento social de capitais municipais em tais serviços públicos cresceu. Contudo, a ênfase principal continuava sendo negativa: os novos bairros da cidade não expressavam, de nenhum modo positivo, a compreensão do entrelaçamento do organismo como um todo e do ambiente, que as ciências biológicas vieram introduzir. Ainda hoje, dificilmente se poderia admitir, pelo uso elegante e pseudomoderno de grandes janelas seladas de vidro, que Downes e Blunt haviam demonstrado, já em

1877, as propriedades bactericidas da luz solar direta. Aquela irracionalidade vem revelar como ainda é superficial o respeito à ciência, em muitas pessoas presumivelmente educadas, e até mesmo entre técnicos.

Pela primeira vez, os aperfeiçoamentos sanitários alcançados originariamente nos palácios sumérios e cretenses e estendidos às famílias patrícias de Roma, séculos depois, achavam-se agora ao alcance da população inteira da cidade. Era um triunfo de princípios democráticos que nem mesmo os regimes ditatoriais podiam inibir: aliás, um dos maiores benefícios públicos trazidos pela derrubada da Segunda República Francesa verificou-se na temível limpeza de Paris, dirigida pelo barão Haussmann, serviço muito mais essencial, muito mais original, até, do que qualquer dos seus mais célebres atos de urbanismo propriamente dito.

Nova Iorque foi a primeira grande cidade a obter um amplo suprimento de água potável, graças à construção do sistema Croton de reservatórios e aquedutos, inaugurado em 1842: mas, com o tempo, todas as grandes cidades foram obrigadas a seguir seu exemplo. A eliminação dos esgotos continuou sendo uma questão difícil e, exceto em cidades suficientemente pequenas para possuir usinas de esgotos capazes de transformar todo aquele desperdício, o problema ainda não foi convenientemente resolvido. Não obstante, o costume de se possuir um gabinete sanitário privado por família — uma latrina ligada à rede pública em comunidades muito densas — foi implantado pelos fins do século XIX. Quanto ao fixo, a costumeira acumulação e incineração desse valioso composto agrícola continua sendo um dos pecados renitentes da administração municipal não-científica.

A limpeza das ruas continuou sendo um problema mais difícil, até que se universalizou o uso dos paralelepípedos, de origem belga, e do asfalto, eliminou-se o cavalo e o suprimento público de água tornou-se abundante; afinal, porém, revelou-se mais fácil de manejar que a limpeza do ar. Ainda hoje, a filtragem dos raios ultravioletas, pelo excesso de pó e fumaça, é um dos atributos redutores de vitalidade dos centros urbanos mais congestionados, que o vistoso mas tecnicamente antiquado automóvel veio aumentar, ao invés de diminuir, fazendo crescer mesmo o índice de veneno invisível representado pelo monóxido de carbono. Como compensação parcial, a introdução da água corrente e dos banhos na moradia — e o estágio intermediário do restabelecimento dos banhos públicos, abandonados na Idade Média — deve ter ajudado a reduzir tanto as doenças em geral como a mortalidade infantil, em particular.

De modo geral, a obra de reformadores sanitários e higienistas, um Chadwick, uma Florence Nightingale, um Louis Pasteur, um barão Haussmann, roubou à vida urbana, em seus níveis inferiores, algo dos seus piores terrores e mesquinhez físicas. Se os aspectos criadores da vida urbana foram diminuídos pelo industrialismo, também, com o tempo, foram redu-

zidos os maus efeitos dos seus detritos e excrementos. Até os corpos dos mortos contribuíam para o melhoramento: formavam um anel verde de subúrbios e parques mortuários ao redor da cidade que crescia; e também ali, a maneira ousada e magistral de tratar desse problema, revelada por Haussmann, deve merecer respeitosos aplausos.

O novo ambiente industrial carecia, de maneira tão gritante, dos atributos da saúde, que dificilmente causaria admiração o fato de o movimento em contrário, o da higiene, ter proporcionado as contribuições mais positivas do urbanismo, durante o século XIX. Os novos ideais foram provisoriamente concretizados numa utopia, chamada *Hygeia, ou A Cidade da Saúde*, publicada pelo dr. Benjamin Ward Richardson, em 1875. Descobrem-se ali restos inconscientes que rejeitam o grau aceito de sobrepovoamento, pois, ao passo que, menos de uma geração depois, Ebenezer Howard destinava 2430 hectares para abrigar e conter 32000 pessoas, Richardson propunha-se a colocar 100000 pessoas em 1620 hectares. Na nova cidade, as ferrovias deveriam ser subterrâneas, a despeito das locomotivas a carvão, então em voga; mas não se permitiria, nas casas, qualquer espécie de porão, proibição que teve apoio legal na Inglaterra. Mas a construção deveria ser de tijolos, por dentro e por fora, capaz de ser regada a mangueira — um sonho masculino que volta sempre — e as chaminés teriam de ser ligadas a condutos centrais, para levar o carvão não queimado a um gasômetro, onde seria consumido.

Por mais arcaicas que sejam agora algumas dessas sugestões, o dr. Richardson, em muitos particulares, achava-se não só adiantado em relação ao seu tempo, mas adiantado também quanto aos nossos próprios dias. Propunha abandonar “a velha idéia de armazenar doenças na maior escala possível” e advogava um pequeno hospital para cada 5000 pessoas. Dentro do mesmo princípio, os desamparados, os velhos e os doentes mentais deveriam ser alojados em prédios de dimensões modernas. As concepções físicas da cidade de Richardson acham-se hoje ultrapassadas, mas as suas contribuições para a assistência médica coletiva ainda são, creio eu, dignas de meditação. Com ampla justificação racional, propunha-se ele retroceder aos elevados padrões médicos e humanos da cidade medieval.

9. A Cidade Subterrânea

Foi principalmente pelas reações que provocou, pelo êxodo que promoveu, que o regime paleotécnico fez sentir seu efeito sobre as futuras formas urbanas. A partir do decênio de 1880, esses contra-ataques foram incentivados por uma transformação verificada dentro da própria indústria. Não há melhor testemunho das condições empobrecidas ou positivamente más trazidas pela cidade paleotécnica, do que a legislação de massa que se acumulou, no último

século, tendo em vista a sua correção: regulamentos sanitários, serviços de saúde, escolas públicas gratuitas, salários mínimos obrigatórios, habilitação para trabalhadores, desfavelamento, bem como parques e praças públicas de esporte, bibliotecas públicas e museus. Esses aperfeiçoamentos ainda aguardam o momento de ter plena expressão numa nova forma de cidade.

Contudo, a cidade industrial arquetípica deixou profundas feridas no ambiente, e alguns dos seus piores caracteres continuaram existindo, apenas superficialmente melhorados por meios neotécnicos. Assim, há mais de meio século que o automóvel vem poluindo o ar, sem que os seus engenheiros façam qualquer esforço sério no sentido de remover o altamente tóxico gás carbônico de seu escapamento, embora sejam fatais umas poucas inspirações dele em forma pura; não eliminaram, tampouco, os hidrocarbonetos não queimados que ajudam a produzir o *smog* que cobre conurbações motorizadas tais como a de Los Angeles. Assim também, os engenheiros de transportes e rodovias, que inexoravelmente empurraram suas vias expressas até o coração da cidade e determinaram a criação de enormes parques de estacionamento para guardar carros, repetiram, com mestria e aumentados, os piores erros dos engenheiros ferroviários. Aliás, no momento mesmo em que a ferrovia elevada para transportes públicos estava sendo eliminada, por constituir grave incômodo, aqueles distraídos engenheiros voltaram a instalar o mesmo tipo de estrutura obsoleta, para conveniência dos automóveis particulares. Assim, muita coisa que parece brilhantemente atual está simplesmente restabelecendo a forma arquetípica de Coketown, sob um revestimento cromado.

Há, porém, um aspecto da cidade moderna em que a garra de Coketown pega com força ainda maior, e em que os aspectos finais são ainda mais perniciosos à vida. Refiro-me ao ajuntamento de serviços públicos subterrâneos necessários para produzir um resultado inteiramente gratuito: a cidade subterrânea, concebida como um ideal. Como se poderia esperar de um regime cujas invenções-chaves vieram da mina, o túnel e a via subterrânea seriam suas contribuições ímpares à forma urbana; e, de maneira não pouco característica, ambos esses serviços foram derivados diretos da guerra, primeiro na cidade antiga, e mais tarde no complicado trabalho de penetração e solapamento necessário para vencer a fortificação barroca. Embora as formas superficiais de transportes e de abrigo, em Coketown, tenham sido em grande parte substituídas, sua rede subterrânea prosperou e proliferou. O conduto de água e o esgoto, o conduto de gás e o condutor elétrico, tudo isso foram contribuições valiosas para o nível superior da cidade; e, em certas condições limitadas, a ferrovia subterrânea, o túnel para automóveis e o lavatório subterrâneo poderiam ser justificados. Mas tais utilidades, ultimamente, têm sido aumentadas por lojas e armazéns subterrâneos e, afinal, pelo abrigo antiaéreo subterrâneo como se o tipo de ambiente que servia aos mecanismos e utilidades físicas da cidade trouxesse outras vantagens reais aos seus habitantes. Infelizmente,

a cidade subterrânea exige a presença constante de homens vivos, que também são mantidos debaixo da terra; e tal imposição não seria, praticamente, menos grave que um sepultamento prematuro, ou pelo menos a preparação para a existência encasulada que, só ela, ainda poderá oferecer-se àqueles que aceitam o aperfeiçoamento mecânico como a principal justificação da aventura humana.

A cidade subterrânea é um novo tipo de ambiente: um prolongamento e uma normalização daquele que o mineiro era obrigado a aceitar — desligado das condições naturais, sob controle mecânico em todos os pontos, possibilitado pela iluminação artificial, pela ventilação artificial e pelas limitações artificiais das reações humanas, àquelas que seus organizadores julgam proveitosas e úteis. Esse novo ambiente foi-se formando gradativamente, a partir de uma série de invenções empíricas: daí, mesmo nas metrópoles mais ambiciosas, só raramente terem sido as ruas ou os serviços subterrâneos (como os grandes esgotos de Paris) projetados tendo em vista a sua manutenção econômica e a sua ligação com edifícios adjacentes, embora seja evidente que, nos bairros mais congestionados de uma cidade, um túnel único, acessível de intervalo a intervalo, deve servir de artéria coletiva, e acabaria finalmente por produzir grandes economias.

Analisando o custo do alojamento há uma geração, Henry Wright descobriu que o custo de uma sala inteira estava enterrado na rua, nas várias instalações mecânicas necessárias ao funcionamento da casa. Desde então, tem aumentado o custo relativo desses canos, fios subterrâneos e condutores, enquanto que, a cada ampliação da cidade, a cada acréscimo do congestionamento interno, o custo de todo o sistema também sobe desproporcionalmente.

Dada a pressão para enterrar cada vez mais capital na cidade subterrânea, menos dinheiro se torna disponível para o espaço e a beleza arquitetônica acima do solo: na verdade o passo seguinte do desenvolvimento urbano, já dado em muitas cidades norte-americanas, é estender o princípio da cidade subterrânea até mesmo ao projeto de construções que se encontram visivelmente acima do solo, derrotando assim a arte em todos os pontos. Com ar condicionado e luz fluorescente o dia inteiro, os espaços internos do novo arranha-céu americano são pouco diferentes do que seriam a trinta metros de profundidade. Não há, em equipamento mecânico, extravagância grande demais para produzir esse ambiente interno uniforme: embora o engenho técnico consumido na fabricação de edifícios selados não possa criar o equivalente de um ambiente orgânico para as funções e atividades humanas.

Tudo isso serve apenas de preparação, pois a sucessora da cidade paleotécnica criou instrumentos e condições potencialmente muito mais mortais do que aquela que apagou tantas vidas, na cidade de Donora, Pensilvânia, por causa de uma concentração de gases tóxicos, ou aquela que, em dezembro

de 1952, matou numa semana um número estimado em cinco mil londrinos, além do normal. A exploração de urânio para produzir matérias físséis ameaça, caso continue, envenenar a litosfera, a atmosfera, a biosfera — para não mencionar a água potável — de um modo que deixará longe os piores males das primeiras cidades industriais; pois os processos industriais pré-nucleares podiam ser detidos, e os produtos imprestáveis podiam ser absorvidos ou recobertos, sem ruína permanente.

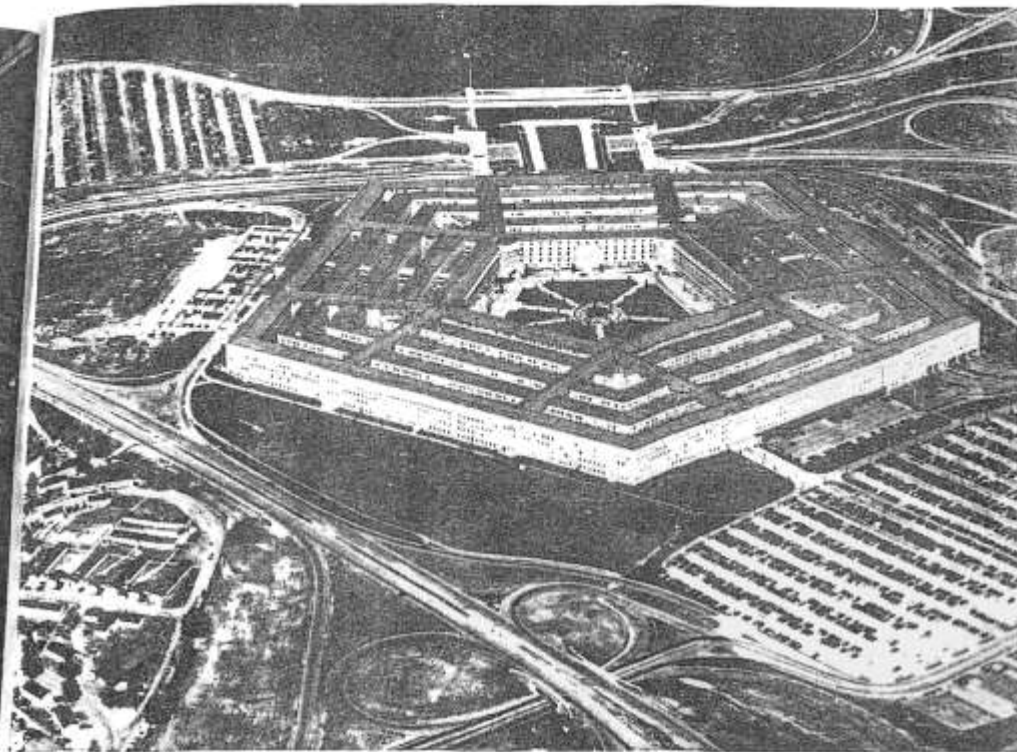
Entretanto, tão logo se verifica a fissão, a radioatividade libertada permanecerá durante toda a vida dos produtos, vida que às vezes se mede em muitos séculos ou mesmo milênios: não pode ser alterada ou posta fora sem contaminar, em última análise, a área onde é amontoada, seja na estratosfera ou no fundo do oceano. Entrementes, a manufatura desses materiais mortíferos prossegue, sem diminuição, no preparo de ataques militares coletivos visando a exterminação de populações inteiras. Para tornar toleráveis aqueles preparativos criminosamente loucos, as autoridades públicas diligentemente condicionaram seus cidadãos a marchar mansamente para porões e vias subterrâneas, em busca de “proteção”. Só o custo espantoso da criação de toda uma rede de cidades subterrâneas suficiente para abrigar toda a população, ainda impede esse perverso uso da energia humana.

O industrial vitoriano, quando expunha seus concidadãos à fumaça e ao *smog*, aos sórdidos serviços de saúde pública e às moléstias provocadas pelo ambiente, nutria ainda a crença de que sua obra, em última análise, contribuía para a “paz e abundância”. Mas os seus herdeiros da cidade subterrânea não possuem tais ilusões — são presa dos temores compulsivos e das fantasias corrompidas cujo resultado final pode ser a aniquilação e o extermínio universal; e quanto mais se dedicarem a adaptar seu ambiente urbano a essa possibilidade, mais seguramente acarretarão o genocídio coletivo irrestrito, que muitos deles justificaram mentalmente como o preço necessário da preservação da “liberdade” e da “civilização”. Os mestres da cidadela subterrânea estão comprometidos com uma “guerra” à qual não podem pôr um fim, com armas cujos efeitos finais não são capazes de controlar, para fins que não podem alcançar. A cidade subterrânea ameaça, por conseguinte, tornar-se a cripta funerária final da nossa civilização incinerada. A única alternativa do homem moderno é, mais uma vez, emergir para a luz e ter a coragem não de fugir para a Lua, mas de voltar ao seu próprio centro humano — e de dominar as belicosas compulsões e irracionalidades que divide com seus governantes e mentores. É preciso não só que desaprenda a arte da guerra, mas que adquira e domine, como nunca antes lhe ocorreu, as artes da vida.

Seção ilustrada IV

ILUSTRAÇÕES 49-64

- 49: Sublimação e Regressão
- 50: Plus ça Change . . .
- 51: Inovações Urbanas
- 52: Planejamento de Recintos
- 53: Zoneamento Funcional
- 54: Preservação e Renovação
- 55: Núcleo Histórico
- 56: Cidade Universitária
- 57: Grade Regional
- 58: A Matriz Verde
- 59: A Dimensão Humana
- 60: Rumo às “Cidades Sociais”
- 61: O Núcleo Cívico
- 62: Ao Triunfo, Após o Terror
- 63: Ressurgimento Cívico
- 64: Colmeia ou Cidade



49: Sublimação e Regressão

(Esquerda) Naarden, nos Países Baixos: Extravagância militar convertida em oportunidade cívica. Felizmente, a fortificação barroca exterior era constituída principalmente de obras de terra: daí a sua remoção, depois de algum tempo, no século XIX, ter incentivado a sua sublimação, num belo cinturão de parques, não apenas em Naarden, mas em Bremen, Cracóvia e muitas outras cidades. (Direita) O Pentágono, em Alexandria, do outro lado do Potomac, Washington: Sovado e inútil convencimento barroco, ressuscitado na década de 1930 pelos engenheiros militares dos Estados Unidos, e ampliado numa catástrofe arquitetónica. A energia nuclear agravou esse erro e transformou sua enorme inaptidão cósmica numa trágica ameaça, pois, aqui, a cidade lá mais uma vez voltou à vida, com todas as dimensões antigas ampliadas, todos os terrores elevados à décima potência. As fantasias de poder absoluto da Idade do Bronze, a prática do ilimitado extermínio humano também da Idade do Bronze, as obsessões descontroladas, os ódios e as suspeitas dos

deuses e reis da Idade do Bronze, de novo deitaram razes aqui, numa forma que imita – e procura ultrapassar – o Kremlin de Ivã, o Terrível, e seus sucessores mais recentes. Com essa recaída, em menos de um decénio, surgiram a comunicação num só sentido, o monopólio sacerdotal do conhecimento sigiloso, a multiplicação de repartições secretas, a supressão do debate franco e mesmo o isolamento do erro contra a crítica pública e a denúncia, por meio de uma política militar e exterior “bipartidária”, que, na prática, anula a reação pública e iguala a discordância racional à desafeição patriótica, senão à traição. O desmonte dessa cidadela regressiva irá revelar-se uma tarefa muito mais difícil do que a demolição das primeiras fortificações barrocas. Mas da sua execução devem depender todos os planos mais amplos de desenvolvimento urbano e humano.

(Esquerda) Foto por cortesia do Serviço Holandês de Informações. (Acima) Foto: Ewing Galloway. Minha crítica mais ampla da psicopatologia crónica de nossa era moralmente desorientada encontra-se em “The Morals of Extermination”, Atlantic Monthly, outubro de 1959; ver também “In the Name of Sanity”.



50: Plus ça Change...

(Acima, esquerda) Habitações das classes trabalhadoras, no século XIX. Monótonas, repetitivas, mecanicamente concebidas, apinhadas, com todo o espaço destinado a ruas e nenhum para jardins ou campos de recreação. (Abaixo, esquerda) O transporte ferroviário, simultaneamente, apropriou-se de grandes porções de terreno perto do centro e levou a imundície e o ruído para a vizinhança residencial. (Acima, direita) Este exemplo de habitação suburbana do século XX fica consideravelmente acima da grande massa de projetos habitacionais semelhantes, ao redor da maior parte dos centros metropolitanos americanos: a despeito das operações do trator de lâmina, conservaram-se algumas árvores, há mais espaço ao redor das casas, e mesmo uma faixa de espaço público aberto foi deixada pelo construtor. Romantismo em vestígio. Mas, em vista dos muitos precedentes superiores existentes, em planejamento de sítio e agrupamento de moradias (ver Ilusts. 44, 51, 60),



o resultado aqui apenas repete os erros da era da ferrovia, no ponto mais alto da espiral. Quanto ao centro comercial e seu parque de estacionamento, e à auto-estrada motorizada (abaixo, direita), também esses voltam a mostrar os vícios paleotécnicos padronizados, apenas ligeiramente disfarçados: desolação espacial e desintegração no interesse do aceleração da rotação tecnológica e de vendas. O monotransporte produz o isolamento monofuncional. Entrementes, a fumaça dos incineradores de lixo e o escape dos automóveis e aviões a jato – para não falar das formas coevas de poluição industrial – produz smog, tanto ou mais deletério para a saúde quanto a antiga mortalha de fumaça.

(Acima, esquerda) Vizinhança de Manchester. Foto Aerofilms, Ltd., Londres. (Abaixo, esquerda) Pátios ferroviários de Doncaster. Foto Aerofilms, Ltd., e Aero Pictorial Ltd., Londres. (Acima) Foto *New York Times*. (Abaixo) Garden State Plaza, em Paramus, N. J. Foto Fairchild Aerial Surveys, Inc., Nova Iorque.



51: Inovações Urbanas

A planta de Radburn (acima, esquerda), primeira inovação importante, no urbanismo, desde Veneza, foi instigada por uma sugestão de um leigo, que concebeu seu novo traçado como uma "cidade para a Era do Automóvel". (Ver Clarence Stein, *New Towns for America*.) Mas a adaptação ao automóvel foi apenas uma das muitas características identificáveis: utilizava a separação do tráfego por passagens elevadas e subterrâneas, demonstradas pela primeira vez por Olmsted, no Central Park; a superquadra suburbana, com uma utiliza-



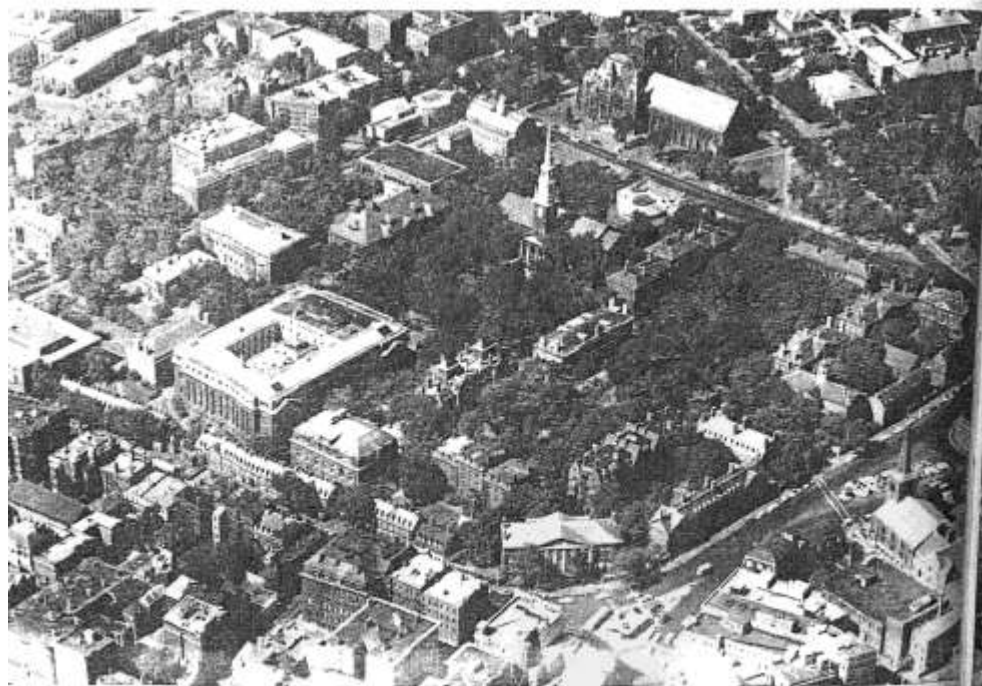
ção mais sistemática do cul-de-sac, para isolamento e sossego; a faixa contínua de parque (também invenção de Olmsted); a separação das estradas de acesso, das vizinhanças, das principais artérias de tráfego, conforme determinava o conceito de unidade de vizinhança de Perry; e a escola e a piscina, construídas no parque, como núcleo cívico da vizinhança. Essas transformações radicais foram, até certo ponto, escondidas pela retenção da casa suburbana convencional, mas, mesmo na fotografia, a diferença entre a unidade básica de Radburn e o traçado semi-suburbano convencional, ao alto, é evidente. Se Radburn se houvesse transformado numa cidade de cinturão verde plena-



mente desenvolvida, ao invés de ser liquidada para enfrentar a depressão, poderia ter tido um efeito imediato comparável ao de Letchworth e Welwyn, no planejamento das Cidades Novas inglesas. Uma comparação com a Ilust. 60 mostrará as virtudes especiais da planta de Radburn, que os planejadores europeus têm tardado em reconhecer. A adoção do mesmo esquema por Le Corbusier, preparado para ele em Chandigarh, por Mayer e Nowicki, finalmente emprestou o proveito de sua reputação a uma planta que os não-informados podem acreditar ter sido inventada por ele. Baldwin Hills Village (abaixo, esquerda) demonstra a virtude do "planejamento de recintos", dentro de uma superquadra, isolada do tráfego de passagem, com a garagem particular mantida na periferia - ficando todo o caminho livre das ruas superfúas, visíveis no loteamento comercial comum, ao alto. É esse um exemplo notável de bom urbanismo, pois o parque interior destina-se a pessoas, e não a

(Acima, esquerda) Foto Fairchild Aerial Surveys, Inc., Nova Iorque (Abaixo, esquerda) Foto por cortesia de Clarence S. Stein. (Acima) Foto por cortesia da New York Life Insurance Company.

automóveis. Aqui, a densidade poderia ter sido triplicada, sem prejudicar a amplitude espacial do plano. Tais superquadras comparam-se favoravelmente com a algidez dos elevados paralelepípedos, com seus espaços abertos esteticamente disformes e geralmente não-ajardinados. (Direita) Unidade residencial de vizinhança (Fresh Meadows, Long Island), habilmente planejada para reduzir o tráfego automobilístico, sem levar a cabo a completa separação alcançada em Radburn. Os amplos espaços abertos, a conservação de um bosque de carvalhos no centro, à esquerda, a evitação de ruas desnecessárias, a provisão de mercados de vizinhança, próximos e adequados, bem como de um centro comercial geral, que serve toda a área, o emprego de garagens coletivas de estacionamento, ao invés de abrigos individuais ou desperdiçados parques de estacionamento, mostram aquela combinação de espaço e urbanidade, que devem ser características de uma cidade bem planejada – em contraste com a padronização economicamente desperdiçada e esteticamente pobre da área circundante. Os pontos mais fracos de todo o projeto são os dois mal concebidos e mal situados prédios altos de apartamentos, ao passo que os prédios de apartamentos em três andares são excelentes. O Conjunto de Roehampton, no Conselho do Condado de Londres, com sua mistura de edifícios altos de apartamentos, e casas e vivendas mais baixas, mostra um modo melhor de manejar grandes unidades.



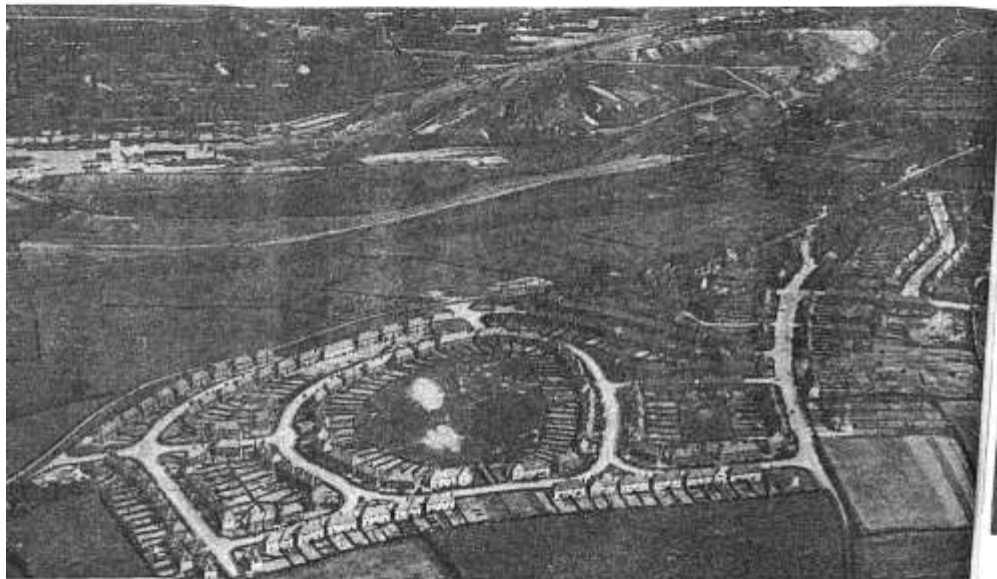
52: Planejamento de Recintos

O planejamento de recintos sobreviveu, nos tempos modernos, em exemplos felizes como o Pátio de Harvard (página anterior), que é também uma superquadra aonde só vez por outra chegam veículos, e isolada do tráfego de passagem. A mesma distribuição, ordenada mas variada, de edifícios seria igualmente aplicável a um grupo de prédios de apartamentos. O valor do Pátio de Harvard depende da exclusão do automóvel: a possibilidade de se conseguir isso sem prejudicar a conveniência foi provada não apenas em Radburn, mas em Sunnyside Gardens e Baldwin Hills. Por falta de tal controle, muitas das melhores construções de Harvard, outrora rodeadas por relevados abertos, como Austin Hall, estão agora afundando num mar de automóveis. A Escola de Comércio de Harvard, do outro lado do rio Charles (abaixo), é também um recinto contido em si mesmo: mas paga tributo, por meio de automóveis devoradores de espaço. A propósito, a área densamente coberta de bosques, no extremo superior esquerdo, indica um dos exemplos mais encantadores do planejamento suburbano espontâneo da metade do século XIX, com super-

(Ao lado) Pátio de Harvard. Foto de Felt. Cortesia da Universidade de Harvard. (Abaixo) Foto: Ewing Galloway.

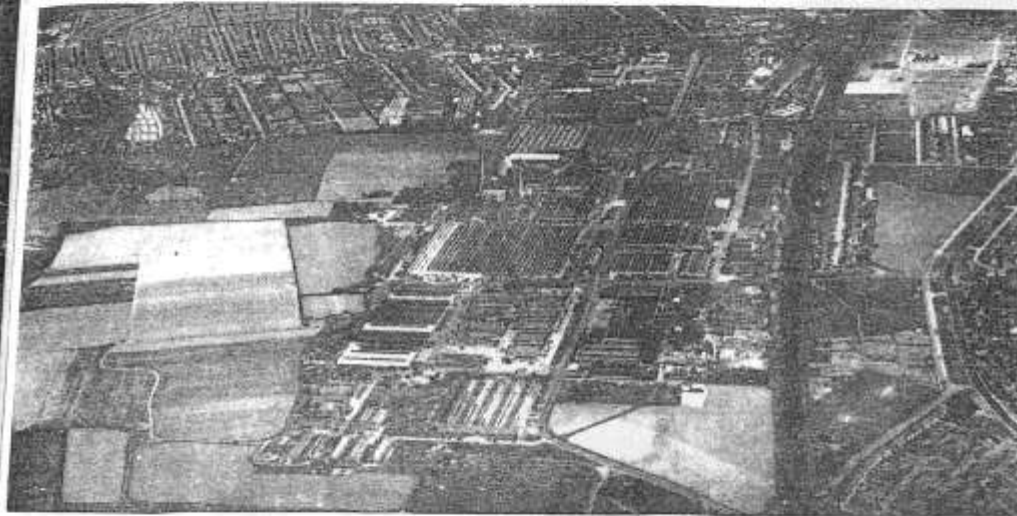
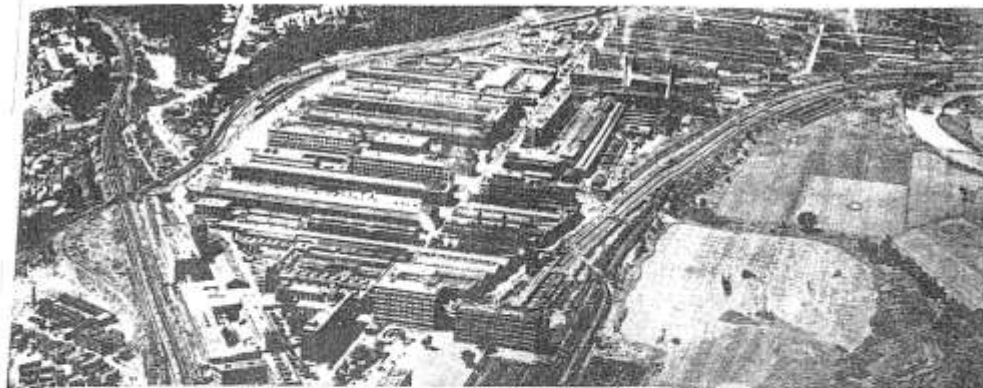


quadras e cul-de-sacs, lançados antes que Olmsted praticasse tal arte. Como no caso das faculdades de Oxford e Cambridge, nenhuma parte do planejamento por partes, em Harvard, nem mesmo o Centro de Graduados, ficou tão belo ou tão economicamente justificável quanto o do Pátio. Hoje, a alternativa ainda existente é a entre o congestionamento demolidor e a colonização bem dirigida: novas Harvards, em áreas parecidas da Nova Inglaterra, talvez noutras partes do país. Irão essa e outras grandes universidades continuar seguindo o errôneo exemplo de Roma, ou aprenderão elas a lição de Delfos, que a própria cidade de Cambridge seguiu, no século XVII?



53: Zoneamento Funcional

A cidade é, na essência, um lugar de atividades mistas e diversificadas; contudo, no caso de indústrias como a de cimento e a de produtos químicos, usinas de aço e matadouros, o isolamento espacial é desejável, e justifica as jornadas relativamente longas para o trabalho. Mesmo (página oposta, acima) em usinas elétricas, a necessidade de desvios ferroviários e uma organização de fábricas em larga escala exige que toda a área seja libertada do padrão de ruas e separada, pelo menos por uma faixa de parque, do resto da cidade. Tal zoneamento industrial e tal desenvolvimento de fábricas, em caráter coletivo, tem sido uma das melhores características das Cidades Novas inglesas, começando com a Cidade-Jardim de Welwyn. A separação da usina de aço (acima) das habitações de trabalhadores faz feliz contraste com o que se vê



(Ao lado, acima) Fotos: Ewing Galloway. (Abaixo) Aerofilms, Ltd., Londres.

na ilustr. 39: embora as passagens sejam ainda desperdiçadamente largas, os jardins e revedos de recreação, característicos da maior parte dos projetos residenciais feitos com ajuda pública, na Grã-Bretanha, desde 1920, são uma contribuição vital para a amenidade e a saúde. O núcleo (Parque Industrial) de Slough (abaixo) é um dentre muitos que apareceram na Inglaterra, ao lado do enorme núcleo industrial de Trafford Park, em Manchester, nos anos de 1890. Quando planejados como parte integrante de uma cidade ou grupo de cidades, constituem valiosa contribuição à ordem urbana. Nos Estados Unidos, o emprego do zoneamento para fins não-funcionais, particularmente em áreas residenciais, muitas vezes produz a monotonia arquitetônica, a inconveniência prática e a segregação social. A mistura funcional é, vez por outra, tão imperiosa quanto a separação funcional.



54: Preservação e Renovação

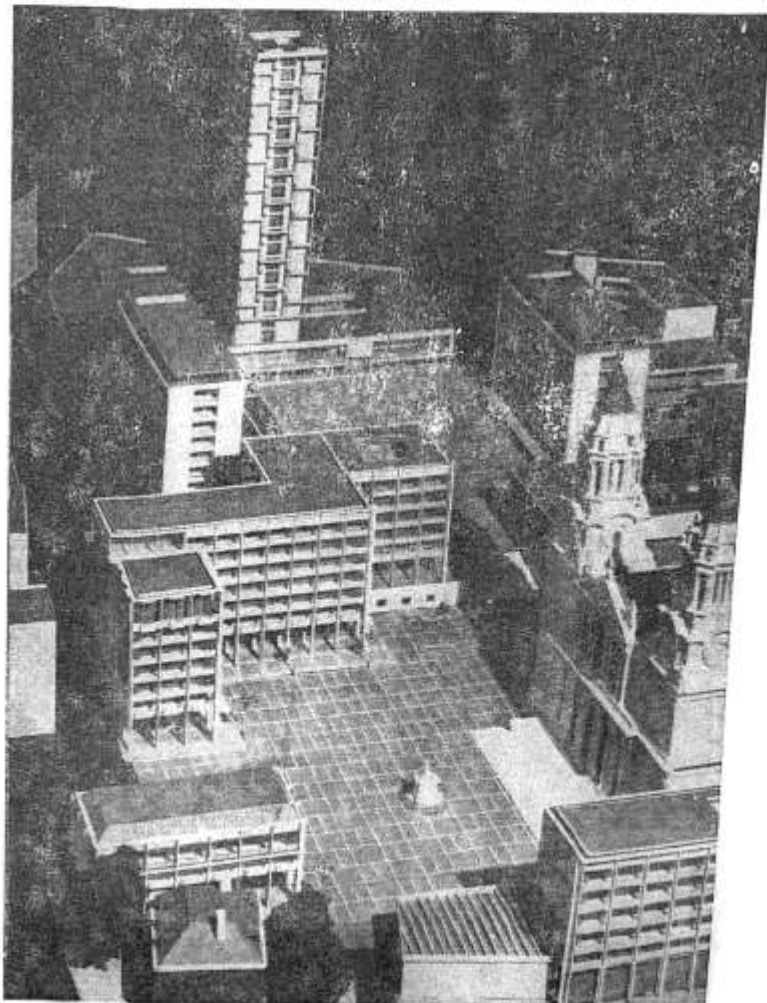
Como líder do planejamento urbano, Filadélfia ocupa hoje o lugar que Boston ocupava no último decênio do século XIX. A renovação do núcleo histórico, ao redor do Independence Hall, proporcionou um estímulo que se propagou pelo antigo bairro residencial adjacente, Society Hill, e agora promete produzir a reabilitação do distrito comercial central. A recolonização do recinto histórico, com projetos residenciais dentro de estruturas dos séculos XVIII e XIX, restabelecidas, foi combinada com novos prédios de apartamentos; infelizmente, as dimensões destes refletem a dimensão comercial, baseada em aluguéis caros, mais que a dimensão doméstica, baseada nas necessidades humanas. A abordagem barroca formalística do Independence Hall (acima, esquerda), mostra quanto é mais fácil abrir o espaço do que fechá-lo de uma forma orgânica. Mas os pequenos parques e campos de recreação de vizinhança (página oposta, acima, direita) ligados por caminhos verdes para pedestres, merecem maior imitação, em Filadélfia e noutros lugares. A nova apreciação da ordem e da amplitude espacial, registrada primeiro

no recinto histórico, estendeu-se agora ao bairro comercial; onde preparativos atentos, por parte da Comissão de Urbanização, tiraram partido da demolição do viaduto ferroviário e seus terminais, para criar um novo centro de negócios e zona hoteleira: projeto no qual a empresa privada e o espírito público felizmente se juntaram. A mediocridade da forma arquitetônica é parcialmente compensada pela ordem aberta e pelo uso sensível dos espaços internos. O núcleo cívico de Filadélfia, embora enfraquecido pelo êxodo suburbano, começou, através do museu de arte, do sistema de bibliotecas, das universidades, não menos que do próprio recinto histórico, a exercer seu poder de atração por todo o vale de Delaware. Isso há de levar não apenas à renovação interior da cidade, mas à manutenção da matriz verde e da reviravolta da avançada conurbação do passado para a nova grade urbana e regional.

(Página oposta, esquerda) Independence Hall, com a nova abordagem simétrica. (Página oposta, direita) O núcleo histórico, mostrando o Carpenter's Hall, um Centro de Guilda do novo meio, e, além, o Segundo Banco dos Estados Unidos, de William Strickland (Templo Grego), a Sociedade Filosófica Americana e a torre do Independence Hall. (Acima) Pequeno parque de vizinhança, na área histórica, cuja reabilitação começou com a criação de jardins, nos velhos prédios usados pelas companhias de seguros, ainda concentradas nesta zona. (Abaixo) Penn Center: traçado e modelado primeiro, na planta, pela Comissão de Urbanização Municipal. Fotos por cortesia da Comissão de Urbanização Municipal, diretor-executivo: Edmund N. Bacon.

55: Núcleo Histórico

Em parte por causa dos elevados valores de terrenos, das diferentes propriedades corporativas e das continuadas necessidades de negócios da cidade de Londres, seus urbanistas de após-guerra não procuraram, como os preservadores do núcleo histórico de Filadélfia, transformar a área ao redor da Catedral de São Paulo num grande parque. Mas a tentação de projetar os prédios imediatamente em torno da Catedral como uma composição barroca formalística estava presente no princípio, e as mesmas premissas estéticas encontraram veemente oposição, mais tarde, ao melhor plano, aqui mostrado. Ao invés de projetar a zona imediatamente ao redor de São Paulo, para "harmonizar" seus detalhes exteriores com a Catedral, à moda tão frequentemente seguida em Filadélfia pelas firmas comerciais perto do Independence Hall, Sir William



Holford sugeriu aqui um engaste que contrasta ousadamente com a jóia arquitetônica que contém. Evitou mesmo a tentação de impor alturas uniformes e fachadas regulares: mas alcançou uma grande diversidade de construções, com espaços abertos até então inalcançáveis, variando as alturas em proporção à quantidade de terreno coberto e produzindo uma variedade de abordagens e uma sucessão de perspectivas abertas e bloqueadas, que honram os dons de complexidade e surpresa de Londres. Confrontemos esse plano orgânico – com sua flexibilidade funcional e variedade estética, seus espaços bem preenchidos e amigáveis recintos fechados – com a mortal uniformidade, a algidez visual, a escala desumana, e, até mesmo pior, a irrelevância humana, da série

(Esquerda) Adro e entrada da Catedral de São Paulo. (Direita) Vista lateral do leste. Fotos e modelos por cortesia da *Town Planning Review*. (Ver Holford, na Bibliografia.)

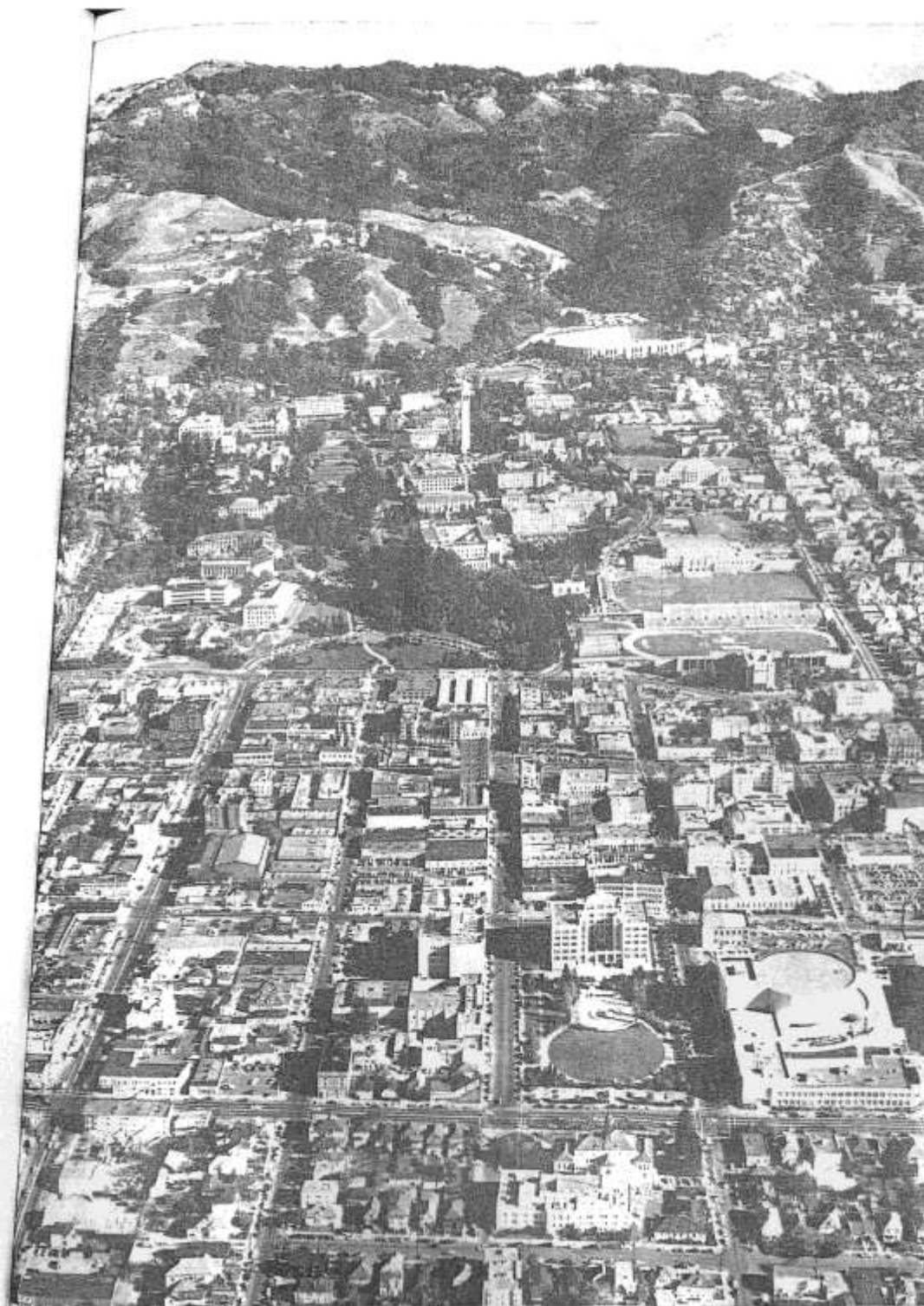


de grandiosos planos urbanos que Le Corbusier apresentou, a partir da década de vinte. Neste plano para o recinto de São Paulo, as necessidades e os interesses dos negócios foram acomodados com outras atividades humanas, ao passo que nas "cidades ideais" de Le Corbusier e seus imitadores (até Chandigarh), predomina, em tudo, uma arregimentação burocrática. Infelizmente, a imaginação de Le Corbusier, em perfeita harmonia com as tendências negativas em jogo na sociedade contemporânea, foi, durante uma geração inteira, a mais poderosa influência individual sobre a arquitetura e o urbanismo em todas as partes do mundo. Aqui, em contraste, o que é valioso no pensamento de Le Corbusier foi admiravelmente assimilado e posto em relação orgânica com o âmbito completo das atividades urbanas. Também aqui, a preservação e engrandecimento de um monumento histórico produziu não uma série de falsificações enganadoras, mas sugestões de uma nova ordem de urbanismo e construção, aplicáveis em outras partes.

56: Cidade Universitária

O papel mais essencial da cidade, afora o drama cotidiano propriamente – o drama de ampliar e transmitir a herança cultural –, está sendo agora desempenhado principalmente nas cidades universitárias, da ordem de Berkeley, aqui mostrada, e de Cambridge. Berkeley – que recebeu o nome do grande filósofo em memória de seu poema sobre "A Fundação de uma Instituição do Conhecimento na América" – foi projetada em 1858; em meados da década seguinte, F. L. Olmsted foi convidado a projetar o campo da universidade. Infelizmente, o dinheiro para o desenvolvimento da instituição foi fornecido pela venda de lotes próximos do recinto universitário: o resultado foi que a própria cidade perdeu, agora, sua identidade física, por coalescência com sua vizinha maior, Oakland. A inspeção atenta da fotografia mostrará que a universidade e a cidade, abaixo, oferecem um exemplo de quase todos os componentes culturais da cidade histórica: templo, arena, ginásio, campanário, teatro, paço municipal, "palácio", parque e mesmo (nos dormitórios!), o mosteiro. Na economia emergente, com suas perspectivas de um excesso de bens de consumo, anualmente, e um excedente de ócio, lamentavelmente vazio, a Universidade detém uma posição chave; pois a escola brotou da margem de lazer da pólis grega, e, na era que se abre, a paideia, ou educação no sentido mais completo, tal como foi empregada na exposição clássica de Werner Jaeger, tomar-se-á a tarefa essencial da vida. Com sua longa memória, suas vitais filiações internacionais, sua devoção disciplinada à comunicação e cooperação intelectual, a universidade tornou-se o núcleo central, na nova grade urbana e cultural. Mas, ao levar a cabo as atividades intelectuais do antigo templo, a universidade ainda tem sinais de sua origem. Embora incentive o folclore pseudoliterário e científico, o "novo conhecimento" que surgiu com a cidade

Foto: Fairchild Aerial Surveys, Inc., Nova Iorque.



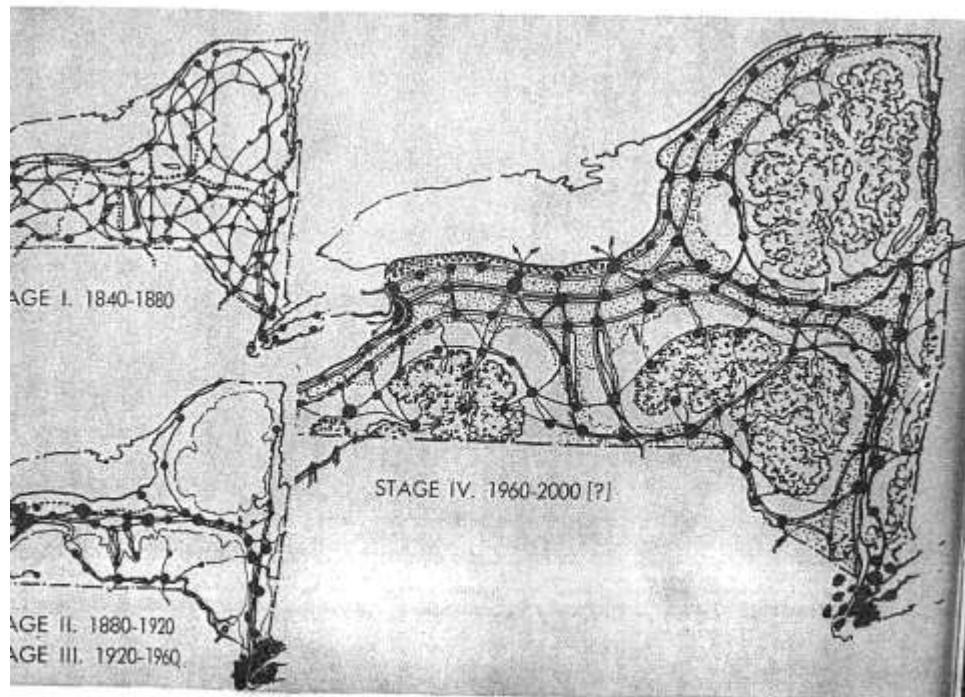
antiga, apenas começou a dar lugar para as artes mais antigas, que antecederam o templo: pintura, ritual, dança, música, a própria religião. Ademais, por sua preocupação com o progresso do conhecimento sistemático, exclusivamente, a universidade levou ao ponto de caricatura muitos dos piores aspectos da cidade histórica: intensa divisão em compartimentos vocacionais estanques, ultra-especialização e subordinação hierárquica, sob uma generalizada disciplina burocrática. Entrementes, o universo em expansão do conhecimento, sujeito a forças semelhantes às que produziram a expansão tecnológica automática, perdeu seu ponto humano central de referência: daí a incapacidade de avaliar, assimilar e empregar, para fins mais humanos, seus próprios produtos mais úteis. O resultado tem sido a obliteração de todo o homem, e a progressiva desumanização do homem fracionado, comprometido com uma contribuição fracionada para o conhecimento, incapaz de abranger toda uma situação ou de dar uma resposta integral, com emoções, sentimentos e imaginação tão disciplinados quanto suas reações intelectuais. Tais como são agora constituídas, até as maiores universidades – e a Universidade da Califórnia, em Berkeley, é uma das maiores – exibem os atuais vícios metropolitanos do supercrescimento e congestionamento, dissociação e desorganização. Para que a Universidade funcione como núcleo organizador da nova implosão urbana, deve não meramente descentralizar e reorganizar suas facilidades numa base regional, como estão fazendo hoje muitas universidades estaduais

norte-americanas, mas também passar por uma transformação interior: da pedagogia para a paideia, da ciência para a sabedoria, do desprendimento para o compromisso. Disso brotará um novo sistema de conhecimento, uma nova atitude em face de cada manifestação de vida, tão diferente da ciência e da tecnologia fundada por Galileu, Bacon, Descartes e Newton quanto estavam eles longe da teologia de Tomás de Aquino.

57: Grade Regional

Esta análise do crescimento das comunidades urbanas no estado de Nova Iorque, obra principalmente de Henry Wright, começa no ponto culminante da primitiva colonização e desbravamento. O quadro de população indica atividade e intercuro em todo o estado, baseados em 1540 quilômetros de canais, 5000 rodas d'água, 400 pequenas cidades industriais. Embora a ferrovia tenha suplementado o canal e a rodovia, também ela seguiu um padrão regional, com muitas pequenas linhas atravessando a região. Com o

(Esquerda) Diagnóstico histórico e plano para o estado de Nova Iorque, por Henry Wright. Relatório Final da Comissão de Habitação e Planejamento Regional do Estado de Nova Iorque, Albany, 1926. (Abaixo) Pequena cidade no vale do Mohawk. Foto: Ewing Galloway.



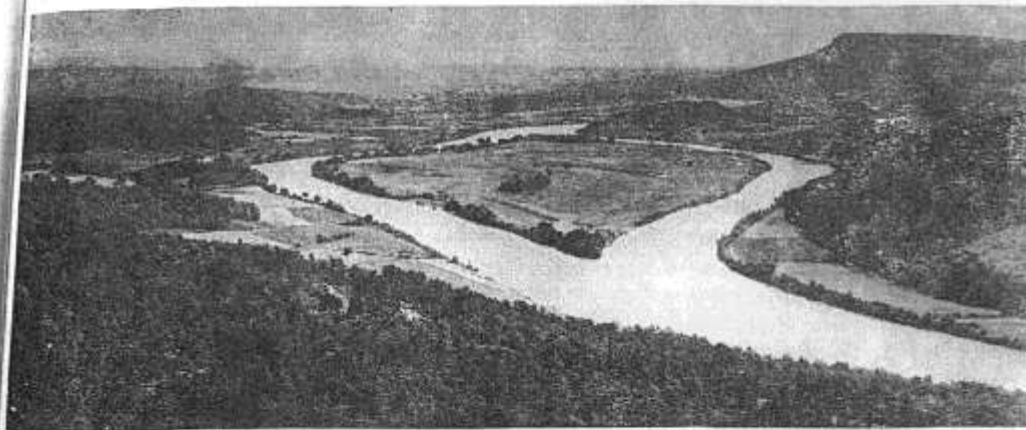
tempo, essas linhas foram absorvidas numa poucas ferrovias troncos; mas continuavam em operação, embora enfraquecidas, na terceira década do século XX. O segundo período foi de concentração, ao longo das principais vias de transportes, que favoreciam a metrópole e aceleravam o seu congestionamento. Este começou com o estabelecimento de um serviço regular de barcos entre Nova Iorque e Liverpool, em 1816, e foi promovido pela construção do canal Erie, ao longo do vale do Mohawk, terminando em Buffalo, e dando a Nova Iorque ligação direta, por água, com os Grandes Lagos e sua bacia interior. A ferrovia, seguindo a mesma rota ao nível da água, substituiu em grande parte o canal, por volta de 1880. A estrada de ferro a vapor e a eletrificada promoveram ambas a concentração dentro das cidades maiores, e deram início à dispersão suburbana. Em 1925, Wright representou uma possível distribuição de cidades, aqui mostrada, com maior concentração que no primeiro período, menor que no segundo. Entre 1920 e 1960, o efetivo isolamento da Floresta Estadual de Adirondack fez com que se afastasse a população daquela área; mas o congestionamento e a ruína metropolitana continuaram, mais rapidamente do que nunca, nas áreas de Nova Iorque e de Buffalo. Para representar o conceito da grade cultural e urbana, procurei o diagrama de Wright, como o equivalente mais próximo, embora naturalmente precise de maior desenvolvimento. Este diagrama indica como o equilíbrio regional poderia ser alcançado, por meio de uma distribuição planejada da população e da indústria, em muitas comunidades menores, de tamanhos e funções diferentes, tais como a mostrada (página anterior) no vale do Mohawk. Por deliberada organização e associação, a menor dessas comunidades poderia ter vantagens metropolitanas que a metrópole mesma não possui agora, embora preservasse um ambiente mais diversificado, com oportunidades mais ricas de educação e recreação.

(Ao lado) Paisagem do vale do Tennessee. Foto por cortesia da Tennessee Valley Authority. (Abaixo) Instalações para recreação aquática. Cortesia do Museu de Arte Moderna, Nova Iorque.



58: A Matriz Verde

A manutenção do cenário regional, a matriz verde, é essencial para a cultura das cidades. Onde esse cenário foi apagado, despojado ou obliterado, a deterioração da cidade deve-se seguir, pois a relação é simbiótica. A dificuldade de manter esse equilíbrio foi temporariamente aumentada, não só pela incontínente propagação do tecido urbano de má qualidade, por toda parte, destilando-se em intermináveis postos à beira das estradas, e hotéis, garagens, agências de vendas de automóveis e lotes de construção, mas também pela rápida industrialização da própria agricultura, que a transformou de modo de vida em trabalho de processamento mecânico, sem conteúdo, alvo ou perspectiva diferentes de qualquer outra ocupação metropolitana. A reocupação e o revigoramento da paisagem, como fonte dos valores essenciais a uma vida equilibrada, é uma das mais importantes condições da renovação urbana. A suposta necessidade do urbanista escolher entre cinturões verdes e cunhas verdes é como a outra decisão atual, entre prédios de apartamentos elevados, para cidades centrais, e moradias baixas, para famílias individuais, nas comuni-



dades periféricas: um dilema gratuito e uma falsa alternativa. O que é vital é a preservação da matriz verde em que as comunidades urbanas, grandes e pequenas, são situadas: acima de tudo, a necessidade de deter o descontrolado crescimento do tecido urbano, para que não apague essa matriz e não perturbe toda a relação ecológica entre cidade e campo. Com o aumento do ócio, tornou-se mais importante do que nunca conservar o fundo natural, não apenas mantendo as áreas dotadas de solos ricos para a agricultura e horticultura, ou apenas aquelas que têm impressionantes caracteres topográficos para recreação e solidão, mas também aumentar a oportunidade de atividades pessoais em nível amadorístico, na agricultura, na jardinagem paisagística, na criação de aves e animais e na observação científica. A Tennessee Valley Authority compartilhou a fraqueza dos levantamentos e relatórios sobre o



Kingsport, Tennessee. Fairchild Aerial Survey, Inc., Nova Iorque

planejamento regional do estado, que a ela se seguiram nos anos de 1930, por ficar quase inteiramente orientada para o controle de rios, a produção de energia e a conservação do solo, sem qualquer espécie de política urbana. Tivessem os diretores originais prestado mais atenção ao sucesso da pequena cidade industrial de Kingsport, Tennessee, planejada em 1915 por John Nolen, sob a direção da empresa privada, teriam coordenado seus soberbos melhoramentos regionais com a renovação e ampliação das pequenas comunidades existentes, e com a construção de novas – ou pelo menos, chamado atenção para a necessidade de uma legislação que se voltasse para tais fins. Essa falha é particularmente irritante em regiões relativamente subdesenvolvidas, como o vale do Tennessee e as áreas adjacentes da Carolina do Norte, onde todos os erros e absurdos que produziram as maciças e dissociadas conurbações do passado estão sendo agora insensatamente repetidos.

59: A Dimensão Humana

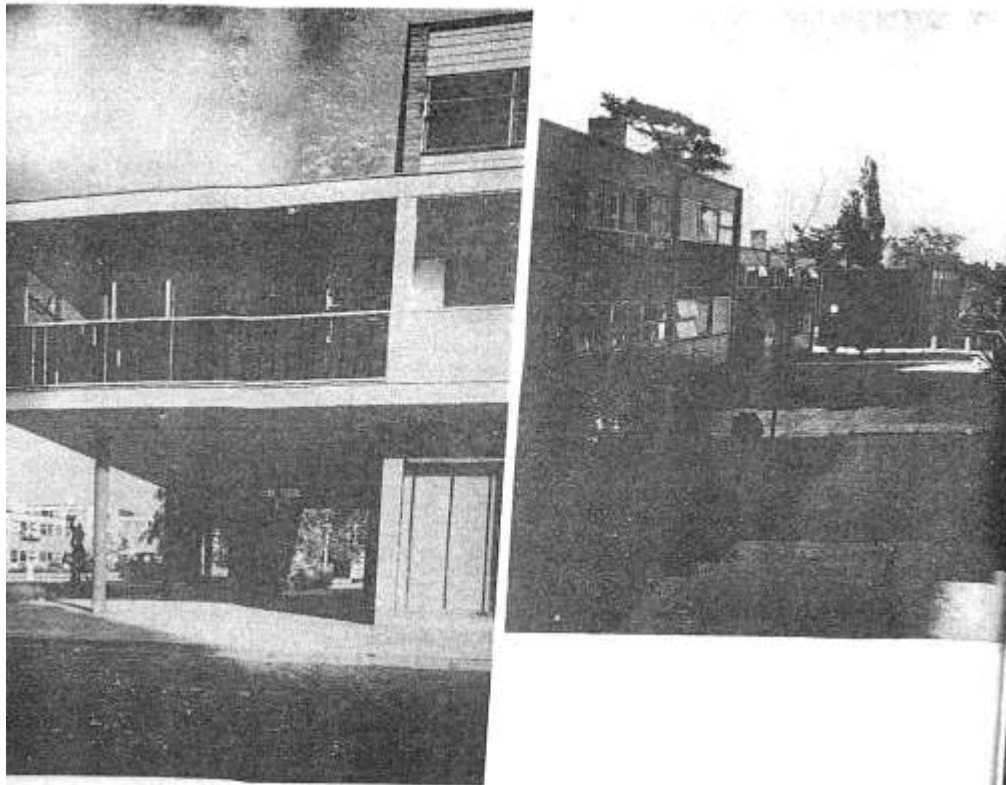
A dimensão humana jamais é absoluta; é determinada não só pelas dimensões normais do corpo humano, mas pelas funções que são facilitadas e pelos interesses e finalidades que são servidos. Assim, um grupo de edifícios elevados (página oposta, acima), como os prédios de apartamentos, com amplos espaços intermediários, perto do Centro de Vällingby pode ainda manter a dimensão humana, especialmente porque os edifícios mais baixos do centro comercial, no primeiro plano, a carreira de apartamentos baixos, no fundo, e as árvores, à esquerda, “abaixam” a imposição estética da grandeza, assim



como um transformador abaixa a corrente elétrica, pondo-a numa voltagem local utilizável. Vällingby, a 15,5 quilômetros do centro de Estocolmo, embora não planejada para fornecer uma base industrial e comercial a mais de 25 por cento de seus moradores, é um passo exemplar no sentido da descentralização e reintegração metropolitana, dentro de uma matriz verde permanente. O centro possui teatro, cinema, salões para encontros, um paço municipal, uma biblioteca e até mesmo um centro da juventude, ao lado de prédios de apartamentos, tanto altos quanto baixos; ao passo que, ao redor dele, as áreas residenciais mais abertas acham-se dispersas entre parques e florestas. Os escritórios e o centro comercial estão situados a cavaleiro do sistema de trânsito rápido eletrificado, e embora o centro, aqui como em Rotterdam, tenha espaço para estacionamento de automóveis particulares, os urbanistas ofereceram toda uma rede de transportes, com o devido respeito para o tráfego público rápido. O centro comercial em vários planos de Coventry (abaixo), com suas árvores e canteiros de flores, sua calçada abrigada e agradável relação entre os prédios, é, por consenso, um dos melhores já construídos em qualquer parte: mas, quando proposto pela primeira vez, em 1946, seus melhores caracteres, seu isolamento em recintos e seu fechamento, sofreram oposição dos “interesses de negócios”, que enganosamente tomaram maus hábitos por

(Acima) Centro de Vällingby. Foto de Lennart af Petersen, Estocolmo. (Abaixo) Centro Comercial de Coventry. Foto por cortesia do Departamento de Arquitetura e Urbanismo de Coventry, Arthur Ling, arquiteto municipal.





Parkleys, Ham Common, Surrey. Prédios de apartamentos de dois e três andares, densidade residencial de aproximadamente 197 pessoas por hectare. Foto por cortesia de Eric Lyons.

boas razões. O centro residencial da direita (duas vistas do mesmo conjunto, perto de Richmond) mostra como a dimensão humana pode ser mantida numa densidade residencial consideravelmente mais elevada do que a favorecida quer nos subúrbios, quer nas novas cidades, quando o arquiteto se vê livre de prescrições arbitrariamente uniformes, tais como sobre espaços para jardins, afastamento do alinhamento e obsoletos traçados de ruas; e quando se liberta de imagens formalísticas tais como o paralelepípedo elevado, cujos custos extravagantes não são compensados, nem pelos benefícios sociais, nem pelos estéticos.

60: Rumo às "Cidades Sociais"

Harlow, uma das mais belas Cidades Novas britânicas, é, em mais de um sentido, um sonho realizado: o sonho de Howard, da Cidade-Jardim, realizado pela primeira vez em Letchworth e Welwyn; o sonho de Unwin, da cidade verde aberta, com projetos residenciais com cerca de três famílias



por hectare, o sonho de Clarence Perry, de reorganização urbana por meio de vizinhanças; o sonho de Sir F. I. Osborn, das Cidades Novas após a guerra; e não menos o sonho de Sir Patrick Abercrombie, para a Grande Londres de após-guerra. Como mostra a fotografia menor, Abercrombie sugeria os centros comerciais de vizinhança, embora contendo mais apartamentos do que as comissões de Cidades Novas acharam conveniente construir. Os amplos espaços para recreação das Cidades Novas são prescritos para as escolas britânicas, nos termos da lei de educação de após-guerra, mas os maiores poderiam perfeitamente ter sido colocados no cinturão verde periférico. Para fins urbanos de acesso e fácil encontro, contínuas faixas de parques, como em Radburn, teriam, creio eu, sido preferíveis aos amplos trechos planos de verde; ao passo que o emprego mais sistemático da superquadra e do cul-de-sac teriam produzido maior capacidade, com isolamento residencial ainda melhor. Contudo, como na maior parte das Cidades Novas, a zona fabril é soberba. Harlow é uma de um aglomerado de cidades, que se estende do Essex ao Hertfordshire: um aglomerado embrionário de cidades; ou a "cidade social", que ainda espera a sua plena realização política. A construção das quinze Cidades Novas, sob as difíceis condições econômicas que predominaram durante um decênio, a partir de 1945, foi um dos pontos altos da administração municipal britânica. Por um breve período, as necessidades da vida encorajadas por sacrifícios em tempo de guerra, predominaram sobre as atrações e perversões de uma economia monetária.

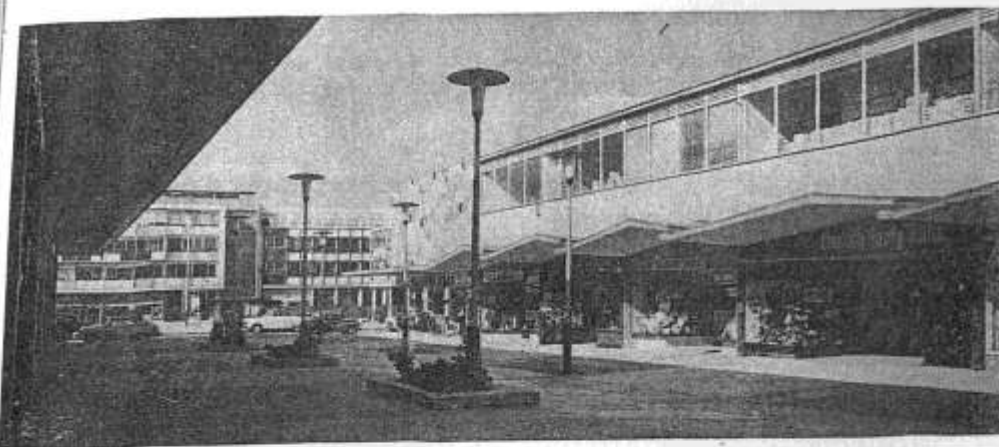
(Página anterior) Harlow. Início em 1947. População, 1960: quase 50 mil habitantes. Máxima população prevista: 80 mil. Foto por cortesia da Harlow Development Corporation. (Foto menor) Seção de uma Cidade Nova, de Patrick Abercrombie *Greater London Plan*.

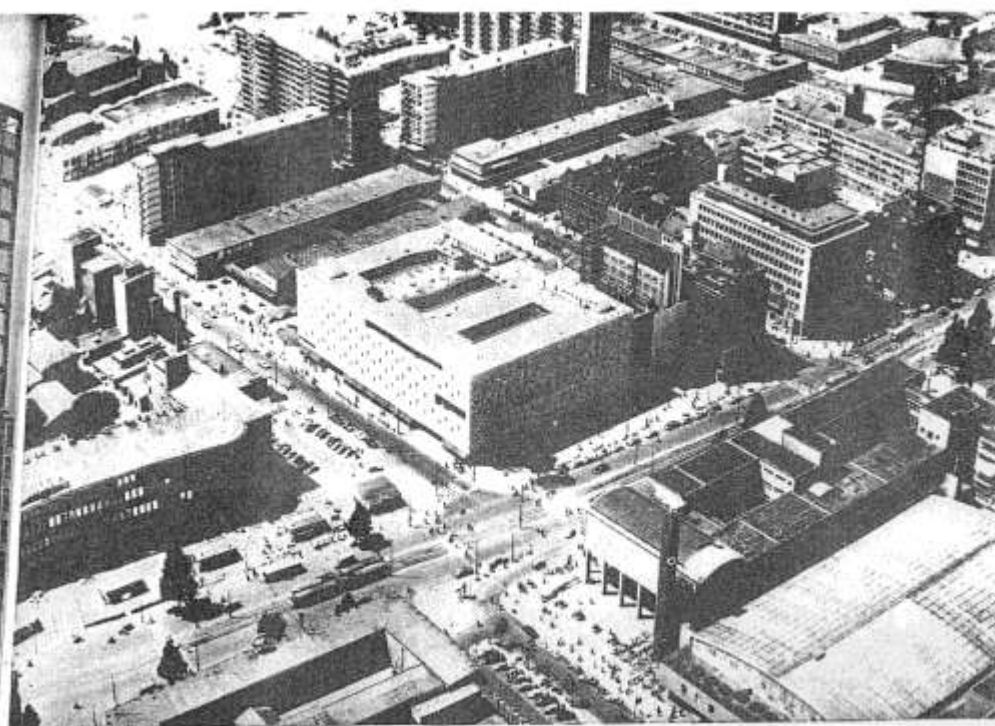
(Abaixo) Harlow, centro da cidade. (Ao lado) Centro da Cidade, renovação da avenida para pedestres e da praça aberta, em estilo da época, fechada ao tráfego de veículos. Fotos por cortesia da Harlow Development Corporation. Frederick Gibberd, urbanista.



61: O Núcleo Cívico

Ao contrário da cidade antiga, o núcleo da cidade contemporânea é principalmente secular: reflexo da tecnologia e economia dominante. Mas, dentro desse núcleo, uma nova ordem de graça começou a predominar, como claramente revelam estas fotografias, tomadas do Centro da Cidade de Harlow. Embora as disposições referentes a escolas e campos de recreação, nas Cidades Novas, tenham sido tão exemplares quanto o planejamento das zonas industriais dessas cidades, a incapacidade de implantar novas escolas técnicas, faculdades e universidades, nessas comunidades, ou de fazer quaisquer disposições futuras a respeito delas, foi uma distração radical. (Ver ilustr. 56.) Todavia, uma nova integração das funções da cidade está em andamento tanto nos centros de vizinhança quanto no Centro da Cidade (página oposta). Veja-se a combinação de lojas, escritórios comerciais e profissionais e prédios municipais, aqui mostrada, com uma praça aberta admiravelmente projetada — falto como testemunha ocular — para a realização de cerimônias públicas. Nenhum centro comercial isolado pode comparar-se, quer em conveniência, quer em





eficiência, quer em interesse humano, com as complexas atividades de um legítimo centro cívico. O planejamento de cidades não pode ficar confinado a "habitação, trabalho, recreação e circulação", definição padronizada do urbanista: a cidade inteira deve ser concebida, antes, principalmente como um teatro de cidadania ativa, de educação e de uma vida pessoal vivida e autônoma.

62: Ao Triunfo, Após o Terror

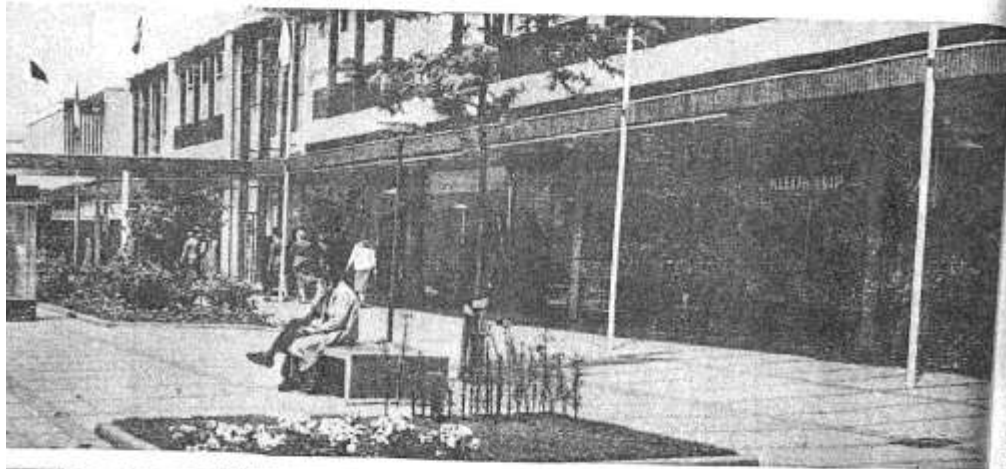
A escultura de Ossip Zadkine (esquerda), colocada numa praça, diante do Porto Interior de Rotterdam, simboliza a agonia da cidade, cujo núcleo interior foi demolido, com o extermínio de trinta mil pessoas, pelas bombas alemãs, em maio de 1940. Esse barbarismo foi precedido pela destruição de Varsóvia, em 1939, e ampliado e repetido muitas vezes, nos ataques nazistas a Londres, Coventry, Manchester e Liverpool, apenas para ser levado a um ponto culminante quantitativo, com a adoção dos mesmos métodos de assalto por parte da democracia, contra Berlim, Hamburgo, Dresden, Tóquio, Hiroshima e Nagasaki, e muitas outras cidades, num holocausto urbano universal. Nem todas as cidades se ergueram em desafio a sua destruição de maneira tão

determinada e tão hábil quanto Rotterdam. Ajuntando as antigas propriedades, tornou-se possível replanificar o centro (direita), para ocupação tanto comercial quanto residencial. Em frente da loja de departamentos (A Colmeia), no centro da foto, ergue-se a magnífica escultura construtivista de Naum Gabo, em si mesmo um tributo à perícia e ousadia das docas de Rotterdam, onde foi construída, e à imaginação do diretor de urbanismo, que exigiu uma interrupção visual no quadro da rua, nesse ponto. O grupo longo e baixo de prédios, no fundo, faz parte da avenida comercial de Lijnbaan. Por trás dela, um grupo de prédios de apartamentos elevados, cujos pátios interiores vazios poderiam ter sido melhorados por uma distribuição espacial mais livre e um preenchimento das estruturas inferiores. Mas a finalidade principal, a restauração da cidade, como ponto de encontro, onde uma diversidade de atividades humanas é levada a cabo em conjunto, foi admiravelmente realizada.

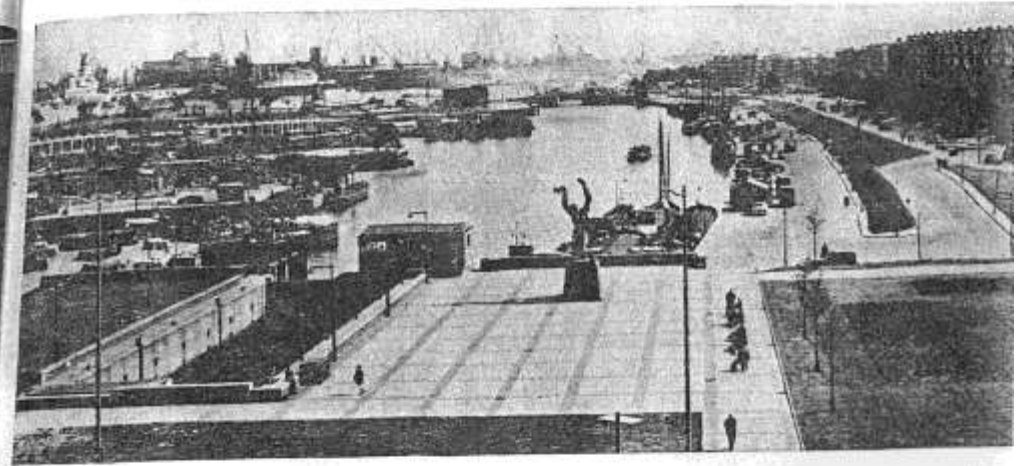
(Esquerda) Estátua de Rotterdam, por Zadkine, com o cais próximo, onde os quindastes e serelas, à distância, fazem eco aos braços levantados. Foto: Openbare Werken, Rotterdam. (Direita) Centro comercial e político de Rotterdam. Cornelius van Traa, urbanista municipal. Foto por cortesia do Serviço Holandês de Informações. Aerofoto "Nederland".

63: Ressurgimento Cívico

A palavra "renovação" é pouco para descrever o ressurgimento de Rotterdam; mas nenhuma fotografia, aliás, nenhuma obra de arte isolada, nem construção alguma, poderia adequadamente transmitir as energias aqui concentradas. A escultura de Zadkine é aqui mostrada em seu contexto vivo (ao lado), com parte do grande porto no fundo. O monumento, apropriado em si mesmo para um memorial tão carregado de penosas emoções, foi colocado num ponto um tanto inacessível e remoto, para ser visitado deliberadamente, e não apenas visto diariamente, de passagem, e ignorado. O Lijnbaan (abaixo), feito de materiais modestos, em dimensões modestas, destinado a abrigar uma



variedade de pequenas lojas, restaurantes e cinemas, é exemplar em quase todos os aspectos: não menos por terminar uma das suas avenidas, visualmente, no Paço Municipal sobrevivente. Os canteiros floridos e bancos (página oposta, acima), juntamente com o café ao ar livre, cercado de vidro, acentuam seus valores recreativos e sociais; ao passo que a estreita calçada, como a da Calverstraat, em Amsterdã, torna fácil a própria atividade de comprar. Ao invés de apressar a fuga da cidade, o núcleo da Rotterdam histórica convida ao retorno. Tais núcleos, porém, só podem ser mantidos vivos quando se levam em conta todos os fatores que afetam a vida da cidade. Muitos problemas prementes, como as previsões de aumento da população e os preparativos para a paz, transcendem os poderes e funções apenas da cidade. A construção

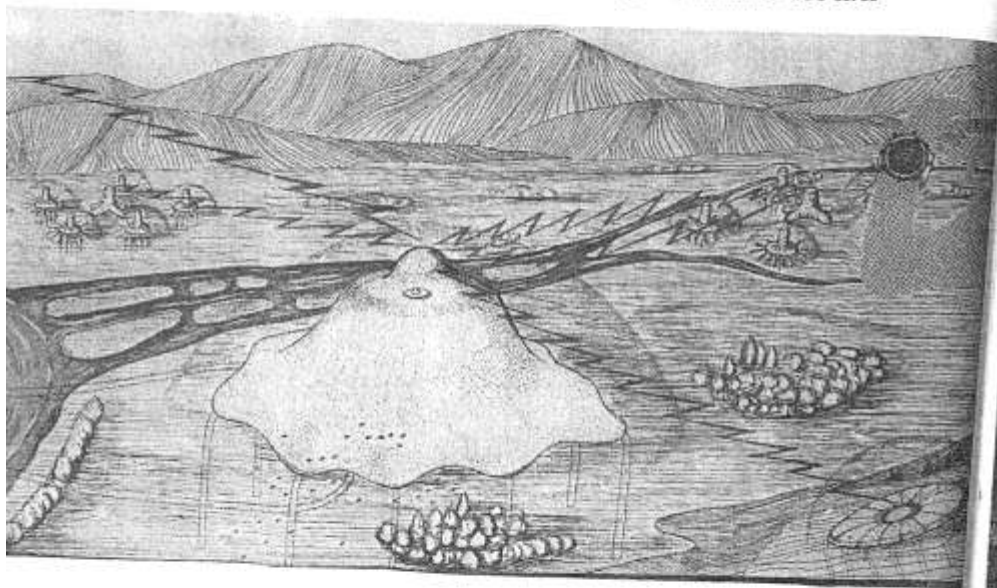


(Acima) Praça e Porto Interior. (Página oposta, acima) Lijnbaan, projetado por Bakema e Van der Broek. Canteiros como parte integrante da avenida para pedestres. (Página oposta, abaixo) Avenida com café fechado em vidro. Fotos por cortesia do Serviço Holandês de Informações.

de densidade elevada não pode resolver o problema demográfico, assim como os abrigos subterrâneos não podem proteger a cidade contra o extermínio nuclear e bacteriológico.

64: Colmeia ou Cidade

Se a nossa tecnologia científica deve ser controlada e dirigida para finalidades da vida, ou se a vida deve ser arregimentada e reprimida para promover a incessante expansão da tecnologia, é uma das principais questões propostas à humanidade, hoje em dia. Sem consciente deliberação, aliás, quase automaticamente, a civilização ocidental, durante o último meio século, moveu-se ao longo do segundo caminho. Seu resultado final pode aproximar-se da colmeia subumana, aqui representada por um grupo de técnicos japoneses como a "supercomunidade do século XXIV", na qual todas as funções do organismo humano e da personalidade humana foram absorvidas por um aparelho coletivo, funcionando como superorganismo onibrangente, deixando aos seres



humanos uma existência epifenomênica e inútil, como células flutuantes. O "Grupo de Estudo para o Aparelho de Vida" observa que a "seção de controle do supermecanismo cria um controle mútuo multidimensional, assegurando que a vida humana, em todas as partes do globo, seja cheia de calorosa

(Acima) Imagem de uma supercomunidade. Artigo publicado pelo Grupo de Estudos do Aparelho de Vida, em *Kokusai-Kentiku*, janeiro de 1960. Para compreensão da tese, muito devo a uma tradução especial feita por Donald L. Phillipi. (Ao lado) Gravura do Pergaminho de C'ing Ming, Coleção A. W. Bahr, Fletcher Fund, 1947; cortesia do Museu Metropolitano de Arte. Para uma análise crítica dos mitos e dogmas tecnocráticos dominantes, ver meu trabalho *Art and Technics*, e *The Transformations of Man*, particularmente no último capítulo, sobre o "Homem Pós-Histórico".

solidariedade e harmonia". Com efeito! Contra esse montão de homens, que estimula a vida — tão engenhosamente planejado para levar a cabo as transformações do homem graças a um pulo suicida num supermecanismo a funcionar num superespaço —, invocaria eu o sorridente espírito de Erewhon: pois Samuel Butler talvez fosse o primeiro a perceber o destino último da tecnologia desumanizada: um mundo no qual o homem só funcionaria como artifício mecânico, para produzir outra máquina. Se predominar a vida, a cidade do futuro terá, como apenas algumas cidades contemporâneas têm, as qualidades mostradas nesta gravura chinesa do Festival da Primavera: com intermináveis permutações e combinações que as variadas paisagens, variadas ocupações, variadas atividades culturais e variados atributos pessoais do homem tornam possível. Não a colmeia perfeita, mas a cidade viva.



O subúrbio — E depois

1. O Subúrbio Histórico

Aqueles que encabeçaram a “marcha da civilização”, a partir do século XVIII, inclinavam-se a mostrar certo desdém para com o campo, morada de agricultores atrasados, rústicos, sem maneiras ou aristocratas que procuravam o prazer à custa de suas rendas e não dos lucros obtidos no comércio e na indústria. Contudo, mesmo entre os líderes e beneficiários utilitaristas, o impulso no sentido de escapar ao ambiente industrial era comum; na verdade, possuir riqueza bastante para fugir a ele era marca de êxito.

Muito antes que a cidade industrial houvesse tomado forma, a idéia de se deixarem para trás as complexidades da civilização tinha-se tornado atraente, mais uma vez, à mente européia, tal como acontecera durante a decadência de Roma. Para os que eram inquietos e ousados, havia a conquista e a colonização de novas terras, de mistura com o romântico chamado dos desertos virgens; para as almas de natureza mais doméstica e reflexiva, havia as pescarias, os passeios ao léu, a coleção de espécimes botânicos, a realização de piqueniques em família ou a meditação solitária no coração das florestas. Sem esperar que Rousseau provasse que a maior parte dos males da vida derivava dos áridos rituais de uma civilização ultra-requintada, muitos europeus já tinham começado a agir segundo essas idéias. A vida no campo parecia a melhor, e quanto mais se afastava da cidade, mais se ganhava em saúde, liberdade, independência. A maior parte dos salubres caracteres do subúrbio do século XIX já fora, na verdade, incorporada à pequena cidade, com um respeito maior pela mistura e cooperação social do que seria possível alcançar na comunidade suburbana de uma só classe. As próprias tabelas atuariais demonstravam a superioridade do campo em matéria de vitalidade animal: na Inglaterra, o camponês e o proprietário rural residente tinham uma esperança de vida mais elevada.

Embora a ascensão do subúrbio viesse provocar significativas modificações assim no conteúdo social como na ordem espacial da cidade, a maior parte dos intérpretes da cidade, até ainda ontem, estranhamente deixou de

perceber isso, e mesmo os poucos autores que abordaram o planejamento dos subúrbios, particularmente o professor Christopher Tunnard, trataram-no como fenômeno relativamente recente. Mas o fato é que o subúrbio se torna visível quase tão cedo quanto a própria cidade, e talvez explique a capacidade de sobrevivência da cidade antiga, frente às condições insalubres que predominavam dentro dos seus muros. (Woolley encontrou restos de núcleos suburbanos fora da área construída da "Grande Ur" - edifícios dispersos, tão distantes quanto o templo de al'Ubaid, a seis quilômetros.) Se temos dúvidas quanto ao traçado e ao núcleo central da cidade egípcia, há tanto pinturas quanto modelos funerários que nos mostram a vila suburbana, com seus espaçosos jardins. Nos tempos bíblicos, encontramos referências a pequenas tendas que eram construídas no meio dos campos e vinhais abertos, talvez para guardar as safra noite e dia, quando estavam prestes a serem colhidas, mas sem dúvida também para refrescar a alma, cansada dos tijolos cozidos e dos maus odores da própria cidade. Aqueles frágeis abrigos ainda são comemorados na festa da colheita de outono dos judeus.

Em toda a História, aqueles que possuíam ou arrendavam terras fora dos muros da cidade gostavam de ter um lugar no campo, mesmo que não desempenhassem ativamente trabalhos relacionados com a agricultura: uma cabana, uma casa de campo, um caramanchão com parreiras, construído para servir de retiro temporário, quando não para a ocupação permanente. Os moradores da cidade antiga não esperavam que os transportes rápidos viessem tirar partido dessa cessação rural. Enquanto a cidade permaneceu relativamente compacta e contida em si mesma, foi possível manter certo equilíbrio entre as ocupações rurais e urbanas, com certeza, e entre os prazeres rurais e urbanos: comer, beber, dançar, praticar esportes atléticos, entregar-se ao amor físico, todos os modos de relaxamento tinham uma aura especial de festividade, numa paisagem verdejante e ensolarada. Uma das primeiras penas da continuação do crescimento urbano foi o fato de deixar aquele agradável cenário a tal distância e de o haver confinado cada vez mais às classes dominantes.

Vimos que, em períodos mais remotos, novos grupos e instituições, com exigências maiores de espaço do que poderia oferecer a cidade densamente povoada, necessariamente se fixaram fora dos muros, em pequenos enclaves suburbanos. Não só ficava o Aclépio de Cós fora da cidade, como Sarton nos conta, mas o ginásio e mesmo a academia muitas vezes se localizavam nos subúrbios da cidade helênica, como o jardim que associamos ao filósofo Epicuro.

Nos tempos medievais, vimos também que o mosteiro muitas vezes se instalou fora dos muros da cidade, depois do século XII, antes que, pelo seu crescimento posterior, a cidade viesse rodeá-lo. Em todos os casos, o padrão suburbano era tipicamente aberto: jardins, pomares e calçadas cobertas, não

apenas o espaço vazio, acompanhavam os prédios. Grandes universidades como Oxford e Cambridge, que cresceram em cidades, procuraram e formularam para seu próprio uso o mesmo tipo de ambiente de parque; aliás, talvez os seus esforços no sentido de se assegurarem o luxo do espaço intensificasse o antagonismo entre cidadãos e estudantes.

O aparecimento antigo do subúrbio mostra ainda outro fato, mais importante: os órgãos de manutenção da vida, a jardinagem e a cultura do campo, a recreação e os jogos, os sanatórios e casas de saúde, casam-se com o campo circunvizinho, mesmo quando as funções por eles incentivadas decorrem das necessidades ou deficiências da cidade. No século XVIII, é verdade, o movimento romântico produziu um novo motivo racional para o êxodo suburbano, e a cidade cada vez mais enfumaçada e congestionada proporcionava um novo incentivo. Seria, porém, um erro considerar o suburbanismo como simples derivado dessa ideologia, pois teve raízes mais antigas e mais profundas. O que se tem de levar em conta não é o culto da natureza que se tornou popular no século XVII, afetando tudo, da medicina à educação, da arquitetura à culinária, mas antes a teimosia com que as pessoas muitas vezes se haviam apegado, durante séculos, a um ambiente acanhado, arruinado, desnaturado e restrito, cujo principal consolo da miséria era a companhia de pessoas igualmente miseráveis.

Pela época em que se fizeram mapas e levantamentos aéreos de cidades da alta Idade Média, encontramos documentos detalhados de pequenas tendas, cabanas e vilas, com amplos jardins, brotando fora dos muros da cidade. No século XVI, a terra assim usada servia mais de residência de verão e para recreação. Aliás, já no século XIII, Villani informava que as terras, num raio de quatro quilômetros e meio ao redor de Florença, eram ocupadas por prósperas propriedades com dispendiosas mansões; e as famílias venezianas não ficaram atrás em suas vilas à margem do Brenta. Desde o princípio, os privilégios e deleites do suburbanismo ficaram em grande parte reservados às classes superiores, de modo que o subúrbio podia ser descrito quase como a forma urbana coletiva da casa de campo - a casa num parque -, como o modo de vida suburbano é, em tão grande parte, um derivado da vida descansada, jovial e consumidora da aristocracia, que se desenvolveu a partir da existência rude, belicosa e árdua da fortaleza feudal.

Alguns séculos depois de Villani, Stow notou que, fora dos muros de Londres, as pessoas estavam abrindo jardins e construindo fantásticas casas de verão, "com alegorias de meados de verão, com torres, torreões e chaminés", bem uns duzentos anos antes que alguém começasse, embarçadamente, a produzir as fantásticas vilas e loucuras da revivescência gótica. Há uma alusão ao novo tipo de subúrbio em *The English Courtier*. "O hábito da maioria dos gentis-homens e nobres é alojarem-se (se têm meio para isso) nos subúrbios da cidade, porque, via de regra, sendo ali o ar mais ou menos farto,

não é tão grande o ruído; e assim, conseqüentemente, são lugares tranquilos. Já quanto à comodidade, encontramos muitas residências, muito espaçosas e com numerosos quartos, com jardins e pomares muito deleitáveis. Assim, com bom discernimento, pouca razão temos para temer a infecção vivendo no campo; a nossa água é excelente e muito melhor do que a que se tem aqui, em terrenos e campos os mais agradáveis."

Embora a superioridade higiênica do subúrbio fosse uma das suas principais atrações, persistentemente recomendada pelos médicos, algo mais que isso convidava os homens a deixar a cidade. E, assim como se encontra a mais remota evidência do movimento de volta à natureza nos quadros de Piero di Cosimo, assim também encontra-se uma justificação estética e psicológica do desenvolvimento suburbano no tratado de construção de Alberti. Observava Alberti que "há enorme dose de satisfação num retiro conveniente perto da cidade, onde um homem tem liberdade para fazer aquilo que lhe agrada". Isso parece vibrar a verdadeira nota suburbana: na verdade, antecipa mesmo a atual ênfase "exurbana" no vestuário informal, pois Alberti insiste em dizer que: "Eu, por minha parte, não sou a favor de possuir uma [vila] num lugar de tal recurso em que eu jamais me deva arriscar a sair a minha porta sem estar completamente vestido".

Quanto aos atributos estéticos da casa e do sítio, as primeiras percepções de Alberti poderiam quase valer como a última palavra clássica: "As grandes belezas de tal retiro são ficar perto da cidade, à margem de uma estrada aberta e arejada e num local agradável do terreno. A sua maior recomendação é o fato de emprestar uma aparência alegre àqueles que se afastam um pouco da cidade para tomar ar; como se parecesse convidar a cada um que contempla. (...) Tampouco deve haver qualquer carência de agradáveis paisagens, prados floridos, campanhas abertas, bosques ensombrados ou límpidos regatos, ou correntes e lagos para nadar, com todos os outros deleites da mesma espécie. Por fim, . . . eu gostaria de ter a frente e todo o corpo da casa perfeitamente iluminado, e que seja aberta para receber boa quantidade de luz e sol, uma quantidade suficiente de ar puro". Quando passa a advogar aposentos tanto redondos quanto quadrados, e com todos os quartos possíveis num pavimento, deve-se perguntar quanto teria ele deixado para ser inventado pelo arquiteto do princípio do século XX. Acha-se ali todo o programa suburbano doméstico.

Embora o afastamento da cidade apresentasse vantagens evidentes para a saúde e a vida familiar, era igualmente uma tentativa de conseguir a liberação ante as convenções e compulsões às vezes estéreis de uma sociedade urbana: um esforço, dados os necessários meios financeiros, no sentido de viver a vida em seus próprios termos, mesmo que isso significasse vivê-la sozinho; o anarquismo da bolsa recheada, a heresia do indivíduo privado a procurar conter dentro dos limites de uma família particular as funções de

uma comunidade inteira. Isto se aplicava tanto ao ocupante suburbano quanto a sua casa; e aqui, mais uma vez, Alberti fornece a citação clássica, sobre a diferença entre a vida doméstica na cidade e no campo — "que é a de que na cidade se é obrigado a moderar-se em vários particulares segundo os privilégios do vizinho que se tem; assim, pois, tem-se muito mais liberdade no campo".

Ser aquilo mesmo que se é; construir sua própria casa, única, no meio de uma paisagem única; viver uma vida centralizada em si mesma, nesse Domínio de Arnheim, no qual a fantasia privada e o capricho teriam licença para se expressar abertamente; em suma, retirar-se como um monge e viver como um príncipe — essa foi a finalidade dos criadores originais do subúrbio. Propunham eles, com efeito, criar um asilo, no qual pudessem, como indivíduos, vencer os defeitos crônicos da civilização, embora comandando ainda à vontade os privilégios e benefícios da sociedade urbana. Essa utopia se revelou, até certo ponto, realizável: tão encantadora que aqueles que a conceberam deixaram de perceber o castigo final a ela ligado — o castigo da popularidade, a inundação fatal de um movimento de massa cujos números acabariam por fazer desaparecer os bens que cada indivíduo procurava para seu próprio círculo doméstico e, pior ainda, por substituí-los por uma vida que não era sequer uma falsificação barata, mas, pelo contrário, a desoladora antítese.

O resultado final da separação entre o subúrbio e a cidade só se tornou visível no século XX, com a propagação do ideal democrático, valendo-se das conveniências da multiplicação e da produção em massa. No movimento coletivo em direção às áreas suburbanas, produziu-se uma nova espécie de comunidade, que constituía uma caricatura assim da cidade histórica como do refúgio suburbano arquetípico: uma multidão de casas uniformes, inidentificáveis, alinhadas de maneira inflexível, a distâncias uniformes, em estradas uniformes, num deserto comunal desprovido de árvores, habitado por pessoas da mesma classe, mesma renda, mesmo grupo de idade, assistindo aos mesmos programas de televisão, comendo os mesmos alimentos pré-fabricados e sem gosto, guardados nas mesmas geladeiras, conformando-se, no aspecto externo como no interno, a um modelo comum, manufaturado na metrópole central. Assim, o efeito último da fuga suburbana, em nosso tempo, é, ironicamente, um ambiente uniforme de baixo grau, do qual é impossível fugir. O que ocorreu com o êxodo suburbano nos Estados Unidos ameaça agora, graças aos mesmos instrumentos mecânicos, verificar-se, em velocidade igualmente acelerada, em todo o resto do mundo — a menos que sejam tomadas as mais vigorosas medidas em contrário.

Antes, porém, que enfrentemos essa caricatura final da vida suburbana sem rebuços, vivida de acordo com a natureza, tendo em vista a saúde e a criação dos filhos, consideremos mais de perto o real desenvolvimento do recipiente suburbano. Veremos, com efeito, que, dessa derrubada das antigas

formas suburbanas, da liberdade caótica e da frouxidão espacial da comunidade suburbana, surgiram as primeiras modificações substanciais da estrutura urbana, que inconscientemente se combinaram com as mudanças que vêm tendo lugar em toda a nossa concepção do cosmos. A contextura aberta, à feição de tela, do subúrbio pouca semelhança tem com o sólido recipiente de pedra da alta cultura neolítica. Embora faltassem ao subúrbio muitos dos atributos da cidade antiga, serviu ele como campo experimental para o aperfeiçoamento de um novo tipo de planta aberta e uma nova distribuição de funções urbanas.

Assim, preparou o subúrbio o caminho de uma ordem melhor de planejamento, ainda não plenamente expressa ou alcançada em parte alguma, na qual tanto as funções estáticas como as dinâmicas, as do recipiente e as do ímã, encontrariam nova expressão. Embora o subúrbio como tal pertença ao passado e já tenha sido envolvido pela conurbação, algumas das lições que os planejadores modernos dominaram primeiro no subúrbio devem ser incorporadas ao novo conceito da cidade.

2. Fases do Crescimento Suburbano

A partir do século XIII, o medo da peste instigou uma fuga periódica da cidade; e, naquele mesmo sentido, pode-se dizer que o subúrbio moderno começou como uma espécie de enfermidade de isolamento rural. Ainda hoje, num levantamento das razões de se mudarem os suburbanos de Cleveland para os arrabaldes, a maior percentagem de razões favoráveis a essa mudança, 61 por cento, foi "viver numa vizinhança mais limpa e sadia", ao passo que apenas 48 por cento das respostas eram favoráveis a melhores escolas ou à oportunidade de possuir suas próprias casas, e apenas 28 por cento desejavam ter um quintal ou jardim.

Em todas as épocas, portanto, o medo das infecções da cidade e as atrações do campo aberto proporcionaram estímulos tanto negativos quanto positivos. Ambas as razões, evidentemente, fizeram-se sentir no caso das damas e cavalheiros de Boccaccio, no *Decameron*, que fugiram de Florença, assoladas pelas pragas, ameaçadas igualmente pelos cadáveres dos mortos e pelos excrementos dos vivos, para uma vila rural no alto de Fiesole, cuja própria localização mostra que os etruscos sabiam, melhor que os romanos que fundaram Florença, apreciar um sítio salubre.

Água e ar puro, fuga aos ásperos ruídos humanos, extensões abertas para cavalgar, caçar, praticar o arco, caminhar pelo campo — tais são as qualidades que a aristocracia sempre apreciou em toda parte; e são responsáveis talvez pela sua higidez física e autoconfiança, que contrasta com as incapacidades e deformações ocupacionais do labor urbano especializado, confinado

demasiadamente à oficina, ao escritório de contabilidade, à biblioteca. Ao tempo da rainha Elizabeth, as grandes casas da aristocracia ladeavam o Strand de Londres e seus jardins estendiam-se até a beira-rio, ao passo que um trecho de fazendas as separava do Templo e da movimentada cidade a leste. Os "hotéis" da gente nobre de Paris, na Rive Gauche, eram igualmente suburbanos na sua amplitude, muito embora seus pátios murados e mansões, formando uma fachada contínua para a rua, ocultassem os generosos jardins que havia por trás.

Quero assinalar particularmente a exigência de espaço, que veio mudar totalmente as dimensões do planejamento urbano, tão logo a fortificação protetora deixou de ser essencial para a segurança. Não importa o que mais tenha o subúrbio representado, é certo que exigiu uma expansão das áreas de verdura aberta e de jardins, como complementos adequados da cidade. O que outrora só podia ser exigido pelos reis constituía agora prerrogativa de todos os comuns que pudessem possuir uma parcela da própria terra. Quanto mais apertadas as antigas localidades da cidade, quanto mais densamente apinhadas suas ruas e moradias, maior era o alívio visual proporcionado pela amplidão do subúrbio: aliás, parte do valor estético do subúrbio, sua virtude psicológica especial, decorre do cotidiano ir e vir para a cidade, com a sua alternância de amplidão e enclausuramento, liberdade e constrição, facilidade de movimentos e embargos de tráfego, espaço e congestionamento. Todos os valores estéticos inerentes ao subúrbio são aguçados por esses contrastes.

À medida que o congestionamento das grandes metrópoles e a propagação das cidades industriais tomavam-se crônicos, no século XVIII, a necessidade de fugir à cidade tornava-se conseqüentemente mais imperiosa e inegável. Quando não se abandonava a cidade para sempre, por iniciativa própria, as ordens do médico impeliavam a se alojar temporariamente num balneário de saúde, num banho, numa fonte hidromineral ou num retiro à beira-mar, ou permanentemente num subúrbio fora da melancólica cidade. Soame Jenyns observava, em 1795, que as esposas dos comerciantes, que se sentiam sufocadas pela fumaça de Londres, precisavam ter suas vilas em Clapham; e Hampstead era um local ainda mais apreciado por aqueles que se podiam dar a tal luxo, pois sua localização elevada, numa colina, ainda lhe proporciona ar puro quando o resto de Londres sufoca e tosse, envolto no *smog*. Em meados do século XIX, a ameaça de pobreza acrescentou um novo incentivo ao êxodo. "Nada — observava um escritor na *Quarterly Review*, em 1850 — contribuiu tanto para afastar os opulentos das moradas dos pobres quanto o medo de sua insalubridade e imundície."

Esse movimento suburbano se desenvolveu mais lentamente em áreas urbanas rigorosamente industriais, onde a vegetação, perseguida pelo fumo, crescia com dificuldade, e parques e jardins em potencial eram invadidos, para servirem de depósitos de detritos e restos, onde o acúmulo de chaminés de

fábricas produzia, na realidade, eflúvios suficientes para debilitar um campo inteiro. Mas o subúrbio floresceu ao redor de cidades de população mais misturada, com sua infiltração de aristocracia rural e de gente abastada; e afinal, como em Edgbaston, em Birmingham, abrangeu os mais empedernidos Bounderbys e Gradgrinds. A princípio, sem dúvida, as possibilidades de vida suburbana eram limitadas àqueles que, como o pai de John Ruskin, podiam custear cavalo, carro e cocheiro, ou pelo menos dar-se ao luxo de uma cara viagem diária, pela diligência pública; mas, pelo fim do século XVIII, em Londres — mais tarde, evidentemente, noutros lugares —, um novo ambiente tomava forma nos arrabaldes: Barnes, St. John's Woods, Hampstead, mais tarde, Bedford Park, Putney e Hammersmith. A estrada de ferro e os transportes coletivos metropolitanos só serviram para aumentar a base econômica de um movimento que tivera início entre as classes superiores, muito antes da sua invenção.

Por algum tempo, o padrão de ruas dos novos distritos residenciais permaneceu regular e quase não se distinguia do existente na cidade central. Em sua disposição formal, pouca coisa havia para assinalar um antigo subúrbio vitoriano, exceto a amplidão do espaço destinado a jardins; e mesmo isso não era diferente dos novos bairros de um balneário de saúde independente e de um retiro de pensionistas, como Great Malvern. As casas eram as mesmas casas urbanas espaçosas, com plantas baixas regulares, não raro quadradas, e aposentos de tetos altos; vilas paladianas, senão góticas, ou — nos Estados Unidos — pseudotemplos gregos, ostentando a dignidade do mármore em meio a um gramado amplo que jamais crescera na Grécia. Mas, pelos meados do século XIX, o impulso romântico de planejamento paisagístico começou a afetar a arquitetura e o urbanismo, favorecendo o "natural", isto é, o informal, o acidental, o caprichoso e o selvagem. O princípio de *laissez-faire* era aplicado pelos novos planejadores urbanos tanto ao ambiente quanto à edificação do homem. A ordem romântica representava uma revolta contra a ordem: um alívio ante as implacáveis necessidades de uma rotina diária monótona e ultra-regimentada. Esse exagero de jovialidade e espontaneidade, com sua rejeição das orientações tradicionais e das disciplinas operativas, finalmente penetrou também na educação dos jovens.

O artista romântico preferia a rude originalidade à polida conformidade, mesmo que tal rudeza fosse coletivamente tolerável apenas pelo completo afastamento espacial do resto da comunidade. Só no parque paisagístico podiam ser levados ao seu limite ideal esses princípios de estudado acaso e proposital desperdício; assim, a nova forma do subúrbio passou a ser a de edificações espalhadas num parque. Em todos os sentidos, o parque precedeu a nova forma urbana e nela estampou certas características que jamais tinham sido antes desejadas ou concebidas. Essa liberdade marcou o caminho para novas invenções. Nesse sistema de circulação, o Central Park de Olmstead e

de Vaux era superior a qualquer planta urbana convencional de duas dimensões, pois, usando passagens suspensas e subterrâneas, sempre que possível, proporcionava quatro redes de tráfego independentes: caminhos para pedestres, trilhas para cavaleiros, estradas para veículos de rodas e artérias transversais para o tráfego da cidade. Nas suas disposições tendo em vista a circulação desembaraçada e os cruzamentos seguros, esse esquema proporcionou uma contribuição singular ao planejamento urbano.

Segundo os princípios românticos, a casa, o lote e o jardim suburbano eram deliberadamente desformalizados. A rua evitava as linhas retas, mesmo quando não havia curvas proporcionadas pela natureza: podia desviar-se para poupar uma árvore, ou mesmo para preservar os vigorosos contornos de uma encosta. Pelos fins do século XIX, esse impulso no sentido de se respeitar a natureza fez com que se tratassem pequenas variações de contorno como linhas de orientação definitivas, apenas pela irregularidade que produziam: censura exagerada ao dispendioso hábito de o engenheiro municipal esquecê-las completamente.

Ora, ocorre que formas simples e naturais são muitas vezes menos caras que seus sucedâneos mecânicos: foi essa uma descoberta de não pequena importância, numa época em que se preferiam cercas de ferro a sebes de estacas, o calçamento à relva, ou flores de cera e papel fabricadas em oficinas a flores brotadas da terra. Vale ainda a pena lembrar isso na época presente, quando os arquitetos traçam edifícios sem levar em conta a orientação, a visão ou o microclima, a fim de justificar um sistema mecanicamente complicado de condicionamento de ar, e selam seus edifícios em vidros e venezianas, que removem todos os valores higiênicos que se podem derivar do sol aberto e do ar naturalmente puro.

Em contraste com o atual e espúrio "romantismo da máquina", os arquitetos e urbanistas do início do movimento romântico eram demonstravelmente mais científicos e racionais. Como o plano suburbano economizava em aperfeiçoamentos mecânicos, tinha espaço e facilidades para as funções mais vitais. A casa suburbana era muitas vezes conscientemente orientada para o sol, para as brisas de verão, para uma vista, ao passo que a plantação de árvores e bosques servia de quebra-vento tanto para o jardim quanto para a casa. Por uma questão de respeito a um complexo inteiro de interesses biológicos e domésticos, a moradia suburbana alcançou uma nova forma, mais de acordo com a vida familiar em todas as suas fases de desenvolvimento.

Do subúrbio brotou, na realidade, uma nova arquitetura doméstica, organicamente coerente, tanto em função quanto em imagem, com a vida no interior e a paisagem no exterior: casas e jardins que proporcionavam perfeição consciente às virtudes tradicionais da casa de fazenda, mediante novos aperfeiçoamentos só possíveis em nossos próprios dias. Com a economia em calçamento, meios-fios, elevadas paredes de alvenaria e ruas e avenidas desne-

cessariamente largas, o planejador suburbano poupava dinheiro para árvores, jardins, bosques, campos de jogos. Edificando as casas em quarteirões bastante amplos, duas a cinco vezes maiores que os quarteirões habituais nas cidades, a nova densidade residencial suburbana, de menos de uma a não mais que três casas por hectare, foi em parte mantida pela própria planta. De H. H. Richardson a Frank Lloyd Wright, as expressões mais graciosamente originais da forma moderna foram alcançadas na vivenda suburbana.

Naqueles novos subúrbios, o problema de criar um ambiente urbano favorável à saúde e à criação dos filhos foi resolvido pelas classes médias, como jamais tinha sido resolvido antes, exceto na pequena cidade ou aldeia, quase igualmente aberta. A mera desobstrução do espaço constituía uma parte essencial da solução. Contudo, a mudança de dimensões e a difusão de moradias levantou um problema rural mais antigo, o do isolamento; e, para alcançar qualquer grau de vantagem social, amplificou a necessidade de transportes por veículos particulares, já que, também aqui, a própria dispersão da moradia tomava qualquer sistema de transportes mais público, para distâncias curtas, proibitivo.

Afinal, logo que o crescimento suburbano passou a não ter mais peias, a planta aberta tornou necessária a rapidez de locomoção e um extravagante sistema de estradas, à custa da maior parte das outras qualidades, que tinham tornado o subúrbio originariamente atraente. Assim, vencendo as dificuldades da cidade supercongestionada e demasiado extensa, o subúrbio se revelou a um tempo uma solução temporária e dispendiosa. Tão logo o padrão suburbano se tornou universal, as virtudes de que se gabara inicialmente começaram a desaparecer.

Enquanto o subúrbio continuou sendo um conveniente anexo à cidade, a parte que desempenhava, ainda que temporária, era, não raro, salutar. Contudo, mesmo numa fase inicial, a popularidade da moda de fugir solapou alguns dos resultados que tencionava alcançar, acima de tudo o isolamento e a solidão. O que Francis Parkman dissera sobre a marcha para oeste do pioneiro era igualmente verdadeiro quanto ao subúrbio: "Os filhos da civilização, atraídos pelas fascinações de uma vida mais nova e ousada, encaminharam-se em massa para os páramos do oeste, em multidões que arruinaram o encantamento que os havia seduzido". Aquela forma de ruína suburbana já era visível em data remota. Os valores dos terrenos subiram, nas áreas recentemente invadidas, desde o momento em que a estrada de ferro as tornou acessíveis: quanto maior o trânsito de provisões, tanto maiores os valores e mais amplo o anel suburbano. Enquanto a cidade se estendia para os subúrbios, a nota rural desaparecia; com o tempo, o suburbano não gozava das vantagens da sociedade nem das da solidão. Mesmo no século XIX, as fraquezas sociais do subúrbio eram aparentes: pagava-se um preço elevado pelo ar puro.

Houve, porém, um momento em que as liberdades compensatórias do

subúrbio fizeram-no parecer a resposta aos problemas cada vez maiores da cidade que crescia: se não era possível conquistar a cidade, podia-se ao menos fugir a ela. Quando menos, o subúrbio era um protesto contra a inevitabilidade do inevitável. J. W. Richards, em seu nostálgico *jeu d'esprit* da guerra, *Castelos no Chão*, fez justiça tanto à disposição quanto a seu produto: a improvisação sonhadora da arquitetura suburbana, a edificação repentina de um torrete, o vulto de um balcão coberto ou de uma torre, a explosão de um bate-papo agramatical numa língua estrangeira, a erupção de um oásis de rochas floridas no meio de um relvado veludoso: excursões baratas em terras distantes ou em momentos passados da História. Que constituíam todas essas ardilosas exibições domésticas, senão serviços prestados pelos Subúrbios a "Cada Qual Com seu Humor"? Dickens caricaturou esses caprichos privados em *Grandes Esperanças*, ao retratar o Velho 'Un, pai do Sr. Wemmick, com sua casa acastelada, seu fosso e sua ponte levadiça, e sua salva ao sol poente, com um canhão de brinquedo. Todavia, algo que se havia perdido na cidade achava-se ali de volta sob uma forma inocente — o poder de viver uma vida imaginada, mais perto da própria vida interior do que as coisas impostas pela rotina cotidiana.

Assim, em sua mais antiga forma, o subúrbio reconhecia as variedades de temperamento e aspiração humana, a necessidade de mudança, contraste e aventura, e acima de tudo, de um ambiente visivelmente sensível aos nossos esforços pessoais, como mesmo o menor dos jardins é sensível. Aqui, nada era por demais absurdo para ser tentado, na arquitetura ou na jardinagem: praticamente nada era demasiado neurótico para ser francamente expresso. O capricho doméstico ofuscava o rigor produtivo e a monotonia utilitarista.

Em suma, o antigo subúrbio romântico era um esforço de classe média no sentido de encontrar uma solução privada para a depressão e a desordem da metrópole imunda: uma efusão de gosto romântico, mas também uma fuga à responsabilidade cívica e à previsão municipal. Os instintos que impulsionaram esse êxodo eram válidos: apanhado na nova destruição urbana, o velho grito, "Mulheres e crianças primeiro" tinha bastante significado. A vida realmente se achava em perigo naquele novo meio urbano de industrialismo e de comercialismo, e o mais simples conselho da prudência era o que mandava fugir — fugir com todos os bens, como Lot e sua casa tinham fugido do terrível inferno de Sodoma e Gomorra. Infelizmente, porém, aquele válido lema não se aplicava às mulheres e crianças das classes trabalhadoras, a despeito de inúmeras piedosas esperanças incentivadas no meio do século XIX, de que passagens baratas e trens especiais para os trabalhadores viessem desde logo resolver o problema de habitação dos pobres e permitir que todos passassem parte de seu dia num ambiente rural. Ainda mais infelizmente, na medida em que as classes médias inferiores de fato o seguiram, levaram consigo seu ambiente deprimido, ainda que respeitável.

Para os poucos afortunados, o subúrbio atendia às necessidades da geração e criação de filhos: com o predomínio de mulheres naquela comunidade durante todo o dia, representava uma espécie de matriarcado arcaico, com um espírito mais jovial e relaxado. Aparentemente, durante certo tempo, os suburbanos tiveram nas mãos o controle do seu destino: a doença, a desordem, a prostituição, o crime, a violência, tudo isso se achava afastado, numa metrópole insuportável. Mas apenas parte da vida ali era vivida: todas aquelas formas mobilizadoras e estimulantes, todas aquelas tensões e lutas dialéticas que tinham tornado estimulante e significativa a vida na cidade, achavam-se agora relegadas ao romance. O que se precisava não era de um plano que alargasse o afastamento da cidade, mas da volta ao núcleo original, com um novo método de conter e distribuir seu grande número de habitantes, de sorte que, no coração da cidade, os feitos do subúrbio seriam perpetuados de uma forma ainda mais conveniente e duradoura.

O subúrbio, tomado em seus melhores momentos, proporcionava um cenário de parque à moradia da família; e para todas as atividades domésticas associadas a ela. Na cozinha, no jardim, na oficina, atividades que outrora tinham sido necessidades da vida rural podiam ser agora levadas a cabo como um alívio da desoladora, monótona e aprisionada rotina da cidade. Aliás, por um curto período, antigos hábitos do campo tinham sido transportados ao subúrbio, de tal sorte que Ruskin, por exemplo, recordava-se não somente do cenário da casa de seus pais, em Denmark Hill, mas dos generosos canteiros de hortaliças, do cavalo e do estábulo, e mesmo dos porcos e galinhas, que enriqueciam a mesa do jantar. Tratava-se, na verdade, de uma reprodução para colorir da antiga cultura da Casa de Campo, com excursões diárias e não periódicas à cidade.

Tendo-se iniciado como um mecanismo de fuga, o subúrbio transformou-se em seu próprio inverso. À parte algumas atividades residuais do tipo "faça você mesmo", no jardim, na oficina, ou na cozinha, tudo o que resta do impulso original para a autonomia e iniciativa é o guiar o automóvel próprio; mas isso mesmo é uma condição compulsória e inevitável da existência suburbana; e engenheiros espertos já ameaçaram remover o controle individual, por meio de um sistema de automação. O atual custo dessa forma de "liberdade", nos Estados Unidos - 40 000 mortos e mais de milhão de feridos e mutilados para toda vida, por ano -, deve ser parcialmente debitado em oposição ao lado favorável do movimento suburbano.

3. O Modo de Vida Suburbano

No princípio, o subúrbio era a expressão de um novo modo de vida, menos custoso, menos arregimentado, menos estéril, menos formalizado, em todos os aspectos, do que os centros urbanos onde só se pensava em produção; e, com novos ganhos na produção, como a ênfase se tem transferido para o consumo, esse novo modo de vida tem-se mostrado inclinado a tornar-se mais universal e já não é puramente uma manifestação de descontentamento com a desordenada cidade; porque até mesmo minúsculas cidades históricas, como Villeneuve-les-Avignon, possuem agora a sua ourela suburbana.

Pela própria natureza do retiro, o subúrbio poderia ser identificado através de numerosas características sociais correlatas. E, em primeiro lugar, constituía uma comunidade segregada, apartada da cidade não só pelo espaço, mas pela estratificação de classes - uma espécie de gueto verde dedicado à elite. Aquela enfatuada expressão vitoriana, "Nós nos mantemos dentro de nós mesmos", exprime o espírito do subúrbio, em contraste com a cidade, pois esta, pela sua natureza, é um ambiente multiforme e não segregado. É verdade que pequenos grupos podem formar ilhas sociais dentro de uma cidade, assim como tendiam a fazê-lo as antigas tribos nas primeiras cidades do Islã, ou ainda como as pessoas oriundas de uma aldeia grega ou polonesa poderiam formar quistos provisórios no mesmo quarteirão de Chicago ou Nova Iorque. A metrópole, porém, era uma mistura de pessoas que vinham de diferentes lugares, exerciam diferentes ocupações, encontravam outras personalidades, reunindo-se e se misturando, cooperando e chocando-se umas com as outras, os ricos com os pobres, os orgulhosos com os humildes.

A não ser nos casos em que o subúrbio rodeava o núcleo original de uma pequena cidade, tendia a permanecer uma comunidade de uma só classe, tendo apenas a margem de negociantes e de servidores suficiente para a sua própria manutenção - condenados estes últimos a usar a metrópole central como seu dormitório. Segregação, na prática, significa associação compulsória, ou pelo menos coabitação, pois, se há alguma alternativa, esta há de ser encontrada fora da comunidade imediata. Daí a grande liberdade residual do suburbano ser a da locomoção. Em matéria de estímulo estético e intelectual, o subúrbio ainda depende da grande cidade: o teatro, a ópera, a orquestra, a galeria de arte, a universidade, o museu já não fazem parte do ambiente cotidiano. O problema de se restabelecerem conexões, em base regional e não em base metropolitana, é um dos principais problemas do urbanismo, em nosso tempo.

O subúrbio não só mantém as empresas mais barulhentas, mais sujas, mais produtivas, à distância, como também afastou para longe as atividades criadoras da cidade. Nele, a vida deixou de ser um drama, cheio de inesperados desafios, tensões e dilemas: passou a ser um ameno ritual de gastos competi-

tivos. "Metade de seu problema, escreveu Rudyard Kipling a William James, em 1896, é a maldição da América — o tédio puro, desesperado, bem ordenado; e esse tédio vai ser, um dia, a maldição do mundo." Kipling, já naquela época, tocava com o dedo a fraqueza do modo de vida suburbano.

Assim, os benefícios biológicos do subúrbio foram minados pelos seus defeitos psicológicos e sociais: acima de tudo, a irrealdade de seu retiro. Na cidade, os pobres faziam manifestações; os mendigos estendiam as mãos na rua; a doença propagava-se rapidamente, dos bairros pobres para as residências dos abastados, servindo-se do moço de recados, da lavadeira, da costureira ou de outros servidores necessários, como veículos: o olhar, quando não cuidadosamente desviado, numa caminhada de cinco minutos em qualquer direção, podia ver um cortiço ou pelo menos o filho de um cortiço, esfarrapado e sujo.

Mesmo no apogeu de Coketown, as almas sensíveis e inteligentes não eram capazes de permanecer muito tempo num ambiente assim, sem se reunirem procurando fazer alguma coisa para melhorá-lo: faziam exortações e agitações, promoviam reuniões e saíam em paradas, redigiam petições e assediavam os legisladores, extorquiam dinheiro dos ricos e prestavam ajuda aos pobres, fundando instituições distribuidoras de sopa e habitações coletivas modelo, aprovando leis de habitação e adquirindo terras destinadas a parques, criando hospitais e centros de saúde, bibliotecas e universidades, nas quais a comunidade inteira tinha um papel a desempenhar e um benefício a ganhar.

No subúrbio, podia-se viver e morrer sem macular a imagem de um mundo inocente, a não ser quando alguma sombra de seu mal aparecia na coluna de um jornal. Assim, servia o subúrbio de asilo para preservação de uma ilusão. Ali, a domesticidade podia florescer sem se lembrar da exploração em que era baseada uma parte tão grande dela. Ali, a individualidade podia prosperar, esquecida da generalizada arregimentação que se fazia além. Era um ambiente não só centralizado na criança: baseava-se também numa visão pueril do mundo, no qual a realidade era sacrificada ao princípio do prazer.

Como tentativa de recuperação daquilo que faltava na cidade, o êxodo suburbano pode ser amplamente justificado, pois preocupava-se com necessidades humanas fundamentais. Havia, contudo, outro aspecto: a tentação de fugir a realidades desagradáveis, de não cumprir deveres públicos e de encontrar todo o significado da vida no grupo social mais elementar, a família, ou mesmo ainda no mais isolado indivíduo centralizado em si mesmo. Aquilo que, na realidade, constituía um princípio, era tratado como um fim.

Em muitos lugares, é possível marcar-se a data em que se deu a passagem para o vazio jovial e a irresponsabilidade cívica. Numa conversa em particular, o ministro Brandeis, da Suprema Corte, me observou que se lembrava da ocasião em que, na virada do século, os ricos cidadãos de Boston diziam a seus filhos homens, quando chegavam à maturidade: "Boston nada lhe pode oferecer além de impostos elevados e má orientação política. Quando

se casar, procure um subúrbio para nele construir uma casa, entre para o Clube Campestre e faça o centro de sua vida ao redor do clube, do lar e dos filhos".

Aquele conselho era amplamente seguido, não só pelos patrícios de Boston e Filadélfia, mas pelos seus correspondentes de muitas outras grandes cidades, no mundo ocidental. Embora o resultado fosse uma ampla dispersão de subúrbios de classe superior, na primeira e segunda leva do defluxo metropolitano, o êxodo atinou também a corrupção interior da cidade e trabalhou no sentido da sua destruição.

Somente como local para a criação de filhos revelou-se o subúrbio um ambiente mais apropriado, particularmente nos primeiros dias do subúrbio ferroviário, em que cada núcleo era rodeado por um largo cinturão verde de matas e campos. Ali, as crianças podiam zanzar em segurança, sem supervisão; e ao redor das escolas suburbanas, havia espaço tão amplo para jogos que se tornou requisito ideal de todas as escolas futuras: espaço para a prática do tênis de grama e para o *croquet*, para o *baseball* e para o *cricket*, para o futebol ou o boliche. Já em seu *Journal*, Emerson assinalara claramente essas vantagens, em 1865: "Não há polícia tão eficiente como uma boa colina e uma pastagem nas imediações de uma aldeia, onde os meninos podem correr, brincar e consumir sua força e seu ânimo supérfluo". O subúrbio implantou aquele espaço para jogos como parte essencial da cidade, o qual não podia ser sobrepujado a pretexto de serem elevados os preços dos terrenos. Essa foi uma contribuição permanente.

Não demorou, porém, que, ao se desligar da cidade, a parte passasse a substituir o todo, tal como uma fase única da vida, a infância, passou a ser o modelo para todas as sete idades do homem. Com o aumento geral do lazer, os folguedos tornaram-se uma séria preocupação da vida; e o campo de golfe, o clube campestre, a piscina e o coquetel tornaram-se os frívolos sucedâneos de uma vida mais variada e significativa. Assim, reagindo contra as desvantagens da cidade congestionada, o próprio subúrbio tornou-se uma comunidade por demais especializada, mais e mais comprometida com o descanso e os folguedos como fins em si mesmos. Em breve, o jogo compulsivo tornou-se a alternativa aceitável do trabalho compulsivo, com pequeno ganho quer em liberdade, quer em estímulo vital. Pela mesma razão, os dois modos de vida misturaram-se um com o outro, pois tanto no subúrbio quanto na metrópole, a produção em massa, o consumo em massa e a recreação em massa produzem o mesmo tipo de ambiente padronizado e desnaturado.

As próprias crianças sofreram com essa transformação da comunidade inteira em mera área de recreação. Isso porque tal comunidade segregada, composta de camadas econômicas segregadas, tendo pouco contato diário visível com as realidades do mundo que trabalhava, impôs um encargo indevido de educação à escola e à família. A menor das aldeias, onde as pessoas

ainda cultivam o solo, pescam e caçam, a mais pobre cidade industrial, cuja população ainda se dedica a empreendimentos produtivos essenciais, gozam de possibilidades educacionais que não existem no subúrbio. Ao fim de tudo, as diferenças operativas entre o subúrbio contemporâneo e a grande cidade tornam-se cada vez mais minúsculas, pois, naqueles ambientes aparentemente diferentes, a realidade tem sido gradativamente reduzida àquilo que é filtrado da tela do televisor.

Mas tanto a infância quanto o subúrbio são estágios de transição: por isso, uma comunidade bem planejada deve ter um lugar para outras fases da vida e outros modos de viver. Um subúrbio universal, humanamente falando, representa um pesadelo, quase tanto quanto uma megalópole universal: no entanto, é para essa ficção proliferante que vem tendendo irresistivelmente o nosso crescimento urbano de hoje, obra do acaso e da má orientação. Um esquema gigantesco de vias expressas, aeroportos, parques de estacionamento cada vez maiores e pistas de golfe envolve um modo de vida de pequenas dimensões e cada vez mais acanhado.

Todavia, em seu esforço original, quando mais perto esteve da meta romântica, o subúrbio deu uma contribuição positiva à concepção emergente da cidade como um ambiente misto, cuja textura se entreligava com a do campo; e muitas dessas contribuições precisam ser avaliadas e seletivamente adaptadas e melhoradas, e não postas de lado.

4. Nada se Ganhou com o Congestionamento

Na hibridação do milho, muitas vezes é possível que uma espécie enfezada e aparentemente frágil se revele mais produtiva, em combinação com outra, de características mais normais, do que duas espécies igualmente bem desenvolvidas. Essa estranha fonte de vigor híbrido parece valer igualmente com relação ao subúrbio. O que era, essencialmente, um modo de vida urbano enfezado, favorável a uma única função, produziu, em combinação com as oportunidades oferecidas pelo campo, toda uma série de aperfeiçoamentos no plano da cidade existente.

Na sua livre utilização do espaço, o subúrbio representou exatamente o oposto da maior parte das cidades históricas do Ocidente. Nestas, encontramos espaços abertos dispersos, entre os prédios e por trás deles, e às vezes consideráveis áreas cultivadas entre muros. No subúrbio, por outro lado, houve uma dispersão de edificação em meio aos espaços abertos; o jardim, o parque, a alameda de árvores, a estrada de acesso formavam um contínuo estético. Já não eram as fileiras de construções que serviam de muralhas contínuas, ladeando ruas que formavam um corredor fechado: o edifício, divorciado de sua íntima associação com a rua, era envolvido pela paisagem e deli-

beradamente absorvido por ela. Com essa abertura do tecido denso da cidade tradicional, surgiu uma transformação necessária no tamanho do quarteirão residencial.

Em meados do século XIX, já começara a existir a superquadra suburbana, muitas vezes maior que o quarteirão urbano habitual. O acesso ao seu interior era proporcionado pelo *cul-de-sac*, ou por estreitas estradas em forma de *U* e de *L*, destinadas ao uso local limitado. Essa inovação proporcionava não só grandes jardins e liberdade em relação à incômoda corrente de tráfego, mas economizava também em matéria de custosa construção de estradas. Além disso, o planejador dos subúrbios, seguindo os contornos e estreitando as estradas de serviço, poupava tanto em despesas de capital quanto em manutenção, ao mesmo tempo que preservava o caráter de parque de todo o ambiente. Tais inovações parecem ter ocorrido espontaneamente, em mais de um lugar, mas de maneira tão inconsciente e com tão pouca apreciação teórica, até há uma geração, que é difícil fixar a sua data.

Todavia, não há exemplo de planejamento feito dentro do século XIX, nem mesmo o orientado por Haussmann, que se compare em frescor de formas e ousadias de linhas com o melhor dos subúrbios, do Riverside de Olms-téd, perto de Chicago, até o Roland Park, também dele, perto de Baltimore; do Llewellyn Park, em New Jersey, até o soberbo feito de Unwin e Parker, no Subúrbio de Hampstead Garden, no qual os edifícios faziam parte integrante de todo o projeto.

Era tão encantador o ambiente físico dos melhores subúrbios que, por muito tempo, afastou a atenção das suas deficiências e omissões sociais. Livrando-se da planta padronizada em grade e das elevadas rendas da terra, aceitando a cooperação da natureza ao invés de apagar cada traço do caráter ambiental, os novos urbanistas e construtores elaboraram uma nova forma para a cidade, ou pelo menos os grosseiros contornos de uma nova forma. Esse feito merece uma monografia histórica que ainda está por ser escrita, e da qual o trabalho de Clarence Stein, *New Towns for America*, seria um capítulo. Aqui, irei tratar apenas das conclusões gerais a serem tiradas da boa prática suburbana.

A visão interior que parece ter orientado intuitivamente os mais eficientes planejadores suburbanos foi mostrada racionalmente, pela primeira vez, provavelmente por Raymond Unwin, num modesto folheto, *Nothing Gained by Overcrowding*. Começou Unwin por examinar a típica rua regulamentar inglesa, produto dos antigos regulamentos municipais da Inglaterra. Tais regulamentos estipulavam a largura mínima das ruas, as dimensões do quintal, a iluminação solar e as instalações sanitárias de cada casa: mas, como ficou demonstrado, com dispositivos supérfluos quanto ao tráfego — preconceito infeliz que tem sido continuado até mesmo nos projetos de vizinhança das recentes Cidades Novas inglesas. Unwin demonstrou que aquele plano utiliza-

rista e aparentemente parcimonioso determinava a criação de um número extravagante de ruas, devidamente pavimentadas para serviços pesados, a um custo excessivo. Por falta de quaisquer outros espaços convenientes, aquelas vias de tráfego tomaram-se locais de folguedos para as crianças. Mostrou Unwin ainda que, reduzindo-se o número de ruas desnecessárias e destinando-se as áreas assim recuperadas a jardins internos, poder-se-ia construir quase o mesmo número de casas, cada qual com mais terrenos utilizáveis para hortas e com vizinhanças mais graciosas, pelo mesmo preço.

Era isso, na realidade, o que muitas vezes estivera fazendo o planejador suburbano. Mas a modicidade original da terra era habitualmente resultante de economias devidas realmente ao baixo custo do preparo, pela eliminação de meios-fios, ruas muito largas, calçamento desnecessariamente pesado e, algumas vezes — por se evitarem os sistemas municipais de esgotos —, pela utilização de fossas domésticas, possíveis apenas em comunidades abertas de baixa densidade. Unwin demonstrou que a monotonia dos bairros congestionados de Londres, Manchester, Filadélfia, Chicago, mesmo quando compostos apenas de moradias para uma só família, podia ser parcialmente explicada pelo mau planejamento, com desperdiçado gasto de capital em serviços públicos, que uma planificação mais imaginosa, interessada em servir às necessidades humanas, haveria de reduzir.

Essa análise teve também certo mérito retrospectivo: não só explicou o êxito de inovações no planejamento, como a superquadra e o *cul-de-sac*, mas mostrou igualmente a validade daquelas plantas monásticas e colegiadas, dentro do modelo medieval — o Templo e as Estalagens de Gray, em Londres, e os colégios mais antigos de Oxford e Cambridge —, que haviam criado bairros contidos em si mesmos e afastados do tráfego motorizado.

Foi uma descoberta de primeira ordem a percepção de Unwin, de que os agradáveis espaços abertos, parques e praças de esportes não constituíam um luxo de classe superior, podendo ser incorporados sem custo adicional até no mais moderno projeto de habitação, simplesmente por economizar em desnecessários serviços públicos e ruas. Tinha-se aí um meio de fazer florescer o pétreo deserto urbano, desde que não se detestasse, como o pintor Mondrian, a visão de coisas a crescer dentro da cidade. Mas a nova receita não era de molde a se aplicar por si mesma. Para manter uma densidade baixa em terrenos abertos, deveria existir um controle público eficiente da exploração da terra, quer pela propriedade nacional, quer pela municipal, ou ainda pela fixação legal de firmes padrões de densidade residencial, nas áreas zoneadas para uso residencial, bem como o controle legal para impedir a construção privada que não possua áreas abertas adequadas.

Além disso, as principais correntes de tráfego de passagem devem ser encaminhadas para fora das áreas residenciais, em estradas que não tenham função local a desempenhar. Assim as lições positivas do planejamento subur-

bano, para que fossem eficientes, exigiam uma espécie de estadismo municipal, cujo aparecimento tem sido demorado. Uma das provas mais seguras desse estadismo está em que seu urbanismo seria dirigido no sentido da eliminação do subúrbio como tal, e no da construção de novas comunidades de uma ordem mais elevada e mais complexa.

5. O Subúrbio Como Unidade de Vizinhança

O fato de terem sido os subúrbios, a princípio, comunidades pequenas e contidas em si mesmas teve ainda outro efeito sobre o seu desenvolvimento: ajudou a recriar uma nova consciência de algo que se havia perdido no rápido crescimento da cidade — o senso de vizinhança. Se remontarmos à origem, verificaremos que se trata do antigo componente de aldeia, tão essencial a uma vida urbana equilibrada como os seus centros de cultura mais elevados e as suas associações utilitárias.

Em muitas comunidades suburbanas, a própria ausência de qualquer estrutura de governo local promoveu a organização de vizinhos; tanto assim que Robert Wood, em seu levantamento, singularmente bivalente e contraditório em si mesmo, dos Subúrbios nos Estados Unidos, mostrou com propriedade que o subúrbio restituiu, em alguns aspectos, as antigas idéias de participação democrática e iniciativa local. Embora a assembléia comunal da Nova Inglaterra tivesse constituído outrora tal órgão de associação cívica consciente, jamais fora incorporado na estrutura política maior; e, com o crescimento da cidade, ocorreu, pela mesma razão, uma constante mudança da comunidade primária, da família e da vizinhança, para associações mais utilitárias, seletivas e secundárias, que cuidavam dos interesses mais especializados do cidadão mas não se interessavam pela sua vida doméstica.

Evidentemente, nas grandes metrópoles do último século, a família e as associações de vizinhança tornaram-se, em grande parte, fatos residuais. Excesso de habitantes, um influxo constante de estrangeiros, mudança frequente de domicílios, falta de limites identificáveis ou de centros de encontro comuns, tudo isso veio reduzir os processos estabilizadores da vida de vizinhança. No entanto, em cidades tão unificadas como Paris, Chombart de Lauwe e seus colegas mostraram, a vida inteira de uma família das classes trabalhadora concentra-se em seu "bairro", quase tão arraigada, quase tão imune às influências externas como se estivesse numa aldeia a duzentos quilômetros de distância da Place de la Concorde. Embora os residentes de um subúrbio pudessem retirar-se dos formidáveis desafios políticos de uma cidade em crescimento assumiam muitas vezes responsabilidades ativas em sua comunidade local, quando menos para se assegurarem de que teriam bom suprimento de água ou escolas bem dirigidas.

Na escala de valores que o psicólogo Edward L. Thorndike levantou, os subúrbios dos Estados Unidos ficavam muito acima de outras comunidades, em matéria de qualidades desejáveis, vindo em seguida as pequenas cidades e ficando as cidades industriais muito abaixo, na lista. (Estranhamente, as maiores cidades ficaram no meio.) Sem dúvida, a escala de Thorndike, em certa medida, favorecia, justamente aqueles caracteres em que se destacavam os subúrbios. Mas, em qualquer escala que ignorasse as funções específicas da cidade, o subúrbio, provavelmente, teria uma classificação elevada.

Algumas das atividades do subúrbio de classe média deviam-se, sem dúvida, à educação superior de seus membros e à parcela relativamente grande de lazer gozada pelas mulheres da comunidade. Esta, assim, em termos modernos, aproximava-se das condições exigidas para a cidadania na *pólis grega*: lazer, desligamento das ocupações mesquinhas, preocupação com o bem público.

"A cidade suburbana surge — observa Robert Wood — equipada com um limitado eleitorado, certa homogeneidade, certo tipo de atitude cívica e certa quantidade de lazer que muito fazem para pôr a democracia da pequena cidade em prática para mais pessoas e mais governos do que tem sido possível em centenas de anos. A esmagadora maioria dos subúrbios é relativamente pequena em tamanho e sua população é controlável em número." Assim, embora o motivo para o êxodo suburbano fosse, em grande parte, escapista, estimulado pelas desordens morais e imundícies ambientais da cidade, um dos seus ganhos mais importantes foi de natureza prática. Politicamente, o subúrbio poderia ser descrito como uma tentativa de reduzir a comunidade urbana funcional a um tamanho suficientemente pequeno para ser tratado por uma família individual.

Superficialmente, restabeleceu o subúrbio o sonho da democracia jeffersoniana, quase apagado pelas tendências oligárquicas do capitalismo, e proporcionou as condições essenciais ao seu êxito: a pequena comunidade de pessoas identificáveis face a face, a participação na vida comum como iguais. Tanto a jardinagem quanto a política eram, no subúrbio, atividades do tipo "faça você mesmo". E, enquanto a comunidade conservou sua limitação natural de área e população, continuou a incentivar essa vida de vizinhança. Assim, não foi por acaso que Clarence Perry formulou o conceito de unidade de vizinhança, depois de experimentar os benefícios de um ambiente suburbano bem planejado, como residente de um projeto suburbano modelo de Long Island, Forest Hill Gardens. O que Perry fez foi tornar mais explícita, numa estrutura mais bem definida, a vida que ali achara compensadora.

O interesse original de Perry pelo princípio de vizinhança começara pela extremidade política. Já fora, porém, antecipado pelo movimento dos Centros Sociais, que deu aos cortiços de cidades como Londres, Chicago e Pittsburgh, algo que faltava mesmo nas suas melhores áreas; um núcleo social organizador,

que proporcionava as necessárias facilidades de trabalho e cooperação, em todos os tipos de atividades de vizinhança. Foi ele um líder do movimento, que tivera início na cidade industrial provinciana de Rochester, Nova Iorque, procurando restabelecer, por meio de centros de comunidade, um pouco da vitalidade da vida política norte-americana. O que os novos Centros Sociais tinham parecido prestes a realizar, na primeira geração da sua existência, ele e seus companheiros esperavam introduzir em todas as comunidades americanas.

O centro comunal era um lugar de discussão, debate e ação cooperativa, em todas as questões públicas: sua finalidade era restabelecer a iniciativa, a consciência própria, a direção própria do grupo legal — um desafio às fidelidades partidárias, às decisões unilaterais e ao controle remoto. Uma vez criado, o centro social da comunidade podia estender-se em muitas direções, como acontecera com Toynbee Hall e a Hull House, incentivando a participação em teatros de amadores, a prática das artes e ofícios, formando um centro para a vida espiritual e cultural da vizinhança, como outrora o tinha feito a igreja.

Depois de 1920, parece que a idéia do centro comunal, como movimento, perdeu seu vigor; e as esperanças por ela ativadas parecem ter morrido. Em parte, porém, tal se deu por causa do seu próprio êxito; pois, nos anos seguintes, tornou-se prática habitual, nos Estados Unidos, planejar escolas com instalações para servir como centros da comunidade adulta, mesmo durante o dia. Seja como for, Perry levou ainda mais longe toda a concepção, ao imaginar uma estrutura unificada que seria mais favorável às atividades e funções de vizinhança, e ainda assim tomaria parte ativa, como não ocorria com o subúrbio, no programa urbano maior.

O princípio de organização de vizinhança era colocar dentro de uma distância percorrível a pé todas as facilidades necessárias diariamente ao lar e à escola, e manter fora dessa área de pedestres as pesadas artérias de tráfego que conduzem pessoas ou mercadorias que nada têm a ver com a vizinhança. Uma vez determinada a distância a pé, como o próprio critério de uma comunidade de face a face, seguia-se que nenhum local de folgedos para as crianças deveria ficar a mais de quinhentos metros das casas a que servia; e o mesmo princípio aplicava-se, com variações, à distância da escola primária e da área de mercado local. Tanto a população quanto a propagação periférica de tal comunidade eram limitadas, e poderiam ser fisicamente definidas, quer por um sistema de estradas, quer por um cinturão verde, quer por ambas as coisas. Perry fixava a população de tal vizinhança urbana ao redor de cinco mil: suficientemente grande para suprir toda uma variedade de serviços e melhoramentos locais, admitindo sempre um generoso fluxo através das fronteiras; pois somente os adversários partidários da idéia da unidade de vizinhança a consideraram como uma unidade fechada, destinada a impedir o

contato com o resto da cidade. Em seu conceito de vizinhança, Perry identificara a célula social fundamental da cidade e fixara o princípio do crescimento celular.

Na realidade, Clarence Perry restabelecera, com idéias modernas e facilidades modernas, e acima de tudo com uma arte consciente de si mesma, um dos mais antigos componentes da cidade, o quarteirão, que encontramos na antiga Mesopotâmia. Transpusera, porém, o templo ou igreja, como núcleo atrativo, para a escola e o centro comunal, e incorporara a praça de esportes e o parque, como partes essenciais do projeto total, restaurando assim, na cidade, alguns dos elementos rurais que ela havia, com demasiada complacência, posto de lado. Restaurando a escala pedestre e diminuindo a quantidade de transportes desnecessários, o plano de vizinhança propunha-se a libertar as artérias de tráfego, para mais eficiente penetração em áreas mais amplas, sem os intermináveis cruzamentos e o desperdício de tempo que decorre de uma dispersão ao acaso das facilidades urbanas.

Em três diferentes comunidades, uma enquadrada no sistema de ruas em grade, outra num terreno ondulado de agricultura, e a terceira numa colina, Henry Wright e Clarence Stein demonstraram o valor das idéias que Perry havia formulado e a aplicação universal da experiência que ele conscientemente projetara num novo esquema urbano.

Dessas aplicações concretas, surgiram dois novos caracteres de planejamento. Um foi a separação entre as artérias de transporte de passagem e as estradas e ruas locais, conforme Perry advogava: levou-se essa aplicação à sua conclusão lógica em Radburn, onde os caminhos para pedestres e as estradas para veículos formam dois sistemas independentes, como já foi assinalado. O outro foi o parque de vizinhança, concebido como um cinturão verde ao redor da vizinhança, como em muitas Cidades Novas Inglesas, ou então como uma fita de verdura interior, unindo as superquadras, como em Radburn. No projeto de Chandigarh, Le Corbusier sabiamente executou, à sua maneira cartesiana mais sistemática, a planta de Radburn originariamente traçada para aquela capital por Albert Mayer e Matthew Nowicki. Até agora, não se contando as Cidades Novas Inglesas, aquela constitui a maior aplicação da idéia do desenvolvimento celular de vizinhança num plano urbano organizado e unificado.

Assim, uma das inovações mais notáveis do moderno urbanismo deriva-se das inovações tanto físicas quanto sociais feitas no planejamento original do subúrbio romântico. E o desejo desse ambiente mais afim para as atividades domésticas, particularmente as de uma família em crescimento com as reações pessoais possíveis somente numa pequena comunidade, ajudou a popularizar o movimento suburbano. Infelizmente, o próprio subúrbio perdeu as condições que preservavam a paisagem ao seu redor e proporcionavam a associação espontânea e as empresas comuns. O que o subúrbio hoje em dia

conserva são, em grande parte, as suas debilidades originais: o esnobismo, a segregação, a procura de projeção social, a irresponsabilidade política.

Num recente estudo em Boston, um levantamento mostrou que apenas um residente masculino em cada três dedica algum tempo a uma atividade cívica ou comunitária, em seu subúrbio dormitório, e que, de igual forma, deixa de participar ativamente em sua associação profissional ou de negócios. Na verdade, o suburbano renuncia às obrigações da cidadania nos dois extremos; e quanto mais se afasta do centro, mais dissociado se torna. Nem a vizinhança, nem a cidade pode dar coesão ao subúrbio da "idade do automóvel". Os centros comerciais suburbanos, as fábricas suburbanas, seu escritório e suas instituições de pesquisas, proporcionam um mínimo de facilidades de associação, ao mesmo tempo que impõem, pela sua distribuição ao acaso, um máximo emprego de esforço — contado quer em tempo, quer em distância percorrida, quer em custo.

Essas partículas de movimentos rápidos são a precipitação da explosão metropolitana. Não são mais mantidas conjuntamente nem pelo ímã urbano, nem pelo recipiente urbano: ao contrário, são emblemas da "cidade que desaparece". Mas esse movimento a partir do centro não traz nenhuma esperança ou promessa de vida num nível superior. Assim mesmo como o nosso universo tecnológico em expansão afasta a nossa existência cotidiana, cada vez mais, do seu centro humano, assim também o universo urbano em expansão conduz seus fragmentos separados para cada vez mais longe da cidade, deixando o indivíduo mais dissociado, solitário e desamparado do que provavelmente jamais terá estado. A modalidade compulsória proporciona menos e não mais oportunidades de associação do que a estabilidade compulsória necessária na cidade murada.

O que se iniciou como uma fuga da cidade, por parte das famílias, tomou-se um retiro mais generalizado, que produziu não tantos subúrbios individuais como um cinturão suburbano disperso. Ao passo que as grandes organizações da metrópole tomaram-se mais altamente organizadas, graças à supervisão burocrática em larga escala, à contabilidade mecanizada e ao controle financeiro centralizado, dispersaram-se os seus fragmentos — lojas de departamentos, hotéis, escritórios de seguros, laboratórios, bancos — por toda a paisagem metropolitana: algumas vezes, e confessadamente, para reduzir a distância do trabalho para os proprietários e gerentes. Isso constitui, em si mesmo, uma confissão de que a enfadonha jornada metropolitana para o trabalho tornara-se não só intolerável, mas desnecessária. Infelizmente, a soma de todas essas dispersões não produz uma nova constelação urbana. Embora potencialmente proporcionassem os elementos de uma nova espécie de cidade, com centros múltiplos, operada em escala regional, o seu efeito, até agora, tem sido corroer e minar os antigos centros, sem formar um modelo suficientemente coerente para levar adiante suas funções culturais essenciais em algo

que se pareça com o nível antigo. Dentro de uma geração, quando perderem o impulso que derivam agora da cidade histórica, a deterioração resultante será grave. Deixadas a si mesmas, como Los Angeles já está demonstrando, tais forças irão automaticamente destruir a cidade.

6. Ferrovia, Cinturão Verde, Propagação Motorizada

Os subúrbios construídos entre 1850 e 1920 deveram sua existência, em primeiro lugar, à estrada de ferro, embora os que ficassem mais próximos da cidade central tivessem igual dívida, a partir de 1895, para com o transporte eletrificado (o bonde) e o metrô. Algumas vezes, os especuladores imobiliários promoveram o trânsito rápido, mas, com muito maior frequência, os magnatas da energia elétrica e do trânsito — como os Van Sweringens, em Cleveland (Shaker Heights), e Insull, em Chicago (Niles Center) — promoveram os subúrbios. A ousada iniciativa de Frank Pick, como líder do Metrô de Londres, desempenhou um papel de importância no seu desenvolvimento suburbano, no século XX.

O tipo antigo de subúrbio, que dependia principalmente da estrada de ferro, tinha uma vantagem especial que só pôde ser plenamente avaliada depois que desapareceu. Tais subúrbios, enfileirados ao longo de uma ferrovia, eram descontínuos e convenientemente distanciados: e, sem a ajuda da legislação, eram limitados tanto em população quanto em superfície; com efeito, os maiores raramente tinham seus dez mil habitantes, e menos de cinco mil era o mais habitual. Em 1950, por exemplo, Bronxville, Nova Iorque, subúrbio típico de classe superior, tinha 6778 pessoas, ao passo que Riverside, Illinois, fundado em princípios de 1869, tinha apenas 9153.

O tamanho e as dimensões do subúrbio, os mesmos de uma unidade de vizinhança, não eram resultado inteiramente de seu planejamento aberto, que favorecia as densidades reduzidas. Servido por uma via férrea, com paradas de quatro ou de oito em oito quilômetros, havia um limite natural à propagação de qualquer comunidade em particular. As casas tinham de ser situadas "dentro de uma distância facilmente percorrida a pé da estação ferroviária", como mostravam os prospectos de propaganda; e somente os que eram suficientemente ricos para ter um cavalo e carro davam-se ao luxo de penetrar mais no campo aberto.

Graças a suas paradas espaçadas, o subúrbio ferroviário, a princípio, foi impedido de se espalhar ou de crescer indevidamente em população, pois um cinturão verde natural, muitas vezes ainda cultivado para fornecimento aos mercados, continuava existindo entre os subúrbios e aumentava a área de recreação disponível. Vez por outra, em algumas áreas afortunadas como Westchester, entre 1915 e 1935, uma larga avenida arborizada, como o Bronx

River Parkway, acompanhada por uma faixa contínua de parques para uso de pedestres, ainda não vencida por uma corrente constante de tráfego metropolitano, aumentava a perfeição do modelo suburbano total. Não importa o que se pudesse dizer das desvantagens sociais, tratava-se, em muitos particulares, de um ambiente físico e idílico. Durou, porém, menos de uma geração.

Foi provavelmente a própria existência desses cinturões verdes naturais, que isolavam as comunidades suburbanas, pequenas, contidas em si mesmas, mas intimamente ligadas, que levou o economista Alfred Marshall a sugerir, em 1899, um "imposto nacional de ar puro", na Inglaterra, como meio de garantir a permanência de cinturões verdes entre as cidades. "Precisamos — observava — aumentar as praças de esportes no meio de nossas cidades. Precisamos também impedir que uma cidade cresça sobre outra ou sobre uma aldeia vizinha: precisamos manter faixas intermediárias de campo em fazendas de criação, etc., bem como terrenos de diversão pública."

Não se poderia oferecer conselho mais oportuno e perspicaz aos governos municipais: na verdade, mais de meio século depois, ainda é oportuno, e muito mais urgente. Se não foi imediatamente seguido pelos urbanistas e autoridades municipais, se ainda está longe de ser avaliado e adotado na maior parte dos centros urbanos em crescimento, isso representa uma desgraça para aquelas profissões e uma mancha em nossa inteligência cívica comum. (As Cidades Novas, na Inglaterra, e as normas descortinadas de algumas cidades notáveis, como Rotterdam, Amsterdam e Estocolmo, contrastam com a penalizante impossibilidade de Nova Iorque, em proteger Westchester e Long Island, ou de San Francisco, em proteger a Região da Bafa, e mais ainda os vinhais e pomares do Vale de Santa Clara: isso para escolher apenas dois tristes exemplos dentre dezenas.)

Tivesse sido o conselho de Marshall prontamente acatado, pela introdução de uma legislação apropriada de zoneamento e utilização da terra, e pela instituição da aquisição em grande escala de terras públicas para colonização, com todos os novos projetos rodoviários, poder-se-ia ter iniciado uma radical transformação no esquema urbano. Teria sido possível não só impedir a consolidação e ampliação de enormes massas de habitações suburbanas e subsuburbanas, como também poderíamos ter dado passos positivos no sentido de construir uma forma mais orgânica, em escala regional, de acordo com as nossas modernas facilidades de transportes e comunicações.

Em vez de criar a Cidade Regional, as forças que automaticamente impeliram as rodovias, os automóveis e os projetos imobiliários para o campo aberto produziram a disforme exsudação urbana. Aqueles que estão empregando a magia verbal para transformar esse conglomerado numa entidade orgânica não fazem mais do que se iludirem. Chamar à massa resultante Megalópolis, ou sugerir que a mudança na escala espacial, com os transportes rápidos, é em si mesma suficiente para produzir uma nova e melhor forma

urbana, é passar por cima da complexa natureza da cidade. A coalescência real do tecido urbano, que hoje é considerada por numerosos sociólogos como um estágio final do desenvolvimento da cidade, não constitui, na realidade, uma nova espécie de cidade, mas uma anticidade. Como no conceito de antimetria, a anticidade aniquila a cidade, sempre que colide com ela.

O que aconteceu ao subúrbio é questão, hoje, de registro histórico. Logo que o automóvel se tornou comum, desapareceu a escala pedestre do subúrbio, e com ela, a maior parte da sua individualidade e do seu encanto. O subúrbio deixou de ser uma unidade de vizinhança: tornou-se uma massa difusa, de baixa densidade, envolvida pela conurbação e posteriormente envolvendo-a mais. O subúrbio precisava de sua própria pequenez, assim como precisava do seu *background* rural, para realizar seu próprio tipo de perfeição semi-rural. Uma vez ultrapassado aquele limite, o subúrbio deixou de ser um refúgio da cidade e passou a fazer parte da metrópole inescapável, "la ville tentaculaire", cujos espaços abertos contíguos e distantes e cujos parques públicos também eram outras manifestações da cidade congestionada. Esse fato não deixará de ser verdadeiro, ainda que o transporte a jato coloque uma área a 1900 quilômetros de distância tão próxima como é hoje uma cidade a 90 quilômetros. Pois, quando se conquista o espaço, aumentam-se também as populações às quais o espaço distante é acessível. O lucro líquido em perspectiva é consideravelmente inferior a zero.

Enquanto a estação ferroviária e as distâncias a pé controlaram o crescimento suburbano, o subúrbio teve uma forma. A própria concentração de lojas e facilidades de estacionamento ao redor da estação ferroviária, nos melhores subúrbios, chegou a promover um novo tipo de área de mercado, mais concentrada que o mercado linear ao longo de uma avenida. Surgiu assim um protótipo espontâneo de *shopping center* suburbano, cujas facilidades acessíveis de estacionamento lhe emprestavam vantagens sobre os estabelecimentos urbanos mais centrais, depois que o automóvel particular tornou-se o principal modo de transporte. Mas o automóvel tinha feito algo mais do que afastar os primeiros limites e destruir a escala pedestre. Duplicou também o número de carros necessários por família, ou transformou a dona-de-casa suburbana em motorista de tempo integral.

Tais deveres tornaram-se ainda mais imperiosos por causa do advento do automóvel ter sido acompanhado pelo deliberado desmantelamento do sistema de transportes eletrificados. Nas partes mais urbanizadas dos Estados Unidos, o transporte eletrificado, muitas vezes tendo o seu direito privado de passagem como a ferrovia a vapor, ganhava índices de velocidade muito superior aos do ônibus atual. Longe de suplementar o transporte público eletrificado, o automóvel particular tornou-se, em grande parte, um seu desajeitado sucedâneo. Em vez de manter um complexo sistema de transportes, oferecendo alternativas de percurso e de velocidade, segundo a ocasião, a nova pro-

pagação suburbana tomou-se abjetamente dependente de uma única forma, o automóvel particular, cujo tamanho devorou a única comodidade de que se podia gabar o subúrbio: o espaço. Em lugar de edifícios erguidos num parque, temos agora edifícios levantados num estacionamento.

Enquanto o subúrbio servia apenas a uma minoria favorecida, não estragava o campo nem ameaçava a cidade. Agora, porém, que a fuga para o exterior tornou-se um movimento de massa, tende a destruir o valor de ambos os ambientes, sem produzir mais que um monótono substituto, desprovido de forma e desprovido mais ainda dos valores suburbanos originais. Achamo-nos diante de um singular paradoxo: a nova forma suburbana produziu agora um modelo anti-suburbano. Com a destruição das distâncias que se podiam cobrir a pé, verificou-se a destruição do caminhar como um meio normal de circulação humana: o automóvel tornou-o inseguro e a extensão do subúrbio tornou-o impossível.

Em conseqüência, a salutar demonstração de Unwin em *Nothing Gained by Overcrowding* [Nada se ganhou com o congestionamento] deve ser agora revidada por uma advertência cheia de reservas: "Algo se perdeu com o Exagero de Espaço". Aplica-se isso a todas as características de conglomerado suburbano. A estrada outrora modesta, cuja largura romana de 4,5 metros permaneceu como padrão quase até a invenção do *Parkway*, exige agora milhares de hectares, com direitos de passagens maiores que os exigidos pelos troncos ferroviários no ponto culminante da sua expansão.

Para garantir o fluxo contínuo do tráfego, mesmo nas áreas rurais, projetam-se imensos trevos e asas rodoviárias, consumindo ainda mais espaços abertos. E, em vez de ter pátios de embarque e parques de manutenção nos distantes terminais de um sistema ferroviário, a própria dispersão do tráfego motorizado exige instalações semelhantes ao redor de cada prédio individual onde se congreguem pessoas. Assim, cada nova fábrica ou escritório, cada nova loja de departamentos ou *shopping center*, implantado no meio do campo aberto, exige estacionamentos tão amplos que aqueles que estacionam na orla têm de percorrer a pé, até a loja, um caminho maior do que aconteceria numa cidade densamente congestionada, depois de desembarcar de seu ônibus ou metrô, embora ainda mantenham obstinadamente a imagem ilusória do automóvel como algo que os conduz "de porta a porta".

Tudo isso está muito distanciado do gozo aristocrático do espaço visual, que proporcionava às últimas cidades barrocas praças, círculos abertos e perspectivas longas, para passeios de carruagem ao longo de avenidas orladas de árvores. Na nova distribuição suburbana, o desperdício de espaço tomou-se substituto do planejamento cívico inteligente, da organização municipal descortinada ou da economia racional. Cada edifício separado espalha-se em ociosos planos de um pavimento, cobrindo o máximo possível de área de construção, isolado dos vizinhos, quando os há, por um parque de estaciona-

mento cada vez maior, enquanto este também não deixa de crescer em tamanho, à medida que o transporte coletivo cai em completo desuso. Todavia, quando a fábrica dispersa deixa sair seus trabalhadores ao fim do dia, o congestionamento consumidor de tempo que se verifica na saída é capaz de igualar plenamente o que ocorre na cidade grande.

No regime suburbano atual, cada função suburbana segue o exemplo da estrada de automóveis: devora espaço e consome tempo, com atrito e frustração cada vez maiores, enquanto, que, sob o pretexto plausível de aumentar a velocidade das comunicações, o que realmente faz é obstruí-las e negar a possibilidade de fáceis reuniões e encontros, dispersando os fragmentos de uma cidade, ao acaso, por toda uma região.

No fundo desse descaminho da técnica moderna, encontra-se uma falácia que toca o próprio coração de toda a ideologia fundamental: a idéia de que a força e a velocidade são desejáveis em si mesmas e que o mais novo tipo de veículo de alta velocidade deve substituir quaisquer outras formas de transporte. O fato é que a velocidade de locomoção deve ser uma função da finalidade humana. Se quisermos encontrar e conversar à toa com outras pessoas, num passeio urbano, cinco quilômetros por hora já seriam demais; se um cirurgião está sendo conduzido às pressas à cabeceira de um paciente, a 1600 quilômetros de distância, quinhentos quilômetros por hora podem ser demasiada lentidão. Mas o que os seus próprios axiomas enganosos impedem que os nossos peritos em transportes compreendam é que um adequado sistema de transportes não pode ser criado em função de qualquer meio único e limitado de locomoção, por maior que seja a sua velocidade teórica.

O que uma rede eficiente necessita é do maior número de modos alternados de transporte, a velocidade e volumes variados, para diferentes funções e finalidades. A maneira mais rápida de pôr em movimento cem mil pessoas dentro de uma limitada área urbana, com um raio, digamos, de oitocentos metros, é fazê-las seguir a pé: o meio mais lento de movê-las seria colocar todas elas em automóveis. A totalidade da população diurna da Boston histórica poderia reunir-se a pé no Boston Common, provavelmente em menos de uma hora, se as ruas fossem livradas do tráfego motorizado. Se fossem transportadas de automóvel, levariam muitas horas, e, a menos que abandonassem seus veículos não estacionáveis, jamais chegariam a seu destino.

Nossos engenheiros rodoviários e nossas autoridades municipais, hipnotizados pela popularidade do automóvel particular, sentindo-se na obrigação de contribuir para a prosperidade da General Motors [Motores Gerais], mesmo que o resultado seja o Caos Geral, têm-se entregue a uma aberta conspiração para dismantelar todas as diferentes formas de transportes necessárias a um bom sistema, e reduzido nossas facilidades ao automóvel particular (para fins de prazer, conveniência ou cargas), e ao avião. Duplicaram mesmo as linhas férreas e repetiram todos os erros dos antigos engenheiros ferroviários, do

mesmo passo que empilharam nas cidades terminais uma população que o automóvel particular não pode transportar, a menos que a própria cidade seja arrasada, a fim de permitir o movimento e a armazenagem desses veículos.

Se os peritos técnicos e administradores soubessem o que estavam fazendo, teriam tomado medidas especiais para salvaguardar métodos mais eficientes de transporte de massas, a fim de manter tanto a existência da cidade quanto a utilização, com menor gasto de tempo, de outras formas de transporte. Para que tenhamos uma completa estrutura urbana, capaz de funcionar integralmente, é necessário encontrar canais convenientes para todas as formas de transportes: somente a deliberada articulação do pedestre, do sistema de trânsito de massa, da rua, da avenida, da auto-estrada e do campo de aviação pode atender às necessidades de uma comunidade moderna. Nada menos do que isso dará resultado.

Dando preferência ao caminhão em lugar da ferrovia, para o tráfico de longa distância, substituímos um serviço seguro e eficiente por outro mais perigoso e ineficiente. Se quisermos melhorar o sistema de estradas de rodagem, devemos tomar o cuidado de manter uma parte tão grande quanto possível dos fretes de mercadorias sobre os trilhos. A razão, e não a menos importante, para salvar o serviço ferroviário de fretes e passageiros, e de transportes coletivos, é garantir o movimento livre dos veículos particulares nas auto-estradas. De igual forma, se quisermos que as vias expressas que construímos ao redor das nossas cidades funcionem como tais, é necessário aperfeiçoar e ampliar o transporte em massa, e não permitir que desapareça.

O único remédio eficiente para o congestionamento urbano é relacionar de tal modo as zonas industriais e de negócios com as áreas residenciais, que uma grande parte do seu pessoal possa ir a pé ou de bicicleta para o trabalho, viajar num ônibus público ou tomar um trem. Empurrando todas as formas de tráfego para vias motorizadas de alta velocidade, nós as oneramos com uma sobrecarga que seguramente reduz o tráfego máximo a um engatinhar; e se tentarmos corrigir isso multiplicando tais rodovias, estaremos apenas aumentando a ruína urbana total, dissociando ainda mais as partes da cidade, numa massa disforme de tecido semi-urbano frouxamente espalhado. A dissociação espacial das funções nos subúrbios resulta numa extrema especialização das partes individuais: áreas residenciais segregadas sem lojas locais; centros varejistas segregados; unidades industriais segregadas, sem instalações para alimentação a não ser as fornecidas pela administração. No escapar às complexas cooperações da cidade, o Subúrbio recuperou os vícios originais da exagerada especialização e do controle rígido.

O bom urbanismo deve dedicar um lugar ao automóvel: nem é preciso fazer tal afirmação. Não quer isso dizer, porém, de modo algum, que o automóvel deva ter licença para penetrar em todas as partes da cidade e nelas permanecer, muito embora venha a pôr abaixo todas as outras atividades; não

significa, tampouco, que seus fabricantes devam ter licença para burlar as exigências da cidade, projetando veículos cada vez mais largos e mais compridos. Muito ao contrário, chegou a hora de distinguir entre duas funções do automóvel — o movimento urbano e o movimento rural. Para este último, um grande carro, com espaço suficiente para alojar uma família com toda a sua bagagem, é admirável. Na cidade, porém, tais carros devem ser encorajados a permanecer nos arrabaldes, sujeitos a pesados impostos pelo privilégio de estacionar dentro dela, enquanto que se deveriam conceder favores especiais à produção e distribuição de carros pequenos, movidos a eletricidade, para o movimento intra-urbano ordinário, a fim de suplementar, e não de substituir, o transporte coletivo. A velocidade moderada, o silêncio, a facilidade e a condensação do espaço de estacionamento — tais são as características de um automóvel urbano.

É absurdamente pauperizada a tecnologia que só tem uma resposta para o problema do transporte; e é uma forma pobre de urbanismo a que permite que aquela resposta domine todo o esquema da sua existência.

7. O Subúrbio de Massa como Anticidade

Dentro da prática atual, vendemos o nosso direito urbano de berço em troca de uma triste confusão de automóveis. Troca tão pobre quanto o prato de lentilhas de Esaú. Com certeza, as gerações futuras ficarão admiradas com a nossa disposição, com a nossa avidez até, em sacrificar a educação de nossos filhos, o tratamento dos doentes e dos idosos, o desenvolvimento das artes, para não falar no pronto acesso à natureza, em favor do sistema oblíquo de monotransporte, passando a 96 quilômetros por hora em áreas de densidade baixa, mas reduzido a 9,5 apenas nas de densidade elevada. Mas os nossos descendentes talvez compreendam nossa singular disposição de gastar bilhões de dólares para lançar uma vítima de sacrifício a uma órbita planetária, se perceberem que as nossas cidades estão sendo destruídas pelo mesmo supersticioso ritual religioso: o culto da velocidade e do espaço vazio. Não dispondo de suficientes orçamentos municipais para tratar convenientemente de todas as exigências da vida que se podem concentrar na cidade, fixando-nos numa única função, o transporte, ou antes, numa só parte de um adequado sistema de transportes, a locomoção por meio do automóvel particular.

Deixando que se deteriore o transporte de massa e construindo vias expressas fora e garagens de estacionamento dentro das cidades, a fim de estimular a máxima utilização do automóvel particular, nossos engenheiros rodoviários e nossos urbanistas têm ajudado a destruir o tecido vivo da cidade e a limitar as possibilidades de criação de um organismo urbano maior, de dimensões regionais. Os deslocamentos coletivos para distâncias curtas, infe-

riores a quilômetro e meio, deveriam basear-se principalmente no pedestre. Desencorajando e eliminando o pedestre, deixando de ampliar e aperfeiçoar o transporte de massa, nossos funcionários municipais e engenheiros rodoviários criaram uma situação que exige densidades residenciais extremamente reduzidas. Também neste caso, o monopólio do espaço privado não só reduz as facilidades sociais da cidade, como sacrifica também o espaço público aberto em favor do privado.

A absurda crença de que o espaço e a locomoção rápida são os principais ingredientes de uma boa vida tem sido incentivada pelos agentes do subúrbio de massa. O hábito da construção de baixa densidade é um legado residual do antigo movimento romântico, e constitui agora um dos principais obstáculos ao reajustamento das partes da cidade e à sua união num novo esquema que ofereça recursos muito mais ricos para a vida do que a metrópole central, congestionada e sem ordem, ou as áreas contíguas, que são alcançadas pelas suas vias expressas. A *reductio ad absurdum* desse mito é, como não se ignora, Los Angeles. Ali, os padrões suburbanos de espaço aberto, com casas livres, muitas vezes não mais do que doze casas por hectare, têm sido mantidos: de igual forma, o automóvel particular, como principal meio de transporte, tem suplantado o que, apenas há uma geração, se tanto, era um eficiente sistema de transporte público.

Los Angeles tornou-se hoje uma massa não-diferenciada de casas, separada em setores por meio de vias expressas de muitas pistas, com rampas e viadutos que criam seus próprios engarrafamentos especiais. Essas vias expressas são passagem apenas a uma pequena fração do tráfego por hora outrora feito pelos transportes públicos, e a uma velocidade muito mais baixa, num ambiente conspurcado pelo *smog*, produzido pelo escapamento mortal dos tecnologicamente atrasados automóveis. Mais de um terço da área de Los Angeles é consumido por essas grotescas facilidades de transporte; dois terços do centro de Los Angeles são ocupados por ruas, passagens livres, estacionamentos e garagens. Isso vem a ser o devorar espaço como vingança. A última fase do processo já se anuncia aos espíritos realmente progressistas — a expulsão dos habitantes que ainda restam e a entrega da área inteira a veículos de acionamento automático, completamente emancipados de qualquer finalidade humana racional.

Mesmo em cidades tão espaçosas quanto Washington, somente a área central primitiva tem uma densidade residencial de 24 ou mais famílias por hectare: nos arrabaldes cada vez mais espalhados, contam-se em regra menos de 24, e uma leva muito rápida está colocando uma parcela maior ainda numa densidade de habitação de menos de doze por hectare. Isso é ruinoso tanto para a vida urbana quanto para a recreação despreocupada; porque a tentativa de atender às necessidades das áreas distantes mediante vias expressas não só esterilizará cada vez mais a terra, como também dispersará as facilidades

sociais que deveriam estar concentradas em novas cidades, organizadas de modo a difundir e amplificar as facilidades centrais.

A conclusão deve ser evidente. Qualquer tentativa no sentido de se criar um sistema adequado de transportes, sem criar antes reservas suficientes de terrenos públicos, sem estabelecer uma densidade desejável de ocupação urbana equilibrada, superior ao nível suburbano atual, sem criar uma rede regional quase independente das estradas-tronco maiores, acabará por degradar a paisagem, sem trazer quaisquer benefícios permanentes aos seus novos habitantes.

Para que mantenhamos as vantagens inicialmente incorporadas no subúrbio romântico, é necessário que as aclimemos à construção de cidades. Para que conservemos as vantagens inicialmente descobertas na cidade fechada, é necessário que criemos um modelo mais poroso, mais rico em variedade tanto social quanto estética. A densidade residencial de uns 250 indivíduos por hectare líquido, excluídas ruas e calçadas, proporcionará jardins privados utilizáveis e estimulará a criação de pequenos parques públicos interiores, destinados ao encontro e ao descanso. É possível conseguir tudo isso sem erigir os elevados caixões estéreis e mutiladores do espaço, que hoje se apresentam em melancólico desfile, tanto na Europa como nos Estados Unidos, como a mais nova contribuição da arquitetura "moderna". Se é que os valores humanos nos preocupam, não nos podemos dar mais ao luxo de espalhar Subúrbios ou Metrôpolis congestionadas: e, menos ainda, não nos podemos dar ao luxo de um subúrbio congestionado, cuja amplitude visual depende do isolamento celular e da arregimentação das suas famílias componentes em estruturas de massa.

8. Famílias no Espaço

Como veio a ocorrer sob o impacto da atual religião e mito da máquina, o Subúrbio de massa acabou com a maior parte das liberdades e deleites que os primeiros discípulos de Rousseau procuravam encontrar no êxodo da cidade. Ao invés de concentrar a atenção sobre a criança no quintal, temos agora a imagem de "Famílias no Espaço". Com efeito, quanto maior a dispersão demográfica, maior o isolamento da moradia individual e maior o esforço necessário para refazer em particular, mesmo com a ajuda de muitas máquinas e artifícios automáticos, aquilo que costumava ser feito em comum, muitas vezes em meio a conversas, cânticos e o gozo da presença física de outros.

A dona-de-casa cidadã, que há meio século conhecia pessoalmente o açougueiro, o merceiro, o leiteiro, seus vários outros fornecedores locais, como pessoas individuais, com histórias e biografias que a impressionavam, num intercâmbio diário, goza agora do benefício de uma única expedição

semanal ao supermercado impessoal, onde só por acaso tem probabilidades de encontrar uma vizinha. Quando abastada, acha-se rodeada de instrumentos elétricos e eletrônicos, que tomam o lugar de companheiros de carne e ossos: seus verdadeiros companheiros, seus amigos, seus mentores, seus amantes, os que preenchem sua vida não vivida, são sombras na tela do televisor ou vozes ainda menos personificadas. Pode ela responder-lhes, mas não se pode fazer ouvir: o resultado que se alcançou foi um sistema de mão única. Quanto maior a área de expansão, maior a dependência de um distante centro de suprimento e de controle remoto.

Na orla do Subúrbio de massa, até mesmo as vantagens do grupo primário de vizinhança desaparecem. O custo desse desligamento de outros homens, no espaço, está fora de toda proporção com os seus benefícios presumidos. O produto final é uma vida encasulada, passada cada vez mais dentro de um automóvel ou dentro de uma câmara escura, ante um aparelho de televisão: em breve, com um pouco mais de automação do tráfego, principalmente dentro do automóvel, percorrendo distâncias ainda maiores, sob controle remoto, para que o motorista de outrora possa ocupar-se com um aparelho de televisão, tendo perdido até a liberdade do volante. Na verdade, cada uma das partes dessa vida virá pelos canais oficiais e estará sob supervisão. Não tocada pela mão humana num extremo: não tocada, no outro, pelo espírito humano. Aqueles que aceitam essa existência poderiam perfeitamente ser metidos num foguete lançado no espaço, tão reduzidas são as suas escolhas, tão limitadas e deficientes as suas reações permitidas. É aí que realmente vamos encontrar "A Multidão Solitária".

Os organizadores da cidade antiga tinham algo a aprender dos novos dirigentes da nossa sociedade. Aqueles amontoavam seus súditos dentro de um recinto murado, sob a vigilância de guardas armados dentro da cidadela menor, para melhor mantê-los sob controle. Hoje, aquele método é obsoleto. Com os meios atuais de comunicação de massa a longa distância, o disperso isolamento passou a ser um método ainda mais eficiente de manter uma população sob controle. Estando o contato direto e a associação de face a face tão inibidos quanto possível, todo o conhecimento e toda a direção podem ser mobilizados por agentes centrais e transmitidos por meio de canais vigiados, demasiado caros para serem utilizados por pequenos grupos ou indivíduos em particular. Para se exercitar a liberdade de palavra, numa comunidade tão dispersa e dissociada, é necessário "comprar tempo" de transmissão ou "comprar espaço" no jornal. Cada membro do Subúrbio torna-se prisioneiro graças à própria separação pela qual pagou: é alimentado por uma estreita abertura, um cabo telefônico, uma onda de rádio, um circuito de televisão. Não é preciso dizer que isso não é resultado de uma conspiração consciente, de uma esperta minoria: é um subproduto orgânico de uma economia que sacrifica o desenvolvimento humano ao processamento mecânico.

Numa comunidade bem organizada, todos esses aperfeiçoamentos tecnológicos poderiam alargar admiravelmente o âmbito da vida social: nas desorganizadas comunidades de hoje, o que fazem é estreitar o âmbito efetivo da pessoa. Em tais condições, nada pode acontecer espontânea ou autonomamente — sem uma boa parcela de assistência mecânica. Não explica isso, até certo ponto, a passividade e docilidade que se inmiscuiram em nossa existência? Na recente revolução de Caracas, que depôs uma ditadura brutal na Venezuela, o sinal para começar, segundo me disse uma testemunha ocular, foi o buzinar de automóveis. Aquele buzinar, tornando-se mais intenso, chegando mais perto, convergindo de todos os cantos da cidade para o palácio, encheu de terror os corações dos governantes. Também aquele foi um fenômeno urbano. Os subúrbios oferecem poucas possibilidades de reunião, conversação, debate coletivo e ação comum — favorecendo um conformismo silencioso, e não a rebelião ou o contra-ataque. Assim, tornou-se o Subúrbio o lar preferido de um novo tipo de absolutismo: invisível mas todo-poderoso.

Talvez me intranquilizasse a respeito da validade dessa análise, não a houvesse há muito antecipado o presciente Tocqueville, em *A Democracia na América*. Seu objetivo era averiguar "sob que traços novos o despotismo poderia ser produzido no mundo". "Vejo, diz ele, uma multidão inumerável de homens semelhantes e iguais, que sem descanso se voltam sobre si mesmos, à procura dos pequenos e vulgares prazeres, com os quais enchem a alma. Cada um deles, afastado dos demais, é como que um estranho ao destino de todos os outros; seus filhos e seus amigos particulares para ele constituem toda a espécie humana; quanto aos restantes dos seus concidadãos, está ao lado deles, mas não os vê; toca-os e não os sente; existe apenas em si e para si mesmo, e se ainda lhe resta uma família, pode-se ao menos dizer que não tem mais pátria."

Tocqueville estava descrevendo por antecipação o temperamento e o hábito da vida no Subúrbio, hábito que já conseguiu retornar à cidade e fez com que as próprias nações democráticas se submetessem, praticamente sem um murmúrio, a todos os estilos de compulsão e corrupção totalitária. O que aquele grande filósofo político previa com o olho íntimo, observadores menos dotados podem ver hoje com os olhos exteriores. É essa a última fase da derrocada da cidade. A expansão da nossa tecnologia apenas apressa o ritmo dessa transformação. O que resta, se não se verificar um movimento em contrário, não valerá a pena de ser salvo, pois, quando o recipiente se transforma tão rapidamente quanto o seu conteúdo, nada realmente pode ser salvo.

9. Planejando para o Crescimento Urbano

Felizmente, o movimento em sentido contrário começou há mais de meio século; e foi dirigido contra o êxodo suburbano e, ao mesmo tempo, contra o congestionamento metropolitano que o promoveu. A primeira interpretação inteligente da situação urbana em geral, em termos dos novos processos e potencialidades já visíveis na civilização, foi feita por dois admiráveis observadores, perto do fim do século XIX. Trataram eles das forças formadoras em geral e abordaram as relações da cidade com o campo e a região, como parte integrante da sua própria vida e como algo essencial em qualquer esquema mais amplo de aperfeiçoamento urbano.

A primeira contribuição foi dada pelo geógrafo Piotr Kropotkin, no admirável livro chamado *Fields, Factories, and Workshops*. Quase meio século à frente da opinião econômica e técnica de seu tempo, havia ele apreendido o fato de que a flexibilidade e adaptabilidade da comunicação elétrica e da energia elétrica, juntamente com as possibilidades de cultivo intensivo e biodinâmico da terra, tinham lançado as bases de um desenvolvimento urbano mais descentralizado, em pequenas unidades, capaz de reagir ao contato humano direto e gozando de vantagens tanto rurais quanto urbanas. Viu ele que a indústria já não se achava presa à mina de carvão, muito embora o carvão continuasse sendo uma fonte de energia; não se achava atada, tampouco, à estrada de ferro e à grande cidade: não se podia igualar nem eficiência nem economia com grandes unidades de produção. Previu Kropotkin o que muitas grandes empresas iriam descobrir apenas durante a Segunda Guerra Mundial: em especial, que até mesmo quando a montagem total era grande, a execução de operações industriais especiais, em "parcelas e pedaços", muitas vezes tornava realmente dúbias as assinaladas economias da organização concentrada de grandes dimensões, a tendência industrial que justificava outras formas de grandeza metropolitana. Quanto mais perfeita a tecnologia, maior a necessidade da iniciativa e da perícia humana conservadas na pequena oficina. O transporte eficiente e a fina organização eram freqüentemente superiores à mera aglomeração física da unidade industrial sob um único teto.

Compreendeu Kropotkin que os novos meios de trânsito e comunicações rápidas, aliados à transmissão da energia elétrica por uma rede, antes que por uma linha unidimensional, colocavam a pequena comunidade em pé de igualdade, em matéria de facilidades técnicas essenciais, com a cidade supercongestionada. Pela mesma razão, as ocupações rurais outrora isoladas e abaixo do nível cultural e econômico da cidade poderiam ter as vantagens da inteligência científica, da organização de grupo e das atividades animadas, que a princípio tinham sido um monopólio da grande cidade; e com isso, a nítida divisão entre o urbano e o rural, entre o trabalhador industrial e o trabalhador do campo, também haveria de cair. Kropotkin compreendeu essas

conseqüências antes da invenção do automóvel, do rádio, do cinema, da televisão e do telefone mundial — embora cada uma dessas invenções viesse confirmar ainda mais o seu penetrante diagnóstico, igualando as vantagens entre a metrópole central e as comunidades pequenas, outrora periféricas e extremamente dependentes. Tendo por base a pequena unidade, ele viu a oportunidade de uma vida local mais responsável e responsiva, com maior alcance para os agentes humanos esquecidos e frustrados pelas organizações de massa.

Ebenezer Howard, influenciado por Kropotkin, como este fora influenciado por autores utópicos anteriores, como Thomas Spence e James Silk Buckingham, deu com essas idéias um grande passo à frente. Por trás do novo conceito da Cidade-Jardim, viu ele “as esplêndidas possibilidades de uma nova civilização baseada no serviço à comunidade”. Viu que o crescimento da grande cidade era autoderrotador, pois, ao lado de cada novo incremento da população, seu tráfego tornava-se mais congestionado, suas instituições centrais menos acessíveis, e a parte maior da sua população era tão pouco beneficiada pelas suas instituições superiores de cultura como se estivessem inteiramente fora da sua órbita. Acreditava que chegara a hora de fixar um novo modelo para o desenvolvimento urbano, um modelo que empregasse facilidades técnicas modernas para acabar com a diferença cada vez maior entre o campo, com as suas facilidades econômicas e sociais esgotadas, e a cidade, com as suas vantagens biológicas e naturais igualmente esgotadas; propôs vencer tanto a predominante apoplexia do centro urbano quanto a paralisia das extremidades, promovendo um novo padrão de crescimento da cidade. Ao contrário dos advogados da contínua expansão urbana, rejeitou ele o subúrbio como concessão tolerável; na verdade, quase nem o levou em consideração. Howard percebeu que o alívio do congestionamento não dependia de se alargarem as áreas de dormitório da cidade, mas de descentralizarem todas as suas funções. Rejeitando a forma temporária e transitória do subúrbio, procurou um casamento estável entre a cidade e o campo, e não uma ligação de fim de semana.

Em *Garden Cities of Tomorrow*, Howard reintroduziu no urbanismo o antigo conceito grego do limite natural de crescimento de qualquer organismo ou organização, restabelecendo, ao mesmo tempo, a medida humana da nova imagem da cidade. Para chegar a isso, introduziu também o uso grego, que fora reformulado em termos novos por Robert Owen e Edward Wakefield, de colonização por meio de comunidades plenamente equipadas, desde o início, para levar a cabo todas as funções urbanas essenciais. Ao congestionamento de massa e sem propósito da grande metrópole, com seus cortiços, sua poluição industrial e suas jornadas cada vez mais longas para o trabalho, Howard opôs um tipo de cidade mais orgânico: uma cidade limitada, desde o princípio, em número de habitantes e densidade de habitações, numa área limitada, organizada para realizar todas as funções essenciais de uma comunidade

urbana, negócios, indústria, administração, educação; equipada também com um número suficiente de parques públicos e jardins privados, a fim de guardar a saúde e manter a suavidade de todo o ambiente. Para reunir e expressar essa reunião da cidade e do campo, Howard rodeou sua nova cidade com um permanente cinturão verde agrícola. Essa “muralha” horizontal bidimensional serviria não só para conservar próximo o ambiente rural, como também para impedir que outros núcleos urbanos se fundissem com ela: haveria ainda, o que não é sem importância, e como a antiga muralha vertical, de aumentar a sensação de unidade interna. Afora o conceito como um todo, o princípio de criação de cinturões verdes permanentes ao redor das comunidades urbanas foi uma contribuição importantíssima. Possivelmente, a melhor denominação de tais comunidades seria a de “Cidade de Cinturão Verde”.

Certos aspectos dessa nova forma já haviam sido prefigurados no primitivo subúrbio contido em si mesmo, a partir de Riverside, em Illinois; contudo, a maior contribuição de Howard foi menos a de refundir a forma física da cidade que a de desenvolver os conceitos orgânicos que subtendem essa forma; pois, embora não fosse um biólogo, como Patrick Geddes, ainda assim levou à cidade os critérios biológicos essenciais de equilíbrio dinâmico e equilíbrio orgânico: equilíbrio entre cidade e campo num esquema ecológico maior, e equilíbrio entre as diferentes funções da cidade; acima de tudo, equilíbrio pelo controle positivo do crescimento, na limitação de área, número e densidade de ocupação, e pela prática da reprodução (colonização), quando a comunidade se via ameaçada por um indevido aumento de tamanho, que só viria trazer uma perda de função. Para que conservasse as suas funções mantenedoras da vida para os seus habitantes, a cidade devia, por direito próprio, mostrar o autocontrole orgânico e o contenimento em si mesmo de qualquer outro organismo.

Noutras palavras, Howard quis dar ao novo tipo de cidade todas as vantagens que a cidade grande possuía, antes que a sua desordenada expansão a colocasse fora dos meios ou fora do alcance dos seus habitantes. Viu que, uma vez chegada a um tamanho ótimo, o que é necessário, para a cidade individual, não é aumentar sua própria área e população, mas fazer parte de um sistema maior, que tenha a vantagem dos grandes números e amplas facilidades. Ao contrário daqueles que fugiram da cidade, ele, londrino nato, não subestimava essas vantagens, assim como, assíduo inventor de máquinas, não fazia pouco dos progressos da nova tecnologia. Rejeitando o padrão do subúrbio, acreditava ele que a indústria deveria fazer parte integrante da cidade e que a oficina e a fábrica — neste caso, não tratava ele das indústrias químicas, dos altos-fornos, das minas de carvão — deveriam ficar, geralmente, a uma distância razoavelmente curta de todas as moradias. Estimava que, com uma população de 32 000 pessoas, duas mil das quais estariam no cinturão

agrícola, a nova cidade proporcionaria variado número de empresas, uma população mista com diferentes vocações e uma movimentada vida social.

Howard propôs experimentar a possibilidade de criar uma forma urbana viável construindo um modelo experimental, tão superior, tanto na sua organização social quanto no seu traçado físico, às aldeias, pequenas cidades, subúrbios, conurbações industriais, ou metrópoles congestionadas existentes, que fixaria um novo padrão para a futura construção de cidades: ao invés de aglomeração, a dispersão planificada; ao invés da concentração monopolística, a descentralização; ao invés da desorganização, um tipo superior de unidade. Uma vez demonstrada a fatibilidade de sua concepção, seriam possíveis outros progressos, pois, sendo a terra de propriedade de empresas ou municipal, como seria necessário na fundação de uma nova comunidade, o percalço do crescimento, que até ali fora canalizado para o proprietário individual e tendera a promover um sobre crescimento lucrativo, a bonificação, voltar-se-ia para o melhoramento da comunidade, quer por meio da redução de impostos, quer pelo aumento dos serviços.

Trocando a constante expansão urbana feita por acréscimos por pequenas parcelas, pela descentralização ordenada em cidades "contidas em si mesmas", Howard acreditava que seria possível deter o contínuo congestionamento e expansão de Londres. Assim, com o tempo, uma proporção suficiente da população metropolitana seria impelida para fora, para valores imobiliários mais baixos, e possibilitaria a reconstrução do centro histórico dentro de linhas mais abertas, com respeito maior pela saúde, conveniência social e amenidades da vida. O êxito da nova cidade-jardim restituiria ao centro superpovoado o ar puro, o sol e a beleza que lhe haviam sido roubados pelo seu próprio desordenado crescimento.

Na mente de Howard, a Cidade-Jardim era uma invenção sensata, como a ferrovia, baseada no caldeamento, num todo funcionável, de numerosos fatores diferentes, alguns práticos, outros ideais. A própria simplicidade das premissas de Howard emprestava nitidez e clareza a suas propostas concretas. Não lhe era necessário esperar um levantamento total da situação urbana, como o que Charles Booth iniciara, na sua investigação por demais completa de Londres, nem uma conversão nacional ao seu ponto de vista, como seu contemporâneo Henry George procurara, no seu programa de reforma agrária, antes de se pôr em ação. E não esperou, menos ainda, que o automóvel viesse abrir a saída técnica para a fuga ao congestionamento da cidade. Howard fez o que um engenheiro capaz faz hoje em dia, quando procura criar um novo tipo de estrutura cuja complexidade produz pressões e empuxos que são incalculáveis com base na experiência passada e nas formas tradicionais: criou um pequeno modelo e o experimentou; ou antes, persuadiu outras pessoas, com suficiente capital e fé, a reunir-se a ele na experiência, a construção da Primeira Cidade-Jardim de Letchworth, que foi iniciada em 1904. Meia geração mais

tarde, iniciou outra cidade-jardim, Welwyn: e o novo modelo de crescimento lançou os alicerces do que, hoje em dia, constitui um persistente movimento no sentido da integração urbana.

Semelhante experiência valeu por anos de pesquisas estatísticas e relatórios cuidadosamente elaborados — judiciosamente inconclusivos, belamente calculados para frustrar a ação. Na verdade, a construção da cidade acabou por se revelar muito mais barata, e simultaneamente muito mais eficiente, do que o tipo de exaustiva "pesquisa urbana" que, hoje em dia, é tão popular. Pois a nova comunidade, dentro de um período razoável, liquidou o custo de sua própria instalação e respondeu, mais definitivamente do que o poderia ter feito qualquer formulação puramente hipotética, à questão de saber se tal nova unidade urbana poderia sobreviver, muito embora fosse de encontro aos cânones estabelecidos do lucro, da especulação imobiliária e do domínio metropolitano. Quando se consideram os obstáculos institucionais e psicológicos que se opuseram à demonstração de Howard, ela aparece como uma consumada peça de estadismo, em pé de igualdade com a fundação das comunidades Mórmons de Utah ou da Sociedade Cooperativa de Atacado, na Inglaterra.

Ao estruturar o seu novo programa, Howard ficara adstrito aos essenciais, e não tentara dar aos detalhes arquitetônicos e urbanísticos a marca da sua própria imaginação. Apresentara-se não com um novo plano para a cidade — pois cuidadosamente evitou confundir as questões essenciais com fosse qual fosse a imagem visual —, mas com um novo programa para a organização equilibrada e o crescimento contido das cidades, num processo geral que podia ter a seu cargo um aumento indefinido da população nacional. Howard expressou seu diagnóstico e seu programa por meio de uma série de diagramas elucidativos: mas até mesmo o esquema que retrata a disposição das partes físicas da cidade foi cuidadosamente rotulado como "Simple Diagrama". Sua idéia da comunidade equilibrada prestou-se a uma variedade de formas urbanas, desde a de seu predecessor utópico Charles Fourier, à de Le Corbusier, e mais de uma vez, não raro sob o disfarce de refutar Howard ou demolir a idéia da cidade-jardim, os princípios de equilíbrio e completamento funcional que Howard enunciou têm sido reinventados ou reenunciados sem o devido crédito a Howard, ao contrário do que ele sempre fizera com seus precursores.

Muitos dos elementos da proposição de Howard já eram conhecidos; nem nas suas idéias nem nas suas iniciativas práticas, procurou partir do nada: sua cidade ideal era uma combinação do possível e do prático, suficientemente ideal para ser desejável, suficientemente próxima do uso da época para ser realizável. Seu gênio se revelou no combinar os órgãos existentes da cidade numa composição mais ordenada, baseada no princípio da limitação orgânica e do crescimento controlado. Começou não com a inércia da desintegração, mas com uma análise das funções humanas mantenedoras da vida, relaciona-

das com os ambientes urbano e rural. Embora sua análise não fosse profunda, tinha o mérito de fazer justiça à diversidade e às inter-relações das atividades urbanas. O significativo, com relação à cidade-jardim, não era a simples presença de jardins e espaços abertos: radicalmente novo era o método racional e ordenado de tratar da complexidade, mediante uma organização capaz de estabelecer o equilíbrio e a autonomia e de manter a ordem, a despeito da diferenciação, e a coerência e unidade, a despeito da necessidade de crescimento. Essa é que era a idéia transformadora.

A denominação que Howard escolheu para a nova concepção urbana revelou-se infeliz: não só porque havia sido usurpada, muito antes, pela triste metrópole ferroviária de Chicago, mas também porque a existência de jardins, embora integrante da nova cidade, não era o seu caráter diferenciador; pois caracterizava ainda mais copiosamente muitos subúrbios de então. Em seu livro, Howard sugeriu uma densidade de 170 a 250 pessoas por hectare se calcularmos esse número com base nos tamanhos de quarteirões e lotes, por ele sugeridos. Ora, essa é uma densidade realmente urbana, aproximadamente a da Planta de Nova Iorque de 1811, quando suas ruas novas eram ladeadas por edifícios de dois e três pavimentos. Tal densidade é maior que a do subúrbio comum, cinco vezes maior que a de muitas partes contemporâneas de Los Angeles. Os estudiosos superficiais, que patentemente ignoram a obra de Howard, ainda cometem, infelizmente, o erro de chamar aos subúrbios cidades-jardins, ou ao plano aberto suburbano "plano do tipo cidade-jardim": pior ainda, críticos que deveriam saber o que dizem muitas vezes referem-se às cidades-jardins, Letchworth e Welwyn, ou às Cidades Novas inglesas de época mais recente, como se fossem simples subúrbios, porque foram todas traçadas numa estrutura aberta — talvez aberta demais.

Mas a cidade-jardim, na opinião de Howard, era antes de tudo uma cidade: uma nova espécie de unidade, cujo padrão orgânico acabaria por se difundir a partir do modelo individual, em toda uma constelação de cidades semelhantes. Foi na sua urbanidade, e não na sua horticultura, que a Cidade-Jardim mais ousadamente se afastou do método comum de construção e urbanismo.

Vista na perspectiva histórica, mais de meio século após a sua criação, a sugestão de Howard se revelou mais realística — e imensamente mais frutífera — do que a Cidade Linear de Soria y Mata, ou qualquer das "Cidades-Estradas" posteriores, que fizeram dos transportes a única determinante do urbanismo. O que Le Corbusier apresentou como melhoramento, a chamada Cidade-Jardim Vertical, é na realidade apenas um subúrbio vertical, cuja própria alternância de edifícios altos e isolados com áreas abertas não cultivadas torna postíca a palavra cidade. Na cidade-jardim inglesa, os jardins realmente são numerosos, ricos em árvores frutíferas, flores e legumes; mas a nova formulação de Howard ganhou distinção precisamente porque ele recusava deixar-se prender a uma imagem física particular da cidade, a um

método particular de urbanismo ou a um tipo particular de edificação. As formas específicas de tal cidade seriam uma resultante da paisagem e do clima, das indústrias e das facilidades tecnológicas existentes, e acima de tudo, das artes dos construtores e dos habitantes: quanto aos seus elementos ideais, quase os expressou como abstrações matemáticas.

Não quero dizer que Howard fosse infalível. No seu primitivo retrato da próxima descentralização de Londres — felizmente, talvez, para a sua experiência — subestimou ele a atração gravitacional de um grande centro metropolitano, numa economia orientada pela moeda, onde a arte de vender é a arte suprema, onde o êxito exige a multiplicação das multidões e onde os aluguéis elevados e o congestionamento custoso têm valor como determinantes da condição social. Sem dúvida, Howard estava certo, ao crer que muitos bens e serviços essenciais metropolitanos eram subprodutos do próprio congestionamento e, como a longa jornada para o trabalho, seriam grandemente reduzidos ou desapareceriam, na nova cidade. Mas sua proposta concreta de criar uma comunidade contida em si mesma, de trinta e dois mil habitantes, como alternativa para a vida exageradamente onerosa de Londres, não fez por si mesma plena justiça às complexidades sociais e técnicas da cultura de hoje. Assim mesmo, teve ele razão em acreditar que 32 000 pessoas formavam uma unidade experimental suficientemente grande para testar a validade de seu novo método de crescimento urbano; e, embora sua vida fosse dominada pela necessidade de dar esse primeiro passo e seguir até o fim, sua visão passou além daquela limitação prática.

Se fosse necessária alguma coisa para fixar o alcance extraordinário e a penetração do pensamento de Howard, seu capítulo sobre as Cidades Sociais deveria bastar. Para Howard, a cidade-jardim não implicava isolamento ou contenimento paroquial em si mesma, à moda de uma sonolenta cidadezinha, numa área remota e inacessível. Howard não se deixou desconcertar pelo fato de uma minoria dos habitantes da Cidade Nova, por motivos profissionais, ter de ir a Londres, ocasional ou mesmo diariamente, pois bastava que houvesse uma concentração suficiente de oportunidades econômicas para manter a maior parte dos moradores plenamente ocupada na maior parte do tempo, num ambiente que possuía muitos valores urbanos positivos que a própria Londres já não podia dar sequer aos ricos. Como se estivesse antecipando a tentação de encarar a cidade de tamanho limitado como capaz de conter e transmitir completamente a nossa cultura moderna, Howard procurou descobrir um modelo equivalente, baseado não no congestionamento, mas na organização descentralizada.

Em seu conceito das Cidades Sociais, antes mesmo que fosse fundada a primeira cidade-jardim, chegou ele à fase seguinte desse desenvolvimento. Para que a cidade-jardim não ficasse, para as suas funções mais elevadas, na dependência da metrópole sobrecarregada, reduzindo a sua própria à de mero

satélite, as cidades novas menores deveriam, então, uma vez que fossem suficientemente povoadas, agrupar-se deliberadamente numa nova organização cultural e política a que deu o nome de "Cidade Social" — aquilo a que Clarence Stein e seus colegas chamariam mais tarde a Cidade Regional —, a fim de combinar seus recursos e obterem as facilidades que só os números elevados tomam possíveis: um colégio técnico ou uma universidade, um hospital especializado ou uma orquestra sinfônica profissional. Howard mostrou que dez cidades de trinta mil habitantes cada uma, ligadas por transportes públicos rápidos, politicamente federadas e culturalmente associadas, podiam gozar de todas as vantagens que uma cidade unitária isolada de trezentos mil habitantes poderia tornar possíveis; e poderia ter tais vantagens sem os inconvenientes da unidade maior. O que se fazia antes pela densa construção podia ser feito agora pela densa organização, graças ao transporte rápido e à comunicação instantânea.

Com essa idéia federalizadora, aspecto de seu pensamento que por muito tempo ficou esquecido, Howard intuitivamente apreendeu a forma potencial da cidade eterizada do futuro, que uniria os componentes rurais e urbanos num complexo poroso regional, de múltiplos centros mas capaz de funcionar como um todo. Se o primeiro passo era erigir um modelo experimental da nova unidade urbana, a fim de demonstrar a viabilidade da descentralização e do crescimento contido em si mesmo, o passo seguinte era criar um novo tipo de comunidade urbana, de largas dimensões, no qual a cidade-jardim tomar-se-ia um membro cooperador.

O pensamento de Howard repousava nas devoções simples do racionalismo vitoriano, coloridas pela benevolência cristã; e, embora fosse um persuasivo pregador oral, sedutor por sua própria simplicidade pessoal, esse ato serviu para fazer com que suas intuições mais originais parecessem mais antiquadas do que são. Na verdade, a sua visão não se achava à frente apenas do pensamento corrente a respeito da natureza e do destino das cidades; penetrava mais a fundo do que alguns dos seus devotos seguidores; e ainda hoje, muitas pessoas acham mais fácil pôr de lado as conseqüências totais de seu pensamento do que segui-las até o fim. Embora o principal valor da Cidade-Jardim, do ponto de vista de Howard, fosse trazer a possibilidade de um método mais orgânico de crescimento, que reproduziria não fragmentos desligados de ordem urbana, mas totalidades unificadas, ajuntando valores urbanos e rurais, cabia-lhe ainda uma outra função: chamou atenção para a natureza essencial da própria cidade e promoveu o exame do processo total de desenvolvimento urbano, que até então nunca fora feito.

Acima de tudo, pela sua visão da estrutura urbana autônoma e unificada, Howard chamou atenção para o fato de que o crescimento de uma cidade deve estar nas mãos de uma autoridade pública representativa; e de que os melhores resultados só poderiam ser alcançados se tal autoridade tivesse

poderes para reunir e manter a terra, planificar a cidade, estipular a ordem cronológica de construção e prover os necessários serviços. Os agentes mais essenciais do desenvolvimento urbano já não deveriam ficar entregues ao investidor individual, especulador ou proprietário, a tratar de lotes individuais de construção, casas individuais, sítios individuais de negócios, isso porque nenhum exercício individual de previsão ou de espírito público poderia produzir o equivalente de um todo coordenado e significativo. Nem deveria tampouco a responsabilidade de a cidade prover o bem-estar de todos os seus habitantes ser reconhecida apenas depois que o máximo de desordem houvesse sido criado por um esforço não-regulado.

A ênfase dada por Howard à unidade, ao equilíbrio e ao contenimento em si mesmo continua sendo uma contribuição salutar a toda espécie de renovação urbana; e não é por acaso que os melhores exemplos de disposição cívica, no século XX, têm sido dados por cidades como Amsterdam, Frankfurt-am-Main e Estocolmo, onde a tradição medieval da responsabilidade corporativa ainda não foi completamente derrubada pela luta especulativa e pelo *laissez-faire* ideológico do século XIX. Talvez fosse apenas por se propor construir uma nova cidade que todas as funções, atividades e finalidades de uma urbe plenamente desenvolvida poderiam ser conhecidas, já que muitas delas haviam sumido, ao passo que outras se tinham tornado grosseiramente exageradas, no crescimento não-dirigido das cidades existentes.

Tão contrária é a abordagem orgânica de Howard, à vida e ao crescimento das cidades, à ideologia e à prática dominante em nossa época, que muitas pessoas de considerável competência na prática do urbanismo ainda consideram o seu programa inteiramente quimérico, destinado ao fracasso pela própria natureza da nossa economia tecnológica em expansão. É tão grande esse ponto cego que eles põem de lado, como se fosse irreal, a própria demonstração do seu êxito. Mas o fato é que, na primeira geração da sua existência, as proposições "nada práticas" de Howard conseguiram produzir a criação de duas Cidades-Jardins, Letchworth e Welwyn; e ambas essas comunidades, tendo-se iniciado como empreendimentos privados, com limitadas perspectivas de lucro, não só sobreviveram à indiferença e oposição, como ainda afetaram o padrão de alojamento e construção de cidades em muitas regiões, da Escócia à Índia. Foi o êxito dessas cidades que levou a comissão parlamentar de Sir Anthony Montague Barlow a recomendar a descentralização industrial em cidades-jardins, como remédio para o congestionamento cada vez maior de Londres; e essa recomendação, por sua vez, trouxe a Lei das Cidades Novas de 1946, que projetou um anel de Cidades Novas ao redor de Londres e em várias partes da Inglaterra.

Estranha espécie de "fracasso" é essa. Qual foi a outra nova concepção de melhoramento de cidades que resultou no projeto e construção de quinze Cidades Novas apenas na Grã-Bretanha, para não falar em fundações seme-

lhantes, realizadas ou em processo de realização, na Suécia, nos Países Baixos, na Itália e na Índia? Querer minimizar esse feito, dizendo que o congestionamento de Londres ainda permanece, não diminuído, é passar por cima do fato de que, na Inglaterra, meio milhão de pessoas, graças à idéia de Howard, vive agora em condições físicas e biológicas imensamente superiores às de que goza a maioria dos londrinos: condições iguais, serão melhores, do que as que predominavam nos subúrbios mais ricos do passado, já que possuem maior número dos ingredientes sociais da verdadeira vida urbana.

O fato de ter sido o programa de Cidades Novas cancelado abruptamente, no momento em que a penetrante crítica das suas realizações e novas experiências na organização formal das novas cidades se faziam necessárias, constituiu um fracasso da imaginação política, não um fracasso das Cidades Novas como tais, e menos ainda um fracasso das premissas sobre as quais foram elas construídas.

Tanto as premissas quanto o programa exigiam revisão, à luz da nova experiência: a necessidade de criar Cidades Novas numa escala regional e de inventar um novo tipo de autoridade administrativa, com facilidades tanto de construção quanto de administração, com as dimensões das grandes Autarquias Portuárias e do Conselho do Condado de Londres, tem ainda de ser reconhecida. Mas aqueles que mostram, em altos brados, o fracasso, no princípio de um movimento, talvez na esperança de que seu clamor venha a produzir o fim, o que realmente fazem é mostrar o quanto é radical o desafio que esse novo estilo de crescimento urbano apresenta às suas premissas complacentes e não-examinadas.

Aquilo a que Howard chamava o "racimo urbano", colocado numa matriz verde permanente para formar uma nova unidade política e ecológica, representava de fato a forma embrionária de um novo tipo de cidade, que transcenderia às limitações especiais da cidade histórica, inclusive as da metrópole, e ainda assim venceria a expansão desmesurada e a difusão ao acaso da conurbação. O novo passo, na definição dessa nova unidade urbana, em que as partes visíveis formavam um todo invisível mas densamente tecido, foi dado por Henry Wright e seus companheiros, na Comissão de Alojamento e Planejamento Regional do Estado de Nova Iorque.

Analisando o crescimento urbano do Estado de Nova Iorque, Wright mostrou que a continuação do crescimento metropolitano, nas cidades terminais de Nova Iorque e Buffalo, faria aumentar ainda mais as suas inconveniências já tão numerosas; todavia, era agora possível planejar uma nova espécie de difusão urbana. Esta seria diferente do primeiro período de construção descentralizada de comunidades, concentrada na aldeia e baseada no canal, na ferrovia local (ainda não unificada num sistema), na utilização da energia hidráulica e na estrada para veículos puxados a cavalo. O novo modelo urbano seria mais confinado, retirando uma população permanente das Montanhas

Adirondack e restituindo-lhes a condição de florestas e área de recreação, e limitaria a nova região de colonização a uma faixa que correria ao longo dos vales do Hudson e do Mohawk e subiria para as áreas favoráveis porém mal servidas que margeavam o lago Erie. Essa constituiria uma nova região de colonização urbana, favorável à renovação de antigas comunidades cujo sangue havia sido tirado pela centralização metropolitana, e à edificação de novas comunidades, limitadas em tamanho, colocadas em terrenos prósperos de agricultura e entreligadas numa rede de estradas baseada no automóvel.

Tivesse havido suficiente iniciativa política e econômica, no Estado de Nova Iorque, para seguir esse desenho, tanto as grandes cidades quanto o resto do Estado teriam tirado proveito desse desenvolvimento. Em vez disso, todo o planejamento que se fez desde então tem sido baseado em termos de intensificação do padrão de congestionamento metropolitano. A rodovia direta de Nova Iorque a Buffalo apenas duplica a linha ferroviária e atravança os serviços públicos essenciais da ferrovia; ao passo que, no plano de Wright, as novas rodovias sem cidades, traçadas em 1929 por Benton MacKaye, em vez de seguir a linha interior de transporte, poderiam ter costeado a faixa de colonização e servido de espinha dorsal de um sistema regional de distribuição. Isso teria trazido um acesso máximo às áreas montanhosas de recreação, que ficavam adiante, e um sistema utilizável de transportes, privado e público, utilizando o canal, o rio, a ferrovia, a estrada e o ar. O conceito da cidade equilibrada deve ser agora ampliado para a região equilibrada, deliberadamente remodelada como obra de arte.

Com base nisso, quatro ou cinco novas entidades regionais poderiam ter sido criadas, concentrando-se nas cidades existentes, porém, muito mais amplamente difundidas, capazes de dirigir o crescimento seguinte para comunidades equilibradas. Isso teria levado o conceito de Cidades Sociais de Howard à sua conclusão. Ao contrário, os esforços combinados da Comissão de Estradas de Rodagem e da Administração do Porto de Nova Iorque têm-se feito sentir no estímulo ao congestionamento terminal e na extorsão de lucro da desordem maior.

Até aqui, as proposições de Howard não conseguiram deter ou sequer retardar os processos automáticos que ora se acham em funcionamento em nossa civilização. A razão subjacente desse fracasso é o fato de que a civilização ocidental ainda é levada pela inércia de três séculos de expansão: expansão da terra, expansão da indústria e expansão demográfica; e esses movimentos têm-se dado num ritmo que teria tomado difícil a organização e o refreamento público, mesmo que tivesse sido reconhecida a necessidade de uma economia vital mais estável. Desde o princípio, todos os três movimentos mostraram características irracionais e destruidoras, e muito longe de terem diminuído, durante as duas últimas gerações, têm sido intensificados. À medida que se ampliam a inquietação e a desordem, a possibilidade de se conseguir uma

distribuição planificada um equilíbrio dinâmico e um crescimento normal diminui. A atual difusão suburbana não-planificada, com seu concomitante congestionamento e ruína metropolitana, é um substituto ignóbil da ordem cívica e do planejamento regional.

É preciso admitir tudo isso. Mas talvez já esteja em processo, às ocultas, a reação às desintegrações atuais, assim como o cristianismo ficou oculto durante dois séculos inteiros, sob a panóplia do Império Romano. Caso as forças de integração se reafirmem, todas as comunidades terão de levar em conta o teorema de Howard: toda cidade, todo órgão da comunidade, toda associação, mesmo, e toda organização, tem um limite de crescimento físico; e com ele, o corolário de que todo o plano no sentido de ultrapassar aquele limite deve ser transposto para uma forma eterizada.

Isso vale tanto para o supercentralizado hospital ou instituto de pesquisas quanto já revelou valer para a elefantina loja de departamentos. Ao planejar eficientemente as novas dimensões e as novas finalidades da cidade, passaremos, sem dúvida, além da visão de Howard; mas ainda teremos para com ele uma dívida de gratidão, por ter sido o primeiro a esboçar as bases dessa ordem mais ampla.

CAPÍTULO XVII

O mito de Megalópolis

1. Aumentos de Poder

O aumento da área de terras aráveis, o aperfeiçoamento da agricultura, a difusão demográfica e a multiplicação de cidades verificaram-se lado a lado, no decorrer da História; nunca tanto como durante o século passado. Muitos países estão ingressando agora numa era em que a população urbana será não simplesmente maior que a população rural, mas em que a área real ocupada ou invadida pelo crescimento urbano rivalizará com aquela dedicada ao cultivo. Um dos sinais dessa mudança tem sido o aumento do número, área e população das grandes cidades. Megalópolis está rapidamente se tornando uma forma universal e a economia dominante é uma economia metropolitana, na qual não é possível qualquer empreendimento eficiente que não se ache firmemente ligado à grande-cidade.

Representará isso uma fase final do desenvolvimento urbano? Aqueles que acreditam que não existem alternativas para a atual proliferação do tecido metropolitano talvez estejam desprezando com demasiada facilidade o resultado histórico de tal concentração do poder urbano: esquecem-se de que esse fenômeno tem repetidamente assinalado a fase final do ciclo clássico de civilização, antes de sua completa derrocada e decadência. Sem dúvida, não há sinais de estabilidade numa civilização que, dentro de quarenta anos, passou por duas guerras mundiais e exterminou prematuramente as vidas de cerca de sessenta milhões de pessoas, segundo as menos precisas estimativas; uma civilização que fez ressurgir as mais bárbaras formas de compulsão, tortura e extermínio em massa, e que agora ameaça, em lutas futuras para "propagar o comunismo" ou "preservar a liberdade", aniquilar a população de continentes inteiros e talvez tomar todo o planeta permanentemente inabitável. Essa civilização metropolitana contém dentro de si mesma as forças explosivas que apagarão todos os traços da sua existência; e fazer planos para o futuro sem levar em conta esse fato é trair um dos sintomas típicos daquele divórcio da realidade que tem caracterizado a atual exploração dos agentes científicos de extermínio e destruição em massa.

Antes que possamos analisar os recursos mais vitais à disposição da humanidade, que possam pelo menos salvá-la de seu irracional mau uso da ciência e da invenção tecnológica, devemos encarar mais de perto as forças que têm produzido essa economia metropolitana e buscado apoio em seu orgulhosamente desastroso êxito. Talvez a consciência da evolução histórica das cidades venha a proporcionar uma visão, até agora ausente, que permita a introdução de novas medidas de controle em seus processos afora isso automáticos, por serem inconscientes. Muitos fatores atuais, que mesmo hoje parecem cegos e espontâneos, podem revelar-se, na verdade, esforços conscientes e calculados para estimular um crescimento que deve ser evitado, ou para concentrar funções e poderes que devem ser difundidos.

Possivelmente, uma das razões do tantas vezes repetido ciclo urbano de crescimento, expansão e desintegração, como sugeri noutro livro, está na própria natureza da civilização mesma. Já vimos que, em muitos casos, a cidade tende a abranger a vida orgânica multilateral da comunidade, em formas petrificadas e superespecializadas, que ganham continuidade à custa da adaptação e do maior desenvolvimento. A própria estrutura da cidade, com o recipiente de pedra dominando o ímã, pode, no passado, ter sido, em grau não pequeno, responsável por essa resistência. No fim, fez da desintegração física — por meio da guerra, do fogo ou da corrosão e ruína econômica — a única maneira de abrir a cidade para as novas exigências da vida.

Se isso é verdade, a primeira necessidade da cidade hoje em dia é uma intensificação do autoconhecimento coletivo, uma visão mais profunda dos processos da história, como primeiro passo para a disciplina e o controle: aquele conhecimento que é alcançado por um paciente neurótico, ao enfrentar um traumatismo infantil há muito tempo enterrado, que se levantou no caminho de seu crescimento e integração normal.

Cidades como Roma, que chegaram historicamente ao extremo completo de seu ciclo, antes de retomar o crescimento, numa fase inferior, proporcionam dados abundantes para o estudo da ascensão e queda de Megalópolis. Infelizmente, porém, aqueles dados são por demais dispersos, e grande parte deles é demasiado ilegível para proporcionar uma plena visão interior dos fatos. Embora, em nosso tempo, Varsóvia, Berlim, Tóquio e muitas outras cidades se achassem perto da extinção física, foi preservada uma porção suficiente do tecido vivo da cultura, em outros lugares, para permitir sua pronta reconstrução, com aperfeiçoamentos numerosos, de pequena monta, se não sem decisiva alteração funcional. A persistência desses recipientes supercrescidos haveria de indicar que constituem manifestações concretas das forças dominantes em nossa atual civilização; e o fato de que os mesmos sinais de supercrescimento e superconcentração existem na Rússia soviética "comunista" e nos Estados Unidos "capitalistas" mostra que tais forças são uni-

versais, operando quase sem consideração pelas ideologias dominantes ou metas ideais.

Embora se possam reconhecer tais fatos, seria prematuro acreditar que esses processos são finais e irreversíveis: já examinamos um vasto número de dados que demonstram que, mesmo em culturas menos preocupadas com o crescimento quantitativo do que a nossa, chega um ponto em que o órgão portador de um tumor destruirá o organismo a cuja custa alcançou dimensões tão infladas. Entrementes, o nascimento normal, o crescimento e a renovação podem, em algum outro lugar, deslocar o equilíbrio.

Os sociólogos e economistas que baseiam seus projetos de futura expansão econômica e urbana nas forças que ora estão em operação, projetando apenas aquelas mudanças que possam resultar do aceleramento de tais forças, tendem a chegar a uma Megalópolis universal, mecanizada, padronizada, como meta final da evolução urbana. Quer estejam extrapolando 1960 ou antecipando 2060, sua meta é, na verdade, 1984. Com o disfarce da descrição estatística objetiva, esses cientistas sociais, na realidade, estão deixando fora de sua análise os dados observáveis da biologia, da antropologia ou da História, que destruiriam suas premissas ou retificariam suas conclusões. Embora rejeitando a doutrina escolástica das causas finais, esses observadores transformaram a própria Megalópolis numa causa última virtual.

Grande parte do pensamento a respeito do desenvolvimento em perspectiva das cidades de hoje tem sido baseada nas suposições ideológicas atualmente em voga a respeito da natureza e destino do homem. Por baixo do seu apreço superficial pela vida e pela saúde, encontra-se um profundo desdém pelos processos orgânicos que implicam a manutenção da complexa parceria de todas as formas orgânicas, num ambiente favorável à vida em todas as suas manifestações. Em vez de levar em consideração as relações do homem com a água, o ar, o solo e todos os seus componentes orgânicos, como a mais antiga e mais fundamental de todas as suas relações — não para ser constringido ou apagado, mas ao contrário, para ser aprofundado e ampliado tanto em pensamento quanto em ação —, a tecnologia secular de nossa época dedica-se a imaginar meios de eliminar formas orgânicas autônomas, pondo em seu lugar engenhosos substitutos mecânicos (controláveis! lucrativos!).

Em vez de dar vida à cidade, de sorte que seu mais pobre morador tenha não apenas sol e ar, mas oportunidade também de tocar e sentir a terra cultivada, esses ingênuos apóstolos do progresso preferiram levar a esterilidade ao campo e, finalmente, a morte à cidade. A sua "cidade do futuro" é algo reduzido à mais mesquinha possibilidade de uma vida plenamente sensível, ativa e autônoma: a quantidade de vida que se conforma às exigências da máquina. Como veremos, isso apenas levaria as forças atualmente em jogo em Megalópolis à sua meta final — a total aniquilação humana. Tais profecias tendem a se realizar por si mesmas. Quanto mais amplamente nelas se acredita, melhor

elas operam. Mas, pela mesma razão, quanto mais prontamente operam, mais depressa chegam a seu trágico ponto culminante.

Hoje, o fim de toda a nossa civilização megalopolitana acha-se por demais visível diante de nós. Até mesmo um grupo de pontos mal-interpretado numa tela de radar poderia acionar o gatilho de uma guerra nuclear, que mandaria pelos ares toda a nossa civilização urbana, nada deixando atrás para o recomeço — nada além de morte pela fome, doenças pandêmicas ou o câncer inexorável causado pelo estrôncio 90, para os três vezes miseráveis refugiados que acaso sobrevivessem. Construir quaisquer esperanças para o futuro, com base numa tal estrutura, só poderia ocorrer aos “peritos” altamente treinados mas humanamente subdimensionados, que a conceberam. Mesmo que o destino não nos venha a vencer, muitas outras formas de morte, igualmente sinistras, ainda que mais insidiosas e lentas, já estão funcionando.

Mas os processos cíclicos em cujo meio nos encontramos não são necessariamente fixos e fatais. É neste fato que se devem basear todos os planos inteligentes. Nossa moderna cultura mundial, com suas fontes históricas cada vez mais profundas e seus contatos cada vez mais amplos, é muito mais rica em potencialidades ainda não empregadas, simplesmente porque é de âmbito mundial, do que qualquer outra civilização anterior.

Nosso problema, em todos os casos, é reduzir o ritmo ou fazer parar as forças que ora nos ameaçam: romper o ciclo de expansão e desintegração, estabelecendo novas premissas, mais próximas das exigências da vida, que nos permitam mudar nossa direção e, em muitas áreas, começar tudo de novo. A própria existência das Cidades Novas da Inglaterra e Suécia, embora não tenha alterado ainda o padrão dominante metropolitano dá ainda testemunho da possibilidade de um diferente modo de crescimento urbano. Aquele pequeno sinal pode ser o prenúncio de uma transformação maior.

No presente capítulo, é meu propósito examinar mais de perto alguns dos formidáveis aspectos negativos da civilização metropolitana. Servirá de prelúdio a uma nova análise do papel da cidade como *ímã*, recipiente e transformador, na cultura moderna.

2. “A Escravidão das Multidões”

A base da aglomeração metropolitana acha-se no tremendo aumento de população que se verificou durante o século XIX: esse aumento provavelmente ultrapassou, em termos tanto relativos quanto absolutos, o que se deu nos tempos neolíticos, e que tornou possível as conquistas originais do urbanismo. Os povos de tronco europeu multiplicaram-se de cerca de duzentos milhões, durante as Guerras Napoleônicas, para cerca de seiscentos milhões no início da Primeira Guerra Mundial. Esse tronco, que representava apenas perto de

um sexto da população da terra, no tempo de Malthus, cresceu para cerca de um terço, em pouco mais de um século, embora, entretantes, alguns dos outros povos que passaram a viver sob sua influência, como a população das Índias Orientais Holandesas, igualmente se reproduzissem e sobrevivessem como nunca havia acontecido.

Em 1800, nem sequer uma cidade do mundo ocidental tinha um milhão de habitantes: Londres, a maior delas, tinha apenas 959 310, ao passo que Paris tinha pouco mais de meio milhão, muito menos do que Amsterdam, hoje em dia. Em 1850, Londres tinha mais de dois milhões e Paris mais de um milhão de habitantes; e embora outras cidades aumentassem rapidamente, aquelas não tinham ainda rivais sérias. Mas, em 1900, onze metrópoles de mais de um milhão de habitantes tinham passado a existir, inclusive Berlim, Chicago, Nova Iorque, Filadélfia, Moscou, São Petersburgo, Viena, Tóquio e Calcutá.

Trinta anos depois, em consequência de uma febril concentração de capital e direção financeira, juntamente com os lucrativos meios mecânicos de congestionamento e ampliação urbana, existiam vinte e sete cidades com população superior a um milhão de habitantes, a começar por Nova Iorque e descendo até Birmingham, na Inglaterra, incluindo metrópoles em todos os continentes, mesmo a Austrália. Pela metade do século XX, havia uma infinidade de novas áreas metropolitanas, com anéis suburbanos que se avolumavam e difundiam, colocando muitas mais dentro do quadro metropolitano geral.

O aumento das cidades com população superior a cem mil habitantes foi igualmente notável; e essas cidades menores também tinham seus anéis suburbanos: mesmo em áreas tais como a Carolina do Norte, onde existia uma oportunidade quase providencial para criar um equilíbrio regional, em constelações separadas de cidades, nenhuma das quais poderia ter mais de 100 000, essas cidades separadas ir-se-iam assim agregar numa massa urbana não diferenciada e disforme, ou “conurbação”. Em 1930, quase metade da população dos Estados Unidos vivia dentro de um raio de trinta a oitenta quilômetros de cidades com uma população superior a cem mil; ao passo que, em 1950, podia-se encontrar essa população em 168 áreas urbanas com 50 000 ou mais pessoas: ao todo 83 929 863. Tendências semelhantes prevaleceram em toda parte: em 1950, 13,1 por cento da população mundial vivia em cidades de 100 000 ou mais habitantes, em confronto com 1,7 em 1800.

Essa alteração em número, dimensões e áreas urbanizadas resultou em mudanças qualitativas em todos esses centros e, além disso, estendeu a área da influência urbana, levando os bens, os hábitos e os valores ideológicos da cidade a aldeias até então contidas em si mesmas, seguindo ainda o estalão de vida fundamentalmente semelhante, em conteúdo, ao da cultura neolítica. Até mesmo as principais ferramentas da vida primitiva na selva, o machado e a machete dos índios sul-americanos, já não eram produzidos em lugares pró-

ximos, mas em Newark ou Sheffield. Essas mudanças alteraram igualmente a ordem natural de tamanhos nas cidades: com efeito, tal ordem aparentemente varia em número e distribuição, mais ou menos segundo o tamanho da maior cidade da série. Acima de tudo, essa construção e multiplicação de cidades alterou todo o equilíbrio entre a população urbana e a população agrícola. Outrora, tinham sido as cidades-ilhas que pontilhavam um oceano amplo de agricultura. Agora, entretanto, na parte mais populosa da terra, as áreas agrícolas produtivas tendiam a constituir ilhas verdes, isoladas, a desaparecer lentamente debaixo de um mar de asfalto, concreto, tijolos e pedras, cada um deles a cobrir inteiramente o solo ou a reduzir seu valor para quaisquer outras finalidades que não a de mais calçamento, encanamento e edificação.

Para dar um apanhado de todos os fatores que vieram produzir essa mudança, ter-se-ia de pintar um quadro muito mais amplo do desenvolvimento de nossa civilização mecânica durante os últimos três séculos, do que aquele que tentei neste livro: que minhas observações de *Técnica e Civilização* suplementem os capítulos anteriores deste livro. Em resumo, porém, pode-se dizer que, por um processo de substituição e crescimento forçado, os processos mecânicos suplantaram os orgânicos, num departamento após outro; e que o resultado total foi deslocar formas vivas e encorajar apenas as necessidades e desejos humanos que pudessem ser lucrativamente ligados ao mecanismo produtivo, fosse para o lucro e para o poder, como no primitivo capitalismo de riscos, fosse para a segurança e o luxo, como no capitalismo de bem-estar, ou fosse para a segurança e o poder reunidos, como no capitalismo monopolístico de Estado, dos chamados países comunistas.

Em qualquer caso, o resultado final foi mais ou menos o mesmo. Ao lado dessa mudança, deu-se um deslocamento para fontes mais distantes de suprimentos e das cidades de produção para os centros financeiros, onde era manipulado o mercado e gastos os lucros. A "livre concorrência", o chavão que rompeu os antigos monopólios feudais e municipais, cedeu aos esforços em larga escala para se alcançar o monopólio ou quase monopólio, hoje chamado "oligopólio", de tal sorte que uma minoria de organizações pudesse controlar o mercado e fixar os preços quase com tanto êxito quanto se constituíssem de fato uma unidade. A grande metrópole foi, ao mesmo tempo, agente desse processo e símbolo do seu esmagador sucesso.

Esse movimento geral colocou os vários setores da sociedade moderna dentro do mesmo grande recipiente urbano; e, dessa maneira, anulou, em grau não pequeno, a separação entre os vários grupos dominantes. As terras, as indústrias, as finanças, as forças armadas e o oficialismo constituíram uma coalizão nos principais países ocidentais, para obter o máximo de exploração pecuniária e o máximo exercício do efetivo controle político. Os agentes governamentais do poder começaram a dirigir os "interesses nacionais" para

o serviço do industrial e do financista, pois, como observou Cecil Rhodes, "a expansão é tudo"

Assim, as forças específicas, que promoviam naturalmente a expansão da metrópole, foram aumentadas por um impulso generalizado na mesma direção. O industrial, abandonando seu credo do *laissez-faire* e da livre empresa, passou a confiar em que seus aliados imperialistas protegeriam a indústria contra as instabilidades do mercado: daí todas as formas de "proteção", desde a tarifa e os subsídios até os exércitos e armadas que abriam mercados fechados ou recolhiam tributos.

Se a forma original da cidade foi alcançada graças à união das economias paleolítica e neolítica, a da metrópole final parece ser resultado de duas forças que se destacaram, em formas institucionais, muito rapidamente, após o século XVII: uma economia produtiva "industrial", utilizando energia numa escala nunca antes possível, e uma economia de consumo "comercial" até então confinada à corte e à aristocracia, multiplicando rapidamente os confortos e luxos à disposição de poucos e ampliando gradualmente todo o círculo de consumidores.

Ambas as economias tornaram-se hiperativas, sob a pressão da contínua invenção: energia, velocidade, quantidade e novidade passaram a ser fins em si mesmos, e nenhuma tentativa real foi feita para controlar o poder e a quantidade, levando em conta necessidades humanas, além de expandir a produção e o consumo. Assim, as grandes metrópoles transformaram num vasto complexo único a cidade industrial, a cidade comercial e a cidade real e aristocrática, cada qual estimulando e ampliando sua influência sobre as demais.

Os padrões da fábrica e do mercado prontamente se difundiram para todas as demais instituições da metrópole. Ter o maior museu, a maior universidade, o maior hospital, a maior loja de departamentos, o maior banco, a maior corporação financeira, era cumprir a mais alta exigência urbana: e produzir o maior número de invenções, o maior número de documentos científicos, o maior número de livros, tornou-se marca tão importante de êxito metropolitano quanto o número máximo de toneladas de ferro em lingotes em Pittsburgh ou Essen. Em suma, todas as bem-sucedidas instituições da metrópole repetem, em sua própria organização, o gigantismo sem meta do todo. Ao reagir contra as antigas condições de escassez e penúria, a economia metropolitana chegou assim ao outro extremo e concentrou-se na quantidade, sem prestar atenção à necessidade de regular o ritmo, distribuir a quantidade ou assimilar a novidade. O orgânico, o qualitativo, o autônomo foram reduzidos a uma posição secundária, senão obliterados em todos os departamentos.

Tanto a cidadela quanto a muralha, desde muito eram obsoletas, nas grandes capitais; mas, no próprio momento em que desapareceram, uma rede de controles organizacionais, concentrados na capital dominante e ramifi-

cados pela comunicação instantânea com toda parte, passou a existir e desempenhou as mesmas funções, de maneira mais eficiente. Na mesma medida em que os novos poderes eram obscuros, impossíveis de fixar ou de enfrentar, eterizados, todos eram ainda mais eficientes. Era possível romper a muralha de uma cidade ou matar um rei: mas como se poderia atacar um cartel internacional? Somente quando uma capital nacional entrava em conflito com outra, tomava-se claro que todas as forças arcaicas e demolidoras das antigas cidadelas ainda se achavam ativas — e efetivamente se haviam tornado grandemente ampliadas e cada vez mais irracionais.

O crescimento e multiplicação das grandes metrópoles foram, a um tempo, provas dessa tendência generalizada para a concentração monopolística, e o meio pelo qual foi ela efetuada. Mesmo na cidade provincial mais autocomplacente, o padrão de vida institucional tornou-se cada vez mais o da metrópole: os santo-e-senhas do poder político, as erupções de nacionalismo, a aceitação generalizada das marcas tanto comerciais quanto culturais da metrópole, com a vergonhosa exclusão dos produtos locais, tomaram-se praticamente universais, ao começar o século XX.

Para grande consternação de Herbert Spencer e seus discípulos, que acreditavam inocentemente que o industrialismo garantia a paz, tornou-se evidente, ao fim do século XIX, que acontecera o contrário: o industrialismo aumentara a magnitude e a eficiência destruidora da guerra, emprestando-lhe os benefícios da produção em massa e da mecanização. Mais uma vez, apareceu o soldado no centro da cidade, e com ele, as cores da vida, abandonando o insensível ambiente da cidade industrial, refluíram para a metrópole, vestindo os alegres uniformes dos Guardas e dos Escudeiros. Parte alguma da vida podia escapar a essa generalizada regimentação. Debaixo da pacífica superfície e ordeira rotina da metrópole, todas as dimensões da violência se haviam subitamente ampliado. À medida que essas forças se desenvolviam, a metrópole tomava-se, cada vez mais, um artifício para aumentar as variedades de experiência violenta, e cada cidadão passava a ser um *connoisseur* das artes da morte.

Esse quadro negativo da organização metropolitana, é preciso acentuar, não conta toda a história. É preciso julgar o que aconteceu durante o último século e o que agora nos ameaça de maneira tão insistente, não apenas pelas transformações reais que se verificaram, mas por numerosas e admiráveis potencialidades que, afinal, podem vir a apagá-las e erguer o nível total da vida a um plano superior. Algumas dessas potencialidades já foram realmente — coitadas! — apagadas. Assim, a conservação e transmissão das culturas primitivas, pelas contribuições que poderiam ter no superar a esterilidade ora tão dolorosamente evidente na nossa, não foram tentadas, enquanto o dano irreparável não tinha sido feito. Assim também, muitos processos e descobrimientos humanos, na medicina e na educação, que foram pervertidos pela

civilização metropolitana, aguardam ainda seu pleno serviço, numa cultura voltada para fins mais humanos. Se, porém, a história da cidade do século XIX é, como bem observou Lavedan, a história de uma enfermidade, a da cidade do século XX poderia ser chamada a história de uma estranha espécie de tratamento e assistência médica que procurasse corrigir os sintomas, embora mantendo ciosamente todas as condições agonizantes que provocaram a doença — e produzisse mesmo reações paralelas que se mostrassem tão graves quanto a doença.

Com umas poucas exceções destacadas, como Patrick Geddes, Piotr Kropotkin, Enebezer Howard e Max Weber, ainda é em vão que se procura a plenitude do entendimento dos processos normais que a cidade promove. Embora tenha havido uma infinidade de estudos da desordem e decadência urbana, os poucos que tentam tratar da saúde urbana e fixar melhores normas de crescimento e desenvolvimento são, na sua maior parte, inocentemente utópicos na sua crença sem reservas nos dúbios imperativos de uma economia em expansão; assim também, no fato de conceberem como de máxima importância e máxima suficiência o papel que a ciência e a técnica desempenhariam no futuro desenvolvimento da cidade.

De fato, a metrópole atual, mesmo na sua forma mais confusa e corrupta, revela certos ganhos novos na difusão da cultura humana, que praticamente não existiam em épocas anteriores, quando todas as formas superiores constituíam um monopólio da cidadela e do templo. O núcleo histórico metropolitano tem ainda uma função a desempenhar, uma vez que seus membros compreendam que nem seu monopólio original nem sua atual desintegração pode ser indefinidamente mantida. Hoje, se nos é permitido tomar emprestado um clichê da física, o grande problema é transmutar a massa física em energia física. Devemos inventar novos agentes que transformem o congestionamento automático numa mobilização com um propósito: para eterizar o recipiente, repolarizar o ímã e ampliar o campo. Essas possibilidades talvez se tornem mais palpáveis, se examinarmos os grandes desvios de esforço que se verificaram.

3. A Burocracia Tentacular

A atração hipnótica da grande cidade deriva-se da sua posição original, como instrumento do Estado nacional e símbolo de seu poder soberano: uma das mais remotas dentre todas as funções urbanas. Com exceção de Washington e Canberra, as cidades que pela primeira vez fixaram o padrão de crescimento desordenado e irrestrito foram capitais nacionais e imperiais: graças a sua grandeza e riqueza, atraíam tanto a população quanto o comércio dos centros

menores, cujos modos de vida tradicionais eram forçados a ceder ao imenso prestígio do rei e da corte.

Contudo, o poder político e militar deve ser sustentado pela organização econômica. Os meios de aglomeração urbana continuada foram as rotas mundiais de comércio, que se abriram a partir do século XVI, penetrando no interior por meio de canais e rios, e depois, no século XIX, por sistemas ferroviários continentais e, finalmente, no meio do século XX, por linhas aéreas cuja velocidade, em viagens sem escala, fez com que os agregados urbanos menores fossem desprezados, favorecendo a maior concentração em reduzido número de cidades terminais.

Esses variados meios provocaram um fluxo interminável de alimentos e matérias-primas distantes para a metrópole, juntamente com trabalhadores e intelectuais, negociantes e viajantes, trazidos de áreas remotas. "Todos os caminhos levam a Roma", e as estradas de ferro, que promoviam a difusão regional, ficaram abandonadas, ou caíram na obsolescência e foram impelidas à falência, a fim de favorecer as viagens nas linhas-tronco e o congestionamento terminal. Até mesmo as vias expressas motorizadas, potencialmente admiráveis agentes de difusão, foram planejadas — ou melhor, destramente mal planejadas — para esse fim.

A condição política que apressou o ritmo dessa concentração e a implantou também em subcentros foi a crescente importância dos processos da própria administração, em todos os tipos de empresa: a indústria, os negócios, a filantropia, a educação. Em suas fases posteriores, o crescimento dessas cidades é um subproduto do crescimento e da influência cada vez maior da burocracia, que impeliu para todas as esferas os controles e as arregimentações que examinamos primeiro na cidade barroca.

Tão logo os meios de comunicação instantânea tinham-se tornado disponíveis, houve um novo estímulo à concentração dos órgãos de administração: a produção podia ser controlada, regulado o embarque de produtos, os pedidos podiam ser feitos e cancelados, num ponto único. O controle remoto, corporificado inicialmente na separação entre a oficialidade e a tropa, no exército, estendeu-se às operações de negócios. Com a fabricação da máquina de escrever, nos anos de 1870, e com a simultânea propagação da estenografia de alta velocidade, era cada vez maior o número de negócios que podiam ser controlados na ponta do lápis. Os meios mecânicos de comunicação; os meios mecânicos de fazer e multiplicar registros permanentes; os sistemas mecânicos de consulta e controle — todas essas invenções contribuíram para a criação de vasta burocracia comercial, capaz de promover vendas em territórios cada vez mais distantes, estabelecendo os padrões em moda na metrópole como idênticos à própria civilização ou a qualquer coisa a que se pudesse chamar vida real.

O termo burocracia tinha-se, na verdade, transformado em desalentador

sônônimo de ineficiência, pelos meados do século XIX: Dickens não precisou ter especiais poderes de invenção para criar *Sir Tite Barnacle* e o Departamento de Circunlocução. Toda gente experimentava, no mundo político e financeiro, a dificuldade de ter as coisas feitas por ação direta. O ato civil mais simples exigia sanções legais, documentos, verificações. Desde a procura de um documento até o estabelecimento de direitos civis no casamento, ninguém era capaz de mover-se sem o auxílio de funcionários especiais. Advogados, que conheciam as formas e os detalhes técnicos exigidos, formavam grande parte da crescente população profissional: os seus serviços eram necessários para a observância, e ainda mais para uma bem preparada burla da lei.

Em tudo isso, a burocracia política servia como alvo especial para a crítica impiedosa: dizia-se que era dona do monopólio dos métodos vagos e de uma atenção impertinente pela forma. Mas a honrada indignação do homem de negócios acerca do crescimento monstruoso da burocracia política era extremamente desprovida de humor. Aquela atitude não se dava conta do fato de que o maior desenvolvimento da burocracia, durante o último século, teve lugar dentro do próprio domínio dos negócios: aquele desenvolvimento deixava muito atrás as adições mais mesquinhas da burocracia governamental. Evidentemente, nenhuma grande empresa incorporada, com uma rede mundial de agências, correspondentes, mercados distribuidores, fábricas e investidores, podia existir sem confiar nos serviços de um paciente exército de empregados na metrópole: estenógrafas, arquivistas, guarda-livros, chefes de serviços, chefes de vendas e os seus vários assistentes, até o quinto vice-presidente, cujo nome ou "de acordo" põe o selo final da responsabilidade numa ação.

O alojamento dessa burocracia em prédios de escritórios, habitações coletivas e subúrbios residenciais, constituía uma das tarefas capitais da expansão metropolitana. O seu transporte de ida e volta ao trabalho, dentro de um prazo limitado de tempo, submeteu um dos problemas técnicos difíceis à sagacidade do urbanista e do engenheiro. E não só essa própria burocracia exigia espaço funcional e espaço vital: os subprodutos da sua rotina vinham a ocupar uma parte crescente nas novas acomodações: arquivos, armários, lugares para guardar as coisas vivas e lugares para guardar as coisas mortas, campos de paradas e cemitérios de documentos, onde os registros de negócios eram guardados em ordem alfabética, com um olhar voltado para a possibilidade de futura exploração, futura consulta, futuros procedimentos legais, futuros contratos.

Essa época encontrou a sua forma num tipo novo de edifício de escritórios, nos Estados Unidos, nos anos de 1880: simbolicamente, uma espécie de arquivo vertical de seres humanos, com janelas uniformes, fachada uniforme, acomodações uniformes, subindo um andar após outro, na concorrência com outros arranha-céus pela conquista da luz, do ar, mas, acima de tudo,

do prestígio financeiro. As abstrações das altas finanças produzem sua exata corporificação material nesses edifícios e a tendência para multiplicar os serviços burocráticos e ampliar o gigantesco sistema de controle ainda agora não chegou ao seu ponto final; pois, à medida que aumentam seus membros e as transações se tornam mais complicadas, os processos burocráticos devem substituir o contato humano direto e o intercurso pessoal. Enquanto na Inglaterra e Gales, por exemplo, entre 1931 e 1951, o emprego total cresceu de 8%, o emprego em escritórios cresceu de 63%; e em Londres, o número de pessoas empregadas em escritórios representa duas vezes a média nacional.

Dentro dessas circunstâncias, uma nova trindade dominou a cena metropolitana: as finanças, os seguros e a propaganda. Por meio desses agentes, a metrópole estendeu o seu alcance sobre regiões subordinadas, tanto dentro do seu próprio território político como nos domínios que ficavam no estrangeiro; direta ou indiretamente, apressavam eles o refluxo dos tributos aos grandes centros. Empresa econômica, poder político, autoridade social, outrora divididas pela terra toda, concentravam-se agora nas novas Romas. Para obter dinheiro, era preciso ir à metrópole; para exercer influência, era preciso alcançar uma posição financeira proeminente na metrópole. Aqui e ali, um lobo solitário como Henry Ford poderia permanecer temporariamente desligado do sistema, ou, como Walter Rathenau, poderia tentar controlá-lo tendo em vista finalidades humanas mais elevadas. Mas tal isolamento, tal controle, seria em grande parte uma ilusão: note-se como o próprio Ford, que a princípio fabricava um carro adaptado às necessidades populares e à vida rural, acabou sucumbindo à tentação do estilo metropolitano.

Organização monopolista, finanças baseadas no crédito, prestígio pecuniário — tais são as três faces da pirâmide metropolitana. (Cada qual tem seu equivalente nas economias planificadas e geridas pelo Estado dos países "comunistas".) Tudo o que acontece na cidade acaba dando num ou noutro desses três elementos. A metrópole é o reservatório natural de capital, dentro dessa fase econômica; porque os seus bancos, os seus escritórios de contabilidade, as suas bolsas de valores servem como ponto de reunião das economias do campo que a rodeia, e, no caso de capitais mundiais, para o capital excedente de investidores estrangeiros. Os investidores e fabricantes gravitam juntos no sentido da metrópole: quanto mais constante a necessidade de capital a crédito, tanto mais importante para o mutuário estar perto dos grandes bancos que o podem aliantar.

A concentração de poder financeiro nos bancos nacionais ou seminacionais, como o augusto Banco da Inglaterra, e nas mãos de banqueiros particulares, politicamente irresponsáveis, como as Casas de Rothschild e de Morgan, era um traço característico desse regime: mas, por sua vez, começaram a surgir redes bancárias de âmbito nacional cada vez maior; de tal sorte que, mais cedo ou mais tarde, grande parte da população, sob a forma de

investidores, depositantes mutuários, especuladores, foi atraída para o esquema metropolitano. Como Balzac viu claramente, no início mesmo dessa concentração, o banqueiro era supremo. Direta ou indiretamente, manipulava os tópicos que apareciam no palco político, contribuía para os fundos dos partidos políticos e a sua sanção era tão necessária ao êxito de um processo político ou de investimento industrial, quanto era fatal o seu veto.

Ora, as hipotecas em propriedades imobiliárias metropolitanas, cujos valores são "garantidos" pela prosperidade e pelo crescimento contínuo da metrópole, tornaram-se pilares dos bancos de depósitos e das companhias de seguros. Para proteger os seus investimentos, tais instituições devem combater qualquer tentativa para reduzir o congestionamento, pois este viria também a deflacionar os valores que se baseiam no congestionamento. Note-se como o programa de destruição de cortiços e reconstrução suburbana traçado pela administração Roosevelt, depois de 1933, foi solapado pelo fato de que a administração criava, ao mesmo tempo, outro agente cujo único propósito era conservar intacta a estrutura existente de hipotecas e taxas de juros. Essa política tornou impossível graduar de forma decrescente o ônus dos valores territoriais inflacionários e fixou a dívida urbana ao nível geral dos preços. Note-se, além disso, como os generosos dispositivos que procuravam apagar parte dos elevados valores de terrenos de cortiços, no interesse da renovação urbana, pelo governo federal, resultaram não em densidades menores e alojamentos melhores para as pessoas assim desalojadas, mas, não raro, em densidades ainda mais elevadas e lucros maiores, graças aos alojamentos de grupos de rendimentos mais elevados. (Caracteristicamente, os principais beneficiados foram não os moradores em cortiços, mas os financistas e construtores especuladores.)

Embora baseado na expansão dinâmica, o sistema inteiro torna-se cumulativamente rígido e menos capaz de enfrentar situações novas: não pode manobrar nem se retirar. Na verdade, não é menor a base aí desempenhada pela compulsão para realizar os processos de expansão. Na ordem medieval, as fatalidades e inseguranças da vida eram compensadas pela organização de guildas e sociedades fraternais. No regime metropolitano, tais serviços são desempenhados por companhias financeiras especiais — as companhias de seguros. Nos cálculos feitos para estabelecer os prêmios de seguros, tiveram lugar os primeiros progressos em sociologia estatística; e, no trabalho intenso em prol da manutenção da saúde e prevenção das doenças, grandes organizações como a Companhia Metropolitana de Seguros de Vida, dos Estados Unidos, demonstraram o valor em dinheiro de melhoramentos nesses setores, pela educação e tratamento médico.

Infelizmente, dentro do esquema metropolitano em vigor, a apólice e uma tentativa para ganhar segurança, acumulando num só ponto o máximo de riscos. A curto prazo, a companhia de seguros pode ser solvente; a longo

prazo, torna-se ela mesma um dos elementos que contribuem para a derrocada do regime como um todo. Enquanto o mecanismo produtivo está funcionando bem, o fluxo de bens e serviços é contínuo. Mas uma seca, um furacão, um terremoto, uma carência de mercadorias, para não falar na guerra, abalarão o tecido; e a afirmação dessas implacáveis exigências metropolitanas levanta-se, assim, no caminho de um ajustamento político racional. Se isso já tinha significado, antes da invenção das armas nucleares, que diremos agora dessa forma de segurança? Se o sistema tivesse realmente uma base racional, todos os fundos excedentes das organizações de seguros seriam encaminhados para o único risco que hoje torna microscópicos todos os outros riscos: a segurança pela paz mundial, uma prudente sugestão que o filósofo Josiah Royce esboçou muito tempo atrás.

Para completar o processo de monopólio metropolitano, seu controle unilateral deve ser levado ainda mais longe: comparando e reunindo empresas locais, constituindo cadeias de hotéis ou lojas de departamentos, que podem ser colocadas sob um controle centralizado e ordenadas a bem dos lucros do monopólio. Para selar esse controle, um outro passo é necessário: o efetivo monopólio da propaganda, da notícia, da publicidade, da literatura periódica e, acima de tudo, dos novos canais de comunicação de massa, o rádio e a televisão. Esses vários setores têm diversos pontos de origem e representam vários interesses iniciais; historicamente, porém, têm estado frouxamente ligados desde o início e, dentro da estrutura metropolitana, finalmente entram em coalizão.

Todos esses meios trabalham para um fim comum: dar a marca da autenticidade e de valor ao estilo de vida que emana da metrópole. Estabelecem a marca nacional; tentam controlar o mercado nacional: fazem com que cada afastamento do padrão metropolitano pareça deploravelmente provinciano, rude e, o que é ainda mais lamentável, desatualizado. A meta final desse processo seria uma população unificada, homogênea, completamente padronizada, cortada segundo o molde metropolitano e condicionada a consumir apenas aqueles produtos que são oferecidos pelos controladores e condicionadores, no interesse de uma economia em contínua expansão. Em países como os Estados Unidos, onde esse fenômeno se tem verificado de maneira mais rápida, aquela meta já se acha claramente à vista. Será de admirar que, neste país, durante o último decênio, algo perto do dobro da soma consumida em educação pública primária e secundária, por família, foi gasto em propaganda? O controle sem a realeza: a conformidade sem a escolha: o poder sem a intervenção da personalidade.

Onde os órgãos das finanças e da publicidade se acham concentrados, as classes proprietárias, não importa qual seja a sua origem, estão igualmente reunidas; o ritual de sua vida, que é vivida em público, em benefício dos jornais ilustrados e dos programas de televisão, constitui parte essencial da

atração pecuniária. Montesquieu, observando esse regime, numa fase anterior, descreveu as conseqüências sociais com sua habitual profundidade e precisão. "O luxo — assinalou — acha-se também em proporção à população das cidades e especialmente da capital; de tal sorte que está em proporção à riqueza dos Estados, à desigualdade das fortunas particulares e ao número de pessoas fixadas em lugares particulares." A concentração dos ricos é um fenômeno metropolitano típico. O ritual principesco dos gastos exagerados, já não mais confinado à corte real, faz nascer as indústrias especiais de luxo da metrópole, vestuário, alimentação, adornos, cosméticos. Por causa da natureza universal dos padrões metropolitanos, a moda exótica dos ricos acaba sendo copiada e reproduzida em massa, para benefício da população inteira: esse é, aliás, um pilar necessário a uma economia em expansão.

Embora a cobiça, a avareza e o orgulho sejam os principais motivadores do regime metropolitano, na segunda e terceira geração de fazedores de dinheiro, a filantropia mesma torna-se um negócio auxiliar de grande reputação. Em países onde a sobretaxa sobre a renda é elevada, fundações caritativas e educacionais servem à nova arte de dar dinheiro e ainda assim conservar seu firme controle, podendo consumi-lo de modo a proteger o sistema que torna isso possível. Assim como algumas centenas de grandes companhias controlam cerca de metade do capital industrial, nos Estados Unidos, assim também um grupo relativamente pequeno da classe financeira e administrativa controla os órgãos de cultura. Quando se tem de promover nova linha de atividade nas artes e nas ciências, é à bem nutrida bolsa da metrópole que os promotores se dirigem; ali, mais freqüentemente do que se pensa, implanta-se a nova fundação.

Assim, uma infinidade de associações e organizações de âmbito nacional e internacional tem, naturalmente, seus escritórios centrais em Nova Iorque, Londres ou Paris. Ali vão ajuntar-se os patronos e clientes; ali, o patrocínio competitivo aumenta a oportunidade de se encontrar apoio para interesses especiais. Como uma parcela desproporcional de poder, influência e riqueza foi retirada do interior, é necessário, ao provinciano que queira recuperar qualquer dessas coisas, abandonar sua casa e ir para a metrópole lutar por um lugar.

Uma terceira condição incentiva ainda a insensata aglomeração de população. Victor Branford sugeria que o crescimento das burocracias imperiais, nascendo como conseqüência da centralização política na guerra, foi um dos agentes que transformaram a cidade industrial ou fizeram com que cedesse em poder e influência à metrópole. A guerra é a casa de força da burocracia política. Durante o século XIX, à medida que mais se amontoavam as populações nuns poucos grandes centros, eram forçadas a confiar mais plenamente em fontes distantes de suprimentos: ampliar a base de suprimentos e proteger a

"linha vital", que liga a fonte à goela voraz da metrópole, tornaram-se funções do exército e da marinha.

Na medida em que a metrópole, por meios justos ou incorretos, é capaz de controlar fontes distantes de alimentos e matérias-primas, o crescimento da capital pode prosseguir indefinidamente. Mesmo num país como os Estados Unidos, as áreas rurais circunvizinhas foram, por muito tempo, tratadas como possessões coloniais e privadas, por banqueiros metropolitanos, do capital necessário à construção de sua própria usina de aço, e mesmo para o incentivo ao consumo local. Foi preciso que a Segunda Guerra Mundial viesse forçar a implantação de usinas siderúrgicas na Costa do Pacífico.

Não se suponha que tais esforços para promover a aglomeração e o congestionamento sejam inteiramente espontâneos. Ao contrário, fizeram-se esforços tremendos — e continuam sendo feitos — para assegurá-los. Os sistemas ferroviários foram propositadamente elaborados para induzir os passageiros e mercadorias a passar pela metrópole, antes de seguir para outros lugares. Cada grande metrópole sente-se ainda como uma aranha, no meio de uma teia de transporte, embora a própria ferrovia tenha sido sacrificada ao automóvel e ao avião a jato. Nos Estados Unidos, além disso, como há muito mostrou Warren Thompson, a estrutura tarifária das ferrovias não é baseada no custo real dos serviços; as tarifas são arbitrariamente igualadas, de modo a pagar um subsídio às grandes cidades, à custa das cidades rivais, que talvez se achem mais próximas do ponto de embarque, muito embora o custo dos fretes, nas grandes cidades, sempre tenha sido, em consequência do seu próprio congestionamento, desproporcionalmente elevado — e seja agora quase proibitivo.

Os subsídios públicos aos transportes aéreos operam tendo em vista o mesmo fim: alcançar o máximo de congestionamento e anular os próprios melhoramentos que os progressos tecnológicos, mesmo potencialmente, trouxeram. Assim, muitas das gabadas vantagens da metrópole, que tem à sua disposição todos os recursos da tecnologia, acabam-se revelando ilusórias: como a Rainha Vermelha de Alice, por força de grande exercício e extrema velocidade, a metrópole mal consegue manter-se na mesma posição: na verdade, muitos dos seus serviços, durante o último meio século, deram para trás. A sapiência tecnológica não constitui cura de incompetência política e falta de inventividade social.

4. A Remoção dos Limites

Vamos agora examinar a situação da metrópole em termos mais gerais: aquilo a que alguns têm chamado explosão urbana é, na realidade, sintoma de um estado mais geral — a remoção dos limites quantitativos. Isso assinala a

mudança de um sistema orgânico para um sistema mecânico, do crescimento propositado para a expansão sem propósito.

Até o século XIX, as limitações dos transportes tanto locais quanto regionais impunham uma restrição natural ao crescimento da cidade. Até mesmo os maiores centros, Roma, Babilônia, Alexandria, Antioquia, eram forçados a respeitar aquele limite. Mas, pelos fins do século XIX, a tendência para o monopólio metropolitano era suplementada por um novo fator, introduzido pela eficiente utilização do carvão e do ferro e pela propagação da estrada de ferro: em função das exigências puramente físicas, a área de colonização coincidia com os depósitos de carvão, as jazidas de ferro, a rede ferroviária. Patrick Geddes, no princípio do século atual, mostrou o significado dos nove mapas demográficos, que revelavam graficamente um generalizado adensamento e propagação da massa urbana: mostrou ele que províncias e distritos inteiros se estavam tornando urbanizados e propôs diferenciar aquelas formações assim difusas por um nome que as distinguiria da cidade histórica: a "conurbação".

Entretentes, as forças originais que criaram a conurbação foram suplementadas pela rede de energia elétrica, pela ferrovia eletrificada e, mais tarde ainda, pelo automóvel e pela rodovia: de tal sorte que um movimento, a princípio confinado principalmente à área acessível à estrada de ferro, está ocorrendo agora em toda parte. Ao passo que a primeira expansão do sistema fabril produziu uma multidão de novas cidades e aumentou grandemente a população dos centros existentes, a difusão atual da área de colonização, em grande parte, deteve esse crescimento e aumentou enormemente a produção de tecido urbano relativamente não-diferenciado, sem qualquer relação, quer com um núcleo internamente coerente, quer com qualquer tipo de demarcação exterior.

O resultado que se ameaça é uma conurbação universal. Aqueles que ignoraram a definição original de Geddes, meio século atrás, redescobriram recentemente o próprio fenômeno e o trataram como se fosse algo inteiramente novo. Alguns chegaram mesmo a aplicar erroneamente à conurbação o inadequado termo *Megalópolis*, embora represente, na realidade, justamente o contrário da tendência que levou a existir a antiga cidade desse nome. A cidade histórica supercrescida era ainda, residualmente, uma entidade: a conurbação é uma não-entidade e torna-se mais patente como tal à medida que se propaga.

O que essa remoção dos limites significa talvez possa ser melhor apreendido se comparado com a ampliação dos centros históricos. Quando Roma era rodeada pela Muralha Aureliana, em 274 d.C., cobria pouco mais do que 13 quilômetros quadrados. A área atual de Londres é 130 vezes maior que aquela; ao passo que é mais ou menos 650 vezes maior que a área da Londres medieval, que tinha 275 hectares. A conurbação de Nova Iorque é ainda mais difun-

dida: cobre algo próximo a 6511 quilômetros quadrados. Se não sobrevier nenhuma finalidade humana, detendo o ofuscamento do campo e fixando limites para o crescimento e colonização das cidades, toda a faixa litorânea, de Maine à Flórida, poderia juntar-se numa conurbação quase não-diferenciada. Contudo, chamar a essa massa uma "cidade regional" ou afirmar que representa a nova escala de colonização à qual o homem moderno deve adaptar suas instituições e suas necessidades pessoais é mascarar a realidade da situação humana e deixar que forças aparentemente automáticas se tornem substitutas das finalidades humanas.

Aquelas vastas massas urbanas podem comparar-se a um exército mal-equipado e desorganizado, que perdeu seu chefe, dispensou seus batalhões e companhias, rasgou suas bandeiras e fuge em todas as direções. "*Sauve qui peut*." O primeiro passo para corrigir essa situação, além da implantação de um comando geral, é seu reagrupamento em unidades que possam ser eficientemente controladas. Até que compreendamos a função das unidades menores e possamos discipliná-las, não podemos comandar e movimentar o exército como um todo, numa área maior. A dimensão das distâncias mudou e a "cidade regional" constitui uma realidade potencial, aliás uma necessidade vital. Mas a condição para o triunfo desses esforços está em nossa capacidade de reconhecer e impor limitações orgânicas. Significa isso a substituição da economia metropolitana, de orientação mecânica, por uma economia que se dirija para os bens e finalidades da vida.

Embora a remoção dos limites seja um dos principais feitos da economia metropolitana, não implica qualquer abdicação de poder por parte dos chefes em geral: pois existe uma condição que se contrapõe a essa remoção, e é o processamento de todas as operações por meio da metrópole e de seus mecanismos cada vez mais complicados. A metrópole é, de fato, um centro de processamento, no qual uma ampla variedade de bens, materiais e espirituais, é mecanicamente classificada e reduzida a um número limitado de artigos padronizados, uniformemente embalados, e distribuídos, através de canais controlados, para o seu destino, levando o rótulo de aprovação metropolitana.

"Processar" tornou-se agora a principal forma de controle metropolitano; e a necessidade de sua constante aplicação fez com que existisse toda escala de invenções, mecânicas e eletrônicas da máquina registradora aos computadores eletrônicos, que realizam todas as operações, da contabilidade aos exames universitários. Os interesses e aptidões que não se prestam ao processamento são automaticamente rejeitados. Tão complicados, tão intrincados, tão dispendiosos são os mecanismos de processamento que não podem ser empregados a não ser numa dimensão de massa: por isso, eliminam todas as atividades de natureza caprichosa, inconseqüente ou humanamente sutil — assim como as respostas dadas em "sim" ou "não" eliminam as discriminações

mais delicadas e precisas, que muitas vezes colocam, num ou noutro ponto, a meio caminho, a resposta espuriamente "correta". Aquilo que é local, pequeno, pessoal, autônomo, deve ser suprimido. Cada vez mais, quem controla o mecanismo do processamento controla a vida e os destinos daqueles que devem consumir seus produtos e que, em termos metropolitanos, não podem procurar quaisquer outros. Com efeito, o processamento e a embalagem não constituem o fim da linha de produção: acabam, afinal, por substituir a personalidade humana.

Em suma, o monopólio do poder e do conhecimento, que a princípio se estabelecerá na cidadela, retornou, de forma altamente amplificada, nas fases finais da cultura metropolitana. No fim, todos os aspectos da vida devem ser postos sob controle: controle do tempo, controle do movimento, controle da associação, controle da produção, controle dos preços, controle da fantasia, controle das idéias. Mas a única finalidade do controle, afora o lucro, o poder e o prestígio dos controladores, é acelerar o próprio processo de controle mecânico.

Os sacerdotes desse regime são fáceis de identificar: o sistema inteiro, em suas fases finais, apóia-se na proliferação do conhecimento secreto e, por conseguinte, controlável; e a própria divisão do trabalho, que torna possível a pesquisa científica especializada, restringe também o número de pessoas capazes de juntar os seus fragmentos. Mas onde se acham os novos deuses? O reator nuclear é a sede do seu poder: a transmissão radiofônica e o vôo em foguetes, os seus meios angélicos de comunicação e transporte; mas, além desses agentes menores da divindade, a própria Sala de Controle, com sua Divindade Cibernética, dando suas decisões fulminantes e suas respostas infalíveis: a onisciência e a onipotência, triunfantemente apoiadas pela ciência. Posto diante desse monopólio eletrônico dos poderes mais elevados do homem, o ser humano só pode retroceder ao nível mais primitivo. Sigmund Freud apreendeu os indícios da arte criadora no orgulho da criança pela evacuação intestinal. Podemos agora apreender a sua manifestação final em quadros e esculturas cujo conteúdo denuncia um orgulho semelhante e um semelhante grau de autonomia — um produto similar.

Uma das antigas prerrogativas dos deuses era criar o homem da sua própria carne, como Atum, ou à sua própria imagem, como Javé. Quando o clero científico acreditado for um pouco mais além, com as suas atividades atuais, o novo homúnculo em tamanho natural também será processado: já se podem ver modelos antecipatórios em nossas galerias de arte. Parecerá ele admiravelmente semelhante a um homem ataviado num "traje espacial": externamente, um enorme inseto cheio de escamas. Mas a face interior será incapaz de expressão, tão incapaz como a de um cadáver: e quem saberá perceber a diferença?

5. Gigantismo em Expansão

Circulemos sobre Londres, Buenos Aires, Chicago, Sydney, de avião, ou examinemos as cidades esquematicamente, por meio de um mapa urbano e de uma planta de quarteirões. Qual é a forma da cidade e como se define? O recipiente originário desapareceu completamente; a aguda divisão entre cidade e campo já não existe. À medida que o olhar se estende para a nebulosa periferia, não se podem perceber formas definidas, exceto aquelas configuradas pela natureza: antes, contempla-se uma contínua massa sem forma, aqui volumosa ou pontilhada de edifícios, ali rompida por um trecho de verdura ou uma fita inflexível de concreto. A deformidade do todo é refletida na parte individual e, quanto mais perto do centro, menos, em regra, se podem distinguir as partes menores.

Deixando de dividir seus cromossomos sociais e se partir em novas células, conduzindo cada uma delas certa porção da herança original, a cidade continua a crescer inorganicamente, aliás de forma cancerosa, por um contínuo romper de velhos tecidos e um exagerado crescimento de tecido novo e sem forma. Aqui, a cidade absorveu aldeias e pequenas cidades, reduzindo-as a nomes de lugares, como Manhattanville e Harlem, em Nova Iorque; deixou ali, de maneira mais feliz, os órgãos do governo local e os vestígios de uma vida independente; assistiu mesmo à sua ressurreição, como em Chelsea e Kensington, em Londres; assim mesmo, porém, envolveu aquelas áreas urbanas em sua organização física e construiu sobre os terrenos abertos que outrora serviam para assegurar sua identidade e integridade. Algumas vezes, o sistema de ruas em expansão forma um padrão ordenado; produz, algumas vezes, apenas uma louca rede que nem sequer serve ao tráfego: mas a diferença entre um tipo de ordem e outro é simplesmente uma diferença de grau de espalhamento, confusão, demolição.

À medida que se afasta do centro, o crescimento urbano torna-se cada vez mais desorientado e descontínuo, mais difuso e sem um ponto de foco, exceto onde alguma cidade sobrevivente tenha deixado a marca original de uma vida mais ordenada. Antigas vizinhanças e distritos, as células sociais da cidade, conservando ainda certa medida do padrão de aldeias, passam a se tornar vestígios. Nenhum olhar humano pode abranger de uma só vez essa massa metropolitana. Nenhum único ponto de encontro, exceto a totalidade de suas ruas, pode conter todos os seus cidadãos. Nenhuma mente humana pode compreender mais que um fragmento das complexas e minuciosamente especializadas atividades dos seus cidadãos. A perda de forma, a perda de autonomia, a constante frustração e embaraço das atividades diárias, para não falar dos gigantescos rompimentos e interrupções — todas essas coisas tornam-se atributos normais de regime metropolitano. Existe um nome

especial para o poder, quando se acha concentrado em tal escala: chama-se impotência.

O gigantismo da metrópole não é resultado do progresso tecnológico. Ao contrário do que diz a crença popular, o crescimento das grandes cidades antecedeu os decisivos progressos técnicos dos últimos dois séculos. Mas a fase metropolitana só se tornou universal quando os meios técnicos de congestionamento se tinham tomado adequados e seu uso proveitoso para aqueles que os manufaturavam ou empregavam. A metrópole moderna é, antes, um notável exemplo de um singular atraso cultural, dentro do domínio da própria técnica: quer dizer, a continuação, por meios técnicos altamente adiantados, das formas e fins obsoletos de uma civilização socialmente retardada. As máquinas e serviços que se prestaram à descentralização, numa ordem cujo centro era a vida, tomaram-se aqui um meio de aumentar o congestionamento ou de proporcionar algum paliativo leve e passageiro — a troca de um preço.

A forma da metrópole é, pois, sua disformidade, assim mesmo como seu alvo é sua própria expansão sem alvo. Aqueles que trabalham dentro dos limites ideológicos desse regime possuem apenas uma concepção quantitativa do melhoramento, procuram tornar seus edifícios mais altos, suas ruas mais largas, seus locais de estacionamento mais amplos: seriam capazes de multiplicar pontes, estradas, túneis, tomando ainda mais fácil entrar e sair da cidade, mas restringindo a quantidade de espaço disponível dentro dela, para qualquer outra finalidade afora o próprio transporte. O projeto feito por Frank Lloyd Wright, de um arranha-céu com 160 metros de altura, foi a redução final ao absurdo de toda essa teoria de desenvolvimento. A forma final de tal cidade seria cem metros quadrados de construções por 640 mil metros quadrados de vias expressas e parques de estacionamento. Em muitas áreas, isso rapidamente se está aproximando da realização.

Quando tanto o mal quanto o remédio não se podem distinguir, pode-se ter certeza de que se acha em funcionamento um processo profundo. Uma economia em expansão, dedicada aos lucros, não à satisfação das necessidades da vida, cria necessariamente uma nova imagem da cidade, a de uma goela perpétua e cada vez mais larga, consumindo o resultado de uma produção industrial e agrícola em expansão, em resposta às pressões da doutrinação e da propaganda continuada. Há dois séculos, a necessidade de tal economia era indiscutível e, em muitos países vencidos pela pobreza, permanece ainda aquela necessidade, para erguer a população acima da margem de fome e da desamparada depressão. Mas, nos países do Ocidente, particularmente nos Estados Unidos, o problema da escassez foi resolvido, não se falando na distribuição e na relação com as necessidades orgânicas, apenas para criar um novo grupo de problemas igualmente embaraçosos: os da saciedade e do excesso. Hoje, por essa mesma razão, tornou-se a expansão um fim em si mesma: para

torná-la viável, os governantes dessa sociedade recorrem a todos os artifícios possíveis da construção de pirâmides.

Com efeito, infelizmente, uma vez que uma economia se tenha dirigido para a expansão, os meios rapidamente se transformam em fins e "o prosseguir torna-se meta". Mas, infelizmente ainda, as indústrias que são favorecidas por tal expansão devem, para manter sua produção, dedicar-se a bens que são prontamente consumíveis, quer pela sua natureza, quer por serem tão apressadamente fabricados que logo devam ser substituídos. Pela moda e pela obsolescência inerente, as economias da produção mecânica, em vez de produzir o lazer e a riqueza durável, são devidamente canceladas em consequência do consumo obrigatório, numa escala cada vez mais ampla.

Pela mesma razão, a própria cidade torna-se consumível, ou mesmo passível de ser gasta: o recipiente deve transformar-se tão rapidamente quanto o seu conteúdo. Este último imperativo abala a função precípua da cidade como agente da continuidade humana. A memória viva da cidade, que outrora ligava gerações e séculos, desaparece: vivem seus habitantes num contínuo auto-aniquilador, de momento a momento. Nem o mais pobre selvagem da Idade da Pedra jamais viveu em comunidade tão pobre e desmoralizada.

Ora, os processos orgânicos têm uma finalidade, procuram uma meta, limitam-se por si mesmos: aliás, todos organismos têm controles internos que servem para coordenar a razão e limitar o crescimento. A economia em expansão, como o sistema tecnológico em que tão largamente se baseia, não tem tais limites: sua estabilização toma a forma do número multiplicado de consumidores e da intensificação das suas necessidades. Mas, para assegurar uma produtividade contínua, limita essas necessidades àquelas que podem ser providas com lucro pela máquina. Assim, essa economia produz automóveis e geladeiras; mas não tem motivos para prover obras duráveis de arte, belos jardins ou um lazer sem embaraços e não-consumidor. Nossa ordem econômica está mais bem equipada para destruir imediatamente o produto do que para dá-lo de graça ou limitar a produção na fonte.

A imagem do industrialismo moderno, que Charlie Chaplin trouxe do passado para *Tempos Modernos*, é justamente o contrário da realidade megalopolitana. Retratou ele o trabalhador como um servo antiquado, acorrentado à máquina, alimentado mecanicamente enquanto continuava a operá-la. Aquela imagem pertence a Coketown. O novo trabalhador, na metrópole, tem sido progressivamente libertado dos processos produtivos: o labor monótono e empobrecido, que tornou a fábrica do século XIX tão horrível, foi afastado, pelos serviços e pela segurança social, por auxiliares mecânicos e pela completa automação. Já não é o trabalho tão brutal na indústria leve: mas a automação o tornou ainda mais enfadonho. A energia e a aplicação que outrora se dedicavam aos processos produtivos devem ser agora encaminhadas para o consumo.

Graças a uma centena de anexos e controles bem inventados, visíveis e subliminares, os trabalhadores de uma economia em expansão acham-se ligados a um mecanismo de consumo: têm a garantia de ganhar a vida, desde que devam, sem indevida seletividade, tudo o que é oferecido pela máquina — e nada exijam que não seja por ela produzido. A organização inteira da comunidade metropolitana é destinada a matar a espontaneidade e a direção própria. Para-se na luz vermelha e segue-se na verde. Vê-se aquilo que se deve ver, pensa-se naquilo em que se deve pensar: as contribuições pessoais, assim como os impostos de renda e previdência, são descontados na fonte. Escolher, selecionar, discriminar, exercer a prudência, a continência ou a previsão, levar o autocontrole ao ponto de abstinência, ter padrões diferentes daqueles do mercado e estabelecer limites diferentes dos do consumo imediato — tais são ímpias heresias que desafiariam todo o mito megalopolitano e desinflationariam sua economia. Numa sociedade "livre" dessa natureza, Henry Thoreau pode ser apontado como um inimigo público maior do que Karl Marx.

A metrópole, na sua fase final de desenvolvimento, torna-se um artifício coletivo para fazer funcionar esse sistema irracional e para dar àqueles que são, na realidade, as suas vítimas a ilusão de poder, riquezas e felicidades, de se encontrarem no próprio pináculo do desenvolvimento humano. Mas, na realidade, suas vidas acham-se constantemente em perigo, sua riqueza é insípida e efêmera, seu lazer é sensacionalmente monótono e sua patética felicidade maculada por constantes e justificadas antecipações de violência e morte súbita. Cada vez mais, verificam ser "estranhos e receiosos", num mundo que não foi feito por eles: um mundo que responde cada vez menos ao comando humano direto, cada vez mais vazio de significado humano.

6. As Sombras do Êxito

Para acreditar, pois, que a cultura humana alcançou um maravilhoso ponto culminante final na metrópole moderna, é preciso desviar os olhos dos sombrios detalhes da rotina diária. E é isso precisamente o que o cidadão metropolitano treina para fazer: ele vive não num mundo real, mas num mundo de sombras projetado ao seu redor em todos os momentos, por meio do papel, do celulóide e de luzes convenientemente manipuladas: um mundo do qual é isolado, por vidro, celofane e pliofilme, das mortificações da vida. Em suma, um mundo de ilusionistas profissionais e de suas crédulas vítimas.

O ruído de papel amassado é o som fundamental da metrópole. O que é visível e real no mundo é apenas aquilo que foi transferido para o papel, ou que foi mais eterizado ainda num microfilme ou numa fita magnética. Os mexericos essenciais da metrópole não são mais os mexericos de gente que se encontra face a face nas encruzilhadas, à mesa de jantar, no mercado; algumas

dúzias de pessoas que escrevem nos jornais, uma dúzia mais a transmitir pelo rádio e televisão, proporcionam a interpretação dos acontecimentos e movimentos cotidianos, com despreocupada correção profissional. Assim, até as mais espontâneas atividades humanas passam a ter uma supervisão profissional e um controle centralizado. A propagação de múltiplos artifícios de toda natureza dá aos mais efêmeros e mediocres produtos da mente uma durabilidade temporária que não merecem: livros inteiros são impressos para justificar as desconexas evacuações da fita magnética.

Todas as atividades mais importantes da metrópole acham-se diretamente ligadas ao papel e aos seus substitutos plásticos; e imprimir e embrulhar contam-se entre as suas indústrias mais importantes. As atividades levadas a cabo nos escritórios da metrópole estão diretamente ligadas ao papel; as máquinas de tabulação, os boletins, os livros de caixa, os catálogos-fichários, os pedidos, os contratos, as hipotecas; assim também, os prospectos, a propaganda, a revista, o jornal. Já no século XVIII, Mercier observava essa forma metropolitana de Peste Branca. Os métodos modernos de multiplicação não diminuíram a enfermidade; apenas substituíram os caminhos fáceis dos boatos, que muitas vezes eram suficientes, por formas de documentação que se acham economicamente fora de toda proporção com a importância intrínseca da matéria documentada. O que era mera gota d'água na época de Mercier transformou-se numa inundação destruidora de papel.

À medida que a rotina do dia segue o seu curso, a pilha de papel vai-se tornando mais alta: as cestas de papéis são cheias, esvaziadas, enchem-se de novo. O teletipo secreta as cotações de ações e as últimas notícias; os alunos das escolas e universidades enchem os seus cadernos de notas, digerem e dejetam o conteúdo dos livros, assim como o bicho-da-seda alimenta-se de folhas de amoreira e fabrica o seu casulo, desfiando-o no dia de exames. No teatro, na literatura, na música, criam-se reputações. O intelectual com os seus diplomas e apostilas, a atriz com os seus recortes de jornal, o financista com as suas ações e os seus eleitores por procuração, medem o seu poder e a sua importância pelo espaço de jornal que podem ocupar. Não admira que os anarquistas tenham outrora inventado o dístico melancólico: "Incineremos os documentos!". Tal coisa haveria de arruinar o mundo mais rapidamente que uma inundação e um terremoto universais, se não tão fatalmente quanto uma chuva de bombas de hidrogênio.

Que a vida é uma ocasião de viver, e não um pretexto para proporcionar notícias aos jornais, entrevistas à televisão ou um espetáculo para multidões de ociosos, que de outra forma estariam parados - tais idéias não ocorrem à mente metropolitana. Para eles, o *show* é a realidade e "o *show* deve continuar!".

Esse mundo metropolitano é, portanto, um mundo onde a carne e o sangue são menos reais que o papel, a tinta e o celulósido. É um mundo em

que as grandes massas humanas, incapazes de ter contato direto com meios de vida mais satisfatórios, passam a viver por procuração, ora como leitores, ora como espectadores, ora como observadores passivos. Assim vivendo, ano após ano, de segunda mão, desligados da natureza que está fora deles e não menos desligados da natureza íntima, não admira que se afastem cada vez mais das funções da vida, até mesmo do pensamento, para as máquinas que seus inventores criaram. Naquele ambiente desordenado, apenas as máquinas têm uma parte dos atributos da vida, ao passo que os seres humanos são progressivamente reduzidos a um feixe de reflexos, sem impulso próprio de saída nem meta autônoma: o "homem behaviorista".

7. Congestionamento e Descongestionamento

Os fatos do congestionamento metropolitano são inegáveis; são visíveis em todas as fases da vida de cidade. Encontra-se congestionamento nos constantes engarrafamentos do tráfego, resultantes da acumulação de veículos em centros onde só se pode manter o movimento livre pela utilização das pernas humanas. Encontramo-lo no apinhado elevador para o escritório ou no ainda mais densamente amontoado metrô, fétido com o odor de corpos humanos. Falta de espaço para escritórios, falta de espaço para escolas, falta de espaço para habitações, até mesmo falta de espaço nos cemitérios, para os mortos. A forma que a metrópole alcança é a forma de multidão: a praia de banhos, enxameante, à beira-mar, ou o corpo de espectadores no ginásio de boxe ou no estádio de futebol. Com o aumento dos automóveis particulares, as ruas e avenidas tornam-se parques de estacionamento e, para que o tráfego se possa mover, enormes vias expressas atravessam a cidade e aumentam as necessidades de novos estacionamentos e garagens. No ato de tornar acessível o núcleo da metrópole, já os planejadores do congestionamento quase a tornaram inabitável.

Os custos do próprio congestionamento, no que representa como empecilho às atividades econômicas da área metropolitana, são aumentados pelos custos dos métodos puramente mecânicos de vencer esse congestionamento. Esses custos, mesmo que fossem humanamente toleráveis, teriam há muito sido rejeitados, por causa da sua extravagância financeira, se os padrões econômicos nacionais tivessem desempenhado algum papel na formação do mito metropolitano.

Os limites puramente físicos da expansão metropolitana são fixados principalmente por três condições: a quantidade de água que pode ser fornecida a uma massa demográfica, sem prejuízo de um vizinho competidor; a quantidade de terra disponível, antes que uma metrópole se funde e se misture com a próxima; finalmente, o custo dos transportes, tanto em tempo

quanto em dinheiro, já que o simples aumento da distância a partir do centro chega a um ponto em que o impulso gravitacional da metrópole se enfraquece, de tal maneira que favorecerá o transporte para outros centros mais acessíveis, desde que ofereçam vantagens econômicas comparáveis. Observemos como funcionam essas limitações.

Primeiro, a demanda de água. À medida que a metrópole se torna mais apinhada, as fontes e mananciais locais são progressivamente abandonados, em favor de reservatórios maiores de água, tais como os rios com cuja imunda água potável mais de uma grande cidade, inclusive Paris, Londres e Roma, se envenenava ainda em meados do século XIX. Ainda hoje, sem a administração anti-séptica do cloro à água potável da maior parte das grandes cidades, particularmente durante os meses de inverno, seria perigoso o seu consumo. Além do sistema Croton, inaugurado em 1842, Nova Iorque, pouco mais de um século mais tarde, retornou a Catskills, a 160 quilômetros de distância. Cada quilômetro a mais de túneis e adutoras, cada reservatório adicional, aumenta o custo unitário; mas um ano de seca, como o que Nova Iorque experimentou em 1951, pode levar a cidade muito perto de perigo. Entrementes, a propagação da própria metrópole não só fecha as fontes locais de suprimentos, mas, obstruindo alagadiços e desnudando colinas de vegetação, reduz o nível da água; ao passo que o seu emprego industrial, mais a sua ampla utilização, nos Estados Unidos, para sistemas de condicionamento de ar, traz a carência cada vez mais perto, mesmo nos níveis populacionais existentes.

A única possibilidade de aliviar essa escassez crônica de água, nas aglomerações metropolitanas, seria a destilação da água do mar em quantidades enormes; mas, mesmo que tal fosse possível pela utilização da barata energia solar ou nuclear, provavelmente não seria a água mais potável do que aquela que hoje é manufaturada a bordo dos navios; e, não importa o quanto seja barata a energia utilizada para efetuar essa conversão, o custo do processo representaria um acréscimo a mais ao custo crescente da água.

O custo do sistema interno de transportes numa grande cidade é igualmente portentoso; contudo, alguns dos fatores mais importantes fogem ao cálculo exato. O custo inicial de capital para os sistemas subterrâneos, túneis, pontes e estradas auxiliares, com a dificuldade de sua escavação e sustentação, é necessariamente elevado; constitui, porém, uma parte do ônus total. Ano a ano, é necessário acrescentar o custo do carvão e da eletricidade consumida na condução de corpos humanos: acima de tudo, deve-se aumentar o custo humano, em desgaste fisiológico, tédio, embaraço e depressão, provocado por aquela correria diária entre o dormitório e o local de trabalho; minutos e horas que, no período de tráfego mais intenso, não podem ser utilizados sequer para se conseguir a anestesia do jornal diário. Acrescente-se a isso a fadiga da viagem, a exposição às doenças infecciosas em carros superlotados, os distúrbios causados às funções gastrintestinais pela pressão e ansiedade de

ter que chegar ao escritório ou à fábrica a tempo. Sem dúvida, qualquer plano de melhoria das qualidades da vida nas áreas metropolitanas haveria, como exigência mínima, de pedir uma redução do tempo e da distância necessária ao transporte diário.

Emerson dizia que a vida era uma questão de passar bons dias; mas é também uma questão de passar bons minutos. Quem saberá dizer quantas compensações não são necessárias ao trabalhador metropolitano, para contrabalançar a pressão e a depressão de vinte, quarenta, sessenta ou mais minutos que passa todas as noites e manhãs atravessando aquelas sarjetas humanas da metrópole — mesmo que sejam tão eficientes como as de Londres ou Paris, tão luxuosas como a de Moscou? Em comparação, a caminhada para o trabalho, até de 1600 metros por dia, é, na maior parte das estações, um tônico, especialmente para o trabalhador sedentário, que desempenha papel tão importante nos escritórios e fábricas metropolitanos, à máquina de escrever, à linotipo, à máquina de costura, junto ao arquivo de papéis.

Pela construção de subcentros, baseados na circulação de pedestres, dentro da região metropolitana, boa parte das dificuldades dos transportes urbanos poderia ter sido obviada. (Em cidades que têm múltiplos centros e que foram parcialmente descentralizadas, tais como Londres, pelo reagrupamento político em burgos semi-autônomos, cerca de quarenta por cento da população noturna, segundo Westergaard, trabalhava dentro das suas unidades administrativas locais.) Para tomar as jornadas necessárias pela metrópole rápidas e eficientes, o número de jornadas desnecessárias — e a sua desnecessária extensão — deve ser diminuído. Somente colocando o trabalho e o lar mais próximos um do outro pode-se conseguir isso. Tendo em vista esse fim, o Plano Barbican, em Londres, é um complemento necessário à política de cidades novas — embora, infelizmente, concebido numa densidade que pode vir a derrotar sua finalidade.

O que se aplica à correria diária de pessoas do e para o centro da metrópole aplica-se ao transporte de mercadorias; isso porque o congestionamento não apenas reduz o ritmo de passagem das mercadorias pelas ruas, mas aumenta também o tempo necessário para a descarga; e ambas as coisas elevam o custo. A multiplicação de veículos motorizados, capazes de desenvolver velocidades elevadas, na realidade, resultou no progressivo retardamento dos transportes e na acumulação dos custos. Os veículos puxados a cavalo, em Nova Iorque, segundo um estudo de tráfego feito em 1907, deslocavam-se a uma velocidade média de 18,5 quilômetros por hora; hoje, arrastam-se os automóveis à média, durante o dia, de uns 9,5 quilômetros por hora; e, à medida que a densidade de construções por unidade de superfície aumenta, tanto nas áreas residenciais quanto nas comerciais, mesmo essa velocidade torna-se ainda mais lenta. Quanto ao custo desse congestionamento, durante os anos de 1920, uma estimativa conservadora o fixava em 150 mil dólares

por ano. Atualmente, os bens embarcados de um para outro bairro de Nova Iorque devem pagar uma taxa extra de fretes; e os números totais — aumentados pelos emolumentos pagos aos sindicatos, ligados a *gangsters* que dominam os negócios de fretes e a estiva — alcançaram dimensões astronômicas.

Se, porém, os custos do congestionamento metropolitano são assustadores, os do descongestionamento são igualmente formidáveis. Nos Estados Unidos, com a sequiosa convivência das autoridades municipais, uma parte cada vez mais ampla da população se está espalhando pelo campo, procurando, como vimos, as condições de vida doméstica, espaço, liberdade de movimento, que se tornaram impossíveis dentro do núcleo central, e esperando também, mas em vão, que os valores reduzidos dos terrenos e dos impostos, nas áreas circunvizinhas, sejam permanentes, mesmo depois que tiverem sido feitos os necessários melhoramentos cívicos. E, por todo o mundo, está ocorrendo agora a mesma espécie de dispersão urbana, a um ritmo acelerado. Na tentativa de vencer o congestionamento, os líderes dessa dispersão têm agido como se o espaço ilimitado fosse um substituto eficiente para uma comunidade bem organizada e bem planejada.

O principal fator que impede que essa dispersão tenha uma natureza inteiramente ao acaso são as vias expressas e as estradas de ligação, que a tornaram possível: funis que ajudam a soprar a poeira urbana para mais longe do centro, tão logo o solo de uma vida comum tenha sido removido. "O impulso da tecnologia — assinala um recente observador de *A Cidade Deserta* — parece voltar-se persistentemente para facilidades relativas à alta velocidade, que nos levarão cada vez mais para fora." Essa opinião é tão amplamente partilhada que o autor não se dá ao trabalho de demonstrá-la. Assim, não explica por que o impulso da tecnologia deve, por si mesmo, determinar as necessidades humanas e ser tratado como um fim último, ante o qual todas as outras funções humanas se devem curvar. Tentar tal explicação seria pôr em dúvida as premissas ou mesmo os sagrados dogmas sobre os quais a economia da metrópole foi edificada.

8. O Recipiente Superlotado

A esta altura, deve estar claro que o congestionamento e a expansão, na metrópole, constituem, de fato, um movimento complementar, embora representem o fim do ciclo metropolitano. As principais metrópoles do mundo representavam enormes concentrações de poderes políticos, financeiros e tecnológicos, desenvolvendo-se principalmente nessa mesma ordem: com o tempo, foram vencidas pelas concentrações religiosas e educacionais da mesma grandeza. Tão eficiente foi esse monopólio, tão firme esse modo de controle, tão ricas as suas compensações, que, por algum tempo, obscureceram os casti-

gos humanos do congestionamento urbano: condições que deveriam representar um indício de vergonha tomaram-se quase um sinal de honra.

Estranhamente, a maior justificação do congestionamento metropolitano passou quase despercebida. Graças à operação dessas forças, a grande cidade, no século XIX, pelo próprio tamanho e variedade de sua população, servia para incentivar funções que jamais tinham sido sustentadas em qualquer coisa parecida com a mesma escala, anteriormente: associações corporativas e sociedades de pessoas de pensamento igual, na perseguição de interesses especiais, que cobriam todos os aspectos da vida humana. Até aquela época, a igreja, a universidade, a escola, a guilda tinham sido os principais focos das habilidades associadas, não falando da própria cidade. Mas, a partir do princípio da Renascença, aquelas novas associações começaram a florescer e tomaram mil diferentes formas: sociedades científicas, museus, clubes sociais, associações de seguros, partidos políticos, grupos econômicos, sociedades históricas, fraternidades de toda espécie.

Embora a metrópole do século XIX se gabasse do seu individualismo, foi ela, realmente, mais significativa por causa do alcance e variedade de suas associações corporativas voluntárias. Consulte-se o catálogo telefônico classificado de uma grande cidade americana, no lugar onde arrola clubes e associações: o número imenso de associações utilitárias que serão ali encontradas representa, em parte, um subproduto da concentração metropolitana. E floresceram enquanto uma grande parte dos seus membros pôde convenientemente ajuntar-se, pelo menos em reuniões semanais ou mensais. Com aquele sólido núcleo de participação, associações mais amplas, de alcance nacional e internacional, tornaram-se possíveis.

Assim como a concentração de poder político e econômico na cidade produziu instituições urbanas e benefícios sociais que não eram intenção direta dos governantes, assim também ocorreu com essa proliferação de clubes e sociedades. Por maior que fosse a metrópole, dentro de uma delas poder-se-ia encontrar pelo menos um punhado de pessoas de pensamentos iguais, para engrandecer e sustentar qualquer interesse imaginável. Essa foi uma preciosa contribuição ao desenvolvimento humano; e não pouco do crédito pela criatividade e produtividade que se mostraram em nossas invenções tecnológicas e nossas organizações industriais podia ser explicado, em primeiro lugar, por aqueles múltiplos órgãos de associação.

Em resumo, embora o congestionamento da metrópole tenha tendido a suprimir ou destruir o tecido orgânico das vizinhanças e comunidades menores, ajudou a criar novos órgãos de uma natureza mais especializada e seletiva, possibilitados pela sua acessibilidade a uma população desusadamente grande. Isso traz conseqüências importantes para a futura reconstrução de cidades e regiões.

Acharmo-nos agora diante de uma condição da qual, até onde sei, não há

precedente na História. Embora o recipiente metropolitano se tenha rompido, os fins institucionais ainda conservam, em alto grau, seu poder de atração original. Em todas as áreas metropolitanas, a população se vai espalhando por novas áreas suburbanas, extra-urbanas e rurais, muito mais depressa do que se via acumulando no reservatório do centro. Mas o próprio reservatório, o núcleo metropolitano, não se está esvaziando. Ora, até 1940, a possibilidade de um ritmo reduzido de crescimento de população, aproximando-se da estabilidade por volta de 1980, em mais de um país, parecia definida: tão firme e seguro tinha sido o declínio, na Inglaterra, por exemplo, que os melhores planos de construção de após-guerra tomaram como condição fundamental — e valiosa — uma população urbana menor, para a reconstrução segundo um modelo menos congestionado.

Mas tanto o ritmo geral quanto o urbano de crescimento sofreram uma súbita reversão, durante os últimos vinte anos, mesmo em áreas altamente industrializadas, acompanhada por um movimento para cima ainda mais violento nas economias primitivas. Tem sido isso incentivado, nos países tecnicamente mais adiantados, pela mudança geral do emprego da agricultura e das ocupações industriais para os serviços e profissões liberais. Em certos casos, como Londres, o aumento de empregos oferecidos pelas atividades administrativas tomou maiores as atrações elegantes do centro, com suas oportunidades de gastos competitivos e formas excitantes de consumo. Isso veio contrabalançar, de maneira efetiva, a tendência de muitas indústrias a se mudarem para o campo: aliás, na Inglaterra, serviu mesmo para afastar indústrias dos centros industriais mais atrasados de Lancashire e West Riding, quando menos para agradar os corpos administrativos e suas esposas.

Em conseqüência, não houve redução substancial da população metropolitana, afora a temporária aniquilação ou evacuação do tempo de guerra: muito ao contrário. Contudo, o ritmo de crescimento mais rápido tem-se verificado nas áreas adjacentes; e, para aumentar ainda mais o âmbito do problema urbano, cidades provinciais e centros regionais, que muitas vezes podiam gabar-se de ter melhores alojamentos, espaços mais amplos para parques e áreas de recreação mais acessíveis do que a grande cidade, tomaram-se elas próprias centros de ainda maior crescimento metropolitano. Essas cidades comecem a mostrar as mesmas deficiências ambientais, o mesmo orçamento desequilibrado, a mesma despesa com os pobres remédios do planejamento mecânico, em vez de melhoramentos humanos positivos, de que se gabam suas maiores rivais históricas. Assim, a mesma forma megalopolitana depressa está-se tornando universal.

O importante a reconhecer, a respeito de todo esse processo, é que, embora o transporte rápido e as comunicações instantâneas tenham alterado as dimensões do desenvolvimento urbano, até agora não alteraram o quadro. Toda essa vasta mudança, de fato, vem tendo lugar dentro de uma estrutura

urbana obsoleta. Rápidos avanços tecnológicos na procura de metas obsoletas ou humanamente primitivas — essa é a própria natureza da fase final da desintegração metropolitana, tão visível em seu planejamento urbano, hoje em dia, como em seus planos finais de genocídio atômico, bacteriológico ou químico. Mesmo o índice excessivo de natalidade pode ser um sintoma dessa deterioração: pois, como assinalou W. M. Wheeler, a respeito das sociedades de insetos, a reprodução desordenada acompanha uma parada das outras formas de desenvolvimento biológico.

Todavia, a continuada expansão da metrópole na disforme conurbação megalopolitana e a multiplicação e extensão dessas conurbações revelam a profundidade da praga que todas as sociedades enfrentam hoje em dia. Assim, de nada adianta pensar que esse problema é algo que possa ser resolvido pelas administrações locais, ainda que sejam tão colossais e competentes como o Conselho do Condado de Londres. Não se trata, tampouco, de um programa que possa ser atacado com êxito pela simples ampliação do âmbito da ação política, embora crie governos metropolitanos. Filadélfia fez com que começasse a existir tal unidade administrativa já pela metade do século XIX, transformando um grande condado numa cidade, muito antes que a maior parte das suas cidades componentes fosse composta de mais do que pequenas aldeias. Essa área metropolitana de governo pode ser agora distinguida daquelas que permaneceram desunificadas, exceto ali onde a independência das últimas felizmente preservou uma medida maior de individualidade e autogoverno. Os problemas internos da metrópole e suas áreas subsidiárias são reflexos de toda uma civilização que tem em vista a expansão por meios rigorosamente racionais e científicos, para fins que se tornaram, cada vez mais, vazios e triviais, mais infantis e primitivos, mais bárbaros e pesadamente irracionais.

Essa é uma questão que deve ser atacada na fonte; ao passo que, na maior parte, os nossos planos atuais, inclusive aqueles que haveriam de impor algum esquema generalizado de administração política a áreas urbanas ainda mais vastas, são o equivalente de se devolver novamente o conteúdo do Vesúvio à cratera de onde saiu outrora ou, de maneira não menos realística, pretender que a terra coberta de lava só precise ser unida em campos maiores, para tomar lucrativo um novo esquema de cultura.

Não é possível produzir a renovação da cidade pela substituição de antigas estruturas por novos edifícios que apenas confirmam o padrão obsoleto do crescimento urbano e que se apóiam exclusivamente em fundações ideológicas igualmente obsoletas de "progresso mecânico". Enquanto as forças atuais continuarem operando, a área de desorganização urbana se tornará maior; e, no ato de expandir-se indefinidamente, em resposta ao "impulso da tecnologia", e ao desejo de lucro imediato, uma metrópole se fundirá fisicamente com sua vizinha. Nessa fusão, cada metrópole perderá a

paisagem próxima, que servia a sua educação e recreação, juntamente com seu resíduo de individualidade urbana.

Assim, o próprio esforço para fugir de Megalópolis bloqueia todas as suas estradas. Nada pode acontecer nesse novo tipo de sociedade infra-urbana, a menos que possa ser feita uma organização de massa, operando por intermédio de um aparelho uniforme, controlado por um escritório central. Como já não mais importará onde se localiza esse remoto centro de controle, a última razão da existência da grande cidade desaparecerá no próprio momento em que tomar a forma de uma conurbação sem limites. Naquele ponto, estará preparada a cena para o ingresso do "Homem Pós-Histórico".

Aqueles que pensam que não há alternativas para esse destino urbano e nenhum meio humano de sair podem revelar-se corretos no seu cálculo de probabilidades. Se, porém, for esse o caso, não o será porque nossos contemporâneos têm uma visão limitada das forças históricas, um mau entendimento das funções da cidade e uma ingênua tendência para supervalorizar os instrumentos da tecnologia, considerados independentemente de qualquer relevância para com os fins humanos. No fundo, são vítimas de uma metafísica quase científica, incapaz de interpretar processos orgânicos ou de incentivar o desenvolvimento da vida humana.

Os próprios defeitos da ideologia predominante de nossos líderes tendem a produzir a realização das suas profecias, justificando assim seus tristes planos. Os próprios controladores, com estranha ironia, produziram um mecanismo coletivo que, na realidade, não se acha sob controle e que, uma vez posto em movimento, não é capaz de ser controlado pela nova espécie de mente que o concebeu. Consolam-se de seu desamparo pela triste noção de que "não se pode fazer voltarem os ponteiros do relógio". Mas essa mal escolhida metáfora revela o erro fundamental. Quem esperaria que um relógio marcasse precisamente o tempo, se seus ponteiros voltassem atrás: um relógio sujeito a apenas uma forma de regulação — aquela de andar mais depressa?

Quanto mais automática se tomam as nossas organizações, maior a necessidade de um sistema regulador: e esse sistema, como o do relógio, deve ser ajustado de conformidade com um padrão exterior, independente do mecanismo. No caso de um relógio — a rotação da Terra; no caso das instituições humanas — a natureza total do homem, e não apenas aquela parte dela que se deixou fascinar pela máquina e se tornou submissa às necessidades desta. Vale tanto para as cidades: para corrigir as deficiências da nossa supermecanizada civilização, teremos de construir um sistema de controle de centros múltiplos, com desenvolvimento ou moralidade, inteligência e respeito próprio, suficientes para permitir que se detenham os processos automáticos — mecânicos, burocráticos, organizacionais — em qualquer ponto onde a vida humana esteja em perigo ou a personalidade humana seja ameaçada de perda dos valores alternativos.

9. O Destino de Megalópolis

Acompanhando o crescimento da cultura megalopolitana até sua conclusão, chegamos a toda uma série de processos terminais, e seria simplicidade de mente acreditar que têm qualquer perspectiva de continuar a existir indefinidamente. Uma vida que carece de qualquer significado, valor ou finalidade, exceto a de manter em funcionamento o mecanismo da respiração e ingestão, é pouco melhor do que a vida num pulmão de aço, somente suportável porque o paciente tem ainda esperança de recuperação e fuga.

O regime metropolitano ameaça agora chegar ao seu clímax, numa guerra sem sentido, de extermínio total, cuja única finalidade seria aliviar suas ansiedades e temores, produzidos pelos absolutos compromissos da cidadela com as armas de aniquilação e extermínio. Assim, o poder absoluto na realidade passou a ser o nihilismo absoluto. A superelaboração científica e tecnológica, não modificada por valores e finalidades humanas, tem comprometido países como os Estados Unidos e a Rússia com mecanismos coletivos de destruição tão rígidos que não podem ser modificados ou postos sob controle, sem serem completamente desmantelados. Até mesmo a inteligência animal instintiva torna-se inoperante nesse sistema: o compromisso com a máquina derruba todas as salvaguardas da vida, inclusive a antiga lei da autopreservação. Para bem da locomoção rápida, nós, nos Estados Unidos, matamos pelo menos cerca de quarenta mil pessoas por ano e aleijamos fatalmente centenas de milhares de outras. Procurando dispor do poder nuclear absoluto, nossos líderes estão arrogantemente preparados a sacrificar de cinquenta a setenta e cinco milhões de seus próprios cidadãos, no primeiro dia de uma guerra nuclear total, e para mutilar ou mesmo, possivelmente, no fim, eliminar a raça humana. A expressão ilusionista que encobre esses planos psicóticos é "segurança nacional", ou, de modo ainda mais absurdo, "sobrevivência nacional".

Ora, em todos os organismos, os processos anabólicos e catabólicos, os criadores e os destruidores, acham-se em constante funcionamento. A vida e o crescimento dependem não da ausência de condições negativas, mas de um grau suficiente de equilíbrio e de um excesso suficiente de energia construtiva, que permita sua reparação continuada, a absorção de novidades, a regulação das quantidades e o estabelecimento de relações de dar e receber com todos os outros organismos e comunidades necessários para manter o equilíbrio. Os fatores negativos da existência metropolitana poderiam ter proporcionado as condições e o desenvolvimento mais elevado, se as próprias condições da expansão não lhes tivessem dado a primazia, tendendo a tomar permanente o seu domínio, em processos cada vez mais destruidores.

Quando se escreveu *A Cultura das Cidades* em meados da década de 1930, as forças externas que ameaçavam a civilização metropolitana eram

claramente visíveis: de tal maneira que, neste ponto da análise, eu as tracei na forma de um "Breve Resumo do Inferno". Procurei então esclarecer o quadro ainda mais, oferecendo um resumo da interpretação feita por Patrick Geddes do ciclo urbano de crescimento da aldeia (eópolis) à megalópolis e à necrópolis. Aquele ciclo descreveu o curso de todas as metrópoles históricas, inclusive aquelas que voltaram a surgir de suas próprias ruínas e sepulturas. Já em 1938, quando o livro foi publicado, aquela caracterização pareceu, a mais de um crítico, exageradamente pessimista; aliás, perversamente exagerada e morbidamente carente de realismo. Muitos tinham certeza, então, de que não havia perigos maiores do que o desemprego crônico a ameaçar o mundo ocidental; acima de tudo, tinham certeza de que a guerra e a destruição total dessas cidades eram ambas altamente improváveis.

Hoje, porém, a única parte de meu capítulo original sobre a metrópole que não poderia ser publicada de novo, a não ser como curiosidade histórica, é precisamente esse "Breve Resumo do Inferno", simplesmente porque todas as suas previsões foram abundantemente comprovadas. Embora uma previsão que seja realizada naturalmente não mais nos interessa, recordo esse *fait accompli*, retrato de nossa situação ainda mais triste. Gostaria de lembrar que, com demasiada rapidez, as tensões cresceram e veio a guerra, com a destruição em larga escala de Varsóvia, em 1939, e a do centro de Rotterdam, em 1940. Em cinco anos, áreas urbanas muito mais vastas foram totalmente destruídas, e grandes populações foram exterminadas, de Londres a Tóquio, de Hamburgo a Hiroshima. Além de milhares de pessoas — seis milhões, apenas de judeus — mortas pelos alemães em seus campos suburbanos de extermínio, pela fome e pela cremação, cidades inteiras foram transformadas em campos de extermínio pelos desmoralizados estrategistas da democracia. O morticínio ao acaso e a morte sem limites deram a marca final às realidades da expansão megalopolitana.

Embora se propagasse a ruína, felizmente permaneceram grandes trechos de tecido sadio. Por uma imensa reunião de recursos, ajudada em muitos países pelas generosas iniciativas do Plano Marshall, a enorme tarefa de reconstruir cidades e sistemas de transportes foi empreendida com êxito. Algumas vezes, isso constituiu uma tarefa sentimental de restauração imitativa, de "Bilder aus der Vergangenheit", como em tantas cidades da Alemanha: algumas vezes, produziu um ousado esforço para a antiquada racionalização, como na reconstrução de Cherburgo: algumas vezes, como em Rotterdam ou Coventry, tornou-se um esforço enérgico no sentido de se alcançar uma nova forma para o núcleo urbano, que fizesse justiça, em termos arquitetônicos inteiramente contemporâneos, aos valores tradicionais esquecidos no século XIX. Em dois países, a Suécia e a Inglaterra, um esforço ainda maior foi feito para conceder um novo padrão urbano que rompesse a concentração automática e a propagação igualmente automática da grande cidade. No caso das

Cidades Novas, da Inglaterra, a viabilidade da direção e do controle do crescimento urbano em comunidades relativamente contidas em si mesmas e equilibradas, com uma sólida base industrial, foi amplamente demonstrada.

Singularmente, a generalizada reabilitação das cidades da Europa, num nível mais elevado do que haviam alcançado no passado, teve lugar em menos de doze anos. Aquele mobilização quase sobre-humana de energias demonstrou que a reconstrução e renovação urbana, numa escala muito maior, poderia ser realizada, dentro de uma só geração, desde que a economia fosse diretamente orientada para as necessidades humanas e que a parte principal da renda nacional fosse desviada não para caprichosas dissipações do consumo e destruições planejadas, exigidas pela economia metropolitana em expansão: acima de tudo, por incessantes preparativos para o genocídio e o suicídio coletivo.

Infelizmente, tão logo a economia se recuperou e retornou à procura de suas finalidades originais, todas as suas características irracionais, de igual forma, voltaram: para continuar em funcionamento, uma parte ainda maior das suas energias deveria ser dissipada na construção de pirâmides. Em parte alguma as irracionalidades do atual mito metropolitano foram mais amplamente denunciadas que no desenvolvimento das chamadas armas "absolutas" do ilimitado genocídio nuclear, bacteriológico e químico. A construção dessas armas entre as "Potências Nucleares" deu ao "desejo de morte" a condição de uma fixa política nacional e tornou o campo universal de extermínio o término ideal de toda essa civilização.

Mesmo que as nações tomem medidas oportunas para eliminar o armazenamento de tais armas, isso ocorreria muito antes que os terríveis efeitos morais dessa política fossem dissipados: a delinquência adulta, na escala não moralmente contemplada, mas realmente preparada em detalhes, exige contramedidas que podem levar um século inteiro para mostrar qualquer efeito positivo. Esse é o último legado da cidadela (leia-se "Pentágono" e "Kremlin") à cultura das cidades.

No decorrer de uns poucos anos, a nossa civilização chegou ao ponto que Henry Adams, com singular presciência, previra há mais de um século. "No ritmo atual de progresso, a partir de 1600 — escreveu — não será mais necessário passar outro século para inverter o pensamento. O direito, nesse caso, desapareceria como teoria ou princípio *a priori*, e daria lugar à força. A moralidade tomar-se-ia polícia. Os explosivos ganhariam violência cósmica. A desintegração venceria a integração." Todas as partes dessa profecia já foram cumpridas; e é inútil especular acerca do futuro das cidades, até que tenhamos levado em conta as forças de aniquilação e extermínio que hoje, quase automaticamente e num ritmo cada vez mais acelerado, estão operando para produzir uma derrocada mais geral.

Assim, a civilização metropolitana corporifica e conduz à sua conclusão

e contradição radical que já encontramos incrustada na vida da cidade, desde o momento da sua fundação: uma contradição que decorre da dúplice origem da cidade e da perpétua ambivalência de suas metas. Da aldeia, a cidade deriva sua natureza de ambiente maternal e promotor de vida, estável e seguro, arraigado nas relações recíprocas do homem com outros organismos e comunidades. Da aldeia também, derivam os costumes e valores de uma democracia não-hierarquizada, na qual cada membro representa seu papel apropriado em cada fase do ciclo de vida.

Por outro lado, a cidade deveu sua existência, e mais ainda o seu engrandecimento, a tentativas concentradas de controlar outros homens e dominar, com força coletiva, a totalidade do ambiente. Assim, a cidade tornou-se um serviço público de captura do poder, projetado por agentes reais, que reuniam as energias dispersas de pequenas comunidades num gigantesco reservatório, regulavam coletivamente sua acumulação e fluxo e dirigiam-nos para novos canais — ora favorecendo as unidades menores pela benéfica remodelação da paisagem, mas com o tempo lançando as suas energias para fora, em destruidores ataques a outras cidades. Libertação e escravidão, liberdade e compulsão, têm-se mostrado presentes desde o princípio na cultura urbana.

Dessa tensão interior, surgiram algumas das expressões criadoras da vida urbana: todavia, apenas em exemplos dispersos e ocasionais, realmente descobrimos o poder político bem distribuído em pequenas comunidades, como na Holanda ou Suíça, no século XVII, ou os ideais da vida a regular constantemente as manifestações excêntricas de poder. Nossa civilização atual é um automóvel gigantesco a se mover numa estrada de mão única, a uma velocidade cada vez maior. Infelizmente, tal como está construído agora, faltam ao carro tanto o volante quanto os freios, e a única forma de controle que o motorista exerce consiste em fazê-lo andar mais depressa, embora, fascinado pela própria máquina e convencido de que deve atingir a maior velocidade possível, ele haja esquecido por completo o objetivo da viagem. Esse estado de desamparada submissão aos mecanismos econômicos e tecnológicos que o homem moderno criou é estranhamente disfarçado de progresso, liberdade e domínio da natureza pelo homem. Em consequência, tudo o que é permitido passou a ser compulsão mórbida. O homem moderno dominou todas as criaturas acima do nível dos vírus e bactérias — exceto o próprio homem.

Nunca a "cidadela" exercera poder tão atroz sobre o resto da raça humana. Na maior parte da história, a aldeia e o campo permaneceram como constante reservatório de vida nova, realmente constrangido pelos padrões ancestrais de comportamento que ajudavam a tornar o homem humano, mas com certo senso das limitações e possibilidades humanas. Não importa quais fossem os erros e aberrações dos governantes da cidade, ainda era possível corrigi-los. Mesmo que populações urbanas inteiras fossem destruídas, mais de nove décimos da raça humana ainda ficariam fora do círculo de destruição.

Hoje, esse fator de segurança desapareceu: a explosão metropolitana levou os venenos tanto ideológicos quanto químicos da metrópole a todas as partes da terra; e os danos finais talvez sejam irrecuperáveis.

Repito que essas possibilidades terminais não se tornaram visíveis pela primeira vez com o emprego de armas nucleares: eram já evidentes a espíritos capazes e alertas, como Burckhardt, na década de 1860, e como Henry Adams, no princípio do presente século.

Um contemporâneo de Adams, Henry James, emprestou à situação humana uma imagem que, singularmente, ainda hoje é válida: a da Família Feliz e da Máquina Infernal. "A máquina tão arraigada que desafia a remoção, e a família ainda tão indiferente, enquanto se dedica aos afazeres familiares de comprar e vender, de conversar e dançar, ao perigo de ser mandada pelos ares." A máquina a que James se referia era a máquina política da Filadélfia, que, na ocasião, era a personificação clássica da corrupção e da criminalidade; mas só um observador por demais inocente pode deixar de ver que se aplica a outros mecanismos desmoralizados de nossa crescente civilização metropolitana. Manifestações outrora locais de criminalidade e irracionalidade ameaçam hoje todo o nosso planeta, convenientemente disfarçadas de sólida empresa de negócios, progresso tecnológico, eficiência comunista ou estadismo democrático. Não admira que os existencialistas populares, refletindo o nosso tempo, igualem a "realidade" com o "absurdo". Uma porção bem grande da pintura e da escultura da geração passada, simbolicamente, antecipa os catastróficos produtos finais dessa cultura orientada para a morte: a total mutilação e desumanização, num vazio sem vida nem figura. Algo do que há de melhor nessa arte, como as arcaicas figuras com cabeças de alfinete de Henry Moore, antevê um novo começo, num nível tão primitivo que a mente mal começou ainda a funcionar.

Ora, se o quadro total fosse tão triste como o pintei no presente capítulo, não haveria razão para escrever este livro; ou melhor, seria uma contribuição tão irracional como as muitas outras irracionalidades nas quais toquei. Se sublinhei devidamente as desintegrações da fase metropolitana, foi apenas por uma razão: só aqueles que tiverem consciência delas serão capazes de dirigir as nossas energias coletivas para processos mais construtivos. Não foram os empedernidos romanos do século V A.D., que se gabavam ainda dos feitos de Roma e esperavam que se reproduzissem por mais mil anos, que compreenderam o que a situação exigia: ao contrário, foram aqueles que rejeitaram as premissas romanas e colocaram as vidas numa nova base, que construíram uma nova civilização que, afinal, ultrapassou os melhores feitos de Roma, mesmo em engenharia e governo.

E assim acontece hoje: aqueles que operam dentro do mito metropolitano, tratando seus tumores cancerosos como manifestações normais de crescimento, continuarão a aplicar simpatias, pomadas, encantações publici-

tárias, a magia das relações públicas e falsos remédios mecânicos, até morrer o paciente diante de seus olhos cegos. Uma parte rãõ pequena da reforma e correção urbana que se tem verificado nos últimos cem anos, e não menos a desta última geração — demolição de cortiços, habitações modelo, embelezamento arquitetônico cívico, ampliação suburbana, "renovação urbana" — tem apenas dado prosseguimento, em formas superficialmente novas, à mesma despropositada concentração e decomposição orgânica que instigou o remédio.

Contudo, no meio de toda essa desintegração, nódulos novos de crescimento já têm aparecido e, ainda mais significativamente, começou a emergir um novo modelo de vida. Esse modelo é, necessariamente, baseado em premissas radicalmente diferentes daquelas dos antigos construtores de cidadelas ou das de seus modernos correspondentes, os construtores de foguetes e exterminadores nucleares. Se pudermos distinguir os principais contornos dessa economia multidimensional e orientada para a vida, seremos capazes também de descrever a natureza e as funções da cidade emergente e o modelo futuro da colonização humana. Acima de tudo, anteciparemos o próximo ato do drama humano, desde que a espécie escape à armadilha mortal ou ao cego compromisso que uma tecnologia oblíqua, orientada para a força e antiorgânica, preparou para ela.

10. Função Cultural da Cidade Mundial

Tendo enfrentado o pior, achamo-nos afinal em posição de compreender a função positiva da metrópole histórica, não como foco de uma economia nacional ou imperial, mas num papel potencial muito mais importante, como centro mundial. Movendo-se cegamente no sentido de preencher esse papel essencial mas não realizado ainda, tem ela tentado alcançar, pela simples acumulação de forças, funções e instituições, o que só pode ser realizado por uma reorganização radical.

Os motivos conscientes que concentraram tamanho poder nuns poucos grandes centros não seriam suficientes para explicar seus imensos poderes de atração ou o papel que desempenham na cultura do nosso tempo. E o fato é que a solidez maciça e o congestionamento da metrópole têm, na verdade, uma justificação mais profunda, embora não esteja plenamente reconhecida: é ela um ponto de foco das atividades que, pela primeira vez, estão pondo todas as tribos da espécie humana numa esfera comum de cooperação e intercâmbio. Aquilo que Henry James disse a respeito de Londres pode-se igualmente dizer a respeito das suas grandes rivais: é "o maior agregado de vida humana, o mais completo compêndio do mundo. A raça humana ali se acha mais bem representada do que em qualquer outro lugar". Sua nova missão é passar à unidade

de urbanas menores os recursos culturais que trazem a unidade e a cooperação mundial.

Assim, os próprios caracteres que fizeram a metrópole parecer sempre, ao mesmo tempo, alheia e hostil ao povo do interior, são uma parte essencial da função da grande cidade: dentro de um perímetro relativamente estreito, ela ajuntou a diversidade e a variedade das culturas especiais; pelo menos em quantidades apreciáveis, todas as raças e culturas podem ali ser encontradas, juntamente com suas línguas, seus modos, seus costumes, suas cozinhas típicas; ali, os representantes da humanidade se encontraram pela primeira vez frente a frente, em terreno neutro. A complexidade e a abrangência cultural da metrópole abarcam a complexidade e a variedade do mundo como um todo. Inconscientemente, as grandes capitais vêm preparando a espécie humana para as associações e unificações maiores, que a moderna conquista do tempo e do espaço tornaram prováveis, senão inevitáveis.

Também aqui temos a razão essencial da mais típica instituição da metrópole, como característica da sua vida ideal, como o foi o ginásio da cidade helênica ou o hospital da cidade medieval — o Museu. Essa instituição nasceu das próprias necessidades do seu crescimento excessivo.

Inevitavelmente, o museu assumiu muitas das características negativas da metrópole: seu gosto desnorteado pela aquisição, sua tendência à exagerada expansão e à desorganização, seu hábito de medir o êxito pelo número de pessoas que passam pelas suas portas. Muito freqüentemente, o tamanho cívico serve de substituto da organização adequada, como no mercado de trabalho; e a expansão mecânica é tomada por significação. Todavia, em sua forma racional, o museu serve não só de equivalente concreto da biblioteca, mas também de método de ter acesso, mediante espécimes e amostras selecionadas, a um mundo cuja imensidade e complexidade, de outro modo, estaria muito longe do alcance do poder humano. Em sua forma racional, como instrumento de seleção, o museu é uma contribuição indispensável à cultura das cidades; e, quando chegarmos a pensar na reconstituição orgânica das cidades, veremos que o museu, não menos que a biblioteca, o hospital, a universidade, terá uma nova função na economia regional. Muitos museus, em exposições ambulantes e departamentos sucursais, já começaram a passar além de algumas das suas limitações megalopolitanas iniciais.

Mas, se a grande cidade é, em grande parte, responsável pela invenção e prolongamento público do museu, há um sentido no qual uma das suas próprias funções principais é servir de museu: por seu próprio direito, a cidade histórica conserva, por motivo da sua amplitude e de seu longo passado, uma coleção maior e mais variada de espécimes culturais do que se poderia encontrar em qualquer outra parte. Todas as variedades de função humana, toda experiência de associação humana, todos os processos tecnológicos, todos os

estilos de arquitetura e urbanismo, podem ser encontrados em algum lugar, dentro da sua área congestionada.

Aquela imensidão, aquela capacidade de retenção, é um dos maiores valores da grande cidade. A largueza da experiência humana que a metrópole dinâmica e ainda sadia oferece é rivalizada pela sua densidade e profundidade, sua capacidade de tornar visível camada após camada da história e da biografia humana, não só pelos seus documentos e monumentos, mas pelas áreas distantes onde os seus grandes recursos tornam possível buscar apoio. Uma civilização tão complexa e multilateral como a nossa precisa de uma organização urbana assim estável, capaz de atrair e manter em íntima cooperação muitos milhões de seres humanos, para levar a cabo todas as suas atividades. Mas o que é, por um lado, a capacidade de inclusão cultural da cidade, dela faz, pela própria necessidade de condensação e armazenamento, um agente de digestão e seleção. Se todos os materiais da nossa cultura fossem dispersos de maneira por demais ampla, se os dados e artefatos relevantes não fossem capazes de ser reunidos num só lugar, e ordenados, preparados para redistribuição, só exerceriam uma pequena fração da sua influência.

Embora a grande cidade seja o melhor órgão de memória que o homem já criou até hoje, é — até que se torne demasiado amontoadada e desorganizada — o melhor agente de discriminação e avaliação comparativa, não só porque exhibe tantos bens para escolha, mas porque, de igual modo, cria mentes de largo alcance, capazes de enfrentá-los. Com efeito: a abrangência e o número elevado de habitantes muitas vezes são necessários; mas o número elevado não basta. Florença, com cerca de quatrocentos mil habitantes, desempenha mais funções de metrópole do que muitas outras cidades com dez vezes aquela população. Um dos principais problemas da cultura urbana de hoje é aumentar a capacidade digestiva do recipiente, sem deixar que a estrutura física se torne massa colossal, coagulada, autoderrotada. A renovação do núcleo metropolitano interior é impossível sem uma transformação muito maior, numa escala regional e inter-regional.

11. A Cidade Invisível

Existe ainda um aspecto dessa reorganização do complexo metropolitano, que decorre da desmaterialização — ou eterização — das instituições existentes: o fato de já haver ela parcialmente criado a Cidade Invisível. Isso constitui, em si mesmo, uma expressão do fato de que o novo mundo em que começamos a viver é não só aberto na superfície, muito além do horizonte visível, mas também aberto no interior, penetrado pelos raios e emanações invisíveis, respondendo aos estímulos e forças abaixo do limiar da observação habitual.

Muitas das funções originais da cidade, outrora monopólios naturais, a

exigir a presença física de todos os participantes, foram hoje transpostos para formas suscetíveis de transporte rápido, desdobramento mecânico, transmissão eletrônica, distribuição mundial. Se uma aldeia remota pode ver o mesmo filme ou ouvir o mesmo programa de rádio que o centro mais populoso, ninguém precisa viver no centro ou visitá-lo para tomar parte naquela atividade particular. Ao contrário, devemos procurar uma relação recíproca entre as unidades menores e as maiores, baseada no desempenho, da parte de cada uma, do tipo de tarefas para o qual é singularmente adaptada. Assim, a cidade visível torna-se o lugar indispensável de reunião para as funções que melhor operam quando são superpostas umas às outras, ou dentro de um fácil alcance: um lugar onde reuniões, encontros e desafios, entre personalidades, por exemplo, suplementa e torna a reduzir as dimensões humanas a vasta rede impessoal que hoje se espalha ao seu redor.

Quero abordar as relações mais abstratas da cidade invisível traçando um paralelo à nova relação num plano mais visível: um exemplo pequeno, mas preciso. Espalhados pela França, muitas vezes em remotas aldeias e mosteiros, encontram-se muitos soberbos exemplos de velhas pinturas afresco. No antigo regime metropolitano, muitas dessas pinturas teriam sido removidas, não deixando, muitas vezes, de provocar danos, do seu sítio original, e alojadas num museu de Paris. Com isso, ficaria um buraco aberto no sítio de origem, e os habitantes estariam privados de uma posse que tinha valor tanto comunal quanto econômico. Hoje, chegou-se a um programa melhor. No Museu de Murais do Palais de Chaillot, reuniu-se grande número de admiráveis reproduções dessas pinturas. Numa só tarde, podem-se ver mais pinturas do que se poderiam apreciar confortavelmente numa quinzena de viagens. Para aqueles que desejam uma experiência mais legítima do original no sítio, as pinturas foram identificadas e localizadas: de tal sorte que se tornaram mais acessíveis, sem serem despropositadamente dissociadas de sua localização e finalidade original.

Esse é o primeiro passo para uma eterização mais geral. Com os diapositivos coloridos hoje existentes, o processo poderia ser levado ainda mais longe: qualquer biblioteca ou museu de cidade pequena poderia tomar emprestada e exhibir numa sala de projeção uma coleção ainda maior de murais. Passou o primitivo monopólio local pelo isolamento: passou o monopólio metropolitano pela tomada e exploração. Esse exemplo aplicar-se-á a uma dezena de outras atividades. A missão ideal da cidade é incentivar esse processo de circulação e difusão cultural; e tal processo restituirá a muitos centros urbanos hoje subordinados uma porção de atividades que outrora foram deles retiradas para benefício exclusivo da grande cidade.

Essa ilustração serve ainda mais porque a idéia do museu como guia dos recursos regionais, mais do que como substituto de tais recursos, evoluiu espontaneamente, quase certamente sem qualquer idéia de um sistema ideal

de cooperação interurbana. Da parte da indústria e das finanças tem havido, durante a última geração, muitos indícios de que processos semelhantes estão em funcionamento, ampliando e difundindo, e em certo grau descentralizando funções que, até então, eram altamente concentradas nuns poucos centros. Cadeias de bancos, mercados, lojas de departamentos, hotéis, unidades fabris têm sido organizadas dentro de dimensões continentais; e, embora a finalidade dessa difusão seja, muito usualmente, fundar monopólios financeiros e garantir lucros não competitivos — às vezes, apenas para dar alcance a egos vorazes —, o método de organização, particularmente nas áreas metropolitanas, indica que o processo opera de acordo com a índole de muitas outras atividades. As facilidades técnicas que têm sido aperfeiçoadas para obter o controle corporativo emprestar-se-iam igualmente a uma economia que promovesse uma ação mais espontânea dentro da pequena unidade, e um sistema recíproco, em dois sentidos, de comunicação e direção.

Assim, não foi por acaso que as antigas funções do recipiente urbano foram suplementadas por novas funções, exercidas por meio daquilo a que chamarei a grade funcional: a estrutura da cidade invisível. Como o antigo recipiente, a nova grade, em todas as suas formas, industrial, cultural, urbana, presta-se a utilizações tanto boas quanto más. Contudo, o que é ainda mais significativo é o fato de que a forma apareceu em tantos lugares diferentes, como resposta orgânica às necessidades do dia de hoje. A nova imagem da cidade deve ser, em parte, uma expressão dessas novas realidades. Neste particular, tanto a antiga metrópole quanto a nova conurbação fracassam lamentavelmente, pois têm-se inclinado a apagar, ao invés de reintegrar, os componentes essenciais da cidade.

Tecnologicamente, dois dos mais perfeitos exemplos dessa nova rede encontram-se em nossos sistemas de energia e comunicações: particularmente claros na rede de energia elétrica. Um sistema de energia centralizado tem limites de expansão muito definidos. Além de certo ponto, não só tornam-se excessivas as perdas na transmissão, mas uma interrupção na estação central ou um desarranjo local da transmissão pode causar grandes dificuldades em todos os pontos. Ao contrário, a rede de energia elétrica é antes uma rede de usinas, dispersas numa larga região, algumas grandes, algumas pequenas, umas acionadas pela energia hidráulica, outras pelo carvão, muitas vezes distribuídas sobre milhares de quilômetros quadrados. Algumas dessas usinas poderiam, sozinhas, suprir apenas a sua comunidade imediata, outras têm maior alcance.

Cada unidade desse sistema possui certo grau de auto-suficiência e auto-direção, bastante para as ocasiões normais. Mas, por serem interligadas, as estações de energia formam um sistema total cujas partes, embora relativamente independentes, podem, quando necessário, funcionar como um todo, compensando aquilo que falta em determinada área. A demanda pode ocorrer em qualquer ponto do sistema, e o sistema como um todo ser levado a aten-

der a ela. Embora o todo fique à disposição da parte, é o consumidor local que determina quando será utilizado e que parcela será tomada. Nenhuma estação central de energia, por maior que fosse, teria a eficiência, a flexibilidade ou a segurança da rede total, nem seria capaz tampouco de crescer mais, a não ser seguindo o modelo da rede.

Esse modelo não é de natureza puramente tecnológica: tem um paralelo no terreno da cultura; em particular, no funcionamento do sistema nacional de bibliotecas de empréstimo, na Inglaterra. Se o leitor, numa biblioteca filial de uma pequena cidade, não encontra o livro de que precisa, pode fazer um pedido que será transmitido à biblioteca central da região, situada na cidade principal do condado. A biblioteca central possui um catálogo de todas as bibliotecas cooperadas da região, onde poderá mandar buscá-lo, se não houver o livro na biblioteca central. Se essa solução falhar, o pedido é passado para o centro nacional, que tem o domínio dos recursos totais das bibliotecas cooperadas.

Assim, sem ter à mão uma biblioteca local de grandes dimensões, qualquer unidade isolada do sistema tem à sua disposição uma coleção de livros maior do que até a maior cidade pode oferecer ao leitor local. Com os nossos recursos atuais de catalogação, duplicação e transporte rápido, uma pequena aldeia tem facilidades de estudo e pesquisa de que poucas metrópoles se poderiam gabar — pelo menos se as nações tivessem com os orçamentos das bibliotecas metade da generosidade que têm hoje em dia para com as instalações militares.

Note-se a fuga à regra geral, em ambos os exemplos. Os grandes recursos já não dependem do congestionamento topográfico ou do controle centralizado oneroso. Com a rede de energia elétrica e o sistema de bibliotecas de empréstimo, tomam-se disponíveis as maiores facilidades, não pelo seu amontoamento, mas pela sua articulação num sistema que permite ao consumidor individual, desde que se utilize de uma unidade organizada na área local, procurar este ou aquele recurso, conforme for necessário. É importante assinalar esta última disposição: nenhuma dessas facilidades poderia ser economicamente manipulada, se o indivíduo procurasse apenas pela sua iniciativa satisfazer às suas necessidades, tratando a longa distância com o órgão central: só pela difusão e articulação pode o sistema total funcionar eficientemente. Outra vantagem de tais redes está em que permitem que unidades de diferentes tamanhos não só tomem parte, mas que ofereçam suas vantagens particulares ao todo: assim, uma pequena biblioteca que possui uma preciosa coleção de manuscritos não precisa entregá-los de pleno à instituição maior, a fim de ter certeza de sua adequada utilização: pode constituir uma parte eficiente do todo, fazendo exigências, comunicando desejos, influenciando em decisões, sem ser engolida pela organização maior. Isso restitui à região a

sua autonomia apropriada, sem impedir — aliás, encorajando-os mesmo — os processos universais.

Tem-se aí um modelo para a nova constelação urbana, capaz de preservar as vantagens das unidades menores e de gozar o alcance da organização metropolitana de grandes dimensões. Num mundo bem ordenado, não haveria limites físicos, culturais ou políticos a tal sistema de cooperação: ele passaria pelos obstáculos geográficos e barreiras nacionais tão facilmente quanto os raios X passam por objetos sólidos. Dadas as próprias facilidades atuais da telefotografia bem como o do transporte rápido, tal sistema poderia, com o tempo, abranger todo o planeta. Tão logo a técnica se liberte dos dispendiosos preparativos para o genocídio que ora absorvem os grandes Estados e impérios nacionais, ou da produção em grosso de mercadorias vendáveis destinadas, principalmente, à obsolescência prematura e a um retorno rápido e lucrativo, haverá abundantes facilidades de aperfeiçoamento de associações interculturais, de dimensões tão grandes como aquelas: e a nova cidade regional, visível e invisível, seria o principal instrumento.

O que isso indica é um método mais orgânico de criar e difundir os bens da cidade, do que os praticados pela metrópole histórica ou na conurbação de hoje. As limitações originais da cidade, outrora impostas pelo seu monopólio das comunicações e do controle político, não podem ser ultrapassadas por mero aumento do número de habitantes ou por simples ampliação de estradas e edifícios. Nenhum aperfeiçoamento orgânico é possível sem uma reorganização dos seus processos, funções e propósitos, sem uma redistribuição da sua população, em unidades que favoreçam o intercurso em dois sentidos, as relações do tipo "eu e você" e o controle local das necessidades locais. A rede elétrica, e não o recipiente da Cidade da Pedra, oferece a nova imagem da cidade invisível e dos muitos processos a que ela serve e incentiva. Não é só o modelo da própria cidade, mas cada instituição, organização e associação que compõem a cidade, que serão transformados por esse desenvolvimento. Nessa inovação radical, as grandes universidades, bibliotecas e museus, se fossem capazes de auto-regeneração, poderiam tomar a dianteira, assim como fizeram seus predecessores na criação da cidade antiga.

Os materiais de construção de uma nova ordem urbana, se interpretei corretamente os fatos, acham-se ao nosso alcance. Mas a possibilidade de que continuem a ser mal utilizados e pervertidos pelos sistemas políticos existentes é grande. A perspectiva de uma ampliação maciça das nossas atuais facilidades mecânicas e eletrônicas, sem qualquer mudança na finalidade social, ou qualquer tentativa de traduzir o produto em termos superiores de associação humana, permanece ameaçadora. Países como a Rússia soviética, teoricamente imunes às seduções e corrupções habituais da empresa capitalista, são evidentemente abertos às mesmas tentações — sob disfarces igualmente virtuosos — no sentido de impelir o comando burocrático do poder e da

autoridade centralizada, à custa da livre associação humana e do desenvolvimento autônomo.

Todavia, a promessa essencial dessa nova ordem foi expressa há um século por Emerson: "Nossa civilização e essas idéias — observou — estão reduzindo a Terra a um cérebro. Vede como, pelo telégrafo e pelo vapor, a Terra está antropoficada". A idéia foi independentemente desenvolvida em nossos próprios dias por Teilhard de Chardin; mas nem ele mesmo compreendeu a natureza ambígua da sua promessa, nem viu a necessidade de evitar esses novos perigos.

Nossa civilização tem à sua frente a inexorável expansão e agigantamento de um sistema altamente centralizado e superorgânico, ao qual faltam centros componentes autônomos, capazes de exercer a seleção, praticar o controle e, sobretudo, tomar decisões autônomas e dar respostas. A reação efetiva a esse problema, que se encontra no próprio coração da nossa cultura urbana futura, repousa no desenvolvimento de um quadro mundial mais orgânico, que faça justiça a todas as dimensões dos organismos vivos e personalidades humanas. Os pensadores que farão, por essa concepção orgânica e humana, o que Galileu, Bacon e Descartes fizeram pelos nossos conceitos hoje insuficientes e até perigosos da ciência e da tecnologia, há muito que estão trabalhando. Talvez, porém, seja necessário um século ou dois ainda, antes que as suas contribuições tenham destronado as Divindades Cibernéticas e restituído ao centro da nossa existência as imagens, as forças e as finalidades da Vida.

CAPÍTULO XVIII

Retrospecto e perspectiva

Ao tomar forma, a cidade antiga ajuntou numerosos órgãos dispersos da vida comum e, dentro dos seus muros, promoveu a sua interação e a sua fusão. As funções comuns a que a cidade servia eram importantes; contudo, foram ainda mais significativos os objetivos comuns que vieram a surgir por força dos métodos mais rápidos de comunicação e cooperação. A cidade ficava a meio caminho, entre a ordem cósmica, revelada pelos seus sacerdotes astrónomos, e os empreendimentos unificadores da realeza. Aquela tomou forma dentro do templo e do seu complexo sagrado, a outra dentro da cidadela e da muralha delimitadora da cidade. Polarizando aspirações humanas até então ignoradas e reunindo-as em um núcleo central, político e religioso, a cidade pôde enfrentar a imensa abundância geradora da cultura neolítica.

Por meio da ordem assim estabelecida, pela primeira vez, grandes agrupamentos de homens puderam entrar em efetiva cooperação. Organizadas em grupos de trabalho disciplinados, dirigidos por um comando central, as populações urbanas originais da Mesopotâmia, do Egito e do vale do Indo controlaram as enchentes, repararam os danos causados pelas tempestades, armazenaram água, remodelaram a paisagem, construíram uma grande rede aquática de comunicações e transportes e encheram os reservatórios urbanos de energia humana que poderia ser empregada noutros empreendimentos coletivos. Com o tempo, os governantes da cidade criaram um tecido interno de ordem e justiça, que emprestava às populações heterogêneas das cidades, mediante um esforço consciente, uma parte da estabilidade moral e da ajuda mútua da aldeia. Dentro do teatro da cidade, representavam-se novos dramas da vida.

Em contraste, porém, com esses aperfeiçoamentos, devemos apontar as contribuições mais sombrias da civilização urbana: a guerra, a escravidão, a exagerada especialização vocacional e, em muitos lugares, uma persistente orientação para a morte. Essas instituições e atividades, constituindo uma "simbiose negativa", têm acompanhado a cidade na maior parte da sua história e ainda hoje se conservam em forma acentuadamente brutal, sem as suas sanções religiosas dos primeiros tempos, como a maior das ameaças a um maior desenvolvimento humano. Os aspectos tanto positivos quanto

negativos da cidade antiga foram, em certo grau, passados à estrutura urbana subsequente.

Em virtude da sua concentração de energia física e cultural, a cidade acelerou o ritmo do intercuro humano e traduziu seus produtos em formas que podiam ser armazenadas e reproduzidas. Por meio de seus documentos, de sua história escrita e de seus hábitos ordenados de associação, a cidade aumentou o âmbito de todas as atividades humanas, estendendo-as no tempo, para diante e para trás. Por meio das suas disponibilidades de armazenagem (prédios, porões, arquivos, monumentos, tabuinhas, livros), a cidade tornou-se capaz de transmitir de geração a geração uma cultura complexa, pois pôde reunir não só os meios físicos, mas também os agentes humanos necessários para transmitir e aumentar essa herança. Este continua sendo o maior dos dons da cidade. Em comparação com a sua complexa ordem humana, os nossos atuais mecanismos eletrônicos que engenhosamente armazenam e transmitem informações são imperfeitos e limitados.

Da integração urbana original entre santuário, cidadela, aldeia, oficina e mercado, todas as formas posteriores da cidade, até certo ponto, tomaram sua estrutura física e seus modelos institucionais. Muitas partes desse tecido são ainda essenciais à efetiva associação humana, e não menos aqueles que brotaram originariamente do santuário e da aldeia. Sem a participação ativa do grupo primário, na família e na vizinhança, é pouco provável que as fidelidades morais elementares — o respeito pelo vizinho e a reverência pela vida — possam ser transmitidas, sem perigosos retrocessos, dos velhos para os jovens.

No outro extremo, também é pouco provável que as múltiplas cooperações que não se prestam à abstração e simbolização possam continuar florescendo dentro da cidade, pois apenas uma pequena parte do conteúdo da vida pode ser gravado por escrito. Sem a superposição de muitas atividades humanas diferentes, muitos níveis de experiência, dentro de uma área urbana limitada, onde se acham constantemente em uso, uma parcela demasiado grande da vida restringir-se-ia a registrar a história. Quanto maior a área de comunicação, quanto maior o número de participantes, mais se faz necessário criar numerosos centros permanentes e acessíveis para o intercuro face a face e para freqüentes encontros em todos os níveis humanos.

A recuperação das atividades e valores essenciais que se incorporaram pela primeira vez nas cidades antigas, e sobretudo em todas as cidades da Grécia, é, por conseguinte, uma condição primeira para o maior desenvolvimento da cidade, em nosso tempo. Nossos complicados rituais de mecanização não podem tomar o lugar do diálogo humano, do drama, do círculo vital de companheiros e associados, da sociedade de amigos. São essas coisas que sustentam o crescimento e a reprodução da cultura humana, e sem elas toda

a complicada estrutura passa a ser sem significado — e até mesmo hostil, de maneira ativa, às finalidades da vida.

Hoje, as dimensões físicas e o alcance humano da cidade estão mudados; e a maior parte das funções e estruturas internas da cidade tem de ser refundida, a fim de promover eficientemente as finalidades maiores que não de ser servidas: a unificação da vida interior e exterior do homem e a progressiva unificação da própria humanidade. O ativo papel da cidade, no futuro, é levar ao ponto culminante de desenvolvimento a variedade e individualidade das regiões, culturas, personalidades. Tais são finalidades que se completam: sua alternativa é o atual esmagamento mecânico da paisagem e da personalidade humana. Sem a cidade, o homem moderno não teria defesas eficientes contra aqueles coletivos mecânicos que, ainda agora, estão prestes a tornar supérflua toda a vida verdadeiramente humana, exceto para executar algumas funções subservientes, que a máquina ainda não domina.

Vivemos numa época em que os processos cada vez mais automáticos de produção e expansão urbana removeram as metas humanas a que deveriam servir. A produção quantitativa, para os nossos contemporâneos que raciocinam em termos de massa, tornou-se a única meta imperativa: para eles, tem mais valor a quantificação que a qualificação. Na energia física, na produtividade industrial, na invenção, no conhecimento, na população, predominam as mesmas vazias expansões e explosões. Essas atividades, à medida que aumentam em volume e ritmo, afastam-se cada vez mais de quaisquer objetivos humanamente desejáveis. Em consequência, está a espécie humana ameaçada de inundações muito mais formidáveis do que aquelas que o homem antigo aprendera a enfrentar. Para salvar-se, deve voltar sua atenção para os meios de controlar, dirigir, organizar e subordinar as suas funções biológicas e finalidades culturais particulares, as forças insensíveis que, justamente por sua superabundância, acabariam solapando a sua própria vida. Deve dominá-las e até eliminá-las por completo, quando, como no caso das armas nucleares e bacteriológicas, elas ameaçam sua própria existência.

Hoje, o que se deve pôr sob controle não é o vale de um rio, mas todo o planeta: não uma imensidão incontrolável de águas, mas explosões ainda mais alarmantes e malignas de uma energia que poderia desfazer todo o sistema ecológico do qual depende a própria vida e o bem-estar do homem. A maior necessidade de nossa época é a de abrir canais para as energias em excesso e para as impetuosas vitalidades que se afastaram das normas e limites orgânicos: o controle das inundações culturais, em todos os campos, demanda a edificação de represas, diques, reservatórios, a fim de uniformizar a corrente e distribuí-la pelos receptáculos finais, as cidades e regiões, os grupos, famílias e personalidades, que estarão em condições de utilizar essa energia para o seu próprio crescimento e desenvolvimento. Se estivéssemos preparados para restabelecer a habitabilidade da Terra e para cultivar os espaços vazios da alma

humana, não seria tanta a nossa preocupação com estéreis projetos escapistas de exploração do espaço interplanetário ou com políticas ainda mais definitivamente desumanizadas, baseadas na estratégia do extermínio coletivo em massa. Já é hora de voltar à Terra e encarar a vida em toda a sua fecundidade, diversidade e criatividade orgânica, ao invés de nos refugiarmos no mundo subdimensionado do Homem Pós-Histórico.

Infelizmente, o homem moderno tem ainda de vencer as perigosas aberrações que tomaram forma institucional nas cidades da Idade do Bronze e que deram um destino destruidor às nossas maiores conquistas. Como os governantes da Idade do Bronze, ainda consideramos o poder como a principal manifestação da divindade ou, senão, como o principal agente do desenvolvimento humano. Contudo, o "poder absoluto", assim como as "armas absolutas", pertence ao mesmo esquema mágico-religioso do sacrifício humano ritual. Tal poder destrói a cooperação simbiótica do homem com todos os outros aspectos da natureza e dos homens com os outros homens. Os organismos vivos só podem empregar quantidades limitadas de energia. A existência orgânica, tanto é fatal o que é "demasiadamente copioso" quanto o que é "demasiadamente escasso". Os organismos, as sociedades, as pessoas humanas, e não menos que eles, as cidades, são instrumentos delicados para regular a energia e empregá-la a serviço da vida.

A principal função da cidade é converter o poder em forma, a energia em cultura, a matéria inanimada em símbolos vivos de arte, a reprodução biológica em criatividade social. As funções positivas da cidade não podem ser levadas a cabo sem que se criem novas disposições institucionais, capazes de enfrentar as energias enormes que hoje o homem moderno domina: disposições de uma ousadia tão grande quanto aquelas que, nos primeiros tempos, transformaram a aldeia supercrescida e sua fortaleza na cidade nucleada e altamente organizada.

Essas modificações necessárias dificilmente poderiam ser concebidas, não fosse o fato de que as instituições negativas que acompanharam a ascensão da cidade têm estado, nos últimos quatro séculos, a cair na decadência, e até recentemente pareciam prestes a tombar no limbo. A realeza por direito divino praticamente desapareceu, mesmo como idéia organizadora; e as funções políticas que, outrora eram exercidas exclusivamente pelo palácio e pelo templo, com a ajuda coercitiva da burocracia e das armas, foram, durante o século XIX, assumidas por uma infinidade de organizações, corporações, partidos, associações e comissões. De igual forma, as condições fixadas por Aristóteles para a abolição do trabalho escravo acham-se agora, em grande parte, cumpridas, graças ao controle de fontes inorgânicas de energia e à invenção de máquinas e utilidades automáticas. Dessa maneira, a escravidão, o trabalho forçado, a expropriação legalizada, o monopólio de conhecimentos por uma classe vêm cedendo lugar ao trabalho livre, à segurança social, à

alfabetização universal, à liberdade de educação, ao acesso franco aos conhecimentos e aos primórdios do lazer universal, que se faz necessário para uma participação ampla nos deveres políticos. Se é verdade que massas enormes de pessoas, na Ásia, na África e na América do Sul, vivem ainda em condições primitivas e deprimente pobreza, até mesmo o impiedoso colonialismo do século XIX levou a esses povos as idéias que os haveriam de libertar. "O coração da sombra", entre Livingstone e Schweitzer, foi trespassado por um raio de luz.

Em suma, as condições opressivas, que limitavam o desenvolvimento das cidades através da História, começaram a desaparecer. A propriedade, a casta e até mesmo a especialização vocacional — graças ao imposto de renda progressivo e a "revolução gerencial" — perderam a maior parte das suas fixações hereditárias. Aquilo que Alexis de Tocqueville observou há um século é hoje mais verdadeiro do que nunca: a história dos últimos oitocentos anos é a história do igualamento progressivo das classes. Vale essa modificação igualmente para os sistemas capitalistas e comunistas, e de um modo que teria assombrado Karl Marx, mas que não surpreenderia a John Stuart Mill. Este, com efeito, anteviu as condições do equilíbrio dinâmico sob as quais os progressos da economia mecânica poderiam, afinal, ser aproveitados para uma positiva vantagem humana. Assim, até ontem ainda, parecia que a simbiose negativa que acompanhara a ascensão da cidade estava decretada. A tarefa da cidade emergente era emprestar uma forma ideal àquelas condições radicalmente superiores de vida.

Infelizmente, as perniciosas instituições que acompanharam a ascensão da cidade antiga têm sido ressuscitadas e ampliadas em nosso próprio tempo: por isso, o resultado final está em dúvida. Os governantes totalitários reapareceram, tendo sido algumas vezes elevados, como Hitler, à condição de divindades, ou mumificados após a morte, à feição dos faraós, como Lenin e Stalin. Seus métodos de coerção e terrorismo ultrapassam as façanhas mais vis dos antigos governantes, e a hedionda prática de se exterminarem populações urbanas inteiras chegou mesmo a ser exercitada pelos líderes escolhidos de Estados democráticos, manipulando forças de destruição instantânea que outrora se reservavam aos deuses. Por toda parte, o conhecimento sigiloso veio pôr termo à crítica eficaz e ao controle democrático; e a emancipação do trabalho manual trouxe uma nova espécie de escravizamento: a abjeta dependência da máquina. Reapareceram, enormemente aumentados, todos os monstruosos deuses do mundo antigo, a exigir o total sacrifício humano. A fim de aplacar seu super-Moloch, nos Templos Nucleares, nações inteiras se acham indolentemente prontas a lançar seus filhos em suas aterradoras fomalhas.

A continuarem essas tendências desmoralizadoras, as forças que ora se acham em funcionamento revelar-se-ão incontroláveis e mortais, pois os

poderes que o homem tem hoje ao seu dispor, a menos que sejam desligados de seus antigos laços com a cidadela e dedicados a finalidades humanas, levam de seu atual estado de suspeita paranóica e ódio a um frenesi final de destruição. Por outro lado, se as principais instituições negativas da civilização continuarem a desmoronar — isto é, se as convulsões passageiras do totalitarismo efetivamente assinalam os estertores da morte da velha ordem — será provável que a guerra escapará ao mesmo destino? Era a guerra um dos “genes letais” transmitidos pela cidade de século a século, sempre causando danos, mas, apesar disso, nunca suficientemente grandes para provocar o fim da própria civilização. Aquele período de tolerância hoje está terminado. Se a civilização não eliminar a guerra, como possibilidade constante, nossos agentes nucleares destruirão a civilização — e é possível que exterminem a espécie humana. As grandes populações de aldeia, que outrora eram reservatórios de vida, acabarão por perecer ao lado das populações das cidades.

Por outro lado, caso se ajuntem as forças da vida, encontrar-nos-emos na iminência de uma nova implosão urbana. Quando se fundaram as primeiras cidades, conta-nos um antigo escriba egípcio, a missão do fundador era “pôr os deuses em seus templos”. A tarefa da cidade vindoura não é na sua essência, diferente: sua missão é colocar as maiores preocupações do homem no centro de todas as suas atividades; é unir os fragmentos dispersos da personalidade humana, transformando homens artificialmente mutilados — burocratas, especialistas, “peritos”, agentes despersonalizados — em seres humanos completos, reparando os danos que foram causados pelo divisão vocacional, pela segregação social, pelo cultivo exagerado de uma função predileta, pelos tribalismos e nacionalismos, pela ausência de associações orgânicas e finalidades ideais.

Antes que o homem moderno possa controlar as forças que hoje ameaçam a sua própria existência, é necessário que retome posse de si mesmo. Isso fixa a principal missão para a cidade do futuro: criar uma estrutura regional e cívica visível, destinada a colocar o homem à vontade em face de seu ego mais profundo e de seu mundo mais amplo, ligados a imagens de nutrição e amor humano.

Por isso mesmo, devemos agora conceber a cidade não, em primeiro lugar, como um local de negócios ou de governo, mas como um órgão essencial de expressão e atualização da nova personalidade humana — a do “Homem de um Mundo Só”. A antiga divisão entre homem e natureza, já não pode ser mantida: quanto às comunicações, o planeta inteiro se está transformando numa aldeia; e em consequência, até a menor vizinhança ou distrito há de ser planejado como um modelo funcional do mundo maior. Hoje, não é a vontade de um único governante deificado, mas a vontade individual e corporificada de seus cidadãos, tendo em mira o autoconhecimento, o autogoverno e a auto-realização, que se deve incorporar na cidade. Em lugar da indústria, a

educação é que será o centro das suas atividades; e cada processo e função será avaliado e aprovado na justa medida em que promove o desenvolvimento humano, ao passo que a própria cidade proporciona um vívido teatro para os espontâneos encontros, desafios e contatos íntimos da vida diária.

Aparentemente, a inércia da civilização atual move-se ainda para uma catástrofe nuclear mundial; e mesmo que seja adiado esse acontecimento fatal, talvez passe ainda um século ou mais antes que se possa riscar essa possibilidade. Felizmente, porém, a vida possui um atributo previsível: é cheia de surpresas. No último momento — e, efetivamente, a nossa geração pode estar próxima do último momento —, as finalidades e projetos que resgatarão nosso atual dinamismo sem sentido podem ganhar a dianteira. Quando tal acontecer, obstáculos que hoje parecem insuperáveis irão derreter-se e desaparecer; e as vastas quantidades de dinheiro e de energia, os esforços maciços da ciência e da técnica, que agora são encaminhados para a construção de bombas nucleares, foguetes espaciais e centenas de outros engenhosos instrumentos, direta ou indiretamente voltados para metas desumanizadas e desmoralizadas, estarão libertados para a recultivação da terra e para a reconstrução das cidades; acima de tudo, para o revigoramento da personalidade humana. Uma vez que os sonhos estéreis e pesadelos sadísticos que obcecaram a elite governante sejam abolidos, haverá tal libertação de vitalidade humana que fará parecer o Renascimento quase natimorto.

Seria tolice prever quando ou como poderia ocorrer tal transformação; e no entanto, seria ainda menos realístico afastá-la como possibilidade, talvez até como possibilidade iminente, a despeito da força com que o mito da máquina ainda prende o Mundo Ocidental. Felizmente, os preparativos para a mudança de uma economia de poder para uma economia vital há muito que se vêm fazendo; e, tão logo a reorientação das idéias e finalidades básicas se verifique, poderão fluir rapidamente as transformações políticas e físicas. Muitas das mesmas forças que hoje estão orientadas para a morte serão, então, polarizadas para a vida.

Examinando a aparente estabilização da taxa de natalidade verificada na civilização ocidental, antes de 1940, o autor de *A Cultura das Cidades* observava: “Pode-se facilmente imaginar um novo culto da vida familiar, a se desenvolver em face de alguma catástrofe dizimadora, que exigiria uma rápida divisão dos planos de habitação e desenvolvimento urbano: um generoso impulso para a procriação poderia, na prática, chocar-se com as opiniões dos prudentes, inclinados à preservação de um equilíbrio apenas alcançado”.

Para muitos sociólogos profissionais, cativados pelas curvas perfeitas de seus gráficos populacionais, aquela parecia uma possibilidade longínqua, aliás inteiramente imaginável antes da Segunda Guerra Mundial. Contudo, essa reação espontânea verificou-se realmente pouco depois de estourar a guerra, e continuou, a despeito das previsões em contrário de vários “peritos”, nos

últimos vinte anos. Muitas pessoas que deveriam estar vigilantemente preocupadas com a aniquilação da espécie humana por causa das explosões nucleares têm ocultado de si mesmas aquela sombria possibilidade, por uma exagerada inquietação quanto à "explosão demográfica" — sem, aparentemente, a mais leve suspeita de que a ameaça de despovoamento e a de sobrepovoamento poderiam realmente estar associadas.

Quanto ao que hoje se verifica, esse ressurgimento de atividade reprodutiva poderia ser parcialmente explicado como uma profunda resposta instintiva à morte prematura de dezenas de milhões de pessoas em todo o planeta. Todavia, de modo ainda mais possível, pode ser a reação inconsciente à probabilidade de uma irrupção aniquiladora de genocídio nuclear em escala planetária. Dessa forma, cada nova criança que nasce é um voto cego e desesperado em favor da sobrevivência: pessoas que se acham incapazes de registrar um protesto político efetivo contra a exterminação concretizam esse protesto por um ato biológico. Em países onde a ajuda do Estado não se faz sentir, os jovens pais muitas vezes aceitam uma severa privação de bens e a falta de lazer, para não terem de aceitar a privação da vida renunciando a ter novos filhos. A reação automática de toda espécie ameaçada de extinção toma a forma de uma reprodução excessiva. Essa é uma observação fundamental da ecologia.

Nenhuma economia orientada para o lucro e dominada pelo prazer é capaz de enfrentar tais exigências: nenhuma economia dominada pelo poder as pode suprimir permanentemente. Caso a mesma atitude se propagasse para os órgãos de educação, arte e cultura, os meios superbiológicos de reprodução do homem, haveria ela de alterar toda a perspectiva humana: o serviço público teria precedência sobre o lucro privado e os fundos públicos estariam colocados a serviço da construção e reconstrução de aldeias, vizinhanças, cidades e regiões, segundo linhas mais generosas do que jamais puderam dar-se ao luxo de possuir até as aristocracias do passado. Tal transformação restabeleceria a disciplina e o deleite do jardim em todos os aspectos da vida; e poderia fazer mais, para equilibrar a taxa de natalidade, pelo seu interesse pela qualidade da vida, do que qualquer outra medida coletiva.

Como vimos, a cidade sofreu numerosas modificações durante os últimos cinco mil anos; e não há dúvida de que outras modificações estão à espera. Mas as inovações que urgentemente se anunciam não são na extensão e perfeição do equipamento físico: menos ainda, na multiplicação de instrumentos eletrônicos automáticos para dispersar, em disforme poeira suburbana, os órgãos remanescentes da cultura. Muito ao contrário, os melhoramentos significativos só virão pela aplicação da arte e do pensamento aos interesses humanos centrais da cidade, com uma nova dedicação aos processos cósmicos e ecológicos que abrangem toda a existência. Devemos restituir à cidade as funções maternas, nutridoras da vida, as atividades autônomas,

as associações simbióticas que por muito tempo têm estado omitidas ou esquecidas. Com efeito, deve a cidade ser um órgão de amor; e a melhor economia das cidades é o cuidado e a cultura dos homens.

A cidade tomou forma primeiro como morada de um deus, um lugar onde os valores externos se achavam representados, e reveladas as possibilidades divinas. Embora os símbolos tenham mudado, permanecem as realidades que haviam por trás deles. Hoje, como nunca antes, sabemos que as potencialidades não reveladas da vida vão muito além das orgulhosas álgebras da ciência contemporânea; e suas promessas para as posteriores transformações do homem são tão encantadoras quanto inesgotáveis. Sem as perspectivas religiosas incentivadas pela cidade, pode-se duvidar de que mais que uma pequena parte das capacidades de vida e saber do homem poderiam ter-se desenvolvido. O homem cresce na imagem de seus deuses e até a medida que eles hajam fixado. A mistura de divindade, poder e personalidade, que fez nascer a cidade antiga, deve ser pesada de novo em termos da ideologia e da cultura da nossa própria época, e vazada em novos moldes cívicos, regionais e planetários. Para que possamos derrotar as forças insensíveis que ora ameaçam a civilização, a partir de dentro, devemos passar além das frustrações e negações originais que tem perseguido a cidade através da sua história. Do contrário, os deuses estéreis do poder, não sendo contidos pelos limites orgânicos ou pelas metas humanas, refarão o homem à sua própria imagem sem rosto e porão um termo à história humana.

A missão final da cidade é incentivar a participação consciente do homem no processo cósmico e no processo histórico. Graças a sua estrutura complexa e durável, a cidade aumenta enormemente a capacidade de interpretar esses processos e tomar neles uma parte ativa e formadora, de tal modo que cada fase do drama que desempenhe vem a ter, no mais elevado grau possível, a iluminação da consciência, a marca da finalidade, o colorido do amor. Esse engrandecimento de todas as dimensões da vida, mediante a comunhão emocional, a comunicação racional e o domínio tecnológico, e, acima de tudo, a representação dramática, tem sido na história a suprema função da cidade. E permanece como a principal razão para que a cidade continue existindo.

Bibliografia

O asterisco (*) antes do título indica livros particularmente importantes para melhor compreensão do tema principal, embora muitos outros livros de igual importância não sejam assim assinalados. Notem-se, por favor, as seguintes abreviações:

AR: *Architectural Review*
JAIA: *Journal of the American Institute of Architecture*
JAIP: *Journal of the American Institute of Planners*
JRIBA: *Journal of the Royal Institute of British Architects*
JSAH: *Journal of the Society of Architectural Historians*
JTPI: *Journal of the Town Planning Institute*
TCP: *Town and Country Planning*
TPR: *Town Planning Review*

Abercrombie, Patrick. *Town and Country Planning*. Nova Iorque, 1933.
Breve esboço introdutório (Home University Series).

"Ideal Cities: Victoria". TPR, março de 1921.

Sumário da cidade ideal de James Silk Buckingham, que influenciou Howard. De uma série de Abercrombie sobre Cidades Ideais.

Greater London Plan. 1944. Londres, 1945.

Imenso progresso em relação a todos os planos anteriores para áreas metropolitanas, baseado em concepções do planejamento de comunidades e das relações entre cidade e campo, claramente derivadas das propostas de Howard e habilmente ampliadas. Sua influência é visível nas Cidades Novas realmente construídas.

Abercrombie, Patrick, e J. H. Forshaw. *County of London Plan: Prepared for the London County Council*. Londres, 1943.

Cheio de admiráveis sugestões detalhadas; viciado, porém, por uma premissa não examinada: a necessidade e a desejabilidade de conservar o volume de população existente no Condado de Londres.

Abrams, Charles. *Revolution in Land*. Nova Iorque, 1939.

- Abrosimov, Pavel, *et al.* (organizadores). *Constructiora and Reconstruction of Towns: 1945-1957*, 3 vols. Moscou, 1958.
Preparado para o Quinto Congresso da União Internacional de Arquitetos, os dois primeiros volumes em inglês e russo.
- Ackerman, Phyllis. "The Symbolic Sources of Some Architectural Elements". *JSAH*, dezembro de 1953. (Ver também Lethaby.)
- Adams, Charles C. "The Relation of General Ecology to Human Ecology". *Ecology*, julho de 1935.
- Adams, Thomas. *Outline of Town and City Planning: A Review of Past Efforts at Modern Aims*. Nova Iorque, 1935.
Principalmente exemplos e precedentes ingleses.
- Regional Plan of New York and Its Environs*. Vol. II: *The Building of the City*. (Ver *Regional Survey of New York and Its Environs*.)
- Addison, William. *English Spas*. Londres, 1951.
- *Alberti, Leone Battista. *Ten Books on Architecture*. Florença, 1485. Traduzidos para o italiano por Cosimo Bartoli (1568) e para o inglês por James Leoni (1726). Londres, 1955.
A mais importante obra teórica antes de Camilo Sitte. Com sua permanente ênfase nas condições naturais e exigências funcionais, biológicas e econômicas, esse tratado é uma explícita formulação de idéias medievais, em termos renascentistas, mais que uma expressão dos novos conceitos de arregimentação humana e espacial.
- *Albright, W. F. *The Archaeology of Palestine*. Harmondsworth, 1956. 1ª ed., 1949.
From the Stone Age to Christianity. Nova Iorque, 1957.
Magistral em todos os aspectos, inclusive a filosofia da história.
- Alexandersson, Gunnar. *The Industrial Structure of American Cities: A Geographic Study of Urban Economy in the United States*. Lincoln, Neb., 1956.
- Alihan, Milla Aissa. *Social Ecology: A Critical Analysis*. Nova Iorque, 1938.
Embora a abordagem seja crítica, baseia-se por demais na área um tanto estreita invadida pela Escola de Chicago.
- Allee, Warder Clyde. *Animal Aggregations: A Study in General Sociology*. Chicago, 1931.
Animal Life and Social Growth. Baltimore, 1932.
- Allen, Edith Louise. *American Housing as Affected by Social and Economic Conditions*. Peoria, 1930.
Esboço que precisa ser preenchido.

- Allen, George Cyril. *The Industrial Development of Birmingham and the Black Country: 1860-1927*. Ilustrado. Londres, 1929.
Dados paleotécnicos valiosos.
- Andersen, Hendrik Christian. *Creation of a World Center of Communication*. 4 partes em 2 vols. Paris, 1913-1918.
Primeiro esforço para visualizar os órgãos de uma cultura mundial.
- Anderson, William (organizador). *Local Government in Europe*. Nova Iorque, 1939.
- Andrae, W. *Das Wiederstehende Assur*. Leipzig, 1938.
"The Story of Uruk". *Antiquity*, junho de 1936.
- Andreae, Johann Valentin. *Christianopolis*. Trad. de F. E. Held. Nova Iorque, 1916.
Utopia do fim da Idade Média, particularmente interessante pelas suas observações paralelas sobre cidades.
- *Aristóteles. *Política*. Atenas, século IV a.C.
A *Política* ainda paga a pena de uma leitura atenta, tanto em matéria de metodologia como em percepção cívica.
- Armillas, Pedro. "Meso-American Fortification". *Antiquity*, junho de 1951.
- Arnovici, Carol. *Community Building: Science, Technique, Art*. Nova Iorque, 1956.
Um completo manual, em termos da prática norte-americana.
- Arts and Crafts Exhibition Society. *Art and Life, and the Building and Decoration of Cities: A Series of Lectures by Members*. Londres, 1897.
Ver especialmente a palestra de Lethaby.
- Ashby, Thomas. "The Capital, Rome: Its History and Development". TPR, junho de 1927.
- Ashby, Thomas, e S. Rowland Pierce. "The Piazza del Popolo: Rome". TPR, dezembro de 1924.
- Astengo, Giovanni. "Town and Regional Planning in Italy". TPR, julho de 1952.
- Atkinson, William. *The Orientation of Buildings: or Planning for Sunlight*. Nova Iorque, 1912.
Estudo moderno pioneiro. (Ver, porém, Rey, Augustin.)
- Atlas portratif ou le théâtre de la guerre en Europe: contenant les cartes géographiques avec le plan des villes et fortresses les plus exposés aux révolutions présentes*. Amsterdam, 1702.

- *Auzelle, Robert. *Encyclopédie de l'Urbanisme*. Paris, 1950.
Soberba coleção de fotografias e plantas, numa série de fascículos, geralmente mostrando elementos individuais, mas às vezes apresentando plantas e vistas inteiras. Particularmente útil porque os desenhos são todos na mesma escala e, por isso, comparáveis. A seleção é ampla mas não sistemática, com atenção talvez demasiada a obras recentes, relativamente sem importância.
- *Avenel, Baron Georges d'. *Histoire économique de la propriété des salaires, des denrées et de tous les prix en général depuis l'an 1200 jusqu'en l'an 1800*, 7 vols. in 6. Paris, 1894-1926.
Obra de pesquisa exaustiva: indispensável. (Ver especialmente o vol. VI, livro V, caps. 5 e 6.)
- Histoire de la fortune française; la fortune privée à travers sept siècles*. Paris, 1927.
(Ver os capítulos 9 e 10 sobre Prix et Loyers des Maisons.)
- Ayyar, C. P. Venkatarama. *Town Planning in Ancient Dekkan*. Com introdução do prof. Patrick Geddes. Madrastra [s. d.].
O autor baseia-se em velhos textos Tamil para uma descrição do desenvolvimento das cidades do sul da Índia. Ilustra a natureza universal do padrão inicialmente discernido na Mesopotâmia. Um primeiro ensaio num campo muito necessitado de cultivo.
- Badawy, Alexander. "Orthogonal and Axial Town Planning in Egypt". *Zeitschrift für Ägyptische Sprache und Altertumes Kunde*. Bd. 85. Erster Heft, Berlin, 1960.
Útil. (Ver, porém, também Fairman, H. W.)
- Bailey, Francis A. "The Origin and Growth of Southport". TPR, janeiro de 1951.
- Balzac, Honoré de. *Le Père Goriot*. Paris, 1835.
Le Cousin Pons. Paris, 1847.
Dois belos exemplos das *Scènes de la Vie Parisienne*. Não foi sem motivo, como assinalou Brunetière, que Balzac foi contemporâneo de Augusto Comte.
- Bannister, Turpin C. "Early Town Planning in New York State". *JSAH*, janeiro-abril de 1943.
- Barbour, Violet. "Capitalism in Amsterdam in the Seventeenth Century". *The Johns Hopkins University Studies in Historical and Political Science*, série lxvii, nº 1.
Útil. (Ver Burke, Gerald.)
- *Bardet, Gaston. *Pierre sur Pierre. Construction du Nouvel Urbanisme*. Paris, 1946.
Profundos, vívidos e humanos estudos de urbanismo, que contrastam com as exposições de Le Corbusier.

- L'Urbanisme*. Paris, 1947.
- Qui est-ce l'Urbanisme?* Paris, 1947.
- Naissance et Méconnaissance de l'Urbanisme*. Paris, 1951.
Rico tanto em dados históricos quanto em penetração.
- Barlow, Sir Anthony Montague (Presidente). *Report of Royal Commission on Distribution of Industrial Population*. Londres, H. M. Stationery Office, 1940.
Contribuição de estadista, que teve decisiva influência no lançamento das bases da política de Cidades Novas.
- Bartholomew, Harland, e Jack Wood. *Land Uses in American Cities*. Cambridge, Mass., 1955.
- Bates, Marston. *The Forest and the Sea: A Look at the Economy of Nature and the Ecology of Man*. Nova Iorque, 1960.
Recomendado aos urbanistas e administradores que alteram a ecologia do homem sem a examinar ou avaliar os resultados de sua intervenção.
- Bauer, Catherine. *Modern Housing*. Boston, 1934.
Bom demais para ser posto de lado simplesmente por causa das limitações associadas com a data da sua publicação.
- "Housing in the United States". *International Labor Review*, julho de 1945.
- Social Questions in Housing and Town Planning*. Londres, 1952.
- "Economic Progress and Living Conditions". TPR, janeiro de 1954.
- Baxter, Sylvester. *Greater Boston: A Study for a Federalized Metropolis Comprising the City of Boston and Surrounding Cities and Towns*. Boston, 1891.
Proposição clássica de organização urbana federal, mantendo e utilizando as autoridades locais existentes, segundo a orientação do Conselho do Condado de Londres. Caso a oportuna iniciativa de Baxter tivesse sido seguida, Boston poderia ter levado à conclusão a obra bem iniciada de unificação metropolitana do trânsito, suprimento de água e parques. Observe-se a data.
- Becatti, G., e G. Calza. *Ostia*. Roma, 1955.
- Behrendt, Walter Curt. *Die einheitliche Blockfront als Raumelement im Stadtbau: Ein Beitrag zur Stadtbaukunst der Gegenwart*. Berlin, 1911.
Die Holländische Stadt. Berlin, 1928.
Rico em penetração e ilustrações.
- Modern Building: Its Nature, Problems and Forms*. Nova Iorque, 1937.
Sem rival em matéria de clareza, profundidade e brevidade.

- Bellamy, Edward. *Looking Backward: 2000-1887*. 1ª ed., Boston, 1888, nova ed., Boston, 1931.
Antecipações parciais de organização neotécnica urbana (mecânica).
- Bellet, Daniel, e Will Darville. *Ce que doit être la cité moderne: son plan, ses aménagements, ses organes, son hygiène, ses monuments et sa vie*. Paris, 1914.
Corte em profundidade dos melhoramentos admitidos, antes da Primeira Guerra Mundial.
- Beloch, J. "Antike und Moderne Groszstädte". *Zeitschrift für Sozialwissenschaften*. Breslau, 1898.
- Below, George Anton Hugo von. "Das ältere Deutsche Städtewesen und Bürgertum". *Monographien zur Weltgeschichte*. Bielefeld, vol. VI, 1898.
"Mittelalterlich Stadtwirtschaft und Gegenwärtige Kriegswirtschaft". *Kriegswirtschaftliche Zeitfragen*. Tübingen, vol. 10, 1917.
"Die Entstehung des Modernen Kapitalismus und die Hauptstädte". *Schmollers Jahrbuch*. Munique, vol. 43, pt. 1, 1919.
Profunda crítica da posição de Sombart em sua 2ª edição.
Aus Sozial- und Wirtschaftsgeschichte; Gedächtnisschrift für George von Below. Stuttgart, 1928.
(Ver os ensaios de Hapke e Schneider.)
- Bennett, H. S. *Life on the English Manor: A Study of Peasant Conditions, 1150-1400*. Cambridge, 1948.
(Ver o capítulo sobre a cidade como a "Estrada para a Liberdade".)
- Bennett, John W., e Melvin M. Tumin. *Social Life: Structure and Function: An Introductory General Sociology*. Nova Iorque, 1952.
Bom capítulo sobre a cidade; falta, porém, a análise dos processos sociais dinâmicos — encontrar, cumprimentar, trabalhar, reunir, registrar, armazenar, celebrar, etc.
- Benoit, Fernand. *Avignon: au Double Visage*. Paris, 1940.
- Benoit-Levy, Georges. *La Ville et son Image*. Paris, 1910.
- Bérard, Jean. *L'Expansion et la colonisation Grecques jusqu'aux guerres médiques*. Paris, 1960.
Excelente: parte de um estudo maior, que a morte do autor deixou inacabado.
- Beresford, M. W., e J. K. S. St. Joseph. *Medieval England: An Aerial Survey*. Cambridge, 1958.
Ótil.

- Beresford, Maurice. *History on the Ground: Six Studies in Maps and Landscapes*. Londres, 1957.
- Berlepsch-Velendás. *Die Gartenstadtbewegung in England*. Munique, 1911.
Como o estudo de Kampffmeyer, esse testemunha a forte impressão dada pelo movimento da cidade-jardim, numa única década.
- Bernoulli, Hans. *Die Stadt und ihr Boden (Towns and the Land)*. Erlenbach-Zurique, 1946.
- Blanchard, Raoul. *Grenoble Étude de Géographie Urbaine*. 3ª ed., 1935. (1ª ed., 1911.)
Annecy: Étude de Géographie Urbaine. Annecy, 1917.
Os dois estudos são produtos exemplares da grande escola francesa de geografia urbana.
- Blanckenhagen, Peter H. von. "The Imperial Fora". *JSAH*, dezembro de 1954.
- Blomfield, Reginald. *Sébastien le Prestre de Vauban: 1633-1707*. Londres, 1938.
Essencial para uma compreensão do urbanismo do século XVII.
- Blumenfeld, Hans. *Form and Function of Urban Communities*. *JSAH*, janeiro-abril de 1943.
"Russian City Planning of the 18th and Early 19th Centuries". *JSAH*, janeiro de 1944.
"Theory of City Form". *JSAH*, julho-dezembro de 1949.
"Scale in Civic Design". *TPR*, abril de 1953.
Os estudos de Blumenfeld são destacados tanto na apreensão prática quanto na teórica.
- Boekle, Erich, e Werner Lindner. *Die Stadt: Ihre Pflege und Gestaltung*. Munique [s. d.].
- Boëthius, Axel. *The Golden House of Nero*. Nova Iorque, 1960.
Dados úteis sobre a antiga Roma e sua influência sobre as construções medievais.
- Bogue, Donald J. *Population Growth in Standard Metropolitan Areas: 1900-1950*. Washington, 1953.
Metropolitan Growth and the Conversion of Land to Non-Agricultural Uses. Chicago, 1956.
The Structure of the Metropolitan Community: A Study of Dominance and Sub-dominance. Ann Arbor, 1950.

- Bolkestein, H. *Economic Life in Greece's Golden Age*. Edição holandesa, 1923. Trad., Leiden, 1958.
- Bonner, Robert J. *Aspects of Athenian Democracy*. Berkeley, 1933.
- Booth, Charles. *Life and Labour in London*, 17 vols. Iniciado em 1889. Londres, 1902.
Levantamento monumental, completo nos detalhes, mas tão difícil de entender como um todo, como a cidade que descreve.
- Booth, Charles, e outros. *New Survey of London Life and Labour*. Londres, vols. I-IV 1930-1933.
- Bossert, H. Th., e W. Zschietzschmann. *Hellas and Rome: The Civilization of Classical Antiquity*. Nova Iorque, 1936.
Com 575 reproduções, algumas não encontradas em obras semelhantes.
- Botero, Giovanni. *A Treatise Concerning the Causes of the Magnificence and Greatness of Cities*. Trad. Londres, 1606.
- Bowra, Sir Maurice, et al. *Golden Ages of the Great Cities*. Nova Iorque, 1952.
Vinheta histórica, algumas excelentes, notadamente a de Runcinan sobre Constantinopla.
- Bradford, John. *Ancient Landscapes: Studies in Field Archaeology*. Londres, 1957.
Muitos dados sobre antigos desenhos urbanos, revelados pela fotografia aérea.
- Braidwood, Robert J. *The Near East and the Foundations of Civilization*. Condon Lectures, Eugene, Oregon, 1952.
- "Jericho and Its Setting in Near Eastern History". *Antiquity*, XXXI, 1957.
Parte de uma "agonizante reapreciação" que envolve uma diferenciação mais adequada das fases do crescimento urbano.
- "Near Eastern Prehistory". *Science*, 20 de junho de 1958.
Cuidadoso estudo da transição da coleta de alimentos para a comunidade cultivadora de aldeia. (Ver também Sauer, Carl.)
- Branford, Victor V. *Outlines of the Sociology of London: An Introduction to the Study of Social Science*. Londres, 1908.
Conferências pioneiras de extensão da Universidade de Londres, pelo respeitável colega de Geddes.
- Civics and Eugenics: An Introduction to the Science of Sociology*. Londres, 1909.
- The Drift to Revolution*. Londres, 1919.
Um dos *Papers for the Present* que Branford organizou. Brilhante.

- Westminster: Spiritual and Temporal*. Londres, 1920.
Sugestivo ainda hoje.
- "Sociological View of Westminster". *Sociological Review*, julho de 1930.
- Branford, Victor V., e Patrick Geddes. *The Coming Polity*. Londres, 1917.
- Our Social Inheritance*. Londres, 1919.
O capítulo de Branford sobre Westminster é de grande alcance. Minhas caminhadas com Branford ao redor de Westminster, em 1920, deixaram marca em todo o meu pensamento posterior.
- *Braunfels, Wolfgang. *Mittelalterliche Stadtbaukunst in der Toskana*. Berlim, 1953.
Em muitos aspectos, a melhor monografia sobre a cidade medieval, baseada em documentos originais e cobrindo muitos aspectos além da arte de construir cidades: falta-lhe, porém, interesse pelo desenvolvimento da planta como um todo. Esse esquecimento talvez leve a uma exagerada ênfase do papel do mestre construtor da catedral, como arquiteto geral da cidade.
- Breasted, James Henry. *The Conquest of Civilization*. Nova Iorque, 1926.
Ainda uma boa introdução geral às civilizações antigas, embora escrita como livro-texto, e naturalmente exigindo revisão à luz do importante trabalho da última geração. (Ver Frankfort e Childe.)
- The Dawn of Conscience*. Nova Iorque, 1938.
Importante análise da moralização do poder no Egito, levando a novos conceitos de direito, justiça e probidade.
- Bredius, Abraham, e outros. *Amsterdam in de Zeventiende Eeuw*, 3 vols. 'sGravenhage, 1897-1904.
- Breton, Nicholas. *The Court and the Country*. Londres, 1618.
- Brett-James, N. G., e M. B. Honeybourne. "Precincts and Trade Quarters". AR, novembro de 1946.
- Bridenbaugh, Carl. *Cities in the Wilderness: The First Century of Urban Life in America, 1625-1742*. Nova Iorque, 1938.
- Vol. II. *Cities in Revolt: Urban Life in America, 1743-1776*. Nova Iorque, 1950.
Excelente estudo, ainda que infelizmente fraco nos atributos físicos e estéticos. Tem importantes dados sobre a primeira fuga da cidade.
- Briggs, Martin S. *Town and Country Planning*. Londres, 1948.
- Brinckmann, A. E. *Deutsche Stadtbaukunst in der Vergangenheit*. 2ª ed. revista, Frankfurt-am-Main, 1921.

- Brugmans, H., e C. H. Peters. *Oud-Nederlandsche Steden in Haar Onstaan, Groei en Ontwikkeling*. 3 vols. Leiden, 1909-1911.
- *Bhunhes, Jean. *Human Geography: An Attempt at a Positive Classification: Principles and Examples*. Trad., Nova Iorque, 1920.
Clássico.
- Buber, Martin. *Paths of Utopia*. Trad., Boston, 1958.
- Buchanan, C. D. *Mixed Blessing: The Motor Car in Britain*. Londres, 1958.
Sóbria avaliação. (Para uma exposição mais satírica, ver *The Insolent Chariots*, de John Keats.)
- Bücher, Karl. *Die Bevölkerung von Frankfurt-am-Main in XIV Jahrhundert*. Tübingen, 1886.
Estatísticas ocupacionais bem como gerais. Importante como introdução à primitiva estatística municipal, em geral.
- Die Grosstadt: Vorträge und Aufsätze zur Stadtausstellung*. Dresden, 1903.
- Buckingham, James Silk. *National Evils and Practical Remedies*. Londres, 1849.
Contém planos de uma cidade-modelo, que influenciaram Howard.
- Buer, Mabel Craven. *Health, Wealth & Population in the Early Days of the Industrial Revolution*. Londres, 1926.
Falsa perspectiva das práticas sanitárias medievais e interpretação enganosa da indústria paleotécnica. Útil, porém, em seu relato do interregno principalmente eotécnico.
- Bunin, H. "The Reconstruction of Urban Centres". AR, maio de 1947.
- Bunting, Bainbridge. "The Plan of the Back Bay Area in Boston". JSAH, maio de 1954.
- Burckhardt, Jacob. *The Civilization of the Renaissance in Italy*. Trad. da 15ª ed., Nova Iorque, 1929.
Ainda fértil, ainda que não mais adequado. Embora o núcleo conceptual fosse pouco firme, veio produzir um entendimento novo.
- Burgess, Ernest W., e outros. *Environment and Education*. Supplementary Educational Monographs nº 54. Chicago, 1942.
- The Urban Community*. Chicago, 1927.
- Burke, Gerald L. *The Making of Dutch Towns: A Study in Urban Development from the Tenth to the Seventeenth Centuries*. Londres, 1956.
Necessário desde há muito e feito admiravelmente.

- Burke, Thomas. *The English Townsman: As He Was and As He Is*. Londres, 1946.
- Burnham, Daniel H., e Edward H. Bennett (Charles Moore, organizador). *Plan of Chicago*. Chicago, 1909.
Magnífico nas linhas gerais, acanhado nas finalidades sociais.
- Bushnell, Horace. *Work and Play*. Nova Iorque, 1864.
Palestra sobre planeamento de cidades para a Public Improvement Society de Hartford. Ver pp. 308-36: *observe-se a data*.
- Bylinkin, N. "Reconstruction and Housing". AR, maio de 1947.
Interessante contribuição russa.
- Cacheux, Emile. *État des habitations ouvrières à la fin du XIXe siècle*. Paris, 1891.
Documentação altamente útil dos males e remédios.
- Cadoux, G. *La Vie des Grandes Capitales: Études Comparatives sur Londres, Paris, Berlin, Vienne et Rome*. Paris, 2ª ed., 1913.
Sobre a água e os transportes.
- Caemmerer, H. P. *Washington: The National Capital*. Washington, 1932.
- Calza, Raissa, e Ernest Nash. *Ostia*. 163 gravuras. Florença [s. d.] (1959?).
- Campbell, Argyll, e Leonard Hill. *Health and Environment*. Londres, 1925 (IV, V).
Até agora, um dos melhores livros sobre um assunto ainda insuficientemente explorado.
- Carcopino, Jerome. *Daily Life in Ancient Rome: The People and the City at the Height of the Empire*. Trad., New Haven, 1940.
Trata da fisiologia de Roma, assim como Homo trata da sua anatomia.
- Carden, Robert Walter. *The City of Genoa*. Londres, 1908.
- Carne, Elizabeth T. *Country Towns: And the Place They Fill in Modern Civilization*. Londres, 1868.
- Caroi, Hans, e Max Werner. *Staedte wie wir sie wuenschen: ein Vorschlag zur Gestaltung schweizerischer Grosstadt-Gebiete, dargestellt am Beispiel von Stadt und Kanton Zuerich*. Zurique, 1949.
Análise pomenorizada do crescimento de uma área metropolitana, com sugestões construtivas para um desenvolvimento mais ordenado e satisfatório. Baseado em Zurique, mas com referências mais amplas.
- Carrier, Robert, e Oliver Lawson Dick. *The Vanished City: A Study of London*. Londres, 1957.
Reproduções de antigas gravuras, com comentários.

- Carrington, R. C. *Pompeii*. Oxford, 1936.
Compacta descrição, com plantas, dessa bem conservada ruína. (Ver Maiuri.)
- Cerda, Ildelfonso. *Teoría General de la Urbanización*. Madrid, 1867.
- Chadwick, Edwin. *Report on the Sanitary Condition of the Labouring Population of Great Britain*. Londres, 1842.
Sumário clássico dos horrores paleotécnicos. Deliberadamente desprezado ou minimizado pelos zelosos caiaadores daquele período.
- Chadwick, Edwin (B. W. Richardson, organizador). *The Health of Nations*, 2 vols. Londres, 1887.
Sumários e excertos dos numerosos escritos de Chadwick.
- Chamador, Albert. *Babylon*. Nova Iorque, 1958.
Excelente. Segundo volume de uma série nova e útil, *Ancient Cities and Temples*.
- Chancellor, Edwin Beresford. *The History of the Squares of London: Topographical and Historical*. Londres, 1907.
- The Pleasure Haunts of London During Four Centuries*. Nova Iorque, 1925.
Pleno de dados valiosos.
- Chapman, Brian, e J. M. *The Life and Times of Baron Haussmann: Paris in the Second Empire*. Londres, 1957.
Útil.
- Chapman, Edmund H. "City Planning under Industrialization: The Case of Cleveland". *JSAH*, maio de 1953.
- *Childe, V. Gordon. *Man Makes Himself*. Londres, 1936.
Childe deu às complexas transformações que se verificaram ao redor de 3000 a.C., o nome de Revolução Urbana. Distinguiu-se entre os arqueólogos pela atenção que prestava à cidade como um todo, ao contrário daqueles que só vêem na cidade as construções e seus artefatos, mas talvez tenha superestimado os fatores técnicos e econômicos e deixado de contar suficientemente o ativo papel da religião.
- Prehistoric Communities of the British Isles*. Londres, 1940.
- What Happened in History*. Harmondsworth, 1942.
Compacto levantamento do crescimento de antigas civilizações. (Ver, porém, além dele, Frankfort, Breasted, Mortimer Wheeler, Woolley e outros.)
- Progress in Archaeology*. Londres, 1944.
- "Cave Men's Buildings". *Antiquity*. Londres, março de 1950.
Relatório sobre o descobrimento da aldeia e das construções paleolíticas por Gorodtsov.

- *"The Urban Revolution". TPR, abril de 1950.
Interpretação condensada mas ricamente concreta da origem da cidade, com ênfase na fixação de artífices especializados anteriormente nômades, mas com referência apenas passageira ao papel da cidadela. (Admirável: ver, porém, Frankfort.)
- The Dawn of European Civilization*. 6ª ed. revista, Nova Iorque, 1958.
- Chombart de Lauwe, Paul H., et al. *Paris et l'agglomération Parisienne*, 2 vols. Vol. I: *L'Espace social dans une grande cité*. Vol. II: *Méthodes de recherches pour l'étude d'une grande cité*. Paris, 1952.
Admirável tanto no alcance quanto no método.
- Chroniken der deutschen Städte von 14. bis ins 16. Jahrhundert*. 5 vols. Lübeck. Transcrição de Crônicas Originais, organizada pela Comissão Histórica da Real Academia de Ciência, Munique. Leipzig, 1884-1911.
Há crônicas igualmente volumosas relativas a outras cidades.
- Churchill, Henry S. *The City Is the People*. Nova Iorque, 1945.
- Clapham, John Harold. *An Economic History of Modern Britain*, 2 vols. Cambridge, 1930-1932.
Corretivo dos relatos unilaterais: mas é também unilateral no seu otimismo por demais estudado.
- Clark, J. G. D. *Prehistoric Europe: The Economic Basis*. Londres, 1952.
(Mas ver também: *A History of Technology*, org. por Charles Singer, et al.)
- Clarke, Maude Violet. *The Medieval City State: An Essay on Tyranny and Federation in the Later Middle Ages*. Londres, 1926.
- Clay, Rotha Mary. *The Medieval Hospitals of England*. Londres, 1909.
- Collins, George R. "The Ciudad Lineal of Madrid". *JSAH*, maio de 1959.
"Linear Planning Throughout the World". *JSAH*, outubro de 1959.
- Colvin, Brenda. *Land and Landscape*. Londres, 1948.
Útil discussão introdutória.
- Commelin, Caparus. *Beschrijvinge van Amsterdam*, 2 vols. Amsterdam, 1693-1694.
- Constans, L. A. *Arles Antique*. Bibliothèque des Ecoles Françaises d'Athènes et de Rome. Paris, nº 119, 1921.
- Contenau, Georges. *Everyday Life in Babylon and Assyria*. Nova Iorque, 1954.
Excelente, embora fraco na apresentação da cidade, por falta de provas (ainda não desenterradas).

- Cooley, Charles Horton. *Social Organization: A Study of the Larger Mind*. Nova Iorque, 1909.
Acentua o papel do grupo primário.
- Human Nature and the Social Order*. Ed. revista, Nova Iorque, 1922.
Por um dos mais penetrantes sociólogos norte-americanos.
- Coolidge, John. *Mill and Mansion: A Study of Architecture and Society in Lowell, Massachusetts, 1820-1850*. Nova Iorque, 1942.
Orientação principalmente estética, mas útil contribuição à história e urbanismo do período fabril.
- Coon, Carleton S. *The Story of Man: From the First Human to Primitive Culture and Beyond*. Nova Iorque, 1954.
Seguro no tratar dos restos materiais; um tanto dogmático em questões nas quais interpretadores igualmente competentes podem divergir. Com Teilhard de Chardin, vê a unificação do mundo como o próximo passo do desenvolvimento humano. O capítulo final é pleno de sábias palavras.
- Coppolani, Jean. *Le réseau urbain de la France: sa structure et son aménagement*. Paris, 1959.
- Coste-Messelière, Pierre de la. *Delphes*. Paris, 1957.
As 246 fotografias de Delfos por Georges de Mire são soberbas, revelando aspectos que o visitante raramente vê.
- Coulborn, Rushton. *The Origin of Civilized Societies*. Princeton, 1959.
Problema importante, inadequadamente formulado.
- Coulton, George Gordon. *The Medieval Village*. Cambridge, 1925.
Não trata do traçado nem do caráter físico.
- Medieval Panorama*. Cambridge, 1939.
Bom, em geral, não menos pelo retrato da cidade inglesa na Idade Média - seguindo, talvez perto demais, o caminho de Maitland.
- Counaert, Emile. "Les Ghildes Médiévales: (V-XIV Siècles)". *Revue Historique*, janeiro-março e abril-junho de 1948.
- Court, W. H. B. *The Rise of the Midland Industries: 1600-1838*. Londres, 1939.
- *Creutzburg, Nikolaus. *Kultur im Spiegel der Landschaft: das Bild der Erde in seiner Gestaltung durch den Menschen: Ein Bilderatlas*. Leipzig, 1930.
Magnífico livro de quadros que deve fazer parte da bagagem de todo urbanista. (Ver, porém, estudos posteriores, de Chombart de Lauwe e Gutkind.)
- Crowe, Sylvia. *Tomorrow's Landscape*. Londres, 1956.
Excelente esboço introdutório.

- The Landscape of Power*. Londres, 1958.
Trata do formidável problema estético de criar estações, pilones, aeroportos, etc.
- Crozet, R. "Une Ville Neuve du XVI^e Siècle: Vitry-le-François". *La Vie Urbaine*, agosto e outubro de 1923.
- Curie-Seimbres, M. A. *Essai sur les villes fondées dans le sud-ouest de la France aux XIII^e et XIV^e Siècles sous le nom générique de bastides*. Toulouse, 1880.
Estudo pioneiro. (Ver Tout.)
- Dahir, James. *The Neighborhood Unit Plan: Its Spread and Acceptance: A Selected Bibliography with Interpretive Comments*. Nova Iorque, 1947.
Ótil.
- Region Building*. Nova Iorque, 1955.
Luminosa interpretação do vale do Tennessee e da TVA.
- D'Ambrosio, Raffaele. *Alle Origini della Città: Le Prime Esperienze Urbane*. Nápoles, 1956.
O primeiro livro, depois de Fustel de Coulanges, a tratar amplamente das origens da cidade e reunir os dados existentes.
- Dasman, Raymond F. *Environmental Conservation*. Nova Iorque, 1959.
- Davidsohn, Robert. *Geschichte von Florenz*, 4 vols. in 8. Berlim; 1896-1927.
Estudo exaustivo.
- Davis, William Stearns. *A Day in Old Rome*. Nova Iorque, 1925.
Livro-texto; mas bem firmado nas fontes.
- Defoe, Daniel. *The Complete English Tradesman*. 4^a ed., Londres, 1738.
Também 2 vols., Londres, 1726-1732.
Inestimável.
- DeForest, Robert Weeks, e Lawrence Veiller. *The Tenement House Problem*, 2 vols. Nova Iorque, 1903.
Estranho marco na reforma da habitação.
- Delcourt, Marie. *Les Grands Sanctuaires de la Grèce*. Paris, 1947.
Não tão bom como Dempsey, mas de âmbito maior.
- Demangeon, A. *Paris: La Ville et sa Banlieue*. Paris, 1933.
- Dempsey, T. (Rev.). *The Delphic Oracle: Its Early History, Influence and Fall*. Oxford, 1918.
Bom.
- De Voe, Thomas F. *The Market Book*. Nova Iorque, 1862.
- Dewhurst, Robert K. "Saltire". TPR, julho de 1960.

- Dickens, Charles. *Sketches by Boz*. Londres, 1836.
Neste e nos seus contos posteriores, Dickens deixou numerosas e inestimáveis impressões de Londres. (Ver Mayhew.)
- Hard Times*. Londres, 1854.
Retrato clássico da cidade paleotécnica, com personagens arquetípicos, como Gadgrind, Bounderby e M'Choakumchild.
- Dickinson, Robert E. *The West European City*. Londres, 1951.
- Diedrichs, Eugen. *Deutsches Leben in der Vergangenheit in Bildern: Ein Atlas mit 1760 Nachbildungen*, 2 vols. Jena, 1908.
História gráfica da vida social alemã; imensamente compensador para aqueles que sejam capazes de ler as imagens tão bem quanto as letras.
- Dill, Samuel. *Roman Society: In the Last Century of the Western Empire*. 2ª ed. revista, Londres, 1899.
Roman Society: From Nero to Marcus Aurelius. Londres, 1905.
Admirável.
- Dobner, William M. (organizador). *The Suburban Community*. Nova Iorque, 1958.
Representativa coleção de ensaios; mas, como a maior parte da sociologia norte-americana contemporânea, com a perspectiva de uma só geração e sem compreensão perspectiva ainda dos aspectos físicos da comunidade. (Ver Douglas, Harlan Paul.)
- Dodd, George. *Days at the Factories: or, the Manufacturing Industry of Great Britain Described; Series I*. Londres, 1843.
- Dohmann, Robert von. *Aus Altertum und Gegenwart*. Munique, 1911.
(Ver o capítulo V: *Die Wohnungsnot des Antiken Grosstadte*.)
- Doob, Leonard W. *The Plans of Men*. New Haven, 1940.
- Dopsch, Alfons. *The Economic and Social Foundations of European Civilization*. Viena, 1923-1924. Trad., Nova Iorque, 1937.
Embora S. W. Maitland começasse a corrigir o triste retrato tradicional da Idade Negra, antes da metade do século XIX, o reexame das provas feito por Dopsch abriu um novo período. Acentua as continuidades pré-carolíngias, mas tende a reduzir o hiato pós-carolíngio.
- Dorau, Herbert B., e A. G. Hinman. *Urban Land Economics*. Nova Iorque, 1928.
Completo mas convencional. (Ver Hurd.)
- Doty, Duane (Sra.). *The Town of Pullman: Its Growth with Brief Accounts of Its Industries*. Pullman, Ill., 1893.

- Dougill, Wesley. "Wythenshawe: A Modern Satellite Town". TPR, junho de 1935.
A aplicação pioneira, por Barry Parker, do planejamento de vizinhança em Wythenshawe tem sido insuficientemente avaliada.
- Douglass, Harlan Paul. *The Little Town: Especially in Its Rural Relationships*. Nova Iorque, 1919.
The Suburban Trend. Nova Iorque, 1925.
Um dos primeiros estudos, e não o pior; útil pela avaliação comparativa da situação suburbana e das diferenças do método sociológico, numa geração.
- Doxiadis, K. A. "The Greek City Plan". *Landscape*, outono de 1956.
"The Science of Ekistics". *Architectoniki*, janeiro-fevereiro de 1959.
(Ver também *Report of Proceedings of the Town and Country Planning Summer School*. Southampton, 1959.)
- Raumordnung im Griechischen Städtebau*. Berlim, 1938.
Talvez a primeira tentativa para fazer justiça estética aos princípios de planejamento espacial no urbanismo helênico.
- Dubash, Peshoton S. G. *Hygiene of Town Planning and Vegetation*. Londres, 1919.
- Du Camp, Maxime. *Paris: ses organes, ses fonctions et sa vie: dans la seconde moitié du 19e siècle*. 6ª ed., 6 vols., Paris, 1875.
Uma das poucas obras compreensivas, mas não exaustivas, sobre as instituições cívicas - as instituições eclesiásticas, por exemplo, são omitidas -, valiosa sobretudo por suas excelentes introduções históricas.
- Duncan, Otis Daley, e Albert J. Reiss, Jr. "Social Characteristics of Urban and Rural Communities, 1950". In: *United States Census Monograph*, Nova Iorque, 1956.
De elevado interesse imediato.
- Durham, H. Warner, e Robert E. Faris. *Mental Diseases in Urban Areas*. Chicago, 1939.
- Dürer, Albrecht. *Unterricht zur Befestigung der Städte, Schlösser und Flecken*. 1ª ed., 1527. Também Berlim, 1840; Paris, 1870.
- Dyos, H. J. "The Growth of a Pre-Victorian Suburb: South London, 1580-1836". TPR, abril de 1954.
Útil. Mostra a falta de estudos semelhantes cobrindo o período de 1836-1936.
- Eberstadt, Rudolph. *Handbuch des Wohnungswesen un der Wohnungsfrage*. 2ª ed., Jena, 1910. 4ª ed., Jena, 1920.
Um apanhado compreensivo.

- Die Spekulation im Neuzeitlichen Städtebau.* Jena, 1907.
Resposta aos economistas que justificavam o "livre mercado" quanto à terra.
- Neue Studien über Städtebau und Wohnungswesen.* Vol. I: *Städtebau und Wohnungswesen in Belgien. Wiener Wohnverhältnisse*, 1912. Vol. II: *Städtebau und Wohnungswesen in Holland*, 1914. Vol. III: *Die Kleinwohnungen und das Städtebauliche System in Brüssel und Antwerpen.* Jena, 1919.
Importante discussão de tipos antigos e novos de habitação, com úteis plantas de fundações habitacionais para indigentes, no fim da Idade Média.
- Ebert, Max (organizador). *Reallexikon der Vorgeschichte.* Berlin, 1924-1932.
Fonte enciclopédica de arqueologia antiga: os artigos sobre *Haus*, vol. II, e *Siedlung*, vol. XII, são úteis, mas o sobre a *Stadt*, vol. XII, é quase inútil.
- *Egli, Ernst. *Geschichte des Städtebaues. Erste Band: Die Alte Welt.* Zurich, 1959.
Abrangente e detalhado. Preenche certas áreas tratadas em esboço por Lavedan, mas não é nem tão completo nas suas apreciações do urbanismo, nem tão ricamente ilustrado.
- Flugbild Europas.* Zurich, 1958.
Soberbas vistas aéreas de paisagens e cidades.
- Ehrenberg, Richard. *Capital and Finance in the Age of the Renaissance: A Study of the Fuggers and their Connections.* Nova Iorque [s. d.].
Muito contribui para esclarecer o papel desempenhado por Antuérpia, Lyon e Amsterdam, como empórios comerciais, nessa era de transição; particularmente, as influências do mercado livre, sob orientação da bolsa. (Ver Barbour, Violet.)
- Eliade, Mircea. *The Myth of the Eternal Return.* Nova Iorque, 1954.
- Patterns in Comparative Religion.* Trad. de *Traité d'histoire des Religions.* Nova Iorque, 1958.
O capítulo sobre Lugares Sagrados dá uma chave essencial ao entendimento da forma e da finalidade da cidade antiga.
- The Sacred and the Profane.* Nova Iorque, 1959.
- Eliot, Charles W. (Committee of the American Society of Landscape Architects). "Preservation of Open Spaces". *Landscape Architecture*, janeiro de 1958.
- Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers. Recueil de planches*, 33 vols. Paris, 1751-1777.
A cidade, em si mesma, é desprezada: omissão muito significativa. Mas as suas ilustrações da vida urbana, particularmente pelo lado industrial, são importantes.

- Engels, Friedrich. *The Condition of the Working-Class in England in 1844.* Leipzig, 1845. Trad., Londres, 1887.
Quadro terrível, mas incontrovertível. (Quanto ao aspecto mais favorável, ver Clapham.)
- Egerand, Fernand. *Les Amusements des Villes d'Eaux à Travers les Ages.* Paris, 1936.
Descrição útil das estações, banhos e balneários.
- English Courtier, The, and the Country Gentleman: Of Civil and Uncivil Life.* Londres, 1586.
- English Sanitary Institutions: Reviewed in Their Course of Development and in Some of Their Political and Social Relations.* Londres, 1890.
Completo e excelente.
- *Ennen, Edith. *Frühgeschichte der Europäischen Stadt.* Bonn, 1953.
O melhor relato da transição românica para a cidade medieval plenamente formada.
- Espinas, Georges. *La Vie Urbaine de Douai au Moyen Age*, 4 vols. Paris, 1913.
Os dois últimos volumes apresentam provas e documentos históricos.
- Les Origines du Capitalisme.* Vol. III: *Deux fondations de villages dans l'Artois et la Flandre Française (X-XV siècles): Saint-Omer. Lannoy-du-Nord*, Paris, 1946.
Admirável tentativa de fazer da planta urbana uma fonte da História.
- Esteve, Gabriel Alomar. *Teoría de la Ciudad; Ideas Fundamentales Para un Urbanismo Humanista.* Madrid, 1947.
- Etienne, Charles, e John Liebault. *Maison Rustique, or the Country Farme.* Londres, 1616.
- Evans, Arthur John. *The Palace of Minos.* Londres, 1921-1935.
Trata dos descobrimentos que reabriram a história de Creta.
- Evelyn, John. *Fumifugium: or The Inconvenience of the Aer and Smoake of London Dissipated.* Londres, 1661. Reedição, Londres, 1933.
Primeiras sugestões de zoneamento, com uma idéia sobre a remoção de um incômodo que tem perdurado em Londres desde o princípio da Idade Média.
- London Revived: Consideration for its rebuilding in 1666.* Organizado por E. S. de Beer. Oxford, 1938.
Reedição de uma versão de *Londinum Redivivum*, sugestões de Evelyn para restituir a Londres a "muito maior Beleza, Comodidade e Magnificência", após o Grande Incêndio. Não só são interessantes em si mesmas as três plantas alternativas, com sua disposição de igrejas paroquiais a intervalos regulares, mas os detalhes lançam luz também sobre o cenário urbano de então, na sua desordem e primitiva imundície industrial.

- Eyre, Edward (organizador). *European Civilization: Its Origin and Development*, 7 vols. Oxford, 1935.
- Fairman, H. W. "Town Planning in Pharaonic Egypt". TPR, abril de 1949. Resumido, mas útil. Pelo titular da Cadeira Brunner de Egiptologia da Universidade de Liverpool.
- Fawcett, C. B. *A Residential Unit for Town and Country Planning*. Londres, 1944.
- Feder, Gottfried. *Die Neue Stadt*. Berlin, 1939.
- Federal Housing Administration. *The Structure and Growth of Residential Neighborhoods in American Cities*. Washington, 1939. Descrição realística dos estilos de crescimento da cidade americana.
- Ferguson, William Scott. *Greek Imperialism*. Boston, 1913. Estudo político geral.
- Fiennes, Celia. *The Journals of Celia Fiennes*. Londres, 1949. Notáveis vislumbres e mesmo relatórios detalhados sobre lugares e cidades, de Land's End a Scarborough, incluindo uma visão próxima de Bath, de 1685 a 1698.
- Finegan, Jack. *Light from the Ancient Past*. Princeton, 1946.
- Fish, T. *The Place of the Small State in the Political and Cultural History of Ancient Mesopotamia*. Boletim da John Rylands Library, março de 1944. *The Cult of King Dug, During the Third Dynasty of Ur*. Manchester, 1927. Provas do culto do rei como deus em Lagash, Umma, Dreben e Ur.
- Fisher, F. J. "The Development of the London Food Market: 1540-1640". *Economic History Review*, abril de 1935.
- Fletcher, Joseph S. *Memorials of a Yorkshire Parish*. Londres, 1917.
- Florence, Philip Sargant. "Economic Advantages and Disadvantages of Metropolitan Concentration". *Columbia Conference on the Metropolis and Modern Life*. Nova Iorque, 1954.
- Follett, Mary Parker. *Creative Experience*. Nova Iorque, 1924. Estudo pioneiro do grupo autônomo.
- Ford, James, e outros. *Slums and Housing: with Special Reference to New York City: History; Conditions; Policy*, 2 vols. Cambridge, Mass., 1936.
- Fourastié, Jean. *Machinisme et Bien-Être*. Paris, 1951. Contém uma análise breve mas penetrante da cidade contemporânea.

- Fourier, François Marie Charles. *Le Nouveau Monde Industriel et Sociétaire*, 1 vol. Paris, 1829. 2 vols. Paris, 1840. Livro cuja ampla influência ainda não foi devidamente avaliada ou compreendida. O Falanstério de Godin, em Guisa, decorre diretamente dele e ainda está produzindo progênie tão estranha como as Maisons de l'Unité d'Habitation, de Le Corbusier.
- Fournel, Victor. *Le Vieux Paris*. Tours, 1887.
- *Fowler, W. Warde. *The City-State of the Greeks and Romans*. 1ª ed., 1893. 16ª ed., 1952. Útil ainda.
- Frankfort, Henri. *The City of Akhenaten*, 3 vols. Londres, 1923. **Kingship and the Gods: A Study of Ancient Near East Religion as the Integration of Society and Nature*. Chicago, 1948. Brilhante estudo, rico em conhecimentos detalhados, frutífero nas hipóteses. (Ver, porém, Hocart, para uma interpretação mais ampla, que revela semelhanças entre as culturas.)
- *"Town Planning in Ancient Mesopotamia". TPR, julho de 1950. Esse artigo, com os de Childe e Fairman, são até agora a melhor apresentação da cidade antiga no Oriente Próximo.
- **The Birth of Civilization in the Near East*. Bloomington, 1954. Destacado como apresentação tanto como interpretação. *The Art and Architecture of the Ancient Orient*. Baltimore, 1955.
- Franklin, Alfred Louis August. *La vie privée autrefois: arts et métiers, modes, moeurs, usages des Parisiens du XIIIe au XVIIIe siècles*, 27 vols. Paris, 1887-1902. Altamente útil.
- Freeman, Edward, e W. Hunt (organizadores). *Historic Towns Series*, 11 vols. Londres, 1889-1893. Uma das primeiras tentativas de abordar o movimento das cidades, com manifestações paralelas na Alemanha, na Holanda e nos Estados Unidos.
- Freeman, Kathleen. *Greek City-States*. Londres, 1950. História de nove cidades, de Thourioi a Bizâncio.
- Freeman, T. W. *Geography and Planning*. Londres, 1958. *The Conurbations of Great Britain*. Manchester, 1959. Útil.
- *Friedländer, Ludwig. *Town Life in Ancient Italy*. Trad. de *Staedtetwesen im Italien im Ersten Jahrhundert*, 1879, por W. E. Waters. Boston, 1902.

- Roman Life and Manners Under the Early Empire*. Trad. da 7ª ed. de *Sittengeschichte Roms*. 4 vols. Londres, 1936.
Os volumes I e II contêm mais dados importantes sobre a cidade romana do que qualquer outra obra geral.
- Friedmann, Georges (organizador). *Villes et campagnes; civilisation urbaine et civilisation rurale en France*. Paris, 1933.
Relatório estimulante e de múltiplas facetas, de uma conferência sociológica dedicada a problemas históricos e contemporâneos da cidade e do campo, muitos até agora mal tocados pelos estudiosos.
- Fritsch, Theodor. *Die Stadt der Zukunft (Gartenstadt)*. Leipzig, 1912.
- Fry, E. Maxwell. "Chandigarh: The Capital of the Punjab". JRIBA, janeiro de 1955.
Descrição do ousado plano de uma Cidade Nova, por Le Corbusier, baseado no princípio de Radburn: muito mais significativo que Brasília.
- *Fustel de Coulanges, Numa Denis. *The Ancient City: A Study on the Religion, Law, and Institutions of Greece and Rome*. Paris, 1864. Nova Iorque, 1956. [Ed. brasileira: *A Cidade Antiga*. São Paulo, Martis Fontes, 1981.]
A primeira obra a dar a devida ênfase aos fundamentos religiosos da cidade: ainda um marco destacado em toda a literatura. Cheio de férteis observações, dignas de maior meditação e pesquisa.
- Gadd, C. J. *Ideas of Divine Role in the Ancient East*. Londres, 1948.
History and Monuments of Ur. Nova Iorque [s. d.].
Baseada em documentos. (Mas ver também Kramer e Woolley.)
- Gaffney, M. Mason. "Urban Expansion - Will It Ever Stop?" In: *United States Yearbook of Agriculture*. Washington, 1958.
- Galpin, Charles Josiah. "Social Anatomy of the Rural Community". *University of Wisconsin Bulletin*, nº 34.
"Rural Relations of the Villages and the Small City". *University of Wisconsin Bulletin*, nº 411.
- Ganshof, François Louis. *Étude sur le développement des villes entre Loire Rhin au moyen age*. Bruxelas, 1943.
- Gantner, Joseph. *Die Schweizer Stadt*. Munique, 1925.
Grundformen der Europäischen Stadt. Viena, 1928.
Tentativa valiosa mas demasiado formalizada de demonstrar a filiação histórica das formas urbanas modernas.
- Gardner, Edmund G. *The Story of Siena and San Gimignano*. Londres, 1905.
Um dos livros mais interessantes dessa boa série sobre cidades medievais.

- Garnier, Charles, e A. Amman. *L'Habitation Humaine*. Paris, 1892.
Obra de um "historiador que sabia pouco de arquitetura e um arquiteto que pouco sabia de História" (Prefácio). Ênfase, naturalmente, na casa isolada; mas um passo além de *The Habitations of Man in All Ages*, de Viollet-le-Duc.
- Garnier, Tony. *Étude pour la Construction des Villes*. Paris, 1917.
Les Grands Travaux de la Ville de Lyon. Paris, 1924.
Une Cité Industrielle. Paris, 1932.
Esse projeto, elaborado entre 1901-1904, é paralelo, tanto no tempo quanto no objetivo, à Cidade-Jardim de Howard; e, no lado arquitetônico, teve a vantagem do vigoroso emprego racional, por Garnier, de formas modernas. Foi, porém, tardiamente publicado; e redescoberto por uma geração mais nova, que reclamou para ele uma distinção, como idéia, que pertencia realmente a Howard. A obra de Garnier deve ser comparada, antes, com a de Le Corbusier, à qual é nitidamente superior, por causa da sua penetração humana e social.
- Garvan, Anthony. *Architecture and Town Planning in Colonial Connecticut*. New Haven, 1951.
Exemplar. Útil pela luz que lança sobre a urbanização colonial em geral.
- Gaskell, P. *Artisans and Machinery: The Moral and Physical Condition of the Manufacturing Population Considered With Reference to Mechanical Substitutes for Human Labour*. Londres, 1836.
Gaskell, escrevendo com a crença na ordem estabelecida, apresenta uma visão condenatória da antiga indústria paleotécnica, cujos defeitos o revoltavam.
- Geddes, Patrick. *City Development: A Study of Parks, Gardens and Culture Institutes*. Edimburgo, 1904.
Relatório para os Carnegie Trustees sobre o desenvolvimento de Dunfermline. Começo da carreira de Geddes como urbanista profissional.
- "Civics as Applied Sociology". Partes I e II. *Sociological Papers*. Londres, vols. I e II, 1905-1906.
- "A Suggested Plan for a Civic Museum". *Sociological Papers*. Londres, vol. III, 1907.
- Cities: Being an Introduction to the Study of Civics*. University of London Extension Lectures Syllabus. Londres, 1907.
- "City Deterioration and the Need of City Survey". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, julho de 1909.
- The Civic Survey of Edinburgh*. Edimburgo, 1911.
A partir dos anos de 1890, Geddes foi um advogado incansável dos levantamentos urbanos, como preliminares para o planejamento urbano inteligente e o desenho de cidades; e esse pequeno folheto indica o quanto uma pessoa que conhece o assunto que trata pode revelar em curto espaço. (Ver também Poëte, Marcel.)

- **Cities in Evolution*. Londres, 1915. Nova ed., Londres, 1949.
A mais popular e a mais compreensível das obras de Geddes sobre as cidades; constituída principalmente de artigos avulsos, mas com um ponto de vista unificado. A nova edição omite algumas das contribuições características de Geddes, mas acrescenta outros materiais não publicados.
- Town Planning in Patiala State and City*. Lucknow, 1922.
- **Town Planning Toward City Development: A Report to the Durbar of Indore*, 2 vols. Indore, 1918.
Entre 1914 e 1924, Geddes fez ou reviu os planos de mais de cinquenta cidades na Índia e na Palestina. O Relatório sobre Indore é a mais completa expressão dos seus métodos de urbanismo e da sua sociologia e filosofia. O vol. II, que trata dos fundamentos culturais da cidade, é particularmente recomendado.
- Geddes, Patrick, e Victor Branford. Ver Branford.
- Geisler, Walter. *Die Deutsche Stadt: Ein Beitrag zur Morphologie der Kulturlandschaft*. Stuttgart, 1924.
- George, M. Dorothy. *London Life in the XVIII Century*. Nova Iorque, 1925.
Retrato, plenamente documentado, "das condições de vida e trabalho das classes mais pobres".
- George, Pierre. *La Ville: Le Fait Urbain à Travers le Monde*. Paris, 1952.
Levantamento mundial de cidades, com exemplos representativos de todas as partes do mundo. Sugere, pelo seu êxito e sua limitação, a necessidade de uma enciclopédia mundial de cidades.
- La Campagne: Le Fait Rural à Travers le Monde*. Paris, 1956.
- George, Pierre, e outros. *Études sur la Banlieue de Paris*. Paris, 1950.
- Gerard, P. (C. E.). *How to Build a City: Designed for the consideration of founders of towns, architects, civil engineers, sanitary organizations, municipal authorities, builders, and especially the managers of the various railroads to the Pacific*. Filadélfia, 1872.
- *Gerkan, Armin von. *Griechische Städteanlagen*. Berlim, 1924.
Estudo dos traçados da cidade grega, com referência particular à mais ordenada planta helenística, atribuída a Hipódamo. Von Gerkan contrasta o urbanismo e as concepções arquitetônicas gregas com a ordem romano-italica. O mais penetrante e completo estudo já existente; aliás, magistral. (Mas ver também Wycherley e Roland Martin.)
- Gerlach, Walther. "Die Entstehungszeit der Stadtbefestigungen in Deutschland: Ein Beitrag zur Mittelalterlichen Verfassungsgeschichte" *Leipziger Historische Abhandlungen*. Leipzig, vol. XXXIV, 1913.
Análise dos vários conceitos de cidade e aldeia na Idade Média alemã.

- *Gibberd, Frederick. *Town Design*. Nova Iorque, 1953. Revisto e ampliado, 1960.
Livro destacado, por um notável arquiteto militante e urbanista. Faz pelo nosso período o que Sittie e Unwin fizeram pelos seus, usando material tanto histórico quanto contemporâneo. (Ver também Rasmussen.)
- Giedion, Sigfried. *Space, Time and Architecture: the Growth of a New Tradition*. 1ª ed., 1941. 3ª ed., 1954.
Brilhante: muitas vezes, porém, cavalheiresco na apresentação de fatos e juízos.
- Gierke, Otto. *Political Theories of the Middle Age*. Trad., Cambridge, 1900.
Natural Law and the Theory of Society: 1500 to 1800, 2 vols. Trad., Cambridge, 1934.
Desde *Das Deutsche Genossenschaftsrecht*: uma das primeiras melhores afirmações da moderna teoria sociológica dos grupos. (Ver também Maitland, Follett e Cooley.)
- Gilbert, William. *The City: An Inquiry into the Corporation, its Livery Companies, and the Administration of their Charities and Endowments*. Londres, 1877.
- Giovannoni, G., et al. *L'urbanistica dall'antichità ad oggi*. Florença, 1943.
- Giry, A. *Histoire de la Ville de Saint Omer*. Paris, 1877.
Importante fonte de dados sobre "liberdades avançadas" da cidade medieval.
- Giry, A., e A. Reville. *Emancipation of the Medieval Towns*. Trad. em *Historical Miscellany*. Nova Iorque, 1907.
Traduzido do capítulo VII da *Histoire Générale* de Lavis e Rambaud. Ainda uma das melhores descrições do aparecimento da cidade medieval como entidade autônoma, com a devida discriminação da diferença entre norte e sul, antigas fundações romanas e novas cidades, e toda a variedade de circunstâncias e hábitos, costumes, direito e história locais.
- Glass, David. *The Town*. Londres, 1935.
- Glass, Ruth (Sra.). "Social Aspects of Town Planning". TPR, março de 1945.
- Gleichen-Russwurm, Alexander von (organizador). *Kultur- und Sittengeschichte aller Zeiten und Völker*, 24 vols. in 12. Hamburgo, 1929.
Útil pelas suas numerosas ilustrações.
- Glikson, Artur. *Regional Planning and Development*. Leiden, 1955.
Talvez o melhor tratado, em língua inglesa, da filosofia do planejamento regional, desde o clássico solitário de Benton MacKaye, *The New Exploration*: particularmente bom em suas considerações ecológicas e em sua detalhada análise dos problemas urbanísticos de Israel e dos Países Baixos. (Ver também Thomas, William L., Jr.)

- Notes on the Relation of Regional Planning to Conceptions of Technological Progress.* Haia, 1957.
- Glutz, Gustave. *The Greek City; and Its Institutions.* Paris, 1928. Trad., Nova Iorque, 1930.
- Glueck, Nelson. *Rivers in the Desert: A History of the Negev.* Nova Iorque, 1959.
Importante pelo seu estudo da conservação da água por meio de poços e reservatórios subterrâneos, numa terra que, do contrário, não se prestaria à ocupação urbana.
- Godfrey, Hollis. *The Health of the City.* Boston, 1910.
Tratamento relativamente antigo do ar, dos restos, do ruído e da habitação.
- Goethe, Johann Wolfgang von. *Dichtung und Wahrheit.* Trad., Londres, 1848.
Ver os muitos trechos admiráveis sobre sobrevivências urbanas medievais.
- Gomme, George Laurence. *The Village Community: With Special Reference to the Origin and Form of its Survivals in Britain.* Nova Iorque, 1890.
- Goodman, Percival e Paul. *Communitas; Means of Livelihood and Ways of Life.* Chicago, 1947.
Novas hipóteses utópicas e críticas.
- Gothein, Marie Luise. *A History of Garden Art.*, 2 vols. Londres, 1928.
De mais de meio século, mas ainda útil, muito embora exija um sucessor.
- Gottman, Jean. "Megalopolis, or the Urbanization of the North-Eastern Seaboard". *Economic Geography*, julho de 1957.
"Revolution in Land Use". *Landscape*, inverno de 1958-59.
- Gouhier, Jean. *Le Mans: naissance d'une grande cité au milieu du XXe siècle.* Paris, 1953.
- Gould, Elgin R. L. *The Housing of the Working People: A Special Report of U.S. Committee of Labor.* Washington, 1895.
- Graham, Edward H. *Natural Principles of Land Use.* Nova Iorque, 1944.
- Graham, Michael. *Human Needs.* Londres, 1951.
Enunciado novo por um naturalista igualmente à vontade no mar, nos pastos, no monte de pedras e nos refúgios dos homens.
- Gras, Norman S. B. *An Introduction to Economic History.* Nova Iorque, 1922.
Correlaciona o desenvolvimento econômico e o urbano. Segue a linha geral de Bücher, mas deixa a impressão de que o metropolismo é uma fase final.

- History of Agriculture in Europe and America.* Nova Iorque, 1925.
Um dos poucos livros existentes, sobre assunto intimamente ligado à primitiva construção de cidades, cuja história tem tido ainda menos atenção que a das cidades.
- Gravier, Jean-François. *Paris et le Désert Français.* Paris, 1947.
Admirável estudo do problema de obtenção de equilíbrio urbano e regional: fruto de duas gerações de investigação, numa área em que os franceses têm-se destacado.
- Gray, Richard. "The Future of the Backs: University Development in Cambridge". TPR, janeiro de 1956.
- Green, Alice Stopford. *Town Life in the Fifteenth Century*, 2 vols. Londres, 1894.
Clássico.
- Gregorovius, Ferdinand Adolf. *History of the City of Rome in the Middle Ages.* 8 vols. Stuttgart, 1859-1872. Trad., 13 vols., Londres, 1894-1902.
- Grenier, Albert. "Bologne: Villa-novienne et Étrusque: VIII-IV e siècles avant notre ère". *Bibliothèque Française d'Athènes et de Rome.* Paris, 1912.
- Griffith, Ernest S. *The Modern Development of City Government*, 2 vols. Oxford, 1907.
(Ver Robson, William A.)
- Grisebach, August. *Die alte deutsche Stadt in ihrer Stammeseigenart.* Berlim, 1930.
Ricamente ilustrado; particularmente com um grupo variado de tipos de casas.
- Gropius, Walter. *Rebuilding Our Communities.* Chicago, 1945.
- *Gross, Charles. *The Guild Merchant: a Contribution to British Municipal History*, 2 vols. Oxford, 1890.
Sólida obra na qual as conclusões do vol. I são sustentadas por um segundo volume de citações de fontes originais.
- Grosstadt, Die. *Vorträge und Aufsätze zur Städteausstellung.* Desdren, 1903.
Inclui ensaios de Bücher, Ratzel e Simmel - este sobre A Grande Cidade e a Vida Espiritual.
- Grunsfeld, Ernest A., e Louis Wirth. "Plan for Metropolitan Chicago". TPR, abril de 1954.
- Gut, Albert. *Der Wohnungsbau in Deutschland nach dem Weltkriege.* Munique, 1928.
Descrição ricamente ilustrada das primeiras habitações de pós-guerra, na Alemanha, principalmente em línguas tradicionais.

- Gutkind, E. A. *Creative Demobilisation*. Vol. I: *Principles of National Planning*. Vol. II: *Case Studies in National Planning*. Londres, 1943.
De alcance muito amplo e pleno de materiais importantes; mas um tanto peremptório no trato dos problemas políticos e educacionais do urbanismo em grande escala.
- Revolution of Environment*. Londres, 1946.
- Community and Environment: A Discourse on Social Ecology*. Londres, 1953.
- The Expanding Environment: The End of Cities; The Rise of Communities*. Londres, 1953.
Próximo, em espírito e perspectiva, de *The Disappearing City* de Frank Lloyd Wright, mas com base em investigações e experiências de planejar mais firmes.
- Our World from the Air: An International Survey of Man and His Environment*. Prefácio de G. P. Gooch. Introdução de Lewis Mumford. Nova Iorque, 1953.
Excelente levantamento de cidades e paisagens, indispensável para aqueles que querem pensar clara e profundamente sobre tais temas.
- Haarhoff, T. C. *The Stranger at the Gate: Aspects of exclusiveness and co-operation in Ancient Greece and Rome*. Nova Iorque, 1938.
Estudo significativo, por um investigador sul-africano, generalizando o problema do "apartheid" [segregação].
- Hackett, Brian. *Man, Society and Environment*. Londres, 1950.
Primeiro esforço para abranger um assunto até agora ainda insuficientemente explorado pelas ciências preliminares. Visão geral, muitas vezes vacilante nos detalhes.
- Hahn, Edouard. *Die Entstehung der Pflugkultur unseres Ackerbaus*. Heidelberg, 1909.
Importante.
- Hallenbeck, Wilbur. *American Urban Communities*. Nova Iorque, 1951.
- Haller, William, Jr. *The Puritan Frontier: Town Planning in New England Colonial Development 1630-1660*. Nova Iorque, 1951.
- Halpert, L., e Noel P. Gist. *Urban Society*. 2ª ed., Nova Iorque, 1941.
- Hammarstrand, Nils. "Pietro Cataneo. A Resurrected Writer on City Planning". JAIA, dezembro de 1925.
Os estudos pioneiros de Hammarstrand nessa revista, entre 1923 e 1926, deveriam de há muito ter sido colhidos.

- Hammond, John Lawrence e Barbara. *The Skilled Labourer (1760-1832)*. Londres, 1911.
Estudos gráficos, bem documentados: indispensáveis para uma compreensão da cidade paleotécnica.
- Harrison, Jane. *Ancient Art and Ritual*. Londres, 1913.
- *Haskins, Caryl P. *Of Societies and Men*. Nova Iorque, 1951.
Recomendado.
- Hassert, Kurt. *Die Städte: Geographisch Betrachtet*. Leipzig, 1907.
Admirável estudo pioneiro.
- Haverfield, Francis J. *Ancient Town planning*. Oxford, 1913.
Útil em certos pontos, apesar da data.
- Hawkes, Jacquetta. *Man on Earth*. Nova Iorque, 1955.
A um tempo, meditado e sentido.
- Hawley, Amos H. *The Changing Shape of Metropolitan America: Deconcentration since 1920*. Glencoe, Ill., 1937.
- Human Ecology: A Theory of Community Structure*. Nova Iorque, 1950.
- Haworth, Lawrence L. "An Institutional Theory of the City and Planning". JAIP, 1957.
- Hayes, William C. *The Scepter of Egypt*, 2 vols. Cambridge, Mass., 1959.
Obra completa, baseada nas coleções do Museu Metropolitano de Nova Iorque.
- *Hegemann, Werner. *Der Städtebau: nach den Ergebnissen der Allgemeinen Städtebau-Ausstellung*, 2 vols. Berlim, 1911.
O melhor documento particular sobre urbanismo e habitação, relativo ao período anterior à Primeira Guerra Mundial.
- City Planning: Housing*, 3 vols. Nova Iorque, 1938.
- Der neue Bebauungsplan für Chicago*. Berlim [s. d.].
- Hegemann, Werner, e Elbert Peets. *The American Vitruvius*. Nova Iorque, 1922.
Volumoso estudo sobre o urbanismo histórico. Útil ainda.
- *Heichelheim, Fritz M. *An Ancient Economic History: From the Paleolithic Age to the Migrations of the Germanic, Slavic and Arabic Nations*. Leiden, vol. I, 1958.
Rico em detalhes, exaustivo na bibliografia, mas infelizmente traduzido com um literalismo que beira o analfabetismo.
- Heil, B. *Die Deutschen Städte und Bürger im Mittelalter*. Leipzig, 1912
- Heilig, Wilhelm. *Stadt- und Landbaukunde*. Berlim, 1935.

- Heitland, William Emerton. *The Roman Falte*. Cambridge, 1922.
Last Words on the Roman Municipalities. Cambridge, 1928.
 Extremamente sugestivo.
- Herlihy, David. *Pisa in the Early Renaissance: A Study of Urban Growth*. New Haven, 1958.
 Útil em história política e econômica; mas quase não toca na forma física.
- *Heródoto. *História* (tradução literal de Henry Cary). Londres, 1891.
 Heródoto passou à frente das correções dos arqueólogos e sua obra emerge mais uma vez como indispensável introdução à história e à lenda do mundo antigo.
- Herron, Ima Honaker. *The Small Town in American Literature*. Durham, N. C., 1939.
- Heyne, Moritz. *Das Deutsche Wohnungswesen von den ältesten geschichtlichen Zeiten bis zum 16. Jahrhundert*. Vol. I: "Fünf Bücher Deutscher Hausaltertümer". Leipzig, 1899.
 Útil.
- Hibbert, Arthur, e Ruthard Oehme. *Old European Cities*. Londres [s. d.].
 Vinte e quatro mapas do século XVI, com textos da *Civitates Orbis Terrarum* de George Braun e Franz Hogenberg. (Ver Merian.)
- Higbee, Edward. *The Squeeze: Cities Without Space*. Nova Iorque, 1960.
- Hilberseimer, Ludwig. *The New City: Principles of Planning*. Chicago, 1944.
 Formalístico.
The Nature of Cities: Origin, Growth, and Decline; Pattern and Form; Planning Problems. Chicago, 1955.
 Tentativa séria e bem concebida de passar além das limitações da obra anterior.
- Hill, Ida Thallon. *The Ancient City of Athens: Its Topography and Monuments*. Londres, 1953.
 Guia útil de tudo o que hoje é conhecido.
- *Hiorns, Frederick R. *Town-building in History: An outline review of conditions, influences, ideas, and methods affecting 'planned' towns through five thousand years*. Londres, 1956.
 Ampla no alcance, convencional no juízo histórico e estético. Mas, como não há tradução de Poëte e Lavdan em inglês, tem valor legítimo, aumentado por suas amplas ilustrações, de grande cobertura. (Mas ver também Egli.)
- Hocart, A. M. *Kings and Councillors: An Essay in the Comparative Anatomy of Human Society*. Cairo, 1936.
 Interpreta a cidade como centro primitivamente ritual, com a planta retangular oriental como expressão de necessidades rituais. Afirma a visão passageira do urbanismo romano de Hocart, que teria servido de confirmação de suas opiniões, sua

- interpretação parece merecer consideração mais séria do que se têm mostrado dispostos a dar muitos antropólogos e arqueólogos.
- Social Origins*. Londres, 1954.
 Pleno de penetrantes observações, mas com a preocupação principal do problema da realeza.
- Hodgson, Francis. *Venice in the Thirteenth and Fourteenth Centuries (1204-1400)*. Londres, 1910.
 (Ver Molmenti.)
- Hoffbauer, Theodore J. H. *Paris à travers les ages: aspects successifs des monuments et quartiers historiques de Paris depuis le XIIIe siècle jusqu'à nos jours. Fidèlement restitués d'après les documents authentiques*, 2 vols. Paris, 1875-1882.
 Ilustrações excelentes. Colaborações de autoridades como La Croix e Franklin (Ver Poëte e Bardet.)
- Hole, Christina. *English Home Life: 1500-1800*. Londres, 1947.
 Saboroso.
English Custom and Usage. 3ª ed., Londres, 1950.
- Holford, William. "Green Cities of the 20th Century". JIPI, maio-junho de 1947.
 "St. Paul's: Report on the Surroundings of St. Paul's Cathedral in the City of London". TPR, julho de 1956.
 Nova abordagem de um difícil problema de manter vivas estruturas históricas de grande importância estética, numa economia sobredinâmica: especialmente bom por causa da rejeição de Holford ao clichê óbvio com o qual ele mesmo abordou pela primeira vez a situação.
 "The Tall Building in the Town". JIPI, março de 1959.
 Útil sumário histórico, embora deixe de fora uma consideração importante: o efeito de tais concentrações de densidade elevada na geração do tráfego já impedido em densidades muito baixas.
 "Trading Estates". JIPI, março de 1939.
 O próprio Team Valley Estate, de Holford, fixou um novo padrão.
- Holsti, Rudolph. *The Relation of War to the Origin of the State*. Helsinque, 1913.
 Contribuição desprezada, que agora exige renúncia e amplificações.
- Homo, Léon. *Rome Impériale et l'Urbanisme dans l'Antiquité*. Paris, 1951.
 Estudo completo que trata de todos os aspectos da vida municipal, estradas, sanitação, polícia, etc., para os quais há documentação suficiente. Útil bibliografia. (Sobre o aspecto social deste urbanismo, ver Friedländer.)
- Honeybourne, M. B., e N. G. Brett-James. "Precincts and Trade Quarters". AR, novembro de 1946.

Hoover, Edgar M., e Raymond Vernon. *Anatomy of a Metropolis: The Changing Distribution of People and Jobs within the New York Metropolitan Region*. Cambridge, Mass., 1959.

Parte de um estudo maior.

Houston, J. M. *A Social Geography of Europe*. Londres, 1953.

Discute a paisagem rural e os tipos de moradias, bem como a morfologia das cidades.

"The Scottish Burgh". TPR, julho de 1954.

*Howard, Ebenezer. *Garden Cities of Tomorrow*. Londres, 1902. 1ª ed. intitulada: *Tomorrow: A Peaceful Path to Land Reform*. Nova ed. com Prefácio de F. J. Osborn e Introdução de Lewis Mumford. Londres, 1946.

Um estudo detido desse clássico é importante para todo estudioso sério de desenvolvimento urbano. Afirma a influência prática direta que já exerceu, tem tido efeito indireto sobre o urbanismo em muitas outras direções. Mas os seus teoremas mais fundamentais, sobre modos construtivos tanto de limitar quanto de aumentar o tamanho das unidades urbanas, ainda precisam ser convenientemente apreendidos. (Ver Osborn, F. J., Purdom, C. B., Stein, Clarence S., e Rodwin, Lloyd.)

Howe, Frederick. *The Modern City and Its Problems*. Nova Iorque, 1915.

Obra pioneira, numa década que desencadeou um interesse novo pelo desenvolvimento da cidade, nos Estados Unidos. (Ver Yeomans, Alfred.)

Hoyt, Homer. *One Hundred Years of Land Values in Chicago: 1830-1933*. Chicago, 1933.

Estudo da relação entre crescimento urbano e valores de terrenos, em sua perspectiva histórica.

"Forces of Urban Centralization and Decentralization". *American Journal of Sociology*, maio de 1941.

Hrozny, Bedrich. *Ancient History of Western Asia, India and Crete*. Trad., Nova Iorque, 1953.

Hughes, Thomas, e E. A. G. Lamborn. *Towns and Town Planning, Ancient and Modern*. Oxford, 1923.

Útil, outrora, mas já ultrapassado. (Para o levantamento inglês, ver Hiorns, Frederick R.)

Hugo-Brunt, Michael. "George Dance, the Younger: as Town Planner (1768-1814)". *JSAH*, dezembro de 1955.

Huizinga, Johann. *The Waning of the Middle Ages*. Trad., Nova Iorque, 1924.

Trata de complexidades e contradições do ídolo medieval em desintegração.

**Homo Ludens: A Study of the Play-Element in Culture*. Londres, 1944. Original e importante.

Huntington, Ellsworth. *The Human Habitat*. Nova Iorque, 1927.

Talvez o mais profundo, e não o mais original dos numerosos estudos do autor.

Hurd, Richard Melancthon. *Principles of City Land Values*. 1ª ed., Nova Iorque, 1903. 4ª ed., Nova Iorque, 1924.

Merecidamente de alta reputação num campo em que, por muito tempo, esteve sozinho. Muitas ilustrações de antigas fases de crescimento em cidades americanas. Por um homem de negócios que realmente compreendia seu negócio. Ainda compreensível.

Hürlimann, Martin. *Berlin: Berichte und Bilder*. Berlim, 1934.

Hutchinson, R. W. "Prehistoric Town-Planning in Crete". TPR, outubro de 1950.

"Prehistoric Town-Planning in and Around the Aegean". TPR, janeiro-abril de 1953.

De longe, os melhores estudos disponíveis sobre as predecessoras da cidade grega. (Ver Wycherley, para exemplos gregos posteriores.)

Hutton, William. *The History of Birmingham*. 4ª ed., Londres, 1819.

A Journey From Birmingham to London. Birmingham, 1785.

Hyde, Francis E., "The Growth of a Town: A study of the economic forces controlling the development of Stony Stratford in the Middle Ages". TPR, julho de 1949.

Ikle, Fred Charles. "The Effect of War Destruction upon the Ecology of Cities". *Social Forces*, maio de 1951.

Retornada do modelo original pelos moradores de regresso.

Jackson, J. B. (organizador). *Landscape: Magazine of Human Geography*, a partir de 1951.

Essa publicação trimestral raramente deixa de apresentar um ou mais artigos de importância sobre a cidade e a paisagem.

Jacobsen, Thorkild. "Mesopotamia: The Cosmos as a State". *The Intellectual Adventures of Ancient Man*. Chicago, 1946.

Dá a interpretação de Jacobsen da primitiva democracia de aldeia na Mesopotâmia, pela análise de documentos religiosos posteriores.

James, Edmund. "The Growth of Great Cities in Area and Population". *Annals of American Academy of Political Science*, janeiro de 1899.

Útil ainda.

James, Edwin Oliver. *The Ancient Gods: The History and Diffusion of Religion in the Ancient Near East and the Eastern Mediterranean*. Londres, 1960.

Útil introdução geral.

- *James, Henry. *The American Scene*. Nova Iorque, 1907.
Comentário urbano e interpretação, sem rival em finura e profundidade.
- Jastrow, Morris, Jr. *The Civilization of Babylonia and Assyria*. Filadélfia, 1915.
É um marco. (Ver, porém, Kramer, Childe, Frankfort, Contenau.)
- Jefferson, Mark. "Distribution of the World's City Folks". *Geographical Review*, julho de 1931.
- Jeremiah, Keith. *A Full Life in the Country. The Sudbury and District Survey and Plan*. Londres, 1948.
- Johnson-Marshall, Percy. *Comprehensive Redevelopment*. JRIBA, abril-dezembro de 1959.
- *Jones, A. H. M. *The Greek City: From Alexander to Justinian*. Oxford, 1940.
Athenian Democracy. Oxford, 1957.
Defesa das realidades da democracia ateniense, contra insensatos ataques de seus inimigos confesos, de Platão e do Velho Oligarca em diante. Útil contrapeso, senão a verdade integral.
- Jones, Thomas Jesse. *The Sociology of a New York City Block*. Nova Iorque, 1904.
Estudo pioneiro.
- Jones, Victor. *Metropolitan Government*. Chicago, 1942.
Embora ultrapassado pelas mudanças estatísticas depois que foi escrito, útil ainda.
- Jurgens, Oskar. "Spanische Städte: Ihre Baulich Entwicklung und Ausgestaltung". *University of Hamburg Abhandlungen*, Bd. 23. Hamburgo, 1926.
Primeira parte: descrições sistemáticas de vinte e sete cidades espanholas; a segunda parte trata de seu planejamento e construção. Útil bibliografia, mas ilustrações impróprias.
- Justement, Louis. *New Cities for Old*. Nova Iorque, 1946.
- Juvenal. *Works*. Loeb's classics. Nova Iorque.
Importante como fonte, depois de descontado o preconceito satírico. Ver especialmente *A Cidade*.
- Kampffmeyer, Hans. *Die Gartenstadt Bewegung*. Leipzig, 1909.
Excelente estudo antigo.
- Karan, Pradyuma Prasad. "The Pattern of Indian Towns: A Study in Urban Morphology". JAIP, 1957.

- Kellogg, Paul U. (organizador). *The Pittsburgh Survey*, 6 vols. Nova Iorque, 1909, 1914.
Monumental levantamento de uma cidade industrial representativa; empreendimento não diferente do posterior Middletown, mas com ênfase maior no ponto de vista dos trabalhadores sociais e em seus interesses específicos. Fraco pelo lado cívico e urbano, é todavia uma das principais demonstrações do método de survey.
- Kenyon, Kathleen M. *Digging Up Jericho*. Londres, 1957.
Descrição do que parece, se está correta a datação, ser o mais antigo agrupamento urbano do Oriente Próximo: descobrimento que pode revolucionar a arqueologia e a cronologia dessa área e o desenvolvimento urbano em geral.
- Kidder Smith, G. E. *Sweden Builds*. 1ª ed., Nova Iorque, 1950. 2ª ed., 1957.
Rico em fotografias admiráveis e não menos em plantas, particularmente bom quanto à Cidade Nova sueca de Vällingby.
- Italy Builds: Its Modern Architecture and Native Inheritance*. Nova Iorque, 1955.
Rara combinação de fotografia e compreensão arquitetônica, com senso também dos valores humanos subjacentes.
- Kirsten, Ernst, e Wilhelm Kraiker, *Griechenlandkunde: Ein Führer zu Klassischen Stätten*. Heidelberg, 1957.
Um Pausânias moderno: inestimável. (Mas também é excelente o "Guia Azul" da Grécia.)
- Kite, Elizabeth S. *L'Enfant and Washington: 1791-1792*. Baltimore, 1929.
- Kizer, Benjamin H. "Regional Planning in the Columbia River Area". TPR, julho de 1951.
- Kligman, Miriam. "Human Ecology and the City Planning Movement". *Social Forces*, outubro de 1945.
- Koenigsberger, Otto H. "New Towns in India". TPR, julho de 1949.
- Kohl, Johann Georg. *Der Verkehr und die Ansiedlungen der Menschen in Ihrer Abhängigkeit von der Gestaltung der Erdoberfläche*. 1841. 2ª ed., Leipzig, 1850.
Sombart zomba dessa obra: mas sua ênfase no transporte como um dos fatores críticos do desenvolvimento urbano não deixa de ter razões.
- Korn, Arthur. *History Builds the Town*. Londres, 1953.
Rico em ilustrações.
- Kouenhoven, John A. *The Columbia Historical Portrait of New York*. Nova Iorque, 1953.
Rico em dados pictóricos.

Kraeling, Carl H., e Robert M. Adams (organizadores). *City Invincible: A Symposium on Urbanization and Cultural Development in the Ancient Near East*. Realizado no Instituto Oriental da Universidade de Chicago de 4-7 de dezembro de 1958. Chicago, 1960.

Fascinante simpósio que não chega a fazer justiça a seu título, mas pelo menos conduz para ele.

Kramer, Samuel Noah. *History Begins at Sumer*. Nova Iorque, 1959.

Muitas visões paralelas, tanto no texto quanto na tradução, por um estudioso eminente nesse campo. Ver suas traduções em Pritchard, J. B.

*Kropotkin, Piotr. *Fields, Factories, and Workshops: or Industry Combined with Agriculture, and Brainwork with Manual Work*. 1ª ed., Boston, 1899. Ed. revista, Londres, 1919.

Inteligência sociológica e econômica de primeira ordem, baseada na competência especializada de Kropotkin como geógrafo, e na sua generosa paixão social como líder no anarquismo comunista. Recomendado especialmente a todos os que se interessam em planejar para áreas não-desenvolvidas.

Mutual Aid. Londres, 1904.

Obra pioneira sobre a simbiose na sociologia: uma das primeiras tentativas para reformar a unilateral ênfase darwiniana nos aspectos mais predatórios da vida. Note-se o capítulo sobre Ajuda Mútua na Cidade Medieval.

Kuhn, Emil. *Ueber die Entstehung der Staedte der Alten: Komenverfassung und Synoikismos*. Leipzig, 1878.

Quase tão surpreendente pelo seu assunto e por sua alta qualidade de pensamento quanto a obra de Fustel de Coulanges, especialmente considerando-se a sua data.

Labò, Mario. "Strada Nuova". *Scritti di Storia dell'Arte in Onore di Lionello Venturi*. Roma, 1956.

Descrição do novo bairro aristocrático de Gênova, projetado por Galeazzo Alessi.

Lanciani, Rodolfo Amadeo. *Ancient Rome in the Light of Recent Discoveries*. 8ª ed., Boston, 1892.

New Tales of Old Rome. Londres, 1901.

Ancient and Modern Rome. Londres [s. d.] (1927?).

De âmbito muito pequeno, por um investigador pioneiro.

Larrabee, Eric, e Rolf Meyersohn (organizadores). *Mass Leisure*. Glencoe, Ill., 1959.

(Ver também *Mass Culture*, pelos mesmos organizadores.)

Larsen, J. A. O. *Representative Government in Greek and Roman History*. Berkeley, 1955.

Exame novo e importante.

Larwood, Jacob (pseudônimo de H. D. J. van Schevichaven). *The Story of the London Parks*. Londres, 1881.

Lavedan, Pierre. *Qu'est-ce que l'urbanisme? Introduction à l'histoire de l'urbanisme*. Paris, 1926.

Introdução aos documentos, plantas e outras fontes, para uma história do urbanismo, mais que ao próprio tema. Mais para o especialista que para o estudioso geral.

**Histoire de l'Urbanisme*. Vol. I: *Antiquité, Moyen Age*. Paris, 1926. Vol. II: *Renaissance et Temps Moderne*. Paris, 1941. Vol. III: *Époque Contemporaine*. Paris, 1952.

Obra clássica sobre a história da arte do planejador de cidades, rica em documentação, ilustrações e plantas.

Géographie des Villes. Paris, 1936. Ed. revista, 1959.

Représentation des Villes dans l'Art du Moyen Age. Paris, 1954.

Urbanisme et architecture: études écrites et publiée en honneur de Pierre Lavedan. Paris, 1954.

Layard, Austen Henry. *The Monuments of Nineveh: From drawings made on the spot*. Em duas séries. Londres, 1853.

Útil ainda.

Lebreton, Jean. *La Cité Naturelle: Recherche d'un urbanisme humaine*. Paris, 1945.

Muito mais sólido que as concepções amplamente divulgadas de Le Corbusier.

*Le Corbusier. *Urbanisme*. Paris, 1924. Trad. *The City of the Future*. Nova Iorque, 1930.

Sugestões para uma metrópole elaboradamente mecânica, com arranha-céus bastante espalhados e vias de tráfego em múltiplas pistas superpostas: mais próximo de uma ordem autêntica do que os atrevidos projetos dos arquitetos dos arranha-céus de Nova Iorque do mesmo período, mas, tal como eles, burocraticamente orientado. Mas, a despeito de sua árdua concepção da cidade — ou por causa dela —, o mais influente tratado da sua geração.

Précisions. Paris, 1930.

O sabor das conferências sul-americanas de Le Corbusier, com esquemas ainda mais extravagantes para a cidade-estrada de arranha-céus.

La Ville Radieuse: Collection de l'équipement de la Civilisation Machiniste. Bolonha, 1934.

Talvez sintomático de uma transformação da ideologia puramente mecânica para a perspectiva mais biotécnica.

Concerning Town Planning. Trad. de Clive Entwistle. New Haven, 1948. Breve recapitulação das opiniões de Le Corbusier, ainda não modificadas pela sua obra em Chandigarh.

Le Corbusier e François de Pierrefeu. *The Home of Man*. Londres, 1948.

- Lee, Rose Hum. *The City*. Chicago, 1955.
- Lestocquoy, J. *Les Villes de Flandre et d'Italie sous le gouvernement des patriens (XX-XVe siècles)*. Paris, 1952.
Excelente análise do papel da crescente classe mercantil em certas cidades da Itália e dos Países Baixos. Mas, em virtude da concentração, esquece o papel dos trabalhadores industriais e artífices.
- Lethaby, W. R. *Architecture, Nature, and Magic*. Nova Iorque, 1956.
A refundição em 1928 de um estudo publicado pela primeira vez em 1892, analisando as fontes mágicas e religiosas da arquitetura.
- Form in Civilization*. Londres, 1922. 2ª ed., Nova Iorque, 1957.
Precioso por suas qualidades humanas terra-a-terra, vacilante, quase sempre, na penetrante crítica do nosso próprio período.
- "Of Beautiful Cities". *Art and Life, and the Building and Decoration of Cities*. Londres, 1897.
- Lettmayer, Ferdinand. *Wien um die Mitte des XX. Jahrhunderts: Ein Querschnitt*. Viena, 1958.
Mação levantamento, em colaboração, dessa cidade decapitada mas ainda vital.
- Letts, Malcolm. *Bruges and Its Past*. 2ª ed., Bruges, 1926.
- Levy, Gertrude Rachel. *The Gate of Horn: A Study of the Religious Conceptions of the Stone Age, and their Influence upon European Thought*. Londres, 1948.
Particularmente bom como interpretação do material paleolítico de cavernas e labirintos.
- Levy, Hermann. "The Economic History of Sickness and Medical Benefit Before the Puritan Revolution". *The Economic History Review*. Vol. XIII, nºs 1 e 2, 1943.
- Lichtenberg, Freiherr Reinhold von. *Haus, Dorf, Stadt*. Leipzig, 1909.
Em seu tempo, um excelente estudo dos primeiros aperfeiçoamentos da casa, da aldeia e da cidade. Embora muita coisa se tenha acrescentado a esses dados durante o último meio século, especialmente na Mesopotâmia, conserva ainda um sólido núcleo de pesquisa útil.
- Lichtwark, Alfred. *Deutsche Königstädte*. Berlim, 1912.
- Liepmann, Kate K. *The Journey to Work: Its Significance for Industrial and Community Life*. Londres, 1944.
Não é crítico nas suposições e carece de dados importantes sobre a frequência da mudança e das potencialidades de escolha. Confunde acessibilidade e variedade de indústrias com a necessidade da sua aglomeração.

- Lille, Universidade de. *Niveaux optima des villes. Essai de définition d'après l'analyse des structures urbaines du Nord et du Palais-de-Calais*. Lille, 1959.
Estudo novo do tamanho e diversificação dos amontoados urbanos.
- Lindblom, C. E., e R. A. Dahl. *Politics, Economics and Welfare*. Nova Iorque, 1953.
- Lindner, Werner, e Erich Boekle. *Die Stadt: Ihre Pflege und Gestaltung*. Munique [s. d.].
- Little, Bryan. *The Building of Bath 1747-1947: An Architectural and Social Study*. Londres, 1947.
- Lloyd, Nathaniel. *A History of the English House: From Primitive Times to the Victorian Period*. Londres, 1931.
Excelente.
- Lock, Max. *Civic Diagnosis: An Outline Summary of Planning Research Undertaken by the Hull Regional Survey*. Hull, 1943.
A ênfase nos fatores sociais dá distinção a esse breve estudo.
- Logie, Gordon. *The Urban Scene*. Londres, 1954.
Análise pictórica da cidade, em termos de espaço compreendido, ornatos de rua, silhueta, etc. Suplementa Rasmussen e Gibberd.
- Loosley, Elizabeth W., John R. Seeley e R. Alexander Sim. *Crestwood Heights: A Study of the Culture of Suburban Life*. Nova Iorque, 1956.
- Lopez, Robert S., e Irving W. Raymond. *Medieval Trade in the Mediterranean World: Illustrative Documents Translated with Introductions and Notes*. Nova Iorque, 1955.
Rico em documentos, admirável nas críticas bem fundamentadas.
- Lot, Ferdinand. "Recherches sur la superficie des cités remontant à la période Gallo-Romaine". *Bibliothèque de l'École des Hautes Études*. Paris, nºs 287, 296, 301, 1945.
- "L'Evolution des Communes Françaises". *Revue Historique*, janeiro-março de 1949.
- Louis, Paul. *Ancient Rome at Work; an economic history of Rome from the origins to the Empire*. Nova Iorque, 1927.
- Lunt, Paul S., e W. Warner. *The Social Life of a Modern Community*. New Haven, 1941.
- Lynch, Kevin. "The Form of Cities". *Scientific American*, abril de 1954.
Contribuição original.
- The Image of the City*. Cambridge, Mass., 1960.

- Lynch, Kevin, e Lloyd Rodwin. "A Theory of Urban Form". JAIP, nº 4, 1958.
- Lynd, Robert S., e Helen M. *Middletown*. Nova Iorque, 1929.
Competente levantamento, embora fraco no aspecto geográfico e sem referências culturais comparativas. (Ver Kellogg, P. U.)
- Macfadyen, Dugald. *Sir Ebenezer Howard and the Town Planning Movement*. Manchester, 1933.
- Mackay, Ernest. *Early Indus Civilizations*. 2ª ed. revista e aumentada por Dorothy Mackay. Londres, 1948.
- MacKaye, Benton. *The New Exploration: A Philosophy of Regional Planning*. Nova Iorque, 1928.
Importante não só pelo ponto de vista, mas pelas sugestões de método. MacKaye, originariamente coureiro, fundador da Appalachian Trail, é regionalista da grande tradição de Thoreau, Marsh e Shaler.
- "Townless Highway for the Motorist". *Harper's Magazine*, agosto de 1931.
Antevê a forma final da via expressa em todas as características, exceto no extravagante mas muitas vezes desnecessário trevo.
- "Regional Planning". *Encyclopaedia Britannica*. 14ª ed.
- Maclear, Anne Bush. "Early New England Towns". *Studies in History, Economics and Public Law*. Nova Iorque, 1908.
- Maitland, Frederic William. *Township and Borough: together with an appendix of notes relating . . . to Cambridge*. Cambridge, 1898.
- Maiuri Amedeo. *Pompeii*. 7ª ed., Roma, 1954.
Guia detalhado.
- Pompeii*. Novara, 1957.
Completo e bem ilustrado.
- Herculaneum*. 5ª ed., Roma, 1958.
- Mann, Peter H. "The Socially Balanced Neighborhood Unit". TPR, julho de 1958.
- Marsh, George Perkins. *The Earth as Modified by Human Action*. 3ª ed., Nova Iorque, 1888.
Obra fertilizadora, que demonstrou o papel ativo do homem na mudança da face da Terra e demonstrou sua responsabilidade moral pelas suas práticas frequentemente destruidoras. (Ver Sauer, Carl, e Thomas, W. L.)
- Marshall, John Hubert. *Mohenjo-Daro and the Indus Civilization*, 3 vols. Londres, 1927.

- Martin, Alfred von. *Deutsches Badewesen in vergangenen Tagen*. Jena, 1906.
- *Martin, Roland. *L'Urbanisme dans la Grèce Antique*. Paris, 1956.
Continua e dá seguimento ao trabalho de Von Gerkan e outros, corrigindo antigos preconceitos a respeito do trabalho de Hipódamo e acentuando a natureza funcional do urbanismo grego. Bem ilustrado.
- Maunier, René. *Essais sur les Groupements Sociaux*. Paris, 1929.
L'Origine et la fonction économique des villes: étude de morphologie sociale. Paris, 1910.
Importante menos pelo que demonstra do que pelo que tenta demonstrar.
- Mayhew, Henry. *London Labor and the London Poor*, 4 vols. Londres, 1861-1862.
Jornalístico mas cheio de materiais interessantes.
- Mayo, W. L. B., S. D. Adshead, Patrick Abercrombie e W. H. Thompson. *The Thames Valley from Cricklade to Staines: A Survey of Its Existing State and Some Suggestions for Its Future Preservation*. Londres, 1929.
- McAllister, Gilbert, e Elizabeth Glen. *Town and Country Planning: A Study of Physical Environment: The Prelude to Post-War Reconstruction*. Londres, 1941.
- McClenahan, B. A. "Communitary the Urban Substitute for the Traditional Community". *Sociology and Social Research*, março-abril de 1946.
- McDonald, William A. "The Political Meeting Places of the Greeks". *The Johns Hopkins University Studies in Archaeology*. Baltimore, nº 34, 1943.
Excelente.
- McKelvie, Blake. *Rochester: The Water-Power City*, 2 vols. Nova Iorque, 1954.
- Meakin, Budgett. *Model Factories and Villages*. Londres, 1905.
- Meiggs, Russell. *Roman Ostia*. Oxford, 1960.
- Meikelham, Robert. *On the History and Art of Warming and Ventilating Rooms and Buildings*, 2 vols. Londres, 1845.
Importante: livro raro, num campo mal explorado. Necessita um sucessor de fôlego ainda maior.
- Mercier, Louis Sebastien. *The Picture of Paris: Before and After the Revolution. Paris: 1781-1788*. Trad., Londres, 1929.
- Memoirs of the Year 2500*. Trad., Liverpool, 1802.
Utopia interessante pelas observações históricas de passagem.
- Merian, Matthaeus. *Topographia Bohemiae, Moraviae et Silesiae*. Frankfurt-am-Main, 1650.

- **Topographia Germaniae*. Frankfurt-am-Main, 1642. Reimpressão em formato pequeno, Munique, 1935.
Belas gravuras em madeira, de cidades, com dados curiosos e às vezes historicamente informativos. Uma das grandes fontes de conhecimentos do estado da cidade do fim da Idade Média. A colina e a torre da igreja tomaram o lugar do avião, para o artista. (Os trabalhos de W. J. Blaeu, Sebastian Munster e John Speed também merecem ser consultados, quando encontrados.)
- Topographia Hassiae*. Frankfurt-am-Main, 1655. Reprodução fac-similada, Basileia, 1959.
- Metz, Friedrich. *Die Hauptstaedte*. Berlim, 1930.
- Meuriot, Paul. *Des agglomérations urbaines dans l'Europe contemporaine: essai sur les causes, les conditions, les conséquences de leur développement*. Paris, 1898.
Estudo estatístico da concentração urbana no século XIX, com especial referência à França.
- "Du Concept de Ville Autrefois et Aujourd'hui". *La Vie Urbaine*. Paris, 1919.
- Meyerson, Martin, e Barbara Terret (organizadores). "Metropolis in Ferment". *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, novembro de 1957.
Ver particularmente o ensaio de John Ely Burchard sobre *The Urban Esthetic*. (Cf. Robert Mitchell, adiante.)
- Michell, H. *The Economics of Ancient Greece*. Nova Iorque, 1940.
Completo. (Ver Alfred E. Zimmern, para um relato menos detalhado, num cenário social maior.)
- Mirabilia Romae: Indulgentie et Reliquie ad Urbis Rome in Latino*. Roma, 1495, aprox.
Ao que se sabe, o primeiro guia "moderno". (Ver, porém, Pausânias.)
- Mitchell, Robert B., e Chester Rapkin. *Urban Traffic: A Function of Land Use*. Nova Iorque, 1954.
- Mitchell, Robert B. (organizador). "Building the Future City". *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, novembro de 1945.
Excelente sinopse, até esta data, embora com pouca atenção às funções estéticas e intelectuais da cidade.
- Molmenti, Pompeo G. *Venice, Its Individual Growth from the Earliest Beginning to the Fall of the Republic*, 6 vols. Trad., Chicago, 1906-1908.
Admirável.
- Mookerji, Radhakumud. *Local Government in Ancient India*. Oxford, 1919.

- Moret, Alexandre. *The Nile and Egyptian Civilization*. Nova Iorque, 1927.
"Villes Neuves et Chartes d'Immunité dans l'Ancient Empire". *Journal Asiatique*, julho-agosto, março-abril de 1916, novembro-dezembro de 1917.
Importante.
- Morgan, Arthur E. *The Community of the Future*. Yellow Springs, Ohio, 1957.
Enunciado das qualidades e funções da pequena comunidade em escala de aldeia.
- *Morley, Sylvanus Griswold. *The Ancient Maya*. Stanford, 1946.
Notável. Contém um capítulo adequado sobre a cidade maia, cuja existência algumas vezes é discutida.
- Mukerjee, Radhakamal. *Regional Sociology*. Nova Iorque, 1926.
Boa visão geral.
- Man and His Habitation: A Study in Social Ecology*. Londres, 1940.
- Muller, Emile. *Habitations Ouvrières et Agricoles*. Paris, 1856.
- Muller, Emile, e Emile Cacheux. *Les Habitations Ouvrières en Tous Pays*. 1ª ed., Paris, 1879. 2ª ed., 1903.
Exaustivo levantamento de projetos de habitação modelo para as classes trabalhadoras; a segunda edição mostra muitas plantas exibidas na Exposição de Paris em 1900. (Ver Hole, Christina.)
- Mumford, Lewis. *City Development: Studies in Disintegration and Renewal*. Nova Iorque, 1945.
The Culture of Cities. Nova Iorque, 1938.
Ver especialmente os capítulos sobre Regionalismo.
- The Transformations of Man*. Nova Iorque, 1957.
Introdução essencial para o presente volume. Ver, em particular, os capítulos sobre o homem civilizado e o Homem Pós-Histórico.
- "The Fourth Migration". *Survey Graphic*, maio de 1925.
- "A World Center for the United Nations". JRIIBA, agosto de 1946.
- "Planning for the Phases of Life". TPR, abril de 1949.
- "The Modern City". *Forms and Functions of 20th Century Architecture*. Nova Iorque, vol. IV, 1952.
- "The Neighborhood and Neighborhood Unit". TPR, janeiro de 1954.

- "A New Approach to Worker's Housing". In *International Labour Review*, fevereiro de 1957.
Análise crítica da rasa alternativa em moda, entre moradias metropolitanas elevadas e bairros urbanos familiares isolados, para alojamento de baixo custo.
- "University City". In: *City Invincible*. Organizado por Kraeling, Carl, e Robert Adams. Chicago, 1960.
- Munster, Sebastian. *Cosmographia*. Basileia, 1552.
Útil.
- Munster, Georg. *Die Geschichte der Idealstadt*. Berlim, 1928.
- Muntz, E. E. *Urban Sociology*. Nova Iorque, 1938.
- Mylonas, George E. *Ancient Mycenae: The Capital City of Agamemnon*. Princeton, 1957.
- National Council of Social Service. *The Size and Social Structure of a Town*. Londres, 1943.
Valioso estudo de um tema muito esquecido.
- National Resources Committee. *Urban Planning and Land Policies*. 2 vols. Washington, 1939.
O vol. II contém descrições de novas comunidades americanas e europeias.
- Neumann, Erich. *The Origins and History of Consciousness*. Nova Iorque, 1954.
Embora vulnerável a uma crítica metodológica severa, é cheio de intuições ousadas e muitas vezes férteis, que poderiam ter sido reprimidas por uma forma de prova mais rigorosa.
- The Great Mother: An Analysis of the Archetype*. Nova Iorque, 1955.
O conceito do arquétipo, como agente dinâmico, permanece falso, quase desafiando a representação sistemática; ainda assim, abre novos caminhos no estudo do desenvolvimento humano.
- New York State Housing and Regional Planning Commission: *Final Report*. Albany, 1926.
Marca ímpar de regionalismo na política americana. Com Clarence S. Stein como presidente e Henry Wright como conselheiro de planejamento, a Comissão fez uma série de investigações importantes, culminando com o relatório acima. (Ver também MacKaye, Wright, Stein.)
- Nicholas, R. *City of Manchester Plan*. Londres, 1945.
Notável, por incorporar a dimensão tempo, com os processos de planejamento passando por estágios, ao invés da demolição total e substituição. Um dos primeiros relatórios a reconhecer as seqüências de tempo e os processos orgânicos no desenvolvimento de cidades. Metodologicamente, notável contribuição, ainda não adequadamente assimilada.

- Nolen, John. *New Towns for Old*. Boston, 1927.
- Nougier, Louis-René. *Géographie Humaine Historique*. Paris, 1959.
- Oberhammer, Eugen. *Der Stadtplan: Seine Entwicklung und geographische Bedeutung*. Berlim, 1907.
Exemplos quase todos de cidades mais antigas.
- Olmsted, Frederick Law. *Public Parks and the Enlargement of Towns*. Cambridge, Mass., 1870.
Uma das mais antigas e melhores exposições do planejamento compreensivo de parques.
- Olmsted, Frederick Law, Jr., e Theodora Kimball. *Frederick Law Olmsted, Landscape Architect: 1822-1903*, 2 vols. Nova Iorque, 1928.
Documentos profissionais e significativos dados biográficos, mas por demais concentrado no Central Park. Faz-se necessário um estudo de fôlego da vida e da obra de Olmsted.
- Osborn, F. J. *New Towns after the War*. Londres, 1918. Ed. revista, 1942.
Proposta sistemática, não menos oportuna em 1942 do que em 1918, de fornecimento de moradias, não por ampliações ao acaso e esporádicas de cidades, ou reconstrução interna, mas pela construção de comunidades equilibradas ou cidades-jardins.
- Transport, Town Development and Territorial Planning of Industry*, nº 20, New Fabian Research Bureau, Londres, 1934.
Críticas bem fundadas das tendências centralizadoras, com sugestões de uma nova política que antecipou as linhas principais do Relatório Barlow (q. v.).
- The Planning of Greater London: with foreword by Sir Raymond Unwin*. Londres, 1938.
Breve mas eficiente crítica da caótica expansão de Londres, com definidas propostas para retificá-la: propostas cuja sabedoria não só antecipou a situação causada pelo Blitz, mas sugeriu um modo compreensivo de atacá-la.
- "The Future of Town and Countryside". *The Political Quarterly*, janeiro-março de 1943.
- Green-belt Cities: The British Contribution*. Londres, 1946.
Depois do livro de Howard, é esta a melhor introdução breve à idéia da Cidade-Jardim.
- "Progress of the New Towns" TCP. Londres, janeiro de 1950.
Relatório provisório, pelos redatores e outros.
- Osterweiss, Rollin G. *Three Centuries of New Haven: 1638-1938*. New Haven, 1953.
- Owen, Robert. *A New View of Society*. Londres, 1813.

- Owen, Wilfred. *The Metropolitan Transportation Problem*. Washington, 1956. Bom. (Mas ver também Mitchell e Rapkin.)
- Cities in the Motor Age*. Nova Iorque, 1959.
Sumário das contribuições a um simpósio sobre planejamento de rodovias e desenvolvimento metropolitano.
- Page, J. W. *From Hunter to Husbandman*. Londres, 1939
- Palladio, Andrea. *The Architecture of Palladio in Four Books*. Veneza, 1581. Trad., Londres, 1742.
Indispensável para o estudo do urbanismo barroco.
- Pallin, Professor H. N. "Anatema over Storstaden (Anathema on the Great Cities)". Boletim 19 da Institutionen for Vagbyggnad och Kommunikationsteknik. Estocolmo, 1943.
A julgar pelo sumário em inglês, uma explicação da expansão e destruição das grandes cidades, em termos do dinamismo econômico introduzido por uma economia pecuniária. Ao mesmo tempo, uma crítica fulminante de *A Cultura das Cidades*.
- Park, Robert. *Human Communities: the City and Human Ecology*. Glencoe, Ill., 1952.
Contribuições úteis, por um dos líderes da escola de Chicago em sociologia urbana.
- Park, Robert E., E. W. Burgess e R. D. McKenzie. *The City: with a Bibliography by Louis Wirth*. Chicago, 1925.
Trabalho que trata da cidade como formação ecológica.
- Parke, H. W., e D. E. W. Wormell. *The Delphic Oracle*. Vol. I: *History*. Oxford, 1956.
O melhor livro existente, embora - fiel ao seu assunto enigmático - deixe aberto muito problema caprichoso e provavelmente insolúvel. (Ver, porém, Dempsey.)
- Parkins, Maurice F. *City Planning in Soviet Russia*. Chicago, 1953.
- Parrot, André. *Ziggurats et Tour de Babel*. Paris, 1949
- Passarge, S. *Stadtlandschaften der Erde*. Hamburgo, 1930.
- *Pausânias. *Description of Greece*, 6 vols. Trad. inglesa com comentários de J. G. Frazer. Londres, 1898.
O *Baedeker* do mundo romano do século II, vivificado pelos romanos e muitas vezes morto para a posteridade, por volumosos comentários sobre história local, lendas e mitos. Mas uma mina para os que quiserem explorá-la.
- Pearson, S. Vere. *London's Overgrowth: And The Causes of Swollen Towns*. Londres, 1939.
- Peel, J. *Topographia Galliae*. Amsterdam, 1660-1663.
- Peets, Elbert. "Haussmann". TPR, junho de 1927.

- "Current Town Planning in Washington". TPR, dezembro de 1931.
- Peets, Elbert, e Werner Hegemann. *The American Vitruvius*. Nova Iorque, 1922.
Rico compêndio de urbanismo histórico.
- Pepler, George L. "Open Spaces", TPR, janeiro de 1923.
- Perkins, J. B. Ward. "Early Roman Towns in Italy". TPR, outubro de 1955. Importante.
- Pernoud, Régine. *Les Villes Marchandes aux XIVe et XVe Siècles. Impérialisme et Capitalisme au Moyen Age*. Paris, 1948.
Sobretudo político e econômico.
- Perret, Jacques. *Des Fortifications et Artifices*. Frankfurt-am-Main, 1602.
Demonstra de que modo foi a cidade completamente sacrificada, como entidade, à defesa de artilharia.
- Perrot, Georges, e Charles Chipiez. *A History of Art in Ancient Egypt*. Londres, 1883.
A History of Art in Chaldea and Assyria, 2 vols. Nova Iorque, 1884.
- Perry, Clarence. *The Neighborhood Unit: A Scheme of Arrangement for the Family-Life Community*. In: *Regional Survey of New York and Its Environs*, vol. VII. Nova Iorque, 1929.
Resumo clássico, por um pioneiro no movimento pelo centro de comunidade. (Ver a Bibliografia de Dahir. Também a análise dos "echelons" da comunidade, de Bardet.)
- Housing for the Machine Age*. Nova Iorque, 1939.
- Peterson, Arthur Everett, e George W. Edwards. *New York as an Eighteenth Century Municipality*, 2 vols. Nova Iorque, 1917.
Sobrevivências medievais no Novo Mundo.
- Peterson, Ellen Theodore, et al. *Cities Are Abnormal*. Norman, Oklahoma, 1946.
Mais do que pouco ingênuo.
- Petit-Dutaillis, Ch. "Les Communes Françaises au XIIIe Siècle". *Revue du Droit Français et Étranger*, 1945, 1946.
- Petrie, William Flinders. *Deshasheh*. Londres, 1898.
The Revolutions of Civilization. Londres, 1911.
- Some Sources of Human History*. Nova Iorque, 1919.
Estes dois pequenos volumes resumem a experiência e o conhecimento desse respeitável arqueólogo, hoje esquecido pela geração posta à sombra por sua figura de gigante. Não pode ser desprezado pelo estudioso sério.

- Pevsner, Nicolaus. "Model Houses for the Laboring Classes". AR, maio de 1943.
- Pichon, Armand. *Urbanisme et société: suivi d'une note sur la ville et le sacré*. Paris, 1942.
- Pierrefeux, François de, e Le Corbusier. *The Home of Man*. Londres, 1948.
- Pinkney, David H. *Napoleon III and the Re-building of Paris*. Princeton, 1958.
Um de numerosos livros dedicados à apreciação e reabilitação não só de Napoleão III, mas do respeitável Haussmann: ato de justiça adiado por triunfos da ignomínia.
- Pirenne, Henri. *Medieval Cities: Their Origins and the Revival of Trade*. Princeton, 1925.
A despeito de sua excelente base de pesquisas, interpretação falsa, que atribui ao comércio internacional um papel que não podia desempenhar e não desempenhou no crescimento da produção e da população urbana. Infeliz, por causa de sua influência sobre Carl Stephenson (q. v.) e outros.
Les Villes et Les Institutions Urbaines, 2 vols. Bruxelas, 1939.
Recompilação de obras sobre a cidade, inclusive *Les Villes du Moyen Age*, 1927, *Histoire de la Constitution de la Ville de Dinant au Moyen Age*, 1889, *Les Anciennes Démocraties des Pays-Bas*, 1910, e vários artigos.
- Pirenne, Jacques. "Les Villes dans l'ancienne Egypte". In: *La Ville*, vol. VII. *Recueils de la Société Jean Bodin*. Ver Société Jean Bodin.
Útil mas limitado aos aspectos econômicos e sociais, principalmente durante os períodos feudais. (Ver Fairman.)
- Poëte, Marcel. *Comment s'est formé Paris*. Paris, 1925.
Livro minúsculo, denso de conhecimentos de uma vida inteira. Ver adiante.
- **Introduction a l'Urbanisme: l'Évolution des Villes: la Leçon de l'Antiquité*. Paris, 1929.
Recomendado. Na primeira terça parte, analisa os componentes sociais, econômicos e geográficos da planta da cidade; o restante é um estudo específico da cidade na civilização antiga, egípcia, mesopotâmica e greco-romana. A abordagem é orgânica e histórica.
- **Une Vie de Cité Paris: de sa Naissance à nos Jours*, 3 vols., texto, 1 vol., ilustrações. Paris, 1924-1931. Paris, vol. II, 1927.
Obra monumental, de primeira ordem.
- "Urban Development". TPR, julho de 1950.
Estudo breve mas significativo da dinâmica urbana.
- *Pöhlmann, Robert. *Die Uebervölkerung der Antiken Grosstädte: in Zusammenhang mit der Gesamtentwicklung städtischer Civilisation*. Leipzig, 1884.
Estudo do sobrecrescimento de metrópoles antigas, visto na perspectiva do congestionamento do século XIX.

- Polanyi, Karl, C. A. Avenberg, e H. W. Pearson (organizadores). *Trade and Market in the Early Empires*. Glencoe, Ill., 1957.
Admirável na sua tentativa de interpretar antigos sistemas econômicos sem superpor conceitos posteriores de comércio e preços. Mas confuso no seu esforço para identificar o sistema de mercado com a praça formal de mercado, e sujeito a discussão noutros pontos.
- Pope, Arthur Upham. "Persepolis as a Ritual City". *Archaeology*, vol. 10, nº 2, verão de 1957.
Importante na sua ênfase sobre o significado religioso da cidade, até a época de Dario.
- Powell, Lyman P. (organizador). *Historic Towns of New England*. Nova Iorque, 1898.
Historic Towns of the Middle States. Nova Iorque, 1899.
Historic Towns of the Southern States. Nova Iorque, 1900.
- Pratt, Edward Ewing. *Industrial Causes of Congestion of Population in New York City*. Nova Iorque, 1911.
- Preuss, Hugo. *Die Entwicklung des Deutschen Städtewesens*. Leipzig, vol. I, 1906.
Excelente.
- Preusser, Conrad. "Die Wohnhäuser in Assur". *Ausgrabungen der Deutschen Orient-Gesellschaft in Assur*. Berlin, nº VI, 1954.
- Princeton University Conference. *Urban Development and Urban Transportation*. Princeton, 1957.
- Pritchard, James B. *The Ancient Near East in Pictures*. Nova Iorque, 1954.
**Ancient Near Eastern Texts*. 2ª ed., Princeton, 1955.
Embora escolhidos pelas suas relações com o Velho Testamento, é o melhor grupo de traduções de documentos antigos de toda sorte para o inglês: uma mina de material importante, na qual gratamente me baseei. Belamente complementado pelo livro de fotografias.
- Pritchett, C. Herman. *The Tennessee Valley Authority: A Study in Public Administration*. Chapel Hill, N. C., 1943.
- *Purdom, C. B. *The Garden City: A Study in the Development of a Modern Town*. Londres, 1913.
Estudo pioneiro, por um dos mais capazes colegas de Howard.
The Building of Satellite Towns: A Contribution to the Study of Town Development and Regional Planning. Londres, 1925. Revisto, 1949.
Agudo e completo, ainda que por vezes de documentação caprichosa. (Ver Osborn.)

- Britain's Cities To-morrow*. Londres, 1942.
- How Should We Rebuild London?* Londres, 1945.
- (Organizador). *Town Theory and Practice*. Londres, 1921.
Simpósio por vários autores, incluindo capítulos importantes por Sir Raymond Unwin, antecipando seu Plano Regional de Londres.
- Quaroni, Ludovico. "Una Città Eterna - quattro lezioni da 27 secoli". *Urbanistica*, junho de 1959.
Interpretação credenciada do desenvolvimento de Roma.
- Quinn, Stuart Alfred, e Lewis Francis Thomas. *The City: A Study of Urbanism in the United States*. Nova Iorque, 1939.
- Radig, Werner. *Frühformen der Hausentwicklung in Deutschland*. Berlim, 1958.
Bom resumo crítico de obras anteriores sobre a moradia primitiva, e apresentação bem ilustrada de descobrimentos recentes.
- Raleigh, Walter. "Observations Concerning the Causes of the Magnificence and Opulency of Cities". In: *Works*, vol. II. Londres, 1751.
Não desprovido ainda de interesse.
- Rannells, John. *The Core of the City*. Nova Iorque, 1956.
Tentativa estatística de descobrir o ponto de convergência das atividades urbanas.
- Rapkin, Chester, e William C. Grigsby. *Residential Renewal in the Urban Core*. Filadélfia, 1960.
- Rappaport, Philipp. *Sitten und Siedlungen im Spiegel der Zeiten*. Stuttgart, 1952.
- Rasmussen, Steen Eiler. *London: The Unique City*. Nova Iorque, 1937.
Simpática interpretação da vida e das formas arquitetônicas da mais amável das grandes capitais.
- **Towns and Buildings*. Cambridge, Mass., 1951.
Belamente imaginado, profundamente percebido, encantadoramente ilustrado, por um arquiteto que é também, no sentido mais íntimo do termo, humanista.
- "The Dutch Contributions". TPR, outubro de 1953.
- "Neighborhood Planning". TPR, janeiro de 1957.
- Raval, Marcel. *Histoire de Paris*. Paris, 1948.
- Reclus, Elisée. "The Evolution of Cities". *Contemporary Review*, fevereiro de 1895.
- Redfield, Robert. *The Primitive World and its Transformations*. Ithaca, 1953.
Destacado.

- Reed, Henry Hope, e Christopher Tunnard. *American Skyline*. Nova Iorque, 1956.
O primeiro relato consecutivo do desenvolvimento da cidade norte-americana, particularmente estimulante e colorido em razão de se basear em fontes literárias até então inexploradas. Anti-histórico por aceitar as formas históricas imitativas como antídoto do desenho moderno rude e pouco imaginoso. Livro cujos defeitos, até certo ponto, superam suas excelências. (Ver Tunnard, Christopher.)
- Regional Survey of New York and Its Environs*, 8 vols. Nova Iorque, 1927-1931.
- Reichow, Hans Bernard. *Organische Stadtbaukunst*. Braunschweig, 1948.
- Die Autogerechte Stadt: ein Weg aus dem Verkehrs-Chaos*. Ravensburg, 1959.
A idéia de Radburn numa elaboração alemã.
- Reid, James S. *The Municipalities of the Roman Empire*. Cambridge, 1913.
Útil ainda.
- Reiss, Albert J., Jr., e Paul K. Hatt. *Cities and Society. The Revised Reader in Urban Sociology*. Glencoe, Ill., 1957.
- Renard, G. F., e G. Weulersse. *Life and Work in Modern Europe: Fifteenth to Eighteenth Centuries*. Londres, 1926.
Útil.
- Reps, John W., "Planning in the Wilderness: Detroit, 1805-1830". TPR, janeiro de 1955.
- "William Penn and the Planning of Philadelphia". TPR, abril de 1956.
- "Town Planning in Colonial Georgia". TPR, janeiro de 1960.
- "The Green Belt Concept". TCP, julho de 1960.
- Revesz-Alexander, Dra. Magda. *Die Alten Lagerhäuser Amsterdams: eine Kunstgeschichtliche Studie*. 1ª ed., Amsterdam, 1928, 2ª ed., Haia, 1954.
- Rey, Augustin. "The Healthy City of the Future". TPR, julho de 1915.
Principalmente sobre a orientação para o sol, por um dos pioneiros dessa tardia redescoberta de princípios conhecidos por Xenofonte e seus contemporâneos.
- Rey, Augustin, Justin Pidoux, e Charles Barde. *La Science des Plans des Villes*. Paris, 1928.
Completo: mas precisa ser reencunciado.
- Richards, J. W. "A Theoretical Basis for Physical Planning". AR, fevereiro-março de 1942.
- Casles on the Ground*. Londres, 1946.

- Richardson, Benjamin War. *Hygeia: A City of Health*. Londres, 1876.
Embora, no seu programa de hospitalização, Richardson ainda se ache à frente das comunidades de seu tempo, algumas de suas prescrições mais "avançadas" agora estão significativamente abaixo do padrão.
- Rider, Bertha Carr. *The Greek House: its history and development from the Neolithic period to the Hellenistic Age*. Cambridge, 1916.
Mais completo do que poderia sugerir a data da publicação.
- Riehl, Wilhelm Heinrich. *Culturstudien aus drei Jahrhunderten*. Stuttgart, 1859.
Ver os ensaios sobre *Das Landschaftliche Auge* e os *Augsburgen Studien*.
- Die Naturgeschichte des Volkes als Grundlage einer deutschen Social-Politik*. Vol. I: *Land und Leute*. Vol. II: *Die bürgerliche Gesellschaft*. Vol. III: *Die Familie*. Vol. IV: *Wanderbuch (als zweiter Theil zu Land und Leute)*. 6ª ed., Stuttgart, 1866-1882.
Obra importante, por um grande historiador cultural, da mesma ordem de De Sanctis, na Itália. Ver especialmente os capítulos sobre a cidade nos vols. I e IV, e sobre a casa, no vol. III.
- Riemer, Svend. *The Modern City*. Nova Iorque, 1952.
- Riesman, David. "The Suburban Dislocation". *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, novembro de 1957.
- The Lonely Crowd*. Nova Iorque, New Haven, 1950.
- Rivet Paul. *Maya Cities*. Nova Iorque, 1954.
- Roberts, Lewes. *The Treasure of Trafficke*. Londres, 1641.
- Robinson, Charles Mulford. *The Improvement of Towns and Cities*. Nova Iorque, 1901.
- Modern Civic Art, or The City Made Beautiful*. Nova Iorque, 1903.
Excelente livro, em seu tempo, e ainda válido para consulta.
- The Width and Arrangement of Streets: A Study in Town Planning*. Nova Iorque, 1911.
Estudos pioneiros, acompanhando Olmsted.
- Robson, William A. *The Government and Misgovernment of London*. Londres, 1939.
Penetrante.
- Robson, William A. (organizador). *Great Cities of the World: Their Government, Politics and Planning*. Nova Iorque, 1955.
- Rochette, M. Raoul. *Histoire critique de l'établissements des colonies Grecques*, 4 vols. Paris, 1815.
Tão bom em seu tempo que, aparentemente, desencorajou outras investigações.

- Rodgers, Cleveland, e Rebecca Rankin. *New York: The World's Capital City*. Nova Iorque, 1948.
- Rodwin, Lloyd. *The British New Towns Policy: Problems and Implications*. Cambridge, Mass., 1956.
Apreciação bem fundada, avaliando a política britânica de Cidades Novas, embora não inteiramente livre de preconceitos falsos quanto às intenções originais de Howard e de conclusões prematuras sobre o resultado final de tal política. (Ver o contra-ataque de F. J. Osborn em *Land Economics*, agosto de 1956.)
- Rogers, E. N., J. Tyrwhitt e J. L. Sert (organizadores). *The Heart of the City*. Nova Iorque, 1952.
- Romanelli, Pietro. *The Palatinate*. Roma, 1956.
- The Roman Forum*. Roma, 1959.
- Roper, Marion Wesley. *The City and the Primary Group*. Chicago, 1935.
- Rosenau, Helen. *The Ideal City*. Londres, 1959.
Excelente na intenção, desapontador na execução.
- Rosenstock, Eugen. *Werkstatt aus Siedlung: Untersuchungen Über den Lebenstraum des Industrie Arbeiters*. Berlim, 1922.
- Rostovtzeff, Michael I. *Out of the Past of Greece and Rome*. New Haven, 1932.
Ver os capítulos *A City Arisen e Caravan Cities*.
- The Social and Economic History of the Hellenistic World*, 3 vols. Oxford, 1941.
Pocas referências à cidade.
- Rostovtzeff, Michael I., e outros. *Urban Land Economics*. Ann Arbor, 1922.
Note-se em particular *Cities in the Ancient World*, de Rostovtzeff, e *Urban Land in the Middle Ages*, da dra. Mary Shine.
- Rouppel, Gaston. *La Ville et la Campagne au XVIIe Siècle*. Paris, 1922.
- Rouse, Clive. *Old Towns of England*. Londres, 1936.
- Roussel, Pierre. "Delos: Colonie Athénienne". *Bibliothèque Française d'Athènes et de Rome*. Paris, 1916.
- Rowntree, B. Seebohm. *Poverty: A Study of Town Life*. Nova Iorque, 1901.
- Poverty and Progress*. Londres, 1942.
Dois estudos de York, com uma geração de diferença. Significativos.
- Royal Institute of British Architects. *Transactions: the Town Planning Conference, London 10-15 October 1910*. Londres, 1911.
Conferência que marcou época, cujos trabalhos rivalizam com os de reuniões posteriores em Antuérpia e Berlim. (Ver Hegemann.)

- Ruskin, John. *The Stones of Venice*, 2 vols. Londres, 1851.
A interpretação social da arquitetura e a interpretação arquitetônica das sociedades — ambas têm ali seus começos essenciais, mas o esquecimento do todo cívico mostra as limitações características desse período.
- Russell, Josiah Cox. *Late Ancient and Medieval Population*. Filadélfia, 1958.
- Ryerman, D. (organizador). *Country Towns in a Future England*. Londres, 1944.
Parte de uma afirmação coletiva, por cidades rurais inglesas, de suas pretensões com relação às cidades maiores.
- *Saarinen, Eliel. *The City: Its Growth, its Decay, its Future*. Nova Iorque, 1943.
Percuciente apelo em favor da reorganização descentralizada dos grandes centros, por um eminente arquiteto e urbanista.
- Samonà, Giuseppe. *L'Urbanistica e l'Avvenire della Città*. Bari, 1959.
- Sanders, S. E., e A. J. Rabuck. *New City Patterns: The Analysis of and a Technique for Urban Reintegration*. Nova Iorque, 1946.
- *Sauer, Carl O. *Agricultural Origins and Dispersals*. Bowman Memorial Lectures, 2ª série, Nova Iorque, 1952.
Ampla observação e agudo raciocínio, reinterpretando todo o processo de domesticação e colonização humana. Destacada contribuição, pelo decano dos geógrafos americanos, com domínio de aspectos mais amplos, que o liga mais de perto a George Perkins Marsh.
- Savage, Wm. *The Making of Our Town*. Londres, 1952.
- Savoia, Umberto. "Turin, the 'Regular' Town". TPR, junho de 1927.
- Schaal, Hans. *Ostia: Der Welthafen Roms*. Bremen, 1957.
Bom.
- Schedel, Hartmann. *Das Buch der Chroniker. (The Nuremberg Chronicle)*. Nuremberg, 1493.
Ricamento ilustrado por gravuras em madeira de cidades, por Michael Wohlgemuth. A técnica é grosseira e dúbia a fidelidade: a mesma figura, por exemplo, é usada repetidas vezes para representar várias cidades.
- Schevill, Ferdinand. *History of Florence: From the Founding of the City through the Renaissance*. Nova Iorque, 1936.
- Schlesinger, Arthur Meier. *The Rise of City: 1878-1898*. Nova Iorque, 1933.
Interpretação válida da história norte-americana, com vistas para várias manifestações urbanas, mas sem apreender a cidade como entidade. (Ver Bridenbaugh.)

- Schmokel, Hartmut. *Ur, Assur und Babylon: Drei Jahrtausende im Zwei-stromland*. Stuttgart, 1955.
Estudo histórico com vislumbres ocasionais da cidade. (Ver Contenau.)
- Schmoller, G. "Deutsches Städtewesen in Alterer Zeit". *Bonner Staatswissenschaftliche Untersuchungen*, heft 5. Bonn, 1922.
- Schneider, Arthur. "Stadtumfänge in Altertum". *Geog. Zeitschrift*, 1, 1895.
- Schultz, Alwin. *Das hausliche Leben der Europäischen Kulturvolker vom Mittelalter bis zur zweiten Hälfte des XVIII Jahrhunderts*. Munique, 1903.
- *Schultze-Naumburg, Paul. *Kulturarbeiten*. Vol. 1: *Hausbau*. Vol. 2: *Garten*. Vol. 3: *Dorfer und Kolonien*. Vol. 4: *Städtebau*. Vol. 5: *Kleinbürgerhäuser*.
Die Gestaltung der Landschaft durch den Menschen: Vol. 7, parte 1: *Wege und Strassen*, parte 2: *Die Pflanzenwelt und ihre Bedeutung im Landschaftsbilde*. Vol. 8, parte 3: *Der Geologische Aufbau der Landschaft und die Neutzubarmachung der Mineralien*, parte 4: *Die Wasserwirtschaft*. Vol. 9, parte 5: *Industrie*, parte 6: *Siedelungen*. Munique, 1916.
Obra de importância fundamental sobre a transformação engenhosa e ordenada do ambiente, pelo homem. Um dos monumentos originais da sua geração.
- Schumacher, Fritz. *Darstellungen des Soziologischen Zustandes im Hamburgisch-Preussischen Landesplanungsgebiet*. Hamburgo, 1931.
Wesen und Organisation der Landesplanung im Hamburgisch-Preussischen Planungsgebiet. Hamburgo, 1932.
Depois de uma série de relatórios sobre planejamento da terra, na área de Hamburgo, pelo mais destacado arquiteto-urbanista de sua geração na Alemanha.
- Das Werden einer Wohnstadt: Bilder vom neuen Hamburg*. Hamburgo, 1932.
- Schwann, Bruno. *Town Planning and Housing Throughout the World*. Berlin, 1935.
Simpósio internacional. (Ver Hegemann, onde se acha um mais antigo e melhor.)
- Scott, Mel. *The San Francisco Bay Area: A Metropolis in Perspective*. Berkeley, 1959.
Estudo bem fundamentado, digno de ampla imitação noutras áreas urbanas.
- Scott, Relatório. *Report of Committee on Land Utilization, in Rural Areas*. H. M. Stationery Office. Londres, 1942.
Dedicado principalmente a salvaguardar os interesses da agricultura e do campo, na aplicação da política de dispersão industrial do Relatório Barlow.
- Scotto, Francesco. *Itinerario d'Italia: ove si Descrivono Tutte le Principali Città d'Italia*. Roma, 1747.

- Seidensticker, Wilhelm. *Umbau der Städte*. Essen, 1959.
- Self, Peter. *Cities in Flood: The Problems of Urban Growth*. Londres, 1957. Apresentação inteligente e bem fundamentada desse assunto complexo.
- Sert, José Luis. *Can Our Cities Survive? An ABC of Urban Problems*. Cambridge, Mass., 1942. Desenvolvimento de um estudo em colaboração feito pelo Congresso Internacional de Arquitetos Modernos (C.I.A.M.), prejudicado pelas limitações originais do programa, que restringiu as funções da cidade a habitação, transportes, recreação e negócios.
- "The Human Scale in City Planning". *The New Architecture and City Planning* (Paul Zucker, organizador). Nova Iorque, 1944.
- Sestieri, Pellegrino Claudio. *Paestum*. Roma, 1958.
- Shambaugh, Bertha. *Amana that was and Amana that is*. Iowa City, 1927. Descrição da mais bem-sucedida das comunidades utópicas, notável pelo plano cívico e pelo regional. Requer-se urgentemente um estudo mais amplo, enquanto ainda são acessíveis as provas. Deixar de lado essa extraordinária experiência é algo censurável aos estudiosos.
- Sharon, Arieh. "Planning in Israel". TPR, abril de 1952.
- "Collective Settlements in Israel". TPR, janeiro de 1955.
- Sharp, Thomas. *Town and Countryside: Some Aspects of Urban and Rural Development*. Nova Iorque, 1933. Livro de argumentos vigorosos sobre os princípios de planejamento urbano e rural, por um competente urbanista, um tanto prejudicado por um disposição perversa contra a cidade-jardim, que iguala ao mau planejamento aberto suburbano.
- Town Planning*. Harmondsworth, 1940.
- Cathedral City: A Plan for Durham*. Londres, 1945.
- Exeter Phoenix: A Plan for Rebuilding*. Londres, 1946. Os dois estudos são admiráveis na forma, bem como no conteúdo: embora acentuem os lados físico e estético do planejamento, não passam por cima dos elementos sociais e políticos.
- Shillabar, Caroline. "Edward I: Builder of Towns". *Speculum*, nº 3, 1947.
- Siedler, Ed. Jobst. *Markischer Städtebau im Mittelalter: Beiträge zur Geschichte der Entstehung, Planung und Baulichen Entwicklung der markischen Städte*. Berlim, 1914. Obra completa sobre as cidades de colonização alemã.

- Sieffert, P. Archangelus. *Altdorf: Geschichte von Abtei und Dorf*. Estrasburgo, 1950. Embora essa comunidade monástica jamais se tenha transformado em cidade, sua história ilustra um processo levado mais além noutros lugares. O estudioso que o acompanhar prestará um serviço à história urbana.
- Sigerist, Henry E. *Landmarks in the History of Hygiene*. Nova Iorque, 1956.
- Simmel, Georg. "The Great City and Cultural Life". *Die Grosstadt*. Dresden, 1903.
- Simon, Ernest (Lord Simon of Wythenshawe). *The Re-Building of Manchester*. Nova Iorque, 1935. Pelo experiente industrial que planejou uma parte importante da reconstrução de Manchester.
- Simon, John. *Reports relating to the Sanitary Condition of the City of London*. Londres, 1854. Importante documentação.
- Sinclair, Robert. *Metropolitan Man: The Future of the English*. Londres, 1937.
- Singer, Charles, E. J. Holmyard, e A. R. Hall (organizadores). *A History of Technology*. Vol. I: *From Early Times to Fall of Ancient Empires*. Vol. III: *The Mediterranean Civilizations and the Middle Ages*. Oxford, 1954. Muito material útil, nesses volumes, senão nos três restantes.
- Sisi, Enrico. *L'Urbanistica negli studi di Leonardo da Vinci*. Florença, 1953. Reunião das ressequidas anotações de Leonardo, até agora disponíveis apenas em referências dispersas nos Cadernos.
- Sismondi, Jean C. L. *History of the Italian Republics in the Middle Ages*. Refundido e complementado por William Boulting. Londres, 1895. Publicado pela primeira vez, em 16 vols., em 1815.
- *Sitte, Camillo. *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*. Viena, 1899. 5ª ed., 1922. Trad. abreviada, Nova Iorque, 1935. Análise da cidade, do ponto de vista estético e social; a primeira avaliação real do método de traçado na cidade medieval, particularmente nas praças, com sua disposição freqüentemente assimétrica.
- Sjoberg, Gideon. *The Preindustrial City: Past and Present*. Glencoe, Ill., 1960.
- Sly, John Fairfield. *Town Government in Massachusetts, 1620-1630*. Cambridge, 1930.
- Smailes, A. E. *The Geography of Towns*. Londres, 1953. Introdução admirável. (Ver também Griffith, Taylor, Dickinson e Hassert.)

Smith, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. 2 vols. Londres, 1776.

Os capítulos I e III do Livro III mostram que Smith tinha uma compreensão fundamental da economia política em seu sentido mais completo, inclusive a economia das cidades e obras públicas. O abandono dessa opinião por economistas posteriores foi sintomático. Todavia, Marshall, e ainda mais Bücher, Sombart e N. S. B. Gras ajudaram a restabelecer a cidade.

Smith, E. Baldwin. *Architectural Symbolism of Imperial Rome and the Middle Ages*. Princeton, 1956.

Smith, Robert. "Colonial Towns of Spanish and Portuguese America". *JSAH*, dezembro de 1955.

Smith, Wilfred. "Industry and the Countryside". *TPR*, outubro de 1954.

Snow, W. Brewster (organizador). *The Highway and the Landscape*. New Brunswick, N. J., 1959.

Société Jean Bodin. La. *La Ville*. Première partie: *Institutions administratives et judiciaires*. Bruxelas, 1954. Deuxième partie: *Institutions économiques et sociales*. Bruxelas, 1955.

Esses trabalhos, de diversos estudiosos, cobrem um amplo campo histórico e geográfico.

Sombart, Werner. *Der Moderne Kapitalismus*, 4 vols. Munique, 1902-1927.

Ver *Ursprung und Wesen der Modernen Stadt*, vol. II, 2ª parte, onde se acha sua teoria da cidade; também o capítulo 25, vol. III (primeira metade), para a relação dos movimentos de população e construção de cidades. Sombart, como Bücher, Schmoller e Max Weber, tem muito a dizer sobre a cidade; e sua idéia da cidade, como precipuamente um grupo de consumidores, é lógica e historicamente correta — em oposição à ênfase costumeira no mercado e na função da troca, como primários.

"Der Begriff der Stadt und das Wesen der Städtebildung". *Brauns Archiv*, vol. 4, 1907.

Krieg und Kapitalismus. Munique, 1913.

Luxus und Kapitalismus. Munique, 1913.

Ambos lançam muita luz sobre a cidade barroca.

Soria y Mata, Arturo. *La Ciudad Lineal*. Madri, 1931.

Sugerido já em 1882. (Para um relato completo, ver Collins, George.)

*Sorre, Max. *Les Fondements de la Géographie Humaine*. Vol. I: *Les Fondements Biologiques*. Vol. II: *Les Fondements Techniques*. Vol. III: *L'Habitat*. Paris, 1950-1952.

Admirável em todos os aspectos da geografia humana.

Speed, John. *England, Wales, Scotland and Ireland*. Londres, 1627.

Speiser, Ephraim Avigdor. "The Beginning of Civilization in Mesopotamia". *The Beginning of Civilization in the Orient*. Simpósio da American Oriental Society. Baltimore, 1939.

(Ver também suas traduções em Pritchard.)

Spengler, Oswald. *The Decline of the West*. Munique, 1920. Trad., 2 vols., Nova Iorque, 1928.

Importante por acentuar o papel da cidade como fator formativo na cultura.

Spielvogel, Samuel. *A Selected Bibliography in City and Regional Planning*. Washington, 1951.

Útil ainda, particularmente nas áreas omitidas ou mal representadas nas presentes notas.

Staley, Eugene. *World Economy in Transition*. Nova Iorque, 1938.

Stamp, L. Dudley. *Man and Land*. Londres, 1955.

Stanislavski, D. "The Origin and Spread of the Grid Pattern Towns". *Geographical Review*, 1946.

"Early Spanish Town Planning in the New World". *Geographical Review*, 1947.

Starkey, Thomas. *England in the Reign of Henry VIII: A Dialogue between Cardinal Pole and Thomas Lupset*. Escrito entre 1536-38. Londres, 1878.

*Stein, Clarence S. *New Towns for America*. Nova Iorque, 1951.

Estudo crítico e autocrítico da série de experiências de habitação e urbanização em que Stein desempenhou um papel de proa, de Sunnyside Gardens a Radburn, do Greenbelt à Baldwin Hills Village. Indispensável para o estudioso sério. (Ver Wright, Henry.)

"Stockholm Builds a New Town". *Planning*, 1952.

Stephenson, Carl. *Borough and Town: A Study of Urban Origins in England*. Cambridge, Mass., 1933.

Estudo completo, com a devida referência ao crescimento da cidade medieval no continente; mas, infelizmente, demasiado influenciado por Pirenne.

Stephenson, Flora e Gordon. *Community Centres*. Londres, 1946.

Stephenson, Gordon. "Town Planning, Contemporary Problem of Civic Design". *TPR*, julho de 1949.

"Design in Its Relation to Economic Factors". *TPR*, janeiro de 1953.

"The Wrexham Experiment". *TPR*, janeiro de 1954.

Stephenson, Gordon, e outros. "The Planning of Residential Areas". *JRIBA*, fevereiro de 1946.

- Stewart, Cecil. "Naarden — Stellar City". JIPI, abril de 1953.
Estudo de um dos traçados de fortificação barroca mais perfeitos, uma verdadeira cidade flutuante. Ver ilustr. 49.
- Stöckli, Arnold. *Die Stadt: Ihr Wesen und Ihre Problematik: eine Soziologische und Städtebauliche Betrachtung*. Colônia, 1954.
- Stokes, I. N. P. *Iconography of Manhattan*, 6 vols. Nova Iorque, 1915-1928.
Livro fonte inestimável, infelizmente produzido em edição apenas limitada.
- *Stow, John. *A Survey of London: Conteyning the Original, Antiquity, Increase, Modern Estate, and Description of That City, etc.* 1ª ed., Londres, 1528. 2ª ed., 1603. (Reimpresso na Everyman Series.) 6ª ed., revista e organizada por John Strype, 2 vols. Londres, 1754-1755.
Um dos clássicos da historiografia urbana.
- Sullenger, T. Earl. *Sociology of Urbanization: A Study in Urban Society*. Ann Arbor, 1956.
- Tait, James. *Mediaeval Manchester and the Beginnings of Lancashire*. Manchester, 1904.
The Mediaeval English Borough: Studies on Its Origins and Constitutional History. Manchester, 1936.
- Tanzer, Helen H. "The Common People of Pompeii: A Study of the Graffiti". *The Johns Hopkins University Studies in Archaeology*, nº 29. Baltimore, 1939.
Dos dísticos, notas e rabiscos ao acaso deixados em abundância nas paredes da cidade destruída, a autora forma um quadro da vida diária dessa cidade provinciana, que em parte compensa a falta de outros tipos de referências literárias à vida provinciana de Roma.
- Tappan, Henry P. *The Growth of Cities*. Nova Iorque, 1855.
- Tarn, W. W. *Hellenistic Civilisation*. Londres, 1927. 3ª ed. revista, com G. T. Griffith, 1952.
Contém todo um capítulo sobre as cidades gregas desse período, mais um bom exame da Monarquia, Cidade e Liga. Admirável. (Mas ver também, para uma luz especial sobre o papel dos reis, Jones, A. H. M.)
- Taylor, E. A. *The Relation of Open Country Population to Villages and Cities*. Ithaca, 1934.
- Taylor, Graham Romeyn. *Satellite Cities: A Study of Industrial Suburbs*. Nova Iorque, 1915.
Antigo estudo da descentralização interna da metrópole pela construção de uma orla industrial para as indústrias pesadas. Prova que as tendências hoje tão palpáveis de fato há muito vêm operando.

- Taylor, Griffith. "Environment, Village and City: A Genetic Approach to Urban Geography; with some Reference to Possibilism". *Annals of the Association of American Geographers*, março de 1942.
Urban Geography: A Study of Site, Evolution, Pattern and Classification in Villages, Towns and Cities. Londres, 1949.
- Taylor, William Cooke. *Notes on a Tour in the Manufacturing Districts of Lancashire in a Series of Letters to His Grace the Archbishop of Dublin*. Londres, 1842.
Factories and Factory System: From Parliamentary Documents and Personal Examination. Londres, 1844.
- Terpenning, Walter A. *Village and Open Country Neighborhoods*. Nova Iorque, 1931.
Estudo pioneiro que ainda tem de ser seguido e aumentado.
- Thackrah, Charles Turner. *The Effects of the Principal Arts, Trades, and Professions, and of Civic States and Habits of Living, on Health and Longevity with a Particular Reference to the Trades and Manufactures of Leeds*. Londres, 1831.
Útil pelas observações marginais sobre a Cidade Industrial.
- Thomas, James Henry. *Town Government in the Sixteenth Century*. Londres, 1933.
- *Thomas, William L., Jr. (organizador). *Man's Role in Changing the Face of the Earth*. Chicago, 1956.
Esse livro é o repositório completo de um memorável simpósio, dedicado em espírito a George Perkins Marsh e presidido por seu eminente sucessor Carl Sauer. Ver especialmente os seguintes artigos:
Brown, Harrison. *Technological Denudation*.
Glikson, Artur. *Recreational Land Use*.
Harris, Chauncey D. *The Pressure of Residential-Industrial Land Use*.
Klim, Lester E. *Man's Ports and Channels*.
Landsberg, H. E. *The Climate of Towns*.
Mumford, Lewis. *Natural History of Urbanization*.
Sauer, Carl O. *The Agency of Man on Earth*.
Thompson, Warren A. *The Spiral of Population*.
- Thompson, Homer A. "Stoa of Attalos". *Archaeology*, outono de 1949.
Minucioso exame da contribuição de Pérgamo à Atenas Helenística.
- "The Agora at Athens and the Greek Market Place". *JSAH*, dezembro de 1954.

Thompson, J. Eric S. *The Rise and Fall of Maya Civilization*. Norman, Okla., 1954.

Suplementa Morley; não é, porém, tão completo no seu tratamento da cidade. (Ver Rivet.)

Thomson, Robert Ellis. *The History of the Dwelling House and Its Future*. Filadélfia, 1914.

Uma tentativa inicial baseada em dados insuficientes: o assunto ainda espera seu mestre.

Thornbury, Walter. *Old and New London: A Narrative of Its History, its People, and its Places*, 6 vols. Londres e Nova Iorque [s. d.].

Pelo que se pode deduzir do contexto, o último capítulo foi escrito em 1878. Sua proximidade de alguns dos materiais às vezes compensa sua falta de cuidado no estudo.

Thorndike, Edward L. *Your City*. Nova Iorque, 1939.

Sugestiva tentativa para aplicar uma escala de valores aos feitos comparados das cidades dos Estados Unidos.

Thorndike, Lynn. *Sanitation, Baths, and Street-cleaning in the Middle Ages and Renaissance*. Transcrito de *Speculum*. Cambridge, Mass., 1928.

Importante julgamento crítico que deveria apagar a ignorância e a má interpretação, num campo onde as populares investigações americanas, ainda agora, permanecem deficientes.

Tomkinson, Donald. "The Marseilles Experiment". TPR, outubro de 1953.

"The Landscape City". JTPI, maio de 1959.

Tout, Thomas Frederick. *The Collected Papers of Thomas F. Tout: with a Memoir and Bibliography*. Manchester, 1934.

Ver especialmente os capítulos sobre Urbanismo Medieval e sobre a origem da burocracia inglesa. Embora o levantamento das novas cidades e bastilhas feito por Tout abrisse um campo novo, sua contribuição é enfaquecida pelo fato de ser muito restrita a idéia que fazia do que vinha a ser uma planta.

Toutain, J. *Les Cités Romaines de La Tunisie: Essai sur l'histoire de la colonisation romaine dans l'Afrique du Nord*. Paris, 1896.

Admirável.

Town and Country Planning Association (posteriormente, Garden City Association). *Evidence to Barlow Royal Commission*. Londres, 1938.

Relaciona a tese da Cidade-Jardim a uma política de planejamento nacional. Influenciou as verificações da Comissão.

Town Planning Institute. *Report on Planning in the London Region*. Londres, 1956.

Breve mas abrangente.

Town Planning Review, The. Liverpool, desde 1911.
Inestimável.

Toy, Sidney. *A History of Fortification: from 3000 BC to AD 1700*. Londres, 1955.

Sugestivo, mas incompleto; haja vista a omissão de Vauban, o homem que consumou e solapou a arte.

Toynbee, Arnold Joseph. *A Study of History*, 10 vols. Londres, 1934.

Bom na sua análise do ambiente geral; mas, até agora, inadequado porque deixa de reconhecer a importância crítica da cidade e do mosteiro no desenvolvimento tanto das formas institucionais quanto da personalidade. (Ver Spengler.)

Tucker, T. G. *Life in Ancient Athens*. Nova Iorque, 1906.

Elementar mas útil ainda.

Tunnard, Christopher. *The City of Man*. Nova Iorque, 1953.

Muito material novo sobre a cidade e seu planejamento durante os últimos séculos, muitas vezes brilhantemente apresentado. Apropriadamente crítico do preconceito antiestético de muito do que passa por urbanismo e arquitetura moderna hoje: entretanto, com uma tendência para tolerar caritativamente as enfermidades de um ecletismo nostálgico, que foge ao inescapável desafio do nosso tempo, em busca de continuidade e ordem racional. Embora os caprichos de juízo tornem este livro estimulante, talvez não seja muito seguro colocá-lo nas mãos dos não orientados. Ainda assim, suas excelências ultrapassam suficientemente seus defeitos. (Ver Reed, H. H.)

Tyrwhitt, Jacqueline (organizadora). *Patrick Geddes in India*. Londres, 1947.
Seleção admirável.

"Size and Spacing of Urban Communities". JAIP, verão de 1949.

*Unger, Eckhard. "Das Stadtbild von Assur". *Der Alte Orient*, vol. 27, nº 3.
Descrição do traçado e conteúdo da cidade de Assur, baseado em escavações e no texto de uma descrição da cidade do século VII a. C. Esta combinação de provas é a um tempo, rara e importante. (Ver Heródoto.)

United States Public Health Service. *Air Pollution in Donora, Pa.* Public Health Bulletin 306. Washington, 1949.

United States Resettlement Administration. *Greenbelt Towns: A Demonstration in Suburban Planning*. Washington, 1936.

Unwin, Raymond. "High Building in Relation to Town Planning". JAIA, março de 1924.

Trabalho clássico.

Nothing Gained by Overcrowding. Londres, [s. d.], aprox. 1903.

Outro clássico, que lançou as bases para as plantas abertas das propriedades habitacionais britânicas, depois de 1920. Ainda mais significativamente, demonstrou o sacrifício inútil do espaço de recreação em favor de ruas e estradas, na maior parte do urbanismo da época, e assim abriu o caminho parcialmente usado por ele no subúrbio de Hampstead Garden e mais tarde por Wright e Stein em Radburn.

- The Housing Problem: "How Planned Distribution May Prevent Crowding".
Journal of the Royal Sanitary Institute, nº 10, 1936.
- Town Planning in Practice: An Introduction to the Art of Designing Cities and Suburbs*. 1ª ed., Londres, 1909. Reeditado, 1932.
Surgindo depois de Olmsted, Unwin foi (com seu sócio, Barry Parker), o principal urbanista de sua geração. Este livro é um compêndio de seus antecedentes e experiências: todavia, as contribuições mais efetivas de Unwin deram-se em termos de planejamento aberto. É extremamente necessária uma avaliação generosa de sua vida e obra.
- Urban Redevelopment: The Pattern and the Background*. Documento lido para o Town Planning Institute, 12 de julho de 1935.
- Urbanisme et Habitation*, número especial, julho-dezembro de 1953.
Sobre Haussmann e seu urbanismo.
- Urbanistica: Revista Trimestrale dell'Istituto Nazionale di Urbanistica*. Turim, a partir de 1930.
No curso dos anos, essa revista tem publicado uma série de monografias importantes, com belas ilustrações, mapas e plantas, tratando do desenvolvimento de cidades, principal mas não exclusivamente italianas. Recomendada.
- Uthwatt, Relatório. *Report of Expert Committee on Compensation and Betterment*. H. M. Stationery Office. Londres, 1942.
Magistral análise do problema de aumentos e reduções dos valores de terrenos, implicados no planejamento disperso e nas mudanças de população.
- Vance, Rupert B., e Nicholas J. Demerath (Organizadores). *The Urban South*. Chapel Hill, N. C., 1954.
- Vandier, J. *D'Archéologie Egyptienne*. Paris, 1955.
- Van Traa, Ir. C. (organizador). *Rotterdam: de geschiedenis van tien jaren weder opbouw*. Rotterdam, 1955.
A reconstrução de Rotterdam.
- Vernon, Raymond. *Metropolis: 1985*. Nova Iorque, 1960.
Volume sumário de uma série de minuciosos estudos da Nova Iorque metropolitana. Ver, para comparação, o *Regional Survey of New York*, de Thomas Adams e seus associados.
- Vidal de la Blache, Paul Marie Joseph. *Principles of Human Geography*. Trad., Nova Iorque, 1926.
- Vie Urbaine, La*. Periódico, desde 1919.
Originariamente publicado pelo Institut d'Histoire, de Géographie, et d'Économie Urbaine de la Ville de Paris. Depois de 1923, pelo Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris.
- Vigman, Fred K. *The Crisis of Cities*. Washington, 1955.

- Villes d'art Célèbres, Les*. 76 vols. Paris, 1906-1936
Útil sobretudo pela documentação pictórica. (Ver também Hurlimann.)
- Violich, Francis. *Cities of Latin America: Housing and Planning to the South*. Nova Iorque, 1944.
Reconhecimento de pioneiro.
- Visser, Elizabeth. *Polis en Stad*. Amsterdam, 1947.
- Voelcker, N. (organizador). *Die Stadt Goethes: Frankfurt am Main im XVIII Jahrhundert*. Frankfurt-am-Main, 1932.
- Voigt, A. H., e P. Goldner. *Kleinhaus und Mietskaserne*. Berlin, 1905.
Defesa da especulação imobiliária e da construção especulativa. Eberstadt chama-lhe "catecismo para os especuladores".
- Volckers Otto. *Dorf und Stadt: Eine deutsche Fabel*. Leipzig, 1944.
Demonstra a íntima relação entre aldeia e cidade, em modelo e projeto, na Europa central.
- Wade, Richard C. *The Urban Frontier: The Rise of Western Cities 1790-1830*. Cambridge, Mass., 1960.
- Wagner, Martin. *Wirtschaftlicher Staedtebau*. Stuttgart, 1951.
Wagner, outrora urbanista de Berlin, possui, a um tempo, competência técnica e compreensão teórica.
- Wagner, Otto. *Die Grosstadt: eine Studie*. Viena, 1911.
- Wales, H. G. Quaritch. *The Mountain of God: A Study in Early Religion and Kingship*. Londres, 1953.
- Walker, Robert A. *The Planning Function in Urban Government*. Chicago, 1941.
- Warner, W. L., e Paul S. Lunt. *The Social Life of a Modern Community*. New Haven, 1941.
- Wattjes, J. H., e P. A. Warners. *Amsterdam: vier eeuwen bouwkunst*. Amsterdam, 1956.
Sinopse em inglês. Levantamento de quatro séculos de arquitetura que, infelizmente, pára no século XIX.
- Webb, Sidney e Beatrice. *The Manor and the Borough*. Partes 1 e 2. Nova Iorque, 1908.
- English Local Government from the Revolution to the Municipal Corporation Act. The Story of the King's Highway*. Nova Iorque, 1913.

- *Webber, Adna Ferrin. *The Growth of Cities in the Nineteenth Century: A Study in Statistics*. Nova Iorque, 1899.
Obra clássica pioneira: mas todo o assunto requer reestudo cuidadoso.
- Weber, Adolf. *Die Grosstadt: und ihre Sozialen Probleme*. Leipzig, 1908.
- Weber, Alfred. *Theory of the Location of Industries*. Chicago, 1929.
Tentativa para fixar a distribuição teórica em termos do custo dos transportes e do trabalho, operando em caráter regional, e dos fatores aglomeradores dentro da indústria. (Ver, porém, a obra posterior de Florence, P. Sargant.)
- Weber, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft*, 2 vols. 2ª ed., Tübingen, 1925.
A segunda parte do vol. I contém um capítulo sobre a cidade.
- The City*. Trad., Glencoe, Ill., 1958.
Excelente para a época (1921), porém já impróprio como teoria geral da cidade. Ver Sjobert, Gideon
- Weeden, William B. *Economic and Social History of New England, 1620-1789*, 2 vols. Boston, 1890.
Extraordinariamente bom, mesmo agora.
- Wehrwein, George S., e Richard T. Ely. *Land Economics*. Nova Iorque, 1940.
- *Wells, Herbert George. *Anticipations of the Reaction of Mechanical and Scientific Progress upon Human Life and Thought*. Londres, 1902.
Os capítulos sobre locomoção e a difusão provável das grandes cidades são marcos da profecia social.
- A Modern Utopia*. Londres, 1905.
- Tono-Bungay*. Londres, 1909.
- New Machiavelli*. Londres, 1911.
Descrições dignas de nota, de Londres, neste e em *Tono-Bungay*.
- West Midland Group. *Comurbation: A Planning Survey of Birmingham and the Black Country*. Londres, 1948.
- Westergaard, John. "Journeys to Work in the London Region". TPR, abril de 1957.
Importante por revelar muitos fatores desprezados no estudo de Kate Liepmann.
- Wetzel, Friedrich. *Die Stadtmauern von Babylon*. Leipzig, 1930.
Ver o artigo incluso, de Eckhard Unger, *Zur Topographie Babylon nach der Keilschriftlichen Ueberlieferung*.
- *Wheeler, Mortimer. "The Indus Civilization". *Cambridge History of India*. Cambridge, 1953.
Excelente sumário do conhecimento atual, pelo competente ex-diretor geral de arqueologia na Índia.

- Wheeler, William Morton. *The Social Insects and Their Origin and Evolution*. Nova Iorque, 1928.
- Emergent Evolution and the Development of Societies*. Nova Iorque, 1928.
Breve mas importante discussão da doutrina da emergência, aplicada às sociedades.
- Whitaker, Charles Harris. *From Rameses to Rockefeller*. Nova Iorque, 1934.
Interpretação social da arquitetura por um crítico percuciente cuja obra como redator do *Journal of the American Institute of Architects* coloca em novas bases o movimento de habitação e planejamento da comunidade, nos Estados Unidos.
- White, Richard W. *A Study of The Relationship between Mental Health and Residential Environment*. Cambridge, Mass., 1957.
- White, William H., Jr. *The Exploding Metropolis*. Nova Iorque, 1958.
Defende a causa da cidade, como ponto de encontro, contra o Subúrbio e a arrematamento em edifícios elevados.
- Wibberley, G. P. *Agriculture and Urban Growth: A Study of the Competition for Rural Land*. Londres, 1959.
- Wiener, Norbert. *The Human Use of Human Beings*. 1ª ed., Nova Iorque, 1950. Revista, 1954.
Importante no que diz respeito à cidade como centro de comunicações.
- Wiese, Leopold von. "Ländliche Siedlungen". *Handwörterbuch der Soziologie*. Stuttgart, 1931.
- Willey, Gordon R. (organizador). *Prehistoric Settlement Patterns in the New World*. Viking Fund Publications in Anthropology, Nova Iorque, nº 23. 1956.
Estudos de muitas autoridades, das quais não é menor o organizador, num campo até agora esquecido pelos antropólogos.
- Williams, James M. *An American Town*. Nova Iorque, 1906.
Estudo pioneiro. (Ver Lynd, Robert.)
- Williams-Ellis, Clough. *England and the Octopus*. Londres, 1928.
Ataque viril aos destruidores da paisagem.
- Wilson, John A. *The Burden of Egypt: An Interpretation of Ancient Egyptian Culture*. Chicago, 1951.
Ênfase na mobilidade e adaptação, corrigindo a idéia, outrora corrente, de uma cultura rígida e interrompida.
- Wirth, Louis. *Community Life and Social Policy: Selected Papers*. Chicago, 1956.
Inclui suas notáveis discussões de Localismo, Regionalismo e Centralização. A Região Metropolitana como Unidade de Planejamento, e Urbanismo como Modo de Vida. Um dos melhores produtos da escola de sociologia de Chicago, mas com um claro preconceito a favor da cidade grande.

Wittfogel, Karl A. *Oriental Despotism: A Comparative Study of Total Power*. New Haven, 1957.

Os primeiros capítulos, sobre a relação entre a civilização hidráulica e o crescimento do poder concentrado do Estado, têm importância para a interpretação da ascensão da cidade.

Wolf, Gustav. *Die Schöne Deutsche Stadt*. Vol. I: *Mitteldeutsch*. Munique, 1911. Vol. II: *Süddeutsch*. Munique, 1912. Vol. III: *Norddeutsch*. Munique, 1913.

Wood, Edith Elmer. *The Housing of the Unskilled Wage Earner*. Nova Iorque, 1919.

Slums and Blighted Areas in the United States. Washington, 1936.

Introduction to Housing: Facts and Principles. Washington, 1940.

Sucinto sumário, por uma trabalhadora zelosa em favor da moradia melhor. (Ver Bauer, Catherine.)

Wood, Robert C. *Suburbia: Its People and Their Politics*. Boston, 1959.

Novo estudo do subúrbio como personificação moderna da pequena comunidade; mas ambivalente nos seus valores e singularmente contraditório de si mesmo nas conclusões.

Woolley, Leonard (Sir). *Excavations at Ur: A Record of Twelve Year's Work*. Londres, 1954.

Ampliação e revisão dos descobrimentos publicados pela primeira vez em *Ur of the Chaldees*. (Ver também as interpretações mais generalizadas, de Childe e Frankfort.)

Alalakh: An Account of the Excavations at Tell Atchana in the Hatay, 1937-1949. Oxford, 1955.

"The Urbanization of Society". *Journal of World History*, vol. IV, nº 1, 1957.

Cobre todo o campo da Antiguidade, inclusive a Índia e a China. Mas ver também Childe, Frankfort e Wheeler, sobre o mesmo tema. Sobre a existência de antigas cidades no Egito, Woolley fica ao lado de Wilson, contra Fairman e este autor.

Woolston, Howard. "The Urban Habit of Mind". *American Journal of Sociology*, março de 1912.

Metropolis: A Study of Urban Communities. Nova Iorque, 1938.

Wright, Frank Lloyd. *The Disappearing City*. Nova Iorque, 1932.

Breve exposição de um possível tipo de organização urbana, no qual a agricultura seria a ocupação fundamental e o acre, a área mínima ocupada por uma família. Clara antecipação (romanticamente racionalizada) da população exurbana de hoje.

Frank Lloyd Wright on Architecture: *Selected Writings 1894-1940*. Organização e introdução de Frederick Gutheim. Nova Iorque, 1941.

The Living City. Nova Iorque, 1958.

*Wright, Henry. *Report of the Commission of Housing and Regional Planning for the State of New York*. Albany, 1926.

Estudo americano pioneiro sobre os antecedentes regionais do desenvolvimento urbano. (Mas ver também os clássicos relatórios de Abercrombie sobre Doncaster e o Deeside.)

Re-Housing Urban America. Nova Iorque, 1934.

Estudo antigo por um dos mais competentes urbanistas de sua geração. (Ver Stein, *New Towns for America*.)

Wright, Henry Myles. "The Motor Vehicle and Civic Design". JRIWA, janeiro de 1957.

Wright, Lawrence. *Clean and Decent: The Fascinating History of the Bathroom and the Water Closet*. Londres, 1960.

Comentários mais profundos que o título: um primeiro jato, eficiente.

*Wycherley, R. E. *How the Greeks Built Cities*. Londres, 1949.

Até agora, a melhor obra em inglês. Acentua os componentes da cidade grega, fortificações, muros, ginásios, *stoa*, etc., tornando-se complemento indispensável de Lavedan, que esquece alguns desses elementos. (Ver, porém, Martin, Roland.)

*"Hellenic Cities". TPR, julho de 1951.

Sumário das descobertas expressas mais extensamente em *How the Greeks Built Cities*.

"Hellenistic Cities". TPR, outubro de 1951.

Útil. (Ver, porém, Martin, Roland, e Tarn, W. W.)

Wymer, Norman. *English Town Crafts: A Survey of Their Development from Early Times to the Present Day*. Londres, 1949.

Yadin, Yigael. "The Earliest Record of Egypt's Military Penetration into Asia. Some Aspects of the Narmer Palette". *Israel Exploration Journal*. Jerusalém, 1955.

Yeomans, Alfred. *City Residential Land Development*. Chicago, 1916.

Resultados de significativa competição sustentada pelo Chicago City Club, para encorajar planos de desenvolvimento de uma unidade de vizinhança para um bairro. A intervenção da guerra possivelmente impediu que a competição tivesse a influência que poderia ter tido sobre o planejamento posterior de vizinhanças.

Ylvisaker, Paul N. "Innovation and Evolution: Bridge to the Future Metropolis". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, novembro de 1957.

- Young, George Malcolm (organizador). *Early Victorian England: 1830-1865*. 2 vols. Nova Iorque e Londres, 1934.
Excelente
- Country and Town: A Summary of the Scott and Uthwatt Reports*. Harmondsworth, 1943.
- Zeiller, Martin. *Topographia Franconiae*. Frankfurt-am-Main, 1648.
- Topographia Helvetiae, Rhaetiae et Valesiae*. Frankfurt-am-Main, 1654.
Livros ilustrados de viagens, inestimáveis pelas suas gravuras representando sobrevivências medievais. (Ver Merian.)
- Zevi, Bruno. *Architecture as Space*. Nova Iorque, 1957.
Admirável análise construtiva que se aplica a cidades tanto quanto a edifícios.
- Zimmerman, Carle C. *The Changing Community*. Nova Iorque, 1936.
Estudo da comunidade local, inestimável pelos seus curtos levantamentos de comunidades reais, mas prejudicado por uma terminologia ainda mais ambígua que a de Pareto.
- *Zimmern, Alfred E. *The Greek Commonwealth*. Oxford, 1911. 5ª ed. revista, Oxford, 1931.
Magnífico levantamento da *pólis* grega, ainda sem rival.
- Solon and Croesus: and other Greek Essays*. Oxford, 1928.
Contém algum material deixado à parte em *The Greek Commonwealth*, inclusive uma cuidadosa investigação da situação do trabalho escravo.
- Zimmern, Helen. *The Hansa Towns*. Nova Iorque, 1889.
- Zucker, Paul. *Entwicklung des Stadtbildes: die Stadt als Form*. Viena, 1929.
Boa bibliografia da literatura mais antiga e documentação iconográfica.
- New Architecture and City Planning*. Nova Iorque, 1944.
- Town and Square: From the Agora to the Village Green*. Nova Iorque, 1959.
Obra completa sobre um assunto importante, ricamente ilustrada, com excelente bibliografia.

Agradecimentos

Como sou generalista e não especialista em qualquer terreno, o estudo das cidades ocupou apenas uma parte da minha vida de pensador. Mas esse interesse cobriu a maior parte de uma existência e não posso mencionar todas as minhas dívidas pessoais e intelectuais, sem correr o risco do tédio homérico. Durante o último quarto de século, a partir da publicação de *A Cultura das Cidades*, multiplicaram-se essas obrigações, e agora, mais do que nunca, hesito em fazer uma lista de todos os investigadores, urbanistas, arquitetos, funcionários municipais e organizações que me ajudaram em meu trabalho. Não vão eles supor que meu silêncio implica, de algum modo, falta de humildade ou gratidão. Devo contentar-me em acender uma vela no "Altar dos Mortos": Victor Branford, Patrick Geddes, Henry Wright, Charles Harris Whitaker, Raymond Unwin, Walter Curt Behrendt, Barry Parker, Patrick Abercrombie, Matthew Nowicki e Alexander Farquharson. Contudo, minhas dívidas imediatas são mais fáceis de determinar e agradecer: a liberdade para viajar, pesquisar e refletir, que me permitiu dedicar os últimos quatro anos a este livro, devo-a a uma bolsa da Fundação John Simon Guggenheim (1956), à Cadeira Bemis de Professor Visitante do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (1957-1960) e à Cadeira Ford de Pesquisas do Instituto de Estudos Urbanos da Universidade de Pensilvânia (1959-1961). Aos responsáveis por aqueles convites, apresento meus agradecimentos mais calorosos.

L. M.

Índice remissivo

Os números entre colchetes referem-se às Seções Ilustradas.

- Abadia de Telemã, 376, 408.
abadias beneditinas, 271.
Abbau, 263; mecanização e, 264.
Abidos, 13, 97, 131.
Abraão, 74.
absolutismo, 93, 215, 371, 378; *laissez-faire* e, 491; novo tipo de, 554; queda do, 436; arcaico, 97; barroco, 433; centralizado, 133.
abstração, 112.
abstrações masculinas, 35.
academia, localização da, 522; origem da, 155.
Academia (Platão), 189, 230.
academias, 410.
academismo, 209.
Acácia, 52, 101.
acampamento, 10.
acasalamento, 14.
acaso, destino humano e, 490.
ações, companhia por, 445, 485.
acomodações, 30; carência de, 501.
acrópole, 140, 143, 150-1, 163-7, 168, 177, 180, 199, 206, 216, 228; espírito da, 210.
Acrópole de Atenas, [9], 177-78, 180-83, 273; vizinhanças da, [10].
acumulação cultural, universidade e, 301; de cabedal, 23.
Adams, Henry, 302, 481, 601, 602.
adaptações orgânicas, 122.
Adelphi Terrace (Londres), 481.
Adickes, Lei, 460.
Adirondack, Montanhas, 564-5.
administração, órgãos de, 576; financeira, 376; impessoal, 376; municipal, 516; municipal romana, 242; política, 383; pública, 301.
Adriano, 241.
Advertências de Ipuver, 115.
aeroporos, 512, 537.
África, 27, 50, 88, 138, 144, 206, 232; cidades da, 211; cidades de colonização da, 264; colônias romanas da, 265; marca romana na, 227; pioneirismo na, 485.
Afrodite, 19, 34, 122.
Agamenon, 145.
agentes nucleares, 62.
agentes governamentais, 62.
aglomeração, efeitos da, 497; técnicas da, 492-6; metropolitana, 570; base da, 570; topográfica, 494; urbana, 576.
aglomerados humanos, desenvolvimento dos, 12.
agon, 131.
ágora, 26, 157, 162, 166, 181, 187, 192, 199, 202; expansão do, 168; função do, 131; funções comerciais do, 173; funções urbanas do, 167.
agorafobia, 426.
Agostinho, Santo, 253, 262, 269.
agregação urbana, novo tipo de, 484.
agressão, 35; militar, 32.
agressividade, 32, 51, 55, 60, 62, 132; coletiva, 52, 55; militar, 56.
Agrícola, 412.
agricultura, 21, 29, 31, 35, 39, 48, 54, 68, 69, 70, 81, 493, 522, 572; aperfeiçoamento da, 567; equilíbrio da, 488; sistema europeu de, 486; neolítica, 19, 49, 136; romana, 211; tropical, 106.

- Agripa, 249.
 agrupamento humano, finalidades do, 116.
 água, 14; controle da, 24, 68, 475; controle do crescimento pela, 148, 475; custo da, 418; domínio da, 70; escassez crônica de, 592; falta de, 496; poluição da, 496; suprimento, 76, 109, 449, 592; transporte pela, 26; corrente, 504; introdução da - na moradia, 516; potável, 329, 507; pura, importância da, 159.
 Aigues Mortes, 289.
 Aix-en-Provence, 232, 295.
 ajuda mútua, 70, 110, 295-6, 613.
 "ajuntamento neolítico", 40.
 alameda podada, 426.
 Alarico, 258.
 Alberti, 317-18, 330, 336, 377, 379, 388, 394, 401, 438, 524-25.
 Alberto Magno, 376.
 Albica, 273.
 Albright, W. F., 78.
 Alceu, 178.
 aldeia, 9, 10, 17, 19-20, 40, 73, 78, 81, 100, 103, 108, 110, 117, 121; antigos hábitos de, 38; autoridade na, 27; auto-suficiência da, 110; comunidade de, 46; continuidade da, 22; costumes de, 59; cultura de, 25, 36, 37, 38, 40, 57, 69, 90; cultura tribal de, 72; democracia de, 27, 144; dívida da cidade para com a, 23; economia descentralizada de, 43-4; estabilidade da, 22; estabilidade moral da, 613; estrutura material da, 25; estrutura geral da, 26; estrutura social da, 25; fixação na, 21, 29; formas cerimoniais da, 27; fraqueza da, 59; fundamentos da, 45; instituições da, 26; intimidade da, 22; isolacionismo da, 148-49; limitações da comunidade de, 128; ordem da, 22; ordem comunal da, 27; padrão de vida da, 26; parquialismo da, 148, 149; práticas cooperativas da, 61; ritual de, 20, 83, 103, 130, 186; trabalhadores da, 125; traços negativos da, 148; transformação da, 44; transformação da - em cidade, 69; vida de, 21; voz da, 142; permanente, aparecimento da, 15; agrícola, Platão e a, 197; fabril, mão-de-obra na, 493; grega, 148; centralização da, 149; neolítica, 26, 32; casa na, 243; povoação da, 25; prosperidade da, 30; simbiose positiva da, 127; tranqüilidade da, 30; primitiva, 24.
 aldeias, 68; identificação das, 81; metrópoles e, 64-5; industriais, 463; primitivas, 12; protegidas, 30.
 aldeão, 69, 70; ideal do, 26.
 Allegheny, 495, 498.
 Alemanha, 265, 367, 377, 418, 495, 600; crescimento de cidades na, 486; florestas da, 282; guildas da, 295; jogatina organizada na, 377; vida urbana na, 342.
 Alessi, Galeazzo, 380.
 Alexandre Magno, 136, 145, 148, 158, 191, 203, 210, 212, 219, 265, 295.
 Alexandria, 219, 221, 270, 583; biblioteca de, 220, 301; museu de, 220.
 alfabetização universal, 616.
 alfabeto, introdução do, 140; invenção do, 85; escrito, introdução do, 211.
 alfândegas, 369.
 Alfredo, rei (Inglaterra), 275.
 algodão, 71.
 aliança entre oratório e palácio, 48.
 alimentação, 14, 20.
 alimentos, 76; coleta de, 17, 31; produção de, 74; superabundância de, 71.
 Alkmaar, [23].
 Almirantado, Arco do, 36, 420.
 alojamento, custo do, 519; degradação do, 469.
 alojamentos militares, 54.
 Alpes, 264.
 alquimistas, 487.
 Altamira, caverna de, 13.
 al'Ubaid, 522.
 alugueis, 31, 452, 453, 457, 467-68, 490, 494; crescimento dos, 405; monopólio dos, 395.
 Amaurote, 354.
 Amazonas, rio, 106.
 ambiência urbana, 89.
 ambiente, 16; características do novo, 510; cidade industrial e, 518; degradação do, 497; deterioração do, 499, 515; efeito da aglomeração sobre o, 497; novo, 502; novo tipo de, 519; remodelação do, 12; físico, 40; industrial, deficiências do, 516; fuga ao, 521; material, aldeia e, 602; metropolitano, máquinas no, 591; paleotécnico, 512; social, propriedade do, 505; reconstrução do, 503; urbano, degradação do, 484; decomposição do, 488; saúde e, 530.
 ambivalência urbana, 58.
 Ambrósio de Curtis, 419.
 América, 28; pioneirismo na, 485; do Norte, 213, 468; do Sul, 27, 667.
 Ames, Adelbert, 83.
 Amiens, 334.
 Amnianus, 235.
 amor, 32.
 amostras, 18.
 ampliação urbana, 465.
 amplitude horizontal, 410.
 Amstel, rio, 476.
 Amsterdam, [36], 74, 422, 434, 445, 447, 454, 456, 545, 563; bairros dos mercadores de, 480; Beguinage de, [20]; Bolsa de, 476; Câmara de Seguros de, 477; contraste de, 475-81; plano dos Três Canais de, 477-79; população de, 386, 477, 571; solidez mercantil de, 476.
 anabatistas, 372.
 análise abstrata, época da, 397; estatística, 398.
 anarquistas, 590-91.
 anatomia, arte e, 397.
 Anatólia, 138.
 Anaxágoras, 178.
 anciões, 38.
 Ancient Art and Ritual (Harrison), 130.
 Andreae, Johann, 320, 359, 418.
 Andrews, Joseph, 417.
 Androcles, 257.
 anéis suburbanos, 571.
 anfiteatros, 247.
 animais, 26; de tiro, domesticação dos, 68; domésticos, 17, 18, 19, 29; ferozes, guarda de, 413; selvagens, 34.
 ansiedade, 48; coletiva, 49.
 antagonismo humano, 60.
 antepassados, culto dos, 27.
 antevistas animais, 10.
 anticidade, 546, 550-52.

- anticoncepcionais, 408.
 Antígona, 134.
 Antigo Regime, O, 409.
 antimatéria, 546.
 Antioquia, 121, 230, 234-6, 262, 583.
 Antístenes, 204; Cinosargo de, 155, 189, 207.
 Antologia Grega, 266.
 Antonino, 268.
 antropólogos, 51.
 Antuérpia, 304, 445-47, 449, 476; população de, 386.
 Anu, Templo de, 46.
 Aosta, 221.
 apartamentos, 464, 469, 501; prédio de, 474; medievais, 318; romanos, 241-3, 247.
 aperfeiçoamento orgânico, 610.
 Ápio Cláudio, 238.
 Apolo, 151, 153, 158, 166; santuário de, 152.
 aprendizagem, 367.
 aprendiz medievais, 307.
 aquedutos, 23, 238, 239.
 Aquetaton, 96.
 Aquiles, 145, 166.
 Aquino, Tomás de, 376, 446, 447.
 Aquitânia, 232, 382; unificação política da, 279.
 árabes, 50, 276.
 Ar, Água e Lugares, 187.
 ar, condicionado, 519, 529, 592; puro, imposto sobre o, 545.
 arado, 24, 106; cultura do, 28-9, 35, 105, 109.
 Aragão, 383.
 Arakhtu, Canal de, 64.
 áreas devastadas, 341.
 arenque, migração do, 476.
 Arezzo, 384.
 Argiletum, 245.
 Ariège, 14.
 arête, 54.
 Aristides, 173, 186, 260.
 aristocracia, 402, 413; modificação na vida da, 409; Platão e a, 201; suburbanismo e, 523; subúrbio e, 526; feudal, 148; grega, 172; medieval, 311; micênica, 139; rural, 528.

aristocracias feudais, poder das, 368.
 Aristófanos, 148, 157, 163, 168, 171, 177, 183, 184, 191, 192, 421.
 Aristóteles, 14, 128, 139, 144, 147, 160, 172, 174, 183, 188, 192, 193, 203, 223, 235, 272, 301, 324, 616; Liceu de, 189.
 Arles, 272; anfiteatro de, [16].
 armas, 54; fabricação de, 54; bacteriológicas, 615; nucleares, 195, 580, 603, 615.
 armazém, 23.
 armazenagem, métodos simbólicos de, 113.
 armazenamento, 23.
 armazéns, 86.
 Armillas, Pedro, 99.
 Arpachiyeh, 78.
 arqueologia, 10, 17, 28, 30, 35, 44, 142, 222, 320, 368, 397.
 arqueólogos, 89, 90, 92, 105, 106, 137.
 arquétipo coletivo, 106.
 Arquimedes, 219, 222.
 arquitetura, 82, 293, 392, 606; boas maneiras na, 431; Cinco Ordens da, 378; estilo barroco na, 433; evolução helenística da, 213, paisagismo e, 528; simetria axial na, 397; doméstica, nova, 530; moderna, 514, 552; monumental egípcia, 71; romana, 248; suburbana, improvisação da, 531.
 arquivo, 39, 385; vertical, 577.
 arranha-céus, 465, 519.
 arregimentação, 31, 55, 102, 109, 124, 210, 217, 227, 417, 431, 534, 574, 576; militar, 229.
 arsenal, 24.
 Arsenal de Veneza, [34], 335, 454.
 arsenais, 394.
 arte, 13, 14, 41, 78, 81, 82, 89, 113, 116, 129, 142, 361, 483, 496, 504, 620; anatomia na, 397; controle metropolitano da, 581; crítica de, 451; galerias de, 410, 413; perspectiva na, 397; representação da, 14; antiga, amor à, 412; grega, 201; monumentos da, 188; medieval, 338; monumental egípcia, 94; monumental urbana, missões da, 84; urbana, 81; urbanística romana, 229.
 Arteveide, Jacques, 281-2, 468.
 artífices, 376.
 artilharia, 340, 389-92.
 artistas, 483.
 asas rodoviárias, 547.
 Asclépio, 153, 522.
 asfalto, 516.
 Ashley, W. J., 296.
 Ásia, 27, 466, 617; Menor, 34, 142, 147, 206, 210, 212, 234; cidades da, 211; cidades comerciais da, 203; cidades gregas da, 177; marca romana na, 227.
 asilo monástico, 292.
 asilos, 300; medievais, 334.
 Asoka, 219.
 assalto, 52.
 assembleia comunal, 539.
 Assíria, 74, 102, 211, 220.
 Assis, 334.
 assistência médica coletiva, 517.
 associação primária, 21; urbana, 49.
 Assur, 48, 67, 75, 88, 102.
 Assurbanipal, 30, 48, 97.
 Astarte, 34.
 astecas, 50, 61, 104, 105.
 asterisco, planta em, 330, 421-22; origem da planta em, 422-23.
 astrologia grega, 139.
 astronomia, 71; começo da, 35.
 ataque, domínio da defesa sobre o, 388.
 ataques exteriores, 62.
 Atena, 162, 199.
 Atenas, 9, 64, 125, 131, 134, 141-43, 145, 146, 148, 152, 163-65, 168, 169-71, 173-74, 176, 180, 184-87, 189, 193, 195, 197, 207-8, 213, 217-18, 222, 251, 261, 383; Acrópole de, [9], 172, 177, 180-82; cidades tributárias de, 141; cidades de, 187; democracia em, 152; imperialismo de, 148, 175; imundície em, 146; legado cultural de, 141; melhoramentos sanitários de, 147; população de, 147-48, 169; situação habitacional em, 182.
 atenienses, 383.
 Ática, 146, 192; cidades gregas da, 177.
 Atlântida, 139.
 Atlântis, 198.
 Atos, Monte, 136, 270.
 ato sexual, prática medieval do, 312-13.
 atrofia, evolução pela, 488.
 Atum, 33, 585.

Augsburgo, 292, 445, 447, 468; banhos públicos em, 320; bordéis de, 307; pesca em, 315.
 Augusto, 230, 240, 246, 248.
 Aulo Gélío, 165, 211.
 aumento da população, 485, 571.
 Auzignac, gruta de, 40.
 aurora do homem, 13.
 Ausônio, 232.
 Austin, Mary, 149.
 Austrália, 571; pioneirismo na, 486.
 Áustria, 336, 382.
 autoconhecimento coletivo, 568.
 autoconsciência urbana, 131.
 autogoverno, 69, 370.
 automação, 325, 517, 553, 588.
 automatismo, 10, 167.
 automóvel, 516, 546-47, 556, 565, 567, 591; atraso tecnológico do, 551; deficiências do, 518; "idade" do, 543; popularidade do, 549; religião do, 479.
 automóveis, 117, 466, 508; barulho dos, 512; estacionamento de, 429; túnel para, 519; particulares, 466.
 autonomia, 368; medieval, 363.
 autoridade, administrativa, delegação da, 485; delegada, 385; militar, 30; religiosa, 46; sagrada, limites da, 77.
 autoritarismo, 371.
 auto-suficiência, desejo de, 410.
 Autun, 231, 314.
 avenida, 434, 437; como campo de manobras, 401; movimento e, 399-403; regularidade da, 401; em corredor, 464-65, 470; militar, 401.
 avenida Mall (Washington), 439-40.
 avenidas, 379, 396, 460; alargamento de, 425; orientação das, 87.
 Avenue de l'Observatoire, 423.
 Avenue de l'Opéra, [30].
 Averróis, 301.
 Aves, As, 191.
 Avicena, 301.
 Ayr, 287.
 Babel, torre de, 62.
 Babilônia, 23, 27, 51, 67, 74-5, 77, 79, 88, 90-2, 125, 127, 138, 150, 165, 191, 205, 300, 583; aniquilação de, 64; lã de, 70; prostituição em, 122; ruínas de, 109.
 Baco, 35, 48, 223.
 Bacon, Francis, 405, 611.
 bacteriologia, 514, 517.
 Badawy, 229.
 Badtibira, 47.
 Bagdá, 36, 64, 125.
 bagnio, 418.
 bairro industrial de Veneza, [34].
 bairros, mau cheiro dos novos, 500; pobres, sobrepovoamento dos, 501; urbanos, 88.
 "balança de comércio favorável", 395.
 balança de poder, 445.
 Balcânica, Península, 136.
 Baldwin Hills, aldeia de, [51].
 Bal Masqué, 411.
 balneários, 527; origem dos, 159.
 Báltico, mar, 17, 476.
 Baltimore, 478, 503.
 baluartes, 53, 78-80, 94.
 Banberg, 578.
 banco, 23; Italiano, 448; nacional, 448.
 Banco da Inglaterra, [35], 578.
 bancos, 608; poder financeiro e, 578.
 banditismo, 395.
 Banford, Victor, 581.
 banheira, 504.
 banheiros, 423.
 banho, desaparecimento do, 417-18; autorização do, 320.
 banhos, 184; introdução dos - na moradia, 516; propriedades curativas dos, 159; públicos, restabelecimento dos, 516; públicos medievais, 313, 322; prostituição nos, 320-21; romanos, 230, 247-49, 257, 268-69; turcos, 250, 418.
 Banmeilenrecht, 367.
 banqueiro, supremacia do, 578-79.
 banquete, 178.
 "barbarismo da civilização", 124.
 bárbaros, 265, 272; invasões dos, 296.
 Barbican, Plano, 593.
 Barbone, dr., 453.
 Barbour, Violet, 476.
 Barcelona, 276, 422.
 barcos, 68.
 Bardet, Gaston, 355.
 Barlow, Sir Anthony Montague, 563.

- barqueiro, 37.
 barreira física, 26.
 barro cozido, 23; uso do, 24.
 barroco, 381-82, 399.
 Basileia, 230; população de, 341.
 basílicas romanas, 244, 268.
 bastilhas medievais, 101, 212, 238, 289.
 Bath, 159, 430-31, 438, 464, 475, 481, [37].
 Batistério de Pisa, 273.
 Bauer, dr. Georg, 321.
 Baviera, 337.
 bazar coberto, 85.
 Beard, Charles, 163.
 Beauvais, 334.
 Becket, Thomas à, 292.
 Bedford, 430.
 Beguinage, Amsterdam, [20].
beguinages, 326.
 Belgrave Square, 430.
 Belgravia, 430.
 Belmont, 340.
 bem-estar, 450; Estado de, 517.
 Benares, 15, 125.
 beneditinos, 201.
 Benedito, Santo, 201.
 Bennett, 434.
 Beni-Salameh, 25.
 Benjamin Franklin, Boulevard (Filadélfia), 420.
 Beócia, 142; Confederação da, 161, 174.
 Bérgamo, 278, 367.
 Bergues, 330.
 Berkeley, Califórnia, [56].
 Berkeley Square, 430.
 Berlim, 215, 319, 391, 393-94, 414, 434, 453, 457, 464, 503, 568; esgotos de, 319; habitações aviltadas em, 502; loja de departamentos em, 474; população de, 571; população militar de, 394.
 Bernard, Claude, 515.
 Bernardo de Clairvaux, 271, 283.
 Bernini, 261, 381, 411, 439, [27].
 Berose, 49.
 Betleem, 435.
 Beziers, 316.
 biblioteca, 23, 39, 209, 605, 610.
 bibliotecas, sistema de, 609; públicas, 518.
 Birmingham, 394, 487, 489, 509, 528;
 moradias de trabalhadores em, 500;
 população de, 492, 571; ruídos de, 511.
 Biskupin, 75.
 Bismarck, 288, 464.
 bispo, proteção do, 278.
 bispos, 46, 271, 277-78, 281.
 Biturex, 236.
 Bizâncio, 231, 257, 265; irmandades de, 295.
 Blaeu, 330.
 Blake, William, 134.
 Blanchard, Raoul, 454.
 Bloomsbury, 430.
 Blunt, 515.
 boa vida, Aristóteles e a, 206; gregos e a, 205.
 Boccaccio, 307, 320, 526.
 Boëthius, Axel, 269.
 Boghazköi, 102.
 Boissonade, Próspero, 284.
 Bolonha, 215, 231-32, 235, 410; universidade de, 301.
 bolsa, 76, 399, 447; Igreja e, 404.
 Bolsa Real, [35], 404.
 bomba a vapor, 407.
 Bombaim, 499.
 bombas, hidráulicas, 407; nucleares, 619.
 bom selvagem, 32.
 Bond Street (Londres), 434.
 Bonifácio, São, 377.
 Bonner, J. Robert, 162.
 Booth, Charles, 558.
 bordéis medievais, proteção municipal dos, 215.
 Bordéus, 272.
 Bordéus, Ausônio de, 232.
 Bosero, Gofredo de, 327.
 Boston, 413, 457, 481, 490, 534, [47]; população de, 548.
 Boston Crescent, 430.
 Boswell, 431.
 Botero, Giovanni, 215, 394, 471.
boudoir, 417.
boulesterion, 172.
 Bourville, 514.
 Bow, 76.
 Bradford, moradias de trabalhadores em, 500.
 Bramante, 420-21.

- Brandeis, ministro, 534.
 Brandemburgo, unificação política de, 279.
 Braunsfels, Wolfgang, 325, 332, 384.
 Breasted, James Henry, 69, 98.
 Bremen, 288, 334.
 Breslau, 321-22.
 Breta, rio, 523.
 Bretanha, 274.
 Bréton, Nicholas, 468.
 Brughel, o Velho, 300.
 Bristol, 445; população de, 386.
 Broadway, 412.
 Broad Street, Filadélfia, 464, [43].
 Bronxville, 544-45.
 Bronx River Parkway, 544-45.
 Brooklyn, 503.
 Browsersgracht, 477.
 Bruges, 279, 292, 298, 309, 321, 447, 454; cervejaria de, 310; De Beurze de, 447; população de, 284, 341.
 Brunelleschi, 396.
 Bruni, 318.
 Bruxelas, 334, 341.
 Buckingham, James Silk, 474, 556.
 Buckingham, Palácio de, 420.
 Buda, 224.
Buddenbrooks, O., 298.
 Buenos Aires, 534, 586.
 Buer, Mabel, 506.
 Buffalo, 461.
Bulldozers, invenção dos, 419.
 Bullfinch, 481.
 Buzlau, 317.
 Burekhardt, Jacob, 385, 602.
 burgueses, 367-68; privilégios dos, 387; atenienses, 144.
 burguesia urbana, 387.
 Burke, Gerald, 476.
 Burlington, Galeria, 474.
 Burnham, Daniel, 434-35.
 burocracia, 116, 140, 395, 399, 490-99, 616; alojamento da, 385, 577; crescimento da, 405; repetições da, 385; comercial, 447; oficial, ascensão da, permanente, 384; política, guerra e, 581; crescimento da, 577; secular, 447.
 cabo su bmarino, 489.
 caça, 15, 17, 29, 30, 40, 421.
 caçador, 34, 37, 118; acampamento do, 15, 30; espírito do, 31; evolução do, 31, 43; imaginação do, 40; mobilidade do, 40; papel do, 28, 31; prerrogativas do, 43, paleolítico, 29, 33.
 cadeias de alimentos, 489.
 Caim, 31.
 calçamento, 529, 538; custo do, 458, 462.
 Cálcis, 462.
 Calcutá, 491; população de, 571.
 calefação, 416.
 calendário, 42, 105; grego, 154.
 Calendas de Janeiro, 14.
 Cálice, Fonte do, 15.
 Calígula, 258.
 Calle Florida (Buenos Aires), 434.
 Calverstraat (Amsterdã), 434.
 cama medieval, isolamento na, 312.
 Cambera, 575.
 Cambridge, 314, 340; universidade de, 301, 315, 523, 538.
 caminhão, preferência pelo, 549.
campo, 168.
 campo, adedramento da população no, 496; cooperação no, 61; aberto, segurança no, 365; fortificado, 77.
 Campo de Marte (Roma) 257, 346.
 Campo Negro (Inglaterra), 495, 497.
 camponês, 35, 37.
 Camponês Eloquente, 103, 109, 133.
 camponeses, 31.
 campos, de parada, 394, de extermínio, 600.
 Canadá, 422.
 cana-de-açúcar, 486.
 canais, 23, 35, 42, 54, 68, 71, 86; construção de, 454; paleotécnicos, 488.
 canhão, bala de, 388-89.
 canibais, 51.
 canibalismo, 55.
 Cannon Gate, 287.
 Canterbury, 36, 292, 302, 333; Arcebispo de, 14.
 cântico, 82.
 cão, 17, 20.
 caos, lucrativo, 565; universal, 370.
 capacidade, humana, expansão da, 38; vocacional, 38.
 Capadócia, 214.
 capitais, bairros requintados das, 403; expansão das, 62; início do congestionamento

- namento nas, 390; valores das terras nas, 391; egípcias, 101.
- capital, concentração de serviços na, 385; crescimento da, 388; papel social e político da, 386; barroca, 473; características da, 395; política, consolidação do poder na, 386.
- capitalismo, 33, 338, 341, 396, 409, 445, 447, 449-51, 456, 459, 461, 466, 475, 483, 572, 616; desenvolvimento do, 451, desenvolvimento urbano do, 480; efeitos do — sobre a cidade, 474; experimentalismo do, 452; forças corrosivas do, 448; inovações do, 449; métodos do, 448; progresso do, 479; tendências oligárquicas do, 540; clássico, 468; mercantilista, 376; militarista, 395; pós-medieval, 271; primitivo, 281; teológico, 166.
- capitalistas, 398-99; filantropia dos, 260, 508-9.
- capital privado, acumulação de, 85.
- Capitólio (Washington), 438, 440.
- Capri, 412.
- capricho, barroco, 382; doméstico, 531.
- Caracala, Banhos de, 257, 294.
- Caracas, 554.
- Carcassonne, 326.
- Carchemixe, 74.
- Carlos Martel, 232.
- cardo, 228, 233.
- caridade, 468.
- Carlos VIII, 388.
- Carnaque, 94, 165.
- carne, uso da, 21.
- Carnegie's Music Hall, 509.
- Carpaccio, 312.
- carro de guerra, 24, 54.
- Carrol, Daniel, 542.
- carrossel, aparecimento do, 411.
- Cartago, 271.
- carvão, 508-10, 517, 583; aglomeração provocada pelo, 508-10; exploração da mina de, 584; mineração de, 495.
- casa, 19, 23, 26; local de trabalho e, 415; separação de funções dentro da, 416; de campo, 376; ideal platônica, 202; modelo, 469; separada, 75; suburbana, 528-29; atributos estéticos da, 524; orientação da, 530.
- casamata, 36.
- Casa Nacional da Moeda, 396.
- casas de má fama, 503-7.
- caserna, 116.
- Cassiodoro, 260.
- casta militar, criação da, 55; sacerdotal, 45.
- castas, 46, 56, 118-20, 616; diferenciação de, 12; estratificação de, 120.
- Castel San Ângelo, 36.
- castelo, 56, 276; medieval, 417.
- castidade, 307.
- Castiglione, 404.
- castrum, 228.
- catácumbas, 262, 268.
- Catão, 245.
- catástrofe nuclear, 619.
- catedrais, novas, 419; góticas, 326; medievais, 404.
- cavernas, 10, 13, 15; ritos das, 14; paleolíticas, 15.
- Caverne des Trois Frères, 14.
- celeiro, 23, 46; comum, 25.
- cemitérios, 12-3.
- cenografia, 410.
- centralismo barroco, 413.
- centralização política, 445.
- Central Park, 462, 528.
- centro, cerimonial, 14; de — a centro de controle, 98-104; comunal; ver Centros Sociais; de controle, 56, 115, 117; metropolitano, atração gravitacional do, 561; urbano, 83.
- centros, comerciais, 452; industriais, 486; concentração nos, 495; urbanos, multiplicação dos, 486.
- cerâmica, 22; manilhas de, 87.
- cereais, 78; armazenagem de, 82; cultivo de, 42; domesticação dos, 33; novos, 71.
- cérebro, 122.
- cervejarias, 410.
- cevada, 68.
- Chadwick, 516.
- chafarizes públicos, 321; romanos, 381.
- Chaillet, Palais de, 607.
- Champ de Mars, 394.
- Champs Elysées, 423, 437.
- Chandigarh, 542.
- Chaplin, Charlie, 588.
- Chardin, Teilhard de, 41, 611.

- Charleston, 340.
- Charleville, 430.
- Charlotte Square, 432.
- charrua, 42; invenção da, 69.
- Chartres, 280; catedral de, 333.
- Chatham Village (Pittsburgh), [43].
- Chaucer, 282, 302, 307.
- chefe, 31; ascensão do, 57; reaparecimento do, 274.
- chefe-caçador, 31, 44-5.
- "chefe local", 30, 38.
- chefia, 109-10.
- Chelsea, 586.
- Cherburgo, 455, 600.
- Cherry Street, 469.
- Chester, 230.
- Chicago, 434, 461, 474, 503, 533, 560, 586; congestionamento em, 537; cortiços de, 540; população de, 563; ruídos de, 513.
- Chichén-Itzá, 107.
- Chigi, Agostinho, 413.
- Childe, V. Gordon, 20, 45, 101, 104, 106, 118, 136.
- China, 21, 76, 223, 489, 504.
- Chipping Camden, [33], [42].
- Christiansand, 419.
- Churchill, W., 245.
- Cíbele, 34, 48.
- cibernética, 194, 585.
- Cícero, 171, 231, 236, 242, 245, 264.
- cidadania, 286; base da, 88; concessão de, 451; desaparecimento da, 415; isopolidade e, 161; privilégios da, 330, 367; grega, 169, 171-72, 206, 222-23; romana, 228, 264.
- cidadão ateniense, 171; vida pública do, 187; grego, 184; artes e o, 187.
- cidade, ação hipnótica da grande, 575; agentes geradores da, 483; ampliação da, 459, 463; aparecimento da, 31; ascensão da, 39, 55, 110, 126; aspecto despótico da, 56; aspecto divino da, 56; associação voluntária na, 290; atividades centrais da, 76; atividades essenciais da, 133; atração mágica da, 82; atributos emergentes da, 133; beleza recreativa na, 462; burocratização da, 187; características da, 99, 104, 118, 122; caráter ambivalente da, 56; centraliza-
- ção da, 57; centro de gravidade da, 56; civilização da, 57; como emergente na comunidade paleoneolítica, 37; como obra da mulher, 19; como recipiente, 43; complexidade tecnológica da, 12; componentes da, 96; componentes originais da, 36; componentes essenciais da, 608; composição humana da, 37; concentração de população na, 57; constituição da, 204; constituição original da, 39; constituição social da, 125; conteúdo social da, 521; controle do crescimento da, 158, 204; corpo da guarda da, 116; corrupção interior da, 535; crescimento da, 57, 111, 119, 461, 463, 465-66, 474; crescimento celular da, 542; crescimento da consciência na, 59; cristalização da, 37, 69; cultura neolítica da, 34; definição de, 9, 107, 134; definição funcional da, 204; descaminhos da vida na, 64; desenvolvimento da, 116, 194, 230; desenvolvimento final da, 15; desintegração da, 9, 274; dívida da — para com a aldeia, 23; economia interna da, 133-34; economia protegida da, 366; efeitos do capitalismo sobre a, 474; emergência da, 39; energia física na, 614; equilíbrio de atividades na, 483; estatuto da, 286; estrutura embrionária da, 26; estrutura física da, 54, 109; estrutura permanente da, 11; estrutura social da, 420; estruturas institucionais da, 109; estruturas internas da, 615; êxodo da, 466; expansão da, 62, 412; expansão exterior da, 89; fator condicionante do tamanho da, 76; feudalismo e desenvolvimento da, 287; finalidades emergentes da, 24; forma da, 77, 80, 586; forma arquetípica da, 109; forma arquitetônica da, 87; forma exterior da, 135; forma material da, 129; forma primordial da, 78; formação original da, 127; formas arcaicas da, 276; função transformadora da, 112; funções da, 10, 103, 461, 613, 615; funções humanas na, 110; funções maternas da, 620; funções mecânicas da, 508; funções originais da, 9, 607; funções sociais da, 194;

fundação da, 58, 77, 117; fundamentos da, 73; grupos da, 107-8; herança social e, 450; hibridação biológica na, 111; imperfeições técnicas da, 87; individualidade da, 93; inferioridade da, 54; influência da corte barroca na, 409; instituições da, 107-8, 424; instituições negativas da, 616; interações e transações da, 111; missão final da, 621; mistura cultural na, 110; mobilização, 111; modificações na, 620; monopólios da, 57; morador da, 124; muralhas da, 58, 370; nascimento da, 89; natureza da, 10, 120, 128, 454, 470, 546; natureza histórica da, 9; negações da, 128, nível cultural da, 555; nova unidade na, 44; novas finalidades da, 566; novas instituições da, 59; novo tipo de, 9; novos habitantes da, 112; novos modos da, 35; núcleo organizado da, 108; núcleo social da, 100; ordem política na, 108; ordem social na, 192; organização dinâmica da, 108; órgãos da, 559; órgãos físicos da, 87; orientação, 107; origens da, 9, 10, 33, 38, 51, 67; papel da, 59, 122; papel da ciência no desenvolvimento da, 558; papel futuro da, 354; persistência da, 36; personalidade da, 81; perspectivas futuras da, 9; perspectivas religiosas da, 621; planejamento da, 129; Platão e a, 193; poder socializante da, 57; população da, 62, 89, 384; população infantil da, 92; posição de dependência da, 44; primeiro germe da, 16; progresso técnico da, 487; renovação da, 597; revestimento exterior da, 116; segurança da vida na, 275; soberania da, 370; subúrbio e, 526; subversão da, 443; técnica na, 575; transformação da, 41; transformação da aldeia em, 69; unidade superior da, 38; vantagens biológicas da, 556; velhice da, 9; vícios originais da, 187; vida cultural da, 291; vida interior da, 116; vida cotidiana da, 90; violência organizada na, 55; aberta, 100; Egito e a, 93-8; aborígine, 136; absolutista, agorafobia na, 423; alexandrina, 215; ancestral, arregimentação na, 109; antiga, 21, 23, 88, 99, 125, 131, 137,

186, 518, 522, 526, 553, 614, 621; atividades características da, 130; bairros residenciais da, 87; cerimônias e ritos da, 110; congestionamento na, 88; constituição da, 52, 56; crescimento da, 76-7; desenvolvimento da, 85; desordem visual da, 381; diálogo na, 133; estratificação ocupacional na, 120; estrutura original da, 53; finalidades da, 58; fontes da, 179; habitantes da, 51; identificação da, 81; natureza da, 109-34; ordem na, 39; poderes sagrados na, 82; população da, 74; solteiros na, 121; tamanho da, 74, 86; utopia e, 129-30; vida institucional da, 77; aristotélica, tamanho da, 204-8; arquetípica, 94; barroca, 215, 399, 402-3, 419; arregimentação na, 576; crescimento da, 392; higiene na, 418; ordem unificada da, 378; carbonífera, 509; celestial, 267-72; clássica, 95, 157; comercial, 446-47, 453, 456, 467, 471, 573; crescimento da, 446; desenvolvimento da, 469; expansão horizontal da, 466; formas arquitetônicas da, 474; planejamento da, 474; corporativa, contrato social na, 286; vantagens comerciais da, 493; cretense, 138-40; democrática, 202, 570; do futuro, missão da, 618; dos mortos, 95-6; e campo, antagonismo entre, 290; egípcia, colônias da, 142; egípcia, 72, 93, 100, 522; construção da, 100-1; conteúdo social da, 100-1; forma da, 101-2; gênesis da, 100; instituições da, 94; origens da, 101; planta retangular da, 101; população da, 95; emergente, 604, 617; equilibrada, 564; etrusca, necrópole da, 228; fabril, ambiente da, 515; física, data da, 28; fortificada, planejamento da, 389-90; grega, 139-40, 161; aldeia e, 144; Aristóteles e a, 175; atividades cotidianas da, 162-3; banhos na, 184; cento dinâmico da, 165-66; como órgão de cultura, 150; Conselho da, 173; constituição política da, 160; crescimento da, 175-76; criatividade na, 218; definição da, 206; democracia na, 170, 172-74, 176; derrocada da, 206; desenvolvimento da, 140, 158;

desenvolvimento humano na, 158; imperfeições da, 177; falta de melhoramentos sanitários na, 183; festivais cívicos da, 145; fisionomia da, 151; forma da, 160; germe da, 150; governo representativo na, 174; impasse no desenvolvimento da, 190-1; limites do crescimento da, 147; muralha da, 227; novo componente da, 178; liberdade na, 218; pequenez da, 146-47; período formativo da, 144; personalidade humana na, 165; Platão e a, 202; população da, 145; 147-48; 157, 171, 174; ruas da, 147, 183; sanitação na, 160; teatro na, 156; unificação interior da, 188; vida interior da, 217; helênica, 143, 155, 177-78, 216, 522, 604; forma arquitetônica da, 178-86; instituições características da, 256; núcleo da, 180; população da, 174; helenística, 190, 198, 210, 246; agora na, 168; desenvolvimento da, 215; edifícios públicos da, 215; estrutura física da, 222; exibição de poder na, 218; forma exterior da, 222; fundações da, 211; higiene na, 217; monumentalismo da, 220; ordem estética da, 230; ordem visível da, 219; papel do espectador na, 221-22; petrificação da, 217; população da, 220; ruas da, 214, 220-21; histórica, 38, 117, 498, 525, 583, 605; diálogo na, 134; lembretes da, 117; natureza da, 14; holandesa, casa da, 475; defesa da, 476; desenvolvimento da, 475; limpeza da, 515; ideal, Aristóteles e a, 208; cidadão contra a, 177-202; Platão e a, 195; industrial, 322, 496, 521, 573; ambiente da, 574; burocracia real e, 581; câncer na, 514; congestionamento da, 504; desordem da, 490; falhas da, 517; feridas da, 518; lições da, 483; reforma da, 513; invisível, 209; italiana, 233; concentração de capital econômico na, 388; livre, 290; segurança da, 286; maia, 105, 214; cidade egípcia e, 99; medieval, 93, 270, 284-85, 292, 376, 381, 392, 414, 446, 448, 462, 492, 605; administração da, 337; água potável na, 275-322; ajuda mútua na, 295, 300; aluguel na, 314; ambiente

biológico da, 323; ambiente seletivo da, 386; área e população da, 341; atividades sociais da, 300-1; bairros residenciais da, 336; banho privado na, 320; base política da, 203; bases da, 279; campo e, 512; capitalismo na, 281, 447; caráter rural da, 216; cidade clássica e, 271; classes na, 402; claustrofobia na, 423; comércio internacional e, 280; congestionamento na, 314; conteúdo da, 326; controle monopolístico da, 445; crescimento da, 329, 392; culturas em conflito na, 305; decadência da, 472; democracia na, 583; descrição da, 292, 304; dificuldade de transportes na, 326; educação dos sentidos na, 325; elementos dinâmicos da, 326; equilíbrio de poderes na, 276; espaço aberto na, 314-16; falsa imagem da, 147; funções da guilda na, 296; higiene na, 417; história econômica da, 281; judeus na, 171-72; liberdade na, 301-2; limitações da, 370; limites do crescimento da, 340-41; mercado da, 473; modelos básicos da, 327; modificação na forma da, 311; movimento na, 332; natalidade na, 284; necessidades práticas da, 302; novas edificações da, 379; núcleo central da, 330; ordem social da, 305; organização da indústria da, 297; padrões médicos da, 542; planta da típica, 315; política na, 299; população da, 279, 285, 339; posição da igreja na, 333; primórdios da, 269; recursos econômicos e culturais da, 289; ruas da, 335-36, 400; sanitação na, 314, 316-17; serviços voluntários na, 299; tamanho da, 341-2; unidade estética da, 338; unidade social orgânica da, 298; uso da terra na, 289; vida interior na, 294; vizinhança na, 337; mesopotâmica, 76, 99, 102, 153; aspecto geral da, 87; micênica, 142; mineira, 542; *Abbau* na, 488; minóica, 137; moderna, 13, 23; circo na, 259; funções da, 434; serviços públicos na, 518; morta, 134; multilateral, 517; muçulmana, 88; mundial, função cultural da, 604-6; murada, 58-9, 75, 94, 102, 109, 150, 282, 366; estabilidade da, 543; estrutura coletiva

- da, 56; estrutura psíquica da, 49; presença da, 388; segurança na, 278; neotécnica, 512, 517; nucleada, 616; paleotécnica, 506, 509, 512, 517, 520; limpeza da, 510; mortalidade infantil na, 507; organização da, 491; peruana, 105; platônica, 76; características da, 201; população da, 200-1; pós-helênica, 200-1, 209; pós-medieval, 376; crescimento da, 475; pós-micênica, 142; primitiva, 11; protegida, revivescência da, 280; provincial, 574; renascentista, 379; romana, 227-60; conteúdo da, 230; fontes da, 229; muralhas da, 228; população da, 231; traçado retangular da, 228; rural, neolítica, 41; subterrânea, 504-20; supercrescida, apologia da, 260.
- Cidade Deserta, A*, 594.
- cidade-Estado mesopotâmica, 27.
- Cidade Invisível, 606-11.
- Cidade-Jardim, 175, 461, 474, 515, 556-66; indústria e, 557; urbanidade da, 56; Vertical, 560.
- cidadela, 35, 43-4, 46-7, 56, 59, 68, 74, 77, 115-16, 118, 124, 137, 140, 162-63, 198, 201-2, 208, 422, 553, 575, 585, 598, 613-14; colônia monástica e, 270; dimensões da, 86; funções da, 84, 127; legado da, 601; ordem externa da, 81; proteção da, 78; grega, 143; primitiva, 44; subterrânea, 520.
- Cidade Linear, 460, 560.
- "cidade que desaparece", 370.
- Cidade Regional, 545, 562, 584.
- idades, alargamento de dimensões das, 34; ampliação de, 457; construção de, 387; crescimento da população das, 453; descentralização de, 419; dimensões da vida nas, 39; economia das, 621; engenheiros italianos na construção de, 391; evolução histórica das, 568; higiene no planejamento de, 515; imundície das novas, 511; libertação das, 286; multiplicação de, 567; muralhas de, 53; papel dos reis na construção de, 275; população das, 386; população industrial das, 366; prolongamentos das novas, 556; propriedades elementares das, 15; reconstrução das, 619; recursos sanitá-
- rios das, 89; remanescentes físicos das, 10; sobrepovoamento das, 418; vassalagem feudal das, 383; vulnerabilidade das, 389; aborígenes, 67; autônomas, unificação das, 369; barrocas, construção de, 407; coloniais romanas, 228, 262, 264; comerciais, 450, 455, 474; constituições das - gregas, 176; população das, 386; corporativas, decadência das, 492; dos mortos, 13; egéias, 133; etruscas, 147; europeias, privilégios das, 370; gregas, federação de, 198; guerra entre, 156; hanseáticas, 288, 369; históricas, características das, 54; holandesas, 369; incas, 214; industriais, 475, 483, 486, 499; população das, 386; serviços públicos nas, 501; inglesas, 389; higiene nas, 500; italianas, mercenários nas, 383; licenciadas, 286-91; livres, 288, 300, 369, 382; neolíticas, 28; paleotécnicas, higiene nas, 500; portuárias, 445; degradação nas, 455-56; provincianas, 473; reais, 381; residenciais, 382, 431; rurais, 68; suíças, 369.
- idades-Estados italianas, 369.
- Cidades-Jardins de Amanhã*, 175.
- Cidades Novas, 89, 93, 433, 517, 536-37, 542, 545, 560-61, 563, 565, 570, 601; imigrantes nas, 506; Lei de, 563; romanas, 231-32, 236.
- Cidades Sociais, 562, 565.
- Cidades Suábias, Liga das, 369.
- Ciência, 129, 377, 611; controle metropolitano da, 581; mau uso da, 568; novo mundo da, 405; progresso da, 42, 502; e tecnologia, 193; contemporânea, 621.
- ciências, biológicas, 515; progressos nas, 514; físicas, métodos exatos nas, 377; naturais, abstrações analíticas nas, 398; Cincinatti, 461.
- Cinco Ordens, 397; culto das, 375.
- Cinco Portos, 369.
- cinema, 113, 556.
- Cinargo de Antístenes, 189, 207; origem do, 155.
- cinturão urbano, 460; verde, 89, 438, 541-44, 556-57.
- Cipião, o Africano, 247-49.
- circos, 256-57; sobrevivência do, 258.

- Circo de Bath, [37].
- circulação, 464; transurbana, 464.
- Circus Flaminius, 257.
- Circus Maximus, 257.
- Cirencester, 291.
- cirurgia, 195; asséptica, 517.
- cisma religioso, 450.
- cistercienses, 279.
- City de Londres*, 76.
- cividade, 107.
- civilização, 13, 28, 58, 100, 103, 115, 122; alvorecer da, 93; ameaças à, 621; aparecimento da, 41; avanços da, 61; "barbarismo" da, 124; ciclos da, 43, 567; cidade como órgão de, 68; cultura e, 63; defeitos crônicos da, 525; descaminhos da, 188; essência da, 62; expansão da, 42, 611; forças da, 103; guerra e, 617; inércia da atual, 619; investigação científica e, 32; novas instituições da, 75; novas invenções da, 45; padrões técnicos da, 98; preservação da, 520; sobrevivência da, 63; vigor híbrido da, 111; chinesa, 415; egípcia, conteúdo da, 102; qualidades duráveis da, 98; europeia, 372; grega, 182; mecânica, desenvolvimento da, 572; medieval, idéias e instituições da, 290; megalopolitana, fim da, 569; metropolitana, 575; aspectos negativos da, 570; conteúdos da, 567; contradição da, 602; ocidental, revivescência da, 278; urbana, 38, 52, 270, 570, 613; desenvolvimento da, 53; principais formas da, 121; triunfo da, 63.
- civilizações superiores, 32.
- clã, filiação ao, 112.
- Clairvaux, Abadia de, 271, 283.
- Clapham, 627.
- classe, média, 504; ociosa, cultura da, 231; sacerdotal, 112-13; poderes sagrados da, 54; posição dominante da, 47; superior, moradias da, 503.
- classes, 109; dissociação entre as, 402; igualamento progressivo das, 617; dominantes, 116; monopólio das, 115; privilegiadas, 399; sociais, 428; trabalhadoras, esmagamento das, 490; exploração das, 468; insegurança das, 485; gostos das, 505; habitações das, 502; moradias das, 499-500, 502-4; segregação urbana das, 540.
- Cláudio, 241, 254.
- claustrro, 154, 301; função do, 294; monástico, 381.
- claustrofobia, 423.
- clero, 114; funções do, 47; sustento do, 291.
- Cleveland, 434, 526.
- clientes romanos, 251.
- Clístenes, 110.
- Clitemnestra, 145.
- Cloaca Máxima, 237-38, 242.
- Clube Campestre, 535.
- clubes, gregos, 232; sociais, 595.
- Cluny, 328.
- Cnido, 152, 158.
- Cnosso, 137-38, 140, 215.
- cobre, metalurgia do, 42.
- coerção, 45.
- coesão, 32; elemento de, 31.
- Coeworden, 477.
- Coketown, 483, 520, 534, 588.
- Colbert, 386, 433, 448.
- colégios, antigos, 296; romanos, 434; funerários romanos, 294.
- Colina Capitolina, 381.
- Coliseu, [16], 246-47.
- Colmar, greve dos padeiros de, 367.
- Colônia, 19, 33, 330; tecelões de, 368.
- colonialismo, 617.
- colônias, 68, 419; gregas, 147-48; 157-58; militares romanas, 288; monásticas, cidadela e, 270; romanas, 229; urbanas, 69; transformação das, 286.
- colonização, 12, 17, 23, 141, 151, 206, 212, 284, 470, 485, 603; cidades de, 157-59; cidades romanas de, 229; elogio platônico da, 199; germânica, 284; grega, 100-1; jônica, 263; permanente, 17; urbana, 565.
- Colonna, Próspero, 389.
- comando, concentração do, 59.
- combatividade, finalidades da, 54.
- comédia ática, 157.
- comercialismo, 481, 531.
- comercialização, 44.
- comerciantes fenícios, 85.
- comércio, 16, 71, 85, 167, 369-70, 376, 443, 483; balança de, 395; crescimento

- natural do, 397; desdém grego pelo, 169, 180; dinheiro e, 471-72; desenvolvimento do, 445; liberdade de, 450; lucros do, 445; monopólios do, 367; posição do cidadão grego ante o, 149; regulamentos medievais de, 446; ressurgimento do, 277-80; a longa distância, 121; crescimento do, 446; ateniense, 148; barroco, moda e, 473; grego, 145; internacional, 280, 295, 366; primitivo, 59.
- Comitium*, 244.
- Communitas*, 277.
- Cômodo, 252.
- Companhia de Jesus, 375.
- competição comercial, 475.
- complexo urbano, novo, 376-78.
- comportamento, significação do, 70; previsível, 59.
- compulsão, 56, 114, 125.
- Comte, Augusto, 112.
- comuna (Nova Inglaterra), 101.
- comunhão, 55; emocional, cidade e, 110.
- comunicação, 38, 58, 62, 68, 76, 85; multiplicação dos meios de, 76; de massa, 322; instantânea, 318, 606; urbana, 125; água e, 475; monopólio da, 610.
- comunidade, agrícola, 33; neolítica, 103; paleo-neolítica, 37; proto-urbana, 49; suburbana, 526; ausência de governo na, 539; urbana, 12; desintegração da, 22; nova, 114.
- comunidades, conflitos entre, 32; neolíticas, 18; tribais, 51.
- comunismo, 617; russo, 196.
- Conant, Kenneth, 328.
- concentração, econômica, 450; metropolitana, 595; urbana, 494.
- Condição de Homem*, A, 282.
- condição humana, 10.
- Condottiere, papel do, 383.
- Coney Island, 412.
- Confederação Cantonal Suíça, liberdade cívica na, 384.
- confederações medievais, 369.
- conflito, 134.
- conformismo, 26, 54.
- confusão democrática, 510.
- congestionamento, 79, 88, 243, 278, 378, 400, 536-38; arregimentação do, 467; custo do, 332; habitação e, 503; imunidade e, 500; meios técnicos de, 587; padronização do, 506; metropolitano, 555, 591-95; custo do, 593-94; justificação do, 595; urbano, 494, 496, 571; proletariado e, 467; remédio para o, 549.
- conhecimento, monopólio do, 585, 616; científico, pressão do, 515.
- conjuratio*, 116.
- Connecticut, rio, 493.
- conquistas mecânicas, 508.
- consciência, 43.
- Conselho de Anciões, 27, 40, 150; autoridade do, 70.
- conservatório, 23.
- Constância, médicos municipais em, 325; paz de, 275.
- Constantino, 248, 258, 265.
- Constantinopla, 383.
- constituições ocidentais, igualdade política nas, 490.
- construção, nova tradição na, 381; novos métodos de, 466; comercial, 456; especulativa, 453, 481; gótica, 375; neogótica, 375.
- construções, excesso de, 88; paleolíticas, 15.
- construtores renascentistas, 380.
- consumo, 115; em massa, 535.
- contabilidade, 271; escritório de, 446; capitalista, 447; de custo, 585; de partidas dobradas, 398, 445; medieval, 307; mercantil, 395.
- Contenau, Georges, 39, 78, 127.
- conteúdo social, 424.
- continuidade, 33; biológica, 12; social, 20.
- contrato social, mito do, 286.
- controle, 10, 59; humano, 33; centralizado, 69; militar, 61; organizado, 49; político, exploração pecuniária e, 315; monopólio do, 610; público, 461; real, 51; guerra como demonstração do, [5]; remoto, 57.
- conurbação, 508, 526, 546, 571, 583, 598, 608, 610; megalopolitana, 597; universal, 412.
- conversão capitalista, 452.

- Cooper, James Fenimore, 29.
- cooperação, 64, 68, 77, 97, 103, 110, 120, 613; comunal, 70; social, 19.
- Copenhague, 117, 411; população de, 386.
- cópula sagrada, 76.
- Corágico, Monumento, 214-15, [10].
- Corbusier, Le, 298, 514, 542, 559, 560.
- Corcira, 140.
- cordón malsanitaire* romano, 239.
- Corinto, 140, 144, 147, 171, 174.
- Comford, F. M., 138.
- coro cívico, 381.
- corporações, colapso das, 366; medievais, 370, 451.
- corredor, rua em, 416.
- corrupção, 376, 450; política, 472.
- corte, 399, 407-45; namoro e, 417; ritual da, 407; barroca, 414; influência da, 409.
- Cortêsão*, O, 151.
- cortesia social, 59.
- cortiços, 75, 391, 452-53, 469-70, 502, 541, 556, 579; congestionamento dos, 453; demolição de, 610; fábrica e, 496-503.
- Côs, 150, 208-9.
- Cósimo, Piero di, 524.
- cosmo, cidade como representação do, 39.
- costume e cenário, 132.
- costume tribal, 126.
- costumes, aperfeiçoamento estético dos, 415; sobrevivência dos, 25.
- Coulton, G. G., 291, 311, 315.
- Covent Garden, 430.
- Coventry, 600.
- cozinha, funções sociais da, 416.
- Craig, 431.
- Crasso, 242, 480.
- crédito, 86, 446, 578.
- Cremona, 239.
- Cremona, Jardins de, 411.
- crenças, paleotécnicas, permanência das, 487; religiosas, 15.
- Crescente Fértil, 68.
- crescimento, limite natural do, 556; problemas de, 466; demográfico, 453, 485; físico, limites do, 565; humano, ambiente favorável, 179; metropolitano, 596; orgânico, limites do, 62; quantitativo, 569; sadio, luz solar e, 517; suburbano, 530, 546; fases do, 526, 532; urbano, 44, 384, 567, 586; causas do, 492; controle do, 601; lei do, 462; limites do, 90, 197, 204, 262-63; planejamento do, 555-66.
- Creso, 168.
- Creta, 74, 135-40, 193, 212.
- criador de gado, 35.
- criação, épico da, 114.
- crianças, 92; sacrifício de, 63; sol e crescimento das, 511.
- criatividade, libertação da, 116; monopólio da, 114-16.
- crime, custo do, 552.
- criminalidade, 603.
- Crine, 212.
- cripta cristã, 15.
- Cristal, Palácio de, [38].
- cristandade, ordem religiosa da, 571-72.
- cristianismo, 250, 253, 258, 267-70, 278; triunfo do, 267.
- Cristianópolis, 320, 325, 418.
- Cristo, 268.
- Crônica Anglo-Saxônica*, 274.
- Crônicas de Uma Família Florentina*, 285.
- Croton, 214.
- Crowley, Robert, 372, 452.
- Cruzadas, 278-79, 288-89, 485.
- cruzamento, 35.
- Cruz de Mercado, 276.
- cul-de-sacs*, 401, 537-38.
- cultivo, 49.
- culto local, 27; religioso egípcio, 94.
- cultos pagãos, recrudescência dos, 377.
- cultura, 11, 26, 148, 620; controle metropolitano da, 575, 581; símbolos e, 108; arcaica, 25; barroca urbana, 412; cristã, forma urbana da, 272; de aldeia, harmonia da, 69; narcisismo da, 111; egípcia, 138; egípcia, 128; etrusca, 228; europeia, renascença da, 377; grega, 138; difusão da, 140, 153, 200, 202; helênica, 228; desaparecimento da, 258; humana, 128, 614; difusão da, 575; maia, 107; medieval, 371; megalopolitana, desenvolvimento da, 599; mesopotâmica, 68, 128, 139; metropolitana, fases finais da, 584-85; minóica, 137; mundial, fontes históricas da, 570; neolítica, 15, 19-20, 28, 73, 526, 613;

- paleolítica, 17, 29; romana, desaparecimento da, 258; tribal, 72; urbana, 56-7, 69, 72, 433, 602, 606, 611; desenvolvimento da, 49; especialização na, 118; urbana helênica, 151.
- Cultura das Cidades, A*, 599, 620.
- culturas, casamento de, 33; polarização das, 99; sucessão de, 28; incoativas, 25.
- cuneiforme, escrita, 23.
- cupidez capitalística, 392.
- Cúrcio, 357.
- curiosidade, 32.
- curvas de nível, 525.
- Daisy Miller*, 239.
- Dalmácia, 232.
- Damasco, 63, 234.
- dança, 116.
- Dante, 312, 318, 370, 376.
- Darwin, Charles, 490.
- D'Avenel, 405, 452, 467, 471.
- Davi, 31.
- Da Vinci, Leonardo, 200, 234, 391, 419.
- De Beurze, 447.
- decadência urbana, 575.
- Decadência da Idade Média, A*, 372.
- Decameron*, 526.
- Décimo Júnio Bruto, 256.
- De Civitate*, 18.
- decomposição, 488-89.
- decoração do corpo, 21; uso cerimonial da, 18.
- decumannus*, 229, 233.
- Dedham, 340.
- defectivos, 505.
- defesa, 80-81; mulher e, 231; predomínio da - sobre o ataque, 388.
- Defoe, Daniel, 471, 473.
- Dejoces, 56-57, 59, 83.
- Deifos, [8], 136, 140, 150-61, 170, 174-75, 180, 183, 208, 210; papel do santuário de, 153.
- Delft, 280, 475.
- Della Riva, frei Bonvesin, 327.
- Della Robbia, Andrea, 314.
- Delos, 20, 152, 166, 170, 209.
- Delta egípcio, 25.
- demes*, 146.
- Deméter, 34.
- democracia, 144, 164, 171, 173-75, 218, 298, 409, 433, 486, 592, 600, 602; conceito grego de, 209; ateniense, 149-51; grega, 149; escravidão e, 296; limitações da, 173; enfraquecimento da, 174.
- Democracia na América, A*, 554.
- demolição urbana, 448.
- demos* ateniense, 200.
- Demóstenes, 163, 165, 219.
- densidade, demográfica, urbanismo e, 431; residencial, subúrbio e, 538.
- "Departamento de Circunlocução", 385, 405, 490, 577.
- depósitos, bancos de, 578.
- De Re Edificatori*, 330.
- De Re Metallica*, 321.
- "Descrição da Cidade de Assur", 88.
- desenho renascentista, 380.
- desenho geométrico, 435.
- desenvolvimento, ritmo de, 124-27; agrícola, 19; cultural, 34; humano, 22; poder e, 616; urbano, 112, 186; chaves do, 134; forças do, 218; processos de, 605; urbano grego, 150.
- desfaveamento, 420, 518.
- desmaterialização, 132.
- desordem cíclica, 52.
- desorganização municipal, 508.
- despersonalização, 124.
- déspota político, aparecimento do, 388.
- despotismo, 218-19, 376, 388, 414; militar, ascensão do, 377.
- despovoamento, 620.
- destino humano, nova concepção do, 484.
- deterioração urbana, 513.
- detritos, 483.
- Detroit, 508.
- Deus, absolutismo de, 378.
- deuses, 46; aparecimento dos, 131; conselheiro dos, 27; familiares, 38; gregos, transformação dos, 163.
- Dewey, John, 163.
- dialética, luta e, 134; grega, desafio da, 196-202.
- diálogo, drama e, 133-34; dramático, 134; humano, 621; aparecimento do, 133; urbano, 201.
- Dicamo, 182.
- Dichtung und Wahrheit*, 215.
- Dickens, Charles, 440, 484.

- diferenciação, 28; social, 131; vocacional, 46.
- difusão, cultural, 105; demográfica, 567; suburbana, 565.
- diágnosias, vítimas das - na França, 402; públicas, 460, 528.
- dimensão humana, perda da, 387.
- Dinâmica Social e Cultural*, 394.
- dinamismo, 16.
- dinastias principescas, poder das, 368.
- dinheiro, 397, 463; amor capitalista ao, 397; interesses de, 451; introdução do, 121; primado do, 281-82.
- Dinócrates, 136.
- Diocleciano, 147, 257.
- Diógenes de Enoanda, 214.
- Dionísio, 153; culto de, 156; teatro e templo de, [8]; de Halicarnasso, 238.
- Djotima, 153.
- diques, 476, 488.
- Direito, 27; consuetudinário, 27; divino, 46, 124, 398, 413, 616; germânico, terra no, 289; romano, 300.
- disciplina estética medieval, 324.
- Discurso Sobre o Método*, 338.
- dispersão, cultural, 105; demográfica, 552; urbana, 315, 466, 594.
- dissensões religiosas, 297.
- dissolução, medieval, 375-76; urbana, expansão comercial e, 445-81.
- distrito comercial neolítico, 517.
- distritos industriais, 458.
- diversidade, 56.
- divindade, 621.
- Divindade Cibernética, 585, 611.
- divisão do trabalho, 12, 25, 55, 56, 118-23, 195, 585; segregação de funções e, 121.
- dízimo, 291.
- documentos, 41, 113, 614; escritos, 44, 112.
- doenças, redução das, 516; ocupacionais, 504.
- domesticção, 17-18, 34, 71, 109; de animais, 24; dos cereais, 33.
- domesticidade, aumento da, 415; subúrbio e, 534; medieval, 307, 314.
- Domingos, São, 346.
- dominicanos, 371.
- domínio aristocrático, fundamentos do, 40.
- dominium*, 276.
- dona-de-casa, papel da, 408; suburbana, 449.
- Doncaster, [50].
- Donora (Pensilvânia), intoxicação em, 512.
- Dordona, 13.
- doutores, 47.
- Downes, 515.
- drama, 403, 614; desenvolvimento do, 157; diálogo e, 133-34; herança religiosa do, 157; Igreja e, 399; ritual e, 130-33; humano, personagens do, 133; urbano, 130-34; novo, 83.
- dramaturgo, aparecimento do, 131.
- dreno, 23.
- Dresden, 117; museu de, 412.
- dualismo grego, 153.
- Dublín, 499.
- Dumbarton, 287.
- Dumuzi, 31.
- Dunkerque, [34].
- Duomo de Florença, 313.
- Dura-Europos, 216.
- durée*, 397.
- Dürer, Albrecht, 304, 320, 391.
- Durham, 102, 273, 334.
- East Side, Londres, 285.
- Eberstadt, 390.
- Ecclesiazusae*, 183.
- eclesía, 131, 173; novo tipo de, 268.
- ecologia, 21, 619.
- economia, 17; expansão na, 286; lugar da mulher na nova, 18; providência divina e, 498; recuperação da, 601; aquisitiva, 412; barroca, 473; capitalista, 300, 461, 479, 480, 481; prenúncios da, 282; cidadã, 367; cristã, 171; de abundância, 211; de consumo, 573; de mercado, 85; de produção, 576; grega, 171; homo-mecanizada, 72-73; mecânica, progresso da, 617-18; medieval, 480; limitações da, 451; medieval urbana, 473; mesolítica, 15; metropolitana, 568, 576, 584; monetária, 121, 149, 395; municipal, 461, 463; neolítica, 26, 31; neotécnica, 517; paleotécnica,

- 517; regional, 605; romana, 264; totalitária, 85; urbana, 44, 86; urbana capitalista, 455; vital, 619.
- economistas, 569.
- Edgbaston, 528.
- edifícios, orientação dos, 458-59; públicos, 496.
- Edifícios Peabody, 469.
- Edimburgo, 239-43, 394, 419, 430-32, 457, 464, 467, 488, 490, 503; apartamentos de, 318; Cidade Nova de, 431; Milha Histórica de, 340.
- educação, 115, 620; processos da, 574-75; aristocrática, 484; "humanística", 301.
- Éfebo, juramento do, 144, 257.
- Éfeso, 230, 234, 235.
- Egeu, mar, 135-36, 140, 147, 148, 151, 217, 309, 311.
- Egina, 149.
- egípcios, 19; cultura dos, 25.
- egiptólogos, 101.
- Egito, 13, 20, 41, 49, 51, 57, 68-9, 76, 80, 93-8, 102, 126, 137-38, 140, 149, 150, 191, 193, 209, 211, 218, 220, 272, 613; algodões do, 70-71; arquitetura monumental do, 71; ausência de muralhas no, 98; camponeses do, 70; centralização dinástica no, 103; cidades do, 67, 72, 93-4, 105; "cidades novas" do, 100; culto dos mortos no, 71; docência social no, 99; derrocada do poder centralizado no, 98; diferença entre Mesopotâmia e, 97; divisão do trabalho no, 119; domesticação no, 71; hierarquia de classes no, 103; implosão urbana no, 102; irrigação no, 96-7; monoteísmo político no, 100; organização burocrática no, 98; pirâmide tumular do, 109; planejamento de cidades no, 100; profissões no, 120; religião no, 100.
- ego coletivo grego, inflação do, 164.
- ego urbano, 313.
- Eiseley, Loren, 34.
- Elba, 236, 274.
- elefantíase megalopolitana, 262.
- elegância barroca, desaparecimento da, 411.
- elegantes, 428-32.
- eletricidade, 517.
- Elêusis, 146, 224.
- elevador, 465.
- Eliade, Mircea, 46, 58.
- Élida, 160; agora de, 168; Hipódromo de, 168.
- Eliseu, 13.
- Elizabeth I, 299, 527.
- El Kab, 95.
- Emerson, R. W., 113, 143, 184, 197, 208, 416, 465, 535, 593, 611.
- epopéias comerciais, 485.
- empresendedor capitalista, 446.
- empresa capitalista, 280, 443, 449-50, 461, 463, 470, 610; comercial, 474; nova mentalidade na, 517; especulativa, 449.
- encanamento de ferro, aparecimento do, 504.
- encanamentos, ausência de, 500.
- encomendas, sistemas de, 671.
- enchentes, 68, 77, 106, 148; controle de, 613.
- enclausuramento, 378.
- energia, carvão e, 495; atômica, desengateamento da, 41; elétrica, 582, 608; hidráulica, 493; aproveitamento da, 282; física, 615; humana, 47; nuclear, 34, 570.
- energias humanas, expansão das, 41.
- Engels, Friedrich, 502.
- engenharia, 400; civil, 38, 72; hidráulica, 12; romana, 229, 237-39, 256.
- engenheiro, 37; militar, 419; militar italiano, 419-20; municipal, 563; papel do, 457; ferroviário, 499, 518; romano, 147.
- English Courtier, The*, 523.
- English Journeys*, 429.
- Enkidu, 30, 34, 47, 77, 85.
- enquistamento, 103.
- entelêquia, 204.
- entremistura, 35.
- enxada, cultura da, 35, 109; uso da, 29.
- eópolis, 600.
- Épicuro, 223, 522.
- Epidauru, 153, 158.
- epidemias, 522.
- época, buroca, moda na, 397; vitoriana, 452.
- equidade, 59.

- equilíbrio, dinâmico, 62, 611; regional, 571; social, 449.
- equipamentos tecnológicos, 74.
- Era, Helenística, 178-183; urbanismo da, 217, 219; Neolítica, 72.
- Erasmus, 305, 318.
- Erecteu, 174, 179.
- Erétria, 156.
- Erie, canal, 463; lago, 565.
- Erlach, Fisher von, 407.
- erosão, 136.
- erotismo visual, 417.
- Escala Humana, [59].
- escambo, 286.
- escassez, 45.
- escavações, 109; arqueológicas, 87, 89.
- Escócia, 563.
- escola, 39, 595; local, 426; primária, 447, 541; secundária, 575.
- escolas, gratuitas, 518; primárias leigas, primeiras, 295; suburbanas, 535.
- escravidão, 53, 55, 120, 180, 201, 208, 613, 616.
- escravização, 111, 127.
- escribas, 47, 58.
- escrita, 42, 112; invenção da, 49; introdução da, 121; princípio da, 105; mesopotâmica, 105.
- escritórios, prédio de, 385, 410, 474.
- escultura, barroca, 382; grega, 141.
- escuridão, indiferença paleotécnica à, 514.
- esgotos, 23, 317, 504, 516; prosperidade municipal e, 500-1; romanos, 238-40.
- Eshnunna, 74-5.
- esnobismo romano, 232.
- espaço, competição em busca do, 391; geometrização do, 399; aberto, função social do, 168; arquitetônico, 15; visual, 547; interplanetário, exploração do, 616.
- Espanha, 476.
- espanhol, 271.
- Esparta, 139, 141-42, 149, 160, 180, 208.
- espartanos, 383.
- especialistas urbanos, primeiros, 118.
- especialização, 46, 118-19, 120-21, 124; personalidade individual e, 125; vocacional, 120, 176, 613, 617; Platão e, 197; sexual, 121.
- espécie humana, aniquilação da, 620.
- especulação capitalista, 485; imobiliária, 327, 453, 457, 460-65, 544, 559, 579; pecuniária, 463.
- espetáculos gladiatórios, 253-59.
- espírito comercial, atributos do, 298.
- Espírito Santo, 271.
- "Esprit Nouveau", 514.
- espuladeira mecânica, 368.
- Ésquilo, 164, 187.
- esquizofrenia, 175.
- Essays on Education*, 507.
- Essen, 509, 573.
- estação ferroviária, 545; localização da, 498-99.
- estacionamento, 551; parques de, 466, 536, 547-48, 590-92.
- estadismo barroco, 382.
- Estado, 398, 507; características do, 117; cidades e tolerância do, 463; consolidação do, 396; crescimento do, 388; economia barroca do, 473; poderes do, 461; poder militar do, 370; política barroca e, 408; secularização do, 348; absolutista, 490; lei do, 393; egípcio, 101; militar, 139; moderno, 484; capitalismo no, 388; técnica no, 388; nacional, 370-71, 376, 576; absolutismo do, 378; crescimento do, 451; soberano, 124, 289; territorial, 400.
- Estados, autoridade central nos, 365; feudais, consolidação dos, 383; derrubada dos, 436; germânicos, 388; totalitários, 42, 45, 97; sigilo nos, 76.
- Estados Unidos, 115, 167, 211, 255, 293, 377, 462-63, 469, 490, 495, 528, 546, 563, 580-82, 599, 600; arquitetura "moderna" nos, 552; centros cívicos dos, 460; governo dos, 440; lazer nos, 144; população dos, 571; Senado dos, 162, 173; subúrbios dos, 539.
- Estalagens da Corte, 215, 338, 404.
- estatísticas, 506.
- esterco, utilização do, 21; valor do, 31.
- estética barroca, audácia da, 435.
- estilo barroco, tom ostentatório do, 435; metropolitano, 578.
- estímulo espiritual, 16.
- Estocolmo, 545, 564.
- Estrabão, 237, 260.
- estrada de ferro, 400, 460-61, 495, 528,

- 530, 576; propagação da, 583; vítimas da, 402.
 estradas de rodagem, 495.
 Estrasburgo, 231.
 estratificação, 28; ocupacional, 120.
 Estrôncio, 76, 570.
 estrutura, doméstica, alteração da, 415; institucional, cidade e, 107.
 estruturas urbanas, 20; transformação das, 128.
 estuário, 15.
Estudo de História, 111.
 Étana, 31.
 "eterização", 127-29, 263, 562, 606-7.
 eterno, crença no, 45.
 Etrúria, 142, 214.
 etruscos, 526.
 Eubolo, 168.
 Euclides, 219.
 Eufrates, rio, 24, 67, 70, 74, 78, 92, 136, 216.
 Eurídice, 223.
 Eurípides, 134, 186, 216.
 Europa, 117, 370, 377, 465, 468; arquitetura "moderna" na, 552; cidades novas da, 433; colonização da, 283-84; conflitos militares da, 394; corporações cívicas da, 384; jurisdições em conflito na, 368; novas cidades da, 287; novos traços culturais na, 376; regulamentos burocráticos na, 498; Central, 26; medieval, 499; Ocidental, 210, 213, 268, 382; urbanismo na, 234; Setentrional, 233; populações bárbaras da, 277.
 Eutopia, 14, 355-56.
 Evans, Sir Arthur, 137.
 Evelyn, John, 365, 378, 412, 429.
 evolução, 43, 489; natureza da antiga, 41; animal, 12; urbana, nota final da, 569.
 exaltação emocional, 15.
 "exatidão funcional", 431.
 excomunhão, 290, 294.
 exército, 58, 116, 376; necessidades do, 401; permanente, 287, 399, 494; mesopotâmico, 50; regular, 54, 392-93.
 exibição, barroca, 419-24; principesca, 446.
 existência, luta pela, 490; humana, limita-
- ções animais da, 45; metropolitana, fatores negativos da, 599.
 existencialistas, 603.
 êxodo suburbano, 523, 528, 534, 540, 552, 555.
 expansão, superstição da, 399; comercial, 446; dissolução urbana e, 445-81; econômica, 527; metropolitana, 543, 577, 603; limites da, 591; urbana, 445; limites da, 78; preço da, 461-64.
 exploração, 127; civilizada, nova economia da, 45; capitalista, 282; econômica, 202.
 "explosão demográfica", 620.
 explosão, tecnológica, 42; urbana, 582.
 exsudação cultural, 116; urbana, 545.
 extermínio, 51, 63, 78, 127, 616.
 fábrica, 483, 496; cortiço e, 496-503; situação da, 496-97.
 fábricas, organização mecânica das, 411; concentração de, 418.
 fachada bidimensional, 379.
 fachadas, repetição barroca das, 428.
 Fairman, H. W., 94.
 Fall River, 494.
 família, 614; coesão da, 125; ligações da, 35; urbana medieval, 307.
 famílias, 15, 25; judias ortodoxas, 27.
 fanatismo religioso, 382.
 Faneuil Hall (Boston), 470.
 fantasia simbolizada, 14.
 faraó, 49, 73, 98, 100, 126; deificação do, 93; domínio do, 96; imortalidade do, 71, 97.
 Farnell, Lewis, 138.
 Faros, ilha de, 135.
 faturas comerciais, 445.
 Faustina, 268.
 febre tifóide, 501.
 fecundidade, 19.
 federalismo bêocio, 161.
Federalista, 173, 369.
Fedro, 144, 189.
 feitu, dia de, 471.
Festa de Valades, 411.
 feiras, 278-79; internacionais, 280, 411; semana, 84.
 feitiçaria, proscição da, 377.

- felicidade doméstica, 502.
 Ferguson, W. S., 131, 187.
Feriado do Sapateiro, O, 449.
 feriados romanos, 253-54.
 Ferrante, 379.
 Ferrara, 385.
 Ferris, roda de, 339.
 ferro, 408, 517, 383; aumento da produção de, 484; colunas de, 473; encanamento de, 501.
 ferrovia, 488, 498, 544, 549, 565, 582; cidade e, 483; eletrificada, 583; subterrânea, 518.
 fertilidade, 48; culto da, 49, 61; ritos de, 18, 49, 92, 105, 121, 151, 157; sacrifício pela, 51.
 fertilização, ritos mágicos da, 118; sentido do termo, 21.
 festivais, pan-helênicos, 153; religiosos, comércio e, 279; religiosos gregos, 154, 156.
 Festival do Ano Novo, 49.
 Festa, Palácio de, 138.
 feudalismo, 289, 388; desenvolvimento da cidade no, 287; comercial, nova espécie de, 297.
 fabricação e tecelagem, mecanização da, 492.
 Fídias, 162, 178, 185.
Fields, Factories, and Workshops, 555.
 Fiennes, Célia, 429.
 Fiesole, 157, 526.
 figura geométrica, 478; supervalorização da, 424.
 Filadélfia, [54], 121, 213, 335, 420, 437, 464, 470, 499, 503, 535, 597, 602; congestionamento em, 538; pátios ferroviários de, 499; planta em estrela de, 524; população de, 571.
 Filantropia, 486; imposto de renda e, 581.
 filhos, 22-3.
 Filipe da Espanha, 405.
 Filipe da Macedônia, 161, 203.
 Filípópolis, 234.
 filisteus, 509.
 filosofia, grega, 141; natural, 189; platônica, 194.
 "finalidade", 204.
 finanças, 577; capitalistas, 395.
 financista, papel do, 390.
 física, causalidade na, 204; mecanicista, 376.
 fisiologia, 418, 517.
 fita magnética, 589.
 Fitz Stephen, William, 315, 324, 335.
Five Stages of Greek Religion, 214.
 Flandres, 281-82, 288, 311; indústria têxtil, 369; unificação política de, 279.
 Flávio, Anfiteatro de, 246.
 Florença, 9, [24], [25], [26], 90, 157, 186, 233, 269-70, 285, 304-5, 310, 314, 318, 326, 331-32, 367, 379-80, 383-84, 454, 523, 526, 606; calçamento de, 336; Catedral de, 325; cunhagem de moedas em, 396; hospitais de, 322; Mercado da Palha de, 325; muralhas de, 340; população de, 284, 326, 341; Priores de, 384.
 fócios, 53.
 foguetes espaciais, 218, 585, 619.
folk, culturas de, 132.
 fome, 14; disciplina da, 492-93.
 Fontana di Trevi, 260.
 fonte, 321; pública medieval, funções da, 329.
 força física, culto da, 48; superestimação da, 48; militar, reserva de, 62.
 forças econômicas, novas, 445.
 Ford, Henry, 508, 578.
 forma barroca, incongruência da, 434.
 "formas livres", 425.
 formigueiro, 55.
 fortaleza, 9, 46; como recinto sagrado e inviolável, 46; pós-micênica, 150.
 fortalezas, 78.
 fortificações, 39, 137, 388-91, 423; artes das, 391-92.
 fórum, 230, 233, 428-31; função do, 97; romano, 168, 229, 244-46, 268.
 Forum Romanum, 241.
 fossos, 23, 53, 79.
 Fourier, Charles, 582.
 Fowler, W. Warde, 173, 187.
 Fragonard, 417.
 França, 13, 233, 236, 273, 285, 336, 369-70, 384, 390, 408, 417, 495, 607; antigo regime na, 472; diligência na, 402; liberdade municipal na, 277.

monopólios na, 366; palácio urbano da, 409; propriedade da terra na, 405.
francês, 271.
franciscanos, 371.
Francisco de Assis, 345, 347.
Francisco I (França), 215, 394, 455.
Frankfort, Henri, [5], 41, 43, 57, 74, 80, 86, 88, 126, 215.
Frankfurt-am-Main, 445, 454, 563; banheiros de, 418; banhos públicos em, 320.
fraternidades cristãs, 262.
Frazer, Sir James, 32, 48.
Frederico, o Grande, 391, 453.
Fresh Meadows, [51].
Freud, Sigmund, 585.
Freudenstadt, 424.
Frick, Henry, 413.
Friedländer, Ludwig, 287, 291.
"fronteiras nacionais", 399.
Fugger, Jacob, 371, 413, 468.
Fuggerei, 469.
Fulda, Abadia de, 323-24.
fumo, poluição pelo, 510.
funcionários egípcios, 122; palacianos, 47.
funções, econômicas, segregação das, 121; neolíticas, 24; urbanas, 110, 424-28; desenvolvimento das, 109-14.
fundição, 493.
Fustel de Coulanges, 78.
gado, criação de, 68.
gafanhotos, 49.
Galateo, 413.
Galeno, 159.
galeria, aberta helenística, 215; de arte, 413; de compras, 474-75; coberta de vidro, [38].
Galeria Nacional, 413.
Gales, 342.
Gália, 140, 231-32, 236, 265, 272.
Galileu, 611.
gangorra, aparecimento da, 411.
gangsters, 599.
garagens, 466, 550-51.
Garden Cities of Tomorrow, 556.
Gardner, Mrs. Jack, 413.
Gary (Indiana), 508.
gás, iluminação a, 504, 509, 511; carbônico, 518.
Gasconha, 287.

Gaskell, 504.
gasômetro, 509.
gato, abundância do, 20.
gazelas, 34.
Geddes, Patrick, 36, 63, 153, 254, 469, 502, 508, 517, 557, 575, 583, 600.
Gemeinschaft, 337.
Genebra, 128, 286, 325, 391.
General Motors, 465.
Gênese, 31.
genocídio, 600-1; coletivo, 520; nuclear, 620.
Gênova, 279, 298, 310, 319, 428, 452, 474, 503, 532; Quatro Grandes de, 380.
geometria, barroco e, 435; prioridade da, 424; urbanismo e, 425; esférica, 425.
geometrização do espaço, 399.
geotécnica, 22.
George, Henry, 461, 558.
Georgetown (Washington), 442.
geração sexual, 16.
Gernrode, convento de, 234.
Gerosa, 234.
Gesellschaft, 337.
Ghent, 281, 368; população de, 284.
Gierke, Otto, 368, 386.
gigantismo, 494; expansão do, 586-89.
Gilgamesh, 30, 34, 38, 41, 71, 80, 83, 85, 89, 121.
Gille, Bertrand, 283.
ginásio, 155-56, 160, 168, 182, 208; localização do, 523.
Giotto, 376; torre de, [26].
Gizé, 100; pirâmides de, [1], 95.
Glacial, Idade, 122.
Glanville, José, 377.
Glasgow, 499, 503.
Glastonbury, 15.
glifos, 77, 112.
Goderich (Canadá), 422.
Goethe, W., 375.
Golden Bow (Londres), 435, 439.
Goldene Ducht, Da, 336.
Goldsmith, Oliver, 411.
golfe, campo de, 535.
Górgias, 191.
gosto, decadência do, 505-6.
gótico, 382.
governante absoluto, 142.
governantes totalitários, 617.

governo, 27, 110; forma religiosa de, 95; sistema dualista de, 76; absoluto, 398; egípcio, 103; espartano, 162; federal representativo, 201; origens do, 161-68; municipal, 461; nacional, poderio do, 383; temporal, 370.
Governo de Atenas, O, 144.
Gracos, 120, 254.
Gesse, planta em, 214, 229, 459-62; traçado em, 108.
Grandes Esperanças, 531.
Grandes Lagos, 495.
Grande Sociedade, aparecimento da, 223-24.
grand-place, 161.
Grandpré-Molière, 359.
Grão-Vizir, 94.
Gray, Estalagens de, 428, 538.
Great Good Place, The, 154.
Great, Malvern, [42], 528.
Grécia, 110, 135-76, 220, 233, 263, 269, 276, 490, 528; banhos públicos na, 184; cidades da, 74, 614; cidades mercantis da, 205; confederação de cidades da, 159-60; conquista romana da, 216; democracia e escravidão na, 296; homossexualidade na, 156; imigração na, 145; irmandades da, 295; obras públicas na, 163-64; pensadores políticos da, 159; Sete Sábios da, 210; vida urbana na, 258.
Green Park, 414.
Greensboro, N. C., [47].
grego, 27, 300.
gregos, 112; cultura dos, 25.
Grenoble, 454.
greve, 366.
Gross, Charles, 295-96, 358.
Grosvenor Square, 430.
grua mecânica, 454.
grupo primário, 614; filiação ao, 110-11; vantagens do, 553.
grupos ocupacionais, 37-8.
gruta mitraica, 15.
guarda-livros, escritório do, 396.
Guarínônio, 320.
guerra, 12, 32, 50, 53, 78, 85, 98-100, 113-15, 124, 145, 148, 162, 188, 202, 210, 484, 613; atividade econômica negativa da, 51; causas da, 193; colorido econômico da, 51; construtora de cidades, 392-94; difusão mundial da, 51; elogio platônico da, 199; esporte dos reis, 54; finalidades da, 55; Hesíodo e a, 149; institucionalização da, 52; instituição urbana da, 51; melhoramentos técnicos da, 55; nova instituição da, 58; organização da, 53; origens da, 51-2; pirataria e, 142; Platão e a, 149; práticas incentivadas pela, 141; rituais da, 140; simbiose negativa e, 127; transformação da arte da, 393; de classes, 281, 367; nuclear, 570, 599; organizada, nova instituição da, 33.
Guerra Civil (EUA), 411, 441.
Guerra dos Boers, 505.
Guerra Mundial, Primeira, 377, 453, 505, 570; Segunda, 299, 377, 455, 555, 582, 619.
Guerra Pérsica, 191.
Guerra Púnica, segunda, 254-66.
guerreiros, armados, nova casta de, 52; micênicos, 140.
guetos, 418.
Guicciardini, 388.
Guidé des chemins de France, 386.
guilda, aparecimento da, 294; coloração religiosa da, 294-95; decadência da, 297; família e, 307; motivo econômico e, 297; normas protetoras da, 301; serviços da, 294-302; de mercadores, crescimento da, 296; de ofícios, crescimento da, 295.
guildas, 261, 278-79, 283, 295, 367-68, 376, 419, 595; abolição das, 484; colapso das, 366; práticas monopolísticas das, 492; regulamentos das, 366; supressão das, 449.
Guildhall (Londres), 298.
Gúrnica, 74; ruínas de, 137.
Guyon le Roy, 455.
Haarlem, 475.
habilidade tecnológica, 63.
habitação, melhoria da, 506; preço da, 452; familiar, 434.
habitações, coletivas, 534; congestionamento das, 506; coletivas romanas, 238-

- 42; industriais, características das, 503; paleotécnicas, 502;
 hábitos eróticos, novo código de, 415.
 Haeckel, Ernst, 490.
 Haemon, 133.
 Hágua Triada, 214.
 Haia, 445.
 Hamburgo, 134, 503, 600; bórdéis de, 307; população de, 382.
 Hampstead, 527.
 Hampstead Garden, subúrbio de, [44], 464-65, 537.
 Hamurabi, 31, 63; código de, 97, 124.
Handelstätt, 450.
 Harapa, 46, 138; melhoramentos sanitários de, 138.
 Hardwick Hall, 308.
 Harrington, Sir John, 417.
 Harlem, 586.
 Harlow, [60], [61].
 Harrison, Jane, 130.
 Harvard, [52].
 Hator, 97.
 Hatsepsut, rainha, templo da, [4].
 Haussmann, barão, 170, 191, 401, 419-20; 423, 436, 441-42, 516-17, 537.
 Havaí, 68.
 Havre, 445.
 Heerengracht, 477.
 Hefáisto, 164.
 Hegel, 276, 278.
 Heil, 322.
 Heitland, W. E., 264.
 Hélade, 153-54, 161, 169, 208.
 Heliópolis, 67, 165.
 Hemisfério Setentrional, 207.
 Henrique I, 274.
 Henrique II, 448.
 Henrique III, 473.
 Henrique IV, 428.
 Henrique VII, 405.
 Heracles, 41.
 herança, cultural, 614; renovação da, 301; romana, 273; social, cidade e, 495; urbana, destino da, 103.
 heresias, 264; 372.
 Hermes, 13.
 Heródoto, 56-7, 62, 81, 90-2, 120, 122, 139, 154, 163, 169.
 herói, 72.
 herói caçador, virtude do, 34.
 Hesíodo, 21, 62, 139, 148, 164; guerra e, 149.
 Héstia, 172, 199.
 Heyne, Moritz, 309, 337.
 hibridação biológica, cidade e, 111.
 hicsos, 53, 98, 101.
 hidráulica, 22.
 Hieraconópolis, 95.
 hierarquia administrativa, triunfo da, 386.
 hieróglifos, 21, 95, 112; egípcios, 105.
 Hígeno, 230.
 High Wycombe, 167.
 higiene, 159, 502, -516; planejamento da cidade e, 515; teoria hipocrática da, 158-59; municipal, falta de, 500; pessoal, impossibilidade de, 501; sabão na, 507; pública, 513; origens gregas da, 158; urbana, 88.
 higienistas, 516.
 Hilprecht, coleção, 90.
 Hilversum, paço municipal de, 298.
 Hipócrates, 152, 158-59, 207.
 Hipódamo, 191, 192-93, 213, 238.
 Hipólito, 378.
 Hipona, 253, 262, 270.
 hipotecas, 579-80.
 História, 9, 568; ensinamentos da, 483; negação da, 397; escrita, 44, 614; proto-urbana, 67; urbana, 103-12; fontes da, 159.
História Começa na Suméria, A, 92.
 historiadores urbanos, 51.
 Hitler, 54, 253, 617.
 Hobbes, Thomas, 32.
 Hocart, A. M., 18, 48, 118.
 Hocleve, Thomas, 312.
 Hogarth, 432.
 Holanda, 365; poder político na, 602; união das cidades da, 369.
 Hole, Christina, 14.
 Holford, William, [55].
 Hollyrood, Abadia de, 340.
 Holm, 416.
 homem, associação simbiótica do, 20; aurore do, 14; desenvolvimento histórico do, 10; destino do, 569; domesticação do, 18, 34; meios de reprodução do, 620; necessidades do, 488; natureza do, 569; reedificação do, 132;

- segunda natureza do, 56; "behaviorista", 591; "civilizado", 114; poderes do, 59; vida do, 128; da rua, 423; "das cavernas", 33; histórico, 18, 197; moderno, 72, 602, 618; neolítico, plantações do, 68; paleolítico, 13, 17; pré-histórico, 13; primitivo, 10, 32-3, 60; urbano, 49, 117, 125, 128, 133, 413; natureza do, 119; novo, 82.
 Homem a Cavalos, 383.
 Homem Pós-Histórico, 10, 122, 598, 616.
 Homero, 112, 142, 166, 278.
 homossexualidade, 156.
 homínulo, novo, 585.
 Honório, 258.
 Horácio, 264.
 hospital, 386; função do, 605; melhoramentos higiênicos do, 517.
 hospitais medievais, 292, 313, 322.
 hotéis, 410-11, 474, 608.
 Houston, J. M., 287.
 Howard, Ebenezer, 96, 174, 200, 461, 474-75, 515-16, 556-66, 575.
 Huang-Ho, 67.
 Hudson, 565.
 Hugo, Victor, 221, 509.
 Huizinga, Johan, 303.
 Hull House, 541.
 humanidade, unidade da, 368.
 Hutton, 394.
 "Hygéia, ou A Cidade da Saúde", 517.
 Ícra, 182.
 Idade do Bronze, 23, 41, 57, 118, 496, 588, 610.
 Idade do Cobre, 54, 57, 72, 74, 114, 140.
 Idade do Ferro, 23, 40.
 Idade Industrial, 302.
 Idade Média, 76, 79, 95, 163, 202, 231, 236, 249, 269, 272, 276, 287, 365, 368, 370, 378, 382, 386, 390, 413, 433, 472, 487, 516, 523; aldeias feudais da, 508; asilos da, 330; banheiros na, 372, catedrais da, 73; colonização na, 486; construção de cidades na, 289; construtores da, 298; crianças na, 313; feiras internacionais da, 280; fim da, 300; governante andarilho da, 385; guildas da, 261; Igreja na, 371-73; liberdade na, 450; poderes em choque na, 382; praça aberta na, 428; proteção na, 446; segurança na, 446; teatro na, 186; trabalhadores da, 449; 467.
 Idade Média Minúcia, 137.
 Idade Nuclear, 64.
 ideal, cristão, 292; democrático, perversão do, 410; propagação do, 525.
 identidades, reformulação das, 132.
 ideogramas, 85.
 Iena, 73, 90.
 Igreja, 271, 277, 302, 368, 371-73, 377, 446, 595; absolutismo da, 371; autoridade espiritual da, 371; autoritarismo da, 371; compra de posições na, 377; corrupção na, 371; domínio da, 290-94; drama humano da, 305; papel da, 277; poder econômico da, 277; universalismo da, 371; venda de indulgências na, 377; Medieval, desintegração da, 404.
 Igrejas Nacionais, 46.
 igualdade política, 367, 490.
Íliada, 64, 139, 143, 166.
 Ilíaco, 146.
 Illinois, 475.
 iluminação artificial, 87.
 Iluminismo, 297, 492.
 ímã, 19, 101, 111; reforçamento do, 129; templo local e, 120; urbano, 96-7.
 imigração, 104.
 imigrantes, 485-86, 506.
 imitação, 130.
 Imma, Viúva, 278.
 imortalidade, 71, 96-9.
 imperativo divino, 59.
 imperialismo, ateniense, 148, 175; colonialista, 395; grego, crescimento do, 145.
 Império Romano, 227-66, 566; cidades industriais do, 236; cristianismo no, 268; desintegração do, 271, 277; irmandades do, 295; queda do, 290; do Ocidente, colapso do, 95.
 implementos agrícolas, 74.
 implosão, 42-3, 93; urbana, 44, 49, 54, 58, 61, 72, 80, 96, 101-2, 106, 116, 399, 618.
 impostos, administração nacional de, 395; isenção de, 288.
 improvisação urbana, 486.

- imundície, congestionamento e, 500; diferença paleotécnica à, 514.
- Inana, 34.
- incêndios, proteção medieval contra, 308.
- inconsciente, arquétipos do, 83; poderes do, 72; coletivo, 38.
- Independence Hall (Filadélfia), [54].
- independência, feudal, 388; municipal, 95.
- Índia, 20, 122, 224, 392; cidades novas, 563; divisão do trabalho, 120.
- Índias, Companhia das, 455; Orientais Holandesas, 571; vale do, 71, 107.
- individualismo atômico, 489.
- "indivíduo emancipado", 398.
- Índo, 67-8; 74, 102; 137; 613; cidades do indulgências, venda de, 372, 377.
- indústria, 443, crescimento natural da, 406; desenvolvimento da, 445; importância do centro urbano para a, 494; lucros da, 521; nova cidade e, 557; ressurgimento da, 282; capitalística, 366, 369, 395; manual, 487; mecanizada, 484; têxtil, 368, 492-93.
- industrialismo, 445, 507, 515, 531; desaminhos do, 483; saúde urbana no, 506; vida urbana e, 516-17.
- industrialização, 43, 462; urbanização e, 485.
- industrial vitoriano, 520.
- indústrias, aglomeração de, 487; químicas, 510.
- infantaria, 389.
- Inferno, 130.
- infinito, crença no, 45.
- Inglaterra, 76, 102, 117, 137, 175-76, 232, 265, 270, 294, 301, 318, 369, 382, 384, 400, 416, 430, 490, 493, 496-97, 503-4, 506, 520, 522, 564, 596, 600; autoridades paroquiais da, 337; bibliotecas da, 609; calçamento de ruas na, 336; Cidades Novas da, 89, 517, 537, 542, 545, 570; colônias romanas da, 205; Comissários de Bosques e Florestas da, 463; Estado moderno na, 384; higiene na, 314; Igreja na, 290; imundície na, 319; indústria manual na, 492; lei de construções na, 442; liberdade municipal na, 276; monopólios na, 366;
- moradias de trabalhadores na, 500; mortalidade infantil na, 506; urbanização na, 485.
- iniciativa, liberdade de, 490-91.
- Inimigo Humano, 60-1.
- Innsbruck, 336.
- inovações técnicas, 116.
- insalubridade, urbanização e, 507.
- inseminação artificial, 194.
- Insetópolis, 52.
- insetos sociais, 12, 55.
- instituições, cívicas romanas, decadência das, 261; medievais, renovação das, 375; neolíticas, 28; palacianas, 414.
- instituto de pesquisas, 566.
- instrução militar, campos de, 394.
- insulae*, 242-44, 269, 319, 513.
- interação, 120; dinâmica, 39.
- intercâmbio, 33.
- intercurso, 16, 129; área de, 43; comunal, 119; face a face, 614; humano, 101; cotidiano, 125; sexual, prostituição e, 122; social, 68.
- interiores medievais, iluminação dos, 308.
- intervenção real, 59.
- intimidade, 58, 415-16.
- inundações periódicas, 68.
- invenção, 35, 42, 367; economia e, 573; época da, 504; mecânica, 114, 119, 283, 445; neolítica, 23, 28; neotécnica, 511; tecnológica, 595; mau uso da, 568.
- inventividade, 38.
- investidor capitalista, 480.
- investidores, 577-79.
- Iona, 262-72.
- Ipres, 295; Les Halles de, 295; população de, 341.
- Ipuver, 71, 115.
- Irã, 67, 70, 91.
- Irlanda, 212, 273, 489.
- irmandades medievais, 295.
- irracionalidade, 36; coletiva, 87.
- irrigação, 23, 28, 35, 42, 68, 70, 71, 79-81, 89, 238.
- Isaías, 51.
- Iserlohn, população de, 387.
- Ísis, 122.
- Islã, 533.

- Islândia, 137.
- isolacionismo, espartano, 161; medieval, 331; urbano, 161.
- isolamento medieval, 311-13.
- isopolidade, 160.
- Israel, 31.
- Istar, 36, 122.
- Itália, 142, 147, 206, 228, 230, 264, 269, 273, 286, 310, 336, 338, 368-69, 377, 380, 382, 408; cidades da, 211; cidades de colonização da, 264; cidades livres da, 275; cidades novas da, 563; colônias gregas na, 212; economia agrícola da, 284; indústria têxtil da, 368; invasão da - por Carlos VIII, 388; justificação do fascismo na, 402; população de cidades da, 241; vida civil na, 289.
- italiano, 323.
- Jacobsen, Thorkild, 27.
- Jaeger, Werner, 153, 188.
- Jaime I, 404.
- Jamdat Nasr, 73.
- James, Henry, 154, 239, 294, 603-4.
- James, William, 534.
- janela, aparecimento da - em Creta, 138.
- janelas medievais, 309.
- Januário, São, 292.
- Japão, 90.
- jardim, formal, 426; medieval, intimidade do, 403; particular, 504; subterrâneo, 529; zoológico, 413.
- jardinagem, 532.
- jardins, 411-12; de prazer, 411-12, 414; domésticos, 536; públicos, papel dos, 448.
- Jarmo, indústria de obsidiana em, 72.
- Jastrow, Morris, 138.
- Javeh, 585.
- Jefferson, Thomas, 236, 441.
- Jenyns, Soame, 527.
- Jericó, 42, 68, 109, 140; muralhas de, 259.
- Jerônimo, São, 250, 262, 269, 322.
- Jerusalém, 9, 15, 64, 125, 134, 153, 231, 259.
- jesuítas, 293, 397.
- João de Salisbury, 273.
- Joaquira de Flóris, 271.
- jogos, fúnebres, 131, 155; olímpicos, 149, 152, 154-56; 158, 160, 248; fim dos, 157, 258; finalidades dos, 156; origem religiosa dos, 154.
- Jones, Inigo, 411.
- Jônia, 140, 142, 192, 211; cidades da, 211; cidades comerciais da, 149, 170.
- Jordaan (Amsterdã), 478-79.
- Jordão, vale do, 24, 41.
- jornais, 590.
- José de Arimatéu, 15.
- judeus, 13, 418, 600.
- Juggernaut*, 499.
- Juizes*, 76.
- Júlio César, 241, 245, 257.
- Jung, dr. C. G., 100, 193.
- jurisdição real, limites da, 77.
- juros, 682.
- justiça, 27, 31, 59, 60.
- Justiniano, *Pandectos* de, 266.
- justo, preço, 524.
- Juvenal, 238, 241, 243.
- Kafka, 386.
- Kahun, 100.
- Karlsruhe, 419, 423-24, 440.
- Kärnten, 278.
- Keisergracht, 477.
- Kensington, 587.
- Kent, 285.
- Khafaje, 74, 117.
- Khorsabad, 46, 74, 77.
- Kingsport, Tenn., [58].
- Kipling, Rudyard, 534.
- Kish, 36, 57.
- Kloster und Burg*, 278.
- Kramer, S. N., [7], 85, 90.
- Kremlin, 36, 601.
- Kromm, 473.
- Kropotkin, 469, 554-57, 575.
- Kuhn, Emil, 146.
- lã, tecidos de, 70.
- Labó, dr. Mario, 428.
- La Bruyère, 404.
- lacedemônios, 54.
- Lácio, 230.
- Lagash, 26, 87.
- laissez-faire*, 297, 419, 440, 453, 489, 491,

- 528, 564, 573; absolutismo e, 492; justificação histórica do, 490; pretensões teóricas do, 515.
- Lancashire, 596.
- Lanciani, Rodolfo, 240, 260.
- Landa, bispo, 99.
- L'An 2000*, 412.
- Landshut, 337.
- Langland, William, 311, 336, 372.
- Laocoonte, 177.
- Lao-tsé, 26, 224.
- lápides, 13.
- Larak, 47.
- Lares, 249.
- lar medieval, móveis do, 416.
- Larsen, J. A. O., 161.
- Lascaux, cavernas de, [1], 13.
- latim, 271.
- Latópolis, 95.
- latrinas, 87, 182, 516.
- Laudação de Roma, 260.
- Lauwe, Chombart de, 636.
- Lavedan, Pierre, 100, 192, 208, 244, 269, 329, 339.
- Layard, Austen, 90.
- lazer, 114-15.
- Leatherstocking, 29.
- Leeds, 510; população de, 386.
- legislação humanitária, progresso da, 502.
- lei, 32, 59; ordem urbana, 55-9; marcial, 393.
- Leicester, 215.
- Leicester Square, 430.
- Leis* (Cícero), 264.
- Leis* (Platão), 165, 174, 194, 196-97, 201.
- Leis dos Pobres, 491.
- Leland, 318.
- Leman, lago, 286.
- L'Enfant, major Pierre-Charles, 436-43, 478.
- Lenin, 617.
- letargia política, 384.
- Le Roi Soleil, 399, 404.
- Les Halles (Paris), [38].
- Letchworth, 473, 558, 560, 563.
- Lethaby, W. T., 435, 438.
- levitas, 89.
- Levy, Gertrude, 78.
- Libânio, 234-35.
- liberdade, 35, 363; capitalismo e, 450; educação e, 617; preservação da, 520; vida corporativa e, 204; municipal, 230; morte da, 386; pessoal, igualdade política e, 411; urbana, 288; fim da, 290.
- liberdades, "municipais", 366; urbanas, 370, 401.
- Líbia, 217.
- Liceu, origem do, 155.
- Licurgo, 192.
- liderança social, concentração da, 54.
- Lille, 495, 509.
- Lille, Alain de, 446.
- limites, remoção dos, 582-85.
- limpeza, culto da, 514; doméstica, impossibilidade de, 501; pública, papel do porco na, 20.
- linguagem, 9, 63; comunidade de, 26; escrita, 59.
- Lisboa, 453; população de, 386.
- Lísias, 266.
- Lisícrates, 182.
- Lister, 514, 517.
- literatura, 113; clássica, preservação da, 271; romana, 232.
- Liverpool, 454-55, 467-68; porões como moradias em, 588.
- Livery, Companhias, 298.
- Livingstone, 617.
- livre, associação, 286; empresa, 573; "concorrência", 573.
- Livro de Jó*, 134.
- Livro do Juízo Final*, 291.
- livros, multiplicação dos, 76.
- lixo, 68, 183, 483, 491, 516.
- Llewellyn Park (N. Jersey), 537.
- local sagrado, 110.
- localismo medieval, 368, 378.
- locomoção, velocidade de, 548.
- locomotiva, 488; a vapor, deficiência da, 494.
- Loggia dei Lanzi, 379.
- lógica, 141.
- lojas, ao ar livre, 470; rua de, 85; de departamentos, 470, 473, 565, 573, 608; arquitetura das, 474; subterrâneas, 611.
- Lombardia, 278, 369.
- Londinum Redivivum*, 429.
- Londonderry, 419.
- Londres, [35], [38], [40], 36, [41], [47],

- [55], 75, 134, 230, 232, 235, 243, 261, 275, 289, 298, 311, 316, 324, 337, 378, 390, 396, 411, 414, 420, 424, 428, 430-31, 434, 446, 448, 452, 453, 455-56, 464, 469, 473-74, 481, 503, 506, 514, 523, 527, 558, 564, 581, 583, 586, 600, 604; água em, 321, 592; caça em, 374; *City* de, 90, 357; congestionamento de, 538, 564; Conselho Comum de, 299; cortiços de, 540; doenças de, 499; empregos administrativos em, 596; estátuas elisabetanas de, 448; fumaça de, 527; iluminação de, 235; incêndios de, 318, 404, 418; limites de, 583; novas praças de, 429; população de, 341, 386, 571; porões como moradias em, 500; ruínas de, 435; teatro em, 410; trabalhadores de, 593; Universidade de, [44].
- Long Island, 75, 464, 545.
- Lorris, 343.
- Los Angeles, [48], 512, 518, 543-44, 551, 560.
- Lourdes, 15, 36.
- Louvain, população de, 341.
- Louvre, [29], [30], 414.
- Lua, 38.
- Lübeck, 128, 280, 288, 304, 309, 331, 447, 455; calçamento em, 337; mudança de, 341.
- Lucca, 367, 384, 410.
- Luciano, 260.
- lucros, 85, 213, 289, 474, 479-80, 492, 494, 515, 521, 569, 587; cálculo dos, 447; capitalismo e, 461; máquinas e, 588; especulativos, 464-65.
- Ludovico, o Mouro, 419.
- lugal, 109, 126.
- Luís XIV, 124, 260, 409-10, 421.
- Luís XV, 473.
- Luís, o Pio, 278.
- Lutécia, 250.
- Luxemburgo, Jardim do, 215; Palácio do, 420.
- Luxor, [3], 111.
- luz, poderes da, 61; fluorescente, 520; solar, propriedades da, 516.
- Lydgate, 317.
- Lynd, Robert, 504.
- Lyon, 447, 450, 454; população de, 386.
- Ma'at, espírito de, 97.
- Macedônia, 91.
- macho, figura dominante do, 35; reação do, 34.
- MacKaye, Benton, 565.
- Madri, 433.
- magia, 14, 45, 47, 72, 124; primitiva, 55. mágicos, 47.
- Magna Grécia, 152.
- maias, 99, 105, 107; organização social dos, 107.
- Maine, *Sir Henry*, 286.
- Mainz, 274; guilda dos tecelões de, 295.
- Maison Carée, 236.
- Maitland, Frederick William, 275, 286.
- malária, 240.
- Mallinowski, Bronislaw, 32.
- Mall, avenida (Washington), [45], 439-40.
- Malthus, 571.
- maná, 68.
- Manchester, [50], 433, 435, 467, 487, 489, 494, 497, 500; congestionamento em, 538; hospitárias de, 501; população de, 386-87.
- Manchúria, 494.
- Manes, 262.
- Manhattan, [46], 321, 437, 461.
- Manhattanville, 586.
- maniqueísmo, 149.
- Mann, Thomas, 298.
- Mantinéia, 145.
- mão-de-obra, conscrição da, 43.
- mapas, 523.
- Maquiavel, 377, 389.
- máquina, economia da, 515; exigências da, 569; mito da, 552, 619; produtividade da, 483; "romantismo" da, 529; a vapor, 484, 493-94, 512-13, 517; de escrever, 576.
- máquinas, invenção de, 118, 616; ruído das, 498; automáticas, 120; humanas, 73.
- Maravilhas da Cidade de Milão*, 326.
- Marcelo, Teatro de, 269.
- "marcha da civilização", 521.
- Marches, (Itália), 369.
- Marcial, 241.
- Marco Aurélio, 218, 241, 246, 255.
- Marduk, 61, 114.
- marginais, 468.

Mariemkirche, relógio da, 128.
 marinheiro, 38.
 Marlowe, 128.
 Marly, 407.
 Marselha, 140, 147, 236, 455.
 Marshall, Alfred, 545.
 Marshall, Plano, 600.
 Martin, Roland, 212, 220.
 Martinho IV, papa, 321.
 Martini, Francesco, 419, 525.
 Marx, Karl, 281, 589, 617.
Marzipan, 280.
 massa, comunicação de, 580; legislação de, 518; subúrbio de, 552.
 matemática, 141; começo da, 35; abstrata, 42; cartesiana, 397.
 materialismo, 128; romano, 260.
 materialização, cidade e, 129.
 matérias físeis, 519.
 matérias-primas, compra de, 365.
 maternidade, valorização da, 313.
 Mau, August, 244.
 Maunsell, Sir Richard, 366.
 Mayer, Albert, 543.
 Mayfair, 430.
 McDonald, W. A., 160.
 McMillan, Comissão, 439.
 Meca, 15-36.
 "mecanismo", 204.
 mecanização, 101, 493, 614; e *Abbau*, 272-74.
 média áurea, 158.
 medição do tempo, 105.
 medicina, 515; progressos da, 574; arábica, 301; grega, 246; hipocrática, 159; medieval, 323.
 Médicis, família, 218.
 médicos municipais, 323.
 Mediterrâneo, 151, 182, 217, 225, 274.
 medos, 56-7.
 Megalópolis, 54, 175, 206, 460, 546; ascensão e queda de, 568; de - a Necrópolis, 235-66; mito de, 567-611; alexandrina, 203; universal, 536.
 Megido, 74.
 meio proto-urbano, 35.
 meios-fios, 538.
 Meisen, 116.
 Meitzen, 26.

melhoramentos, neotécnicos, 517; tecnológicos, 106.
 Melos, 164.
 Melville, Herman, 468.
 memória, cidade e, 606.
 Menandro, 211.
 Mêncio, 82.
 mendigos, 468.
 Menés, 71, 95, 98.
 Mênfis, 96.
 mentalidade barroca, 425; espaço e, 496.
 mercado, 39, 56, 76, 84, 89-90, 117, 154, 162, 276, 383, 423, 454, 614; ampliação do, 446; costumes do, 471; economia de, 445-49, 454; expansão do, 210, 473, 483; funções do, 84, 167-68; ideograma sumeriano de, 85; leis medievais de, 376; lugar permanente do, 84; papel do - como gerador de cidades, 279-80; praças de, 445-46, 471; predominância dos padrões de, 472; primórdios do, 104; ritmo maníaco-depressivo do, 494; rotinas do, 450; de trabalho, 494; especializado, 26; local, 426; medieval, 325; monetário, 485; mundial, 494; transnacional, 448; veneziano, 367.
 mercadores, 44, 278, 280, 396, 398; nova classe dos, 275-76.
 mercadorias, fluxo de, 370; transporte de, 593.
 mercados públicos, 473.
 mercantilismo, 368, 445.
 mercenários, 383.
 Mercier, 402, 405, 412, 590.
 Merindeh, 25.
 Merrimac, rio, 493.
 Merseburgo, 495.
 Mesopotâmia, 26-8, 41, 45, 49, 68, 70, 72, 88, 90, 93, 95, 98, 114, 117, 137-38, 140, 149, 166, 206, 212, 216, 273, 285, 541, 613; cidade da, 67, 86, 95, 107-8, 110, 135; diferença entre Egito e, 97; documentos da, 44; irrigação na, 70; realza na, 143; tendas da, 20; totalitarismo na, 103.
 Messel, 474.
 mestria estética paleolítica, 14.
 metais leves, 517.
 metal, emprego de, 74; substituição da pedra por, 28.

metalurgia, 62.
 "metecos", 169, 171.
 Métis, 268, 390.
 métodos cooperativos, 370.
 Méton, 226.
 metrópole, 9, 79; aldeia e, 65-6; antecipações da, 409; aparecimento da, 486; características negativas da, 606; congestionamento da, 595; controle cultural da, 575, 581; expansão da, 597; forma e deformidade da, 587; gigantismo da, 587; individualismo da, 596; multiplicação da, 574; origem da, 573; nova trindade da, 578; núcleo histórico da, 571; papel na, 589; propriedades imobiliárias na, 579; rotinas da, 574; grega, 142; helenística, 203-10; histórica, 605, 610; moderna, 389; cultura humana na, 589; serviços subterrâneos da, 518.
 Meudon, 417.
 México, 359, 392; cidades do, 105.
 mexericos, 87.
 Micenas, 140, 142.
 microclima, 529.
 Middletown, 504.
 Mikveh, 418.
 1984, 569.
 Milão, 279, 282, 298, 327, 389, 474; galeria de, [38]; população de, 339, 586.
 Mileto, 147, 170, 212, 217; população de, 146.
 milho, 107.
 militarismo, 54, 140.
 Mill, John Stuart, 617.
 Miller, Hugh, 497.
 Milo de Crotona, 156.
 mina, 487, 518, 555; ambiente da, 488; cidade e, 484; rotina da, 483.
 mineiro, 35, 117.
 mineração, 118, 488, 493; divisão do trabalho na, 119; zonas de, 495.
 ministério do exterior, primeiro, 116.
 minoria dominante, 46.
 Minos, 136.
 missionários, 59.
 Mississippi, 106.
 mistério, cultos de, 595; religiões de, 265-68, 319.
 "mistérios", 131.
 mito, metropolitano, irracionalidade do, 601; religioso, 27.
 Mitras, 262.
 mobiliário, 504; invenção do, 416.
 mobilidade coletiva, aumento da, 18.
 moda, 596, 471-73, 504.
 modelos ancestrais, 67-108.
 Módena, 278.
 "modernismo", 466.
 modo de vida helênico, 140.
 moeda, 370; cunhada, introdução da, 162, 211; invenção da, 140.
Moeda e Preços, 452.
 moedas, coleção de, 413.
 Mohawk, rio, 565; pequena cidade do vale do, [57].
 Mohenjo-Daro, 74, 87, 124, 138; casas de, 160.
 moinhos, de água, 282; de vento, 283, 476, 495.
 monaquismo, 375; papel do - no urbanismo, 270; budista, 191.
 monarca, papel do, 404; egípcio e mesopotâmico, 53.
 monarquia, 144, 217; absoluta, 191, 369; desaparecimento da, 436.
 monopólio, 202, 366; "livre concorrência" e, 572; estatal, 369; megalopolitano, 583; metropolitano, 580; real, 116.
 monóxido de carbono, 516.
 montanha sagrada, 68.
 Monte Cassino, 270-71.
 montes, sepulcrais, 14, 35; urbanos, 42.
 Montesquieu, 581.
 Montessori, *Mme* Maria, 325.
 Montmartre, 412.
 Montpazier, 335, 338.
Mont Saint-Michel et Chartres, 302.
 Montségur, 328.
 monumentalismo, 77, 83, 95; helenístico, 220.
 monumentos, 41, 89, 442, 606; clássicos, 377; egípcios, 95; romanos, 262.
 Moore, Henry, 602.
 moradia, custo do equipamento higiênico da, 515; coletiva, 392; cidade como, 121; helênica, 183; individual, isolamento da, 552; medieval, 307-8; banho quente na, 320; calefação da, 308-9; defeitos biológicos da, 313; especializa-

ção dos cômodos na, 311; mulher na, 314; planta baixa da, 310.
 moral, 397.
 moralidade, 22; cristã, 377; reflexiva, 60.
 Moreno, J. L. 132.
 Moret, Alexandre, 101.
 Morgan, Lloyd, 37, 578.
 Morley, 99.
 mórmons, 486.
 Morningson Crescent (Londres), 430.
 Morris, William, 462; 509.
 mortalidade, elevação do nível de, 504; índice de, 123, 506; de adultos, 506; infantil, 318, 505, 507; redução do índice geral de, 515; infantil medieval, 313.
 morte, mistério da, 16.
 mortos, culto dos, 71-2; preocupação com os, 12.
 Morus, Tomás, 230, 313, 371.
 Moscou, 593; população de, 386, 571.
 Mosela, rio, 284.
 mosteiro, 270-76, 284, 291-92, 345, 376; biblioteca do, 301; localização do, 523; universalização do, 293-94; beneditino, 311.
 motor elétrico, 517.
 movimento e avenida, 399-403.
 mulher, atributos selvagens da, 34; marca da, 33; papel da, 18-9, 33, 35; sexualidade da, 18-9; neolítica, 34.
 Müller, Johannes, 514.
 mumificação, 93.
 Múncia (Indiana), 504.
 Mundo Antigo, cidades reais do, 381.
 "mundo físico", análise do, 487; transformação do, 378.
 Mundo Ocidental, industrialismo no, 508; jardins do, 504; mito da máquina no, 619; novas cidades do, 462.
 municipalidade, controle da, 450; instituições cívicas da, 426; autônoma, 365-66; italiana, 367, 369, 383; romana, 228.
 Munique, 419.
 muralha, 11, 45, 54, 58, 68, 75, 78-80, 97-100, 198, 227, 230, 340, 389, 573, 613; demolição da, 453; importância psicológica da, 394; redescobrimto da, 274.
 Muralha Aureliana, 259, 583.
 muralhas, fortificadas, 53; romanas, 259-60.
 Murdock, 509.
 Murray, Gilbert, 164, 214.
 Musée Rodin (Paris), 429.
 museu, 209, 410, 412, 518, 573, 595, 604, 607, 611; expansão do, 210; invenção do, 260.
 Museu Britânico, [44], 413, 435.
 música, 78, 116; medieval, 324-25.
 Musselburgo, 35.
 mutantes urbanos, 107.
 Naarden, [49].
 Nan, 48.
 Nancy, 419.
 Napoleão I, 433, 456.
 Napoleão III, 170, 218, 401, 434, 464.
 Nápoles, [29], 212, 232, 243, 323, 379, 419, 454, 474; população de, 386; rei de, 383.
 Narbonne, 231, 236.
 narcisismo, 26, 156; grego, 164.
 Narmer, Paleta de, [5].
 Nash, John, 432, 435, 463.
 natalidade, 506, 619; índice de, 326.
 natureza, culto da, 523; domínio da, 107; religiosa, 44.
 Náucratis, 140, 147, 211, 214.
 navegação, 84, 136; companhias de, 452.
 navio a vela, 42, 445.
 nazistas, 138, 459.
 Necrópolis, 13, 63, 258, 266; de Megalópolis, 227-66.
 Negada II, 94.
 Negev, 68.
 Negro, mar, 140, 147.
 nepotismo, 371.
 Nero, 245, 255, 258.
 Nerva, Fórum de, 245, 287.
 Neuf-Brisach, 392.
 Nevers, Luís de, 281.
 New Hampshire, 494.
 New Haven, 213.
New Towns for America, 537.
 Newton, Isaac, 396.
 Nice, [32].
 Nicholas, Rowland, 435.
 Nicoll, Allardyce, 405.

Nightingale, Florence, 515-17.
 nilismo absoluto, 599.
 Nilo, 24, 67, 70, 72, 93-4, 97-8, 136, 147, 232; Cidade Branca do, 110.
 Nîmes, 231, 236, 272.
 ninfas, 13; Gruta das, 13.
 ninho coletivo, 19.
 Ninive, 67, 74, 90, 121, 127, 162; muralha de, 78.
 Nipur, 13, 67, 90; mapa de, [7], 90.
 Nizhni Novogorod, 279.
 nobres, 32.
 nobreza feudal, 288.
 Noé, 56.
 nômades primitivos, 53.
 nomez, 58, 101.
 nora, invenção da, 69.
 nórdicos, invasões dos, 274.
 Nórico, 236.
 Normandia, unificação política da, 279.
 Norte, mar do, 476.
 North, Roger, 453.
 Northampton, calçamento de, 337.
 Norwick, população de, 386.
Nothing Gained by Overcrowding, 458, 537, 547.
 Notre Dame (Paris), 304, 333.
 Nova Atlântis, 492.
 Nova Bedford, 462, 493.
 nova classe intelectual, 57.
 Nova Delhi, 434.
 nova forma, 59.
 Nova Inglaterra, 143, 206, 462, 493; assembléia comunal da, 539; colonização da, 284; comuna da, 101; serviços voluntários na, 299.
 Nova Iorque, 20, [46], 411, 413, 420, 452, 457, 461, 463-65, 467, 469-70, 474, 481, 509, 533, 545, 560, 581, 586; água para, 592; apartamentos de, 242; habitações aviltadas em, 502; Comissão de Serviços Públicos de, 460; crescimento urbano do Estado de, 565; limites de, 583; mortalidade infantil em, 506; população de, 571; porões como moradias em, 500; suprimento de água em, 516; transportes em, 593.
 nova ordem, promessa da, 611; industrial, 428.
 nova sociedade urbana, 38.
 novas classes mercantis, 395.
 Novo Mundo, 20, 48, 105-6, 387, 465, 470; cidades do, 107, 486; cidades espanholas do, 212-13; imigração para o, 105.
 novos governantes, 38.
 novos urbanistas, 378, 380.
 novo traçado urbano, mercado no, 582.
 Nowicki, Matthew, 431, 542.
 núcleo, central político, 43; religioso, 43; cívico, 426.
 Nurenberg, 309; banhos públicos em, 320; população de, 341.
 Núrsia, Benedito de, 270.
 nutrição, 19, 37, 115.
Nuvens, As, 168.
 Nyon, 286.
 Oak Ridge, 331.
 obediência, terrorismo e, 98.
 obelisco, 35; função do, 298.
 obras, de arte, 35; públicas, 163, 169.
Obras e os Dias, As, 140, 142.
 observação astronômica, 42, 116.
 Ocidente, 224; cidades históricas do, 536.
 óculo de alcanço, 391.
 Odisséia, 112.
 Odisseu, 145.
 oficina, cooperação na, 61; medieval, família e, 307.
 ofícios industriais urbanos, 117.
 Old Red Sandstone, 497.
 oligarquia, 144, 172; centralizada, 376; romana, 217.
 oligopólio, 573.
 Olímpia, 150-61, 208, 210.
 Olimpo, moralização do, 164-65.
 Olinto, banheiros de, 184.
 Olmsted, Frederick Law, 458, 528, 537.
 oposição dialética, 134.
 Orange, 236.
 oratório, 27, 76.
 orçamento de custos, 485.
 ordem, 59; barroca, arregimentação na, 431; funções características da, 403; quartel na, 394; remanescentes da, 432-36; capitalista, 448; cósmica, 613; geométrica, 211-13, 426; medieval,

- corrupção da, 376; transição da - para a moderna, 369; urbana, 10, 56; lei e, 56-59; nova, 611.
- ordens clássicas arquitetônicas, 423.
- ordens, monásticas, 270, 278; predicantes, 293, 326.
- Orfeu, 223.
- organismo, nova concepção do, 514.
- organização, barroca, 514; burocrática, 378; clero e, 423; despótica, 385; econômica, poder militar e, 576; militar, 71; monopolista, 578; urbana, 125; nova espécie de, 150, 205.
- órgãos políticos, aliança entre, 46.
- Oriente, antigas civilizações do, 128; Próximo, 40, 103, 106, 224; cidades do, 88, 148.
- Osíris, 33, 48, 97, 155.
- Orleans, 231.
- Osler, dr. William, 319.
- Ostia, 231, 233, 242, 265.
- Ostwald, Wilhelm, 59.
- Otto II, 278.
- Oud, J. J. P., 358.
- Ouro, Idade do, 62.
- Owen, Robert, 494, 556.
- Oxford, [9], 330, 338, 375; colégio de, 215, 301; universidade de, 523, 538.
- Oxirrinco, Papiro de, 161.
- Ozimândias, 113.
- paciência, 26.
- Pacífico, oceano, 105.
- paço municipal, papel do, 298.
- Paderborn, população de, 387.
- padrão, barroco, modificações do, 436; mecânico, 457; medieval, 380.
- Pádua, 295, 385, 410.
- paidéia*, 169, 188.
- paisagem, degradação da, 488; domesticação da, 24; escultura da, 475; esmagamento mecânico da, 527; gosto romântico pela, 429; melhoramento da, 488; remodelação da, 602, 613.
- Países Baixos, 282-83, 308, 340-41, 453, 503; cidades novas dos, 563; liberdade cívica nos, 384.
- palácio, 14, 42, 46, 76, 79, 84, 270; domínio do, 410; finalidades do, 428; natu-
- reza do, 413; ordem interna do, 81; posição do, 407-9.
- Palácio Belvedere (Viena), 407.
- Palácio Ducal (Veneza), 380.
- Palácio Farnese, 397.
- Palácio Pitti, 90, 380.
- palácios renascentistas, 380; sumérios, aperfeiçoamentos sanitários dos, 316.
- Palais Royal, [30], [31].
- Paleolítica, Época, 118.
- paleotécnico, período, 489, 504, 513; regime, 495; reações ao, 517.
- Palermo, 470; população de, 386.
- Palestina, 30, 67-8, 74, 89, 162, 274; chefes tribais da, 78.
- palestra, origem da, 155.
- Palladio, 391, 400, 410, 426.
- Palma Nuova, 424.
- Palmira, 234.
- Pan, 13.
- pântanos, 70; poloneses, 25.
- Panteão, [15].
- panteão egípcio, 97.
- Papas, 46, 291.
- papéis, desempenho urbano de, 130, 132; sociais, desmembramento dos, 194; segregação dos, 120.
- papel, controle do, 447; importância do, 590; de paredes, 504; higiênico, 418; pintado, 426.
- papel masculino, 34.
- Paracelso, 410.
- paradisus claustralis*, 323.
- paralelepípedo, 516.
- parasitarismo, 29, 127; econômico, 52.
- parasitas romanos, 250-52.
- "Parasitópolis", 254, 258.
- Paris, [29], [30], [31], [38], 124, 385, 390-91, 394, 400-1, 410, 414, 417, 423, 426, 429-30, 433, 448, 452, 464, 467, 472-73, 503, 539, 581, 593; água para, 592; alugueis em, 286; apartamentos tipo, 468; buevares de, 488; calçamento em, 596; classes sociais em, 428; controle da construção em, 433; esgotos de, 518; "hotéis" de, 502; limpeza de, 516; lojas de departamentos em, 470; população de, 584; 341; 386; 571; teatro em, 410; universidade de, 301, 490.

- Parker, 537.
- Parkman, Francis, 530.
- Parma, 233, 327.
- Parmênides, 177-78.
- parque, industrial, 517; da Nova Inglaterra, [48]; de Slough, [53]; paisagístico, 414, 528; real, abertura do, 414, urbano, função higiênica do, 514.
- parques, 90; papel dos, 216.
- Partenon, 145, 163-64, 177-79.
- participação democrática, 110, 116.
- participantes, 13.
- partidos políticos, 595.
- Party in Vauxhall Gardens, A*, 411.
- páscoa, 27.
- Passadena Rose Bowl, [48].
- passado, culto arqueológico do, 397.
- passaportes, 385-86.
- pássaros, 11.
- Pasteur, 514, 516.
- pastor, 37, 118; função protetora do, 32.
- patentes, 395, 405.
- pátios ferroviários, 498.
- "Patolópolis", 255, 258.
- patrícios romanos, 251; moradias dos, 243.
- Paulo, São, 307.
- Pausânias, 150, 181, 221, 269.
- Pávia, [14], 232.
- pavilhão de caça, 421.
- Pax Egyptiana, 102.
- Pax Romana, 54, 250, 253, 265.
- Pax*, 183.
- paz, de mercado, 276, 278; "do rei", 162.
- Peabody, George, 469.
- pecado, salvação pelo, 264.
- pecados capitais, 378.
- pedágio, 370.
- pederneiras, 20.
- pedestres, 233, 238, 470, 542, 545-46, 551, 593.
- pedras, montão de, 11; substituição de - por metais, 28.
- Peel, Mrs, 502.
- peixes, 12, 15, 68, 70.
- Peloponeso, 166-67, 205; guerra do, 150, 183, 190.
- Penates, 249.
- Penn. Center, [54].
- Penn, William, 438.
- pensamento, barroco, 192; humano, per-
- manência do, 23; mecânico, 426; orgânico, 426; sociológico, estatística e, 398.
- "pensamentos perigosos", 377.
- Pentágono, 36, 601.
- Pentelicon, Monte, 13.
- Pepys, Samuel, 324, 428.
- peregrinação, 16, 302-3.
- perfeição funcional, 195.
- Pérgamo, 215, 218.
- perícia militar, 79.
- Péricles, 143, 152, 163-66, 171-72, 174, 185, 188, 190, 193, 208, 214, 218, 219.
- Período, Glacial, 17; Mesolítico, 17; Pré-Dinástico, 35; Protoletrado, 56.
- permanência física, 20.
- Perret, Auguste, 419.
- Perry, Clarence, 540-42.
- Pérsia, 220, 224.
- Pérsico, Golfo, 71.
- personalidade, 81; desenvolvimento da, 134; expressão da, 56; propriedade e, 48; burocrática, 565; coletiva, 56; humana, 132, 165, 611; esmagamento da, 614; recomposição da, 618; revigoramento da, 619; valores da, 598; individual, especialização e, 125; urbana, marcos da, 158.
- perspectiva, 216; arte e, 397; estudo da, 397; barroca, 411.
- persuasão, 31.
- Pertinax, 252.
- Peru, 393; cidades do, 105.
- peruanos, 104.
- Perúgia, 334, 380.
- pesca, 29.
- pesos e medidas, 386.
- pesquisa científica, 62, 517, 584.
- peste, medo à, 526.
- Peste Branca, 590.
- Peste Negra, 285, 317, 322, 342, 376-77.
- Pesto, 180, 212.
- Petrie, Flinders, 70-1, 86, 110, 119.
- Petrônio, 242.
- Philippeville, 419.
- Piave, 168.
- Piazza del Campo (Siena), 428.
- Piazza della Signoria, 428.
- Piazza del Popolo (Roma), 425.

Piazza Navona, [26].
 Piazza San Marco, 380.
 Piazza Santissima Annunziata (Florença), 231, 380-81, [25].
 Piazzeta de San Marco, [21], 380.
 Piccadilly, 412.
 Pick, Frank, 544.
 piedade cristã, 392.
 Pie Powder, Court of, 278.
 Piers Plowman, 311, 321, 452.
 plioris, 298.
 pintura, finalidade mágica da, 15; barroca, 382; egípcia, 75; grega, 141; medieval, 396; renascentista, 394, 397.
 pioneirismo, 485.
 Pirâmide, de Gizé, [1]; de Neterkhet-Zoser, [2].
 pirâmide, 15-6, 42, 71, 93, 105-6; social, 125; urbana, distribuição da, 120.
 pirataria, 395; guerra e, 142.
 Pirenne, Henri, 51, 277-78, 280.
 Pirenne, Jacques, 95.
 Pireu, 145, 184, 187, 192.
 Pisa, 273, 331, 367, 383, 384; Batistério de, 273; Campo Santo de, 273, 332.
 Pisístrato, 190.
 Pistóia, 367, 384.
 Pitágoras, 177, 191, 221, 223.
 Pittsburgh, 509, 573; cortiços de, 540; custo da limpeza de, 510.
 Pittsfield, 462.
 Place de la Concorde, 233, 539.
 Place de Etoile, 426.
 Place de Victoires, 430.
 Place des Vosges, 428.
 Place Ducalle (Charleville), 430.
 Place Royale, 428, 430.
 Place Vendôme, 429, 464.
 Placência, 231, 233.
 Plain Palais, 325.
 planejamento, 68-9; novos caracteres do, 541; barroco, 428, 434, 442; apogeu do, 440; bases do, 432; triunfos do, 433; mecânico, remédios do, 596; orgânico, 329; paisagístico, 528; racional, 491; suburbano, 538-39; urbano, espaço e, 527.
 planície, cidades da, 67-73.
 plano, barroco, espaço vital do, 424; limitações do, 427; significação do, 423;

tráfego no, 470; urbanista e o, 426; tridimensional, 425; urbano medieval, 338.
 plano inclinado, 72.
 planta, função da, 424; barroca, conteúdo da, 426; comercial, 464; baixa, ordem na, 467; medieval, elementos determinantes da, 330; retangular, 213.
 plantas, cultivo das, 31; domesticação de, 54.
 plásticos, 590.
 Platão, 61, 120, 134, 139, 149, 165, 168, 173, 177, 186, 188-202, 204, 207-9, 220, 222, 224, 278; academia de, 188; descoberta de, 378; cidade ideal de, 76.
 Platéia, 207.
 plaza, 169, 213, 442.
 Plutarco, 169-70, 183, 243, 440.
 Pnix, 168, 187.
 pó, 228.
 Pobres, Leis dos, 453.
 poço, 27.
 poder, 33, 58, 127; concentração do, 42; culto barroco do, 432; difusão do, 27; expansão do, 62; ideologia do, 395-99; manifestações do, 58; mitologia do, 48; mobilização do, 42; monólogo do, 133; monopólio do, 166, 585; nova mitologia do, 42; oscilação do, 46; paradoxo do, 423; absoluto, 599; barroco, estrutura do, 375-405; clerical, 114-15; organização burocrática e, 115; despótico, 384; econômico, 171; espiritual, representantes do, 47; físico, 44; nuclear absoluto, 599; político, concentração do, 54; consolidação do, 386-87; distribuição do, 602; organização econômica e, 576; origem do, 423; político absoluto, doutrinas do, 388; real, 61; sanção sobrenatural do, 46; sagrado, 46, 48; temporal, 45.
 poderes humanos, expansão dos, 47, 72.
 Podestade, 383.
 poeira suburbana, 620.
 poesia, 116; mesopotâmica, 31.
 Poète, Marcel, 217, 235, 320.
 Polders, 479.
 Políbio, 214.
 polícia, 116, 215-16.
 polinésios, 17.

Polligno, 185.
 pôls, 64; centro espiritual da, 162; criação da, 173; prosperidade financeira da, 170; aristotélica, definição da, 207; grega, culto da, 189; desintegração da, 195; dissolução da, 222; divinização da, 165; divisões inferiores da, 203; emergência da, 135-76; forma ideal da, 178; fracasso da, 150; homem na, 190; lazer na, 143; lugar da dialética na, 198; ordem na, 178; papel da, 189; papel do cidadão na, 217; paroquialismo da, 153; transformação da, 151; valores dominantes da, 192; helênica, 184, 209; passagem da - à metrópole helenística, 203, 210; federada, 161; platônica, 198.
 política, 41; ateniense, fraquezas da, 402; autocrítica, 402; barroca, 392, 409; romana, lições da, 266.
 Política, 41, 376.
 Polônia, 274.
 poluição, 462.
 póvora, ilusão da, 388; invenção da, 288.
 Pomerânia, 287.
 pomerium, 228.
 Pompéia, [13], [14], 238-39, 244, 257.
 Pont du Gard, 237.
 pontes, 460.
 ponto de encontro cerimonial, 16.
 população, aumento da, 486, 571; contração da, 70; crescimento da, 49, 85, 386-87, 495; deslocamento da, 485; expansão da, 460; mudanças de, 110; industrial, 366; urbana, 567; alimentação da, 68; crescimento da, 86.
 porão, 516.
 porcelana chinesa, 117.
 porco, papel do, 20.
 "porto", 70.
 portões, 78, 80, 87.
 Port Sunlight, 514, [41].
 Potomac, 438.
 Potsdam, 419.
 "Potências Nucleares", 601.
 Poussin, 426.
 povoação, 10; modos de vida da, 25.
 Praça de Espanha (Roma), 380, [27].
 praça residencial, 428; desenvolvimento da, 430; transformação da, 430.
 praças, novas, 428-29.
 Prata, rio da, 106.
 precedência hierárquica, 28.
 preço justo, 490.
 pré-colombiano, período, 104.
 prédio de escritórios, 577.
 presciência científica, 508.
 prestígio nacional, 380; pecuniário, 579.
 Priene, 222-23.
 Princes' Gardens, 488.
 Príncipe, 398; agentes do, 425; corte do, 419; papel do, 393; palácio do, 427; rotina diária do, 408-9; vida sob o signo do, 378-79.
 Príncipe, O, 378.
 Princípios de Psicologia, 81.
 Pritaneu, assembléia de magistrados do, 150.
 privada, invenção da, 417-18.
 privadas, 233; romanas, 239.
 privilégios, econômicos, 486; especiais, monopólio de, 395.
 processamento metropolitano, 584.
 Processo, O, 386.
 processos, criadores, monopólio dos, 115; naturais, reprodução dos, 18.
 procissão medieval, 303-5; religiosa, 303-5; sagrada, 87.
 procriação, 33.
 Procrustes, 427.
 produção, 115; organização eotécnica da, 493; capitalística, males da, clássica, 517; em massa, 535; época da, 504; fabril, 483; industrial, 54; início da, 117; mecânica, economia da, 588.
 produtividade, agrícola, 70; expansão da, 38; industrial, 615.
 profissões, 118.
 progresso, teoria utilitarista do, 484; automático, 370; material, doutrina do, 86; "mecânico", 418, 597; tecnológico, 128.
 Progressos do Peregrino, Os, 302.
 proletariado, 454, 467-68; romano, 243-44, 254.
 prolongamentos urbanos, 391.
 promenade, 86-7.
 promenades aériennes, 397.
 Prometeu, 165.
 propagação motorizada, 544.

- propaganda, 481, 578; monopólio da, 580.
Propileu, entrada do, [9].
propriedade, 120, 125, 617; direito de, 427; divisão da, 124, 485; limites da, 78; personalidade e, 123-26; individual, privada, 123-26, 202.
prosperidade financeira, 457.
prostituição, 123, 308; antigüidade da, 121.
prostitutas, guildas de, 307.
proteção, 19, 22, 32, 56, 59, 65, 75, 80, 100, 102, 369; necessidade de, 272-77; militar, 46, 286.
protecionismo, 445, 475.
proteínas, 69-70.
protestantes, 403.
protestantismo, 282, 293, 372.
protocidade, 38, 77.
protoletrados, 56.
Proudhon, 123.
Proust, 409.
Provença, 241, 272, 282.
provincianismo, 112.
províncias, ressecamento das, 69.
Prússia-Brandemburgo, 387.
Prytaneion, 172.
"Psico-Patolópolis", 258.
psiquiatria, 269.
Ptah, 58, 97.
Ptolomeu Filadelfo, 220-21.
publicidade, 481, 590; mentiras da, 217.
Pückler-Muscau, Príncipe von, 235.
puericultura, 502.
pugnacidade ancestral, 54.
Pullman (Illinois), 475.
- quacres, 372.
qualidades estéticas, 25.
quantificação, 150, 615.
quarteirão, primórdios do, 104; restabelecimento do, 541; residencial, tamanho do, 536-37.
quarteirões, 426; milésios, 295.
quartéis, 394.
Quarterly Review, 527.
Quartier Latin (Paris), 420.
quarto, de banho, 87; de dormir, 414-17.
Queronéia, 161, 164.
quimioterapia, 198.
- Quinta Avenida, 46 3-64.
quintais, 430.
Quios, 149.
Quioto, 15.
- Rá, 97; atributos de, 98.
Rabano, Mauro, 271, 293.
Rabelais, 376, 408.
raça humana, mutilação da, 63.
racionalismo, grego, 189; vitoriano, 528.
Radburn, 542; planta de, [1].
rádio, 553, 556, 580, 590.
radioatividade, 520.
radiocomunicação, 552.
rádio-concêntrico, sistema, 330.
Rafael, 413.
raios X, 610.
Rake's Progress, The, 432.
Ramsés, elogio da cidade de, 101.
Ranelagh Gardens, 411.
raqitismo, 159, 505.
Rathenau, Walter, 578.
Ravena, 266.
razão, 59.
realeza, 43, 46, 52, 55-6, 110, 613, 616; alucinações paranoicas da, 56; aparecimento da, 32; desenvolvimento histórico da, 47; gregos e, 143, 151; instituição dominante da, 42; origem da, 49; poder mágico da, 49; privilégios da, 50, 126; grega, 145; mesopotâmica, 70.
realistas flamengos, 396.
Real Sociedad, 396.
reator nuclear, 585.
recinto, funcional medieval, 337-39; murado, 105; função política do, 275; sagrado, 46, 81.
recipiente, 24, 35, 43, 97, 114, 208, 230, 585; redução do, 128; fechado, 96; urbano, 42, 112, 371, 524, 543, 608.
Reclus, Elisée, 341.
reconstrução sububana, 579.
recreação, 100, 462, 483, 535, 551.
Redburn, 469.
Redfield, Robert, 132, 340.
reforma, agrária, 538; urbana, 604.
reformadores, 483; sanitários, 516.
Regent's Park (Londres), 414.
Regent Street, 433.
região, 465; autonomia da, 609-10.

- regime, capitalista, exigências do, 459; industrial, 501; metropolitano, 599.
regões ecológicas, equilíbrio das, 489.
registro, escrito, 39; permanente, 85; desenvolvimento do, 95.
regulamentos, administrativos, 426; sanitários, 518.
regularidade alimentar, 17.
rei, 38, 55, 83, 95, 126; estrada do, 369; funções do, 44, 46, 51, 58, 126; justiça do, 369-40; papel do, 44, 57; papel do — como mediador entre céu e terra, 46; patrocínio do, 117; poder do, 47; poderes sagrados do, 49; proteção do, 369; sacrifício do, 50.
rei-caçador, 30.
reis pastores, 53.
relações, humanas, 35; pessoais, mecanização das, 387; públicas, mentiras das, 217; sexuais, Platão e as, 202.
"Relatório Sobre o Estado das Grandes Cidades e Distritos Populosos", 500.
religião, 27, 42, 46, 99, 114, 119, 375, 483, 497; drama e, 131; segurança e, 279; egípcia, 101; grega, 138; organizada, 97.
reliquias religiosas, 412, 504.
relógio, invenção do, 270; doméstico, difusão do, 397; mecânico, 41.
relógios urbanos, 449.
Rembrandt, 404.
Rembrandtplein, 413.
Renana, Liga, 369.
Renascença, 216, 272, 418, 595; interpretação da, 376-78; nepotismo dos papas da, 371.
Renascimento, 94, 186, 379; colégio do, 301.
rendas urbanas, 289.
Reno, rio, 370.
renovação urbana, 604.
repetição, 25.
represas, 69-70.
reprodução, 17-8, 37.
República (Platão), 193, 198, 201; cidadãos da, 200.
Reserva de Trabalho, 496-97.
reservatórios, 67.
residências, 14, 19.
responsabilidade limitada, sociedade por, 456, 485.
ressurgimento urbano, 284.
retiro, 134.
revivescência gótica, 523.
revolução, agrícola, 18, 34; na administração, 36; paleotécnica, 486, 491-92; sexual, 19; urbana, 39, 67.
Revolução Francesa, 434, 472, 492.
"revolução gerencial", 617.
Revolução Industrial, 39, 506-7.
Revolução das Cidades, A, 110.
Rey, Augustin, 458.
Rhodes, Cecil, 573.
Richards, J. M., 531.
Richardson, dr. Benjamin Ward, 517.
Richardson, H. H., 530.
Richelieu, 390.
Richmond, [59].
ricos, concentração dos, 581.
Riehl, W. H., 492.
Riga, banhos públicos em, 320.
Rilke, Rainer Maria, 412.
rios, 68, 70, transformação dos, 497; vales dos grandes, 67, 80, 84, 135.
Riqueza das Nações, A, 485.
riscos calculados, 446.
rito, finalidade mágica do, 14.
ritos da caverna, 14.
ritual, 10, 13, 45, 115, 132; divisão de funções no, 118; drama e, 130, 132; de aldeia, 20.
Rive Gauche, 527.
Riverside (Chicago), 656.
roca de fiar, 368.
Rocheftort du Gard, 282.
Rochester, 275, 461, 541.
Rockefeller Center, 459.
roda, 105, 107; veículos de, 72; do oleiro, 24, 42.
Ródano, 69, 147.
rodas d'água, 407.
Rodes, 139, 170, 258, 264; Colosso de, 218.
Rodin, 262.
rodovias, 517, 583.
Roland Park (Baltimore), 537.
Roma, 15, 73, 76, 90, 121, 127, 160, 203, 227-66, 267-70, 371, 381, 422, 425,

- 513, 516, 568, 591; água em, 237; aluguéis em, 242-44; apartamentos de, 243, 247; avenidas de, 240; calçamento de ruas em, 238; cidade dos mortos em, 260; congestionamento de, 231, 286; congestionamento do tráfego em, 233; conteúdo de, 259-60; cortiços de, 242-43; decadências de, 521; decadência urbana de, 267; desintegração de, 263; economia parasitária de, 253; enterramento de cadáveres em, 239-40; feitos urbanos de, 258; feriados em, 254; grande incêndio de, 242; herança estrangeira de, 227-36; herança urbana de, 258; higiene municipal em, 239; hospital de, 385; hotéis de, 410; igrejas de, 268; iluminação de ruas em, 235; limites de, 583; monopólios de, 231, 264; monumentos de, 260; muralhas de, 259-60; peste em, 239-40; população de, 239, 241, 259, 386; prédios de apartamentos em, 242-43; queda de, 268; sanitação de, 263; Sete Colinas de, 233; sistema político de, 263; supercrescimento de, 263-66; suprimento de água em, 238-40; tráfego de rodas em, 241-42; urbanismo helenístico em, 225; vida intelectual de, 255; vida sexual de, 250; Imperial, 45; Oriental, 265.
- Romagna, 369.
romanos, 526.
romantismo gótico, 485.
romeno, 271.
Roosevelt, 495.
rotas de comércio, 85.
Rotham, John, 316.
Rothamsed, 270.
Rotschids, 320.
Rotten Row, 462.
Rotterdam, [62], [63], 455, 459, 544, 600.
roupas, fabricação de, 18.
Rousseau, Jean-Jacques, 32, 108, 286, 521, 552.
Royce, Josiah, 580.
rua, 104; corredor e, 416; homem da, 424; larga, aparecimento da, 87; regulamentar inglesa, 537; renascentista, 379; reta, 379; superdesenvolvida, função da, 462.
ruas, alargamento das, 215; calçamento
- das, 239, 337-38; iluminação de, 235; limpeza de, 337; limpeza medieval de, 516; plano barroco de, 382; plano regular de, 87; milésias, 212.
Rubens, 417, 581.
ruído, efeitos perniciosos do, 512-13; urbano, 73.
Ruskin, John, 324, 509, 513, 527, 532.
Russell Square, 464.
Rússia, 15, 377, 599; população da, 486; soviética, 45, 84, 115, 610.
Rutilio Namaciano, 227, 236.
- sabão, difusão do uso do, 506-7; monopólio do, 506.
sabedoria popular, 40.
sacerdotes, astrônomos, 613; egípcios, 209; gregos, função dos, 152.
sacrifício, 48, 52, 127; humano, 32, 41, 50, 60; humano cerimonial, 50; simbolismo do, 52; mágico, 18, 51.
Sadler, Comissão de Investigação de Fábricas de, 512.
Saint Germain, 428.
Saint Michel, Boulevard, 249, 420.
Saint-Omer, 295; mosteiro de, 274.
Saint Simon, duque de, 405.
sal, 455.
sala de jantar, 417.
Salamanca, Universidade de, 301.
salário, de fome, 468; mínimo, 518.
salários, 494; redução dos, 494-95.
Salerno, 300.
Salisbury, 304, 330, 333, 341.
Saltire, [41].
sahubridade, 88, 502, 505.
Samarçanda, 421.
sanatório, 159.
San Carlo, Teatro de Ópera, [29].
saneamento, 513.
San Francisco, 434, 458.
San Gimignano, 335.
sanição medieval, 314-15.
Sansão, 34.
San Stefano Rotundo, 173.
Santa Maria Novella, 334.
Santiago de Compostela, 36.
Santo Adriano, Igreja de, 168.
Santo Graal, 15.
Santo Ovídio, feitiço de, 429.

- sanuário, 9, 11, 36, 38-9, 46, 109, 614; aldeia, fortaleza e, 9; atributos do, 57; grego, 143; paleolítico, 14.
São Lourenço, Igreja de, 268.
São Paulo, Catedral de (Londres), [47], [55], 404, 435.
São Pedro, Basílica de, [27].
São Petersburgo, 382, 385, 397, 424, 434, 438, 440; população de, 571.
São Tomás, Hospital, [18].
Saqqarah, 100.
Sargão, 51.
sarracenos, invasões dos, 273-74.
Sarton, George, 154, 523.
"Sátira das Profissões", 120.
Satyricon, 242.
saúde, 517; serviços de, 518; pública, 513; urbana, 507.
Sauer, Carl O., 11.
Savannah, 213, 461.
Saxônia, Eleitor Augusto da, 412.
Schinckel, 474.
Schlesinger & Mayer, Edifício, 474.
Schliemann, Heinrich, 64.
Schweitzer, Albert, 616.
"Século do Progresso", 505.
Segóvia, [20].
segredos oficiais, 115.
Segunda República Francesa, derrubada da, 516.
segregação, de funções, divisão do trabalho e, 121; social, 447, 618.
segurança, 30, 81; bases da, 388; "nacional", 580; social, 616.
seguros, 577, 580; companhias de, 578; grupos de, 595.
seleção natural, doutrina da, 53.
selêucidas, 216.
semeadura, 49.
sementes, plantio de, 18-9.
Sena, 333.
Senaquibe, 64.
Senario, monte, 270.
Sêneca, 249, 253, 255.
Senhora Recompensa, 372.
senhor feudal, atitude do — ante a cidade, 281.
senso estético, 39.
Septa, Pórtico de, 249.
sepultamento, 12, 25; associações de, 395.
sepulturas, 14, 16; egípcias, 83.
Serlio, 369, 411.
Servandoni, 369.
serviço militar obrigatório, 299.
serviço postal universal, 489.
serviços públicos, 486, 501, 515, 538; municipais, empresa privada e, 515.
servidão, 62; glorificação da, 111.
servilismo, 402.
Sérvio Túlio, 240.
Seth, 61, 55.
Sétima Avenida (Nova Iorque), 420.
Severn, 493.
Sevilha, população de, 386.
Sèvres, 117.
sexo, 20, papel do, 33.
sexualidade, crescente interesse pela, 18.
Shakespeare, 134, 404.
Sheffield, 509.
Shepherd, Alexander Robey, 441.
shopping center, 86, 249, 464, 475; suburbano, [50], 543.
Shoreditch, 452.
Shropshire, 492.
Shuhuppak, 47.
Sibaris, 214.
Sibéria, pioneirismo na, 485.
Sicília, 140, 142, 147, 236, 336.
Sidney, 586.
Siena, 318, 320-21, 331, 334, 338, 384, 458; Pálio de, 168.
sífilis, 388; aparecimento da, 307-8.
sigilo, totalitarismo e, 77.
Signoria, Florença, 380.
Sileno, 186.
Silésia, 317.
simbiose, 18, 29, 166; "negativa", 613-14, 617; guerra e, 128; positiva, 128, 130; urbana, 61, 64.
simbolismo, 35; religioso, 324.
simbolização, 112.
símbolos, 108, 621; importância dos, 130; arquitetônicos e esculturais, 58; pintados, 16; urbanos, 20; verbais, 112.
sinagoga, 418.
sinais luminosos, 434.
sindicatos, guildas medievais e, 297.
sinecismo, 143.
sinos, 76.
Sipur, 47.

- Siracusa, 140, 191.
 Síria, 74, 234.
 sistema econômico medieval, 300.
 sistema fabril, característica do, 493; expansão do, 583.
 sistema medieval, 367.
 Sisto IV, papa, 425.
 Sisto V, papa, 218.
 Sitte, Camilo, 336, 514.
 Sloane, Sir Hans, 413.
 Slough, Parque Industrial de, [53].
 Smith, Adam, 120, 446, 450, 485, 492.
 Smith, G., 106.
 Smith, Robert, 359.
 smog, 526, 551.
 soberania, 369, 398; absoluta, mito da, 118.
 sobrepovoamento, 390, 418, 501, 507, 516, 620.
 socialismo municipal, 515-16.
 socialização municipal, serviços públicos e, 515-16.
 sociedade, aberta, 208; de insetos, 122; européia, 372; feudal, divisões políticas da, 291; grega, espírito mercantil da, 164; medieval, unidade da, 368; meso-americana, crise na, 99; neolítica, 33; ocidental, ordem política, 436; paleotécnica, atrofia da, 480; política, reconstituição da, 437; secreta, aparecimento da, 224; tribal, 125; urbana, 39; excedentes da, 115.
 Sociedade de Amigos, 295.
 sociedades, científicas, 595; históricas, 595.
 sociologia estatística, 579.
 sociólogos, 563, 619.
 Sócrates, 138, 153, 163, 173, 175, 186, 188-89, 191, 194-95, 206, 223.
 Sodoma, 531.
 sofistas, 171.
 Sófocles, 134, 179, 182, 186, 188.
 Soho, 412.
 Sol, 38.
 soldados, 87, 90, 389, 574; papel de consumidores dos, 394; profissionais, 397.
 Sólon, 150, 165, 168-69, 185, 188, 208, 219; Atenas de, 188.
 Sombart, 394.
 Soria y Mata, 460, 560.
 Sorokin, Pitirin, 394.
 Sorre, Max, 65.
 South Kensington, 378.
 Speckle, Daniel, 419.
 Speiser, E. A., 46, 49.
 Spence, Thomas, 556.
 Spencer, Herbert, 507.
 Spengler, Oswald, 174, 328.
 Springfield, 434.
Staedte der Alten, 146.
 Staets, Hendrikje, 477.
 Stalin, 617.
 status, 286.
 St. Andrew, 287.
 St. Denis, Abadia de, 271.
 St. Gall, Mosteiro de, 328.
 St. James, Parque, 414.
 St. Louis, 461.
 St. Mary-le-Bow, Igreja de, 316.
 Stein, Clarence, 537, 541, 562.
 Stewart, A. T., 473.
 stoas, 215.
 Stolpaert, Daniel, 481.
 Stow, John, 142, 299, 316-17, 320, 375, 390-400, 452, 472, 523.
 Strada Nuova (Génova), 380, 428.
 Strand (Londres), 527.
 Strawberry Hill, 375.
 Stuttgart, 531.
 Stuyvesant, cidade de, [46].
 Subbs, William, 317.
 substâncias cancerígenas, 515.
 suburbanismo, 523.
 subúrbio, 89, 479, 521-22; ambiente físico do, 357; ascensão do, 522; características sociais do, 533; cidade e, 525; contribuição positiva do, 537; desperdício de espaço no, 547; dispersão da edificação no, 536; dissociação de funções no, 549; domesticidade no, 534; fraquezas sociais do, 531; modo de vida no, 533-36; planejamento aberto do, 544; população do, 544; predomínio de mulheres no, 532; superioridade higiênica do, 524; valor estético do, 526; ferroviário, 535, 544; histórico, 521-26; romântico, 542; universal, 536.
 sucesso pecuniária, democracia e, 484.
 Sudbury, 493.
 Suécia, 600; cidades novas da, 564; 571.

- Suíça, 285, 288; grupos lingüísticos da, 369; poder político na, 602; unificação das cidades da, 369.
 suicídio coletivo, 601.
 Sullivan, Louis, 474.
 Suméria, 39, 68, 71, 85, 87, 92-3, 100, 126, 137-38; cidades da, 105; colônias da, 53; listas de reis da, 46.
 sumerianos, 51, 60; cultura dos, 25.
 Sunnyside Gardens, 75.
 supermercado, 85, 167, 325.
 superquadra, 214, 301, 538; suburbana, 536.
 superstições, sobrevivência das, 25.
 suprimentos alimentares, 17-8; aumento dos, 485, 507; monopólio dos, 124.
 surto imobiliário, 463.
 Susa, 48.
Tableau de Paris, 402.
 tabuinhas, 112.
 tabuleiro, planta em, 328.
 Táfur, 321.
 Taine, Hippolyte, 409.
 Tales de Mileto, 149, 210.
 tamareira, cultivo da, 68.
 tambor de reunir, 76.
 Târnisa, 435, 454.
 Tanagra, 211.
 Tarn, W. W., 223.
 Teágenes de Tasos, 256.
 tear, 42; elétrico, 368; mecânico, 368.
 teatro, 16, 83, 132, 187, 613; abandono do, 157; patrocínio aristocrático do, 410; da corte [29]; grego, 141, 157-59, 182, 187; romano, 256.
 Teatro Olímpico (Vicenza), 410.
 Tebas (Egito), 67, 72, 82, 94-5.
 tecelagem mecânica, 492.
 teceões flamengos, 387.
 técnica, 41, 377, 388; imaturidade da, 512; libertação da, 609; progressos da, 398.
Técnica e Civilização, 510, 572.
 tecnologia, 12, 22, 72, 140, 550, 556, 611; aperfeiçoamento da, 445; caos lucrativo e, 565; ciência e, 178; desenvolvimento da, 517; expansão da, 555; instrumentos da, 598; nova, 557; progresso da, 511, 582; militar, 258; moderna, 475.
Tellmensch, 125.
 telefone, 511; intercontinental, 556.
 telefotografia, 610.
 telégrafo, 76.
 Tel el-Amarna, 94, 100.
 Telestérion, 223.
 televisão, 255, 552, 554, 556, 581, 590-91.
 teils, 11.
têmenos, 44, 90, 164, [9].
 Temístocles, 173, 186; Atenas de, 188.
 tempestades, 615.
 templo, 12-4, 16, 42, 46, 58, 77, 80, 85, 89-90, 117, 137, 166, 187, 212, 566, 613; bases econômicas no, 48; comércio no, 84-6; mercado e, 84; ordem interna do, 81; organização no, 47; prostituição no, 121; grego, 162; egípcio, 96; romano, 268.
 Templos Nucleares, 617.
Tempos Difíceis, 485, 589.
 Tennessee, vale do, [58].
 Tenochtitlan, 107.
 tensão hierárquica, 367.
Teogonia (Hesíodo), 14.
 teologia, cristã, 412; invertida, 96.
 teoria capitalista clássica, lucros na, 461.
 teoria hipocrática, 159.
 Tera, 167.
 Terêncio, 251.
 termitário, 55.
 terra, concepção feudal da, 341; congestionamento da, 462; controle da, 539; elevação dos valores da, 391; exploração anti-social da, 453; intensificação do uso da, 457; interesse da, 452; monopólio, 390, 480; propriedade pública, 508, 515; propriedade unificada da, 430; sobrepovoamento, 390; uso da, 452; valorização natural da, 289.
 Terra, população da, 571-72.
 terras, aráveis, ampliação das, 282; tropicais, colonização das, 486.
terremare, 228.
 territorialidade, 33.
 território nacional, 336.
 terrorismo, 45, 58, 97; obediência e, 98.
 Terxistes, 143.
 Teseu, 139, 175.
 "Tesouro" de Delfos, [8].
 Téspis, 182.

Tessália, 142, 207.
tetos, linha horizontal de, 379.
textos protoletrados, 109.
"Theatrum", 298.
Tholos de Delfos, [8].
Thompson, Warren, 582.
Thoreau, 589.
Thorndike, Edward L., 540.
Thorndyke, Lynn, 318.
three-deckers, 504.
Tiamat, 61.
Tibério Graco, 243.
Tibete, 107.
Tibre, 238, 257.
Tibre (Washington), 439.
Ticiano, 417.
Tiergarten, 414.
Tigre, 70.
Tigre-Eufrates, 67.
tilla, 77.
Timgad, 229-30.
tirania, 152, 164, 218; causas da, 424;
rotina da, 409.
Tiranópolis, 257.
tirano principesco, 384.
Tirinto, 139.
Tiro, 51.
Tirteu, 160.
Tocqueville, 554-55, 617.
Tom Tower, 375.
topografia, 191, 425-26, 442, 458, 491.
Tóquio, 434, 561, 600; população de, 571.
Torcelo, 266.
Tormington Square, 430.
torre, 12; fâlica, 35.
torreões, 62.
Toscana, 230, 369.
totalitarismo, 103, 617.
totem, 27.
Toulouse, 338; hospitais de, 322-23.
Tourneilles, Royal Hôtel des, 429.
Tout, Thomas Frederick, 287.
Toynbee, Arnold J., 111, 120, 128-29,
153, 160, 369.
Toynbee Hall, 540.
trabalhador, mobilidade do, 367; padrão
de vida do, 446; segurança social do,
494; especializado, 118; industrial, am-
biente do, 483.
trabalhadores, 44; acomodação dos, 468,

499; habitação de, 517; moradias de,
502; pauperismo dos, 515; ingleses,
mau tratamento dos, 504; causais, situa-
ção dos, 501; rurais, saúde dos, 505;
urbanos, enfermidades dos, 505.
trabalho, 35-6, 483; casa e local de, 414;
divisão do, 12-3, 25, 49, 55, 125, 194;
divisão urbana do, 118-23; mercado de,
468, 494; mercado aberto de, 484;
compulsório, 32, 47, 53, 125; infantil,
493-94; manual, 112; servil, eliminação
do, 283.
tradição renascentista, 381.
tráfego, 442, 464-65, 547; artérias de, 542;
engarrafamento de, 591; prioridade do,
425; sacrifício da cidade ao, 424; me-
tropolitano, 544; militar, 405.
tragédia grega, 153.
Trajano, Aqueduto de, 238; coluna de,
219; Fórum de, 246; Mercado de, [13].
traje simbólico, 17.
"transformação cultural", lei da, 228.
transformação urbana, 37-8, 44.
transição aristotélica, 203-10; neolítica,
151.
trânsito, engarrafamentos do, 465; eletrifi-
cado, 460.
transmissão automática, 407.
transmissão radiofônica, 585.
transportes, 38, 68, 73-4, 85, 369, 454-56,
517; limitações dos, 583; linhas de,
460; prioridade dos, 467; rios e, 68;
urbanismo e, 560; aéreos, ruídos e, 512;
subsídios públicos aos, 582; coletivos,
527; ferroviários, 495; eletrificados,
544, 546; em massa, 84; eotécnicos,
495; públicos, 457, 465-66; rápidos,
521, 545, 596, 610; subterrâneos, 544;
urbanos, custo dos, 592.
trenó, 72.
trens, elevados, 460; subterrâneos, 460-61;
591-92.
trevas, poderes das, 61.
Trêves, 268.
trevos rodoviários, 547.
triádes, 192.
tribos, 15.
tribunais permanentes, 384.
tribunal de justiça, 116.
tributo humano, 81.

Trigue, 183.
trigo, 68.
Trinitá, Igreja da (Roma), 381.
troca, 115.
Tróia, 79, 144, 210.
tuberculose, 159.
Tucídides, 143, 164, 186, 207, 223.
Tucker, T. G., 260.
Tudores, 388.
Tulherias, 407.
túmulos, 14.
Tunnard, prof. Christopher, 522.
Turgot, 430.
Turim, [28], 215, 230, 232, 379.
Túrio, 213.
Tyborne, Córrego, 321.

'Ubaid, 73.
Uccello, 396.
Uffizi, [25], 380, 385.
Ulm, 508; banhos públicos em, 320.
Umbria, 369.
unanimidade tribal, 125.
união neolítica-paleolítica, 33.
unidade da humanidade, 368.
unificação, italiana, 369; religiosa, 80;
territorial, 369.
uniformidade, barroca, 378; exterior, 64.
Unis, Faraó, 101.
unitaristas, 372.
universalismo, católico, 371; grego, 141;
medieval, 378.
universidade, 16, 39, 522, 573, 595, 610;
germes da, 301; liberdade acadêmica
na, 377; independência da, 301; grega,
189; medieval, 301; transformação da,
377.
universitas, guilda e, 300.
Unwin, Raymond, 458, 537-38, 546.
Ur, 60, 64, 67, 73-5, 77, 85, 87, 92, 121,
522; melhoramentos sanitários de, 146;
população de, 75; tabuinhas de, 113.
urânio, 520.
urbanismo, 459; alvo do, 192; conquistas
originais do, 570; contribuição grega
ao, 189; estilo barroco no, 433; função
da geometria no, 425; higiene e, 516;
Hipócrates e, 207; influência de Platão
e Aristóteles sobre o, 208; lições gregas
para o, 158; lugar do automóvel no,

549-50; natureza do, 460; novos obje-
tivos do, 514; paisagem e, 528; tipos
de, 457; transportes e, 560; tratados
barrocos de, 419; helenístico, 217; evo-
lução do, 216; romanos e, 225; medie-
val, 287; estética do, 335; princípios
do, 326-32; universidade no, 301; milé-
sio, 212-13, 229, 233; fraqueza do,
213; romano, 231, 234, 236-37; fim
do, 268; lições do, 266.
urbanista, controle do, 419; definição de
cidade pelo, 93.
urbanização, 37; baixo nível de, 500;
industrialização e, 485; insalubridade e,
507; senhores feudais e, 276; germâ-
nica, 284.
Ure, Andrew, 511.
Uruk, 34, 36, 38, 46-8, 67, 73-4, 77, 89;
muralha de, 80.
usura, 447.
Utah, 559.
utensílios, 23.
utilitarismo, postulados do, 489.
utilitaristas, 484, 491, 496, 511, 521.
Utopia, 9, 39, 130, 313, 354-56; cidades
de, 230; regressão a, 190-96.
Utu, 47.

valdensianos, 381.
Valdo, Pedro, 347.
Valenciennes, [32].
Vallière, Mme de la, 421.
Vällingby Centrum, [59].
valores imobiliários, alta dos, 504.
Van Cleve, Joos, 308.
Varagnac, André, 25.
Varrão, 218.
Varsóvia, 563, 600; população de, 386.
Vasari, 273, 379, 385.
vassalagem feudal, 382.
Vaticano, 152, 261; Museu do, 413.
Vauban, Sébastien, 391-92.
Vaux, 259.
Vauxhall, Jardins de, 411.
vazio, horror ao, 223.
vegetais comestíveis, 17, 25.
veículos, 223; aumento dos, 425; de roda,
399, 464.
Velha Sarum, 340.

- Velho Mundo, 48, 106, 134; cultura do, 25; mercado do, 470.
 velocidade, 101; culto da, 551.
 Veneza, [21], [22], [34], 279, 298, 322, 334-35, 337, 341, 349-55, 367, 447, 456, 472; Arsenal, 298, 454; calçamento de, 337; população de, 284, 341; medieval, 200.
 Venezuela, 554.
 ventura pneumática, 10.
 Vénus, 122.
verdura sanitária, 514.
Vermelho e o Negro, O, 409.
 Verona, 233.
 Versalhes, 382, 391, 405, 407, 419, 421, 424, 431, 440; capital suburbana em, 410; palácio de, 417.
 Vespasiano, 257.
 Via Ápia, 238.
viae militares, 400.
Viae Triumphales, 394.
 viagens, 369.
 Via Nova, 241.
 Via Sacra, 241.
 via pública, 27.
 vias, aquáticas, 84; expressas, 466, 518, 536, 550-51, 576, 587; subterrâneas, 398, 518.
 Vicenza, 408.
vici, 234.
 Vico, Giambattista, 124.
 Victor Emmanuel, 261.
 vida, constrição da, 127; deformação da, 426; degradação dos padrões de, 242; depressão das condições de, 506; finalidade, 128; reprodução da, 20; aquática, envenenamento da, 496; aristocrática, 472; barroca, 395; instituições típicas da, 410; cívica, primeiros indícios de, 13; comunal, determinantes da, 47; corporativa, aparecimento da, 286; liberdade e, 294; doméstica medieval, 307-42; econômica, ordenamento da, 286; feudal, 289; galante, 410; romana, conteúdo da, 258; social, 10; aperfeiçoamentos tecnológicos e, 554; suburbana, caricatura da, 525; urbana, 13, 19, 84; aspectos criadores da, 532; atributos da, 275; conteúdo da, 4 25; cooperação na, 97; ocasiões dramáticas na, 133; sementes da, 17.
 vidro, uso medieval do, 308, 336.
 Viena, 284, 407, 433, 452; banhos públicos em, 320; bordéis de, 307; habitações aviltadas em, 502; população de, 386, 571.
 Vigevano, 419.
 vigor híbrido, 110, 536.
vikings, 273-74.
 vila suburbana, 75.
 Villani, Giovanni, 322, 523.
 Ville de France (Loja), 473.
 Villeneuve-les-Avignon, 533.
ville tentaculaire, la, 545.
 Villon, François, 229.
 Viollet-Le-Duc, 309.
 Virgem Maria, culto da, 404.
 Virgílio, 251.
 virgindade, 307.
 Virgínia, universidade da, 441.
 virtudes cardiais, 377.
Visão de Santa Úrsula, 333.
 visigodos, 271.
 Visser, Elizabeth, 144.
 Vitellesco, Hippólito, 378.
 Vitróvio, 159, 229, 231, 245, 378.
 vizinhança, 21, 56, 78, 213, 424, 434, 458, 470, 614; circulação de, 464; desaparecimento da, 415; desenvolvimento celular da, 542; organização da, 541; parque de, 542; subúrbio e, 539-44.
 vizinhos, 38.
vomitorium, 247.
 Von Below, Georg, 279, 320, 377.
 Von Netteshyn, 412.
 Von Simson, Otto, 320.
 Wakefield, Edward, 556.
 Waipants, 310.
 Walpole, 376.
 Wandle, poluição do, 462.
 Washington, [45], 385, 422, 436-43, 470, 478, 551, 575.
 Wassetthalle, 298.
 Waterloo, ponte de, 435.
 Watt, James, 493, 512.
 Webb, Beatrice e Sidney, 515.
 Weber, Max, 75, 282, 395, 575.

- Webster, 134.
 Weeden, William, 360.
 Welwyn, Cidade-Jardim de, 559-60, 563.
 Wernheim, Loja, 474.
 Westchester, 544.
 Westergaard, 593.
 Westminster, 385, 434; Abadia de, 271; catedral de, 245.
 Wheeler, Sir Mortimer, 124, 138.
 Wheeler, William Morton, 37, 112, 263, 597.
 Whitechapel, 325.
 Whitehall, 405.
 Willan, dr., 499.
 Wilson, John A., 25.
 Winkelmann, J. J., 177.
 Witney, 497.
 Wittfogel, Karl A., 24.
 Woburn, 340.
 Wood, Robert, 430, 438, 464, 539, 540.
 Wooley, Sir Leonard, 75, 87-8, 110, 522.
 Worcester, 494.
 Worcestershire, 493.
 Wordsworth, 472.
 Worms, cartas reais de, 295.
 Wren, Christopher, 375, 404, 419.
 Wright, Frank Lloyd, 530, 587.
 Wright, Henry, 519, 542, 565.
 Wycherley, R. E., 147, 168, 172, 216.
 Würzburg, banhos públicos em, 320.
 Xenofonte, 183, 207.
 Xochicalco, [2].
 Yorkshire, 293.
 Zenão de Cício, 214, 251, 264.
 Zeus, 155, 165, 199.
 zigurate, 15, 43, 61, 77, 88, 92, 105.
Zitrau, 321.
 zonas naturais, 498.
 zoneamento, 121, 332, 478, 545.
 Zoológico Real, Jardim, 414.
 Zwingburg, 139.

(O Índice acima foi realizado por Elana Prado Carvalho.)